

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TESE DE DOUTORADO

Sertão de fogo à espera do progresso anunciado.
As representações sobre *o outro* e as relações de
poder no processo de apropriação do espaço e
uso da natureza em Luciara, Mato Grosso

JULIANA CRISTINA DA ROSA

CUIABÁ-MT

2020

JULIANA CRISTINA DA ROSA

Sertão de fogo à espera do progresso anunciado.
As representações sobre o *outro* e as relações de
poder no processo de apropriação do espaço e
uso da natureza em Luciara, Mato Grosso

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação História, do Instituto de Geografia, História e Documentação – IGHD, da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, como requisito parcial à obtenção de título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Barrozo.

CUIABÁ-MT

2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel: 65 3615-8493 - Email: ppghis@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "Sertão de fogo à espera do progresso anunciado. As representações sobre o outro e as relações de poder no processo de apropriação do espaço e uso da natureza em Luciara, Mato Grosso"

AUTORA: Doutoranda Juliana Cristina da Rosa

Tese de Doutorado defendida e aprovada em 20/05/2020.

Composição da Banca Examinadora:

1. Doutor João Carlos Barrozo (Presidente Banca / Orientador)
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

2. Doutor Marcus Silva da Cruz (Examinador Interno)
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

3. Doutor Edvaldo Correa Sotana (Examinador Interno)
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

4. Doutora Leonice Aparecida de Fátima Alves Mourad (Examinadora Externa)
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Santa Maria

5. Doutor Martin Johannes Coy (Examinador Externo)
INSTITUIÇÃO: Universität Innsbruck

6. Doutora Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (Examinadora Suplente)
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

7. Doutor Vitale Joaoni Neto (Examinador Suplente)
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

8. Doutor Edison Antônio de Souza (Examinador Suplente)
INSTITUIÇÃO: Universidade do Estado de Mato Grosso

CUIABÁ, 20/05/2020.

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R788s ROSA, Juliana Cristina da.

Sertão de fogo à espera do progresso anunciado : As representações sobre o outro e as relações de poder no processo de apropriação do espaço e uso da natureza em Luciara, Mato Grosso / Juliana Cristina da ROSA. -- 2020

775 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: João Carlos Barrozo.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Araguaia. 2. Representações. 3. Povos Indígenas. 4. Natureza. 5. Espaço. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

ROSA, J. C. *Sertão de fogo à espera do progresso anunciado*. As representações sobre *o outro* e as relações de poder no processo de apropriação do espaço e uso da natureza em Luciara, Mato Grosso. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2020, 775 p.

RESUMO

Essa tese analisa, a partir de diferentes narrativas, a construção de *representações* sobre *o outro*, o espaço e a natureza localizados nas margens do Rio Araguaia onde foi construído Mato Verde, emancipado como município de Luciara na décadas de 1960. Essas *representações* estão presentes em diversas narrativas anteriores escritas por diferentes agentes históricos ao longo do *processo histórico* de avanço sobre aquele espaço até o final do século XIX. Esse espaço foi *representado* como “sertão” desconhecido e “isolado” em relação ao litoral, à Europa e às cidades da “civilização”, ainda que possuindo “maravilhas” em sua natureza compreendida como fornecedora de meios, recursos e matéria-prima despertando diferentes propostas de utilização ao longo do processo de avanço sobre aquele espaço por diversos agentes históricos. Ao longo desse *processo histórico* de avanço, esses povos foram colocados como *o outro* e *representados* como “selvagens”, “pagãos” e “bárbaros”, paralelamente à tentativa de esbulho territorial, catequização e diferentes formas de violências. A partir da chegada dos “sertanejos”, a apropriação de espaços estabeleceu uma *situação de fronteira* marcada pela alteridade e conflito que foram intensificados com a compra e grilagem de terras por fazendeiros e proprietários de empresas agropecuárias na segunda metade do século XX. Diante do esbulho territorial e da expropriação das áreas apropriadas em terras altas e nos varjões de Luciara, os povos indígenas desenvolveram estratégias de luta pela demarcação de terras indígenas, do mesmo modo que os “sertanejos” se autoidentificaram como Retireiros do Araguaia e pleitearam a regularização fundiária através da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mato Verdinho. Essa proposta gerou manifestações e atos de violência em Luciara no ano de 2013, de modo que aquele conflito possui uma relação intrínseca com o *processo histórico* de avanço e apropriação do espaço e da natureza marcado por diferentes *práticas sociais, relações de poder* e da construção de *representações* sobre *o outro*.

Palavras-Chave: Araguaia; Representações; Povos indígenas; Natureza; Espaço.

ABSTRACT

This thesis analyzes, from different narratives, the construction of *representations* about *the other*, the space and nature located on the banks of Araguaia River where Mato Verde was built, emancipated as a municipality Luciara in the 1960s. These *representations* are present in several previous narratives written by different historical agents throughout the *historical process* of advance on that space until the end of the 19th century. This space was *represented* as an unknown and “isolated” “sertão” in relation to the coast, Europe and the cities of “civilization”, even though it possesses “wonders” in its nature understood as a supplier of means, resources and raw materials, awakening different proposals for use throughout the process of advancing on that space by various historical agents. Throughout this *historical process* of advancement, these peoples were placed as the other and represented as “savages”, “pagans” and “barbarians”, in parallel to the attempt to territorial “esbulho”, catechization and different forms of violence. Since the arrival of the “sertanejos”, the appropriation of spaces established a *border situation* marked by alterity and conflict that were intensified with the purchase and land “grilagem” by farmers and of agribusiness companies in the second half of the 20th century. In view of the territorial depletion and expropriation of the appropriate areas in the highlands and in the “varjões”, indigenous peoples developed strategies to fight for the demarcation of indigenous lands, in the same way that the “sertanejos” identified themselves as Retireiros do Araguaia and claimed the regularization through the creation of the Mato Verdinho Sustainable Development Reserve. This proposal generated manifestations and acts of violence in Luciara in 2013, so that conflict has an intrinsic relationship with the *historical process* of advancing and appropriating space and nature marked by different *social practices*, *power relations* and the construction of *representations* about each *other*.

Key words: Araguaia; Representations; Indigenous people; Nature; Space.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida.

Minha gratidão à oportunidade de ter uma ampla formação numa universidade pública, gratuita e de qualidade, como a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e poder transitar e ocupar espaços do Instituto de Geografia, História e Documentação (IGHD) que se constituem como locais de troca de conhecimento e aprendizagem de referência.

Meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) pelo acolhimento no mestrado e doutorado, pela disponibilidade de excelentes docentes que contribuíram para a minha formação acadêmica e pela organização institucional impecável.

Agradeço aos membros da banca avaliadora: Professora Doutora em História, Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad; Professor Doutor em Geografia, Martin Coy; Professor Doutor em História, Marcus Silva da Cruz; Professor Doutor em História, Edvaldo Correa Sotana; Professora Doutora em Geografia, Tereza Cristina Cardoso de Souza-Higa; Professor Doutor em História, Vitale Joaroni Neto, Professor Doutor Edison Antônio de Souza. Minha gratidão pela disposição em ler e contribuir com essa pesquisa através de sugestões e críticas.

Agradeço ao Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) por ser o local de agregação de pesquisadores que muito contribuiu para minha formação acadêmica e pessoal. Nesse sentido, resalto os nomes do Professor Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, Armando Wilson Tafner Júnior, da Professora Doutora em História, Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa, do Professor Doutor em História, Edison Antonio de Souza, do Professor Mestre em História, Sandro Aparecido Lima dos Santos, do Professor Doutor em Geografia, Martin Coy e da Professora Doutora em Antropologia Social, Sueli Pereira Castro. A convivência e as influências das reflexões de todo esse grupo de pesquisadores foi fundamental para o desenvolvimento das análises contidas nessa tese.

Nesse sentido, é necessário um agradecimento especial ao coordenador desse núcleo, Professor Doutor João Carlos Barrozo, que tive a honra de tê-lo como meu orientador no Mestrado, no Doutorado e numa série de aspectos de minha vida

que foram paulatinamente sendo influenciados por seu exemplo de vida. Sou grata à sua esposa, Luzinete Reis Barrozo, que me deu amparo, conselhos e carinho em diversos momentos onde os desafios pareciam maiores que minhas forças. Agradeço a confiança em mim depositada pelo meu orientador, que permitiu que eu desenvolvesse a autonomia e a confiança para realizar as reflexões e as escolhas teóricas e metodológicas que nortearam essa tese. Agradeço ainda, as oportunidades de escrever artigos e capítulos de livros em sua parceria com meu orientador, bem como de escrever em obras por ele organizadas. Certamente, essa orientação é um dos maiores privilégios que marcarão minha trajetória acadêmica e pessoal.

Minha trajetória está significativa e eternamente marcada pela convivência com um homem distinto por seu senso de justiça inabalável, e que, por outra situação de oportunidade e privilégio, veio a se tornar meu companheiro de vida, o Professor Doutor em Antropologia Social, Paulo Sergio Delgado. Seu apoio, amor e confiança ao longo desses anos foram cruciais para que a pesquisa e a análise fossem desenvolvidas num ambiente repleto de carinho que permitiu a superação dos desafios pessoais e acadêmicos que permearam o caminho.

Agradeço aos meus antepassados em nome dos meus avós maternos Hugo Ritzel e Emma Izabel Holland Ritzel, e avós paternos, Manoel Antonio da Rosa e Eldritha da Rosa. Gratidão eterna ao meu pai, Celso Luiz da Rosa e minha mãe (*in memoriam*), pela vida, que somente foi possível pela existência de todos aqueles que me precederam. Minha gratidão aos meus irmãos Fábio Ricardo da Rosa e Fabiano Roberto da Rosa, além de minha irmã Fabíola da Rosa (*in memoriam*), que não pode desfrutar a vida e veio a óbito ainda no ventre de nossa mãe. Agradeço às minhas cunhadas, Iola Reis Lopes e Raquel Aico Shinkai e, em especial, às minhas sobrinhas, Elora Lopes da Rosa e Ayumi Shinkai Rosa Ritzel, que representam, para mim, a alegria e o futuro.

Minha gratidão à minha madrastra Dinair Domingues de Oliveira que acompanhou e alegrou a vida de meu pai nos últimos anos. Agradeço também às minhas sogras, em especial à Luzia Lebre da Silva Pouso pela alegria da convivência. Nesse mesmo sentido, agradeço aos meus cunhados João Sebastião Delgado, Luiton Sebastião Lebre Pouso da Silva e em especial, Luiton Sávio Lebre Pouso da Silva, que esteve presente nos meses finais da revisão dessa tese,

sempre incentivando o meu melhor desempenho e me alegrando com sua companhia. O novo arranjo familiar trouxe ainda uma sobrinha em especial, Anely Maria da Silva e sua mãe, dona Oscarina Maria da Silva, que me acolheram sem julgamentos e com alegria em parte da família de meu companheiro. Do mesmo modo, ganhei uma enteada, Letícia Baötöwe Gugelmin Delgado, que como o seu nome¹ já diz, trouxe alegrias com sua generosidade e meiguice juvenil.

Além de familiares, as amizades de longa data de William Guarnieri e Franklyn França contribuíram para a busca por esse objetivo de vida, tal como outros amigos, amigas e colegas. Em nome de Débora Cristina dos Santos Ferreira e Kelly Cristina da Costa Bezerra de Menezes Mamedes, agradeço às amigas, amigos e colegas da pós-graduação e da graduação em História pela convivência e troca de experiências tão salutar para a pesquisa e escrita dessa tese.

Minha gratidão por toda a inspiração dada por membros da Prelazia de São Félix do Araguaia, em especial ao bispo Dom Pedro Casaldáliga, e de lideranças dos Retireiros do Araguaia e dos Kanela do Araguaia

Agradeço aos pesquisadores - e às suas respectivas instituições - que contribuíram com essa pesquisa por meio de suas reflexões que estão presentes nessa tese referenciando cada página. Apesar de não utilizar em minha escrita o “nós” - por reconhecer as divergências e até mesmo os antagonismos das diferentes análises - reconheço que minhas reflexões são resultado de outras tantas realizadas por pesquisadores e pesquisadoras que, antes de mim, questionaram elementos importantes que me deram inspiração e confiança para compor a trama analítica dessa tese. Para mim, mais que “referências bibliográficas”, esses pesquisadores são dignos de minha admiração e gratidão por tudo que contribuem para a busca incansável pela compreensão do mundo da vida.

Por fim, agradeço aos leitores dessa tese pela oportunidade de compartilhar as reflexões que desenvolvi. A partir de sua publicação, essa tese não me pertencerá mais, sendo de todos aqueles que por ela se interessarem e que dela puderem se apropriar, se opor, além de expandir e utilizar para refletir sobre alguns elementos do mundo da vida. Essa é a sua finalidade irrefreável e desejável, e por ser assim, também sou grata.

¹ Do latim *Laetitia*, que significa alegria e felicidade.

“Deixemos à astúcia de uns, à ingenuidade de outros, a “fronteira natural”: não há senão fronteiras humanas. Elas podem ser “justas” ou “injustas”, mas não é a “natureza” quem dita a equidade ou aconselha a violência”.

Lucien Paul Victor Febvre (1878-1956).

“O social é uma lebre muito mais esquiva”.

Fernand Braudel (1902-1985).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
1. O Rio Araguaia e seus afluentes situados nas proximidades da Ilha do Bananal e a presença humana na <i>Longa Duração</i> até o século XVIII.....	82
1.1. O espaço onde estão o Rio Araguaia, seus afluentes e os varjões nas proximidades da Ilha do Bananal na <i>longa duração</i>	82
1.2. A milenar presença humana navegando as águas do Rio Araguaia e seus afluentes, ocupando e disputando territórios nos varjões.....	91
1.3. A presença dos povos indígenas nas margens do Rio Araguaia e seus afluentes nas proximidades da Ilha do Bananal	95
1.4. As <i>representações</i> do espaço e dos povos indígenas em mapas e cartas do século XVI	98
1.5. As bandeiras vindas do Sudeste em busca da Lagoa Paraupava avançando sobre o espaço do Rio Araguaia e a Ilha do Bananal.....	111
1.6. As expedições missionárias e comerciais vindas pelo Norte e a nomeação do Araguaia	122
1.7. Vilas e arraiais em Goiás, Mato Grosso e Cuiabá e o Rio Araguaia pensado como fronteira interna e via de navegação e comunicação.....	127
1.8. As <i>representações</i> do espaço como “certão” de “gentios” nas cartas e mapas dos séculos XVII e XVIII	132
1.9. O interesse na navegação comercial pelo Rio Araguaia e o contato com <i>o outro</i> na narrativa de Thomaz de Souza Villa Real	142
1.10. A presença de povos indígenas e o interesse na navegação comercial e na busca por “riquezas”: a intensificação dos conflitos interétnicos e a construção e <i>representação</i> sobre <i>o outro</i>	149
2. O encontro entre <i>o nós</i> e <i>o outro</i> nas margens e nas águas do Rio Araguaia e a construção de <i>representações</i> sobre o espaço, a natureza e os povos indígenas no século XIX.....	161

2.1. As <i>representações</i> sobre o <i>outro</i> reproduzidas em narrativas historiográficas sobre o século XIX.....	161
2.2. Os incentivos à navegação comercial do Rio Araguaia e ao povoamento de suas margens e sua relação com o aprofundamento dos conflitos interétnicos no século XIX	164
2.3. A realização de expedições e a construção de <i>representações</i> sobre o Rio Araguaia na primeira metade do século XIX.....	170
2.4. A narrativa de Cunha Matos indicando a imprecisão sobre a extensão do Rio Araguaia e construindo/reproduzindo <i>representações</i> sobre o “sertão” com indígenas “selvagens” e “bárbaros”	176
2.5. A expedição do naturalista francês Francis Castelnau pelo Rio Araguaia em 1844 e as suas <i>representações</i> sobre o <i>outro</i>	181
2.5.1. A natureza e o espaço sob o olhar utilitarista de Castelnau: o Rio Araguaia como potência para a navegação comercial em meio ao “sertão”, “deserto”, “solidão” e “decadência”, distante da “civilização”	186
2.5.2. A expedição de Castelnau e as representações dos Xavante “antropófagos”, Canoeiros “cruéis”, “hordas hostis” dos Xerente e Karajá “selvagens”	195
2.5.3. A “raça” dos negros nas narrativas de Castelnau: a representação da “fealdade” e de desvios morais atribuídos ao <i>outro</i>	207
2.5.4. O olhar de Castelnau sobre a “decadência” à espera da “civilização”	209
2.5.5. Naturalistas franceses e suas representações sobre o <i>outro</i>	214
2.6. A narrativa de Rufino Segurado sobre as dificuldades do Rio Araguaia e a “miséria” e “preguiça” dos Karajá	216
2.7. A perspectiva de Couto de Magalhães sobre o espaço, a natureza e os povos indígenas e seus projetos de navegação comercial do Rio Araguaia e catequização dos “selvagens” e “bárbaros” de “raça” “primitiva”	225
2.7.1. Couto de Magalhães e a representação de si como sertanista em meio a debates e projetos de nação	225

2.7.2. O olhar de Couto de Magalhães sobre o espaço e a natureza e seu desejo de transformar o “deserto”, a “solidão” e o “sertão do Araguaia” em “cidades” e trazer a “civilização”	230
2.7.3. O olhar de Couto de Magalhães sobre os povos indígenas representados como “selvagens” e “bárbaros” à espera da “civilização” e da “catequese”	237
2.7.4. A navegação comercial do Rio Araguaia no século XIX	252
2.8. A viagem dos irmãos Joaquim e Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim em 1879 e os projetos idealizados de linhas férreas e navegação comercial para trazer o “progresso” e abrir o “futuro”	256
2.9. A perspectiva liberal sobre o “sertão do Araguaia” na viagem de 1881 de Joaquim Almeida Leite Moraes	268
2.10. A busca pelo “bom selvagem” de Octavie e Henri Coudreau pelo Rio Araguaia em 1896	283
2.11. O projeto americanista dos etnólogos alemães e as construções de narrativas sobre <i>o outro</i>	289
2.12. O século XIX se encerra com narrativas e projetos sobre o espaço, a natureza e os povos indígenas produzidos por diferentes agentes históricos	293
3. Narrativas e representações de missionários, pesquisadores, “novos bandeirantes” e funcionários de governos em meio à apropriação do espaço e da natureza em Mato Verde.....	300
3.1. A <i>aceleração no ritmo temporal</i> do avanço de outros agentes históricos e as primeiras narrativas citando Mato Verde às margens do Rio Araguaia em meio aos povos indígenas	300
3.2. Diferentes movimentos adentrando as margens do Rio Araguaia vindos do Nordeste e Norte	304
3.3. Expedições religiosas de católicos e protestantes e suas narrativas no século XX construindo <i>representações sobre o outro</i>	310
3.4. Expedições de pesquisadores navegando o Araguaia e seus afluentes e adentrando em suas margens nas proximidades da Ilha do Bananal	340

3.4.1. Narrativas de etnólogos americanistas alemães e pesquisadores norte-americanos da Smithsonian sobre os povos indígenas considerados fadados ao desaparecimento.....	341
3.4.2. Outros agentes históricos escrevendo sobre os povos indígenas presentes e territorializados no “Araguaia”	344
3.4.3. Os mapas etnográficos produzidos na primeira metade do século XX.....	348
3.4.4. As narrativas de Herbert Baldus e Charles Wagley sobre os Tapirapé e os “sertanejos”	351
3.4.5. As narrativas do médico Haroldo Cândido de Oliveira e sua perspectiva sobre o “bom selvagem” feliz longe da “civilização”	356
3.4.6. Os filmes etnográficos e a narrativa de Sylvio da Fonseca sobre o “sertão” e os Xavante “selvagens” e a difícil vida dos “sertanejos”	361
3.5. Os “novos bandeirantes” vindos de São Paulo e as narrativas de Willy Aureli, Hermano Ribeiro da Silva e Antonio Senatore sobre <i>o outro</i>	369
3.5.1. A Bandeira Piratininga e as narrativas de Willy Aureli.....	370
3.5.2. A “Bandeira Anhanguera” e as narrativas de Ribeiro da Silva e Senatore.....	396
3.6. Os discursos e narrativas escritas de Getúlio Vargas sobre a “Marcha para o Oeste”: outras construções de <i>representações</i> sobre <i>o outro</i>	416
3.7. Cassiano Ricardo Leite e a narrativa da “Marcha para Oeste” legitimando o Estado Novo e as Bandeiras do passado e do seu presente por meio de <i>representações</i>	427
3.8. A Fundação Brasil Central e a Expedição Roncador Xingu: as narrativas e <i>representações</i> sobre <i>o outro</i> dos irmãos Villas-Bôas.....	434
3.9. Circulação, <i>luta por representações</i> e outras narrativas	445
4. A construção da história de Mato Verde e Luciara a partir de <i>memórias</i> de moradores e <i>representação</i> sobre a natureza, espaço e os povos indígenas .	451
4.1 A história de Mato Verde e de Luciara a partir de narrativas baseadas em <i>memória</i> de moradores e políticos locais	451

4.1.1. As narrativas do político Valdon Varjão sobre Mato Verde e Luciara: as “meditações de um historiador vivente”	452
4.1.2. A narrativa de Adata Luz Batista escrita para honrar a “memória do pai” e contar a “verdadeira história” de Mato Verde e Luciara.....	455
4.1.3. A narrativa de Antônio Wanderley Chaves e a representação de Lúcio da Luz e os moradores de Mato Verde como “pioneiros”, “colonizadores” e “heróis” .	459
4.2. Outras narrativas sobre a história de Luciara baseada em <i>memórias</i> de moradores.....	467
4.3. A “origem” da família de Lúcio da Luz no “sertão”: a junção de uma “fazendeira abastada” e um filho de um “pioneiro” e uma Kayapó	471
4.4. A “fundação de povoados” por membros da família de Lúcio da Luz e a mudança do espaço de <i>zona de contato</i> para <i>fronteira</i>	476
4.5. A “fundação” da “fazenda” Mato Verde e o domínio de áreas dos varjões por Lúcio da Luz e outros “sertanejos”	487
4.6. Mato Verde como ponto estratégico para “viajantes” e Lúcio da Luz inserido em diferentes narrativas de “viajantes” nas primeiras décadas do século XX....	500
4.7. As narrativas com <i>representações</i> sobre <i>o outro</i> em meio ao medo, à alianças e conflitos entre moradores de Mato Verde e povos indígenas	510
4.8. Narrativas sobre Lúcio da Luz e suas <i>representações</i> como “pioneiro”, “desbravador”, “líder”, “coronel”, “autoritário”	528
4.9. Entre acusações e prisões por assassinato: Lúcio da Luz como “coronel” ..	534
4.10. O relativo domínio de Lúcio da Luz sobre moradores de Mato Verde e outras áreas apropriadas como “fazendas”	544
4.11. O poder político de Lúcio da Luz e a “herança imaterial”.....	552
4.12. O “legado” de litígios após a morte de Lúcio da Luz	561
5. A intensificação do <i>ritmo temporal</i> em Luciara: os Retireiros do Araguaia, as empresas agropecuárias e os “fazendeiros” em disputa pelos varjões e terras altas na segunda metade do século XX.....	566

5.1. Um outro <i>ritmo temporal</i> do avanço sobre Luciara com seu enquadramento na “Amazônia Legal” e como parte da “região”	567
5.2. A presença e resistência dos povos indígenas, “sertanejos”, “posseiros” e outros agentes históricos envolvidos em conflitos fundiários e socioambientais	580
5.3. Uma importante narrativa sobre os conflitos fundiários no Araguaia: a Carta Pastoral do bispo Dom Pedro Casaldáliga	586
5.4. Uma outra perspectiva sobre a históricas de Luciara na narrativa do historiador Luiz Antônio Barbosa Soares.....	600
5.5. As <i>memória subterrâneas</i> e narrativas dos povos indígenas em Luciara após a publicação da Constituição Federal	604
5.6. Narrativas de geógrafos sobre os Retireiros do Araguaia em meio a conflitos e propostas de outros planos governamentais	610
5.7. A narrativa de Alexandre Regio da Silva sobre os conflitos em Luciara e a suposta “invenção” da <i>identidade retireira</i>	616
5.8. As <i>memórias subterrâneas</i> dos Retireiros do Araguaia e a relação com o espaço e a natureza na construção da identidade e estratégias de permanência nos varjões e terras altas.....	625
5.9. Outras narrativas históricas dos Kanela do Araguaia e sua luta pelo reconhecimento étnico e territorial.....	636
5.10. A proposta de demarcação da RDS Mato Verdinho e a problemática estrutura fundiária de Luciara	643
5.11. De “sertanejos” a Retireiros do Araguaia e Kanela do Araguaia.....	648
6. Um conflito em Luciara: Outras narrativas sobre o espaço e seus habitantes no século XXI.....	652
6.1. A <i>intensificação</i> do <i>ritmo temporal</i> no <i>tempo político</i> em Luciara e a relação entre <i>processo histórico</i> e <i>acontecimento</i>	652
6.2. Um <i>acontecimento monstro</i> no Araguaia mato-grossense: a desintrusão da TI Marãiwatsédé em 2012 e suas ressonâncias em Luciara	656

6.3. O conflito de 2013 em Luciara e a resistência local à criação da RDS Mato Verdinho e	661
6.4. Narrativas jornalísticas sobre conflito de 2013 em Luciara: entre categorizações generalizadoras e equívocos.....	664
6.5. Os agentes históricos categorizados de forma generalizadora e outros equívocos inseridos em diferentes narrativas jornalísticas	665
6.6. Os relatos sobre as diferentes formas de violência inseridos em narrativas jornalísticas	676
6.7. Indicações dos agentes históricos envolvidos, das causas da situação de conflito em Luciara em diferentes narrativas	682
6.8. Narrativas de aliados na defesa da criação da RDS Mato Verdinho.....	689
6.9. O ICMBio, SPU, MPF, CNA e FAMATO entram em cena com outras narrativas e ações	693
6.10. Outros agentes históricos entram em cena	712
6.11. A retireira Lidiane Taverny Sales e sua narrativa engajada sobre a identidade retireira acionada em meios aos conflitos	720
6.12. A narrativa de Antônio Canuto da CPT e da Prelazia de São Félix do Araguaia sobre os conflitos no Araguaia	726
6.13. Uma outra narrativa sobre a luta, o território e a identidade dos Retireiros e Retireiras do Araguaia na cartilha do PNCSA.....	732
6.14. O <i>tempo presente</i> em aberto e repleto de incertezas, mas convergindo elementos presentes na <i>longa duração</i>	740
CONSIDERAÇÕES FINAIS	743
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	751
FONTES DOCUMENTAIS	7644

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa com <i>representação</i> da localização do município de Luciara em relação à microrregião Norte Araguaia (2020)	24
Figura 02 - Imagem digital de relevo destacando os principais rios e o limite do território de Luciara (2009)	79
Figura 03 - Localização da Ilha do Bananal e do Rio Araguaia <i>representado</i> no Mapa Político Administrativo do Brasil (2004))	84
Figura 04 - <i>Representação</i> do percurso do Rio Araguaia (2020)	85
Figura 05 - <i>Representação</i> das unidades geológicas da Bacia do Rio Araguaia ...	90
Figura 06 - Carta Sudoeste do Oceano Atlântico com o Brasil (1519)	102
Figura 07 - Parte ampliada da Carta Cosmográfica de Sebastião Caboto (1544)	105
Figura 08 - Parte do Mapa do hemisfério ocidental de Diego Gutiérrez (1554) ..	107
Figura 09 - Roteiro de todos os sinaes conhecimentos, fundos, baixos, Alturas, e derrotas, que há na Costa do Brasil desdo cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães (1586)	108
Figura 10 – Parte da Carte manuscrite de la navigation de la rivière des Tocantins com destaque para a <i>representação</i> do Rio Araguaia (1735 a 1742)	134
Figura 11 - Mapa hidrográfico da bacia Amazônica com destaque para a <i>representação</i> do espaço onde está situado o Rio Araguaia (1793)	135
Figura 12 - Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato Grosso e Pará (17--)	138
Figura 13 - Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás” (1778)	140
Figura 14 - Mapa com <i>representação</i> dos rios Tocantins e Araguaya (1813)	172
Figura 15 - Mapa da Província do Araguaya segundo o projecto de nova divisão do Império pelo deputado Cruz Machado (1875)	297
Figura 16 - Carte de l'Araguaya en 1912	327
Figura 17 - <i>Representação</i> da Ilha do Bananal por Benedicto Propheta (1926) ..	336
Figura 18 - Recorte do “Mapa etno-histórico do Brazil e regiões adjacentes” de Curt Nimuendajú (1944)	349

Figura 19 - Mapa <i>representando</i> o espaço percorrido pela “Bandeira Piratininga”	372
Figura 20 - Roteiro da “Bandeira Anhanguera” no “Sertão Central” (1948)	400
Figura 21 - Ilustração da “origem” do tronco familiar Santana da Luz	473
Figura 22 - Ilustração da união matrimonial entre famílias e “fazendas”	474
Figura 23 - Ilustração da Genealogia de Lúcio da Luz	475
Figura 24 - Mapa com <i>representação</i> da Rodovia Belém-Brasília (1970)	568
Figura 25 - Mapa com <i>representação</i> dos limites da “Amazônia Legal” (2014) .	575
Figura 26 - Imagem do relevo de Luciara-MT (2009)	617
Figura 27 - Croqui com <i>representação</i> da trajetória dos Kanela do Maranhão para espaços situados às margens do Rio Araguaia e outros elaborado na oficina de Mapas (2009)	639
Figura 28 - Mapa Situacional <i>representando</i> a apropriação do espaço pelos Kanela do Araguaia (2009)	640
Figura 29 - Mapa com <i>representação</i> da área em estudos para a criação da UC de Uso sustentável (RDS Mato Verdinho) (2009)	646
Figura 30 - Mapa com <i>representação</i> da localização de Retiros, Posses, Fazendas e Terras Indígenas em Luciara (2011)	647
Figura 31 - Fotografia de passagem de uma boiada pela BR 158 (2019)	650
Figura 32 - Fotografia da parede de residência em Luciara (2017)	662
Figura 33 - Mapa com <i>representação</i> da área delimitada Portaria n. 294 da SPU, elaborado pela FAMATO (2015)	709
Figura 34 - Imagem com <i>representação</i> dos limites RDS Mato Verdinho divulgado no Blog Questão Indígena (2013)	717
Figura 35 - Mapa <i>representando</i> o espaço apropriado pelos Retireiros do Araguaia em Luciara (2019)	738

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APRUMAV** - Associação dos Produtores Rurais Mato Verdinho
- APA** - Área de Proteção Ambiental
- ARA** - Associação dos Retireiros do Araguaia
- AXA** - Articulação Xingu Araguaia
- BASA** - Banco da Amazônia
- BNF** - Biblioteca Nacional da França
- CF/88** - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- CIMI** - Conselho Indigenista Missionário
- CIVA** - Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia
- CLACSO** - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
- CNA** - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNG** - Conselho Nacional de Geografia
- CNPI** - Conselho Nacional de Proteção aos Índios
- CNPT** - Conselho Nacional de Populações Tradicionais
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CRQ** - Comunidade Remanescente de Quilombo
- CSN** - Conselho de Segurança Nacional
- DEM** - Democratas [Partido Político]
- DST** - Doenças Sexualmente Transmissíveis
- ERX** - Expedição Roncador Xingu
- EUA** - Estados Unidos da América
- FAMATO** - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso
- FBC** - Fundação Brasil Central
- FDA** - Frente Parlamentar da Agropecuária
- FUNAI** - Fundação Nacional do Índio
- GEBAM** - Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas
- GETAT** - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
- GO** - Goiás
- GT** - Grupo de Trabalho
- IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

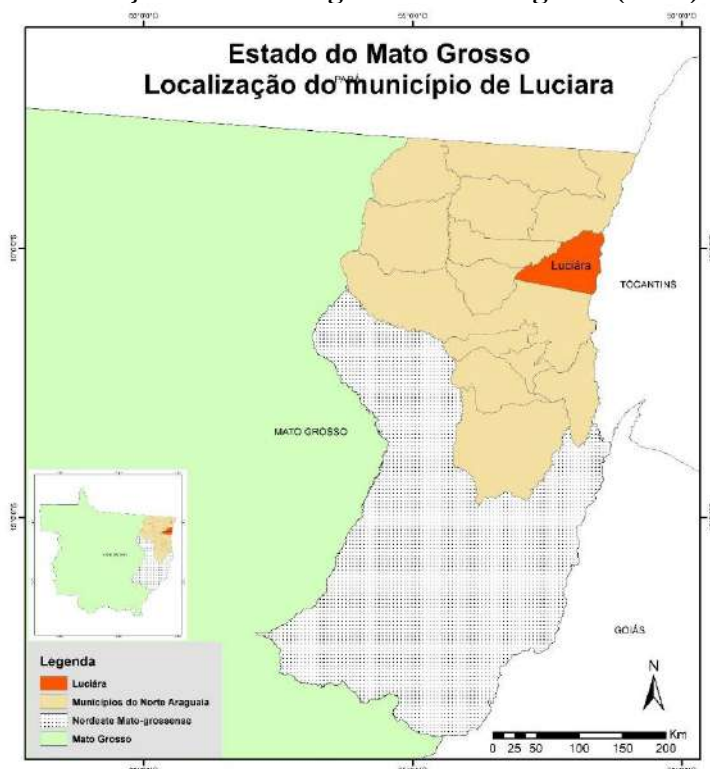
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGHD - Instituto de Geografia, História e Documentação
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMT - Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE - Instituto Nacional de Estatística
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA - Instituto Socioambiental
KM - Quilômetros
KM² - Quilômetros Quadrados
MINTER - Ministério do Interior
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Ministério Público
MPF - Ministério Público Federal
MPM - Movimento Parlamentarista Monárquico
MPMT - Ministério Público do Estado de Mato Grosso
MT - Mato Grosso
NERU - Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PIB - Produto Interno Bruto
PIN - Plano de Integração Nacional
PLC - Projeto de Lei da Câmara dos Deputados
PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLOAMAZÔNIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PROBOR - Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural
PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido Social Democrata Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RIP - Registro de Imóvel Patrimonial
RJ - Rio de Janeiro
SEDUC - Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso
SIAPA - Sistema Integrado de Administração Patrimonial
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP - São Paulo
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SPI - Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
STF - Supremo Tribunal Federal
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO - Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste
TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável
TI - Terra Indígena
TO - Tocantins
UC - Unidade de Conservação
UDN - União Democrática Nacional
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP - Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Essa tese tem como fio condutor de sua narrativa a análise da construção e/ou reprodução de *representações*² sobre o *outro* realizadas concomitantemente à *práticas sociais* e suas respectivas *relações de poder* relativas a um *processo histórico* conflituoso de apropriação do espaço e uso da natureza. Tratam-se de *representações* elaboradas por diferentes agentes históricos de diversas origens, ocupação, profissão, *status*, poder, intencionalidade e interesses individuais ou de grupos e que escreveram narrativas sobre um espaço específico, sua natureza e seus habitantes situados num *lugar* nomeado Mato Verde - posteriormente emancipado como município mato-grossense de Luciara -, construído por “sertanejos” em meio à presença e a territórios de povos indígenas na década de 1930. A localização desse município pode ser visualizada na figura:

Figura 01 - Mapa com *representação* da localização do município de Luciara em relação à microrregião Norte Araguaia (2020)



Fonte: Mapa elaborado a partir de base de dados georreferenciados do IBGE.

² Categorias analíticas e conceitos são destacados na narrativa da tese por meio de formatação em itálico para evidenciar que, embora sejam palavras de uso rotineiro, possuem significados analíticos específicos abordados ao longo da tese.

Essa *representação* da localização do município mato-grossense tem fins didáticos preliminares de modo que esse espaço é apresentado à frente a partir da historicidade do *processo histórico* de sua apropriação por diferentes grupos humanos e agentes históricos.

A parte do título dessa tese “Sertão de fogo à espera do progresso anunciado”³ remete à *representações* construídas numa das narrativas analisadas, escrita por Adauta Luz Batista⁴ que assim categoriza o espaço apropriado por seu pai, Lucio da Luz e outros “sertanejos”. A incorporação no título dessas *representações* não significa que é dada maior ênfase à essa narrativa, mas indica uma possível problematização inicial que envolve dois aspectos fundamentais que atrelam o *espaço* e o *tempo*. O primeiro diz respeito ao uso da expressão “sertão de fogo” como *representação* de um *outro* espaço - o “sertão” - que é desconhecido para quem chega e almeja se apropriar e explorar sua natureza, além de ser permeado de dificuldades enfrentadas diante de *outra* natureza repleta de perigos trazidos pela fauna e flora diferenciadas daquela do espaço de origem e, sobretudo, a partir do encontro com diferentes povos indígenas - o *outro humano* – e que resultou em *situações* marcadas pela alteridade e pelo conflito manifestos através de alianças, mediações, casos de violência, medo e dinâmicas de aproximações e distanciamentos presentes em narrativas como a de Luz Batista.

A “espera” do “progresso” remete à dimensão temporal relativa à tensão entre diferentes *ritmos temporais* experimentados ou almejados por agentes históricos. Luz Batista indica em sua narrativa o desejo de muitos pelo “progresso”, mas em meio a um cotidiano marcado por um ritmo mais lento, pelo tempo de espera, reforçando a ideia de Leonardi⁵ de que a “percepção do tempo também não é a mesma no sertão, onde o ritmo da vida é mais lento”. Em meio ao ritmo mais lento, se esperava pelo “progresso” capaz de trazer a *aceleração* que possibilitaria o abandono do “passado” e do “atraso” que supostamente marcariam o “sertão”

³ Doravante, assim como nesse caso, títulos e expressões de narrativas oriundas de fontes documentais e de referenciais bibliográficos são destacados com o uso de aspas a fim os diferenciar da narrativa dessa tese.

⁴ LUZ BATISTA, Adauta. **Sertão de Fogo: a luta de um povo rumo ao desconhecido**. Goiânia: Gráfica e Editora Talento, 2003.

⁵ LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996, p. 313. Exemplos trazidos pelo autor estão nas páginas 312 a 320 dessa obra.

rumo ao “futuro” e à “modernidade” trazida pela “civilização”. Esse “progresso” foi “anunciado” de maneira profética ou pragmática pelos mais diversos agentes históricos, dos quais alguns são identificados através de suas narrativas que apresentam elementos relacionados a distintos projetos desde os coloniais, exploratórios, missionários, de Nação, empresariais (sobretudo os de navegação e comunicação fluvial), além daqueles ligados à agropecuária, chegando aos do “agronegócio” e que foram apoiados de forma efetiva ou discursiva por diferentes governos ao longo do *processo histórico* de avanço sobre aquele espaço.

Nesse sentido, presente no título dessa tese, estão elementos que remetem à reflexão que fundamentará sua narrativa alicerçada na análise desenvolvida a partir da crítica ao *corpus* documental e da problematização das *práticas sociais* e das *relações de poder* que envolveram a elaboração das narrativas sobre aquele espaço analisadas. Essa perspectiva incorpora a noção de *representação* problematizada por Roger Chartier (1945-), ciente da histórica discussão sobre *representação social* nos campos da Antropologia e da Sociologia⁶ e na abordagem de Pierre Félix Bourdieu (1930-2002) que fundamenta as reflexões de Chartier sobre tal concepção⁷ e também das possibilidades de ampliação do debate por questionamentos posteriores, tal qual os apontados pelo historiador Franklin Rudolf Ankersmit (1945-)⁸.

⁶ A indicação da existência de *outra* natureza, *outro* espaço e *outro* humano partem da compreensão de que, nas *práticas sociais* e *relações de poder* histórica e socialmente construídas, diferentes agentes históricos e grupos humanos classificam, categorizam, hierarquizam, nomeiam, descrevem e criam *representações* de si e dos *outros* a partir das diferenças existentes entre o espaço e a natureza que conhecem e são oriundos, bem como em relação ao não pertencimento ao seu grupos humano. Desde o século XIX, sociólogos e antropólogos debatiam sobre esses elementos através da proposição de concepções que os explicariam como por exemplo, “formas elementares de classificação” e “representação coletiva” que estão presentes nos escritos de David Émile Durkheim (1858-1917) e Marcel Mauss (1872-1950), aos quais Chartier propõe um retorno, mas que não é realizada nessa pesquisa que tem outro objetivo para além de abordagem histórica sobre tal concepção que é instrumentalizada na análise. In: CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, 2002 b, p. 72-73 e, CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2 ed., Lisboa: Difel, 2002 a, p. 18-19.

⁶ CHARTIER, 2002 a, p. 20.

⁷ A influência da teoria de Bourdieu está manifesta um de seus livros, quando, na introdução, apela “Por uma sociologia história das práticas culturais” como possível resposta à insatisfação à história cultural francesa e à “Crise das Ciências Sociais”. In: CHARTIER, 2002 a.

⁸ ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história**: a natureza da representação histórica. Tradução Jonatham Menezes [et al.]. Londrina-PR: EdUEL, 2012.

Chartier aponta possibilidades analíticas que são aplicáveis à problematização dessa tese, pois indica a necessidade de utilizar o conceito de *representação* “num sentido mais particular e historicamente mais determinado”⁹, uma vez que a mesma possui uma “pertinência operatória para tratar os objetos ausentes”, seja por meio da distinção em relação aquilo que representa, ou como maneira de “exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém”¹⁰. Dessa forma, a *representação* “é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é”, podendo ainda operar por uma relação simbólica entre o “signo visível e o referente por ele significado”¹¹.

Construir *representações* é uma estratégia na qual, por meio da linguagem, um agente histórico e/ou um grupo substitui e evoca o que está ausente, atribuindo ao *outro* certas características, posição hierárquica diante de seu mundo, categorização, nomeação e demais elementos simbólicos relacionados às *práticas sociais e relações de poder* às quais pertence. Nesse sentido, as *representações* são construídas e/ou reproduzidas no e para o mundo social ao qual seus formuladores pertencem ou almejam pertencer, e por isso, está diretamente relacionada à construção da identidade em sua relação de alteridade com *o outro*.

Ligadas à construção de identidade baseada na oposição do *nós* e do *outro*, estão as *luta de representações* e os *conflitos de categorizações*, alicerçadas nas intencionalidades, interesses e relações “[...] determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”.¹² Desse modo, para Chartier¹³, tanto as “percepções do social não são de forma alguma discursos neutros” como são capazes de produzir “estratégias e práticas”. Essas possuem uma tendência a “impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” que são “colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios

⁹ CHARTIER, 2002 a, p. 20.

¹⁰ CHARTIER, 2002 a, p. 20.

¹¹ CHARTIER, 2002 a, p. 21.

¹² CHARTIER, 2002 a, p. 17.

¹³ CHARTIER, 2002 a, p. 17.

se enunciam em termos de poder e de dominação” e geram *lutas de representações* que buscam impor “sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.”¹⁴

Logo, a perspectiva analítica adotada nessa tese considera a existência de uma *luta de representações* em relação ao espaço, à natureza e aos grupos humanos por meio da análise de narrativas escritas em meio às *práticas sociais e relações de poder* presentes no *processo histórico*, considerando suas “[...] organizações discursivas e as categorias que as fundam - sistemas de classificação, critérios de recorte, modos de representações - não são redutíveis às ideias que elas enunciam ou aos temas que sustentam”¹⁵, como indica Chartier ao alertar para o risco de “tratar os discursos em sua descontinuidade e sua discordância” e tirar conclusões a partir de um “[...] conjunto de texto à caracterização de uma “mentalidade” (ou de uma “visão do mundo” ou de uma “ideologia”), e depois fazia passar desta a uma atribuição social unívoca.”¹⁶

Portanto, seria necessário compreender as “especificidades” inscritas “em seus lugares (e meios) de produção e em suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regulação que a ordenam e a controlam, e interrogada em seus modos de abonação e de veracidade.”¹⁷ Partindo dessa problematização trazida por Chartier, é fundamental destacar que essa análise não busca identificar uma única “ideologia”, “mentalidade” ou “visão de mundo” supostamente compartilhada por todas as narrativas, tendo como foco a crítica à tais fontes documentais a fim de apontar como as *representações* ali presentes articulam a oposição entre *o nós* e *o outro* e legitimam *práticas sociais e relações de poder* específicas relacionadas à apropriação e uso da natureza que variou de forma significativa ao longo do *processo histórico*.

Por abordar narrativas e *representações*, a problemática relação entre ambas e a “realidade” se consolida como uma questão a ser identificada, sobretudo após o impacto na historiografia da *linguistic turn*, cujo maior expoente é Hayden V. White (1928-2018) que, em 1973, publicou a obra “Metahistória: a imaginação

¹⁴ CHARTIER, 2002 a, p. 17.

¹⁵ CHARTIER, 2002b, p. 77.

¹⁶ CHARTIER, 2002b, p. 77.

¹⁷ CHARTIER, 2002b, p. 77.

histórica do século XIX”. O cerne da argumentação do autor recai na sua percepção de que a História, enquanto historiografia, estaria mais aproximada à literatura do que à ciência, uma vez que o sentido da narrativa se daria através de operações literárias e, portanto, sendo composta pela ficção que seria a única capaz de criar significado entre os eventos. De acordo com White¹⁸, o trabalho historiográfico estaria marcado por uma “estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” e uma subestrutura “meta-histórica” que caracteriza as narrativas marcadas por três tipos de explicação: aquela realizada por meio de argumento formal; outra pela elaboração do enredo; e por implicação ideológica. Ademais, o autor categoriza tipos de estratégia de articulação e arquétipos que sustentam o enredo da narrativa histórica, abordando a forma e tropos de linguagem poéticas que podem ser encontrados nas narrativas históricas.

White¹⁹ afirma que o “problema do historiador” seria o de construir um “protocolo linguístico” com “[...] dimensões lexicais, gramaticais, sintéticas e semânticas por meio do qual irá caracterizar o campo, os elementos nele contido, nos seus próprios termos (e não no que vem rotulados nos documentos)” para poder “[...] assim prepará-los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá deles em sua narrativa”.²⁰ Para o autor, seria possível diferentes explicações históricas, uma vez que as diferenciadas conclusões decorrem da construção do campo histórico de maneiras alternativas e “[...] se comprometiam com estratégias de explicação, construção de enredo e implicações ideológicas.”²¹

Esses principais argumentos também são utilizados quando White problematiza o *status* da narrativa histórica, considerando que a mesma seria “[...] exclusivamente como um artefato verbal que pretende ser um modelo de estruturas e processos há muito decorridos e, portanto, não sujeitos a controles experimentais ou observáveis”²². Logo, seria possível aos historiadores tão somente “observarem a natureza essencialmente provisória e contingente das representações históricas”²³,

¹⁸ WHITE, Hayden. **A meta-história**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 08.

¹⁹ *Idem*, 2008, p. 45.

²⁰ WHITE, 2008, p. 45.

²¹ WHITE, 2008, p. 438.

²² WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaio sobre a crítica da cultura. Tradução Alípio Correa de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 98.

²³ WHITE, 1994, p. 98.

indicando que esse é o limite de acesso ao “real” imposto à historiografia. Para White, “processos e estruturas históricas não são como os originais” e por isso “[...] não podemos olhar para eles a fim de verificar se o historiador os reproduziu com propriedade em sua narrativa”²⁴, dando margem para a caracterização da narrativa histórica como portadora de uma “natureza fictícia”, como mais um dos “tipos de discurso”, que pode ser comparada tanto à ciência – por seu rigor conceitual e tentativa de criar leis universais –, como à literatura.

Para White²⁵, as “histórias conseguem parte de seu efeito explicativo graças ao êxito de criar histórias de simples crônicas” por meio de uma operação de “urdidura do enredo” que codifica os fatos contidos nas crônicas por meio de “tipos específicos de estruturas de enredo”, tal como ocorre na ficção. Logo, os fatos históricos têm “valor neutro” e ficam à disposição como potenciais elementos de um enredo possível apenas se entrelaçado pelo historiador através de seu texto com elementos literários e da imaginação. Nesse sentido, a narrativa histórica “não reduz os eventos que descreve”, mas diz a direção em que o historiador deve “[...] pensar acerca dos *acontecimentos* e carrega o nosso pensamento sobre os eventos de valências emocionais diferentes. A narrativa histórica não imagina as coisas que indica: ela traz à mente imagens das coisas que indica, tal como o faz a metáfora.”²⁶ Ademais, o “[...] estilo narrativo, na história como no romance, seria pois construído como a modalidade do movimento que parte da representação de algum estado de coisa original para chegar a algum estado subsequente.”²⁷.

Dessa maneira, é possível indicar que, para White, o critério de validação do conhecimento histórico ainda está fora da “mente” e do “texto” do historiador, pois por mais que seja composto por elementos de ficção e imaginação histórica, seu conteúdo está ancorado em elementos externos *representados* por meio da narrativa histórica. Contudo, ligar a narrativa aos elementos externos, não significa que o mesmo considere como possível ao historiador ter acesso ao “real”, uma vez que White se posicionou ao indicar a existência de um “elemento ficcional de toda as narrativas históricas” que teria despertado “[...] a ira dos historiadores,

²⁴ WHITE, 1994, p. 104.

²⁵ WHITE, 1994, p. 100.

²⁶ WHITE, 1994, p. 108.

²⁷ WHITE, 1994, p. 113.

que acreditam estar fazendo algo fundamentalmente diferentes dos romancistas, visto se ocuparem dos *acontecimentos* “reais”, enquanto o romancista se ocupa de “eventos imaginados””.²⁸

A proposta de White de “lançar alguma luz na crise do pensamento histórico”²⁹ precisa ser brevemente apresentada para que sua complexidade argumentativa não seja simplificada, uma vez que algumas de suas reflexões pontuais contribuíram para a problematização da relação entre a *representação* e as *práticas sociais* e as *relações de poder* da qual foram construídas.

Porém, antes de retomar esse fio analítico, é preciso destacar que existe uma diferenciação entre a proposta de White em relação a de outros historiadores que levaram a extremos a sua ideia, indicando que a narrativa historiográfica seria apenas ficcional e mais um discurso, tal qual a posição “cética e irônica” de Keith Jenkins (1943-) e citada como emblemática da pós-modernidade.³⁰ Para Jenkins,³¹ a história - enquanto historiografia, seria tão somente “um discurso cambiante e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado...”, e um “constructo linguístico intertextual”.³² Nesse sentido, a relação entre texto e o real seria apenas ficcional e geradora de discursos sobre o “passado”, equivocadamente colocado como o “real” pelos historiadores. Todavia, é fundamental considerar como problemática sua artimanha teórica, uma vez que Jenkins insere erroneamente a busca pelo “passado” como o objeto da história justamente por ser algo abstrato e inacessível, de modo que restariam apenas os “textos” como materialidade passível de análise historiográfica. Dessa forma, a ênfase na linguagem própria da *linguistic turn* é somada à ideia de que a realidade é inacessível e suas explicações convergiriam na construção de discursos múltiplos, conduzindo ao relativismo extremo, uma vez que para Jenkins, não existiria uma experiência histórica “verdadeira”, somente textos - documentos e análises - que seriam discursos.

Essa perspectiva pode ser indicada como matriz de um possível relativismo radical e niilismo que podem resultar nos efeitos nefastos de

²⁸ WHITE, 1994, p. 115.

²⁹ WHITE, 1994, p. 109.

³⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso; VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 38.

³¹ JENKINS, Keith. **História repensada**. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001, p. 52.

³² JENKINS, 2001, p. 26.

fragmentação, perda de identidade e legitimidade de narrativas históricas. Ademais, essa perspectiva não é apropriada para a proposta de análise dessa tese, uma vez que além de “textos”, existem relações concretas e simbólicas fora do texto que podem ser analisadas a partir das problematizações sobre elementos das *práticas sociais* e das *relações de poder* através das quais as narrativas e as *representações* se materializaram. Não se trata da relação entre “texto” e “contexto” a partir de mais “textos”, mas da análise entrecruzada de fontes documentais que permitem compreender elementos das relações e dinâmicas que ocorreram no passado, não se buscando o passado em si. Vale ressaltar ainda que o objetivo dessa tese não é a compreensão dos “fatos” “reais” e “verdadeiros” que ocorreram no *processo histórico*, mas de perceber como diferentes agentes históricos e grupos construíram *representações* sobre si mesmos e sobre *os outros* por meio de narrativas concomitantemente à *práticas sociais* e *relações de poder* específicas que ocorreram de modo concreto ao longo do *processo histórico*.

Desse modo, ainda que essa narrativa seja mais uma dentre outras que tratam sobre essa problemática e que possa conter restrições subjetivas e elementos imaginativos, a mesma não é construída como um “discurso” alicerçado tão somente em ficção. Trata-se de uma narrativa histórica baseada em critérios de validação, pois, compartilha da preocupação de Carlo Ginzburg³³ de que, sem tais critérios e sujeito ao extremo relativismo, esse conhecimento pode ser manipulado e apropriado pelos grupos detentores do poder ou que o almejem, de acordo com seus interesses o ainda colocado como apenas mais uma “versão” da história.

Ressalta-se que essa narrativa não é construída a partir da análise sobre o “passado” mas acerca de *representações, práticas sociais* e *relações de poder* que dinamizaram um *processo histórico* específico partindo da inspiração daquilo que Ginzburg indica³⁴ ser o *paradigma indiciário*.³⁵ Essa seria uma ferramenta

³³ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

³⁴ Ressalta-se que o autor indica que teria “forjado” sua conceituação, mas que o procedimento existia ao longo da História Humana, por se tratar de uma forma de pensamento, e que, no final do século XIX, “[...] emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas um modelo epistemológico”. (GINZBURG, 1989, p. 145).

³⁵ Ginzburg analisou como esse “paradigma indiciário” emergiu por meio de três personagens históricos: o psicanalista Sigmund Freud; o escritor Arthur Cona Doyle; e o historiador de arte Giovanni Morelli que desenvolveu um método de avaliação dos quadros de arte. Depois, o autor indica como ocorreu uma comparação entre o método morelliano e o método criminal por meio dos

metodológica capaz de conduzir, por meio de sinais e indícios, internos e externos aos documentos, à uma validação do conhecimento histórico e à elaboração de narrativas com valor referencial, ainda que para Ginzburg o *paradigma indiciário* parte de “formas de saber tendencialmente mudas” cujas “regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas”³⁶, obrigando o historiador a percorrer os sinais e símbolos analisados para compreender empiricamente como o mesmo pode ser aplicado. Essa reflexão de Ginzburg se configura como uma possibilidade de validação do conhecimento histórico por meio de indícios, sinais e elementos exteriores às narrativas dos historiadores e que expressa o anseio de quem busca escrever uma história que seja, no mínimo, verossímil, ainda que considere como fundamental a problematização sobre a existência de elementos ficcionais indicada por White e de outros aspectos subjetivos que influenciam a sua escrita.

Contudo, tal perspectiva de análise em relação ao *corpus* documental não indica, necessariamente, que essa tese se enquadre dentro de todas as diretrizes da ampla abordagem teórica proposta por Ginzburg ou por Chartier. Se tratando desse último, é fundamental destacar o distanciamento daquilo que o autor aponta como uma “forma de renúncia” relativa à “[...] definição territorial dos objetos de pesquisa, geralmente identificados à descrição de uma sociedade instalada em um espaço particular (uma cidade, um “país”, uma região)”³⁷. Esse distanciamento se deve ao fato de que essa tese tem como foco um *processo histórico* permeado de dinâmicas e *acontecimentos* espacialmente situados, considerando que as *práticas sociais*, as *relações de poder* e as mais variadas *representações* problematizadas possuem uma profunda conexão com o espaço, a natureza e seus habitantes. O espaço possui importância fundamental para a análise pois suas especificidades naturais se somam àquelas decorrentes da ação humana, fazendo com que o mesmo

escritos de Castelnuevo, do mesmo modo que o faz, a partir de Wind, em relação à ligação entre o método morelli e seu uso na psicologia moderna, uma vez que o jovem Freud leu Morelli e indica seu método baseado nos resíduos”, conforme apresentado por Ginzburg (1998, p. 145-150). Esses agentes históricos tinham em comum a aplicação em seus ofícios ou na sua produção de métodos ancorados na observação e sistematização dos mínimos detalhes, no “modelo da semiótica médica”, uma vez que todos tinham essa formação e não seria uma “simples coincidência”, mas aponta que nas “década de 1870-1880 -, começou a se afirmar nas ciências humanas um paradigma indiciário baseado justamente na semiótica”, conforme Ginzburg (1998, p. 151).

³⁶ GINZBURG, 1989, p. 179.

³⁷ CHARTIER, 2002 b, p. 65-66.

seja alvo de projetos e interesses variados que perpassam práticas de exploração, apropriação, domínio e também suas *representações*.

Isto posto, destaca-se ainda que o espaço é o elemento mais antigo no *processo histórico* analisado, existindo com ou sem a presença humana e integrando uma história de *longa duração* na qual as transformações ocorreram lentamente no *tempo estrutural* ou *tempo geográfico*, conforme conceituação proposta por Fernand Braudel (1902-1985).³⁸ A perspectiva de *longa duração* agrega o aspecto temporal uma vez que incorpora a ideia de que existem diferentes *ritmos temporais* entre as mudanças geológicas e naturais em relação às transformações provocadas pelas ações humanas, considerando ainda que diferentes grupos possuem distintas maneiras de experimentar e conceber o tempo. Dessa maneira, essa perspectiva atrela espaço e tempo por meio de uma conceituação ampla proposta por Braudel que precisa ser compreendida para se tornar instrumental a nível analítico e para evitar a leitura equivocada de que essa narrativa esteja em busca de “origens”.

Em 1946, Braudel finalizou a obra “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Filipe II”³⁹ e doze anos depois, no texto intitulado “História e Ciências Sociais: A Longa Duração”⁴⁰, problematiza e sistematiza teoricamente o que havia realizado anteriormente. Ao prefaciá-la, uma coletânea de textos escritos ao longo da vida⁴¹, o historiador afirma que, apesar de não se reconhecer integralmente em seu “pensamento de ontem”, tinha encontrado a sua “coerência” por meio da concepção de *longa duração*. Seria essa uma “[...] estrada essencial da história, não a única, mas que coloca por si só todos os grandes problemas das estruturas sociais, presentes e passadas. É a única linguagem que liga a história do presente, convertendo-a em um todo indissolúvel.”⁴²

³⁸ BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais: a longa duração**, 6. ed., Lisboa: Editorial Presença, 1990.

³⁹ Trata-se da tese de Braudel, e que, segundo a descrição contida na primeira edição portuguesa publicada pela Martins Fontes em 1983, foi: “[...] redigida durante a sua detenção no campo de concentração de Lübeck e que defendeu em 1947, inaugurando uma nova maneira de encarar a História...”. Diante disso, não é possível citá-la sem destacar seu contexto de escrita e sem conferir o seu devido reconhecimento pelo feito.

⁴⁰ BRAUDEL, 1990.

⁴¹ BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Debates; 131 / dirigida por J. Guinsburg.

⁴² BRAUDEL, 2014, p. 08.

Em meio aos debates travados⁴³ e ao problematizar o ofício do historiador relacionado às questões epistemológicas e metodológicas envolvidas no labor, essa reflexão madura de Braudel⁴⁴ aponta para a importância fundamental da *longa duração* como caminho a ser percorrido pelo historiador ou cientista social que compreende a dinâmica entre os diferentes tempos e seu caráter múltiplo que extrapola a percepção do mesmo enquanto um *continuum* linear e cumulativo sobre o qual se desenrolam as ações humanas e outros *acontecimentos*.

Sua insistência na importância da *longa duração*⁴⁵ pode ser compreendida como resposta às críticas feitas à “história”, sobretudo pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009), que em 1949 havia escrito o texto “História e etnologia”, posteriormente inserido no livro “Antropologia estrutural” como seu primeiro capítulo. Braudel⁴⁶ se posiciona diante da *virada estruturalista* proposta por Lévi-Strauss, ponderando que a noção de *estrutura* enquanto *modelo* a ser “encaixado” em diferentes sociedades ou ainda como algo estático partia de uma concepção equivocada, oriunda de uma certa sociologia que desprezava a história, o movimento e a transformação. Diante disso, Braudel⁴⁷ propõe às demais Ciências Humanas e Sociais a adoção de uma concepção histórica de *estrutura*, que seria “[...] uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar.”⁴⁸

No prefácio à segunda edição da obra “O Mediterrâneo...”, escrita em 1963, após uma série de revisões e alterações de conteúdo, Braudel afirma que o que manteve “imutável” foi o problema histórico ligado à *longa duração*, pois partia do questionamento relativo à possibilidade de um “trabalho histórico”

⁴³ Esses debates historiográficos citados podem ser em relação à outros teóricos e outras áreas das ciências sociais, como indicado no texto *História e Ciências Sociais. A Longa Duração*, no qual o autor está respondendo à concepção de história criticada por Claude Lévi-Strauss, além de delimitar os domínios da história e sua relação com a etnologia, antropologia, sociologia, linguagem, geografia. Braudel (2014, p. 08), em suas reflexões sobre os textos antigos, reconhece que o seu pensamento foi influenciado por amigos, sobretudo Lucien Febvre, e por polêmicas que se inseriu com autores de outras áreas.

⁴⁴ *Idem*, 1990, 2014.

⁴⁵ BRAUDEL, 1990.

⁴⁶ *Idem*, 1990.

⁴⁷ *Idem*, 1990, p. 14.

⁴⁸ A importância da proposta de uma concepção histórica de *estrutura* pode ser observada na contraposição à ideia de Lévi-Strauss de que existem fenômenos de natureza universal como o tabu do incesto. Braudel insere esse tipo de mito numa realidade de longa duração, no tempo estrutural com extremas longevidades que pouco se alteram, mas que não são atemporais ou a-históricos, como alguns textos do antropólogo deixam transparecer.

conseguir “[...] captar simultaneamente uma história em permanente transformação, vedeta das suas próprias mudanças e dos seus espetáculos” e também “uma outra história, subjacente, mais silenciosa, discreta, passando quase despercebida às suas próprias testemunhas e actores”.⁴⁹ Seria essa uma “contradição, decisiva e ainda inexplicada” “aplicável a todos os aspectos da vida e da qual seria possível articular as estruturas e as conjunturas, “referidas estas ao curto prazo e aquelas ao longo”.⁵⁰

Após sua reflexão sobre essa relação, Braudel sugere que a adoção da perspectiva de *longa duração* seja atrelada à da existência de “múltiplas ligações” de um “patamar temporal”⁵¹ que viria a ser categorizado como uma “pluralidade do tempo histórico” proveniente da existência de “tempos múltiplos” que variam entre “o instante e o tempo lento no decorrer”, ou seja, com *ritmos temporais e durações* variadas. Dessa sua compreensão acerca dos *tempos múltiplos* é possível identificar as distintas *durações* que compõem um *processo histórico*, pois, primeiramente, existe o *tempo da estrutura*, aquele da *longa duração* mais próximo à geografia, que pouco se altera com o passar dos séculos e milênios que compõem uma história “[...] quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feita de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados”, uma história quase fora do tempo, de relação com as coisas inanimadas”⁵² não desprezável.

Para Braudel, além do *tempo estrutural*, existe o *tempo social*, aquele da *média duração* mais ligado à economia, às transformações sociais que ocorrem num *ritmo temporal* marcado por variações lentas que compõem a “história dos grupos e agrupamentos”⁵³ derivados das ações humanas, como a formação de Impérios e Estados. E por fim, existe ainda o *tempo conjuntural*⁵⁴, o da *curta duração*, relacionado à ação do agente histórico, à política e ao *acontecimento*.

Na concepção desse historiador, seria esse último o *tempo* menos importante em termos analíticos por ser efêmero, como indicado na sua clássica

⁴⁹ *Idem*, 1983, p. 28-29, no *Prefácio à segunda edição*, escrito em 1963.

⁵⁰ *Idem*, 1983, p. 28-29, no *Prefácio à segunda edição*, escrito em 1963.

⁵¹ *Idem*, 1990.

⁵² BRAUDEL, 1983, p. 25, no *Prefácio à primeira edição*, escrito em 1946.

⁵³ BRAUDEL, 1983, p. 25, no *Prefácio à primeira edição*, escrito em 1946.

⁵⁴ No prefácio da obra de 1946, Braudel conceitua como tempo individual.

metáfora⁵⁵ que compara o *acontecimento* a uma onda passageira que chega à praia e logo desaparece diante da profundidade e imensidão do oceano – este seria equivalente ao *tempo social e estrutural*. Em 1946, Braudel⁵⁶ se alinhou com a posição historiográfica dos “*Annales*”⁵⁷ e afirma ser do *tempo político* que se “ocupava a história tradicional”⁵⁸, “[...] uma história de acontecimentos à maneira de Paulo Lacombe e François Simiand, isto é, a da agitação da superfície, as vagas levantadas pelo poderoso movimento das marés, uma história com oscilações breves, rápidas, nervosas.”⁵⁹

É fundamental destacar que tal perspectiva é criticada por historiadores que consideram relevantes os *acontecimentos*, tal como Georges Michael Claude Andre Duby (1919-1996) que indica que esses “[...] são como espumas da história, bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância”⁶⁰. Entretanto, é preciso

⁵⁵ “Os volteios metafóricos de Braudel são bem conhecidos. Os eventos são meras perturbações superficiais, espumas nas grandes ondas da história. Reluzem como pirilampos, cujo brilho ténue continua a deixar na escuridão o mundo a seu redor, ou como chamas que mal podem ser percebidas, mas cuja “fumaça enganadora” enche a mente dos espectadores”. In: SAHLINS, Marshall. O Retorno do Evento, outra vez: com reflexões sobre os primórdios da Grande Guerra fijiana de 1843-1855 entre os reinos de Bau e Rewa. In: _____. **Cultura na Prática**. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Coleção Etnologia). p. 318.

⁵⁶ Idem, 1983, p. 25, no Prefácio à primeira edição, escrito em 1946.

⁵⁷ Trata-se do periódico francês “*Annales d’histoire économique et sociale*” fundado em 1929 pelo orientador de Braudel, Lucien Febvre e por Marc Bloch, e que é conhecida historiograficamente por possuir “gerações”, dentre as quais a segunda foi marcada pela direção de Braudel e a inovação do debate sobre *tempo* e a importância atribuída à geografia, o que, para alguns historiadores seria o “efeito Braudel” que “[...] arrebatou a adesão maciça e o reconhecimento de que o conjunto da escola histórica francesa hoje se beneficia. Terá sido, sobretudo, o rei desse Império do meio, nó essencial, charneira entre as gerações da escola dos *Annales*; a dos pais fundadores dos anos 30: Marc Bloch e Lucien Febvre e esta, atual, a dos herdeiros. Braudel é, por essa razão, ao mesmo tempo o herdeiro direto e o inovador, aquele que permitiu, por suas orientações, uma série de deslizos que vão acabar no esfacelamento atual do campo histórico. Ao privilegiar uma história naturalizada e a longa duração, abriu o caminho para a história imóvel. Ao assimilar toda uma série de categorias das ciências sociais, anunciava o alinhamento completo da história diante dessas últimas. Ao decompor a unidade temporal, permitiu o estudo de objetos heterogêneos, a quebra do tempo e a história em migalhas”. In: DOSSE, François. **História em migalhas**. Dos *Annales* à Nova História. Tradução Dulce A. Silva Ramos. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1994, p. 158.

⁵⁸ No prefácio da segunda edição, escrito em 1963, Braudel (1983, p. 27), já considerava aquele debate ultrapassado: “Não deve, também, o leitor iludir-se com os argumentos expressos no prefácio da primeira edição, pois eles visavam combater teses obsoletas, hoje em dia já esquecidas no mundo da investigação, se não mesmo no ensino. O combate de ontem é hoje apenas contra as sombras.” É possível identificar aqui um esforço de colocar essa historiografia no universo do esquecimento, numa atitude característica daqueles que escrevem a história e a memória apenas dos “vencedores” dos combates.

⁵⁹ BRAUDEL, 1983, p. 25, no *Prefácio à primeira edição*, escrito em 1946.

⁶⁰ DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines**: 27 de julho de 1214. Tradução Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 a, p. 14.

ressaltar que Braudel não desconsidera os *acontecimentos* das possibilidades de análise, mas considera que a *curta duração* precisa ser analisada através da *dialética das durações*, ou seja, em sua relação com a *longa duração*, ainda que no seu entendimento, os “[...] acontecimentos espetaculares não passam muitas vezes de instantes, de manifestações dos grandes destinos, e só neles [tempo geográfico e tempo social] encontram explicação cabal”⁶¹.

Essa *dialética* parte de *tempos múltiplos* marcadamente diferenciados por Braudel pelos seus *ritmos temporais* e *durações* que resultam numa “[...] decomposição da história em planos sobrepostos; ou, se se quiser, à distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, de um tempo social, e de um tempo individual [conjuntural]”⁶². Para além de uma categorização problematizada do tempo histórico, a insistência do autor é de que a *dialética das durações* seria um eficiente instrumento analítico, pois “[...] a duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens [e mulheres] que são, não só a substância do passado, mas também, a matéria da vida social actual”⁶³.

Nesse sentido, a *dialética das durações* pode ser uma ferramenta útil para atrelar os *tempos múltiplos* e neles inserir problemáticas relativas à análise que remete à discussões ambientais do *tempo presente* como aquelas que tratam dos usos da natureza - como a apropriação do espaço e a exploração e/ou eliminação de parte seleccionada da fauna e flora entendida como recursos, meio e matéria-prima ou ainda como substituíveis. Essas práticas estão imbricadas com a construção de *representações* sobre o espaço, a natureza e outros agentes históricos que foram construídas ao longo do *processo históricos*. Assim sendo, essa análise estaria alinhada à perspectiva de Braudel de que cabe à História - enquanto campo - responder às “[...] tarefas que actualmente se lhe impõem, qual seja a de responder aos angustiantes problemas actuais, ligando-se às ciências do homem, tão jovens ainda, mas já tão avassaladoras.”⁶⁴

⁶¹ BRAUDEL, 1983, p. 26, no *Prefácio à primeira edição*, escrito em 1946.

⁶² BRAUDEL, 1983, p. 26, no *Prefácio à primeira edição*, escrito em 1946.

⁶³ BRAUDEL, 1990, p. 09.

⁶⁴ *Idem*, 1983, p. 26, no *Prefácio à primeira edição*, escrito em 1946. Apesar de ter escrito essa afirmação logo após as grandes guerras mundiais, sua reflexão é pertinente diante de novos e “angustiantes problemas” do século XXI.

Todavia, por adotar a perspectiva da *longa duração*, essa análise não se alicerça tão somente nas concepções de Braudel e não busca inserir o Rio Araguaia ou o espaço analisado como o centro de “fatos” que marcaram as transformações no *tempo geográfico, social e político*. A *longa duração* é acionada enquanto instrumento que permite analisar as *práticas sociais* e as *relações de poder* entrelaçadas às *representações* construídas por agentes históricos situados ou que projetavam diferentes *ritmos temporais* sobre aquele espaço a fim de diferenciar o *avanço* sobre o espaço em relação à sua *apropriação*, bem como os projetos e práticas de uso e exploração da natureza por diferentes grupos humanos.

Ademais, não são adotados os modelos espaciais e oriundos da geografia concebidos por Braudel⁶⁵ e que não se consolidaram como “peça” fundamental das narrativas históricas e de trabalhos sociológicos ou etnológicos como proposto. Um dos principais motivos do insucesso da proposta de Braudel tem relação com algumas de suas abordagens geográficas nas quais o historiador coloca o espaço apenas como “cenário” das transformações, tal como na obra “Gramática das Civilizações”, de 1987, na qual problematiza que as “liberdades particulares” - elementos abstratos - estariam intimamente ligadas à análise do espaço da Europa Ocidental entre os séculos V e XIII⁶⁶, e assim sendo, o espaço seria “a casa” que possibilitaria aquelas transformações históricas.

Porém, a ampla obra de Braudel não pode ser enquadrada somente dentro dessa crítica, pois mesmo em narrativas densas como a de “Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII”⁶⁷, sua concepção de “economia-mundo”⁶⁸ está relacionada a espaços específicos que são para o autor

⁶⁵ BRAUDEL, 1990, p. 39.

⁶⁶ BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. Tradução Antonio de Pádua Danese. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção O homem e a história), p. 287.

⁶⁷ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

⁶⁸ Para Braudel (1996, p. 12), uma “economia mundo” é “[...] apenas um fragmento do universo um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica.” Ademais, “Uma economia-mundo é um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas a *níveis diferentes*. Desenha-se no local três “áreas”. Três categorias pelo menos: um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores. [...] A imensa periferia, com seus povoamentos pouco densos, é, pelo contrário [do centro], o arcaísmo, o atraso, a exploração fácil por parte dos outros. Essa geografia discriminatória ainda hoje logra e explica a história geral do mundo, se bem que esta, ocasionalmente, também crie por si mesma o logro com a sua convivência.”, (BRAUDEL, 1996, p. 29). Tal concepção não é adotada nessa narrativa.

“fonte de explicação” que “[...] põe em causa ao mesmo tempo todas as realidades da história, todas as partes envolvidas da extensão: os Estados, as sociedades, as culturas, as economias... E, conforme escolhamos um ou outro destes *conjuntos*, modificar-se-ão o significado e o papel do espaço. Mas não inteiramente.”⁶⁹

A proposição de Braudel sobre o uso de elementos analíticos da geografia não parte de uma abstração filosófica com notas do que “deveria ser”, mas sim, de reflexões oriundas do exercício de pesquisa e escrita, sobretudo em “O Mediterrâneo...”. A primeira parte dessa obra foi intitulada de “O Meio”, e, segundo Braudel⁷⁰, “[...] orienta-se segundo uma determinada concepção de geografia, atenta sobretudo para os dados humanos”. Essa perspectiva possui influências da geografia humana de Vidal de La Blache (1845-1918) presente em publicações da revista “Annales de Géographie”, fundamentais para a primeira geração dos “Annales”, conforme indicação de Cracco.⁷¹

À vista disto, Braudel reforça que a geografia e a história podem e devem se atrelar num “jogo” em que “[...] a geografia deixa de ser um valor em si mesma para se tornar um meio, ajudando a reencontrar as mais lentas das realidades estruturais, e a organizar uma perspectivação segundo uma linha do mais longo prazo.”⁷² Braudel⁷³ afirma que “o melhor documento sobre o passado do mar é ele próprio”, indicando a importância conferida por ele aos elementos físicos como base para se problematizar os “elementos humanos”. Seguindo essa lógica, o Mar Mediterrâneo ganhou uma importância fundamental na obra, cujo título foi indicação de Lucien Febvre que teria sugerido “[...] a inversão dos personagens históricos que habitam o livro, segundo sua grandeza: não mais Felipe II e o Mediterrâneo, e sim, o Mediterrâneo e Felipe II”⁷⁴. Essa aparente simples inversão, é uma mudança de percepção na qual o “grande personagem” de uma história política do século XIX é colocado no seu devido lugar, depois do Mar

⁶⁹ Braudel, 1996, p. 12.

⁷⁰ *Idem*, 1983, p. 33.

⁷¹ CRACCO, Rodrigo Bianchini. *A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel: de sua tese O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II até o artigo História e Ciências Sociais: a longa duração (1949-1958)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, São Paulo, 2009, p. 59.

⁷² Braudel, 1983, p. 33.

⁷³ *Idem*, 1983, p. 21, no “Prefácio à primeira edição”, escrito em 1946.

⁷⁴ CRACCO, , 2009, p. 51.

Mediterrâneo, que existe a milhares de anos antes da vida daquele agente histórico e que existirá possivelmente por milhares de anos após sua morte. Desse modo, O Mediterrâneo é o espaço que permanece na *longa duração* e Felipe II é uma vida que desapareceu de forma efêmera, independentemente de suas ações e seu poder, imersos na *curta duração*. Essa percepção não quer dizer que tal personagem e suas ações não tiveram importância para a História, mas imersas na *longa duração*.

Essa virada de perspectiva, na qual o espaço e sua natureza vêm antes da ação humana, é adotada no primeiro capítulo dessa narrativa,⁷⁵ ainda que a problemática envolvendo a apropriação de espaços e natureza possua especificidades que a diferem dos elementos empíricos analisados por Braudel. Além das características físicas, são dois espaços historicamente diferenciados a partir da ação humana. O espaço onde está situado o Rio Araguaia e a Ilha do Bananal é marcado pela presença indígena quando ocorre o *processo histórico* de avanço em sua direção que o transforma em *zona de contato* com a passagem de “não índios”⁷⁶ ao longo de séculos e que, embora tenha diferentes *ritmos temporais*, é significativamente lento até que, no século XX, é transformado em *situação de fronteira* e submetido à uma *aceleração do ritmo temporal* pela sua apropriação realizada por diferentes grupos humanos. Seria, portanto, uma situação inversa ao do Mar Mediterrâneo analisado por Braudel, que foi o centro de ações e relações humanas por séculos até que, na segunda metade do século XVI, sofreu alterações em sua dinâmica “[...] quando o mundo deixou de se centrar nele, de viver para ele e ao seu ritmo”⁷⁷, e a Espanha “vira-se decididamente para o Atlântico”.

Apesar dessas especificidades, a perspectiva de Braudel de apresentar o espaço antes das ações humanas é adotada sobretudo pela necessidade de destacar a importância do mesmo no *processo histórico*. Dessa maneira, nessa narrativa o espaço não é apenas cenário da ação humana, é antes de mais nada, alvo de tais

⁷⁵ No entanto, trazer tais reflexões teóricas não significa que todas as linhas argumentativas dos textos “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo à Época de Filipe II” e “História e Ciências Sociais, A Longa Duração” foram transportadas para a análise de um objeto tão distante espacial e teoricamente. Não se trata aqui de “encaixar” o modelo espacial de Braudel, mas de enxergar elementos que possam contribuir para a análise de um objeto de pesquisa, com suas especificidades.

⁷⁶ A categoria “não índio” é generalizante e por isso é utilizada entre aspas e ocasionalmente antes da devida diferenciação dos outros agentes históricos que avançam sobre o espaço analisado.

⁷⁷ BRAUDEL, 1983, p. 23, no *Prefácio à primeira edição*, escrito em 1946.

ações, uma vez que é objeto de disputas por seu domínio material e simbólico realizadas por diferentes agentes históricos.

A partir dessa perspectiva, a narrativa do primeiro capítulo dessa tese apresenta, ainda que de modo superficial, alguns elementos fundamentais do espaço constituído pelo Rio Araguaia, seus afluentes, a Ilha do Bananal e os varjões buscando indicar como o *tempo estrutural* tem relação com o *tempo social* e o *tempo político*, uma vez que foi justamente por suas características físicas que o mesmo foi alvo de projetos e práticas, além de cenário dos conflitos e da construção de *representações* por parte de diferentes agentes históricos.

Após essa apresentação e inserção desse espaço na *longa duração*, é abordado as mudanças e oscilações do *ritmo temporal* que ocorreram no *tempo social* com a indicação da existência de diferentes grupos humanos dos quais é possível apontar a existência de vestígios arqueológicos que remetem para a possibilidade de serem distintos dos povos indígenas presentes e territorializados quando foi iniciado o processo de avanço sobre aquele espaço. A partir disso, o foco analítico converge para a identificação de diferentes movimentos de avanço sobre esse espaço nos séculos XVI e XVII como expedições missionárias e comerciais oriundas do Norte em busca de catequisar, bem como de bandeiras vindas do Sudeste. Essas bandeiras teriam como principal objetivo o apresamento de indígenas, além de procurar ouro e pedras preciosas que supostamente seriam encontradas em lugares como os Martírios⁷⁸ e uma suposta lagoa denominada Paraupava, ambos envoltos de mitos.

Além desses movimentos, no século XVIII expedições exploratórias vindas de arraiais e vilas em direção ao Rio Araguaia e à Ilha do Bananal consolidam aquele espaço como *zona de contato* entre diferentes povos indígenas com o *outro*, ou seja, os diferentes agentes históricos que transitavam temporariamente por territórios indígenas ali situados.

Esses movimentos também resultaram na elaboração de fontes documentas como mapas, cartas, correspondências de governadores, relatórios de exploradores e outras narrativas que trazem o espaço *representado* sobretudo como

⁷⁸ Trata-se de um local com pinturas rupestres localizado no lajeado da Ilha da Santa Cruz banhada pelo Rio Araguaia que estão situados dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA), localizada no município paraense de São Geraldo do Araguaia.

“sertão”, “desconhecido” e onde se encontravam os povos indígenas categorizados como “gentio”, “bárbaros”, “silvícolas” e “selvagens” e que poderiam ser aliados ou hostis ao projetos, práticas sociais e relações de poder daqueles outros agentes históricos que avançavam sobre aquele espaço.

Nessas *representações*, espaço, natureza e povos indígenas são colocados como *o outro*, e juntos formavam um todo por vezes caracterizado como “desconhecido”, “selvagem” e sem os elementos da “civilização” trazida pelos europeus como os ideais de cristandade e urbanidade. Nessa dinâmica, os agentes históricos que avançam sobre o espaço categorizam *o outro*, o nomeiam, indicam o seu lugar no mundo e buscam decidir o seu pertencimento ou não à “civilização” ou ainda à humanidade. Dessa forma, alguns agentes históricos europeus ou luso-brasileiros, possuíam diferentes modos de narrar, *representar*, expressar e justificar sua relação com esses *outros* aos quais era alheio, utilizando-se de perspectivas distintas, não homogênea, embora convergentes na ideia de “civilização”.

Ressalta-se que aqueles europeus que participaram da colonização do que seria o Brasil estavam imersos noutro *ritmo temporal* de transformação que, para Koselleck,⁷⁹ viria a se converter em experiência cotidiana após a Revolução Francesa, dois séculos depois do contato com *o outro*, nas Américas. Ainda no século XIV, as mudanças provocadas pelas navegações, o desenvolvimento de técnicas, da ciência e de tecnologia, inseriu parte do mundo europeu numa outra dinâmica que começava a mudar a perspectiva de geração para geração. Embora as experiências adquiridas com as antigas gerações ainda fossem fundamentais, as novas tecnologias começavam a distanciar aquilo que uma geração conhecia e o que foi agregado de novo em termos de conhecimento acessível para a geração seguinte e que ocorria num *ritmo temporal* mais *acelerado*, por vezes entre décadas. Simultaneamente, diferentes gerações de portugueses conviveram com transformações em termos de conhecimento náutico, mas atreladas à experiência de navegações anteriores que permitiram a sua prática colonizadora de outros espaços em meio à tais mudanças.

⁷⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 320.

Dessa forma, esses agentes históricos encontraram um *outro* espaço, *outra* natureza e um *outro* ser humano em si diversidade que desafiou os colonizadores a pensar num *horizonte de expectativa* atrelado ao *campo de experiência*⁸⁰, mas envolvido numa relação que foi se transformando.

A novidade era a seguinte: **as expectativas para o futuro** se desvincularam de tudo quanto as **antigas experiências** haviam sido capazes de oferecer. E as experiências novas, acrescentadas desde a **colonização ultramarina** e o desenvolvimento da ciência e da técnica, já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o futuro. A partir de então o espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa. Os limites de um e de outro se separaram⁸¹.

As reflexões de Koselleck são fundamentais para problematizar o fato dos portugueses, mesmo diante do *outro*, o identifica a partir de seus referências ligados às antigas experiências e em relação a si. A partir da análise de cartas, mapas e outras narrativas escritas oriundas do século XVIII é possível identificar *representações e práticas sociais* alicerçada no *espaço de experiência* dos europeus, como é o caso da categoria “sertão” utilizada para nomear o espaço que estava sendo paulatinamente apropriado.

Para Galetti⁸², a concepção de “sertão” não pode ser naturalizada e nem considerada como estática, pois mudou no decorrer dos séculos até se consolidar no século XIX como o “*outro* geográfico”. Contudo, pode ser marcada como categoria trazida pelos portugueses para nomear aqueles espaços desconhecidos, tidos como “desertos”, e “quicá depositários de magníficos tesouros”⁸³, mas sob domínio da natureza.

Este acúmulo de densidade semântica da noção de sertão, produto das práticas e representações constitutivas do processo colonizador, **condensa e expressa, em sua ambivalência e indefinições, o ritmo intermitente, mas constante, da apropriação e modelagem do espaço sertanejo**. Neste ritmo. O sertão, domínio absoluto da natureza, vai se tornando um lugar de histórias e, também objeto de uma memória, dando origem a

⁸⁰ Segundo Koselleck (2006, p. 310), a experiência “tem ligação com o passado presente e a expectativa com o futuro presente”, indicando que na sua tese afirma “[...] que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”, conforme Koselleck (2006, p. 314).

⁸¹ KOSELLECK, 2006, p. 318. (Grifos meus).

⁸² *Idem*, 2012, p. 47.

⁸³ *Idem*, 2012, p. 47.

enredos que assinalam as vitórias dos colonos em sua cruzada de obtenção de terras, metais preciosos e gente a glória de Deus e do Rei.⁸⁴

A autora oferece uma chave analítica fundamental para a problematização, pois indica que a concepção de “sertão” carrega consigo uma relação direta com os *ritmos temporais* envolvidos nas apropriações desses “espaços sertanejos”. Assim, tempo e espaço se entrecruzam explicitamente e atrelam a ambiguidade de ser o “sertão” o lugar do passado - ainda sob domínio da natureza e ocupado pela “selvageria”, mas que é o foco do futuro, pois sobre ele a “civilização” e a “cristandade” podem avançar, se apropriando, explorando e domesticando a natureza e a selvageria.

Em seu ensaio sobre a utilização do tema na literatura brasileira, Fernando Cristóvão sugere que os significados associados ao vocábulo [sertão] encontram suas origens mais remotas na noção de deserto. Vinculada a tradições milenares remetem *tanto à literatura ascética quanto à política*, fortemente carregada de imagens religiosas – inferno, paraíso, purgatório, purificação, solidão – [...]. Além disso, é termo frequentemente associado ao viajante. Espécie de travessia do deserto, no sentido literal ou metafórico [...]⁸⁵.

O “sertão” seria um lugar “vazio” e sem a presença de outros seres humanos “civilizados”, além de estar associado à imagens religiosas ligadas à penitência e castigos e em contraposição ao paraíso. Ertzogue *et al*⁸⁶ indicam ainda que, ao longo dos séculos, a palavra “sertão”, em Portugal e no Brasil, tem como sinônimo lugar “desconhecido”, “longínquo”, “interior” ou “inculto”. Estaria assim, numa perspectiva oposta ao observador que se colocava no “litoral” e na “urbes”, lugares da “civilização”.

Assim sendo, a categoria “sertão” carrega significados agregados alhures e aplicados aos espaços pelos quais portugueses e luso brasileiros avançam ou desejam avançar e se apropriar, se consolidando como uma *representação* do espaço que por vezes se estende a seus habitantes. Na prática, os luso-brasileiros e

⁸⁴ GALETTI, 2012, p. 54. (Grifos meus).

⁸⁵ GALETTI, 2012, p. 48.

⁸⁶ ERTZOGUE, Marina Haizenreder; ZAGALLO, Ana Daisy Araújo; RAMOS JUNIOR, Dornival Venâncio. A invenção do sertão: viajantes e barqueiros navegando pelo Araguaia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n. 1, pp. 42-59, jan.-jun., 2018, p. 55.

portugueses incorporaram nos primeiros séculos de colonização a concepção ambígua de “sertão”, inserindo nela a relação com *o outro humano*, por meio da ideia de que aquele espaço estaria “infestado” de “bárbaros”, “gentios” e/ou “selvagens” que deveriam ser incorporados ou eliminados pela “civilização”. Esses agentes da “civilização” desconsideraram a diversidade desses povos, as complexas e variadas formas de organização social, cosmologia, percepção do tempo e historicidade, relações de alteridade constituidoras de identidade e das delimitações territoriais estabelecidas ou em disputa, por vezes construindo *representações* homogeneizadoras e preconceituosas.

A presença dos povos indígenas ocorria em espaços categorizados como “sertão” nos quais diferentes agentes históricos avançavam e foram registradas em diversas fontes documentais como as relativas ao Rio Tocantins analisadas por Furtado que afirma:

Ainda que nem sempre fossem avistados, vestígios dos índios estavam por toda parte. Bartolomeu Paes de Abreu informou que eram essas “**campanhas infestadas de gentios bárbaros**”. Já o governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, escreveu ao rei, em 1724, informando que a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz, que enviara “ao sertão do Norte chamado Guayases”, estava desaparecida havia dois anos e que receava seu “mau sucesso, por causa do muito gentio, que há para aquelas partes”, e que, frequentemente, resistia à penetração dos colonizadores.⁸⁷

Furtado⁸⁸ ao falar sobre os “vestígios” da presença de povos indígenas nas documentações produzidas ao longo do avanço sobre aquele espaço por bandeirantes e expedicionários, ressalta que tal presença reportada sobretudo ao tratar dos inconvenientes e problemas atribuídos aos indígenas, e realizada pela utilização de categorizações como “infestado”, “bárbaro” e “gentio”.

Outros documentos elaborados anteriormente daqueles analisados por Furtado foram citados por Leonardi⁸⁹ por apresentarem uma perspectiva de portugueses de que os povos indígenas seriam seres supostamente caracterizados

⁸⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII), **Revista Tempo**, v.22, n.40, pp. 367-399, mai.-ago. 2016, p. 385. (Grifos meus).

⁸⁸ FURTADO, 2016, p. 385.

⁸⁹ LEONARDI, 1996, p. 19.

pela “desrazão” e pela “bestialidade”. O autor aborda as diferenças de perspectivas sobre os povos indígenas em Portugal e no Brasil em relação a outros países da Europa, destacando que “[...] na Itália, na França e demais países europeus, graças principalmente às cartas de Américo Vespúcio, a terra recém-descoberta e seus habitantes pareciam algo belo e agradável...”. Essa perspectiva estava na contraposição a de Simão de Vasconcelos ao narrar “[...] que quando Gaspar de Lemos chegou a Portugal, em 1500, com a notícia da descoberta do Brasil, levando consigo um índio, a população lisboeta considerou o viajante tupi “semelhante às cabras, ou a um fauno, um daqueles monstros da Antiguidade”⁹⁰. Além dessa narrativa, Leonardi indica os escritos de 1618 de Ambrósio Fernandes Brandão que afirma não distinguir os “índios e as feras”, além do “Tratado da terra do Brasil” publicado no final do século XVI por Pero de Magalhães Gândavo que “[...] constrói uma imagem terrível de seus primeiros habitantes que, segundo ele, seriam desumanos e cruéis, vivendo como animais, sem ordem e sem sociedade”.⁹¹

Ademais, Leonardi⁹² argumenta sobre essa possível diferença, citando a análise de George Thomas⁹³ oriunda de uma pesquisa na Biblioteca da Ajuda em Lisboa e em arquivos de Évora, Simancas e Servilha, na qual o pesquisador observa que a concepção sobre os indígenas na literatura portuguesa do século XVI e XVII não apresentava “nenhuma corrente significativa indianófila” sem a perspectiva do “bom selvagem”⁹⁴. Ao contrário, as narrativas estavam alinhadas com a noção negativa dos povos indígenas.

Com base nessas análises, é possível indicar que os lusitanos e luso-portugueses construíram, desde os primeiros séculos de colonização, uma perspectiva pejorativa sobre os povos indígenas como sendo “bárbaros”, “gentios”, “selvagens” e “cruéis”, relacionando a irracionalidade dos mesmos com a ideia de

⁹⁰ LEONARDI, 1996, p. 20.

⁹¹ LEONARDI, 1996, p. 19.

⁹² LEONARDI, 1996, p. 19.

⁹³ Que resultou na obra: THOMAS, Georg. Política indigenista dos portugueses no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

⁹⁴ Essa perspectiva encontrou uma maior expressão nos séculos XIX e XIX mesmo em países europeus e mesmo no Brasil, onde os escritores românticos daquele século se mostravam mais favoráveis aos povos indígenas por meio de sua idealização e a idealização do passado. Essa perspectiva não era adotada pela historiografia brasileira tradicional como Varnhagen, Taunay, Salvador, Pombo, entre outros analisados brevemente por Leonardi (1996, p. 24-54), que observa nesses escritos uma série de opiniões infundadas e, depois, nos séculos seguintes, gerações de novos historiadores que deixaram os povos indígenas no “esquecimento” em suas narrativas e/ou análises.

que seriam seres “atrasados” ou pertencentes a outra “raça” diferente da dos europeus e/ou ainda situada numa outra “etapa” da evolução humana.

Essa dinâmica resulta na construção de *representações* sobre o outro e é marcada pelo uso de diferentes categorias, argumentações e adjetivações, como aquela utilizadas por missionários religiosos que contrapunham o “gentio” ao cristão no século XVI e assim problematizadas por Oliveira:

Ao acessar na terceira parte a materialidade das *práticas* que a Companhia de Jesus desenvolvia, foi-me possível comparar, dentro da discursividade inaciana, a documentação produzida a partir de sua missão e catequese, o que indicou ser o *índio* não simplesmente a nomenclatura utilizada para caracterizar determinada população, mas algo que funcionou, efetivamente, como *identidade* a objetivar corpos e almas. Esta, inventada e organizada simultaneamente à ação da Companhia no Brasil, foi através de práticas que visavam *trazer as almas à verdade* capaz de objetivar como *índio* aquele que, sem ser ainda totalmente cristão, também já não era mais *gentio*.⁹⁵

Esses apontamentos indicam elementos de uma dinâmica que ocorreu em diferentes espaços sitiados dentro do espaço considerado como de domínio lusitano, no qual transformações diversas ocorreram, e na medida em que esse espaço passou a ser conhecido, passou a ser nomeado através de toponímias por parte daqueles que detinham o poder de fazê-lo, seja por sua profissão, seja por seu *status* de poder. Nesse sentido, mesmo em práticas como a nomeação do Rio Araguaia, seus afluentes e demais elementos do espaço, se entrelaçam as *relações de poder* de categorizar a natureza a fim de projetar sobre ela projetos utilitaristas ou ainda executar práticas como sua poluição e a eliminação de sua fauna e flora.

Com a consolidação de arraiais e vilas no Mato Grosso e Goiás e diante de *práticas sociais* inseridas em *relações de poder* específicas, aumentaram os interesses pelas possibilidades de exploração da mão-de-obra indígena, apropriação da natureza tida como fornecedora de “recursos” e “riquezas” e implementação da navegação pelo Rio Araguaia entendido como “meio” de comunicação e comércio fluvial. Contudo, não ocorreu a intensificação do *ritmo temporal* do processo de

⁹⁵ OLIVEIRA, Lucas Zelesco de. *A emergência do “índio brasileiro” no século XVI: uma análise comparada*. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (Mestrado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2013, p. 98.

avanço sobre esse espaço e tampouco de navegação pelo Rio Araguaia por “não índios” até o final do século XVIII.

Até então o espaço situado nas proximidades da Ilha do Bananal nas margens do Araguaia ser uma *zona de contato* em que os povos indígenas ali presentes ou territorializados apenas encontravam outros agentes históricos sem a tentativa prática de apropriação do espaço e da natureza. Todavia, esse encontro com *o outro* era marcado pela alteridade e gerava complexas relações de alianças, mediações e de conflitos, como pode ser identificado numa narrativa de Thomaz de Souza Villa Real⁹⁶ que havia realizado uma expedição em que navegou por parte do Rio Araguaia em 1791. Ocupando o cargo de “cabo da expedição mercantil”, Villa Real comandou aquela expedição com comerciantes que ocorria a pedido do governador de Goiás, Tristão Cunha Menezes, que intencionava a realização de um reconhecimento de rios e seus potenciais para a navegação comercial e comunicação. Além dessa narrativa, no final do primeiro capítulo é analisada outra inserida num manuscrito⁹⁷ com notícias daquela expedição escrito em março de 1793 e assinado pelo então governador do Pará, Francisco Maurício de Sousa Coutinho e endereçado ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar.

Nessas duas narrativas é possível identificar o interesse de “exploração e reconhecimento” do Rio Araguaia e argumentos relacionados à presença indígena e aos contatos com diferentes povos e as possibilidade de alianças com os Karajá que poderiam auxiliar no projeto de navegação comercial e no enfrentamento dos “Apinagés” que poderiam trazer “dificuldades”. O governador Souza Coutinho indica ainda que em Goiás haveriam “índios e mestiços” “até agora inúteis, com quem se pode equipar”.⁹⁸

Dessa forma, o primeiro capítulo dessa tese aponta para a *longa duração* na qual são construídas as categorizações sobre *o outro*, com *representações* do espaço, da natureza e dos povos indígenas que, apesar de suas

⁹⁶ VILLA REAL, Thomaz de Souza. **Diário de navegação que fez Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya, Vermelho, desde Villa Boa, capital de Goyases, até a cidade do Pará**, 1848.

⁹⁷ Esse manuscrito é parte de documentos transcritos e publicados em 1848 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). In: SOUZA COUTINHO, Francisco de. Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho. In: **Revista IHGB** (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), n. 11, Tomo Quarto, Rio de Janeiro, 1848.

⁹⁸ SOUZA COUTINHO. (1848, p. 402).

especificidades, convergem para a *representação* de um “sertão” “desconhecido” e “deserto” que precisa ser “penetrado” pela colonização que traria a “civilização” e a catequização dos “gentios”, “bárbaros” que vivem na “selvageria” em meio a uma natureza “selvagem” e “maravilhosa” possivelmente fornecedora de riquezas.⁹⁹

Seguindo o mesmo objetivo analítico, o segundo capítulo dessa tese apresenta uma análise de algumas narrativas de viagens escritas por diferentes agentes históricos no século XIX e que construíam e/ou reproduziam *representações* sobre o *outro*. Como fio condutor está a busca pelas permanências e transformações que compõem o *tempo social*, marcado pelo encontro entre o *nós* e o *outro*, narrado por aqueles¹⁰⁰ que avançavam sobre o espaço identificado como “sertão”, “deserto” e “solidão”, supostamente imerso na natureza e habitado por “selvagens” ou outra “raça” “primitiva” que deveria ser “pacificada” e/ou catequizada pelos agentes da “civilização”, possibilitando assim, que o “progresso” avançasse sobre a “decadência” ali existente.

A partir de perspectivas que agregam alguns desses elementos, tais narrativas construíam *representações* com base em oposições marcadas em *pares conceituais* como *cristãos x pagãos*, *civilizados x selvagens*, *civilizados x primitivos*, *brancos x índios*, dentre outras variações. Para Galetti, o uso de contraposições como essas seria uma referência

[...] para marcar este momento em que países de passado colonial cujos territórios figuravam como *vazios*, como fronteira histórica

⁹⁹ Por fim, ainda no primeiro capítulo também foi inserida uma breve problematização sobre a assimilação de categorias e perspectivas contidas em narrativas do século XVIII por parte de historiadores que escreveram suas análises nos séculos XX e XXI e que apaziguaram o caráter violento de políticas e práticas como o aldeamento de indígenas. Além de uma reflexão sobre o problema metodológico relativo à falta de criticidade em relação às fontes documentais, esse procedimento permitiu visualizar como *representações* sobre o *outro* tiveram o poder de serem reproduzidas em narrativas com um significativo distanciamento temporal.

¹⁰⁰ Trata-se, portanto, de narrativas elaboradas por europeus e por luso-brasileiros que deixaram por escrito essa oposição, todavia isso não significa que os diferentes povos indígenas envolvidos nos contatos interétnicos não construíram suas narrativas com base em oposições baseadas na perspectiva do “*nós*” e do “*outro*”. Porém, vale ressaltar que por vezes, as narrativas de “não índios” inserem trechos que supostamente trazem as perspectivas e as “vozes do outro”, mas que devem ser consideradas com criticidade, tal como indicado por Carlo Ginzburg ao analisar escritos do jesuíta francês Charles Le Gobien sobre a revolta indígena nas Ilhas Malvinas, onde o historiador percebeu que o jesuíta constrói um discurso e o atribuiu a uma liderança indígena, além de observar a necessidade de cruzar aquela fonte documental com outras, indicando ser necessário buscar, mesmo em notas de rodapé, as miudezas, os detalhes e os fios que conduzem a uma percepção mais ampla, pois “[...] o que está fora do texto, está também dentro dele, abriga-se entre as suas dobras: é preciso descobri-lo e fazê-lo falar”. In: GINZBURG, Carlo. **Relações de força**. História, retórica, prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p. 42.

de expansão para o capital e a *civilização* europeia, descobrem a sua própria *fronteira*: lugar privilegiado onde os discursos se detêm para diagnosticar o *atraso* da nação e aferir suas possibilidades de encurtar as distâncias que a separam do modelo europeu de *progresso* e *civilização*.¹⁰¹

No século XIX, as narrativas de funcionários de governos de províncias, governadores, comerciantes e cientistas acionam constantemente o signo da “civilização” e do “progresso” foi constantemente acionado para a construção da *representação* de um “sertão” com “selvagens” aguardando missões religiosas para catequisar e “homens brancos e cristãos” para trazer a “civilização” e o “progresso”. Nesse sentido, tais fontes documentais indicam para uma *representação* de agentes históricos capazes de levar que levar o “progresso” ao “sertão” e seus habitantes.

Por conta disso, é fundamental retomar a abordagem de Koselleck¹⁰² sobre o “progresso” como um conceito que não se consolidou na prática de modo linear, constante e inexorável como previsto por ideais iluministas. Apesar disso, o “progresso” é acionado em fontes documentais para indicar a tensão entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* existente e “[...] só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”¹⁰³. Para o autor, a modernidade possibilitou a “[...] descoberta de um novo horizonte de expectativa, o que terminou ganhando a forma do conceito de progresso”.¹⁰⁴

Logo, no âmago dessa relação entre esses dois polos, estariam as compreensões de mundo baseadas em *representações e práticas sociais* oriundas de um *espaço de experiência* que se manteve e pode ter sido potencializada no encontro com *o outro*. A noção de “progresso” se enquadrou nesse movimento por

¹⁰¹ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil**: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012, p. 33.

¹⁰² *Idem*, 2006.

¹⁰³ KOSELLECK, 2006, p. 314.

¹⁰⁴ KOSELLECK, 2006, p. 313. (Grifos meus). O autor afirma ainda que: Do ponto de vista da terminologia, o “*profectus*” espiritual foi substituído por um “*progressus*” mundano. O objetivo de uma perfeição possível, que antes só podia ser alcançado no além, foi posto a serviço de um melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro aberto. Por último, o objetivo da perfeição foi temporalizado, primeiramente por Leibniz, e trazido para o nível do acontecer mundano: “*progressus est in infinitum perfectionis*” [o progresso é para a perfeição].” (KOSELLECK, 2006, p. 313).

indicar um ideal de *ritmo temporal* mais acelerado trazido pela “civilização” para o *outro* visto como “primitivo”, “bárbaro” e/ou “selvagem”. Ainda segundo Koselleck¹⁰⁵, também a oposição entre “cristão” e “pagão” carregava consigo uma dimensão temporal baseada na possibilidade de conversão, tal qual a “civilização” por meio do “progresso”. Assim sendo:

O progresso reunia, pois, experiências e expectativas afetadas por um coeficiente de variação temporal. Um grupo, um país, uma classe social tinha consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los. Aqueles dotados de uma superioridade técnica olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos.¹⁰⁶

Koselleck¹⁰⁷, além de apontar como o conceito de “progresso” foi sendo utilizado, ainda traz uma orientação fundamental a esse respeito destinado aos historiadores: “progresso” é uma categoria das fontes documentais e deve ser substituída pela concepção de *aceleração* na análise historiográfica. Para o autor:

[...] existe um indicado infalível de que esta diferença só se conserva quando se modifica continuamente: **é a aceleração.** Tanto no progresso sociopolítico quanto o progresso técnico científico modificamos ritmos e prazos do mundo-da-vida graças à aceleração. Ao contrário do tempo da natureza, o progresso adquire uma qualidade genuinamente histórica.¹⁰⁸

A *aceleração*, além de indicar que certas transformações históricas ocorreram num *ritmo temporal* mais intenso, é uma categoria histórica que permite não utilizar noções de “progresso” oriundas das fontes documentais. Essa perspectiva teórica é fundamental, uma vez que o segundo capítulo tem como base a análise de narrativas que acionam “progresso” de forma significativa em suas propostas como fim desejável.

Após a expedição e a narrativa de Villa Real realizadas na última década do século XVIII, outros escritos circularam com o objetivo de indicar os “caminhos” a serem seguidos pela navegação pelo Rio Araguaia, de modo que, em

¹⁰⁵ *Idem*, 2006, p. 191-231.

¹⁰⁶ KOSELLECK, 2006, p. 317. (Grifos meus).

¹⁰⁷ *Idem*, 2006.

¹⁰⁸ KOSELLECK, 2006, p. 321. (Grifos meus).

1836, Raimundo José da Cunha Matos publicou um roteiro¹⁰⁹ contendo um guia desde a Cidade de Goiás até o Pará e que serviu de base para a expedição de Rufino Theotônio Segurado, um bacharel e juiz de direito interino da Comarca de Palmas, então deputado de Goiás e presidente da “Sociedade de Navegação do Araguaia”, que elaborou uma narrativa publicada em 1848¹¹⁰, após sua viagem por parte daquele rio que buscava explorar as potencialidades da sua navegação comercial.

Com objetivo semelhante, somado ao de propostas de implementação de linha férreas no “sertão”, os irmãos Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim e Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim realizaram uma viagem pelo Rio Araguaia e publicaram uma narrativa¹¹¹ com trechos escritos pelos dois engenheiros militares e também pelo governador de Goiás, Aristides de Souza Spinola, sobre seus projetos e percepções sobre *o outro*. Além desse, outras narrativas dessa natureza foram escritas por governadores daquela província, como a obra “Viagem ao Araguaya”¹¹² publicada em 1863 por José Vieira Couto de Magalhães e “Apontamentos de viagem”¹¹³ produzida pelo também governador Joaquim de Almeida Leite Moraes a partir de suas perspectivas e interesses que envolveram sua viagem de volta de Goiás ao Rio de Janeiro em 1881.

Cada narrativa escrita por governadores e funcionários de governos possui interesses específicos e projetos distintos sobre a necessidade de catequese dos povos indígenas para serem utilizados como mão-de-obra e aliados à navegação comercial do Rio Araguaia e afluentes, além de projetos de instalação de comunicação do “sertão” com o litoral por meio de ferrovias. Sobre tudo na segunda metade do século XIX, o Governo Imperial estimulava que funcionários e autoridades locais empreendessem esforços para conhecer os espaços interioranos

¹⁰⁹ CUNHA MATOS, Raimundo José da. **Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiaz. Seguido de uma descrição chorographica de Goiaz, e de roteiros desta Provincia ás de Mato Grosso e S. Paulo.** Tomo I. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Ca. 1836.

¹¹⁰ SEGURADO, Rufino Theotônio. **Viagem de Goyas ao Pará em 1846 e 1847. Roteiro do Dr. Rufino Theotônio Segurado.** In: Revista IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Tomo X.V.X, Rio de Janeiro, 1848.

¹¹¹ JARDIM, Joaquim Rodrigues de Moraes. **O Rio Araguaya. Relatório de sua exploração.** Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880.

¹¹² MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia.** 7. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1975. (Brasiliana, v. 28).

¹¹³ MORAES, Joaquim de Almeida Leite. **Apontamentos de viagem. De S. Paulo á capital de Goyaz, desta & dú Pará, pelos rios Araguaya e Tocantins, e do Pará á Corte. Considerações administrativas e políticas.** 1882.

e projetassem sobre os mesmos propostas de estímulo ao “povoamento” e “ocupação” através de atividades produtivas e comerciais.

Apesar das especificidades relacionadas a diferentes interesses políticos e econômicos desses agentes históricos e às suas *relações de poder*, essas diferentes propostas convergiam na concepção de que aquele espaço precisava de transformações que envolviam a apropriação do espaço e uso da natureza como matéria-prima, instrumento, meio, recurso ou fornecedora de riquezas para a produção industrial, mineração, criação de animais e o cultivo agrícola. Dessa forma, independentemente dos projetos e atividades, sobre o espaço e a natureza eram projetadas percepções e concepções utilitaristas e que envolviam também os povos indígenas ali territorializados.

A partir de outras concepções e perspectivas, outras narrativas marcadas por abordagens utilitaristas do espaço, da natureza e de povos indígenas foram produzidas naquele século. Com percepções e intencionalidades distintas, alguns franceses realizaram expedições de caráter exploratório como Francis de la Porte de Castelnau que percorreu, em 1844, parte do trajeto do Rio Araguaia em meio à suas expedições pela América do Sul. A partir disso, esse minerólogo escreveu uma narrativa¹¹⁴ com *representações* sobre *o outro* construídas a partir de concepções influenciadas por teorias que circulavam na Europa, sobretudo aquelas que problematizavam a “evolução” e as supostas “raças” humanas, mescladas com preconceitos decorrentes de relatos de terceiros e somadas à sua própria percepção subjetiva que resultava em descrições da “fealdade” e de outras características negativas de pessoas negras e indígenas que o cientista encontrou.

As *representações* construídas e reproduzidas por Castelnau sobre *o outro* estavam alicerçadas nesses elementos e na busca pela utilidade econômica da natureza, do espaço e dos povos indígenas como mão-de-obra e aliados à possibilidade de navegação comercial do Rio Araguaia de forma aproximada com os interesses de autoridades e comerciantes locais, mas buscando identificar modos da França ter acesso às possíveis riquezas situadas naquele espaço.

¹¹⁴ CASTELNAU, Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. Tradução Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. Tomo 1.

Anos depois, entre 1896 a 1897, o casal de franceses Henri Anatole Coudreau e Marie Octavie Coudreau também percorreram parte do Rio Araguaia e produziram narrativas, mas com uma concepção sobre *o outro* diferenciada daquela de Castelnau, partindo da ideia de que os povos indígenas seriam “bons selvagens” e que a “civilização” estava numa “marcha inexorável” na qual sua cultura e modo de vida teriam fim. Partindo dessa concepção, Coudreau escreveu em sua obra sobre a viagem pelos rios Araguaia e Tocantins¹¹⁵ que os Karajá teriam sido “civilizados” e seriam “preguiçosos”, “ladrões” e violentos, dentre outras características negativas que os afastavam do seu “bom selvagem” imaginado. Nesse sentido, apesar das diferenças, tanto Castelnau quanto Coudreau traziam da Europa concepções que contribuíram para a construção e/ou reprodução de *representações* sobre *o outro*, com propostas distintas de intervenção econômica em relação à natureza e aquele espaço.

Como pode ser indicado no segundo capítulo dessa tese, ocorreu uma moderada *aceleração do ritmo temporal* no *processo histórico* de avanço sobre o espaço onde está situada a Ilha do Bananal com diferentes expedições exploratórias e de reconhecimento do Rio Araguaia e pelas tentativas da instalação de “presídios” e aldeamentos indígenas ao longo de suas margens, configurando aquele espaço como uma *zona de contato* e alvo de diferentes projetos.

Todavia, nas primeiras décadas do século XX, ocorreram mudanças significativas que resultaram na intensificação do *ritmo temporal* desse avanço sobre o espaço concomitantemente com a efetiva apropriação de áreas situadas nas margens do Rio Araguaia nas proximidades da Ilha do Bananal e que são problematizadas no terceiro capítulo dessa tese. Desde os séculos anteriores, ocorreram diferentes movimentos de deslocamento humanos do Nordeste na direção oeste e que foram categorizados como *frente pastoril*, a *frente extrativista* e a *frente agrícola*, por Octávio Velho.¹¹⁶ Na prática, diferentes grupos em deslocamento se envolviam em diversas atividades produtivas, dentre as quais o

¹¹⁵ COUDREAU, Henri. **Voyage au Tocantins-Araguaia**: 31 décembre 1896 - 23 mai 1897. Paris: Imprimeur-Editeur, 1897. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/51>>. Acesso em: 08/09/2018.

¹¹⁶ VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel Difusão Editorial S.A. Coleção Corpo e Alma do Brasil, 1979.

cultivo e a criação de gado bovino se mantiveram como necessárias, além de que alguns movimentos eram realizados por famílias e agregados que se dedicavam à pecuária e buscavam “bons pastos” e/ou “pastagens naturais” para aqueles animais originários de outros espaços e natureza e trazidos durante a colonização.

Áreas situadas nas margens do Rio Araguaia foram sendo apropriadas por agentes históricos integrantes desses movimentos desde o século XIX e nas primeiras década do século seguinte esse *processo histórico* de apropriação foi *intensificado* em seu *ritmo temporal* de transformações. Essas áreas são identificadas nas fontes documentais coevas como “povoados” e consideradas como “ocupadas” com a chegada desses agentes históricos. Essas categorias serão utilizadas entre aspas para indicar que são próprias das narrativas analisadas e não são adequadas na medida que desconSIDERAM a presença e as territorialidades indígenas existentes. O mesmo procedimento se aplicada à identificação “sertanejos” atribuída aos agentes históricos que se apropriam dessas áreas, tendo como objetivo o de evitar que essa categoria generalizante para todos os que habitam os “sertões” seja incorporada à narrativa dessa tese e encubra outras possibilidades de autodenominações e autoidentidades de diferentes agentes históricos, como no caso daqueles pertencentes a povos indígenas e colocados como “sertanejos” em narrativas coevas.

Antes de avançar sobre as especificidades desse *processo histórico*, é fundamental destacar que essa apropriação do espaço e da natureza pode ser compreendido como uma situação que dinamizou transformações diversas. Gilmar Arruda afirma que uma dessas transformações seria a da “natureza na abstração terra”¹¹⁷, além de outras provocadas pela chegada de agentes históricos vindos de outros espaços “[...] com seus produtos, hábitos, formas de morar, pensar, alimentar, rezar e contar o passado”¹¹⁸. Apesar dessas transformações terem ocorrido num *ritmo temporal* mais lento do que no espaço pesquisado por Arruda¹¹⁹, nas margens do Araguaia nas proximidades da Ilha do Bananal também chegaram outros agentes históricos “provocavam alterações no bioma de destino”

¹¹⁷ARRUDA, Gilmar. Memórias e paisagens soterradas na transformação da natureza em terra. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v. 6, n. 11, p. 4-13, jul-dez, 2016, p. 05.

¹¹⁸ARRUDA, 2016, p. 05.

¹¹⁹ Arruda (2016) analisou o espaço onde foi construído o município de Londrina no Paraná.

com “Plantas, animais, insetos, germes, técnicas, formas de ocupação – propriedades, posses, ocupação, etc. -, portanto constituintes de memórias que são documentos deste processo”¹²⁰.

Na prática, é possível identificar que nas proximidades da Ilha do Bananal, na margem esquerda do Rio Araguaia à uma latitude de 11°13'20" sul e longitude 50°40'09" oeste, Lúcio da Luz e alguns vaqueiros se apropriaram de uma área onde estabeleceram moradia e que passou a ser denominado como “fazenda” ou “povoado” Mato Verde a partir de 1934. Nas redondezas e em outras áreas, esse e outros agentes históricos passaram a se apropriar de áreas situadas em terras altas e em varjões com “pastagens naturais” onde o rebanho de Lúcio da Luz passou a ser criado por ele e seus vaqueiros. Além desses, outros agentes históricos categorizados como “sertanejos” também se apropriam de diferentes áreas em Mato Verde e outros locais conhecidos como “fazendas” de Lúcio da Luz onde famílias de vaqueiros mantinham seu domínio e criavam parte de seu rebanho.

Entretanto, tanto Mato Verde quanto essas áreas de “fazendas” estavam situadas num espaço marcado pela presença de Kayapó e Xavante e em meio a territórios indígenas dos Karajá e Tapirapé. Esses “sertanejos”, ao se apropriarem de áreas, provocaram uma *aceleração no ritmo temporal* das transformações do processo histórico, de modo que aquele espaço que anteriormente foi apenas explorado e uma *zona de contato*, foi inserido numa *situação de fronteira*.

José de Souza Martins conceituou a *situação de fronteira* a partir de suas pesquisas sobre os movimentos categorizados como “frente de expansão da sociedade nacional”¹²¹ e que avançava sobre os territórios de povos indígenas, como ocorreu no estado de Mato Grosso pesquisas no Mato Grosso.¹²² Seriam esses

¹²⁰ ARRUDA, 2016, p. 07.

¹²¹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo Contexto, 2009, p. 11. Destaca-se que no século XX não apenas agentes históricos da sociedade nacional avançaram sobre o espaço, mas também estrangeiros, que compraram terras e se apropriaram da natureza, sobretudo aqueles ligados ao capital.

¹²² A segunda edição da obra “**Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano” apresenta quatro fotografias de José de Souza Martins que abrem seus capítulos: “Menino Tapirapé” (Aldeia Tapirapé-MT, 1975) nas páginas 22 e 23; “Gente” (S. Félix do Araguaia-MT, 1975), nas páginas 70 e 71; “Ninfas” (S. Félix do Araguaia-MT, 1975), entre a 100 e 101; e “A margem esquerda do rio” (S. Félix do Araguaia-MT, 1975), que abrange as páginas 131 e 132. Essas fontes documentais produzidas pelo autor indicam o quanto as viagens e suas experiências em São Félix do Araguaia, sobretudo nas reuniões da CPT com quem tinha “envolvimento pedagógico”, foram fundamentais para as suas reflexões sociológicas sobre a “fronteira”. O próprio autor afirma (1996, p. 26): “Como tantos outros pesquisadores, também fui e tenho sido testemunha desse movimento, que acompanhei

movimentos que a fomentariam por meio de dinâmicas e relações sociais específicas que resultariam numa *fronteira* que não seria apenas geográfica, pois “[...] é a fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E sobretudo, *fronteira do humano*.”¹²³

Mato Verde estava numa *situação de fronteira* ao ser o espaço do encontro entre os povos indígenas ali presentes e territorializados e os “sertanejos” que passaram a se apropriar de áreas a partir da década de 1930. A *fronteira do humano* se dava pela alteridade diante do *outro*, que para Martins, “[...] ainda não se confunde conosco nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do *nós*. Refiro-me, também, à liminaridade própria dessa situação, a um modo de viver no limite, na fronteira, e às ambigüidades que dela decorrem.”¹²⁴

Além da alteridade decorrente do “encontro” com o *outro*, Martins indica a existência dos “desencontros” causadores de conflitos, pois a *fronteira* colocaria “[...] diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte.”¹²⁵ Nesse sentido, a *fronteira* é “[...] ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”¹²⁶ e que afeta os povos indígenas colocados como “do lado de lá”.

Para Martins “[...] a fronteira é o lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos”¹²⁷, partindo da perspectiva de que as sociedades latino-americanas se encontrariam “[...] naquele estágio de sua história em que as relações sociais e política estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras “não ocupadas” ou “insuficientemente ocupadas”¹²⁸, sobretudo no caso da “Amazônia”. Trata-se,

peçoal e diretamente num ritmo impróprio para a pesquisa sociológica moderna, o ritmo da paciência, da observação demorada e reiterada”.

¹²³ MARTINS, 2009, p. 11.

¹²⁴ MARTINS, 2009, p. 10.

¹²⁵ MARTINS, 2009, p. 09.

¹²⁶ MARTINS, 2009, p. 10.

¹²⁷ MARTINS, 1996, p. 25. MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Tempo Social**; Rev. Sociol. UPS, São Paulo, 8 (1): 25/70, mai. 1996.

¹²⁸ MARTINS, 1996, p. 25.

portanto, de uma conceituação que precisa ser problematizada, uma vez que essa tese descarta a formulação de “estágios” como elemento empírico ou analítico para tratar do *processo histórico* de apropriação de espaço e da natureza em meio à construção de *representações* sobre ambos e sobre *o outro*. Contudo, sua concepção de *fronteira* como o “lugar” onde diferentes “tempos históricos” se encontram, pode ser tencionada a se enquadrar de modo mais adequado à ideia de que seria uma *situação* na qual se encontram diferentes perspectivas sobre o tempo de diversos agentes históricos presentes ou em trânsito pelo espaço analisado.

É fundamental apontar que aquilo categorizado pelo autor como “tempos históricos” seria ligado ao *tempo social* e ao *tempo político* do *processo histórico*, pois seriam aquele da ação humana que permite a consolidação da *situação de fronteira* na qual diferentes agentes históricos se encontram e se relacionam através de alianças, negociações e conflitos. Esse alinhamento conceitual é importante para problematizar a seguinte “interpretação” de Martins:

Na minha interpretação, *nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade*. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o **desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.**¹²⁹

A *fronteira* se constitui para além do espaço e se coloca como uma *situação* na qual o encontro e desencontro, a alteridade e o conflito se intercalam em diferentes *ritmos temporais* de transformações históricas vivenciados e *representados* de diversas formas por diferentes agentes históricos. Contudo, indicar que os grupos humanos estão “situados diversamente no tempo da História” pode dar margem à interpretações errôneas que levem às abordagens evolucionistas que colocariam povos indígenas, “sertanejos” e outros agentes históricos em “estágios” distintos da história humana, ainda que sejam “contemporâneos”.

¹²⁹ MARTINS, 1996, p. 27. (Grifo meu).

Portanto, Martins aponta para as diferentes temporalidades envolvidas na *situação de fronteira*, mas a partir de categorias que podem induzir a ideia de que alguns agentes históricos estariam imersos no “atraso” ao passo que outros estariam em relações “avançadas”, como no seguinte trecho:

No meu modo de ver, o encontro de relações sociais, mentalidades, orientações historicamente descompassadas, até propriamente no limite da História, introduz a mediação das relações mais desenvolvidas e poderosas na definição do sentido das relações mais “atrasadas” e frágeis, ou melhor, das relações diferentes, com outras datas e outros tempos históricos. A sobreposição da frente pioneira e da frente de expansão produz uma situação de contemporaneidade dessas relações de tempos distintos. E nela a mediação das relações mais desenvolvidas faz com que a *diferença* apareça, na verdade, como *atraso*. As relações mais avançadas, mais caracteristicamente capitalistas, por exemplo, não corroem nem destroem necessariamente as relações que carregam consigo a legitimidade de outras épocas. Portanto, nesses casos, a diferença não tem sentido como passado, mas como contradição e nela como um dos componentes do possível, o possível histórico de uma sociedade diversificada, que ganha sua unidade na coexistência das diferenças sociais e étnicas. Seria muito ingênuo imaginar que elas constituem uma receita de tendências históricas¹³⁰.

Apesar do uso de categorias que não podem ser amplamente discutidas, a concepção central de Martins é de que existem relações sociais nas quais o capitalismo e a dita modernidade seriam mais “avançados”, mas que não superam todos os elementos do “passado” e/ou do “atraso” que marcam a dinâmica social e o *processo histórico* e são legitimados por agentes históricos em suas *práticas sociais e relações de poder*. Assim sendo, é necessário o abandono da oposição entre “atrasado” e “avançado” que pode estar presente no conceito de Martins a fim de não se alinhar a categorizações oriundas de fontes históricas e considerar o encontro e desencontro de diferenças. Esse alinhamento permite considerar que uma *situação de fronteira* ocorre num espaço e tempo nos quais diferentes temporalidades e historicidades se entrecruzam a partir dos diversos movimentos que levam os diversos agentes históricos a se encontrarem e se relacionarem.

E é justamente nessa *situação de fronteira*, que outros agentes históricos avançam sobre aquele espaço e escrevem narrativas sobre os povos

¹³⁰ MARTINS, 1996, p. 45-46.

indígenas e os moradores de Mato Verde, categorizados como “sertanejos” e *representados* de forma ambígua, como “agentes da civilização”, “civilizados” em meio aos povos indígenas “selvagens”, bem como “brancos”, ainda que tal categorização precise ser problematizada por ser generalizante e englobar indígenas e outros agentes históricos, ou ainda relativizada como indicado por Martins.¹³¹ Por outro lado, esses mesmos “sertanejos” podem ser colocados como um “resquício” do passado e do “atraso” que a “modernidade” e o “progresso” necessitaria superar juntamente com os povos indígenas, além de serem colocados como *o outro*, diferente dos moradores de cidades e do litoral, embora também não pertencesse à mesma posição que os povos indígenas.

Ademais, Lúcio da Luz é identificado como uma autoridade, um “coronel”, que seria um “líder”, “pioneiro”, “desbravador”, “bandeirante” e “herói” por diferentes narrativas apresentadas à frente. No entanto, não se tratava de um poder absoluto, pois esses agentes históricos estavam se fixando em menor número que grupos indígenas ali presentes e territorializados, de modo que Lúcio da Luz exerceu um poder político e econômico¹³², mas numa *situação de fronteira* permeada de conflitos e alianças com esses povos indígenas e dependia dos mesmos para desenvolver diferentes atividades econômicas e a construção de Mato Verde e de “fazendas” em áreas apropriadas para a criação de gado.

A *situação de fronteira* durante as instalações de moradias em Mato Verde é marcada por conflitos e atos de violência praticados pelos “sertanejos” em relação a povos indígenas e vice-versa. A presença de Xavante e Kayapó era causa de constante apreensão por parte dos moradores e de outros povos indígenas que foi amplamente narrada. Além do medo da morte, havia o temor de ser raptado ou

¹³¹ MARTINS, 2009, p. 11.

¹³² Martins (1996, p. 43) sugere que: “Típicamente, a frente de expansão foi constituída de populações ricas e pobres que se deslocavam em busca de terras novas para desenvolver suas atividades econômicas: fazendeiros de gado, como ocorreu na ocupação das pastagens do Maranhão por criadores originários do Piauí; seringueiros e castanheiros que se deslocaram para vários pontos da Amazônia. E mesmo agricultores. Levaram consigo seus trabalhadores, agregados sujeitos a formas de dominação pessoal e de exploração apoiadas no endividamento e na coação.” Em termo empíricos, é possível identificar uma complexidade significativa nas *práticas sociais e relações de poder* que envolviam alianças e mediações com outros agentes históricos, uma vez que a *situação de fronteira* trazia outras dinâmicas para as relações sociais e trabalhistas.

ter um ente levado pelo “*outro*”, pois se tratando desses conflitos, “[...] nem sempre o caráter trágico da fronteira se configura na morte, mas sim no rapto.”¹³³

Martins aborda o “rapto de mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil”¹³⁴ através da identificação de 150 casos de raptos na *fronteira*, dentre os quais 120 teriam sido praticados por indígenas e 26 por “civilizados”.¹³⁵ Ademais, 86 casos de rapto de crianças e mulheres ocorreram entre 1930 a 1950, e seriam um “aspecto dramático” da *situação de fronteira*, na qual “[...] tudo indicava que era por meio deles que o imaginário da frente de expansão melhor definia as singularidades da situação de fronteira. Isso ficava patente na presença viva do assunto, às vezes anos depois das ocorrências.”¹³⁶ Dessa forma,

[...] o rapto define o caráter propriamente trágico da fronteira. Frequentemente, ele é alternativa para a morte da vítima, tanto do lado do branco quanto do lado dos índios, ainda que por consequência de diferentes fatores culturais. Não raro, o raptado é o que não foi morto num ataque em que outras pessoas o foram, frequentemente membros de sua família. Não obstante, as evidências colhidas indicam que o rapto se configura como uma espécie de morte cultural e social.¹³⁷

Aquele agente histórico “[...] o raptado é mantido como o *outro*, como expressão de uma alteridade problemática, numa espécie de sala de espera do processo de humanização na perspectiva do raptor.”¹³⁸ Se tratando dos “raptos de regionais”, Martins indica que eram as mulheres que estavam “[...] no centro da história dos raptos praticados pelos diferentes grupos”.¹³⁹

Dentre os casos identificados por Martins, um ocorreu em Mato Verde e envolveu João da Luz, da família de Lúcio da Luz, que foi raptado quando criança por um grupo Kayapó.¹⁴⁰ O autor destaca as especificidades daquele rapto:

A história de Iusé mostra como esse vínculo de dependência existia não só no caso das mulheres, mas também dos homens. Ele foi encontrado entre os txukahamães¹⁴¹, em 1963, pelos irmãos Villas Boas, junto com outros cativos. Seu nome era João da Luz, da famosa família de fazendeiro e chefe político do norte

¹³³ MARTINS, 2009, p. 31.

¹³⁴ MARTINS, 1996, p. 22-69.

¹³⁵ MARTINS, 1996, p. 35.

¹³⁶ MARTINS, 2009, p. 30.

¹³⁷ MARTINS, 2009, p. 31.

¹³⁸ MARTINS, 2009, p. 58.

¹³⁹ MARTINS, 2009, p. 41.

¹⁴⁰ *Idem*, 2009, p. 45-52.

¹⁴¹ Refere-se a um grupo dos Kayapó.

do Mato Grosso. Fora raptado em 1947, no alto do rio Tapirapé, quando tinha 8 anos de idade. Estava cortando palha de piaçaba no campo junto com José Xandó, mais velho, para a casa que sua família fazia no novo povoado de Porto Velho. Os índios surgiram de repente: Xandó foi morto de tacape e João foi carregado por eles. Quando encontrado pelos Villas Bôas, estes notaram que ele era muito agarrado ao índio Krumare, que tinha grande ascendência sobre ele, e concluíram que Krumare havia participado do ataque e do rapto. Muito provavelmente era o raptor do menino ou então o recebera de outro índio que também participara. Esse menino, já moço, com 23 anos, foi devolvido à família, em Mato Verde, atual Luciara. Foi preciso levar junto o próprio Krumare que, na hora da despedida, mal escondia o choro. Aparentemente, uma relação em que se mesclavam afetividade, senhorio e domínio. E, provavelmente, alguma outra forma de inclusão parental postiça, como a de membro da parentela do raptor.¹⁴²

Esse rapto também foi narrado pelos irmãos Villas-Bôas¹⁴³ e está presente nas narrativas dos moradores de Mato Verde, sendo um caso concreto de um temor constantemente acionado em relatos. Entretanto, é fundamental que esse mesmo e outros temores provavelmente faziam parte do cotidianos de indígenas em relação aos “sertanejos” e a outros agentes históricos que transitavam pelos seus territórios, pois muitos desses praticavam as mais variadas formas de violências físicas, psicológicas, emocionais e patrimoniais, sobretudo, o esbulho territorial.

Ademais, é importante ressaltar a presença naquele espaço de outros agentes para além daqueles categorizados como “sertanejos” na primeira metade do século XX, quando ocorreram expedições de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que passaram a adentrar aquele espaço por diferentes razões e interesses, como o de “conhecer” *o outro* por meio de estudos antropológicos realizados entre povos indígenas. Assim sendo, os trabalhos de campo realizados por Herbert Baldus e Charles Wagley junto aos Tapirapé a partir da segunda metade do século XX, resultaram na publicação dos livros “Tapirapé: Tribo tupí no Brasil Central”¹⁴⁴ e “Lágrimas de Boas Vindas: Os índios Tapirapé do Brasil Central”¹⁴⁵.

¹⁴² Martins, 2009, p. 50-51.

¹⁴³ *Idem*, 1994, p. 563-577.

¹⁴⁴ BALDUS, Herbert. **Tapirapé: Tribo tupí no Brasil Central**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

¹⁴⁵ WAGLEY, Charles. **Lágrimas de Boas Vindas: Os índios Tapirapé do Brasil Central**. Tradução de Elizabeth Mafra Cabral Nasser. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Apesar da intencionalidade de pesquisar *o outro* em sua organização social e cosmologia, esses antropólogos também reproduzem e/ou constroem *representações* sobre os mesmos e sobre os que identificam como “brancos” ou “sertanejos” que avançavam sobre o território daquele povo em meio a uma acirrada disputa por território com os Kayapó que vinham do Norte após o renitente esbulho territorial realizado com a apropriações de áreas por “não índios”.

Do mesmo modo, *representações* sobre *os outros*, sejam indígenas ou “sertanejos” foram construídas por narrativas como a escrita pelo médico Haroldo Cândido de Oliveira que havia sido contratado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para dar assistência de saúde básica para os povos indígenas do Posto Santa Izabel, e que acabou construindo *representações* sobre os “sertanejos” e os povos indígenas a partir de uma perspectiva idealizada e romântica sobre esses últimos, os considerando enquanto “selvagens”, porém, mais felizes que os “civilizados”.

Porém, antes dessas expedições, outras foram realizadas por agentes históricos envolvidos com interesses distintos daqueles pesquisadores, como os religiosos de Ordens distintas que avançavam pelas margens e navegavam pelas águas do Rio Araguaia e seus afluentes em busca de “almas” para catequizar entre os povos indígenas. A partir desses movimentos, narrativas foram elaboradas e inserias em livros como “Entre sertanejos e índios do Norte”¹⁴⁶ e “Os sertanejos que conheci”,¹⁴⁷ ambos escritos pelo Frei dominicano José Maria Audrin (1879-1967). Essas narrativas apresentam elementos das *práticas sociais* de missionários como Gil Vilanova entre os Kayapó em Conceição do Araguaia, considerado um “povoado” em que ancestrais de Lúcio da Luz teriam sido “pioneiros” na apropriação de espaços e no estabelecimento da Fazenda São José. Ademais, essas narrativas constroem *representações* ambíguas dos “sertanejos” e indígenas, além de focar nas violências praticadas pelos Kayapó e indicar a necessidade do avanço do “progresso” sobre o “sertão” e a catequização dos povos indígenas.

Os dominicanos avançavam do Norte em direção à Ilha do Bananal, ao passo que os missionários da Ordem dos Salesianos vinham do Sul e percorreram

¹⁴⁶ AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**: o bispo-missionário Dom Domingos Carrérot. Rio de Janeiro: Edições Pugil Limitada. Livraria Agit Editora, 1946.

¹⁴⁷ AUDRIN, José Maria. **Os Sertanejos que eu conheci**. Prefácio de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros 117, 1963.

nas primeiras décadas do século XX o espaço nas proximidades da ilha, alcançando Mato Verde e transitando nas margens do Rio das Mortes em busca de “pacificar” os Xavante. Esses movimentos dos salesianos resultaram em narrativas permeadas de *representações* dos povos indígenas como “selvagens” e “ferozes”, sobretudo se tratando dos Xavante. Na obra intitulada “Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação das suas reservas”¹⁴⁸, o padre salesiano Hipólito Chovelon, reúne correspondências endereçadas ao então presidente, Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) além de 6 relatórios relativos às ações missionárias realizadas entre os anos de 1938 a 1942. Nessa mesma obra é possível identificar parte do diário de Francisco Fernandes Sanchez intitulado “Aventuras Xavantescas da missão salesiana de Mato Grosso no rio das Mortes”, onde o autor se defendia da “acusação” de que suas práticas seriam “aventuras”, pois “[...] alguém que nos tratou de aventureiros como se fôssemos garimpeiros ou bandeirantes.”¹⁴⁹

De fato, tanto garimpeiros eram frequentes na primeira metade do século XX no Rio Garças e outros afluentes, como outros agentes históricos que se colocavam como “bandeirantes”. Trata-se de um movimento conhecido como *novo bandeirantismo* e que pode ser identificado em grupos conhecidos como “Bandeira Piratininga”, liderada pelo jornalista Willy Aureli, e na “Bandeira Anhanguera”, comandada pelo também jornalista Hermano Ribeiro da Silva. Ambas eram oriundas de São Paulo e resultaram em diferentes práticas e narrativas sobre histórias e causos contados por seus autores, além de registros fotográficos e audiovisuais de povos indígenas do “sertão do Araguaia”.

Da “Bandeira Piratininga”, além de um documento datado de 1966, intitulado “Sinopse dos trabalhos realizados pela “Bandeira Piratininga” nos sertões brasílicos da bacia Pré-Amazônica – No Vale do Araguaia e Rios das Mortes e Tapirapé, desde o ano de 1937 até o ano de 1963”¹⁵⁰, são apresentadas no terceiro

¹⁴⁸ CHOVELON, Hipólito; FERNANDES, Francisco; SBARDELOTTO, Pedro. **Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas**. Campo Grande: Missão Salesiana, 1996.

¹⁴⁹ CHOVELON, FERNANDES; SBARDELOTTO, 1996, p. 49.

¹⁵⁰ AURELI, Willy. [Documento datilografado]. **Sinopse dos trabalhos realizados pela "Bandeira Piratininga" nos sertões brasílicos da bacia Pre-Amazonica – No Vale do Araguaia e Rios das Mortes e Tapirapé, desde o ano de 1937 até o ano de 1963**. 1966. Arquivo do Instituto Socioambiental (ISA), Código 0QD00078.

capítulos as narrativas de 9 livros publicados¹⁵¹ que tratam de suas “aventuras” e que construíram *representações* sobre *o outro*. Do mesmo modo, são apresentadas narrativas elaboradas por membros da “Bandeira Anhangüera” como a do livro escrito por Ribeiro da Silva e intitulado “Nos sertões do Araguaia: Narrativas da Expedição às Glebas Bárbaras do Brasil Central”¹⁵² e a obra “Bandeira Anhangüera: Viagem à Serra do Roncador” do fotógrafo Antonio Senatore.¹⁵³

Assim como as ações de missionários, essas “bandeiras” estavam alinhadas a projetos de Nação, dentre os quais, os do governo de Getúlio Vargas que, sobretudo a partir da década de 1940, incorporou em suas narrativas escritas e discursos a ideia de que era preciso realizar uma “Marcha para o Oeste” na qual o “sertão” do “Brasil Central” seria ocupado pela “civilização” e se integraria à nação por meio do aproveitamento de suas riquezas e no qual os trabalhadores nacionais poderiam “conquistar o interior do país” e “contribuir com o seu quinhão para a edificação da nacionalidade”, conforme indicado por Lenharo.¹⁵⁴

Além dessas narrativas e discursos governamentais, algumas ações foram realizadas como a criação de Colônias Agrícolas, o fomento à Fundação Brasil Central (FBC) e à Expedição Roncador Xingu (ERX), de modo que quando Mato Verde estava sendo construído, esse movimento oficial avançava do Sul e do Sudeste. Membros da FBC e ERX avançaram sobre o espaço onde estava sendo construído Mato Verde, dentre os quais, alguns agentes históricos elaboraram narrativas sobre suas ações e também sobre os povos indígenas e “sertanejos”, como

¹⁵¹ AURELI, Willy. **Bandeirantes d'Oeste**. 2. ed., São Paulo: Edições Leia, 1962b.

_____. **Bugres no rio das Mortes: Poranduba – Notícias do Sertão**. Notas explicativas de Brunilde Aureli Brito. São Paulo: Clube do Livro, 1973.

_____. **Esplendor selvagem**. São Paulo: Clube do Livro, 1960.

_____. **Léguas sem fim**. 2. ed. São Paulo: Edições Leia, 1963.

_____. **O rio da solidão**. São Paulo: Clube do Livro, 1957.

_____. **Roncador**. 3. ed. São Paulo: Edições Leia, 1962 a.

_____. **Sertões bravios**. 2. ed. São Paulo: Edições Leia, 1961.

_____. **Sumaúma: Roteiro Indianista**. Nota explicativa de Fernandes Soares. São Paulo: Clube do Livro, 1966.

_____. **Terra sem sombra**. São Paulo: Editora Saraiva, Coleção Saraiva 53, 1952.

¹⁵² RIBEIRO DA SILVA, Hermano. **Nos Sertões do Araguaia: Narrativas da Expedição às Glebas Bárbaras do Brasil Central**. São Paulo: Editora Saraiva, Coleção Saraiva 3, 1948.

¹⁵³ SENATORE, Antonio. **Bandeira Anhangüera: Viagem à Serra do Roncador 1937**. Organizadores Acir Fonseca Montecchi; Lorena de Stauber Caprara; Olga Alejandra Mordente. Tradução de Alessandra Paola Caramori. São Paulo: Lemos Editorial, 2001

¹⁵⁴ LENHARO, Alcir. *A Terra para quem nela não trabalha: A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 12. pp. 47-64, Mar./Ago. 1986 b, p. 50.

a narrativa dos irmãos Villas-Bôas intitulada “A marcha para o oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu”.¹⁵⁵

Por fim, é apresentado no terceiro capítulo o livro “Marcha para Oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil”¹⁵⁶ publicado por Cassiano Ricardo Leite repleto de *representações* sobre os povos indígenas, os “sertanejos” e outros supostos “bandeirantes” que seriam os “heróis” e “protagonistas” do avanço sobre o Oeste brasileiro.

Ao apresentar essas narrativas, é possível identificar a existência de *representações* baseadas na distinção entre *o nós* e *o outro* dentro de suas particularidades argumentativas que foram ponderadas antes de serem consideradas como fontes documentais fundamentais para a construção do quarto capítulo. Dessa forma, é possível problematizar elementos de *práticas sociais e relações de poder representações* existentes desde a apropriação áreas como Mato Verde e outras “fazendas” por Lúcio da Luz, seus vaqueiros e outros moradores, passando pela emancipação e delimitação, em 1963, do território municipal de Luciara, até as relações de poder econômicas e políticas de familiares de Lúcio da Luz nas décadas seguintes. Ressalta-se que o poder de Lúcio da Luz pode ser identificado na nomeação daquele município em sua homenagem¹⁵⁷ e no fato de ter sido o primeiro prefeito seguido por mandatos exercidos por um filho e por uma neta.

Ademais, foram construídas *representações* de Lúcio da Luz como protagonista em diferentes narrativas históricas como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁵⁸ e também em dois livros com circulação nacional, sendo o primeiro publicado em 1994 por Paulo Pitaluga Costa e Silva e João Carlos Vicente Ferreira com o título “Breve História de Mato Grosso e de seus municípios”¹⁵⁹ e o segundo também tem a autoria de Vicente Ferreira, mas em parceria com José de Moura e Silva, lançado em 2008 com o nome “Cidades de

¹⁵⁵ VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. **A marcha para o oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. 5. ed. - São Paulo: Globo, 1994, p. 34.

¹⁵⁶ LEITE, Cassiano Ricardo. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 4 ed. Volume II. Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo. Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros, 25 A, 1970. [1a edição, 1940].

¹⁵⁷ Luciara é a justaposição de “Lúcio” (Luci) e “Araguaia” (ara)

¹⁵⁸ IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/luciara/historico>>. Acesso em: 17/09/2017.

¹⁵⁹ COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga e FERREIRA, João Carlos Vicente. **Breve História de Mato Grosso e de seus municípios**. Cuiabá, 1994.

Mato Grosso: Origem e Significado de seus nomes”¹⁶⁰. Ambos fundamentam sua narrativa na busca pela “origem” e por “heróis” e/ou protagonistas da história dos municípios, que, no caso de Luciara, seria Mato Verde e os “pioneiros” assim como os agentes do “progresso”.

Contudo, foi necessária a análise de outras fontes documentais que trazem *representações* de Lúcio da Luz, de “sertanejos” e de povos indígenas, pois existem obras escritas por moradores de Mato Verde/Luciara ou que se baseiam em suas *memórias* como é o caso do livro “Araguaia – Leste/Oeste”¹⁶¹ escrito pela professora Zelia dos Santos Diniz que declara ser “moradora de cidades do médio Araguaia” desde 1967 e que elaborou sua narrativa sobre a história de Luciara a partir das *memórias* de apenas um morador, José Ranulfo Luz e de escritos de Adauta Luz Batista, ambos parentes de Lúcio da Luz, de modo que a narrativa reproduz e constrói *representações* desse “sertanejo” como “pioneiro” e “líder”.

Outra narrativa da história de Luciara pode ser identificada em 2 das obras¹⁶² de Valdon Varjão, que além de garimpeiro, comerciante, agropecuarista, tabelião, contador, foi por anos político em Barra do Garças e fundador local do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). Varjão publicou livros se identificando como “historiador vivente” e construindo narrativas a partir de uma perspectiva memorialista fundamentada na seleção de alguns moradores como testemunhos. A partir de relatos orais ou escritos de moradores de Mato Verde/Luciara, o autor escreve sua narrativa histórica com *representações* desses agentes históricos “sertanejos” como “pioneiros desbravadores”, “bandeirantes do século XX”¹⁶³ ou ainda como um “herói anônimo”.

Ademais, Varjão incorpora nesses dois textos alguns trechos da narrativa do livro “Madrugadas e Crepúsculos”¹⁶⁴ escrito por Antônio Wanderley

¹⁶⁰ MOURA E SILVA, José de e FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades de Mato Grosso: Origem e Significado de seus nomes**. Cuiabá: J. C.V. Ferreira, 2008.

¹⁶¹ DINIZ, Zelia dos Santos. **Araguaia: Leste/Oeste**. Goiânia-GO; Kelps, 1999.

¹⁶² As principais obras são:

VARJÃO, Valdon. **Aragarças: Portal da Marcha para o Oeste**. Brasília-DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989.

_____. **Barra do Garças: migalhas de sua história**. Brasília-DF: Senado Federal, 1985.

_____. **Barra do Garças: um pouco de sua História**. Barra do Garça-MT. s/d.

_____. **Barra do Garças: do passado ao presente**. Brasília-DF: Senado Federal, 1992.

¹⁶³ Expressão atribuída por Varjão (1989, p. 143) aos irmãos Villas-Bôas.

¹⁶⁴ CHAVES, Antônio Wanderley. **Madrugadas e Crepúsculos**. [Brasília]: [s.n.], [198?].

Chaves que morou em Mato Verde. O autor, que teve diferentes profissões, dentre as quais, o de catequista de indígenas e funcionário do SPI e da FBC, realizou um trabalho de alfabetização em Mato Verde no ano de 1944 a pedido de Lúcio da Luz. Chaves elaborou uma narrativa de sua trajetória de vida permeada de elogios aos “colonizadores”, “heróis”, “desbravadores”, “colonizadores” e chegou a identificar o antigo patrão como “reencarnação dos velhos bandeirantes paulistas”.¹⁶⁵ Lúcio da Luz é colocado como descontente de um “tronco familiar” de “pioneiros” e formadores de “povoados” que teriam sua “origem” na união de um “sertanejo” com uma Kayapó nas margens do Rio Araguaia pertencentes ao Pará.

Nesse mesmo capítulo, é analisada a narrativa do livro “Sertão de Fogo: a luta de um povo rumo ao desconhecido”¹⁶⁶ publicado em 2003 pela filha de Lúcio da Luz, Adauta Batista da Luz, no qual a autora apresenta sua perspectiva sobre a história de Mato Verde/Luciara a partir da própria *memória* e de familiares. Sua narrativa aborda a trajetória de sua família desde os deslocamentos do Nordeste até apropriarem áreas nas margens do Rio Araguaia, mencionando as andanças de seu pai em direção aos garimpos de Alto Garça, a instalação de Mato Verde, as relações entre os moradores e com os povos indígenas ali presente e territorializados.

Essa narrativa é atravessada de uma manifesta intenção de escrever a “verdadeira história” e fazer justiça à “memória do pai” que teria sido vítima de “calúnia” em narrativas como a de Varjão, Wagley e Pimentel Barbosa que indicam acusações de que Lúcio da Luz estaria envolvido em assassinatos, seria procurado pela polícia ou que teria praticado atos de violência e realizado esbulho territorial de povos indígenas territorializados nos espaços por ele apropriados.

Para além dessas *representações*, esse capítulo problematiza os conflitos e as *representações* sobre os povos indígenas considerados como *o outro* nessas narrativas. Por fim, a *situação de fronteira* dinamizada com a apropriação de espaços por “sertanejos” foi transformada com a chegada de outros agentes históricos na segunda metade do século XX que *intensificou o ritmo temporal* de apropriação do espaço e transformação da natureza.

¹⁶⁵ CHAVES, 198?, p. 277.

¹⁶⁶ LUZ BATISTA, Adauta. **Sertão de Fogo: a luta de um povo rumo ao desconhecido**. Goiânia, 2003.

No quinto capítulo são analisadas narrativas que apresentam *representações* sobre o *outro* elaboradas concomitantemente à *práticas sociais* e *relações de poder* que marcaram o *processo histórico* de apropriação de espaços e da natureza na segunda metade do século XX, sobretudo àquelas relacionadas às ações e projetos dos governos militares, políticas de incentivos fiscais e financiamentos realizados por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e que atraíram empresários, fazendeiros, grileiros, dentre outros interessados em comprar ou tomar posse de terras situadas no município de Luciara que foi enquadrado dentro da delimitação da “Amazônia Legal”.

Na prática, ocorreu outra dinâmica de avanço sobre o espaço, parte significativa dos moradores antigos de Mato Verde/Luciara, mesmo os descendentes de Lúcio da Luz e seus vaqueiros, foram sendo expropriados de forma legal ou irregular, do mesmo modo que ocorreu o esbulho territorial de indígenas para a instalação de “fazendas” e empresas agropecuárias, gerando a *intensificação* do *ritmo temporal* não apenas da apropriação do espaço e da natureza, mas também dos conflitos fundiários e socioambientais em Luciara. Os “sertanejos”, vaqueiros, peões e indígenas são agentes históricos decisivos nessa dinâmica pois resistiram a violências e elaboraram estratégias diversas de enfrentamento à tentativas de apropriação do espaço e natureza, ainda que diante de *relações de poder* desfavoráveis que levaram a *cercamentos* de terras altas e varjões a partir de *práticas sociais* como a grilagem a comercialização das terras pelo estado de Mato Grosso que se intensificaram na segunda metade do século XX.

Diante dessa outra dinâmica, é analisada a narrativa da carta pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”¹⁶⁷ escrita em 1971 pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga da Prelazia de São Félix do Araguaia. Nesse documento o bispo Casaldáliga indica que os “sertanejos” “desbravadores”, diante do avanço das empresas agropecuárias, teriam sido transformados em “posseiros”, “pobres” e “vítimas” da violência e da expropriação provocada pelos latifúndios financiados pela SUDAM. Além desses agentes histórico, o bispo aponta para o esbulho territorial e outras formas de violência

¹⁶⁷ CASALDÁLIGA, Pedro. [Carta] Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. 1971. Disponível em: < <http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf> >. Acesso em: 08/08/2014.

contra os povos indígenas, as precárias condições de existência a que eram submetidos os “peões” das empresas agropecuárias e trouxe exemplos de conflitos fundiários que seriam resultado do avanço dos latifúndios.

Essa Carta Pastoral influenciou pesquisas e narrativas diversas sobre conflitos fundiários, socioambientais e trabalho análogo ao escravo, sobretudo por docentes e discentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Assim sendo, outras narrativas históricas sobre Mato Verde/Luciara foram escritas com base em outros testemunhos, como a dissertação de Luiz Antonio Barbosa Soares¹⁶⁸ que incorpora mulheres como testemunhas de uma história que havia sido relatada anteriormente quase exclusivamente por homens. O historiador critica a história “memorialista” escrita a partir do que denominou “memórias de poder” da família de Lúcio da Luz e que teriam levado à construção de *representações* de um “triumfalismo” do “desbravador bandeirante” e dos “pioneiros”.

Essa e outras narrativas tinham influência de debates mais amplos fomentados por docentes daquela instituição de ensino e de outras em relação aos direitos de povos indígenas e de comunidades e/ou populações “tradicionais”. Com a publicação da “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988” (CF/88), que garantia, através do Artigo 231, os “diretos originários” aos povos indígenas, demandas de movimentos indígenas por melhores condições de vida e por territórios ganharam maior visibilidade, de modo que em Luciara os Karajá e Tapirapé pleitearam a demarcação de Terra Indígenas (TI) por meio de um processo administrativo conduzido pela União, no qual os laudos antropológicos agregaram o que Pollack¹⁶⁹ conceituou como *memórias subterrâneas* que não foram anteriormente incorporadas em narrativas, mas que emergiram através dos relatos orais dos indígenas inseridos nas narrativas daquelas peças jurídicas.

Na última década do século XX, outra demanda foi institucionalizada por agentes históricos antes categorizados como “sertanejos” ou vaqueiros que passaram a se autodenominarem Retireiros do Araguaia. A partir de diferentes estratégias e com o apoio de aliados, esses agentes históricos organizaram a

¹⁶⁸ SOARES, Luiz Antonio Barbosa. **Trilhas e caminhos:** Povoamento não-indígena no Vale Araguaia-MT, na primeira metade do séc. XX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, 2004.

¹⁶⁹ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Associação dos Retireiros do Araguaia (ARA) e elaboraram em 2001 uma carta endereçada a Marina Silva¹⁷⁰ na qual reivindicavam que parte dos varjões fossem transformados em Reserva Extrativista.

Nesse documento é possível identificar uma narrativa histórica alicerçada em *memórias subterrâneas* e a diferenciação elaborada pelos Retireiros do Araguaia em relação aos *outros*, “fazendeiros” e “sertanejos”, de modo que *acionaram* uma identidade ligada à sua relação com o espaço e natureza com as especificidades dos varjões, da terras altas e das enchentes dos rios Araguaia, Xavantinho, Tapirapé e outros corpos d’água. Seria nessas condições que a lida com o gado exigiria a construção de retiros, o deslocamento do rebanho em determinadas épocas do ano e o desenvolvimento de um manejo apropriado e que se dava em terras de uso comum, sem cercas e sem a privatização da terra.

Essas argumentações e dinâmicas de acionar *memórias subterrâneas* e a *identidade retireira* podem ser observadas nas narrativas dos laudos socioeconômicos e biológico que foram coordenados pelo geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves¹⁷¹ publicados em 2006 como peça jurídica de um processo de estudo de viabilidade de demarcação da “Reserva Extrativista dos Retireiros de Luciara-MT”. Esses laudos podem ser considerados como instrumentos políticos utilizados dentro de uma estratégia de regularização fundiária das áreas apropriadas pelos Retireiros do Araguaia.

As expropriações e a grilagem de terras em Luciara fomentaram conflitos fundiários e socioambientais que foram abordados pelo geógrafo Alexandre Regio da Silva em sua tese¹⁷² como impulsionadores da “invenção” da *identidade retireira*. Para o autor, essa identidade teria sido “forjada”, “inventada” e/ou emergiu no “contexto conflitivo” e tinha relação direta com a territorialidade desses agentes históricos. Tais categorias podem induzir à uma análise apressada

¹⁷⁰ ARA. [Carta]. **Carta dos Retireiros do Araguaia para a senadora Marina Silva**, 2001.

¹⁷¹ PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (Coord.). [Laudo Socioeconômico]. *Diagnóstico Preliminar da Reserva Extrativista dos Retireiros de Luciara-MT*, Ministério do Meio Ambiente, 2006 A. e PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (Coord.). [Laudo Biológico]. *Diagnóstico Preliminar da Reserva Extrativista dos Retireiros de Luciara-MT*, Ministério do Meio Ambiente, 2006 B.

¹⁷² SILVA, Alexandre Regio da. *Espaço e conflito: tensões territoriais no Médio Araguaia e a emergência/invenção da identidade retireira (1958-2011)*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2012.

de que esses agentes históricos “inventaram” a *identidade retireira* na década de 1990 e por isso foram problematizadas a fim de indicar a sua construção ao longo do *processo histórico* de apropriação do espaço e da natureza desde a década de 1930, quando alguns desses Retireiros do Araguaia passaram a criar o gado nos varjões do Araguaia e de outros rios. De vaqueiros, esses agentes históricos passaram também a ser identificados como retireiros pela forma da lida com o gado, a natureza e o espaço, de modo que a categoria generalizadora “sertanejo” não seria adequada diante dessa autoidentificação.

Outros agentes históricos anteriormente identificados como “sertanejos” ou “posseiros” que realizaram ações de reivindicação territorial e de reconhecimento étnico são os Kanela do Araguaia. Em 2009, foi publicada uma cartilha intitulada “Nova Cartografia Social da Amazônia. Povo Indígena Kanela do Araguaia”¹⁷³ produzida a partir de trechos de relatos orais desses indígenas durante uma oficina do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Esse documento tem como base as *memórias subterrâneas* desses agentes históricos que apontam para a história de famílias que fugiram de ataques violentos realizados por “fazendeiros” e renitente esbulho de aldeias como Porquinhos, situadas no Maranhão. Esses grupos familiares percorreram trajetos por Goiás até chegarem no Mato Grosso nas margens do Rio Araguaia onde passaram a se apropriar de áreas onde permaneceram ou foram expulsos, numa dinâmica marcada pelo medo e pelo *silenciamento* quanto a sua identidade étnica.

É importante destacar que a autoidentificação dos Retireiros do Araguaia e dos Kanela do Araguaia agrega o seu pertencimento ao espaço e natureza que os diferenciam respectivamente de outros criadores de gado com retiros, bem como dos Kanela que permaneceram no Maranhão, ainda que os Kanela do Araguaia se coloquem como pertencentes aquele povo, mas situados em outro espaço e com outra trajetória.

As reivindicações de delimitação de territórios para os Retireiros e Kanela do Araguaia, assim como de ampliação de TI, resultou em outras estratégias

¹⁷³ PNCSA. [Cartilha]. Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil central. Fascículo 01. **Povo Indígena Kanela do Araguaia**. Manaus: 2009. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/01-povo-indigena-kanela-do-araguaia/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

de regularização fundiária. A partir do “Relatório final de levantamento e da caracterização da situação fundiária em Luciara-MT”¹⁷⁴ elaborado pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira e de estudos realizados pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio)¹⁷⁵, foi elaborada uma proposta de demarcação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mato Verdinho.

A proposta de criação da RDS considerava que povos indígenas e populações “tradicionais” como os Retireiros do Araguaia fariam uso “sustentável” daquele espaço e sua natureza, conforme indica uma cartilha publicada em 2013 pelo ICMBio.¹⁷⁶ Essa proposta chegou a ser acatada pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU)¹⁷⁷ que publicou em novembro de 2014 a Portaria n. 294¹⁷⁸ que declarava o interesse da União numa área que engloba as várzeas do Rio Araguaia e que atravessavam alguns municípios do Mato Grosso e Tocantins.

Contudo, em janeiro de 2015 a SPU publicou a Portaria n. 10¹⁷⁹ que revogava a portaria anterior e indicava a necessidade de outros estudos sobre a proposta de criação da RDS através da constituição de outro Grupo de Trabalho (GT). Trata-se de um recuo no processo administrativo e reflexo das ações de moradores de Luciara contrários à demarcação e de seus aliados, sobretudo políticos mato-grossenses e outros agentes históricos que atuavam na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e na Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO). Em 2013, Luciara foi cenário de manifestações em que parte significativa de sua população urbana participou e que

¹⁷⁴ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. [Laudo Fundiário] *Relatório final de levantamento e da caracterização da situação fundiária em Luciara-MT*. 2009.

¹⁷⁵ Segundo o ICMBio: “As unidades de conservação federais são geridas pelo Instituto Chico Mendes, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada no ano de 2007, através da Lei federal 11.516, de 28 de agosto de 2007...”. In: BRASIL. [Cartilha] Instituto Chico Mendes do Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha “Dúvidas e Esclarecimentos sobre a Proposta de Criação da RDS do Mato Verdinho/MT”**. Brasília – DF, 2013.

¹⁷⁶ PNCSA. [Cartilha]. Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil central. Fascículo 01. **Povo Indígena Kanela do Araguaia**. Manaus: 2009.

PNCSA. **Retireiros e Retireiras do Araguaia**: lutas, território e identidade. Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central. Coordenação de Pesquisa: Antônio João Castrillon Fernández, João Ivo Puhl, Lidiane Taverny Sales e Solange Ikeda Castrillon. Manaus/AM: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

¹⁷⁷ Essa secretaria estava diretamente ligada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

¹⁷⁸ BRASIL. Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 294/2014**, de 27 de novembro de 2014. Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável a RDS Mato Verdinho. Brasília, DF, nov. 2014

¹⁷⁹ BRASIL. Secretaria de Patrimônio da União do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 10/2015**, de 30 de janeiro de 2015. Revoga a Portaria 294/2015 e institui GT. Brasília, DF, jan. 2015.

teria sido organizada por políticos locais. Além de cartazes e passeatas, alguns agentes históricos participaram de atos de violência como ameaças e atentados contra as casas de lideranças dos Retireiros do Araguaia e do diácono da Prelazia de São Félix do Araguaia colocado como principal apoiador.

Em meio a esses *acontecimentos* que marcam o *tempo político* desse amplo *processo histórico* de apropriação do espaço e da natureza perpassado por *representações* sobre o outro, o quinto capítulo dessa tese busca relacionar o conflito pontual em Luciara com esse processo, alinhando teoricamente a ligação entre *acontecimento* e o *tempo estrutural e social* a partir de referenciais de autores como Georges Michael Claude Andre Duby (1919-1996)¹⁸⁰ e Marshall David Sahlins (1930-).¹⁸¹ Ademais, as reflexões de François Dosse (1950-)¹⁸² sobre a importância de *acontecimentos* são inseridas, sobretudo sua concepção de que mesmo que pontuais, esses não se encerram com seu fim, pois influenciam outros *acontecimentos*, dinâmicas, narrativas e o *processo histórico* com seus vestígios e mistérios a serem abordados pelo historiador.

Dosse contribui ainda com uma abordagem teórica sobre a existência de *acontecimentos monstros* que possuem “ressonâncias” não apenas no tempo e no espaço, influenciando outros *acontecimentos*. O que é conceituado teoricamente pode ser identificado na relação existente e no uso de um *acontecimento* sobre o conflito em Luciara em 2013, pois no último dia de 2012, ocorreu a desintrusão de “não índios” da TI Marãiwatsédé do distrito Posto da Mata do município de Alto Boa Vista. Aquela expulsão violenta de posseiros e grileiros é resultado de outro processo de apropriação de espaço e natureza dentro do território dos Xavante e causou uma significativa repercussão nos municípios próximos como Luciara. Assim sendo, esse *acontecimento monstro* foi utilizado por lideranças contrárias à criação da RDS Mato Verdinho como argumento e que a população de Luciara também seria expulsa de suas moradias, posses e propriedades.

¹⁸⁰ DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines**: 27 de julho de 1214. Tradução Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 a. Além da obra: DUBY, Georges. **A história continua**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993 b.

¹⁸¹ SAHLINS, Marshall. O Retorno do Evento, outra vez: com reflexões sobre os primórdios da Grande Guerra fijiana de 1843-1855 entre os reinos de Bau e Rewa. In: _____. **Cultura na Prática**. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 316-376.

¹⁸² DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador**: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Além dessas práticas, ocorreu uma batalha de narrativas jornalísticas sobre o conflito de 2013 em Luciara e acerca da proposta da RDS em que a *luta de representações* se deu sobretudo em torno de quem seriam os agentes históricos envolvidos. Nessas narrativas é possível identificar casos de inserção de relatos orais de testemunhas que resultaram em reportagens que abordavam apenas um perspectiva sobre o conflito e que trazia no texto categorizações dos agentes históricos envolvidos a partir daquelas informadas pelo entrevistado, como aponta o sexto capítulo dessa tese.

Nesse capítulo são analisadas ainda algumas práticas e narrativas de instituições governamentais envolvidas como o ICMBio, a SPU e o Ministério Público Federal, além de outros agentes históricos contrários ou favoráveis à criação da RDS Mato Verdinho, dentre os quais alguns publicados na *internet* com posicionamentos extremos e ainda com argumentos alicerçados em mentiras e ataques pessoais aos envolvidos naquela proposta, tal qual ocorre em relação à diferentes assuntos controversos no *tempo presente* marcado pela polarização e discursos de ódio em redes sociais.

Concomitantemente, foram escritas narrativas de Retireiros do Araguaia e aliados, como a dissertação de Lidiane Taverny Sales¹⁸³ sobre a *identidade retireira aciona* em meios aos conflitos dentre os quais o de 2013, além de trazer uma narrativa histórica que situa sua família e de outros Retireiros do Araguaia não como “pioneiros” de Mato Verde, mas como uma comunidade “tradicional” com relações “sustentáveis” em relação à natureza.

Além de produzir artigos e reportagens, Antônio Canuto publicou um livro intitulado “Resistência e Luta conquistas território no Araguaia Mato-Grossense”¹⁸⁴ em 2019 no qual inseriu uma narrativa histórica sobre os Retireiros do Araguaia, posseiros e outros agentes históricos envolvidos em conflitos a partir de suas *memórias* e do arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Trata-se de uma narrativa que segue a abordagem de Dom Pedro Casaldáliga sobre a atuação

¹⁸³ SALES, Lidiane Taverny. *Território retireiro em disputa: cerca que divide e a perda do território de uso comunal dos Retireiros e Retireiras do Araguaia no Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade Nacional de Brasília (UnB). Brasília-DF, 2018.

¹⁸⁴ CANUTO, Antônio. **Resistência e Luta conquistas território no Araguaia Mato-Grossense**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

das empresas agropecuárias e latifúndios na expropriação dos “sertanejos” e esbulho territorial indígena ancorada em registros de casos de violência.

Naquele mesmo ano foi finalizada a Cartilha do PNCSA¹⁸⁵ com trechos de relatos dos Retireiros do Araguaia sobre a luta pela regularização fundiária dos varjões de uso comum que estavam sendo *cercados* e apropriados por outros agentes históricos, sobretudo após a década de 1970. Alguns trechos ressaltam o uso diferenciado do espaço e da natureza por parte dos Retireiros do Araguaia e a relação da lida com o gado com as características do espaço, do relevo, vegetação, clima e outros elementos da natureza.

Dessa forma, por meio de uma análise de *práticas sociais, relações de poder e representações* sobre o outro na longa duração é possível identificar que diferentes agentes históricos utilizaram tais *representações* para legitimar a tentativa ou efetiva apropriação do espaço e da natureza em Luciara. Porém, existem outras narrativas, *representações, práticas sociais e relações de poder* que não são abordadas em meio à *aceleração do ritmo temporal* que marca o *tempo político* estabelecido em Luciara após a dinamização do *processo histórico* com a chegada de outros agentes históricos, sobretudo com os governos militares.

O *tempo presente* é marcado por essa *aceleração* de mudanças e dinâmicas desse *processo histórico* que não podem ser compreendidas em sua ampla complexidade, de modo que uma série de elementos estão em aberto por estarem inacabados e pelos limites da própria análise dessa tese que procurou desviar dos perigos de um *presentismo*, como indica Henry Rousso (1954-)¹⁸⁶, mas sem receio de aproximações com *acontecimentos* permeados de elementos explicativos de *representações, práticas sociais e relações de poder* que perpassaram o *processo histórico*.

E é no *tempo político* que é possível identificar que Luciara ainda está “à espera” do “progresso” e do “futuro”. Além da problemática estrutura fundiária que resulta em insegurança jurídica, litígios e conflitos em relação à apropriação do espaço e da natureza, o município não se consolidou como um centro urbano de

¹⁸⁵ PNCSA. **Retireiros e Retireiras do Araguaia**: lutas, território e identidade. Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central. Coordenação de Pesquisa: Antônio João Castrillon Fernández, João Ivo Puhl, Lidiane Taverny Sales e Solange Ikeda Castrillon. Manaus/AM: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

¹⁸⁶ ROUSO, Henry. A última catástrofe. A história, o presente, o contemporâneo. Tradução de Fernando Coelho, Fabrício Coelho, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

referência, como idealizado por Lúcio da Luz e outros moradores, como pode ser identificado através de índices socioeconômicos.

As informações oficiais do Censo realizado pelo IBGE¹⁸⁷ em 2010, ainda que estejam sujeitas à críticas de sua validade amostral e metodologia, indicam que a população municipal de Luciara seria de 2.224 habitantes, com uma estimativa de decréscimo para 2.077 moradores em 2019. A densidade demográfica¹⁸⁸ seria então de 0,52 hab/km²¹⁸⁹, ou seja, equivalente a cada habitante poder “ocupar” quase 2 km² do território de Luciara que abrange 4.243,028 km².

O Censo Agropecuário¹⁹⁰ de 2017 aponta que a utilização das terras de Luciara seriam por meio do uso de 762 hectares com lavouras temporárias¹⁹¹, 435 ha com “sistemas agroflorestais”¹⁹², 9.837 de matas naturais e 10.054 de matas “destinadas à preservação permanente ou reserva legal”, tendo, portanto, quase 130 mil ha ocupada por pastagens. Dessa área total de pastagens, apenas 20.926 seriam pastagens plantadas em “boas condições”, 4.932 em “más condições”, e um montante de 104.559 ha de pastagens naturais compostas pelos varjões. Naquele Censo de 2017, foram identificados 174 estabelecimentos que teriam atividades pecuárias e a soma do rebanho municipal seria de 30.589 cabeças de gado¹⁹³.

A criação de gado bovino em Luciara é realizada sobretudo nos varjões existentes em parte significativa do seu território que “possui relevo plano de baixa altitude variando entre 180 a 200 metros”,¹⁹⁴ que juntamente com uma hidrografia específica, formam “[...] a segunda maior área inundável sazonalmente do planeta, com cerca de 2.000.000 hectares.”¹⁹⁵ Seria portanto numa área que faz parte das planícies dos rios Araguaia e Tapirapé e “drenada na sua parte central pelo rio

¹⁸⁷ IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/luciara/panorama>>. Acesso em: 11/01/2020.

¹⁸⁸ A densidade populacional estadual era de 3,36 hab/km². IBGE Cidades.

¹⁸⁹ Habitantes (hab) por Quilômetros Quadrados (km²).

¹⁹⁰ IBGE Cidades. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/luciara/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 11/01/2020.

¹⁹¹ Segundo as informações desse mesmo Censo Agropecuário, em 2017, Luciara teria 216 de estabelecimentos com títulos de propriedade privada.

¹⁹² Indicado pelo órgão como “Área cultivada com espécies florestais também usadas para lavoura e pastoreio por animais”, e que acredita-se serem regulamentadas enquanto áreas privadas.

¹⁹³ Segundo informações de 2018, o rebanho seria de 43.004. IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/luciara/pesquisa/18/16459?ano=201>>. Acesso em: 11/01/2020.

¹⁹⁴ SILVA, 2012, p. 18.

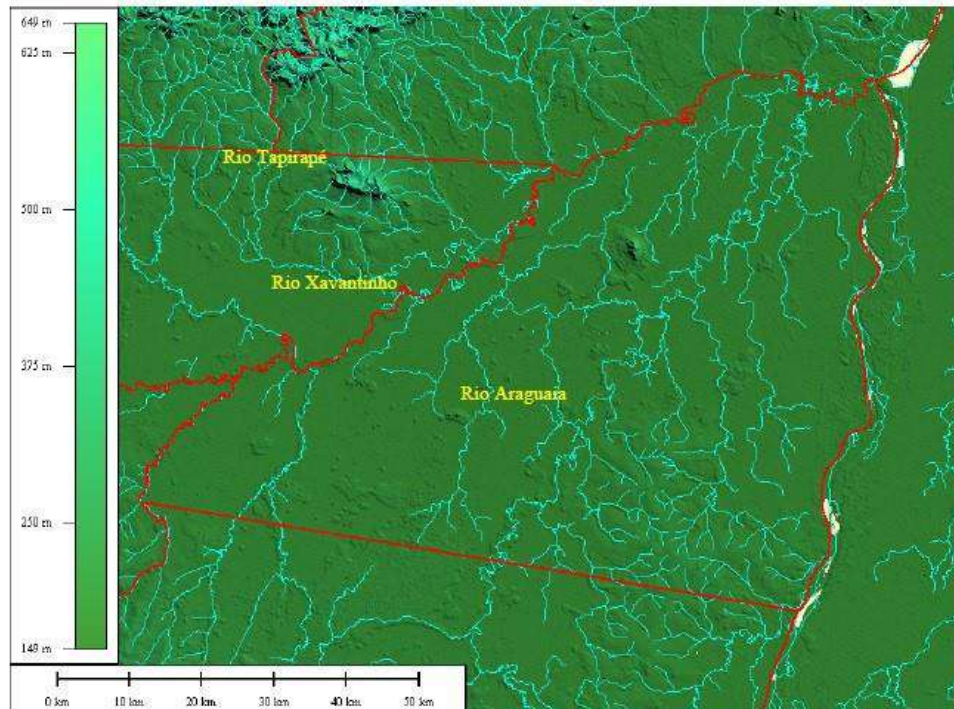
¹⁹⁵ SILVA, 2012, p. 18.

Xavantinho afluente do Tapirapé” que fica alagada no período das cheias dos citados rios.¹⁹⁶ Ali, formam-se os varjões, que “[...] estão recobertos por gramíneas e nas áreas sedimentares livres das cheias por cerrado. As áreas mais elevadas do cristalino têm a presença de matas. Estas também aparecem como galerias ao longo dos rios e igarapés.”¹⁹⁷ Ademais:

A dominância dos regimes sedimentares fluviais nesta região se dá através de três principais rios: o Xavantinho e o Tapirapé, que são afluentes do Araguaia. O município de Luciara é bordejado a oeste pelo rio Tapirapé, a leste pelo rio Araguaia e é cortado pelo rio Xavantinho, de maneira que não há distinção dos depósitos sedimentares, uma vez que dentro da área de Luciara se encontra a confluência do Xavantinho com o Tapirapé e do Tapirapé com o Araguaia.¹⁹⁸

Através da figura inserida à frente é possível visualizar os rios principais e o baixo relevo, além dos limites do território municipal de Luciara destacados em vermelho:

Figura 02 - Imagem digital de relevo destacando os principais rios e o limite do território de Luciara (2009)



Fonte: OLIVEIRA (2009, p. 76).

¹⁹⁶ OLIVEIRA, 2009, p. 04.

¹⁹⁷ OLIVEIRA, 2009, p. 04.

¹⁹⁸ OLIVEIRA, 2009, p. 75.

Essas características do espaço e da natureza onde foi construído Mato Verde e Luciara auxiliam a compreender elementos do interesse de diferentes gentes históricos pelas terras altas e varjões para desenvolverem ali diferentes atividades, bem como o predomínio da criação de gado nas ditas “pastagens naturais”. Esses elementos, somados às estimativas socioeconômicas do município e ao *processo histórico* de apropriação de espaço e da natureza, permitem identificar explicações da baixa densidade demográfica e a existência de um número de cabeças de gado bovino significativamente maior que a de seres humanos e possivelmente maior que outros animais nativos.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicativo que aponta para a desigualdade de renda, pois seria de 0,676 enquanto o Mato Grosso estaria em 0,725, indicando que o município estava abaixo da média estadual. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* seria de R\$ 14.509,96, de modo que Luciara ocupava o 130º lugar entre os 141 municípios mato-grossenses e o 12º entre os 14 municípios da “microrregião Norte Araguaia”¹⁹⁹, ainda que fossem uma das municipalidades mais antigas.

Para além da comparação com outros municípios da “microrregião”, as estimativas socioeconômicas, indicam elementos das condições da apropriação do espaço, a predominância de pastagens naturais e da pecuária bovina, além da desigualdade social, também reforçam uma *representação* de Luciara como um município “pobre” e relação à outros criados mais recentemente.

Na prática, o “progresso anunciado” não chegou e como o próprio Lúcio da Luz indica, a BR 158 não atravessou Luciara e a chegada de outros agentes históricos resultou numa dinâmica de *cercamentos* de terras altas para a agricultura e de áreas do varjão por pecuaristas detentores de rebanhos de diferentes tamanhos, *práticas sociais e relações de poder* diversas àquelas dos Retireiros do Araguaia.

A expropriação e *cercamentos* dos varjões contribuíram para o decréscimo populacional de Luciara que foi ameaçada de ser extinta enquanto município com a possibilidade da efetivação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo²⁰⁰ que marcou o “Plano Mais Brasil” do governo de Jair

¹⁹⁹ Definição do IBGE.

²⁰⁰ Segundo a Agência Senado: “O pacto federativo é o conjunto de dispositivos constitucionais que configuram a moldura jurídica, as obrigações financeiras, a arrecadação de recurso e os campos de

Bolsonaro. Segundo a proposta, municípios com menos de 5 mil habitantes seriam extintos caso não comprovassem até 2023 sua “sustentabilidade financeira” baseada numa arrecadação de impostos de, no mínimo, 10% da receita total do município.

Essa proposta, ainda que não tenha avançado, problematizou a delimitação e emancipação de municípios no Brasil que possuem um número reduzido de habitantes, bem como a diferença existente entre o imaginado e a prática em projetos de colonização que não conseguiram atrair ou manter um número significativo de moradores, como é o caso de Santa Rita do Trivelato²⁰¹, Novo Horizonte do Norte²⁰², dentre municípios com menos de 5 mil habitantes.

No caso de Luciara, seus moradores ainda estão “a espera”, alguns aguardando o “progresso” e outros a “sustentabilidade” que, num futuro possível e imaginado, faria com que esses agentes históricos sejam reconhecidos como aqueles que tiraram Luciara do “atraso” de um passado marcado pela “selvageria” dos povos indígenas, pela “rusticidade” e “coronelismo” dos “sertanejos”, ou ainda, pela “violência do latifúndio e grilagem de terras”.

E nesse *processo histórico*, outras *representações* sobre o *outro* são elaboradas e reproduzidas constantemente, no cotidiano, avançando outros espaços através dos meio de comunicação, atravessadas por *relações de poder* locais e as alianças que as conectam com o mundo para além das margens do Rio Araguaia, do Xavantinho e do Tapirapé, mas ali enraizadas nas terras altas, nos varjões, nas águas, nas pastagens e no restante da natureza que é apropriada na prática e *representada* pelos agentes históricos por suas narrativas.

atuação dos entes federados. O debate em torno do pacto federativo que está sendo travado atualmente no Congresso Nacional gira em torno, sobretudo, de questões fiscais.” Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pacto-federativo>>. Acesso em: 11/01/2020.

²⁰¹ Município cujas terras foram comercializadas pela Colonizadora Trivelato a partir de 1977, que possui um dos maiores “crescimentos econômicos do país” obtidos pela produção de *commodities* como soja e milho, mas que possuía, segundo informações do último Censo do IBGE uma população de 2.491 moradores, com densidade demográfica de 0,53 hab/km². IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/santa-rita-do-trivelato/panorama>>. Acesso em: 11/01/2020.

²⁰² Município colonizado pela “empresa colonizadora” Imagrol Imobiliária Mato Grosso a partir de 1968, cuja população seria de 3749 habitantes no Censo de 2010. IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/novo-horizonte-do-norte/panorama>>. Acesso em: 11/01/2020.

1. O Rio Araguaia e seus afluentes situados nas proximidades da Ilha do Bananal e a presença humana na *Longa Duração* até o final do século XVIII

*Tudo passa sobre a terra.*²⁰³

1.1. O espaço onde estão o Rio Araguaia, seus afluentes e os varjões nas proximidades da Ilha do Bananal na *longa duração*

A intenção de inserir a frase de José de Alencar não é de incorporar perspectivas literárias ou românticas à narrativa, mas de elucidar o caráter efêmero e finito da vida da flora e fauna que se espalha sobre a terra. A história humana é apenas uma pequena parte de uma história de *longa duração* do planeta que pode ser teorizada a partir de periodizações com escalas que chegam a bilhões de anos. Contudo, a presença humana marca a *aceleração* do *ritmo temporal* das transformações ambientais ocorridas sobre a terra diante da busca pela apropriação do espaço e de sua natureza por diferentes grupos humanos.

O planeta é o elemento que permanece, tendo sua geografia ligada ao que Braudel definiu como *tempo estrutural* ou *tempo geográfico* com transformações mais lentas. E é sobre a crosta terrestre que águas emergem e um rio surge, abre seu leito por onde suas águas seguem em direção ao mar ou até outro rio que o incorpore e o direcione para o mesmo fim. Assim o é com o Rio Reno, que rompeu com os “laços primitivos” e mudou seu curso²⁰⁴ e assim o é com o Rio Araguaia, pois esses corpos d’água surgiram antes, mas são os seres humanos que o nomeiam, categorizam, exploram, representam, utilizam como meio de comunicação e fonte de “recursos” naturais, o colocando como “fronteira natural” e o personificando “de bom grado”²⁰⁵ como alerta Febvre.

Assim sendo, mais que inserir o Rio Araguaia como um personagem nessa narrativa, são analisadas como as ações humanas o incorporaram dentro de seus mais variados interesses e projetos, situando dentro de um espaço específico dividido conforme as *relações de poder* existentes, mas por vezes justificando que tais ações seriam “naturais”, e portanto, legítimas. Nesse sentido, é necessário o exercício inicial de desnaturalização dessa dinâmica, indicando que a categorização

²⁰³ ALENCAR, José de. **Iracema**. 33. ed. São Paulo: Ática. Série Bom Livro, 1998, p. 127.

²⁰⁴ FEBVRE, 2000, p. 72.

²⁰⁵ FEBVRE, 2000, p. 72.

sobre o espaço é necessariamente uma ação humana. Mesmo a noção de norte, sul, leste e oeste não é um dado da natureza e sim uma construção humana, pois não é possível determinas no universo tais direções. Do mesmo modo, a divisão do planeta em longitude e latitudes foi realizada por grupos humanos que definiram a linha imaginária do Equador que divide o Norte e o Sul e também o meridiano de Greenwich que separa o Leste e o Oeste, ou Ocidente e Oriente, sendo ambas definições arbitrárias a partir das *relações de poder* vigentes no momento de tal divisão e problematizadas por Goody²⁰⁶. Todas as divisões, categorizações, nomeações e manipulações humanas sobre o espaço são oriundas das *relações de poder* existentes, tal como abordado ao longo dessa narrativa.

Todavia, são essas mesmas divisões, categorizações, nomeações e outras ações humanas que permitem situar e indicar onde e como é o espaço situado nas proximidades da Ilha do Bananal, o Rio Araguaia, seus afluentes e os varjões. A partir dessas coordenadas historicamente construídas pela ação humana, possível situar esse espaço em termos de latitude e longitude, dentro do território brasileiro configurado política, social e historicamente nos últimos séculos e também com o apoio de *representações* que enquadram esse espaço em termos político administrativos que se tornaram oficial do Brasil.

Mesmo as nomeações do espaço coevas auxiliam a situar esse espaço, ainda que seja necessário aprofundar a discussão sobre a sua apropriação por grupos humanos e demais *práticas sociais* envolvidas em *relações de poder* que permitem que o mesmo fosse assim nomeado e/ou descrito nessa narrativa. Assim sendo, são utilizadas categorias espaciais coevas como referenciais capazes de indicar elementos fundamentais sobre esse espaço e que são importantes diante do *processo histórico* analisado. No Brasil, as definições coevas sobre o espaço são responsabilidade do IBGE desde o período republicano,²⁰⁷ a partir de quando

²⁰⁶ GOODY, Jack. **O roubo da História**. Como os europeus se apropriaram das ideias e inovações do Oriente. Tradução Luiz Sérgio Duarte da Silva. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 31.

²⁰⁷ Durante o período colonial, não havia órgão central com o objetivo específico e exclusivo de levantar estatísticas sobre a população, as atividades econômicas, a geografia, etc. Somente em 1871 que o Império criou a Diretoria Geral de Estatística. No período republicano, o órgão governamental teve alterações de nome e funções, como em 1934, quando foi criado o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Conselho Brasileiro de Geografia, depois incorporados pelo instituto agregando a área do conhecimento ao seu nome e atividades. In: IBGE. Histórico. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>. Acesso em: 24/04/2017.

passou a atuar na classificação, nomeação e divisão do espaço em “regiões”²⁰⁸ de modo oficial,²⁰⁹ elaborando *representações* através de mapas como o que segue:

Figura 03 - Localização da Ilha do Bananal e do Rio Araguaia representado e destacado no Mapa Político Administrativo do Brasil (2004)



Fonte: IBGE (2004).²¹⁰

²⁰⁸ IBGE. Geociências. Divisões Regionais do Brasil. Ao longo do século XX, foram elaboradas: as “[...] divisões regionais contemplando os conceitos de Zonas Fisiográficas (1940), Microrregiões e Mesorregiões Homogêneas (1968 e 1976) e Microrregiões e Microrregiões Geográficas (1989)”. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>. Acesso em: 24/04/2017.

²⁰⁹ IBGE. Geociências. Divisões Regionais do Brasil. De acordo com a entidade, essas ações se dariam a partir da “[...] necessidade de um conhecimento aprofundado do Território Nacional, visando, na década de 1940, mais diretamente à sua integração e, nas divisões posteriores, à própria noção de planejamento como suporte à ideia de desenvolvimento”. Destaca-se, portanto, que enquanto entidade governamental, o IBGE esteve, desde sua criação, ligado a programas dos diferentes governos que por vezes foram voltados para a integração nacional e a projetos desenvolvimentistas concebidos a partir das especificidades do território nacional.

²¹⁰ BRASIL. IBGE. Mapa Político Administrativo do Brasil. 2004. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo>>. Acesso em: 24/04/2017.

O destaque na figura o percurso do Rio Araguaia deixa o mesmo fora de escala, mas é utilizado como uma forma de contribuir para a sua melhor visualização. Ademais, os dados georreferenciados do IBGE permitem a elaboração de outras *representações* do mesmo espaço, destacando as unidades da federação, a localização da Bacia Araguaia Tocantins e o percurso do Rio Araguaia, como pode ser observado na próxima figura:

Figura 04 - *Representação do percurso do Rio Araguaia (2020)*



Fonte: Mapa elaborado a partir de base de dados georreferenciados do IBGE.

Em ambas as figuras é possível identificar que o espaço situado nas imediações da Ilha do Bananal se localiza no interior do território brasileiro e o trajeto do Rio Araguaia é considerado como fronteira do território administrativa e juridicamente consolidado de quatro estados da federação. O seu curso atravessa sete municípios dos estados de Goiás²¹¹, Tocantins²¹² e Pará²¹³, além de oito municípios do Mato Grosso²¹⁴, totalizando vinte e nove municípios que dividem suas margens e são banhados por suas águas. O Rio Araguaia foi enquadrado como *faixa territorial* ou *faixa de fronteira* entre os estados de Mato Grosso e Goiás, depois entre Mato Grosso e Tocantins, além de dividir Tocantins e Pará. O rio é *representado* como o limite, a divisa, sendo, portanto, considerado uma fronteira interna e ainda como uma “fronteira natural”, apesar de ser fundamental indicar que foi a ação humana que o identifica como tal. Lucien Febvre (1878-1956)²¹⁵ é enfático quando escreve que a ideia da existência de “fronteira natural” se deve “a astúcia de uns, a ingenuidade de outros”²¹⁶ e indica que “[...] não há senão fronteiras humanas. Elas podem ser “justas” ou “injustas”, mas não é “a natureza” quem dita a equidade ou aconselha a violência”. São, pois, os agentes históricos com maior poder que as definem.

Consequentemente, o Araguaia não é tomado como “fronteira natural”, mas primeiramente como um rio com características específicas que influenciaram situações e dinâmicas próprias do *processo histórico* de apropriação do espaço pela ação humana. Esse rio possui sua nascente na Serra do Caiapó, num altiplano situado numa altura de 850 metros acima do nível do mar, de onde segue para áreas mais baixas, do Sul para o Norte do território brasileiro, percorrendo os estados do

²¹¹ São eles: Aragarças; Aruanã; Baliza; Britânia; Nova Crixás; São Miguel do Araguaia; e Santa Rita do Araguaia.

²¹² São eles: Araguacema; Araguanã; Araguatins; Araguaína; Caseara; Couto de Magalhães; e Xambioá.

²¹³ São eles: Conceição do Araguaia; São Geraldo do Araguaia; São João do Araguaia; Santana do Araguaia; Bela Vista do Araguaia; Santa Maria das Barreiras; e Palestina do Pará.

²¹⁴ São eles: Alto Araguaia; Barra do Garças; Cocalinho; Ponte Branca; São Félix do Araguaia; Luciara; Santa Terezinha; e Torixoréu.

²¹⁵ *Idem*, 2000, p. 66-67.

²¹⁶ Vale ressaltar que a análise foi feita em meio às disputas por fronteiras na Europa: “Escrito durante a ocupação francesa da Renânia, tendo a ascensão nazista como pano de fundo, opõem-se a interpretações dominantes da época – o mito do “Reno alemão”, assim como o da “fronteira natural” [...] Febvre defende efetivamente a ideia, hoje quase banal, mas iconoclasta na época, de um Reno “traço de união” – rio europeu, ligando povos e culturas”. In: Febvre, 2000, p. 07. *Advertência*, escrita por Peter Schöttler em 1997, Pais-Berlim,

Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará, até sua confluência com o Rio Tocantins na localidade de São João do Araguaia, que a partir dali, seguem juntos até a foz, junto ao Oceano Atlântico. O Araguaia se une ao Tocantins entre o Tocantins e o Pará num local que chamado Bico do Papagaio, em uma analogia entre a curvatura do bico desse pássaro e o formato do trajeto de ambos os rios quando se encontram.

A relativa proximidade e posterior união entre esses rios fez com que ambos fossem inseridos como integrantes da Bacia Araguaia-Tocantins que, abrange uma área de 918.273 km² e que representa “aproximadamente 11% do território nacional” incluindo os “Estados de Goiás (26,8%), Tocantins (34,2%), Pará (20,8%), Maranhão (3,8%), Mato Grosso (14,3%) e o Distrito Federal (0,1%)”, segundo informação coeva do Ministério do Meio Ambiente (MMA)²¹⁷. Por sua vez, o Rio Araguaia forma uma sub-bacia com uma área de 86.109 km², situada a Noroeste de Goiás e abrangendo 49 de seus municípios.

Assim, na parte central do atual território do Brasil, o rio nasce numa alta altitude e atravessa áreas baixas, encontrando e fomentando biomas como o Cerrado e a Amazônia, numa extensão que abarca uma significativa diversidade em termos de relevo, clima e vegetação ao longo de seu trajeto.

Segundo Aquino, Latrubesse e Souza²¹⁸, o Araguaia “[...] transcorre aproximadamente 2.100 km até a confluência com o Rio Tocantins. Após percorrer 570 km (médio curso), divide-se em dois braços: O Araguaia e o Javaés, formando a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal”²¹⁹. Essa ilha está situada entre os paralelos 11°30’ S e 10°30’ S e possui uma área de 1.916 225 hectares (ha) que foi definida, em 1959, como reserva ambiental do Brasil e, em 1993, como reserva de biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ademais, foi considerada uma zona úmida de importância

²¹⁷ BRASIL. MMA. Secretaria de Recursos Hídricos. [Relatório] **Caderno da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia**. Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. – Brasília: MMA, 2006, p. 21.

²¹⁸ AQUINO, Samia; LATRUBESSE, Edgardo M.; SOUZA FILHO, Edvard Elias de. Caracterização Hidrológica e Geomorfológica dos afluentes da bacia do rio Araguaia. In: **Revista Brasileira de Geomorfologia**. V. 10, n. 01, 2009, p. 44.

²¹⁹ Essa parte da extensão do rio foi onde São Félix do Araguaia, Mato Verde/Luciara e Santa Terezinha foram construídos e emancipados como municípios mato-grossenses.

internacional pela Convenção de Ramsar²²⁰, pois é formada por áreas inundáveis “caracterizadas por um baixo potencial erosivo do relevo”²²¹, e que, juntamente com as áreas alagadiças do Rio Araguaia e seus afluentes, compõe o espaço onde estão situados os varjões.

Além dessa peculiaridade de possuir a maior ilha fluvial do mundo, o Rio Araguaia possui outras características como a presença de cachoeiras descritas como “obstáculos” por agentes históricos que tinham projetos ou realizaram ações ligadas à sua navegação. Doles,²²² que pesquisou a navegação e comunicação pelo Rio Araguaia no século XIX, aponta que esse rio era descrito justamente a partir dos principais “obstáculos” para sua navegabilidade e ligados às suas características naturais como o fato do Araguaia ser um rio “sem leito, mais largo do que fundo”, além de possuir ao longo de seu trajeto as Corredeiras de Coco, São Vicente e São Bento no baixo Araguaia, além das Corredeiras da Barreira, da Piranha e Caiapós no médio Araguaia. Ademais, existiam os Travessões de Santa Maria Velha, Correinha, Joncon Três Pontes e Barreiras no médio Araguaia, e principalmente as Cachoeiras dos Turcos, Santa Isabel, São Miguel, Pau d’Arco, Jacuzão, Pacuzão, Pacuzinho e Grande que trazem dificuldades para os navegantes.²²³ Por essa razão, apenas 1818 km de sua extensão são considerados apropriados para a navegação.

O Rio Araguaia, ao longo de sua extensão, possui uma quantidade significativa de rios e córregos que são seus afluentes. Na sua margem esquerda, os principais são os rios Garça e Diamantino, seguidos pelos rios Cristalino, Tapirapé e das Mortes, e por fim, pelos rios Pau d’arco, Itaipava, Xambioá e Gameleira. Na outra margem, os principais afluentes são os rios Caiapó, Claro, Vermelho, Tesouras, do Peixe, Crixás-Açu, Formoso, Coco, Caiapó II, Piranhas, além dos rios Jenipapo, Muricizal, Lontra, Corda, Piranhas II, Martinho e Barreiro.

Todos esses rios foram áreas alagáveis em alguns trechos de suas margens que inundam e espalham suas águas por uma vasta extensão que se torna

²²⁰ Para maiores informações consultar a UNESCO. List of Biosphere Reserves which are wholly or partially World Heritage sites and Ramsar Wetlands. Disponível em: < <https://en.unesco.org/mab>>. Acesso: 21/08/2018.

²²¹ BRASIL. MMA, 2006, p. 40.

²²² DOLES, Dalísia Elisabeth Martins. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia-GO: Editora Oriente, 1973, p. 15.

²²³ DOLES, 1973, p. 23.

alagadiça no período chuvoso anual e que é denominada varjões. Como resultado do conjunto do baixo relevo e hidrografia específica, têm-se “[...] a segunda maior área inundável sazonalmente do planeta, com cerca de 2.000.000 hectares”²²⁴, possuindo pequenas elevações derivadas de afloramentos cristalinos e terrenos sedimentares em formação. Esses varjões são recobertos por gramíneas e nas áreas sedimentares livres das cheias é possível identificar o bioma Cerrado, além de que, as áreas mais elevadas do Cristalino têm a presença de matas que aparecem como galerias ao longo dos rios e igarapés, conforme Oliveira²²⁵.

O Rio Araguaia apresenta diferentes características geomorfológicas ao longo de seu trajeto e foi dividido a partir dessas particularidades em três segmentos: Alto, Médio e Baixo Araguaia.

O alto Araguaia drena uma área de 36.400 km² e se desenvolve da cabeceira até a cidade de Registro do Araguaia. Nesse setor o rio corre encaixado sobre embasamento cristalino composto por rochas pré-cambrianas e sedimentos paleozoicos da Bacia do Paraná. [...] No médio curso que se estende por 1.160 km desde Registro do Araguaia até Conceição do Araguaia, a área de drenagem aumenta drasticamente, alcançando uma área maior que 300.000 km².

Nesse trecho, o rio flui através de uma planície aluvial bem desenvolvida considerada um complexo mosaico de unidades morfo-sedimentares formadas por sedimentos do Holoceno e do Pleistoceno tardio. [...] O baixo Araguaia se constitui depois da localidade de Conceição do Araguaia até sua confluência com o rio Tocantins. Inicia-se depois da planície do Bananal, quando a planície aluvial praticamente desaparece e o rio entra em área de rochas paleozoicas e principalmente, de rochas cristalinas pré-cambrianas, com extensão aproximada de 500 km até a confluência com o Tocantins²²⁶.

Aquino; Latrubesse e Souza Filho elaboraram uma imagem com a *representação* da localização das “unidades geológicas” da bacia do Rio Araguaia, de modo que o espaço é dividido conforme o tempo em que foram formados e que remete a milhares de anos, como pode ser visualizado a seguir:

²²⁴ SILVA, 2012, p. 18.

²²⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. [Laudo Fundiário] *Relatório final de levantamento e da caracterização da situação fundiária em Luciara-MT*. 2009, p. 04.

²²⁶ AQUINO; LATRUBESSE; SOUZA FILHO, 2009, p. 44-45.

Figura 05 - **Representação das unidades geológicas da Bacia do Rio Araguaia**



Fonte: AQUINO; LATRUBESSE; SOUZA FILHO (2009, p. 46).

Esse elemento é fundamental para ponderar que o Rio Araguaia já estava formado sob a face da terra bem antes da existência humana e assim sendo, sua história pode ser pensada dentro da *longa duração* e remetida ao *tempo geográfico*, tal qual o Mar Mediterrâneo pesquisado por Braudel²²⁷ e ainda, como parte da natureza que extrapola os limites da mesma ao se tornar parte da história humana, tal como o Rio Reno pensado por Febvre²²⁸.

O Rio Araguaia, seus afluentes, a Ilha do Bananal e os varjões apresentam características físicas que configuram o espaço onde estão inseridos e são marcados por uma história de *longa duração* na qual as transformações ocorrem de modo lento até que a presença humana intensificou as mudanças naquele espaço.

1.2. A milenar presença humana navegando as águas do Rio Araguaia e seus afluentes, ocupando e disputando territórios nos varjões

Todo o espaço que compreende o Rio Araguaia, a Ilha do Bananal, seus afluentes e os varjões foi, na *longa duração*, sendo conhecido, nomeado ocupado e disputado por diferentes grupos humanos de tal forma que, a história quase imóvel do Araguaia passou a apresentar outro *ritmo temporal*, ainda lento, mas que dinamizou as transformações desse espaço. Trata-se de uma outra dinâmica que vai além do conhecimento sobre a natureza e adentra a complexidade das relações humanas com a terra, a natureza, o cosmos e, sobretudo, com outros grupos, sendo essa a base da construção da alteridade e identidade que fomenta a consolidação de uma comunidade ou de um povo.

Dessa relação entre *o nós* e *o outro* surgem as complexas *representações* identitárias que simbolizam o que, na prática, se consolida como a separação entre os que pertencem e os que estão de fora de um determinado grupo humano e mesmo do não humano, aquele lugar destinado à natureza. E dessa complexa dinâmica, a definição dos limites do espaço do grupo são definidos através da construção de territórios que são disputados por outros grupos²²⁹.

²²⁷ BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II. 1. ed., Lisboa: Martins Fontes, 1983.

²²⁸ *Idem*, 2000.

²²⁹ Frisa-se que essa análise e narrativa não tem como objetivo a definição e/ou delimitação de territórios e de identidades dos diferentes grupos humanos que se encontrarão no espaço em tela, mas a problematização das *representações* sobre *o outro* que estão intrinsecamente entrelaçadas com

Braudel, a partir de seu estudo sobre o Mar Mediterrâneo, refletiu sobre a complexidade envolvida no trabalho do historiador ao analisar a *longa duração* de um determinado espaço. Se aquele mar se apresenta como “nítido” ao “[...] oceanógrafo, do geólogo, ou, mesmo do geógrafo, todos eles especialistas de domínios claramente reconhecidos, definidos e balizados”²³⁰, o mesmo não ocorre com relação ao historiador que se encontra diante de “[...] mil vozes autorizadas se erguem já para avisar que ele não é isto nem aquilo, que não é um mundo fechado em si mesmo, e que nem sequer é finito”²³¹.

Apesar de possuir uma perspectiva diferenciada daquela de Braudel sobre a geografia nas análises históricas, Febvre também identifica, ao problematizar sobre a história do Reno, que um rio é perpassado por diferentes histórias que “[...] pode ser contada de diversas maneiras, segundo a situação de quem a conta: no meio do rio, em sua margem esquerda, em sua margem direita, afastado ou próximo...”.²³² Febvre também considerava que a abordagem do historiador é diferenciada de outros pesquisadores, pois para o geógrafo²³³ o Rio Reno seria sua natureza, com a “grande via renana, vales, corredores e campos alternados”, que “[...] pela virtude de seu solo fecundo que ele desempenha, já há muito tempo, um papel tão pessoal na economia; e também pelo valor de seu território como zona de contato e circulação”²³⁴. Porém, para Febvre, para além desses elementos, aquele rio deve ser entendido pela Historiografia como “um complexo de engrenagens: políticas, econômicas e culturais”²³⁵, cabendo aos historiadores ler e escutar “[...] as vozes retumbantes do presente que cobrem ou reforçam as vozes discordantes do passado”²³⁶ e ainda “[...] tentando elevar-se

tais elementos. Nesse sentido, a autoidentificação e a definição do território de cada grupo é considerado e problematizado historicamente em relação aos outros grupos.

²³⁰ Pondera-se que tais áreas das ciências possuem perspectivas e abordagens que, por vezes, se opõem e que concorrem entre si, de modo que não se colocam necessariamente como “definitivas” tal como indicado por Braudel.

²³¹ BRAUDEL, 1983, p. 22, no *Prefácio à primeira edição*, escrito em 1946.

²³² FEBVRE, 2000, p. 09.

²³³ Ressalta-se que a diferenciação proposta por Febvre é direcionada ao “geógrafo” de seu tempo, não se aplicando após décadas de transformações e diante da multiplicidade de abordagem características dessa área. Contudo, é por meio dessa diferenciação que o autor coloca as diretrizes do olhar do historiador e da historiadora, e por isso, é necessária a manutenção de sua ideia na íntegra.

²³⁴ FEBVRE, 2000, p. 63

²³⁵ FEBVRE, 2000, p. 07. *Advertência*, escrita por Peter Schöttler em 1997, Pais-Berlim.

²³⁶ FEBVRE, 2000, p. 65.

acima da massa contraditória dos fatos, das interpretações” a fim de “discernir alguns planos gerais do papel, do valor e, por assim dizer, do significado do Reno nas diversas épocas do passado europeu”.²³⁷

A partir da inspiração oriunda dessas perspectivas que compartilham a ideia de que o trabalho do historiador requer a busca pela compreensão das diferentes “vozes” vindas do passado, essa análise buscará diferentes fontes documentais que apresentem narrativas com *representações* produzidas pelos diferentes grupos humanos que avançaram sobre o espaço que compreende o Rio Araguaia, nas proximidades da Ilha do Bananal, e que engloba seus afluentes e a área de varjões.

Entretanto, alguns desses grupos não produziram narrativas escritas, de modo que é preciso reconhecer que algumas “vozes dissonantes” se perderam na *longa duração*, sem registros documentais capazes de fomentar uma análise histórica que abarque o *tempo social* dos diferentes povos presentes naquele espaço. Desse modo, antes de buscar distinguir as “vozes retumbantes do presente” que falam em nome do *outro* e de sua história, é preciso situar a presença humana que extrapola o *tempo político* analisado à frente.

Por meio de pesquisas arqueológicas é possível a historiadores, como Rocha,²³⁸ situar a milenar presença humana nas margens do Rio Araguaia nas proximidades da Ilha do Bananal. O autor indica que as primeiras informações sobre sítios arqueológicos foram coletadas por bandeirantes do século XVII, que “[...] em busca de ouro, encontraram no baixo Rio Araguaia, na fronteira com o Pará, lajes com gravuras, os chamados Martírios” e que se somam aqueles citados na “literatura de viajantes naturalistas”²³⁹. Ademais, outras pesquisas arqueológicas localizaram vestígios oriundos de ações humanas datadas entre os anos de 9000 a.C. a 6500 a.C. e que são distintos daqueles deixados entre 5500 a.C. até 2000 a.C. por caçadores/coletores²⁴⁰.

²³⁷ FEBVRE, 2000, p. 65.

²³⁸ ROCHA, Leandro Mendes. (Org.). **Atlas histórico:** Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: Editora do CECAB, 2001. Destaca-se que, apesar do autor ter como foco o estado de Goiás, sua pesquisa permite visualizar essa presença ao longo do Rio Araguaia.

²³⁹ ROCHA, 2001, p. 13.

²⁴⁰ ROCHA, 2001, p. 15-16.

A partir dessas informações, Rocha elabora uma *representação* do espaço com a “ocorrência de sítios arqueológicos” em Goiás e Tocantins²⁴¹ e que permite identificar de 11 a 20 sítios arqueológicos que estariam localizados nas proximidades da Ilha do Bananal, ainda que não existam vestígios de “caçadores/coletores”²⁴² ou de “agricultores ceramistas”²⁴³ em seu interior ou nas margens do Rio Araguaia, conforme aponta Rocha.

Ressalta-se, contudo, que a inexistência de sítios arqueológicos dessa natureza não descarta necessariamente a possibilidade da existência de presença humana naquele espaço. Vale destacar a possibilidade de que esses agentes históricos transitavam por um amplo espaço, disputando com outros povos o domínio sobre territórios que não ficavam limitados por um rio ou um bioma, sendo consolidado por meio de outras relações com o espaço e a natureza.

Outra ponderação importante é indicada por Rocha que destaca a necessidade de se ter cautela em perceber que esses sítios arqueológicos podem ser oriundos de grupos distintos dos povos indígenas coevos, uma vez que:

Sociedades com culturas e línguas muito distintas podem compartilhar um mesmo repertório tecnológico, ou modificar, conforme a condição histórica apenas em âmbito local, a sua cultura material original. Dessa forma, qualquer associação entre grupos indígenas etnografados e culturas arqueológicas – como a que foi proposta, entre outros, por Schmitz *et al.* (1982) – deve ser considerada com extrema cautela, sobretudo quando a continuidade cultural entre o passado e o presente etnográfico não é claramente demonstrada.²⁴⁴

Apesar de situar a presença desses povos, não é possível realizar um aprofundamento analítico acerca de como representavam a si e aos *outros* por meio de narrativas, mas se constitui como um movimento necessário para abordar, ainda que de modo superficial, a presença milenar de outros povos no espaço que foi sendo apropriado por outros agentes históricos.

²⁴¹ ROCHA, 2001, p. 16.

²⁴² *Idem*, 2001, p. 19. A excessão é um sítio arqueológico situado na “região do Rio dos Peixes”, situada a dezenas de quilômetros da Ilha do Bananal.

²⁴³ ROCHA, 2001, p. 22. Trata-se de outro mapa que *representa* as “principais ocorrências de agricultores ceramistas” de grupos de “tradição Aratu”, “tradição Tupiguarani”, “Tradução Uru”, “Tradição Uma”, além da “Tradição local Caiapônica”.

²⁴⁴ ROCHA, 2001, p. 14-15.

1.3. A presença dos povos indígenas nas margens do Rio Araguaia e seus afluentes nas proximidades da Ilha do Bananal

Os povos indígenas eram sociedades ágrafas²⁴⁵, cuja história e cultura são transmitidas por meio da “tradição oral”²⁴⁶ e suas narrativas tratam sobre o avanço de outros agentes históricos sobre seus domínios e territórios ou ainda, sobre espaços de trânsito ou disputados por diferentes grupos étnicos. Essa dinâmica impõe à Historiografia outras possibilidades de análise²⁴⁷ para além de abordagens ancoradas na crítica documental, embora a presença de povos indígenas nas margens do Rio Araguaia tenha sido significativamente documentada, sobretudo a partir do século XVI, com a construção de arraiais, deslocamentos de grupos e o avanço sobre aquele espaço por meio de movimentos de outros agentes históricos como o de bandeiras e outras expedições como a de missionários. Apesar da inegável importância desse *corpus* documental, esse material não é analisado de modo direto, mas através da Historiografia que o aborda de forma profundada haja vista que permite localizar a presença de povos indígenas no espaço abordado.

Ataídes²⁴⁸ localizou, no Arquivo Histórico Estadual de Goiás e no Arquivo do Museu das Bandeiras da Cidade de Goiás, documentos nos quais pode identificar a presença de diversos povos indígenas do lado direito do Rio Araguaia, espaço que foi delimitado como pertencente a Goiás. Trata-se de um *corpus* documental constituído por correspondências oficiais que trazem narrativas de conflitos e outras dinâmicas relacionadas aos indígenas Apinayé, Araxá, Avá-

²⁴⁵ Frisa-se que parte dos povos indígenas coevos adotaram a escrita por meio de alguns de seus membros e a utilizam como instrumento de luta pelo direito do reconhecimento étnico e territorial.

²⁴⁶ Ressalta-se que “tradição oral” e “história oral” “[...] continuam ambíguas, por que suas definições mudam no seu uso popular. Às vezes, a expressão “tradição oral” identifica um conjunto de bens materiais preservados no passado. Outras vezes, a usamos para falar do processo pelo qual a informação é transmitida de uma geração à seguinte”. In: CRUIKSHANK, Julie. Tradição Oral e História Oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 151.

²⁴⁷ Uma outra possibilidade de análise pode ser considerada a partir dos relatos orais dos povos indígenas coevos a fim de compreender como os mesmos *representam* e narram o avanço dos *outros* sobre seus domínios territoriais. Contudo, essa possibilidade esbarrou, durante o percurso da pesquisa, nas limitações formais de coleta e divulgação de tais fontes documentais, uma vez que o registro na Plataforma Brasil e a aprovação dos projetos de pesquisa pelo Comitê de Ética somente foi normatizado na UFMT no ano de 2018, o que “travou” as possibilidades de utilização das entrevistas realizadas. Todavia, tal possibilidade segue em aberto para futuras análises.

²⁴⁸ ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). **Documenta Indígena do Brasil Central**. Goiânia-GO: Ed. Da UCG, 2001, p. 15-137.

Canoeiro,²⁴⁹ Bororo²⁵⁰, Javaé, Karajá, Krahô, Tapirapé, Xambioá²⁵¹, Xavante e Xerente, também identificados como Akroá e Xacriabá, de modo a indicar a sua presença anterior ao avanço dos “não índios”.

Partindo de uma ampla pesquisa documental, Rocha²⁵² elabora uma *representação* do espaço por meio de um mapa com a indicação da localização aproximada dos povos indígenas no estado de Goiás no século XVIII. Nas proximidades da Ilha do Bananal, o autor aponta a existência de territórios dos Tapirapé e Karajá e a presença de grupos de Xavante e Kayapó, que através de complexas dinâmicas, vieram a se apropriar de territórios e se envolveram em confrontos com outros grupos indígenas e de “não índios” no século seguinte.

Esses deslocamentos foram *representados* através de mapas etnolinguísticos do “Planalto Central e adjacências” elaborados por Santos²⁵³, que, a partir da análise da cartografia histórica de Goiás, identifica em diferentes mapas a indicação de distintas localizações dos povos indígenas naquele estado²⁵⁴ e também nas margens do Rio Araguaia. Destaca-se que tanto Rocha quanto Santos construíram mapas étnicos a partir de indicações de diferentes fontes documentais que traziam referências à localização de diferentes povos indígenas, de modo a

²⁴⁹ O povo Avá-Canoeiro se autodenomina como tal, tendo como etnônimo *Áwa*, e que, pelos registros históricos e etnográficos, teve um grupo que se deslocou no século XIX, fugindo de conflitos decorrentes do avanço de “não índios”, das cabeceiras do Rio Tocantins para o Médio Araguaia, onde passaram a disputar território com os Karajá e os Javaé. Nas fontes documentais o povo é citado como “canoeiro”, de modo que é utilizado aspas para distinguir o uso desse nome na narrativa. In: ISA. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Av%C3%A1-Canoeiro>>. Acesso em: 11/03/2019.

²⁵⁰ Povo indígena que se autodenomina *Boe*, sendo conhecidos pelos “não índios” como Bororo, uma palavra utilizada para nomear o centro da aldeia, mas que acabou sendo incorporada à sua auto denominação. In: ISA. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>>. Acesso em: 16/03/2019.

²⁵¹ O povo Xambioás se reconhece como Karajá do Norte, por isso o nome é incorporado à essa narrativa entre aspas, permanecendo sem essa sinalização nas citações das fontes documentais. Segundo o ISA: “Os membros do grupo indígena quase nunca utilizam a palavra Xambioá para se auto-referirem. “Xambioá” vem de *ixybiowa* (“amigo do povo”) que era como se chamava uma aldeia que existiu na foz do rio de mesmo nome, a montante do atual Posto Indígena. [...] A auto-designação Karajá do Norte, e o desuso do termo Xambioá, indica o desejo do grupo de se identificar, prioritariamente, com a macro-etnia, com uma matriz cultural comum a todos os grupos Karajá.” In: ISA. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karaj%C3%A1_do_Norte>. Acesso em: 11/03/2019.

²⁵² *Idem*, 2001, p. 31.

²⁵³ SANTOS, Rodrigo Martins dos. Os índios na cartografia histórica de Goyaz. In: SILVA, Elias Manoel da; VIEIRA JUNIOR, Wilson. (Org.). **Guia de Cartografia Histórica**. Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília-DF, 2018, p. 186-190.

²⁵⁴ Santos (2018, p. 186-190) elabora *representações* por meio de mapas situando os povos indígenas entre 1700 a 1900 em intervalos temporais de cinquenta anos.

corroborar com o fato de que os povos indígenas estavam presentes com territórios e disputas entre grupos antes da chegada dos “não índios”.

É fundamental ressaltar que diferentes fontes documentais produzidas por “não índios” por vezes omitem a identificação étnica de povos e colocando seus integrantes como “índio” de forma generalizadora ou ainda trazem denominações atribuídas e não a autodenominação. Desse modo, é possível apontar que os A'uwe e os Akwe foram identificados como Xavante e Xerente respectivamente, tendo alguns de seus grupos conhecidos como Akroá e Xacriabá, mas todos pertencentes ao conjunto etnolinguístico Acuen.²⁵⁵ Os Apyâwa foram nomeados de Tapirapé²⁵⁶ e seus inimigos Mebêngôkre, como Kayapó²⁵⁷, ao passo que os Iny receberam a denominação de Karajá²⁵⁸, derivação de uma palavra tupi cujo significado é “macaco grande”, sendo ainda mencionados em algumas fontes documentais dos séculos XVI e XVII como “Caraiúnas” ou “Carajaúna”. Assim sendo, ao longo dessa narrativa diversos trechos extraídos de fontes documentais apresentam tais nomeações atribuídas pelos agentes históricos que as elaboraram, em paralelo com a inserção de etnônimos a fim de indicar a autodenominação de cada povo indígena, ainda que não seja aprofundada uma discussão sobre tais variações.

Ademais, é fundamental reforçar que os povos indígenas possuem complexa organização social, cosmologia, relação com a terra, o tempo e com a natureza distintas com relação a outros grupos étnicos e podem ter diferenças e conflitos com relação ao *outro*. São portadores de uma história específica marcada pela apropriação do espaço e disputa pela construção e domínio de territórios num *ritmo temporal* do *tempo social* dinamizado pela ação humana.

Todavia, esse *ritmo temporal* teve uma *aceleração* com o avanço do *outro* sobre os espaços onde os povos indígenas possuem territórios e estão presentes, a partir do qual esses agentes históricos passam a ser *representados* em

²⁵⁵ ISA. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xavante>>. Acesso em: 25/01/2020.

²⁵⁶ ISA. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tapirap%C3%A9>>. Acesso em: 25/01/2020.

²⁵⁷ ISA. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_\(Kayap%C3%B3\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Meb%C3%AAng%C3%B4kre_(Kayap%C3%B3))>. Acesso em: 25/01/2020.

²⁵⁸ A grafia “Karajá” teria se consagrado com Fritz Krause em 1908. In: ISA. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karaj%C3%A1>>. Acesso em: 25/01/2020

diferentes fontes documentais como cartas e mapas elaborados por alguns daqueles que chegavam ou governavam parte do continente que veio a ser chamado América.

1.4. As *representações* do espaço e dos povos indígenas em mapas e cartas do século XVI

Foi a partir da “descoberta” para os europeus do “novo continente” nomeado como América, que as terras e a natureza situadas no sul do continente passaram a ser disputadas e foram divididas, em 1494, pelo Tratado de Tordesilhas²⁵⁹ entre o reino de Portugal e a coroa de Castela. O conhecimento inicial das terras “descobertas” era escasso e foi sendo construído precariamente nas primeiras décadas do século XVI, em movimentos que podem ser indicados, ainda que de forma superficial, através da cartografia castelhana e lusitana que traz *representações* sobre aquele espaço, sua natureza e seus habitantes.

Uma dessas fontes documentais foi confeccionada de 1500 a 1508 e ficou conhecida como “Mapa de Juan de la Cosa”²⁶⁰ e que apresenta uma *representação* tanto do espaço conhecido quanto desconhecido do “Novo Mundo” como se fosse uma continuidade do continente asiático. Essa *representação* equivocada faz com que as terras da América Portuguesa sejam confundidas com a Austrália e indica a confusa projeção espacial por parte de europeus, que desconheciam a geografia do continente.

Esse espaço também foi *representado*, em 1502, na carta náutica conhecida como “Planisfério de Cantinho”²⁶¹ confeccionada por Alberto Cantino e baseada numa extensa carta pertencente à Casa da Guiné e da Mina de Lisboa. Nessa fonte documental, o espaço imaginado da América Portuguesa é parcialmente *representado* como uma faixa litorânea ligada à América Central do mesmo modo que ocorre com o mapa do cartógrafo alemão Martin Waldseemüller,

²⁵⁹ Ressalta-se que a existência do tratado não pôs fim às disputas, uma vez que o mesmo não foi respeitado plenamente por Portugal e Espanha e também por outros reinos que tentaram também colonizar parte das outras terras, como o caso da tentativa de estabelecer colônias francesas e holandesas em pontos do litoral das terras onde seria construído o território do Brasil.

²⁶⁰ Mapa manuscrito em couro de boi que mede 96 x 183 centímetros pertencente ao Museo Naval de Madrid desde 1853. Pode ser visualizado na versão digitalizada no site do Museo Galileo, Disponível em: <[https://mostre.museogalileo.it/waldseemuller/iwal.php?c\[\]=38821](https://mostre.museogalileo.it/waldseemuller/iwal.php?c[]=38821)>. Acesso em: 04/06/2018.

²⁶¹ Carta manuscrita de 2,18 x 1,02 cms. pertencente à Biblioteca Estense em Módena, na Itália.

publicado em 1507 e conhecido como “Mapa de Waldseemüller” ou “Universalis Cosmographia”, no qual o continente americano é *representado* como sendo uma faixa estreita aproximadamente correspondente à sua parte litorânea oriental. Ambas as fontes documentais indicam que os conhecimentos dos europeus sobre as terras do continente eram escassos e relativos ao litoral.

Para além das *representações*, na prática, nas primeiras décadas do século XVI a Coroa Portuguesa, através de súditos, degredados e outros colonizadores, se apropriou apenas de partes pontuais do espaço litorâneo e “[...] a lista de povoações portuguesas na “Costa do Pau-Brasil” era bem reduzida: Igarassu, Olinda, Ilhéus, Porto Seguro, Santa Cruz (hoje Santa Cruz Cabralia), Vitória (Espírito Santo), São Vicente (reedificada em outro local) e Santos”²⁶².

Porém, o interesse português pelo aproveitamento econômico da natureza entendida como “recurso” e fornecedora de matéria-prima e pelo domínio das terras “descobertas” fez com que a Coroa passasse a intensificar a produção de cartas e mapas com o objetivo de delimitar fronteiras, *representar* os seus domínios que tinha o direito de ocupar pelo Tratado de Tordesilhas. Os castelhanos também tinham interesse semelhante, de modo que ambos passam a patrocinar a elaboração de cartas e mapas que circularam entre aqueles que detinham poder e interesses pelas terras e natureza do “Novo Mundo”. Logo, as *representações* do espaço por meio de mapas e cartas estavam diretamente ligadas a diferentes interesses, sobretudo aqueles políticos e econômicos relativos à delimitação de fronteiras entre lusitanos e castelhanos e as possibilidades de obter riquezas por meio da exploração da natureza e utilização da mão-de-obra dos povos indígenas.

Destaca-se que não havia uma busca do conhecimento científico ou da delimitação de territórios, uma vez que nem portugueses nem espanhóis “[...] tinham em mente, desde o início da colonização, algum território específico chamado “Brasil” quando lutavam por alargar ou defender os limites territoriais de suas colônias”.²⁶³ Havia tão somente uma América Portuguesa e que não estava sob domínio integral da Coroa, amplamente habitada por diferentes povos indígenas

²⁶² OLIVEIRA, João Pacheco e. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro-RJ: Contracapa, 2016, p. 52.

²⁶³ SILVA, Elias Manoel da. Introdução. Ensaio sobre a cartografia dos “sertões”. In: SILVA, Elias Manoel da; VIEIRA JUNIOR, Wilson. (Org.). **Guia de Cartografia Histórica**. Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília-DF, 2018, pp. 11-31, p. 12.

que tinham domínio sobre amplos territórios. É preciso fugir daquilo que seria uma “cilada territorial” de acordo com Silva²⁶⁴, pois:

Estamos tão acostumados a ver o mapa do Brasil com os limites atuais que, inconscientemente, naturalizamos essas fronteiras, ou seja, acompanhamos o processo de formação do território brasileiro como se houvesse um destino tecendo a história para que chegasse ao formato do Brasil no tamanho que hoje conhecemos. Essa abordagem “finalística”, no sentido de uma finalidade – um objetivo a ser alcançado – e que no discurso histórico chamamos, tecnicamente, de perspectiva teleológica, contamina nosso olhar, pois inconscientemente nos leva a interpretar os sujeitos históricos em suas épocas, principalmente aqueles que produziram mapas, como possuidores de uma ideia de território do Brasil que deveriam construir. É como se houvesse um projeto de território previamente concebido, no qual apenas era necessário ir realizando.

Após essa ponderação importante, é fundamental indicar que desde as primeiras décadas após o “descobrimento”, mapas e cartas foram confeccionados em meio à *práticas sociais e relações de poder* específicas, seja por ibéricos ou outros povos europeus que avançavam sobre partes do continente americano com interesses em se apropriar de espaços e fazer uso da sua natureza. Ademais, grupos econômicos e outros agentes históricos também tinham interesses em conhecer o espaço para poder explorar e colonizar suas terras.

Harley²⁶⁵ indica que cartas e mapas são “discursos sobre a geografia” e que devem ser lidos como “textos profundos”, formas de saber socialmente construídos e manipulados por meio da relação entre saber e poder²⁶⁶, diretamente ligadas a relações sociais e políticas específicas. Para o autor, “[...] na geografia política e história do pensamento geográfico, vinculam-se cada vez mais os mapas e o poder, sobretudo nos períodos de história colonial”²⁶⁷. Desse modo,

A cartografia pode ser também uma forma de conhecimento e uma forma de poder. Assim como o historiador pinta a paisagem do passado com as cores do presente, o geômetra,

²⁶⁴ *Idem*, 2018, p. 11.

²⁶⁵ HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. In: **Confinos** – Revista franco-brasileira de geografia, n. 5, pp. 01-27, 2009, p. 01.

²⁶⁶ O debate proposto pelo autor é pertinente, e apesar de sua matriz foucaultiana, suas reflexões se enquadram dentro da perspectiva adotada nessa tese de que as narrativas criam representações em meio à relações de poder. Nesse sentido, cartas e mapas são considerados *representações*, tal como conceituado por Roger Chartier in: CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2. ed., Lisboa: Difel, 2002a, p. 17.

²⁶⁷ HARLEY, 2009, p. 01.

conscientemente ou não, não reproduz somente o entorno em sentido abstrato, mas também os imperativos territoriais de um sistema político. Seja o mapa produzido sob a bandeira da ciência cartográfica, como foram a maior parte dos mapas oficiais, ou seja, um exercício de propaganda declarada, é inevitável que esteja envolvido no processo do poder²⁶⁸.

Assim sendo, é apropriado situar mapas e cartas temporalmente e analisá-los como uma fonte documental produtora de *representação* do espaço, de sua natureza e de seus habitantes, os compreendendo como documentos permeados de intencionalidades, imersos em disputas pelo poder, uma vez que, como indica Le Goff²⁶⁹, “não existe documento objetivo, inócuo, primário”, pois são frutos da sociedade que os produziu em meio à relações daqueles que detinham ou ambicionavam deter poder.²⁷⁰

Partindo dessa perspectiva e considerando a necessidade de buscar reflexões historiográficas e de outras áreas do conhecimento sobre cada fonte documental em específico, essa narrativa apresenta algumas cartas e mapas que permitem elucidar que havia um parcial ou total desconhecimento por parte dos europeus sobre a existência do Rio Araguaia, seus afluentes, a Ilha do Bananal e os varjões, além das características de sua fauna, flora, relevo e dos seus habitantes no século XVI. Ademais, esse mesmo espaço foi *representado* estando deslocado em algumas dessas cartas e mapas, conforme os interesses dos seus patrocinadores, ora enquadrado dentro dos “domínios” portugueses, ora nas terras castelhanas, ainda que, na prática, tais limites não eram definitivos e o espaço não tinha sido completamente conhecido e efetivamente apropriado pelos ibéricos.

Uma das fontes documentais na qual é possível identificar esse desconhecimento e enquadramento do espaço onde estão localizados o Rio Araguaia, seus afluentes, a Ilha do Bananal e os varjões é a “Carta Sudoeste do Oceano Atlântico com o Brasil”, conhecida como “Terra Brasilis”, que faz parte do Atlas Miler a pedido de Dom Manuel I. Essa carta foi elaborada em 1519, na Casa

²⁶⁸ HARLEY, 2009, p. 02.

²⁶⁹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 4.ed. Campinas –SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 545.

²⁷⁰ LE GOFF, 1996, p. 548-549.

da Índias, por Lopo Homem, cosmógrafo oficial de Portugal e o cartógrafo Jorge Reinel²⁷¹, e que pode ser visualizado na figura a seguir:

Figura 06 - Carta Sudoeste do Oceano Atlântico com o Brasil (1519)



Fonte: HOMEM, Lopo; REINÉIS, Jorge (1519). Biblioteca Nacional da França (BnF)²⁷².

Não é possível visualizar de maneira satisfatória os detalhes específicos dessa carta, mas a Biblioteca Nacional da França informa que a legenda situada no lado esquerdo na parte superior do documento apresenta o seguinte teor:

Nesta parte das Índias Ocidentais do rei de Castela, encontrou minério de ouro. [...] **as pessoas com pele escura, são selvagens, muito cruéis e se alimentam de carne humana.** Neste país vivem papagaios coloridos, inúmeras outras aves, além de animais selvagens. Foi ali que cresce em grandes quantidades chamadas Brasil, a árvore é utilizada como um corante para tingir tecidos vermelhos²⁷³.

²⁷¹ O cartógrafo não aparece em algumas referências, pois Lopo Homem detinha mais prestígio e influência na corte portuguesa, além de que, segundo Moreira (2010), o fato do cartógrafo ser negro dificultou sua notoriedade, mesmo que seu pai, Pedro Reinel, fosse um experiente cartógrafo em Portugal. Ver em: MOREIRA, Rafael. *Pedro e Jorge Reinel (at. 1504-60)*, Dois Cartógrafos Negros na Corte de D. Manuel de Portugal (1495-1521). In: III Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia, São Paulo,

²⁷² In: BnF. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002607s/fl.item.zoom>>. Acesso em: 29/05/2018.

²⁷³ Biblioteca Nacional da França (BnF).

A observação desse detalhe permite compreender que essa carta produz não apenas uma *representação* das reivindicações sobre o espaço, mas também traz referências negativas aos seus habitantes e indica como a natureza era entendida como fornecedora de matéria-prima. A legenda com a descrição dos povos indígenas como “selvagens”, “cruéis” e que “se alimentam de carne humana” é um indício de uma *representação* vigente sobre aquele *outro* que não tinha a mesma organização social, cultura, cosmologia e *relações de poder* da dita “civilização” europeia. Ademais, a legenda e as ilustrações do mapa também permitem apontar a existência de interesses comerciais ligados à extração de madeira da árvore denominada de Pau Brasil, na utilização de mão-de-obra indígena e no conhecimento sobre a extração de ouro realizada pelos castelhanos.

Todavia, é possível indicar que o principal objetivo da elaboração dessa carta tem ligação com as “[...] necessidades da política e da diplomacia, com o objetivo de demarcar de forma definitiva a fronteira com a América espanhola”²⁷⁴, conforme Silva. Compartilhando dessa perspectiva, Scotton²⁷⁵ indica que:

A posse territorial fica claramente definida pelas posições em que ocupam os escudos das armas de Portugal e seus estandartes espalhados por todo Atlântico Sul e partes do território americano, indicando a legitimidade territorial e o domínio das rotas comerciais que conectam as naus às especiarias. Nas Naus e Caravelas, destaca-se a Cruz de Cristo em seus velames, representando o poderio militar náutico de Portugal a este tempo.

Nota-se que todos os elementos que compõem uma carta ou mapa são de fundamental importância para sua análise detalhada²⁷⁶, pois tanto seus títulos quanto “[...] letras, molduras, vinhetas, dedicatórias, rosas dos ventos, bordados decorativos, que poderiam incorporar motivos tirados do vocabulário mais amplo da expressão artística contribuíram, entretanto, para reforçar a significação política

²⁷⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um grande inventário da Natureza: políticas da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVII. In: GESTEIRA, HELOÍSA Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. **Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX**. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 48.

²⁷⁵ SCOTTON, Giovanni Colossi. *O Brasil na cartografia quinhentista*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis-SC, 2017, p. 85.

²⁷⁶ Uma pesquisa sobre essa temática pode ser acessada em: PINTO, Luciana de Queiroz. *A Representação do indígena na Cartografia portuguesa do século XVI*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, RJ, 2017.

dos mapas” de acordo com Harley²⁷⁷. Porém, não é possível aprofundar quais são todas as *relações de poder* envolvidas na produções de todos os mapas e cartas indicados, uma vez que esse procedimento não é o objetivo da análise, ainda que seja necessário indicar que tais fontes documentais estão imersas temporal e socialmente em disputas de poder, possuindo intencionalidades distintas. O foco da análise exige que tais fontes sejam colocadas como parte de um amplo *processo histórico* no qual ocorreu a construção de narrativas e *representações* sobre o outro, a partir do aprofundamento sobre o recorte espacial que direciona essa narrativa.

Nesse sentido, é possível problematizar que a “Carta Sudoeste do Oceano Atlântico com o Brasil”, além de todos esses elementos que subsidiam outras abordagens, permite identificar que o espaço onde está situado o Rio Araguaia, seus afluentes, a Ilha do Bananal e os varjões fica enquadrado na parte interior do continente, onde não estão especificadas suas respectivas localizações, características e nem a toponímia, ainda desconhecidos pelos europeus.

Essa falta de referenciais está em contraposição ao litoral, onde são identificadas toponímias que indicam rios, ilhas e alguns pontos específicos de relevo. Existe, portanto, uma clara oposição entre o litoral e o interior, e embora ambos denominados de “terras do Brasil”, a *representação* do interior se dá apenas com ilustrações da fauna e da flora, bem como os povos indígenas que estão presentes por toda e extensão do espaço imaginado, mas dando margem à ideia de que o mesmo teria possibilidades de aproveitamento econômico e comercial derivadas de sua natureza, e por isso, deveria estar dentro dos “domínios” lusitanos.

Como indicado anteriormente, não eram apenas os portugueses que patrocinavam e produziam cartas e mapas com interesses semelhantes, de modo que é possível indicar a “Carta Cosmográfica de Sebastião Caboto”²⁷⁸, elaborada em 1544, como outra fonte documental que traz uma *representação* de todos os continentes e ilhas conhecidas pelos castelhanos, além de expor as terras lusitanas em oposição aos “domínios” espanhóis. Uma das partes dessa carta ampliada pode

²⁷⁷ HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. In: **Confins** – Revista franco-brasileira de geografia, n. 5, pp. 01-27, 2009, p. 18.

²⁷⁸ Biblioteca Nacional da França (BnF). Disponível em:

<http://expositions.banexonf.fr/marine/grand/por_201.htm>. Acesso em: 29/05/2017.

ser visualizada na figura inserida a seguir na qual está destacado o espaço onde se localiza o Rio Araguaia, seus afluentes, a Ilha do Bananal e os varjões:

Figura 07 - Parte ampliada da Carta Cosmográfica de Sebastião Caboto (1544)



Fonte: CABOTO, Sebastião (1544). BnF, Expositions Marine Charts²⁷⁹.

A visualização dessa parte da carta permite identificar que, tal qual a carta portuguesa, trata-se de uma *representação* sobre o espaço, sua natureza e seus habitantes, com uma diferença expressiva entre as referências sobre o litoral e o interior do continente. Tal qual a “Carta Sudoeste do Oceano Atlântico com o Brasil”, esse documento apresenta uma quantidade significativa de toponímias indicando um maior conhecimento dos espaços litorâneos em detrimento ao interior do continente, do qual se destacava o espaço onde estava situado o Rio Amazonas.

Caboto representa a linha da costa de forma bem definida e extremamente recortada do ponto de vista geográfico, cobrindo a totalidade do continente Sul-Americano. Ao longo da extensão litorânea do território compreendido pelo Brasil, percebe-se a colocação de toponímias indicando os registros geográficos importantes, provenientes de explorações e expedições anteriores. Estas descrições, identificam rios, promontórios,

²⁷⁹ Biblioteca Nacional da França (BnF).

Disponível em: <http://expositions.bnf.fr/marine/grand/por_201.htm>. Acesso em: 29/05/2017.

planícies, encostas, ilhas, baías e, sobretudo, os baixios. No entanto, também indicam a localização de aldeias de nativos e de própria hidrografia.

A toponímia destaca-se nesta obra, a partir da descrição junto a foz do rio Amazonas “*Rio das Amazonas descoberto por Francisco de Orelhana*”. Uma nítida menção a expedição de Orelhana que navegou pela primeira vez a totalidade deste rio, desde os Andes até sua foz.²⁸⁰

Além dessa ênfase dada ao Rio Amazonas²⁸¹, a carta *apresenta uma representação* do interior do continente o Rio Tocantins que era conhecido a partir de entradas pelo Norte a partir de sua desembocadura no mar. Todavia, o Rio Araguaia não é *representado*, tal qual outros tantos rios de médio e grande porte que estão situados no interior do continente que foi preenchido por meio de ilustrações de animais, plantas e de indígenas. Destaca-se que estes últimos são *representados* a partir de situações ligadas ao avanço dos europeus, seja como mão-de-obra para atividades mineradoras ou ainda envolvidos em conflito com colonizadores, tendo a peculiaridade de trazer uma ilustração de dois colonizadores em guerra com duas indígenas²⁸², conforme pode ser observado na parte da carta onde está localizada a *representação* do Rio Amazonas.

Três décadas e meia depois, outra fonte documental produzida por castelhanos também enquadrou o espaço que engloba o Rio Araguaia, a Ilha do Bananal e os varjões dentro do que se imaginava ser as terras e os limites do “domínio” castelhano. O “Mapa do hemisfério ocidental” ou “A quarta parte do mundo”²⁸³ também não traz referências de *representações* da hidrografia, relevo ou outras características do espaço, da natureza, da localização dos povos indígenas e das toponímias, como que pode ser visualizado a seguir:

²⁸⁰ SCOTTON, 2017, p. 94

²⁸¹ Existe também a *representação* detalhada de rios mais ao sul, sobretudo o Rio da Prata, por ser um caminho estratégico entre o interior e o litoral e despertar interesse comercial.

²⁸² As mulheres indígenas são *representadas* a partir do mito europeu das Amazonas, mulheres guerreiras capazes de expulsar os invasores. Ver em: OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. *As Amazonas no imaginário literário/iconográfico da Ibero-América no século XIV*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2016.

²⁸³ Instituto de Geociências da UFRGS. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/igeo/m.topografia/index.php/component/content/article/12-mapas/72-mapaamericadosul1554>>. Acesso em: 18/05/2018.

Figura 08 - Parte do Mapa do hemisfério ocidental de Diego Gutiérrez (1554)



Fonte: GUTIÉRREZ, Diego (1554). Biblioteca do Congresso.²⁸⁴

Esse documento foi produzido por Diego Gutiérrez, a pedido do rei de Espanha que delegou à Casa de la Contratación a tarefa de elaborar um mapa que confirmasse o “direito de posse” castelhana frente a Portugal e mesmo a franceses. Isto posto, esse mapa também pode ser considerado como um dos que foi elaborado em meio às disputas por poder envolvendo os domínios sobre as terras da América do Sul e que resulta em *representações* com diferentes enquadramentos dos espaços, uma vez que conhecer a existência de rios, de características da natureza e representá-los eram uma estratégia para obter “domínio” sobre aquelas terras. Nesse sentido, tal como em outros mapas, a pouca *representação* das características do espaço, da natureza, da localização dos povos indígenas e das toponímias indica que havia pouco conhecimento sobre esses elementos no ano de sua produção, uma vez que se assim não o fosse, tais características e nomeações do espaço teriam sido inseridos como estratégia de comprovação do domínio dos castelhanos.

Nesse documento é possível identificar que foram ampliadas as dimensões e trajetos de outros rios situados no litoral, além de outros que teriam sido integral ou parcialmente percorridos, como o Rio Amazonas, ao Norte, e o Rio da Prata, ao Sul. Todavia, o que existe de diferenciado no “Mapa do hemisfério

²⁸⁴ Disponibilizado pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ocidental” é a *representação* do trajeto do Rio Araguaia, visivelmente imprecisa, sem nenhuma toponímia, fora dos limites lusitanos.

O Rio Araguaia estaria situado nos “domínios” castelhanos não apenas em mapas produzidos pelos castelhanos e isso pode ser observado num dos principais mapas lusitanos confeccionados com o intuito de *representar* o espaço onde estava situado o Brasil e suas fronteiras que é o “Roteiro de todos os sinaes conhecidos, fundos, baixos, Alturas, e derrotas, que há na Costa do Brasil desdo cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães”, de 1586, que pode ser visualizado na seguinte figura:

Figura 09 - Roteiro de todos os sinaes conhecidos, fundos, baixos, Alturas, e derrotas, que há na Costa do Brasil desdo cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães (1586)



Fonte: TEIXEIRA, Luiz (1574). Biblioteca da Ajuda (Lisboa).

Esse mapa,²⁸⁵ também conhecido como “Mapa das Capitanias Hereditárias do Brasil”, foi elaborado pelo cartógrafo português Luís Teixeira, a pedido do Governador Geral do Estado do Brasil, Luiz de Brito de Almeida e “[...] representada toda a costa da América do Sul, desde os 3 graus de latitude norte, do delta do Amazonas até o estreito de Magalhães”, sendo também representadas as “terras do Brasil” divididas em Capitanias Hereditárias, conforme Costa²⁸⁶. Segundo Cintra²⁸⁷, o cartógrafo Luís Teixeira coletou informações no ano de 1574, atualizando-as em 1586, o que não impediu que o mapa contenha um deslocamento de 10 graus mais a oeste e outros “enganos”.

Esses enganos talvez possam ser explicados pelo caráter do mapa, comparável a alguns “roteiros” da época, e podem mostrar de forma concreta uma interessante lição já conhecida teoricamente: um mapa, por mais belo e histórico que seja, e por mais louvado que tenha sido, não pode ser considerado simploriamente como um retrato fiel da realidade, uma fotografia da época: como qualquer documento histórico, deve ser lido com cuidado e sentido crítico.²⁸⁸

Essas indicações do autor são pertinentes e podem ser acrescidas pela observação de que esse suposto “engano” resulta num deslocamento que favore a coroa portuguesa, pois aumenta significativamente os seus domínios, ao menos na *representação*. Apesar do deslocamento, o espaço onde estão o Rio Araguaia, seus afluentes, a Ilha do Bananal e os varjões, é *representado* como pertencente aos “domínios” castelhanos, corroborando com a concepção de que as delimitações de fronteiras no século XVI eram significativamente instáveis e variavam de acordo com a sua *representação* em diferentes mapas ou cartas.

A partir da análise dessas três fontes documentais, é possível indicar que o espaço que engloba o Rio Araguaia, seus afluentes, a Ilha do Bananal e os varjões foi *representado* de forma diversa, ora sendo situando numa parte

²⁸⁵ Esse mapa foi acessado através do Instituto de Geociências da UFRGS.

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/igeo/m.topografia/index.php/component/content/article/12-mapas/106-mapa-das-capitanias-hereditarias-do-brasil-1586>>. Acesso em: 18/05/2018.

²⁸⁶ COSTA, Antônio Gilberto. Do "Roteiro de todos os sinais da costa" até a "Carta Geral": Os mapas de síntese para o território da América portuguesa e do Brasil Império. In: **Revista Brasileira de Cartografia**, n. 67/4, p. 887-903, jul./ago. 2015, p. 890.

²⁸⁷ CINTRA, Jorge Pimentel. As capitanias hereditárias no mapa de Luiz Teixeira. In: *Anais do Museu Paulista*, v. 23, n. 2, p. 11-42, jul.-dez.2015.

²⁸⁸ CINTRA, 2015, p. 11.

desconhecida do interior, ora colocado dentro dos “domínios” lusitanos e em outro momento englobado nos “domínios” castelhanos. Ressalta-se que tais *representações* não trazem o percurso do Rio Araguaia e nenhuma toponímia, apontando para o desconhecimento desses cartógrafos ibéricos sobre esse espaço.

Uma das características comuns às três fontes documentais é o fato de que *representavam* com detalhes as terras litorâneas, em contraposição ao interior. Porém é preciso ter cuidado para não analisar tais *representação* como sendo o *representado*, ou seja, se apropriando da concepção dos autores e patrocinadores desses documentos que convergiam para o desconhecimento sobre o interior e seus habitantes. Essa ressalva é fundamental para evitar alguns apontamentos equivocados que desconsideram a presença e o domínio territorial dos povos indígenas, tal como ocorre no seguinte trecho da narrativa de Ferreira²⁸⁹:

Nos mapas da costa do Brasil os principais acidentes geográficos eram assinalados: as baías, os cabos, as embocaduras dos principais rios. Mas o interior da terra era uma incógnita. Por isso, **os mapas do Brasil só mostravam a costa, pois o interior era um espaço inteiramente vazio**²⁹⁰.

No entendimento desse autor, as *representações* do interior estariam alinhadas ao suposto “fato” daquele ser um “espaço inteiramente vazio”, o que é uma conclusão infundada²⁹¹ se considerada a presença indígena largamente registrada em diferentes e diversas fontes documentais elaboradas por “não índios” ao longo do *processo histórico* de avanço sobre esse mesmo espaço interiorano. É fundamental problematizar que essas fontes documentais *representam* o interior sem a localização de territórios indígenas e não fazendo referência ao relevo,

²⁸⁹ FERREIRA, Manuel Rodrigues. **As bandeiras do Paraupava**. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977, p. 33.

²⁹⁰ FERREIRA, 1977, p. 33. (Grifos meus).

²⁹¹ Ressalta-se ainda, que essa perspectiva de Ferreira (1977) de que o interior era um espaço “vazio” é também uma *representação* sobre esse espaço, elaborada por meio da narrativa de um livro encomendado e financiado pela prefeitura da capital de São Paulo, que foi o ponto de irradiação de bandeiras em direção ao interior, num movimento que é narrado e elogiado pelo autor. Destaca-se que as obras de Ferreira são de 1960 e 1977, ou seja, décadas marcadas pela expansão da “fronteira agrícola” em direção ao interior do Brasil numa área demarcada jurídica e administrativamente como “Amazônia Legal” e concebida como “espaço vazio” que era alvo de negociações de empresários paulistas. Trata-se de um alinhamento à políticas governamentais foram criadas e/ou desenvolvidas, como o Programa de Integração Nacional (PIN), em busca de atrair investidores para ocuparem esses espaços, somadas à utilização de propagandas com *slogans* como “integrar para não entregar” e “terra sem homens para homens sem terras”. Ressalta-se, portanto, que o autor está narrando num tempo em que a ideia de “vazio” no interior do Brasil estava amplamente difundida.

hidrografia e vegetação por desconhecimento e não por ser aquele espaço ser “vazio”, uma vez que, mesmo nessas fontes, a presença indígena e a natureza são constantemente *representadas* com desenhos artísticos.

Outra característica comum às três fontes históricas são as *representações* amplificadas dos rios Amazonas e da Prata situados no interior, pois os avanços dos europeus naquele século foram realizados pelas suas fozes. Entretanto, nas décadas finais do século XVI, não eram apenas esses rios que despertavam interesse das coroas ibéricas, pois existiam outros corpos d’água situados no interior a serem conhecidos e explorados, envoltos em mitos sobre supostas riquezas que poderiam ser “descobertas” nas suas margens e nascentes.

No século XVI, a escassa ou nenhuma *representação* do Rio Araguaia, seus afluentes, a Ilha do Bananal e os varjões nos mapas e cartas não significa que não havia nenhuma ação humana naquele espaço, pois além da presença dos povos indígenas, outros agentes históricos passaram a avançar sobre ele, seja por meio de bandeiras advindas do litoral Sudeste, seja pelas expedições missionárias em busca de indígenas a serem catequizados que vinham do Norte por meio do Rio Tocantins. Rocha²⁹² elabora um mapa com os trajetos realizados pelas bandeiras que ocorreram entre os séculos XVII e XVIII, e indica os diferentes movimentos de avanço sobre o espaço, além de apontar que as bandeiras em busca de apriossionamento de indígenas e mineração de ouro e pedras preciosas se direcionaram para aquele espaço, não o adentraram.

Esse avanço fez com que bandeirantes, missionários e expedicionários comessem a nomear diferentes locais por seu relevo e cursos d’água, de modo que o Araguaia foi chamado anteriormente de Rio Paraupava pelos bandeirantes do Sudeste e de Rio Araguaya pelos missionários e expedicionários vindos do Norte.

1.5. As bandeiras vindas do Sudeste em busca da Lagoa Paraupava avançando sobre o espaço do Rio Araguaia e a Ilha do Bananal

Doles²⁹³ afirma que os avanços de europeus pelo Rio Araguaia ocorreram somente no final do século XVI e início do XVII, pois a economia

²⁹²*Idem*, 2001, p. 28.

²⁹³DOLES, 1973, p. 27.

colonial inicialmente estava mais ligada à extração de madeira e em lavouras de cana-de-açúcar situadas no litoral. O interesse pela utilização de mão-de-obra e pelo enriquecimento com ouro e pedras preciosas impulsionava bandeiras que adentravam o interior do continente e que “[...] longe estão de representar uma fase de fixação e colonização, constituindo em realidade incursões de reconhecimento da possibilidade econômica da região através da coleta de amostragem de ouro e de apresamento de índios”²⁹⁴.

No século XVI, foi registrada a bandeira de Antônio Macedo e Domingos Luis Grau (1590-1593), que “[...] teria alcançado as regiões setentrionais de Goiás, seguida de outras; a de Domingo Rodrigues (1596-1600), que subira o Tocantins até a confluência do Araguaia e a de Afonso Sardinha que, como a anterior, chegara até ao Araguaia (1598).”²⁹⁵ Esse movimento de bandeiras foi denominado como “Ciclo Paraupava”²⁹⁶ e ocorreu no final do século XVI e o início do XVII, através do qual o Rio Araguaia foi alcançado pelo Sul por algumas das bandeiras oriundas da capitania de São Vicente em busca da localização de uma suposta “Lagoa Paraupava” e de aprisionando de indígenas.

Andrade²⁹⁷, em suas pesquisas sobre toponímias, identifica que “Paraupava” estava ligado a um mito supostamente contato por alguns povos indígenas para os bandeirantes.

Logo após o descobrimento, os indígenas da América do Sul informavam aos portugueses e espanhóis, sobre uma grande e riquíssima Lagoa existente no Interior; além de ouro e prata ela continha também pedras preciosas, principalmente esmeraldas. Junto à Lagoa existia também uma cidade muito rica. Na referida Lagoa nasciam os três grandes rios: Paraguai (da Prata); São Francisco e Paraupava (hoje Rio Araguaia)²⁹⁸.

²⁹⁴ DOLES, 1973, p. 27.

²⁹⁵ DOLES, 1973, p. 27.

²⁹⁶ Segundo Andrade (2006, p. 97): “O Ciclo Paraupava ocorreu no período das bandeiras da Vila de São Paulo. Iniciou-se em 1590, com a bandeira de Domingos Luiz Grou - Antônio Macedo (1590-1593) e se estendeu até a última vez em que se faça referência ao nome Paraupava, na bandeira de Antônio Pedroso de Alvarenga (1615-1618).”.

²⁹⁷ ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins – projeto atito*. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo - SP, 2006, p. 92.

²⁹⁸ FERREIRA, Manoel Rodrigues. [Artigo] *O mito indígena da lagoa dourada e as bandeiras do Brasil Central*. In: Câmara Legislativa do Distrito Federal, Letras DF, Suplemento Cultural. Brasília, 28 de fevereiro de 1994, p. 07.

Ferreira²⁹⁹ realizou uma pesquisa documental sobre o mito da Lagoa Paraupava e encontrou referências feitas à lagoa por parte de expedicionários e colonizadores lusos, castelhanos e holandeses em narrativas de viagens, documentos oficiais da coroa e, sobretudo, em mapas. O autor afirma que a “primeira notícia que se tem escrita do lago no interior do continente sul-americano é de 1543”³⁰⁰ e se refere às narrativas do espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca decorrentes da expedição às cabeceiras do Rio Paraguai. Outra “notícia” foi registrada por Hernando de Ribeira que encontrou índios Xaraiés e outros que supostamente teriam relatado a existência de índias Amazonas adornadas com “metal branco e amarelo” e que viviam às margens de um lago repleto de “riquezas”. A partir dessas “notícias”, a lagoa passou a ser conhecida pelos nomes de Xaraiés, Dorado ou Parytiti e ser considerada uma “realidade geográfica”, passando a ser *representada* na cartografia castelhana como origem das nascentes dos rios “Paraguaia (do Prata), São Francisco e outro sem nome que desembocava na foz do Amazonas”³⁰¹ e que para Ferreira³⁰² e Andrade³⁰³ se tratava do que viria a ser nomeado como Rio Araguaia.

Os lusitanos também passaram a indicar a suposta existência da lagoa em diferentes documentos pesquisados por Ferreira³⁰⁴, tal como na narrativa de viagem de 1528 intitulada “Voyages aventureus” escrita pelo piloto e cosmólogo Jaime Cortezão ou ainda em obras como o “Tratado descritivo do Brasil”, escrita por Gabriel Soares de Souza em 1587 e “História da Província de Santa Cruz” de Pero de Magalhães Gândavo, de 1576. A suposta lagoa também foi *representada* em mapas como a carta geográfica de 1559 do cosmógrafo André Homem, onde aparece sem nome ou ainda sendo nomeada como “Eupana” na carta de Bartolomeu Velho, datada de 1561. Ferreira³⁰⁵ conclui que, ao final do século XVI, “[...] em Portugal haviam sido confeccionados pelo menos oito mapas do Brasil

²⁹⁹ FERREIRA, 1977, p. 33.

³⁰⁰ FERREIRA, 1977, p. 35.

³⁰¹ FERREIRA, 1977, p. 35.

³⁰² *Idem*, 1977.

³⁰³ *Idem*, 2006.

³⁰⁴ FERREIRA, 1977, p. 36-40.

³⁰⁵ FERREIRA, 1977, p. 37.

representando a lagoa”, destacando que possivelmente foram elaborados outros que não foram preservados.

Além da sua *representação* em mapas, em outras fontes documentais analisadas por Ferreira³⁰⁶, a lagoa foi identificada com diferentes denominações como Lagoa Vupabuçu, Lacus Eupana, Lagoa Caraiés, Lago Dourado, Lagoa do Outro, Lagoa Grande, Laguna del Paytiti e Lagoa Paraupava, sendo que o autor prefere adotar a última denominação, dada pelos bandeirantes e que se consolidou como a mais utilizada.

Tanto Ferreira³⁰⁷ quanto Melo³⁰⁸ destacam a importância das bandeiras para a mudança na cartografia das *representações* errôneas sobre o espaço, sendo que o primeiro autor ressalta a contribuição desses agentes históricos para o fim do “mito” da lagoa Paraupava e o segundo indica que:

Em busca do Eldorado³⁰⁹, o bandeirismo seguiu rumo à lagoa e ao rio Paraupava, primeira denominação registrada para o rio Araguaia. Estas investidas chamadas de Entradas e Bandeiras, ao penetrarem na região do rio Araguaia, modificaram a paisagem imaginada e deixaram representações sobre a população indígena que ali vivia e sobre a paisagem geográfica³¹⁰.

Melo argumenta ainda que, no século XVI, existiria um suposto “imaginário” e “sentimentos” sobre o Rio Araguaia “[...] alvo de encanto das pessoas que por ali passaram, sendo que inicialmente esse encanto foi mais lendário do que real”³¹¹. Porém, não é possível identificar na sua narrativa quais foram as fontes documentais e os elementos analíticos que permitiram projetar o tal “encantamento” exercido pelo rio sobre os bandeirantes. Algumas fontes documentais indicam que aquilo que Melo³¹² denominava de “encantamento” poderia ser identificado como interesse nas supostas riquezas que seriam

³⁰⁶ FERREIRA, 1977, p. 41.

³⁰⁷ *Idem*, 1977.

³⁰⁸ MELO, Jonas Israel de Souza. *O Rio Araguaia: povoamento e mudanças na paisagem* (1513-1967). Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia-GO, 2000, p. 39. (Grifos meus).

³⁰⁹ Um equívoco, pois se tratava de outro mito que alimentou sonhos ou uma ilusão, como indica BARROZO, João Carlos. **Fronteiras de Mato Grosso: em busca do Eldorado e da Terra Prometida**. Cuiabá/MT: EdUFMT, 2017, Apresentação, p. 07.

³¹⁰ MELO, 2000, p. 39.

³¹¹ MELO, 2000, p. 39.

³¹² *Idem*, 2000.

encontradas no espaço onde está situado o Rio Araguaia, mais especificamente na Lagoa Paraupava.

Assim sendo, teria ocorrido a busca pela suposta lagoa por parte da coroa Portuguesa pois, em 20 de março de 1574, Dom Sebastião expediu uma carta de nomeação de Domingos Garrucho como “mestre de campo geral da jornada do descobrimento da lagoa que se chama do ouro”³¹³. De acordo com Ferreira³¹⁴, a procura pela Lagoa Paraupava ocorreu a partir da capitania de São Vicente e se deu por meio do Rio São Francisco, pois se acreditava que para alcançar a lagoa seria preciso tão somente identificar a sua nascente.

Na segunda metade do século XVI, foram realizadas bandeiras com o objetivo de alcançar uma das nascentes de rios e como o mais próximo era o Rio São Francisco, sua cabeceira foi localizada por Domingos Luis Grouem em 1585, de onde a bandeira regressou com índios Tupiães e Tupiniquins. O mesmo bandeirante, unido a Antônio de Macedo e Guilherme Navarro, partiu em 1590 a procura da Lagoa Paraupava, tendo retornado quase quatro anos mais tarde, sem a localizar³¹⁵. Contudo, segundo Andrade³¹⁶:

É na bandeira de Domingos Luís Grou e Antônio Macedo ao sertão Paraupava (1590-1593) que, pela primeira vez, se faz referência, em documento, a esse topônimo, ou melhor à gente de Paraupava: índios localizados no sertão. Nos documentos, no entanto, não é possível identificar se se referiam à lagoa, ao rio ou ao sertão.

Ferreira³¹⁷ pesquisou nas Atas da Câmara da Vila de São Paulo notícias sobre a bandeira de Domingos Luís Grou e Antônio Macedo ao “sertão do Paraupava” e identifica que tanto aquele espaço denominado como “sertão”, quanto a sua “gente”, tinham Paraupava como referência.

Pela primeira vez na história dos bandeirantes de São Paulo, aparece o nome Paraupava, e tanto pode se referir à lagoa, como ao rio desse nome ou ao seu sertão. O certo é que Paraupava eram uma denominação geográfica que a partir daí se incorpora à história da Vila de São Paulo. O que se deduz da ata é que os moradores da Vila temiam que viesse “gente de Paraupava e de outras partes” e que viriam juntar-se aos tupiniquins que a

³¹³ FERREIRA, 1977, p. 37.

³¹⁴ FERREIRA, 1977, p. 67.

³¹⁵ FERREIRA, 1994, p. 07.

³¹⁶ ANDRADE, 2006, p. 92.

³¹⁷ FERREIRA, 1977, p. 75-78.

estavam assediando. Aquela “gente de Paraupava” seriam os índios do sertão do Paraupava.³¹⁸

Apesar de reforçar a afirmação de Andrade³¹⁹, é importante destacar que a narrativa de Ferreira parte de sua busca em escrever a “história dos bandeirantes de São Paulo” e a “história da Vila de São Paulo”, e reflete uma perspectiva a partir do litoral em direção ao interior, de modo que as categorias oriundas da fonte - como “sertão” -, são incorporadas em seu texto sem maiores problematizações. Para o autor³²⁰, a bandeira de Domingos Luís Grou e Antônio Macedo foi “a grande descobridora do vasto Sertão do interior do Brasil” e os quase quatro anos que permaneceram no “sertão do Paraupava” teriam sido

Tempo suficiente para da bacia do São Francisco passar a bacia daquele rio que a cartografia mostrava como partindo da Lagoa Paraupava e desembocado na foz do Amazonas, rio esse que teria já nesse momento recebido o nome de Paraupava (hoje Araguaia). A Bandeira esteve no mínimo três anos nesse Sertão do Paraupava à procura da lagoa e suas riquezas e tentando apresar índios como atividade secundária³²¹.

Além dessas, outras bandeiras avançaram sobre o espaço onde está situado o Rio Araguaia, como a chefiada por João Pereira de Souza e Domingos Rodrigues que ocorreu entre os anos de 1596 a 1600. Ferreira³²² afirma que o objetivo principal dessa bandeira foi o aprisionamento de indígenas para mão-de-obra, pois um de seus membros, Francisco da Gama, teria feito um empréstimo e declarado que devolveria a quantia recebida “[...] em dinheiro do contado, ou em peça, pelo que valer nesta guerra a que ora vamos com o senhor João Pereira de Souza, capitão”³²³. A guerra referida era contra povos indígenas, os “índios Goíás”, denominados nas fontes documentais analisadas pelo autor como Guoiás ou Guaiás, cujo domínio territorial estaria situado nas margens do “Rio Paraupava”³²⁴.

³¹⁸ FERREIRA, 1977, p. 75-78.

³¹⁹ *Idem*, 2006.

³²⁰ FERREIRA, 1994, p. 07.

³²¹ FERREIRA, 1977, p. 78.

³²² FERREIRA, 1977, p. 89-90.

³²³ FERREIRA, 1977, p. 90.

³²⁴ FERREIRA, 1977, p. 90-92.

Ainda de acordo com o Ferreira³²⁵, a bandeira de Afonso Sardinha iniciada em 1598, também tinha o mesmo objetivo de aprisionamento de indígenas, resultando em narrativas permeadas por *representações* sobre os “Pés Grandes”, que seriam os indígenas moradores das margens do mesmo rio e que teriam sido localizados pelos bandeirantes. Do mesmo modo, entre 1607 a 1609, a bandeira de Belchior Carneiro e Antônio Raposo avançou e capturou indígenas identificados como “Bilneiros”, e mesmo sem o conhecimento da trajetória dessa expedição, Ferreira aponta a possibilidade de que os bandeirantes adentraram o “sertão” e margearam parte do “Rio Paraupava”. Entre 1608 a 1613, outra bandeira, a de Martim Rodrigues, produziu narrativas sobre a captura de indígenas “Bilreiros” e “Carajaúnas” no “sertão do Paraupava”. Rocha³²⁶ indica uma cronologia do avanço desses movimentos na qual cita ainda uma bandeira realizada em 1613 “[...] comandada por Pêro Domingues, que se manteve dezanove meses no sertão, explora a zona do Araguaia”³²⁷. Tal bandeira seria a mesma foi apontada como parte de outra chefiada por Antônio de Alvarenga e que teria ocorrido entre 1616 a 1618 e que “atinge o sertão do Rio Paraopava (Tocantins).”³²⁸

As fontes documentais analisadas por Ferreira³²⁹ não indicaram necessariamente a localização e a nomeação do “Rio Paraupava”, como pode ser observado num testamento do escrivão da bandeira de Antônio Pedroso de Alvarenga, onde é possível identificar o relato de que seus membros estavam no “sertão de Paraupava”, mas também poderiam estar nas margens do rio de mesmo nome³³⁰. Assim sendo, Ferreira³³¹ afirma que o deslocamento da toponímia do “sertão” para o rio pode ser observado numa narrativa sobre um motim de indígenas produzida por integrantes da bandeira de André Fernandes, realizada entre os anos de 1613 a 1615. Ao analisar o inventário dessa bandeira, o autor aponta que tal narrativa não se referia a “[...] um sertão vago, de nome Paraupava. Era o Rio Paraupava. Foi, pois, nas margens do Rio Paraupava que tiveram lugar aqueles

³²⁵ *Idem*, 1977, p. 109-113.

³²⁶ *Idem*, 2001, p. 27.

³²⁷ *Idem*, 2001, p. 27.

³²⁸ Rocha (2001) apresenta o nome Rio Paraopava, numa grafia diferenciada da adotada por Ferreira (1977) e indicando ser esse rio o Tocantins.

³²⁹ *Idem*, 1977.

³³⁰ FERREIRA, 1977, p. 133.

³³¹ FERREIRA, 1977, p. 118.

dramáticos acontecimentos no mês de fevereiro de 1615”³³². A partir disso, a denominação de “Rio Paraupava” teria sido dada pelos bandeirantes da capitania de São Vicente que nomearam de “Iaberi” o rio que receberia posteriormente o nome de Rio Tocantins. Ferreira³³³ considera, inclusive, que o “Rio Paraupava” seria parte do baixo Tocantins e o Araguaia, tal qual algumas indicações de bandeirantes que avançaram sobre aquele espaço.

Outra possibilidade é de que o mito da Lagoa Paraupava fosse baseado na inundação formada pela enchente do Rio Araguaia e alguns afluentes, num ponto onde esse rio se divide e une novamente, formando a ilha fluvial que viria a ser denominada Ilha do Bananal. Essa parte do rio e da ilha fica inundada no período chuvoso, concentrando uma significativa quantidade de água e com aspecto aproximado ao de uma lagoa. Segundo Ferreira³³⁴, os bandeirantes localizaram essa inundação e consideraram que seria essa a Lagoa Paraupava:

Inicialmente eles localizaram-na onde hoje é a Ilha do Bananal, pois na sua ponta Norte não só existia um grande lago, como ela própria, na época das cheias torna-se imensa lagoa, inundando cerca de dois terços da sua área. Assim, os sertanistas de São Paulo ali identificaram a Lagoa Paraupava e ao curso d’água que nela nascia e se dirigia à foz do Amazonas, deram-lhe o nome de Rio Paraupava.

Após conhecerem parte do espaço onde estão situados o Rio Araguaia, seus afluentes nas proximidades da Ilha do Bananal, os bandeirantes teriam desacreditado o mito da Lagoa Paraupava e seriam eles os principais informantes de cartógrafos que contribuíram para mudanças nas *representações* sobre aquele espaço. Segundo Andrade³³⁵, o “ciclo Paraupava” teria durado “[...] cerca de 28 anos, tempo suficiente para os sertanistas explorarem, realizarem descobertas e conhecerem o sertão do país. Foram eles os responsáveis pela eliminação, nas cartas geográficas, do mito da Lagoa Paraupava”. Para Ferreira³³⁶, a cartografia do interior do Brasil teria sido marcada, até 1688, por três fases, sendo a primeira marcada pelo “levantamento da costa pelos cosmólogos portugueses”, que em seguida

³³² FERREIRA, 1977, p. 119.

³³³ FERREIRA, 1977, p. 191.

³³⁴ FERREIRA, 1977, p. 177.

³³⁵ *Idem*, 2006, p. 97.

³³⁶ FERREIRA, 1977, p. 177.

elaboravam cartas geográficas que não apresentavam nenhuma *representação* do interior além de elementos com “tratamento artístico”. A segunda fase teria ocorrido quando os mapas foram marcados pela *representação* da Lagoa Paraupava (ou outras denominações) da qual nasciam os rios Paraguai, São Francisco e outro que veio a ser denominado “Paraupava” pelos bandeirantes da capitania de São Vicente. Por fim, a terceira fase teria ocorrido no final do século XVI, quando aqueles bandeirantes “desmitificaram” a busca pela suposta lagoa.

Na narrativa de Ferreira, esses bandeirantes são colocados como “sertanistas” que em 1590, “iniciaram essa pesquisa” almejando localizar a lagoa Paraupava e que teria sido concluída em 1618. Seriam esses agentes históricos os portadores dos “conhecimentos geográficos perfeitos do interior do Brasil” obtidos na prática por meio de suas explorações que resultou no nascimento da “cartografia científica do interior do Brasil”³³⁷. Na conclusão de seu livro, o autor³³⁸ afirma que esses “sertanistas” foram “os primeiros grandes geógrafos da América Portuguesa” e “forneceram os elementos necessários para o início da cartografia científica do nosso território”. Em outro trecho o autor deixa explícito seu posicionamento:

Estava completada, nesses anos de 1648-1651, com Raposo Tavares, a grande obra dos descobrimentos geográficos iniciada em 1590 pela gente de São Paulo. Essa obra de pesquisa geográfica teve um caráter eminentemente científico, pois eliminou das cartas geográficas portuguesas o seu grande elemento místico que era a Lagoa Paraupava.³³⁹

A narrativa Ferreira é marcada por adjetivos enaltecendo esses bandeirantes e atribuindo motivações científicas à suas ações, sem congruência com outras partes de seu próprio texto onde as fontes documentais citadas indicam outras intenções envolvidas na busca pela Lagoa Paraupava, tendo o aprisionamento de indígenas como uma das principais motivações. Esse é o caso da expedição de Raposo Tavares³⁴⁰ mencionada no trecho da narrativa de Ferreira citado acima: o

³³⁷ FERREIRA, 1977, p. 177.

³³⁸ FERREIRA, 1977, p. 211.

³³⁹ FERREIRA, 1977, p. 192.

³⁴⁰ Essa expedição ocorreu entre 1648 a 1651 e não avançou sobre o espaço onde está situado o Rio Araguaia, mas pode ser considerada um exemplo apropriado para problematizar a incongruência contida na narrativa de Ferreira (1971). Rocha (2001, p. 27) indica que teria sido o governador do Maranhão que enviou essa expedição para os “sertões do Tocantins”.

próprio autor³⁴¹ citou seus objetivos políticos, geográficos e econômicos, indicando sua tentativa de aprisionar indígenas identificados nas fontes documentais como “Serranos” ou “Chiguanos”. Portanto, na própria narrativa de Ferreira³⁴² é possível identificar elementos que contradizem sua afirmação de que tais bandeiras teriam um “caráter eminentemente científico”.

É fundamental problematizar que a narrativa de Ferreira foi escrita na década de 1970, quando parte da historiografia insistia na atribuição de elogios e em justificativas ligadas à “conquista” do “território” do “Brasil”, agregando intencionalidades atribuídas aos bandeirantes que conduziam ao anacronismo, como foi indicado por Silva³⁴³:

Quando nos referimos à intencionalidade, estamos afirmando uma vontade consciente de um objetivo específico a ser alcançado. Essa perspectiva colocava as expedições dos bandeirantes como intencionalmente voltadas para – como diziam meus professores de História na década de 1970/80 – “alargar as fronteiras do território brasileiro”. Um anacronismo, pois não havia a ideia de Brasil nesse período e os Bandeirantes não tinham, previamente, em suas mentes, um território a ser “conquistado para o Brasil”.

Oras, se é preciso ponderar a projeção anacrônica sobre o passado da suposta intencionalidade dos bandeirantes em “alargar as fronteiras”, o mesmo zelo pode ser considerado para a indicação de serem esses agentes históricos os responsáveis pelos “conhecimentos geográficos perfeitos do interior do Brasil” como apontado por Ferreira³⁴⁴. Ademais, esses bandeirantes não podem ser considerados os agentes históricos portadores de “conhecimentos geográficos perfeitos” uma vez que, de acordo com Silva³⁴⁵ e Santos³⁴⁶, pesquisas sobre a produção dessas fontes documentais indicam que a precisão nos mapas e cartas se deu por meio do trabalho de cartógrafos, engenheiros militares, geógrafos e com a chegada de padres matemáticos e astrônomos no século XVIII, quando “[...] a

³⁴¹ FERREIRA, 1977, p. 193.

³⁴² *Idem*, 1977.

³⁴³ SILVA, 2018, p. 11.

³⁴⁴ FERREIRA, 1977, p. 177.

³⁴⁵ SILVA, 2018, p. 20-23.

³⁴⁶ SANTOS, Rodrigo Martins dos. Os índios na cartografia histórica de Goyaz. In: SILVA, Elias Manoel da; VIEIRA JUNIOR, Wilson. (Org.). **Guia de Cartografia Histórica**. Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília-DF, 2018, p.154.

metrópole portuguesa detinha grande interesse em mapear as ocupações dos sertões e litoral da Colônia na América”³⁴⁷. Antes disso,

[...] trabalhos de produção da cartografia oficial dos Sertões é confrontado com enorme diversidade de outros mapas do interior, produzidos sem o rigor da mentalidade iluminista e dos parâmetros de cientificidade envolvidos da produção técnica de um mapa. Eram, entretanto, a primeira representação espacial daquelas áreas do interior do Brasil e que agora interessavam à coroa portuguesa.

Eram mapas que não foram confeccionados para responder aos interesses da metrópole portuguesa e suas estratégias de domínio, mas por questões práticas das andanças dos sertanistas pelo interior da América portuguesa.³⁴⁸

Nesse sentido, a perspectiva de Ferreira³⁴⁹ sobre a possibilidade da existência de “conhecimentos geográficos perfeitos” por parte dos Bandeirantes é questionável, ainda mais quando considerado que esses agentes históricos percorreram partes do interior da América Portuguesa e se apropriaram de saberes e práticas, uma vez que a “historiografia colonial” reconhece a importância dos “caminhos dos índios”, conforme pontua Silva.³⁵⁰

Por fim, antes de avançar sobre as práticas e relações envolvidas na nomeação do rio como Araguaia, é preciso apontar um elemento problemático da análise de Ferreira³⁵¹: a defesa dos bandeirantes de acusações de serem exterminadores ou escravizadores de indígenas que ocorreu concomitantemente aos elogios aos seus feitos e supostas intencionalidades que marcam sua narrativa.³⁵²

³⁴⁷ SANTOS, 2018, p. 154.

³⁴⁸ SILVA, 2018, p. 25.

³⁴⁹ *Idem*, 1977.

³⁵⁰ SILVA, 2018, p. 26.

³⁵¹ *Idem*, 1977.

³⁵² Os argumentos do autor são de que os bandeirantes não seriam capazes de exterminar por estarem numericamente muito inferiores aos milhares de índios do sertão e que tinham armas ineficientes (besta e espingarda-de-mecha). A escravidão indígena é negada pelo autor que considera que seria “absurdo” considerar que os índios não fugissem em caso de andarem soltos e, se presos, não seriam alimentados pelos poucos bandeirantes. Argumentos sem uso de nenhum respaldo documental apresentado. Ferreira, (1994, p. 07), alega que um grupo de cinquenta bandeirantes tinha que enfrentar um milhão de índios no sertão: “Somente por esses números verifica-se que é hoje uma grande ingenuidade e má fé por parte de certos círculos brasileiros, considerar que eram as bandeiras “grupos de extermínio dos índios””. Ao que tudo indica, o historiador desconsidera que epidemias e doenças como sarampo e gripe trazidas por esses bandeirantes são indicadas como exterminadoras de milhares de indígenas. Ademais, o argumento simplista de que a proporção numérica seria a prova da calúnia contra os grandes heróis do historiador não leva em consideração que estratégias militares, de comunicação, de alianças e manipulação de rivalidades entre povos, bem como o uso de armas de fogo também são explicações para a conquista tanto de portugueses como de espanhóis.

Esse apontamento, embora não tenha relação direta com essa análise inicial, é necessário, pois outros autores utilizam argumentos semelhantes para se referirem a agentes históricos considerados “bandeirantes” e que avançaram posteriormente sobre o espaço onde se localizam o Rio Araguaia e a Ilha do Bananal.

Apesar de que Ferreira³⁵³ considera que o mito sobre a “Lagoa Paraupava” não foi eliminado, tendo se fixado com o nome de “Lagoa Dourada”³⁵⁴, tal nomeação caiu em desuso nas cartas e mapas ao longo do século XVII e a toponímia “Araguaia” se consolidou após ter sido formulada por missionários e outros agentes históricos vindos pelo Norte.

1.6. As expedições missionárias e comerciais vindas pelo Norte e a nomeação do Araguaia

As bandeiras oriundas do Sudeste se somaram à expedições vindas pelo Norte que, no século XVII, atingiram a foz do Rio Araguaia. Conforme Furtado³⁵⁵:

A descoberta do Tocantins e sua penetração se iniciaram em fins do século XVI e se intensificaram no seguinte, a partir da foz e da nascente. Os franceses, instalados no Maranhão, foram os primeiros a encontrar a foz junto ao Amazonas, onde, sob o comando de Charles Des Vaux, levantaram uma feitoria, e a batizar o Tocantins, referência a tribo indígena das redondezas. Entre 1594 e 1615, realizaram várias expedições rio acima para sua exploração, fundando a vila de Cameté **e atingindo, em 1613, a foz do Araguaia** (Flores, 2009, p. 45). O movimento dos luso-brasileiros se deu neste e no sentido inverso. Do Maranhão, o primeiro a ter penetrado seu leito foi o frei Cristóvão de Lisboa, em 1625, seguindo-lhe outros jesuítas, que estabeleceram algumas missões (Rodrigues, 1978, p. 62-63; Flores, 2009, p. 46-47). A partir da descoberta, por volta de 1590, durante a expedição de Domingos Grou, da nascente, localizada no

Recomenda-se a leitura do livro: TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Por fim, o argumento de que “o gênio universalista do português” permitiu que ele fizesse alianças e se casasse com as mulheres indígenas é escandalosamente genérico, não levando em consideração que nem todos os povos faziam alianças e o uso da força era constante. Basta observar os pedidos de “guerra justa” realizadas à Coroa e normatizadas por lei para desconsiderar argumentos não ancorados no universo empírico possibilitado pelas fontes documentais.

³⁵³ FERREIRA, 1994, p. 07.

³⁵⁴ FERREIRA, 1977, p. 183-187. O autor indica que o mito teria permanecido entre alguns povos indígenas, como havia sido supostamente relatado a ele pelos irmãos Villas Bôas quando os encontrou na Ilha do Bananal, na década de 1960.

³⁵⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII), **Revista Tempo**, v.22, n.40, mai.-ago. 2016, p. 368-369. (Grifos meus).

planalto central, no Centro-Oeste do Brasil, seguidas expedições de sertanistas, vindos de São Paulo, São Vicente e pelo rio São Francisco, exploraram o Tocantins rio abaixo e, **por volta de 1670, já haviam atingido a foz do Araguaia.**

Diferentes agentes históricos avançavam sobre parte do espaço e os rios nomeados pelos bandeirantes como “Rio Iaberi” e “Rio Paraupava” passaram a ser chamados de Rio Tocantins e Rio Araguaia, respectivamente, por aqueles missionários e expedicionários vindos no Norte. Segundo Ferreira,³⁵⁶ “[...] em 1646, cerca de trinta anos após a bandeira de Alvarenga, surge o Rio Paraupava dos sertanistas de São Paulo, com o nome de Araguaia no Pará”. Essa outra denominação dos rios pode ser indicada em diferentes fontes documentais como um memorial de 1646 que foi entregue ao rei por Bartolomeu Barreiros de Ataíde e tratava do descobrimento de ouro na capitania do Grão-Pará, da presença de povos indígenas naquele espaço e da localização da “província” do Tocantins e Araguaia analisado por Ferreira³⁵⁷.

[...] Ataíde escreve: “Daqui se confina da parte do Norte com índios Tocantins, a Província de Araguaia, que é um braço do Grão-Pará”. Diz pois Ataíde que o Araguaia era um braço do Grão-Pará, isto é, do hoje baixo Amazonas. Pela primeira vez, nesse ano se conhece um documento oriundo do Pará e pelo qual se verifica que o curso superior do Paraupava era designado por Araguaia.

Depois de ter a Companhia de Jesus se estabelecido em Belém, na Capitania do Pará, o jesuíta Luiz Ferreira, em 1636 subiu o Tocantins cerca de quinze léguas, visitando algumas aldeias de índios.

A penetração do Tocantins, pelos jesuítas, chegando ao rio Araguaia, e subindo por este, começou em 1653. É, pois, neste ano que começa o ciclo de penetração do planalto central pelos jesuítas. Advertimos que, a partir de 1618, ano em que esteve a bandeira de Antonio Pedroso de Alvarenga no Paraupava, não se tem notícia documentada, de qualquer bandeira de São Paulo àquele sertão³⁵⁸. Talvez tenham ido, mas não há documentos a respeito. Como este ciclo jesuíta se inicia em 1653, isto significa que até esta data, durante 35 anos, desde 1618, os sertanistas de São Paulo não iam ao sertão do Rio Paraupava. Perdia-se, por

³⁵⁶ FERREIRA, Manoel Rodrigues. **O Mistério do Ouro dos Martírios**. Desvendando o grande segredo das bandeiras paulistas. São Paulo: Biblos, 1960, p. 265.

³⁵⁷ FERREIRA, 1977, p. 197.

³⁵⁸ Ferreira (1977, p. 207) indica o registro, em 1665, da bandeira de Francisco Lopes Buenavides que percorreu o “sertão de Guaiás”, mas num trajeto desconhecido, de modo que não é possível identificar se percorreu parte das margens ou navegou por parte do Rio Araguaia.

isso, em São Paulo, o nome Paraupava, e firmava-se, no Pará, o nome Araguaia³⁵⁹.

Ferreira³⁶⁰ indica que, logo após sua chegada em Belém em 1653, o padre Antonio Vieira realizou uma expedição no Rio Tocantins, mas não chegou ao Rio Araguaia. Esse religioso registra que a expedição do padre Tomé Ribeiro havia alcançado as cabeceiras do Araguaia e que no retorno teria levado uma quantidade significativa de indígenas, alguns batizados e catequizados, dentre eles, os “Catingas” que teriam sido apresados, em 1615, pela bandeira de André Fernandes no “Rio Paraupava”. Ferreira³⁶¹ escreve com entusiasmo que “[...] exatamente quarenta anos após aqueles acontecimentos, ou seja, em 1655, o Padre Tomé Ribeiro sobe o Tocantins, chega ao Araguaia, e reduz esses mesmos índios!”, lembrando o infortúnio do ataque indígena contra aquela bandeira em 1615, não mencionando a violência dos membros da bandeira sobre os indígenas.³⁶²

Apesar de sua perspectiva analítica parcial, Ferreira³⁶³ apresenta em sua narrativa alguns elementos que indicam terem existido outras expedições registradas em fontes documentais elaboradas por jesuítas, tal qual uma datada em 1658 pelo padre Tomé Ribeiro e Ricardo Caréu e outra expedição de 1659 que foi liderada pelo padre Manoel Nunes, sendo que ambas seguiram o curso do Rio Tocantins e não navegaram pelo Rio Araguaia.

Velho³⁶⁴, assim como Furtado³⁶⁵, destaca a pretensão de franceses de colonizar o Norte e fundar a “França Equinocial” que também contribuiu com os avanços do Norte rumo à parte onde os rios Araguaia e Tocantins se encontram. Esses movimentos teriam sido iniciados em 1613 quando “[...] Daniel de La Touche penetra outra vez no Tocantins, e alcança a confluência com o Araguaia, onde a

³⁵⁹ FERREIRA, 1977, p. 201-202.

³⁶⁰ FERREIRA, 1977, p. 202.

³⁶¹ FERREIRA, 1977, p. 202.

³⁶² Apesar das fontes documentais não trazerem narrativas dos povos indígenas, é fundamental que o historiador aponte as violências sofridas pelos mesmos, ainda que sem descrevê-las.

³⁶³ Ferreira, 1977, p. 203-205.

³⁶⁴ VELHO, Octavio Guilherme. Os primórdios. In: **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 11-16.

³⁶⁵ *Idem*, 2016, p. 368.

expedição se subdividiu, subindo uma parte pelo Tocantins e outra pelo Araguaia. La Planque, companheiro de La Touche, permanece três anos na área”³⁶⁶.

Existiam ainda grupos com objetivos específicos, dentre os quais a busca por especiarias para comércio, de modo que, em 1669, “[...] Gonçalo Paes e Manuel Brandão descobrem cravo, canela e castanha no Tocantins, aparentemente além da Itaboca”³⁶⁷ e alcançam a foz do Araguaia. Essa e outras expedições aconteciam concomitantemente em busca de diferentes produtos oriundos da natureza, como ouro e especiarias, além do apressamento de indígenas para serem utilizados como mão-de-obra. De acordo com Melo:

Somente em 19 de dezembro de 1665, inicia-se um novo ciclo de entradas no sertão do rio Araguaia, com a bandeira de Francisco Lopes Buenavides (1665-1666).

Seguiram rumo ao sertão do rio Araguaia ainda as bandeiras de Antonio Pais e de Luis Castanho de Almeida, em 1671, e, mais tarde, em 1673, a bandeira de Sebastião Pais de Barros.

As bandeiras citadas, partiram em busca do suposto ouro dos Martírios. Elas não encontraram tais minas, somente uma pequena quantidade de ouro em alguns afluentes do rio Araguaia, que se apresentava insignificante para a exploração em larga escala.³⁶⁸

Tal qual as bandeiras provenientes do Sudeste, os avanços vindos do Norte não resultaram num conhecimento mais aprofundando sobre o Rio Araguaia, seus afluentes, a Ilha do Bananal e os varjões, pois de acordo com segundo Velho³⁶⁹:

As próprias características do avanço dos colonizadores no Norte brasileiro retardaram a exploração e povoamento do Tocantins no seu curso médio, já que por muito tempo não se colocou como fator relevante a ligação sistemática com o Sul, para a qual o Tocantins mostrar-se-ia fundamental. Mesmo porque os portugueses demoraram a interessar-se pelo Norte brasileiro como um todo. Durante todo o primeiro século após a descoberta, praticamente não há iniciativas de vulto.

Trata-se, portanto, de um *ritmo temporal* ainda lento de avanço sobre o espaço, sem um maior conhecimento sobre as características do espaço, da natureza e dos seus habitantes. Ferreira³⁷⁰ afirma que não ocorreram outros registros de

³⁶⁶ VELHO, 2009, p. 11.

³⁶⁷ VELHO, 2009, p. 13.

³⁶⁸ *Idem*, 2000, p. 53.

³⁶⁹ *Idem*, 2009, p. 11.

³⁷⁰ *Idem*, 1977.

bandeiras do Sudeste em após o “ciclo da Paraupava” e foi do Norte que o avanço de missionários e outros agentes históricos continuou por meio de expedições realizadas com mais intensidade pelo Rio Tocantins do que pelo Araguaia.

O *ritmo temporal* lento das transformações provocadas pelo avanço sobre o Rio Araguaia pode resultar em narrativas apressadas que atribuem a intensificação de dinâmicas que não ocorreram, como pode ser identificado no seguinte trecho da narrativa de Melo³⁷¹:

Embora essas expedições não tenham gerado qualquer processo de fixação no território, é importante considerá-las, uma vez que foi a partir desse momento que se iniciou o processo de contato entre os **colonizadores** e as populações indígenas da região do rio Araguaia. Foram elas que forneceram subsídios para a cartografia e a geografia da região, indicando nomes de tribos, localização de rios e de acidentes geográficos. **A grande utilização do rio Araguaia como via de entrada e saída de pessoas e mercadorias fez dele uma estrada natural, dando início à navegação no rio Araguaia.**

O autor, ao considerar essa dinâmica em meio ao “novo ciclo de entradas no sertão do Araguaia”³⁷², se contrapõe à tese de Doles³⁷³ de que a intensificação das comunicações e da navegação pelo Rio Araguaia ocorreu apenas no século XIX, mas não forneceu base documental para comprovar a suposta “grande utilização do Rio Araguaia” como via de entrada e saída de pessoas e também de mercadorias cuja natureza e procedência não foram indicadas. Essa problematização não se configura como uma crítica à narrativa de Melo³⁷⁴ em busca de “domínio” analítico, mas se faz necessária para evitar marcar uma *aceleração* nessa narrativa que esteja em descompasso com o *ritmo temporal* do *processo histórico* de avanço sobre o espaço analisado. Ademais, existe uma incongruência na narrativa de Melo³⁷⁵ entre a argumentação de que as “expedições” não fixaram os agentes históricos no espaço percorrido e o uso do termo “colonizadores” que

³⁷¹ MELO, 2000, p. 53. (Grifos meus).

³⁷² Melo (2000, p. 52-53) insere o trecho citado em meio s bandeira de Francisco Lopes Buenavides (1665-1666) e a bandeira de Bartolomeu Bueno Dias, no ano de 1722, destacando-se que o próprio autor indica que somente o segundo bandeirante “[...] descobriu ouro em quantidade de exploração em larga escala no rio Vermelho e aí se formaram os primeiros núcleos de povoamento do atual Estado de Goiás” (MELO, 2000, p. 53).

³⁷³ Idem, 1973.

³⁷⁴ Idem, 2000.

³⁷⁵ Idem, 2000.

precisa ser evitada, pois os mesmos eram missionários, bandeirantes e exploradores que não realizaram uma colonização com apropriação do espaço e da natureza, além de outros elementos que a caracterizam.

1.7. Vilas e arraiais em Goiás, Mato Grosso e Cuiabá e o Rio Araguaia pensado como fronteira interna e via de navegação e comunicação

Apesar do avanço de bandeiras e expedições no século XVI não terem resultado na fixação de europeus no espaço onde estão localizados o Rio Araguaia e seus afluentes nas proximidades da Ilha do Bananal, suas ações influenciaram para a construção de outro mito ligado a um suposto lugar com ouro a ser “descoberto” e que incentivou outras entradas em alguns locais nas margens do Rio Araguaia. Ferreira³⁷⁶ identifica que, dentre alguns “roteiros”, era possível identificar menção ao Araguaia e ao Paraupava como os possíveis rios cujas margens abrigariam um local nomeado como Martírios. Assim sendo, “tudo passa a girar em torno da Lagoa Paraupava”, pois: “[...] a partir de 1590 – aqueles manuscritos tiveram origem como roteiros da Lagoa e Rio Paraupava e depois de 1722, “passaram a ser conhecidos como roteiros dos Martírios”.³⁷⁷

A partir dessa relação, o mito do “Ouro dos Martírios” reverberava em torno de uma narrativa que indica que, entre 1673 e 1682, duas bandeiras partiram de São Paulo, sendo a primeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva junto ao seu filho de mesmo nome. A outra era comandada por Manoel de Campos Bicudo que também levou o filho Antonio Pires de Campos. Ambas as bandeiras se encontraram no “sertão”:

E lá, descobriram, numas rochas, formas que muito se assemelham, a coroa, lanças, cravos, escadas, enfim, tudo o que evocava, naquele momento, os instrumentos dos Martírios de Cristo³⁷⁸.

³⁷⁶ FERREIRA, 1960, p. 423.

³⁷⁷ FERREIRA, 1960, p. 423.

³⁷⁸ Ferreira (1960, p. 139) indica que em 1888 foi localizado pelo cientista germânico Paulo Ehrenreich os “[...] desenhos dos Martírios que estavam cravados nas paredes das pedras. Pode-se observar que alguns desenhos são semelhantes a coroa de espinhos, a cruzes, cravos, martelos, escadas, lanças, galo, etc.” Ferreira (1960, p. 143), que, viajou em 1957 para o que denominou de “grande sertão”, concluiu que se tratava de “desenhos rupestres” feitos pelos “antepassados dos atuais índios”. Tratam-se de pinturas rupestres existentes no lajeado da Ilha da Santa Cruz banhada pelo Rio Araguaia que estão situados dentro de uma Área de Proteção Ambiental (APA), localizada no município paraense de São Geraldo do Araguaia.

Deram por isso, ao local, o nome de Martírios.
 Junto aos Martírios passava um grande rio.
 Nesse rio, como também na região que se estendia mais adiante,
 descobriram outro. Entretanto, não fizeram caso dele. Estavam
 mais preocupados com o apresamento de índios, que viviam mais
 adiante.
 Finalmente, voltaram a São Paulo.
 E nunca se soube de ninguém mais que tivesse voltado àquele
 sertão dos Martírios³⁷⁹.

Essa narrativa resultou em diferentes roteiros elaborados pelos filhos dos comandantes daquelas bandeiras que foram sendo reproduzidos, alterados e que circularam numa dinâmica que foi analisada por Ferreira³⁸⁰.

Ademais, esse mito impulsionou a vinda de bandeiras no início do século XVIII tal qual a de Bartolomeu Bueno Dias, conhecido como “Anhanguera”, que depois de ter percorrido entre os anos de 1722 a 1725 extensas distâncias³⁸¹, descobriu ouro no Rio Vermelho e fundou o Arraial Sant’Anna, depois Vila Boa. Ainda ocorrem outras expedições em busca de ouro, tendo como foco o Rio Tocantins, resultando nas descobertas das lavras de Goiás em 1725³⁸², situadas a centenas de quilômetros da margem do Rio Araguaia.

Também nas primeiras décadas daquele século, foram descobertas minas onde seria formada a capitania de Mato Grosso e Cuiabá³⁸³ que fomentaram a consolidação do Arraial do Bom Jesus das Minas do Cuiabá, e que em 1727 foi elevada à condição de vila e nomeada de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. O espaço ocupado pelos luso-brasileiros foram os vales do alto Paraguai (1718) e do alto Guaporé (1734) que, de acordo com Lucidio,³⁸⁴ eram conhecidos pelos

³⁷⁹ FERREIRA, 1960, p. 28-29.

³⁸⁰ *Idem*. O autor dedicou a segunda parte do livro para a narrativa dessa dinâmica para depois inserir sua “História das Bandeiras” e a relacionar com esses roteiros.

³⁸¹ O trajeto do Anhanguera pode ser visualizado no mapa elaborado por Leandro Rocha. In: ROCHA, 2001, p. 29.

³⁸² DOLES, 1973, p. 2.

³⁸³ Esse nome foi: “[...] escrito de diversos modos. Nas instruções que orientavam o governante que a implantaria a nominaram do seguinte modo: “Ao governador do Matto Grosso e Cuiabá parece pelas razões sobreditas se deve ordenar que faça a maior parte de sua rezidencia no Matto Grosso...”, donde se conclui que a nominaram Capitania do Matto Grosso e Cuiabá”, conforme LUCIDIO, João Antônio Botelho. *‘A Ocidente do imenso Brasil’: As conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. Tese (Doutorado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2013, p. 11.

³⁸⁴ LUCIDIO, 2013, p. 13.

castelhanos, gerando uma tensão constante entre os limites da fronteira a oeste, estando situado a centenas de quilômetros da margem esquerda do Rio Araguaia.

Mato Grosso e Cuiabá estavam mais afastados e não tinham interesse na exploração da natureza e apropriação do espaço situado na margem esquerda do Rio Araguaia. Essa situação pode ser avaliada a partir da leitura do documento “Anais de Vila Bela”, que “expressa a história oficial, a história contada pelas autoridades coloniais”³⁸⁵ e que indica a preocupação com a fronteira ocidental sem citar o Rio Grande ou Araguaia, na parte oriental da capitania, de modo que esse assunto não era “digno de memória”, conforme escrito no final de cada narrativa por anos. Ao longo das narrativas contidas nos Anais de Vila Bela³⁸⁶, é possível identificar que a maior preocupação era a “demarcação” e “proteção” das fronteiras estava na parte ocidental, envolvendo relações com os castelhanos marcadas pelas “lutas e negociações envolvendo o Tratado de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777)”³⁸⁷ e “exprimindo a história vivida na fronteira e vista da fronteira”³⁸⁸.

No mesmo documento é possível identificar as preocupações ligadas à economia fortemente ancorada na mineração, à busca por indígenas para serem utilizados como mão de obra, com o comércio com o Pará e também em relação ao modo com que a atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão³⁸⁹ gerou conflitos com comerciantes locais.³⁹⁰

Nessa dinâmica, os rios principais envolvidos são o Guaporé e o Jauru, ambos situados na parte ocidental da capitania e utilizados como via de comunicação com outros rios na busca por indígenas e ouro. Ademais, através do Rio Guaporé, seguindo os rios Mamoré e Madeira, se consolidou a rota das monções vindas do Pará. As expedições científicas eram patrocinadas pela Coroa portuguesa para conhecer os seus domínios em termos de hidrografia, relevo, fauna,

³⁸⁵ “Mas não constituem uma “grande narrativa”, no sentido de contar feitos gloriosos [...] narram uma história próxima, cotidiana, miúda, registrada ao sabor dos acontecimentos, quando os narradores ainda não sabiam, qual o futuro daquilo que estava sendo narrado”: In: AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Revisão e Notas Luiz Carlos Figueiredo; Prefácio Paulo Pitaluga Costa e Silva, Cuiabá-MT: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006. – (Coleção documentos preciosos), p. 35.

³⁸⁶ AMADO; ANZAI, 2006.

³⁸⁷ AMADO; ANZAI, 2006, p. 33.

³⁸⁸ AMADO; ANZAI, 2006, p. 35.

³⁸⁹ Mandada fundar por Pombal para monopolizar o comércio dos produtos na Amazônia.

³⁹⁰ AMADO; ANZAI, 2006, p. 32.

flora, minérios e terras, foram citadas nos “Anais de Vila Bela” indicando que foram direcionadas aos rios Guaporé, Jaurú, Madeira, Mamoré, Paraguai, Alegre, Aguapeí, Itunamas, Barbados, São Lourenço, Taquari e Paraguaú.³⁹¹ Essas expedições científicas se somavam às bandeiras que percorriam esses e outros rios na parte ocidental em busca de indígenas e “descobrimentos” de outras minas de ouro com potencial se serem mineradas.

Porém, entre 1734 a 1789, a consolidação da fronteira oriental também precisava ser efetivada por Mato Grosso e Cuiabá em relação à Capitania de Goiás, e no ano de 1761³⁹², o governador Rolim de Moura escreveu em carta para Dom João Manoel de Melo a proposta de delimitar a fronteira oriental. Para ele, os “sertões” sem povoações deveriam ter seus limites coincidindo com “fronteiras naturais”, como os rios, sugerindo que a divisão entre Mato Grosso e Goiás fosse o “Rio Cayapó” ou “Grande”, como era também chamado o Araguaia, “[...] pois correndo, como corre, quase em direitura, de sul a norte, desde as terras em que habita o gentio Cayapó, até a cidade do Grão Pará, e a divisa que se quer para as duas Capitânicas, que estão diretamente de Leste a Oeste”.³⁹³

Portanto, no século XVIII, o Rio Araguaia era considerado “fronteira natural”, não sendo prioritário para os governantes de Mato Grosso e grupos que não investiam em expedições científicas ou comerciais em sua direção. Até mesmo um caminho terrestre em direção à Goiás que atravessava esse rio não foi utilizado, sobretudo após a carta Régia de 1730 que determinou a proibição do uso de outros caminhos para as minas que não fossem as bandeiras paulistas.³⁹⁴

Contudo, isso não significa que não havia interesses de diversas ordens sobre aquele espaço. Ataídes³⁹⁵ encontrou uma série de documentos oriundos da

³⁹¹ AMADO; ANZAI, 2006, p. 34, p. 256-287.

³⁹² Pelos escritos dos *Anais de Vila Bela* referentes ao mesmo ano, é possível identificar que a principal questão na qual estava envolvido o governador Rolim de Moura, dizia respeito à posse de um espaço onde existiu a Missão Santa Rosa, onde em 1760, “Fez Sua excelência a formalidade de tomar posse do lugar, tendo vistas de alguns padres, e carta de superior, protestando-lhe serem essas terras da Corte de Espanha, pela posse que tinham delas”. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 144). No mesmo de novembro do ano de 1761, foi registrado que dois oficiais castelhanos chegaram à Vila Bela (capital da capitania) para “protestarem, segunda vez, sobre o mesmo ponto”. (AMADO; ANZAI, 2006, p. 146).

³⁹³ Revista do Arquivo Histórico Estadual de Goiás (1982, p. 54).

³⁹⁴ Segundo Doles (1973, 29-39), a proibição foi confirmada através do Alvará de 27 de outubro de 1733 que permaneceu vigente até o ano de 1782.

³⁹⁵ ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). **Documenta Indígena do Brasil Central**. Goiânia-GO: Ed. Da UCG, 2001.

Capitania de Goiás, que trazem narrativas sobre a “exploração dos sertões”, sobretudo se tratando de correspondências com a Coroa solicitando a “redução de gentios” e respostas negativas, solicitando “justiça aos índios”, proibindo o cativo e/ou solicitando que fosse ensinada “civilidade por meio da brandura” e recomendando a “Cathechese e Civilização dos índios”.³⁹⁶

Por meio desses documentos, é possível identificar que no século XVIII o Rio Araguaia era destino de bandeiras, pois no “Livro manuscrito de Correspondência e Instruções Diversas (1758-1767; 1767-1777)” do Arquivo Estadual de Goiás, é possível verificar que, em 1774, o governador José A. de Vasconcelos “tentou promover diversas bandeiras” com o objetivo de “pacificar os índios e descobrir novas minas”, seguindo “[...] o seguinte roteiro: uma saindo dessa capital para as cabeceiras do Rio Grande, outra, dos julgados do Meia-Ponte para explorar Anicuns e Corumbá; outra de Pilar para as terras infestadas de Xavante e outra de Traíras e do Araguaia”³⁹⁷.

Os “Annaes da província de Goyaz”³⁹⁸, organizados e impressos por José Martins Pereira de Alencastre em 1864, incluem narrativas elaboradas entre 1625 a 1824 nas quais é indicado que bandeirantes vindos de São Paulo, além de moradores de vilas e arraiais de Goiás tinham interesses na exploração econômica dos “sertões” do Araguaia e captura de seus “gentios” para serem utilizados como mão-de-obra, como o caso das “crônicas” com

[...] especial menção a um Manuel Correa, como sendo dos primeiros que, levados desse gênio aventureiro, que tanto distinguiu os paulistas e deu-lhes as glórias das mais ousadas expedições, saindo de São Paulo com uma bandeira, ou em conquista das hordas selvagens, ou em descoberta de minas de outro, atravessando os sertões e internando-se por Goiás até além das margens do Araguaia...³⁹⁹

Ainda foi indicado que “[...] o capitão Diego Pinto da Gaya subido as águas desse rio em 1720 até as alturas da Ilha do Bananal, por ordem do governador

³⁹⁶ Exemplo presente na página 235 do Livro de Correspondências (1751-1752) e na página 307 da Correspondência do Rei de Portugal com o capitão-general da Capitania de Goiás (1748-1753), ambos pertencentes ao Arquivo Estadual de Goiás e analisados por Ataíde (2001, p. 323-324).

³⁹⁷ ATAÍDES, 2001, p. 324-325.

³⁹⁸ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Annaes da província de Goyaz** [1863]. Reedição do Governo de Goiás com parceria com a SUDECO. Brasília-DF: Editora Gráfica Ipiranga, 1979.

³⁹⁹ ALENCASTRE, 1979, p. 27.

Bernardo Pereira de Berredo”⁴⁰⁰, e em 1722, foi enviada outra bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno que encontrou, nas margens do Rio Araguaia “vastos e férteis terrenos.”⁴⁰¹

Contudo as proximidades da Ilha do Bananal não eram o foco dessas bandeiras e expedições, pois parte desses movimentos estavam em busca dos Martírios, gerando, inclusive um litígio em relação à fronteira entre Mato Grosso e Goiás, uma vez que em 1753, o ouvidor de Cuiabá, José Antônio Vaz Morilhas, que “pretendeu estender a sua jurisdição até o sertão dos Martírios” e conseguiu “[...] a posse de uma grande extensão do território de Goiás, trazendo a sua fronteira até além de Santana do Paraíba, obrigando por essa posse que a divisa seja considerada pelo Araguaia, rio Corrente, rio Doce, e Parnaíba.”⁴⁰²

Ressalta-se que tais documentos possuem narrativas com *representações* sobre o espaço, sua natureza e seus habitantes, entendidos como o *outro* a ser dominado e explorado economicamente. Contudo, essas fontes documentais não são amplamente analisadas uma vez que foram minuciosamente apresentadas e problematizadas por autores como Ataíde⁴⁰³ e outras tipologias documentais oferecem elementos suficientes para a problemática pesquisada, dentre as quais, cartas e mapas produzidos nos séculos XVII e XVIII.

1.8. As *representações* do espaço como “certão” de “gentios” nas cartas e mapas dos séculos XVII e XVIII

De acordo com a pesquisa de Silva⁴⁰⁴, no final do século XVII ocorreram algumas alterações nas *representações* das áreas interioranas nos mapas e cartas da América Portuguesa, por ser preciso “[...] conhecer melhor o próprio território brasileiro, a fim de se poderem desenhar mapas confiáveis, sobretudo em

⁴⁰⁰ ALENCASTRE, 1979, p. 28.

⁴⁰¹ ALENCASTRE, 1979, p. 34.

⁴⁰² ALENCASTRE, 1979, p. 116.

⁴⁰³ *Idem*, 2001.

⁴⁰⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um grande inventário da Natureza: políticas da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVII. In: GESTEIRA, HELOÍSA Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. **Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX**. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 48. (Grifos meus).

relação aos sertões desconhecidos.”⁴⁰⁵ Essa mudança teria partido da necessidade de ter um “conhecimento pormenorizado” do espaço e a preocupação maior na elaboração de mapas e cartas, de modo que deixou de ser somente a definição da fronteira com a América Espanhola, incorporando a *representação* de elementos do interior “[...] visando principalmente à localização de povoações e outras informações úteis”⁴⁰⁶.

A partir da segunda metade do século XVIII, com a atuação de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marques de Pombal (1699-1782), ocorreram mudanças no modo com que os espaços coloniais do Brasil foram pensados e conhecidos, sobretudo entre 1750 a 1777, conhecido como “período pombalino”. Ocorreu uma busca por maior racionalização em relação ao espaço - enquadrado como território - e à natureza, entendida como fornecedora de recursos e riqueza a serem rentáveis para a Coroa e para os colonos.

As províncias mais afastadas eram constituídas por espaços desconhecidos e menos mapeadas em relação ao Rio de Janeiro e Minas Gerais, de modo que a Coroa incentivava o aprofundamento do conhecimento dos espaços interiores da América Portuguesa conhecidos como “sertões”.

Para os fins de uma compreensão da cartografia dos “Certoens”, lembremos que pelas Academias Militares “passaram alguns dos futuros governadores de regiões fronteiriças da América portuguesa, como Dom Antônio Rolim de Moura e Luís de Albuquerque Pereira e Cáceres que, além de governadores de Goiás e Mato Grosso, incentivaram expedições de exploração geográfica pelo interior do Brasil”. No contexto dos influxos dessas reformas “as Academias Militares, sob o impulso do Engenheiro-mor e a proteção, ainda que inconstante, de Dom João V, tornaram-se viveiro de engenheiros, geógrafos e cartógrafos.”⁴⁰⁷

Contudo, espaços onde não havia minas, vilas e arraiais eram menos conhecidos, como ocorria nas margens do Rio Araguaia e seus afluentes situados nas proximidades da Ilha do Bananal, de modo que aquele espaço continuou a ser *representado* sem pormenores, como a “Carte manuscrite de la navigation de la

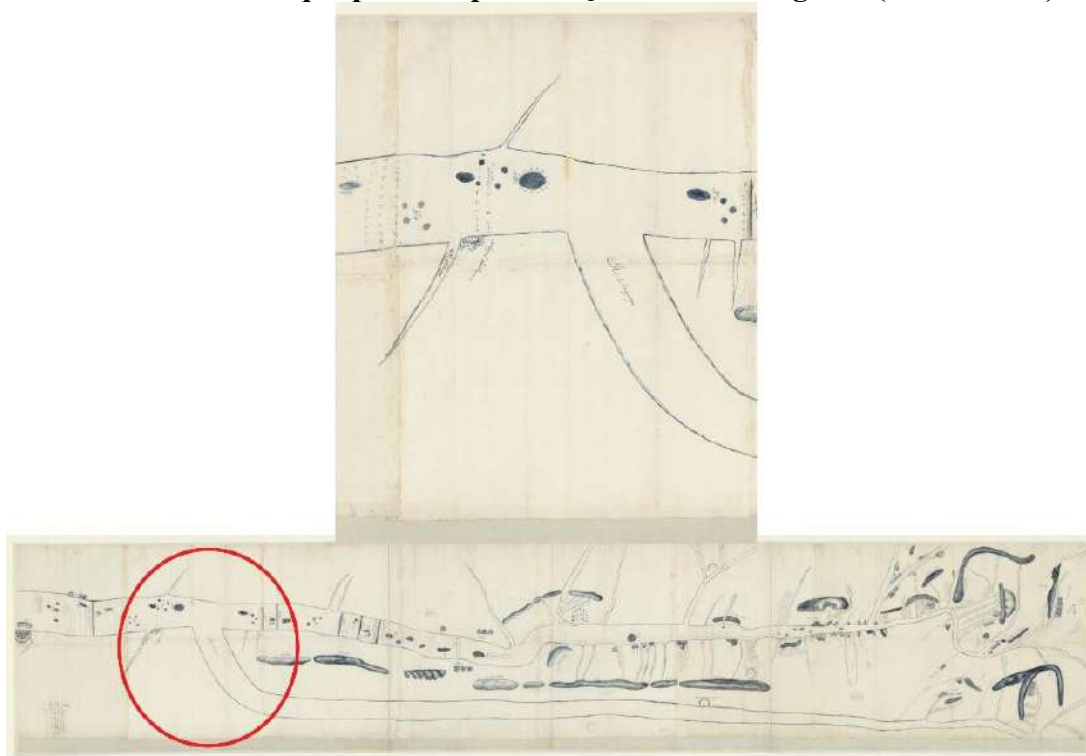
⁴⁰⁵ SILVA, 2014, p. 48. (Grifos meus).

⁴⁰⁶ SILVA, 2014, p. 50.

⁴⁰⁷ SILVA, 2018, p. 20.

rivière des Tocantins”⁴⁰⁸ e pode ser visualizada à frente. Elaborada entre 1735 a 1742, foi descoberta em Belém, por Charles Marie de La Condamine, de onde foi enviada à Paris e utilizada pelo cartógrafo Jean Baptiste Bourguignon D’Anvielle para *representar* o Rio Tocantins no mapa “Amérique méridionale” de 1748.⁴⁰⁹

Figura 10 - Parte da Carte manuscrite de la navigation de la rivière des Tocantins com destaque para a *representação* do Rio Araguaia (1735 a 1742)



Fonte: Biblioteca Nacional da França. DCP. GE DD 2.987 (9.554).

Esse manuscrito permite identificar a ausência de um “conhecimento pormenorizado” acerca do Rio Araguaia e seus afluentes nas proximidades da Ilha do Bananal, mas possibilita localizar o uso do topônimo “Araguaia” em seu desenho e também numa narrativa construída a partir da “derrota”⁴¹⁰ realizada em busca por minas do “Tocantins e Goias” no século XVIII⁴¹¹ e que tinha relação com a sua

⁴⁰⁸ Biblioteca Nacional da França.

Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/docannexe/image/12046/img-2.jpg>>. Acesso em: 25/05/2018.

⁴⁰⁹ FURTADO, 2016, p. 368.

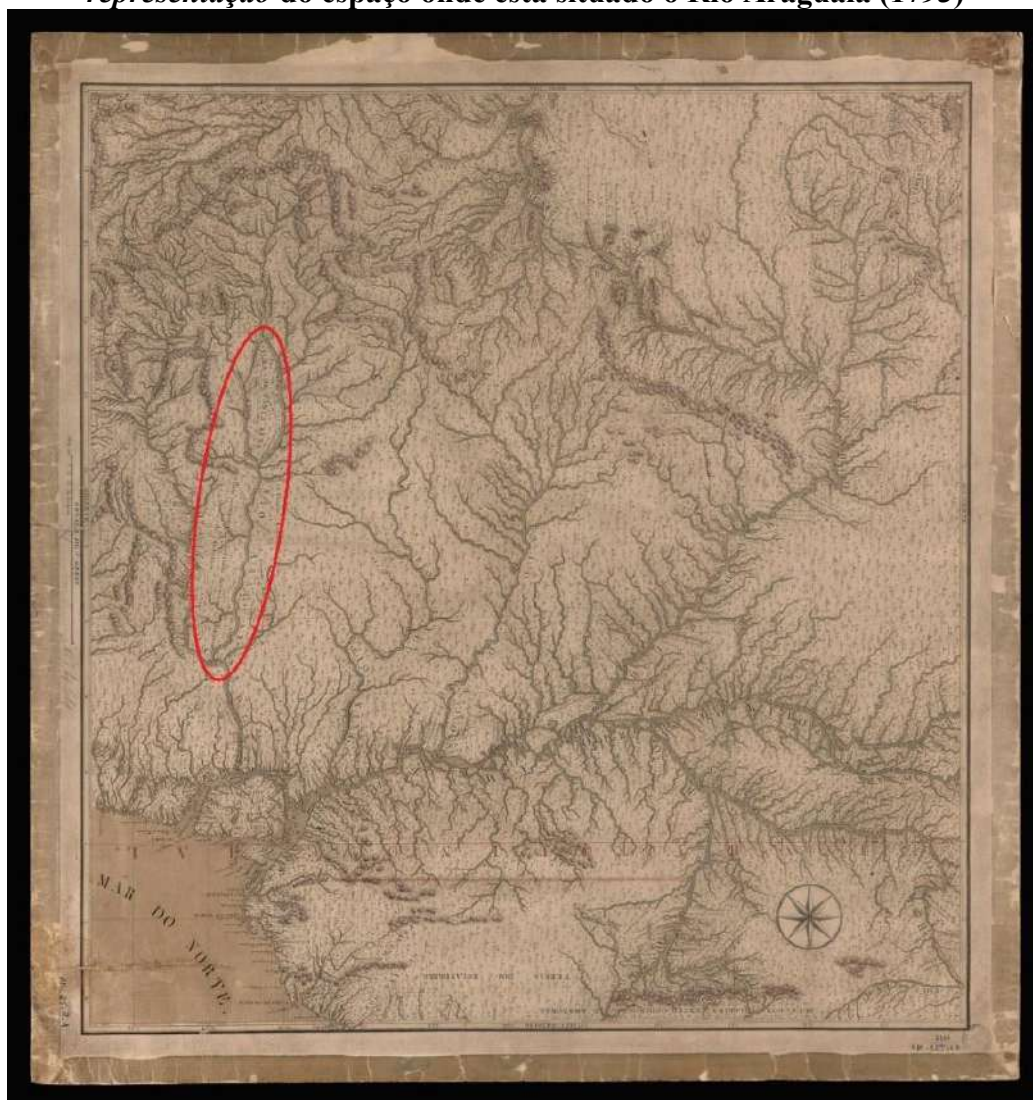
⁴¹⁰ Segundo Furtado (2016, p. 368, na segunda nota de rodapé), “Derrota” seria “[...] o caminho percorrido por uma embarcação na viagem por rio ou mar”.

⁴¹¹ FURTADO, 2016, p. 370.

elaboração. Furtado⁴¹² identifica o topônimo no seguinte trecho: “[...] 38° dia, meia hora depois do nascer do sol, depois de ultrapassarem uma ilha, avistaram a foz de “um rio muito grande, que chamam o rio da Araguaia”.

Esse mesmo topônimo também foi utilizado no seguinte mapa:

Figura 11 - Mapa hidrográfico da bacia Amazônica com destaque para a representação do espaço onde está situado o Rio Araguaia (1793)



Fonte: FREIRE, José Joaquim (1793). Biblioteca Nacional Digital.⁴¹³

Esse mapa foi nomeado de “Mapa hidrográfico da Bacia Amazônica: abrangendo até o curso dos rios: Mamoré (a oeste); Araguaia (a leste); Negro e

⁴¹² FURTADO, 2016, p. 378.

⁴¹³ Biblioteca Nacional Digital. Brasil. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 58,5 x 55cm em f. 64,5 x 61. Disponível em: <<http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>>. Acesso em: 25/04/2018.

Branco (ao norte); parte do rio Paraguai (ao sul)”.⁴¹⁴ O desenho em nanquim foi feito em 1793 por José Joaquim Freire (1760- s.l.1847), cartógrafo da Marinha Real portuguesa, que entre os anos de 1783 a 1792 participou da expedição do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) que navegou pelos Rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai. Durante essa expedição, o cartógrafo produziu croquis e desenhos com *representações* da flora e fauna, além de escrever uma narrativa intitulada “Diário da Viagem Filosófica” publicado na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” entre 1885 e 1888. Essa expedição e a produção desse mapa pode ser analisada a partir da mesma lógica de que a Coroa portuguesa precisava conhecer para poder controlar o território que estava ocupando.

Nesse sentido, era fundamental o conhecimento sobre os caminhos possíveis por meio de rios, principalmente aqueles que conduziam a lugares com minas exploradas por portugueses e luso-portugueses dentro de um território que, pelo tratado de Tordesilhas, não pertenciam aos domínios da Coroa, como o caso das minas de Cuiabá e de Mato Grosso. Isso porque, “[...] os rios eram vias de penetração, mas suas corredeiras eram perigos constantes, e as riquezas minerais configuravam-se como sustentáculos econômicos da colonização, mas ao mesmo tempo despertavam a cobiça das nações estrangeiras, ameaçando o domínio luso sobre o interior da América”.⁴¹⁵

Logo, esse mapa pode ser compreendido como um instrumento de conhecimento e tentativa de controle sobre esses rios representados em meio às áreas de mineração que adentravam as terras de domínio espanhol. Assim, apesar de não ter navegado pelo Rio Araguaia, seus afluentes e de não ter conhecido a Ilha do Bananal, José Joaquim Freire desenhou o mapa inserindo esses rios e a ilha, justamente por serem possíveis caminhos fluviais para as minas e apresentando com detalhes a existência e o que considerava ser os trajetos de rios.

Portanto, o Rio Araguaia passou a ser enquadrado em diferentes mapas, ainda que os mesmos não tivessem precisões nas *representações* do espaço, pois, como indicado por Furtado,⁴¹⁶ esses documentos são “signos gráficos” e “[...] não

⁴¹⁴ FONTE: Biblioteca Nacional Digital. Brasil. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 58,5 x 55 cm em f. 64,5 x 61.

⁴¹⁵ FURTADO, 2016, p. 369.

⁴¹⁶ FURTADO, 2016, p. 369.

representam apenas uma imagem exata, espelhada, do “Novo Mundo”, mas, ao contrário, imprime a ele outros significados, pois são reflexos das experiências vividas - algumas delas concretas e outras tantas sonhadas”.

Outras fontes documentais apresentavam o espaço onde está localizado o Rio Araguaia e seus afluentes situados nas proximidades da Ilha do Bananal por meio da sua *representação* como sendo “sertão” habitado por “gentios” que poderiam ser “bravos”. Esse tipo de *representação* pode ser identificado no “Mapa dos limites da Capitania de Goiás” de 1750⁴¹⁷ que identifica como “certão” de “gentio” os espaços dominados por “Xavante” e “Kayapó”, povos resistentes ao avanço dos “não índios”.

Contudo, o mesmo documento apresenta a indicação, entre diversas localidades, do “Arrayal dos Bororos governados p.lo Cor.el An.to Pires”⁴¹⁸, o que pode indicar que havia diferenciação entre a *representação* do espaço ocupado e dominado por indígenas considerados aliados e daqueles tidos como hostis. Essa mesma oposição pode ser identificada no documento intitulado “A derrota das canoas de Araratiguaba até Cuiabá”, do século XVIII⁴¹⁹, no qual foram identificados alguns “sertões” em contraposição à legenda que remetia a um “Arrayal dos Bororos”, e a descrição da “derrota” que “[...] entra no Rio Grande do Caminho do Cuyabá que com o nome de Araguaya entra no Rio Tucantins; por q já o defunto Coronel Antonio Pires de Campos com os seus Borores indo em busca do Gentio bravo na Ilha do Curumaré navegou felis mente ate a ponta do morro da dita Ilha...”⁴²⁰

Outra fonte documental coeva é o “Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Mato Grosso, Cuyabá e Pará”⁴²¹, um manuscrito que não apresenta autoria e não datado, mas identificado pela catalogação da Biblioteca Nacional como oriundo do século

⁴¹⁷ Esse mapa encontra-se na Mapoteca do Itamaraty e foi apresentado por SILVA; VIEIRA JUNIOR (2018, p. 42).

⁴¹⁸ SILVA; VIEIRA JUNIOR, 2018, p. 48.

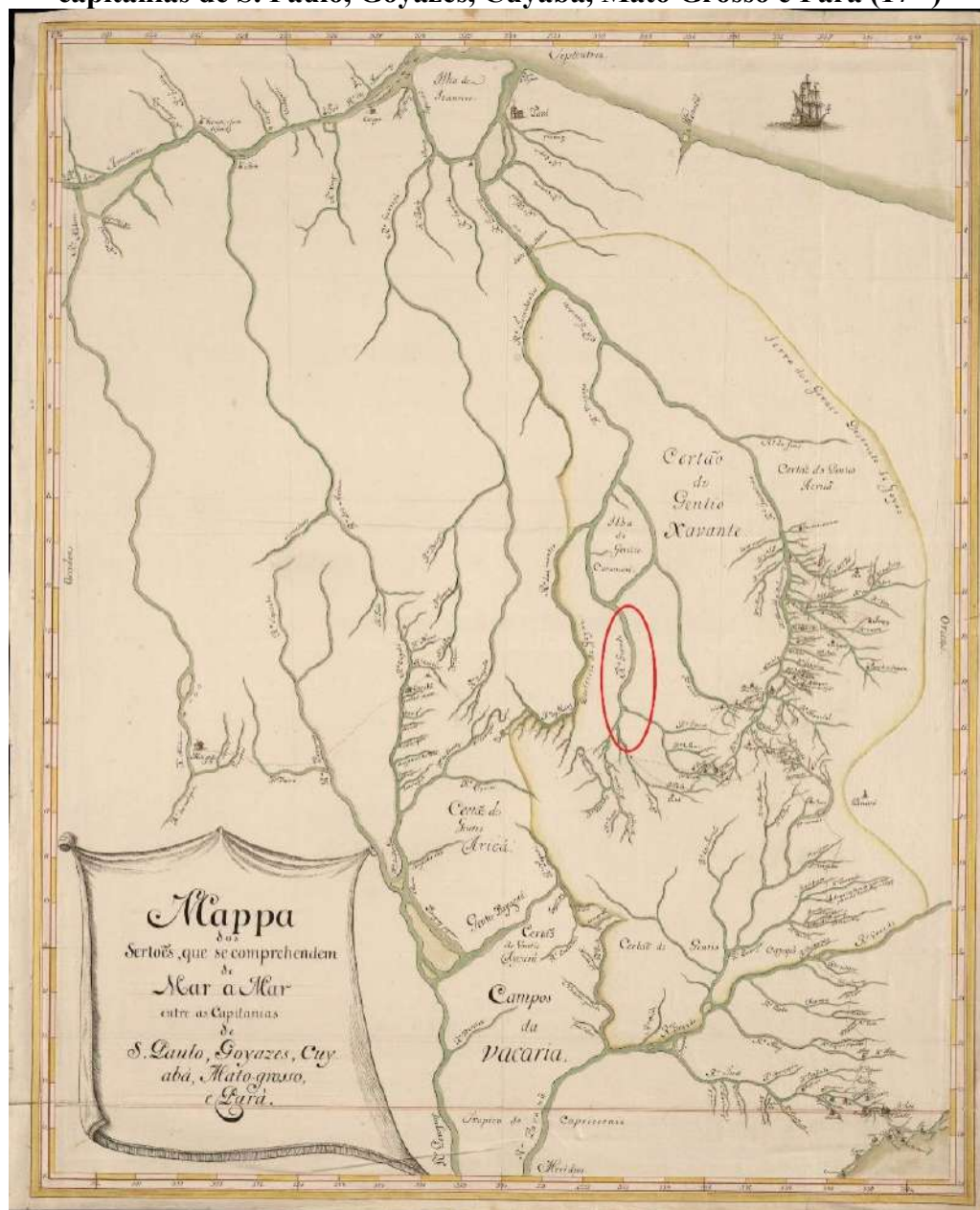
⁴¹⁹ Silva e Vieira Junior (2018, p. 50) indicaram que o mesmo não pode ter sido produzido antes de 1750, num “contexto dos trabalhos de fronteira e da colocação dos marcos definitivos pelo Tratado de Madrid”. Ressalta-se que esse documento se encontra na Mapoteca do Itamaraty.

⁴²⁰ SILVA; VIEIRA JUNIOR, 2018, p. 50.

⁴²¹ FONTE: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscritos 049 05 008 n 02.

XVIII e especialistas como Silva e Vieira Junior⁴²² consideram que deve ter sido elaborado entre 1751 a 1758. Esse documento pode ser visualizado abaixo:

Figura 12 - Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato Grosso e Pará (17--)



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscritos 049 05 008 n 02.

Através da visualização dessa *representação* do espaço não é possível identificar a toponímia Rio Araguaia, e sim “Rio Grande”, percorrendo um espaço

⁴²² *Idem*, 2018, p. 207-208.

marcado pelos “certões” de “gentis” como o “Certão do Gentis Cayapó”, “Certão do Gentio Xavante”, dentre outros, bem como a “Ilha do Gentis Curumaré”, mencionando os mesmos povos indígenas resistentes aos avanços sobre seus territórios situados no espaço *representado*.

Ao analisar como os povos indígenas foram inseridos na cartografia de Goiás, Santos⁴²³ observa que os primeiros mapas foram elaborados desde de que o primeiro governo daquela província foi exercido por Marcos José de Noronha e Brito (1712-1768). Nesses documentos, o autor indica que haviam povos indígenas que os servidores da Coroa⁴²⁴ “pretendiam localizar ou omitir em sua cartografia oficial”⁴²⁵, de modo que os mapas do padrão Ângelo dos Santos Cardoso

[...] apresentam diversas características similares, como na localização de territórios indígenas, grafados como “certão” ou “sertão” do “gentio”. Os povos indígenas presentes em todos os mapas desse padrão são os Cayapó, no sul da capitania; os Akroá, no nordeste; os Xavante, no noroeste; e os Curumaré, na atual Ilha do Bananal.⁴²⁶

Mesmo em mapas com outras temáticas, como a da “extensão dominial dos bispados da Igreja Católica” traziam a localização dos povos indígenas, como ocorre com o manuscrito de autoria desconhecida “Capitaniá de Goiás” e conhecido como “Mapa dos Bispados”, produzido entre 1750 a 1775, que “[...] apresenta detalhes da paisagem como as formações fitogeográficas, alguns acidentes geográficos, vilas, com um imenso senso de detalhe.”⁴²⁷ Esse manuscrito indica a localização dos “[...] *Chavante*, entre os rios Tocantins e Araguaia; *Acoruá*, entre o rio Tocantins e a Serra Geral, no então nordeste de Goiás; os *Cayapó*, no sul da capitania...” e os “Avá-Canoeiros” “[...] nas “Ilhas na barra da Araguaya emq’ assiste o gentio chamado vulgar mente – o gentio de Canoa q’ fala a lingua geral e sobe por Tocantins a Riba athé S. Félix”.⁴²⁸

Todavia, no final daquele século XVIII, os mapas elaborados a pedido de governadores tinham como objetivo principal da definição das fronteiras das

⁴²³ *Idem*, 2018, p. 154.

⁴²⁴ Santos (2018, p. 154) destaca a atuação do português Ângelo dos Santos Cardoso, o secretário de governo da Capitania de Goiás, que teria influenciado o primeiro “padrão” cartográfico de Goiás.

⁴²⁵ SANTOS, 2018, p. 154.

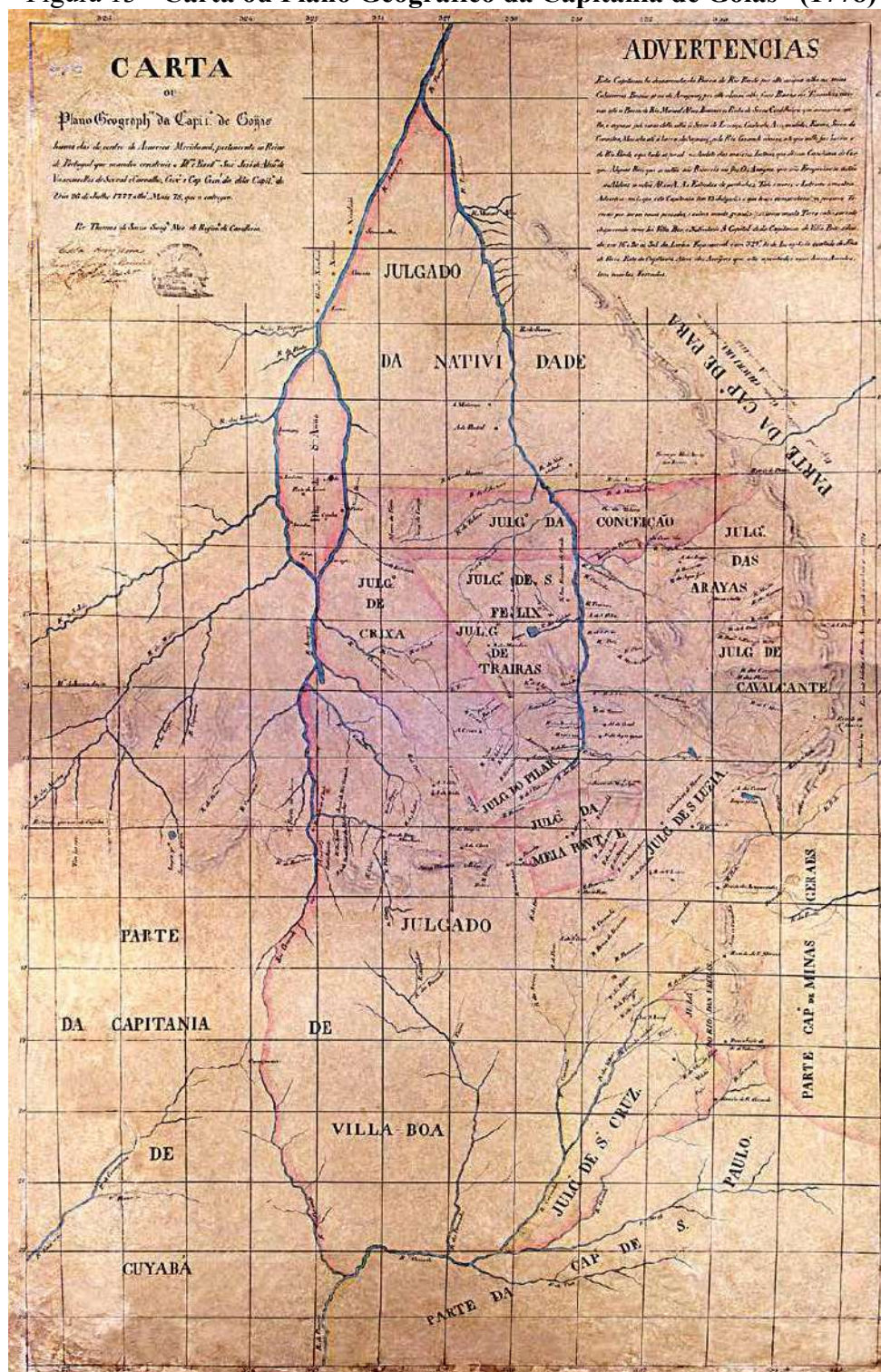
⁴²⁶ SANTOS, 2018, p. 154-155.

⁴²⁷ SANTOS, 2018, p. 158.

⁴²⁸ SANTOS, 2018, p. 160.

capitanias e a localização de vilas, arraiais, freguesias, estradas, além de aldeias, serras e rios, como a “Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás”:

Figura 13 - Carta ou Plano Geográfico da Capitania de Goiás” (1778)



Fonte: VILLA REAL, Thomaz de Souza (1778).

Arquivo da Mapoteca do Itamaraty (1865). In: SILVA; VIEIRA JUNIOR (2018, p. 45).

Essa carta também é conhecida como “Mapa dos Julgados” uma vez que seu autor, o “Sargento-Mor do Regimento da Cavalaria entre o dia 26 de julho de 1777 até maio 78”⁴²⁹, Thomaz de Souza Villa Real, “[...] tinha a preocupação de delimitar o âmbito dos Julgados goianos, vale dizer, dos territórios municipais da época”, conforme apontam Silva e Vieira Junior.⁴³⁰ A partir da leitura paleográfica⁴³¹ foi possível identificar que na carta foi identificado:

Os Arayaes que são Freguesias se notão, as Aldeas se notão Al. ou A. As Estradas de pontinhos. Tudo o mais o Letreiro o mostra. Advertese mais que esta Capitania tem 13 Julgados e que huns comprehendem pequeno Terreno por serem mais povoados, e outros muito grandes por terem muita Terra inteiramente despovoada como hé Villa Boa, e Natividade.⁴³²

Esse documento foi elaborado por Thomaz de Souza após viagens por Goiás realizadas com ou sem estar acompanhado do governador José de Almeida.

O autor do mapa, Tomás de Souza, com formação na Escola de Oficiais do Rio de Janeiro, em 1774 se encontrava em serviço em Cuiabá, vindo em 1776 para Goiás. Este oficial engenheiro seria encarregado da cartografia oficial, do estudo e construção de uma fonte para o abastecimento de água potável em Vila Boa e de outro importante empreendimento, que foi o desvio das águas do Rio Maranhão em 1779, já no governo de Luiz da Cunha. [...] Durante um ano, o engenheiro militar percorreu toda a capitania. Fez o que chamou de “Caminho das Águas”, visitando toda a hidrografia goiana. Em janeiro de 1778, apresentou os mapas produzidos pela expedição militar ao Conselho Ultramarino.⁴³³

Esse mapa foi indicado nos “Anais da província de Goiás” por Alencastre⁴³⁴ como resultado dos esforços de José de Almeida, apontado como único governador que percorreu a Capitania de Goiás e que teria conhecimento sobre seu “território”. Ademais, Silva e Vieira Junior⁴³⁵ identificam que esse mapa

⁴²⁹ SANTOS, 2018, p. 162.

⁴³⁰ *Idem*, 2018, p. 53.

⁴³¹ SILVA; VIEIRA JUNIOR, 2018, p. 53.

⁴³² SILVA; VIEIRA JUNIOR, 2018, p. 53.

⁴³³ SILVA; VIEIRA JUNIOR, 2018, p. 45.

⁴³⁴ ALENCASTRE. José Martins Pereira de. **Annaes da província de Goyaz** [1863]. Reedição do Governo de Goiás com parceria com a SUDECO. Brasília-DF: Editora Gráfica Ipiranga, 1979.

⁴³⁵ *Idem*, 2018, p. 53. Os autores indicaram na sequência dessa citação que: “Seu trabalho foi tão preciso que em 1920 - quando houve um questionamento das fronteiras pelo Projeto do Ten. Cel. Eng. Oliveira Lobo de uma Igreja para o Presídio de Leopoldina, Mato Grosso - em uma discussão que foi levada ao Congresso Nacional, o preciosismo de Tomás de Souza foi decisivo para a manutenção da fronteira”.

teria definido “[...] as fronteiras de Goiás, estabelecendo limites identificados em coordenadas astronômicas, conhecimento técnico avançado à época”. Através de sua leitura paleográfica é possível identificar que a menção ao Rio Araguaia como fronteira: “Esta Capitania he demarcada da Barra do Rio Pardo, por elle acima athé as suas Cabeceiras Buscão se as do Araguay por elle abaixo athé fazer Barra no Tucantins...”⁴³⁶.

A partir de sua elaboração, esse mapa teve “diversas cópias”, que de acordo com Silva e Vieira Junior⁴³⁷ apresentam diferenças entre si, dentre as quais, a “maior” seria a do documento pertencente à coleção do Arquivo Histórico do Exército que apresenta o título mais completo: “[...] Sargento mór do Regimento da Cavalaria Auxiliar da mesma capitania. Sendo quase toda vista pello mesmo Ex.mo Sr. a quem o Auctor sempre o acompanhou, em tempo do seu governo”.⁴³⁸

Contudo, Thomaz de Souza não elaborou somente esse mapa após suas viagens, pois foi autor de uma narrativa intitulada “Diário de navegação que fez Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya, Vermelho, desde Villa Boa, capital de Goyases, até a cidade do Pará”.

1.9. O interesse na navegação comercial pelo Rio Araguaia e o contato com o outro na narrativa de Thomaz de Souza Villa Real

Em 1791, Thomaz de Souza Villa Real partiu do Pará numa viagem na qual navegou por parte dos rios Tocantins e Araguaia, chegando “[...] por terra em Goyaz, d'onde regressa em 1792, embarcando a 22 de dezembro desse anno na confluencia do rio Ferreiro com o rio Vermelho, 11 leguas distante de Goyaz, capital da província”⁴³⁹. Villa Real exercia a função de “cabo da expedição mercantil” e comandou a viagem da qual o negociante Ambrozio Henriques e seus sócios também participaram, sendo que o primeiro foi elevado à patente de

⁴³⁶ SILVA; VIEIRA JUNIOR, 2018, p. 53

⁴³⁷ *Idem*, 2018, p. 52.

⁴³⁸ SILVA; VIEIRA JUNIOR, 2018, p. 52.

⁴³⁹ JARDIM, Jerônimo Rodrigues de Moraes. **Um resumo histórico sobre sua navegação**. In: JARDIM, Joaquim Rodrigues de Moraes. **O Rio Araguaya. Relatório de sua exploração**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880, p. 05.

capitão⁴⁴⁰, uma vez que estava a serviço do governador de Goiás, Tristão Cunha Menezes, que os havia incumbido a tarefa de realizar o reconhecimento desses rios e estudar os potenciais para a comunicação e comércio entre essas capitanias.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) publicou, em 1848, a transcrição de documentos manuscritos que traziam notícias dessa viagem, sendo o primeiro datado em 08 de março de 1793 e assinado pelo então governador do Pará⁴⁴¹, Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1730 - 1786), endereçado ao secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro (1716-1795). Nesse documento, foram repassadas notícias recebidas após a chegada de Thomaz de Souza Villa Real ao Pará no início daquele ano de 1791, no qual é possível identificar a finalidade manifesta daquela ação: “[...] a fim de explorar e reconhecer a navegação dos rios Vermelho e Araguaya, que se julgava poderia permittir a communicação e commercio para a capital de Goyazes, e para a mais importante patê d’aquella capitania”⁴⁴².

O governador Sousa Coutinho considera que a “exploração e reconhecimento” serviria como uma “[...] descoberta de grande interesse pelo notável accrescimo que deve produzir na cultura e no commercio de uma e outra capitania”⁴⁴³, oferecendo os “promptos soccorros” que poderiam precisar, reconhecendo que eram mais extensas as distâncias que envolviam as possibilidades de navegação e comunicações entre Goiás e Pará, através dos rios Araguaia e Vermelho. O governador pondera a dificuldade oriunda das distâncias a serem percorridas somada à existência de “canaes em que desemboca o rio entre cachoeiras e pedras”⁴⁴⁴, mas apontando que a navegação teria a “incomparavel vantagem” de permitir o comércio e comunicação não apenas entre Goiás e Pará, mas também com Cuiabá.

⁴⁴⁰ ALENCASTRE, 1979, p. 252. O autor ainda acrescentou: “Depois destes acontecimentos, Tomaz de Souza voltou a Goiás, e foi empregado no serviço da capitania com muito proveito para a navegação do norte, da qual se tornara o homem mais prático”, (ALENCASTRE, 1979, p 253).

⁴⁴¹ Seu governo foi de 1790 a 1803.

⁴⁴² SOUZA COUTINHO, Francisco de. **Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho**. In: Revista IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), n. 11, Tomo Quarto), Rio de Janeiro, 1848, p. 401.

⁴⁴³ SOUZA COUTINHO, 1848, p. 401.

⁴⁴⁴ SOUZA COUTINHO, 1848, p. 401.

Além disso, o documento apontava para a possibilidade da utilização da mão-de-obra indígena, pois para as embarcações “[...] subirem e descerem há na capitania de Goyazes muitos Indios e mestiços até agora inuteis, com quem se pode equipar”, além de permitir ir “[...] aumentando o numero de seus vassalos com os muitos gentios que as povoam, e que depois de aldeados podem vir a ser as suas povoações tão uteis para a comodidade d’esta navegação”⁴⁴⁵, tal como ocorria em relação ao Rio Amazonas e seus tributários. Souza Coutinho destaca que entre as “nações de gentios”, os Karajá deram a Thomaz de Souza Villa Real, aos comerciantes e auxiliares, um “bom tratamento e amizade”, fruto de uma ação de caridade que havia feito um ano antes. O cabo relata ao governador que teve a ajuda de sessenta indígenas Karajá que os acompanharam, ensinaram quais eram os canais das cachoeiras e servido de guarda contra os “[...] Apinagés, que habitam a bocca do Araguaia, e que nos tem algumas vezes offendido vindo acommetter os moradores de Cametá em seus sítios”.⁴⁴⁶

A *representação* dos “Karajá” como “gentios” aliados e com potenciais de serem utilizados na navegação comercial pelo Rio Araguaia também pode ser identificada no seguinte trecho da narrativa de Sousa Coutinho:

Diz Thomaz de Souza que esteve nas povoações d’elles [Karajá], que vira em uma mais de seiscentos homens de serviço; e os Apinagés, que é a nação muito mais poderosa e industriosa do que aquella, talvez poderemos sem difficuldades conciliar pelo commercio, visto que em roubos que tem feito em Cametá se contentam com ferramentas que precisam, o que lhes poderemos dar, e visto que a exemplo de uns os outros se hão de sucessivamente reduzir pelo decurso do tempo, quando percebam as vantagens que lhes podem resultar⁴⁴⁷.

Seria essa uma forma de estabelecer aliança com os “Karajá” que permitiria aos outros navegantes do Rio Araguaia terem acesso aos conhecimentos desse povo que há tempos navegava por suas águas. Ademais, por meio de trocas comerciais, seria possível conseguir a mão-de-obra indígena como guias, remeiros, seguranças, intérpretes e outras funções necessárias às expedições.

⁴⁴⁵ SOUZA COUTINHO, 1848, p. 402.

⁴⁴⁶ SOUZA COUTINHO, 1848, p. 403.

⁴⁴⁷ SOUZA COUTINHO, 1848, p. 403.

O governador Souza Coutinho narra ainda que teria pedido para um “furriel” com alguns soldados “reconhecer a povoação d’elles e a navegação d’aquelle rio”, sendo que ao apresentarem o diário resultante daquela expedição, expuseram a indicação de indígenas de que na parte superior do Araguaia a navegação seria impraticável por conta das cachoeiras.⁴⁴⁸ Contudo, o governador reforçou o argumento da necessidade de comunicações mais rápidas entre as capitanias, advertindo que “[...] me parece de summa importancia para o serviço de Sua Majestade que a navegação pelo dito rio Araguaya seja frequentada, povoando-se e cultivando-se as suas margens”⁴⁴⁹, destacando ainda os estímulos dados aos comerciantes que reclamavam acerca do desembolso e risco envolvido. Por fim, o governador indica que o “real serviço e ao interesse publico” realizado por Thomaz de Souza Villa Real e seus patrocinadores deveriam ser dignos de alguma “mercê” para “animar outros para semelhantes empresas”.⁴⁵⁰

A Revista do IHGB anexou outras correspondências entre o governador Tristão da Cunha Menezes e os comerciantes que teriam patrocinado a expedição de Villa Real. Nessas correspondências, os mesmos reforçavam a necessidade da navegação pelo Rio Araguaia para intensificar o comércio entre Goiás, Pará, Cuiabá e Mato Grosso, além de ponderarem sobre as dificuldades oriundas da presença de povos indígenas nas margens do Rio Araguaia e também da existência de cachoeiras que atrapalhavam a navegação comercial.

Alencastre⁴⁵¹ indica que esse interesse na navegação comercial pelo Rio Araguaia estava presente tanto nas correspondências de Souza Coutinho, quanto de Tristão da Cunha endereçadas ao secretário de Estado, Martinho Melo e Castro, e naquelas trocadas entre os governadores. Um dos argumentos centrais presentes nessas fontes documentais é o de que a navegação do Araguaia traria o comércio e a presença de “mais gente”, como no seguinte trecho:

Se das minhas instâncias para conseguir destes negociantes a exploração do Araguaia não lhes resultasse tão graves prejuízos, seriam mais proficuas as que de novo tenho feito para prosseguirem o mesmo comércio, e navegação, a que inteiramente a falta de gente, que é o que mais me atormenta nas

⁴⁴⁸ SOUZA COUTINHO, 1848, p. 403.

⁴⁴⁹ SOUZA COUTINHO, 1848, p. 404.

⁴⁵⁰ SOUZA COUTINHO, 1848, p. 404.

⁴⁵¹ *Idem*, 1979, pp. 251-261.

disposições do serviço real, em que vejo atrasada esta capitania, como nunca esteve.⁴⁵²

Essas cartas indicam ainda o entendimento por parte dos governadores de que as capitanias estariam “atrasadas” por falta de uma navegação comercial pelo Rio Araguaia capaz de resolver a “falta de gente”, desconsiderando a população presente naquele espaço formada por indígenas de diferentes povos.

Além dessa documentação, que trazia manifesto o interesse na navegação comercial do Rio Araguaia, o “Diário de navegação que fez Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya, Vermelho, desde Villa Boa, capital de Goyases, até a cidade do Pará”⁴⁵³ também apresentava trechos onde essa motivação principal foi exposta, de modo que possibilita ampliar os elementos analisados, uma vez que agregou em sua narrativa *representações* sobre o espaço, a natureza e os povos indígenas.

A narrativa de Villa Real tem como base principal a descrição das atividades que teriam sido realizadas ao longo da viagem, citando algumas das atividades da tripulação, sobretudo nos dias não navegados por motivos variados, tal qual a necessidade de fazer cordas para puxar as canoas pelas correntezas e cachoeiras.⁴⁵⁴ Ao tratar sobre o Rio Araguaia, o autor destaca seus aspectos físicos, sobretudo a existência de cachoeiras, canais e “entaipavas” - pequenas quedas d’água, que somados aos dias em que choviam em demasia, eram as principais dificuldades naturais narradas. Trata-se de uma narrativa na qual o espaço e a natureza são *representados* como obstáculos a serem superados para que possam ser aproveitados comercialmente, ou seja, a partir de uma perspectiva utilitarista que considerava o espaço como potencial de expansão e a natureza como reserva de recursos e matérias-primas geradoras de riqueza.

Diariamente Villa Real indica as distâncias percorridas, anota identificação de localidades, como os Martírios⁴⁵⁵ e também questões relacionadas

⁴⁵² SOUZA COUTINHO. [Carta] 14 de setembro de 1797, carta endereçada a Tristão da Cunha. In: ALENCASTRE, 1979, p. 254.

⁴⁵³ VILLA REAL, Thomaz de Souza. Diário de navegação que fez Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya, Vermelho, desde Villa Boa, capital de Goyases, até a cidade do Pará, 1848.

⁴⁵⁴ VILLA REAL, 1848, p. 425.

⁴⁵⁵ VILLA REAL, 1848, p. 413-416.

à navegação, muitas das quais apontam para a possibilidade do sargento-mor utilizar de informações obtidas junto a indígenas sobre o espaço, as características do rio e da natureza, além de incorporar toponímias indicadas pelos mesmos. Ao fim, foi incorporado à sua narrativa a “Taboada das leguas de distancia, das situações mais notáveis na navegação de Goyazes para o Pará pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho, segundo a estimativa de Thomaz de Souza Villa Real”⁴⁵⁶.

A narrativa foi sendo construída agregando esses elementos, com destaque para a descrição sucinta do cotidiano da expedição e o levantamento de informações relacionadas ao interesse na navegação do Rio Araguaia, mas também descrevendo os contatos com os povos indígenas.

O primeiro desses contatos ocorreu após o autor ter avistado “fumaça de fogo de gentio” e se deu com um grupo indígena não identificado quanto ao pertencimento étnico, sendo indicado apenas que seriam dissidentes de uma aldeia onde acreditavam que o chefe indígena seria feiticeiro. Trata-se de uma forma de *representação* na qual utiliza-se categorias genéricas como “gentio” ⁴⁵⁷ para se referir ao *outro humano* não considerando seu pertencimento étnico, identitário, territorial, linguístico que o caracteriza como um povo. Ainda no trecho que narra esse suposto contato, também pode ser observado o uso das expressões “camaradas” para se referir ao grupo e “principal” como maneira de indicar o chefe indígena, sem considerar a possibilidade de incorporar em sua descrição os etnônimos e palavras utilizadas por aquele grupo.

Esse documento contém uma narrativa sobre a rotina da expedição “a transportar os Indios silvestres da nação Carajá às suas habitações”⁴⁵⁸, que havia saído das margens do Rio Tocantins em 11 de abril de 1792 e retornado no dia 28 daquele mês no Rio Araguaia. Villa Real narra a visita realizada numa aldeia Karajá onde Villa Real aponta para a existência de “três casas compridas e cobertas de palha”, sem mencionar detalhes de rituais, costumes, organização social ou elementos da cosmologia, frisando, somente que na sua perspectiva, homens e

⁴⁵⁶ VILLA REAL, 1848, p. 421-423.

⁴⁵⁷ VILLA REAL, 1848, p. 416-417.

⁴⁵⁸ VILLA REAL, 1848, p. 423.

mulheres andavam nus, mas indicando que estavam “cobertas com embiras aquella parte [do corpo] que a honestidade faz ocultar.”⁴⁵⁹

Apesar de serem identificados como “índios silvestres”, os Karajá foram descritos como possíveis aliados e integrantes de uma “nação”. Na visita à aldeia do grupo contato, Villa Real e os integrantes da expedição contabilizaram cerca de 140 indígenas e estimaram existir um número maior de pessoas que estavam em atividades de caça, pesca ou simplesmente escondidas. Esse procedimento, somado à inserção de uma lista com os nomes dos “principaes”, ou seja, dos chefes indígenas que foram localizados ao longo das margens dos rios Araguaia e Tocantins, indicam o interesse em identificar a quantidade de indígenas e aqueles que poderiam ser os responsáveis por acordos e alianças comerciais com os Karajá tão necessárias para a navegação comercial do Rio Araguaia.

Nesse sentido, Villa Real produziu uma narrativa no final do século XVIII na qual o espaço, a natureza e os povos indígenas foram considerados uteis para a expansão do comércio e navegação do Rio Araguaia, ainda que também trouxessem dificuldades como a existência de trechos com cachoeiras⁴⁶⁰ ou a necessidade de aliança como “índios silvestres”.

Essa narrativa de Villa Real estava, portanto, alinhada aos interesses de governantes pela navegação comercial do Rio Araguaia e sua viagem procurou investigar a possibilidade da sua realização a pedido do governador de Goiás.

Além dessa narrativa, existem outras relacionadas à expedições que não são aprofundadas, mas que podem ser indicadas por sua relevância por estarem imersas nas *relações de poder* coevas, como é o caso de José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho (1740-1812), governador da capitania de Goiás entre 1772 a 1778, que realizou visitas aos arraiais em 1773, e narra ter encontrado “[...] desânimo e pobreza, por toda a parte notou que o serviço das lavras, em razão dos pequenos jornais e da falta de braços, estava tão reduzido, que só um soberano esforço poderia fazê-lo voltar ao antigo esplendor”⁴⁶¹. Como solução, aquele governador impulsionou outras bandeiras entre 1773 a 1778 para que “explorassem os vastos sertões ainda incultos e desconhecidos, principalmente os do vale do

⁴⁵⁹ VILLA REAL, 1848, p. 430.

⁴⁶⁰ VILLA REAL, 1848, p. 437-438.

⁴⁶¹ ALENCASTRE, 1979, p. 193.

Araguaia, onde se supunha, com razão, deverem existir ricos mananciais do ambicioso metal”⁴⁶². Em junho de 1775, saiu de Vila Boa a “Expedição de Traíras”, “confiada ao capitão José Machado” em busca dos Martírios e que “[...] chegou a ponta meridional da grande ilha, que foi nomeada Bananal, onde teve encontro com os carajá, e javaés, receando ir mais adiante de tão numerosas tribos, regressou para Vila Boa”⁴⁶³.

Essas e outras ações por parte de governantes de Goiás contribuíram para uma maior circulação de outros agentes históricos nas proximidades da Ilha do Bananal e tinham relação com a intensificação dos interesses na navegação comercial pelo Rio Araguaia e nas possibilidades de apropriação do espaço e da natureza situados nas suas margens. A partir desse avanço, ocorreram conflitos e foram elaboradas estratégias direcionadas àqueles povos indígenas que habitavam e que tinham construído territórios naquele espaço.

1.10. A presença de povos indígenas e o interesse na navegação comercial e na busca por “riquezas”: a intensificação dos conflitos interétnicos e a construção e representação sobre o outro

Rocha⁴⁶⁴ indica a inexistência, no século XVIII, de arraiais e vilas nas margens do Rio Araguaia nas proximidades da Ilha do Bananal, apontando que os principais “caminhos coloniais”⁴⁶⁵ não passavam por aquele espaço não inserido nos “quadros da economia colonial”⁴⁶⁶. Destaca-se ainda que a expansão da pecuária vinda do Nordeste, sobretudo da direção do Rio São Francisco, havia se aproximado e avançava sobre as margens do Rio Tocantins e na direção de Vila Boa, mas que não tinha chegado próxima às margens do Rio Araguaia⁴⁶⁷.

Apesar da inexistência de arraiais, vilas, julgados e outras maneiras de apropriação de terras nas margens do Araguaia, na segunda metade do século XVIII

⁴⁶² ALENCASTRE, 1979, p. 193.

⁴⁶³ ALENCASTRE, 1979, p. 194.

⁴⁶⁴ *Idem*, 2001, p. 36. Tesouro era o arraial mais próximo ao Rio Araguaia, mas estava situado numa distância considerável de suas margens. O mesmo ocorre em relação à existência de registros, pois Rocha (2001 p. 52) indica que entre 1777 e 1778 havia somente o Registro Insua situado às margens do Rio Araguaia, mas afastado do espaço onde está situado a Ilha do Bananal. Do mesmo modo, não há indicação de julgados naquele espaço, conforme Rocha (2001, p. 58).

⁴⁶⁵ *Idem*, 2001, p. 51.

⁴⁶⁶ ROCHA, 2001, p. 40.

⁴⁶⁷ ROCHA, 2001, p. 49.

se intensificou o avanço sobre esse espaço por meio de algumas expedições exploratórias, que além de tentar localizar os Martírios, foram realizadas para avaliar a viabilidade e dificuldades relativas à possibilidade de implementação da navegação comercial naquele rio.

Os agentes históricos com tais interesses encontraram na presença de povos indígenas uma possibilidade de obter mão-de-obra por parte de grupos aliados para desenvolver atividades como a navegação comercial, conforme indicado na narrativa de Villa Real e Souza Coutinho.⁴⁶⁸ Todavia, havia povos indígenas que não se aliavam à tais práticas e enfrentavam, com o uso da violência, as tentativas de esbulho territorial, que se somavam às práticas de grupos que, após serem expulsos violentamente de seus territórios, se deslocavam num amplo espaço no qual a existência de vilas, arraiais e fazendas impulsionava ataques contra seus moradores, gerando assim, uma quantidade significativa de conflitos interétnicos.

Narrativas desses conflitos foram inseridas em fontes documentais que indicam “hostilidades” contra os Kayapó (1751), a autorização de guerra contra os Xavante (1761), o registro de uma “bandeira” para combater os indígenas na Ilha do Bananal (1776), da expedição que destruiu aldeias dos Avá-Canoeiros (1796), e o ataque dos Kayapó ao distrito de Santa Luzia (1766).⁴⁶⁹

Esses conflitos intensificaram ainda mais os deslocamentos de grupos indígenas como os Kayapó, de modo que essa situação de esbulho territorial e violência era notória, sendo inserida em narrativas dos “Annaes da província de Goyaz” como o seguinte trecho:

[...] afugentados pelo coronel Campos em 1743 e 1744, e depois pelas partidas de Antônio Ferraz de Araújo e João Bicudo de Brito, se foram refugiar nos sertões da capitania de Mato Grosso. As hostilidades rompidas em 1762 pelos castelhanos, por motivo do tratado de limites, dando lugar a movimentos de forças na capitania limítrofe, afugentaram os caiapós para o sul de Goiás, antigo teatro das suas correrias. [...]

Deslembrados do que outrora tinham sofrido em Goiás, recomeçaram suas hostilidades, e com maior fúria, atacando os comboios e os viajantes escoteiros, destruindo fazendas, queimando as casas e os paióis, e praticamente cenas do maior canibalismo contra os pacíficos moradores.

⁴⁶⁸ SOUZA COUTINHO, 1848, p. 403.

⁴⁶⁹ *Idem*, 2001, p. 32.

Um cabo de pedestres, de nome Victor Antônio, criatura da confiança do governador, teve ordem de seguir com uns 60 homens ao encontro dos bárbaros.

Um cronista, referindo-se ao sucesso desta bandeira, diz, falando do chefe que a dirigiu, que Victor Antônio mostrou-se tão valente quão bárbaro. Atacando duas grandes aldeias, nelas fez a mais feia carnagem, sem mesmo perdoar aos que se rendiam, implorando a vida.⁴⁷⁰

Aquilo que foi denominado de “correrias” se constituía em situações de deslocamentos motivados pelo esbulho territorial e os contatos violentos com bandeirantes e outros agentes históricos pelo qual o povo Kayapó foi submetido no *processo histórico* de avanço sobre o espaço, cuja complexidade por ser identificada na pesquisa de Turner.⁴⁷¹

Frisa-se que o *processo histórico* de avanço sobre o espaço situado no interior da América Portuguesa resultou no esbulho territorial de diversos povos indígenas, sendo que alguns se dividiram, como os Xavante, que são um grupo étnico, mas não “uma unidade política”.⁴⁷² A partir disso, Chaim⁴⁷³ e Silva⁴⁷⁴ indicaram que a localização de um grupo Xavante foi registrada no “[...] mapa elaborado por Francisco Tossi Colombina, datado de 6 de abril de 1751”⁴⁷⁵ que destacava a existência do “[...] “Sertão do gentio Xavante” como estando localizado a leste e nordeste da ilha do Bananal (denominada no mapa “Ilha do Gentio Curumari”), na região compreendida entre a margem direita do Araguaia e a margem esquerda do rio Tocantins”⁴⁷⁶. Essa referência é também encontrada no “Mappa dos sertões que se compreendem de mar a mar entre as capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato Grosso e Pará” apresentado anteriormente e que foi coevo do documento indicado pelas autoras.

⁴⁷⁰ ALENCASTRE, 1979, p. 144-145.

⁴⁷¹ TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. IN: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp. 311-338.

⁴⁷² MAYBURY-LEWIS, David. **A Sociedade Xavante**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984, p. 50.

⁴⁷³ CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas**. Goiás 1749-1811. 2. ed. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 51.

⁴⁷⁴ SILVA, Aracy Lopes d. Dois séculos e meio de história xavante. In: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

⁴⁷⁵ SILVA, 1992, p. 362.

⁴⁷⁶ SILVA, 1992, p. 362-363.

No entanto, outro grupo Xavante estava foi registrado se deslocando por um espaço onde havia sido construído o Arraial Crixá, em Goiás, e se envolvendo em conflitos com seus moradores. Em 1784, esse grupo foi alvo de uma expedição, que de acordo com narrativas coevas, era motivada pela decisão do governador Tristão da Cunha de “empreender a conquista dos Xavante”, pois “[...] tinha forças preparadas para mandar ao sertão de Amaro Leite, que por estes selvagens era devastado, chegando-lhe a infausta nova da sua invasão nas terras contíguas ao arraial de Crixá...”⁴⁷⁷ A narrativa dessa “conquista” dos Xavante nos “Annaes da província de Goyaz” indica ser a expedição um “socorro dos habitantes de Crixá”, composta por “98 praças”, “vários intérpretes e um troço de caiapós domesticados da aldeia de S. José de Mossâmedes”, Kayapós “[...] que voluntariamente acompanharam a força, pelo desejo de se baterem com os Xavantes, de quem eram inimigos irreconciliáveis”.⁴⁷⁸ Após o suposto fracasso na “proposta de paz” e da “indocilidade dos selvagens”, o comandante Miguel de Arruda e Sá “não quis voltar à capital sem cumprir à risca as instruções de Tristão da Cunha”, iniciou um conflito e deu “ordem de fazer prisioneiros um certo número destes” aos Kayapó que “mostraram nesta diligência a maior destreza, aprisionando aos seus inimigos, um homem de guerra, quatro índias e algumas crianças.”⁴⁷⁹

Os conflitos envolvendo os Kayapó e Xavante não se encerraram naquele século XVIII, pois esses povos não foram “conquistados” e tampouco conseguiram se fixar ou retornar aos seus territórios, permanecendo em trânsito por um amplo espaço, dentro do qual, as imediações da Ilha do Bananal. Ao longo daquele século esses povos foram considerados como “gentio” “hostil” e “bravo”, sendo enfrentados violentamente com o envio de bandeiras e expedições.

Nesse sentido, havia diferença nas *representações* e nas *práticas sociais* em relação aos povos indígenas, de modo que

A diferença irreduzível entre “índios amigos” e “gentio bravo” corresponde um corte na legislação e política indigenistas que, encaradas sob esse prisma, já não aparecem como uma linha tortuosa crivada de contradições, e sim duas, com oscilações menos fundamentais. Nesse sentido, pode-se seguir uma linha de política indigenista que se aplica aos índios aldeados e aliados e

⁴⁷⁷ ALENCASTRE, 1979, p. 245.

⁴⁷⁸ ALENCASTRE, 1979, p. 246.

⁴⁷⁹ ALENCASTRE, 1979, p. 246.

uma outra, relativa aos inimigos, cujos princípios se mantêm ao longo da colonização.⁴⁸⁰

Mesmo após a abolição, em 1798, do “diretório pombalino” que regulamentava a atuação em relação aos povos indígenas e com a chegada, dez anos depois, de Dom João VI ao Brasil, foram registradas guerras ofensivas⁴⁸¹ contra indígenas considerados “hostis” ou “bravios”.

Antes disso, uma outra possibilidade em relação aos “gentios” “hostis” era o seu aldeamento para que permanecessem afastados de vilas e arraiais, além de poder lutar em “[...] guerras movidas pelos portugueses contra índios hostis e estrangeiros”.⁴⁸² Esses aldeamentos estavam aos cuidados dos jesuítas até a expulsão daquela ordem em 1773, quando passaram à administração secular, pois o Marques de Pombal estabeleceu uma política de catequese leiga nos aldeamentos oficiais, ainda que com o uso da violência.

E foi justamente após essa mudança que foi construído, em 1775, o Aldeamento “Nova Beira” e o presídio São Pedro do Sul⁴⁸³ na Ilha de Sant’Ana, ou seja, na Ilha do Bananal, para agregar os povos indígenas Javaé e Karajá, onde teriam vivido mais de oito mil indígenas em nove aldeias em 1777⁴⁸⁴.

Chaim,⁴⁸⁵ a partir das narrativas de documentos coevos, identifica que aqueles “grupos tribais que viviam nas proximidades da Ilha do Bananal, em sua maioria, eram pacíficos”, sendo que alguns eram considerados “[...] indolentes, preguiçosos, não plantando, vivendo de caça, pesca e roubos praticados nas vizinhanças”.⁴⁸⁶ Entretanto, em meados do século XVIII, os Javaé e Karajá “[...]”

⁴⁸⁰ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livre e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 117.

⁴⁸¹ Perrone-Moises (1992, p. 123) indica que as causas consideradas “[...] legítimas de guerra justa seriam a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra Vassalos e aliados dos portugueses (especialmente a Violência contra pregadores, ligada à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados”.

⁴⁸² PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 121.

⁴⁸³ Rocha (2001, p. 33) afirma que a instalação desse presídio seria para “garantir a segurança do branco”. Ressalta-se que a categoria “branco” foi utilizada pelo autor como forma de generalizar militares, comerciantes, governantes e os demais moradores de vilas e arraiais.

⁴⁸⁴ KARASCH, Mary. Catequese e cativo. Política indigenista em Goiás: 1780-1889. Tradução de Beatriz Perrone-Moises In: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 400.

⁴⁸⁵ *Idem*, 1983, p. 62.

⁴⁸⁶ CHAIM, 1983, p. 62.

constituíam exceção, pois de índole pacífica, inicialmente, em consequência dos sucessivos ataques e traições do colonizador em sua marcha de penetração pela região, foram tomando-se hostis.”⁴⁸⁷ De acordo com narrativas coevas, o governador de Goiás entre 1772 a 1778, José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho, mandou o capitão José Machado de Oliveira até a Ilha do Bananal, pois:

As terminantes recomendações que pela secretaria do ultramar recebera, para cuidar com partilhar empenho da redução e pacificação dos índios, poderiam ser agora compridas de um modo vantajoso; e demais, já ele tinha pensado nisto com interesse na sua viagem ao norte.

Chamar à paz e ao governo da civilização os carajás, e javaés, fundar uma povoação nas margens do Araguaia, e preparar o futuro da navegação desse rio, foi desde então o projeto querido do governador⁴⁸⁸

Segundo Chaim⁴⁸⁹, o governador “percebendo ser interessante para a Capitania a redução daqueles Silvícolas” teria contratado os serviços do Alferes dos Dragões José Pinto da Fonseca que ficou encarregado da “redução daqueles silvícolas”. Depois da adoção de estratégias como a de uso da língua indígena e a distribuição de “agrados”, “as duas nações concordaram com a paz e em ato solene juraram fidelidade e vassalagem ao Rei” em 31 de julho de 1775.⁴⁹⁰ Alencastre⁴⁹¹ traz ainda outras narrativas sobre a negociação de “paz” e a expedição organizada para “[...] fundarem o presídio da ilha do Bananal, que ficou sob o comando do ajudante do regimento de cavalaria auxiliar Antonio José de Almeida”⁴⁹².

Em seguida, “[...] fundou-se o primeiro presídio das margens do Araguaia, que tanto futuro prometia, que era, por assim dizer, a primeira página escrita do livro do progresso de Goiás” e que a “navegação do Araguaia poderia ser hoje uma verdade”.⁴⁹³ A partir dessa narrativa é possível apontar uma relação entre o aldeamento desses indígenas e a busca pelo “progresso” trazido pela navegação do Rio Araguaia que também pode ser identificada em outro trecho dos “Annaes da província de Goyaz”:

⁴⁸⁷ CHAIM, 1983, p. 62.

⁴⁸⁸ ALENCASTRE, 1979, p. 196.

⁴⁸⁹ *Idem*, 1983, p. 121.

⁴⁹⁰ CHAIM, 1983, p. 123.

⁴⁹¹ *Idem*, 1979, p. 196-206.

⁴⁹² ALENCASTRE, 1979, p. 204.

⁴⁹³ ALENCASTRE, 1979, p. 205

A navegação do Araguaia está destinada a representar de futuro um papel importante no plano das comunicações para o interior de Goiás e Mato Grosso; mas não será por agora, nem tão cedo, que havemos de ver estabelecida a sua regular navegação, enquanto o vapor não sulcar as suas águas, enquanto as margens desse rico e majestoso rio não estiverem povoadas de uma população industriosa, e pacificados e civilizados o seu grande número de índios, as portas do progresso se conservarão fechadas.⁴⁹⁴

Destaca-se que, dentro dessa perspectiva, era necessário “pacificar” e “civilizar” os povos indígenas situados nas margens do Araguaia para que o “progresso” pudesse avançar e outros agentes históricos as apropriar. Antes de avançar sobre outras problematizações é preciso indicar que para Koselleck,⁴⁹⁵ a categoria “progresso” contida nas fontes documentais deve ser substituída nas análises históricas pela de *aceleração*. Essa abordagem parece fundamental e alinhada ao foco dessa narrativa que indica ocorrer a variações no *ritmo temporal* das transformações históricas, embora não de modo *acelerado* no século XVIII em detrimento às expectativas dos agentes históricos que construíram narrativas onde a categoria e o ideal de “progresso” estão inseridos⁴⁹⁶.

Para além das expectativas contidas nas fontes documentais, a “paz” firmada em 1775⁴⁹⁷ e a “conquista” dos Karajá e Javaé por meio daquele aldeamento⁴⁹⁸ não perdurou, pois, os mesmos “[...] foram transferidos em 1780 para São José de Mossâmedes⁴⁹⁹, por ordem do Governador Luís da Cunha Menezes, que com isso pretendia incrementar a expansão deste núcleo”. A partir disso, o aldeamento Nova Beira durou apenas cinco anos, durante os quais estima-se que 800 indígenas permaneceram em suas instalações⁵⁰⁰.

⁴⁹⁴ ALENCASTRE, 1979, p. 255

⁴⁹⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 321.

⁴⁹⁶ Ressalta-se que essa problematização é retomada no segundo capítulo que foi construído a partir da análise de fontes produzidas no século XXI nas quais a categoria “progresso” aparece de forma mais constante em meio à projetos e idealizações de diferentes agentes históricos.

⁴⁹⁷ Destaca-se o fato de Rocha (2001, p. 33) ter indicado uma “bandeira” enviada para combater os indígenas da Ilha do Bananal em 1776.

⁴⁹⁸ ALENCASTRE, 1979, p. 204.

⁴⁹⁹ Segundo Chaim (1983, p. 119; 99), esse aldeamento teria recebido aproximadamente oito mil indígenas dos povos Akroá, Xavante, Karajá, Javaé e Naudez. Suas atividades se iniciaram em 1755 e permaneceram até o século XX, situado a oito léguas de distância de Vila Boa.

⁵⁰⁰ CHAIM, 1983, p. 85.

De acordo com Chaim, cuja perspectiva estava:

Nos entrechoques havidos entre colonizador e índio a importância da paz, uma vez conseguida, reveste-se de um duplo significado, não só pelo cessamento das hostilidades, como também pela solução do problema de elemento humano auxiliar na colonização. Porém, tanto o aldeamento de Nova Beira como o Presídio de São Pedro do Sul estavam fadados a desaparecer, fato este que ocorreu após a transferência dos Javaé e Karajá para o aldeamento de São José de Mossâmedes (1780) ocorrendo, em consequência, o seu declínio populacional, que repercutiu desfavoravelmente sobre o povoamento na Capitania, e em especial nas imediações do Rio Araguaia.

Deve-se salientar que as hostilidades do gentio na região do Araguaia podem ser, em parte, atribuídas ao seu despovoamento, visto que no século XVIII a região das proximidades do Rio Tocantins, menos assolada pelos selvagens, era uma das porções de maior densidade populacional da Capitania.⁵⁰¹

A autora, cuja narrativa estava alinhada com as fontes históricas, indica que a “[...] transferência desses índios acarretou graves consequências para o povoamento da região, visto que provocou o posterior enfraquecimento da navegação fluvial pelo Araguaia.”⁵⁰² Ambos os trechos apresentados apontam para um “declínio” populacional e “enfraquecimento” da navegação como resultados do fim das atividades do Aldeamento Nova Beira e do Presídio de São Pedro do Sul. Todavia, o que pode ser averiguado é uma ação governamental efêmera que foi incapaz de concretizar os ideais de “pacificação” e “catequização” dos indígenas naquele local e de possibilitar que as ambições do “progresso” por meio da implementação da navegação comercial pelo Rio Araguaia se efetivassem.

Ressalta-se que a suposta “paz” e “cessamento das hostilidades” em relação aos indígenas não ocorreu ao final daquele século através de estratégias como a de construir aldeamento oficiais, de modo que, nos anos vindouros, os conflitos permaneceram. Ademais, as categorias utilizadas por Chaim⁵⁰³ como “gentio” e “selvagens” precisam ser problematizadas, tal qual a adoção da perspectiva de seria um “problema” a presença dos povos indígenas naquele espaço, sobretudo de grupos “selvagens” que estariam “assolando” os moradores de vilas, arraiais e fazendas.

⁵⁰¹ CHAIM, 1983, p. 63.

⁵⁰² CHAIM, 1983, p. 120.

⁵⁰³ *Idem*, 1983.

Tanto essas categorias, quanto a perspectiva de que os povos indígenas eram um “problema” a ser superado, são abundantes nas fontes documentais e que passam, em algumas situações, a serem incorporadas sem maior criticidade à algumas narrativas historiográficas escritas dois séculos depois da produção daqueles documentos. Nesse sentido, é possível identificar uma dinâmica na qual categorias e perspectivas inseridas nas narrativas de fontes documentais que constroem e/ou reproduzem *representações* são outra vez acionadas, sugerindo o poder de perpetuação de tais *representações* ao longo desse *processo histórico*.

A partir dessa problematização, é possível analisar de forma sucinta parte de narrativas historiográficas focadas em *processos históricos* ou *acontecimentos* que ocorreram nesse espaço e tempo, pois, além de possibilitar reflexões em termos metodológicos sobre a falta de criticidade em relação ao uso das fontes, ainda permite identificar como categorias e explicações construtoras de *representações* sobre o outro, presentes em documentos produzidos no século XVIII, foram reproduzidas em narrativas elaboradas nos séculos XX e XXI.

Chaim⁵⁰⁴ incorporou em sua narrativa categorias para se referir aos povos indígenas e também perspectivas sobre os mesmos presentes em fontes documentais do século XVIII, como pode ser percebido no trecho: “A pacificação do silvícola da região goiana será alicerçada na catequese leiga e no aldeamento do gentio hostil”⁵⁰⁵. “Silvícola”, “gentio” e “hostil” são categorias amplamente utilizadas em documentos, tal qual a de “índio manso” e “selvagem”, e que foram incorporadas em outra parte de sua narrativa, a saber:

A importância do *índio manso*, como auxiliar na tarefa de apresamento do gentio selvagem, devia-se a uma série de fatos e, dentre outros, o seu conhecimento do sertão e hábitos alimentares orientados para o uso do mel e frutas silvestres, facilmente encontrados nas matas, com isso não acarretando gastos. De outro lado, sob o ponto de vista bélico, esse índio levava vantagem sobre os *nacionais da terra* na luta contra o gentio bárbaro, visto que utilizava *armamento idêntico* ao de seus inimigos.⁵⁰⁶

⁵⁰⁴ CHAIM, 1983, p. 77.

⁵⁰⁵ CHAIM, 1983, p. 77.

⁵⁰⁶ CHAIM, 1983, p. 80-81.

Não foi apenas o uso de categorias, mas também a adoção de perspectivas contidas em fontes documentais que foram incorporadas e permearam a narrativa da autora, destacando-se a sugestão de que as populações indígenas seriam um “problema” a ser superado e que resultou na construção de uma *representação sobre o outro*. Ao tratar do “fracasso” do aldeamento de São José do Duro, Chaim⁵⁰⁷ se referiu ao “problema dos Akroá”, indicando que Bandeiras teriam sido organizadas “com a finalidade de proteger os habitantes contra as hostilidades do gentio”, seguida pela adoção de uma política indigenista voltada para a “construção de novos aldeamentos, com o objetivo de resolver o problema dos ataques indígenas”.⁵⁰⁸ Em outro trecho, a autora afirma que o “problema dos Kayapó parecia sem solução”, indicando, sem maiores críticas, a existência de “Juntas para deliberarem qual o melhor modo de combatê-los”⁵⁰⁹, asseverando que “[...] o problema dos Kayapó fora solucionado com a construção do aldeamento de São José de Mossâmedes e Maria I”.⁵¹⁰ Do mesmo modo, indica que o “problema xavantino” “prolongou-se até 1788, quando foram estabelecidos no aldeamento de Carretão, no sertão de Amaro Leite “[...] libertando-se assim os habitantes da Capitania de suas investidas. Aí ficaram até o século XIX, quando retornaram aos matos e à vida nômade.”⁵¹¹

Para Chaim⁵¹², seria “o índio” “[...] um dos problemas complexos que a administração lusitana enfrentou após iniciada a obra colonizadora, pelo objetivo que se teve em vista de aproveitá-lo como elemento participante desta colonização”, e sua narrativa não apresenta problematização sobre o esbulho territorial, o apressamento de indígena e outras formas de violência praticadas ao longo desse *processo histórico*. A autora narra e teceu elogios às ações do Marques de Pombal que, supostamente, “[...] enfrentou definitivamente a situação, desembaraçando-se dos partidos em choque, e impondo a “sua” política...”⁵¹³, outra vez sem criticidade em reação à tal “imposição” e o uso de violência atrelada a “sua” política.

⁵⁰⁷ *Idem*, 1983, p. 117.

⁵⁰⁸ CHAIM, 1983, p. 118.

⁵⁰⁹ CHAIM, 1983, p. 54.

⁵¹⁰ CHAIM, 1983, p. 152.

⁵¹¹ CHAIM, 1983, p. 61.

⁵¹² CHAIM, 1983, p. 65.

⁵¹³ CHAIM, 1983, p. 67.

Porém, a falta de criticidade em relação às violências praticadas não é exclusividade da narrativa de Chaim⁵¹⁴, pois as indicações de “paz” presentes em fontes documentais do século XVIII conduziram Melo⁵¹⁵ a indicar o “período pombalino” como o “[...] da pacificação pela brandura, que tantos resultados havia dado, como a aculturação e a diminuição dos ataques...”⁵¹⁶

Ademais, o apaziguamento da violência estava alinhado com a perspectiva de “progresso” contida nas fontes documentais e agregadas à algumas análises históricas, como pode ser visualizado no seguinte trecho da narrativa de Melo: “O progresso não viria no século XVIII; este período era apenas o início das promessas sobre o futuro do rio Araguaia. Promessas não cumpridas. Segundo ALENCASTRE (1979), devido à falta de verbas e ao desânimo da população, o desenvolvimento da região do rio Araguaia estava destinado a não acontecer.”⁵¹⁷ Nota-se que a categoria “progresso” proveniente do século XVIII foi identificada à ideia de “desenvolvimento da região” comum ao século XXI no qual o autor estava inserido. A partir disso, Melo projetou sobre o *processo histórico* de “povoamento e mudanças na paisagem” do Rio Araguaia categorias e perspectivas alinhadas com as fontes documentais, tal como na seguinte passagem:

Em toda extensão do rio Araguaia, até meados do século XVIII, não existia nenhum povoado aberto por civis, apenas núcleos de povoações abertos pelo Estado. Isto significa que, enquanto os civis abriam povoados próximos às minas, arraiais e vilas, o Estado estava abrindo núcleos próximos a aldeias ou locais estratégicos, visando a pacificar o indígena e procurando amenizar os conflitos entre a população de colonizadores e a indígena, além de assegurar o desenvolvimento econômico da região. O governo tinha por objetivos amenizar os conflitos entre os índios e não-índios e, assim, tempo (sic) abrir novas frentes econômicas para região⁵¹⁸.

Tanto a categoria “progresso”, quanto “desenvolvimento” e a ideia de “abrir” para as “novas frentes econômicas” indicam uma abordagem na qual se busca o “futuro”, de modo que o autor incorpora tanto categorias coevas à sua narrativa quanto outras provenientes das fontes documentais como no trecho:

⁵¹⁴ CHAIM, 1983.

⁵¹⁵ *Idem*, 2000.

⁵¹⁶ MELO, 2000, p. 67.

⁵¹⁷ MELO, 2000, p. 68.

⁵¹⁸ MELO, 2000, p. 57.

Já em 1797 a política governamental tratava o Araguaia como um rio de futuro, tendo como projeto central a navegação e como plano de apoio e desenvolvimento a povoação economicamente ativa às margens do rio; porém, o progresso não chegaria se um não estivesse ligado ao outro.

Para a realização de uma política desenvolvimentista para o futuro do rio Araguaia, o governo entender que a povoação economicamente ativa deveria ser a própria população indígena, que para isso teria de ser pacificada e civilizada. Neste momento, o índio era visto não como uma peça a ser comercializada; era tempo de ir até eles e levar-lhes as técnicas do mundo moderno, inserindo-os no contexto atual da civilização.⁵¹⁹

Esse movimento realizado por Melo⁵²⁰ em sua narrativa indica, tal como aquele presente na obra de Chaim,⁵²¹ que categorias e perspectivas explicativas contidas em fontes documentais do século XVIII se mantiveram, com nuances em termos de forma, nos séculos seguintes.

Nesse sentido, para evitar “saltos” entre narrativas com um significativo distanciamento temporal, essa problematização é analisada através da abordagem de *práticas sociais* e do uso de *representações* sobre *o outro*, tal como em relação aos povos indígenas, através de outras narrativas produzidas no século XIX por diferentes agentes históricos que avançaram sobre as margens do Rio Araguaia e seus afluentes situados nas proximidades da Ilha do Bananal.

⁵¹⁹ MELO, 2000, p. 62.

⁵²⁰ *Idem*, 2000.

⁵²¹ *Idem*, 1984.

2. O encontro entre *o nós* e *o outro* nas margens e nas águas do Rio Araguaia e a construção de *representações* sobre o espaço, a natureza e os povos indígenas no século XIX

“Não poderias entrar duas vezes no mesmo rio.”
Heráclito

2.1. As *representações* sobre o *outro* reproduzidas em narrativas historiográficas sobre o século XIX

A reprodução de categorias e perspectivas analíticas de fontes documentais não é exclusividade de narrativas historiográficas sobre o século XVIII, pois se consolidou como um movimento que pode ser identificado em obras referenciais como “As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX”, escrita por Doles⁵²² e publicada em 1973. A autora incorporou à sua narrativa algumas *representações* sobre aquele rio e outros elementos da natureza, o espaço tido como “sertão” e a perspectiva dos arraiais cercados de “desertos”, oriundas dessas fontes documentais do século XIX. É o caso do trecho em que afirma serem os “povoamentos representados pelos arraiais”, “concentrações isoladas, cercadas por imensos desertos humanos.”⁵²³

A presença dos povos indígenas naquele espaço categorizado como “deserto” ou “sertão” foi incorporada à narrativa de Doles⁵²⁴ como causa do temor de um ataque indígena aos moradores dos arraiais, sem considerar a violência praticada pelos mesmos e o temor dos povos indígenas. Na sua perspectiva, a “política indigenista” do período colonial era responsável pelo clima de insegurança marcado pelos ataques de Kayapó, a escravização e guerra promovida “em resposta” pelos “colonizadores”. Seria essa “política indigenista” que mudou a “forma de solver o problema” com os aldeamentos no século XVIII:

Para solver o problema dos ataques na região do Araguaia, vão-se levantando aldeamentos nas áreas circunvizinhas: o presídio de Nova Beira (ilha do Bananal), onde são colocados cerca de 8 a 10000 silvícolas dos grupos Javaé, Carajá e Xabioá, a aldeia de Maria I, às margens do rio Fartura, construída, em 1781 pelo governador Luiz da Cunha Menezes, empenhado na pacificação

⁵²² DOLES, 1973.

⁵²³ DOLES, 1973, p. 29.

⁵²⁴ *Idem*, 1973, p. 33.

dos caiapós daquela área, e, que, em 1782, congregava 687 índios de quatro aldeias dominadas.⁵²⁵

Observa-se uma perspectiva não crítica por parte da autora quanto à violência envolvida nessa “política indigenista”, de modo que em sua narrativa os indígenas são colocados como os responsáveis pelo “problema” daquilo que identifica nas fontes como violento – os ataques indígenas –, sendo passíveis de serem “civilizados” e catequizados, ainda se considerando os resultados ineficazes dessa “política indigenista”, conforme trecho abaixo:

Destarte, apesar da disseminação da catequese, e, embora durante todo o período colonial tenham sido despendidos cerca de 231:888\$698, os resultados da política indigenista da catequese leiga assalariada não foram os desejados, seja porque o número de aldeamentos fosse inferior ao necessário, seja porque fossem mal administrados, seja porque os grupos mais temíveis (canoeiro, xavante, javaé), estabelecidos nos sertões dos rios do Norte não puderam ser civilizados.⁵²⁶

Doles⁵²⁷ compara os grupos do sul de Goiás que teriam sido supostamente “civilizados” ou exterminados por sucessivas bandeiras com relação aos “índios do Norte” “mais bravios”. Trata-se da lógica de “índios bravios” e “índios mansos” oriunda das fontes.

Entretanto, é preciso ressaltar a importância da pesquisa documental realizada por Doles⁵²⁸ e indicar o fato da autora ter escrito sua narrativa na década de 1970, quando o debate sobre a presença e o protagonismo dos povos indígenas na história ainda não havia sido dinamizado, como ocorreu a partir de 1990.⁵²⁹

Contudo, a mesma ressalva não se aplica à pesquisa de Melo⁵³⁰, que mesmo elaborando sua narrativa após amplos debates sobre a temática, considera que, no século XVIII, a situação conflituosa em Goiás seria resultado da presença

⁵²⁵ DOLES, 1973, p. 34.

⁵²⁶ DOLES, 1973, p. 34.

⁵²⁷ DOLES, 1973, p. 34.

⁵²⁸ *Idem*, 1973.

⁵²⁹ Com destaque para as seguintes obras: MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; e CUNHA, Maria Manuela da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura//Companhia das Letras, 1992.

⁵³⁰ *Idem*, 2000.

indígena⁵³¹ a partir das *representações* e perspectivas oriundas de fontes documentais coevas, afirmando que:

Ao final do século XVIII, a situação de contato do índio com o colonizador era conflituosa em Goiás. Os indígenas, primitivamente estabelecidos ao sul da capitania, por terem sido civilizados ou por terem sido exterminados através das sucessivas bandeiras, já não representavam um grande perigo; já os grupos do norte constituíam ainda um dos **principais empecilhos às comunicações fluviais e ao povoamento**, tanto que, impotente para dominar os grupos mais temíveis, o governador real, em instruções contidas na carta régia de 5 de setembro de 1811, **reiterava a necessidade de pacificar** os karajá, os apinagé, os xavante, os xerente e os canoeiros, mas dizia também que se tal não fosse possível, a guerra seria legal.⁵³²

Ressalta-se que não ocorreu uma “situação de contato do índio com o colonizador”, mas um *processo histórico* permeado de conflitos interétnicos envolvendo não apenas “o índio” e “o colonizador”, pois diferentes agentes históricos - bandeirantes, missionários, moradores de arraiais e vilas, fazendeiros, comerciantes, governantes, dentre outros -, não colonizaram aquele espaço situado às margens do Rio Araguaia.

Ademais, o principal elemento problemático na narrativa de Melo⁵³³ tem relação com sua compreensão de que aqueles povos indígenas não “civilizados” ou “exterminados” constituíam um “empecilho” para as comunicações fluviais e a instalação de “povoamento” das margens do Rio Araguaia, citando fontes documentais de 1811 que reportavam a necessidade de “pacificar” aqueles grupos, sem fazer ressalvas sobre tal abordagem e a violência envolvida nessas práticas.

Desse modo, a perspectiva de que os povos indígenas seriam um “problema” a ser superado para que as margens do Rio Araguaia deixassem de ser um “deserto” é constante em diferentes narrativas do século XIX, estando presente em outros documentos governamentais e narrativas de viagem.

⁵³¹ Recomenda-se o aprofundamento e problematização sobre a presença indígena em Goiás em: SILVA, Cleube Alves da. *Confrontando mundos: Os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal (UFGD). Dourados-MS, 2006.

⁵³² MELO, 2000, p. 56-57. (Grifos meus). O autor cita José Martins Alencastre (1979), mas como a citação não é direta, presume-se que o parágrafo citado seja uma apropriação de ideias sob responsabilidade de Melo, um arqueólogo que escreveu sua dissertação em história defendida no ano de 2000, de modo que a crítica documental e à historiografia anterior era possível.

⁵³³ *Idem*, 2000.

2.2. Os incentivos à navegação comercial do Rio Araguaia e ao povoamento de suas margens e sua relação com o aprofundamento dos conflitos interétnicos no século XIX

Uma carta régia enviada pelo príncipe em 17 de janeiro de 1806 ao governador de Goiás, Francisco de Assis Mascarenhas, indica ser necessário “[...] o aumento da agricultura, população e comércio como as verdadeiras bases da força e prosperidade pública”, e concedia “por espaço de dez anos inteira isenção dos dízimos, que deverão pagar à minha real fazenda” direcionada a todos “os lavradores” que “fundassem estabelecimentos de agricultura” nas margens do Araguaia, que tal qual as dos rios Tocantins e Maranhão, estariam “atualmente desertas”.⁵³⁴ Alencastre⁵³⁵ sinalizou que o governador em questão considerava dar “preferência” à navegação do Araguaia e

[...] importava chamar para as suas margens desertas alguma população industriosa, importava também promover de um modo indireto a catequese e civilização dos índios, em que suas margens desertas se tinham ido refugiar, outros tempos, ou fugidos dos aldeamentos ou levados de vencida pelas armas dos bandeirantes.

Havia alguma coisa de grade nesta providência, havia muito de progresso para a capitania na sua realização...⁵³⁶

Essa perspectiva de que as margens do Araguaia estariam desertas contribui para a construção e consolidação da *representação* daquele espaço como “sertão”, desconhecido e “deserto” da “civilização” e da “cristandade”, ligado, em oposição, à natureza, de modo que os povos indígenas presentes ali estariam inseridos nessa “selvageria”.

Em termos práticos, a partir desses interesses pela navegação comercial e comunicação fluvial via Araguaia, foi realizada uma viagem “[...] por conta da real fazenda foram construídas mais cinco canoas, que, tripuladas com setenta e um

⁵³⁴ ALENCASTRE, 1979, p. 268.

⁵³⁵ *Idem*, 1979.

⁵³⁶ ALENCASTRE, 1979, p. 286.

índios, tirados dos aldeamentos, e sob o comando do capitão Tomaz de Souza Vila Real, desceram em 1807, procedente do porto de Santa Rita do Rio do Peixe.”⁵³⁷

Contudo, as fontes históricas indicam que “o comércio com o Pará, por via do Araguaia, foi sendo abandonado”⁵³⁸ nas décadas seguintes, pois:

Nem a população, que se esperava afluísse para as suas margens desertas, aí procurou estabelecer-se; nem uma povoação se formou nessa extensão de trezentas léguas de terras ainda não exploradas, um pânico terror afugentava a todos das margens pitorescas do majestoso Araguaia, não produzindo o menor incentivo os privilégios que se concediam aos que as fossem povoar.⁵³⁹

Noutro trecho de sua narrativa, Alencastre⁵⁴⁰ afirma que aqueles “[...] privilégios concedidos em favor da navegação do Tocantins e do Araguaia não tiveram força bastante para fazer ressuscitar esse corpo inanimado”, apontando ser necessário trabalho e capital para conseguir tal realização, mas que a capitania de Goiás “estava pobre e os povos desanimados”.

Como formas de incentivo, também havia sido criada as vilas de São João das Duas Barras e de São João da Palma,⁵⁴¹ sendo que as “povoações que se fundavam nas margens do Tocantins vingaram e se desenvolveram”, mas não as situadas nas margens do Araguaia, pois o “[...] presídio de S. Pedro do Sul da Nova Beira, o de Tacaiuna, a vila de S. João da Duas Barras, foram tentativas infrutíferas”.⁵⁴²

De acordo com Carvalho⁵⁴³, ao longo do século XIX, foram construídos 13 presídios nas margens do Rio Araguaia⁵⁴⁴ e que eram entendidos “[...] como

⁵³⁷ ALENCASTRE, 1979, p. 288. De acordo com o mesmo trecho citado: “O carregamento constava de 40 arrobas de quina, 109 fardos de algodão, 129 barricas de açúcar, 149 surrões de dito, 106 rolos de fumo, couros, etc..., perfazendo o peso total de 1.624 arrobas”.

⁵³⁸ ALENCASTRE, 1979, p. 290.

⁵³⁹ ALENCASTRE, 1979, p. 290.

⁵⁴⁰ *Idem*, 1979, p. 320.

⁵⁴¹ ALENCASTRE, 1979, p. 321-322.

⁵⁴² ALENCASTRE, 1979, p. 331.

⁵⁴³ *Idem*, 2010, p. 33. A autora indica com fonte: TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. **A expansão do Povoamento em Goiás – Século XIX**. Goiânia: 1991.

⁵⁴⁴ São eles: São João das Duas Barras (1802); Santa Maria do Araguaia (1812); Santa Maria Velha (1815); São Félix (1824); Santa Isabel (1850); Paranatinga (1850); Januária (1852); Santa Cruz (1854); Santa Bárbara (1854); Santo Antônio (1854); São José do Araguaia (1864); Jurupêsem (1864); Chambioás (1865); São José dos Martírios (1866); Colônia Militar de Itacaiú (1868); Colônia Militar de Macedina (1882); e Colônia Militar de Ouro Preto (1885). Destaca-se que Carvalho (2010, p. 25) identifica serem os presídios também chamados de “núcleos militares de

conquista de território e expansão da fronteira, parte do *processo histórico* de “povoamento”, defesa e especialização agrícola, construído oficialmente e sob o controle do governo.”⁵⁴⁵ Desse modo, na primeira metade daquele século, a construção de presídios estaria alinhada à “[...] política de proteção territorial, que consistiu em não apenas fortificar militarmente as fronteiras, mas também povoar esse imenso território”,⁵⁴⁶ estabelecida após a chegada da família real portuguesa, em 1808. Nesse sentido, estaria ligada às transformações políticas globais:

A fundação de presídios à margens dos principais rios de todo o território brasileiro deve-se, a princípio ao receio que D. João VI tinha de que forças napoleônicas dominassem o império português, então sediado no Rio de Janeiro. Especialmente, a fundação do Presídio de Santa Maria, à margem direita do rio Araguaia seria uma garantia contra possíveis invasões [...] desde Belém. Após o grito do Ipiranga, havia também o receio de que as tropas portuguesas que se mantinham fiéis à Coroa Lusitana (sobretudo no norte do país) pudessem adentrar no interior do Brasil pelos principais rios e prejudicar a independência brasileira.⁵⁴⁷

A partir de 1849, foram construídos ao longo do Rio Araguaia os presídios militares Santa Leopoldina,⁵⁴⁸ Santa Maria, Januária, Jurupensem, São José do Martírios, Monte Alegre⁵⁴⁹ e Santa Izabel, sendo esse último situado na Ilha do Bananal. De acordo com Rocha⁵⁵⁰, esses presídios eram pontos militares estrategicamente inseridos para serem um suporte à catequização dos povos indígenas, à implementação da navegação comercial naquele rio e à atração de população não indígena, com políticas de distribuição de lotes de terra, alimentos por dois anos e uma ajuda de custo de 100 réis para aqueles que se fixassem nas proximidades de Jenipapo e Amaro Leite.⁵⁵¹ Esses incentivos corroboram com a

povoamento; núcleos de colonização militar; presídios militares de povoamento; colônias militares de povoamento; fortificações lindeiras; fortificações limítrofes ou apenas fortes.”

⁵⁴⁵ CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. **Fronteiras e Conquistas pelos Araguaia – Século XIX**. 2.ed. Goiânia-GO: Kelps, 2010, p. 25.

⁵⁴⁶ CARVALHO, 2010, p. 29.

⁵⁴⁷ CARVALHO, 2010, p. 28.

⁵⁴⁸ Recomenda-se o aprofundamento sobre esse presídio militar em: GANDARA, Gercinair Silvério; PEREIRA, Roberta Cristina Monteiro. Às margens do Rio Araguaia... O Presídio Militar de Santa Leopoldina (Província de Goyaz, 1850-1959). **Labor e Engenho**, Campinas, São Paulo, v.11, n.2, p.146-164, abr./jun. 2017.

⁵⁴⁹ Esse presídio foi situado nas proximidades do norte da Ilha do Bananal.

⁵⁵⁰ ROCHA, Leandro Mendes. **O Estado e os índios: 1850-1889**. Goiânia: Editora da UFG (Universidade Federal de Goiás), 1998.

⁵⁵¹ ROCHA, 1998, p. 72.

afirmação de Doles⁵⁵² de que o governo imperial estaria preocupado com “a expansão do Povoamento no Araguaia”, e por isso havia determinado “a fundação de cinco Presídios”.

Apesar da divergência entre as quantidades de presídios situados nas margens do Rio Araguaia, Carvalho,⁵⁵³ Doles⁵⁵⁴ e Rocha⁵⁵⁵ indicaram que essas instalações teriam sido projetadas “a partir de necessidades, de vontades, de decisões políticas e econômicas”⁵⁵⁶ por parte do governo do Império e de seus apoiadores locais, de modo que não foi levado em consideração os interesses dos povos indígenas presentes nos locais desses presídios ou em suas proximidades.

A partir disso, ocorreram situações de violência envolvendo povos indígenas e moradores/funcionários desses presídios, como a destruição do presídio Santa Maria⁵⁵⁷ registrado em fontes documentais coevas como decorrentes da ação de: “Três nações coligadas, xerentes, xavantes e carajás, pondo em campo todos os seus homens de guerra, marcharam contra [o presídio] Santa Maria, e no dia 11 de fevereiro de 1813 o assediaram.”⁵⁵⁸ De acordo com Cunha,⁵⁵⁹ aquela coalizão seria “[...] um exemplo da amplitude que podia alcançar a política indígena em seu confronto com os recém-chegados.”

Aquela situação de violência se somava às outras que compunham o *processo histórico* de avanço sobre o espaço situado às margens do Rio Araguaia que marcou o século XIX desde o seu início. Destaca-se a publicação, em 1811, de uma Carta Régia que autorizava a guerra, caso necessário, contra os Karajá, Apinajé e Xavante e também a organização de expedições contra os Avá-Canoeiros naquela década. A autorização e prática de guerra justa contra os povos indígenas considerados “bravos” ocorreu naquelas primeiras décadas do século, de modo que:

Na categoria de índios bravos, passam a ser incorporados os grupos que vão sendo progressivamente encontrados e guerreados nas fronteiras do Império: grupos dos afluentes do rio

⁵⁵² DOLES, 1973, p. 68.

⁵⁵³ *Idem*, 2010.

⁵⁵⁴ *Idem*, 1973.

⁵⁵⁵ *Idem*, 1998.

⁵⁵⁶ CARVALHO, 2009, p. 51.

⁵⁵⁷ ROCHA, 1998, p. 78-79.

⁵⁵⁸ ALENCASTRE, 1979, p. 332.

⁵⁵⁹ CUNHA, Manoela Carneiro. Introdução à uma longa história indígena. In: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 18.

Amazonas, do Araguaia que se quer agora abrir à navegação, do Madeira, do Purus, do Jauaperi, e de outros tantos rios; grupos também, sobretudo pelo fim do século, do oeste paulista ou da nova zona de colonização alemã nas províncias do Sul.⁵⁶⁰

A partir disso, ocorreu a intensificação dos conflitos interétnicos decorrentes dos interesses na navegação comercial e povoação das margens do Rio Araguaia. Ataídes⁵⁶¹ localizou um documento daquele século que apresentava o seguinte trecho: “A Assembleia Legislativa Provincial, o incluso officio da Câmara Municipal da Vila de Natividade, cubrindo um projecto sobre a criação de uma companhia denominada de Ligeiros para marchar contra os índios selvagens”⁵⁶². Essa fonte documental aponta para *práticas sociais* de violência contra grupos indígenas legitimada pelos poderes políticos locais, que deveriam ser autorizadas pelo poder central.

No jornal “A Matutina Meyapontense”, de 28 de setembro de 1833, o mesmo autor⁵⁶³ encontrou uma narrativa sobre a suposta relação amistosa com os Apinayé: “Segundo o Conselho do Governo, após o serviço do Diretor nas aldeias dos índios Apinayé, Carão, Corretí, principalmente o trabalho que fizera em duas aldeias de índios Apinayé, bravos habitantes nas margens do Rio Araguaia que, através da persuasão e brindes, reduziram-se à paz e amizade”.⁵⁶⁴ Trata-se, portanto de um indicativo de estratégias de persuasão que buscavam estabelecer alianças com povos indígenas considerados “bravos” habitantes das margens do Araguaia, efetivadas por meio de ações que não envolviam necessariamente a violência física.

Em contraposição, práticas de violências contra os povos indígenas eram realizadas, sendo que algumas ganhavam notoriedade e eram registradas em documentos coevos. No ano de 1845, por exemplo, foi enviada uma circular do Palácio do Rio de Janeiro para o presidente da província de Goiás, no qual havia a advertência de que seria “[...] da mais pública notoriedade que muitos indígenas existem ao serviço de pessoas particulares sem que se receba salário, sem estipêndio

⁵⁶⁰ CUNHA, 1992, p. 136.

⁵⁶¹ *Idem*, 2001, p. 325.

⁵⁶² Esse documento faz parte do acervo do Arquivo Histórico Estadual de Goiás a caixa 0024 identificada como “Governo - Offícios diversos, resolução”

⁵⁶³ ATAÍDES, 2006, p. 29. Documento do Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

⁵⁶⁴ ATAÍDES, 2006, p. 29.

algum, achando-se assim reduzidos ao estado quase perfeito de cativo”⁵⁶⁵, contendo expressa ordens imperiais de cumprimento da legislação vigente no sentido de reduzir tal situação. Naquele mesmo ano, Ataíde⁵⁶⁶ localizou na Correspondência da Presidência ao Ministério dos Negócios do Império (1845-1848) a resposta da ordem imperial. O documento dava ciência de que “[...] o Imperador por bem recomendou que eu desse as providências, que julgasse oportunas a respeito dos indivíduos, que abusando da simplicidade dos índios lhes comprão como em perfeita escravidão”, reconhecendo o problema e garantindo que “[...] desta Província não possa sair índio algum a menos que tenha se verificado hum contrato de locação de serviços...”.

Porém, o foco de parte significativa desses documentos estava direcionado à violência praticada pelos povos indígenas, como o rapto e assassinato de mulheres registrado no “Ofício da Polícia de Goiás”⁵⁶⁷, em 1858, no qual foi comunicado ao presidente daquela província o ocorrido de 20 de julho na fazenda de Antônio Ferreira Cruz, quando “os índios assassinaram uma mulher e sequestraram outra” sem deixarem pistas, já que não foi possível “[...] identificar a que grupo pertencem, pois não foi encontrado nem um objeto de seu uso. Com isso, e tendo novas agressões, a população abandonou suas lavouras”.

No jornal “Correio Oficial de Goyas”, publicado em 26 de janeiro de 1881, foi inserida uma narrativa indicando que a prática de rapto de mulheres não era exclusividade de alguns povos indígenas no seguinte trecho:

Índios selvagens – Tendo chegado à esta capital no dia 06 do corrente mez 17 selvagens capturados pela força comandada pelo Sr. Aíferes Duarte, no dia seguinte, domingo, depois de convenientemente vestidos. Forão apresentados ao S. Ex. Sr. General Presidente da Província.

Por onde passavam os ditos selvagens havia grande afluência de curiosos para verem o espetáculo, não inteiramente novo, mas raro e estranho de desfilarem pelas ruas da cidade os habitantes das selvas para os quais tudo na vida civilizada é objeto de admiração e espanto.

São 5 mulheres, das quais uma é a mulher do cacique da Aldea.⁵⁶⁸

⁵⁶⁵ ATAÍDES, 2006, p. 364. Documento do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Manuscrito: “Secretário do Estado dos Negócios do Império (1845), Caixa 45, Pacote 01.

⁵⁶⁶ ATAÍDES, 2006, p. 364. Documento do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Manuscrito, p. 12.

⁵⁶⁷ ATAÍDES, 2006, p. 370. Documento do Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Manuscrito, p. 14.

⁵⁶⁸ ATAÍDES, 2006, p. 357. Documento do Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Logo, práticas de diferentes formas de violência ocorreram ao longo daquele século em paralelo às tentativas de alianças por meio da “pacificação” e “catequese” de grupos indígenas. Esse segundo movimento de buscar alianças pode ser observado através do “Ofício em resposta do Ministro da Agricultura, ao Bispo Reverendo Cláudio José Gonçalves Ponce”, escrito no dia 08 de março de 1884, onde é possível identificar que os “serviço de catequese” estavam alinhados com outras iniciativas como a navegação comercial pelo Rio Araguaia que, segundo a narrativa desse documento, “[...] tem estabelecido relações de Comércio com os índios que fornecem a lenha necessária para os vapores em roca dos utensílios de ferro, machados, foices e outros objetos. Este comércio deve ser mantido por ser um auxiliar poderoso de civilização.”⁵⁶⁹

Portanto, as narrativas dessas fontes documentais trazidas por Ataíde⁵⁷⁰ indicam que os conflitos interétnicos estão imbricados com o *processo histórico* de avanço sobre o espaço onde o Rio Araguaia e afluentes estão próximos à Ilha do Bananal. No século XIX, havia o interesse no povoamento das margens e navegação comercial das águas do Araguaia, fomentado por meio de promessas de incentivos fiscais e práticas do poder central e da capitania de Goiás para trazer a “civilização” àquele espaço e a “pacificação” e “catequese” aos povos indígenas que o habitavam. Esse interesse resultou em expedições realizadas por diferentes agentes históricos com interesses semelhantes ou distintos que produziram narrativas e *representações* sobre o *outro*, a começar, sobre o próprio Rio Araguaia.

2.3. A realização de expedições e a construção de *representações* sobre o Rio Araguaia na primeira metade do século XIX

Na primeira metade do século XIX, algumas mudanças ocorreram através de *práticas sociais* que auxiliaram a construir e/ou reproduzir *representações* sobre o *outro*, como a elaboração de outros mapas e cartas que

⁵⁶⁹ ATAÍDES, 2006, p. 358. Documento do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, Livro n. 05: “Vigários (1880-1884).”

⁵⁷⁰ *Idem*, 2006.

traziam maiores detalhes sobre as características do Rio Araguaia. Para Silva,⁵⁷¹ essa mudança ocorrida diante da necessidade de primeiramente “[...] conhecer melhor o próprio território brasileiro, a fim de se poderem desenhar mapas confiáveis, sobretudo em relação aos sertões desconhecidos”. A prática de adentrar os “sertões desconhecidos” em busca de mão de obra indígena e metais preciosos foi somada ao interesse de conhecer a natureza pensada e *representada* como “recurso” ou instrumento para o incremento de atividades produtivas e comerciais.

Essas transformações estavam alinhadas com as mudanças de atuação da Coroa portuguesa que passou a patrocinar expedições de exploração de rios, como a do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) pelos Rios Cuiabá, São Lourenço e Paraguai e estimular que magistrados e outros funcionários para realizarem atividades dessa natureza.⁵⁷² Essas expedições tinham como objetivo principal “[...] coletar informações e fazer experiências, sobretudo nas áreas da mineralogia e da botânica”, porém

[...] as diretivas da Secretaria de Estado dos Domínios Ultramarinos eram transmitidas ao vice-rei e a todos os governadores do Estado do Brasil, mas a instruções idênticas não correspondiam resultados semelhantes àqueles que se obtinham no Rio de Janeiro, na Bahia ou em Minas Gerais. Capitânias como a do Mato Grosso, de Goiás ou de São Paulo, mais periféricas, embora pudessem ter governantes ilustrados, não forneciam o mesmo tipo de informações⁵⁷³ exigido pelo ministério⁵⁷⁴.

Conforme indicado por Silva e Vieira⁵⁷⁵ no capítulo anterior, ocorreu na passagem do século mudanças na forma com que os “sertões” “desconhecidos” eram *representados*. Seria uma “nova fase do conhecimento cartográfico”⁵⁷⁶ na

⁵⁷¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um grande inventário da Natureza: políticas da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVII. In: GESTEIRA, HELOÍSA Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. **Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 48.

⁵⁷² SILVA, 2014, p. 56.

⁵⁷³ SILVA, 2014, p. 51, esclarece que: “O ministro queria dados sobre os habitantes e suas ocupações; casamentos, nascimentos e mortes; importação e exportação; as produções próprias de cada capitania; os preços correntes dos gêneros; e o número de navios que entravam e saíam dos portos”.

⁵⁷⁴ SILVA, 2014, p. 64.

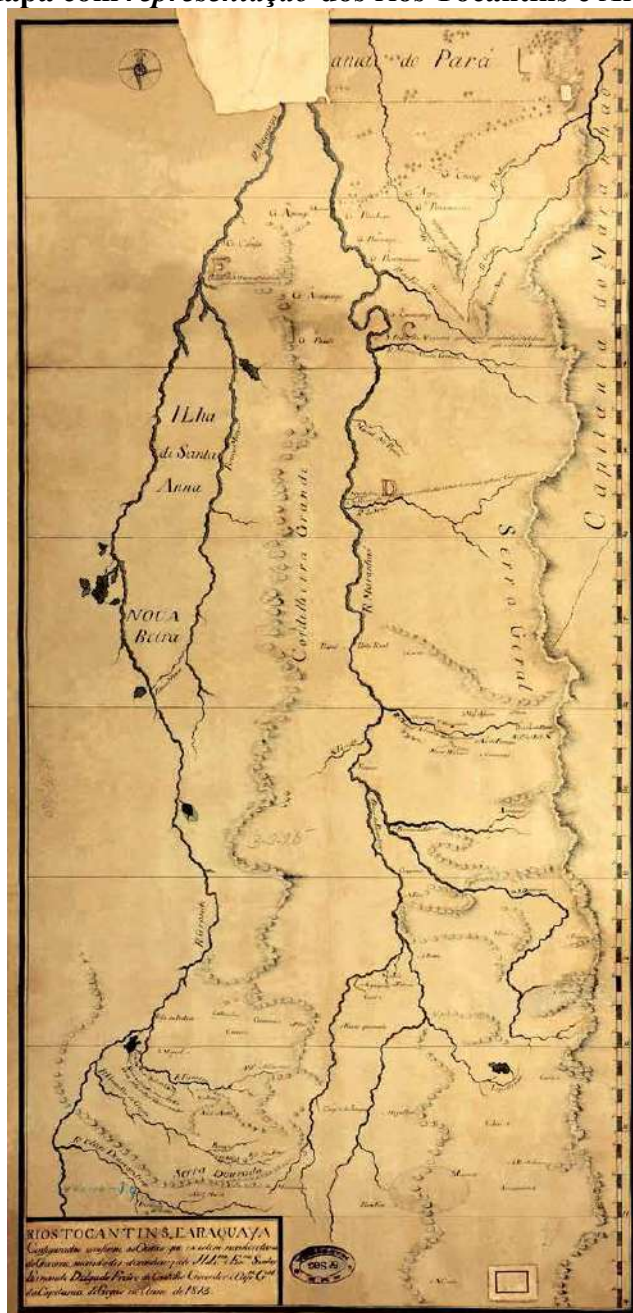
⁵⁷⁵ SILVA; VIEIRA JUNIOR, 2018.

⁵⁷⁶ SILVA, 2014, p. 50, esclarece que a “nova fase” não ocorreu de forma abrupta, sendo que: “Os mapas da primeira metade do século XVIII preocupavam-se mais com a certeza das latitudes e longitudes do que em fornecer informações de caráter prático para quem os usava. Só na segunda

qual os mapas deveriam dar mais atenção “[...] às riquezas naturais e aos núcleos populacionais, indígenas ou de colonos, em cada capitania.”⁵⁷⁷

Desse modo, foram produzidas outras *representações* sobre o trajeto do Rio Araguaia, como o seguinte mapa:

Figura 14 - Mapa com *representação* dos rios Tocantins e Araguaia (1813)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército. In: SILVA; VIEIRA JUNIOR (2018, p. 128).

metade do século essa tendência se forma e as cartas se tornam menos matemáticas e mais humanas, visando principalmente à localização de povoações e outras informações úteis”.

⁵⁷⁷ SILVA, 2014, p. 48.

Esse mapa é intitulado “Rios Tocantins e Araguaia; Configurados conforme as Cartas que existem na Secretaria do governo mandados dezenhar pelo Ill.mo e Ex.mo Senhor Fernando Delgado Freire de Castilho Goverdor e Cap.m G.al da Capitania de Goyas no anno de 1813”⁵⁷⁸ e possui um maior detalhamento do trajeto do Rio Araguaia que foi assim incorporado por ser fronteira, tal como ocorre com outros mapas de Goiás dos séculos XVIII e XIX.⁵⁷⁹ Esse mapa traz ainda a *representação* da “Ilha de Santa Anna” e a localização das instalações do aldeamento Nova Beira, cujos habitantes foram deslocados, além de que, segundo Silva “[...] ressalta as povoações mais importantes daquele período e a relação destas com o sistema hidrográfico. De fato, esta representação é coerente com uma das preocupações deste governo: desenvolver o comércio interno e externo da capitania, aproveitando os rios.”⁵⁸⁰

Esse mapa, como o próprio nome indica, teria sido encomendado pelo governador de Goiás Fernando Delgado Freire de Castilho, que, segundo trecho da narrativa de Saint-Hilaire:

[...] desejava ardentemente fazer o bem; mas encontrara por toda a parte a mais desanimadora resistência passiva, resultado da apatia dos habitantes e da indiferença do governo central. Vendo, desde o momento em que chegou, que a província de Goiás não achava mais quase recursos na exploração das minas, sentiu que era necessário dirigir os esforços dos habitantes para a agricultura e o comércio; procurou abrir mercados aos produtos da terra, e tratou de facilitar a navegação do Araguaia e Tocantins”.⁵⁸¹

Essa narrativa com a suposta intenção do governador indica o quanto os interesses na possibilidade de navegação comercial e de povoamento para o desenvolvimento de atividades agrícola e comerciais nas margens do Rio Araguaia circulava naquelas primeiras décadas do século XIX. Ademais, é possível identificar que a toponímia e o conhecimento sobre o Araguaia estavam sendo

⁵⁷⁸ Esse mapa foi apresentado de forma detalhada em: SILVA, Elias Manoel da; VIEIRA JUNIOR, Wilson. (Org.). **Guia de Cartografia Histórica**. Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília-DF, 2018, p. 145.

⁵⁷⁹ Silva e Vieira Junior (2018) adicionaram no “Guia de Cartografia Histórica” mapas e seus detalhamentos que possibilitam identificar como o Rio Araguaia passou a ser constantemente incorporado nessas fontes documentais.

⁵⁸⁰ *Idem*, 2018, p. 145.

⁵⁸¹ Esse explorador teria escrito esse trecho na narrativa “Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás” que foi citada por Silva (2018, p. 145).

consolidados através de outros trechos da narrativa do naturalista francês Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853). Esse explorador percorreu, em 1819, alguns rios na província de Goiás, indicando que o Rio Claro seria “desconhecido” do mesmo modo que outros rios maiores, como o Araguaia.

Segundo o naturalista, o Rio Araguaia também era conhecido como “Rio Grande” e, a partir de relatos de terceiros, indica que:

O Rio Grande, no qual deságua o Rio Claro, é um curso d’água de enorme extensão que separa a Província de Goiás da de Mato Grosso e tem quase o comprimento da primeira. Parece que na sua origem ele se chama Rio Bonito; depois de receber o Caiapós e o Rio dos Barreiros toma o nome de Rio Grande, em seguida passa a chamar-se Araguaia, e engrossado pelas águas de vários riachos e rios, vai desaguar no Tocantins⁵⁸².

Naturalistas e cientistas europeus como Saint-Hilaire que viajavam pelas “terras do Brasil” tinham, sobretudo, o objetivo de observar e descrever a natureza a partir de uma perspectiva utilitarista, identificar, conhecer, classificar e nomear, além da fauna e flora, as características hidrográficas. Dentro dessa perspectiva é possível compreender o que levou Saint-Hilaire a anotar as denominações do Rio Araguaia que tomou conhecimento e escrever numa nota de rodapé alguns detalhes da toponímia de um rio que sequer havia conhecido. Sua nota de rodapé apresenta indicações sobre a toponímia nos seguintes termos:

Pode-se sem nenhum inconveniente adotar o nome de Araguaí (essa forma não é aceita atualmente) ao invés de Araguaia, mas é preciso tomar cuidado, como já advertiu Balbi (Geografia Universal), para não confundi-lo com o Uruguai, como já aconteceu centenas de vezes. O Uruguai é um rio que, ao reunir-se ao Paraguai, forma o Rio da Prata. Convém também não confundir com o Rio Grande, que é o começo do Araguaia, com uma multidão de outros do mesmo nome encontrados em diversas províncias do Brasil, principalmente com o que tem sua nascente na Comarca de S. João del Rei e vai desaguar no Rio da Prata. Pizarro demonstrou, através de vários quiproquós, como é lamentável que um mesmo nome tenha sido dado a rios diferentes (ver *Mem. Hist.*, IX, 53). Também Warden, um excelente pesquisador, foi levado a confundir, por uma semelhança de nomes, um rio de Minas com a Província do Piauí⁵⁸³.

⁵⁸² SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1975, p. 83-84.

⁵⁸³ *Idem*, 1975, p. 84. Nota de rodapé número 40.

Saint-Hilaire escreve sobre o uso efetivo da toponímia Rio Araguaia e suas variações utilizadas por diferentes agentes históricos, pois havia recebido, lido e ouvido narrativas de terceiros⁵⁸⁴, citando Milliet S. Alphonse e Caetano Lopes de Moura, e indicando que:

[...] eles dizem que este último deve sua origem ao Ribeiro Caiapós, “cujas nascentes ficam na serra do mesmo nome, passando ele a chamar-se Araguaia quando se torna navegável, depois de engrossado pelas águas dos rios Bonito e Barreiros”. De tudo isso resulta claramente que o Rio Grande de Goiás ou, se se preferir, o Araguaia é formado na sua origem pelos rios Bonito, Caiapó e Barreiros, e que, por outro lado, não se sabe muito bem em que ordem estão colocados esses rios. De resto, essas dúvidas não devem causar surpresa a ninguém, pois a região onde correm esses rios ainda é habitada exclusivamente por índios selvagens⁵⁸⁵.

A narrativa desse naturalista reproduz indicações sobre o nome, trajetos e características do Rio Araguaia e também dos habitantes de suas margens categorizados genericamente como “índios selvagens”, de modo a construir *representações sobre o outro*.

Para além de narrativas, e apesar de outras possibilidades, ao longo do século XIX esse rio passou a ser identificado como “Araguaia” que, de acordo com Andrade⁵⁸⁶, seria um topônimo derivado de uma palavra oriunda de léxico indígena “relativo a elementos étnicos, isolados ou não”⁵⁸⁷. O seu significado pode ser apontado através de duas perspectivas, sendo a primeira de Eugênio Castro, na qual “Araguaia” ou “Araguahi” significa “rio do Valle dos papagaios”, e a segunda, de Theodoro Sampaio⁵⁸⁸, que considera que “araguaya” seria oriundo de “Ará-guaya” que significa “os papagaios mansos”. Portanto, apesar da diferença explicativa, ambos os autores atrelam o significado à ideia de ser um lugar com papagaios.

Andrade⁵⁸⁹ realizou uma pesquisa na qual identificou, descreveu e catalogou 1350 topônimos de origem indígena, analisando narrativas de naturalistas

⁵⁸⁴ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 83. Na nota de rodapé o naturalista escreve que “os dados foram tirados a Casal (Corog, I, 326)”.

⁵⁸⁵ *Idem*, 1975, p. 83. Nota de rodapé número 39.

⁵⁸⁶ ANDRADE, 2006, p. 159.

⁵⁸⁷ ANDRADE, 2006, p. 134.

⁵⁸⁸ ANDRADE, 2006, p. 185, utiliza a seguinte obra do autor: SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 2.ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Pensamento, 1914.

⁵⁸⁹ *Idem*, 2006.

europeus⁵⁹⁰ que escreveram sobre a província de Goiás no século XIX, elucidando as diferentes nomeações e grafias trazidas por esses agentes históricos:

No que diz respeito ao topônimo *Araguaia*, Saint-Hilaire esclarece que não há nenhum inconveniente em adotar o nome *Araguai* ao invés de Araguaia “mas é preciso tomar cuidado, como já advertiu Balbi (Geografia Universal), para não confundilo com Uruguai ou Uruguai, como já aconteceu centena de vezes”. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 84). Castelnau descreve-o como *Araguay*, *Araguaia* ou *Araragoa*.

Nas descrições dos topônimos *Araguaia* e *Araguay* ou *Araguai*, dos dois viajantes, identificamos a opção gráfica do *i* pelo *y*. Também ocorre uma supressão da postônica final [a]. Identificamos também em *Araguai* a analogia que se faz com o próprio topônimo *Uruguai*. Em *Araragoa* há a presença da reduplicação do morfema *-ra-*.⁵⁹¹

Portanto, tanto a toponímia, quanto a descrição das características do Rio Araguaia, passaram a ser descritas na primeira metade do século XIX em narrativas de diferentes exploradores, estrangeiros ou não.

Diante disso, são analisadas algumas narrativas de exploradores que conheceram aquele rio, ainda que apenas em partes de sua extensão, tendo como foco o trecho situado nas proximidades da Ilha do Bananal.

2.4. A narrativa de Cunha Matos indicando a imprecisão sobre a extensão do Rio Araguaia e construindo/reproduzindo *representações* sobre o “sertão” com indígenas “selvagens” e “bárbaros”

Na primeira metade do século XIX, a realização de expedições pelo Rio Araguaia intensificou o *ritmo temporal* do *tempo social*, uma vez que outros agentes históricos, além dos povos indígenas, passaram a adentrar aquele espaço. Esses movimentos resultaram na elaboração de outras fontes documentais que permitem problematizar as construções e/ou reproduções de *representação* sobre o *outro* - geográfico, natural e humano.

⁵⁹⁰ A autora analisa os escritos do naturalista e botânico francês Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire, também do médico, geólogo e botânico austríaco Johann Baptist Emanuel Pohl, do mesmo modo que do naturalista inglês a serviço da França, François Louis Nompur de Caumont LaPorte, além do botânico inglês George Gardner. Ressalta-se que essas narrativas não são analisadas, pois esses agentes históricos não navegaram pelo Rio Araguaia, sendo que alguns apenas incorporam em suas narrativas algumas indicações obtidas com terceiros sobre o rio. Como exceção, é analisada à frente a narrativa do naturalista Francis Castelnau que navegou parte do Araguaia.

⁵⁹¹ ANDRADE, 2006, p. 175. (Grifo da autora).

Santos⁵⁹² analisou, pelo prisma da História Ambiental, as relações entre “homem e natureza”⁵⁹³ através de narrativas de “naturalistas, exploradores, navegantes e pesquisadores”⁵⁹⁴ escritas a partir de viagens por trechos do Rio Araguaia no século XIX. Para esse autor, esses diferentes “viajantes”⁵⁹⁵ tinham como principal interesse a busca pelo conhecimento sobre a natureza a fim de utilizá-la como fornecedora de matéria-prima e instrumentos de obter “riqueza”, do mesmo modo que o espaço, observado, nomeado e idealizado dentro de projetos de apropriação e expansão comercial.

Naquele século, o Rio Araguaia, era descrito “[...] como outras veias que impulsionaram os fluxos de esperanças ao interior do Brasil, também recebeu, de tempos em tempos, incursões de viajantes e exploradores que desenharam suas artérias de diferentes formas”⁵⁹⁶, numa perspectiva na qual os rios seriam parte de um corpo. Para Santos⁵⁹⁷, a importância política do Rio Araguaia aumentou, chegando a ser considerado o “principal canal de comunicação da região centro-oeste brasileira” e

[...] com a possibilidade de baixar os custos do transporte comercial para o exterior e servir de alternativa ao eixo *São Paulo/Rio de Janeiro/Salvador*, importantes cidades portuárias do país. Também, por ser o Araguaia a matriz das estratégias políticas de ocupação dessa região, que tinha como objetivo o seu desenvolvimento em bases positivistas, favorecendo a integração

⁵⁹² SANTOS, Carcius Azevedo dos. *Araguaia-natureza, Araguaia-projeto: paisagens socioambientais em Couto De Magalhães, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Nacional de Brasília (UnB). Brasília-DF, 2007.

⁵⁹³ Essa categoria analítica é utilizada entre aspas para indicar se trata de uma citação e não de uma incorporação dessa categoria à análise. Isso porque a relação entre a natureza e os seres humanos abrange não apenas o “homem” enquanto categoria universal que equivaleria à humanidade, mas é composta de mulheres e outras definições de gênero que extrapolam tal categoria.

⁵⁹⁴ A referência à dissertação de Santos (2007) é oriunda de um aprofundamento sobre a leitura da obra “Viagem ao Araguaia” de Couto de Magalhães e contribuiu significativamente como indicação de outras possíveis leituras de estudiosos e pesquisadores que construíram fontes documentais sobre o Rio Araguaia e suas margens no século XIX. Entretanto, como procedimento metodológico, se busca realizar a leitura das obras e não a interpretação desse autor que embora pertinente, tinham outros objetivos analíticos. Um exemplo: o objetivo de Santos (2007) é analisar a percepção socioambiental de Couto de Magalhães, com a descrição de animais e plantas, mas, o que interessa aqui é analisar o olhar do viajante sobre o rio e suas margens especulando acerca de projetos políticos econômicos característicos do capital.

⁵⁹⁵ O autor utiliza essa categoria para enquadrar diferentes agentes históricos, como funcionários de governos, cientistas, exploradores, guias, intérpretes, artistas e outros tantos que adentravam o espaço do Rio Araguaia. Como não é uma categoria utilizada nessa narrativa, a mesma é utilizada entre aspas para indicar que se trata de uma citação e não uma incorporação dessa categoria à análise.

⁵⁹⁶ SANTOS, 2007, p. 24.

⁵⁹⁷ *Idem*, 2007.

dos *espaços vazios* existentes⁵⁹⁸, na tentativa da configuração territorial do Brasil Império.⁵⁹⁹

Como indicado no primeiro capítulo dessa tese, desde o século anterior⁶⁰⁰ foi registrado o interesse de que o Rio Araguaia se tornasse um meio de comunicação fluvial e nele fosse implantada uma rede de navegação comercial capaz de trazer a “civilização” e o “progresso” para suas margens. Contudo, no século XIX, o interesse em conhecer as características físicas do rio e da natureza circunvizinha às suas margens aumentava e a elaboração de roteiros sobre seu trajeto se colocava como uma necessidade.

Diante disso, o militar, historiador e um dos articuladores do IHGB, Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839), produziu uma extensa obra que tratava de atender o interesse em conhecer os rios que atravessavam o território do Brasil que estava se consolidando, de modo que escreveu, dentre outros, o “Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiaz, seguido de uma descrição chorographica de Goiaz, e de roteiros desta Provincia ás de Mato Grosso e S. Paulo”. Esse documento, publicado em 1836, foi escrito a partir de narrativas acerca de suas viagens, além de conter um “roteiro” obtido de um terceiro, que seria um guia para a navegação do Rio Araguaia desde a Cidade de Goiás até o Pará.

Na parte da obra em que Cunha Matos abordou o “roteiro” foi inserida uma narrativa histórica sobre o Rio Araguaia, indicando que o mesmo também foi conhecido como “Araraguá” e que teria sido “descoberto” na altura que compreende “até aos 12° 22’ de latitude austral”, por ordem do governador do Maranhão e Pará, Bernardo Pereira de Berredo. O autor ainda afirma que bandeirantes de Goiás e Mato Grosso “[...] descerão, e subirão-o em diversas ocasiões com os unicos fitos de capturar Indios ou fazerem descobertas de

⁵⁹⁸ Essa ideia de que existiam “espaços vazios” foi problematizada pelo autor, pois se trata da percepção de agentes históricos do século XIX que negava a presença de povos indígenas.

⁵⁹⁹ SANTOS, 2007, p. 07.

⁶⁰⁰ O desejo do Rio Araguaia se tornar uma rota comercial pode ser observado em fontes documentais desde o século anterior, conforme pode ser averiguado em: ENCASTRE. José Martins Pereira de. **Annaes da província de Goyaz** [1863]. Reedição do Governo de Goiás com parceria com a SUDECO. Brasília-DF: Editora Gráfica Ipiranga, 1979, pp. 193; 264; 320.

ouro”⁶⁰¹, indicando que os mesmos não se apropriaram de suas margens e tampouco desenvolvido a navegação por suas águas. O autor⁶⁰² indica a instalação em 1729 do Arraial Santa Rita situado no Rio Vermelho que, juntamente com o “districto” Anta e outros, teriam sido construídos para “[...] se promover a navegação e o commercio entre Goiaz e o Pará pelo Rio Araguaia, braço occidental do Tocantins: tudo acabou por falta de industria e capitães”. Cunha Matos sugere que a tentativa de promover a navegação comercial pelo Rio Araguaia teria ocorrido no governo de Tristão da Cunha e Menezes, através da expedição Thomaz de Souza Villa Real “[...] que abriu a navegação commercial pelo Araguaia e Tocantins desde o Uruhú, e de Santa Rita até á Cidade do Pará”⁶⁰³.

Após esse histórico⁶⁰⁴, Cunha Matos ressalta que no início do século XIX ainda não havia um conhecimento acabado sobre a trajetória e extensão do Rio Araguaia, e, após apresentar informações numéricas sobre a localização geográfica, afirma: “Eu por nenhum modo posso affiançar a exatidão desses calculos, porque o Tocantins, e o Araguaia nunca forão medidos; nem ainda agora se acha determinada a latitude, e longitude dos lugares que tenho apontado”⁶⁰⁵. O autor mencionou ainda a confusão acerca das distâncias navegáveis desses dois rios envolvendo Thomaz de Souza Villa Real, o padre Ayres e outros comerciantes que indicam extensões diferentes.⁶⁰⁶

Do mesmo modo, Cunha Matos⁶⁰⁷ indica que ocorreram diferentes expedições nas quais outros rios foram explorados, mas que não tinham o potencial de navegação comercial do Rio Araguaia, apresentando um “roteiro” que teria recebido do prático Pedro José Rodrigues. Esse “roteiro” oferecia indicações de onde deveria partir o barco, por onde percorrer, qual braço da Ilha do Bananal pegar, quais eram os pontos com cachoeiras e os locais onde os navegantes encontrariam

⁶⁰¹ CUNHA MATOS, Raimundo José da. Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiaz. Seguido de uma descripção chorographica de Goiaz, e de roteiros desta Provincia ás de Mato Grosso e S. Paulo. Tomo I. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Ca. 1836, p. 205.

⁶⁰² CUNHA MATOS, 1836, p. 90.

⁶⁰³ CUNHA MATOS, 1836, p. 248.

⁶⁰⁴ Não é abordada a verossimilhança entre essa narrativa e as *práticas sociais* uma vez que o foco analítico tem relação com as *representações* sobre o *outro* construídas.

⁶⁰⁵ CUNHA MATOS, 1836, p. 247.

⁶⁰⁶ CUNHA MATOS, 1836, p. 247.

⁶⁰⁷ CUNHA MATOS, 1836, p. 209.

grupos indígenas.⁶⁰⁸ A narrativa sobre o roteiro fazia menção a um aldeamento, Angeja ou Bananal, situado nas proximidades daquela ilha fluvial, do qual somente restavam “vestígios” e também trazia referência ao Presídio Santa Maria que havia sido destruído em 1813 pelos “índios Carajás e Carajahys”, ressaltando a matança de moradores e destacando um relato de uma moradora que teria salvo parte de sua família.⁶⁰⁹ O roteiro indica ainda que o presídio de São João se localizava nas margens do Rio Araguaia, nas proximidades da confluência com o Rio Tocantins, onde ficavam 42 militares e alguns degredados. Contudo, uma parte considerável da narrativa foi dedicada aos Martírios, “onde os antigos bandeirantes afirmavam ter montões de ouro”, cujo local foi apontado pelo roteiro e que seria o “verdadeiro”, dentre outros “roteiros fabulosos”, considerando ainda que as “esculturas de animais” e representações do martírio de Cristo teriam sido feitas por algum “artífice christão”.⁶¹⁰

Cunha Matos⁶¹¹ elabora uma narrativa permeada da perspectiva de que o espaço percorrido e/ou descrito a partir de relatos de terceiros era um “sertão” e os povos indígenas que o habitavam seriam “selvagens” e “bárbaros” que traziam perigo aos “civilizados”, conforme pode ser observado no seguinte trecho no qual indica sua intenção em buscar aliança com um grupo:

Eu conto fazer uma entrada com 250 homens; e desejo ver se lanço os selvagens para o Araguaia, ou se consigo entrar com elles em ajustes de paz. A Comarca do Norte soffre muito pelos insultos desses bárbaros, que tendo feito abandonar hum grande numero de fazendas, já procurarão interceptar as communicações entre o Arraial de S. José e o de S. Felix e Cavalcante pela estrada principal. Elles estão agora senhores de hum immenso territorio de que desalojarão, eonde assassinarão, queimarão, e reduzirão á escravidão e á miseria um vasto numero de familias civilisadas.⁶¹²

A ideia de “famílias civilizadas” ameaçadas pelos “insultos desses bárbaros” se somava à indicação de queixas em fazendas, sítios e arraiais por onde o militar passou, como o caso do “Sertão de Amaro Leite” que teria tido “estragos

⁶⁰⁸ CUNHA MATOS, 1836, p. 209.

⁶⁰⁹ CUNHA MATOS, 1836, p. 209.

⁶¹⁰ CUNHA MATOS, 1836, p. 211.

⁶¹¹ CUNHA MATOS, 1836.

⁶¹² CUNHA MATOS, 1836, p. 13-14.

horrosos” provocados por indígenas Canoeiros.⁶¹³ Os relatos que Cunha Matos⁶¹⁴ ouvia, reproduzia e possivelmente inventava, eram permeados pelo medo e por interesses relativos aos povos indígenas por parte de moradores de arraiais, fazendas ou mesmo de aldeamentos e presídios. Os agentes históricos ouvidos eram os moradores desses lugares, “civilizados” e “cristãos” e não foi inserido nenhum relato do medo e de casos de violência contato por nenhum indígena.

Portando, a narrativa de Cunha Matos⁶¹⁵ permite indicar que, nas primeiras décadas do século XIX, não havia um conhecimento exato sobre a extensão e outras características do Rio Araguaia, cujas margens foram apropriadas apenas em aldeamentos e presídios ilhados em meio a territórios indígenas situados num espaço *representado* como “sertão” povoado por “selvagens” e “bárbaros” que traziam “perigo” aos “civilizados” moradores desses locais e de vilas e arraiais localizadas longe daquelas margens. Todavia, havia o interesse nos supostos “montões de ouro” dos Martírios e na navegação comercial do Rio Araguaia que havia sido idealizada e impulsionada pela expedição de Thomaz de Souza Villa Real no século anterior.

Todavia, a realização de viagens que avançavam em direção ao espaço onde está o Rio Araguaia e a Ilha do Bananal não foi exclusividade de agentes históricos ligados aos governos provinciais e central, de modo que, na primeira metade do século XIX, ocorreu uma expedição de um naturalista estrangeiro que navegou pelas águas do Rio Araguaia e avistou parte de suas margens.

2.5. A expedição do naturalista francês Francis Castelnau pelo Rio Araguaia em 1844 e as suas *representações* sobre o outro

Para a compreensão dos elementos presentes nas narrativas de um cientista europeu que adentraram os espaços brasileiros no século XIX é necessário considerar os interesses econômicos e políticos mais amplos que estavam envolvidos nas expedições científicas relacionados à possibilidade de utilização

⁶¹³ CUNHA MATOS, 1836, p. 113.

⁶¹⁴ CUNHA MATOS, 1836.

⁶¹⁵ CUNHA MATOS, 1836.

prática de conhecimentos adquiridos nessas iniciativas. Segundo Pratt⁶¹⁶, sobretudo a partir de 1750, na Europa ocorreu a expansão política e econômica como “processos simultâneos”, e

[...] a emergência da história natural como uma estrutura de conhecimento e o impulso à exploração continental por oposição à marítima. Estas circunstâncias [...] registram uma mudança naquilo que pode ser chamado de “consciência planetária” europeia, mudança esta que coincide com várias outras, inclusive com a consolidação de formas burguesas de subjetividade e poder, a inauguração de uma nova etapa territorial do capitalismo, marcada pela busca de matérias-primas, a tentativa de se expandir o comércio costeiro de territórios ultramarinos, assim evitando que as outras potências europeias os ocupem.⁶¹⁷

Pratt⁶¹⁸ destaca que, no ano de 1735, ocorreram dois eventos “inéditos e profundamente europeus”, sendo o primeiro a publicação do “Systema Naturae” no qual Carlos Lineu⁶¹⁹ introduziu o sistema classificatório que buscava englobar todas as “formas vegetais do planeta”. Paralelamente, ocorreu o segundo evento marcante: a “inauguração da primeira expedição científica internacional da Europa”. Ambos contribuíram significativamente para a tendência de exploração e a consolidação de uma “consciência planetária” que “[...] é elemento básico na construção do moderno eurocentrismo”.⁶²⁰

Cobrinando a superfície do globo, ela [consciência planetária] enquadrou plantas e animais enquanto entidades discretas em termos visuais, subsumindo-as e realocando-as numa ordem de feitura europeia, finita e totalizante. Talvez devêssemos ser mais precisos no tocante à nomenclatura empregada: “europeia”, nesta acepção, se refere antes de tudo a uma rede de europeus alfabetizados do Norte, principalmente homens dos níveis mais

⁶¹⁶ PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. São Paulo, EDUSC. 1999, p.35.

⁶¹⁷ Apesar da autora ser uma referência bibliográfica importante para compreender esse contexto, a principal questão histórica analisada por ela foi de como a narrativa de viagem e exploração “produziu o “resto do mundo” (PRATT, 1999, p. 28). Suas reflexões podem ser situadas “[...] dentro de um amplo desafio intelectual que se poderia chamar de *descolonização do conhecimento*, iniciado nos anos 60”, (PRATT, 1999, p. 15). O objetivo da obra era o de [...] como os livros de viagem de europeus sobre as regiões não europeu chegaram (e chegam) a criar uma “temática doméstica” do euroimperialismo; como eles engajam o público leitor metropolitano nos (ou para os) empreendimentos expansionistas cujos benefícios materiais se destinavam, basicamente, a muito poucos. (PRATT, 1999, p. 28).

⁶¹⁸ PRATT, 1999, p. 41-42.

⁶¹⁹ Carl Nilsson Linnæus (1707-1778), foi um botânico, médico e zoólogo sueco criador da classificação científica por meio da nomeoclatura bionominal que foram fundamentais para o desenvolvimento da taxonomia moderna.

⁶²⁰ PRATT, 1999, p. 42.

baixos da aristocracia e da média e alta burguesia. **“Natureza” significa antes de tudo regiões e ecossistemas que não eram dominados por “europeus”, embora incluindo muitas regiões da entidade geográfica conhecida como Europa.**⁶²¹

Todas essas transformações na Europa refletiram e tiveram conexões com o avanço de outros agentes históricos sobre o espaço onde está situado o Rio Araguaia, alvo de outras expedições, ainda que num *ritmo temporal* mais lento e com menos intensidade que em relação a outros rios.

Desde o início da colonização, não era apenas as Coroas ibéricas que tinham interesse nas terras que viriam a ser parte do território do Brasil, ocorrendo algumas tentativas de franceses e holandeses de se estabelecerem em terras que lusitanos e castelhanos buscavam garantir ter domínio. A partir disso, por meio de uma política restritiva ao acesso de estrangeiros às “suas terras”, a Coroa portuguesa havia despendido esforços para que os “sertões” não fossem conhecidos ou percorrido por estrangeiros. O interesse de outros europeus em conhecer e explorar esses espaços foi concretizado somente após a Abertura dos Portos, em 1808, e se intensificando após a independência quando diferentes expedicionários puderam percorrer o território com a autorização do governo imperial.

Dentro dessas possibilidades, no ano de 1843, aportou no Rio de Janeiro o naturalista francês Francis de la Porte de Castelnau, o conde de Castelnau (1810 ou 1812 -1880). Naquela ocasião, estava no comando de uma missão científica que tinha “[...] como principais colaboradores o visconde Eugène d’Osery, engenheiro de minas, o zoólogo Émile Deville e o doutor Hugh Weddell, médico e botânico”⁶²², todos tidos como naturalistas. Essa expedição foi direcionada ao espaço situado no interior da América do Sul, patrocinada pelo governo francês, com o objetivo de conhecer, em todos os aspectos, a bacia do Amazonas com interesses comerciais

⁶²¹ PRATT, 1999, p. 78. (Grifos meus).

⁶²² PORRO, Antonio. Índios e brancos do rio Amazonas em 1847: páginas de Castelnau inéditas em português, transcritas e anotadas. In: **Rev. Inst. Estudos Brasileiros**, n. 56, 2013, p. 281.

sobre sua navegação e comunicação do Norte ao Sul do país,⁶²³ conforme indicado por Costa.⁶²⁴

Um dos resultados dessa expedição foi a publicação, em 1850, de narrativas de autoria de Castelnau, com colaborações de sua equipe sobre as observações e impressões dessa expedição. No caso da viagem ao Brasil, a Companhia Editorial Nacional Brasileira publicou, em 1949⁶²⁵, a parte da narrativa que faz referência à viagem pelo espaço brasileiro, cujo título é “Expedições às regiões centrais da América do Sul”⁶²⁶. Essa publicação teve a tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto, considerada “primorosa” por Costa⁶²⁷ que destaca que a edição ficou “empobrecida” pela exclusão do capítulo introdutório, onde “[...] Castelnau explicita os objetivos e faz comentários gerais de sua grande obra”.⁶²⁸ Porro⁶²⁹ ressalta ainda que a publicação havia ignorando “[...] inexplicavelmente, além da Introdução, toda a parte amazônica da viagem e o material linguístico, ambos contidos no volume V”.⁶³⁰

Porro⁶³¹ ao traduzir algumas partes da narrativa não inseridas na publicação de 1949 indica que Castelnau fez referências à sua “paixão” por histórias de viagens e sua posição social enquanto cientista com formação em Ciências Naturais, que somada à sua experiência em expedições anteriores pela América do Norte, fizeram com que, em 1841, ele fosse convidado pelo príncipe a dirigir uma

⁶²³ Ressalta-se que, além do Brasil, Castelnau viajou ao Paraguai, Bolívia, Peru, além das Guianas e as Antilhas francesas.

⁶²⁴ COSTA, Maria de Fátima. A paisagem do Brasil representada por Francis de Castelnau. In: NAXARA, Marcia; CAMILOTTI, Virgínia (Org.). **Conceitos e linguagens: Construções identitárias**. 1ed. São Paulo-SP: Intermeios, 2013, p. 73.

⁶²⁵ Ressalta-se que o período de publicação foi marcado por amplos debates sobre o avanço ao espaço interiorano do Brasil e as propostas a ações de políticas governamentais do Estado Novo (1937-1945) ligadas à “Marcha para o Oeste” que ainda reverberavam no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Nesse sentido, a retomada de algumas dessas narrativas se alinham aos interesses em conhecer e se apropriar do espaço e da natureza categorizado como “Oeste” e/ou “Brasil Central”.

⁶²⁶ CASTELNAU, Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. Tradução Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. Tomo 1. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/expedicao-as-regioes-centrais-da-america-do-sul-v1/pagina/4/texto>>. Acesso em: 16/03/2018.

⁶²⁷ COSTA, 2013, p. 74 (nota de rodapé número 7).

⁶²⁸ COSTA, 2013, p. 74 (nota de rodapé número 7).

⁶²⁹ *Idem*, 2013, p. 283.

⁶³⁰ PORRO, 2013, p. 283, ressalta que traduziu “[...] fragmentos do relato da descida do Amazonas por Castelnau nos primeiros meses de 1847 e suas observações sobre povoados, vilas e aldeias ribeirinhas de índios e “civilizados”, precedido pela Introdução geral da obra”. Porém, esses fragmentos não são analisados por não tratarem do rio Araguaia, exceto a Introdução geral da obra original (v. 1, 1850, p. 3-32).

⁶³¹ PORRO, 2013, p. 284-288.

“[...] expedição científica que o governo francês, sob o seu patrocínio, planejava enviar às regiões mais centrais e menos conhecidas da América do Sul.”⁶³² O naturalista afirma que:

O principal objetivo da expedição seria estudar, em todos os seus aspectos, a grande bacia do Amazonas, destinada a desempenhar um papel importante na futura história da América e que, após o prolongado olvido das nações da Europa, irá um dia assombrar o mundo político e comercial. Eu me propunha atravessar duas vezes o continente: a primeira, partindo do Rio de Janeiro em direção à Lima, procuraria seguir, sempre que possível, a linha do divisor das águas que se dirigem, um rumo norte, para desaguar no rio Amazonas, e as outras para o sul, indo formar o rio da Prata; e a segunda, na volta, descendo o próprio curso do Amazonas.⁶³³

A partir dessas expedições, Castelnau produziu narrativas com *representações* sobre os espaços, a natureza e os povos que encontrou. Barbato⁶³⁴ analisou o artigo “L’Araguail – Scènes de voyages dans l’Amérique du Sud”⁶³⁵ escrito pelo naturalista e publicado, em 1848, numa revista francesa chamada “Revue des Deux Mondes”. Nesse documento, Castelnau advertia a outros europeus que o Brasil “[...] estava distante da civilização que crescia no litoral e estava imerso na barbárie”⁶³⁶ e atrelava essa falta de “civilização” à ausência de estradas. Essa percepção sobre o Brasil publicada na Europa foi sendo conhecida por intelectuais brasileiros, de modo que, segundo Campos⁶³⁷, sua [...] narrativa possui observações sobre os habitantes tanto indígenas como não indígenas das regiões que percorreu” que desagradou intelectuais e governantes brasileiros, pois

[...] pouco agradou o IHGB, pois seus apontamentos sobre o Brasil foram alvo de várias críticas. As justificativas para essas críticas levam a crer que o IHGB esperava que os viajantes produzissem uma imagem do Brasil semelhante à que os membros do Instituto e o próprio Império brasileiro pretendiam exportar para a Europa, uma imagem que enaltecia sua natureza,

⁶³² PORRO, 2013, p. 284-285.

⁶³³ PORRO, 2013, p. 285.

⁶³⁴ BARBATO, Luis Fernando Tosta. Trópicos imaginados: As geografias imaginativas sobre o Brasil na Revue des Deux Mondes. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**, Natal-RN, 2013, p. 09.

⁶³⁵ In: CASTELNAU, Francis. “L’Araguail – Scènes de voyages dans l’Amérique du Sud”. Revue des Deux Mondes: Bureau de la Revue des Deux Mondes, 1848.

⁶³⁶ BARBATO, 2013, p. 09.

⁶³⁷ CAMPOS, Márcia. *As mulheres indígenas no imaginário dos viajantes*: Mato Grosso, Século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2012, p. 64.

sua riqueza e seu potencial. Contudo, convém lembrar que os registros de Castelnau acerca das mulheres indígenas e seus povos eram marcados por **significados etnocêntricos, próprio da cultura do europeu que tinha como mote a visão dos indígenas como povos “selvagens”**. Sua narrativa proporcionou a criação de imagens e impressões de uma realidade natural, física e humana diferente da europeia, que frequentemente realçava as diferenças entre o Brasil e a Europa, o que gerou um desacordo com as intenções do IHGB.⁶³⁸

A partir desses apontamentos de Campos⁶³⁹ é possível problematizar que os habitantes do litoral, os moradores de arraiais e vilas, dentre outros que eram considerados como “civilizados” também foram considerados como *o outro* para esse naturalista pelo fato do mesmo ser estrangeiro, tal qual os povos indígenas, que eram considerados como *o outro* para diferentes agentes históricos que produziram narrativas como a de Castelnau. Todavia, apesar de serem *o outro*, os povos indígenas e as pessoas na situação de escravidão foram *representadas* de modo diferenciado em relação aos luso-brasileiros e os moradores de arraiais e vilas situados no interior. Tratam-se de *representações* construídas por um estrangeiro, que diferente dos integrantes do IHGB que leram sua obra posteriormente, não estava interessado - e nem poderia estar - em elaborar uma narrativa alinhada aos projetos de “nação” que no final do século XIX estavam sendo esboçados.

Naquelas primeiras décadas do século XIX e a partir dos interesses de seus patrocinadores, Castelnau constrói uma narrativa marcada por uma percepção de um estrangeiro diante do *outro humano, natural e geográfico* que possibilitam problematizações diversas. Diante disso, foi necessário se ater aos trechos da sua narrativa que tratam de sua viagem por parte do Rio Araguaia, agregando alguns fragmentos relativos a outros lugares quando estiverem relacionados com elementos analisados. Ademais, suas *representações* sobre *o outro* foram analisadas a partir de problematizações sobre sua perspectiva sobre a natureza, o espaço e os povos do Brasil.

2.5.1. A natureza e o espaço sob o olhar utilitarista de Castelnau: o Rio Araguaia como potência para a navegação comercial em meio ao “sertão”, “deserto”, “solidão” e “decadência”, distante da “civilização”

⁶³⁸ CAMPOS, 2012, p. 125. (Grifos meus).

⁶³⁹ *Idem*, 2012.

A expedição de Castelnau percorreu em 1844 o espaço onde se situa o Rio Araguaia e seus afluentes nas proximidades da Ilha do Bananal e outros trechos por meio da navegação daquele rio. A viagem teve início a partir da altura de Salinas⁶⁴⁰, seguindo pelo Rio Crixás até alcançar o Araguaia, onde, segundo suas narrativas, seguiu em direção à parte sul da Ilha do Bananal, “[...] onde as primeiras descrições de obstáculos do leito à navegação foram feitas”⁶⁴¹ com rochas formando pequenas cachoeiras que “não oferecem risco à navegação” e eram conhecidas como “entaipavas”. Obstáculos à navegação foram narrado e superados como a cachoeira de São Miguel, a Carreira Comprida, a cachoeira dos Martírios, além de um afunilamento do rio com “espaço e profundidade suficiente”.⁶⁴² Porém, o maior “obstáculo natural foi a cachoeira Grande” que tem quedas de até setenta centímetros na “época da baixa vazão”⁶⁴³, mas foi superado pela expedição que seguiu por águas tranquilas até o Rio Tocantins. Por fim, Castelnau e sua expedição adentraram o espaço onde está situada a Ilha do Bananal pelo braço direito,⁶⁴⁴ quando começaram a ter contato com povos indígenas que habitavam as margens do Rio Araguaia.

A expedição pelo Rio Araguaia foi planejada para “[...] explorar o norte da província de Goiás, região desconhecida ainda dos geógrafos e dos naturalistas”⁶⁴⁵. Segundo o narrador, o presidente daquela província

[...] procurando vir sempre ao encontro dos meus desejos, reuniu certo dia em conselho os chefes militares que tinham feito a campanha contra os índios, os guias mais experientes e os pilotos

⁶⁴⁰ Salinas estava localizada nas proximidades do Rio Crixá-Mirim, na porção meridional do Araguaia, sendo um aldeamento formado em 1788 a partir da perspectiva da necessidade de ações “civilizadoras” em relação aos “índios hostis” do Marques de Pombal adotada pelo governador de Goiás José de Almeida Vasconcelos e que resultou em novos aldeamentos como Nova Beira, D. Maria I e Pedro III ou Carretão, conforme pode ser aprofundado em: CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas**. Goiás 1749-1811. 2. ed. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

⁶⁴¹ BATISTA, Alcelides. *Entre corredeiras, remansos e meandros: os desafios na conquista do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente), Universidade Federal do Tocantins (UFTO) – Palmas -TO, 2015, p. 102.

⁶⁴² BATISTA, 2015, p. 106.

⁶⁴³ BATISTA, 2015, p. 107-108.

⁶⁴⁴ CASTELNAU, 1949, p. 275. O autor afirma que: “[...] escolhi a contragosto o braço direito do rio Araguaia por advertência de seus guias que informaram que no braço esquerdo a sua expedição seria alvo de ataques de indígenas, sendo aquela a melhor rota utilizada por embarcações comerciais anteriormente”.

⁶⁴⁵ CASTELNAU, 1949, p. 230.

mais audazes, ficando decidido que o meu projeto de viagem, apresentando embora grandes dificuldades e perigos reais, era perfeitamente exequível, uma vez que o governo provincial pusesse à minha disposição todos os meios de que dispunha. Sobre este ponto deu-me D. José todas as garantias. Meu projeto consistia em reabrir o Araguaia à navegação, que desde muitos anos tinha sido interrompida por causa dos morticínios praticados pelos índios; em subir depois o Tocantins que, a despeito das numerosas quedas, é percorrido todos os anos por grandes canoas, procedentes do Pará, ou a caminho desta província⁶⁴⁶.

O avanço sobre esse espaço tinha relação com interesses locais e com os objetivos do governo francês patrocinador daquela empresa que, segundo Costa⁶⁴⁷, tinha como principal foco a exploração dos espaços banhados por águas de grandes cursos, como é o caso dos rios Araguaia, Tocantins e Paraguai, que cortam o interior “desconhecido” “dos geógrafos e dos naturalistas”.⁶⁴⁸

Isso porque, através das antigas crônicas coloniais, os franceses tinham conhecimento que durante o século XVIII os cursos dos rios Araguaia e Tocantins, apesar de conter trechos acidentados, serviam de caminho entre o centro do país e as águas do Amazonas. E que esses caminhos entraram em desuso pela constante presença de sociedades indígenas que, pela força das armas, defendiam valorosamente seus territórios.

A viagem capitaneada por Castelnau pretendia, por um lado, reabrir as águas do rio Araguaia à navegação e, através delas, alcançar o Tocantins, percorrendo-o até encontrar a sua barra; feito isso, proceder à viagem de retorno.⁶⁴⁹

Doles⁶⁵⁰ indica que a viagem de Castelnau pelo Araguaia tinha relação com o interesse dos franceses em conhecer aquele rio e sua potencialidade de ser navegável comercialmente:

A viagem de Castelnau, que se deveu a interesses franceses na exploração comercial do Araguaia, constituiu depois de mais de vinte anos de interrupção, a primeira tentativa de restabelecimento dessa rota fluvial. Foi atendendo a tais objetivos que esse viajante desceu aquele rio até a sua confluência com o Tocantins, e por este subiu até o Porto Imperial. Suas conclusões a respeito da rota do Araguaia foram

⁶⁴⁶ CASTELNAU, 1949, p. 230-231.

⁶⁴⁷ COSTA, 2013, p. 74.

⁶⁴⁸ COSTA, 2013, p. 74.

⁶⁴⁹ COSTA, 2013, p. 75.

⁶⁵⁰ DOLES, 1973, p. 60.

sumamente animadoras, pois excetuando o problema indígena⁶⁵¹, era mais vantajosa que o Tocantins, acrescida do fato de permitir a integração do sul da província com o Pará.⁶⁵²

Castelnau buscava um conhecimento que pudesse ser utilizado para fins comerciais, tanto do Rio Araguaia como em relação à natureza que o envolvia, de modo que “[...] mostra-se muito duro e objetivo e com forte acento no utilitário”⁶⁵³ em sua narrativa, cujos raríssimos trechos que apresentam um olhar contemplativo sobre a natureza são, na maior parte, aqueles escritos pelo médico Weddel.

Para Costa⁶⁵⁴, o utilitarismo seria a lente que fez com que o olhar de Castelnau enxergasse uma natureza repleta de plantas que foram observadas sob o prisma de seus fins farmacológicos e comerciais, tal qual as montanhas, avistadas e descritas a partir de sua potencialidade de terem ou não minérios.⁶⁵⁵ Dessa forma, esses “[...] expedicionários ligados às empresas naturalistas olhavam a natureza reconhecendo-a como espaços a serem conquistados e reduzidos, da mesma maneira que as populações urbanas ou indígenas. Seu Norte era o progresso.”⁶⁵⁶

Ao tratar dos rios, Castelnau “[...] observa a quantidade de curvas, explica a largura, profundidade e temperatura da água e, principalmente, os obstáculos da navegação.”⁶⁵⁷ Essa análise pode ser reforçada pela leitura de trechos da narrativa do naturalista, como o que segue:

A viagem que íamos empreender poderia não só ser útil à ciência, como trazer também à província benefícios reais. Dois grandes rios, o Tocantins e o Araguaia, quais vastas artérias, percorrem o território de Goiás, reunindo-se no extremo limite norte. O

⁶⁵¹ A autora carrega em sua narrativa a concepção que o naturalista trazia consigo sobre a presença e resistência indígena à navegação do rio Araguaia, no entanto, não aponta que para esses mesmos indígenas, a navegação era um problema, ou no mínimo, uma questão que os impactava em suas relações e organização social e cultural. Apesar do olhar unilateral presente em sua narrativa, a autora fornece indícios fundamentais para o *processo histórico* em análise.

⁶⁵² DOLES, 1973, p. 60.

⁶⁵³ COSTA, 2013, p. 78.

⁶⁵⁴ COSTA, 2013.

⁶⁵⁵ Ao longo de sua narrativa, Castelnau cita sistematicamente a cada novo local que chega as características do solo e componentes minerais como xistos, micaxistos, quartzo, gnaisses, dentre outros. Para efeito de exemplo, ao chegarem em Caldas Novas, ficaram sabendo de histórias sobre o potencial de cura das águas naturalmente quentes, e procederam cientificamente, analisando e relatando a temperatura (42 graus) e as substâncias presentes na mesma, observando que a presença de cloreto de magnésio poderia ser responsável pela alta frequência de bócio (doença) na região, conforme Castelnau (1949, p. 2230).

⁶⁵⁶ COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. Incertezas sobre cidades e mapas. In: **Mouseion**, Canoas, n. 20, pp.95-104, abri. 2015, p. 103.

⁶⁵⁷ COSTA, 2013, p. 78-79.

primeiro não é navegável por embarcações um pouco grandes senão a partir de Porto Imperial, isto é, a mais de duzentas léguas da capital; entretanto, é por este rio, cujo curso contém pavorosas cachoeiras que interrompem a cada momento, que se fazem todas as comunicações com o Pará. A navegação por ele, a despeito das embarcações que incessantemente o percorrem, não está livre do perigo de ser atacada pelos índios. **Sob todos os pontos de vista o Araguaia é uma via de comunicação muito superior ao primeiro**, visto como, por intermédio do rio vermelho, começa a ser navegável já a quatro léguas da cidade de Goiás. Sua largura é, aliás, muito maior do que a do Tocantins, ao mesmo tempo que existem muito menos cachoeiras. Entretanto, temor exagerado dos selvagens que lhe assolaram as margens repetidas vezes, fez com que se abandonasse a sua navegação desde muitos anos.⁶⁵⁸

Esse fragmento da narrativa desse naturalista, reforça a indicação de Doles⁶⁵⁹ de que, para Castelnau, o Rio Araguaia teria mais potencial, em relação ao Tocantins, de navegação comercial e de ser uma via de comunicação. Castelnau, ao comparar esses rios, afirma que seu interesse sobre o Rio Araguaia seria prático e direcionado à possibilidade de transformar seu percurso em caminho de entrada de mercadorias e escoamento de produtos de origem animal e vegetal, ou seja, oriundos da natureza.

Estes [rios], na sua visão, mais que curso natural de água, são vias de comunicação e exploração. É através deles que o comércio poderia ser movimentado, mesmo que para isso até a paisagem tivesse de ser alterada. Para ele, os caminhos fluviais “poderiam ser encurtados, se se suprimissem as suas sinuosidades, *removendo os obstáculos formados pelos rios, pelas florestas e pelas montanhas*.”⁶⁶⁰

Assim, a perspectiva de Castelnau em relação à natureza era de “caráter apropriador” e seu olhar “quase sempre, foi transformador”.⁶⁶¹ As descrições da natureza são pormenorizadas quando dizem respeito à elementos do relevo e das características hídricas, como na sua descrição sobre a Ilha do Bananal:

[...] que aparece em alguns mapas com o nome de ilha de Santana e é talvez a maior ilha fluvial do mundo. Como era de grande importância determinar a posição exata daquele ponto, resolvi estacionar nele um dia inteiro. O rio, conquanto largo é pouco profundo, a temperatura, no dia 12, às sete horas da manhã e em lugar abrigado do sol, era de 26°, ao passo que a da atmosfera era

⁶⁵⁸ CASTELNAU, 1949, p. 235-236. (Grifos meus).

⁶⁵⁹ *Idem*, 1973, p. 60.

⁶⁶⁰ COSTA, 2013, p. 81. (Grifos da autora).

⁶⁶¹ COSTA, 2013, p. 80.

apenas de 20,2°. Era das mais pitorescas a posição do nosso acampamento. Situado na praia, ficava encostado à mata, extremamente espessa. Mesmo aos nossos pés, o magnífico rio se dividia nos dois vastos braços que limitavam a ilha, e a que dão o nome de *furos*. Pelo volume das águas que tínhamos à nossa frente e pela praia arenosa em que nós achávamos, dir-se-ia termos chegado a alguma costa oceânica, contribuindo para que essa ilusão fosse mais perfeita os animais que pulavam à nossa volta.⁶⁶²

[...] parece ainda que o furo da esquerda, ou dos Carajás, faz, na parte ocupada por estes índios, um cotovelo dirigido a princípio para o sul e depois para oeste. As larguras dos dois furos, medidas trigonometricamente, são de 360 metros para o da esquerda e de 276 para o da direita.⁶⁶³

Nesse trecho da narrativa, Castelnau intercalou as descrições do rio, das ilhas, da fauna e flora, além de relevo, clima e morfologia, indicando coordenadas, temperaturas e medidas alinhada com uma linguagem científica. Destaca-se ainda que sua narrativa incorporava os povos indígenas à natureza, de modo ambos são descritos do mesmo modo. Outro elemento importante de sua narrativa é o levantamento da toponímia e se tratando do Rio Araguaia, Castelnau o identifica “como *Araguay*, *Araguaia* ou *Araragoa*” conforme indica por Andrade.⁶⁶⁴

Para além de sua narrativa textual, algumas pranchas estão presentes na obra “*Vues et Scène*” e *representam* lugares e situações que supostamente ocorreram durante sua expedição pela América do Sul.⁶⁶⁵ Dentre elas, a de número seis é denominada “Acampamento nas margens do Araguaia”, que para Costa, seria “peculiar” no conjunto analisado, pois o Rio Araguaia “ganha pouco protagonismo”, com destaque para as árvores com “feição amazônica” e tendo como primeiro plano o cotidiano da expedição. Seria, portanto, “[...] uma cena totalmente inventada, que idealiza epicamente o cotidiano vivido pelos membros da caravana científica francesa”⁶⁶⁶, com todos os membros da expedição citados nas narrativas textuais *representados*, cumprindo suas funções e, no caso dos quatro cientistas, vestidos elegantemente com trajes citadinos conforme o “rigor da moda europeia”, mesmo estando em meio à uma natureza distinta.

⁶⁶² CASTELNAU, 1949, p. 271-272.

⁶⁶³ CASTELNAU, 1949, p. 276.

⁶⁶⁴ ANDRADE, 2006, p. 175.

⁶⁶⁵ COSTA, 2013, p. 91.

⁶⁶⁶ *Idem*, 2013, p. 91.

Contudo, na própria narrativa de Castelnau⁶⁶⁷, num trecho sobre “o pessoal da caravana”, é possível identificar a descrição do “aspecto assaz curioso” dos mesmos, sobretudo no que dizia respeito às vestimentas dos soldados brasileiros. Segundo o naturalista, os soldados teriam “perdido a severa compostura” ao deixarem de usar seus uniformes e sapatos, o que lhes conferia a aparência de “verdadeiros vagabundos”.⁶⁶⁸ Em outra parte da narrativa, ao descrever a noite que passaram na aldeia Carretão, Castelnau afirma que:

Já que muitas vezes me tenho referido aos trajes das pessoas que encontrávamos, convém que digamos também alguma coisa sobre o nosso; porque, embora eles nos parecessem de muito bom gosto naquelas solidões, talvez causassem alguma surpresa aos moradores de Paris. À cabeça, tínhamos quase todos enormes chapéus de couro, enfeitados de vistosas fitas. O sr. D'osery tinha inventado um prodigioso *sombrero*, que lhe servia não só de abrigo contra o sol do dia e o sereno da noite, mas ainda de vasilha para tirar água nos rios. Nossa vestimenta consistia numa camiseta e calças de couro, enquanto que nosso calçado eram enormes botas mineiras, com pesadas esporas. Alguns dos nossos traziam à cintura um sabre de cavalaria e, numa das botas, uma adaga. Tínhamos ainda conosco uma pistola e, atravessada sobre a sela, uma espingarda.⁶⁶⁹

Nesses trechos, as vestimentas dos membros da expedição eram descritas conforme suas peculiaridades relacionadas às necessidades e utilidade para a realização daquela empresa. Por conta dessa incongruência entre a narrativa escrita e a imagem é possível identificar que a *representação* imagética seria uma maneira de impor “[...] seus valores culturais ao meio ambiente e aos que os acompanham na jornada”, conforme apontado por Costa.⁶⁷⁰

Essa imagem pode ser tomada como síntese: um retrato da epopeia vivida e do **domínio do civilizado sobre a selva**. Interessa mostrar o grande feito; a gravura seria um instantâneo da proeza. Cabia-lhes, pois, aparecer com os atributos que lhes eram próprios. Daí o disfarce da indumentária. Ciência e arte juntam-se para mostrar um enredo não vivido. Na representação de Castelnau, a natureza aparece moldada: **civilização e selva conjugam-se**; ciência e aventura se entrelaçam, sobre a égide das primeiras. Mais que qualquer outra imagem, essa prancha caracterizou o espírito que norteou os trabalhos da expedição e a

⁶⁶⁷ CASTELNAU, Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. Tradução Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. Tomo 1, p. 239-240.

⁶⁶⁸ CASTELNAU, 1949, p. 240.

⁶⁶⁹ CASTELNAU, 1949, p. 245.

⁶⁷⁰ COSTA, 2013, p. 92.

maneira como os seus membros quiseram ser mostrados e vistos.⁶⁷¹

Essa *representação* de um suposto “domínio do civilizado sobre a selva” colocava a expedição como foco central daquele espaço que, na prática, era dominado e disputado por diferentes povos indígenas. Ademais, a natureza e o rio, com sua história de *longa duração*, eram significativamente mais poderosos que aquele grupo de homens que observavam e tinham ideias de como utilizá-los.

A ciência e a “civilização” ocupavam partes minúsculas e de forma efêmera naquele espaço em 1844, mas as narrativas e *representações* produzidas ali permaneceram. Nelas, além de “sertão”, o espaço também foi categorizado como sendo “solidão” e “região erma”, ainda que a presença indígena fosse constantemente indicada nas narrativas de Castelnau.

Castelnau⁶⁷² indica que ao chegarem em Goiás teriam descido “[...] o Araguaia, que era praticamente desconhecido e voltamos pelo Tocantins, que em breve deixamos para atravessar as imensas regiões ermas”⁶⁷³. Aquele espaço seria

Uma **imensa solidão** nos separava de Cuiabá, que alcançamos depois de uma penosa marcha de dois meses; nesta capital do Mato Grosso observamos o fenômeno singular de um **ativo centro comercial situado a 400 léguas de qualquer porto** e que só se **comunica com o litoral** por meio de caravanas cuja viagem de ida e volta demora cerca de um ano.⁶⁷⁴

O que caracterizava a “solidão” e o espaço como “ermo”, seria, para o naturalista, a distância em relação ao litoral e ao “centro comercial”, que são os locais onde se encontrava, para Castelnau, a “civilização”. Era uma perspectiva que faz parte de sua compreensão e *representação* do mundo enquanto um naturalista europeu de seu tempo diante de *outro* espaço. Ademais, a “solidão” tinha como referência a ausência de “civilizados” para além dos membros da expedição, uma vez que os povos indígenas eram colocados como parte da natureza.

⁶⁷¹ COSTA, 2013, p. 93. (Grifos meus).

⁶⁷² *Idem*, 2013, p. 285-286.

⁶⁷³ *Idem*, 2013, p. 285-286.

⁶⁷⁴ *Idem*, 2013, p. 285-286. (Grifos meus).

Costa e Diener trazem reflexões sobre a “qualificação depreciativa dos lugares” por parte de expedicionários europeus, a partir do caso de Vila Maria⁶⁷⁵ que foi alvo de uma narrativa negativa escrita pelo geógrafo Hercule Florence.⁶⁷⁶ Os autores indicaram que aquela situação estava ligada aos “sentidos e parâmetros que guiavam” a percepção do geógrafo europeu que não entendia as *relações de poder* presentes⁶⁷⁷ na denominação daquele espaço.

De modo aproximado, Castelnau observa e descreve *o outro* espaço a partir de sua percepção e dos seus parâmetros do que seria um lugar da “civilização”. O naturalista ressalta, em trechos diferentes, sua percepção de que estava em meio a um “sertão”, um “deserto”, afastado da “civilização”, do qual se afastavam apenas em situações em que entravam em contato com habitantes de fazendas, sítios e arraiais, como no trecho em que indica “[...] uma curta parada de minutos no sítio do capitão Gonçalves, para completar nossa ração de farinha. Logo depois entrávamos de novo no sertão deserto, perdendo de vista durante muitos dias o contato com a civilização”.⁶⁷⁸

Para Castelnau o “sertão” não era apenas “distante da civilização”, era também o lugar onde o medo e o desconhecido desafiavam aquele que o adentrava, apontando que ao longo da viagem estava “[...] à nossa frente esse temeroso sertão de que tanto ouvíamos falar”⁶⁷⁹. O naturalista comparava essa situação com o que “[...] já me havia acontecido nos Estados Unidos, onde, depois de haver atravessado o Mississipi tinha sempre à minha frente o *far-west*, sem nunca poder alcançá-lo, a ponto de me parecer que assim eu acabaria chegando por fim ao Pacífico”⁶⁸⁰. Logo, para Castelnau, tanto o “sertão” do Brasil quanto o *far-west* dos Estados Unidos eram um *outro* espaço, distinto da “civilização” europeia a qual pertencia.

⁶⁷⁵ O geógrafo escreve que Vila Maria, atual cidade mato-grossense de Cáceres, não deveria ser considerada uma vila, pois se tratava de um “exagero”, identificando que: “[...] duas fileiras de casas em precárias condições, nos dois lados de um largo que em verdade é um pasto, centralizadas por uma igreja consagrada a São Luiz de França, e, com as casas, os muros de cercaduras dos respectivos quintais, aí está Vila Maria”; conforme Hercule Florence, citado por COSTA; DIENER (2015, p. 96).

⁶⁷⁶ Membro da Expedição Langsdorff entre 1825-1829, conforme Costa e Diener (2015, p. 95).

⁶⁷⁷ COSTA; DIENER (2015) analisaram que a categorização de Vila Maria atribuída a um lugar pequeno e com pouca população, estava ligado à necessidade da Coroa portuguesa em garantir a fronteira com os castelhanos, e não se tratava, portanto, de um simples exagero, como indicado por Hercule Florence.

⁶⁷⁸ CASTELNAU, 1949, p. 363. (Grifos meus).

⁶⁷⁹ CASTELNAU, 1949, p. 180.

⁶⁸⁰ CASTELNAU, 1949, p. 180.

Ademais, a expedição de Castelnau resultou numa narrativa significativa que permite a análise do olhar estrangeiro sobre *o outro humano*, a começar em relação aos povos indígenas.

2.5.2. A expedição de Castelnau e as representações dos Xavante “antropófagos”, Canoeiros “cruéis”, “hordas hostis” dos Xerente e Karajá “selvagens”

Castelnau indica que no percurso em que navegou pelo Rio Araguaia, teria escolhido uma rota⁶⁸¹ que “[...] nos levaria a atravessar a zona ocupada pelas hordas hostis dos Xerentes, dos Xavantes e dos “Canoeiros”. Na “Introdução” de sua obra, o naturalista indica que:

Chegados a Goiás **descemos o Araguaia, que era praticamente desconhecido** e voltamos pelo Tocantins, que em breve deixamos para atravessar as **imensas regiões ermas** habitadas somente pelos **Xavantes antropófagos e pelos Canoeiros ainda mais cruéis**.⁶⁸²

Nesses trechos e em outros, Castelnau categoriza alguns povos indígenas que encontrou ou que ouviu referências em relatos de terceiros, produzindo e reproduzindo *representações* sobre eles, mas com nuances entre os diferentes grupos quanto às características como a supostas “crueldade” e à existência ou não de práticas antropofágicas.

Uma das embarcações da expedição, chamada de Santa Bárbara, se tornou para o naturalista “[...] célebre pela sua rapidez e ânimo decidido da equipagem, constituída inteiramente de índios Xavantes”⁶⁸³ que teriam sido integrados à expedição no aldeamento Carretão, onde foram escolhidos alguns dos indígenas “cristianizados”. Castelnau ao descrever locais por onde passava, como no caso de Salina, que seria um “pequeno núcleo de pescadores” com uma população constituída de 180 habitantes, “[...] quase todos xavantes cristianizados e de sangue puro na sua maioria. Tinham cabelos negros, compridos e lisos, aparados na testa e caindo atrás até os ombros.”⁶⁸⁴ Nessa descrição é possível identificar que os Xavante, categorizados em outras partes da narrativa como

⁶⁸¹ CASTELNAU, 1949, p. 231.

⁶⁸² PORRO, 2013, p. 285-286. (Grifos meus).

⁶⁸³ CASTELNAU, 1949, p. 268-269.

⁶⁸⁴ CASTELNAU, 1949, p. 258.

“antropófagos”, poderiam ser considerados como hospitaleiros, caso fossem “cristianizados”, indicando sua compreensão em relação ao *outro*.

Apesar desses trechos em que Castelnau indica que os Xavante que conheceu não eram antropofágicos, a obra em seu conjunto, constrói, por meio de sua narrativa, essa *representação* sobre esse e outros povos indígenas. Se tratando dos Xavante, para além da narrativa sobre a suposta prática da antropofagia, Castelnau inseriu sua perspectiva sobre os “cristianizados” da “aldeia” Carretão:

[...] é habitada por índios xavantes cristianizados, outrora em número de três ou quatro mil, mas reduzidos hoje a muito poucos. Habitam casas feitas de pau e de terra, semelhantes às dos brasileiros; **são preguiçosos em extremo; vestem ordinariamente** uma calça branca de algodão que ali mesmo tecem, e uma camisa curta, que deixam cair por cima, como é hábito entre todos os habitantes do sertão.⁶⁸⁵

A percepção do naturalista de que eram “preguiçosos” pode ter relação com a diferença entre o *ritmo temporal* das atividades cotidianas dos povos indígenas em relação ao seu parâmetro a agitação das cidades e da “vida civilizada” europeia do século XIX. Nesse sentido, ainda que catequisados, não eram “civilizados” por conta de seu *ritmo* de vida, destacando que as vestimentas daqueles Xavante estavam longe de serem adequadas aos padrões europeus. Ademais, Castelnau considera que os Xavante eram uma “raça” distinta da sua, argumentando que:

Os homens desta **raça** têm grande estatura; o corpo é vigoroso, mas a **fisionomia ordinariamente muito repulsiva**. Os que pertencem à tribo dos Xerentes se conhecem pela cabeça raspada na parte mais alta. A nação a que pertencem estes índios, de todas de Goiás a mais poderosa, divide-se em cinco tribos, as quais são muito parecidas entre si, a saber: os Xerentes, os Xavantes, os Orajumopres, os Morocoajes e os Craincás.⁶⁸⁶

A ideia de “raça” englobando grupos étnicos distintos, circulava nos meios científicos naquelas primeiras décadas do século XIX,⁶⁸⁷ e se somava ao desprezo que Castelnau sentia em relação ao *outro*, indicando que teriam “fisionomia repulsiva”, e chegando a indicar que a noite que teria passado numa

⁶⁸⁵ CASTELNAU, 1949, p. 243. (Grifos meus).

⁶⁸⁶ CASTELNAU, 1949, p. 244. (Grifos meus).

⁶⁸⁷ Essa discussão é retomada à frente.

aldeia, entre morcegos, carrapatos e borrachudos⁶⁸⁸, presenciou uma dança na qual “[...] todos aqueles semblantes, alguns dos quais eram horríveis, iluminados vivamente pela grande fogueira que estava no meio do círculo, produziram efeito sobre nós que seria difícil descrever.”⁶⁸⁹

É importante ponderar que o naturalista elaborou narrativas com diferentes intencionalidades e destinadas a públicos diferentes. No artigo “L’Araguail – Scènes de voyages dans l’Amérique du Sud”⁶⁹⁰ escrito para a “Revue des Deux Mondes”, Castelnau⁶⁹¹ dava ênfase à sua perspectiva de que o Brasil e o Rio Araguaia “estava imerso na barbárie”, possivelmente motivado pelo fato de que seus leitores eram predominantemente europeus interessados em ter informações sobre outros lugares do mundo, sobretudo quando eram narrativas que ressaltavam o quão “bárbaro” e “exótico” eram seus habitantes. A mesma lógica de se avaliar a intencionalidade do autor pode ser aplicada no caso da “Introdução” de sua obra, na qual Castelnau⁶⁹² se referiu às “imensas regiões ermas habitadas somente pelos Xavantes antropófagos e pelos Canoeiros ainda mais cruéis”. Possivelmente, o naturalista considera a probabilidade de que seus leitores dariam mais atenção e que a parte introdutória seria mais lida do que o restante de sua imensa obra de quinze tomos, optando por destacar ali os elementos mais chamativos e que supostamente teriam maior impacto sobre os leitores.

Nesse sentido, é possível imaginar motivos⁶⁹³ pelos quais Castelnau optou em ressaltar a existência de “Xavantes antropófagos” e “Canoeiros ainda mais cruéis” em meio à uma considerável diversidade de povos indígenas presentes nas margens do Rio Araguaia. Ressalta-se que o naturalista não teve contato direto com alguns dos povos indígenas aludidos em sua narrativa, tendo apenas ouvido relatos de terceiros que traziam *representações* anteriores e que foram reproduzidas ou modificadas pelo autor.

⁶⁸⁸ CASTELNAU, 1949, p. 246.

⁶⁸⁹ CASTELNAU, 1949, p. 245.

⁶⁹⁰ In: CASTELNAU, Francis. “L’Araguail – Scènes de voyages dans l’Amérique du Sud”. Revue des Deux Mondes: Bureau de la Revue des Deux Mondes, 1848.

⁶⁹¹ BARBATO, 2013, p. 09.

⁶⁹² *Idem*, 2013, p. 285-286.

⁶⁹³ Outros motivos possíveis seriam a tentativa de ressaltar sua coragem e façanha pessoal, causar medo ao leitor, dentre outras possibilidades.

O que não pode ser delegado para o universo imaginativo é o fato de que o naturalista fez uma opção de *representar o outro humano* a partir de sua visão de que nas margens do Rio Araguaia habitavam indígenas “bárbaros”, “selvagens”, “cruéis” e “antropófagos”. A narrativa de Castelnau foi marcada pelo horror à antropofagia, sendo que desde o início da viagem, no aldeamento Carretão, teria ouvido relatos e visto alguns “selvagens” que categoriza como antropófagos, pois:

[...] frequentemente acontece que venham morar também no aldeamento índios selvagens. **Vimos vários com o peito mareado das cicatrizes com que costumam indicar o número de inimigos mortos e devorados.** Não possuem espingardas, e ainda se servem de arcos e flechas. Estas últimas, cujo comprimento é de um metro e 75 centímetros, são lançadas com grande habilidade contra o civilizado.⁶⁹⁴

Esse trecho da narrativa apresenta uma descrição que tem como base a imaginação do narrador sobre as supostas práticas antropofágicas entre os Xavante, influenciada por relatos de terceiros que precisam ser problematizados, como o caso que foi narrado a partir da passagem da expedição nas redondezas do “Povoado de Carolina”, às margens do Tocantins, no Maranhão. Ali, os expedicionários teriam encontrado e sido presenteados com mantimentos ofertados pelo “Coronel” Ladislau, que teria domínio sobre vinte léguas quadradas de terras “[...] localizadas em plena região dos Xavantes que muitos cavalos e bois lhe teriam matado, sem falar num de seus empregados”⁶⁹⁵, e que teria organizado uma expedição para enfrentar aqueles indígenas. Castelnau incorporou à sua narrativa a descrição de que o governo “[...] nunca se envolve nestas pequenas questões e enquanto a tropa regular vive nas capitais a acompanhar procissões, os habitantes do sertão, entregues a si próprios, organizam bandeiras, se não se acham dispostos a morrer sem defesa às mãos dos selvagens.”⁶⁹⁶ A partir desse relato, Castelnau escreve:

À frente de cento e trinta homens, o coronel Ladislau havia penetrado nos aldeamentos dos Xavantes, fazendo cinquenta e um prisioneiros, sem contar os que deixou mortos no campo de luta. Os prisioneiros foram repartidos entre os sitiados da zona. Quanto à bandeira, teve ela apenas um morto e dois ou três feridos e ainda assim por imprudência. Os xavantes têm consigo, como escravos, muitos prisioneiros brasileiros, com os quais

⁶⁹⁴ CASTELNAU, 1949, p. 244. (Grifos meus).

⁶⁹⁵ CASTELNAU, 1949, p. 362.

⁶⁹⁶ CASTELNAU, 1949, p. 362.

usam o máximo rigor, matando-os pela menor culpa ou mais leve tentativa de fuga. Contam ainda que possuem entre seus chefes vários negros e uma mulata, os quais, pelo conhecimento que têm dos lugares, lhes são muito úteis e ainda mais ferozes que eles. Diversos escravos cristãos tinham sido libertados e trazidos pelo coronel; mas a maioria destes infelizes se achava fora do aldeamento quando ali aportou a bandeira, tendo por isso de ser deixados atrás.⁶⁹⁷

Não é possível identificar a veracidade desse fragmento da narrativa, mas é admissível cogitar que o mesmo foi influenciado pelo relato contado por um “coronel” que havia se apropriado de terras e fazia uso da natureza num espaço onde a presença indígena resultava na realização de bandeiras com uso da violência e justificadas pela possibilidade de casos de escravidão de “cristãos” que legitimavam a “guerra justa” contra indígenas. O temor à antropofagia pode ter sido fomentado por esses relatos baseados em supostas experiências vividas por membros daquela expedição que confrontou o grupo indígena em questão, pois trechos da narrativa de Castelnau sugerem descrições carregadas de elementos considerados aterrorizantes, a saber:

Alguns membros dessa expedição observaram nas choças dos xavantes indícios certos de antropofagia. Em várias casas viam-se farrapos de carne humana pendentes do teto, ao passo que em muitos lugares viram-se ossadas, parcialmente roídas e carbonizadas.

Estes selvagens costumam devorar também os parentes velhos, aos quais, segundo dizem, matam, no momento de exalarem o último suspiro. Foi notado que os pés e as mãos são as partes do corpo por eles preferidas; isso porque, a seu ver, as outras partes do corpo dos cristãos têm gosto muito amargo. Possuía o coronel em seu serviço um índio xavante, trazido quando pequeno. Tão certo de sua fidelidade estava o dono, que não hesitou em levá-lo na última expedição; entretanto, este desgraçado fora feito prisioneiro, escapando de ser morto apenas por milagre. **Quando o vimos, tinha uma mão e as orelhas cortadas, e a cabeça horivelmente dilacerada.**⁶⁹⁸

A narrativa feita pelo “coronel” Ladislau deve ter impactado significativamente Castelnau, pois, além de ser considerado um testemunho fidedigno, ainda contava com uma “prova” que seria as cicatrizes do menino Xavante atribuída aos “horrores” praticados pelos Xavante. Esse relato trazia a

⁶⁹⁷ CASTELNAU, 1949, p. 362.

⁶⁹⁸ CASTELNAU, 1949, p. 363. (Grifos meus).

indicação de supostas práticas de antropofagia que condenavam “cristãos” e mesmo “parentes” idosos, causando repugnância e horror que marcaram partes da narrativa nas quais trazia referências à tais práticas.

Não foi apenas esse relato isolado que contribuiu para a perspectiva de que Xavante e outros povos seriam violentos, pois, desde o início da viagem por parte do Rio Araguaia, o naturalista indica o medo que toda expedição tinha em relação a um possível ataque de índios. O naturalista indica que tiveram notícias de uma “caravana de Cuiabá” que “[...] tinha sido atacada no caminho pelos índios, encontrando ainda na estrada os cadáveres de vários soldados enviados como correios pelo presidente de Goiás.”⁶⁹⁹ Esse clima de medo pairava sobre a expedição de Castelnau, gerando desconfiança em relação à parte de sua tripulação constituída por Xavante cristianizados recrutados no aldeamento do Carretão, de tal modo que o naturalista relutou para entregar armas e munição para os mesmos.⁷⁰⁰ Durante o planejamento da viagem a possibilidade de um ataque de indígenas havia sido considerada e a reação dos membros da expedição estava esquematizada:

[...] prevendo a possibilidade de uma agressão da parte dos índios, assentamos um plano de combate: enquanto eu, com uma parte das nossas forças, atacaria as canoas, o Sr. D’osery deveria desembarcar o resto da equipagem e incendiar o aldeamento. Estávamos certos de que o desejo de salvar as mulheres e as crianças poria em pouco tempo fim ao combate.⁷⁰¹

Castelnau informou que o piloto Ricardo⁷⁰² teria o alertado sobre os perigos que enfrentariam e narra sobre o seu temor no seguinte trecho:

[...] nossos homens, acostumados quase todos à vida nesses desertos, certificaram-nos de que tal grito só podia ter sido dado pelos selvagens. Derreados pelos trabalhos do dia, havia eu me retirado para descansar a certa distância, no campo, contemplando os encantos de uma natureza tão virgem ainda ao contato do homem civilizado, quando veio ter a mim o velho piloto Ricardo. O velho parecia tomado de forte emoção, sentando-se ao meu lado. Estranhei no primeiro momento este gesto, que me parecia em oposição ao respeito profundo que sempre me testemunhou o pobre negro; mas percebi que inteiramente o absorviam e agitavam profundas cogitações.

⁶⁹⁹ CASTELNAU, 1958, p. 238.

⁷⁰⁰ CASTELNAU, 1949, p. 252.

⁷⁰¹ CASTELNAU, 1949, p. 319.

⁷⁰² O piloto Ricardo conhecia parte do trajeto do Rio Araguaia pois teria feito uma viagem quando jovem e tinha informações sobre as características do rio, da Ilha do Bananal, dos obstáculos à navegação e da presença de povos indígenas no trajeto.

"Estou velho, muito velho, disse-me ele; seria, portanto, ridículo ter medo quando me falta tão pouco para morrer; mas o senhor é moço, como são moços também todos estes rapazes, devendo, pois, ter muito mais apego à vida do que um pobre negro, como eu. O senhor já pensou bem nas consequências que poderá ter uma expedição como esta, em que estamos empenhados? Há na nossa frente cachoeiras medonhas, que eu vi quando menino, mas cujas passagens confesso francamente não conhecer. Muito perto daqui estão os Xambioás, os mais ferozes de todos os índios, que muito provavelmente irão se opor à nossa passagem, armando-nos toda espécie de ciladas, enquanto estivermos atarefados com as dificuldades do rio."⁷⁰³

Não é possível identificar se esse diálogo ocorreu como narrado por Castelnau, mas foi o único trecho em que uma suposta “voz” de um membro da tripulação foi acionada. O naturalista narra que:

Respondi-lhe que antes de me aventurar a uma empresa como esta, havia pesado bem as suas consequências, acabando por me decidir a afrontar todos os perigos de que ele me falava; que, além disso, como era de seu conhecimento, nossas provisões bastavam apenas para a descida completa do rio, de modo que, se tentássemos agora subi-lo, todos morreríamos certamente de fome. "então, disse-me o velho, seja feita a vontade de Deus; mas é provável que muitos dos que agora cantam e riem, tenham próximo o dia de prestar contas ao criador. Da minha parte, estou pronto para acompanhá-los". O semblante do pobre negro, de ordinário tão feio, pareceu-me nesse momento verdadeiramente belo; quando ele se retirou, apertei-lhe a mão, com os olhos cheios de lágrimas. Ricardo que vinha acompanhado do único filho, mostrou sempre coragem e devotamento sem limites.⁷⁰⁴

Pode ser percebido nesse trecho que foi esse o único momento em que Castelnau viu beleza na “fealdade” de seu piloto brasileiro, pois em seu semblante havia uma preocupação legitimada por valores que o naturalista considerava importantes: “coragem e devotamento”.

Apesar do clima de medo de ataques indígenas, nem todos os encontros com povos indígenas foram narrados a partir de *representações* ligadas à sua “crueldade”. Castelnau e sua expedição, ao percorrerem o rio pelo braço direito⁷⁰⁵

⁷⁰³ CASTELNAU, 1949, p. 297-298.

⁷⁰⁴ CASTELNAU, 1949, p. 297-298.

⁷⁰⁵ CASTELNAU, 1949, p. 275. O autor afirma que: “[...] escolhi a contragosto o braço direito do rio Araguaia por advertência de seus guias que informaram que no braço esquerdo a sua expedição seria alvo de ataques de indígenas, sendo aquela a melhor rota utilizada por embarcações comerciais anteriormente”.

da Ilha do Bananal, tiveram o primeiro contato, naquele ano de 1844, com os Karajá e os Karajá do Norte, estes últimos identificados na narrativa como “Xambioás”.

A narrativa de Castelnau utiliza categorias e adora perspectivas que indicam que esses grupos seriam parte da natureza, e como tal, andavam em “bando”, como pode ser observado no trecho em que o naturalista indica a aproximação de “[...] um bando de índios Carajás, vindos havia pouco das matas do rio Araguaia.”⁷⁰⁶ Castelnau, que inicialmente indica se tratar de um “bando”, reconheceu que aquele grupo de Karajá era composto por uma família de homens, mulheres e crianças, contudo, “selvagens”:

[...] composta de seis homens e cinco mulheres, todos nus, com exceção dos braceletes vermelhos, que traziam nos braços e nas pernas. Havia entre eles, algumas raparigas e algumas crianças. As mulheres parecem terem ficado muito assustadas com a nossa presença, acorrendo-se imediatamente; as crianças, pelo contrário, fitaram-nos calmamente, continuando a comer as suas laranjas. Esses selvagens tinham o corpo borrado irregularmente de vermelho e preto, cores que extraem dos frutos do urucum e do genipapo, utilizando na preparação o óleo de coco. Este óleo é que lhes dá o cheiro forte que exalam, como também acontece com quase todos os selvagens. Os adultos tinham uma cicatriz anular, que é o sinal distintivo desta nação; os homens também tinham no lábio inferior uma fenda, pela qual passava um pedaço de concha, em forma de gancho. Estes índios mantêm há algum tempo boas relações com os moradores de Salinas, vindo frequentemente visitá-los, sem lhes permitir, todavia, penetrar nas suas aldeias; são ordinariamente de porte menor do que os xavantes, parecem menos fortes do que estes, embora mais elegantes de formas.⁷⁰⁷

A ênfase na descrição de seus corpos e a comparação entre características físicas de povos distintos pode ser identificada como atividade comum entre os naturalistas do século XIX, bem como a categorização desses indígenas como “selvagens”. Ressalta-se nesse sentido, que apesar do contato “amistoso”, *o outro humano* é categorizado por meio de *representações* que o inserem num lugar no mundo onde seriam ainda parte da natureza.

Noutra parte da obra, baseada na narrativa do médico Weddell, é possível observar que, após avistarem uma canoa com Karajá, alguns membros da expedição teriam a seguido, se aproximado, trocado presentes e seguido os

⁷⁰⁶ CASTELNAU, 1949, p. 252. (Grifos meus).

⁷⁰⁷ CASTELNAU, 1949, p. 252.

indígenas até sua aldeia. O médico narra que: “[...] pouco depois estacionamos para dar descanso ao pessoal, que precisava comer; os selvagens fizeram seus fogos ao lado dos nossos, pondo para assar bananas e batatas, que repartiam conosco.”⁷⁰⁸ Apesar da hospitalidade, a desconfiança e o medo pairavam no ar, pois como mais indígenas se aproximaram, havia a possibilidade da expedição estrangeira ser atacada durante a noite ou ao amanhecer. Essa situação foi assim narrada:

[...] podiam contar uns trinta selvagens, nus e com todo o corpo cheio de pinturas, inclusive as pálpebras. Estavam armados de lanças, flechas e bordunas. Sua chegada foi amical; mas os seus corpos pintados, o armamento que traziam e a ausência de mulheres, levaram-nos a redobrar de precaução. Não tardou que chegassem novas embarcações. Os selvagens nos ofereciam flechas e provisões, em troca de anzóis, de facas e espelhos. Estes últimos excitam-lhes muito especialmente a cobiça. A maioria dos índios via pela primeira vez este objeto, atrás do qual, à **moda dos macacos**⁷⁰⁹, procuravam sempre ver se não estava alguma pessoa. As sentinelas continuavam a anunciar sempre mais canoas, à medida que a noite se ia tornando escura. Com o aumento crescente do número, os selvagens se iam tornando barulhentos, fazendo-nos recear cada vez mais pela nossa posição. Entretanto, evitei provocar-lhes a desconfiança, proibindo que a equipagem pegasse em armas. Limitei-me a postar uma guarda reforçada à volta dos sarilhos, dando aos índios sinal para se retirarem. Como, porém, a isso se recusassem, dei ordem às sentinelas para que não deixassem saltar mais ninguém das canoas que chegavam em multidão, o que não foi muito difícil, fazendo avançar a equipagem em linha, de uma extremidade à outra da ilha. Conseguimos assim **repelir os selvagens**, que embarcaram de novo, uns rindo, outros meios à força.⁷¹⁰

A narrativa indica que aquela situação foi marcada pela desconfiança, pois “[...] sem dúvida para nos dar uma prova de confiança, um de seus chefes pediu para ficar conosco; passou toda a noite junto de uma de nossas fogueiras”⁷¹¹, sem ponderar que possivelmente aquela atitude do chefe indígena teria sido uma estratégia para vigiar os membros da expedição, uma vez que também havia o temor de que os expedicionários fizessem algum mal ao seu povo. De um lado, Castelnau

⁷⁰⁸ CASTELNAU, 1949, p. 301 (Trecho da narrativa atribuído ao médico Weddell).

⁷⁰⁹ As comparações com outros primatas são comuns no século XIX marcado por teorias evolucionistas, sendo que a análise dessa problemática não poderá ser realizada adequadamente nessa pesquisa, por ser objeto da pesquisa, mas que situa o autor das narrativas da fonte documental analisada.

⁷¹⁰ CASTELNAU, 1949, p. 301. (Grifos meus).

⁷¹¹ CASTELNAU, 1949, p. 301.

mandava sentinelas observarem as margens do rio para que mais nenhum indígena chegasse, e por outro lado, seis indígenas vinham dormir junto ao acampamento da expedição, compondo uma situação de desconfiança entre os envolvidos.

Castelnau apresenta uma classificação sobre os Karajá, indicando que a “[...] tribo dos Xambioás, com que acabávamos de estabelecer relações, pertence à nação Carajá, que se divide da seguinte maneira: os Carajais”⁷¹²; além “dos Javaés, que vivem nas terras do interior, em contradição com os hábitos aquáticos da referida nação” e “os xambioás, de que nós estamos ocupando”⁷¹³. Ao descrever a prancha que *representava* a expedição acampada numa margem do Araguaia, Castelnau afirma que aquele rio “quase desconhecido na época da nossa viagem” e foi palco dos “[...] massacres cometidos pelos selvagens Xambioá teriam impedido por mais de 40 anos que os viajantes se aventurassem nas suas águas.”⁷¹⁴

A partir de relatos sobre aqueles massacres, Castelnau narra ter medo dos Karajá do Norte, situação que, em parte, foi alterada pela experiência e impressão que os expedicionários tiveram a partir do contato com esse povo. Mesmo assim, persistia o estranhamento em relação à organização social daquele povo pode ser identificado em sua narrativa, como no seguinte fragmento:

De acordo com o que nos informaram o soldado Simão e os três mestiços que aqui viemos encontrar, os Xambioás não conhecem nenhuma tradição religiosa ou, pelo menos, a nenhuma divindade rendem culto. Os casamentos entre eles não obedecem a nenhuma cerimônia, apesar do que a poligamia lhes é desconhecida. Quando um índio deseja casar-se, não tem mais do de que pedir a moça aos pais; estando estes de acordo, leva-a o índio para a sua choça. Contaram-nos que a libertinagem era punida com extremo rigor, assegurando-nos de que poucos dias antes da nossa chegada, tendo sido certo homem surpreendido em flagrante delito com uma rapariga não casada, esta foi morta pela própria mãe, enquanto o cúmplice foi duramente vergastado. Esse fato está, todavia, em desacordo com **os oferecimentos que se faziam constantemente ao nosso pessoal**; é, pois, possível, que ele tivesse sido acompanhado de circunstâncias não percebidas pelos brasileiros.⁷¹⁵

⁷¹² CASTELNAU, 1949, p. 302-303.

⁷¹³ CASTELNAU, 1949, p. 302-304.

⁷¹⁴ CASTELNAU, Francis de. *Vues et Scène*. 1852, p. 06 APUD Costa, 2013, p. 91.

⁷¹⁵ CASTELNAU, 1949, p. 312-313. (Grifos meus).

Logo, o fato descrito por soldados foi contrariado pela experiência de contato, através da qual Castelnau acreditava ter condições de avaliar, descrever e julgar, dando a entender que “os oferecimentos” seriam indícios de libertinagem que teriam sido descritos. O que o naturalista não observa é que a oferta de mulheres aos *outros* praticadas por alguns povos indígenas se alinham às estratégias para estabelecer alianças com outros grupos.

Do mesmo modo que Castelnau e os membros da expedição viam com estranhamento e etnocentrismo os Karajá do Norte, os mesmos também o faziam, e em parte da narrativa, o naturalista informou que o chefe e outros indígenas, ao almoçar junto com a expedição, estanharam a carne e desconfiaram ser de gente. A partir daquela desconfiança o naturalista concluiu que: “[...] isso me deu a prova de que, cercados de tribos antropófagas, estes índios têm o mesmo horror que nós outros por aquele tenebroso costume”⁷¹⁶. Por fim, Castelnau pondera:

[...] como acabamos de ver, os Xambioás estão muito longe de merecer a má reputação de que gozam entre o povo de Goiás. Nós, pelo menos, não tivemos nenhuma razão para nos queixarmos deles; animei-os até a estender suas próximas excursões até Salinas, onde lhes prometi serem bem recebidos. Ficamos sabendo que éramos os primeiros europeus a entrar em seus aldeamentos; pois as antigas expedições portuguesas nunca ousaram neles penetrar. Aliás, se suas disposições hoje são assim pacíficas, não parem que assim tivessem sido sempre. Disso nos dão prova os morticínios que outrora se verificaram no rio Araguaia. Nosso velho piloto Ricardo contou-nos que a expedição em que ele tinha tomado parte quarenta anos atrás fora barrada pelas canoas desses índios a que foi necessário dar combate. A opinião do velho era que os índios nos tinham tomado por negociantes em viagem para o Pará, onde iríamos comprar mercadorias; assim sendo, pensava ele, para nos inspirar maior confiança, deixaram-nos passar com o dinheiro que nada lhes valia, reservando-se para na volta nos massacrar e se apoderarem de nossa carga. Devo dizer que o seu procedimento para conosco em nada justificava esse modo de ver. De resto, com a equipagem e o armamento que tínhamos, podíamos desafiar todas as tribos do Araguaia.⁷¹⁷

Portanto, Castelnau indica alguns elementos sobre as contradições existentes entre a “má reputação” e o modo com que foram recebidos por aquele povo indígena. Apesar disso, e diante das suspeitas do piloto Ricardo de que a boa

⁷¹⁶ CASTELNAU, 1949, p. 314.

⁷¹⁷ CASTELNAU, 1949, p. 318-319.

recepção tinha relação com intenções de roubar a massacrar a expedição em algum momento, o naturalista sugeriu que possuía capacidade bélica suficiente para enfrentar “todas as tribos do Araguaia”.

Contudo, Castelnau estava convencido “[...] das disposições pacíficas desses índios”, sendo esses capazes de “[...] prestar grandes serviços aos futuros viajantes, fornecendo-lhes víveres e guiando-os no meio das cascatas”, numa situação em que o naturalista indica ter aberto “ao comércio a navegação do Araguaia”.⁷¹⁸ Logo, apesar do medo e dos relatos de massacres, Castelnau considera que os Karajá poderiam se tornar úteis para o comércio e navegação pelo Araguaia. Porém, esse otimismo se deu em meio a um olhar etnocêntrico sobre esses povos indígenas, através da tentativa de descrevê-los, compará-los e categorizá-los em todos os aspectos, como a língua, descrita como “[...] arrastada e fanhosa, muito mais desagradável ao ouvido do que a dos Xavantes.”⁷¹⁹

Castelnau narra ainda que foi obrigado a participar de um ritual entre os Karajá do Norte, no qual foi carregado por dois guerreiros para uma aldeia⁷²⁰ e colocado numa esteira: “[...] onde não tardou que me visse rodeado por uma multidão de pessoas dos dois sexos e de todas as idades. Trouxeram-me uma grande vasilha de barro cheia de uma bebida de aparência muito pouco convidativa, que, entretanto, me vi forçado a saborear.”⁷²¹ Pela narrativa é possível identificar que o naturalista não conseguiu ver significados e importância naquele ritual de boas-vindas que presenciou, indicando ter se sentido aliviado por não ter sido morto.

Nesse sentido, é possível indicar que Castelnau e os membros tinham medo e desconfiança dos povos indígenas que encontraram, ainda que as experiências de contato tenham sido amistosas e a ideia de uma aliança em relação à navegação comercial pelo Rio Araguaia tivesse convencido o naturalista de que teria “aberto” aquela via de comunicação fluvial. Mesmo que as desconfianças e o medo fossem mútuos, foi a narrativa de Castelnau que teve o poder de criar *representações sobre o outro humano*, que não se limitaram somente aos povos indígenas cuja

⁷¹⁸ CASTELNAU, 1949, p. 319.

⁷¹⁹ CASTELNAU, 1949, p. 313.

⁷²⁰ Destaca-se que a aldeia teria entre 1500 a 2000 pessoas, segundo estimativa de Castelnau (1949).

⁷²¹ CASTELNAU, 1949, p. 312.

2.5.3. A “raça” dos negros nas narrativas de Castelnau: a representação da “fealdade” e de desvios morais atribuídos ao outro

Uma das marcas do contato com *o outro humano* é o estranhamento em relação aos comportamentos e às características físicas, de modo que na narrativa de Castelnau foram mencionadas as “fisionomias repulsivas” e “fealdade” atribuídas a indígenas de diferentes povos. Contudo, como indicado numa citação anterior, essa era a perspectiva do naturalista sobre seu piloto Ricardo, cujo semblantes do “pobre negro” seria “ordinário tão feio”.⁷²² Castelnau enxergava “fealdade” no *outro* desde o encontro com Ricardo, descrito nos seguintes termos:

Desde minha chegada a Salinas, recomendavam-me em todo lugar um velho preto chamado Ricardo, o qual, quando menino, havia descido o Araguaia. Passava ele por ser o pescador mais hábil do rio e fora ele o primeiro a travar relações com os índios Carajás; gozava, além disso, de excelente reputação de probidade. Vendo-o pela primeira vez, **fiquei um pouco espantado com a sua extrema fealdade**; mas tratei de ajustar esse homem útil, comprando-lhe a embarcação, que ele se comprometeu a dar pronta dentro de pouco.⁷²³

A “fealdade” atribuída por Castelnau não tinha relação somente com aquele homem, mas com o fato de ser considerado um “preto velho”, pois a ideia de “raça” atravessa a sua narrativa e não foi aplicada apenas aos povos indígenas, mas também aos africanos e afrodescendentes.

Desde a chegada ao Brasil, o naturalista narra sua “análise” sobre seus habitantes pela perspectiva de “raça”, como pode ser observado no trecho abaixo:

[...] tendo estudado durante longos anos a raça africana transplantada na América, eu sempre ardentemente desejava conhecê-la em seu próprio país, livre e independente. Confesso, todavia, que essa experiência não fez mais do que confirmar as ideias que eu tinha sobre o **pequeno desenvolvimento intelectual desta variedade da raça humana**. Como na América, encontrei-a aqui embrutecida pela bebida e as mais absurdas superstições; cômica em seus movimentos, **lembra-nos a cada passo o macaco**. O fato é que, livre na África ou escravo no novo mundo, **o negro é sempre preguiçoso, dissoluto, ladrão e mentiroso**. A extrema facilidade com que se submete a escravidão prova nele a ausência de um dos mais nobres atributos

⁷²² CASTELNAU, 1949, p. 297-298.

⁷²³ CASTELNAU, 1949, p. 260. (Grifos meus).

da alma humana. Forçado ao cativeiro, o negro engorda, ao passo que o índio da América se deixa morrer.⁷²⁴

Os negros enquanto pertencentes à uma única “raça” seriam, para Castelnau, todos iguais, desconsiderando a diversidade cultural existente entre os povos africanos que, por meio do tráfico de pessoas, realizaram a diáspora para a América. Para o naturalista, a situação de escravidão no “novo mundo” e a liberdade na África não representariam diferença para a indolência, desonestidade, animalidade, passividade e outras características pejorativas atribuídas aos africanos e afrodescendentes que encontrou.

Castelnau ainda indica que ao ver um negro, se lembrava de um macaco, indicando sua perspectiva evolucionista projetada sobre a abordagem racista, construindo *representações* sobre *o outro*. Sua análise racista também compara os negros aos indígenas, considerando que os últimos resistiam à escravidão imposta pelo “branco”, de modo a escalonar esse *outro*. A narrativa do naturalista trazia argumentações pautadas em elementos presentes em teorias racistas e evolucionistas que perpassavam diferentes campos das ciências europeias e se consolidavam no século XIX, tal qual a antropologia física atrelada à eugenia, que pode ser identificada no seguinte trecho de sua narrativa:

[...] para o naturalista, o estudo fisiológico do crânio prova o fato que a seguir descrevo e é confirmado pela observação de todos os dias. Nos primeiros anos da existência o negro apresenta um desenvolvimento intelectual mais ou menos equivalente a uma criança de raça branca: mas aos doze anos, há no primeiro um retardamento na marcha do progresso, enquanto na última se observa um desenvolvimento contínuo. Essa atividade de crescimento nos primeiros dias da existência é, de resto, peculiar às **raças inferiores**. Não se conclua, porém, que aprovo a escravização dos africanos, pelo fato de considerar a **sua raça moralmente inferior ao tipo branco**; sei compadecer-me dos seus infortúnios tanto como qualquer outro, e talvez tenha até contribuído para a sua libertação em nossas colônias, por considerá-los mineiros que devemos proteger e não oprimir.⁷²⁵

Porém, não apenas os negros e índios eram analisados e descritos como *o outro* por serem de “raças” diferentes. Além do crivo racial, havia ainda o da

⁷²⁴ CASTELNAU, 1949, p. 13-14. (Grifos meus).

⁷²⁵ CASTELNAU, 1949, p. 14. (Grifos meus).

“civilização”, pois mesmo os “brasileiros”, na maior parte das vezes, eram mal vistos por Castelnau, seja por suas vestimentas ou por seus comportamentos, descrevendo a “natural apatia dos brasileiros” e o seu gosto por aguardente:

[...] desde a saída de Goiás, para ativar a marcha da tropa e vencer a natural apatia dos brasileiros, tinha eu lhes prometido uma certa dose de aguardente, se acontecesse chegarmos no prazo por mim estabelecido. Como os nossos homens tinham preenchido esta condição, tiveram a prometida recompensa, passando a noite em danças um tanto descabeladas. Durante toda a viagem eu me vinha muitas vezes servindo daquele meio, obtendo sempre bons resultados.⁷²⁶

A narrativa de Castelnau foi intercalada por críticas e elogios aos membros de sua equipe, sejam os Xavante que ora lhe punham medo e eram motivo de desconfiança, mas se mostram excelentes vigias, sejam os soldados descritos como “verdadeiros vagabundos” por não se vestirem adequadamente, porém considerados “bons homens”, pois:

[...] não obstante, estas raras exceções, verificadas sempre entre os graduados, não devem dar ao leitor ideia desfavorável dos soldados brasileiros; vi-os afrontar durante anos medonhos **desertos habitados por índios hostis**, suportando com resignação os horrores da fome, sem nunca fazer uma queixa, nem jamais desertar.⁷²⁷

Castelnau e os membros da expedição também eram *o outro* para os moradores do interior, de modo que o naturalista descreve que “[...] passamos a noite na miserável fazenda do pissarrão⁷²⁸, cujos habitantes, como de costume, fugiram, assim que nos aproximamos. Nossos soldados abriram-lhe a porta a seu modo, isto é, arrombando-a”.⁷²⁹ O medo do *outro* era presente entre aqueles moradores de fazendas, pois grupos de homens armados poderiam praticar variadas formas de violência. Nesse sentido, era uma expedição que avançava com medo entre “brasileiros” e “selvagens”, mas que ao mesmo tempo, causava temor e desconfiança pois gerava encontros entre *o nós* e *o outro* por onde passava.

2.5.4. O olhar de Castelnau sobre a “decadência” à espera da “civilização”

⁷²⁶ CASTELNAU, 1949, p. 248.

⁷²⁷ CASTELNAU, 1949, p. 277-278.

⁷²⁸ A palavra deve ser escrita como “piçarra” ou “piçarrão”.

⁷²⁹ CASTELNAU, 1949, p. 206.

Gomes Filho⁷³⁰ ressalta que, no século XIX, Goiás foi percorrido por alguns de estrangeiros e brasileiros.⁷³¹

Tais viajantes encontraram em Goiás um contexto bastante particular. Nas últimas décadas do século XVIII a produção aurífera da região já estava em declive, e com ela toda uma ocupação do espaço urbano. Nestas circunstâncias, os europeus que por aqui passaram encontraram uma população à deriva do arranque litorâneo no processo de urbanização e industrialização que o século XIX reservava. Seja no que tange a arquitetura, transporte, comunicação, produção econômica, etc., seja na participação direta na imposição de valores culturais e morais reinantes na realidade europeia, **Goiás foi percebido como uma província material e culturalmente à mercê da modernidade e progresso.** Mais que isso, contrastada com a importante produção de metais preciosos em Goiás durante o Setecentos, a realidade goiana do século XIX pareceu, aos olhos europeus, uma **decadência** que transcendia a produção e acumulação de bens materiais.⁷³²

Essa análise aponta para um elemento importante presente na narrativa de Castelnau: a perspectiva de aquele espaço era o *locus* da “decadência” em relação à “civilização”, pois não era relativa apenas à economia e condições materiais de existência, mas aplicada às questões culturais daqueles que viviam naquele espaço. O naturalista percebia a ausência daquilo que era familiar ou desejado, categorizado como “modernidade”, “progresso” e “civilização”.

De um modo específico, o signo da decadência socioeconômica e cultural de Goiás, impresso sobre todo o século XIX, foi uma das principais marcas que os relatos e narrativas produzidos por tais indivíduos legaram para as interpretações do período entre o auge da mineração no estado – em meados do século XVIII – e sua retomada ao “progresso” e “modernidade” apenas na década de 1930.⁷³³

⁷³⁰ GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Olhares estrangeiros sobre Goiás: **Caminhos**, v. 13, n. 1, pp. 66-83, jan./jun. 2015.

⁷³¹ Gomes Filho, 2015, p. 68, cita “[...] os alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius em 1818, o austríaco Johann Emanuel Pohl entre 1818 e 1820, os franceses Auguste de Saint-Hilaire (1819) e Francis Castelnau (1844), os ingleses Willian John Burchell (1827-1829) e Georg Gardner (1839-1840), os portugueses Raymundo José da Cunha Mattos (1823-1826) e Luiz D’Alincourt (1818)”. Ressalta-se, contudo, que dentre esses, somente Castelnau navegou parte do Rio Araguaia nas proximidades da Ilha do Bananal e publicou narrativas sobre aquele espaço.

⁷³² GOMES FILHO, 2015, p. 68. (Grifos meus).

⁷³³ GOMES FILHO, 2015, p. 70.

Nesse sentido, o que pode ser entendido como diferentes momentos de *aceleração e desaceleração* do *ritmo temporal* das atividades econômicas de determinado grupo humano, era compreendido e narrado como “decadência”. É fundamental destacar ainda que, naquela mesma temporalidade em que esses europeus observavam apenas a “decadência”, povos indígenas presentes nos locais por onde passavam poderiam estar experimentando momentos de expansão de territórios e o ápice de seu poder. Contudo, o olhar estrangeiro somente enquadrava o universo dos “não índios” para tirar conclusões sobre a situação econômica vivenciada. Para Gomes Filho⁷³⁴, o próprio termo “decadência” parece denotar uma tentativa de explicação do porquê uma sociedade que partilha a simultaneidade temporal da existência está ainda tão “atrasada” em relação ao seu ponto de partida, no caso, a Europa.

Doles⁷³⁵, aponta para o fato de que, na narrativa de Castelnau, a “decadência” estava atrelada ao “abandono”:

As observações de Castelnau (1844) ilustram bem a situação, quando ele se refere ao abandono em que vivia o presídio de S. João do Araguaia, que por mal administrado, não atendia à suas funções, ou no que diz respeito ao de povoamento da margem oriental do Tocantins, de maneira que a sua expedição, até Boa Vista pode acampar na margem direita, tal a virulência do indígena disseminados pelo outro lado.⁷³⁶

O olhar de Castelnau enxergou “decadência” por meio do “abandono”, má administração e a violência dos indígenas sobre locais construídos por “brasileiros”. Na sua compreensão, era dever do governo administrar de modo racional o lugar para cumprir suas “funções”, de modo que a “decadência” não estava somente no abandono do espaço físico, mas carregava consigo a ineficiência administrativa que colaborava com a permanência da “virulência” dos indígenas, tida, como algo nefasto e ligado ao “atraso” e às “raças inferiores”.

No mais, Castelnau não conseguiu compreender como uma moradora do aldeamento Carretão, “a Sra. Potência, pela qual os índios tinham grande

⁷³⁴ GOMES FILHO, 2015, p. 72.

⁷³⁵ *Idem*, 1973.

⁷³⁶ DOLES, Dalísia Elisabeth Martins. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia-GO: Editora Oriente, 1973, p. 59.

respeito”⁷³⁷ seria considerada “rica”, pois havia pedido aos expedicionários “[...] um pedaço de carne-seca e de nos vender as velas que ela fabricava com suas mãos amarelentas.”⁷³⁸ Possivelmente o naturalista compreendia que riqueza estaria ligada à acumulação de dinheiro e capital, e que aquela mulher não poderia ser considerada rica, uma vez que pediu alimentos e comercializou velas feitas com suas próprias mãos. Sua compreensão acerca do mundo o impediu de buscar mais elementos sobre o motivo da Sra. Potência ser considerada rica, e é possível que, mesmo que tivesse ouvido alguma explicação, não consideraria como válidas, pois ali e noutros lugares, Castelnau enxergava apenas pobreza, miséria e “decadência”.

Outras partes da narrativa indicam a existência de uma “decadência” na forma de “ruínas”, como o “Povoado de Crixás” que “[...] é muito grande e conta 500 habitantes; a comuna um milhar. Apesar disso os moradores do lugar lastimam-lhe a falta do antigo esplendor, quando ele contava treze ruas e quatro igrejas, duas hoje completamente arruinadas.”⁷³⁹ O mesmo ocorria com a aldeia de São José que “[...] não escapou melhor à ruína geral a sede da guarnição; apenas um teto ainda resta, com todos os cômodos já tomados pelas árvores.”⁷⁴⁰ Noutra parte narrativa, Castelnau indica que a expedição encontrava-se numa “cidadezinha” que foi conhecida por Porto Real, nas margens do Rio Tocantins que “[...] possuía antes cento e quarenta casas; hoje não tem mais do que setenta e cinco, para uma população de uns 400 habitantes.”⁷⁴¹

A partir dessas observações, o naturalista alertava para a “decadência” existente no “interior do continente”, em que

A população diminui cada vez mais no interior do continente e se não se **descobrir um remédio para este estado de coisas**, não tardará muito a que todo **o país volte à completa barbárie**. Nas regiões das minas, o empobrecimento generalizado das jazidas fez com que abandonassem as suas moradias todos quantos só a avidez havia momentaneamente reunido.⁷⁴²

⁷³⁷ CASTELNAU, 1949, p. 243

⁷³⁸ CASTELNAU, 1949, p. 243

⁷³⁹ CASTELNAU, 1949, p. 248.

⁷⁴⁰ CASTELNAU, 1949, p. 232.

⁷⁴¹ CASTELNAU, 1949, p. 377.

⁷⁴² CASTELNAU, 1949, p. 377. (Grifos meus).

A possibilidade de voltar para a “completa barbárie” seria o abandono de presídios, aldeamentos e povoamentos onde a “civilização” estaria presente por meio da catequização dos indígenas, a realização do comércio capazes de trazer o “progresso” e a comunicação com as cidades litorâneas. Na percepção de Castelnau, a ideia de que se esses locais fossem abandonados e fossem apropriadas por indígenas, ocorreria o retorno à “barbárie” e aquele espaço estaria como no passado.

Na narrativa de Castelnau é possível identificar seu desejo de ministrar um “remédio” para “curar” os malefícios da “decadência”, de modo que sua percepção sobre a “ordem social” estava bem alinhada com os ideais iluministas que estavam circulando na Europa e que se infiltravam em teorias evolucionistas, racistas e funcionalistas. Nesse sentido, a percepção de uma sociedade como um corpo orgânico que poderia estar saudável ou doente pode ser identificada em teorias de Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857), dentre outros, que apesar de diferentes explicações, concordavam com a possibilidade de resolução de problemas e conflitos sociais por meio da ciência. Castelnau, enquanto cientista, não apenas identificava o problema, mas analisava suas causas:

No norte de Goiás, porém, a decadência do país deve ser atribuída a outras causas. Ali, os selvagens vêm retomando por toda parte as terras arrebatadas aos seus ascendentes, e aqueles entre os habitantes, que têm bastante sorte para escapar ao incêndio e ao massacre, fogem para os povoados, onde não tardam a sucumbir de miséria, de doença e de fome, pois o permanente terror dos índios os impede de se dedicarem aos trabalhos agrícolas.⁷⁴³

A explicação do problema foi seguida da identificação de sua causa que era o temor causado pela violência dos índios e seria necessário um “remédio” para tal situação que não foi imediatamente receitado por Castelnau. Essa parte da narrativa trata do norte de Goiás, mas ao longo de sua narrativa sobre sua passagem por parte do Rio Araguaia é possível identificar que o naturalista procurava apresentar propostas para solucionar o problema do distanciamento do litoral, por meio da comunicação fluvial e da navegação comercial, através da qual a “civilização” adentraria aquele espaço. Ademais, a solução para a “barbárie”, a

⁷⁴³ CASTELNAU, 1949, p. 377. (Grifos meus).

“selvageria” e a violência dos índios seria a sua catequização que os conduziria os mesmos à “civilização”.

2.5.5. Naturalistas franceses e suas representações sobre o outro

É possível indicar que a narrativa de Castelnau estava alinhada às mudanças que ocorriam na Europa em relação às teorias científicas, como o evolucionismo e o racismo, que buscavam explicações para a existência do *outro* e que o categorizava, classificava, descrevi e defini qual seria seu lugar no mundo em termos de evolução humana, indicando estarem ou não em “etapas” de “selvageria” e, portanto, fazendo parte da natureza e não da “civilização”.

Todavia, é fundamental destacar que não é prudente reduzir Castelnau a um “homem do seu tempo”, pois nem todo o naturalista francês que viajava pelo Brasil naquelas primeiras décadas do século XIX produzia narrativas como a dele e tampouco compartilhava das mesmas percepções sobre o *outro* que encontrava. Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853), como indicado anteriormente, viajou pelo interior e elaborou uma narrativa⁷⁴⁴ que buscava conhecer a natureza e os habitantes do interior do Brasil com interesses utilitaristas semelhantes que os da expedição de Castelnau e, como ele, possuía formação científica iluminista e imersa em teorias racistas e evolucionistas coevas.

Apesar das aproximações em termos de formação e interesses, é possível indicar que as narrativas de Saint-Hilaire se distanciam de algumas percepções de Castelnau. Ressalta-se que os naturalistas não percorreram os mesmos caminhos, de modo que Saint-Hilaire não navegou pelo Rio Araguaia e não encontrou os mesmos grupos indígenas, contudo, descreve outros grupos e indígenas pertencentes a povos que Castelnau teve contato.

Um dos exemplos que os distancia em termos de percepção e construção de *representação* sobre o *outro* tem relação com a narrativa de Saint-Hilaire sobre os Xavante. Quando aquele naturalista esteve em Rio Claro, Goiás, teve contato com um Xavante “que cuidava dos rebanhos da Fazenda d’El Rei” e indica que, se todos os Xavante se assemelhassem aquele, “[...] os indivíduos dessa

⁷⁴⁴ SAINT-HILAIRE, 1975.

tribo devem ser ainda mais belos que os Caiapós. Esse homem era alto, e sua cabeça não era grande demais. Tinha olhos bonitos e uma fisionomia aberta e agradável.”⁷⁴⁵ O naturalista não deixa de comparar Kayapó e Xavante, mas considera que havia beleza naquele “indivíduo” de um povo ao qual Castelnau enxergava apenas “fealdade” e sua percepção do que era “belo” se diferenciava daquela de seu conterrâneo.

Saint-Hilaire apresentava em alguns trechos de sua narrativa um tom romântico, no qual a aproximação dos “civilizados” estariam comprometendo a existência dos povos indígenas que: “[...] vão desaparecendo diante dos olhos de nossa raça providente e usurpadora, e em breve não restará de suas línguas senão vocábulos incompletos e quase sempre inexatos.”⁷⁴⁶

Ao analisar essas partes de sua narrativa, ainda que de modo superficial, é possível perceber que Saint-Hilaire, tal qual Castelnau, analisava *o outro*, mas acionando elementos distintos que o distanciava de algumas perspectivas e *representações* produzidas pelo outro naturalista. Além de percepções compostas por doses inquestionáveis de subjetividade, essas diferenças de abordagem e análises contidas nas narrativas de Saint-Hilaire e Castelnau indicam ainda as disputas de explicação e métodos de ação presentes no âmago de distintas teorias científicas coevas.

Ressalta-se ainda que, apesar das diferenças, ambas as narrativas convergem ao ter como fio condutor o encontro entre *nós* e o *outro*, sejam outros *humanos*, *naturais* ou *geográficos*. O que se distanciava eram as percepções de Castelnau e Saint-Hilaire a respeito do que e como fazer para uma possível incorporação, preservação, exploração e mesmo a eliminação desse *outro*.

A partir disso, é possível entender que Castelnau não percebia seu contato com *o outro* necessariamente como outro agente histórico coevo, pois não

⁷⁴⁵ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 74. O autor insere uma longa nota sobre as diferentes “classificações” feitas por cientistas dos povos indígenas do Brasil, questionando os critérios dessas classificações e problematizando a complexidade de uma tipologia dividida entre “guaranis” e “botocudos”. Ressalta-se que, apesar da problematização, o autor não deixou de realizar ele mesmo sua classificação dentro dos modelos científicos europeus próprios de seu tempo.

⁷⁴⁶ SAINT-HILAIRE, 1975, p. 74.

havia um pensamento único e homogêneo, ainda que os europeus estivessem em busca de uma “consciência planetária”, como indicado por Pratt.⁷⁴⁷

Do mesmo modo, outros agentes históricos ligados aos governos provinciais, sobretudo o de Goiás, também escreveram narrativas coevas expondo *representações* e percepções que se distanciavam ou aproximavam daquela de Castelnau, como no “roteiro” de Rufino Segurado.

2.6. A narrativa de Rufino Segurado sobre as dificuldades do Rio Araguaia e a “miséria” e “preguiça” dos Karajá

Em 1848, Rufino Theotonio Segurado (1820-1868)⁷⁴⁸, um bacharel em direito, juiz interino da Comarca de Palmas⁷⁴⁹, deputado de Goiás e presidente da “Sociedade de Navegação do Araguaia”, iniciou uma viagem pelos rios Tocantins e Araguaia⁷⁵⁰ em abril de 1847, retornando em março de 1848, quando publicou a obra “Viagem de Goyas ao Pará em 1846 e 1847. Roteiro do Dr. Rufino Theotonio Segurado”⁷⁵¹.

Nesse documento Segurado apresenta uma explicação dos objetivos de sua “empresa”, que estariam ligados à necessidade de observação do Rio Araguaia com interesse na sua navegação comercial. Nas suas palavras: “[...] não é minha tenção fazer uma descrição completa do Rio Araguaia, porque faltam-me as necessarias habilitações para descrever scientificamente tudo quanto este magestoso e importantissimo rio offerece aos olhos do observador”; contudo, seus esforços seriam “um pequeno serviço aos que por elle houverem de navegar”.⁷⁵²

Segurado indica ainda que, enquanto deputado da província de Goiás, havia sido indicado para tal “incubencia” de “fazer um ensaio da navegação do

⁷⁴⁷ *Idem*, 1999, p.35.

⁷⁴⁸ Filho de Joaquim Teotônio Segurado (1775-1831), também bacharel em direito, juiz de fora em Portugal, deputado da província de Goiás, escritor de obras históricas como “Memórias sobre a capitania de Goiás” (1811) e articulador da criação de Tocantins.

⁷⁴⁹ De acordo do Doles (1973, p. 61), Segurado seria juiz de Carolina, deputado provincial e havia sido licenciado a partir de aviso imperial em 12 de setembro de 1846.

⁷⁵⁰ Sua esposa, Marina Francisca de Azevedo o acompanhou nessa viagem, além de seu cunhado e outros tripulantes. Ressalta-se que o foco analítico não é a viagem, mas as *representações* sobre o *outro* que estão presentes em sua narrativa.

⁷⁵¹ SEGURADO, Rufino Theotonio. **Viagem de Goyas ao Pará em 1846 e 1847. Roteiro do Dr. Rufino Theotonio Segurado**. In: Revista IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Tomo XXV, Rio de Janeiro, 1848, pp. 178-212.

⁷⁵² SEGURADO, 1848, p. 178.

commercio entre essa e a provincia do Grão-Pará pelo Rio Araguaia”⁷⁵³ pelo presidente da província de Goiás, Joaquim Ignácio Ramalho, o Barão de Ramalho (1809-1902), também bacharel em direito. Ao chegar na província do Grão-Pará teve apoio do presidente Herculano Ferreira Penna, que cedeu algumas “pessoas” e “providências” necessárias que não teriam sido obtidas em Goiás.

Desde o início de sua narrativa, Segurado traz a problemática envolvendo os escassos recursos que o fizeram alugar barcos usados e em más condições, fato que gerou uma série de imprevistos durante a viagem, além de ter que contratar “pessoas improprias e incapazes d’esse trabalho”.⁷⁵⁴

O deputado se alongou nas queixas de ter que enfrentar obstáculos descendo do Pará pelo Rio Tocantins e sobre o tempo que levou para transpor cada cachoeira e obstáculo natural⁷⁵⁵, além dos infortúnios causados por uma “febre epidêmica com inflamação dos intestinos” que vitimou a tripulação.⁷⁵⁶ Apesar disso, o autor indica que:

[...] me dispuz para entrar por este rio, para mim desconhecido, tendo d’elle apenas as noções dadas pelo marechal Cunha Mattos em seu ITINERARIO, e trazendo comigo só tres individuos, que eram dois militares que haviam descido por elle com o conde de Castelnau, e um outro; os quaes, alem de muito poucos conhecimentos de navegação, não conservavam de memoria cousa alguma do que tinham visto, e por isso em nada me podiam orientar⁷⁵⁷.

Com essas poucas referências e poucos tripulantes experientes, a viagem se deu em meio à dificuldades como o “baixio de pedras” e cachoeiras cruzadas com pouco volume d’água, onde o rio estava mais seco⁷⁵⁸, fatos que seriam evitados se a navegação tivesse ocorrido nos meses chuvosos, segundo

⁷⁵³ SEGURADO, 1848, p. 178.

⁷⁵⁴ SEGURADO, 1848, p. 179. Em outro trecho, Segurado (1848, p. 185) relata que parte de sua tripulação teria fugido levando pertences e que percebeu depois disso a falta de “[...] dois objectos tão essenciaes na navegação actual, a saber, o caçador e a montaria de caçar”. Depois da Ilha do Bananal, outra vez o deputado teve problemas com seus remeiros e soldados descontentes com a alimentação e o piloto, conforme Segurado (1848, p. 202-203).

⁷⁵⁵ Dezoito dias na primeira cachoeira, Guariba, nove dias na cachoeira do Tocumanduba, e um mês e mais doze dias para atravessar a da Itaboca, conforme Segurado (1848, p. 182-183).

⁷⁵⁶ SEGURADO, 1848, p. 180. Em outros momentos da viagem, o autor afirma que a tripulação sofreu com “febres catarrhaes” com difícil recuperação devido às condições não cômodas e falta de conhecimentos profissionais.

⁷⁵⁷ SEGURADO, 1848, p. 182.

⁷⁵⁸ SEGURADO, 1848, p. 183.

concluiu o deputado.⁷⁵⁹ Destaca-se que, depois da Ilha do Bananal, quando sua expedição enfrentou o rio com enchentes, Segurado passou a considerar a navegação pelo Araguaia como “sumamente penosa e arriscada”.⁷⁶⁰ Além desses obstáculos, a Cachoeira Grande apresentava um canal muito estreito entre um rochedo que se estendia por duas léguas e meia, de modo que a expedição teria empreendido esforços por dias seguidos para poder transpor os barcos.

Diante dessas situações que teriam ocorrida, Segurado inseriu em sua narrativa uma percepção de que o *outro* espaço - o Rio Araguaia - seria permeado por dificuldades, mas também era o instrumento capaz de possibilitar melhorias para a província. A partir disso, o deputado escreve sobre possibilidades de superar os obstáculos naturais, como a escavação mais profunda de canais próximos das cachoeiras e a necessidade de quebrar pedras, o que resultaria no gasto de alguns “[...] contos de réis⁷⁶¹ serão bastantes para que se evite as perdas que actualmente sofrem os particulares, e com elles a nossa provincia”⁷⁶².

Ao final de sua narrativa, Rufino Segurado afirma que o Rio Vermelho era “incapaz de navegação de barcos de negócio”⁷⁶³ e que pela exposição que havia feito, percebeu que “[...] por um lado é possível a navegação pelo rio Araguaia, por outro é evidente que é necessario muito cuidadosamente evitar aquellas circunstancias que podem tornar desagradada uma viagem por este rio”⁷⁶⁴, orientado que a descida fosse realizada mais cedo, entre os meses de fevereiro e no mais tardar, março. Ademais, as dificuldades que o deputado relata em relação à subsistência da tripulação, rendeu indicações de atenção especial para caçadores e a quantidade de farinha que deve ser levada numa “empresa” semelhante para evitar problemas com a tripulação.

⁷⁵⁹ Doles (1973, p. 63) ressalta que, dentre as “conclusões tiradas e apresentadas” por Segurado estaria uma “[...] relativa à época das viagens, que na opinião do Dr. Segurado deveriam iniciar-se em fevereiro no máximo em março, evitando-se com isso a seca que dificultava e retardava sobremaneira a expedição.”

⁷⁶⁰ SEGURADO, 1848, p. 210.

⁷⁶¹ Doles (1973, p. 64) indica que, na prática, era precária a situação econômica das províncias do Pará e de Goiás, que seriam as principais beneficiárias da navegação comercial e comunicação fluvial do Rio Araguaia, destacando que em 1848 os empregados provinciais de Goiás se encontraram com seus salários atrasados de nove meses.

⁷⁶² SEGURADO, 1848, p. 181.

⁷⁶³ SEGURADO, 1848, p. 211.

⁷⁶⁴ SEGURADO, 1848, p. 212.

É preciso considerar que as queixas e reclamações presentes em parte significativa da narrativa serviram para enaltecer a própria realização do narrador, que finalizou seu “roteiro” com a seguinte frase: “Resta-me enfim dizer que se achando para mim reservada em parte a gloria de realizar um pensamento, que ha muito occupava os espiritos dos verdadeiros amigos da prosperidade da nossa provincia, eu me terei por muito feliz se a minha viagem produzir os fructos que d’ella se deve esperar”.⁷⁶⁵

Outro aspecto importante é a percepção de Segurado sobre os povos indígenas, e segundo sua narrativa,⁷⁶⁶ o que mais impressionou o deputado e sua tripulação foi o encontro com alguns grupos indígenas que habitavam as margens do Rio Araguaia. O primeiro contato teria acontecido no décimo nono dia, quando

[...] uma inesperada perspectiva, alias scena, se apresenta aos nossos olhos: objectos como creaturas humanas parecem ao longo andar e correr em uma grande praia, na qual vinhamos com esperanças de achar uma grande quantidade de ovos de tartaruga: as vistas fitaram-se na praia, e em poucos momentos viemos a conhecer que um grande número de indios pareciam agitados com a presença de barcos desconhecidos n’aquelle rio. Eu então tornei-me o objecto de uma tacita consulta, voltando para mim os camaradas os olhos, como que me interrogando o que faríamos. O medo pareceu-me ter grande parte n’esta consulta, mas eu sem dissimular disse que não tivessem medo, que além dos cartuxos que estavam distribuidos havia de haver munição, com que se podesse facilmente fazer um fogo que produzisse bom resultado.⁷⁶⁷

Um encontro marcado pelo medo e pelo poder bélico da expedição, mas que teve uma recepção pacífica por parte dos indígenas e com “salvas” de armas de fogo e cumprimentos, que foram seguidos de uma visita ao chefe indígena dos Karajá, conhecido como “capitão José”. A narrativa foi construída de forma a indicar um suspense em relação ao grupo indígena, ainda que o próprio Rufado

⁷⁶⁵ SEGURADO, 1848, p. 212.

⁷⁶⁶ Vale ressaltar que essa narrativa não teve descrições de paisagem que apresentassem contemplações e elogios à natureza, e um dos poucos locais que demandou uma descrição pormenorizada foi onde estavam os “Martyrios”, “que tem dado causa a alguns contos fabulosos”. Rufino Segurado, indica que, seguindo o roteiro de Cunha Mattos “[...] desembarquei n’este sitio e observei tudo quanto alli existe. Nenhum trabalho de escultura encontrei n’esse lugar, não duvidando, todavia, que elle exista em algum ponto mais retirado ou occulto” (SEGURADO, 1848, p. 189). Todavia, para o deputado, o lugar que viu tinha características em seu rochedo que eram obra da natureza e geravam uma ilusão de ótica se vistos à distância, mas nada tinham de artístico, como relatos de que foram esculpidos por cristão para representar o martírio de Jesus Cristo.

⁷⁶⁷ SEGURADO, 1848, p. 190.

tendo indicado anteriormente que havia lido o roteiro de Cunha Mattos que indica que os Karajá não ofereciam perigo de morte aos navegantes.

Destaca-se nesse trecho da narrativa que o chefe indígena foi apresentado como “capitão José”, um nome cristão, e que supostamente teria solicitado ser batizado na ocasião da presença de um padre na aldeia. Por fim, aquele chefe e mais quatro Karajá teriam voluntariamente se oferecido para acompanhar a expedição por um trecho do Rio Araguaia⁷⁶⁸, como pode ser visto no seguinte fragmento:

Dia 26. Carregou-se a carga em montarias e nas ubás dos Carajás, que m'as cederam para esse fim, pousando acima da cachoeira com os barcos carregados. Em todos estes dias estiveram os índios em minha companhia, e muito me ajudaram em todo o serviço da navegação, no que são mui habéis. Eu brindei-os n'esta ocasião com trinta e tres peças de ferramenta de roça, facões, fumo, missangas, etc.[...]. N'este lugar se despediram os índios promettendo ir pescar para negociarem comigo.⁷⁶⁹

Além dessa situação, o deputado indica ter realizado alianças com outros chefes indígenas como o Carô dos “Chambioás”⁷⁷⁰, ou seja, Karajá do Norte, que teria domínio sobre algumas das aldeias situadas por onde a expedição passou. Tal aliança teria sido marcada pela *reciprocidade* decorrente da doação de presentes pela tripulação, que foi auxiliada com força física, a experiência na navegação do Rio Araguaia e o fornecimento de mantimentos⁷⁷¹ fundamentais para a viagem, ressaltando-se que na parte final da viagem ocorreram uma série de infortúnios com a tripulação motivados pela escassez de alimentos.

Além da expedição, os Karajá mantinham aliança com outros moradores de Goiás, de modo que o deputado registra chefes indígenas mandando

⁷⁶⁸ SEGURADO, 1848, p. 190-191.

⁷⁶⁹ SEGURADO, 1848, p. 193.

⁷⁷⁰ Ressalta-se que o deputado tinha desconfiança desse chefe indígena, pois: “Logo no primeiro encontro que tive com este índio conheci que elle não ignorava totalmente os nossos costumes, e que conhecia bem de perto algumas cousas dos nossos usos. Vendo tirar um pouco de assucar de uma lata, disse logo o que era, mas devo notar que como quem se arrependeu disse que era sal. Estes e alguns outros factos semelhantes, pelos quaes ao mesmo tempo elle mostrava conhecer bem os nossos costumes, e procurava dissimular esse conhecimento. Estes factos digo, me fizeram crer que elle é, segundo se diz, um desertor do Pará”, conforme Segurado, 1848, p. 193-194.

⁷⁷¹ SEGURADO, 1848, p. 195, indica o que sua expedição recebeu do grupo Carajá: “Ao meio dia encontrei seis ubás muito carregadas de mandiocas mansas e bravas, carás, batatas, bananas, ananaxes optimos, favas, canna e muitos outros generos, como redes, fio de algodão, cera, etc, enviado pelo capitão José”.

“notícias” às autoridades e fazendo encomendas ao “general de Goyaz” “[...] para lhe enviar farda, ferramentas, espingardas, baetas, etc. e que eu tomasse lembrança d’isso nos meus apontamentos da viagem”⁷⁷².

Uma das estratégias adotadas por Segurado foi de dialogar com os chefes indígenas sobre “[...] as disposições d’estes indios sobre estabelecimentos nossos nas vizinhanças de suas aldeas”⁷⁷³, perguntando diretamente ao chefe Carô sobre a possibilidade da vinda de missionários, acrescentando que os mesmos trariam bois e cavalos, que eram animais desconhecidos. Em sua narrativa o deputado indica que, após uma resposta positiva, esse mesmo chefe pondera:

[...] por algum tempo, como quem pensava profundamente, levantou de repente a cabeça e disse: Presidio não. Entendendo eu que elle me interrogava, respondi: Presidio tambem. Então elle com vivacidade e voz forte me disse: Presidio não, não quero. Eu repliquei: Presidio não? Elle respondeu: Não quero. Padre não, turi (christão) não, boi não, cavallo não. É facil ver porque esta repentina mudança, que se nota nos pensamentos d’este indio, que elle se não tem esquecido das crueldades contra elles praticadas por um imprudente comandante do extincto destacamento de Santa Maria, e que não será facil o estabelecimento de presidio na vizinhança d’essas aldeas.⁷⁷⁴

Nesse trecho da narrativa é possível perceber a fragilidade daquela aliança, a recusa de grupos indígenas diante da possibilidade de serem catequisados, sobretudo em presídios, cujas instalações anteriores resultaram em violência e que não foram esquecidos pelos povos indígenas com grupos e pessoas que passaram pela experiência.

Na narrativa de Segurado é possível identificar que indígenas e expedicionários compartilhavam ainda um terror compartilhado em relação a outros povos como os “Gradaús” ou os “Chavantes”.⁷⁷⁵ Porém, o medo marcou esse contato, e mesmo diante da suposta insistência dos Karajá em afirmar que eram amigos⁷⁷⁶, Segurado indica que parte dos moradores das aldeias abandonavam suas

⁷⁷² SEGURADO, 1848, p. 195.

⁷⁷³ SEGURADO, 1848, p. 195.

⁷⁷⁴ SEGURADO, 1848, p. 194-195.

⁷⁷⁵ SEGURADO, 1848, p. 209, afirma que os Xavante estariam perto da Ilha do Bananal “[...] no largo do Zeferino”, num “[...] lugar em que haviam estado os índios *Chavantes* esperando os barcos afim de negociarem”.

⁷⁷⁶ SEGURADO, 1848, p. 195-196.

casas ao verem a expedição se aproximar, do mesmo modo que havia terror entre os expedicionários:⁷⁷⁷

Todavia não deixava de causar grande terror, (o qual eu muito me esforçava por encobrir) o ver-me d'est'arte entregue á discripção de semelhante gente, da qual muitos tinham os corpos tintos de encarnado ou de preto ou de uma e outra cor juntamente, apresentando pinturas mui variadas, como quadros, circulos, meio circulos, xadrez, listas que figuravam algumas roupas nossas, como collete, camisa, etc, accrescendo a isto seus grandes cabellos, as armas de que muitos não largaram, e **as altas vozerias e amiudadas risadas com que applaudiam ou escarneciam as nossas acções e palavras.**⁷⁷⁸

Pelo trecho acima é possível identificar que não apenas o narrador olhava para *o outro* e estranhava, julgava ou categorizada suas ações, pois percebeu que os Karajá também o faziam em relação aos membros da expedição. O estranhamento estava presente nessas relações amistosas, mas repletas de marcações do lugar de quem pertence e quem não pertence ao grupo. A partir disso, a narrativa de Segurado observa, julga e descreve *o outro*, como no caso de sua visita a um cemitério indígena:

Dia 6 – Depois do jantar cheguei a um lugar elevado na margem direita, onde os *Carajás* têm um cemitério: eu quiz ocultamente observar esse lugar, e nada achei de notavel. As sepulturas são mui pouco profundas, e sobre ellas vi alguns páos ou varas, que sustentam uma esteira que cobre a terra; parecem-me que a terra que lançam na sepultura não é batida (socada): pousei pouco acima d'esse cemitério.⁷⁷⁹

Naquela ocasião, Segurando não reconheceu o que acreditava ser o essencial para um cemitério e não percebendo nada de notável. Sua narrativa oscila nesse estranhamento e em ponderações quanto à necessidade de evitar mais violências contra esses povos, chegando a apontar que o presidio de Santa Maria teria sido esvaziado por conta da violência de um militar:

[...] veio-me ao pensamento a idea de que, se não fora a grande imprudência e crueldade de um militar, poderia talvez estar existindo n'aquelle lugar uma linda povoação, podendo ter-lhe dado incremento aquelles mesmos indios que se tinham visto na dura necessidade de destruil-a ainda em seu principio.

⁷⁷⁷ SEGURADO, 1848, p. 206.

⁷⁷⁸ SEGURADO, 1848, p. 196. (Grifos meus).

⁷⁷⁹ SEGURADO, 1848, p. 206.

Olhe-se, pois, para tão terrível exemplo, e ver-se-há que se deve proceder de uma maneira bem diferente, se não se quizer ver reproduzidas scenas semelhantes, e se se quizer continuar a navegação pelo Araguaia.⁷⁸⁰

Percebe-se, portanto, uma narrativa baseada em valores morais que divergiam de práticas ou propostas de extermínio e violência contra indígenas, das quais algumas foram praticadas em meio a conflitos e no cotidiano daquele local.

Por outro lado, Segurado considerava os indígenas “miseráveis” e “preguiçosos”:

As aldeias dos *Carajás* por onde passei constam em geral de oito a dez cabanas, contendo de vinte a trinta índios, todos muito miseráveis e preguiçosos: eu brindei a cada uma d’essas aldêas com um ou duas peças de ferramenta, e alguns objetos de menor valor: todos elles me pareceram mui dispostos a nosso respeito, e mostram desejar que continue a navegação.⁷⁸¹

Ao que parece, o deputado ponderava que a suposta miséria e a preguiça desses indígenas seria resolvida com a navegação comercial que demandaria alianças com os mesmos, o que estaria, antes de mais nada, alinhado com seus interesses. Diante disso, a recomendação final de Segurado foi de que “[...] os navegantes devem ter em vista a sua posição entre os índios, e agradá-los o mais possível, evitando qualquer desavença por pequena ou particular que seja”.⁷⁸²

Tanto o “roteiro” de Rufino Segurado de 1836, quanto o de Cunha Matos datado em 1848, analisado anteriormente, são documentos que permitem outras possibilidades analíticas, mas que não são exploradas a fim de manter o foco nas suas *representações* sobre *o outro*. O contato com os Karajá teria resultado em alianças que possibilitariam obter mão-de-obra com experiência na navegação do Araguaia e o fornecimento de lenhas e mantimentos para expedições ligadas à possibilidade da intensificação da navegação comercial por aquele rio que motivou a realização de suas respectivas viagens e narrativas.

Apesar das alianças com os Karajá, *o outro* não deixa de ser *representado* por Segurado como “preguiçoso” e “miserável”, e se tratando da narrativa de Cunha Matos, seriam ainda que aliados, povos “selvagens”. O medo e

⁷⁸⁰ SEGURADO, 1848, p. 200.

⁷⁸¹ SEGURADO, 1848, p. 208.

⁷⁸² SEGURADO, 1848, p. 212.

o estranhamento em relação ao *outro humano* permeavam as narrativas e eram elementos constituidores das *representações* produzidas e reproduzidas por esses outros navegantes que buscavam observar e dar respaldo para a consolidação da navegação comercial do Rio Araguaia, que, para esses agentes históricos, traria a “civilização” aquele espaço.

Na prática, essas expedições contribuíram para o conhecimento sobre o Rio Araguaia e, de acordo com Doles:⁷⁸³

Apesar da longa duração da viagem, dos trabalhos enfrentados e dos sofrimentos vividos, a experiência do Dr. Rufino Teotônio Segurado imprimiu aos comerciantes de Goiás a certeza de que era possível o deslocamento do eixo comercial, muito embora isso fosse empresa de vulto e sujeita a sérios riscos. Sob tal inspiração, e estimulados pelo governo provincial, um grupo de comerciante e congregou numa sociedade mercantil, com duração inicial prevista para três ano e com capital de 7:000\$000 rs empreenderam nova viagem⁷⁸⁴.

Contudo, essas expedições não resultaram na consolidação da navegação comercial pelo Rio Araguaia, de modo que Doles⁷⁸⁵ indica que se passariam quinze anos até que as ações da gestão de Couto de Magalhães intensificassem a busca pela “[...] análise objetiva das possibilidades e das vantagens oferecidas por aquelas vias”, fazendo referências aos rios Tocantins e Araguaia, que foram alvo de interesses empresariais daquele governador.

Desde o final do século XVIII, foram registradas viagens de governadores de Goiás pelo Rio Araguaia, como a realizada por João Manoel de Menezes que assumia o governo de Goiás em 1798,⁷⁸⁶ contudo, em meados do século XIX, “[...] viagens e andanças pelo interior do país também eram atividades comuns na rotina dos administradores locais, sujeitos a constantes deslocamentos pelas mais diversas regiões do Brasil”,⁷⁸⁷ de modo que Magalhães realizou uma viagem pelo Rio Araguaia e elaborou narrativas com *representações* sobre o *outro*.

⁷⁸³ *Idem*, 1973, p. 64.

⁷⁸⁴ Doles (1973, p. 64) indica que aquela outra expedição levava um carregamento com marmelada, toucinho, queijos e outros produtos, do Porto Tomás de Souza, em 25 de abril de 1848, e chegando ao Pará no dia 09 de agosto daquele mesmo ano.

⁷⁸⁵ *Idem*, 1973, p. 87.

⁷⁸⁶ ALENCASTRE, 1979, p. 264.

⁷⁸⁷ MAIA, João Marcelo Ehlert. Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 40, jul.- dez. 2007, p. 06.

2.7. A perspectiva de Couto de Magalhães sobre o espaço, a natureza e os povos indígenas e seus projetos de navegação comercial do Rio Araguaia e catequização dos “selvagens” e “bárbaros” de “raça” “primitiva”

2.7.1. Couto de Magalhães e a representação de si como sertanista em meio a debates e projetos de nação

Conhecido pelo cargo militar de general e por comandar tropas brasileiras na Guerra do Paraguai, José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) foi um intelectual, bacharel em direito, político, escritor e empresário, tendo fundando, em 1868, a Empresa de Navegação a Vapor do Rio Araguaia, além de obter do governo imperial, entre 1875 a 1876, a concessão da linha férrea da “Minas and Rio Railway Ltda”⁷⁸⁸ em Rio Verde, Goiás. Santos⁷⁸⁹, percebeu uma contradição oriunda dessas múltiplas funções que marcaram a trajetória de um homem reconhecido como um “nacionalista ferrenho”, mas que ao mesmo tempo, era um “entusiasta de investimentos estrangeiros”. Ademais, era

Filiado ao partido liberal de São Paulo, teve um papel de destaque no projeto de modernização do Brasil imperial. Um ano depois de assumir a presidência da província de São Paulo, renuncia por não apoiar o regime republicano. Monarquista convicto até a morte, Couto de Magalhães pode ser caracterizado como um indivíduo que procurou revitalizar o projeto político do Segundo Reinado em meio à crise que se instalou após a década de 1860.⁷⁹⁰

Escritor dedicado às obras que traziam narrativas sobre o interior e seus habitantes, Couto de Magalhães se envolveu em debates com outros letrados sobre temáticas políticas a esse tema relacionadas, apresentando perspectivas, construindo *representações* sobre o *outro* a fim de indicar seus projetos políticos e empresariais. Nesse sentido, para compreender tais debates e projetos é preciso situá-lo como um político que governou províncias situadas no espaço por ele considerado “sertão” como Goiás, Mato Grosso e Pará. Para desempenhar sua função e propor ações e projetos, Couto de Magalhães percorreu parte do espaço

⁷⁸⁸ TURIN, Rodrigo. O “selvagem” entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, pp. 781-803: jul/dez 2012, p. 787.

⁷⁸⁹ *Idem*, 2007, p. 58.

⁷⁹⁰ TURIN, 2012, p. 787.

dessas províncias e uma das viagens motivou a escrita da narrativa intitulada “Viagem ao Araguaia” publicada como livro em 1863.

A partir dessas viagens e narrativa, outros textos colocaram Couto de Magalhães como “viajante”, “explorador” e/ou “desbravador”, sendo que alguns enalteceram seus feitos, como no prefácio da segunda edição de “Viagem ao Araguaia” em que foi escrito que: “Ninguém, entre seus contemporâneos, viajou tanto como ele pelo Brasil”⁷⁹¹; “Deve-se a ele a primeira exploração do rio Araguaia, feita por profissional, missão que, como Presidente de Goiás, confiou ao engenheiro Vallée...”⁷⁹²

Ressalta-se que a ideia de que seria Couto de Magalhães o homem que mais conhecia aqueles espaços foi indicada pelo próprio autor naquela obra, na qual indica que a dimensão de suas ações se comparava aos de Anhanguera:⁷⁹³

Eis aí porque eu dizia ao leitor que minhas viagens pelo interior do Brasil não são em nada inferiores às dos Anhanguera e, creio mesmo, lhes são superiores [...]. Pelo que, dos homens atualmente vivos, nacionais ou estrangeiros, este que vos escreve estas linhas, amigo leitor, é **o que mais tem viajado a nossa terra** e um dos que mais têm visto esta pobre humanidade na paz e na guerra, na peste, na fome, na luta a mais apertada pela vida, desde o índio nu e antropófago das **solidões do Araguaia**, desde o soldado enfurecido com o sangue dos combates, até a sociedade mais aristocrática e culta do **West End de Londres**.⁷⁹⁴

Esse trecho da narrativa é denso pela presença de elementos como a *representação* sobre o espaço como “solidões do Araguaia” e do *outro* como “índio nu e antropófago” que são aprofundados à frente. Primeiramente é preciso indicar que sua narrativa dialoga com referenciais de seu tempo que tinham significado a partir de sua posição social, como a comparação entre aquele espaço e seus habitantes com a sociedade aristocrática e culta. A referência a “West End”, a Ponte Oeste, tinha relação com o fato daquele lugar da capital inglesa ser considerado elegante e nobre, remetendo à “civilização” em contraste com “as solidões” do

⁷⁹¹ MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1975. (Brasiliana, v. 28), p. 16. Frase de Afonso Celso ao escrever para a *Revista do Arquivo Público Mineiro* em 1898, descrevendo e enaltecendo os feitos do “herói”, “viajante” e “explorador” Couto de Magalhães.

⁷⁹² MAGALHÃES, 1975, p. 16-17.

⁷⁹³ O autor se refere a Bartolomeu Bueno da Silva Filho (1672-1740), o Anhanguera, que foi um bandeirante que é conhecido na história de Goiás e do Brasil.

⁷⁹⁴ MAGALHÃES, 1975, p. 39. Grifos meus.

Araguaia, onde “índios nus e antropófagos” *representavam* a “selvageria”. Essa alusão foi possivelmente usada também como estratégia de Couto de Magalhães para demonstrar ao leitor que seria ele o agente histórico capaz de transitar entre esses mundos, desde o “mais aristocrático” e até aquele onde estava a “mais pobre humanidade”, pois essa posição o legitimava enquanto político, militar e letrado que conhecia o interior do Brasil “na paz e na guerra”, melhor que todos.

Trata-se de uma narrativa construída para dar legitimidade a Couto de Magalhães nos debates em que estava envolvido e nos postos de governo assumidos em seu tempo, mas que somada à outras ações, lançou seu narrador a um patamar de “herói” digno de monumentos e homenagem, dando seu nome à cidades, ruas e escolas, além de ser o patrono das Academias de Letras de Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.⁷⁹⁵

Ertzogue *et al*⁷⁹⁶ apontam que a viagem de Couto de Magalhães foi considerada como um feito heroico no século XIX, pois “[...] no editorial, Couto de Magalhães – empresário da navegação e administrador da província de Goiás, em 1862, aos 24 anos de idade – está representado como um desbravador de sertões ínvios, um herói e um empreendedor”.⁷⁹⁷ Desse modo, “[...] Couto de Magalhães nutria uma fantasia: o mito dos sertanistas, em seu desejo de se embrenhar nas matas, andar por lugares intocáveis pelo pé humano”,⁷⁹⁸ como pode ser observado no seguinte trecho de sua narrativa onde o autor se colocava como o primeiro a tocar aquele “sertão” e “deserto”:

Era severa e melancólica essa cena. Havia naquelas colunas cinzentas, que se erguiam no ar límpido e transparente, no meio do silêncio absoluto daquelas solidões, um não sei quê de tão incerto e vago, que apertava o coração e abatia o espírito. Que encerram estes desertos? Florestas virgens, ermas campinas, paludes, serras, rios caudalosos, valadas silentes, grutas profundas, cujos ecos não foram ainda acordados senão pelo grito selvagem do índio, ou pelo urro medonho da pantera? Quantas riquezas não dormiram ali ocultas? Tudo é mistério! **O pé do**

⁷⁹⁵ Infelizmente, os fios que conduzem à uma reflexão mais adequada e profunda sobre essa questão, ficarão soltos para outras pesquisas, pois é preciso retomar o principal foco analítico.

⁷⁹⁶ ERTZOGUE, Marina Haizenreder; ZAGALLO, Ana Daisy Araújo; RAMOS JUNIOR, Dornival Venâncio. A invenção do sertão: viajantes e barqueiros navegando pelo Araguaia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n. 1, pp. 42-59, jan.-jun., 2018.

⁷⁹⁷ No editorial “O Araguaia e suas maravilhas: enorme riqueza inexplorada” do Jornal O País, Rio de Janeiro, 27 de maio de 1925. In: Ertzogue *et al*, 2018, p. 44-45.

⁷⁹⁸ ERTZOGUE *et al*, 2018, p. 56.

sertanista ousado nunca imprimiu seu rastro na areia destes desertos.⁷⁹⁹

Além da “fantasia”, pode-se presumir que o sentido heroico presente em sua narrativa de ser “o primeiro a pisar o pé naquele “sertão” tinha uma intencionalidade de registrar seu feito como “sertanista”, ou seja, como conhecedor do “sertão”. Ertzogue *et al* destacam ainda que o governador “[...] se referia à epopeia dos sertanistas, embora a região já tivesse sido palmilhada desde o tempo das primeiras bandeiras paulistas, quando a região das minas dos Goyazes era subjugada à jurisdição da capitania de São Paulo, sendo comandada até 1734 pelo capitão-mor Bartolomeu Bueno da Silva.”⁸⁰⁰ Apesar dessa ponderação quanto à impossibilidade de Couto de Magalhães ser o primeiro “sertanista ousado” a “pisar” naquele espaço, essa perspectiva se consolidou, e de acordo com Ertzogue *et al*, nas primeiras décadas do século XX, se consolidou no norte de Goiás “[...] a invocação por um bandeirantismo tardio, visto como signo de progresso”.⁸⁰¹ O próprio autor destaca que aqueles que adentraram o “sertão” antes não percorreram as distâncias por ele percorridas, ressaltando, por exemplo, que nenhum estrangeiro “[...] descreve ainda o Araguaia na extensão percorrida por nós, na viagem que deixamos atrás escrita”, se referindo diretamente à “[...] viagem do Conde de Castelnau começa na barra do Crixá-açu e daí para baixo”.⁸⁰²

Na prática, Couto de Magalhães percorreu parte do espaço situado nas proximidades da Ilha do Bananal e do Rio Araguaia através de uma rota: “[...] saindo do Rio [de Janeiro], seguindo por Minas até Goiás, e dali descendo os rios Vermelho, Araguaia e Tocantins, chegar à capital do Pará, outras vezes, vindo do

⁷⁹⁹ MAGALHÃES, 1975, p. 102-103. (Grifos meus).

⁸⁰⁰ ERTZOGUE *et al*, 2018, p. 56.

⁸⁰¹ ERTZOGUE *et al*, 2018, p. 45. Esse movimento é apresentado no próximo capítulo.

⁸⁰² MAGALHÃES, 1975, p. 157. A citação do autor se deve ao fato de que seria ele o “não índio” que percorreu um maior trecho do rio Araguaia até o século XIX. Isso não significa que é adotada a perspectiva impressa na orelha da sétima edição do livro de que a obra “[...] não é a simples narrativa de uma excursão. É um documento vivo de uma das mais arrojadas tentativas de conquista do sertão brasileiro pelo progresso material”. Essa descrição da fonte documental está situada em 1975 quando o contexto político marcado pela expansão da fronteira agrícola fomentada pelos governos militares. Diante disso, a Companhia Editora Nacional edita mais uma edição do livro com elogios à obra e à ação de Couto de Magalhães.

Rio, atravessar São Paulo, Minas, Goiás, a Província de Mato Grosso, as Repúblicas do Paraguai, da Argentina e do Uruguai e voltar novamente ao Rio [de Janeiro].”⁸⁰³

Dentre essas rotas, a viagem por parte do Rio Araguaia ocorreu em 1863,⁸⁰⁴ quando Couto de Magalhães e seus “companheiros de excursão” percorreram 176 léguas em 35 dias, [...] não metendo em linha de conta as diversas explorações que teve de fazer em serras e em lagos”⁸⁰⁵, como pondera, no prefácio da segunda edição de 1902, por Couto de Magalhães Sobrinho. O trajeto percorrido alcançou diferentes localidades relacionadas por Santos⁸⁰⁶, tais como: os córregos Marimondo e do Freixo; os lagos Dumbá-pequeno e Dumbá-grande, do Cocal, e o das Canguinhas; além dos rios Bugres, Ferreiro, do Peixe e Manoel Alves. Outras localidades foram descritas conforme suas especificidades, como o Largo das Cangas, o Pouso do Estreito, o Porto de Piedade, a Estiva, o Ribeirão, a Salinas, o Araés e até uma ilha nomeada como “Dr. Couto”.

É fundamental destacar que em toda essa extensão e por todas essas localidades, Couto de Magalhães registra a presença de povos indígenas, com destaque ao fato de que somente no “Povoado da Estiva” teria encontrado cerca de duzentas pessoas das etnias Karajá, Xavante e Avá-Canoeiro, sendo administrado por padres da Ordem dos Capuchinhos. Os povos indígenas representavam a maioria da população nessas localidades, e somente Leopoldina foi apontada por não seguir essa tendência estatística. Além dessas localidades situadas em Goiás, na maioria distantes das margens do Rio Araguaia, Couto de Magalhães percorreu parte significativa do trajeto daquele rio, avistando ou adentrando pontos das suas margens onde alguns povos indígenas tinham constituído ou disputavam territórios.

Além desses elementos de sua viagem, é preciso indicar que outras *práticas sociais e relações de poder* envolvidos em outros *acontecimentos* são fundamentais para a análise da narrativa de Couto de Magalhães. É fundamental

⁸⁰³ MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaia**. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1957. (Brasiliana, v. 28), p. XVII. Prefácio da Segunda Edição escrito por Couto de Magalhães Sobrinho em 1902.

⁸⁰⁴ A obra foi escrita quando o autor era presidente da província de Goiás, entre os anos de 1863 a 1864, sendo deslocado para assumir o mesmo cargo entre 1864 a 1866 no Pará, depois o governo da província de Mato Grosso entre 1867 a 1868, e por fim, em São Paulo, em 1889.

⁸⁰⁵ MAGALHÃES, 1975, p. 16, prefácio da obra.

⁸⁰⁶ *Idem*, 2007, p. 67.

perceber que “[...] não existe documento objetivo, inócuo, primário”⁸⁰⁷, pois o mesmo tem relação tanto com o agente histórico quanto com a sociedade, de modo que é necessário buscar compreender as intencionalidades envolvidas na sua produção, conforme indicado por Le Goff.⁸⁰⁸

Ertzogue *et al*⁸⁰⁹ indicaram “[...] o lugar de fala de Magalhães é o lugar de fala do colonizador”, pois, “sob o signo do sertão”, considerava que “[...] se superados os entraves do atraso, representado por feras e tribos selvagens, as cidades trariam a civilização às margens do Araguaia.”⁸¹⁰ Pratt⁸¹¹ emprega as expressões “auto-etnografia” ou “expressão auto-etnográfica” para se referir “[...] à instâncias nas quais os indivíduos das colônias empreendem a representação de si mesmos de forma *comprometida com os termos do colonizador*”, e essa referência pode ser usada para problematizar o modo com que Couto de Magalhães reproduzia e reforçava *representações do outro* do colonizador, mesmo que, por vezes, *o outro* pertencesse ao “povo brasileiro” no qual estava incluído o próprio narrador ou ainda à parte do espaço que se consolidava como território e identificado como “sertão”, tal qual o era pelos portugueses.

2.7.2. O olhar de Couto de Magalhães sobre o espaço e a natureza e seu desejo de transformar o “deserto”, a “solidão” e o “sertão do Araguaia” em “cidades” e trazer a “civilização”

As narrativas de Couto de Magalhães acerca do Rio Araguaia apresentam elementos da perspectiva sobre o espaço que percorria, o categorizando como “sertão”, ponderando que o mesmo não deve ser entendido como um espaço geográfico específico e passível de ser localizado precisamente em termos de latitude e longitude, mas um espaço do interior e uma *representação* construída social e historicamente por meio de narrativas de quem não pertence aquele lugar, que o para conhecer, explorar e projetar possibilidades sobre ele e seus habitantes. Ertzogue *et al*⁸¹² também indicam que “[...] a palavra “sertão”, em Portugal e no

⁸⁰⁷ LE GOFF, 1996, p. 545.

⁸⁰⁸ *Idem*, 1996, p. 548-549.

⁸⁰⁹ *Idem*, 2018, p. 46.

⁸¹⁰ ERTZOGUE *et al*, 2018, p. 46.

⁸¹¹ *Idem*, 1999, p. 33.

⁸¹² ERTZOGUE *et al*, 2018.

Brasil, tem como sinônimo lugar “desconhecido”, “longínquo”, “interior” ou “inculto”. Em perspectiva oposta ao observador que se colocava no “litoral”, “urbes” era sinônimo de civilização”.⁸¹³

Contudo, é preciso ter cuidado para não reconhecer *o ser* ausente ou imaginado que foram *representados* na narrativa. Na análise de Melo⁸¹⁴, era o Rio Araguaia que projetava os elementos descritos por Couto de Magalhães, indicando que seria aquele rio “[...] belo e selvagem, tinha para ele um espaço amplo e “vazio”, que o deixava solitário e melancólico. Características do sertão, lugar bucólico. Assim era o Araguaia, para ele, no século passado, e sua vontade era ver este lugar povoado e produtivo...”⁸¹⁵ Ao comparar os escritos sobre o Rio Araguaia de Couto de Magalhães e Rômulo Vandoni⁸¹⁶ que viajou anos depois, Melo⁸¹⁷ afirma que ambos tinham o “mesmo sentimento de melancolia sentido”, assegurando que num “[...] período de cem anos, o sentimento de melancolia das pessoas, transmitido pela paisagem do rio, não mudou, e muito menos a vontade de ver suas margens povoadas e produtivas”. Nesses trechos da narrativa de Melo⁸¹⁸, o Rio Araguaia foi situado como ente capaz de “transferir” sentimentos aos “viajantes”, não considerando a perspectiva de que são os agentes históricos que possuem capacidade de projetar seus sentimentos em relação à natureza por meio de narrativas, por vezes de forma retórica. Ou seja, é preciso se distanciar da abordagem de Melo de que seria a próprio espaço, as características do rio e do “sertão”, que conferiam o aspecto “bucólico” que foi narrado por Couto de Magalhães e considerar que essa fonte documental se constitui de uma perspectiva subjetiva, imersa em intencionalidades de quem a escreve, mas também atrelada à *práticas sociais e relações de poder* coevas. Nesse sentido, é fundamental situar que os “sentimentos” expressos nas narrativas de Couto de Magalhães não eram puramente subjetivos, sendo apropriado considerar, como aponta Santos⁸¹⁹, que o

⁸¹³ERTZOGUE *et al*, 2018, p. 55.

⁸¹⁴ MELO, 2000, p. 09.

⁸¹⁵ MELO, 2000, p. 09.

⁸¹⁶ O engenheiro Romulo Vandoni (1924-2017), viajou em 1953 e deixou publicada uma narrativa sobre sua experiência na seguinte obra: VANDONI, Romulo. *Ao Longo do Araguaia: Cuiabá: Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A - EMPAER - MT*, 1992.

⁸¹⁷*Idem*, 2000, p. 11.

⁸¹⁸ *Idem*, 2000.

⁸¹⁹*Idem*, 2007, p. 56.

governador era um “homem dos oitocentos” e seus escritos trazem um olhar característico “[...] retratando as contradições e desejos daqueles que, em nome do progresso e da civilização, orientados pelos ideais iluministas e positivistas, viram-se entre o contemplar e o *transformar* da natureza...”.

Diante dessa ponderação, é fundamental observar que o governador possuía um projeto sobre o “sertão” e a natureza, primeiramente sobre a utilização do Rio Araguaia, e esse interesse foi inserido na narrativa de Couto de Magalhães que buscava convencer seus leitores - sendo que alguns eram autoridades - sobre a viabilidade da navegação comercial no Rio Araguaia, como manifesta no seguinte trecho: “Não me ocupei, durante a viagem, em descrever unicamente as coisas que vi; ia tomando apontamentos e colhendo dados que pudessem fornecer matéria para alguns artigos, mostrando a grande conveniência as navegação do Araguaia.”⁸²⁰ Desde a dedicatória do autor, direcionada “Aos habitantes da Provincia de Goyaz”, o governador indica o caráter utilitarista de sua percepção:

Dedicando-vos este escripto, tenho em vista chamar sobre a matéria d'elle vossa atenção; os esforços do Governo não estareis quando o povo os não compreende, e não trata de secundal-os. A prosperidade d'esta Provincia depende do Araguaya, esse immenso rio, que constitue uma verdadeira maravilha, já por sua belleza, já pela fertilidade das regiões que atravessa, já por offerecer uma navegação de cerca de 700 leguas. Para ahi o Goyano dee dirigir suas vistas, como o Israelita as dirigia para a columna de fumaça que o guiava á terra da promissão. O futuro é grandioso com a navegação do Araguaya: sem ella tudo é rachitico e mesquinho, como tem sido até o presente. Goyas, 1º de novembro de 1863.⁸²¹

Em outros trechos da narrativa, como segunda parte, intitulada “Considerações administrativas sobre o futuro de Goiás” e no capítulo dois “O Araguaia debaixo do ponto de vista comercial”, Couto de Magalhães apresentava seu objetivo e projeto como havia feito desde a descrição do livro, a saber:

Contendo a descrição pitoresca desse rio, precedida de considerações administrativas e econômicas acerca do futuro de sua navegação e seguida de notícias sobre os rios Caiapó grande, Caiapozinho, Claro e Vermelho; de um roteiro para o Araés e notícia de uma expedição feita em 1852 ao rio das Mortes; de um

⁸²⁰ MAGALHÃES, 1975, p. 59.

⁸²¹ MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaya**. Goyaz: Typographia Provincial de Goyaz, 1863, p. 61.

estudo sobre os meios mais próprios para desenvolver a navegação; e de todos os roteiros que existem manuscritos na secretaria do Governo de Mato Grosso.⁸²²

O projeto de navegação comercial a vapor pelo Rio Araguaia pensado por Couto de Magalhães se efetivou entre os anos de 1868 a 1888, e fez com que seus escritos se destacassem dos demais, pois, segundo Santos⁸²³: “[...] o Araguaia só seria mesmo reconhecido como fundamental à ligação da bacia do Rio Prata a do Amazonas, na perspectiva de estratégia para o desenvolvimento dessa região, a partir das observações de Couto de Magalhães”. Contudo, os interesses em sua navegação comercial não eram exclusividade do século XIX e de Couto de Magalhães, como pode ser observado anteriormente nas narrativas de Villa Real.⁸²⁴

O diferencial estava no fato de Couto de Magalhães ser um homem com poder político e legitimado pela cientificidade de suas ações exploratórias, podendo assim elaborar estratégias e efetivar alguns projetos. De acordo com Santos⁸²⁵:

Essas estratégias de Couto de Magalhães, fundamentadas e validadas por um “conhecimento científico”, apontam para o entendimento de que, primeiro, o deserto dos sertões necessitava ser visto como terreno útil à civilização; segundo, os meios naturais deveriam sofrer as alterações necessárias para que os chamados obstáculos naturais fossem superados; terceiro, as comunidades indígenas deveriam ganhar “utilidade” se integrando à comunidade nacional; e quarto, os governos deveriam estabelecer ações coordenadas, mudando o foco das relações comerciais dominantes, litoral/Europa, para as inter-regiões, fomentando o comércio local com vistas à unidade nacional. E, não se pode esquecer que uma dessas ações centrais deveria ser o desenvolvimento da navegação a vapor.

E foi justamente com esses objetivos, que Couto de Magalhães descreve o Rio Araguaia e as condições de sua navegabilidade, refutando os dois argumentos utilizados contrários à navegação, inserindo em toda sua narrativa elementos favoráveis àquela empresa, sobretudo no segundo capítulo, onde fez a descrição do Araguaia “do ponto de vista comercial”, considerando como problemas as “cachoeiras do [rio] Tocantins e os desertos das margens do Araguaia”⁸²⁶.

⁸²² MAGALHÃES, 1975. Ficha catalográfica e Contracapa.

⁸²³ *Idem*, 2007, p. 34.

⁸²⁴ *Idem*, 1848.

⁸²⁵ *Idem*, 2007, p. 91-92.

⁸²⁶ MAGALHÃES, 1975, p. 75.

Couto de Magalhães traz além de argumentações, cálculos que apontam o baixo custo da navegação do Rio Araguaia e afirmando que ali seria mais fácil desenvolver a comunicação fluvial que em relação ao Rio Uruguai. Porém, os principais argumentos utilizados em diferentes pontos da narrativa giravam em torno das “vantagens” naturais daquele espaço onde estava situado o Rio Araguaia, como se observa no seguinte trecho:

Nas margens do Araguaia, essa vantagem é espontânea [pastagem]. Os animais engordam sem outro trabalho mais do que alguns rodeios, não havendo nem mesmo a despesa do sal. Visto ser ele nativo nessas regiões abençoadas.

Nada de mais pitoresco do que ver as margens dos lagos formados pelo rio. Imagine o leitor essas planícies imensas de centenares de léguas não interrompidas por uma só montanha, nem mesmo pelo mais pequeno outeiro; figure uma bacia de água de 5 ou 6 léguas de circunferência, calma, azulada e profunda, e espelhando em si um céu em que raras vezes aparece uma nuvem; figure este círculo orlado de juncos altos e de capim; imagine de envolta com isto as manadas de gado confundidas por vezes com os cervos, antas, porcos, capivaras, de envolta com bandos de jaburus, avestruzes, patos, marrecas de muitas qualidades, colhereiros, com a plumagem cor-de-rosa, mergulhões e toda sorte de aves aquáticas, e terá uma ideia dessas terras.⁸²⁷

Esse trecho possibilita notar elementos característicos de uma percepção da natureza como potencial “recurso”, e ao observá-la, Couto de Magalhães pensava em como utilizá-las economicamente, destacando que a mesma apresentava “vantagens” para tentar convencer aos leitores de que seus objetivos políticos e estratégicos para aquele espaço eram viáveis. Nesse sentido, um argumento favorável para a viabilidade da navegação comercial do Rio Araguaia era a existência de “planícies imensas de centenares de léguas não interrompidas por uma só montanha”⁸²⁸, pois certamente era uma característica incontestável para sua proposta, além de que, possivelmente, aticava a imaginação dos leitores que conheciam e moravam no litoral do Brasil em cidades com o relevo predominantemente acidentado, como a capital, Rio de Janeiro. Couto de Magalhães⁸²⁹ afirma que: “A semente está, portanto, lançada: resta que a cultivem”;

⁸²⁷ MAGALHÃES, 1975, p. 78.

⁸²⁸ MAGALHÃES, 1975, p. 79.

⁸²⁹ *Idem*, 1975, p. 79.

usando uma expressão bíblica e própria do mundo agrário, que remete à natureza e às oportunidades destinadas aos homens e mulheres que possa a cultivar.

Para Maia⁸³⁰, “Couto de Magalhães tinha duas motivações principais ao escrever “Viagem ao Araguaia”, a de incentivar o desenvolvimento do transporte fluvial pela navegação comercial e defender a mudança da capital da província para Leopoldina”. Portanto, seus interesses estariam diretamente ligados à questões políticas intimamente relacionadas à necessidade de intervenção no espaço e na natureza para que deixasse de ser um “deserto” com povos indígenas.

Mudar a capital da província de Goiás para Leopoldina seria trazer a “civilização” para aquele “deserto” descrito por Couto de Magalhães que não considerava a presença dos povos indígenas que ocupavam e disputavam entre si territórios às margens do Araguaia e de seus afluentes. E nada mais emblemático para a “civilização” que a fixação de cidades nas margens de rios, como exposto no seguinte trecho de sua narrativa: “Quando chegará, meu Deus, disse eu a mim mesmo, quando chegará o dia em que se verão espelhar florescentes cidades nas margens destes rios! Quando é que se verá o homem arrancar da posse das feras e das tribos selvagens dos índios tanta riqueza que aí jaz sepultada!”⁸³¹

Apesar de trazer a ideia do “sertão” como espaço a ser dominado pela “civilização” e a cidade, bem como a natureza a ser utilizada para obter “riqueza”, a narrativa de Couto de Magalhães também apresenta um olhar sobre o espaço e a natureza compondo algo maravilhoso, belo, imenso, chamando os leitores e leitoras para apreciar e se encantar com as águas calmas que espelham o céu azul, remetendo à uma descrição bucólica de um lugar “selvagem”, mas belo.

A diversidade da fauna é um outro atrativo desse convite, pois a variedade de animais pode despertar a imaginação para o que há de exótico nas criaturas nativas. E é justamente nesse ponto que é importante ponderar que a natureza daquelas margens do Rio Araguaia avistadas por Couto de Magalhães não agregava o gado bovino, uma vez que o mesmo não era nativo, mas que era pensado como o mais adequado a ser criado naquelas pastagens naturais e foi utilizado para despertar o interesse econômico pelo espaço, que, na percepção do autor, deveria

⁸³⁰ MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação social**: o caso da Fundação Brasil Central. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012, p. 102.

⁸³¹ MAGALHÃES, 1975, p. 87.

ser aproveitado por meio da navegação comercial, a fixação de cidades e também de fazendas para criar rebanhos desses animais. Couto de Magalhães narra que “[...] a maior dificuldade nas margens do Araguaia é encontrar uma situação suficientemente elevada acima do nível da água, a fim de que, no tempo das grandes cheias, ficasse livre de inundações.”⁸³² O seu interesse para aquele espaço era a produção agrícola que seria inviável em relevos alagadiços como os varjões, recomendando então a criação de gado bovino como possibilidade de uso econômico daquelas margens.

Dessa forma, o espaço e a natureza, ainda que belos, seriam dominados pela “civilização” que se espalharia por aquele “deserto”. Para Couto de Magalhães, aquele espaço era marcado pela sua “imensidão” “sem fim”, pois:

O Araguaia corre ordinariamente entre as praias de areia fina além das quais crescem zonas de mato, que o acompanham de uma a outra margem, as quais, para quem está dentro do rio, semelham orlas de junco, tão grandes à distância.

Aqui, o deserto é de uma majestade tão imponente, que assombra e abate o espírito.

Para qualquer parte que lancemos os olhos, enxergam-se planícies sem fim, que se vão tornando cada vez mais azulada, até que de todo se confundem com o céu.⁸³³

Dentro da mesma estratégia argumentativa favorável à adoção da navegação comercial, o Rio Araguaia foi descrito do seguinte modo:

De todos os grandes rios que tenho visto, nenhum oferece nem de longe a majestade do Araguaia: suas águas estendem-se na largura de 500 braças; essa massa gigantesca desce toda por igual tempo ao longo do enorme leito, sem se ver uma torrente mais apressada em seu seio, de modo que parece antes um corpo sólido e orgânico, do que uma porção de líquido.

Há na grandeza destas águas uma calma tão serena, como aquela que se observa no oceano visto ao longe.⁸³⁴

A exaltação do rio por Couto de Magalhães parte de seus interesses enquanto empresário do transporte fluvial à vapor, destacando que sua “grandeza” somente era possível por estar situado em meio ao “sertão” e ao “deserto” que estava à espera da ação da “civilização”. Para Ertzogue *et al*, as narrativas de Couto

⁸³²*Idem*, 1975, p. 136.

⁸³³*Idem*, 1975, p. 102.

⁸³⁴*Idem*, 1975, p. 101-102.

de Magalhães teriam contribuído para a construção de “discursos sobre o abandono de Goiás”, sobretudo do norte da província, o que “[...] contribuiu para o sentimento de isolamento. Sob o signo do sertão, sinônimo de lugar desabitado e sem progresso, um discurso foi construído, forjado pela imagem da ruína, pela decadência da mineração e pelo não impulsionamento da navegação comercial.”⁸³⁵

Entretanto, não foi apenas a natureza e o espaço que englobavam o Rio Araguaia o alvo de interesses de Couto de Magalhães: as margens apropriadas por indígenas como territórios de diferentes povos suscitaram uma série de reflexões e projetos que visavam inserir esses agentes históricos na “civilização” por meio da “catequese”.

2.7.3. O olhar de Couto de Magalhães sobre os povos indígenas representados como “selvagens” e “bárbaros” à espera da “civilização” e da “catequese”

Couto de Magalhães⁸³⁶ inseriu em sua narrativa a presença humana e a diversidade de povos indígenas por onde passou, ainda que a partir de sua percepção e construindo *representações*. O governador destacando que, mesmo sem ter ainda contato, tinha consciência da presença dos povos indígenas, como pode ser identificado na seguinte passagem: “Hoje, à tarde, contemplava estas solidões, quando notei além, e muito ao longe, algumas colunas de fumaça. Que é aquilo? Perguntei eu. Ao poente, responderam-me, são as aldeias dos Xavantes do Rio das Mortes; ao sul, as dos Caiapós; ao norte, as dos Canoeiros.”⁸³⁷ Ademais, a presença indígena nos “sertões” foi identificada pelos sons ouvidos e descritos como sendo a “[...] buzina do selvagem, os seus cantos de amor e gritos de guerra são quase os únicos sons que por ora têm repercutido os ecos desse vasto país.”⁸³⁸ Noutro trecho da narrativa, Couto de Magalhães pondera que por ser uma “grande região” apropriada pelos povos indígenas que seriam essas “populações aborígenes” as “mais densas do Império.”⁸³⁹

⁸³⁵ *Idem*, 2018, p. 56.

⁸³⁶ MAGALHÃES, 1975.

⁸³⁷ MAGALHÃES, 1975, p. 102

⁸³⁸ MAGALHÃES, 1975, p. 91.

⁸³⁹ MAGALHÃES, 1975, p. 103.

Apesar do uso frequente da expressão “solidão” ou “deserto” para se referir ao espaço e à situação que se encontrava, Couto de Magalhães estava adentrando um espaço que havia sido transformado pela ação humana em territórios consolidados ou em disputa por diferentes povos indígenas.⁸⁴⁰ O governador narra que havia a presença do *outro* que se situava espacialmente naquela “vastidão”:

Sentado sozinho numa das praias, eu lançava as vistas em torno do horizonte: é impossível que faça ideia da vastidão delas quem não tem percorrido essas planícies.

No meio do ar transparente e calmo. Erguiam-se, enoveladas, e em direções diversas, colunas de fumaças; ao oriente, indicavam a morada dos ferozes Canoeiros; ao poente, as diversas tribos da nação Xavantes; ao norte, a dos Carajás.⁸⁴¹

A presença indígena inicialmente foi observada por Couto de Magalhães pelos sinais de fumaça que demonstravam estar o ar límpido da natureza mesclado com fragmentos de ação antrópica. Diante dessa presença constante, o governador seguiu sua narrativa afirmando que tinha o intuito de tipificar e caracterizar os povos indígenas, ainda que se tratando de povos que tivesse apenas ouvido relatos de terceiros, como no trecho no qual indica que os Xavante “[...] são os que infestam a estrada de Cuiabá; os segundos [Kayapó], robustos e ferozes, declaram que dos brancos só desejam ver o sangue; os terceiros [Avá-Canoeiros] combatem sem recuar, não dão tréguas ao inimigo e nem aceitam a vida, quando por acaso são presos.”⁸⁴² O uso da expressão “infestam” é recorrente ao longo na narrativa e aponta para sua perspectiva de que haviam muitos indígenas no “sertão” e estariam o “infestando” como animais. Além da preocupação diante do significativo número de indígenas e da violência, Couto de Magalhães narra seu interesse em conhecer os “selvagens”:

No dia seguinte, de outubro, saímos de manhã cedo, a pé, para visitar o aldeamento de índios da Estiva, que jaz a meia légua, ao norte de Salinas, sob direção do padre capuchinho Fr. Segismundo de Taggia. Meu desejo de ver os selvagens era extremo. E foi com imenso prazer que fiz entrada, ao som de descargas de arcabuzes, por entre as choupanas dos pobres filhos da Natureza.

⁸⁴⁰ Os principais povos situados nas margens do rio Araguaia eram os Xavante, Tapirapé, Karajá, Kaiapó, Goiá, Karajá, conforme ROCHA, Leandro Mendes (Org.). **Atlas Geográfico: Goiás pré-colonial e colonial**. Goiânia: Editora da CECAB, 2001, p. 31.

⁸⁴¹ MAGALHÃES, 1975, p. 102.

⁸⁴² MAGALHÃES, 1975, p. 102.

A Estiva tem uma população de 200 almas, composta de índios Xavantes, Carajás, dois canoieiros e de alguns brasileiros.⁸⁴³

A oposição entre os indígenas e os “brasileiros” estava marcando a relação entre *o nós* e *o outro*, numa dinâmica que acompanha sua narrativa de todos os contatos com diferentes povos indígenas. Couto de Magalhães descreve as diferenças físicas dos povos indígenas utilizando categorias e adjetivos com base nos seus gostos - social e culturalmente construídos – relativos ao que seria o “belo”, enquadrado na delicadeza feminina e virilidade masculina:

O tipo dos Xavante é varonil e, por conseguinte, dotado dessa beleza máscula que admiramos nas estátuas gregas e romanas: os índios são os de maior corpo e os mais vigorosos que tenho visto; as mulheres não são belas; suas formas atléticas, seus queixos ordinariamente grossos, poderiam agradar a romanos, não a nós, que estimamos ver esse sexo rodeado de formas delicadas e frágeis que, dando ideia de sua fraqueza, animam o instinto da generosidade e rodeiam-no de interesse e encanto.

Os Carajás que aí existem, estão em toda a selvageria com que vieram do mato; conservam-se nus e vivem da caça e da pesca. O homem Carajá é menos robusto e belo do que o Xavante; as mulheres são, porém, mais baixas, delicadas e mais formosas. Trazem os cabelos compridos e soltos; os homens usam igualmente de grandes cabeleiras, que descem aos ombros, aparadas, porém, na testa, de modo a deixa-la desassombrada.⁸⁴⁴

Além de critérios subjetivos e socialmente construídos sobre o que seria “belo”, tal qual ocorre na narrativa de Castelnau, a categorização dos tipos físicos desses povos indígenas foi feita através da comparação entre eles. Elementos da organização social, cosmologia e outros aspectos culturais indígenas eram identificados como sendo “folclore”, “costumes” e “tradições” aos quais Couto de Magalhães não se dedicou como em relação à catalogação das “línguas”, pois elaborou uma listagem de “Dialectos dos Xavantes, Xerentes, Carajás e Caiapós” inserido no final da obra.

Porém, a perspectiva de Couto de Magalhães sobre os povos indígenas foi narrada de forma mais coesa e aprofundada numa outra obra publicada em 1876 e intitulada “O Selvagem”⁸⁴⁵, “[...] cuja produção fora encomendada pelo próprio

⁸⁴³ MAGALHÃES, 1975, p. 128.

⁸⁴⁴ MAGALHÃES, 1975, p. 128.

⁸⁴⁵ MAGALHÃES, Couto de. **O selvagem**. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

imperador Dom Pedro II⁸⁴⁶, tendo em vista a Exposição Universal do Centenário da Independência dos Estados Unidos, ocorrida na Filadélfia”⁸⁴⁷.

Turin⁸⁴⁸ ressalta que, apesar de encomendada pelo Imperador e escrita por um homem com poder, a obra não pode ser reduzida a “[...] um mero reflexo de sua posição social, como uma voz representante de uma classe ou como fruto apenas de seus interesses e aspirações políticas e econômicas.”⁸⁴⁹ Nesse sentido,

[...] é importante ressaltar a posição de Couto de Magalhães como defensor do projeto político do Segundo Reinado pois, como já foi dito, a especificidade de sua investigação etnográfica se concentra, justamente, no objetivo de re-atualizar a tradição na qual se insere. O que eu procuro sugerir, portanto, é que seu texto deve ser entendido como uma tentativa tardia de revitalização do debate etnográfico imperial, guardando certos traços e valores que conformavam sua identidade. A adoção de expressões e linguagens científicas próximas a perspectiva evolucionista não implicou, de modo algum, a renúncia daqueles pilares que sustentavam o discurso etnográfico no IHGB⁸⁵⁰.

Logo, sua narrativa teria sido marcada por essas influências as *práticas sociais e relações de poder* pertinentes ao Império e também por teorias evolucionistas europeias, que por sua vez, apresentavam diferenciações entre si, mas que foram sendo utilizadas através de recursos argumentativos e reflexões de Couto de Magalhães. Na primeira parte de sua obra, o autor teorizou sobre o “aparecimento do homem na terra” e o “aparecimento do tronco vermelho”,⁸⁵¹ analisando “antigos cruzamentos” entre a suposta “raça vermelha” e outra, cruzada com “raças brancas”, situando-as em diferentes “períodos” e questionando quando a “civilização havia atingido esses homens”.⁸⁵² O debate sobre as “raças selvagens” foi retomado na quarta parte onde apresenta teorias racistas coevas, articulando-as

⁸⁴⁶ O autor afirma que: “Foi como preparatório para execução deste pensamento que o governo me encarregou deste trabalho, que eu me executei conscienciosamente, na medida de minhas forças, sem outro interesse, como já disse, além de desempenhar-me de dever de prestar ao meo paiz um pequeno serviço”. (MAGALHÃES, 1876, p. XIV).

⁸⁴⁷ TURIN, 2012, p. 787.

⁸⁴⁸ *Idem*, 2012, p. 787.

⁸⁴⁹ *Idem*, 2012, p. 787.

⁸⁵⁰ TURIN, 2012, p. 788.

⁸⁵¹ MAGALHÃES, 1975, p. 33. A última questão remetia à “uma série de considerações geológicas” que Couto de Magalhães ressalta não ter condições de analisar.

⁸⁵² MAGALHÃES, 1975, p. 34-35.

com os troncos linguísticos com a finalidade de classificar os diferentes povos de acordo com esses critérios ou de outros estudiosos como Carlos Von Martius.

Contudo, não era esse o foco analítico da obra “O selvagem”⁸⁵³, uma vez que Couto de Magalhães indica qual seria a finalidade de sua narrativa:

Eu não escrevi este livro, amigo leitor, por ambição de gloria litteraria, e sim com a de ser útil, concorrendo com uma pedra para o edificio da grandeza de nossa pátria. Como trabalho scientifico, eu sei que ele está cheio de imperfeições e lacunas; como trabalho pratico, como methodo de ensino de lingua, eu tenho consciencia de que é um bom livro, porque é n’elle que, pela primeira vez, se applica á lingua mais geral dos selvagens do Brazil, o methodo que os modernos philologos europeus hão inventado para vulgarisação das linguas vivas.⁸⁵⁴

A importância do conhecimento da “língua” dos “selvagens” foi defendida pelo autor em oposição à outra possibilidade descrita nos seguintes termos: “[...] constante testemunho da historia demonstra que, por toda parte, e em todos os tempos em que uma raça barbara se poz em contacto com uma raça civilisada, esta se vio forçada ou a exterminar-a, ou a ensinar-lhe sua língua.”⁸⁵⁵ Dessa forma, Couto de Magalhães indica o extermínio e a domesticação como possibilidades, um argumento que foi amplamente repetido e reforçado desde o prefácio e perpassou toda a narrativa, como expresso no seguinte trecho:

Por toda a parte onde quer que a raça civilizada se pôs em contacto com uma raça bárbara, viu-se forçada: ou a exterminá-la ou a aprender a sua língua para com ela transmitir suas idéias. É esse o alcance daquelas palavras de Cristo quando dando aos apóstolos a missão de levar a religião de paz e caridade através das trevas do mundo pagão, lhes disse: “O Espírito Santo descera sobre vós e vos dará o dom das línguas”.

Sim, por toda a parte onde a civilização da humanidade se pôs em contacto com a barbaria, o problema de sua existência só teve destes dois instrumentos: Ou o derramamento de sangue; Ou o intérprete.⁸⁵⁶

Couto de Magalhães inseriu o “homem”, “civilizado”, “branco” e “cristão” como agente histórico capaz de realizar a transformação dos “selvagens” e “bárbaros”, dando preferência à possibilidade de catequização por meio de um

⁸⁵³ MAGALHÃES, 1876.

⁸⁵⁴ MAGALHÃES, 1876, p. VII.

⁸⁵⁵ MAGALHÃES, 1876, p. VII.

⁸⁵⁶ MAGALHÃES, 1975, p. 27.

intérprete. Turin⁸⁵⁷ afirma que “[...] papel histórico que é confiado ao homem branco civilizado, portanto, filia-se a um papel teológico, o da conversão. Do mesmo modo que os demais letrados do IHGB, Couto de Magalhães associa o ato de civilizar com a missão catequética.”⁸⁵⁸

No século XIX, o par conceitual que pode ser sintetizado como “civilizado/selvagem”⁸⁵⁹ era amplamente utilizado pelos letrados no Brasil, e

[...] restaurava assim a funcionalidade de uma outra oposição: cristãos/pagãos. [...]. Assim como o pagão representava um cristão em potencial, o selvagem também poderia ser compreendido como um *ainda não* civilizado. Contudo, essa condição expressa pela sentença *ainda não*, longe de indicar qualquer processo evolutivo, pautado em uma naturalização do tempo, caracterizava-se antes pela possibilidade de uma salvação.⁸⁶⁰

O uso das categorias “selvagem” ou “bárbaro” remetia a uma concepção oriunda de compreensões de mundo de europeus que havia sido amplamente assimilada por letrados brasileiros, de modo que “[...] os usos da categoria selvagem, na formação do discurso etnográfico no Brasil oitocentista, foram conformados dentro de um processo de disciplinarização”⁸⁶¹ que envolviam tanto a história quanto a etnografia, além de “questões de ordem política específicas ao segundo reinado.”⁸⁶²

Ademais, é possível identificar na narrativa de Couto de Magalhães elementos oriundos da “convivência” de duas linguagens etnográficas, pois havia um esforço do autor em “re-atualizar o programa etnográfico do IHGB” que “[...] deflagra não apenas o esgotamento daquela tradição (à qual se filiava), como também indica um novo quadro conceitual de cuja legitimidade, retirada de uma circulação internacional de ideias, que ele procurava se apropriar.”⁸⁶³

A tensão que caracteriza seu texto pode ser percebida pelo modo como ele situa seu objeto. O selvagem, ali, transita entre um tempo natural, de caráter evolucionista, e um tempo marcado por aquele esquema conceitual presente no IHGB, como se o autor

⁸⁵⁷ *Idem*, 2012.

⁸⁵⁸ TURIN, 2012, p. 799.

⁸⁵⁹ *Idem*, 2012, p. 782.

⁸⁶⁰ TURIN, 2012, p. 784.

⁸⁶¹ TURIN, 2012, p. 782.

⁸⁶² TURIN, 2012, p. 782.

⁸⁶³ TURIN, 2012, p. 786.

buscasse promover uma conciliação impossível entre o indígena degradado e o homem primitivo. Graças a essa tensão, sua obra recebeu diferentes classificações, seja como uma empreitada evolucionista – e, nesse sentido, pôde ser absorvida nos quadros do Museu Nacional –, seja como mais um capítulo da etnografia romântica e seus sonhos genealógicos, como acusaria Sílvio Romero.⁸⁶⁴

O evolucionismo, atrelado às concepções de “civilizado/selvagem” próprias aos letrados do IHGB, pode ser observado na narrativa de Couto de Magalhães, inserida num debate envolvendo os povos indígenas que divergiam em duas direções:

Primeiro, uma busca pela especificidade histórica das populações indígenas. Interessava desvendar quais eram suas origens, seus parentescos, suas divisões, em que estado se encontravam quando da chegada dos portugueses. Todos esses pontos tinham por fim estabelecer um juízo definitivo sobre a questão fundamental: se esses grupos que aqui se encontravam tinham sempre permanecido num estado de natureza ou, ao contrário, eram formas decaídas de civilizações anteriores. Para além da superficialidade do espaço, procurava-se reconstruir a profundidade do tempo. Um segundo problema que norteou os trabalhos etnográficos, decorrente do primeiro, dizia respeito à possibilidade ou não de se catequizar a população que ainda habitava o território, e qual seria o melhor método a se adotar. Nesses debates, alimentados por tópicos como autoridade, progresso, decadência, liberdade, entre outros, diferentes representações do tempo foram formuladas.⁸⁶⁵

Ao analisar a narrativa da obra “O selvagem” é possível identificar que o foco de sua argumentação está direcionado ao método de catequização e, portanto, focada em propostas de como a “civilização” deveria ser imposto aos povos indígenas a partir da proposta de Couto de Magalhães. Primeiramente o autor examina o exemplo dos portugueses, concluindo que:

Os antigos portugueses, que forão incontestavelmente grandes mestres, como raça colonisadora, organizaram, com o nome de corpo de *línguas* os interpretes militares, a cuja acção pacífica devemos hoje mais de metade da população operaria do Brasil. Os jesuítas hespanhoes e portuguezes creavão seos collegios os interpretes que não erão outros senão os meninos selvagens a quem davão uma organização militar, e que depois espalhavão pelo meio das tribos barbaras. O padre Montoya, em instrucções

⁸⁶⁴ TURIN, 2012, p. 786-787.

⁸⁶⁵ TURIN, 2012, p. 783.

dadas para uma dos collegios do Paraguay, dizia: “aquella tribú onde houver uma *língua* (um interprete) é uma tribu mansa.”

Disem as chronicas que este mesmo padre Montoya, (è o mesmo missionario que melhor fallou o guarani) só por si amansou mais de cem mil índios!

Este único facto não tornará evidente o immenso poder do homem civilisado, diante do homem bárbaro, desde que esse homem civilizado dispõe do interprete para se fazer entender?⁸⁶⁶

O exemplo histórico dos portugueses e jesuítas, narrado a partir da percepção de Couto de Magalhães, foi acionado para legitimar sua proposta intervencionista dirigida ao governo imperial e pautada nos seguintes argumentos:

Eu chamo no entretanto vossa atenção para a importancia do problema da domesticação de nossos selvagens, resumindo o que ali digo no seguinte:

O território do nosso immenso Brazil é de 291 mil leguas quadradas. Quaso duas terças partes d’esse territorio, ou 182,400 leguas quadradas, não podem ainda hoje ser pacificamente povoadas por familias christãs, porque estão expostas ás correrias sanguinolentas dos selvagens.

Domesticar os selvagens ou fazer com que elles nos entendam, o que é a mesma cousa, equivale a fazermos a conquista pacifica de um territorio quasi do tamanho da Europa, e mais rico do que ella.

Só essa conquista vale milhões; feita ella, porém, não conseguiremos somente a posse real da maior parte do territorio do império; conseguiremos tambem um milhão de braços aclimados, e os unicos que se prestam ás industrias, que por muitos anos serão as únicas possíveis no interior – as extractivas e pastoris⁸⁶⁷.

Assim, a “conquista” dos “civilizados” e “domesticação” dos “selvagens” se legitimava, para Couto de Magalhães, primeiramente pelo perigo das “correrias sanguinolentas dos selvagens” no “território”. Citando o caso da Argentina, que segundo o autor, tinha uma “[...] população selvagem, dez vezes menor do que a nossa, com um paiz de mais fáceis communicações”⁸⁶⁸ e que estaria passando por problemas, uma vez que “[...] os selvagens destruíram alli valores na importancia de mil e quatrocentos contos de nossa moeda, além de vidas humanas, e de despesas colossaes que mister foi fazer com o movimento de verdadeiros corpos de exercito para batel-os. O mesmo tem-se dado no Chile, Perú, Bolivia e

⁸⁶⁶ MAGALHÃES, 1876, p. X-XI.

⁸⁶⁷ MAGALHÃES, 1876, p. VIII.

⁸⁶⁸ MAGALHÃES, 1876, p. IX.

Estados-Unidos”⁸⁶⁹. Nessa parte da narrativa Couto de Magalhães afirma ter sido “encarregado” de realizar “trabalhos” relativos aos povos indígenas a fim de evitar problemas como aqueles dos países citados.

E’ com o duplo fim, por um lado, de tirar vantagens do solo ainda occupado pelos selvagens, e por outro lado, de prevenir futuras difficuldades, que o governo imperial me tem encarregado mais de uma vez de trabalhos relativos á nossa população indigena, trabalhos de que este livro faz parte.

No Brazil as cousas não chegaram ao ponto acima mencionado por duas razões: primeiro, porque temos attendido mais a esse assumpto de nossos selvagens do que o fizeram aquelles paizes; segundo, porque nosso territorio é vasto e o selvagem aqui está ainda á larga.

Mas se não conjugarmos o mal, elle ha de chegar⁸⁷⁰.

Partindo dessa posição de “encarregado” pelo governo imperial, o autor afirma que aquele livro era destinado ao propósito de formação de intérpretes das línguas dos “selvagens”, de modo que o governo poderia “[...] aproveitar pessoal já existente e pago, limitando-se o esforço da admiração a organizar e dirigir o serviço”⁸⁷¹, e assim:

Conseguir que o selvagem entenda o portuguez, o que é possível com um corpo de interpretes organizado com praças do exercito e armada que fallem ambas as linguas, e que, educadas nos arsenais, se dessiminariam depois pelas colônias militares, seria a um tempo:

1°. Conquistar duas terças partes do nosso territorio, que ainda não pôde ser pacificamente povoado por causa dos selvagens.

2°. Adquirir mais um milhão de braços aclimados e utilissimos nas industrias pastoris, extractivas e de transportes internos, únicas possíveis por muitos annos no interior; esses braços são também os mais proprios para a povoação de nossas remotas fronteiras, os unicos aptos para desbravarem o interior, e serem os predecessores naturaes da raça branca, n’um solo ainda virgem.

3°. Assegurar nossas communicações interiores para as duas bacias do Prata e do Amazonas,

4°. Evitar no futuro grande effusão de sangue humano, e talvez despesas colossaes, como as que tem feito outros paizes da America⁸⁷².

⁸⁶⁹ MAGALHÃES, 1876, p. IX.

⁸⁷⁰ MAGALHÃES, 1876, p. IX.

⁸⁷¹ MAGALHÃES, 1876, p. X.

⁸⁷² MAGALHÃES, 1876, p. XIV.

Citando o plano que havia proposto no serviço de catequese no Araguaia, Couto de Magalhães reiterou a necessidade do “[...] aproveitamento do interprete indigena para auxiliar o missionario, pela mesma fórma por que procederam os antigos”,⁸⁷³ indicando que de nada adiantaria “a santidade das leis da religião, se elle não tem lingua por onde ensine a regeneradora moral do christianismo?”, de modo que “[...] o interprete é cousa tão importante entre uma raça christã e uma raça barbara que, sem elle, impossivel será trazer aquella a assimilar-se com esta?”⁸⁷⁴ A percepção que dá base a esse trecho da narrativa de Couto de Magalhães é a de que os povos indígenas pertenciam a outra “raça” que precisava ser regenerada pela “civilização”.

Segundo a análise de Turin⁸⁷⁵, para Couto de Magalhães, o “selvagem”, apesar de ser “primitivo”, poderia assimilar a “civilização”, mesmo com

[...] possíveis limitações que a condição de primitivo acarretaria, ele não deixa de nutrir a expectativa de incorporação das populações indígenas à civilização. Fiel, agora, aos preceitos catequéticos da conversão linguística que se fizeram hegemônicos no debate etnográfico do IHGB, ele sentencia: “Desde que o selvagem possui, com a intelligencia da lingua, a possibilidade de comprehender o que é civilização, elle a absorve tão necessariamente como uma esponja absorve o liquido que se lhe põe emcontacto”. Ou, como gostava de afirmar: “Domesticar os selvagens ou fazer com que elles nos entendam, o que é a mesma cousa”.⁸⁷⁶

Encarar esses povos indígenas como “raças primitivas” fez com que Couto de Magalhães tivesse uma abordagem sobre sua situação, segundo a qual, teria deixado de se dirigir apenas ao passado dessas sociedades, uma vez que era mais possível “[...] estabelecer o indígena como um ser decaído de uma condição originária [...]. Agora, sob a categoria de primitivo, o selvagem passava a ser encarado como o representante da origem da humanidade; um presente que traduzia enquanto passado para o observador.”⁸⁷⁷ Essa perspectiva pode ser observada na narrativa sobre a viagem ao Araguaia, na qual é possível identificar que o autor

⁸⁷³ MAGALHÃES, 1876, p. X-XI.

⁸⁷⁴ MAGALHÃES, 1876, p. X-XI.

⁸⁷⁵ *Idem*, 2012.

⁸⁷⁶ TURIN, 2012, p. 802-803.

⁸⁷⁷ TURIN, 2012, p. 793.

observava os indígenas como pertencentes ao passado, mas sabendo que eram seus contemporâneos.

A proposta de Couto de Magalhães foi esboçada no estudo de meios práticos utilizados por “povos civilizados” em relação aos “selvagens” ou “bárbaros” que se deu por meio de “três instituições: colonia militar, interprete, missionario”⁸⁷⁸, sendo que, na sua análise, seria a segunda instituição aquela deficitária no caso brasileiro e na qual trabalhava e elaborava propostas por meio de seu livro “O selvagem”. O autor cita outros conselheiros a serviço do Império como Thomaz L. Coelho de Almeida e Castro e Silva, indicando que convergiam quanto à ideia de “[...] utilizar nossas colônias militares, como auxiliares do povoamento dos sertões, para nellas se collocarem interpretes que, fallando as línguas das populações selvagens circunvizinhas lhes facilitariam as relações com os mesmos selvagens...”⁸⁷⁹

Depois das viagens a Goiás, Mato Grosso e Pará, Couto de Magalhães narra ter voltado ao Rio de Janeiro e apresentado seus trabalhos ao “chefe do respectivo serviço”, Castro e Silva, que compartilhava, segundo o autor, de algumas de suas ideias sobre projetos envolvendo os povos indígenas.

Elle havia então estudado minuciosamente todo o assumpto de nossos aldeamentos, preparara cadernetas especiaes para registrar o que era peculiar a cada um d’elles, e depois d’esses estudos e exame minucioso dos documentos officiaes, chegará ás mesmas conclusões que eu havia chegado na pratica, isto é: a paz e segurança de grande parte de nossas populações do interior, nossas communicações internas, o aproveitamento de regiões fertilíssimas, a vida das únicas industrias productivas do interior – a pastoril -, extractiva, a de transportes pelo rios que não tem navegação a vapor; são outras tantas razões de ordem social que solicitam os esforços do Brazil em bem do amansamento de nossos selvagens⁸⁸⁰.

Couto de Magalhães aponta ainda que a obra “O selvagem” teve como conselheiro José Agostinho Moreira Guimarães que teria sugerido a doção do método Ollendorf à língua geral e que havia dado os livros de filologia que o acompanharam na viagem por parte do Rio Araguaia, “[...] e lá, no meio d’aquellas

⁸⁷⁸ MAGALHÃES, 1876, p. XIII.

⁸⁷⁹ MAGALHÃES, 1876, p. XIV.

⁸⁸⁰ MAGALHÃES, 1876, p. XIII.

solidões, serviu-me de pharol para me guiar no estudo methodico de uma lingua difficilima, na ausencia absoluta de livros e grammatica que della se ocupassem”. Nas viagens que realizou ao Pará, em 1874, teria estudado “a estatistica selvagem do valle do Amazonas, e de classificar as populações selvagens pelas linguas que falavam”.⁸⁸¹ Segundo o autor:

Eu havia sido durante dous annos presidente do Pará, e sabia que a grande riqueza d’aquelle valle, representada pela borracha, salsa, copahiba, castanha, que se exporta já no valor de muitos mil contos, é quasi exclusivamente devida ao braço do tapuio; o que eu ignorava, porém, é que a quantidade dos que são ainda selvagens excede de muito á dos que são mansos; que existem nações numerosíssimas, como a dos Cahiapós e Mundurucús, a primeira das quaes tem uma população de oito mil almas e a segunda a de quatorze mil; que em todas as nações, ainda mesmo nas que não falam o tupi, esta lingua é entendida, é o francez ou inglez da immensa região amazônica⁸⁸².

É perceptível o caráter utilitarista de suas propostas de catequização, “domesticação” e inclusão dos povos indígenas à “civilização” através do uso da língua por um intérprete. Esse mesmo aspecto pode ser observado no livro “Viagem ao Araguaia”, no qual Couto de Magalhães indica que:

O primeiro fato que prova a utilidade das raças crioulas nas circunstancias do nosso país, ainda bárbaro em cerca de suas terças partes de seu solo, é o seguinte:

O vale do Amazonas é por si só um território maior do que o dos grandes Estados Europeus.

A sua população, que é pequena, exporta cerca de vinte mil contos.

E esses vinte mil contos resultam da borracha, salsa, castanha, cacau, copaíba, peles de animais selvagens e em geral produtos colhidos na natureza pelos tapuias do Brasil e das repúblicas vizinhas.

Como essa colheita depende de estar exposto ás matas, sem casas, sem cômodos os brancos não se entregam a essas indústrias, e nem poderiam fazê-lo sem sucumbir.

A consequência é: Se o vale do Amazonas não possuísse o tapuio, seria atualmente uma das mais pobres regiões do país, quando com ele, e justamente porque ele é semi-bárbaro e se pode entregar a essas indústrias, a região é uma das mais produtivas que possuímos⁸⁸³.

⁸⁸¹ MAGALHÃES, 1876, p. XII.

⁸⁸² MAGALHÃES, 1876, p. XII.

⁸⁸³ MAGALHÃES, 1975, p. 23-24.

Portanto, sua proposta de “domesticação” dos povos indígenas estava plenamente alinhada com o interesse em aproveitar economicamente o “sertão”, especialmente o Vale Amazônico, através das “raças crioulas”, “tapuios” que seriam “semi-bárbaros”, mas capazes de produzir e extrair mercadoria para a exportação. Desse modo, esses agentes históricos, que não eram indígenas mas viviam no “sertão”, seriam incorporados como mão-de-obra produtora juntamente com os indígenas “domesticados” a fim de contribuir para a resolução do “problema” da força de trabalho, pois para o autor:

Povoar o Brasil não quer dizer somente importar colonos da Europa.

Povoar o Brasil quer dizer:

1º) importar colonos da Europa para cultivar as terras já desbravadas nos centros, ou próximos aos centros povoados.

2º) aproveitar para a população nacional as terras ainda virgens, onde o selvagem é um obstáculo; estas terras representam quase dois terços do território do Império. Tornar produtiva uma população, hoje improdutiva, é, pelos menos, tão importante como trazer novos braços.

3º) utilizar cerca de um milhão de selvagens que possuímos, os quais são os que melhores serviços podem prestar nessas duas terças partes do nosso território, porque as indústrias extrativistas, únicas possíveis nessas regiões (enquanto não houver estradas), só têm sido e só podem ser exploradas pelo selvagem.⁸⁸⁴

Apesar de indicar a produção e extração realizada por não indígenas – semi-bárbaros”, Couto de Magalhães indica que o maior contingente populacional a ser utilizado como mão-de-obra era o de “selvagens” que habitavam o “sertão”, destacando que a catequese transformaria indígenas em “instrumentos de riqueza pública”:

Na presidência de Goiás e Mato Grosso eu vi experimentalmente que o principal instrumento de trabalho da indústria do interior – a criação do gado – é o índio antigamente catequisado pelo jesuíta, ou o mestiço seu descendente. Mais tarde, viajando pela República do Paraguai, Corrientes, Santa Fé e outras províncias argentinas, vi que ali, como no interior do Brasil, e Províncias do Rio Grande, Paraná, São Paulo, o principal instrumento de riqueza pública, o vaqueiro por excelência, não era nem o branco nem o preto, e sim o *gaúcho*, o *caipira*, o *caboré*, o *mameluco*, o *tapuio*, nomes que indicam a mesma coisa, a saber: o antigo índio catequisado pelo jesuíta, ou pelos corpos de línguas e intérpretes

⁸⁸⁴ MAGALHÃES, 1975, p. 22-23.

tão sabiamente organizados pelos antigos portugueses e espanhóis.⁸⁸⁵

A raça branca representa os misteres intelectuais; mas o trabalho, a elaboração da riqueza que ali [vale do Amazonas] depende em tudo de indústrias extrativas, é exclusivamente filha do antigo índio amansado naquele vale pelos corpos de intérpretes, auxiliares indispensáveis da civilização e do missionário⁸⁸⁶.

Além de projetar um “futuro” no qual os povos indígenas estariam inseridos dentro dos interesses do Império e “civilizados”, Couto de Magalhães enxergava aqueles agentes históricos como parte da “evolução” do “homem civilizado”, pois percebia nas suas práticas agrícolas um indicativo da “etapa” na qual aquela “raça” supostamente estaria inserida. O autor havia tido essa percepção a partir das teorias que conhecia somadas à conversas com chefes indígenas, como o Kayapó chamado Manaó, quando teve “notícias dos índios da Bacia do Xingu”, que cultivam mandioca, bananeira, cará, diversas espécies de batatas e tubérculos farináceos, além do algodão.⁸⁸⁷

Além dessas percepções, Couto de Magalhães indica em sua narrativa outros elementos relativos à organização social, cosmologia e outros aspectos culturais dos povos indígenas através de narrativas permeadas de exotização, como ao tratar sobre a “religião”, inserida numa linha evolutiva traçada tendo como base o monoteísmo.

Examinando a questão da religião como um naturalista, isto é, sem sair do fato observado e natural, o que a história nos apresenta é o politeísmo precedendo o monoteísmo. [...]. Como quer que seja, a idéia de um Deus todo-poderoso e único não foi possuída pelos nossos selvagens ao tempo do descobrimento da América; e, pois, não era possível que sua língua tivesse uma palavra que a pudesse expressar. Há, entretanto, um princípio superior qualificado com o nome de Tupã, a quem parece que atribuíram maior poder do que aos outros⁸⁸⁸.

A partir da análise da narrativa de Couto de Magalhães é possível identificar a construção de *representações* dos povos indígenas como “bárbaros”,

⁸⁸⁵ MAGALHÃES, 1975, p. 23.

⁸⁸⁶ MAGALHÃES, 1975, p. 23-24.

⁸⁸⁷ MAGALHÃES, 1975, p. 43.

⁸⁸⁸ MAGALHÃES, 1975, p. 81

“selvagens” e pertencentes à uma “raça” “primitiva”, “menos evoluída”. Segundo Barbato⁸⁸⁹, a visão antropológica estava profundamente ligada à ideia de “raças”:

Assim, o termo *raça* era cada vez mais frequente, e também, cada vez mais frequente, era supremacia do homem branco perante os demais tipos humanos. A distância entre os homens, em uma suposta cadeia de progresso, se mostrava cada vez mais presente. A imagem a seguir é emblemática nesse sentido:

“Ahi [na navegação do Araguaia] o vapor, passando por entre as numerosas aldeãs de índios que ainda andam nus, apresenta em contraste os dois extremos da cadeia humana: a raça mais civilisada que usa d’esse primeiro agente do progresso, e o homem nu, imagem viva da primeira rudeza e barbaridade selvagem de nossos maiores”⁸⁹⁰.

Nesse sentido, tal qual Castelnau, *o outro humano* pertenceria a uma “raça” distinta e caracterizada pela “primitividade” em relação à escala evolutiva que culminaria na “civilização”. Do mesmo modo, esse *outro* era “selvagem” por fazerem parte da natureza, que por sua vez, era diferente daquela europeia e do litoral, fazendo parte, portanto, de outra natureza que estava situado no “sertão” – um *outro* espaço – distante da urbanidade característica da “civilização”.

Partindo dessa perspectiva, a partir de sua posição no governo imperial e dos desafios peculiares ao seu tempo, como a expansão territorial por meio do povoamento do “sertão” e o “problema” da força de trabalho decorrente do fim do tráfico de pessoas do continente africano, Couto de Magalhães elaborou narrativas que apresentavam *representações* sobre o outro alinhadas aos seus projetos de catequese e de navegação comercial pelo Rio Araguaia.

Tratam-se de narrativas envolvidas numa dinâmica na qual diferentes agentes históricos adentraram o espaço no qual o Rio Araguaia, seus afluentes e a Ilha do Bananal estão localizados, e a partir de suas perspectivas e interesses, alinhados à *práticas sociais e relações de poder* coevos, projetavam *representações* e esboçavam projetos sobre *o outro*, seja ele, humano, natural ou geográfico, tal

⁸⁸⁹ BARBATO, Luis Fernando Tosta. *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira* (1839-1889). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, 2011, p. 121.

⁸⁹⁰ BARBATO (2011) retirou a citação do seguinte documento: MAGALHÃES, José Vieira Couto de. “Ensaio de Anthropologia – Região e Raças Selvagens”. In. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXXVI. Rio de Janeiro: B.L. Garnier-Livreiro-editor, 1873. p. 388.

qual realizado pelos irmãos Joaquim e Jerônimo Rodrigues de Moraes naquelas décadas finais do século XIX.

2.7.4. A navegação comercial do Rio Araguaia na segunda metade do século XIX

Conforme indicado na parte inicial desse capítulo, Doles⁸⁹¹ elaborou uma narrativa fundamentada em um amplo *corpus* documental a respeito da comunicação fluvial por meio da navegação do Rio Araguaia, e apesar de ter compartilhado percepções e *representações* das fontes documentais sem maiores problematizações, é uma referência obrigatória para entender como Couto de Magalhães implementou a navegação comercial no Rio Araguaia no século XIX.

Doles⁸⁹² indica, utilizando *representações* e percepções oriundas das fontes, que Goiás teve um “progresso lento”, imerso em pobreza e escassez de “alimentos vegetais” e a dependência econômica e alimentar quase que exclusiva oriunda da carne bovina, conforme o “arrolamento do testemunho” de Cunha Mattos, que afirma que as comunicações e a navegação pelo Araguaia “[...] pouco progresso obtiveram em relação à situação vivida nos derradeiros tempos da colônia, sob o governo de Fernando Delgado de Castilho e seu sucessor, quando a circulação pelo Araguaia deixou de ser incrementada, findando por paralisar-se, e a do Tocantins continuava a fazer em ritmo lento”.⁸⁹³ Somente em 1846, teriam ocorrido ações efetivas por parte do governador de Goiás Joaquim Inácio Ramalho no sentido de restabelecer as comunicações por meio do Rio Araguaia.⁸⁹⁴

Essas ações estavam imersas em *relações de poder* local e podem ser problematizadas por meio da narrativa trazida por Doles baseada em fontes documentais oficiais de governadores. Segundo a autora, as narrativas de expedições apresentavam uma visão pouco otimista em relação à navegação comercial, sobretudo diante do alto investimento de recursos necessários para a implementação no Rio Araguaia, numa situação de crise econômica na província de Goiás.⁸⁹⁵

⁸⁹¹ *Idem*, 1973.

⁸⁹² *Idem*, 1973, p. 55.

⁸⁹³ Novamente a autora não questiona qual a intencionalidade de fonte e não cogita a possibilidade de uma produção de alimentos não foi registrada.

⁸⁹⁴ DOLES, 1973, p. 55.

⁸⁹⁵ DOLES, 1973, p. 64.

Assim, as dificuldades permaneceram nas décadas seguintes, com o fracasso da Companhia Comercial do Araguaia e pela falta de investimentos em expedições pelo Rio Araguaia, de modo que aquela província apenas “prestava auxílio” para quem nele se “aventurasse”.⁸⁹⁶ Foi essa a situação da expedição dos comerciantes José Freire de Andrade e Faustino Rodrigues Bastos, que após um surto de cólera que provocou a morte de parte da tripulação, foi considerada um fracasso em 1855.

Assim, até a década de 1860, a ideia de que era impossível navegar pelo Araguaia era reforçada, sobretudo pelo insucesso do presídio de Santa Maria, que foi reconstruído posteriormente⁸⁹⁷. Foi a partir de então que o governador Couto de Magalhães passou a adotar ações para a exploração do rio Araguaia e do Tocantins, encarregando o engenheiro Vallée, “[...] cujos estudos, após os do Dr. Moraes Antas, representavam a primeira tentativa de análise objetiva das possibilidades e das vantagens oferecidas por aquelas vias⁸⁹⁸” e do qual resultou a recomendação pela navegação com barcos a vapor e em estimativas de investimentos, sobretudo diante de obstáculos como a cachoeira de Itaboca.⁸⁹⁹

Como indicado anteriormente, o próprio Couto de Magalhães empreendeu uma viagem pelo Rio Araguaia em 1863 e três anos depois, como governador da província do Pará, possibilitou a concessão de um barco a vapor oriundo do Ministério da Marinha.

De concreto ocorreu a compra de um aparelho para quebrar os rochedos e arrebentar as pedras que obstruíam o leito no trechos encachoeirados, e, enquanto não se implantava a navegação a vapor, tentava o presidente Couto de Magalhães animar aquela atividade mediante incentivo financeiros aos que a emprendessem. Para tanto no ano de 1865, a Assembleia Legislativa do Pará autorizou a concessão de prêmios aos comerciantes, e o resultado imediato foi a viagem de Florentino Mariano do Amaral que atraído pela subvenção de 1.400\$000 rs. Saiu de Belém em março do ano seguinte com carregamento de sal num barco de 1.700 arrobas.⁹⁰⁰

Couto de Magalhães comprou um barco da extinta Companhia de Navegação do Alto Paraguai, em 1868, quando governava a província de Mato

⁸⁹⁶ DOLES, 1973, p. 71.

⁸⁹⁷ DOLES, 1973, p. 81

⁸⁹⁸ DOLES, 1973, p. 87.

⁸⁹⁹ DOLES, 1973, p. 88.

⁹⁰⁰ DOLES, 1973, p. 90.

Grosso. Em seguida mandou descer aquele barco pelos rios São Lourenço e Cuiabá até a barra do Pequiri onde foi desmontado e transportado com carros de boi até o Rio Araguaia. Certamente um trabalho penoso para os animais e os trabalhadores envolvidos na meta traçada por Couto de Magalhães. No entanto, para Doles.⁹⁰¹

Sob dificuldade imensas, o barco que sairá do Prata rumo ao Amazonas foi conduzido por sertões até então por desbravar e demandando a abertura de caminho para os dezesseis carros de boi. [...]. Provando mais uma vez o **grande pioneiro e administrador que era**, o Dr. Couto de Magalhães, **enquanto fazia transportar o barco de Mato Grosso para o Araguaia**, encomendava ao Pará, cabos, lonas, tintas, breu e outros materiais e requisitava ao governo de Goiás as madeiras necessárias à sua reconstrução no porto de Itacaiú.

Apesar da importância dos elementos relativos às *práticas sociais* existentes na narrativa de Doles, é fundamental problematizar que sua escrita aponta para Couto de Magalhães como o protagonista, por se tratar de “grande pioneiro e administrador”, desconsiderando a necessidade de trabalhadores e outros agentes históricos para conseguir aquele deslocamento do barco. Ainda que sua narrativa contenha uma “defesa” a Couto de Magalhães, Doles indica que havia disputas de poder político que envolviam a navegação comercial do Rio Araguaia, indicando que: “Já o deputado Siqueira Mendes, apenas para atingir o Dr. Couto de Magalhães, seu desafeto pessoal, combatia a navegação do Araguaia sob a alegação de considerá-la prematura face ao pequeno desenvolvimento de Goiás e à carência de estudos. Estudo havia muitos (sic), aquele deputado é que os ignorava.”⁹⁰² Existia, portanto, muitos interesses econômicos e disputas políticas, de modo que, ao final daquela mesma década de 1860, os recursos para a manutenção dos barcos a vapor eram escassos e provenientes do Pará e Goiás, sem apoio do Ministério dos Transportes e sem que o governo Imperial colaborasse com relação ao problema do trecho encachoeirado do rio.

Porém, no final de 1869 os armazéns e oficinas da empresa já haviam sido levantados. Além do vapor Araguaya e do rebocador Cristóvão Colombo, a companhia dispunha dos botes S. João do Araguaia, de 2. 000 arrobas, Jurupensen e

⁹⁰¹ DOLES, 1973, p. 91-92. (Grifos meus).

⁹⁰² DOLES, 1973, p. 96.

Aricá de 800 e Cuiabá de 600. Oito viagens de Santa Maria a Leopoldina, sete deste porto àquele e de Itacuaiu a Leopodina e vice-versa haviam sido realizadas.

Diversos botes particulares que desciam ao Pará haviam sido rebocados pela empresa e a exportação pelo Araguaia, embora em pequena escala, representada por couros, fumo, açúcar e alguns outros produtos no valor de 800\$000 rs, já se fazia presente no ano de 1869. No ano seguinte, até abril, a exportação montava a 18:000\$000 rs.

A importação, em 1869 fora de 30:000\$000 rs e o custo do sal se revelara tão vantajoso que pudera ser vendido a 1\$000 rs., a medida, enquanto o que vinha do sul atingia o preço de 3\$000 rs., e as previsões do Dr. Couto de Magalhães quanto aos frete se concretizavam. Os diversos produtos trazidos do Pará cu taram cerca de 50% a menos do que se viessem pelo sul. Em 1870, até 1º de abril, pelo Araguaia haviam chegado produtos no valor de 80:000\$000 rs.⁹⁰³

Envolvendo essa dinâmica, a navegação comercial do Rio Araguaia foi implantada oficialmente em 1870 pelo Governo Geral. Durante essa década, ocorreu a concretização do comércio fluvial conduzida por Couto de Magalhães até o ano de 1874, quando o mesmo se afastou daquelas atividades, deixando para o governo provincial o domínio da navegação pelo Araguaia. Em 1878 foi estabelecido um contrato entre o governo imperial e o comerciante João José Corrêa de Moraes.⁹⁰⁴

A rota do Araguaia já atraía os comerciantes goianos, de sorte que, no mesmo ano de 1879 alguns dele uniram formando uma associação de pequenos capitais com o objetivo de enviar ao Pará produto diversos.

Por outro lado, à mesma época, o empresário e comerciante João José Corrêa de Moraes colocava à venda em sua loja, na cidade de Goiás, a preços vantajosos os seguintes produtos: Sal - vinho do Porto (2\$500 rs. a garrafa) - Cerveja Tivole (a 2000 rs. a garrafa) - manteiga (2 000 rs. a lata) - Azeitonas, lata grande (3000 rs.) - bolacha americana - farinha de trigo (12\$000 rs. a arroba) - molho inglês - conserva inglesa - azeite franco - querosene - óleo de linhaça - verniz - papel fume - sal a parrilha em rama - machado americanos marca Colins - cadeira de palhinha - enxada - chumbo - pólvora em lata e em barricas. - tecidos - louça - fogões de ferro econômico.

Embora a passos lentos, após dez anos da instalação da navegação a vapor no Araguaia, o comércio fluvial se firmava.⁹⁰⁵

⁹⁰³ DOLES, 1973, p. 97.

⁹⁰⁴ DOLES, 1973, p. 103.

⁹⁰⁵ DOLES, 1973, p. 103.

Apesar desse comerciante poder utilizar do transporte fluvial para vender e entregar suas mercadorias, a parte encachoeirada do Rio Araguaia ainda era um problema não resolvido. Ademais, a década de 1880 teria sido marcada por críticas à navegação e comércio fluvial por parte de políticos liberais em Goiás que atacavam as ações desenvolvidas pelo comerciante João José Corrêa de Moraes, filiado do Partido Conservador. De acordo com Doles,⁹⁰⁶ os embates políticos envolviam os Liberais, que propunham que o transporte fosse realizado por meio de ferrovias, contra os Conservadores, que incentivavam o transporte fluvial. Esse debate político na província de Goiás, somado à falta de empenho do governo imperial, resultou na diminuição do comércio fluvial.⁹⁰⁷ Para a autora, começava o declínio da navegação comercial do Rio Araguaia sem que tivesse ocorrido efetivamente a integração de Goiás com o litoral, de modo que, na prática, não foi a navegação comercial capaz de “reerguer a província”.⁹⁰⁸ E com o fim do Império, o contrato com o comerciante João José Corrêa de Moraes foi suspenso. Nesse sentido, é possível identificar que a navegação comercial implementada por Couto Magalhães teve uma *curta duração* e não realizou os projetos de seu idealizador, não trazendo o “progresso” e a “civilização”.

Todavia, não era apenas Couto de Magalhães que elaborou narrativas e realizou ações direcionadas à implementação de projetos de comunicação com o litoral, pois nos anos seguintes, dois irmãos e outro governador viajaram pelo Rio Araguaia e projetaram outras possibilidades de trazer o “progresso” aquele “sertão”.

2.8. A viagem dos irmãos Joaquim e Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim em 1879 e os projetos idealizados de linhas férreas e navegação comercial para trazer o “progresso” e abrir o “futuro”

Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim (1836-1891) e Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim (1838-1916), eram irmãos, ambos engenheiros militares da Província do Ceará, que ao longo de suas trajetórias, se dedicaram à expedições, estudos e projetos envolvendo as possibilidades de navegação pelos

⁹⁰⁶ *Idem*, 1973, p. 125-138.

⁹⁰⁷ *Idem*, 1973, p. 125-138.

⁹⁰⁸ DOLES, 1973, p. 145.

rios Araguaia, Tocantins e Tapirapé e também de comunicações através de linhas férreas. Esses elementos não são aprofundados, uma vez que o foco analítico tem relação com o espaço onde o Rio Araguaia e seus afluentes estão situados nas proximidades da Ilha do Bananal. Contudo, é fundamental considerar as intencionalidades e as *relações de poder* nas quais os irmãos estavam inseridos no Império na ocasião em que Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim organizou a obra “O Rio Araguaya – Relatório de sua exploração”⁹⁰⁹, publicada pela Typografia Nacional, em 1880, apresentando seus estudos relacionados à exploração daquele rio que foi realizada em 1879, da qual participaram seu irmão Jerônimo Jardim e o presidente de Goiás Aristides de Souza Spinola⁹¹⁰, que escreveu parte da narrativa.

Antes dessa viagem, foi elaborada a “Carta da Província de Goyaz organizada em 1874 por ordem do Ministério d’Agricultura Commercio e Obras Públicas pelo Capitão d’Engenheiros Joaquim R. de M. Jardim”⁹¹¹. Conhecida como “Carta da Província de Goyaz”, essa fonte documental foi produzida com o objetivo de guiar exposições àquela província e indica o interesse dos irmãos alinhados ao governo provincial e imperial. A partir desse conhecimento cartográfica, a viagem ocorreu em 1879 a partir da capital da província de Goiás à Santa Leopoldina por terra, continuando pelo Rio Araguaia a bordo do barco a vapor “Araguaya” até Santa Maria.

Durante esse percurso, os engenheiros realizaram estudos e Joaquim Jardim elaborou duas cartas dos “dois rios”, pois considerava que o trecho do rio que ia até Itacaiú era pertencente ao Rio Grande, e somente depois seria o Rio Araguaia⁹¹², o que indica que o debate sobre a toponímia daquele rio ainda estava em andamento no final do século XIX. Os estudos foram realizados em condições descritas como “desfavoráveis”, “sem instrumentos necessários” e “[...] nem permitindo a presteza da viagem, sujeita ao regulamento da empresa da navegação do Araguaya, que fizesse estudos perfeitos, attinentes á geographia, hydrographia,

⁹⁰⁹ JARDIM, Joaquim Rodrigues de Moraes. **O Rio Araguaya. Relatório de sua exploração**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880.

⁹¹⁰ Spínola foi presidente de Goiás entre 18 de março de 1879 a 28 de dezembro de 1880, pelo Partido Conservador.

⁹¹¹ Carta da Província de Goyaz organizada em 1874 por ordem do Ministério d’Agricultura Commercio e Obras Públicas pelo Capitão d’Engenheiros Joaquim R. de M. Jardim. Atlas do Império do Brazil, mapa de Joaquim Jardim, 1875. Acervo do Arquivo da Câmara dos Deputados.

⁹¹² JARDIM, 1880, p. 13.

meteorologia, etc. procurei, porém, com os recursos e tempo de que dispuz, tirar o maximo proveito possível.”⁹¹³

A narrativa apresenta a descrição do percurso realizado com a indicação da localização dos lugares citados, analisando seus potenciais econômicos. Um exemplo é o trecho da narrativa sobre a “colônia de Itacaiú”: “Além dos recursos que a colônia póde prestar á navegação, veda ella a entradados indios no territorio á margem direitado rio Grande, hoje despovoado, contendo, entretanto, boas mattas para lavoura e excellentes campos de ereação,”⁹¹⁴ Em outros trechos, é possível identificar a descrição dos povoados e moradores, destacando a presença indígena:

A povoação de S. José consta de uma pequena praça e duas ruas mal alinhadas, contando-se 15 casas de telha, inclusive o quartel do destacamento e duas em construção, e 24 de palha, pertencendo tres destas aos indios Chavantes e duas aos Carajás, tendo mais uma pequena capella coberta, parte de telha e parte de palha.

Além dos colonos, existe um aldeamento **de indios Chavantes já civilizados** e um outro de **Carajás que, comquanto mansos, ainda andam nós, conservando os seus habitos selvagens.**

Ha no districto de S. José algumas fazendas de gado importantes, para o que se prestam excellentemente as pastagens, principalmente na margem do rio.⁹¹⁵

A ideia da oposição entre a “civilização” e a “selvageria” aparece, bem como a distinção daqueles “já civilizados” de outros que teriam “hábitos selvagens”, como a prática da nudez enxergada pelo engenheiro Joaquim Jardim. Apesar dessa categorização, a sua narrativa segue com a descrição de fazendas de criação de gado numa mesma escala de importância descritiva. Em outro trecho, o autor afirma que o Rio das Mortes estaria “[...] infestado de indios Chavantes, ainda em completo estado selvagem, e que vivem antes da caça do que da pesca. São muito temidos dos Carajás, que nelles vêm um inimigo encarniado, e por isso nunca se afastam do barranco esquerdo do Araguaya.”⁹¹⁶ Usando a mesma estratégia narrativa, Joaquim Jardim segue sua descrição de características naturais daquele rio, sem se delongar em reflexões sobre o que seria o “estado selvagem” e tampouco sobre as disputas territoriais envolvendo os dois povos. Assim, a presença

⁹¹³ JARDIM, 1880, p. 13.

⁹¹⁴ JARDIM, 1880, p. 16.

⁹¹⁵ JARDIM, 1880, p. 19. (Grifos meus).

⁹¹⁶ JARDIM, 1880, p. 23.

dos povos indígenas Xavante, Tapirapé, Karajá, Kayapó e Javaé foi registrada, mas não resultou numa descrição mais densa por parte de Joaquim Jardim que chegou a indicar que haviam tocado “[...] o vapor na primeira das numerosas aldeias dos índios Carajás que habitam o braço esquerdo”,⁹¹⁷ sem maiores detalhes.

A presença indígena foi retomada por Joaquim Jardim na parte final de seu relatório intitulada “Índios selvagens que habitam as margens do Araguaia até Santa Maria”, onde fez um apontamento geral da localização dos grupos e a situação que estavam em termos de “civilização”. O engenheiro indica, por exemplo, o caso dos Carajá que habitavam as praias do Rio Araguaia e tiveram seus aldeamentos localizados através das referências aos “povoados” de São José e Santa Maria e também em relação à foz do Rio Crixá e ao braço esquerdo da Ilha do Bananal. Segundo Joaquim Jardim, esses grupos estavam “[...] meio civilizados, comquanto ainda andem nus e conservem os seus costumes; fazem roças e cultivam mandioca, batatas, carás, bananas, milho, etc.”⁹¹⁸ O mesmo procedimento é realizado em relação aos Tapirapé que possuíam território às margens de um rio com o mesmo nome, e que, conforme indicariam relatos de terceiros, seriam “[...] índios doces e mais industriais do que os outros, porém ainda nenhuma relação temos com eles.”⁹¹⁹ Por fim, Joaquim Jardim aponta qual era a percepção sobre os outros povos e suas dinâmicas e conflitos territoriais:

De índole mais independente, entretanto não são os Cayapós tão extromosos de suas famílias como os Carajás.

Os Javahés têm suas aldeias no braço oriental do Furo do Bananal. Apenas vimos um destes índios em uma das aldeias dos Carajás, com quem conservam relações. São índios sympathicos e doces.

Apparecem algumas vezes em correria na ilha do Bananal e em outros pontos da margem direita do Araguaia os temíveis canoeiros, que parecem hoje muito reduzidos pelas guerras em que constantemente vivem com as outras tribos selvagens.⁹²⁰

A classificação dos povos indígenas de acordo com categorias é marca de sua narrativa com pretensões científicas e a constante referência aos tipos e localidade dos grupos indígenas das margens do Rio Araguaia e seus afluentes era

⁹¹⁷ JARDIM, 1880, p. 22.

⁹¹⁸ JARDIM, 1880, p. 33. (Grifos meus).

⁹¹⁹ JARDIM, 1880, p. 34.

⁹²⁰ JARDIM, 1880, p. 34.

um exercício exploratório destinado a guiar outros navegantes. Contudo, Joaquim Jardim não apresenta uma narrativa que buscava descrever “hábitos e costumes” dos povos indígenas, nem as condições das casas e aldeais. O foco, em termos da presença humana, estava na descrição dos povoamentos, e em outros trechos do relatório, foram inseridas avaliações das situações precárias e concertos necessários em pontes e estradas, como observado no presídio Jurupensem e em Santa Leopoldina.⁹²¹ Assim como outros que percorreram esse espaço na segunda metade do século XIX, Joaquim Jardim narra povoamentos em ruínas ou quase desabitados, como no caso de um local à margem do Rio Crixá, afluente do Araguaia, e “[...] que será para o futuro escoadouro do grande município de Pilar, hoje em decadência”⁹²². Também narra sobre a “decadência” do presídio de Santa Maria nos seguintes termos: “Com a interrupção da navegação e ameaça dos índios Gayapós cahia Santa Maria em decadencia, porem parece reanimar-se, e com effeito é de esperar-se que isso aconteçasi a empreza da navegação florescer.”⁹²³ A imagem do passado estaria marcada sobre aquele espaço e a navegação seria uma maneira de trazer o futuro. Logo, o autor aponta para ações que deveriam ser feitas no futuro, como a construção de uma “nova colônia”:

No Furo da Pedra demoramos até uma hora quarenta e oito minutos explorando o terreno da margem direita, onde se projecta fundar uma colonia, pois é um dos poucos pontos das margens da ilha não alagados.

Fica o logar escolhido para a nova colonia no Furo da Pedra á margem occidental da ilha de Sant’Anna, 102,941 kilometros da ponta septentrional da ilha e 374,229 abaixo da ponta meridional, distando de S. José do Araguaya 494,381 kilometros, e de Santa Maria 263,901 kilometros, em um barranco formado de conglomerato ferruginoso, donde vem o nome do Furo⁹²⁴.

Naquele local, uma ilha foi nomeada com o sobrenome do presidente da província que acompanhava a expedição, Aristides de Souza Spinola, “[...] para perpetuar a escolha que em pessoa fez V. Ex. do logarda colônia.”⁹²⁵ A escolha foi justificada pela mata com madeira apropriada para construções, boas pastagens e

⁹²¹ JARDIM, 1880, p. 15.

⁹²² JARDIM, 1880, p. 20

⁹²³ JARDIM, 1880, p. 30.

⁹²⁴ JARDIM, 1880, p. 25.

⁹²⁵ JARDIM, 1880, p. 26.

água potável e era pensada como parte da dinâmica idealizada a partir da possibilidade da navegação comercial ser implementada. O engenheiro era favorável à navegação do Rio Araguaia, apesar de seus escritos sobre a viagem realizada a bordo dos barcos a vapor “Araguaya” e “Villa Boa” conterem trechos de queixas de “zig-zags”, além de descrições sobre infortúnios, como o afundamento de um bote que vinha a reboque, resultando na perda de “mercadorias”.⁹²⁶

Apesar disso, a narrativa reforça *representações* sobre a natureza não como detentora de obstáculos, pois os “cabeços de pedras” presentes em alguns trechos do rio não traziam “embaraço” para a navegação e Joaquim Jardim indica que: “Não vejo por ora que existam vantagens em gastar-se qualquer quantia para destruição desses cabeços, que nenhum perigo trazem à navegação, podendo ter ella melhor applicação em outras obras de mais urgência.”⁹²⁷ Ao final de seu relatório, o engenheiro descreve os rios Grande e Araguaia do “ponto de vista da navegação a vapor”, reforçando que:

[...] presta-se o rio Grande á navegação de um pequeno vapor de calado inferior a 0m,66, em qualquer estação do anno, até a cachoeira que fica acima da fôz do rio Claro, não constituindo obstaculos os dous travessões de que acima tratei, navegação que trará vantagens certas, sendo continuada no tempo das aguas pelo rio Claro, que banha um territorio rico em mineraes, boas mattas e pastagens.

Não é mais uma conjectura a possibilidade da navegação a vapor no Araguaya.⁹²⁸

O autor encerra assim seus estudos, atestando a viabilidade da navegação comercial do Rio Araguaia - e do Rio Grande, afirmando que outra “[...] questão importante para o florescimento da navegação é a collocação de nucleos coloniaes nas margens do rio. Não parecem bastantes os postos militares que hoje existem...”⁹²⁹

Contudo, não era apenas a navegação comercial uma possibilidade e interesse para Joaquim Jardim, pois ao final, incluiu nas recomendações a opção de serem construídas linhas de ferro que seriam “rapidadas vias de comunicação” e

⁹²⁶ JARDIM, 1880, p. 16-17.

⁹²⁷ JARDIM, 1880, p. 17.

⁹²⁸ JARDIM, 1880, p. 32.

⁹²⁹ JARDIM, 1880, p. 35.

resolveriam “o problema” [...] de comunicação rápida da Côrte com a provincia de Matto Grosso, pelo interior, acoberto de qualquer golpe inesperado, parece hoje em via de solução, com a construcção do ramal de Sant’Anna do Paranyhyba.”⁹³⁰ O autor levava em consideração questões políticas ligadas às fronteiras do Brasil, afirmando ainda que o Rio Araguaia “[...] não deve ser considerado sómente como uma via de comunicação commercial, é também estrategica; e debaixo desse duplo ponto de vista deve a sua navegação merecer do Governo Imperial os maiores cuidados.”⁹³¹

A partir de sua narrativa é possível identificar que Joaquim Jardim escreveu o relatório com o objetivo de apontar informações que subsidiassem ações governamentais e dessem visibilidade para possibilidades econômicas resultantes das comunicações, seja por via férrea ou pela navegação, atrelada à necessidade de “povoamento” das margens do Rio Araguaia e seus afluentes, como deixa expresso Jerônimo Jardim nessa parte introdutória da obra:

Redigido em linguagem despretenciosa e sem os alavios com que se costumam adornar os escriptos destinados à publicidade, contém, entretanto, esse documento importantissimos dados e judiciosas considerações, que o farão lido com interesse por todos os que se interessam e cogitam nos melhoramentos materiaes do nosso vasto e hello paiz, pondo em contribuição os immensos recursos com que a Providencia tão largamente o dotou.⁹³²

Ressalta-se que naquela mesma obra, Jerônimo Jardim, que também participou da expedição de exploração do Araguaia, aponta para a importância econômica da navegação comercial daquele rio e escreveu um “resumo histórico sobre sua navegação”⁹³³ das “[...] tentativas feitas em differentes épocas para estabelecer-se, pela navegação do alluditorio e do Tocantins”, comunicação permanente entre as províncias de Goyaz e do Pará.”⁹³⁴ Porém, nenhuma ação foi

⁹³⁰ JARDIM, 1880, p. 34.

⁹³¹ JARDIM, 1880, p. 34.

⁹³² JARDIM, 1880, p. 03.

⁹³³ JARDIM, 1880, p. 03.

⁹³⁴ JARDIM, 1880, p. 03. Jerônimo Jardim ressalta que ocorrem outras tentativas de estender o “domínio do homem civilizado”, mas que delas apenas havia restado vestígios, e considera como a “primeira tentativa para reconhecimento do rio Araguaya, de que temos noticia”, a exploração à ilha Sant’Anna, realizada em 1720 por Diogo Pinto de Gaia, por ordem do governador Bernardo Pew Barredo”, (JARDIM, 1880, p. 04). Entretanto, somente em 1774 que foi fundado “[...] com indios javahés e carajás, um *logarete* com a denominação de Nova Beira” naquela ilha”. Jerônimo Jardim

tomada no sentido de uma apropriação das margens do Rio Araguaia, e apenas os governos do Pará tiveram preocupações em estabelecer alguns “povoados” às margens do Tocantins, de modo que seria na segunda metade do século XVIII, que foi possível destacar “[...] uma bandeira mandada pelo governador desta (1775), José de Almeida Vasconcellos e Soveral, vagou o Araguaya, entre o sitio do Bananal e as povoações dos carajás.”⁹³⁵ Outra expedição citada foi a 1791, realizada por Thomaz de Souza Villa Real, então deputado de Goiás, inserida dentro de uma narrativa que se deslocava para aspectos políticos da história das tentativas de navegação do Rio Araguaia⁹³⁶.

Essa apresentação de um histórico de navegação realizada por Jerônimo Jardim tinha relação com sua perspectiva de que Goiás dependia:

[...] do progresso que tiver essa navegação, porque por ella abrir-se-hão os horisontes de seu futuro, proporcionando-se-lhe um meio barato para a exportação dos productos de sua industria, hoje em embrião, por faltar-lhe absolutamente esse recurso; além de que nunca será de mais fazer conhecidos os esforços dos que nos precederam no patriotico tentamen de tornar accessiveis essas vastas e riquíssimas regiões, que se occultam no interior do nosso bello paiz, como seja a immensa bacia, que tem por escoadouro o grande rio Araguaya, ainda **agora sómente habitada pelos aborígenes**, salvo insignificantes nucleos de população desde pouco creados nas margens do mesmo rio, como **sentinellas avançadas do progresso**, em vista de proteger a sua navegação.⁹³⁷

Logo, é possível identificar que a ideia de “progresso” estava sendo acionada ligada à dimensão temporal, espacial e humana. A temporal e espacial estão entranhadas uma à outra com a expectativas de um futuro imaginado vivenciado de “progresso” oriundo das comunicações possíveis com a “civilização” através da navegação e que deveria se estender sobre aquele espaço descrito como “vastas e riquíssimas regiões” ocultadas no interior do país. A presença humana foi dimensionada por ser tão “somente” de “aborígenes” de um lado e, “insignificantes

ainda destaca que em 1731, “[...] foram descobertas as minas da Natividade pelo sargento-mór João Pacheco do Couto, o qual foi expedido com 80 homens pelo general governador Alexandre de Souza Freire ao rio Araguaya”, (JARDIM, 1880, p. 04).

⁹³⁵ JARDIM, 1880, p. 05.

⁹³⁶ Essa discussão é retomada no próximo capítulo, na análise sobre os diferentes *ritmos temporais* trazidos pela navegação comercial do rio Araguaia no século XIX.

⁹³⁷ JARDIM, 1880, p. 04. (Grifos meus).

núcleos de povoações”, cuja população não indígena seria formada por “sentinelas avançadas do progresso”.

Para Jerônimo Jardim, a navegação seria possível se superados os obstáculos naturais “[...] mediante o emprego dos meios que a sciencia moderna tem posto em pratica em outros paizes”. O “progresso” teria passagem, de modo que aquele espaço “[...] até agora sómente occupadas pelos aborígenes têm diante de si immenso futuro, que só os cegos não vêem”.⁹³⁸

Apesar das perspectivas utilitaristas dos irmãos Jardim atrelarem seus ideais de “progresso” à necessidade de se apropriar o espaço e a natureza onde os povos indígenas estavam territorializados ou em trânsito, suas narrativas não apresentam maiores especificações sobre contatos e tampouco reflexões de como se relacionar com aqueles categorizados como “aborígenes”. Contudo, na parte final da mesma obra, é possível identificar uma parte intitulada “Um estudo sobre os índios que habitam suas margens”⁹³⁹, assinada por Aristides de Souza Spinola, então “presidente de Goyás”, que também compartilhava de ideias de um futuro repleto de “progresso” para aquele espaço.

Os escritos de Aristides Spinola foram apresentados por Jerônimo Jardim como um estudo “[...] consciencioso sobre os habitos e costumes de algumas das numerosas tribus indígenas, que habitam as margens daquelle pouco conhecido rio” e que “[...] nos foi graciosamente communicado pelo illustrado administrador, a que acima nos referimos, e baseado sobre sua propria observação, sendo por isso digno de toda a confiança.”⁹⁴⁰ O próprio autor indica que durante aquela viagem, teria buscado “[...] colher a maior cópia possivel de informações, que interessassem a navegação e a catechese” e que cotidianamente teria “[...] assentando, além das impressões naturaes ao viajante, todas as observações que pudessem ter algum interesse scientitico para o estudo da historia natural e da geografia.”⁹⁴¹

Diante desse objetivo e interesses, suas anotações sobre os Karajá foram resultado do encontro da expedição com os indígenas na “colônia de Itacayú” e no

⁹³⁸ JARDIM, 1880, p. 10-11.

⁹³⁹ SPINOLA, Aristides de Souza. **Um estudo sobre os índios que habitam suas margens**. In: JARDIM, Joaquim Rodrigues de Moraes. **O Rio Araguaya. Relatório de sua exploração**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880.

⁹⁴⁰ JARDIM, 1880, p. 03.

⁹⁴¹ SPINOLA, 1880, p. 37.

presídio de Santa Maria. O primeiro contato ocorreu em meio à uma suposta “natural” “curiosidade”⁹⁴² do governador, e a técnica de aproximação teria sido uma “visita matinal” ao grupo com música tocada por uma banda que, segundo o autor, teria deixado os indígenas paralisados, “estupefactos”. Sua primeira impressão sobre o *outro* foi de “repugnancia”:

Havia uma immundicia horriavel em roda de cada esteira. Alli confundiam-se palhas murchas de coqueiro, pennas, escamas e espinhas de peixe, cascas de cereaes, conchas de tartarugas, detritos animaes. Por cima deste esterquilinio fetido esvoaçava uma quantidade espantosa de moscas. Dentro das cabanas a mesma immundicia. A falta de limpeza produziu-me uma impressão summamente desagradavel.

Pareceu-me que aquella miseravel gente não tinha noção alguma de asseio. Modifiquei, porém, esta idéa com a visita a outras aldeias mais selvagens, em algumas das quaes encontrei limpeza e ordem, principalmente nas moradas.⁹⁴³

Aristides Spinola tinha seus próprios critérios de higiene e afirma que depois dessa primeira impressão, teve contato com outros grupos de modo que a “repugnancia, que podia ter-me inspirado esta primeira visita, desapareceu” e depois “[...] só tive motivos para dedicar afeição á essa pobre gente, que facilmente póde ser assimilada pela civilização⁹⁴⁴”.

Apesar da alegada afeição, o ideal do que seria ser “civilizado” estava presente na narrativa de Aristides Spinola composta pela descrição das casas, dos rituais de dança e luta, das vestimentas, adornos e pinturas corporais, de modo que o governador se espantava com “[...] o barbaro costume de arrancar as pestanas e sobranceiras.”⁹⁴⁵ Apesar disso, o governador reconhecia alguns hábitos e comportamentos compartilhados, como aqueles relacionados ao cuidado e amor com os filhos, a fidelidade ao chefe indígena ou pai de família. Todos ideais próprios e que ele identificava no *outro*, num jogo de espelhos, de tal modo que percebeu um problema na prática da catequese:

Pela grande afeição, que dedicam aos filhos tratados com muito carinho, não consentem que elles sejam levados para o collegio Izabel.

⁹⁴² SPINOLA, 1880, p. 38.

⁹⁴³ SPINOLA, 1880, p. 38.

⁹⁴⁴ SPINOLA, 1880, p. 39.

⁹⁴⁵ SPINOLA, 1880, p. 40.

Um antigo encarregado, já falecido, desse estabelecimento prendeu furtivamente algumas crianças da tribo para serem educadas.

Bastou este facto, acontecido ha annos, cuja noticia correu de aldeia a aldeia, para que elles escondessem as crianças da vista dos christãos.⁹⁴⁶

Ao que parece, sua narrativa, que tinha interesse em descrever os grupos indígenas com fins de catequese, indica uma maior sensibilização do governador quanto à violência envolvida na prática de roubo de crianças indígenas por missionários. Outro “costume” que foi problematizado por Aristides Spinola foi a bigamia entre os Karajá, pois o governador indica que, apesar de estranha, estava atrelada ao fato de que as mulheres desse povo tinham “grande influência” na aldeia e os maridos tomavam decisões depois de consultá-las, indicando que seriam as mulheres mais velhas que contam a história de seu povo.⁹⁴⁷

Entretanto, Aristides Spinola formula perguntas a partir de sua própria percepção do mundo ao refletir sobre alguns rituais que presenciou ou que ouviu relatos de terceiros nos seguintes termos:

Soube que o morto é levado em procissão até a sepultura, onde vai collocado de bruços, lançando-lhe o *hôri* o **padre selvagem** - agua e saliva, e proferindo **palavras sacramentaes**, ouvidas com recolhimento pelos assistentes. [...]

Como se vê, têm os Carajás idea de Deus, de immortalidade d'alma, e praticas religiosas.

Haverá nestes ritos vestígios do christianismo, provenientes das antigas missões dos jesuítas?

A palavra com que exprimem Deus *Quenausivê* (que não se vê) não tem estreita semelhança com o Deus *absconditus* dos christãos?

No uso da agua e da saliva não haverá vestígios da liturgia catholica?⁹⁴⁸

Essa descrição teve como base a utilização de categorias do cristianismo como a figura de um padre e do sacramento e buscava vestígios de uma influência da catequese cristã. Apesar de reconhecer que não existia ritual que pudesse ser aproximado ao batismo, Aristides Spinola termina sua narrativa reforçando a ideia de que os jesuítas do Maranhão teriam “internado até as margens

⁹⁴⁶ SPINOLA, 1880, p. 43.

⁹⁴⁷ SPINOLA, 1880, p. 44.

⁹⁴⁸ SPINOLA, 1880, p. 48.

do rio Tocantins, e talvez até do Araguaia” e que as práticas rituais que presenciou tinham relação com “tradição de comunicações antiquíssimas feitas pelos ousados catechistas”⁹⁴⁹ sem cogitar a possibilidade de que aqueles rituais teriam sido elaborados por aquele povo a partir de sua própria cosmologia.

Para Aristides Spinola, aquele povo havia sido “conquistado”, citando atrocidades contra os indígenas realizadas “pelo coronel Antonio Pires de Campos, no governo de D. Luiz Mascarenhas”, além de “[...] uma expedição para a conquista dos Carajás dirigida pelo alferes José Pinto da Fonseca, que esteve na ilha do Bananal, onde mandou dizer missa no dia de Sant’Anna” em 1775.”⁹⁵⁰ Possivelmente, seu entendimento sobre o que seria a “conquista”⁹⁵¹ dos povos indígenas estava ligado à ideia de que o ritual da realização de uma missa garantiria a situação, tal como no início da colonização do Brasil, ou ainda considerando a prática da catequese, as alianças ou ainda a instalação de novas aldeias.⁹⁵² A partir dessa percepção, o governador concluiu: “Não é de admirar que entre os índios de hoje se encontre vestígios da catechese antiga.”⁹⁵³

Ao que parece, não era possível para Aristides Spinola, que destaca as violências vividas por aquele povo indígena, perceber que aquela etnia possuía uma complexa cosmologia, organização social, territorialidade e *relações de poder e práticas sociais* envolvidas com os próprios mitos sem serem “civilizados”.

Aristides Spinola recomenda que se aprendesse a língua dos indígenas como estratégia para o “problema” indígena e ensinar a “religião, a língua portuguesa e a agricultura”. De acordo com Karasch,⁹⁵⁴ tais recomendações se deram em meio à uma política indigenista “baseada em “religião e trabalho”, de modo que o governador teria escrito: “A religião e o trabalho são dois poderosos agentes para a civilização indígena. Por se limitar a catequese ao ensino da doutrina

⁹⁴⁹ SPINOLA, 1880, p. 48.

⁹⁵⁰ SPINOLA, 1880, p. 48.

⁹⁵¹ “Desta conquista pacífica, que tanto ocupou a atenção de José de Vasconcellos, provieram as aldeias de Angeja, Seabra, Cunha, Anadia, S. Pedro, Ponte de Lima, Lavradio, Lapaçacs e Mello, que desapareceram”. In: SPINOLA, 1880, p. 49.

⁹⁵² A narrativa de Spinola indica que a “conquista” dos povos indígenas era frágil, pois num primeiro momento o contato potencializou a construção de aldeias e noutro momento, as mesmas foram abandonadas. As missões e aldeamentos indígenas não se consolidaram até o século XIX como uma “conquista” sobre os povos indígenas, o que é abordado no próximo capítulo.

⁹⁵³ SPINOLA, 1880, p. 49.

⁹⁵⁴ *Idem*, 1992, p. 406.

cristã simplesmente, ou por se forçar o índio ao trabalho antes de acostumado aos hábitos da vida civil, tem-se descrito muitas vezes dos resultados da catequese.”⁹⁵⁵

Por fim, é possível indicar que as narrativas dos irmãos Jardim e de Aristides Spinola convergiam numa direção apontada por Villa Real, Couto de Magalhães e Castelnau: *o outro humano* precisava ser “assimilado” pela “civilização”, por meio da catequese, para estarem aliados aos interesses daqueles que intencionavam se apropriar de seus territórios ou mão-de-obra. Na sua perspectiva, aquele espaço precisava ser conhecido e apropriado, pois na condição de ser “sertão” e “deserto”, não seria incorporado ao território do Brasil e às atividades econômicas que deveriam ser expandidas com a apropriação da natureza entendida como recurso, instrumento e potencialidade de riqueza.

Contudo, não foi apenas Spinola e Couto de Magalhães os governadores de Goiás que viajaram pelas águas do Rio Araguaia e narram sobre o espaço, a natureza e os povos indígenas, projetando sobre eles seus interesses e *representações*, uma vez que três anos depois, em 1881, Joaquim de Almeida Leite Moraes assumia o cargo e fez uma viagem semelhante àquelas realizadas por seus antecessores.

2.9. A perspectiva liberal sobre o “sertão do Araguaia” na viagem de 1881 de Joaquim Almeida Leite Moraes

Joaquim de Almeida Leite Moraes (1835-1895) foi um professor de direito criminal, advogado, jornalista e político, exercendo mandatos de deputado⁹⁵⁶ quando, segundo Cândido⁹⁵⁷, “[...] militou na política e logo demonstrou o ânimo combativo na luta contra os administradores do estabelecimento fluvial de Itapura, à margem do Tietê e entrada para o sertão do Oeste, publicando a respeito uma enérgica representação ao imperador”. Seus interesses estavam mais voltados à construção de estradas de ferro como no caso da Mogiana no triângulo mineiro. De

⁹⁵⁵ *Idem*, 1992, p. 406.

⁹⁵⁶ CÂNDIDO, Antônio. Prefácio. In: MORAES, Joaquim de Almeida Leite. **Apontamentos de viagem**. Introdução, cronologia e notas Antônio Cândido. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 09, afirma que o mesmo: “[...] foi eleito deputado três vezes, para os biênios de 1860-61, 1868-9 e 1878-9.”.

⁹⁵⁷ CÂNDIDO, 1995, p. 09.

acordo com Cândido⁹⁵⁸: “Leite Moraes teve fama como advogado, sobretudo criminal. Mais político e jornalista que jurista, militou de maneira constante no seu partido e era entusiasta da viação férrea.” Foi ainda defensor do “[...] prolongamento da Mogiana até Mato Grosso, a exemplo do seu ilustre antecessor na presidência de Goiás, Couto de Magalhães.”⁹⁵⁹ Segundo Ertzogue *et al*⁹⁶⁰, para atingir esse propósito, Leite de Moraes apresenta na Assembleia Legislativa um projeto desse prolongamento, cujo texto foi apresentado no “Relatório do Presidente da Província de Goiás”, de 1881, no qual os autores destacam que:

Nestas regiões que separam as bacias do Tocantins e do Araguaia, do Amazonas e do Prata, o capital reconcentrado, receoso na naturalmente de confiar-se à indolência proverbial dos respectivos habitantes, retrai-se a inutilizar completamente as suas forças fecundas e civilizadoras, e nesse imenso e vastíssimo território, que se estende desde o Paraná até o Amazonas, e desde o São Francisco até o Paraguai, povoado de todas as riquezas do mundo, a circulação de capital, condição primordial para o desenvolvimento dessas riquezas, é apenas uma aspiração que se pode qualificar de sonho!⁹⁶¹

Leite Moraes indica que havia um “imenso e vastíssimo território” através do qual prolongamento da linha entre Mogiana até Mato Grosso deveria passar, pois seria uma intervenção de “forças fecundas e civilizadoras” para gerar “riquezas”, uma vez que aquele espaço não poderia ficar sujeito à “indolência proverbial dos respectivos habitantes”. Destaca-se ainda a ênfase dada pelo autor à sua avaliação de que seria a “circulação de capital” que possibilitaria o “desenvolvimento dessas riquezas”, o que sugere sua perspectiva liberal.

Apesar de sua proposta e empenho dedicado aquele projeto, Leite Moraes não o implementou, exercendo o governo da província de Goiás somente em 1881, depois de ter sido nomeado no ano anterior por meio uma Carta Imperial na qual estava indicado o objetivo de que garantisse a primeira eleição distrital direta em Goiás. A sua missão foi de presidir as eleições de acordo com a nova lei eleitoral, conhecida como Lei Saraiva, pois: “Leite Moraes, liberal avançado, se

⁹⁵⁸ *Idem*, 1995, p. 12.

⁹⁵⁹ *Idem*, 1995, p. 12.

⁹⁶⁰ ERTZOGUE *et al*, 2018, p. 57.

⁹⁶¹ ERTZOGUE *et al*, 2018, p. 57. Os autores citam o Relatório do Presidente da Província de Goiás apresentado à Assembleia Legislativa. Goiás, 1881, p. 120.

batera na imprensa por essa medida. Quando ela se tornou lei, não pôde (como explica) recusar a tarefa penosa...”⁹⁶² E a partir disso, Leite Moraes teria executado tais recomendações naquele ano.

Ainda em 1881, Leite Moraes empreendeu a viagem de volta, descendo os rios Araguaia e Tocantins até Belém do Pará, primeiro por meio de uma embarcação a vapor e depois num bote a remo, onde pegou um navio a vapor que o levou até o Rio de Janeiro de onde foi de trem até Araraquara, finalizou a viagem, a cavalo.⁹⁶³ Segundo Cândido, a motivação da viagem de retorno ter sido realizada através da navegação se deve ao incômodo causado pelas hemorroidas que teriam abatido o governador na ida à Goiás de cavalo. A partir desse problema de saúde, optou “[...] pela arriscada alternativa de seguir por via fluvial até Belém do Pará, enfrentando corredeiras, cachoeiras, sorvedouros, sem contar os imprevistos do sertão e a ameaça dos índios.”⁹⁶⁴ Para esse pesquisador, essa escolha demonstrava coragem por parte de Leite Moraes e também de Carlos Augusto de Andrade⁹⁶⁵, pois ambos eram paulistas sem experiência no interior do Brasil e o último não sabia sequer nadar.

As condições daquela viagem não podem ser plenamente conhecidas, mas um dos seus resultados foi a escrita e publicação, em 1882, da obra “Apontamentos de viagem”,⁹⁶⁶ na qual Leite Moraes apresenta uma narrativa repleta de *representações* construídas e reforçadas por sua percepção que categorizava o espaço como um “sertão” imerso na “decadência”, habitado por “selvagens” e sujeito ao “progresso” que somente a “civilização” poderia trazer.

⁹⁶² Cândido, 1995, p. 15-16.

⁹⁶³ Segundo ERTZOGUE *et al* (2018, p. 52), Leite Moraes “[...] partiu de Goiás no dia 9 de dezembro de 1881, seguindo em direção da povoação de Leopoldina. Desceu o Rio Vermelho rebocado pelo vapor Colombo até Santa Maria, aonde chegou em 25 de dezembro. Continuou descendo de bote em direção ao Pará, aportando em Belém em 14 de janeiro de 1882”.

⁹⁶⁴ *Idem*, p. 18.

⁹⁶⁵ Carlos Augusto de Andrade (1855-1917), foi um tipógrafo e jornalista, fundador da *Folha da Tarde e Gazeta do Povo* (1879), sendo o responsável pela edição da primeira publicação da obra *Apontamentos de Viagem* que havia sido impressa em 1883 na gráfica do jornal *Gazeta do Povo*. Dez anos mais tarde, veio a se casar com Maria Luísa, filha de Joaquim de Almeida Leite Moraes, com quem teve filhos, dentre os quais, o escritor Mario Raul Moraes de Andrade.

⁹⁶⁶ MORAES, Joaquim de Almeida Leite. **Apontamentos de viagem**. De S. Paulo á capital de Goyaz, desta & dú Pará, pelos rios Araguaya e Tocantins, e do Pará á Corte. Considerações administrativas e políticas. 1882.

Segundo Gomes⁹⁶⁷, a obra “Apontamentos de Viagem” possui uma “[...] linguagem mais coloquial e espontânea, dentro da proposta do Romantismo”, que [...] tem como característica o uso de exclamações, de ironias e da adoção, para determinados objetos, de termos indígenas em vez de termos em português, como, por exemplo, *igarité* e *ubá*, quando se referia às embarcações vistas no rio Araguaia e no rio Tocantins⁹⁶⁸. De acordo com Cândido,⁹⁶⁹ Leite Moraes “[...] representa bem as gerações românticas da Faculdade de Direito de São Paulo, das quais tem muitas marcas, inclusive (além do sentimentalismo) a mistura de grandiloquência e naturalidade. [...] ele tem dos românticos certo desleixo agradável.”⁹⁷⁰

Entretanto, Gomes⁹⁷¹ destaca que o autor “[...] mudava o tom e o vocabulário quando se referia a pessoas, lugares e situações ligadas ao que chamava de civilização, especialmente pessoas de destaque na sociedade da época.”⁹⁷² Essa análise permite extrapolar questões limitadas ao texto e dimensões estéticas da linguagem utilizada, indicando as intencionalidades e *relações de poder* envolvidas na sua narrativa, sobretudo a busca pelo ideal de “urbanidade” e “civilização”.

Ademais, Gomes⁹⁷³ fez uma comparação entre a relação dialógica - sobretudo quanto à estética e à moralidade, entre Leite Moraes na obra “Apontamentos de Viagem” e o personagem Macunaíma da obra homônima publicada em 1928 pelo escritor Mário de Andrade, neto do primeiro.⁹⁷⁴ A autora encontrou alguns pontos em comum, pois ambas as narrativas estariam buscando por “[...] elementos que pudessem unir a concepção de brasilidade com a proposta de civilidade e modernidade, como uma forma de auto reconhecimento e de reconhecimento externo.”⁹⁷⁵ Gomes identifica ainda que, ao contrário do Modernismo de Mário de Andrade, seu avô Joaquim de Almeida Leite Moraes teria

⁹⁶⁷ GOMES, Abigail Ribeiro. *Olhos de viajante: olhares cruzados entre Leite Moraes e Macunaíma*. Dissertação (Mestrado em Ciências), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2008, p. 52.

⁹⁶⁸ GOMES, 2008, p. 10.

⁹⁶⁹ CÂNDIDO, 1995, p. 8.

⁹⁷⁰ CÂNDIDO, 1995, p. 8.

⁹⁷¹ *Idem*, 2008.

⁹⁷² GOMES, 2008, p. 11.

⁹⁷³ *Idem*, 2008.

⁹⁷⁴ GOMES (2008, p. 51), justifica ao longo de sua dissertação as aproximações e distanciamentos entre os dois personagens, Macunaíma e Joaquim de Almeida Leite Moraes: “Observamos que o trajeto percorrido por Macunaíma e seus irmãos é semelhante ao percorrido por Leite Moraes. Mais que isso, em Macunaíma há uma referência clara ao texto de Leite Moraes”.

⁹⁷⁵ GOMES, 2008, p. 54.

elaborado uma narrativa marcada pelo romantismo e nacionalismo, deixando transparecer que sua compreensão sobre a natureza estava impregnada de *representações* coevas.

De acordo com Thomas [1988]⁹⁷⁶, a concepção de natureza é definida pelo padrão de beleza vigente, ou seja, se o padrão estético se enquadra no perfil clássico, a preferência pela simetria e pela interferência humana na natureza se manifesta; se o padrão estético propõe maior liberdade de formas e conceitos, manifesta-se a preferência pela natureza “selvagem” e livre. Lembremo-nos de que *Apontamentos de Viagem* foi escrito no período romântico, que no Brasil significou a valorização da natureza, porém também significou a busca pela inserção do Brasil no mundo civilizado, consequentemente pela beleza idealizada.⁹⁷⁷

Apesar da narrativa de Leite Moraes apresentar uma linguagem impregnada de elementos ligados ao Romantismo, outras influências ligadas ao Iluminismo europeu também podem ser identificadas, como a busca pelo rigor em descrever e categorizar as experiências vividas, como indica no trecho:

Descrevo os acontecimentos com inteira e rigorosa fidelidade, narro o que vi, o que senti, o que observei com plena isenção de espírito e a mais completa imparcialidade, descendo a todas as circunstâncias que rodeiam diversos incidentes, como um solene e salutar aviso aos futuros exploradores daquela região. E julgo assim prestar um bom serviço ao meu país, a este pobre país desconhecido completamente de seus próprios governos, de seus historiadores, de seus geógrafos.⁹⁷⁸

Esses elementos também podem ser identificados na narrativa de Couto de Magalhães e, segundo Leite Moraes, “[...] os camaradas só me comparavam ao Couto de Magalhães, o único que até então os igualara e os avantajara nas lutas selvagens dos sertões. E eu me orgulhava com a comparação, e, como Couto de Magalhães, esforçava-me por tudo conhecer, ver e explorar⁹⁷⁹.”

Assim como Couto de Magalhães, Leite Moraes também era influenciado pelo Iluminismo europeu por conta de sua formação e as ideias de

⁹⁷⁶ A autora se refere à obra: THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Essa obra analisa as representações da natureza ao longo da história da Inglaterra.

⁹⁷⁷ GOMES, 2008, p. 64.

⁹⁷⁸ MORAES, 1995, p. 35. (Grifos meus).

⁹⁷⁹ MORAES, 1995, p. 186.

nacionalismo também estão presentes em sua narrativa. Contudo, as propostas de ambos eram diferenciadas, ainda que as duas narrativas remetam a sentimentos de melancolia, saudade, êxtase diante da imensidão do rio e da natureza, mesclados com terror e encantamento diante do *outro*, típico do pensamento romântico. Maia indica que eram “[...] projeções românticas marcadas pelo espanto e pelo “horror” causados pelas vastidões do Araguaia, mas os sentimentos de saudade e melancolia não estão necessariamente associados a uma radical reinvenção subjetiva”⁹⁸⁰, de modo que:

Couto Magalhães e Leite Moraes estavam em “zonas de contato”, e o olhar imperial que os marcava era produzido a partir dos cruzamentos entre uma missão civilizatória e as formas de vida nativas. A viagem, longe de traduzir apenas um projeto de colonização, indica a irrupção de gentes e hábitos não prefigurados, configurando uma terra em movimento, incapaz de ser explicada pela reiteração de uma origem atemporal.⁹⁸¹

Para além da perspectiva analítica sobre os elementos românticos presentes nessas narrativas, é fundamental destacar a dimensão manifesta em ambos os escritos de que os governadores se colocaram como agentes da “civilização” em meio à “selvageria” e à “barbárie” dos indígenas. Cada um dos governadores citou de forma diferenciada posições, interesses e projetos políticos, mas tendo como base a oposição entre *o nós* e *o outro*, pois estavam em contato com *outra* natureza, *outro* espaço e *outro* humano.

O Rio Araguaia foi colocado como “[...] um dos símbolos mais expressivos da fronteira Oeste do Império.”⁹⁸²

Longe de traduzir apenas uma visão idílica de uma Natureza presentificada e estática, os espaços do Araguaia surgem nos relatos analisados como **geografias incompletas**, permeadas de registros que desafiam o olhar imperial dos dois viajantes e marcam a existência de uma sociedade movente, instável e alheia a uma fundação cultural homogênea e persistente.⁹⁸³

E é justamente diante do *outro* que Moraes Leite também se colocava a serviço do Império, buscando descrever o que viu e inserindo propostas de ação

⁹⁸⁰ MAIA, 2007, p. 18.

⁹⁸¹ MAIA, 2007, p. 19.

⁹⁸² MAIA, 2007, p. 04.

⁹⁸³ MAIA, 2007, p. 04. (Grifos meus).

para dinamizar a economia dos “sertões do Araguaia”. Essas propostas foram direcionadas aos governantes e seus interesses comerciais e o utilitarismo foram manifestas ao longo de sua narrativa, como no trecho a seguir: “Não pretendendo descer o Araguaia até o Tocantins, e muito menos o Tocantins até o Pará, por faltarme para isso tempo, mas **desejando conhecer o ponto indicado pelos práticos para a passagem da linha férrea no Araguaia...**”.⁹⁸⁴ Como indicado por Cândido⁹⁸⁵, Leite Moraes defendia um projeto de nação construída sob linhas férreas que possibilitariam a comunicação entre as diferentes partes do Brasil, e por conta disso, seu olhar era direcionado para buscar espaços apropriados como pode ser observado nesse fragmento de sua narrativa:

Percorri, de São Paulo ao Pará, uma extensão talvez de setecentas Léguas, e este modesto livro será um pálido reflexo de tudo o que observei nessas regiões, em grande parte ainda dominadas pelos selvagens, **nessa natureza virgem, exuberante de seiva, a transbordar de riqueza, que assombra, mas que se vê, que se apalpa, classifica-se e discrimina-se.**⁹⁸⁶

Essa parte da narrativa é propositiva e indica possibilidades de trazer “riqueza” para o interior do país onde o predomínio era o da natureza “virgem”, com potencial de ser explorada economicamente. Desde o início de sua obra, onde indica suas experiências navegando o Rio Araguaia, Leite Moraes manifesta seu encantamento diante da natureza, mas reforçou suas descrições sobre aldeamentos e presídios, que eram os braços institucionais do governo no “sertão”. O governador narra sua visita aos presídios militares de Jerupensem à margem do Rio Vermelho, indicando que ali seria “[...] o ponto quase forçado da passagem da linha férrea para Mato Grosso, que demandará a foz do rio Claro, no Araguaia.”⁹⁸⁷ Também visitou o presídio São José, no Pará, localizado na margem direita do Rio Araguaia, na foz do Rio Tocantins. O autor ainda descreve que havia, em frente à Ilha Spinola, um destacamento militar denominado Furo de Pedra, sendo o mesmo “[...] muito estreito e o único canal para os botes e os vapores, tonar-se necessária a conservação ali de um destacamento de proteção à navegação, muito exposta aos assaltos dos

⁹⁸⁴ MORAES, 1995, p. 28. (Grifos meus).

⁹⁸⁵ *Idem*, 1995, p. 12.

⁹⁸⁶ MORAES, 1995, p. 36-37. (Grifos meus).

⁹⁸⁷ MORAES, 1995, p. 123.

índios.”⁹⁸⁸ Dessa forma, Leite Moraes indica os espaços nos quais a “civilização” adentrava aquele espaço dominado pela natureza e habitado por “selvagens”, estabelecendo os marcos dos locais onde a linha férrea deveria passar.

De acordo com a narrativa de Leite Moraes, o temor de ataques de indígenas esteve presente ao longo da viagem e era o principal argumento para o autor ser favorável à implantação de presídios e aldeamentos. Tal como seus sucessores, o governador ouviu relatos de conflitos interétnicos no presídio de Barreira Branca que “[...] tem sua história de sangue. Atacado por indígenas, estes aí mataram três soldados e depois perseguiram Joaquim Alves até flechá-los.”⁹⁸⁹ Na perspectiva de Leite Moraes, esse antigo presídio deveria ser transformado em colônia agrícola, e para isso seria necessário a ação governamental.

As ruínas das instalações de presídios também foram descritas ao longo da narrativa de Leite Moraes, como também estavam presentes na obra de Couto de Magalhães. Entretanto, esse governador estava diante de outros tipos de ruínas que eram parte da estrutura da navegação do Rio Araguaia e das instalações utilizadas para catequese implementada por Couto de Magalhães anos antes. Moraes Leite indica que se hospedou na residência de João José Corrêa de Moraes, que era um empresário da navegação do Araguaia, com o qual visitou “[...] o Colégio Isabel, a fazenda Dumbamzinho, o “depósito de catequese”, a oficina da empresa, os seus [barcos] vapores – Colombo, Mineiro, Santa Maria e o Araguaia”⁹⁹⁰, encontrando ferro num depósito deixado por Couto de Magalhães. O autor afirma, a partir de sua perspectiva e de relatos de terceiros, que “[...] o tempo em que a direção esteve nas mãos do Estado, a sua administração tornou-se notável pelo esbanjamento, pelo patronato e outros escândalos.”⁹⁹¹

Em outros trechos, Leite Moraes⁹⁹² criticou as administrações anteriores que teriam deixado aqueles lugares abandonados, narrando que ouviu relatos de que “[...] este rio impede a passagem por dez a quinze dias na estação

⁹⁸⁸ MORAES, 1995, p. 165.

⁹⁸⁹ MORAES, 1995, p. 209.

⁹⁹⁰ MORAES, 1995, p. 127.

⁹⁹¹ MORAES, 1995, p. 129.

⁹⁹² MORAES, 1995, p. 80.

chuvosa, e que o dr. Spinola aí estivera oito dias de falha, e entretanto, durante quase dois anos de administração, não mandara construir uma ponte!”⁹⁹³

Apesar de trechos elogiosos destinados a Couto de Magalhães, Leite Moraes pontuou em outros as dificuldades da navegação pelo Rio Araguaia, tais como a de que o rio “[...] mantém sempre a mesma largura, mas tem menos água, e aqui e ali um ou outro *baixio*, formando corredeiras que dificulta a navegação, que é feita nesta seção só no tempo das águas.”⁹⁹⁴ Ao final da narrativa, o autor conclui que a ideia de “[...] canalizar o Araguaia e o Tocantins em sua parte encachoeirada é perder o tempo em conjecturar como se pode realizar o impossível.”⁹⁹⁵

Isso porque, desde suas descrições dos espaços percorridos, até suas ideias de transformação da natureza, está presente a proposta da construção de linhas férreas idealizada por Leite Moraes. Para o governador, a partir do “[...] Itacaiu Pequeno até este ponto – Itacaiu Grande – a linha férrea tem diferentes passagens para Mato Grosso; barrancas altas; leito pedregulhoso do rio; pouca água.”⁹⁹⁶ Ademais, sua narrativa contém uma proposta de um caminho por meio de linha férrea que seria uma alternativa aprovada por um fazendeiro “sertanejo”:

O capitão Gomes é um fazendeiro de criar. Vimos parte de seu gado, como o melhor que se conhece no Brasil; é possuidor de um mundo de terras, tudo quanto se avista em torno de sua morada, e ainda muito além, é seu; anualmente faz uma viagem à capital de Mato Grosso com seus carros, levando couros e gêneros alimentícios.

Ouvi-o sobre a projetada linha férrea para Mato Grosso, e tive a satisfação íntima de observar o sertanejo que mais conhece aquelas regiões aprovar o meu traçado com uma pequena modificação que mais o justifica⁹⁹⁷.

Esse trecho da narrativa expõe o quanto o governador estava empenhado em projetar uma linha férrea que percorresse as margens do Rio Araguaia, sendo que descreve ao final de sua obra, o traçado que havia projetado:

Agora, construída uma estrada de ferro desde Pato até Xambioás, pela margem esquerda do Araguaia e Tocantins; abertas diferentes estradas de rodagem – uma do ponto terminal da via férrea ao Xingu, e outra da ilha do Bananal ao Porto Imperial;

⁹⁹³ MORAES, 1995, p. 80.

⁹⁹⁴ MORAES, 1995, p. 132.

⁹⁹⁵ MORAES, 1995, p. 215.

⁹⁹⁶ MORAES, 1995, p. 133.

⁹⁹⁷ MORAES, 1995, p. 135.

outra, finalmente, de Xambioás à Boa Vista, e saudemos nestas ruínas de um presídio [São José] a belíssima capital de uma rica província, que tem as duas divisas demarcadas pela mão de Deus – como Mato Grosso, pelo rio das Mortes ou dos Itapirapés; com a província de Goiás, pela serra da Bocaina, intercalada entre a ilha do Bananal e a Conceição...⁹⁹⁸.

Leite Moraes, tal qual Couto de Magalhães, trazia em meio à sua narrativa propostas empresariais que supostamente trariam a “modernidade”, o “progresso” e a “civilização” aquele “sertão”. Esse *outro* era descrito pelo governador como lugar da “solidão” e “deserto”, como pode ser observado no seguinte trecho: “A nudeza das solidões, o silêncio dos desertos, mistérios tenebrosos de uma natureza selvagem... eis o mundo em torno do nosso bote.”⁹⁹⁹ Sua narrativa indica seu desconforto em estar no “sertão” e também seu alívio ao retornar ao Rio de Janeiro no trecho final no qual afirma:

É a pátria!
A pátria que deixamos nas cachoeiras do Araguaia e do Tocantins, e que viemos encontrar na formosa Guanabara.
São nove horas da noite.
O progresso impõe-nos a obrigação de passar a noite a bordo contemplando a grande cidade! E viva a civilização! Ao menos assim consolidam-se as instituições, e não se perturba a paz social, e o sono profundo do governo?¹⁰⁰⁰

A “pátria” estava na Guanabara e nas cachoeiras dos rios Araguaia e Tocantins, mas era somente ali, no Rio de Janeiro, onde Moraes Leite estava em meio à “civilização”, à “grande cidade”, “às instituições” e ao “progresso”. Sua exclamação diante da “civilização” manifesta sua perspectiva e expressa sua preferência pelo ambiente citadino, em meios às instituições que estavam ausentes ou pouco representadas no espaço que percorreu ao longo de sua viagem pelos “sertões” e “desertos”.

A “civilização”, assim como proposto por Couto de Magalhães, se consolidaria sobre aquele espaço por meio da catequese dos povos indígenas que o habitavam. Na narrativa de Leite Moraes, esses povos eram descritos, por vezes, como parte daquela natureza, como pode ser observado no trecho: “[...] as febres

⁹⁹⁸ MORAES, 1995, p. 213-214.

⁹⁹⁹ MORAES, 1995, p. 145.

¹⁰⁰⁰ MORAES, 1995, p. 338.

do Araguaia... os índios sempre traiçoeiros e ferozes... as formidáveis cachoeiras do mesmo rio...”¹⁰⁰¹.

Duas partes da narrativa de Leite Moraes colocaram a “civilização” diante da “barbárie”, sendo que a primeira assim situou uma fronteira entre ambas: “[...] é o progresso que recua a barbaria às suas últimas fronteiras.”¹⁰⁰² Noutro trecho, onde o governador descreve uma situação conflituosa entre parte de seus barqueiros indígenas com os outros “não índios”, apresenta a frase emblemática: “[...] a civilização entrelaçada com a barbárie!”¹⁰⁰³ No primeiro trecho, o “progresso” é o motor da história, o ente capaz de “recuar” a “barbaria” cada vez mais, e o segundo categoriza os “não índios” como representantes da “civilização” num confronto com a “barbárie” personificada nos indígenas.

Os povos indígenas foram descritos por Leite Moraes como “selvagens” e “bárbaros”, o *outro* confrontado pelo “civilizado”. O próprio autor se considerava “herdeiro da civilização” que, tal qual “[...] meus antepassados, afrotei todos os perigos das matas, dos rios, das feras, dos selvagens, tomando todos os meios de locomoção lembrados pela barbaria e depois aperfeiçoados pela civilização.”¹⁰⁰⁴ Entretanto, ao longo da narrativa, essa descrição contém oscilações, com a indicação de que o encontro da expedição com os indígenas seria um “espetáculo”:

Eis que somos surpreendidos por um espetáculo completamente novo! Avistamos na margem oposta uma *ubá* (canoa indígena), com oito índios completamente nus, que sobe o rio com velocidade. Mandeí parar o vapor e os convidamos a que viessem a bordo; não se fizeram rogados e vieram, atracando a sua *ubá* no bote, e alguns saltaram no vapor!

Ficamos extáticos ao contemplá-los face a face e absortos ao vê-los nas suas regiões ou nos seus domínios, tais quais são e tais quais vivem! Examiná-los em todos os contornos daqueles corpos musculosos, bronzeados e fortes não foi obra de um momento. Um deles, o capitão, pronunciava uma ou outra palavra em português; outros, desconfiados, nem sequer saíram da *ubá*.¹⁰⁰⁵

¹⁰⁰¹ MORAES, 1995, p. 30.

¹⁰⁰² MORAES, 1995, p. 113.

¹⁰⁰³ MORAES, 1995, p. 115.

¹⁰⁰⁴ MORAES, 1995, p. 35-36.

¹⁰⁰⁵ MORAES, 1995, p. 143.

Nesse trecho o romantismo presente na narrativa pode ser percebido, conforme havia pontuado Gomes¹⁰⁰⁶ e Cândido¹⁰⁰⁷, por meio do uso do vocabulário indígena, da idealização dos corpos “musculosos, bronzeados e fortes” e de sua “pureza” advinda do desconhecimento quase completo da língua portuguesa. Noutro ponto da narrativa, ao descrever a “pequena povoação” de São José¹⁰⁰⁸ onde havia uma aldeia Karajá que visitou, Leite Moraes fez uma descrição da beleza dos indígenas com elementos oriundos do romantismo a partir de sua percepção:

Um índio robusto, moço e bonito fazia um *ubá* com fogo, e continuou no seu serviço; algumas mulheres correram para o interior das suas casas, e outras, formando uma roda, sentaram-se no chão, cruzaram os braços sobre os seios, e em todos os seus movimentos revelavam o pudor.

A mulher *carajá* tem uma tanga de fio de madeira amarrada à cintura; o resto do corpo está despido.

Naquela roda havia moças e velhas. Entre as moças uma estava pintada com diferentes cores e supondo-se talvez muito bonita, se bem que não fosse feia; ao lado dela estava também um índio, moço e belo, igualmente pintado.¹⁰⁰⁹

A cena foi narrada reforçando um suposto “pudor” das mulheres indígenas em esconder seus seios e um olhar sobre a beleza de ambos os sexos, com seus corpos pintados, dentro de um ideal de indígena sem contato com a “civilização”. Trata-se, portanto, de uma *representação* sobre o *outro* idealizada e alicerçada na ideia de “pureza” e “inocência” indo na direção oposta àquela que os categorizava como “selvagens” e “bárbaros”. Logo, esses e outros trechos da narrativa não apresentam as categorias “selvagem” ou “bárbaro” para indicar esses agentes históricos.

Contudo, a oposição entre o *nós* e o *outro* é constantemente retomada, como na conclusão, quando Leite Moraes afirma categoricamente ter compreendido que “[...] estávamos em terra de selvagens, e que nós éramos apenas uns *restos* de civilização que flutuavam naquelas águas.”¹⁰¹⁰ Esse encontro entre os “selvagens” e os “civilizados” era marcada, na sua percepção, pela dinâmica através da qual a

¹⁰⁰⁶ Idem, 2008.

¹⁰⁰⁷ Idem, 1995.

¹⁰⁰⁸ Situada à margem do rio Araguaia em frente à ilha Couto de Magalhães, onde havia numa extremidade uma aldeia de Karajá.

¹⁰⁰⁹ MORAES, 1995, p. 147-148.

¹⁰¹⁰ MORAES, 1995, p. 143.

terra seria dominada pelos “selvagens” e a navegação seria dos “civilizados”. Apesar do distanciamento existente nessa relação de opostos, para o governador, ambos poderiam realizar trocas comerciais:

O empresário da navegação introduziu o comércio da troca com os índios; estes preparam, a lenha nas devidas proporções para o consumo do vapor e recebem em troca machados americanos, facas, foices, arpões e fumo. Então é belo de ver-se, a lenha muito bem amontoada, e, quando o vapor dá o sinal de sua aproximação, os índios vão colocar-se ao pé da lenha para entrega-la, inspecionar a contagem e receber a troca¹⁰¹¹.

O próprio Leite Moras sinalizou que praticou trocas e presenteou indígenas ao longo de sua viagem objetivando estabelecer alianças e seguir sem problemas, e também indicando que as relações com esses povos eram marcadas pela desconfiança e medo recíproco:

Dirigi-lhes a palavra, dizendo-lhes que éramos *taurys*, amigos de *carajás*, e trazíamos fumo, anzóis, etc., de presentes; um deles respondia-nos então: - “*Carajá* tem medo de *taury*...muito!”. Este *muito* era pronunciado com uma acentuação que denotava ser grande e extraordinário o medo. Repetimos o convite; os remeiros também os convidaram; o intérprete *carajá* falou-lhes, na própria língua, assegurando-lhes a nossa lealdade e sinceridade, e sempre obtivemos a mesma reposta: - - “*Carajá* tem medo de *taury*...muito!” E o bote rodava, e eles ficavam na barranca repetindo os gritos de alerta, como que avisando as aldeias vizinhas¹⁰¹².

O medo era constante e se somava às diversas disputas entre os diferentes povos indígenas por territórios nas margens dos rios Araguaia e do Tocantins, e segundo o governador: “Entre os *carajás* e os *caiapós* há uma guerra secular de vida e morte; são inimigos irreconciliáveis, e este ódio profundo e inextinguível transmite-se de geração em geração. Os *caipós* habitam a margem esquerda, no interior das matas, e os *carajás* a direita, nas barrancas e nas praias próximas.”¹⁰¹³ Leite Moraes tomou conhecimento de outros conflitos decorrentes de motivos diversos, como no caso em que um frei teria se envolvido num conflito armado com indígenas Karajá por conta de sal, que resultou em luta na qual “[...] frei Salvino defendeu-se de dezenas de flechadas atrás de um pau e com seu

¹⁰¹¹ MORAES, 1995, p. 158.

¹⁰¹² MORAES, 1995, p. 197.

¹⁰¹³ MORAES, 1995, p. 174.

revólver, até que ficou senhor do campo. E carregou o sal, que, segundo me disse, era propriedade de Couto de Magalhães. Desde então os *carajás* ficaram com um horror ao revólver que eles chamam *macauã pequitito*¹⁰¹⁴. Certamente o revólver não era temido apenas pelos Karajá, mas por todos os povos indígenas que tiveram contato com bandeirantes, garimpeiros, comerciantes, funcionários de governos e outros agentes históricos que possuíam esse equipamento bélico, inquestionavelmente superior em termos de eficácia destrutiva se comparado com as flechas utilizadas pelos indígenas.

O avanço de outros agentes históricos sobre aquele espaço dinamizou os conflitos como pode ser percebido em relatos de terceiros que foram apresentados por Leite Moraes em sua narrativa e indicam que havia uma tensão entre os povos indígenas e moradores de “povoados” como o de Santa Clara, cuja população estaria “[...] disposta, e só aguardava ordens e uma direção para atacar a aldeia dos *caipós*. Os poucos lavradores falavam em formar a sua *bandeira*...”¹⁰¹⁵. Outro conflito narrado pelo governador teria envolvido o cacique Roco do povo Karajá que havia matado o capitão Rufino, soldados e tripulantes da embarcação, além de aprisionar sua esposa e depois matá-la. Moraes apresenta um suposto diálogo que teve com Roco nos seguintes termos: “Quando este capitão sentou-se à minha direita, deitei a minha mão sobre o seu ombro e perguntei-lhe: - Onde está a mulher do capitão Rufino? – Respondeu-me: - Morreu. Repliquei-lhe então: - Você a matou! – Estremeceu-se e disse-me: - *Taury* também mata nossas mulheres e nossas filhas.”¹⁰¹⁶ Essa parte da narrativa fornece indícios de que os conflitos envolviam o rapto de mulheres¹⁰¹⁷ tanto por indígenas quanto pelos “taury”.

Em outro trecho, Leite Moraes descreve o que considerava contraditório: “A família *carajá* observa rigorosamente as leis do pudor; um ataque ao pudor é um atentado provocador de atroz vingança. Entretanto o *carajá* oferece as suas prisioneiras aos seus hóspedes, e julga proceder bem.”¹⁰¹⁸ Tanto o rapto de mulheres, quanto sua escravidão sexual foram repudiadas pelo governador que

¹⁰¹⁴ MORAES, 1995, p. 219-220.

¹⁰¹⁵ MORAES, 1995, p. 175.

¹⁰¹⁶ MORAES, 1995, p. 192-193.

¹⁰¹⁷ Essa prática é discutida de forma mais aprofundada nos capítulos seguintes.

¹⁰¹⁸ MORAES, 1995, p. 193.

passou a identificar aquele povo como de “selvagens” e “bárbaros”, sem problematizar que tais ações também eram praticadas por “cristãos” e “civilizados”.

A oposição entre *o nós* e *o outro* foi incorporada pelos indígenas, uma vez que a palavra “*taury*” era utilizada pelos Karajá para se referirem “cristão” e “civilizado”. Moraes Leite traz essa categorização para sua narrativa, como pode ser observado no seguinte trecho: “A *ubá* aproxima-se do bote, e um índio, já velho, mal encarrado, tipo bárbaro e feroz, levante-se, e, batendo no peito grita: - “*Eu, o capitão Roco, amigo bom de taury*”.”¹⁰¹⁹ Nesse sentido, é importante ressaltar que os indígenas que tiveram contato com o governador e os demais membros de sua tripulação provavelmente também estranhavam suas práticas, seus corpos os identificavam como *o outro*. Essa situação foi percebida por Leite Moraes que aponta num trecho de sua narrativa que o olhar dos indígenas sobre ele e seus companheiros era de estranhamento, como o deles:

Não vimos um só índio vestido, e, entretanto, pedem roupas como se delas fizessem uso. Admiram-se da minha barba e bigode; julgavam-nos postiços, e alguns mais ousados verificaram se eram, puxando pelos cabelos! Não vimos um só barbado.

Cor bronzeada, altos, musculosos, cabelos negros, em geral tipo simpático. Os homens estavam todos armados; estes de arcos e flechas, aqueles de lança, outros de bordões ou tacapes. Também com um pedaço de fumo se os desarma!¹⁰²⁰

Desse encontro, é possível apenas analisar as narrativas de Leite Moraes sem poder confrontá-la com a dos indígenas, contudo, é possível identificar que aqueles povos habitantes de territórios situados nas margens do Rio Araguaia tinham sua identidade reforçada com o encontro com *o outro*, numa relação de alteridade permeada de estranhamento, desconfiança e medo.

O que diferenciava aqueles agentes históricos que avançavam sobre aquele espaço era o interesse em transformar os povos indígenas em “civilizados” e se apropriar do espaço e da natureza de seus territórios. Leite Moraes¹⁰²¹ afirma que “[...] estava intimamente convencido que a catequese deve começar pela moralidade do catequizador, e que o índio a ela escraviza-se desde que tem sagrado

¹⁰¹⁹ MORAES, 1995, p. 189-190.

¹⁰²⁰ MORAES, 1995, p. 192.

¹⁰²¹ MORAES, 1995, p. 199-200.

respeito à família e aos seus”. Essa moralidade agregava a ideia de família, de “civilização” e “cristandade” alinhadas à outras como a de “progresso” tão repetidas naquela década final do século XIX. Todavia, nem todos os agentes históricos que avançavam sobre aquele espaço compartilhavam da mesma moralidade e projetos de catequização, como pode ser observado nas narrativas do casal Coudreau.

2.10. A busca pelo “bom selvagem” de Octavie e Henri Coudreau pelo Rio Araguaia em 1896

Henri Anatole Coudreau (1859-1899) foi um geógrafo e etnólogo francês casado com a cartógrafa Marie Octavie Coudreau (1867–1938), com quem realizou uma série de expedições no final do século XIX. Henri Coudreau, após lecionar em Reims, foi nomeado explorador pelo colégio Chermont-Ferrand e transferido para a Guiana Francesa em 1880, e a partir daquela década, iniciou com sua esposa, as explorações naquela colônia entre 1883 e 1889.¹⁰²² Anos depois, o casal passou a explorar o espaço situado às margens do Rio Amazonas, além de outros como o Araguaia, Tocantins, Tapajós, Trombetas, Yamundá e Xingu a pedido do governo do Pará. Contudo, em 1899, Henri Coudreau faleceu, nas margens do Rio Trombetas, após problemas de saúde resultante de complicações de malárias não tratadas adequadamente.¹⁰²³

Souza Filho¹⁰²⁴ indica que o casal Coudreau era “anarquista”, considerando Henri um “explorador atípico”¹⁰²⁵, pois não possuía o “nacionalismo exacerbado comum aos exploradores do seu tempo”, ainda que advogando em favor dos franceses ao tratar do “contestado franco-brasileiro” em relação à divisa com a Guiana Francesa. Seria um jovem explorador, pois iniciou aos 24 anos suas viagens, que poderia ser enquadrando como outros europeus de seu tempo como portador de uma “crise existencial”, mas que durante as viagens em campo se mostrava um

¹⁰²² SOUZA FILHO, Durval de. Os retratos dos Coudreau: Índios, Civilização e Miscigenação através das lentes de um casal de visionários que percorreu a Amazônia em busca do “Bom Selvagem”. (1884-1899). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2008, p. 23-24.

¹⁰²³ FILHO, 2008, p. 25. O autor indica que após a morte do marido, Octavie foi convidada, em 1905, a trabalhar para o estado do Amazonas por Constantino Nery, parte da elite local, que tal qual o governador Lauro Sodré, foram próximos ao casal. (FILHO, 2008, p. 23).

¹⁰²⁴ *Idem*, 2008, p. 12.

¹⁰²⁵ SOUZA FILHO, 2008, p. 31.

“indigenista hábil e perspicaz”¹⁰²⁶, versado em línguas ameríndias e com capacidade de “[...] aprender os costumes dessas populações” e “comporta-se muitas vezes como os modernos etnógrafos de campo”.¹⁰²⁷ Apesar disso, possuía uma perspectiva na qual a “civilização” se desenvolveria em “reduzidíssimos pontos no globo”¹⁰²⁸ e possuía uma “[...] visão bastante utilitarista da natureza amazônica, neste caso, em suma, seu projeto econômico para a região pela domesticação da natureza.”¹⁰²⁹

Octavie Coudreau teria uma “posição controversa quanto às populações negras, quilombos”¹⁰³⁰ com base em ideias europeias de “raça”. “Cruel, racista e absolutamente preconceituosa com os negros, Octavie foi capaz de ser benevolente com as populações indígenas das quais manteve contato, chegando mesmo a considerá-los como “grandes crianças” que “estão na idade do outro, não tem aborrecimentos, não tem tristezas, não tem desejos, não tem invejas”.¹⁰³¹ A cartógrafa narra se sentir bem em aldeias e que queria aprender seus costumes por curiosidade, ainda que sua perspectiva fosse marcada “pelo estranhamento, o não reconhecimento do outro”¹⁰³² e por ser “[...] excessivamente moralista, Octavie não vê o outro como diferente. Ela deseja ver no outro alguém parecido com ela, como o europeu, com seus costumes, seus padrões morais.”¹⁰³³

Ambos compartilhavam “[...] a crença no ideal romântico do “bom selvagem” e a defesa irrevogável de uma civilização e sua marcha inexorável, a qual, em última instância, seria responsável pela aniquilação total deste homem “primitivo integral”.¹⁰³⁴ E foi a partir dessa perspectiva, que o casal produziu mais de cinquenta obras com estudos cartográficos, registros fotográficos e narrativas de viagem, dentre as quais, o livro “Voyage au Tocantins-Araguaia: 31 décembre 1896 - 23 mai 1897”.¹⁰³⁵ Esse livro foi publicado em 1897 e apresenta uma narrativa

¹⁰²⁶ SOUZA FILHO, 2008, p. 33.

¹⁰²⁷ SOUZA FILHO, 2008, p. 34.

¹⁰²⁸ SOUZA FILHO, 2008, p. 42.

¹⁰²⁹ SOUZA FILHO, 2008, p. 37.

¹⁰³⁰ SOUZA FILHO, 2008, p. 65-66.

¹⁰³¹ SOUZA FILHO, 2008, p. 70.

¹⁰³² SOUZA FILHO, 2008, p. 67.

¹⁰³³ SOUZA FILHO, 2008, p. 66.

¹⁰³⁴ SOUZA FILHO, 2008, p. 13.

¹⁰³⁵ COUDREAU, Henri. **Voyage au Tocantins-Araguaia: 31 décembre 1896 - 23 mai 1897**. Paris: Imprimeur-Editeur, 1897.

Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/51>>. Acesso em: 08/09/2018.

sobre elementos relativos ao espaço, à natureza, aos povos indígenas e moradores de fazendas e “povoados” situados nas margens daqueles rios. Como o foco narrativo dessa tese está direcionado para o espaço onde o Rio Araguaia forma a Ilha do Bananal, sua obra é problematizada de modo pouco aprofundado a partir desse recorte e tendo como base referências bibliográficas,¹⁰³⁶ buscando, porém, compreender sua perspectiva em relação ao *outro*.

A viagem pelos rios Araguaia e Tocantins foi realizada a pedido do governador do Pará, Lauro Nina Sodré e Silva, sendo iniciada em Belém no último dia do ano de 1896,

[...] a bordo de um vapor pertencente à Companhia Viação Férrea e Fluvial de Tocantins e Araguaia, responsável pela navegação comercial destes rios. Nesse período, a linha a vapor no rio Tocantins se encerrava nas cachoeiras da Itaboca, a partir dali a viagem continuou em pequenas embarcações a remo. Mais de meio século após a viagem realizada por Castelnau, o ambiente do rio Araguaia havia passado por intensas transformações, vapores haviam sulcado suas águas, povoados e fazendas surgidos em suas margens e os nativos já não ofereciam o mesmo perigo de outrora.¹⁰³⁷

Ocorreram mudanças nas margens do Rio Araguaia entre essas expedições, mas também existiam diferenças nas perspectivas de Castelnau e Coudreau sobre aquele espaço, pois enquanto o primeiro buscava encontrar “recursos” minerais e era entusiasta das possibilidades de cidades serem criadas, o geógrafo indica ter interesse na “[...] fixação e a prosperidade do homem em seu habitat ao invés de focalizar apenas o desenvolvimento da metrópole”¹⁰³⁸ e ainda apontava para um “único vislumbre de prosperidade” que “passaria pelo fortalecimento da agricultura” de forma “prudente e racional” num “misto de exploração da agricultura e extrativismo florestal.”¹⁰³⁹

Ademais, Coudreau narra a situação de “povoados” e fazendas que estavam abandonados, indicando que:

Se for para dar um pouco de vida para estes pequenos centros que estão morrendo, é um desejo que estas tentativas de colonização militar e criminal sejam mais bem sucedidas do que no passado.

¹⁰³⁶ Trata-se de uma limitação da autora em relação ao idioma da obra que ainda não foi traduzida para o português.

¹⁰³⁷ BATISTA, 2015, p. 115.

¹⁰³⁸ BATISTA, 2015, p. 114.

¹⁰³⁹ SOUZA FILHO, 2008, p. 38.

A restauração destes “presídios” seria destinada para motivar a retomada da navegação a vapor entre Leopoldina e Santa Maria. Parece-me, quanto a mim, que somente com doutrinas econômicas saudáveis é que estes processos de colonização heterodoxos também serão possíveis.¹⁰⁴⁰

Apesar disso, Coudreau não era entusiasta desse tipo de instalação, pois estariam destinados a “criar, a um grande custo, uma *tapera*”,¹⁰⁴¹ além de que esses presídios eram militarizados e sua lógica seria oposta à sua perspectiva anarquista, na qual os povos indígenas deveriam ser livres e o avanço do “branco” seria bem-vindo se fosse feito pela mestiçagem capaz de garantir a superação do “clima tropical”.¹⁰⁴² Tratava-se, portanto, de uma perspectiva europeia sobre o espaço e a natureza na qual “o clima” ainda era determinante para as relações sociais. Segundo Filho,¹⁰⁴³ “a Utopia social de Coudreau passaria pela conciliação da civilização com a vida selvagem, da Razão com a liberdade, do progresso com a igualdade”.

Os princípios propostos pelo autor baseiam-se na condicionalidade estabelecida pela sociedade em relação ao que a natureza oferecia. Diante deste pressuposto, entendia-se que a sociedade deveria ser fruto da própria natureza, daí a defesa de que uma população miscigenada de índios e negros teria melhores chances de desenvolvimento na região amazônica. Esse conceito levava a crer na possibilidade de povoação pelos habitantes locais, sem o estabelecimento de núcleos de ocupação e o incentivo à migração para o interior. Caberia ao estado oferecer condições adequadas para a exploração sustentável da natureza e garantir o escoamento os centros comerciais.¹⁰⁴⁴

Nesse sentido, Coudreau não considerava oportuno o avanço de agentes históricos sobre aquele espaço, uma vez que identifica que o mesmo era composto por territórios indígenas, por negros, ribeirinhos e “sertanejos” que se instalaram em diferentes localidades situadas nas margens dos rios que explorou.

Coudreau narra algumas percepções que teve quando a expedição avançou pelo braço esquerdo do Rio Araguaia na Ilha do Bananal e ao adentrar parte dos rios das Mortes e Tapirapé. Ao encontrar os Karajá, os identifica como

¹⁰⁴⁰ COUDREAU, 1897, p. 112. In: BATISTA, 2015, p. 117.

¹⁰⁴¹ COUDREAU, 1897, p. 115. In: BATISTA, 2015, p. 114.

¹⁰⁴² BATISTA, 2015, p. 117.

¹⁰⁴³ SOUZA FILHO, 2008, p. 49.

¹⁰⁴⁴ BATISTA, 2015, p. 122.

“índios civilizados” e, influenciado por relatos de terceiro,¹⁰⁴⁵ advertiu que seriam: “[...] índios vagabundos, bêbados, e se necessário assassinos, em que as crianças são, dizem, preparadas para roubar pelos pais” de modo que “[...] o direito de legítima defesa deve primar a obrigação de recorrer ao aparelho repressivo da justiça regular em casos mais ou menos similares.”¹⁰⁴⁶ Ademais, o geógrafo destaca que a “situação é já demasiada tensa”, considerando que “não me cabe dar conselhos aos civilizados do Araguaia.”¹⁰⁴⁷

Logo, apesar de sua perspectiva benevolente em relação ao “bom selvagem”, Coudreau considera que, além dos povos indígenas seriam distintos dos “civilizados”, também havia diferenciação entre aqueles que estavam em seu estado “natural” e os “civilizados”, sendo esses últimos aqueles que não estariam do modo idealizado pelo geógrafo e que teriam adotado alguns hábitos do “civilizado”.

Se tratando dos Karajá, o próprio narrador indica que se tratava de um povo com diferentes grupos, dentre os quais alguns seriam “ladrões, bêbados e se necessário assassinos” e estariam nas aldeias situadas do Rio Araguaia até Barreira, sendo diferentes dos outros do “Alto Araguaya, de Tapirapé à Leopoldina” que seriam “os melhores”. Coudreau indica ainda que havia “[...] Carajá ditos Tapirapé, porque habitam a parte inferior desse rio”¹⁰⁴⁸ e que “seriam bons índios”.¹⁰⁴⁹ Ao analisar essa parte da narrativa de Coudreau, Souza Filho¹⁰⁵⁰ destaca que, para o geógrafo, existiam os “bons selvagens” e os “maus selvagens” definidos a partir de seus critérios e de observações quanto a estarem ou não “civilizados”.

Coudreau teria lido narrativas de Couto de Magalhães sobre os Karajá e esperava ter encontrado mais de dez mil indígenas, mas ao avançar sobre aquele espaço, contabilizou não mais do que 380 pessoas que viviam em suposta “decadência” e estariam longe de serem os Karajá “industriosos, *sportsmen*, cavalheirescos, castos, heroicos, [que] não existem mais”.¹⁰⁵¹ Esse povo estaria fora do ideal de “bom selvagem” do geógrafo, de modo que, na “impossibilidade de

¹⁰⁴⁵ SOUZA FILHO, 2008, p. 55.

¹⁰⁴⁶ COUDREAU, 1897, p. 109. In: SOUZA FILHO, 2008, p. 55.

¹⁰⁴⁷ COUDREAU, 1897, p. 109. In: SOUZA FILHO, 2008, p. 55.

¹⁰⁴⁸ É possível que o geógrafo tenha confundido o povo Tapirapé com um grupo de Karajá, mas essa possibilidade exige um aprofundamento analítico que não poderá ser desenvolvido nessa tese.

¹⁰⁴⁹ COUDREAU, 1897, p. 110. In: SOUZA FILHO, 2008, p. 55-56.

¹⁰⁵⁰ *Idem*, 2008, p. 56

¹⁰⁵¹ COUDREAU, 1897, p. 187. In: SOUZA FILHO, 2008, p. 149.

trazer de volta o Carajá histórico, famosos por suas intensas relações com os brancos desde 1700...”¹⁰⁵², teria o “recriado” como tal através de uma fotografia feita em estúdio na qual aparecem dois Karajá com adornos corporais e armas.¹⁰⁵³

Em compensação, povos indígenas identificados como “bons selvagens” eram descritos a partir de sua história, organização social, cosmologia e outros elementos culturais, como ocorreu com os Kayapó, aos quais Coudreau dedicou um capítulo de sua obra, indicando que “não são verdadeiramente índios inconvenientes”,¹⁰⁵⁴ ainda que aquele povo seja historicamente indicado como um dos que mais resistiu ao avanço *do outro* sobre seus territórios com o uso da violência. Porém os elementos categorizadores e de distinção utilizados por Coudreau teriam relação com sua identificação do “bom selvagem” como “[...] aquele índio que mora no interior mais distante da civilização, na maior parte desconhecido, mas também o bom selvagem é aquele que coopera com o branco e seu processo civilizatório.”¹⁰⁵⁵

A partir dessa breve problematização, é possível indicar que Henri Coudreau e sua esposa Octavie compartilhavam de um ideal de “bom selvagem” que trouxeram da Europa e que norteou suas perspectivas sobre os povos indígenas cujos territórios ou aldeamentos se localizavam nas margens do Araguaia e outros rios pelos quais navegaram. Se tratando especificamente sobre os Karajá que estavam territorializados nas imediações da Ilha do Bananal, foi possível indicar que sua idealização construída a partir de narrativas de Couto de Magalhães foi frustrada por sua percepção e pela influência de relatos de terceiros.

Além da idealização do “bom selvagem”, a narrativa de Coudreau possui elementos e *representações* distintas daquelas produzidas por outros agentes históricos que viajaram pelo Araguaia no século XIX, ainda que compartilhasse da oposição entre *o nós* e *o outro*, assumindo a posição de um “civilizado”, “branco” e “europeu” que observava e analisava *o outro* a partir de seus referenciais, tal como ocorreu com os etnólogos americanistas.

¹⁰⁵² SOUZA FILHO, 2008, p. 149.

¹⁰⁵³ SOUZA FILHO, 2008, p. 149-151.

¹⁰⁵⁴ COUDREAU, 1897, p. 221. In: SOUZA FILHO, 2008, p. 56.

¹⁰⁵⁵ *Idem*, 2008, p. 56-57.

2.11. O projeto americanista dos etnólogos alemães e as construções de narrativas sobre *o outro*

No final do século XX os povos indígenas atraíram a atenção de pesquisadores que tinham como foco o estudo sobre os seres humanos através da antropologia alemã entendida como um ramo das ciências dedicada à pesquisas sobre a “[...] diversidade biológica da humanidade, ao se situar no cruzamento interdisciplinar de métodos e temas oriundos da anatomia humana, craniologia, antropometria, paleontologia, arqueologia, linguística, etnologia e história, culminando na fomentação de teorias raciais.”¹⁰⁵⁶

Petschelies¹⁰⁵⁷ aponta que diferenças entre a antropologia e a etnologia na Alemanha fizeram com que pesquisadores alemães “americanistas” atuantes no Brasil entre 1884 a 1929 fossem identificados como “etnólogos”. Esses agentes históricos estariam ligados a um “projeto americanista” que buscava estudar diferentes grupos humanos e que estava ligado inicialmente ao Museu Imperial de Etnologia em Berlim.¹⁰⁵⁸ Até o “declínio do projeto etnológico alemão” em 1928,¹⁰⁵⁹ os etnólogos alemães Paul Max Alexander Ehrenreich (1855-1914), Herrmann Meyer (1871-1932), Max Schmidt (1874-1950), Theodor Koch-Grünberg (1872-1924), Fritz Krause (1881-1963) e Wilhelm Kissenberth (1878-1944) concretizaram quinze expedições pelo Brasil após o etnólogo alemão Karl von den Steinen (1855-1929) ter realizado uma em 1884 e outra entre 1887 a 1888 no Xingu. A partir dessas, a maior parte das pesquisas “[...] dedicaram-se ao estudo de povos indígenas dentro de determinadas províncias etnográficas: Xingu (von den Steinen, Herrmann Meyer, Max Schmidt), pantanal (Max Schmidt), Rio Negro (Theodor Koch-Grünberg), noroeste amazônico (Theodor Koch-Grünberg).”¹⁰⁶⁰

¹⁰⁵⁶ PETSCHELIES, Erik. *As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929)*. Antropologia Social. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2019, p. 23.

¹⁰⁵⁷ PETSCHELIES, 2019.

¹⁰⁵⁸ De acordo com Petschellie (2019, p. 24), esse projeto teria influência do “[...] principal nome da *Ethnologie* no Museu Imperial de Etnologia em Berlim (*Königliches Museum für Völkerkunde*) era Adolf Bastian (1826-1905), fundador do museu e criador da etnologia moderna na Alemanha.”

¹⁰⁵⁹ PETSCHELIES, 2019, p. 26.

¹⁰⁶⁰ PETSCHELIES, 2019, p. 564.

Porém, o espaço onde está situado o Rio Araguaia também foi adentrado, pelo etnólogo alemão da Ehrenreich e depois por Krause e Wilhelm Kissenberth.¹⁰⁶¹

Paul Max Alexander Ehrenreich (1855-1914) ficou conhecido por seus trabalhos de campo realizados em países como Índia, Egito e Brasil, sendo que realizou três expedições, sendo que na primeira esteve entre os “Botocudos do Rio Doce” entre 1884 a 1885, depois acompanhou a Karl von den Steinen ao alto Xingu entre 1887 e 1888, e por fim, visitou os Karajá e “os Paumarí, os Yamamadí e os Ipuriná do Purus” entre 1888 a 1889, conforme indicado por Schaden.¹⁰⁶² Esse etnólogo alemão escreveu sobre diversos povos indígenas, tendo publicações no Brasil¹⁰⁶³ que o inseriram no amplo debate sobre o “problema dos índios” e também na Alemanha através de livros e capítulos publicados entre 1886 a 1905, dentre os quais é possível localizar narrativas sobre os Kayapó,¹⁰⁶⁴ Karajá¹⁰⁶⁵, Xavante e Xerente¹⁰⁶⁶ e a “Karte des Araguaya-Tocantins von Sta. Leopoldina bis Pará nach neueren brasilianischen Aufnahmen und eigenen Beobachtungen”¹⁰⁶⁷ de 1892 que trazia a indicação do itinerário percorrido.

Ehrenreich realizou sua última expedição pelo Brasil entre 1888 a 1889 através do Rio Araguaia e Purus, pois havia considerado durante sua permanência no Xingu que seria “[...] o berço originário das línguas Karib se situava no Brasil Central, de onde essas línguas migraram para as demais regiões da América do Sul”,

¹⁰⁶¹ PETSCHLIES, 2019, p. 26.

¹⁰⁶² SCHADEN, Egon. A obra científica de Paul Ehrenreich. In: **Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1-2, p. 83-86, 1964, p. 84.

¹⁰⁶³ Destacam-se as seguintes obras: EHRENREICH, Paul. Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos. Tradução de Capistrano de Abreu. In: **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Tomo VIII, 1º. Boletim, p. 3-55. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1892. _____. A ethnographia da America do Sul ao começar o século XX. Tradução de Capistrano de Abreu. In: **Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo**, vol. XI, p. 280-305, 1906. _____. Contribuições para a etnologia do Brasil. Tradução de Egon Schaden. Introdução e notas de Herbert Baldus. In: **Revista do Museu Paulista**, N. S., vol. 2. p. 7-135, 1948..

¹⁰⁶⁴ EHRENREICH, Paul. Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens: II. Die Sprache der Cayapo (Goyaz). In: **Zeitschrift für Ethnologie**. Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschicht. Berlin: Verlag Von A. Ahher & Co p. 115-137. 1894.

¹⁰⁶⁵ EHRENREICH, Paul. Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens: I. Die Sprache der Caraya (Goyaz). In: **Zeitschrift für Ethnologie**. Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschicht, p. 20-60. Berlin, 1894.

¹⁰⁶⁶ EHRENREICH, Paul. Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens: III. Die Sprache der Akuã oder Chavantes und Cherentes (Goyaz). In: **Zeitschrift für Ethnologie** Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschicht, Berlin, p. 149-162. 1895..

¹⁰⁶⁷ Esse mapa acompanha o seguinte artigo: EHRENREICH, Paul. Beiträge zur Geographie Central-Brasiliens. In: **Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin**. Berlin: W. H. Kühl, p. 167-192, 1892.

de modo que o objetivo da pesquisa seria coletar material empírico que o possibilitasse tentar entender “[...] a migração dos povos dessa família linguística. Ehrenreich supôs que os “Karayá” formariam um “elo de ligação” entre o Xingu e o médio Araguaia, por isso empreendeu a expedição para examinar mais cuidadosamente as condições linguísticas e culturais da região”.¹⁰⁶⁸ A partir disso, o etnólogo teve contato com os Karajá e “[...] se ocupou sobretudo com antropologia física, fotografias antropológicas, estudos linguísticos e observações etnográficas.”¹⁰⁶⁹

Petschelies¹⁰⁷⁰ indica que a expedição de Ehrenreich apresenta “[...] um caráter predatório, cujo interesse era obter material cultural e humano, informações linguísticas e etnográficas para ser analisado posteriormente.” Em “[...] duas ocasiões Ehrenreich novamente furtou ossadas e crânios. Em um cemitério Karajá ele abriu uma cova “bastante fresca” e se apossou de seu conteúdo”¹⁰⁷¹. Ademais, mesmo práticas menos violentas como fazer medições e tirar fotos causava estranhamento e desconforto entre os indígenas, o que não impediu que, ao conhecer alguns Kayapó, não exitasse em realizar medições, fotografias e empreender estudos linguísticos, ainda que de forma rápida.¹⁰⁷² O próprio etnólogo indica o “medo” dos indígenas em relação às medições de seus corpos e narra que numa “[...] aldeia Tapirapé, uma menina, tomada pelo medo, pulou no rio, ao que várias de suas colegas seguiram-na.”¹⁰⁷³

Contudo, Ehrenreich teria contribuído com temas dentre os estudos americanistas como “[...] a percepção etnológica a respeito dos povos indígenas em geral, sobre xamanismo e sobre as relações entre as línguas indígenas, bem como sobre mitologia, o estado geral do conhecimento sobre os povos indígenas em sua época e o uso de fotografias.”¹⁰⁷⁴

Ademais, segundo Schaden:

¹⁰⁶⁸ PETSCHELIES, 2019, p. 255.

¹⁰⁶⁹ PETSCHELIES, 2019, p. 257.

¹⁰⁷⁰ PETSCHELIES, 2019, p. 257.

¹⁰⁷¹ PETSCHELIES, 2019, p. 258.

¹⁰⁷² PETSCHELIES, 2019, p. 257.

¹⁰⁷³ PETSCHELIES, 2019, p. 204.

¹⁰⁷⁴ PETSCHELIES, 2019, p. 262.

E se, após as pesquisas de Fritz Krause¹⁰⁷⁵ e de outros, a monografia sobre os Karajá passa por antiquada, nem por isso pode ignorá-la o etnólogo de hoje, sobretudo, como observa Baldus, quando se trata de conhecer a aculturação da tribo. Antes das pesquisas de Ehrenreich ignorava-se até que os Karajá constituíam uma população inteiramente distinta dos Karaib e dos Jê e que tanto a sua língua como as características fundamentais da sua cultura faziam deles uma tribo à parte dos grandes grupos.¹⁰⁷⁶

Apesar de suas contribuições para diferenciar os Karajá, o etnólogo alemão indica em sua narrativa sua postura alicerçada na oposição entre *o nós* e *o outro*, e de acordo com Petschelies,¹⁰⁷⁷ em outra expedição, Ehrenreich havia elogiado a educação europeia recebida pelos Botocudos, pois tanto ele quanto o etnólogo von den Steinen seriam “burgueses letrados (*Bildungsbürger*)” que “defendiam orgulhosamente as conquistas civilizatórias europeias.”¹⁰⁷⁸ Partindo de reflexões críticas, o autor identifica que ambos os etnólogos agiam a partir de uma “dicotomia ontológica” entre “o meu tempo” e o “seu tempo”, ou seja, o tempo do pesquisador e o tempo do “outro”, de modo que:¹⁰⁷⁹

Os etnólogos, ao não compartilhar a mesma temporalidade que os índios, poderiam se atribuir o papel do observador paternal, com olhares ora benevolentes, ora repreensivos. Assim, as primeiras descrições dos dois americanistas assumem uma feição de autoridade moral em relação aos índios, construída sobre o distanciamento temporal e a superioridade intelectual, de modo a legitimar suas expressões de julgamentos paternais.¹⁰⁸⁰

Ehrenreich¹⁰⁸¹ narra que a recepção dos Karajá à expedição seria uma situação “pitoresca” onde “bandos de homens nus e pardos” “armados de longas lanças ornadas de plumas” e arcos e flechas encontram com os expedicionários com armas de fogo “chamando especialmente a atenção dos selvagens” que “nunca

¹⁰⁷⁵ Trata-se do etnólogo alemão Fritz Krause que realizou uma expedição ao Araguaia em 1908 e pertence ao que Petschelies (2019) indica ser a “segunda geração de etnólogos americanistas” que realizaram expedições no Brasil e, por isso, é apresentado no próximo capítulo.

¹⁰⁷⁶ SCHADEN, 1964, p. 84.

¹⁰⁷⁷ PETSCHELIES, 2019, p. 170.

¹⁰⁷⁸ PETSCHELIES, 2019, p. 170. (Grifo do autor).

¹⁰⁷⁹ Petschelies (2019, p. 170) citou o seguinte referencial teórico escrito em 1983: FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2013.

¹⁰⁸⁰ PETSCHELIES, 2019, p. 170.

¹⁰⁸¹ *Idem*, 1948, p. 28.

deixam de causar profunda impressão” até que a “confiança do aborígene” tivesse tido obtida. Portanto, o etnólogo incorporou à sua narrativa a ideia de que os indígenas seriam “selvagens” e “aborígines”, como quando descreve as cerâmicas¹⁰⁸², os conhecimentos cirurgicos¹⁰⁸³ e outros aspectos da organização social e elementos culturais do povo Karajá.

Além disso, Ehrenreich constrói suas análises a partir de concepções científicas aos quais estava vinculado teórica e institucionalmente, nas quais a ideia de que os povos indígenas seriam outra “raça” de “selvagens” diferentes dos “civilizados”, ainda que considerando que suas fisionomias seriam semelhantes.¹⁰⁸⁴

Também no campo da teoria vemos Ehrenreich sempre ocupado com os problemas de sua respectiva época. Assim, em 1891, ano no qual o evolucionismo ainda predominava, o etnólogo berlinense mostrava-se coevo a Tylor quando, com referência aos Karajá e a outras tribos sul americanas, fala do animismo como a “forma rudimentar da vida religiosa”.¹⁰⁸⁵

Por fim, é fundamental destacar que Ehrenreich, assim como Fritz Krause, teriam se envolvido em debates sobre “o problema do índio” no Brasil, a partir de um posicionamento crítico quanto ao “extermínio iminente de tais povos” em artigos traduzidos e também por meio de narrativas escritas em alemão, “algo malvisto pelos brasileiros”¹⁰⁸⁶ naquele final de século.

2.12. O século XIX se encerra com narrativas e projetos sobre o espaço, a natureza e os povos indígenas produzidos por diferentes agentes históricos

É preciso destacar que até o final do século XIX as narrativas sobre o espaço, a natureza e os habitantes eram escritas por expedicionários, que como foi exposto, possuíam diferentes intencionalidades e projetos envolvendo *o outro*, mas que, na prática, não se apropriaram do espaço e da natureza das margens do Rio Araguaia, da Ilha do Bananal e de seus afluentes na área de varjões que é foco dessa

¹⁰⁸² EHRENREICH, 1948, p. 48.

¹⁰⁸³ EHRENREICH, 1948, p. 69.

¹⁰⁸⁴ BALDUS, Herbert. Introdução e notas. In: EHRENREICH, 1948, p. 11.

¹⁰⁸⁵ BALDUS, Herbert. Introdução e notas. In: EHRENREICH, 1948, p. 11.

¹⁰⁸⁶ ARAÚJO, Ordalia Cristina Gonçalves. *Os Javaé e o protestantismo: salvação e resistência (1896-1937)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO, 2019, p. 220.

análise. Aquele espaço ainda era dividido em territórios consolidados como o Karajá e Javaé, sendo ainda disputado por povos como os Kayapó e Xavante, que deslocados pelo esbulho territorial, avançavam tentando dominar outros territórios.

Somente trechos do rio foram percorridos para a exploração do Araguaia, conforme as necessidades e/ou intencionalidades daqueles interessados na sua navegação comercial. Para além dos povos indígenas que percorriam suas margens e navegavam suas águas, o Rio Araguaia e o restante da natureza que o cercava eram ainda desconhecidos pelo poder central e pelos governos provinciais, de modo que os expedicionários que avançavam sobre aquele espaço procuravam barqueiros e pilotos que tivessem experiência em viagens anteriores e buscavam roteiros. Esse movimento foi feito por Cunha Matos¹⁰⁸⁷ que pesquisou sobre as viagens de Villa Real que supostamente teria “aberto” a navegação do Rio Araguaia no final do século anterior. Na sequência, Rufino Segurado¹⁰⁸⁸ indica que partia em viagem, mas desconhecia o rio e tinha como base apenas as noções trazidas pelo “itinerário” escrito por Cunha Matos e a experiência de barqueiros e militares que participaram da expedição do naturalista Castelnau. Do mesmo modo, o etnólogo alemão Ehrenreich fazia referências às “notícias mais ou menos exatas” sobre os Karajá dadas por Castelnau¹⁰⁸⁹ ou a descrição feita por Couto de Magalhães de como aquele povo fazia cerâmicas¹⁰⁹⁰ e as relações entre as viúvas e solteiros¹⁰⁹¹

Dessa forma, naquele século XIX, sobretudo na sua segunda metade, diferentes expedições avançavam sobre o espaço onde estava o Rio Araguaia e seus afluentes nas proximidades da Ilha do Bananal. Como indicado por Heráclito, à cada expedição, as águas do Araguaia eram outras e navegadas por diferentes agentes históricos. A mudança também poderia ocorrer numa única viagem, pois o mesmo agente histórico poderia ter mudado a perspectiva a partir do encontro com *o outro*, podendo assim entrar em diferentes pontos, ainda naquele rio, mas não sendo mais o mesmo, sempre se banhando em diferentes águas, uma vez que a correnteza do rio nunca cessa, apenas muda de *ritmo*.

¹⁰⁸⁷ CUNHA MATOS, 1836, p. 248.

¹⁰⁸⁸ SEGURADO, 1848, p. 182.

¹⁰⁸⁹ EHRENREICH, 1948, p. 27.

¹⁰⁹⁰ EHRENREICH, 1948, p. 46.

¹⁰⁹¹ EHRENREICH, 1948, p. 61.

Assim, barqueiros, soldados, missionários, funcionários da Coroa e depois do Império, governadores provinciais, naturalistas, engenheiros e outros exploradores passaram a adentrar aquele espaço com diferentes intencionalidades e escrevendo narrativas sobre o espaço, entendido como um “sertão”, “deserto” e “solidão”, descrito como “decadente” e que deveria ser dinamizado pelo “progresso” trazido pela “civilização”. Alguns desses agentes históricos, enquanto letrados, políticos e autoridades, apresentavam em suas narrativas alguns projetos para aquele espaço, nos quais a natureza era pensada como recurso e meio de obter riqueza. Tais projetos também contemplavam os povos indígenas ali territorializados, os considerando como “bárbaros”, “primitivos”, “selvagens” em meio à natureza ou ainda, como humanos de “raça” distinta dos “brancos”, “civilizados” e “cristãos”, e que deveriam ser “catequizados” e/ou “pacificados”.

A partir dessas narrativas foi possível identificar essas *representações* sobre o *outro* e também perceber *práticas sociais e relações de poder* envolvendo esses agentes históricos que possuíam diferentes intencionalidades e interesses econômicos e políticos. Entre esses agentes históricos havia distinções em relação a projetos sobre o espaço, a natureza e os povos indígenas, mesmo em situações que envolviam governadores como Couto de Magalhães e Leite Morais que possuíam origem e formação semelhante, mas que divergiam entre si e produziram narrativas diferentes para justificar suas percepções e planos. Essas diferenças podem ser compreendidas se for considerado o fato de que ambos ocupavam o cargo de presidente de províncias quando o governo imperial estimulava políticos letrados como eles a pensar sobre os problemas do Brasil e a elaborar propostas de intervenção, conforme indicado por Maia.¹⁰⁹² Portanto, na prática, diferentes projetos de nação estavam em disputa, sendo elaborados por letrados e políticos que debatiam sobre questões relacionadas ao espaço - pensando enquanto território brasileiro a ser consolidado, à natureza - enquanto potencialidade econômica, e aos povos indígenas, africanos e seus descendentes, entendidos como mão-de-obra e/ou ainda como entrave ao “progresso” naquele final de século.

¹⁰⁹² MAIA, João Marcelo Ehlert. Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 40, jul.- dez. 2007, p. 04.

A partir dessas disputas, as diferentes narrativas sobre o Rio Araguaia tiveram como marca a proposição de projetos de intervenção sobre o espaço, a natureza e os povos indígenas ali territorializados. Naquela segunda metade do século XIX, havia projetos sendo propostos e debatidos entre letrados, intelectuais e políticos que adentravam na arena política institucional do Império, como um projeto sobre a divisão administrativa do território que tratava do espaço que está sendo analisado. Através do documento “Memoria relativa ao projecto de uma nova divisão administrativa do Imperio do Brasil”¹⁰⁹³ de 1873, é possível identificar que o mesmo era constituído por uma proposta apresentada por Antônio Cândido da Cruz Machado no qual indica a necessidade de aumentar para 25 o número de províncias que dividiriam o território do Império.¹⁰⁹⁴ Aquele deputado lembrava que num relatório de 1870 “se reconhece a necessidade da criação de novos centros administrativos” e em outro de 1872 “[...] chama-se a atenção do corpo legislativo para a necessidade de dividirem-se algumas províncias, e alterarem-se os limites de outras, corrigindo-se, quanto lor possível, os defeitos das actuaes circumscripções”.¹⁰⁹⁵

A partir dessa justificativa, o texto sugeria a possibilidade da criação da “província do Araguaya” a partir da “[...] necessidade da criação de um centro administrativo naquella vastíssima região habitada por cerca de 100.000 almas, não incluindo as numerosas tribus indígenas...”¹⁰⁹⁶. Esse trecho do documento indica a presença indígena no espaço que estava sendo enquadrado dentro de limites de uma possível província, apesar de que sua população não era contabilizada pelas estatísticas oficiais do Império. Aquela proposta indica os limites da província que [...] deve compreender a parte norte da província de Goyaz desde o município da Natividade, o valle do Paranaguá da província do Piauhy, as comarcas da província

¹⁰⁹³ MACHADO, Antônio Cândido da Cruz. Memoria relativa ao projecto de uma nova divisão administrativa do Imperio do Brasil. 1873. Rio de Janeiro RJ: [s.n.], [1873]. 21 p., 22 cm. Essa fonte documental faz parte do acervo da Biblioteca Nacional e está disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1487244/or1487244.html>

Acesso em: 25/04/2018.

¹⁰⁹⁴ MACHADO, 1873, p. 04.

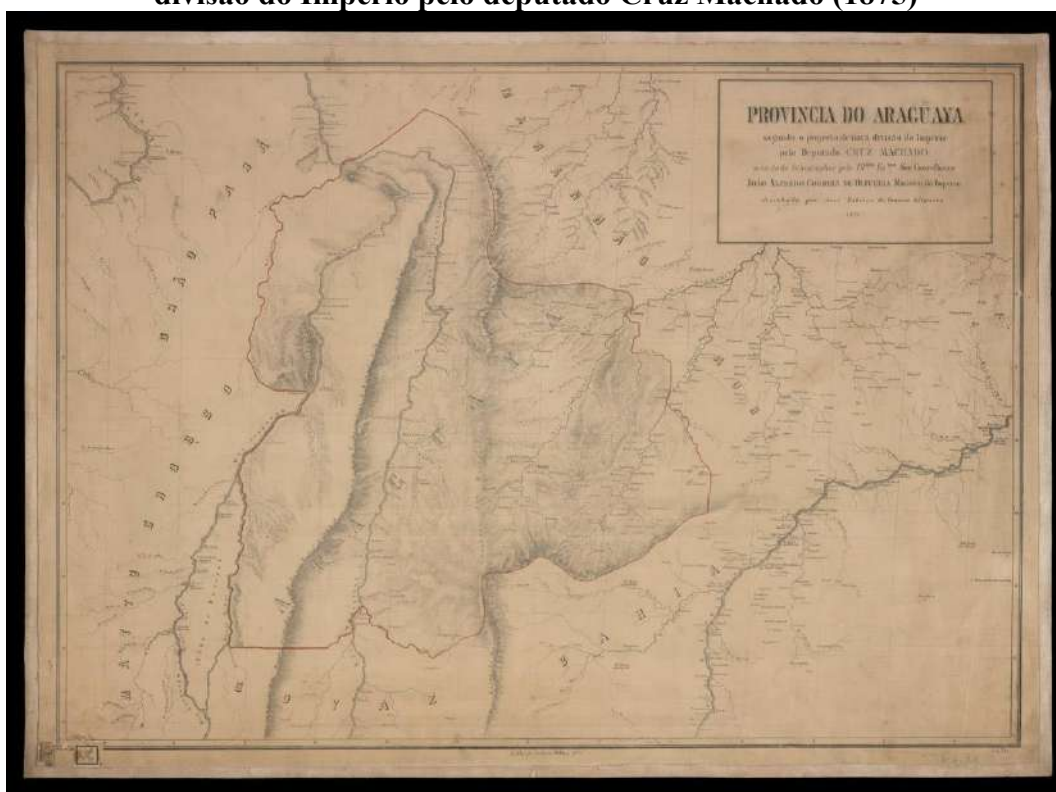
¹⁰⁹⁵ MACHADO, 1873, p. 03.

¹⁰⁹⁶ MACHADO, 1873, p. 09.

do Maranhão situadas nas margens do Tocantins, e parte da província do Pará entre o Rio Tacaiunas e Araguaia, conforme a planta e nota juntas.”¹⁰⁹⁷

Essa proposta também resultou na elaboração do mapa intitulado “Província do Araguaia segundo o projecto de nova divisão do Império pelo deputado Cruz Machado”¹⁰⁹⁸ e “desenhado”, em 1873, por José Ribeiro da Fonseca Silveiras, a pedido de João Alfredo Correia de Oliveira, ministro do Império, e que pode ser visualizado a seguir:

Figura 15 - Mapa da Província do Araguaia segundo o projecto de nova divisão do Império pelo deputado Cruz Machado (1875)



Fonte: SILVARES, José Ribeiro da Fonseca, 1875. In: Biblioteca Nacional

Ressalta-se que a Ilha do Bananal e o espaço onde o Rio Araguaia e seus afluentes se localizam em seu entorno ficariam dentro do território da província de Mato Grosso, de modo que a mudança teria relação com a outra margem daquele

¹⁰⁹⁷ MACHADO, 1873, p. 09.

¹⁰⁹⁸ SILVARES, José Ribeiro da Fonseca. **Província do Araguaia segundo o projecto de nova divisão do Império pelo deputado Cruz Machado**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Arch. Militar, 1875. Esse mapa faz parte do acervo da Biblioteca Nacional e está disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart529246/cart529246.html> Acesso em: 25/04/2018.

rio que estaria situada na província do Araguaia e que se apropriaria de parte do território de Goiás para ser constituída como tal. Na prática, essa proposta não alterou a configuração de fronteiras estabelecidas e os territórios das províncias no Império. Contudo, ambos os documentos indicam que o espaço situado nas proximidades do Rio Araguaia estava sendo alvo de propostas e projetos, de modo que as fronteiras estabelecidas entre as províncias de Goiás, Mato Grosso e Pará poderiam ter sido modificadas caso aquele projeto de 1873 tivesse sido aprovado. Não se trata aqui de indicar “aquilo que poderia ser”, mas sim, advertir que territórios provinciais e mesmo o do Brasil estavam sendo estabelecidos por meio de fronteiras em disputas, uma vez que são construções humanas.

No caso das narrativas analisadas ao longo desse capítulo, é possível indicar que compartilhavam do interesse manifesto em conhecer o rio para implementar a navegação comercial que, na prática, foi implantada temporariamente juntamente com ações de catequese indígena¹⁰⁹⁹ por parte de Couto de Magalhães, conforme pode ser aprofundado em Doles¹¹⁰⁰ e Carvalho¹¹⁰¹. Todavia, haviam outras narrativas, como a de Leite Moraes e Joaquim Jardim, que aconselhavam a construção de ferrovias que seriam vias de comunicação mais eficientes para comunicar o “sertão do Araguaia” com Mato Grosso, Goiás e o litoral do Brasil.

Existiam ainda, planos de navegação dos rios Araguaia e Tocantins que eram elaborados em paralelo com outros relativos à construção de estradas de ferro, como pode ser observado através do mapa intitulado “Projecto da Estrada de Ferro do Rio Paranyhyba ao Rio Araguayá passando pela capital da província de Goyas”,¹¹⁰² elaborado em 1889 por Joaquim M.R. Lisboa, e que trazia *representações* dos limites de Goiás com o “sertão de Mato Grosso” e das especificações de localidades por onde a estrada de ferro projetada passaria.¹¹⁰³

¹⁰⁹⁹ Ressalta-se que as ações de Couto de Magalhães direcionadas à catequese podem ser identificadas em Karasch (1992, p. 405; 406).

¹¹⁰⁰ DOLES, 1973.

¹¹⁰¹ CARVALHO, 2010 e 2009.

¹¹⁰² O mapa faz parte do Arquivo Histórico do Exército e pode ser visualizado em Silva e Vieira Junior (2018, p. 126).

¹¹⁰³ Para maiores detalhes sobre esse documento, consultar Silva e Vieira Junior (2018, p. 144).

Essas propostas tinham conexões com poderes locais e com o Império, de modo que a maior parte não foi implantada em razão das transformações políticas que ocorriam nas décadas finais do século XIX, quando o poder central passou da família real portuguesa para militares que proclamaram que o Brasil não seria mais um Império, mas sim, uma República. Alguns agentes históricos mantiveram ou ampliaram seu poder em meio à tais mudanças, como foi o caso dos irmãos Jardim. Se observado o decreto n. 862 de 1890¹¹⁰⁴ é possível averiguar que o Marechal Deodoro da Fonseca indica naquele documento oficial a necessidade de “estreitar os laços de relações políticas e commerciaes dos differentes Estados do Brazil entre si e com a Capital Federal” através de projetos de navegação e estradas de ferro, autorizando “o engenheiro Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim, ou á empresa que organizasse” a desenvolver os seguintes projetos:

- a) de uma estrada de ferro que, partindo de Patos ou de Alcobaça, à margem do rio Tocantins, terminasse no ponto denominado Praia da Rainha ou em suas proximidades, à margem do rio;
- b) de uma linha de navegação a vapor no rio Tocantins, de Belém, capital do Estado do Pará, ao ponto inicial da estrada de ferro precedente, e de outra no mesmo rio, compreendida entre o ponto terminal da aludida estrada e a cidade do Porto Nacional ou a de Palmas*[atual cidade de Paraná], de modo a poder ligar-se á estrada de ferro mencionada no numero 5º;
- c) de linhas de navegação a vapor nos rios Araguaia e das Mortes em todas as secções navegaveis, podendo estender-se aos afluentes destes rios, bem como aos do Tocantins.

Contudo, esses projetos não foram desenvolvidos nas margens dos rios da Morte e Araguaia, de modo que a dinâmica de avanço sobre aquele espaço por meio de expedições continuou nos anos seguintes, tal qual a prática de produzir narrativas com *representações* sobre o *outro* por parte de outros agentes históricos, como analisado no próximo capítulo.

¹¹⁰⁴ BRASIL. [Decreto]. Decreto nº 862, de 16 de Outubro de 1890. Concede privilegio, garantia de juros e mais favores para o estabelecimento de um systema de viação geral ligando diversos Estados da União á Capital Federal. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-862-16-outubro-1890-523759-publicacaooriginal-1-pe>>. Acesso em: 06/09/2018.

3. Narrativas e *representações* de missionários, pesquisadores, “novos bandeirantes” e funcionários de governos em meio à apropriação do espaço e da natureza em Mato Verde

“[...] todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”.¹¹⁰⁵

3.1. A *aceleração no ritmo temporal* do avanço de outros agentes históricos e as primeiras narrativas citando Mato Verde às margens do Rio Araguaia em meio aos povos indígenas

No início no século XX, o Brasil era uma República com um território juridicamente constituído contendo um extenso litoral e também um amplo espaço no seu interior com uma população significativa que o configurava como um país rural. Aquele espaço interiorano era alvo de pesquisas, projetos variados e especulações sobre suas potencialidades de ser “civilizado” através da construção de cidades, estradas e outras vias de comunicação com o litoral que permitissem o desenvolvimento de atividades econômicas, garantindo assim o suposto avanço do “progresso” e da “modernidade”.

Contudo, o foco das ações “modernizadoras” foi direcionado à capital da República, à outras cidades litorâneas e também aquelas, que embora estivessem situadas no interior, eram consideradas fundamentais para o desenvolvimento de atividades econômicas, como Manaus em relação à produção de látex. Mesmo projetos de integração e comunicação como de ferrovias com ambições continentais eram direcionados sobretudo ao Sudeste, Sul e Norte para atender às demandas de circulação e exportação de mercadorias produzidas¹¹⁰⁶, de modo que o espaço onde está situado o Rio Araguaia e suas margens não foi alvo desse tipo de ações, apesar da existência de diferentes projetos de navegação comercial e comunicação por estradas de ferro.

Ainda sendo o *outro*, diferente do litoral, esse espaço interiorano continuou a ser *representado* como o “sertão” e/ou lugar de “glebas bárbaras”, onde

¹¹⁰⁵ KOSELLECK, 2006, p. 306.

¹¹⁰⁶ Destaca-se que empresários brasileiros e estrangeiros passaram a disputar o domínio de projetos ligados à infraestrutura urbana como a eletrificação e os transportes interurbanos na capital e cidades como Salvador, na Bahia, além de projetos e concessões para a abertura de ferrovia por todo o território.

a “civilização” não estaria satisfatoriamente instaurada, conforme outras narrativas produzidas na primeira metade daquele século. Esse espaço também passou a ser identificado como “Brasil Central” e outras *representações* o incorporaram de um vez por todas à Nação como seu centro, mas ainda o diferenciando em relação ao litoral – *locus* da urbanidade da “civilização”, quando era “[...] forte a presença de argumentos geográficos na escrita dos mais variados “intérpretes do Brasil”, conforme indica Maia.¹¹⁰⁷

Do mesmo modo, as *representações* sobre *o outro humano* ali presentes e territorializados foram produzidas em diferentes narrativas, de modo que, em relação aos povos indígenas, diversos textos continuaram a categorizá-los como “bárbaros”, “selvagens” e “ferozes”. Na prática, outros agentes históricos que entravam em contato com grupos indígenas o faziam a partir de concepções preconceituosas oriundas de leituras e relatos de terceiros cujas narrativas circulavam e influenciavam suas percepções e ações em relação ao *outro*.

Ademais, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo ideal de urbanização que reforçou o estranhamento dos cidadãos em relação aos moradores do espaço interiorano, pois, ainda que considerados brasileiros, eram vistos como *o outro*, sejam garimpeiros, ribeirinhos, seringueiros, fazendeiros, barqueiros, comerciantes, “sertanejos”, dentre outros. Esses últimos passaram a ser categorizados como “sertanejos” por serem habitantes do “sertão” de forma generalizadora, desconsiderando autodenominações de grupos e possibilidades de demandas identitária, considerados pessoas “rudes” ou ainda pertencentes a um “estágio” “atrasado” e “arcaico” da “civilização brasileira” por alguns letrados e governantes que escreviam narrativas ou discursos acionando esses elementos.

Naquelas décadas, foram enviadas expedições que ofereciam serviços básicos de saúde aos “sertanejos” e indígenas, que se somavam às missões religiosas e outras viagens com interesses científicos, comerciais, jornalísticos, dentre outros. Esses movimentos possibilitaram uma *aceleração no ritmo temporal* do avanço sobre o espaço analisado, uma vez que era fomentado por diversos agentes históricos interessados em conhecê-lo, juntamente com seus habitantes,

¹¹⁰⁷ MAIA, João Marcelo Ehlert. **A terra como invenção**. O espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2008, p. 08.

sobretudo aqueles considerados “selvagens”, “bárbaros” e “ferozes”. Os povos indígenas atraíam religiosos em missões de catequização, etnólogos dispostos a observá-los em suas aldeias, bem como jornalistas e outros que adentravam o “sertão” em “aventuras” para produzir fotografias, filmes e narrativas sobre *o outro*, “exótico” e “desconhecido” para os cidadãos.

Tal como nos séculos anteriores, as narrativas construídas pelos diferentes agentes históricos eram influenciadas pelas suas intencionalidades individuais e/ou ligadas à suas *relações de poder*. Caixeta¹¹⁰⁸ analisa a expedição científica dos médicos do Instituto Oswaldo Cruz, Artur Neiva e Belisário Penna e também uma viagem dos frades dominicanos Frei Gallais e Frei Tapie¹¹⁰⁹ realizadas no início do século XX, identificando que as diferenças em relação às suas narrativas derivavam de suas atividades e do “lugar de fala” de cada narrador, uma vez que os primeiros descreveram o interior do Brasil como um “grande hospital”, ao passo que os frades focaram nas possibilidades de catequização e atuação religiosa naquele espaço. Essa mesma análise permite ainda ressaltar a existência de diferentes caminhos percorridos não apenas por funcionários e autoridades governamentais, mas por missionários, comerciantes, migrantes e outros agentes históricos. Através da narrativa¹¹¹⁰ da expedição de Artur Neiva e Belisário Penna realizada em 1912, Caixeta¹¹¹¹ identifica que a trajetória da viagem percorria um amplo espaço que possuía “caminhos e rotas historicamente traçados e percorridos”¹¹¹². O mesmo ocorreu em relação à viagem realizada pelos frades Frei Gallais e Frei Tapie, realizada em parte através de rios, mas também por terra.¹¹¹³

Desse modo, é possível indicar uma quantidade significativa de viagem realizadas em direção ao espaço onde está situado o Rio Araguaia, a Ilha do Bananal e os varjões, porém, nem todas alcançaram aquele ponto, como é o caso das viagens

¹¹⁰⁸ CAIXETA, Vera Lúcia. Médicos e frades pelos caminhos de Goiás (1883-1912). **Revista Desafios**, v. 1, n. 1, p. 25-42. Jul.-dez. 2014, p. 27.

¹¹⁰⁹ As narrativas relacionadas a essa viagem podem ser pesquisadas na seguinte obra: BERTHET, Michel L. Uma viagem de missão pelo interior do Brasil. In: **Memórias Goianas**. Goiânia: UCG, 1982.

¹¹¹⁰ NEIVA, Arthur e PENNA, Belisário. Viagem Científica Pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999.

¹¹¹¹ *Idem*, 2014, p. 32.

¹¹¹² CAIXETA, 2014, p. 32.

¹¹¹³ CAIXETA, 2014, p. 30.

dos frades dominicanos e dos médicos do Instituto Oswaldo Cruz pesquisadas por Caixeta.¹¹¹⁴ Foram realizadas ainda viagens que adentraram aquele espaço e que não foram registradas em narrativas escritas, pois não seria essa a intencionalidade ou ainda, seus realizadores não eram letrados e não escreveram suas percepções e concepções em relação ao *outro*.

Apesar disso, partir das primeiras décadas do século XX, ocorreu a intensificação do *ritmo temporal* em relação ao avanço sobre aquele espaço por meio de expedições que resultaram na produção de narrativas diversas e que constituem um *corpus* documental considerável e que não é analisado em sua totalidade nessa tese, pois são selecionadas narrativas que tratassem especificamente sobre Mato Verde, seus moradores e as relações com os povos indígenas ali presentes e territorializados, além de outros agentes históricos que transitavam naquelas imediações.

Seria nesse espaço específico que esses agentes históricos identificados como “sertanejos” construíram Mato Verde em 1934, e que décadas depois, seria emancipado como município de Luciara. Ressalta-se que naquele ano, o espaço estava enquadrando dentro do estado de Mato Grosso como território do Araguaia, do qual se emancipou, em 1915, Registro do Araguaia¹¹¹⁵ e Barra do Garças em 1948, sendo que esse último englobou todo o leste do estado até a emancipação de Luciara, na década de 1960.

A partir desse recorte espacial, são analisadas narrativas que apresentam referências a Mato Verde, a Lucio da Luz, “sertanejos”, vaqueiros e retiros e que se somam a outros textos que permitiram compreender os diversos movimentos realizados a partir de diferentes origens em direção aquele espaço. Somente a partir desse procedimento metodológico é possível identificar as *práticas sociais e relações de poder* conexas com os agentes históricos que passaram a *representar o outro* tendo como base de suas concepções, percepções e preconceitos construídos através da leitura de narrativas escritas nos séculos anteriores ou influenciados por relatos orais que circulavam e que foram significativamente incorporados nessas fontes documentais.

¹¹¹⁴ *Idem*, 2014.

¹¹¹⁵ Esse município foi renomeado Araguaiana e veio a se tornar distrito de Barra do Garças.

Por sua relevância e complexidade, as diferentes narrativas escritas por diferentes agentes históricos que avançaram sobre aquele espaço são apresentadas a partir do apontamento das *práticas sociais e relações de poder* envolvidas na sua elaboração, para que depois, no quarto capítulo, sejam analisadas e suas *representações* sobre Mato Verde, seus moradores e os povos indígenas sejam problematizadas.

Porém, antes desses procedimentos analíticos, é necessário identificar o avanço de agentes históricos que se fixaram e buscaram se apropriar do espaço e da natureza em Mato Verde a partir de deslocamentos de grupos vindos do Nordeste e Norte e que também escreveram outras narrativas que são apresentadas no próximo capítulo.

3.2. Diferentes movimentos adentrando as margens do Rio Araguaia vindos do Nordeste e Norte

Nos primeiros séculos de colonização, criadores de gado vindos do litoral nordestino, sobretudo do Recôncavo Baiano, avançaram sobre o espaço interiorano e alcançaram o espaço no qual está situado o Rio Tocantins. No século XIX grupos e famílias provenientes do sul do Maranhão se deslocaram sobre o Norte de Goiás e o Sul do Pará, descendo até Itacaiúnas e seguindo até que encontraram espaços ocupados por gramíneas que foram identificados como “campos de pastagem naturais” em Conceição do Araguaia, nas margens do Rio Araguaia. Havia ainda outros locais com as mesmas características que atraíam grupos que buscavam pastagens apropriadas para a criação de gado bovino em outras áreas situadas às margens do Rio Araguaia situadas no Pará. Segundo Doles, em 1871 “[...] a pecuária na região do Araguaia era praticamente inexistente”¹¹¹⁶, mas em 1877 teria sido registrado um “rebanho de 10.465 cabeças de gado vacum e cavalar”, indicando o crescimento dessa prática numa única década. A criação de gado era uma das principais atividades econômicas realizadas nesses locais, de modo que Henri Coudreau indica que o “Povoado de Sant’Ana da Barreira” seria habitado principalmente por criadores e que em 1897 o “[...] número total de

¹¹¹⁶ *Idem*, 1973, p. 116.

animais da espécie bovina que eles possuem atualmente ultrapassa 2.500 cabeças.”¹¹¹⁷

Nem todos os moradores se dedicaram somente à criação de gado bovino, de modo que a descoberta de seringais nativos resultou numa ampla aderência à extração de sua seiva destinada para a produção de látex, sobretudo nos últimos anos do século XIX. De acordo com Barrozo¹¹¹⁸, na segunda década do século seguinte, parte desses agentes históricos abandonaram o extrativismo em razão da “crise da borracha” e avançaram pelas margens do Araguaia, sendo parte do percurso realizado por suas famílias do “vale do São Francisco ao vale do Araguaia”¹¹¹⁹ ao longo de séculos.

Tratam-se, portanto, de movimentos realizados por grupos, sobretudo de famílias, como a de Lúcio Pereira da Luz, que por gerações se deslocaram do Nordeste rumo ao interior, se fixando e se apropriando do espaço e da natureza, para depois novamente se deslocar, em busca de pastagens para o gado, como abordado à frente. É justamente nessa dinâmica que estava inserida a apropriação do espaço e da natureza onde foi construído Mato Verde por agentes históricos que participaram desses movimentos que foi categorizado como *frente pastoril*.

Esses movimentos podem ser compreendidos a partir de algumas das reflexões de Velho¹¹²⁰ elaboradas em sua pesquisa sobre Marabá, local que teria sido onde se encontraram ou se intercalaram diferentes *frentes de expansão* - como a *frente pastoril*, a *frente extrativista* e a *frente agrícola*. O autor destaca que a pecuária e a agricultura se colocavam como “atividade intersticial” mesmo durante o predomínio de outras atividades econômicas, como a extração de castanhas, pois eram necessárias à sobrevivência e complementavam aquela atividade. Assim sendo, as atividades ligadas à criação de gado bovino eram constantes em

¹¹¹⁷ CONDREAU Henri. In: IANNI, Otávio. **A luta pela terra**: História Social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979, p. 11

¹¹¹⁸ *Idem*, 2020, p. 207.

¹¹¹⁹ BARROZO, João Carlos. Percurso do gado: do Vale do São Francisco ao Vale do Araguaia. In: COY, Martin; BARROZO, João Carlos; SOUZA, Edison Antônio de (Org.) **Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso**: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa. Brasília: Editora IABS, 2020.

¹¹²⁰ VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel Difusão Editorial S.A. Coleção Corpo e Alma do Brasil, 1979, p. 14. Novamente, a aproximação de elementos analíticos pontuais não significa que as dinâmicas da construção de Marabá sejam idênticas às de Mato Verde, pois a primeira foi constituída a partir da iniciativa de comerciantes, dentre outras especificidades.

Marabá,¹¹²¹ onde o gado era “[...] criado solto, migrando conforme o subir ou o descer das águas, sem que se faça seleção de raças e sem que se dê ao mesmo um certo arrazoamento, a produção é pequena, bastando apenas para atender ao consumo local e, em parte, ao consumo de Belém.”¹¹²²

Para Velho, Marabá teria sido “local de encontro de povoamentos oriundos do Pará, Goiás e do Maranhão”¹¹²³, onde movimentos se entrecruzaram, dentre os quais, os que fomentavam a *frente pastoril*. Essa frente seria formada por movimentos de expansão da pecuária bovina desde o litoral do Atlântico em direção ao interior do Brasil, caracterizados pela busca de pastagens em “terras livres” para a alimentação do gado *vacum* e *cavalar* que não eram animais nativos e teriam sido trazidos pelos portugueses de Cabo Verde e agregados às atividades que envolviam a produção de açúcar.¹¹²⁴ Contudo, “[...] a própria expansão da economia açucareira obrigou a que se reservassem as férteis terras próximas ao litoral para a cana”¹¹²⁵ e “o gado vai internalizando”, adentrando o interior a partir de Salvador e Olinda, que seriam os centros de dispersão, alcançando as margens do Rio São Francisco¹¹²⁶ e continuando avançando em direção aos rios Tocantins e Araguaia durante o período colonial, conforme Rocha.¹¹²⁷

De acordo com Velho¹¹²⁸, esses movimentos ocorreram em meio ao *processo histórico* de avanço sobre o interior marcado pelo *ritmo lento* “tanto no tempo, quanto no espaço”, pois ocorria diante da “[...] abundância de terras combinada com a baixa produtividade”¹¹²⁹, exigindo que os grupos e famílias avançassem após o “esgotamento” da terra. Paralelamente, seguindo os “padrões da

¹¹²¹ A pecuária foi desenvolvida desde a instalação daquele local categorizado como “povoado” e que se colocou como predominante na segunda metade do século XX, uma vez que Velho (1979, p. 77) identifica que em 1950 se importava gado bovino, mas que “exportou-se perto de três mil reses” em 1969, afirmando que essa mudança pode ser explicada pelo crédito oriundo de Belém, mas também por uma “tradição de combinação de atividades comerciais e produtivas”, (VELHO, 1979, p. 75).

¹¹²² ANDRADE, 1969, p. 54 *Apud* VELHO, 1979, p. 76. Trata-se da seguinte obra: ANDRADE, Manuel Correa de. **Paisagens e problemas do Brasil**. Ed. Brasiliense. 1969.

¹¹²³ VELHO, 1979, p. 14.

¹¹²⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 122.

¹¹²⁵ VELHO, 1979, p. 22.

¹¹²⁶ VELHO, 1979, p. 22.

¹¹²⁷ *Idem*, 2001, p. 49.

¹¹²⁸ VELHO, 1979, p. 24.

¹¹²⁹ VELHO, 1979, p. 22.

pecuária”, “[...] as condições vão fazendo surgir o raquítico gado *curraleiro* ou *pé-duro*, que se tornaria típico.”¹¹³⁰ Ademais, os seus criadores, ao se distanciarem do litoral, teriam se colocado em situações de “isolamento” relativo a fim de buscar “terras livres” da apropriação por parte de fazendeiros e coronéis¹¹³¹ e em contato com o *outro humano* que eram os diferentes povos indígenas presentes e/ou territorializados no espaço por onde esses agentes históricos adentravam e/ou se fixavam, se apropriando do espaço e da natureza.

Dessa maneira, diferentes grupos cresciam, se espalhavam e dinamizavam outros movimentos que se deslocaram lentamente “[...] no sentido noroeste, atravessando inicialmente o São Francisco, penetrando no Piauí pelo interior e alcançando a bacia do Parnaíba.”¹¹³² Desse modo, no século XVIII, o espaço situado ao sul do Maranhão passou a ser denominado “Sertão dos Pastos Bons” e disputado com povos indígenas ali territorializados e no qual foram registradas 44 fazendas em 1751. Em meio aos conflitos interétnicos e fundiários, “iniciar-se-ia o avanço para o Tocantins”¹¹³³ e outras áreas foram apropriadas em suas margens, que por sua vez, se tornava espaço “articulador da área pastoril com o Pará” e pequenas fazendas situadas em suas margens serviam de pousadas para “[...] comerciantes que se estabeleciam com o intuito de abastecer o Sudoeste do Maranhão de sal, tecidos, ferragens, através de Belém...”¹¹³⁴

Durante a primeira metade do século XIX, ocorreu a expansão de áreas conhecidas como “povoados” e de outras que foram apropriadas por criadores de gado no Maranhão. Assim sendo,

Atravessa-se o Tocantins e vai-se ocupando os campos do Norte de Goiás entre o Tocantins e o Araguaia. Para Leste, por volta de 1840, cria-se Barra do Corda, junto a um afluente do Mearim. E em 1868 surge São Vicente, atual Araguaatins, já na margem goiana do Araguaia. **A expansão agora, parece fazer-se mais lentamente**, talvez pela melhor qualidade das pastagens que permitiria uma densidade relativamente maior de cabeças de gado, mas também devido à resistência dos grupos indígenas Timbira e à proximidade crescente da orla da floresta amazônica e dos vales úmidos à Leste.¹¹³⁵

¹¹³⁰ VELHO, 1979, p. 22.

¹¹³¹ VELHO, 1979, p. 23.

¹¹³² VELHO, 1979, p. 24.

¹¹³³ VELHO, 1979, p. 24.

¹¹³⁴ VELHO, 1979, p. 27.

¹¹³⁵ VELHO, 1979, p. 27. (Grifos meus).

Tratava-se, portanto, de um *processo histórico* marcado por oscilações do *ritmo temporal* de *aceleração* do avanço sobre e da apropriação do espaço, sendo que as margens do Araguaia passaram a ser percorridas e parcialmente apropriadas no trecho daquele rio situado no Pará. Foram naquelas margens que Henri Coudreau identifica, nos últimos anos do século XIX, 7 principais aglomerados de população não indígena¹¹³⁶ e a existência de “*estradas de boi* do Maranhão e Goiás em direção ao Pará” nas quais “[...] durante o *verão* as boiadas eram conduzidas aproveitando-se a beira-rio”¹¹³⁷. Coudreau teria visto em sua viagem a passagem de “[...] quatro boiadas - de 36, 124, 100 e 70 cabeças, respectivamente”, sendo que o gado “[...] atravessava a floresta virgem por simples trilhas até Arumateua e algumas outras localidades, onde era embarcado.”¹¹³⁸ Velho destaca ainda que Coudreau afirma que nas imediações do antigo presídio de São João do Araguaia existiam algumas fazendas com centenas de cabeças de gado.

Além dessas localidades apontadas por Coudreau, havia nas margens paraenses do Rio Araguaia o “Povoado de Barreira do Santana”, construído a partir de Conceição do Araguaia e que, segundo Ianni¹¹³⁹, teve suas terras “[...] palmilhada e navegada por cristãos de diferentes matizes: coletores de drogas do sertão, caçadores, pescadores, criadores de gado, roceiros, caboclos, viajantes, exploradores em comércio com a natureza e os índios.”¹¹⁴⁰ Apesar do fato de Conceição do Araguaia estar a aproximadamente 700 quilômetros de distância do local onde foi construído Mato Verde¹¹⁴¹, esse primeiro teria sido habitado por antepassados de Lucio da Luz, cuja família possuía entre seus membros alguns agentes históricos categorizados como “fundadores” de outros “povoados” como o

¹¹³⁶ Segundo Coudreau (1897, p. 256), os principais aglomerados eram: Alcobaça, Arumateua, Itaboca, Água da Saúde, Itacaúnas, São João do Araguaia e São Vicente.

¹¹³⁷ COUDREAU, 1897, p. 80. IN: VELHO, 1979, p. 39.

¹¹³⁸ VELHO, 1979, p. 39.

¹¹³⁹ IANNI, Otávio. **A luta pela terra**: História Social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

¹¹⁴⁰ IANNI, 1979, p. 10.

¹¹⁴¹ Ressalta-se que esse elemento não carrega outras especificidades de Conceição do Araguaia, pois, diferente de Mato Verde, essa localidade teria sido construída a partir da ação missionária do frei dominicano Gil Vilanova, numa outra configuração social. Ademais, segundo Ianni (1979, p. 27), em apenas um ano após a “fundação”, aquele “povoado” contava com aproximadamente mil habitantes, envolvidos nas atividades de extração do látex de caucho, de modo que em 1901, o povoado havia sido elevado à freguesia e em 1908, à cidade (IANNI, 1979, p. 28; 32).

de Barreirinha, numa dinâmica que é problematizada no próximo capítulo dessa tese de forma mais aprofundada.

Antes disso, é preciso destacar que os primeiros moradores de Conceição do Araguaia eram provenientes da Vila de Sant'Ana da Barreira, também caracterizada pela existência de “pastagens naturais” situadas às margens do Rio Araguaia, “[...] sujeita a inundações periódicas, principalmente às grandes inundações decenais”¹¹⁴², tal como ocorria em outros “povoados” e, posteriormente, em Mato Verde.

Coudreau afirma que o “[...] gado busca campos e o fazendeiro segue o gado”¹¹⁴³, indicando a relação fundamental existente nesses deslocamentos, pois somente após terem “encontrados os melhores campos, na vizinhança das melhores terras para agricultura” num “lugar mais seguro para cristãos ou “civilizados”” era que se “formavam os povoados”, como atesta Ianni.¹¹⁴⁴

De modo aproximado, Velho afirma “[...] que o caráter dessa *frente pecuarista* tornava-se inseparável dos campos naturais”¹¹⁴⁵, pois era indispensável que o gado bovino tivesse condições de se alimentar. Por fim, outro apontamento importante realizado por Velho indica que a lida com o gado se baseava no sistema de partilha que “constituía a base das relações de trabalho” nas quais a figura do vaqueiro se destacava, uma vez que “a exigência de mão-de-obra era pequena” e cada um poderia “cuidar de duzentas a trezentas reses” e recebia, após cinco anos, “como pagamento de seus serviços, a quarta parte das crias”, podendo ainda “estabelecer-se por conta própria.”¹¹⁴⁶ Esse sistema era o mesmo que foi utilizado por Lúcio da Luz em Mato Verde como forma de pagamento pelos serviços dos vaqueiros que cuidavam de seu rebanho de gado e que é retomado no próximo capítulo.

A partir desses elementos é possível identificar a relação existente na instalação de Mato Verde na década de 1930 com movimentos semelhantes que ocorreram em outros locais onde criadores de gado se apropriaram da natureza e do espaço para a criação de gado bovino. Todavia, esses locais não tinham apenas a

¹¹⁴² IANNI, 1979, p. 12. (Grifos meus).

¹¹⁴³ COUDREAU, 1897, p. 150. In: IANNI, 1979, p. 12.

¹¹⁴⁴ IANNI, 1979, p. 12. (Grifos meus).

¹¹⁴⁵ VELHO, 1979, p. 27.

¹¹⁴⁶ VELHO, 1979, p. 22.

pecuária como principal atividade econômica, como o caso de Conceição do Araguaia consolidado a partir da ação missionária de religiosos ou ainda de atividades comerciais como ocorreu em Marabá, indicando a existência de outros movimentos que avançaram sobre aqueles espaços. E foi justamente através de *práticas sociais e relações de poder* específicas que movimentos realizados por religiosos potencializaram a *aceleração do ritmo temporal* do avanço sobre o Rio Araguaia, como analisado a seguir.

3.3. Expedições religiosas de católicos e protestantes e suas narrativas no século XX construindo *representações sobre o outro*

Na virada do século XIX para o XX, ocorreu a intensificação do *ritmo temporal* da vinda de religiosos do Norte, por Belém, e que avançavam para o Sul acompanhando o Rio Araguaia até as proximidades da Ilha do Bananal. Desse modo, quando Mato Verde foi construído a partir de 1934, algumas narrativas religiosas fizeram menção ao local e seus moradores e são analisadas por auxiliarem a compreender elementos das *práticas sociais e relações de poder* e de *representações sobre o outro*.

Ademais, são consideradas algumas narrativas anteriores por conterem *representações* não apenas sobre os povos indígenas, mas também sobre moradores de “povoados” tidos como “sertanejos”, que embora fossem diferentes dos indígenas, possuíam “comportamentos” e costumes que causavam estranhamento aos “civilizados”. Os “sertanejos” eram *representados* de maneira ambígua na qual poderiam ser tanto “cristãos”, “brasileiros” e “agentes da civilização”, como o *outro*, diferentes dos brasileiros moradores de cidades e de áreas litorâneas, e sobretudo, dos missionários estrangeiros que produziram narrativas. Do mesmo modo, é possível identificar ambiguidades em relação ao espaço e sua natureza, pois o “sertão” é descrito como “idílico” e “atrasado” por alguns desses religiosos.

Contudo, existem especificidades nas diferentes narrativas produzidas naquelas primeiras décadas do século XX, uma vez que estavam imersas em *relações de poder e práticas sociais* distintas por envolverem diferentes religiões, ordens e missionários. Como indicado no primeiro capítulo dessa tese, membros de diferentes ordens religiosas adentraram o espaço onde está situado o Rio Tocantins

vindos pelo Norte, dos quais Velho¹¹⁴⁷ destaca a viagem do Frei Cristóvão de Lisboa, em 1625, apontando que seus sucessores seriam os responsáveis pela “reunirão” de indígenas “[...] em aldeias que darão origem às cidades mais antigas do Pará, localizadas particularmente na zona Bragantina.”¹¹⁴⁸ Assim as expedições religiosas avançaram sobre as margens do Rio Araguaia de forma mais intensa na segunda metade do século XIX, buscando realizar a catequização de povos indígenas e a prestação de serviços religiosos para os “sertanejos” moradores de espaços chamados de “povoados” em meio ao “sertão”.

A partir desses interesses predominantes, ocorreu a expedição do frei capuchinho Savino de Rimini que teria alcançado o baixo Araguaia em 1870¹¹⁴⁹ e do frei italiano Francisco de Monte Santo Vito, da Companhia de Jesus do Brasil. Teria sido esse último o responsável por indicar, em 1854, o local onde o frei dominicano Gil Vilanova, estabeleceu a sede da missão de Nossa Senhora da Conceição e que, em 1897, seria categorizado como um “povoado”.¹¹⁵⁰

A missão de Nossa Senhora da Conceição é resultado da decisão da Ordem Dominicana de enviar alguns padres que haviam realizado, por quinze anos, trabalho missionário na Cidade de Goiás, em missões religiosas para expandir suas ações e evangelizar grupos indígenas adentrando as margens do Rio Araguaia. Num primeiro momento, o frei Gil Vilanova e Ângelo Dargaignaratz foram para Santa Leopoldina (Aruanã), viajando duzentas léguas pelo Rio Araguaia tentando se comunicar com grupos indígenas que avistavam. Depois de encontrarem Henri Coudreau, obtiveram informações sobre a topografia e andaram mais vinte léguas até um planalto onde os riscos de inundações eram menores e estabeleceram a sede da missão Nossa Senhora da Conceição do Araguaia, em 1897. Naquele local, foram iniciados os trabalhos de catequese realizados pelo frei Gil Vilanova, que no ano seguinte, recebeu apoio de mais três missionários¹¹⁵¹ e das irmãs dominicanas de Monteils que ali chegaram em 1902 e criaram o colégio para meninas Santa

¹¹⁴⁷ *Idem*, 1979, p. 18.

¹¹⁴⁸ VELHO, 1979, p. 18.

¹¹⁴⁹ Para aprofundar a atuação desses missionários, consultar: GIRALDIN, Odair. Catequese e Civilização: Os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e do Tocantins. In: Boletim do Museu do Pará Emílio Goeldi. v. 18, n. 2, pp. 1-16. 2002.

¹¹⁵⁰ IANNI, 1979, p. 10.

¹¹⁵¹ Padre Guilherme Vigneau, Irmão Luiz Casemayou e Irmão Gourlin.

Rosa. Paralelamente, em 1900, em Biarritz, França, a congregação dominicana decidiu enviar um “visitador” para tomar conhecimento da situação das casas da Ordem no Brasil e da “obra” realizada em Conceição do Araguaia.

E foi cumprindo essa missão que o frei francês Estevão M. Gallais (1851-1907) conheceu o país e os “sertões” aos quais se refere na obra intitulada “O Apóstolo do Araguaia: Frei Gil missionário dominicano”¹¹⁵². Trata-se de uma narrativa que permite identificar que o narrador, enquanto estrangeiro, estranhava e destacava os perigos e dificuldades enfrentados pelos missionários e missionárias:

A diocese de Goiás fica rigorosamente no centro do Brasil e, pela sua fronteira ocidental, limitava-se com regiões ainda inexploradas e totalmente desconhecidas, onde em matéria de habitantes, só se topa com selvagens errando através das florestas. [...]

Por ocasião da posse de sua diocese, D. Gonçalves viu-se diante de um clero diminuto, pois não passava de uns oitenta sacerdotes disseminados por essa vasta extensão de terras, no meio de populações muito espalhadas. Era grande a ignorância entre os fiéis, privados de quase todo o socorro espiritual, e a disciplina entre o clero andava um tanto frouxa. Isso só será bem compreendido quando se pensar no isolamento em que vivem os sacerdotes encarregados de paróquias grandes como dioceses, nos perigos que são consequência desse isolamento, agravados ainda pelo clima e os hábitos do país¹¹⁵³.

Sua perspectiva era de que aquele espaço seria formado por “regiões inexploradas e desconhecidas”, habitadas por povos indígenas *representados* como “selvagens” e também por “fiéis” “ignorantes”. Todos estariam espalhados nesse espaço onde o “isolamento” e os “hábitos” contribuíam para a privação de “socorro espiritual”, somados ao “clima” que é o principal elemento da natureza que causava desconforto ao religioso. Logo, o *outro* espaço e natureza determinariam a situação na qual estariam o *outro humano*, sejam os povos indígenas ou os “sertanejos”. Trata-se de uma perspectiva significativa, pois indica que sua concepção estava alicerçada em outros ideais de espaço e natureza, dentro dos parâmetros da urbanidade, “civilização” e “cristandade” característicos da Europa.

¹¹⁵² GALLAIS, Estevão. **O Apóstolo do Araguaia**: Frei Gil missionário dominicano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

¹¹⁵³ GALLAIS, 1942, p. 43.

Na obra intitulada “Uma catechese dos índios do Araguaya”¹¹⁵⁴, Gallais escreve sobre as potencialidades econômicas daquele espaço, considerando que:

[...] se no Araguaya, em grande parte do seu curso, rola ouro e diamantes nas suas areias, se as maravilhosas maltas que sombreiam os seus valles contêm em abundancia madeiras as mais preciosas, se as terras que elle rega são proprias para a cultura do café, do cacáo, da canna de assucar, etc, como para a criação de animaes, em uma palavra, se o homem avido de exercer a sua actividade sob todas as formas ali acha inexgotaveis riquezas a explorar, o **missionario tambem ali encontra thesouros** a ajuntar e um vasto campo a cultivar, numerosas tribus selvagens a evangelisar e **legiões de almas a salvar**. Terra virgem tanto na ordem espiritual como sob o ponto de vista material, o valle do Araguaya não é habitado, em sua quasi totalidade, senão por **índios selvagens**.¹¹⁵⁵

Assim, o autor apontava para as diferentes intencionalidades que traziam os exploradores para as águas e margens do Rio Araguaia, destacando que o “tesouro” que os missionários buscavam seria de outra natureza daquele perseguido por garimpeiros, agricultores ou criadores de gado que avançavam sobre aquele espaço. Gallais agrupou o espaço, a natureza e seus habitantes, indicando que “[...] o valle do Araguaya é quase na sua totalidade paiz selvagem”¹¹⁵⁶, no qual a ação missionária deveria ser realizada, pois tanto o espaço quando seus habitantes precisavam ser socorridos pelos religiosos, agentes históricos da “civilização”.

Santos¹¹⁵⁷ observa que os dominicanos consideravam os indígenas e os “sertanejos” como dignos da ação missionária, indicando que os missionários consideravam que os primeiros “[...] devem ser respeitados, pois foram criados a imagem e semelhança de Deus. Nenhuma violência contra eles se justifica. A partir dessa visão antropológica e teológica, apesar de sua ideologia civilizadora e guerreira, ele desenvolve um modo pacífico de Evangelizar”.¹¹⁵⁸ Todavia, é fundamental ressaltar que a catequização de povos indígenas envolve

¹¹⁵⁴ GALLAIS, Estevão M. **Uma catechese entre os índios do Araguaya**. Tradução de Octaviano Esselin. São Paulo: Escola Typographica Saleasiana, 1903.

¹¹⁵⁵ GALLAIS, 1903, p. 09. (Grifos meus).

¹¹⁵⁶ GALLAIS, 1903, p. 09.

¹¹⁵⁷ SANTOS, Edivaldo Antonio dos. *Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930). Fundação e consolidação da Missão Dominicana no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia-GO, 1996.

¹¹⁵⁸ SANTOS, 1996, p. 04.

necessariamente atos de *violência simbólica* por parte do missionário¹¹⁵⁹ que almeja impor sua religiosidade sobre *o outro* desconsiderando sua cosmologia, organização social, mitos, ritos e outros elementos culturais. Todavia, é fundamental destacar que os povos indígenas não eram apenas sujeitos dentro das situações de contatos e catequização, pois desenvolveram estratégias de enfrentamento às violências e resistiam ou estabeleciam alianças de acordo com seus interesses dentro de *relações de poder* desiguais, mas como agentes históricos.

Portanto, é fundamental considerar que a ação missionária ocorre em meio à *relações de poder e práticas sociais* dentro das quais as próprias narrativas produzidas pelos missionários possuem o poder de se tornarem registros escritos e circularem para além do alcance das narrativas produzidas pelos indígenas “catequizados”. Nesse sentido, é preciso considerar que tais narrativas construíram ou reproduziram *representações* sobre *o outro* para legitimar tais práticas, e ainda que os dominicanos indicassem ações “pacíficas”, é fundamental perceber essas narrativas como legitimadoras e exaltadoras de ações missionárias realizadas dentro dessa dinâmica de poder.

Se tratando das narrativas de Gallais, a oposição entre *o nós* e *o outro* se dava pela descrição e comparação entre os “hábitos” daquele suposto “país” em relação ao mundo europeu, como no seguinte trecho:

Em **paiz selvagem**, só os homens têm o direito de dansar; as mulheres não dansam, ao menos oficialmente, nas circunstancias solemnes como as em que nos achamos.

Para um homem que chega da Europa todo impregnado do que se chama civilização, achar-se de repente transportado para o meio de uma **tribu selvagem**, assistir a uma dansa de índios Carajás, ao luar, à margem de um grande rio, no seio de uma **natureza que assombra** pela sua riqueza e magnificencia, tudo isto produz uma extranha impressão. Parece sonho.¹¹⁶⁰

A proibição da dança às mulheres pertencentes aos grupos e famílias de “sertanejos” seria um dos “hábitos” de diferenciação em relação aos costumes europeus que permitiam a sua execução por ambos os sexos, indicando a oposição entre *o nós* e *o outro*. Do mesmo modo, sua concepção europeia de “civilização”

¹¹⁵⁹ Em alguns casos essa violência é acompanhada de outras, como a psicológica, patrimonial e física.

¹¹⁶⁰ GALLAIS, 1903, p. 26-27. (Grifos meus).

norteava a sua percepção de estranhamento em relação aos Karajá, descritos como “selvagens”, e também quanto à natureza, tida como “assombrosa”, “rica” e “magnífica”. Tal como no trecho citado, existem outras partes da narrativa nas quais é possível identificar a concepção e percepção de Gallais que fomentou a construção e/ou reprodução de *representações* sobre *o outro* baseadas na oposição entre o “selvagem” e o “civilizado”, entre o “fiel”/“cristão” e o “pagão”. Porém, apesar de reforçar a hipótese que fundamenta a análise dessa tese, as narrativas de Gallais não são abordadas de forma pormenorizada por serem datadas em 1903 e 1906, ou seja, antes da existência de Mato Verde.

O mesmo procedimento é realizado em relação ao livro “Gorotirés. Prelazia de Conceição do Araguaya”¹¹⁶¹ publicado pela Missão Dominicana em 1936, mas que não menciona Mato Verde e tampouco seus moradores. Apesar disso, sua narrativa apresenta *representações* sobre *o outro* ao buscar apresentar a “obra” missionária da Ordem através de um “[...] apanhado de notas photographicas summariamente a collecção de vistas aqui reunidas” que tinha como objetivo “[...] ilustrar o dito: Um deserto que se ajardinou: As Regiões araguayanas evangelizados pelos missionarias dominicanos do Provincia de Tolosa.”¹¹⁶² O foco do livro foi a exaltação das supostas dificuldades e perigos superados pelos missionários envolvidos no contato e tentativa de catequização dos “Gorotirés”¹¹⁶³ e parte significativa de suas páginas foi dedicada à exposição de fotografias com legendas alinhadas com a ideia de que aquele espaço onde os religiosos atuavam seria um “deserto” que floresceu após a chegada dos dominicanos.

Portanto, apensar de não tratar especificamente sobre Mato Verde, essa narrativa contém elementos fundamentais para problematizar a perspectiva desses missionários. Ao expor fotografias de animais e plantas, os dominicanos construíram *representações* sobre a natureza como ocorre em relação à uma fotografia que focava em palmeiras, cuja legenda indica que as mesmas seriam “Sentinellas avançados desses desertos verdes” e que “pareciam sonhar com uma

¹¹⁶¹ MISSÕES DOMINICANAS. **Gorotirés**. Prelazia de Conceição do Araguaya. Rio de Janeiro: Imprimatur, 1936. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/biblio:dominicans-1936-gorotires>>. Acesso em: 15/09/2018.

¹¹⁶² MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 04.

¹¹⁶³ Gorotire é um sub-grupo Kayapó.

era melhor”.¹¹⁶⁴ O Rio Araguaia também foi fotografado e descrito como um “rio deserto e majestoso”¹¹⁶⁵ em meio aquelas “regiões longínquas e deshabitadas”.¹¹⁶⁶ Aquele seria o espaço supostamente transformado pelos dominicanos, pois “Já longe ficou a aridez do deserto. Flôres, em ramalhetes cerrados nasceram onde tão sóervas selvagens cresciam com viço. E os fructos vieram”,¹¹⁶⁷ como apontado num trecho onde foi mencionada a atuação do frei Domingos Carrerot.

A narrativa destaca ainda o reconhecimento da importância da obra dominicana por parte de figuras ilustres como a do Marechal Cândido Rondon, que teria externado “[...] a sua admiração e, (disse) sua gratidão de brasileiro para a obra civilisadora dos Missionarios Dominicanos do Araguaya. "Não deixo de aceitar, dizia, qualquer evangelização. Em benefício do índio prefiro, e de muito, a acção catholica do missionario, mais appropriada á alma brasileira".”¹¹⁶⁸ Nesse trecho é possível que os dominicanos estivessem utilizando a legitimidade do idealizador do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para se colocarem como os missionários admirados e colocar o catolicismo como preferencial quanto às ações dessa natureza junto aos povos indígenas.

Essa possibilidade de que os dominicanos estavam exaltando suas ações, pode ser corroborada com a observação de fotografias como a de dois Karajá identificados na legenda como “[...] bons moços Kayapós christãos exemplares, fructos e flores do deserto araguayano fecundado pelo amanho infatigavel de Frei Gil e dos seus irmãos. Hontem a tribu Kayapo feroz, bravía, pagã, deu e bem vezes em cachos sazoados innumeras almas ao Céu.”¹¹⁶⁹ Outra fotografia foi inserida com a descrição: “Casal christão de indios Kayapós educados pelas Irmãs Dominicanas - Joaquim e Paulina. Tornou-se o Collegio de Santa Rosa, sementeiro de familias christãs”¹¹⁷⁰. Do mesmo modo, outra fotografia foi apontada como: “Outra vista das aulas do Collegio de Santa Rosa. Civilizados e índios aqui têm

¹¹⁶⁴ MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 10.

¹¹⁶⁵ MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 08.

¹¹⁶⁶ MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 06.

¹¹⁶⁷ MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 54.

¹¹⁶⁸ MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 70.

¹¹⁶⁹ MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 34.

¹¹⁷⁰ MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 46.

recebido instrução e educação religiosa acurada. As almas dos selvícolas, Karajás, Kayapós, floresceram como o deserto... Quantos predestinados para o Céu.”¹¹⁷¹

É perceptível a recorrência nessas e em outras legendas o uso de adjetivos como “ferozes, bravios e pagãos” para se referir aos Kayapó e “selvícolas” para mencionar os Karajá que eram categorizações que eram utilizadas a partir da concepção dos dominicanos de que esses povos indígenas estariam à disposição da educação religiosa e do batismo, considerando que antes da chegada desses missionários somente havia um “Deserto nas almas... Tudo selvagem... Levas de Karajás esperavam a salvação. Habitantes das praias, esses valentes tapuas passavam a vida n'um continuo vae-e-vem pelo rio magestoso. Nenhum Karajá batizado! N'uma terra tão prodiga de luz as almas jaziam nas trevas da morte.”¹¹⁷² Seriam assim, “Karajás pagãos e semi-barbaras recortavam o rio Araguaya, nos ligeiros e frageis “ubasinhos” que elles mesmos fabricam com um tronco de cedrohy.”¹¹⁷³ A narrativa indica que com a chegada dos missionários tudo teria mudado e mesmo grupos que não haviam sido catequisados supostamente se aproximavam da missão, como pode ser percebido na seguinte legenda de uma fotografia:

Grupo de Cherentes em visita aos missionarios Dominicanos de Conceição do Araguaya. Recebem agasalho carinhoso, recebem copiosos donativos e instrução durante a estadia no centro do Missão. Muitos vêm receber o Baptismo. Regressam ás aldeias com alegria sempre, e prometem voltar sem demora com novas visitas. Deixam ás vezes os filhos no Collegio de Santo Rosa.¹¹⁷⁴

Esse trecho da narrativa sugere que seriam os povos indígenas que buscavam os missionários após anos de atividades desenvolvidas, o que pode ter ocorrido, uma vez que diferentes grupos buscavam apoio e aliados em situações de conflitos com outros indígenas e moradores de vilas e cidades, sobretudo, diante de renitentes esbulhos territoriais. Contudo, essas situações não significam que os indígenas buscavam ser “salvos” pela catequização, mas sim, obter alianças e apoio material de missões.

¹¹⁷¹ MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 26.

¹¹⁷² MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 14.

¹¹⁷³ MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 14.

¹¹⁷⁴ MISSÕES DOMINICANAS, 1936, p. 88

Porém, essas não foram as únicas narrativas escritas por dominicanos que podem contribuir com a análise, como é o caso de duas obras do frei José Maria Audrin que são analisadas. Como indicado anteriormente, as narrativas de missionários que adentraram o espaço onde foi estabelecido Mato Verde nas primeiras décadas do século XX possuem elementos importantes para compreender as *práticas sociais*, as *relações de poder* a construção e/ou reprodução de *representações* sobre o outro, como é o caso das obras “Entre sertanejos e índios do Norte”¹¹⁷⁵ e “Os sertanejos que conheci”¹¹⁷⁶. O autor, José Maria Audrin (1879-1967), nasceu em Bédarieux, França, e foi ordenado sacerdote da Ordem Dominicana aos 23 anos, vindo em seguida para o Brasil, onde, por 34 anos, foi missionário, tendo percorrido parte do amplo espaço onde estão os rios Tocantins e Araguaia e adentrando a floresta amazônica.¹¹⁷⁷ Durante esses anos, Audrin atuou na missão como padre, músico, professor, além de ser escritor de cartas e obras.¹¹⁷⁸

Audrin escreveu suas narrativas quando foi morar em Uberaba, Minas Gerais, onde produziu a biografia de Dom Domingos Carrérot contida na obra “Entre Sertanejos e Índios do Norte” lançada em 1946, e depois, entre os anos de 1947 a 1951, escreveu sobre suas “memórias” no livro “Sertanejos que eu conheci” publicado em 1963¹¹⁷⁹. Nessa obra memorialista estariam inseridas “[...] observações consignadas ao longo de 34 anos, isto é, de 1904 a 1938, durante os quais tivemos a ditosa sorte de conviver com os seus patrícios disseminados por campinas, matas e praias de vastas regiões do Norte do Brasil”.¹¹⁸⁰ Cormineiro considera que Audrin “[...] em suas obras de memória, buscou dar sentido às relações, aos valores e aos costumes dos sertanejos.”¹¹⁸¹

Partindo da tensão entre sua concepção francesa de mundo, sua formação religiosa, suas experiências vividas no sertão e as

¹¹⁷⁵ AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**: o bispo-missionário Dom Domingos Carrérot. Rio de Janeiro: Edições Pugil Limitada. Livraria Agit Editora, 1946.

¹¹⁷⁶ AUDRIN, José Maria. **Os Sertanejos que eu conheci**. Prefácio de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros 117, 1963.

¹¹⁷⁷ SANTOS, 1996, p. 39.

¹¹⁷⁸ Santos (1996, p. 03) destaca o texto “Evoquant um long passé (1892-1952)”, finalizado em 1965, contendo 192 páginas datilografadas e com correções feitas à mão pelo autor, que está disponível no acervo do Arquivo da Província São Tomás, em São Paulo.

¹¹⁷⁹ CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda. A ocupação da terra nas narrativas de Carmo Bernardes e José Maria Audrin: sertão dos vales dos rios Araguaia e Tocantins (1900-1950). In: **Outros tempos**, v.12, n. 20, 2015, p. 45.

¹¹⁸⁰ AUDRIN, 1963, p. 03.

¹¹⁸¹ CORMINEIRO, 2015, p. 30.

reelaborações que faz em sua compreensão do sertão e do sertanejo quando se retira do sertão dos vales e vai morar na cidade de Uberaba-MG, o frade constrói um caminho interpretativo sobre a organização espacial e social do sertão e das terras sertanejas, que vai surgindo em suas narrativas como uma ambivalência entre um sertão idílico e um sertão atrasado; ambos, entretanto, necessitariam aderir ao progresso.¹¹⁸²

A “semântica de Audrin” seria “[...] baseada no consenso e no conformismo”¹¹⁸³, mas analisando diretamente essa narrativa é possível identificar, desde o prefácio escrito por Alceu Amoroso Lima, o destaque dado ao “sertão” e ao “sertanejo” como diferentes daqueles *representados* por sertanistas, “bandeirantes”, governantes como Couto de Magalhães e outros que consideravam que tanto aquele espaço quanto aquela gente estariam destinados ao desaparecimento. Segundo o autor:

Baseados em provas múltiplas e convincentes, pretendemos afirmar, por mais paradoxal que pareça. O fato da continuação, ou se quiserem, da sobrevivência do sertão de outrora, em pleno século XX. A muitos brasileiros, pouco ou nada cientes do *hinterland*, tencionamos revelar que, em nossa época de vertiginosos progressos e contínuas descobertas, não poucos patrícios seus se acham segregados do mundo civilizado, em remotas paragens onde vivem e pelejam, não apenas resignados, mas ainda corajosos e alegres, embora não dispunham de uma estrada de rodagem, do simples lampião de querosene, ou de mais lenta linha do correio¹¹⁸⁴.

Como apontado por Cormineiro, o autor considerava que o “sertanejo” e o “sertão” ou o “*hinterland*” estariam fora da “civilização” e seriam atrasados, mas seria essa a situação que garantiria a permanência, pois, Audrin identifica nos escritos de “viajantes dos tempos passados” que “[...] tudo que nesses relatórios nos encanta, tudo o que nos revelam da fisionomia e costumes antigos, mantém-se intato em afastados rincões, ainda não atingidos pela moderna civilização”¹¹⁸⁵, como no caso de terem visto “[...] ainda de pé, num arraial do Norte, a casa de taipa e adobes em que Castelnau descansou algumas semanas, ocupado em revistar coleções e apontamentos.”¹¹⁸⁶

¹¹⁸² CORMINEIRO, 2015, p. 45.

¹¹⁸³ CORMINEIRO, 2015, p. 52.

¹¹⁸⁴ AUDRIN, 1963, p. 05.

¹¹⁸⁵ AUDRIN, 1963, p. 06.

¹¹⁸⁶ AUDRIN, 1963, p. 06

Na introdução intitulada “Sertões brasileiros no século XX”, Audrin se contrapôs à perspectiva de Couto de Magalhães através dos seguintes argumentos:

O genial sertanista que foi Couto de Magalhães parece ter-se iludido quando, sob o influxo dos seus sonhos de progresso, concluía a narração de suas viagens pelas margens e sertões do Araguaia prevenindo o leitor que, ao cabo de cinquenta anos, tudo estaria transformado por lá. Dificilmente, acrescentava ele, os vindouros encontrariam inças, emas, pirarucus e tartarugas... Entretanto, setenta e mais anos decorreram e, nas beiras do Rio Araguaia, fauna e flora conservam-se idênticas; não se mudaram os sítios e costumes populares. Como os mesmos sistemas e instrumentos primitivos os sertanejos pescam, caçam nas campinas e florestas, constroem os mesmos tugúrios. Trilham as mesmas estradas e servem-se dos mesmos meios de transporte e cultura, tais como existiam antes da Guerra do Paraguai.¹¹⁸⁷

Essa perspectiva, como destacado na apresentação da obra, diz respeito à percepção de Audrin das experiências vividas entre os anos de 1904 a 1938, quando as promessas de navegação comercial e integração daquele espaço não tinham se efetivado como idealizado por Couto de Magalhães. O que Audrin percebeu foi uma *desaceleração* do *ritmo temporal* em relação aos projetos imaginados pelo governador, com décadas em que havia mais permanência do que transformações naquele espaço que se manifestavam na natureza cuja flora e fauna “conservam-se idênticas”, nos povos indígenas considerados ainda “selvagens” e em relação à fixação de “civilizados” e o avanço do “progresso”. Partindo da comparação entre o que percebia e as narrativas de “viajantes do passado”, Audrin não identificava nada além de permanências e, nas suas palavras, “[...] os sertões de hoje, por onde andamos, aparecem-nos como um vasto mostruário, ou antes, como um relicário nacional, que conserva intacto um Brasil de outrora, aquele que os nossos avoengos povoaram.”¹¹⁸⁸

Na conclusão intitulada “Os sertões de amanhã”, Audrin reforçou sua discordância quanto à previsão de Couto de Magalhães de que em 50 anos a natureza estaria transformada, afirmando que “[...] o que há de resistir eternamente é a Natureza com seus deslumbrantes panoramas, a extraordinária riqueza da flora

¹¹⁸⁷ AUDRIN, 1963, p. 06.

¹¹⁸⁸ AUDRIN, 1963, p. 06-07.

e da fauna”.¹¹⁸⁹ Contudo, reconheceu que havia transformações em relação às atividades humanas:

A sinceridade obriga-nos, porém, a reconhecer o nosso engano e a aceitar o parecer que ousamos, por um momento, contradizer. Impossível negá-lo: o sertão que conhecemos deixou de ser estacionários, atingido que foi pela lei inexorável da Evolução. Decorreram os anos, e o que se poderia afirmar, sem reservas, no primeiro quarto deste século, reclama, agora, certas retificações. Das inúmeras particularidades da vida sertaneja consignadas neste livro, quantas já não são mais exatas! Muitas coisas já começavam a transformar-se no último decênio de nossa longa permanência no sertão; e agora, notícias que, a cada passo, de lá nos chegam, obrigam-nos a acreditar no desaparecimento progressivo e necessário de um sem-número de realidades pitorescas que, outrora, nos encantaram e que as novas gerações não mais poderão admirar.¹¹⁹⁰

O “sertão” deixava de ser “estacionário” na visão daquele frei, que já na velhice, observava com um maior distanciamento aquelas suas percepções das décadas iniciais do século XX. Na prática, ações governamentais e outros movimentos geraram uma *aceleração* do *ritmo* do avanço e das transformações naquele espaço.¹¹⁹¹ É possível imaginar a complexidade que envolvia a narrativa de Audrin que tentava articular suas “memórias” e percepções de sua juventude vividas em meio a um “sertão” que estava num *ritmo temporal* diferenciado do mundo “civilizado” de onde veio, com as notícias recebidas que indicam mudanças nas décadas em que escreveu sua conclusão que remetia aos “sertões de amanhã”. Passado e futuro se articulavam a partir de uma percepção daquele agente histórico de que no lugar das permanências, havia se instaurado as transformações, embora com ressalvas quanto a seu alcance.

Dessa articulação entre passado e futuro, o que ficou registrado na narrativa de Audrin foi o saudosismo mesclado com uma perspectiva positiva sobre o avanço da “civilização” sobre aquele espaço que ocorria através da *aceleração* das transformações, mas que foi identificada como “progresso”, como pode ser identificado nesse trecho:

¹¹⁸⁹ AUDRIN, 1963, p. 204.

¹¹⁹⁰ AUDRIN, 1963, p. 202.

¹¹⁹¹ Sobretudo a partir da década de 1960, com o incentivo à apropriação daquele espaço por parte de empresários, agricultores e colonizadores, que resultou, na prática, numa intensificação da *aceleração* do *ritmo temporal* das transformações que são analisadas à frente.

Uma onda irresistível de progresso material e social invade aqueles longínquos recantos e repele para mais longe, ou antes, faz desaparecer grande parte de tudo quanto foi por nós presenciado e pertence agora a um saudoso passado. As transformações de ordem material ocasionaram profunda evolução no plano social. Estradas de rodagem, embora imperfeitas, principiam a estender-se por imensidades, até há pouco tempo, quase desertas. Sulcando as grandes artérias fluviais e seus numerosos afluentes, barcos possantes e rápidos reduzem a poucas semanas, se não a alguns dias, as intermináveis viagens de outrora. Animam-se as infinitas solidões das matas e campinas¹¹⁹².

A “animação” que estaria se instaurando naquelas “solidões” vinha, segundo Audrin, por meio das estradas, ainda que o frei soubesse das limitações do alcance das mesmas e que algumas áreas não seriam alcançadas por esse “progresso” tão rapidamente, pois, “[...] graças à sua enorme extensão, muitos recantos do interior do Brasil hão de permanecer dificilmente acessíveis. A sua posição geográfica preservá-los-á de contatos e influências que fariam desaparecer os modos de vida ancestrais.”¹¹⁹³ Seria esse distanciamento de “[...] estradas de rodagem, de rios navegáveis e de campos de aviação, poderão sobreviver grupos de sertanejos, aplicados aos trabalhos primitivos, sustentados pela fé dos seus antepassados...”¹¹⁹⁴

Na prática, nem todo o espaço foi alcançado por estradas, o que não impediu mudanças em termos de comunicação e circulação de pessoas que ocorreu nas décadas seguintes. Apesar de sua abordagem sobre a “permanência”, Audrin finalizou sua narrativa fazendo o seguinte convite:

Penetram em nossos sertões muitos bandeirantes modernos. Venham, não somente com armas, munições e apetrechos diversos, mas também cheios de coragem e de alegre tenacidade. Um Brasil ainda ignorado por muitos brasileiros ser-lhes-á revelado e melhor compreenderão a audácia dos antigos bandeirantes que penetravam no misterioso sertão fascinados e impelidos sempre para diante por todas as maravilhas que seus olhos contemplavam.¹¹⁹⁵

¹¹⁹² AUDRIN, 1963, p. 202-203.

¹¹⁹³ AUDRIN, 1963, p. 204.

¹¹⁹⁴ AUDRIN, 1963, p. 204.

¹¹⁹⁵ AUDRIN, 1963, p. 205.

O frei considerava que o Brasil seria “um dos países mais ricamente dotados deste mundo”¹¹⁹⁶ e que o “sertão” era privilegiado pois num “futuro bem próximo” seria o alvo do “[...] aproveitamento das inesgotáveis riquezas do sertão: madeira preciosas, cristais, diamantes, caucho e castanha das matas amazônicas e - quem sabe? – petróleo e carvão escondidos no seio de tantas regiões ocultas.”¹¹⁹⁷

Apesar de mostrar-se entusiasmado com o “progresso” que supostamente estaria chegando, o religioso também sinalizou que estaria temeroso quanto à possibilidade do desaparecimento do “modo de vida” do “sertanejo”, pois, “[...] pouco a pouco, mudam-se costumes, mentalidades e modo de vida dos sertanejos. Esvai-se o que poderíamos chamar o perfume encantador da simplicidade sertaneja.”¹¹⁹⁸ Audrin apontava que antigas “[...] povoações afastadas do convívio nacional e privadas de socorros, começam a possuir campos de pouso para aviões militares e comerciais. Penetram nos sertões novos grupos étnicos e surgem, assim, elementos transformadores dos modos de vidas daquelas regiões.”¹¹⁹⁹

É fundamental indicar que para Audrin seriam filhos dos “sertanejos” que seriam “[...] utilizados, para o desenvolvimento daquelas regiões os vossos dotes físicos e as vossas qualidades morais”¹²⁰⁰, desde que não se deixassem “seduzir pela miragem das grandes cidades; conservai-vos fiéis aos vossos rincões”, aguardando “o advento infalível e próximo dos progressos, com os quais nunca sonharam os vossos pais”.¹²⁰¹ Portanto, seriam as futuras gerações dos “sertanejos” os agentes históricos responsáveis pela dinamização dos “progressos” por meio de seus corpos e moralidade, sendo os fomentadores do futuro.

Entretanto, apesar dessa ponderação, é perceptível em outras passagens da narrativa, que Audrin considerava tanto o “sertão”, quanto o “sertanejo”, como pertencentes ao passado. O autor convida ao leitor interessado “[...] pelo passado a percorrê-lo [sertão] conosco, numa romaria patriótica¹²⁰², através dessas

¹¹⁹⁶ AUDRIN, 1963, p. 205.

¹¹⁹⁷ AUDRIN, 1963, p. 204.

¹¹⁹⁸ AUDRIN, 1963, p. 203.

¹¹⁹⁹ AUDRIN, 1963, p. 203.

¹²⁰⁰ AUDRIN, 1963, p. 203-204.

¹²⁰¹ AUDRIN, 1963, p. 203-204.

¹²⁰² Destaca-se que a expressão “romaria patriótica” remete tanto à dimensão religiosa católica, quanto a do patriotismo buscado pelo ideal de estado-nação próprio do contexto em que escreveu.

páginas”¹²⁰³, indicando elementos sobre os “sertanejos” que os inseriam naquela mesma dimensão temporal, destacando suas formas “primitivas” de trabalho e a falta de técnicas e equipamentos modernos. Todavia, não se tratava de uma operação simples, pois Audrin se contrapunha a outros que traziam perspectivas diferenciadas sobre os “sertanejos”. Para o frei, esses agentes históricos seriam dignos de elogios, pois:

Admiremo-los como os pioneiros silenciosos, mas teimosos da verdadeira “marcha para o Oeste”.

Verdadeiros bandeirantes do século XX, uns mais inteligentes e audaciosos, outros mais modestos, todos prolongam a empresa dos antigos bandeirantes, porque contribuem, cada dia, à custa de sacrifícios, à conquista de mais uma parcela do vastíssimo Brasil desconhecido e inabitado, e preparam seus sertões bravios à chegada inevitável e próxima da Civilização e do Progresso.¹²⁰⁴

Destaca-se que esse trecho da narrativa foi escrito entre 1947 a 1951 quando o projeto da “Marcha para o Oeste” estava sendo propagandeada e existiam notícias e narrativas sobre “bandeirantes” que avançavam sobre aquele espaço, como é problematizado à frente. Logo, o frei Audrin estava afirmando que os “pioneiros” do Oeste seriam os “sertanejos” e não os “sertanistas”, “bandeirantes” e demais agentes históricos oriundos do Sudeste. O autor indica que seriam os “sertanejos” os agentes históricos que possibilitariam o avanço “inevitável” do “progresso” e da “civilização”. Nesse sentido, o “sertão” seria um lugar “desconhecido e inabitado” sem a presença dos “sertanejos”, desconsiderando a presença e a territorialidade indígena, indicada apenas para descrever a ação missionária e as relações estabelecidas com os diferentes grupos.

Sua narrativa se contrapõe de forma constante à *representação* do “sertanejo” como um “jeca-tatu” que havia sido elaborada por Monteiro Lobato, destacando que “[...] ninguém, pois, os tenha como os “jecas-tatus” do autor de *Urupês*, nem os trate de párias, dignos de compaixão, senão de desprezo!”¹²⁰⁵. Audrin destaca que:

Ao relatar os esforços dos sertanejos agrícolas quisemos mostrar que não se deve acreditar na inércia e na incurável preguiça que alguns escritores ousaram atribuir-lhes. O conhecido inventor do

¹²⁰³ AUDRIN, 1963, p. 07.

¹²⁰⁴ AUDRIN, 1963, p. 09.

¹²⁰⁵ AUDRIN, 1963, p. 09.

Jeca Tatu chegou a afirmar, referindo-se ao sertão: “Lá, nem flores, nem frutas, nem legumes...”! Podemos responder-lhe que essa afirmação é inteiramente infundada e, outras, não menos depreciativas, constituem até uma ofensa aos nossos Brasileiros do interior.¹²⁰⁶

Apesar do religioso reforçar que não escrevia com “pretensão ao título de escritor e muito menos de etnólogo” indicando ter esboçado “simples apontamentos destituídos de qualquer feição literária e científica¹²⁰⁷”, sua narrativa foi colocada como fonte de verdade e indica que os “sertanejos” que se referia eram diferentes daqueles descritos por outros autores. Para Audrin “[...] o sertanejo de Couto de Magalhães era o goiano oriundo de Goiás e o mineiro natural de Minas, assim como o baiano de Euclides da Cunha era sobretudo o caboclo do interior da Bahia”¹²⁰⁸, e estes seriam bem diferentes dos “sertanejos” por ele descritos, uma vez que:

Os sertanejos a que nos referimos e que chamamos “nossos” não são os sertanejos em geral, e sim aqueles que vivem nas zonas centrais, tão mal conhecidas, banhadas pelos Rios Tocantins, Araguaia, Xingu e seus numerosos afluentes. Era indispensável esta indicação para justificar, de início, a nota geralmente otimista destas páginas e para prevenir os possíveis protestos daqueles que pretendem pensar e falar baseados nas descrições um tanto acerbas de Euclides da Cunha, nas narrativas injustas de Monteiro Lobato, nos relatórios pessimistas de certas comissões oficiais.¹²⁰⁹

Assim, Audrin destaca que o “estudo” apresentado na sua narrativa tinha relação com um “sertanejo” que habitava aquele espaço específico e que nada tinha a ver com a “[...] massa de retirantes que temos visto, com compaixão, desembarcar nas plataformas das Estações Roosevelt ou Pedro II, com destino aos cortiços da Paulicéia ou às favelas da Cidade Maravilhosa”¹²¹⁰, pois

[...] não vegetam em recantos desolados [...]. Não são vítimas de secas periódicas que aniquilam criações, inutilizam as lavouras e obrigam-nos a expatriar-se à procura do “Inferno Verde”. [...]. São pobres, na verdade, porém asseados; não andam esfarrapados e esfomeados. Nada lhes falta quando podem e querem trabalhar. Naquelas imensas terras devolutas onde moram, ninguém vai

¹²⁰⁶ AUDRIN, 1963, p. 52.

¹²⁰⁷ AUDRIN, 1963, p. 03.

¹²⁰⁸ AUDRIN, 1963, p. 105

¹²⁰⁹ AUDRIN, 1963, p. 08.

¹²¹⁰ AUDRIN, 1963, p. 08.

disputar-lhes o chão que escolheram para levantar a sua choupana, ou vedar-lhes a orla de mata para organizar as suas lavouras. São livres; vivem e pelejam num país de florestas, de verdes campinas e várzeas, onde correm águas permanentes, onde o solo é rico e fartas as pastagens, onde nunca faltam caças nas matas, onde rios e lagos são piscosos.¹²¹¹

Trata-se de uma percepção idealizadora sobre as condições materiais de existência daqueles “sertanejos”, uma vez que Audrin em outros trechos da narrativa indica a ocorrência de “injustiças” cometidas por fazendeiros em relação aos seus vaqueiros¹²¹², e se tratando do uso da terra, outras partes apontam a apropriação das terras por parte de fazendeiros que chegaram antes e formaram latifúndios, dentro dos quais, os que chegaram depois eram obrigados a pedir autorização para construir suas moradias, cultivar lavouras e ter criações de animais, sendo “agregados”.¹²¹³

As narrativas de Audrin e Gallais permitem vislumbrar elementos pertinentes às *relações de poder e práticas sociais* relacionadas com aqueles agentes históricos categorizados como “sertanejos” e com os grupos indígenas nas primeiras décadas do século XX, situando um movimento de deslocamento de grupos que avançava em direção às margens do Araguaia situadas no Mato Grosso nas proximidades da Ilha do Bananal.

Outra fonte documental produzida naqueles anos foi um manuscrito nomeado de “Carte de l'Araguaya en 1912”¹²¹⁴ que aponta a existência de “povoados” nas margens do Araguaia localizadas no Pará e fornece indícios de como outros agentes históricos *representavam* o espaço através de mapas que continham apontamentos da localização de “povoados” e de territórios indígenas para além de funcionários de governos.

Essa carta pode ser visualizado na figura inserida a seguir:

¹²¹¹ AUDRIN, 1963, p. 08-09.

¹²¹² AUDRIN, 1963, p. 161-162.

¹²¹³ AUDRIN, 1963, p. 44-45.

¹²¹⁴ I.B.E., 1912. Biblioteca Curt Nimuendajú. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/imagen:10>>. Acesso em: 16/09/2018.

Embora não possua autoria, no seu verso está escrito “Carte du cours inférieur de l’Araguaya et du Tocantins dressée par I.B.E.”, que remete à possibilidade do manuscrito ter sido elaborado por missionários dominicanos, conforme indicando por Ribeiro:

Desse modo, o mapa seria um rascunho (uma ‘working copy’) cujo destino final era a publicação (a julgar pelos rabiscos às margens, correções, riscos cobrindo algumas palavras, etc.). Consultando a bibliografia ao final do trabalho de Pic¹²¹⁵, vê-se que há pelo menos uma publicação com data compatível com a do mapa (Marie-Hilarion Tapie o.p., “Feuilles de route d’un missionnaire au centre du Brésil et chez les peaux-rouges de l’Araguaya et du Tocantins”, Toulouse, Privat, 1913). Baldus (1954:708-709) menciona duas outras publicações (1928, 1929) de Tapie, que em 1911 “desceu o Araguaia, de Leopoldina a Conceição”, fazendo a viagem de volta de “Conceição do Araguaia a Araguari, via Pôrto Nacional”.¹²¹⁶

Todavia, apesar dessa fonte documental precisar de pesquisas aprofundadas sobre sua produção e intencionalidades, sua existência permite visualizar uma *representação* do espaço situado às margens do Rio Araguaia entre o Pará, Goiás e Mato Grosso, indicando a localização de Marabá, Conceição do Araguaia e outras localidades situados ao sul, bem como a *representação* da Ilha do Bananal e a indicação da presença de diversos povos indígenas

Ressalta-se ainda que não eram apenas missionários dominicanos que avançavam sobre aquele espaço e produziam fontes documentais sobre *o outro*. Audrin inseriu num trecho de suas narrativas elementos sobre disputas entre missionários de diferentes ordens católicas e protestantes ao abordar a adesão dos “sertanejos” à sua religião. O frei justificou que havia entre esses “sertanejos” um “sentimento religioso” e a necessidade de “externalizar sua crença” ligada a um “catolicismo enraizado” e isso teria resultado na ineficiência das ações de “protestantes de diversas seitas” que não conseguiam com que “os poucos

¹²¹⁵ O pesquisador encontrou “[...] o detalhado trabalho da historiadora Claire Pic, autora da tese “[Les Dominicains de Toulouse au Brésil \(1881-1952\): De la mission à l’apostolat intellectuel](#)” (2014)”, que o levou a cogitar a relação entre essa fonte documental e os dominicanos.

¹²¹⁶ RIBEIRO, Eduardo. [Nota de Leitura]. Um mapa manuscrito da região do Rio Araguaia (1912) (Ribeiro 2017). 28/05/2017. Biblioteca Curt Nimuendajú. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/doc:30>>. Acesso em: 16/09/2018.

indivíduos conquistados aqui e acolá pelos ministros da Reforma”¹²¹⁷ permanecessem fiéis. De acordo com a percepção de Audrin:¹²¹⁸

Os protestantes escoceses da Ilha do Bananal, com quem traváramos relações cortesias, tiveram de retirar-se, depois de alguns anos de peleja, por causa da total indiferença do povo para com a sua religião. Os “Adventistas do Sétimo Dias” fixados em Piedade, nas beiras do Araguaia, renunciaram, por sua vez, à catequese otimamente principiados graças aos subsídios de uma Missão americana.¹²¹⁹

Esses trechos apontam o posicionamento de Audrin favorável ao catolicismo e que menosprezava outras religiões as descrevendo como “seitas”, mas também indicam a existência de missões estrangeiras que passaram a disputar com as ordens católicas a possibilidade de realizar ações missionárias, sobretudo destinadas a povos indígenas.

De acordo Amoroso¹²²⁰, de 1845 até o início do século XX, “[...] o indigenismo brasileiro viveu uma fase de total identificação com a missão católica”¹²²¹, sendo que, com base nas legislações vigentes, os diferentes governos “[...] dividiam mais uma vez os encargos da administração da questão indígena com as ordens religiosas católicas.”¹²²² Entretanto, desde os primeiros anos do século XX, ocorreram mudanças trazidas pela República e a Igreja Católica perdeu o monopólio sobre a catequese indígena e expedições de outras religiões passaram a percorrer o espaço em busca de “almas”.

Araújo¹²²³ indica que nesse período ocorreram expedições realizadas por missionários presbiterianos, batistas, metodistas, episcopais, congregacionais, luteranos do Sínodo de Missouri e adventistas, sobretudo estrangeiros, e que agiam a partir de diferentes estratégias como “[...] a comercialização de literaturas

¹²¹⁷ AUDRIN, 1963, p. 120.

¹²¹⁸ Destaca-se que o uso da palavra “seita” para identificar outras religiões e o uso de letras maiúsculas para escrever religião católica indica uma contraposição entre ambas e uma desqualificação da primeira.

¹²¹⁹ AUDRIN, 1963, p. 121.

¹²²⁰ AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de Hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos Capuchinhos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, jun. 1998.

¹²²¹ AMOROSO, 1998, 02.

¹²²² AMOROSO, 1998, 02.

¹²²³ ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. *Os Javaé e o protestantismo: salvação e resistência (1896-1937)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO, 2019.

religiosas, a defesa dos valores da religião civil estadunidense visando a transformação social por intermédio da educação e, principalmente, a conversão de pessoas ao discurso que propagavam.” Dessa forma, seriam práticas ligadas ao “protestantismo missionário” ou de “conversão”, mas que, de acordo com a autora, não foram capazes de ter resultados significativos frente ao que categoriza como “postura decolonial” dos Javaé diante das propostas de “salvação e civilização”. Apesar das peculiaridades de sua análise decolonial que não poderão ser expostas e debatidas nessa tese, a indicação de Araújo permite identificar a existência de estratégias e práticas de resistência empreendidas pelos povos indígenas que tiveram contato com os diferentes missionários. Destaca-se que, apesar das narrativas terem sido escritas pelos religiosos, na prática, as relações interétnicas eram dinâmicas e envolviam *relações de poder* nas quais os grupos indígenas resistiram e/ou se aliaram aos missionários utilizando-se de diferentes estratégias a partir de interesses diversos.

Todavia, eram as narrativas de missionários que foram publicadas e circulavam nos países de origem após “excursões protestantes de “exploração” no Vale do Araguaia” que foram realizadas por missionários estrangeiros como William Azel Cook, Frederick Charles Glass, Archie Macintyre e Raymond Brooke Clark.¹²²⁴

Nelas se estabeleceram contatos com os povos indígenas Krahô, Iny (Karajá, Javaé e Xambioá), Tapirapé e Xerente. Culminaram na publicação de extensos relatos contendo dados memorialísticos dos povos indígenas da região, impressões pessoais do ambiente experimentado, concepções dos povos indígenas pautadas por valores hierarquizantes e elaborados sob uma pretensa perspectiva neutra de observação e, sobretudo, indicações de interesse no início da evangelização dos povos da região central do Brasil, com delineamentos de projetos de salvação e de *civilização*.¹²²⁵

Esses quatro missionários estiveram na Ilha do Bananal entre grupos indígenas, sendo Frederick Charles Glass e Archie Macintyre missionários da Evangelical Union of South America, ao passo que William Azel Cook e Raymond Brooke Clark representavam a Christian and Missionary Alliance.¹²²⁶

¹²²⁴ *Idem*, 2019, p. 105.

¹²²⁵ ARAÚJO, 2019, p. 105. (Grifos da autora).

¹²²⁶ ARAÚJO, 2019, p. 106-107.

Apesar dessas excursões serem anteriores à instalação de Mato Verde, é possível indicar que as narrativas resultantes contêm *representações* sobre o *outro*, como na obra “Bananal or Among Pagan Indians in Brasil”¹²²⁷, publicada por Raymond Brooke Clark em 1923, na qual os Karajá foram categorizados como “índios pagãos” situados “no interior” do país. Em 1934, Archie Macintyre indica que aquele espaço seria “o coração do Brasil” e anos antes, em 1909, William Azel Cook, afirma ter estado nas “selvas do Brasil”.¹²²⁸ No mesmo período, Frederick Charles Glass também publicou narrativas sobre as “terras selvagens brasileiras”¹²²⁹ e sobre sua “jornada de investigação entre os índios de pele vermelha do Brasil Central”¹²³⁰. É possível perceber que a utilização da categorização do espaço como “interior”, “selva” e “coração” do Brasil indica uma percepção diferenciada daquela de “sertão” peculiar à colonização lusitana, uma vez que os narradores eram norte americanos e possuíam outras concepções e categorizações como a de que os indígenas teriam “pele vermelha”.

Outra narrativa produzida por um missionário protestante foi “O indígena brasileiro: Expedição entre as tribus selvagens da Ilha do Bananal e norte de Matto Grosso”¹²³¹, publicada em 1926 por Benedicto Odilon Propheta (1882-1960). Entre 1922 a 1924 o missionário batista empreendeu uma viagem a partir do litoral nordestino, passando pelo Norte de Goiás até onde identifica ser o “coração do Brasil”,¹²³² percorrendo parte da Ilha do Bananal. Sua narrativa indica seu interesse em implementar seus ideais de educação destinados aos “sertanejos” e povos indígenas, bem como pela realização de um “estudo entre os selvagens do *hinterland* brasileiro, e particularmente entre os Carajás da majestosa Ilha do Bananal”. Tratava-se de uma missão atribuída a Propheta durante a “Convenção

¹²²⁷ CLARK, Raymond Brooke. **Bananal ou Among Pagan Indians in Brasil**. São Paulo: Imprensa Methodista, 1923.

¹²²⁸ COOK, William Azel. **By horse, canoe and float: through the wildernesses of Brazil**. Ohio, EUA, The Werner Company, 1909.

¹²²⁹ GLASS, Frederick Charles. **Through Brazilian jungles with the book**. Londres, Pickering & Inglis, s/d.

¹²³⁰ GLASS, Frederick Charles. **A thousand miles in a dug-out; being the narrative of a journey of investigation among the red-skin Indians of central Brazil**. Londres: South American Evangelical Mission, 1911.

¹²³¹ PROPHETA, Benedicto. **O indígena brasileiro: Expedição entre as tribus selvagens da Ilha do Bananal e norte de Matto Grosso**. Bahia: A Nova Graphica, 1926. Acervo da Biblioteca Curt Nimuendajú.

¹²³² PROPHETA, 1926, p. 207.

Baptista Brasileira” de 1922.¹²³³ De acordo com o missionário, o “ideal da educação pratica do sertanejo” do “Instituto Baptista Industrial Correntino” estava sendo realizado no Piauí,¹²³⁴ de modo que a partir de suas concepções e percepção, Propheta narra seus projetos sobre a educação, pois era um problema a ser solucionado pela República, tal qual outras questões que haviam sido abordadas em outros de seus livros publicados anteriormente como “Problemas Nacionais”, “O Brasil Central” e “O indígena brasileiro” que se somavam às obras religiosas de sua autoria.

Tratava-se de um missionário brasileiro inserido nos debates sobre os problemas da “pátria”, dentre os quais estava a busca por levar a “civilização” para os povos indígenas, categorizados por Propheta como “gentio do Brasil Central”, “aborígenes” e “selvagens”. De acordo com Araújo¹²³⁵, na primeira parte do livro, Propheta “[...] estabelece uma visão panorâmica em relação aos indígenas brasileiros à época, a evangelização jesuíta, as origens do homem sul-americano e o início de sua jornada rumo à região central do Brasil”. Partindo dessa abordagem, o missionário inseriu em sua narrativa uma série de reflexões antropológicas com teorias sobre a origem do “homem americano”, a suposta existência de “raças” e de Atlântida, chegando a conclusões diversas, dentre as quais a de que “[...] na época do descobrimento do Brasil o Continente era habitado por mais de uma raça selvagem”.¹²³⁶ Segundo o missionário:

Para todos os povos do mundo, o contacto com gente mais civilizada é um privilegio, porque torna-os maiores e mais felizes.

Para o selvagem o phenomeno social do encontro com a luz da civilização, foi a maior de todas as calamidades, fazendo-nos crêr: mais bella, mais doce, mais encantadôra seria a obscuridade perenne do espírito selvagem, do que o fulgôr dos raios da civilização que o tortura pelo egoísmo, que o envilece pela escravidão, que o atormenta pela violencia, que o degrada pelos estratagemas ignóbeis da sensualidade bestial, desrespeitando a honra de suas donzellas, deturpando a fidelidade esponsal de suas pobres mulheres.

¹²³³ PROPHETA, 1926, s/p. Apresentação.

¹²³⁴ PROPHETA, 1926, p. 162.

¹²³⁵ ARAÚJO, 2019, p. 252.

¹²³⁶ PROPHETA, 1926, p. 41

Notemos como fôra considerado o nosso aborígene, logo depois de descoberto, e o plano em que tem sido colocado pelos legítimos representantes de nossa civilização.¹²³⁷

Sua perspectiva problematizava o caráter violento presente no *processo histórico* de contato entre aqueles identificados como “selvagens” e os “civilizados” com ênfase nas concepções ligadas à moralidade religiosa como o da castidade de “donzelas” e o respeito com mulheres casadas que fazem com que Propheta condenasse a violência sexual sofrida por indígenas. Essa perspectiva se manteve na segunda parte do livro no qual, por nove capítulos, o missionário abordou sua viagem, a chegada à Ilha do Bananal e o contato com os indígenas Xerente, Karajá e Tapirapé¹²³⁸. A partir de suas concepções religiosas e preconceitos, Propheta descreve um grupo de Karajá nos seguintes termos:

Andam quase nus. Os homens se julgam *bem vestidos e decentes* só em razão de conservarem o aparelho genital contrahido no prepúcio amarrado sob muitas voltas de cordão, ao qual, na sua característica simplicidade, talvez por antonomasia, dão o nome de *ceroula*, julgando que o *traje bizarro* é para elles o que a ceroula é para o homem civilizado.

As mulheres são mais coerentes: trazem apenas as pernas e o busto expostos, conservando em torno da cintura uma faixa de *atraca* que protege perfeitamente a nudez feminina.¹²³⁹

Propheta se colocava como um antropólogo e escreveu trechos de sua narrativa dedicados à “Efhographia Carajá” com observação de festas, enterros e aquilo que identifica como a “religião” e a “revista dos habitos e costumes selvagens”.¹²⁴⁰ Todavia, as descrições e categorizações sobre *o outro* partiam de sua concepção religiosa, moral, preconceitos e percepção, de modo que comparava a cosmologia, mitos e ritos indígenas à sua religião constantemente. Essa foi a base da abordagem do missionário que criticava a forma de vestimentas do *outro* ainda que os Karajá indicassem que o estojo peniano era considerado uma forma de vestir.

Essa mesma postura pode ser identificada nos trechos da narrativa nos quais o missionário fez “considerações de anatomia” indicando uma “tribu

¹²³⁷ PROPHETA, 1926, p. 7-8.

¹²³⁸ ARAÚJO, 2019, p. 252.

¹²³⁹ PROPHETA, 1926, p. 269. (Grifos do autor).

¹²⁴⁰ PROPHETA, 1926, p. 263.

itapirapé” de “verdadeiros mestiços” com “bandeirantes”.¹²⁴¹ De modo semelhante, ao entrar no que nomeia de “zona chavantina”, Propheta afirma que seriam os Xavante o “maior entrave á catechese” por sua “ferocidade” num espaço onde havia a mais “absoluta ausencia de civilizados”.¹²⁴² Para Propheta, além de povos considerados “entraves”, havia outros indígenas que estariam esperando pela “civilização”, como uma “tribu cherente” que “entre os selvagens” seria “[...] a sentinella avançada que clama ha quatro seculos pela CARIDADE SURDA da Patria Brasileira ...”¹²⁴³

Além dessas *representações sobre o outro humano*, Propheta ao adentrar o espaço onde está situado o Rio Araguaia e a Ilha do Bananal indica que estaria “dentro de verdadeiro deserto”¹²⁴⁴, numa “região despovoad”, onde “uma coisa que angustiava” seria a “falta de sítios civilizados”.¹²⁴⁵ O missionário também aponta a existência de “Rios que não figuram no Mappa do Brasil”, mas destaca no apêndice da obra uma “synthese das riquezas nativas da maravilhosa Ilha do Bananal que encerra no seu coração o coração do futuro do Brasil Central”.¹²⁴⁶ Nessa parte da obra, o narrador ressalta ainda a diversidade de peixes que possibilitaria uma “indústria ichthyologica no Araguaya”¹²⁴⁷ a existência de “madeiras de lei”,¹²⁴⁸ ervas medicinais, coco do babaçu e jarina, conhecida como “marfim da Amazônia”, a ser aproveitada para a confecção de botões, bengalas e outros itens, indicando sua perspectiva utilitarista sobre a natureza. A ilha poderia ainda ser utilizada para lavoura e criação de gado, pois, de acordo com Propheta:

E' escusado falar da fertilidade da terra mediante o artigo segundo deste appendice, onde se diz de sua magnificencia “para plantação de todos os cereaes, verduras e fructos” do mesmo modo que a respeito da criação, deve-se apreciar o escrúpulo no calculo do gado que a região pode comportar “numero superior a 2.000.000”, quando pode se registrar desassombradamente que a Ilha do Bananal dispõe de capacidade bastante, (não somente em virtude da variedade de forraçens alimentícias como pela

¹²⁴¹ PROPHETA, 1926, p. 319.

¹²⁴² PROPHETA, 1926, p. 263.

¹²⁴³ PROPHETA, 1926, p. 209. (Grifos do autor).

¹²⁴⁴ PROPHETA, 1926, p. 249.

¹²⁴⁵ PROPHETA, 1926, p. 231.

¹²⁴⁶ PROPHETA, 1926, p. 339.

¹²⁴⁷ PROPHETA, 1926, p. 344.

¹²⁴⁸ PROPHETA, 1926, p. 340.

vastidão do território) para criar 3.000.000 de cabeças de gado vaccum.¹²⁴⁹

Ao fechar sua narrativa, o missionário indica que ali estaria o “verdadeiro Eldorado Brasileiro”, “[...] onde estão occultos aos olhos profanos as *maravilhas* até então veladas através do manto de ouro da Fabula. O Brasil Central é um Novo MUNDO a descobrir”¹²⁵⁰, afirmando que “[...] o magno problema que solucionará todos os outros, é o de transporte - a *chave encantada* que abrirá, de par em par, todas as portas por onde deverão entrar livremente a Civilização e o Progresso.”¹²⁵¹

Araújo¹²⁵² se debruçou sobre as polêmicas nas quais Propheta se envolveu por sua atuação e ideias, o que indica que o mesmo se envolvia em debates sobre projetos de nação, tendo como base suas concepções religiosas e suas percepções a partir do conhecimento sobre o “sertão” que davam legitimidade ao missionário que inseriu em sua obra um desenho com a *representação* da Ilha do Bananal. Além de indicar o conhecimento de Propheta sobre a Ilha do Bananal aos leitores, essa *representação* permite observar a ausência de referências a “povoados” nas proximidades e o apontamento da localização de diversas aldeias de diferentes povos indígenas, bem como a inclusão de um ponto onde estaria a “casa de José Roxo” que não foi mencionada ao longo de sua narrativa, de modo que poder ser um indígena ou um “sertanejo”.

Essa *representação* permite problematizar que possivelmente não havia “povoados” nas proximidades da Ilha do Bananal até a segunda década do século XX, pois caso existissem, provavelmente seriam mencionados por Propheta que narra se sentir angustiado pela ausência de “sítios civilizados” que seriam locais de pouso e de auxílio. A *representação* incorporada na narrativa do autor pode ser visualizada a seguir:

¹²⁴⁹ PROPHETA, 1926, p. 341.

¹²⁵⁰ PROPHETA, 1926, p. 349-350.

¹²⁵¹ PROPHETA, 1926, p. 349-350.

¹²⁵² *Idem*, 2019.

Ressalta-se que a narrativa de Propheta, apesar das especificidades das argumentações, projetos e percepções, compartilhava algumas concepções de outros missionários coevos, *representando o outro* a partir de intencionalidades individuais e de suas religiões de levar a “civilização” ao “sertão” através da ação missionária entre os povos indígenas e a educação para os “sertanejos”. Todavia, Propheta não deu ênfase na busca pela “pacificação” dos Xavante como os missionários salesianos que avançavam sobre aquele espaço vindos do Sudeste.

Alguns membros da Ordem dos Salesianos estabeleceram uma missão junto povo Boe, conhecidos como Bororo, no início do século XX e a partir dali passaram a adentrar o espaço que compreende o Rio Araguaia, a Ilha do Bananal e outros rios, como o das Mortes, buscando “pacificar os Xavante” por meio da catequização. Esses salesianos também produziram narrativas e que indicam a existência de Mato Verde e de seus moradores e são incorporadas à análise dessa tese para abordar algumas *práticas sociais e relações de poder* conexas com Mato Verde e com Lucio da Luz, como a visita do presidente Vargas à Santa Isabel.

A obra “Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação das suas reservas”¹²⁵³, apresenta documentos redigidos pelo padre salesiano Hipólito Chovelon (1884-1966), endereçados ao então presidente, Getúlio Vargas. Trata-se de uma carta e outros seis relatórios da ação missionária realizada entre os anos de 1938 a 1942, que trazem elementos da perspectiva dos salesianos daquele período em relação ao espaço onde a missão atuava. Nessa mesma fonte, parte da narrativa¹²⁵⁴ foi produzida por Francisco Fernandes Sanchez (1891-1977), que nasceu na cidade espanhola de Bejar, frequentou o colégio salesiano, entrou para o noviciado e se juntou à Ordem em 1919. Três anos depois, o salesiano estava no Mato Grosso onde foi enviado a Meruri, sede da missão junto aos Bororo, onde atuou como professor, músico, agricultor e meteorologista, sendo voluntário para integrar o grupo de aproximação dos Xavante que realizou expedições que foram

¹²⁵³ CHOVELON, Hipólito; FERNANDES, Francisco; SBARDELOTTO, Pedro. **Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas**. Campo Grande: Missão Salesiana, 1996.

¹²⁵⁴ O livro também apresenta uma terceira parte baseada em documentos sobre a “criação de reservas” para os Xavante, mas que tratam de um espaço para além do foco analítico dessa tese.

abordadas em seus escritos.¹²⁵⁵ Após esse período, integrou a missão de Santa Terezinha e depois a missão junto aos Xavante em Sangradouro.¹²⁵⁶

A narrativa de Francisco Fernandes tem como título “Aventuras Xavantescas da missão salesiana de Mato Grosso no rio das Mortes”, onde o autor frisava que se tratava de “aventuras”, mas diferenciadas, pois não seriam os salesianos como “garimpeiros ou bandeirantes”¹²⁵⁷, se referindo a outros agentes históricos que adentravam aquele espaço. Essa narrativa foca nas ações violentas praticadas pelos Xavante contra os “civilizados”, iniciando com a situação em que os “selvícolas” teriam atacado uma fazenda nas proximidades do Rio das Mortes e a morte dos padres salesianos João Fuchs e Pedro Sacilotti em 1934.

Fernandes integrava o grupo de aproximação com os Xavante liderados por Hipólito Chovelon, missionário nascido em Lion, França, de onde partiu em 1901 rumo à Avigliana, Itália, para fazer o noviciado e se tornar um salesiano. Naquele mesmo ano, veio para o Brasil e, em Corumbá, Mato Grosso, exerceu atividades pastorais até 1930, quando passou a atuar na Prelazia de Registro do Araguaia até que foi enviado ao colégio de Guiratinga onde ficou até 1961 e escreveu sobre as línguas Guarani, Karajá e Xavante.¹²⁵⁸ As narrativas do padre Chovelon são diferentes das escritas por Fernandes, pois são parte de correspondências oficiais enviados para Getúlio Vargas dando notícias sobre as atividades da missão salesiana. Tanto na carta, quanto nos relatórios, é possível identificar trechos bastante semelhantes, tal como esse:

Realmente o Rio das Mortes percorre uma zona riquíssima de campinas e matas, próprias para lavoura e criação de gado. O **povoamento depende tão só da pacificação dos índios Xavante** que até agora fazem o terror dos moradores das vizinhanças pelas suas correrias e ataques traiçoeiros. Daí percorre a necessidade urgente de amparar a Missão Salesiana que já tem obtido um encontro amistoso, afim de favorecer-lhes os meios de uma penetração mais eficaz, tendendo ao aldeamento e educação da tribo Xavante, abrindo assim esta imensa zona

¹²⁵⁵ O padre João Bosco Monteiro Maciel descreve o texto de Francisco Fernandes como um manuscrito em caderno espiral, quadriculado e que estava intitulado como “*Aventuras Xavantescas da Missão Salesianas de Mato Grosso no Rio das Mortes*”. IN: CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO, 1996, p. 47.

¹²⁵⁶ CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO, 1996, p. 45-46.

¹²⁵⁷ CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO, 1996, p. 49.

¹²⁵⁸ CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO, 1996, p. 9-10.

entre os Rios Xingu e Araguaia aos progressos da nossa civilização.¹²⁵⁹

A descrição do espaço como aberto para a “civilização” e ao “progresso” está presente em outras partes dessa documentação, somada à ideia de que tal abertura dependeria da “pacificação” dos Xavante. A mesma argumentação foi utilizada no relatório redigido em 1938, onde descreve os terrenos do Rio das Mortes e do Araguaia como propícios para a criação de gado, afirmando que: “Os caboclos dos sertões adjacentes de Goiás e Mato Grosso olham com inveja estas campinas imensas e, só esperam a pacificação da numerosa e belicosa tribo dos índios Xavante. E a marcha para o centro, para o Oeste que existe já nesta zona.”¹²⁶⁰

Em 1942, o padre Chovelon aponta a correlação entre a ideia de que o povoamento daquele espaço dependia da ação missionária junto aos Xavante:

De acordo com o Governo do Estado de Mato Grosso, esperamos convidar colonos para o povoamento das terras entre o Araguaia e o Rio das Mortes, até o paralelo que passa pelo patrimônio de São Domingos, sendo colonizados, também, vários pontos elevados nas margens do rio Araguaia.

Este programa de povoamento está intimamente ligado ao problema da PACIFICAÇÃO dos índios Xavante.

Pelo trabalho constante e pelo exemplo, esperamos influenciar o ânimo do índio que acompanhara, vivamente interessado, o **progresso e a ordem dos colonos orientados e amparados pelo Missionário.**

Estaremos bem recompensados vendo esta vasta zona povoada, pacificados os nossos Xavante, impelidos desta forma mais para o Oeste os limites econômicos do nosso Brasil.¹²⁶¹

Nota-se a intenção de colocar os missionários salesianos como os agentes históricos que possibilitariam a vinda do “progresso” e do povoamento daquela “zona”, indicando a “grandiosa obra de Colonização do Rio das Mortes e da Serra do Roncador”¹²⁶² e desconsiderando que aquele espaço era, em sua

¹²⁵⁹ Carta de 1938 do padre Chovelon a Getúlio Vargas. In: CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO, (1996, p. 11).

¹²⁶⁰ Relatório de 1937, escrito em 1938 do padre Chovelon a Getúlio Vargas. In: CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO (1996, p. 19).

¹²⁶¹ Relatório de 1941, escrito em 1942 do padre Chovelon a Getúlio Vargas. In: CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO (1996, p. 40). (Grifos meus).

¹²⁶² Relatório de 1942, escrito em 1943 do padre Chovelon a Getúlio Vargas. In: CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO (1996, p. 44).

maioria, territórios indígenas “tradicionalmente ocupados ou em disputa por diferentes povos.

Destaca-se que os salesianos, assim como outros missionários, elaboraram narrativas que exaltavam suas “obras”, pois havia disputas entre ordens católicas e com outras religiões, além de possivelmente existir a necessidade de se diferenciarem de “visitas pastorais” realizadas anteriormente por outros religiosos, como o bispo de Goiás no período de 1891 a 1907, Dom Eduardo Duarte Silva (1852-1924), cuja comitiva teria percorrido o “Vale do Araguaia” entre dezembro de 1892 e janeiro de 1893, tendo contato com os Javaé e outros povos, como averiguado por Araújo.¹²⁶³

As narrativas desses salesianos indicam ainda a existência de outras expedições para além daquelas empreendidas por religiosos, como as Bandeira Anhanguera e Bandeira Piratininga chefiadas por jornalistas paulistas que avançavam sobre aquele espaço nas primeiras décadas do século XX. Porém, antes de apresentar as *práticas sociais e relações de poder* envolvidas nessas “bandeiras” e nas narrativas resultantes, é abordada a existência de outras expedições realizadas por cientistas, sobretudo por etnólogos e antropólogos, em busca pelos “exóticos”, “primitivos” e “selvagens” indígenas e que resultaram em outras narrativas.

3.4. Expedições de pesquisadores navegando o Araguaia e seus afluentes e adentrando em suas margens nas proximidades da Ilha do Bananal

Nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, expedicionários adentravam o espaço que envolve o Rio Araguaia e suas margens nas proximidades da Ilha do Bananal, atravessando por vezes o ponto específico onde seria construído Mato Verde, o território Karajá próximo às margens do Araguaia e também do território dos Tapirapé, cujas aldeias estavam situadas nas imediações do Rio Tapirapé. Ademais, onde seria construído São Félix do Araguaia por moradores vindos de Mato Verde, existia um grupo de Xavante territorializados, bem como a presença de Kayapó que atravessavam todo aquele amplo espaço.

¹²⁶³ *Idem*, 2019, p. 184.

3.4.1. Narrativas de etnólogos americanistas alemães e pesquisadores norte-americanos da Smithsonian sobre os povos indígenas considerados fadados ao desaparecimento

A presença desses povos indígenas atraiu outros pesquisadores germânicos após a expedição de Paul Ehrenreich realizada entre 1887 e 1888, uma vez que pesquisa etnográfica teriam se consolidado como área das ciências naturais na Alemanha trazendo prestígio aos estudiosos que realizassem trabalho de campo junto aos povos pesquisados e ainda gerava uma rede de circulação e venda de materiais para compor coleções etnográficas de museus. De acordo com Schumann e Hartmann,¹²⁶⁴ museus públicos e privados adquiriam material etnográfico de diversos “coletores”, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, sendo que o Museu de Etnologia de Stuttgart adquiriu adornos plumários, armas, objetos de uso doméstico e pessoal dos Kayapó e Karajá trazidos por Emil Zarges¹²⁶⁵ em 1906, bem como outros materiais etnográficos dos Karajá que foram levados em 1908 por Gustav Heinrich Ralph von Koenigswald¹²⁶⁶ (1902-1982) e por B. Pohlmann¹²⁶⁷ em 1935. Além desses materiais adquiridos de forma direta, em 1917 teria ocorrido uma permuta com Museu de Etnologia de Leipzig e a coleção etnográfica foi

¹²⁶⁴ SCHUMANN, Leonor; HARTMANN, Tkekla. Coleções etnográficas brasileiras em Stuttgart: histórico e composição. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 2, 1992, p. 127-128.

¹²⁶⁵ De acordo com Schumann e Hartmann (1992, p. 132): “Seu perfil ainda está incompleto. Educado em Stuttgart, ingresso na carreira comercial e por dois anos esteve empregado numa casa exportadora de Hamburgo. Veio em 1895 para o Brasil. Parece ter fundado no Pará a casa exportadora e bancária Zarges, Ohliger & Cia., onde trabalhou até 1907, transferindo-se então para a filial em Manaus. Em 1912 ou 1913 é sócio solidário da firma Zarges, Berringer & Cia., colabora na organização da Associação Comercial do Amazonas, da qual eventualmente se torna presidente, exercendo ainda as funções de cônsul alemão em Belém. Registram-se diversas viagens suas à Europa.”

¹²⁶⁶ Koenigswald tinha formação em paleontologia, mas dedicava-se à estudos etnológicos além de que “[...] entre 1891 e 1893 atuou como naturalista-viajante para o Museu Sertório de São Paulo, passando então a “preparador” do Museu Paulista. [...] Já em Karlsruhe, publica na revista *Globus* de 1908 pequenas etnografias bem feitas de “Botocudos”, Kayuá, Kaingang e Karajá, ilustrando-as com peças de sua própria coleção.”, conforme Schumann e Hartmann (1992, p. 131). Ademais, publicou em 1908 um texto com ilustrações de moradias, pessoas, materiais de uso doméstico e ritualístico dos Karajá em: KOENIGSWALD, Gustave von. Die Carajá-Indianer. In: **Globus: Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde**, XCIV, n. 14, Braunschweig, p. 217-238, 1908. Esse texto não é analisado pelo fato de ser produzido antes da existência de Mato Verde.

¹²⁶⁷ Schumann e Hartmann (1992, p. 132) indicam não terem informações sobre esse fornecedor de material etnográfico, e como o mesmo não produziu narrativas incorporadas à análise, não é aprofundada pesquisas a esse respeito.

aumentada com cachimbos, trançados, figuras de argila e recipientes de cuia decorados dos Karajá e Javaé que havia sido levados por Fritz Krause em 1917.¹²⁶⁸

Aquele material etnográfico teria sido “coletado” em 1908 quando Fritz Krause (1881-1963),¹²⁶⁹ considerado por Petschelies¹²⁷⁰ como integrante da “segunda geração de etnólogos alemães americanistas”, realizou uma expedição de pesquisa entre Karajá, Javaé e Kayapó em 1908, num período em que fazia parte do quadro do Museu de Etnologia de Leipzig. Ao retornar, “[...] passou a dirigir o Setor Americanista do Museu, publicando até 1911 os resultados de sua viagem. O etnólogo qualificou-se como professor universitário em 1920 e assumiu a direção do Museu de Etnologia de Leipzig entre 1927 até 1945.”¹²⁷¹

A partir dessa indicação sobre a relação entre a expedição e a carreira de Krause é possível indicar que *práticas sociais* e *relações de poder* que envolviam esses agentes históricos e suas ações junto aos povos por eles pesquisados. É preciso considerar que cada um desses agentes históricos possuía diferentes percepções sobre *o outro* e distintas concepções teóricas, tendo vínculos institucionais variados, de modo que a realização de expedições permitia que comercializassem material etnográfico “coletado” junto à aldeias com museus, publicassem textos com narrativas permeadas de análises que os inseria em debates acadêmicos e públicos, legitimando, por vezes, suas admissões em universidades e alicerçando suas carreiras intelectuais. Portanto, conhecer *o outro* garantia a esses pesquisadores possibilidades de serem inseridos em *relações de poder* nas quais ganhos financeiros e de prestígio eram prováveis.

Krause, assim como Paul Ehrenreich, estaria convencido do “extermínio iminente de tais povos” e por isso buscavam coletar a maior quantidade e variedade possível de materiais¹²⁷² e anotar informações sobre a “cultura”, ainda que a partir de relatos de terceiros, como indicado por Araújo¹²⁷³ em relação aos

¹²⁶⁸ SCHUMANN; HARTMANN, 1992, p. 127-128.

¹²⁶⁹ E acordo com Schumann e Hartmann (1992, p. 131), “Krause estudou na Universidade de Leipzig, doutorou-se em 1905 com uma tese histórico-etnográfica sobre os Pueblo e no mesmo ano ingressou nos quadros do Museu de Etnologia da cidade; trabalhou inicialmente com as coleções da Oceania, com vistas a uma pesquisa de campo nas ilhas do Almirantado que, afinal, não pôde concretizar.”

¹²⁷⁰ *Idem*, 2019, p. 296.

¹²⁷¹ SCHUMANN; HARTMANN, 1992, p. 131.

¹²⁷² ARAÚJO, 2019, p. 220.

¹²⁷³ ARAÚJO, 2019, p. 323.

Javaé que não aceitavam contatos com *o outro* até 1950 e que foram considerados a “mesma coisa” dos Karajá.¹²⁷⁴ A expedição de 1908 foi rápida e o etnólogo não conseguiu efetivar o projeto de alcançar os Tapirapé em 1914 numa outra expedição cancelada por conta da primeira Guerra.¹²⁷⁵

Contudo, a expedição de 1908 resultou na publicação de diversos textos em alemão como o “Tanzmaskennachbildungen vom mittleren Araguaya (Zentralbrasilien)” de 1910¹²⁷⁶ e de obras como a “In den Wildnissen Brasiliens: Bericht und Ergebnisse der Leipziger Araguaya-Expedition 1908”¹²⁷⁷ de 1911 que que continha um mapa com o trecho percorrido e a *representação* da localização de aldeias Karajá e Javaé, o território dos Tapirapé e o apontamento da presença de Kayapó próximos a Conceição do Araguaia numa carta intitulada “Karte des Rio Araguaya nach eigenen Aufnahmen bearbeitet”.¹²⁷⁸

Todavia, o debate sobre “o problema dos índios” continuava e publicações de pesquisadores estrangeiros e brasileiros circulavam entre os letrados e acirravam as discussões sobre os projetos de nação nos quais o “lugar” dos indígenas variava tal qual as abordagens teóricas a respeito daquele *outro humano*, de modo que alguns dos escritos de Krause foram traduzidos e publicados entre 1941 e 1942 na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.¹²⁷⁹ Desse modo, o interesse interno se somou ao de outros países, e ocorreu um aumento significativo

¹²⁷⁴ ARAÚJO, 2019, p. 171-172. A autora indicou que o etnólogo seria responsável pela confusão por ter se baseado em relatos de Karajá que “[...] teriam dito que “os Javahé são seus parentes, falando o mesmo idioma, tatuando-se o mesmo distintivo tribal, casando e comerciando”...” (ARAÚJO, 2019, p. 171).

¹²⁷⁵ PETSCHLIES, 2019, p. 490-491. Destaca-se que, apesar de ser um pesquisador interessado em outros povos, Krause compartilhou da “febre da guerra” e do nacionalismo vivenciado na Alemanha naquele período da primeira grande guerra, sendo que mais tarde passou por situações de penúria e escassez de alimentos decorrente das retaliações sofridas pelo país após a derrota (PETSCHLIES, 2019, p. 495). Também foi partidário do Nazismo e teria assumido “[...] posições de destaque em diversas instituições científicas ligadas a museus e à etnologia, mesmo que suas pesquisas não condissessem com a ideologia racista do propagada pelo terceiro *Reich*”, mas foi demitido e perdeu a licença de lecionar depois que a Alemanha perdeu a segunda guerra. (PETSCHLIES, 2019, p. 558).

¹²⁷⁶ KRAUSE, Fritz. Tanzmaskennachbildungen vom mittleren Araguaya (Zentralbrasilien). In: **Jahrbuch des Städtischen Museums für Völkerkunde zu Leipzig**, Band. 3, Leipzig: R. Voigtländer's Verlag, p. 97-122, 1910.

¹²⁷⁷ KRAUSE, Fritz. **In den Wildnissen Brasiliens: Bericht und Ergebnisse der Leipziger Araguaya-Expedition 1908**. Leipzig: R. Voigtländer's Verlag, 1911.

¹²⁷⁸ KRAUSE, Fritz. Karte des Rio Araguaya nach eigenen Aufnahmen bearbeitet. In: KRAUSE (1911).

¹²⁷⁹ Os escritos foram inseridos em dez publicações como a seguinte: KRAUSE, Fritz. Nos sertões do Brasil. In: **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Arquivo Municipal, Tomo 73-4, p. 274-5, 1940-1943.

de expedições de etnólogos nas primeiras décadas daquele século em direção ao Rio Araguaia e Ilha do Bananal que resultavam em coletas de materiais enográficos e na escrita de narrativas e análises sobre os povos ali territorializados como as de Krause e de outros alemães como Gustav von Koenigswald¹²⁸⁰, Max Schmidt¹²⁸¹, de Tibor Sekelj¹²⁸² e Wilhelm Kissenberth.¹²⁸³

Não era apenas os germânicos que tinham interesse em realizar pesquisas junto aos povos indígenas territorializados ou presentes nas margens do Rio Araguaia nas proximidades da Ilha do Bananal, de modo que ocorreram expedições de pesquisadores norte-americanos enviados pelo Instituto Smithsonian fundado e administrado pelo governo dos EUA e que possuía museus, setores educacionais e de pesquisa ligados à área de antropologia através dos quais foi publicado o texto “The Carajá”¹²⁸⁴ em 1948 por Willian Lipkind, e em 1953 uma obra mais ampla intitulada “Indian Tribes of Northern Mato Grosso, Brazil”¹²⁸⁵ de Kalervo Oberg. Esses autores, assim como os etnólogos alemães indicados, não indicam em suas narrativas a existência de Mato Verde, embora contenham *representações sobre o outro* que podem ser analisadas em outras pesquisas.

3.4.2. Outros agentes históricos escrevendo sobre os povos indígenas presentes e territorializados no “Araguaia”

Nas primeiras décadas do século XX foram produzidas narrativas sobre os povos do Araguaia, dentre as quais a de Jorge Henrique Augusto Padberg-

¹²⁸⁰ KOENIGSWALD, 1908.

¹²⁸¹ Ressalta-se que o debate sobre o suposto “problema” extrapolava o espaço em análise e envolveu outros etnólogos alemães, dentre os quais se destaca Max Schmidt que abordou elementos sobre os Kayapó que percorriam as imediações da Ilha do Bananal na seguinte obra: MAX, Shmidt. Los Kayapó de Matto-Grosso. In: Revista do Museu Paulista. Nova Série, Volume I, São Paulo, 1947.

¹²⁸² SEKELJ, Tibor. Excursión a los indios del Araguaia (Brasil). **Runa**: Archivo para las Ciencias del Hombre, Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas. p. 97-110, 1948.

¹²⁸³ KISSENBERTH, Wilhelm. Über die hauptsächlichsten Ergebnisse der Araguaya-Reise. In: **Zeitschrift für Ethnologie** Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschicht. p. 36-59, Berlin, 1912. Esse etnólogo alemão esteve no Araguaia entre 1909 a 1910 como enviado do Museu Real de Antropologia de Berlin, cujas especificidades foram analisadas por Petscheli (2019, p. 443-448).

¹²⁸⁴ LIPKIND, Willian. The Carajá. In: STEWARD, Julian H. (ed.). **Handbook of South American Indians**. V. 03. The tropical forest tribes, p. 179-19, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, Washington: Government Publishing Office, 1948.

¹²⁸⁵ OBERG, Kalervo. **Indian Tribes of Northern Mato Grosso, Brazil**. Publication n. 15. Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, United States Government Printing Office, Washington, 1953.

Drenkpol¹²⁸⁶ na qual as categorias “selvagem”, “bárbaro”, “feroz”, “bárbaro” e “civilizado” não foram acionadas, e o autor debatia com etnólogos sobre a “cultura” dos Karajá, indicando que “[...] a sua situação ethnographica é ainda enigmatica de todo”, posto que “muitas propriedades, especialmente tradições e o estylo de seus artefactos, denotam uma immigração de regiões mais septentrionaes. Nem a lingua dos Karayás, classificada até hoje como “isolada”, parecia alumiar a obscuridade do problema.”¹²⁸⁷

A partir dessas possibilidades de pesquisa, outros agentes históricos escreveram¹²⁸⁸ sobre os povos indígenas territorializados nas imediações da Ilha do Bananal e nas margens do Araguaia, como o frei dominicano Luiz Palha que lançou em 1942 o “Ensaio de gramática e vocabulário da língua karajá falada pelos índios remeiros do rio ‘Araguaia’”¹²⁸⁹ e sem fazer uso daquelas categorias.

Contudo, outros agentes históricos passaram a escrever sobre povos indígenas, como o tenente médico do exército Othon Xavier de Brito Machado que foi naturalista-chefe da Expedição à Mesopotâmia Araguaia-Xingu realizada em 1945 por trechos dos rios Araguaia e Tapirapé.¹²⁹⁰

Brito Machado fez parte da 127 Equipe Geográfica à Mesopotâmia Araguaia-Xingu, expedição organizada pelo CNPI, o SPI e o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso. A expedição fez diversos levantamentos geográficos e científicos da região que os próprios membros da equipe denominaram Mesopotâmia Araguaia-Xingu. Os trabalhos realizados por essa expedição foram realizados durante o segundo semestre de 1945 e foram chefiados pelo Gen. José Vieira da Rosa.¹²⁹¹

¹²⁸⁶ PADBERG-DRENKPOL, Jorge Henrique Augusto. Situação histórico-cultural dos Karayás. In: **Boletim do Museu Nacional**, ano II, n. 06, Rio de Janeiro: Museu Nacional, p. 71-82, 1926, p. 71.

¹²⁸⁷ PADBERG-DRENKPOL, 1926, p. 71.

¹²⁸⁸ Destaca-se que existem indicações de outros pesquisadores que realizaram trabalhos de campo junto aos Karajá na seguinte dissertação: CAVALCANTI-SCHIEL, Helena Moreira. *O vermelho, o negro e o branco*. Modos de classificação entre os Karajá do Brasil Central. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, 2005, p. 12.

¹²⁸⁹ PALHA, Luiz. **Ensaio de gramática e vocabulário da língua karajá falada pelos índios remeiros do rio ‘Araguaia’**, Rio de Janeiro, 1942. Disponível no acervo da Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.

¹²⁹⁰ ARAÚJO, 2019, p. 136.

¹²⁹¹ CASAS MENDOZA, Carlos Alberto. *Nos olhos do outro: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940-1970)*. Tese de Doutorado (Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, 2005, p. 126-127.

O general Vieira da Rosa realizou uma palestra¹²⁹² no ano seguinte na qual descreveu a viagem realizada e a geografia daquele espaço colocado como “mesopotâmia” que significa “terra entre rios” e faz alusão aos Rio Tigre e Eufrates. A expedição foi organizada pelos ministérios da Guerra e da Agricultura juntamente com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). É preciso destacar que o interesse na exploração de espaços interioranos e nos povos indígenas fomentava a produção de diferentes fontes documentais que, por vezes, eram resultado de expedições fomentadas por instituições estatais como as citadas anteriormente. Desde 1910, o Estado brasileiro havia criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional (SPILTN), que após uma reforma administrativa se tornou o SPI, que tinha como objetivos a proteção, atração e sedentarização dos indígenas, tendo o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) como seu agente histórico mais conhecido.

O SPI fomentava explorações de espaços como as realizadas pela Expedição à Mesopotâmia Araguaia-Xingu e indica em correspondências com o presidente Getúlio Vargas de 1945 que aquela ação possuía como objetivo a realização de estudos científicos pela equipe geográfica e “[...] na parte etnográfica, já iniciados com pleno êxito junto às tribos indígenas ainda em estado primitivo, habitantes do Matto Grosso. A equipe etnográfica continuará os seus trabalhos de etnografia e documentação fotocine-etnográfica nas malocas dos rios Curisevu e Coluene, formadores do Xingú.”¹²⁹³

Portanto, para o SPI, aquela expedição possuía condições de realizar estudos etnográficos, de modo que Othon Machado, além de médico, botânico e chefe do Serviço de História Natural da Expedição à Mesopotâmia Araguaia-Xingu,

¹²⁹² Essa narrativa foi realizada através de uma palestra proferida no Círculo dos Oficiais Reformados do Exército e Armada no dia 2 de Setembro e na Sociedade Brasileira de Geografia no dia 19 de Setembro de 1946, e pode ser lida em: Revista da Sociedade Brasileira de Geografia. Tomo LIV, 1947-1948p. 57-69.

¹²⁹³ Trecho de Carta do SPI a Getúlio Vargas. In: CASAS MENDOZA, 2005, p. 148. O autor ainda inseriu outra parte da mesma fonte documental onde se lê: “Tomarão parte nas expedições cientistas e técnicos especializados que procederão aos necessários laboratórios, observações e investigações, cujos resultados constarão dos relatórios, mapas, fotografias, filmes, cine-sonográficos documentários e demais material etnográfico, obtido in-loco, em tempo, classificados e coordenados nos gabinetes e laboratorios das respectivas equipes na sede da referida Seção de Estudos.”

[...] fez uma grande coleta de dados etnográficos sobre os carajás da região do rio Araguaia. Recolheu uma ampla variedade de dados sobre língua e vocabulário carajá, organização social, sistema econômico, aspectos de navegação, artes, esportes, medicina, conhecimentos de meteorologia e astronomia, e sobre lendas e narrativas carajás. Com esses dados elaborou uma monografia sobre os carajás que foi entregue ao chefe da Equipe Geográfica, que, por sua vez, a encaminhou ao chefe do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso (SCCM), Cel. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos¹²⁹⁴.

Em 1947, Machado publicou seus escritos numa obra¹²⁹⁵ que, de acordo com Cavalcanti-Schiel¹²⁹⁶, seria de caráter “etnológica filosófica” sobre os Karajá, no qual apresenta uma narrativa sobre religião, criminalidade, vestuário, casamento, divisão do trabalho e outros elementos da organização social e cosmologia daquele povo. Contudo, sua narrativa utilizou-se de concepções de que os Karajá seriam de outra “raça”, menos evoluídos, como pode ser observado no seguinte trecho:

Um Carajá cerebralmente mais evoluído, transportado desde pequeno para o contato da civilização e convenientemente educado, acompanhará no seu desenvolvimento somático o dito psíquico, tal e qual ocorre com os meninos civilizados. Integrado à humanidade, sua mentalidade poderá atingir os níveis mais elevados: será capaz de compreender Euclides, Dalambert, Newton, assimilar a Lei dos Três Estados ou demonstrar porque o “Homem se agita e a Humanidade o conduz”. Todavia (e a ressalva é apoiada por inúmeros exemplos já registados para indígenas de outras raças) poderá o atavismo interferir e determinar a volta do Carajá aos seus costumes primitivos e ao seu *habitat*, como acontece com Carovina, Carajá que é alfabetizado, reservista do Exército (onde foi cabo), funcionário da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e diplomado em apicultura e... tudo abandonou e voltou à vida livre, simples e arrojada das margens do Araguaia¹²⁹⁷.

Esse e outros trechos de sua narrativa indicam a percepção do autor sobre *o outro*, que ainda indica que crimes como o latrocínio não é comum entre os

¹²⁹⁴ CASAS MENDOZA, 2005, p. 127-128. O autor indicou que Mattos encaminhou a monografia para Rondon, então diretor do CNPI, mas não sabe qual foi sua impressão. (CASAS MENDOZA, 2005, p. 131).

¹²⁹⁵ MACHADO, Othon Xavier de Brito. **Os Carajás (Inan-son-werá)**. Contribuição ao estudo dos indígenas brasileiros. Ministério da Agricultura. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

¹²⁹⁶ *Idem*, 2005, p. 11.

¹²⁹⁷ MACHADO, 1947, p. 08.

Karajá, mas que seria em relação ao “civilizado”, como era o caso do Major Basílio que teria sido roubado e “trucidado” às margens do Rio das Mortes.¹²⁹⁸

Essa narrativa de Machado é parte de um significativo *corpus* documental produzido na primeira metade do século XX por diferentes agentes históricos, desde pesquisadores estrangeiros e brasileiros, até estudiosos de outras áreas que passaram a escrever sobre *o outro* com pretensões científicas e que acabaram construindo e/ou reproduzindo *representações* sobre *o outro humano* a partir de suas concepções, percepções e de preconceitos.

Todavia, essas narrativas e as *práticas sociais* em relação a busca por conhecer *o outro* levaram a produção de outras tipologias documentais que tinham como foco os povos indígenas, como os mapas etnográficos coevos.

3.4.3. Os mapas etnográficos produzidos na primeira metade do século XX

Desde a primeira geração de etnólogos americanistas alemães foi possível identificar a inserção de *representações* do espaço percorrido pelas expedições e a localização de aldeias indígenas, como foi o caso do “Ethnographische Karte von Brasilien” de Paul Ehrenreich.¹²⁹⁹

Depois, na primeira metade do século XX, foram elaborados documentos como o “Mapa etno-histórico do Brazil e regiões adjacentes”¹³⁰⁰, produzido em 1943 pelo etnólogo Curt Nimuendajú (1883-1945)¹³⁰¹ e entregue ao Museu Paraense Emílio Goeldi, e que pode ser visualizado a seguir:

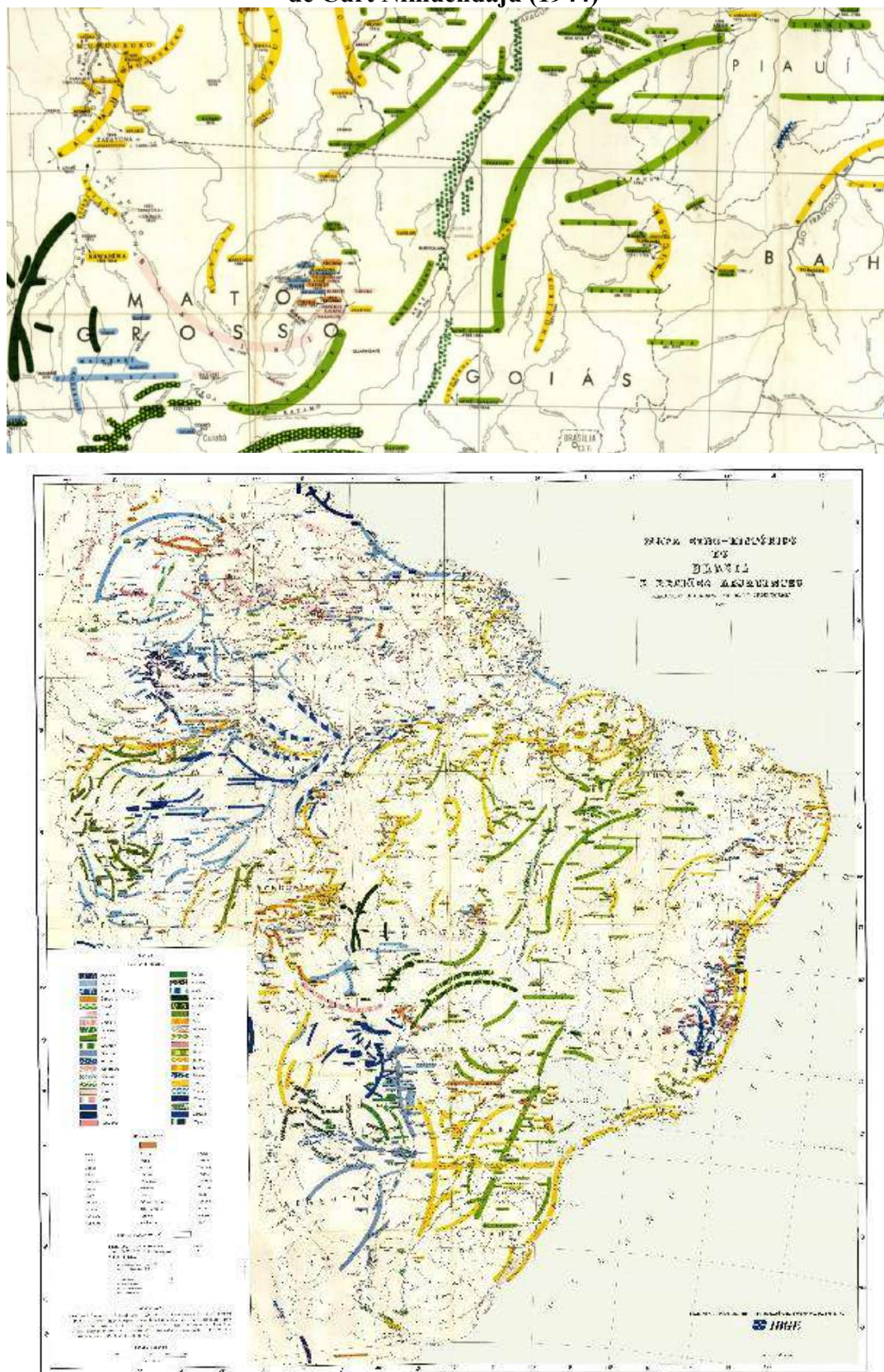
¹²⁹⁸ MACHADO, 1947, p. 09.

¹²⁹⁹ EHRENREICH, 1892. Mapa disponibilizado na Biblioteca Curt Nimuendajú. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/imagem:7>>. Acesso em: 19/09/2018

¹³⁰⁰ IBGE. Biblioteca. Fundação Nacional Pró-Memória. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=214278>>. Acesso em: 05/02/2018.

¹³⁰¹ Esse mapa foi atualizado em 1944 e teve sua versão definitiva publicada em 1981 pelo IBGE.

Figura 18 - Recorte do “Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes” de Curt Nimuendajú (1944)



Fonte: NIMUENDAJÚ, Curt (1981). In: IBGE.

Além desse, o etnólogo terminou em 1942 um mapa para o Smithsonian Institution¹³⁰² e, dois anos, produziu outro para o Museu Nacional. De acordo com Barbosa,¹³⁰³ esse mapa foi elaborado a partir de uma pesquisa sobre seu “conteúdo” de modo que a *representação* seria “a forma material” na qual seria possível identificar as localidades onde estariam os diferentes territórios e aldeias, pois

O elemento básico que Curt usou para localizar as tribos foi a hidrografia. Observa-se que houve extremo cuidado ao posicionar as letras dos nomes das tribos. Relacionou-as, ora às cabeceiras dos rios, ora aos interflúvios, às margens de rios e, ainda, ao litoral. Tendo em vista estes referenciais, Curt desenhou os nomes das tribos quase sempre em curvas para amoldá-los a rede hidrográfica e ao litoral e, quando os desenhou horizontalmente, ainda neste caso, teve em vista o curso dos rios ou referências da linha de costa. Devido a esta correlação, Curt dedicou grande atenção ao traçado dos rios. A cada novo mapa que fazia, introduzia correções. No último, para o Museu Nacional, alterou o curso de alguns rios, notadamente na Região Norte. Nestes casos, alterando o anterior, posicionou os mesmos nomes das tribos relacionando-os a nova locação dos rios.¹³⁰⁴

A ênfase dada à relação entre o espaço e os povos indígenas estava alinhada à uma perspectiva de que os rios e outras características indicam a localização de territórios que deveriam ser *representados* da forma mais aproximada possível. Antes de sua morte controversa entre os Ticuna,¹³⁰⁵ Curt Nimuendajú elaborou e realizou correções em seus mapas etnográficos, e se, no “Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes”, o etnólogo pretendia indicar a localização dos povos indígenas em todo o Brasil, em outros, busca *representar* recortes espaciais e indicar territórios e a localização de aldeias específicas, como é o caso do “Map of Historic locations of the Savante-Serente in East Central Brazil”¹³⁰⁶, de 1940. Nesse mapa, assim como no “Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes”, é possível identificar a presença dos Kayapó, Xavante,

¹³⁰² BARBOSA, Rodolpho Pinto. A cartografia do mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. Fundação Nacional Pró-Memória. IBGE. Rio de Janeiro, 1981, p. 23.

¹³⁰³ *Idem*, 1981.

¹³⁰⁴ BARBOSA, 1981, p. 23.

¹³⁰⁵ Para saber mais sobre o assunto: WELPER, Elena. Da vida heroica ao diário erótico: sobre as mortes de Curt Nimuendajú. In: *Mana*, vol. 22, n. 2, pp. 551-586, 2016.

¹³⁰⁶ NIMUENDAJU, Curt. 1940. In: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: <<http://www.etnolinguistica.org/search:site/a/p/q/mapa>>. Acesso em: 12/09/2018. Destaca-se que no canto esquerdo do mapa é possível identificar um quadro com a *representação* da localização das aldeias dos Xerente em 1930.

Xerente, Tapirapé, Karajá, Javaé e Canoeiros nas imediações da Ilha do Bananal e a área de varjões formado pelo Rio Araguaia e seus afluentes.

Santos¹³⁰⁷ destaca ainda a existência de outros mapas etnográficos, como o produzido pelo tcheco Čestmír Loukotka em 1967 e o “Mapa das Áreas Culturais Indígenas do Brasil” de Eduardo Galvão elaborado na década de 1950, coevo à publicação do “Handbook of South American Indians” que apresenta outros mapas etnográficos como o de Nimuendajú (1946) e o de Steward e Mason (1950).

Todavia essas fontes documentais não são analisadas de forma pormenorizadas, uma vez que outras narrativas apresentam *representações* sobre o espaço, a natureza e o *outro humano*, como as de Herbert Baldus e Charles Wagley e que são resultados de pesquisas etnográficas realizadas na primeira metade do século XX e que indicam as relações e conflitos interétnicos envolvendo os povos indígenas e os moradores de Mato Verde.

3.4.4. As narrativas de Herbert Baldus e Charles Wagley sobre os Tapirapé e os “sertanejos”

Os antropólogos Herbert Baldus (1899-1970) e Charles Wagley (1913-1991) realizaram trabalhos de campo junto aos Tapirapé a partir da segunda metade do século XX, elaborando narrativas sobre a cultura desse povo, bem como trazendo elementos sobre as relações com agentes históricos categorizados de “brancos”.¹³⁰⁸ Nesse sentido, parte de seus escritos específicos sobre esses trabalhos de campo podem ser analisados como fontes documentais importantes, pois trazem elementos sobre Mato Verde e alguns de seus habitantes, sobretudo, Lúcio da Luz, bem como constroem *representações* sobre o *outro humano*, uma outra natureza e espaço, ainda que buscando compreendê-lo.

¹³⁰⁷ *Idem*, 2018, p. 153. O autor destaca as produções posteriores do Instituto Socioambiental e da FUNAI, considerando, contudo, que “[...] os mesmos restringem-se a elaborar mapas com as terras indígenas, ausentando-se dados que demonstrem os territórios étnicos no tempo”.

¹³⁰⁸ Trata-se de uma categoria generalizadora que engloba diferentes agentes históricos de forma indistinta, desconsiderando que alguns eram descendentes de povos indígenas e de africanos. Por conta disso, essa categoria é utilizada entre aspas a fim de indicar que é oriunda das fontes documentais analisadas.

Baldus publicou o livro “Tapirapé: Tribo tupí no Brasil Central”¹³⁰⁹ e Wagley escreveu “Lágrimas de Boas Vindas: Os índios Tapirapé do Brasil Central”¹³¹⁰, e ambas as obras são constituídas de narrativas sobre os povos Tapirapé e suas relações com os “sertanejos”, possuindo perspectivas contrastantes sobre os últimos e outros elementos de ordem analítica em termos antropológicos. Isso porque tinham trajetórias pessoais e acadêmicas distintas, que precisam ser consideradas para que suas narrativas sejam situadas em meio às relações de força dentro das quais ambos estavam inseridos.

Herbert Baldus foi um etnólogo e antropólogo alemão nacionalizado brasileiro que pesquisou, lecionou e escreveu sobre povos indígenas do leste da América, pertencendo à equipe de cientistas do Museu Paulista. O etnólogo realizou trabalhos de campo junto ao povo indígena Tapirapé a partir dos quais desenvolveu reflexões e narrativas que podem ser identificadas na obra intitulada “Tapirapé: Tribo tupí no Brasil Central”, na qual apresenta suas reflexões a análises sobre os Tapirapé¹³¹¹, e diferentemente de outros cientistas e pesquisadores do século XIX, que descreviam relatos de terceiros sem questionamentos de sua intencionalidade, o autor afirma que o livro foi constituído por “páginas que contém dúvidas”¹³¹², uma vez que as mesmas traziam descrições de “fatos que podem ser comprovados facilmente”, mas também “informações intencionais” dadas pelos Tapirapé. Apesar do reconhecimento dessa “subjetividade” oriunda das intencionalidades diversas inseridas na sua narrativa, é fundamental frisar que se trata de uma outra perspectiva, na qual o autor procurou agregar o olhar dos Tapirapé sobre Mato Verde e Lúcio da Luz, e por conta disso, são de fundamental importância para a análise.

¹³⁰⁹ BALDUS, Herbert. **Tapirapé: Tribo tupí no Brasil Central**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

¹³¹⁰ WAGLEY, Charles. **Lágrimas de Boas Vindas: Os índios Tapirapé do Brasil Central**. Tradução de Elizabeth Mafra Cabral Nasser. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

¹³¹¹ O objetivo principal do autor foi “[...] caracterizar melhor a cultura Tapirapé, comparo-a com as culturas das tribos vizinhas e de diversas outras tribos tupi. A consideração de certos pormenores revela, às vezes, peculiaridades culturais que se opõem a dadas generalizações difusionista”, conforme Baldus (1970, p. 11”. Portanto, o autor estava inserido num debate do campo da antropologia e etnologia característica da tradição germânica cujos outros autores citados na orelha da presente obra: “Martius von den Steinen, Max Schimidt, Fritz Krause, Koch Grünberg e Kurt Nimuendajú”.

¹³¹² BALDUS, 1970, p. 11.

Baldus realizou trabalhos de campo junto aos Tapirapé entre os anos de 1935 e 1947, de modo que pode analisar as transformações que observou durante esse período, além de se dedicar a compreender como ocorreu o *processo histórico* de contato. Ao descrever o Rio Tapirapé, aponta que os “[...] únicos caminhos feitos pelo homem nos arredores do rio Tapirapé eram, em 1935, os atalhos marcadamente pisados pelos índios homônimos.”¹³¹³ O etnólogo citou registros de contato desse povo com os “tori”, ou, os “brancos”, a partir do século XVII, supondo que “[...] no século seguinte, os brancos tenham visitado os Tapirapé no seu atual *habitat*.”¹³¹⁴ Isto é indicado não só pelo caminho dos bandeirantes...”¹³¹⁵ Baldus apresenta ainda uma ampla narrativa baseada em documentos que trazem elementos que problematizou sobre o contato, os avistamentos relatados de mulheres e crianças Tapirapé que teriam sido raptadas e viviam junto aos Karajá, além do avanço de expedições em busca de seringa, missões religiosas e trabalhos de campo realizados por etnólogos.¹³¹⁶

Baldus¹³¹⁷ afirma que, em 1935, quando havia percorrido todo o Rio Tapirapé, suas margens estavam “desabitadas” e havia apenas um morador “sertanejo” na sua foz, mas que em 1947, já teriam moradores “[...] quase todos paraenses e viveram antes em diversos lugares do Araguaia”. Segundo o etnólogo:

O rio Tapirapé é um Araguaia em tamanho menor. Essa impressão geral é tida por aqueles que comparam os dois rios, principalmente, neste último, o trecho compreendido entre Leopoldina (hoje Aruanã) e Conceição, e no seu afluente Tapirapé o trecho que vai do Porto São Domingos à foz, portanto, a sua maior parte. Estes trechos apresentam as características dos rios de planície, de leito arenoso, o que ocorre também no rio Paraguai, características essas que os distinguem radicalmente dos rios de leito rochoso comuns no planalto brasileiro, tais como o Alto Paraná, acima de encarnação, e o Araguaia acima de Baliza. Assim, os primeiros tendem mais a alargar-se do que, como os últimos, a aprofundar-se. Suas margens, ou pelo menos

¹³¹³ BALDUS, 1970, p. 18.

¹³¹⁴ O autor (1970, p. 41) indicou que: “Numerosos são os autores do século XIX que falam nos Tapirapé. Já citei o que disse Silva e Sousa em 1812, Pizarro e Araújo em 1822, Cunha Mattos em 1824, Eschwege em 1830, Ayres de Cazal em 1833, Milliet de Saint-Adolphe em 1845, Monteiro Baena em 1847, Saint-Hilaire em 1848 e Alencastre em 1864. Há, ainda, o “roteiro da viagem que fez o capitão Francisco De Paula ribeiro às fronteiras da capitania do maranhão e da de goiás no ano de 1815” que menciona (37) os Tapirapé como uma das “nações bárbaras e intratáveis” que habitam as “vertentes do Tocantins”.

¹³¹⁵ BALDUS, 1970, p. 40.

¹³¹⁶ BALDUS, 1970, p. 38-48.

¹³¹⁷ BALDUS, 1970, p. 48.

uma delas, são baixas e expostas à inundação, ao passo que as do rio do planalto são altas e íngremes. A natureza do solo da planície faz seus rios deslizarem quase imperceptivelmente, com tranquilidade majestosa, enquanto a estrutura dos terrenos do planalto deixa os seus cursos d'água saltar, apressar-se e agitar-se ostensivamente por entre as pedras.¹³¹⁸

Logo, além de narrar sobre *o outro humano*, Baldus também apresenta descrições sobre a natureza e o espaço, tal qual o fez Wagley. Charles Wagley, foi um antropólogo norte americano¹³¹⁹ e também realizou trabalhos de campo no território dos Tapirapé, podendo acompanhar parte da trajetória desse povo, realizando reflexões presentes na narrativa da obra intitulada “Lágrimas de Boas Vindas: Os  ndios Tapirapé do Brasil Central”¹³²⁰ que foi publicada décadas depois do antropólogo estar entre os Tapirapé. Nessa narrativa   possível identificar que o seu primeiro trabalho de campo durou quinze meses, entre os anos de 1939 a 1940¹³²¹, e foi quando o antropólogo identifica que os Tapirapé “[...] se encontravam isolados no meio da mata, fora do alcance de qualquer meio de comunicação e isentos, portanto, de influências da sociedade circundante.”¹³²². Para o etnólogo, tal situação era fundamental:

Wagley foi inspirado pelo interesse de Linton¹³²³ em aculturação e, para sua segunda pesquisa etnográfica, procurou estudar um

¹³¹⁸ BALDUS, Herbert. **Tapirapé**: Tribo tup  no Brasil Central. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970, p. 15.

¹³¹⁹ Esse pesquisador teve muita influência sobre o desenvolvimento da antropologia no Brasil, sendo, inclusive o orientador do primeiro doutor em antropologia brasileiro, Eduardo Galvão, que com mais dois estudantes de antropologia, Rubens Meanda e Nelson Teixeira, “passaram um breve período na aldeia Tapirapé”, segundo Wagley (1988, p. 17-18).

¹³²⁰ WAGLEY, Charles. **Lágrimas de Boas Vindas**: Os  ndios Tapirapé do Brasil Central. Tradução de Elizabeth Mafr  Cabral Nasser. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

¹³²¹ WAGLEY (1988, p. 33), procurou Herbert Baldus antes de ir para campo, pois o mesmo havia feito a viagem em 1935, e o autor tinha receio que Baldus tivesse a postura de muitos antropólogos de considerar os Tapirapé como “minha tribo” ou “meu povo” e que “criticasse qualquer etnólogo norte americano que invadissem seu território”. Porém, teve apoio de Baldus, que o estimulou a ir a campo e mais tarde a escrever um livro, escrevendo: “Escrevi este livro para Charles Wagley, a mim ligado pelo amor aos Tapirapé. Escrevi-o para incentivar o colega a publicar tudo o que sabe sobre esses índios e o que pensa sobre eles” (BALDUS, 1970, p. 11). Dessa maneira, Wagley o escreve, citando o pedido e afirmando “[...] meu livro   também um gesto de amor o qual cumprio um dever para com meu falecido colega e amigo”, ressaltando que “[...] Baldus estava consciente de que discord vamos com referência a certos aspectos factuais e interpretativos da cultura Tapirapé” (WAGLEY, 1988, p. 16), indicando uma postura científica de ambos os antropólogos, que muito poderiam inspirar jovens antropólogos que por vezes disputam agressivamente seus “territórios” e “narrativas” antropológicas.

¹³²² WAGLEY, 1988, p. 15.

¹³²³ O antropólogo norte americano Ralph Linton (1893-1953), foi citado por Wagley (1988, p. 29), como sendo um dos seus principais orientadores da pós graduação que estava envolvido com

grupo remoto que passava por rápidas mudanças. Este desejo chamou a atenção de Heloísa Alberto Torres, do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, que estava recrutando pessoas formadas em Columbia para realizar pesquisas no Brasil. Com o apoio administrativo de Torres e uma sugestão de Alfred Métraux sobre que grupo pesquisar, Wagley viajou pelo rio Araguaia, em 1939, para passar 15 meses estudando os Tapirapé.¹³²⁴

A partir desse interesse, os primeiros trabalhos de campo foram seguidos de outros, realizados em 1965, quando Wagley confrontou e pode “conferir as notas de campo”, “coletar novos dados” e “observar as mudanças que ocorreram na sociedade Tapirapé num longo período de tempo.”¹³²⁵ E é justamente por se tratar de uma narrativa que pretende apresentar esse *processo histórico* de contato entre os Tapirapé e os “brancos”, que esse livro é uma fonte documental importante ao apontar para elementos presentes em *representação* sobre o *outro* analisados nos próximos capítulos que relacionam as *práticas sociais* e tais *representações* através da análise sobre Mato Verde e as narrativas de sua história.

Além desses antropólogos, outros pesquisadores e cientistas realizavam outras expedições, de modo que outros rios afluentes do Rio Araguaia passaram a ser conhecidos e percorridos, como o que ocorreu em 1945 por meio de uma “comissão” de levantamento do Rio Tapirapé com estudos de geologia, botânica e zoologia, que havia sido chefiada por José Vieira da Rosa, identificado por Baldus.¹³²⁶ Havia ainda expedições médicas que adentravam aquele espaço com

questões teóricas da aculturação que, segundo o autor, seria um “impacto do contato permanente da civilização ocidental com povos primitivos”, sendo que “Um dos principais problemas que se colocou foi a importância dos primeiros dez ou 15 anos de contatos entre os povos ocidentais e as supostamente intocadas tribos primitivas”. Logo, alguns elementos analíticos oriundos do evolucionismo e funcionalismo próprios de certa antropologia coeva, estavam influenciando o olhar de Wagley quando realizou os trabalhos de campo junto aos Tapirapé.

¹³²⁴ PACE, Richard. O legado de Charles Wagley: uma introdução. In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum, Belém, v. 9, n. 3, p. 597-615, 2014, p. 598.

¹³²⁵ WAGLEY (1988, p. 15). Nessa mesma página, o autor, diferente de outros expedicionários, reflete sobre seus escritos: “Admito, porém, que minhas notas são “frias”, isto é, não podem amparar-se na minha memória, como ocorre com anotações “frescas” e diárias, tomadas em campo, quando examinadas passados alguns meses ou um ano”. O etnólogo discute, portanto, aspectos metodológicos de seus escritos, afirmando ainda que “[...] meu estudo sobre os Tapirapé beneficiou-se do de outros observadores” que seriam as Irmãzinhas de Jesus que se estabeleceram junto ao grupo em 1952 e das crônicas de Valentim Gomes que era encarregado do SPI, conforme WAGLEY (1988, p. 16).

¹³²⁶ BALDUS, 1970, p. 17.

profissionais prestando serviços de saúde básica aos povos indígenas e aos “sertanejos” e que elaboraram narrativas.

3.4.5. As narrativas do médico Haroldo Cândido de Oliveira e sua perspectiva sobre o “bom selvagem” feliz longe da “civilização

Esses pesquisadores por vezes se encontravam no caminho ou antes de adentrarem aquele espaço, como é o caso do etnólogo Herbert Baldus e o médico Haroldo Cândido de Oliveira, cuja relação de auxílio foi alvo de uma dedicatória na obra “Índios e Sertanejos do Araguaia: Diário de Viagem”¹³²⁷ escrita por Oliveira a partir de uma viagem realizada em 1947 junto com aquele etnólogo.

Oliveira apresenta em sua narrativa alguns elementos que indicam o seu estranhamento em relação ao espaço e a natureza, uma vez que o médico era citadino e ao escrever sobre sua viagem por Anápolis e Goiânia categoriza essa última cidade como “vermelha, barrenta”, afirmando que a visitou anos antes, em 1942, na ocasião de sua “inauguração” como capital, e depois da realização de “melhorias” que a teria deixado pior do que antes. Depois, ao seguir para Goiás, antiga Vila Boa, o médico indica que as estradas eram péssimas e que seguiam através de “[...] vastos desertos. Vegetação miserável, raquítica, e de uma tristeza quase humana. Parece que até as plantas sentem o abandono em que vivem.”¹³²⁸ Dessa forma é possível compreender, desde o início que aquele médico vindo do litoral estranhava as longas distâncias entre as cidades e localidades, além da própria natureza composta por uma vegetação diferente da mata atlântica ou de paisagismos onde plantas são selecionadas conforme critérios oscilantes de estética. Por fim, o autor afirma que teria sentido em Goiás o “perfume do passado” apontando para sua percepção de um espaço diferenciado de centros urbanos, indicando ainda a existência de mulheres bonitas¹³²⁹ e suas impressões sobre a “sociedade local”.¹³³⁰

¹³²⁷ OLIVEIRA, Haroldo Cândido de. **Índios e Sertanejos do Araguaia: Diário de Viagem**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1950.

¹³²⁸ OLIVEIRA, 1950, p. 07.

¹³²⁹ OLIVEIRA, 1950, p. 08.

¹³³⁰ O autor relata que aquela cidade tinha predominância de mulheres, sobretudo de moças que seriam muito bonitas, de um modo geral (1950, p 09-10).

Depois de sua narrativa sobre as cidades de Goiás, em junho de 1947, o médico realizou uma expedição à serra Dourada e ao retornar, interpretou partes das narrativas de Couto de Magalhães que se ocupavam da questão da salubridade, pois, segundo o antigo governador, a então província era local de inúmeros casos de doenças. Oliveira identifica que quase cinquenta anos depois: “Em todo o estado de Goiás tenho encontrado um grande número de estropiados, mudos, cegos, paralíticos, idiotas, tortos, papudos, bobos, uma legião de desgraçados!”¹³³¹. Depois seguiu para Leopoldina, num trajeto descrito em meio à reclamações das “estradas péssimas”, onde encontrou no pequeno porto os “destroços do “Colombo”, “barco do General Couto de Magalhães”¹³³² e onde teria avistado o Rio Araguaia descrito como uma “verdadeira maravilha”. O médico descreve ainda a falta de trabalhos formais ali, destacando a prostituição de mulheres e meninas submetidas às situações de “tristeza”, pouco remuneradas e sujeitas à contaminação de doenças trazidas pelos garimpeiros que por ali passavam. Esses trechos de sua narrativa deixam claro que Oliveira também tinha como objetivo observar, analisar e relatar a situação de saúde das populações por onde andava, ainda que segundo sua própria narrativa, havia sido convidado pelo Serviço de Proteção do Índio (SPI) tão somente para “inspecionar as tribos indígenas do Araguaia”.¹³³³

Ao ter contato com um grupo de Karajá que vivia numa “pequena colônia”, o autor indica que os mesmos estariam em “[...] condições bastante superiores às dos “civilizados”: melhor saúde, melhor situação econômica, melhor cultura, mais limpeza, mais trabalho, etc.”¹³³⁴ Como médico a serviço de um órgão governamental, Oliveira anota o número de indígenas examinados e aqueles que estavam doentes com o paludismo¹³³⁵ e um caso isolado de blenorragia¹³³⁶ indicando sintomas e situações observadas. O médico afirma ainda que, enquanto sua lancha não chegava, teria tratado de oitenta pessoas, das cerca de duzentas que ali viviam, diagnosticando que os principais problemas de saúde seriam a malária,

¹³³¹ OLIVEIRA, 1950, p. 12.

¹³³² OLIVEIRA, 1950, p. 17.

¹³³³ OLIVEIRA, 1950, p. 05.

¹³³⁴ OLIVEIRA, 1950, p. 24.

¹³³⁵ Doença causada pelo parasita *Plasmodium*, transmitido pela picada de mosquitos infectados e conhecida popularmente como malária.

¹³³⁶ Blenorragia é uma doença sexualmente transmissível (DST) causada pela bactéria *Neisseria gonorrhoeae*, também conhecida como gonorreia.

verminoses, doenças venéreas e sarna, além de carências e distúrbios alimentares.¹³³⁷ Assim, Oliveira afirma ter abrangido suas “amostragens” populacionais em outras cidades e localidades, passando por São José do Araguaia, Piedade, mas parando em locais específicos em territórios ou com presença indígena, como uma praia conhecida como Luiz Alves, onde teria examinado alguns Karajá.

No Posto indígena (PI) Heloisa Torres, o médico teria examinado e prescrito tratamentos para os Tapirapé, além de realizar excursões, de modo que sua narrativa apresenta suas percepções junto aos Tapirapé de forma mais detalhada, possivelmente por contar com o apoio logístico do chefe daquele PI, Valentim, e do antropólogo Baldus. Entretanto, cabe ressaltar, que as anotações sobre os Karajá, acompanhadas por registros fotográficos, são igualmente importantes como fontes documentais e podem amparar pesquisas com outras problemáticas. Porém, para essa análise, o trecho principal da narrativa diz respeito a sua visita ao PI Santa Izabel e a Mato Verde.

Oliveira afirma que ao chegar em Santa Isabel o primeiro atendimento médico foi dado a um “peão” que teria sido atacado por um grupo Xavante ao errar o caminho para Mato Verde e que sobreviveu por ter desmaiado, indicando assim a existência de relações marcadas por atos de violência entre “sertanejos” e indígenas. Contudo, essa narrativa permite identificar alguns elementos de outras relações entre os Karajá e os funcionários do PI Santa Izabel. O autor narra suas impressões sobre aquele posto, indicando que havia ali uma “cerca de arame farpado que separa dois mundos”, sendo que estaria de um lado os indígenas em sua aldeia, num “mundo mágico” em meio a cantos, danças e alegria. Do outro lado, existiria um “ambiente carregado” com palavrões, discussões políticas, gritos, lamentações, “todos os tons da revolta, da tristeza, da incompreensão, do desânimo...”¹³³⁸ Nas palavras do autor:

Ironia!... Do lado de lá da cerca, estão os índios, os selvagens, os bárbaros, os bugres, os protegidos; do lado de cá, os protetores, os brancos, os civilizados, os arianos puros...
Deve haver qualquer coisa de muito errado em tudo isso...

¹³³⁷ OLIVEIRA, 1950, p. 28.

¹³³⁸ OLIVEIRA, 1950, p. 38.

E uma coisa, entretanto, é certa: os índios podem ser selvagens, bárbaros, bugres – mas são incontestavelmente mais felizes que muitos de seus protetores. [...]

Os civilizados daqui estão em condições desfavoráveis, em comparação com os índios, que estão em seu meio. É como os índios que José de Alencar conheceu nas cidades e descreveu em seus romances como taciturno, tristes, macambúzios...¹³³⁹

A narrativa de Oliveira indica que os indígenas seriam felizes por estarem em seu “meio”, ao passo que os “civilizados” estariam infelizes por se encontrarem fora do seu mundo. Trata-se de uma perspectiva do autor sobre o pertencimento ao “seu lugar” alinhada à ausência de projetos de avanço sobre o espaço do *outro*, pois tal possibilidade traria infelicidade.

Ressalta-se ainda que além das categorias “selvagens” e “bárbaros” utilizadas pelo médico para se referir aos povos indígenas, o médico insere “bugres”, indicando outra categoria pejorativa utilizada no Sul do país. Ademais, além de “civilizados”, Oliveira utiliza a categoria “branco” e “ariano puro”, sendo essa última usada de forma possivelmente jocosa se referindo aos ideais de “Civilização” buscados pelo Nazismo alemão que fomentou a Segunda Grande Guerra na qual o mundo foi imerso pouco antes do médico adentrar naquele espaço.

Diante disso, é possível identificar uma crítica às *práticas sociais* naquele posto indígena, uma vez que Oliveira considera que as relações sociais estabelecidas com os povos indígenas eram problemáticas, como pode ser observado no trecho a seguir sobre a distribuição de roupas aos Karajá:

O espetáculo, para mim, é de profunda melancolia.

Como é óbvio, reconheço que a intenção da oferta é generosa, visa vestir o nosso irmão selvícola, que está nu e com frio, visa fornecer-lhe os últimos aperfeiçoamentos que a dele, facilitando-lhe o trabalho, visa a substituição de seus métodos, antigos e obsoletos, pelos últimos inventos de uma técnica moderna aperfeiçoadíssima...

Entretanto, a introdução de todas essas novidades gera necessariamente que os índios não possuíam e que eles não poderão, com toda a probabilidade satisfazer mais tarde; são comodidades prematura para o estágio social em que se encontram e que atuam como forças desorganizadoras, de consequência imprevisíveis, de uma sociedade que vive, ainda, no regime de troca...¹³⁴⁰

¹³³⁹ OLIVEIRA, 1950, p. 38-39.

¹³⁴⁰ OLIVEIRA, 1950, p. 38.

Apesar de indicar simpatia pessoal com os povos indígenas os denominando como “irmãos”, Oliveira afirma que os mesmos estavam mais atrasados em termos de desenvolvimento da indústria e da técnica, “ainda” voltados para uma economia baseada em troca, em outro “estágio social”. O autor indica que o contato com o “civilizado” pouco agregaria em termos de melhoria de vida e a prática de doações acabaria viciando os indígenas em algumas comodidades que não seriam possíveis de serem conseguidas pela sua técnica “atrasada”. Nesse sentido, Oliveira afirma que num atendimento a uma indígena chamada Maria, após a queixa de não conseguir trabalho para ganhar dinheiro, teria aconselhado que: “[...] jogue este vestido no rio... Seu corpo vai se habituar com o agasalho, e você sentirá, depois, mais frio...”¹³⁴¹

Oliveira afirma que, apesar dos indígenas estariam em outro “estágio social”, não estariam em situação pior que os “civilizados”, uma vez que o médico se questionava qual forma de viver era a mais adequada, depois de ver a situação dos Karajá alegres e os funcionários e expedicionários tristes separados pela cerca de arame farpado em Santa Izabel. O autor apresenta questões como as seguintes:

Em todo caso, que vem a ser “civilização”? Será a posse de máquinas, o uso de utensílios, o conhecimento de técnicas? Uma sociedade, como a dos índios, que funciona sem atritos, sem cadeias, sem meretrizes, sem problemas de classe, não pode ser considerada muito mais “civilizada” do que a nossa?¹³⁴²

Tratam-se de questionamentos com uma perspectiva bastante romantizada em relação aos povos indígenas e que parte da comparação do mundo do narrador através de um jogo de espelhos com *o outro*, imaginando uma organização social baseada em relações harmônicas e inserindo uma idealização aproximada da ideia do “bom selvagem” que seria o “estágio” mais adequado em relação ao mundo corrompido pela maldade inerente à “civilização”.

Apesar do título da obra de Oliveira contemplar “índios e sertanejos”, o foco das narrativas foram os Tapirapé e os Karajá dos postos de proteção do SPI de Santa Heloisa e Santa Izabel. Uma perspectiva romantizada está presente em parte da narrativa do médico, reforçando outra *representação* sobre esses povos,

¹³⁴¹ OLIVEIRA, 1950, p. 38.

¹³⁴² OLIVEIRA, 1950, p. 40.

como felizes, “muito bonitos, fortes e altos”¹³⁴³, e mesmo diante de relatos de brigas por “amor”¹³⁴⁴, seriam, antes de mais nada, pacíficos.

Apesar dessa perspectiva de Oliveira, a forma com que descreve a impaciência de esperar um barco para ir embora de Santa Izabel e a alegria de conseguir uma carona, pois assim “termina o nosso cativo!”¹³⁴⁵, o que indica que o médico provavelmente se sentia incomodado por estar no mundo do *outro*. Oliveira não deixou de pertencer ao mundo de “civilizados”, ainda que colocasse essa categoria entre aspas e mesmo tecendo questionamentos e críticas sobre o “contato”, o uso de roupas e as relações de trabalho desenvolvido junto a esses povos e suas consequências.

Porém, além de médicos, outros agentes históricos passaram a visitar e realizar diferentes atividades em postos indígenas do SPI e em aldeias junto aos povos indígenas localizados nas proximidades de onde foi construído Mato Verde.

3.4.6. Os filmes etnográficos e a narrativa de Sylvio da Fonseca sobre o “sertão” e os Xavante “selvagens” e a difícil vida dos “sertanejos”

De acordo com Leal¹³⁴⁶, desde a década de 1890, o marechal Rondon levava fotografos em sua equipe de exploração e em 1912 teria criado uma sessão chefiada pelo tenente Thomaz Luiz Reis que ficou encarregado de produzir “documentação imagética” sobre as comissões telegráficas, a Inspetoria de Fronteira e as atividades indigenistas realizadas pelo Estado. A partir disso, foram produzidos documentários como “Sertões do Matto-Grosso” de 1913 e “Rituais e Festas Bororo” de 1917,¹³⁴⁷ e após um período de recuo nas produções dessa natureza, outros documentários foram lançados na década de 1940, que foi marcada pela retomada dos investimentos no SPI por parte do governo Vargas e “[...] coincidiu também com uma mudança de perspectiva da parte de Rondon quanto às

¹³⁴³ OLIVEIRA, 1950, p. 75, sobre os Karajá.

¹³⁴⁴ OLIVEIRA, 1950, p. 91.

¹³⁴⁵ OLIVEIRA, 1950, p. 97.

¹³⁴⁶ LEAL, Samuel. *Cinemas Xavantes: Alteridade e identidade sob o risco do cinema*. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2018, p. 115.

¹³⁴⁷ LEAL, 2018, p. 28.

possibilidades de atuação do indigenismo no território brasileiro”,¹³⁴⁸ que buscou realizar estudos etnológicos e registros da vida dos povos indígenas.

A década de 1940 foi ainda marcada pela criação da Fundação Brasil Central (FBC) e da Expedição Roncador-Xingu (ERX) e pelo interesse nos Xavante despertado por ensaios como “Enfrentando os Chavantes”, do fotógrafo Jean Manzon e do jornalista David Nasser publicado em 1944 na revista “O Cruzeiro”, a partir do qual “[...] uma imagem dos Xavante circulava massivamente, colocando-os em um lugar de destaque no imaginário do país e contribuindo para atualizar decisivamente a representação do indígena brasileiro entre o bom e mau selvagem.”¹³⁴⁹

Para Leal¹³⁵⁰, aquele “ensaio fotográfico foi, acima de tudo, um gesto emblemático do momento que o país vivia”, pois desde 1939 o SPI buscava realizar a “atração” pacífica dos Xavante e o sertanista Francisco Meireles assumiu em 1944 o comando da frente de atração do Rio das Mortes, e algumas produções cinematográficas registravam ações dessa natureza. Foi nesse período que produções cinematográficas¹³⁵¹ como “Guido Marlière: um Posto Indígena de Nacionalização” de 1946, “Entre os Índios do Sul” (1947) e “Os Carajás” (1947) de Heinz Forthmann, foram realizadas em meio às expedições de estudos de Herbert Serpa que focava nas atividades dos postos indígenas e teriam comprometido “as possibilidades de exploração etnográfica por meio do cinema para Forthmann”.¹³⁵² Enquanto cinegrafista do SPI, Forthmann produziu “Rio das Mortes” (1947), um “registro da viagem de Donatini e descrição das atividades do Posto”¹³⁵³ na oportunidade em que integrou uma expedição autorizada pelo Ministro da Agricultura, João Alberto Lins de Barros, e liderada pelo produtor Genil

¹³⁴⁸ LEAL, 2018, p. 117.

¹³⁴⁹ LEAL, 2018, p. 107.

¹³⁵⁰ LEAL, 2018, p. 107.

¹³⁵¹ Essas fontes documentais não são analisadas nessa tese, contudo, estão sendo pesquisadas por historiadores e comunicadores como é o caso de Samuel Leal (2018).

¹³⁵² LEAL, 2018, p. 118. Segundo o autor, as motivações dessas produções estariam ligados a interesses etnográficos, mas, acima de tudo, à promoção pessoal, pois: “Ele mesmo relatou em entrevista à antropóloga Cláudia Menezes que os filmes dessa época, embora tivessem a proposta de “preservar as manifestações culturais 119 indígenas, [...] tiveram caráter essencialmente promocional das atividades e dos diretores do órgão” (MENEZES, 1983, p. 24).”. (LEAL, 2018, p. 118-119).

¹³⁵³ LEAL, 2018, p. 119.

Vasconcelos¹³⁵⁴ que buscava filmar e fotografar a “frente de atração” dos Xavante no Rio das Mortes em 1946.

Vasconcelos teria “[...] bom trânsito em jornais e revistas cariocas e conseguiu colocar na comitiva os jornalistas Sílvio da Fonseca, Lincoln de Souza e Antônio Buono Júnior e os cinegrafistas Pedro Neves e Lincoln Macedo Costa”,¹³⁵⁵ e como resultado, foram produzidas “[...] reportagens e livros escritos pelos jornalistas participantes” e “Vasconcelos produziria ainda dois filmes a partir dessa viagem: Frente a Frente com os Xavantes (1948) e Sertão: entre os índios do Brasil Central (1949).”¹³⁵⁶

Apesar dessas produções serem fontes documentais importantes, é analisada apenas uma das narrativas escritas dos membros dessa comitiva por fazer menção a Mato Verde e Lucio da Luz, além de conter elementos fundamentais para se compreender *práticas sociais* e *relações de poder* que envolviam as *representações* sobre o outro contidas na obra. Trata-se do livro “Frente a frente com os Xavante”¹³⁵⁷ escrito por Sylvio da Fonseca que participou da expedição que foi até o Rio das Mortes buscando registrar a “atração” dos Xavante, depois de indicar que aquela “ideia” surgiu numa ocasião em que assistia a um filme de Gentil Vasconcelos sobre as “regiões do Brasil Central” junto com o Ministro João Alberto Lins de Barros. O ministro que teria sugerido que filmassem “[...] aspectos curiosos do interior do Brasil, de preferência em zonas pouco conhecidas ou inteiramente desconhecidas afim de que êle as enviasse à sede da agremiação.”¹³⁵⁸, indicando que esse tipo de atividade era apreciada nos EUA onde um “clube de exploradores” tinha como prática filmar e fotografar lugares e situações com “finalidade qual seja a de divulgar fatos, históricos e aspectos de lugares remotos e de difícil acesso”, e que tinham muita curiosidade sobre os “sertões do Brasil”.¹³⁵⁹

¹³⁵⁴ Conforme Leal (2018, p. 119): “Na primeira metade da década de 1940, Vasconcelos (1978) havia produzido e fotografado alguns filmes para o Instituto Nacional do Cinema Educativo, alguns deles dirigidos por Humberto Mauro, além de diversos filmes de atualidades e pequenos documentários (O RADICAL, 20 de set. 1942).”

¹³⁵⁵ LEAL, 2018, p. 119.

¹³⁵⁶ LEAL, 2018, p. 120.

¹³⁵⁷ FONSECA, Sylvio da. **Frente a frente com os Xavante**. Rio De Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1948.

¹³⁵⁸ FONSECA, 1948, p. 05.

¹³⁵⁹ FONSECA, 1948, p. 06.

A partir disso, a expedição foi apoiada através dos recursos de transporte da FBC e foi ao encontro com Francisco Meirelles, inspetor do SPI, que estaria, segundo Fonseca¹³⁶⁰ “[...] “namorando” os índios da tribo xavante, conseguiu contáto amistoso com esses selvícolas aos quais teve oportunidade de entregar os presentes”. Além disso, o jornalista indica que “[...] a nossa tarefa era realizar um filme sobre cousas curiosas do sertão, essa da pacificação dos índios xavantes, uma das raras tribus do mundo que permanece hostil à civilização, seria, sem dúvida, uma culminância sensacional para a nossa película.”¹³⁶¹ Assim, desde o início da narrativa na qual inseriu a sua descrição sobre os Xavante e o contato interétnico, Fonseca¹³⁶² inseria sua concepção e preconceitos sobre aquele povo, indicando serem os “selvagens” que “[...] se negaram sistematicamente a manter qualquer contáto com os brancos a quem hostilizavam sempre que a sua ousadia os levava até o seu “habitat”, utilizando-se da concepção de que os Xavante seriam “selvagens” e “preguiçoso”¹³⁶³, embora “coerentes” com seu “nomadismo”.

Fonseca traz para sua narrativa supostos relatos de terceiros como sobre uma “festa” que os “homens de Pimentel Barbosa teriam presenciado e que “[...] encheu a noite toda e, segundo as próprias testemunhas, “o chão tremia em volta deles” sacudido pela percussão tremenda dos instrumentos bárbaros.”¹³⁶⁴ Ademais, foram inseridas no início do livro três fotografias de “vítimas” dos Xavante, sendo a primeira da sepultura de Pimentel Barbosa¹³⁶⁵, outra de uma mulher com duas meninas que teriam sido espancadas em Santa Terezinha por um grupo que roubava sua comida¹³⁶⁶ e outra de um homem identificado como João Pereira, com um braço enfaixado. Esse último teria sido encontrado imobilizado numa rede num posto do SPI sendo atendido pelo médico Haroldo Candido de Oliveira, e, de acordo com Fonseca “[...] em cuja cabeça, cinco brechas atestavam a cordialidade com que o haviam tratado aqueles selvagem (sic).” Apesar da condição, aquele homem teria relatado que estaria em “[...] busca de trabalho nas terras de Lucio da Luz -

¹³⁶⁰ *Idem*, 1948, p. 06.

¹³⁶¹ FONSECA, 1948, p. 07.

¹³⁶² *Idem*, 1948, p. 07.

¹³⁶³ FONSECA, 1948, p. 25.

¹³⁶⁴ FONSECA, 1948, p. 87.

¹³⁶⁵ A morte de Pimentel Barbosa é abordada à frente, mas se configura como outra situação malsucedida de contato, na qual um grupo de Xavante matou o agente do SPI em 1944.

¹³⁶⁶ FONSECA, 1948, p. 92.

fazendeiro conhecidíssimo naquela região pelas incursões constantes que faz em território dos índios - endireitara, sertão a dentro, para o local denominado Mato Verde.”¹³⁶⁷

Diante dos preconceitos, relatos de terceiros e casos que teria identificado, Fonseca escreveu uma narrativa que indica a violência presente nas situações de “contato” praticadas pelos Xavante, abordando assim um dos motivos da curiosidade da “opinião pública” dos Brasil e dos EUA que havia sido citada pelo Ministro João Alberto Lins de Barros. Porém, partes de seu livro apontam para questionamentos do autor:

A verdade, por estas ou outras razões, é que os xavantes se sentiram constrangidos num anel formado pelos desbravadores e pelos próprios índios de outras tribus, que disputaram a sangue a intromissão em seu território.

Seus processos de elaboração mental são primitivos. Ante um problema novo, eles vacilam indecisos e a questão que ora se apresentava era por demais complexa.

Uma questão que, civilizadamente, podemos planificar nesse dilema: ou realizar uma política de aproximação com os seus vizinhos, transigindo com a civilização, ou se submeter à guerra em todos os “fronts”.¹³⁶⁸

Nesse trecho, além da indicação de que os Xavante teriam uma cognição “primitiva” e por isso faziam uso da violência, Fonseca reconheceu que eram os “desbravadores” que avançavam sobre o território daquele povo. E, ao refletir de forma abrangente sobre a expedição, esboçou algumas perguntas nos seguintes termos:

A expedição em que tomei parte pela segunda vez, visa assistir aos primeiros passos na tarefa de atrair para o convívio dos civilizados aqueles até aqui indomáveis selvagens. E, confesso, quero ficar em paz com a minha consciência, respondendo à pergunta que me assalta constantemente: estaremos fazendo bem ou mal a esses selvicolas retirando-os do modo de vida que têm. Eles não nos pediram nada e só incomodam os civilizados quando estes invadem seus territórios. Precisaremos, de fato de suas terras, nós de um país que sofre, já, da doença de ser, “um pequeno país, com a responsabilidade de um grande território”? Teremos o direito de atrair para a civilização uma nação indígena de cerca de 20.000 almas quando, até hoje, não damos assistência necessária às populações civilizadas que vivem nas regiões remotas do Araguaia e do Mortes? Terá o S.P.I. meios para

¹³⁶⁷ FONSECA, 1948, p. 138.

¹³⁶⁸ FONSECA, 1948, p. 26.

atender, eficazmente, às necessidades que vai criar nessa lendária gente?
Parece-me que não¹³⁶⁹.

No final do livro, ao narrar o encontro com um grupo Xavante no qual um indígena se feriu, Fonseca indica que o pedaço de lâmina causava ferimentos e afirma que “era a civilização fazendo sofrer aquela infeliz e despreocupada gente.”¹³⁷⁰ Porém, apesar dos questionamentos sobre a necessidade do contato e esbulho territorial dos Xavante, o jornalista aponta sua preocupação com os efeitos negativos da “civilização” em relação aos indígenas por ele considerados “civilizados” como era o caso dos Karajá. Fonseca afirma que os postos do SPI onde viviam não possuíam um número suficiente de funcionários, e faltaria roupas e comida para os “selvícolas” que teriam sido “atraídos” pelos civilizados.¹³⁷¹

Ademais, o jornalista indica que a “pobreza” e a “desassistência” atingia as “populações civilizadas” que residem em lugares que na “nomenclatura oficial das estatísticas figuram como cidades e enfeixam-se em municípios”, mas que “não passam de aglomerados de palhoças miseráveis”¹³⁷². Parte da sua narrativa tem um apelo de denúncia quanto àquelas condições:

Eu, com o enfermeiro Bené e o médico Dr. Haroldo Candido de Oliveira, constatámos que aquela gente, que paga impostos e que figura nas estatísticas como população do Estado de Goiás – prestem bem atenção os leitores - há vinte anos não recebia a visita de um farmaceutico sequer!!!
A sífilis é soberana no lugar, o bócio deforma as criaturas e os males atávicos se acentuam de geração em geração.
Na véspera de nossa chegada, um peão havia casado com uma menina de nove anos, ocorrência que apenas admirou a nós, pois em tôda a zona, como disse anteriormente o fato é comum.¹³⁷³

O seu encontro com o médico Haroldo Candido de Oliveira e outros profissionais que atuavam naquele espaço descrito como “sertão” do Araguaia pode ter influenciado sua abordagem crítica quanto à desassistência por parte dos governos para com a sua população. Ademais, Fonseca indica que teria se irritado

¹³⁶⁹ FONSECA, 1948, p. 123.

¹³⁷⁰ FONSECA, 1948, p. 157.

¹³⁷¹ FONSECA, 1948, p. 124-126.

¹³⁷² FONSECA, 1948, p. 133.

¹³⁷³ FONSECA, 1948, p. 134.

com “[...] o noticiário dos jornais repletos de política e de falsas afirmativas de assistência às populações do interior; de promessas, cujo único intuito era agradar o eleitorado próximo das capitais”,¹³⁷⁴ apontando que teria lido “[...] discursos feitos na Câmara por deputados e pensei de mim para mim mesmo, quantos deles teriam enriquecido ou iriam enriquecer esbulhando miseráveis colonos. Essa viagem serviu um pouco para justificar a revolta do sertanejo e dos emigrantes das capitais fixados no interior.”¹³⁷⁵

Para Fonseca, as “[...] barrancas do Araguaia, quer do lado de Mato Grosso, quer do lado de Goiás, são pontilhadas de pequenas povoações nômades, vítimas da instabilidade determinada pelas difíceis condições de vida.”¹³⁷⁶

Tudo isso me determinou um grande abatimento e voltei querendo bem ao desconforto daquela pobre gente. O próprio céu se mostrava duro para com eles. Enquanto que do Rio, até pouco além de São Paulo, uma chuva abundante e vivificadora amenisava a temperatura e empapava os campos, mal começamos a sobrevoar o serrado prenunciador do sertão bruto, o céu se azulou em impenetrável abóboda de aço quente, queimando tudo, crestando tudo, rachando a terra nos sulcos da seca invencível.¹³⁷⁷

A concepção e a percepção do jornalista sobre o espaço e sua fica marcado por meio da construção e/ou reprodução de *representações* sobre o “sertão” como “bruto”, “selvagem”, “impenetrável”, detentor de um clima desfavorável em comparação ao litoral, sobretudo, o Rio de Janeiro e São Paulo. Para Fonseca:

Excetuando a faixa de litoral e esparsas vias leste-oeste, somos proprietários de um sertão enorme, um deserto não colonizado e inculto, o inspirador de poemas, porque-me-ufanistas mas uma dolorosa e negativa expressão econômica. O sertão nada mais produz que poetas citadinos exaltados, absolutamente fora da realidade, que cantam lóas à enorme extensão de terra sem que lhes venha à cabeça o onus que representa mantê-la brasileira, inculta e incolonizada como se encontra.¹³⁷⁸

¹³⁷⁴ FONSECA, 1948, p. 66.

¹³⁷⁵ FONSECA, 1948, p. 66.

¹³⁷⁶ FONSECA, 1948, p. 133.

¹³⁷⁷ FONSECA, 1948, p. 66.

¹³⁷⁸ FONSECA, 1948, p. 17.

Segundo Fonseca, seria um ato heroico adentrar e viver no “sertão”, fato que os citadinos não compreendiam:

Para a maioria da população citadina, o sertão com todos os seus dramas humanos não determina outro interesse que o de páginas vividas de uma tenebrosa literatura. Leem os que raro escrevem a respeito com os mesmos frissonzinhos com que ouvem novelas de rádio. São incapazes - falo é claro da maioria e respeito as exceções - *de*, lendo a história de massacres, inteirando-se das trágicas peripécias que formam o cotidiano dos miseráveis sertanejos, dar-lhes uma alma, aceitá-los como humanos, pensar que partos doem, que as crianças choram e que gostariam também de ter brinquedos e chocolate. Vêm naquela gente simples, herois de constituição física e fisiológica diferente.¹³⁷⁹

Para o jornalista, aquele espaço “totalmente descolonizado como é o sertão, não pode sequer ser chamado brasileiro”, e por isso seria “fan” da Fundação Brasil Central¹³⁸⁰, que atuava apesar de suas “restrições de ordem técnica ou administrativa”, pois seria “um organismo meio oficial, meio particular, subordinado a tramites e entraves burocráticos e à desconfiança do capital nacional afeito ao comodismo do lucro facil na inversão em imóveis ou no juro bancário ou ainda na exploração dos “porcento” em promissórias a valisadas.”¹³⁸¹ Seria, portanto, somente com as ações daqueles que possibilitaram e autorizaram sua expedição, que seria possível adentrar aquele espaço, pois o Ministro João Alberto “[...] pegou um facão deu ao coronel Matos Vanique¹³⁸² e este saiu “amansando o sertão” e fincando uma bandeira.”¹³⁸³ Todavia, aquela ação teve seu preço, pois a esposa de Vanique teria se suicidado e morreu, de acordo com Fonseca, “[...] não em consequência apenas de um tiro, mas vitimada pela psicose com que o sertão bruto e selvagem, agressivo e mau, deforma e aniquila os temperamentos.”¹³⁸⁴

O “sertão” seria ainda, para Fonseca, uma “verdadeira terra de ninguém”¹³⁸⁵ que não atraía a “civilização” e o “progresso” como se esperava, de modo que:

¹³⁷⁹ FONSECA, 1948, p. 66.

¹³⁸⁰ FONSECA, 1948, p. 18.

¹³⁸¹ FONSECA, 1948, p. 18.

¹³⁸² Trata-se do coronel Flaviano de Mattos Vanique que chefiou a Expedição Roncador Xingu até 1945.

¹³⁸³ FONSECA, 1948, p. 18.

¹³⁸⁴ FONSECA, 1948, p. 64.

¹³⁸⁵ FONSECA, 1948, p. 19.

D. Civilização e o Sr. Progresso por sua vez, que haviam tomado o trem em São Paulo, resolveram saltar em Uberlândia, ou seguir, penosamente, no mesmo trem, indo dar um dedinho de assistência ao centro de Goiás. Esse exigente casal não se a balançaria a prosseguir viagem pela estrada apenas carroçável que liga Uberlândia a Rio Verde, esta a Caiapônia e Caiapônia a Bom Jardim. Muito menos empunharia um facão e abriria uma picada que fosse atravessar o rio Araguaia, transpusesse o Mortes e encontrasse os formadores do Xingú por êle descendo até as florestas do Vale da Amazonia.¹³⁸⁶

Portanto, Fonseca indica que além dos Xavante, o “sertão” também era “selvagem” e violento, no qual a “civilização” e o “progresso” não avançavam como desejavam alguns “poetas citadinos exaltados, absolutamente fora da realidade”.¹³⁸⁷ Porém, outros jornalistas buscavam pelos Xavante e pelo “sertão do Araguaia” vindos de São Paulo em expedições que ficaram conhecidas como “novas bandeiras”.

3.5. Os “novos bandeirantes” vindos de São Paulo e as narrativas de Willy Aureli, Hermano Ribeiro da Silva e Antonio Senatore sobre *o outro*

Segundo Maia, narrativas “sobre o Brasil Central eram ainda populares”¹³⁸⁸ nas primeiras décadas do século XX e na década de 1930 foram publicadas diversas obras pela “[...] clássica coleção Brasileira, gigantesco projeto editorial conduzido pela Companhia Editora Nacional”,¹³⁸⁹ e escritos sobre viagens “são republicados, configurando uma espécie de *boom* literário...”¹³⁹⁰ Além da coleção Brasileira, “[...] outros escritos surgiram, agora produzidos sob a égide da recuperação paulista do bandeirantismo”¹³⁹¹ cujos expoentes foram Willy Aureli e Hermano Ribeiro da Silva. O autor afirma ainda que desde a narrativa de Couto de Magalhães¹³⁹² até outras como as de Willy Aureli, “[...] esse tipo de texto

¹³⁸⁶ FONSECA, 1948, p. 19.

¹³⁸⁷ FONSECA, 1948, p. 17.

¹³⁸⁸ *Idem*, 2012, p. 104. O autor destaca a obra “De Belém a São João de Araguaia” publicado em 1910 por Ignácio Batista de Moura que viajou pelo Rio Tocantins e a partir daquela experiência escrever a narrativa.

¹³⁸⁹ MAIA, 2012, p. 105.

¹³⁹⁰ MAIA, 2012, p. 106.

¹³⁹¹ MAIA, 2012, p. 108.

¹³⁹² Maia cita Couto de Magalhães pois sua obra “Viagem ao Araguaia” havia sido incluído na coleção Brasileira e sido reeditado em 1934, “ganhando estatuto de clássico”, (MAIA, 2012, p. 106.)

inventariou um Brasil Central contraditório e de limites indefinidos, cuja descrição foi organizada com base no registro da aventura.”¹³⁹³

Dentro dessa dinâmica, ocorreram expedições que ficaram conhecidas como “Bandeira Piratininga” e “Bandeira Anhanguera”, ambas chefiadas por jornalistas que elaboraram narrativas sobre as “aventuras”.

Essas obras são publicadas depois do surto de renascimento bandeirantista que marcou a vida intelectual brasileira e paulista, em especial a partir da década de 1920 [...]. Esse *boom* da literatura bandeirantista correspondeu ao rearranjo das elites perrepistas, agora associadas a um conjunto específico de escritores e intelectuais, como Alfredo Ellis, Paulo Prado e Affonso Taunay. São Paulo surgia nessas releituras como epicentro do ianquismo nativo, espaço onde a municipalidade, liberdades locais e pioneirismo teriam se ajustado de forma virtuosa.¹³⁹⁴

Inseridas nessas *relações de poder*, essas narrativas construíam e/ ou reproduziam *representações* sobre o espaço, a natureza e os habitantes do espaço próximo ao Rio Araguaia, Ilha do Bananal e da área dos varjões, trazendo elementos sobre a Mato Verde e acerca das relações entre seus moradores e os povos indígenas ali presentes e territorializados.

3.5.1. A Bandeira Piratininga e as narrativas de Willy Aureli

A partir de 1937 algumas expedições foram realizadas e adentraram o espaço que compreende o Rio Araguaia, alguns de seus afluentes e suas margens nas proximidades da Ilha do Bananal e ficaram conhecidas como parte da “Bandeira Piratininga”. O objetivo dessa “bandeira” foi narrado em algumas obras escritas por Willy Aureli e num documento datado de 1966, intitulado “Sinopse dos trabalhos realizados pela “Bandeira Piratininga” nos sertões brasílicos da bacia Pre-Amazonica – No Vale do Araguaia e Rios das Mortes e Tapirapé, desde o ano de 1937 até o ano de 1963.”¹³⁹⁵ Nesse documento, Aureli indica que a “Bandeira

¹³⁹³ MAIA, 2012, p. 116.

¹³⁹⁴ MAIA, 2012, p. 109.

¹³⁹⁵ AURELI, Willy. [Documento datilografado]. **Sinopse dos trabalhos realizados pela "Bandeira Piratininga" nos sertões brasílicos da bacia Pre-Amazonica – No Vale do Araguaia e Rios das Mortes e Tapirapé, desde o ano de 1937 até o ano de 1963.** 1966. Arquivo do Instituto Socioambiental (ISA), Código 0QD00078.

Piratininga” foi fundada em 25 de janeiro de 1937 e seria “[...] norteadas por um ideal, agindo dentro de um sentimento de profunda brasilidade”¹³⁹⁶, estando a serviço da Nação e do estado de São Paulo, destacando que teria sido a primeira “[...]a romper a MARCHA PARA O OESTE. Não foi e não é a “Bandeira Piratininga”, uma simples aventura. Trata-se de uma ENTIDADE de Utilidade Pública do Governo do Estado de São Paulo, pela Lei 538 de Dezembro de 1949 e do Governo Federal pela Lei 1.531-B de dezembro de 1951.”¹³⁹⁷

A ênfase dada à palavra “primeira” aponta para a exaltação do protagonismo e “pioneirismo” desse movimento descrito como uma “entidade” dentro de outro mais amplo: a “Marcha para o Oeste”. Assim sendo, a “Bandeira Piratininga” estaria a serviço do governo estadual de São Paulo e do Governo Federal, respaldada por leis desde 1949, de modo que nesse documento é possível identificar uma possível defesa de que as expedições eram legalizadas e que não se tratavam de uma “simples aventura”.

No final desse documento, Aureli lista os nomes dos membros que “por doenças contraídas no sertão, por desastres, por trucidamento” morreram durante as expedições, incluindo seu irmão Aurélio Aureli. O autor encerra o texto afirmando que a “Bandeira Piratininga” “[...] pagou pesado tributo ao sertão. Dezesseis rapazes, dezesseis abnegados, homens norteados por um ideal apenas, já não formam nas fileiras da Entidade”¹³⁹⁸, indicando o “heroísmo” daqueles que entregaram a vida por “um ideal” e que foram vencidos pelo “sertão” que se coloca como um “personagem” com o qual lutaram, sendo um *outro* espaço a ser conhecido, explorado e vencido.

Em algumas obras, Aureli insere “mapas” com *representações* do espaço¹³⁹⁹ como o inserido a seguir:

¹³⁹⁶ AURELI, 1966, p. 01. [Documento datilografado].

¹³⁹⁷ AURELI, 1966, p. 01. (Grifos do autor). [Documento datilografado].

¹³⁹⁸ AURELI, 1966, p. 10. [Documento datilografado].

¹³⁹⁹ Destaca-se outro desenho inserido na obra intitulada “Esplendor Selvagem”¹³⁹⁹ no qual um desenho dos rios Tapirapé, Solidões, das Mortes, Araguaia, dentre outros, também apresenta o contorno da Ilha do Bananal e aponta uma referência à sua localização no interior do Brasil. Essa *representação* indicava apenas São Félix do Araguaia sem fazer menção a Mato Verde, mas destaca a ilha fluvial ao redor da qual Aureli afirma ser a “famosa região” onde “se desenrolaram os episódios, narrados deste livro”. Contudo, aquele desenho não se trata de um mapa detalhado com informações aprofundadas do espaço e da natureza e da localização de territórios ou aldeias indígenas. In: AURELI, Willy. **Esplendor selvagem**. Nota explicativa de Judas Isgorogota. São Paulo: Clube do Livro, 1960, p. 09.

Figura 19 - Mapa *representando* o espaço percorrido pela “Bandeira Piratininga” (1962)

Essa *representação* do espaço foi publicado no final da obra “Bandeirantes do Oeste”¹⁴⁰⁰, apresenta um maior detalhamento e referências sobre aquele espaço, com a *representação* do ponto em que estaria localizado Mato Verde no ano de 1962. Na mesma obra “Bandeirantes do Oeste”, Aureli apresenta trechos em que descreve as atividades concretizadas nas expedições realizadas pela “Bandeira Piratininga” desde a primeira de 1937, quando ele e os outros membros da expedição desceram o Araguaia e subiram o Rio das Mortes realizando o “levantamento meticoloso do percurso, descobrindo e fixando todos os seus afluentes”, além de “colherem” “[...] meticolosamente observações de caráter etnográfico junto a até então pouco conhecida tribo dos Karajás, assim como realizou a primeira colheita glotológica¹⁴⁰¹ dessa raça”¹⁴⁰². Entretanto, os Karajá não eram o alvo do interesse do grupo que buscava os Xavante. Em 1938 esses expedicionários teriam explorado a Serra do Roncador, descrita como “cordilheira” que resultou numa das mais “rudes jornadas”, sendo:

[...] acossada pelos índios Xavante que PELA PRIMEIRA VEZ FORAM ABORDADOS, FOTOGRAFADOS E CINEMATOGRAFADOS alcançou a misteriosa Serra hasteando, num dos pícaros o pavilhão nacional, entregue a expedição pelo então Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, erguendo o marco genealógico e enterrando, no sopé desse, um documento comprovatório da arrancada julgada irrealizável por muitos¹⁴⁰³.

Através dessas narrativas sobre a expedição de 1937 e 1938 é possível identificar uma narrativa marcada pela exaltação de suas realizações por meio da ideia de que seriam os membros dessa expedição “os primeiros” a fazer registros e outras atividades junto a povos indígenas “temidos”, como os Xavante. Ressalta-se, porém, que os membros da “Bandeira Piratininga” não foram os primeiros a ter contato com os Xavante e que os Karajá não eram tão “pouco conhecidos” como sugere a narrativa pois os mesmos participaram ativamente do *processo histórico* de navegação à vapor pelo Rio Araguaia ainda nas últimas décadas do século XIX, fornecendo madeira, guias, remadores e suas aldeias como local de parada para

¹⁴⁰⁰ AURELI, Willy. **Bandeirantes d'Oeste**. 2. ed., São Paulo Edições Leia, 1962 b.

¹⁴⁰¹ Refere-se às anotações sobre a língua dos Karajá.

¹⁴⁰² AURELI, 1966, p. 01. [Documento datilografado].

¹⁴⁰³ AURELI, 1966, p. 01. [Documento datilografado]. (Grifos do autor).

outras expedições tal qual a de Couto de Magalhães, Leite de Moraes, Castelnau e outros que registram suas percepções sobre os Karajá, conforme capítulo anterior.

Essa exaltação ao suposto pioneirismo nas narrativas pode ser inserida dentro de uma outra lógica trazida pelo presidente Vargas que incentivava a “Marcha para o Oeste”, de modo que expedições como a “Bandeira Piratininga” ocorriam em meio às promessas de que resultariam em relatórios técnicos e científicos sobre o espaço, a natureza e os povos indígenas ali presentes e territorializados. Desse modo, tais levantamentos efetivados supostamente de forma “meticulosa” davam legitimidade para as ações dos integrantes da “Bandeira Piratininga”. Ademais, é notório o esforço do autor em destacar os feitos da expedição, destacando serem os “primeiros” a registrarem por meio de fotografias e filmes alguns grupos de Xavante, o que indica mudanças nas formas com que se documentava o contato com aquele povo, pois não eram mais apenas as narrativas escritas sobre viagens que despertavam a curiosidade, mas também registros imagéticos que permitiam uma maior circulação de seus tipos físicos, seus adornos, rituais e outros elementos registrados. Segundo o documento redigido por Aureli, em 1966 a “Bandeira Piratininga” percorreu as “imediações” da Ilha do Bananal, fez anotações cartográficas e realizou os “primeiros estudos de observação da raça Xavante”¹⁴⁰⁴, indicando que estavam alinhados à concepção utilitarista coeva de conhecer o espaço, a natureza e seus habitantes para poder explorar economicamente e se apropriar.

O mesmo documento indica que entre 1939 a 1942 ocorreu a “parte cultural” da “Bandeira Piratininga”, quando foi editado o filme “No reinado dos Xavante” e uma série de reportagens na “Folha da Noite”. Do mesmo modo, entre 1948 a 1949, e 1954 a 1956, tais atividades “culturais” e a confecção de mapas foram relatadas em meio aos preparativos de outras expedições realizadas entre 1950 a 1953, depois entre 1957 a 1960, e a última registrada nesse documento entre 1961 a 1962. A “parte cultural” foi destacada no documento, com uma listagem das instituições e locais onde textos, fotografias e filmagens resultantes dessas expedições foram apresentados.

¹⁴⁰⁴ AURELI, 1966, p. 01. [Documento datilografado].

Destaca-se ainda, a indicação de “colheitas” de itens da fauna e da flora, como em 1953, quando Aureli afirma terem levado amostras de madeiras para o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo¹⁴⁰⁵ e de hematófagos para o Serviço de Profilaxia da Malária de São Paulo com a coleta de materiais. Naquela ocasião de “colheita” teria sido levado “[...] de “mais” indígenas para a Genética da Escola da Agricultura, de Piracicaba.”¹⁴⁰⁶ Logo, para Aureli, tanto troncos de árvores, mosquitos, como seres humanos eram considerados amostras para serem pesquisados em diferentes institutos de pesquisa, paralelamente à realização de “observações de caráter etnográfico” e às “mensurações antropométricas” que se repetiam entre os Karajá e os Tapirapé. Essa perspectiva não era algo peculiar às atividades dessa expedição, mas algo difundido quando suas ações ocorreram, uma vez que a ideia de que era possível classificar, conhecer e racionalmente compreender *o outro* era amplamente difundida e utilizada com fins econômicos e estratégicos.

Aureli destaca que membros da “Bandeira Piratininga” teriam executado ações de auxílio aos povos indígenas como assistência médica e farmacêutica aos “índios e caboclos do Vale do Araguaiano”¹⁴⁰⁷, destacando o “gentio de Santa Izabel” do lado direito da Ilha do Bananal, bem como, entre as localidades atendidas tal como “Luciara”¹⁴⁰⁸, situada do lado esquerdo da ilha fluvial. Todavia, São Félix do Araguaia é destacado no documento, pois seus moradores tinham relações de alianças e reciprocidade mais constantes com os membros da expedição, uma vez que os acampamentos eram erguidos nas proximidades do “povoado”. Dali Aureli narra episódios de violência resultantes do *processo histórico* de encontro entre seus moradores e os Xavante.

Apesar disso, as narrativas de Aureli trazem elementos sobre a constituição de Mato Verde e sobre Lúcio Pereira da Luz, pois o jornalista o encontrou em diferentes situações durante suas expedições. Por conta dessa relevância, as narrativas desse jornalista são fundamentais, e para compreender

¹⁴⁰⁵ AURELI, 1966, p. 03. [Documento datilografado].

¹⁴⁰⁶ AURELI, 1966, p. 02. [Documento datilografado].

¹⁴⁰⁷ AURELI, 1966, p. 09. [Documento datilografado].

¹⁴⁰⁸ O nome Luciara se deve ao fato de que o documento foi datilografado em 1966 e o nome Mato Verde já havia sido substituído pela outra denominação dada após a emancipação municipal.

elementos de sua compreensão de mundo, é preciso situá-lo social, econômica, cultural e temporalmente.

William Aureli (1908-1968), conhecido como Willy Aureli, foi um jornalista e escritor paulista, que segundo Judas Isgorogota¹⁴⁰⁹, ingressou no jornalismo em 1924 no “Jornal da Noite” em Santos, colaborando também com os jornais “A Tribuna”, “Gazeta do Povo”, atuando nos 25 anos seguintes como chefe-de-reportagem policial das “Folhas de São Paulo” e também como diretor de “A Época”, além de escrever para os jornais “O Tempo”, “Diário Popular”, “Diários Associados” e “Shopping News”, chegando a ser presidente da Associação Paulista de Imprensa no período entre 1954 a 1957.

Aureli foi um dos jornalistas responsáveis pela onda de curiosidade e interesse de parte da população brasileira pelo Rio Araguaia, seus afluentes e os povos ali presentes e territorializados, sobretudo os Xavante. Sua produção é significativa e não é analisada integralmente, sendo selecionados os livros que apresentam narrativas sobre Mato Verde, seus moradores e as relações com os povos indígenas e permeadas de *representações* sobre o *outro*. Essas fontes documentais são resultados de suas percepções durante as oito viagens para o que Aureli denominava ser “os “sertões” da Ilha do Bananal, do Rio Araguaia e afluentes como o Rio das Mortes.¹⁴¹⁰

Segundo Judas Isgorogota¹⁴¹¹, aquele jornalista foi um “[...] paulista que, em suas penetrações com a “Bandeira Piratininga”, sendo o primeiro a pisar nas encostas do Roncador e a revelar o nascimento do famoso e enigmático Rio da Solidão, em plena selva brasileira...”¹⁴¹² Segundo a apresentação do mesmo autor do livro “Bugres no rio das Mortes”¹⁴¹³, Aureli “[...] devotou muito do seu

¹⁴⁰⁹ O poeta escreveu a “Nota explicativa” da seguinte obra: AURELI, Willy. **Esplendor selvagem**. Nota explicativa de Judas Isgorogota. São Paulo: Clube do Livro, 1960, p. 06.

¹⁴¹⁰ O Rio das Solidões teria sido “descoberto” para o jornalista em 1945, uma vez que já era navegado por povos indígenas antes do suposto “grande feito” da “Bandeira Piratininga”.

¹⁴¹¹ Nota explicativa. In: AURELI, 1960, p. 3.

¹⁴¹² Esse livro apresenta uma narrativa focada na fauna considerada exótica e perigosa, destacando os felinos como o jaguar, suçuarana, onças pintadas e pardas, dentre outros, além de jacarés, piranhas e arias, envolvidos em narrativas de morte, ferimentos, caçadas ou outras aventuras de sertanistas, sertanejos e indígenas no Araguaia. Esse tipo de narrativa foi selecionado para compor o *clube do livro* que, na década desde 1943 cobrava mensalidades de seus participantes que recebiam um livro por mês de aventuras e romances, o que indica a popularidade desse gênero.

¹⁴¹³ AURELI, Willy. **Bugres no rio das Mortes**: Poranduba – Notícias do Sertão. Notas explicativas de Brunilde Aureli Brito. São Paulo: Clube do Livro, 1973.

entusiasmo pelo desbravamento dos sertões brasileiros”, sendo que “[...] prestou serviços às nossas letras, publicando obras de reais méritos, não apenas no clima da aventura, mas nas faixas da geografia, etnografia, geologia, da flora e da fauna dos nossos imensos territórios.”¹⁴¹⁴

Ao ler as suas narrativas é possível identificar o interesse do jornalista em narrar sobre o Rio Araguaia e outros, considerando em alguns trechos que sabia que os mesmos despertavam a curiosidade e entusiasmo de leitores, uma vez que naquelas décadas iniciais do século XX, o Rio Araguaia ganhava notoriedade¹⁴¹⁵, e chegando a afirmar que o mesmo “[...] sempre mereceu, e merece, constantes reportagens, narrativas, odes poéticas, tal a sua magnificência, a sua beleza, a sua grandiosidade de conjunto.”¹⁴¹⁶

Na nota explicativa de Fernandes Sores para o livro “Sumaúma: Roteiro indianista”¹⁴¹⁷, foi abordada a questão da popularidade das obras de Aureli, indicando que havia um “prognóstico” prevendo que o jornalista se tornaria um “escritor de multidões” e que teria se efetivado. Segundo Soares, teria valido “o oráculo”, pois “[...] realmente, o conhecido sertanista tornou-se o escritor das grandes massas. Provam-no as sucessivas edições de suas obras, várias das quais já superaram os cem mil exemplares.”¹⁴¹⁸

No documento de 1966¹⁴¹⁹, Aureli cita os meios de comunicação nos quais suas narrativas sobre a “Bandeira Piratininga” no seguinte trecho:

Em São Paulo essas crônicas, reportagens, artigos e quejandos ocuparam durante muito tempo, páginas dos seguintes jornais: “Folha da Manhã”, “Folha da Noite”, “O Dia”, “O Tempo”, “A Época”, “Tribuna Nacional”, “A Gazeta”. No Rio de Janeiro, “O Globo”, “A Noite”. Em Porto Alegre “Jornal do Dia”. Revistas como: “Brasil Atual”, “Caça e Pesca”, “Brasil Oeste”, “Radar Municipalista” e outras. No estrangeiro, revista de gabarito da “Costellations” por exemplo. E novamente no Brasil a relevante

¹⁴¹⁴ Nota explicativa. In: AURELI, 1973, p. 9.

¹⁴¹⁵ O jornalista apresenta o Rio Araguaia por meio de uma comparação com o que considerava um comportamento de mulher: “O Rio Araguaia é, como mulher bela, caprichoso, emotivo, cheio de manhas. Da placidez marmórea de suas águas passa, numa transição brusca, à fúria indômita, tremenda, destruidora!” In: AURELI, Willy. **Sertões bravios**. 2. ed. São Paulo: Edições Leia, 1961, p. 172.

¹⁴¹⁶ AURELI, 1961, p. 171.

¹⁴¹⁷ AURELI, Willy. **Sumaúma: Roteiro Indianista**. Nota explicativa de Fernandes Soares. São Paulo: Clube do Livro, 1966.

¹⁴¹⁸ AURELI, 1966, p. 7.

¹⁴¹⁹ AURELI, 1966, p. 06. [Documento datilografado].

revista “O Expoente” e o órgão de grande difusão semanal “Shopping News”.¹⁴²⁰

Além de destacar uma quantidade significativa de jornais e revistas nas quais suas narrativas foram publicadas, o próprio Aureli afirma que escrevia para ser amplamente lido e compreendido, pois, no seu entendimento, de nada adiantava estudos etnográficos que se configuravam em “riqueza bibliográfica, porém, riqueza estática” e que não circulavam e tampouco eram lidos. O jornalista diz ter consciência da dificuldade em escrever “em torno dos nossos índios” e que textos já estavam escritos e outros tantas ainda o seriam¹⁴²¹, além de explicar sua posição:

Sempre achei o que dizer sobre o índio de forma simples, escorreita, ao alcance de todas as mentalidades, emprestando sentido de fixação e de profundidade nas mentes; [...]. Uma narrativa, um relato, uma explanação, devem ter o sabor de um prato simples e gostoso [...]. Daí a forma e o estilo que eu emprego em todas as minhas páginas, acerca das narrativas de minhas penetrações pelo sertão...¹⁴²²

Com uma narrativa de fácil leitura, as obras do autor se consolidaram, paralelamente ao seu reconhecimento como “sertanista” e a exaltação de seus “feitos” circulava em escritos de outros jornalistas como Afonso Schmidt que apresentou a previsão de que “[...] no futuro, se fizer a história maior do desbravamento de nossos sertões, o saudoso e grande nome de Willy Aureli será escrito de forma indelével”¹⁴²³, indicando uma idealização do expedicionário e uma construção narrativa que apresenta *memórias* sobre sua vida e atuação.

Numa reportagem de 1957 do jornal “A Gazeta”¹⁴²⁴, onde trabalhou como repórter, Aureli foi citado como o “Jack London dos sertões brasileiros” como exaltação que ocorre ainda de forma significativa no seguinte trecho:

¹⁴²⁰ Destaca-se que não é realizada a análise de tais textos, uma vez que as obras de Willy Aureli apresentam elementos que fomentam a análise de sua compreensão de mundo e se consolidam como fontes para compreender o contexto de instalação de Mato Verde e uma perspectiva sobre Lúcio da Luz que atende aos objetivos do capítulo. Entretanto, tais fontes podem ser fundamentais para uma análise mais aprofundada sobre temáticas relacionais e carecem de contribuições por meio de outras pesquisas.

¹⁴²¹ AURELI, 1966, p. 11.

¹⁴²² AURELI, 1966, p. 12.

¹⁴²³ Nota explicativa. In: AURELI, 1973, p. 9.

¹⁴²⁴ SCHMIDT, Afonso. [Reportagem]. **Willy Aureli descobre o Rio da Solidão**. Jornal A Gazeta. 26 de julho de 1957. Destaca-se que esse autor escreveu a nota explicativa da obra “O rio da Solidão” de 1960.

Oito vezes, partiu de São Paulo a “Bandeira Piratininga”, rasgando os novos horizontes na direção Oeste. Foi um belo serviço prestado àquela vasta região brasileira que, depois de conhecida, começa a povoar-se rapidamente. Há vinte anos, apenas, era uma sucessão de desertos, onde o mistério assustava mais do que a distância, os mosquitos, as feras, os índios e as epidemias. O vicentino sertanista, **como os desbravadores do passado**, fundou povoados, plantou roças, abriu estradas e caminhos que hoje são percorridos pelos primeiros habitantes.¹⁴²⁵

A reportagem apresenta, além das categorias como “sertão” e “civilização” características das narrativas dos séculos anteriores, a indicação de “novo bandeirismo” em direção ao “Araguaia”. Esse movimento é conceituado por Ertzogue *et al*¹⁴²⁶ como uma “ressignificação do bandeirantismo” que já havia sido feita num editorial denominado “O Araguaia e suas maravilhas: enorme riqueza inexplorada”, no qual o que “[...] mais chama a atenção no discurso do jornal *O País* é a invocação por um bandeirantismo tardio, visto como signo de progresso.”¹⁴²⁷ Assim como no editorial analisado pelos autores, na reportagem de 1957, pode ser observada uma “apologia ao passado”, reforçando que Aureli seria e agiria tal qual os “desbravadores do passado”, embora fosse um agente do futuro. Nesse sentido, a obra “Roncador”¹⁴²⁸, cuja primeira edição foi publicada em 1939, apresenta elementos que corroboram com as discussões sobre a concepção de que havia um “novo bandeirantismo” nas primeiras décadas do século XX alicerçado nessa apologia do passado, mas projetado para o futuro, algo ligado à ideia de que os paulistas seriam a “raça” capaz de fazê-lo.

O próprio Aureli ressalta nessa narrativa os “feitos” da sua expedição: “Ninguém, jamais, poderá apagar as pegadas dos rapazes da “Bandeira Piratininga”. Ninguém, jamais, poderá negar-lhes o exemplo de virtudes e de estoicismo, apanágio de uma raça que sabe ser forte e que o Destino designou para grandes e estupendos feitos.”¹⁴²⁹ O filho do autor, Brunilde Aureli Brito, na nota explicativa do livro “Bugres no rio das Mortes”¹⁴³⁰ afirma que o pai foi “um dos últimos

¹⁴²⁵ O trecho citado faz parte da reportagem e da Nota explicativa escrita por Afonso Schmidt na obra “O rio da Solidão”, Aureli (1960, p. 09). (Grifos meus).

¹⁴²⁶ *Idem*, 2018, p. 43.

¹⁴²⁷ ERTZOGUE *et al*, 2018, p. 45.

¹⁴²⁸ AURELI, Willy. **Roncador**. 3. ed. São Paulo: Edições Leia, 1962.

¹⁴²⁹ AURELI, 1962, p. 19.

¹⁴³⁰ AURELI, 1973, p. 07.

bandeirantes”, destacando que Aureli tinha um “[...] ideal comovente endereçado à missão pacificadora, objetivando amparar, no que lhe fosse possível, o nosso sertanejo”, somado à uma “[...] ternura indisfarçável, evidenciada quando se referia aos seus irmãos de pele vermelha”¹⁴³¹, se referindo aos indígenas num vocabulário característico dos estadunidenses que os distinguia dos “brancos” e “negros”. O filho ainda destaca que o pai desejava nas suas expedições “[...] proteger os recursos naturais, contribuir para o estudo da geografia física e humana, realizando uteis e desinteressados levantamentos topo-hidrográficos”¹⁴³². Provavelmente essa é uma narrativa elaborada a partir de uma idealização do pai, que não ressalta ter ciência de que a ação humana é guiada por interesses os mais variados, não ponderando ainda as vantagens econômicas e sociais obtidas por Aureli decorrentes de suas expedições, levando em consideração os ganhos financeiros e de *status* obtidos a partir da publicação de suas narrativas em livros e em jornais.

O jornalista Afonso Schmidt indica que a figura de Aureli havia se tornado “[...] um nome entre os viajantes que procuraram redescobrir o Brasil. Ao mesmo tempo, um nome entre os escritores que souberam transmitir ao público as suas vicissitudes em terras pouco conhecidas, ou mesmo desconhecidas de todo.”¹⁴³³ Do mesmo modo, o comentador aponta que, após contornar e adentrar a Ilha do Bananal, Aureli recebeu uma “carta de aplauso” do Marechal Candido Rondon com o seguinte trecho transcrito: “Com o seu trabalho, transformou completamente a fisionomia topográfica de toda a região”.¹⁴³⁴ Ademais, Schmidt ressalta que Aureli e a sua “bandeira” teriam realizado os levantamentos de “oro-hidro-topográfico”, “coletas botânicas, estudos zoológicos de clima e de solo”, “colheitas glotológicas”, “mensurações antropológicas”, além de ter realizado o “feito” de penetrar no rio Solidão.¹⁴³⁵

Judas Isgorogotana, na nota explicativa do livro “Esplendor selvagem”¹⁴³⁶, indica que “O sertão de Willy Aureli não é nem o sertão de Euclides

¹⁴³¹ Nota explicativa. In: AURELI, 1973, p. 7.

¹⁴³² Nota explicativa. In: AURELI, 1973, p. 7.

¹⁴³³ Nota explicativa. In: AURELI, 1957, p. 8.

¹⁴³⁴ Nota explicativa. In: AURELI, 1957, p. 8.

¹⁴³⁵ Nota explicativa. In: AURELI, 1957, p. 8.

¹⁴³⁶ Esse livro apresenta uma narrativa focada na fauna considerada exótica e perigosa, destacando os felinos como o jaguar, suçuarana, onças pintadas e pardas, dentre outros, além de jacarés, piranhas e arias, envolvidos em narrativas de morte, ferimentos, caçadas ou outras aventuras de sertanistas,

da Cunha, nem o sertão de Guimarães Rosa [...] não é, propriamente, sertão; é zona já pisada pelo homem, já integrada em sua instituição geo-social, já dominada, enfim. Apenas, permanece como uma espécie de fundo de quintal.”¹⁴³⁷ Entretanto, é preciso ponderar que estava por trás desse debate indicado pelo autor da nota explicativa estaria o fato de que nesse suposto “fundo de quintal” havia sido construída a capital do país, sendo que o homem que a idealizou – Juscelino Kubistchek – estaria “[...] construindo um novo Brasil, desta vez pelo avesso, ou seja, do quintal para a sala de visitas”.¹⁴³⁸ Nesse sentido, a defesa da escolha do local da nova capital fez com que o comentador se posicionasse ressaltando que ali não era mais “Sertão” isolado e/ou desconhecido, e sim uma “região”, já conhecida, “dominada” e que estava interligada com os outros espaços do território nacional, como pode ser identificado no seguinte trecho:

A região que é palco das andanças de Willy Aureli – que vai do Alto Mato Grosso ao Alto Goiás, perdendo-se a Este na **imensidão alagadiça do inferno verde**, região cortada por caudais de soberana beleza, como o Araguaia, os rios das Mortes e da Solidão e outros muitos – ainda **resistirá por todo este século às investidas atuais da nossa civilização em marcha**.¹⁴³⁹

Logo, a “civilização em marcha” indicava um alinhamento com o projeto de governo de Vargas e de JK e apontava para a necessidade de continuar avançando sobre aquele espaço para superar as resistências de seus habitantes e as dificuldades naturais que se assemelhavam ao “inferno verde”, situado numa “imensidão alagadiça” e que provavelmente fazia referência aos varjões. Entretanto, nas narrativas de Aureli, “sertão” ainda era a principal categoria acionada para denominar o espaço onde a “civilização” estaria avançando, embora outras adjetivações tenham sido utilizadas como aquelas citadas por Isgorogotana e que circulavam em outras narrativas jornalísticas coevas.

Não apenas o outro espaço e a outra natureza foram categorizados nas narrativas de Aureli, pois *o outro* humano, sobretudo os povos indígena, é colocado

sertanejos e indígenas no Araguaia. Esse tipo de narrativa foi selecionado para compor o *clube do livro* que, na década desde 1943 cobrava mensalidades de seus participantes que recebiam um livro por mês de aventuras e romances, o que indica a popularidade desse gênero.

¹⁴³⁷ Nota explicativa. In: AURELI, 1960, p. 3.

¹⁴³⁸ Nota explicativa. In: AURELI, 1960, p. 4.

¹⁴³⁹ Nota explicativa. In: AURELI, 1960, p. 4. (Grifos meus).

como o contraponto aos “civilizados”. A obra “Roncador”¹⁴⁴⁰ é permeada de categorias e ideias que trazem essa contraposição ao indicar o quão “ferozes” seriam os Xavante e Kayapó, dentre outras categorizações e argumentações. De acordo com Maia, Aureli “também se inscreve no coração do projeto civilizador estatal”¹⁴⁴¹ nessa obra que teve apoio do Ministério da Viação e patrocínio do jornal “O Globo”. Além de elogios aos “grandes feitos” de “desbravadores”¹⁴⁴², em alguns trechos dessa narrativa é possível identificar que o jornalista aponta motivos pelos quais esses povos não se aliavam aos “civilizados”:

Tudo teria ocorrido às mil maravilhas e hoje não existiriam os “terríveis” Xavantes, se os civilizados tivessem cumprido o prometido. Algo de muito grave deve ter sucedido porque, tanto Xavantes como Caiapós, certo dia, atravessaram o Araguaia, entranharam no sertão bruto, cortando definitivamente todos os laços que os uniam à civilização! [...] Cento e poucos anos de retrocesso à era da barbárie tornaram os Xavantes os brutos de outrora.¹⁴⁴³

A noção de que alguns povos indígenas, como os Xavante, estariam na “era da barbárie” aparece nas obras de Aureli em paralelo à contraposição entre os “civilizados” e os “bárbaros”¹⁴⁴⁴. Do mesmo modo, outras *representações* sobre esses povos indígenas foram incorporadas através da adoção da categoria “bugre” para identifica-los e que foi incorporada ao título “Bugres no rio das Mortes” de um de seus livros, no qual o jornalista narra situações possivelmente vividas junto aos Bororo, Xavante, Kayapó, Karajá, Javaé e Tapirapé. Nessa obra, o jornalista tece elogios à ação missionária dos salesianos liderados pelo padre Chovelon:

Sua ação junto aos **bugres** xavantes, então irredutíveis e desapiedados, tinha a suavidade de uma brisa primaveril. Nas terras, onde os missionários Fulks e Sacilotti tinham sido trucidados, Padre Nunes e Ver. Chovelon buscavam, incansáveis, abordá-los para **conduzi-los à razão**. Com isso, abriam, como abriram, e nós auxiliamos, também, o caminho ao Serviço de

¹⁴⁴⁰ Ressalta-se que, segundo Maia, 2012, p. 114, “O livro descreve principalmente a segunda Bandeira, que partiu dia 23 de junho com apoio do Ministério da Viação e patrocínio do jornal *O Globo*. Como se percebe, esse relato relaciona-se com os projetos que depois seriam traduzidos no programa Marcha para o Oeste.”

¹⁴⁴¹ *Idem*, 2012, p. 114,

¹⁴⁴² *Idem*, 1962, p. 122.

¹⁴⁴³ AURELI, 1962, p. 123.

¹⁴⁴⁴ Essa contraposição está norteadando o subtítulo “Contacto com os bárbaros”, onde Aureli narra sua percepção sobre o encontro com um grupo Xavante. In: AURELI, 1962, p. 173.

Proteção aos Índios, que até então se mantivera prudentemente distanciado de um território “proibido”.¹⁴⁴⁵

Como já apontado anteriormente, nas narrativas dos salesianos não são encontrados elogios às “bandeiras” como a liderada por Aureli, uma vez que os religiosos não aprovavam diferentes métodos e interesses envolvidos na abordagem dos Xavante por parte dos “novos bandeirantes”. É possível identificar essas críticas à “bandeira” numa situação que teria ocorrido em 1938 quando os salesianos teriam encontrado “restos de acampamento” da “Bandeira Piratininga” na “Ilha dos Xavante”, e que no dia seguinte encontraram os seus membros, com os quais dialogaram e ficaram sabendo que na véspera eles teriam encontrado um grupo de Xavante e que ocorreu uma “rusga séria”, sendo que um deles estava com um machucado nas costas provocado por um “cacete”, ou seja, uma borduna, e que um Karajá integrante da expedição teve o braço atravessado por uma flecha. Ademais, segundo os salesianos, os “bandeirantes” relataram “[...] não haver atirado contra os índios, tendo-se contentado conservá-los á distancia, com foguetes, bombas, e alguns tiros no ar. Outras notícias que recolhemos no fim da viagem e por eles deixadas pelo caminho, mostram que o encontro foi bem mais sério.”¹⁴⁴⁶

Francisco Fernandes também narra o encontro em 1938 com a “bandeira Piratininga”, descrevendo o conflito entre os seus membros e os indígenas que “[...] vendo gente armada reagiram, fechando-os e eles recuaram até a ilha, não tendo a paciência de ver voar as flechas sem atirar”. Segundo o salesiano:

Subindo o rio tocou-me ficar na frente e encontrar a bandeira do Sr. Willy. Mostrei uns cartuchos de arma de fogo que tinha encontrado na praia e disse: “- *Os senhores atiraram nos índios, não?*” “- De nenhum modo, nós atiramos para o ar porque são muito ingratos. Este nosso camarada quis dar presentes para eles e olha como o deixaram; mostra para ele”. Abaixou a calça, e estava com a traseira entre vermelho e roxo das pancadas recebidas.¹⁴⁴⁷

Esses trechos da narrativa apontam para as intempéries e situações possivelmente vivenciadas pelos membros dessa “bandeira” que não apontam nada

¹⁴⁴⁵ AURELI, 1973, p. 85. (Grifos meus).

¹⁴⁴⁶ Relatório de 1938, escrito em 1939 do padre Chovelon a Getúlio Vargas. In: CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO, 1996, p. 23.

¹⁴⁴⁷ CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO, 1996, p. 69.

de heroico ou notável. Ressalta-se, entretanto, que é uma narrativa de um missionário que estava insatisfeito com a ação daqueles “bandeirantes”, pois atrapalhavam sua busca pela aproximação com grupos Xavante, de modo que:

Finalmente, na beira do rio, aconteceu o caso já contado por Willy Aureli, com o colega que apanhou as cacetadas nas partes traseiras. O nosso Chefe, P. Hipólito Chovelon, dirigindo-se aos dois paulistas, disse-lhes zangado e com razão: “- *Bonito papel os senhores estão fazendo*”.

Realmente, depois deste malfadado encontro dos paulistas da Bandeira Piratininga, tomou-se quase impossível toda tentativa de aproximação.¹⁴⁴⁸

Apesar dessa ponderação, a violência pode ser apontada como um elemento característico desses contatos com os Xavantes e outros povos indígenas, de modo que é preciso problematizar narrativas marcadas pelo *silenciamento* ou esquecimento, uma vez que esse povo indígena também foi alvo de práticas de violência, sendo que todo o *processo histórico* de “contato” foi conflituoso, como apontado por Fernandes:

Francisco Meirelles ao assumir a chefia do Posto “Pimentel Barbosa” (São Domingos) para iniciar a tarefa de entrar em contacto com os índios Xavante, encontrou a mentalidade deles amedrontada pela incursão e ronco da aviação, daqueles pássaros desconhecidos que sobrevoando por cima das aldeias, ficavam invulneráveis às flechadas e cacetadas. O Pe. Hipólito sobrevoou com o Presidente Getúlio Vargas por cima de várias aldeias. Por sua vez, os rios passaram a ser rasgados rapidamente por embarcações com aparelhos que as faziam correr mais do que as suas balsas. Tudo isso eram apetrechos dos civilizados contra os quais se tornaram impotentes os recursos de que dispunham. Acrescente-se que já estavam “engodados” pelas muitas dádivas recebidas da Missão Salesiana. Por outra parte, **achavam-se cercados**. A única rota que lhes permaneceu mais ou menos aberta era a do Sul e esta também se lhes fechava pela F.B.C. (Fundação Brasil Central) com a penetração Roncador-Xingu. A verdade, por estas e outras razões, é que os **Xavante se sentiram constrangidos num anel formado pelos desbravadores e pelos próprios índios de outras tribos**, que disputavam a sangue a intromissão em seu território.¹⁴⁴⁹

Essa “mentalidade amedrontada” seria um argumento utilizado pelos salesianos para justificar as dificuldades da Ordem em estabelecer contato com os

¹⁴⁴⁸ CHOVELON; FERNANDES; SBARDELOTTO, 1996, p. 71.

¹⁴⁴⁹ CHOVELON; FERNANDES; SBARDELOTTO, 1996, p. 72. (Grifos meus).

Xavante, mas também indica que a violência contra esse povo era algo notório, mesmo por aqueles que supostamente traziam a “civilização”. Outro salesiano, o padre Chovelon, se coloca contrário às “bandeiras” nesse trecho relatório de 1938:

Por estas notas de viagem pode V. Ex.^a ver e aquilatar os sacrifícios superados felizmente por esta última expedição. Também ressalta à vista a inutilidade da entrada de “bandeiras” nas zonas não ainda pacificadas. Em geral os seus componentes não têm bastante sangue frio, prática do sertão e tato para enfrentar a presença dos índios, o que origina rugas desagradáveis, como tivemos que lamentar nas bandeiras do Rio das Mortes em 1937/1938.¹⁴⁵⁰

O que esse trecho aponta é a divergência nas perspectivas e interesses entre os membros da “Bandeira Piratininga” e os salesianos tendo como argumento principal dos religiosos a prática de atos de violência contra os Xavante. Cabe ressaltar que, em “Esplendor Selvagem”, Aureli narra um encontro com salesianos em que os missionários teriam indicado aos membros da “bandeira” que utilizassem a gordura do peixe pirararas, que resultou numa comida com “gôsto horrível, insuportável”, “vômitos dolorosos” e um “cheiro pestilencial” que impregnava tudo¹⁴⁵¹, de modo que o jornalista escreve que não sabia se a indicação dos salesianos havia sido motivada por uma “simples pilhéria”¹⁴⁵², indicando que sabia da complexidade daquela relação estabelecida com os religiosos.

Aureli relata ainda um encontro com missionários protestantes das missões “Novas Tribos” da família do pastor William Jennings que atuava em meios aos que ele categoriza como “silvícolas”¹⁴⁵³. Ademais, o jornalista também descreve um encontro com o Frei Gil Vilanova “[...] à altura de uns ranchos, mal erguidos à margem do solitário curso d’água que tem o nome da tribo em tela [Tapirapé], ranchos erguidos pelo valoroso sertanejo Lúcio da Luz às voltas, quando lá chegamos com as investidas cruéis dos bárbaros da selva.”¹⁴⁵⁴

Por meio dessa breve aproximação com as *práticas sociais e relações de poder* existentes entre os diferentes agentes históricos que avançavam sobre o espaço é possível identificar uma disputa pelos povos indígenas, sobre suas “almas”

¹⁴⁵⁰ CHOVELON; FERNANDES; SBARDELOTTO, 1996, p. 26.

¹⁴⁵¹ AURELI, 1960, p. 142.

¹⁴⁵² AURELI, 1960, p. 141.

¹⁴⁵³ AURELI, 1973, p. 86-87.

¹⁴⁵⁴ AURELI, 1973, p. 84.

e suas *representações* através de imagens fotográficas e filmes. Na narrativa de Aureli esses agentes históricos são categorizados de diferentes maneiras, desde a categoria jurídica “silvícola”, como também “bugre” de uso pejorativo e popular sobretudo no Sul do país, bem como a de “aborígenes”, “selvagens” e “bárbaros” tal como utilizados nos séculos anteriores por colonizadores. Além dessas categorias, ideias como a de que os povos indígenas faziam parte das “[...] incontáveis “raças” vermelhas habitando o continente americano”¹⁴⁵⁵ indicam a influência da *representação* e categorização utilizada nos Estados Unidos da América e presentes em correntes teóricas racistas e evolucionistas.

Outro elemento categorizador sobre os povos indígenas presente nas narrativas de Aureli e em *representações* sobre o *outro* era a oposição entre aqueles considerados “cruéis” e “ferozes” como os Xavante e os Kayapó, de outros que seriam “meigos” e “pacíficos” como os Tapirapé. Essa categorização diferenciadora dos povos indígenas remete à identificação colonial de “índios” “bravios” e “mansos”, conforme indicado por Perrone-Moisés¹⁴⁵⁶ e que justificava a realização de “guerras justas” contra aqueles povos considerados uma ameaça diante do *processo histórico* de tentativa de escravização e de esbulho territorial. Essa diferenciação está presente na narrativa de Aureli e pode ser observada na obra “Sumaúma: Roteiro indianista”¹⁴⁵⁷, na qual o jornalista apresenta os Xavante como “terríveis” e os Kayapó como um povo que “[...] tanto mata o civilizado como trucidada, com o mesmo prazer e deleite, índios de outras nascenças. Não sendo Caiapó é inimigo mortal da raça, e como tal, deve morrer.”¹⁴⁵⁸ Segundo Aureli, os Kayapó supostamente sacrificariam os idosos por “acha-los inúteis”, e poupavam “[...] as mulheres moças ainda ou as crianças que carregam, transformando-as em escravas.”¹⁴⁵⁹ Dessa forma, esse povo é descrito como sendo violento e cruel, em oposição ao Tapirapé descrito como “vítima” do primeiro justamente por serem

¹⁴⁵⁵ AURELI, 1973, p. 133.

¹⁴⁵⁶ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

¹⁴⁵⁷ AURELI, 1966.

¹⁴⁵⁸ AURELI, 1966, p. 115

¹⁴⁵⁹ AURELI, 1966, p. 115

“[...] de índole pacífica, de incrível generosidade e com um senso acentuado de hospitalidade, índios que somente pedem o direito a ter um lugar ao sol ...”¹⁴⁶⁰

Essas narrativas repletas de descrições de violências supostamente praticadas por alguns povos indígenas certamente despertavam a imaginação e a curiosidade dos leitores. E mesmo povos que não possuíam territórios nas proximidades do Rio Araguaia, como os Jivaros¹⁴⁶¹ foram inseridos em seu “Roteiro Indianista” por serem considerados “exóticos” e despertarem a curiosidade atrelada à ideia de que seriam, segundo Aureli, “[...] os famosos cortadores de cabeça, que lhes servem de troféus macabros colhidos nos campos de luta, quando das terríveis refregas.”¹⁴⁶² Dessa forma, as narrativas do jornalista reforçam algumas *representações* fantasiosas ou exageradas e que categorizavam os povos indígenas de acordo com o grau de “selvageria” medido pelo uso violência e da crueldade de alguns em oposição a outros com “índole pacífica”.

Aureli não apenas constrói e reforça *representações* sobre o outro fantasiosas, como também afirma que suas observações eram as mais pertinentes, pelo fato de ter conhecido e se relacionado com os povos indígenas, chegando a rivalizar com etnógrafos e outros cientistas que o criticavam, como nesse trecho:

[...] tive o ensejo de ler uma ou outra crítica graciosa, pingada da pena dos que jamais despregaram os pés do asfalto. [...]. Não sou cientista, não procuro impingir tratados de etnologia incipiente, graças ao sôldo desta ou daquela verba governamental. Sou apenas um profundo observador e lamento sinceramente o muito dinheiro público gasto com gente que não corresponde, enquanto que a verdade a ser narrada é outra. [...]. Tenho a vantagem extraordinária sobre todos estes pesquisadores: nivelo-me ao índio! Assimilo-o e sou perfeitamente assimilado pelo gentio.¹⁴⁶³

O autor destaca que não tinha sido bem aceito em certos “núcleos”, mas insiste que teria a legitimidade de ter ido e se “nivelado” com os “gentios”, em contraposição com aqueles pesquisadores que não “despregaram os pés do asfalto”, ou seja, não saíam dos centros urbanos para conhecer os povos indígenas. A partir dessa legitimidade autoatribuída, Aureli insere em suas narrativas uma série de reflexões, hipóteses e teorias sobre os povos indígenas, como no caso da obra

¹⁴⁶⁰ AURELI, 1966, p. 122.

¹⁴⁶¹ Trata-se do povo indígena Shuar.

¹⁴⁶² AURELI, 1966, p. 129.

¹⁴⁶³ AURELI, Willy. **Bandeirantes d'Oeste**. 2. ed., São Paulo Edições Leia, 1962 b, p. 09.

“Bandeirantes do Oeste”, na qual analisa “a gênese de uma raça” por meio de narrativas “colhidas” junto aos Karajá e também a descrição genérica “Os Javaés”¹⁴⁶⁴ a partir da localização, origem e tipo físico daquele povo e através de suas observações de alguns grupos.

Entretanto, *o outro humano* era observado, categorizado, narrado e *representado* por Aureli de acordo com suas percepções e compreensão de mundo na sua relação com o espaço e a natureza. Como indicado anteriormente, o espaço percorrido pela “Bandeira Piratininga” era tipificado como “sertão” em oposição à “civilização”, onde o “atraso” e o passado esperavam pelo “progresso” e a “modernidade” do futuro e presente no litoral, cidades e mesmo noutras localidades interioranas como Leopoldina, descrita como “[...] sentinela avançada da civilização, que debruça seu casario sobre os altos barrancos do Rio Araguaia...”¹⁴⁶⁵

O jornalista se coloca em suas narrativas como um “civilizado” que adentrava um “deserto”, seja ao narrar sobre a falta de caça em meio à “[...] orla do Deserto que já estamos penetrando há horas”¹⁴⁶⁶, seja ao descrever que o “[...] deserto, na minha frente, alonga-se infinito!”¹⁴⁶⁷ O espaço não apropriado como “povoado” ou cidade é descrito como um “inferno verde” onde “coitado de quem se perde na floresta”¹⁴⁶⁸, ali, além da natureza hostil, os “perigos da mente humana”, “[...] há mais um: o bugre! O aborígene, que ainda vive em estado primitivo, que ainda se mantém dentro de seu isolamento milenar, formando essas tribos inimigas de tudo e de todos, pois muitos brancos são culpados das incursões predatórias contra eles processadas”¹⁴⁶⁹. Assim, o “inferno verde” era perigoso pela presença de povos indígenas categorizados também como “primitivos”.

Os espaços categorizados como “povoados” estariam situados no limite entre a “civilização” e a “barbárie” / “selvageria” e seus habitantes, os “sertanejos”, estariam imersos num “isolamento” em relação à “civilização”, pois:

¹⁴⁶⁴ Ressalta-se que a descrição de um povo por meio da observação sem a perspectiva temporal já era criticada pela antropologia nas primeiras décadas do século XX, de modo que era recomendado que títulos ambiciosos e generalizadores como “Os Javaés” ao menos fossem complementados com “em 1952”, indicando que tais observações se realizaram naquele ano.

¹⁴⁶⁵ AURELI, 1962, p. 106. Noutro momento da narrativa, Aureli (1962, p. 282) afirma que teriam tentado contato com o “mundo civilizado”, apontando para o seu desinteresse em estar nele.

¹⁴⁶⁶ AURELI, 1962, p. 219.

¹⁴⁶⁷ AURELI, 1962, p. 245.

¹⁴⁶⁸ AURELI, 1973, p. 138.

¹⁴⁶⁹ AURELI, 1973, p. 141-142.

Quando, pela primeira vez, adentrei o sertão central, provoquei, graças à estação de rádio da expedição a maior curiosidade e estupefação que, hoje, em plena Praça da Sé, despertou a curiosidade e estupefação [...]. Sertanejos e índios eram as nossas plateias constantes. Comentavam, trocavam impressões, olhavam para os ares como para enxergar as palavras emitidas ou recebidas em figurinhas saltitantes.

Houve um cidadão, entrando em idade, que me solicitou, muito interessado:

- *Vossmicê pode perguntar, com esse negócio aí, como está passando o Imperador na Corte?*

Não é piada. É uma verdade, que dizia do atraso incrível de contatos com a civilização. Gente que desconhecia sermos República e, isso, no ano da graça de 1937...¹⁴⁷⁰

Apesar de sua perspectiva de um “sertão” “isolado”, *locus* do encontro entre a “barbárie” e a “civilização”, Aureli reconhece que aquelas “glebas dilatadas” “quase inacessíveis” atraíam “viajantes” em “busca de emoções fortes” e que aquele espaço era descrito de formas ambíguas, “enaltecido e denegrido simultaneamente, amado e execrado”¹⁴⁷¹. Para o autor, o “sertão” seria para o brasileiro, “[...] a mesma coisa que deserto para o beduíno! Um verdadeiro amor incrustado no íntimo, circulando no sangue, vivendo no cérebro!”¹⁴⁷² O jornalista sabia do encantamento em relação ao “sertão”, e afirma que “todos os mistérios lá estão”¹⁴⁷³, reforçando tal *representação*, inserindo em suas obras contos, relatos e mesmo lendas sobre aquele espaço, como ao relatar sua perspectiva sobre as diferentes versões da lenda do boto. Aureli ressalta que o “[...] civilizado-branco que habita as estepes do sertão central, “civilizou” também o boto, emprestando-lhes feições a seu gosto, banindo-o, morfológicamente falando da raça vermelha”¹⁴⁷⁴, e que “[...] nesse sertão bravio, tão cheio de encantamentos bizarros, quem possui um olho de boto, possui um capital que rende pingues juros...”¹⁴⁷⁵, de modo que mesmo ao narrar lendas, o autor apresenta *representações* sobre o “sertão”, sua natureza e seus habitantes.

O “sertão” também é narrado como o espaço onde a violência estaria imersa no cotidiano e se consolidou como um elemento central das narrativas de

¹⁴⁷⁰ AURELI, 1973, p. 128.

¹⁴⁷¹ AURELI, 1961, p. 09.

¹⁴⁷² AURELI, 1961, p. 09.

¹⁴⁷³ AURELI, 1961, p. 12.

¹⁴⁷⁴ AURELI, Willy. **Sertões bravios**. 2. ed. São Paulo: Edições Leia, 1961, p. 187.

¹⁴⁷⁵ AURELI, 1961, p. 189.

Aureli que perpassou suas obras. Mesmo em “Esplendor selvagem”, cujo tema central eram as aventuras de caçadas e perigos com relação aos animais¹⁴⁷⁶, o jornalista acaba descrevendo violências como no trecho a seguir:

O braço do Rio Araguaia, mais conhecido com o nome de Rio dos Carajás, por mim sulcado em meados de 1946, quando realizei um meticuloso levantamento, era um rio esquivado por todos. Agora, já andam por lá turmas de “mariscadores” que caçam jacarés em grande escala, molestando os pacíficos índios Javaés, cujo mal é possuírem mulheres muito bonitas¹⁴⁷⁷.

Dessa forma, a narrativa provavelmente se refere à prática de violência sexual exercida contra mulheres Javaés, mas de modo pontual, pois o foco das narrativas é destacar a violência praticada pelos povos indígenas contra os moradores de “povoados” situados naquele espaço. Essa ênfase à violência pode ser identificada num trecho da narrativa do livro “O rio da Solidão”¹⁴⁷⁸ no qual Aureli adverte moradores de São Félix do Araguaia¹⁴⁷⁹ para o risco de um ataque dos Xavante e que teria se concretizado, pois no livro “Terra sem sombra”¹⁴⁸⁰, o jornalista escreveu um “Exórdio” após ter recebido, um ano após retornar de viagem, a notícia da “invasão de São Félix” pelos Xavante de Tresaçu, ocasião em que crianças teriam sido “chacinadas” juntamente com João Irineu e dois filhos, Pedro e Maria Tapirapé, a quem dedicou homenagem, pois seriam seus conhecidos. Essa segunda obra possui uma narrativa focada na violência praticada pelos indígenas descritos como “invasores” da área onde foi construído São Félix do Araguaia por antigos moradores de Mato Verde, ainda que aquele “povoado” tenha sido construído dentro de território Xavante. A partir dessa perspectiva, o autor descreve os conflitos interétnicos como “surto de Xavante”¹⁴⁸¹, utilizando uma

¹⁴⁷⁶ Destaca-se que o clima de perigo atravessa essa narrativa, com casos de morte por sucuri envolvendo um “apaniguado” de Lúcio da Luz (AURELI, 1960, p. 152), ou de um bebê abocanhado por jacaré nas margens de um rio (*Idem, ibidem*, p. 89), ou ainda os ataques de onças “tremendamente daninha” que causava “estrigo” ao rebanho bovino (*Idem, Ibidem*, p. 56), do mesmo modo que os “[...] sertanejos são os desapiedados sacrificadores de onças. Onça vista, onça perseguida até o fim” (*Idem, Ibidem*, p. 34), o que apresenta um clima de tensão e violência entre humanos e outros animais que marcou todo o *processo histórico*.

¹⁴⁷⁷ AURELI, 1960, p. 92.

¹⁴⁷⁸ AURELI, Willy. **O rio da solidão**. Nota explicativa de Afonso Schmidt. São Paulo: Clube do Livro, 1957, p. 103.

¹⁴⁷⁹ Onde a “Bandeira Piratininga” montou acampamento.

¹⁴⁸⁰ AURELI, Willy. **Terra sem sombra**. São Paulo: Editora Saraiva, Coleção Saraiva 53, 1952.

¹⁴⁸¹ AURELI, 1952, p. 45.

expressão que remete à ideia de que os indígenas seriam animais, ou mais precisamente, pragas. Segundo Aureli,¹⁴⁸² um ano “[...] após termos deixado quase que pacificado o setor e um ano após ter, eu, pessoalmente, entregue no Rio de Janeiro, ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, extenso relatório sobre os acontecimentos, alertando-o quanto à possibilidade de males vindouros, os índios, numa reviravolta estranha, desceram novamente para matar!”

Ainda em “Terra sem sombra”, Aureli indica as violentas relações entre os “sertanejos” e os Kayapó, que segundo o jornalista, tiveram um período de “glória e comunhão com a civilização”, mas que depois, “num retrocesso espantoso”, se afastaram e “mantem sua fereza, aureolada de rubro sanguinolento.”¹⁴⁸³ O destaque da narrativa eram os ataques contra moradores de “povoados” e de grupos indígenas, além da indicação que os Kayapó “costumavam aprisionar civilizados”, dando ênfase à prática de raptos de mulheres e crianças. Nessa obra, o jornalista se apoiou ao “testemunho de Carminha de Jesus” para descrever como seriam tratadas as mulheres raptadas¹⁴⁸⁴, além de trazer “dados esclarecedores” obtidos juntos a um cacique de nome Domingos de um grupo Karajá. Ou seja, com base em relatos orais fornecidos por “inimigos” dos Kayapó, Aureli reforçava *representações* sobre esse povo a partir de sua belicosidade.

Suas narrativas ressaltam a violência realizada pelos Kayapó e pelos Xavante sobre os “sertanejos” e outros povos como os Karajá e principalmente os Tapirapé. Entretanto, no livro “O rio da Solidão”¹⁴⁸⁵, Aureli, ao relatar seu desejo de alcançar uma “cidadezinha” onde os Kayapó supostamente¹⁴⁸⁶ aprisionaram Fawcett e o filho Jack¹⁴⁸⁷, afirmava que mesmo com 200 homens, não achava vantajoso adentrar naquele espaço pois tomaria parte de uma carnificina e temia a reação dos “[...] sertanejos que tem, no passivo, muito parente degolado pelos índios

¹⁴⁸² AURELI, 1952, p. 05.

¹⁴⁸³ AURELI, 1952, p. 23.

¹⁴⁸⁴ AURELI, 1952, p. 29

¹⁴⁸⁵ AURELI, 1957, p. 128-131.

¹⁴⁸⁶ AURELI (1957, p. 131), indica que a informação era precedente de duas mulheres que ficaram anos aprisionadas entre os Caiapó, e que relatam que naquele grupo existiam 22 “civilizados”, sendo que o jornalista acreditava que dentre eles estariam os expedicionários desaparecidos.

¹⁴⁸⁷ Trata-se do arqueólogo e explorador, Coronel Percy Harrison Fawcett e do seu filho mais velho, Jack Fawcett, que ao realizarem uma expedição pelo Mato Grosso em busca de uma suposta civilização perdida, a partir de 1925, desapareceram, gerando uma série de especulações sobre seu destino, tal como as inseridas nas obras de Willy Aureli.

e, no ativo, muita morte de emboscada levada a efeito¹⁴⁸⁸”, de modo que o jornalista aponta para a consciência de que a dinâmica de violência não era apenas fomentada pelos povos indígenas. Tratava-se de uma dinâmica de ataques e represarias e que pode ser identificada na perseguição que os Kayapó fizeram ao “sertanejo” conhecido como “Negro Grande” que era um notório “caçador” de indígenas e assim descrita por Aureli:

Eu conhecia a fama do “Negro Grande”, que já fora terror dos índios. Terror feito carne, ossos e músculos, pontaria certa, firme numa perseguição. Tempos heroicos, se quisermos, quando os seringueiros buscavam, nas florestas do Xingú, o famoso cautchu, a melhor borracha do mundo!

Escorraçados de suas aldeias, perseguidos como animais raivosos, os Caiapós, caçados em todas as vereadas, reenviavam e revidam ao tremendo insulto. Guerrilha que não tem fim e que somente terminará com o extermínio do gentio, seja à bala, seja pelas doenças ou pela problemática absorção num caldeamento de raças.¹⁴⁸⁹

Além de seu equívoco quanto à “extinção inevitável” dos Kayapó dentro de sua compreensão de mundo e ideias coevas que circulavam, Aureli não considera com a mesma seriedade a violência praticada pelos “sertanejos” e, sobretudo, por Negro Grande. Para o jornalista, aquele “caçador de índios”, que conheceu velho e arqueado, era um “símbolo de eras distantes: feudalismo, capangismo”¹⁴⁹⁰, logo, um agente histórico representante do passado ao qual também pertenciam aquelas situações de violência.

Além de culpar principalmente os povos indígenas pelos conflitos que envolviam as relações com os moradores dos “povoados”, Aureli teceu severas críticas à ação do SPI¹⁴⁹¹ em toda a narrativa do livro “Terra sem sombra”, encerrando com a seguinte afirmação: “Levo em minha papelada os relatórios feitos por essa gente humilde e depredada. Deverei entregá-la à Diretoria do SPI. Pobres esperanças desses sertanejos. Não conhecem bem os homens e não conhecem os homens que estão no SPI. Jamais verão um vintém do que lhes é devido!”¹⁴⁹²

¹⁴⁸⁸ AURELI, 1957, p. 131.

¹⁴⁸⁹ AURELI, 1957, p. 128.

¹⁴⁹⁰ AURELI, 1957, p. 128.

¹⁴⁹¹ Esse debate não é aprofundando, mas é atravessado de categorias que colocam o espaço e seus habitantes em análise como representantes do passado e o avanço da “civilização” como o futuro, conforme narrativa de Aureli (1952).

¹⁴⁹² AURELI, 1952, p. 196.

Segundo Aureli, o órgão errava por não ressarcir os prejuízos dos “sertanejos” diante dos ataques e roubos praticados por indígenas e por querer “[...] impedir à civilização, a lenta e segura penetração, é querer imobilizar o sol”¹⁴⁹³, indicado sua perspectiva de que seria inevitável a apropriação daquele espaço que era “obstaculado de forma brutal pelo gentio”.¹⁴⁹⁴ O autor indica que teria sido criado pelo SPI “um “tabu” “deveras engraçado” através “[...] do *slogan* “a terra pertence aos índios”, de modo a “[...] negar o direito de conquista aos próprios brasileiros que arriscam suas vidas para aumentar a área de possibilidades coletivas.”¹⁴⁹⁵

Nesse sentido, o jornalista elogia a figura e atuação de Rondon, mas critica sua “visão”, afirmando que o “[...] venerado general Cândido Mariano da Silva Rondon, o grande idealista que fez e faz da Proteção ao índio um verdadeiro sacerdócio, não atentou na vertiginosidade de um progresso que cria o problema do “espaço vital”. ”¹⁴⁹⁶ O general seria o criador de uma “[...] mística indígena, atraindo para o bugre, para o selvícola, para o índio a simpatia benévola do governo e de grande parte do povo.”¹⁴⁹⁷ Para Aureli, seria o *processo histórico* de “atração do índios” somente uma oportunidade “[...] para blasonar glórias, permitindo-lhe o furto, a licenciosidade sensual, a apropriação de tudo que lhe antolha” e de “[...] difundir, entre os selvícolas, a crença de que, nós os civilizados, somos pusilânimes, covardes, incapazes e doidos por um sorriso.”¹⁴⁹⁸

Sua indignação com o método do SPI estava ligada às suas percepções e compreensão de mundo que provavelmente resultavam em oscilações entre críticas, medo, repúdio em contraste com elogios destinados ao *outro*, como os Xavante, que eram por ele admirados, como pode ser identificado nesse trecho:

O xavante denuncia, com a sua simples presença, o ser superior. Seu modo de andar, de gesticular, seu porte, sua maneira altiva, inata nêle, de encarar as coisas, quando lhes são exibidas, a soberba congênita, o desprezo que denota até em minudências, tudo isso traduz épocas de grandeza que foram herdadas, se bem que deturpadas pelo retrocesso de séculos e milênios, por esse gentio que subsiste exclusivamente pelo seu valor intrínseco,

¹⁴⁹³ AURELI, 1952, p. 37.

¹⁴⁹⁴ AURELI, 1952, p. 36.

¹⁴⁹⁵ AURELI, 1952, p. 37

¹⁴⁹⁶ AURELI, 1952, p. 38.

¹⁴⁹⁷ AURELI, 1952, p. 40.

¹⁴⁹⁸ AURELI, 1952, p. 39-40.

pela forma guerreira com que se defende, pela rigorosa higiene que mantem em seu habitat.¹⁴⁹⁹

Esse trecho da narrativa é elucidativo de elementos descritivos contrastantes e opostos que variam entre admiração dos valores “intrínsecos”, mas que são colocados como resquícios de um tempo em que esse povo seria menos “selvagem”, dentro de concepções sobre “raça” coevas e anteriores, como àquelas descritas por Couto de Magalhães. Seriam os Xavante remanescentes de um passado mais glorioso que o presente “selvagem”, de modo que esses agentes históricos são colocados como animais em “seu habitat”, mesmo que portadores da altivez humana, num movimento que não deixa de categorizá-los como *o outro*.

Aureli deixa exposto seu posicionamento em relação com *o outro*, um “problema” para o avanço da “civilização”, e portanto, em oposição direta ao “nós civilizados” que procuravam por um maior “espaço vital” onde o “progresso” pudesse instalar um mundo “civilizado”. Assim sendo, o autor afirma que o SPI pouco agia para resolver o “problema dos Caiapó” e o “problema dos Xavante”, destacando que o “[...] índio, hoje, representa um “rebus” difícil de ser solucionado. Se de um lado a civilização tende a marchar para o Oeste, de outro, forças conjugadas tentam impedi-lo.”¹⁵⁰⁰

Desse modo, os povos indígenas são colocados como um “problema” para o avanço da “civilização” e a ênfase em sua “brutalidade”, “selvageria” e truculência permeou as obras de Aureli, cujas narrativas focam nos casos de violência praticados ou atribuídos aos Xavante e Kayapó, mas também apresentam em alguns trechos indícios de que o jornalista tinha ciência de que os povos indígenas tinham problemas com os moradores de “povoados” que se apropriaram de áreas situadas em seus territórios e com outros agentes históricos em trânsito que encontravam em *zonas de contato*.

Ressalta-se ainda, que por ser jornalista e escritor, a exaltação ao exótico e violento fazia parte das narrativas de Aureli possivelmente para atrair um maior número de leitores. Exemplo disso é a obra intitulada “Léguas sem fim”¹⁵⁰¹,

¹⁴⁹⁹ AURELI, 1952, p. 87.

¹⁵⁰⁰ AURELI, 1952, p. 41.

¹⁵⁰¹ AURELI, Willy. **Léguas sem fim**. 2. ed. São Paulo: Edições Leia, 1963.

cuja primeira edição foi publicada em 1949 e que em 1963 ganhou uma nova edição, e que tem como base narrativas permeadas pela violência. Um caso narrado é de um grupo conhecido como “Gróia” de fanáticos religiosos que supostamente praticavam orgias e troca de casais, além de outro caso de uma dramática busca por Santinha que havia sido raptada pelos Kayapó em meio ao terror psicológico desse pai de que a mesma tivesse sido violentada. Do mesmo modo, uma rixa entre o coronel Quincas e o major Fulgêncio é narrada a partir da violência que culminaria na morte de uma mulher com “beleza rústica de cabocla de raça”¹⁵⁰², e também por um caso de um homem traído que, ao flagrar o adultério, matou o rival, espanca a esposa, amarrando-a numa árvore nua e machucada, de tal modo que seu sangue teria sido totalmente consumido por muriçocas. Esses “causos” marcados pela violência que gerava interesse de leitores e a indicação de que Aureli:

Sem pretensões de ser um Edgar Poe ou um Hoffmann, Willy Aureli, entretanto escreveu um livro de narrativas arrepiadoras, de imenso “suspense”, situando-as no âmago do nosso sertão. Fatos da vida real, dêsse mundo ainda estranho e desconhecido. [...]. Muito superior a essa especialização que celebrou os dois autores estrangeiros no início dessa apresentação, merecem todos os pontos de vista, a mais ampla divulgação pelo seu valor intrínseco, por desvendar usos e costumes de terras ainda de sonho, percorridas, durante um quarto de século, pelo fecundo escritor, cuja capacidade de produção assombra.¹⁵⁰³

Aureli publicou dez livros, não por sua capacidade narrativa supostamente ultrapassar a de Edgar Allan Poe, mas por escrever sobre temáticas que atendiam à uma demanda do mercado editorial nacional, num período em que conhecer os “sertões” ou o “Brasil Central” fazia parte da propaganda governamental e do cotidiano do brasileiro. Entretanto, suas narrativas se consolidaram como fontes documentais importantes para analisar tanto a construção de *representações* sobre o *outro*, quanto outras narrativas elaboradas por moradores de Mato Verde analisadas no próximo capítulo. Antes disso, é necessário situar as práticas e as *representações* efetivadas por outra “bandeira”, conhecida como Anhanguera e chefiada por Hermano Ribeiro da Silva.

¹⁵⁰² AURELI, 1963, p. 174.

¹⁵⁰³ Apresentação. In: AURELI, 1963, s/p.

3.5.2. A “Bandeira Anhangüera” e as narrativas de Ribeiro da Silva e Senatore

A “Bandeira Anhangüera” foi composta por jovens paulistanos que realizaram quatro expedições a partir de 1930 em direção ao que se referiam como “sertão do Araguaia”, percorrendo um trajeto desde São Paulo até o espaço que compreende os o Rio Araguaia, a Ilha do Bananal e os varjões. A última expedição partiu de São Paulo em 25 de julho e retornou em 24 de dezembro de 1937, e foi nessa viagem que faleceu o jornalista Hermano Ribeiro da Silva (1932-1937).

Ribeiro da Silva era um jornalista e escritor que havia percorrido o leste de Mato Grosso na década de 1920 e que em 1932 havia organizado expedição ao Médio Araguaia, em companhia de Francisco Brasileiro (outro paulista que se notabilizaria como sertanista), Cássio de Campos e Oscar de Campos Viana (Montecchi, 2001). As aventuras e os escritos decorrentes conferiam ao autor grande projeção, e em 1937 ele seria nomeado chefe da Bandeira Anhangüera, composta, entre outros por Affonso Taunay.¹⁵⁰⁴

Essa expedição, tal qual a Bandeira Piratininga, ganhou notoriedade em diferentes jornais de circulação significativa, sendo que o jornal “[...] *O Estado de São Paulo* (junho de 1937) apresenta a expedição com grande ênfase, em duas colunas. Relata as palavras entusiasmadas do organizador da expedição, Hermano Ribeiro da Silva [...]”, além de que um “[...] jornal italiano (julho de 1937) também apresenta a partida da expedição e as cerimônias que a precederam: a missa na igreja de São Francisco, a entrega das bandeiras como fazia com os antigos Bandeirantes, os cantos dos hinos patrióticos.¹⁵⁰⁵

Nesse sentido, a expedição “[...] inscrevendo-se num cenário desenhado, numa configuração discursiva, pela ideia de construção de identidade nacional, de brasilidade”¹⁵⁰⁶, sendo possível identificar esses elementos nesse trecho escrito por Ribeiro da Silva: “Meus Patrícios! O plano que nos cumpre

¹⁵⁰⁴ MAIA, 2012, p. 109-110.

¹⁵⁰⁵ MORDENTE, Olga Alejandra. Reflexões sobre os artigos da imprensa paulista. In: SENATORE, Antonio. **Bandeira Anhangüera: Viagem à Serra do Roncador 1937**. Organizadores Acir Fonseca Montecchi; Lorena de Stauber Caprara; Olga Alejandra Mordente. Tradução de Alessandra Paola Caramori. São Paulo: Lemos Editorial, 2001, p. 109.

¹⁵⁰⁶ MONTECCHI, Acir Fonseca. Introdução. In: SENATORE, Antonio. **Bandeira Anhangüera: Viagem à Serra do Roncador 1937**. Organizadores Acir Fonseca Montecchi; Lorena de Stauber Caprara; Olga Alejandra Mordente. Tradução de Alessandra Paola Caramori. São Paulo: Lemos Editorial, 2001, p. 15.

executar, como componentes da Bandeira Anhanguera, tem um caráter nitidamente, logicamente nacionalista...”¹⁵⁰⁷

Os interesses e intencionalidades direcionados aquele espaço supostamente “desconhecido” eram diversos, dentre os quais o interesse na mineração era uma das principais razões de tais expedições influenciadas pelo mito do “Eldorado”¹⁵⁰⁸, que fazia parte da “[...] imaginação desses “bandeirantes modernos”, empurrando-os em direção aos *sertões* de Mato Grosso à procura do ouro da Serra dos Martyrios.”¹⁵⁰⁹ Tal interesse e correlação com o mito pode ser identificado no próprio nome da expedição relacionado a Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhanguera, bandeirante que teria indicado a existência de uma mina naquelas serras no século XVII. Ademais, o livro “Garimpos do Mato Grosso: Viagens ao Sul do Estado e ao lendário rio das Garças”¹⁵¹⁰, escrito por Ribeiro da Silva, indica claramente os objetivos dos membros da expedição ligados à mineração, do mesmo modo que em outra obra intitulada “Nos sertões do Araguaia: Narrativas da Expedição às Glebas Bárbaras do Brasil Central.”¹⁵¹¹, o jornalista afirma que há cinco anos investigava “[...] a provável situação do tesouro, procurando localizá-lo através de todos os documentos de que me posso valer”¹⁵¹², se referindo à viagem que havia feito em 1935.

Ambas as fontes documentais escritas por Ribeiro da Silva possuem narrativas sobre expedições realizadas, apresentando a compreensão de mundo do autor e construindo e/ou reforçando *representações* sobre o *outro* humano, espaço e natureza que, tal qual os escritos de Aureli, tinham circulação entre jornais e outras publicações que davam visibilidade e aumentavam a circulação dos seus livros. O próprio jornalista deu indícios de suas relações sociais estreitas com jornais por

¹⁵⁰⁷ Publicado no jornal *O Estado de São Paulo* de 15 de maio de 1937.

¹⁵⁰⁸ Segundo Barrozo (2017, p. 13): “Desde o início do século XVIII, grupos de aventureiros se embrenharam pelos sertões, sonhando encontrar uma mina de ouro, de esmeraldas, ou de uma mancha de diamante”. Ademais, Barrozo (2017) indica na apresentação de seu livro que “[...] no século XX, baianos e mineiros vindos da Chapada Diamantina e do Vale do Jequitinhonha, em Minas, começaram a procurar diamantes no vale do Garças, no leste de Mato Grosso e nas cabeceiras do rio Paraguai, onde os mineiros vindos de Cuiabá já haviam encontrado ouro e diamantes no século XVIII”.

¹⁵⁰⁹ MONTECCHI, 2001, p. 16.

¹⁵¹⁰ RIBEIRO DA SILVA, Hermano. **Garimpos do Mato Grosso: Viagens ao Sul do Estado e ao lendário rio das Garças**. São Paulo: Editora Saraiva. Coleção Saraiva 78, 1954.

¹⁵¹¹ RIBEIRO DA SILVA, Hermano. **Nos Sertões do Araguaia: Narrativas da Expedição às Glebas Bárbaras do Brasil Central**. São Paulo: Editora Saraiva, Coleção Saraiva 3, 1948.

¹⁵¹² RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 85.

meio de uma dedicatória aos diretores do “Diário Popular” justificada “como preito de gratidão pelo incentivo e apoio às minhas viagens.”¹⁵¹³

Ribeiro da Silva escreve “ao leitor” acerca do “desconhecimento” sobre os “grandes sertões”, indicando que “muito se falava” sobre as “maravilhas da terra”, mas poucos conheciam a realidade e seriam raros os intelectuais que se atreveram a percorrer “[...] a vastidão em que habitam cerca de 10 milhões de almas entregues à própria sorte adversa”¹⁵¹⁴. Segundo o autor, “[...] é lastimável que ainda procuremos nas velhas páginas de Saint-Hilaire conhecer o Brasil”¹⁵¹⁵, referindo-se às narrativas de exploradores estrangeiros do século anterior aos quais tecia elogios, ao passo que criticava estrangeiros coevos pelo fato de que “[...] ultimamente têm vindo aos sertões diversas caravanas de alienígenas sem nenhuma significação elevada, e os seus componentes depois se perdem em fantasias e invencionices lamentáveis, à falta de assunto e descortino par publicações úteis à humanidade.”¹⁵¹⁶ Assim sendo, Ribeiro da Silva se colocava como um legítimo conhecedor do “sertão” que narrava sem as “invencionices lamentáveis” citadas por estrangeiros, se apoiando numa concepção nacionalista própria da década de 1930 de que caberia aos brasileiros explorar as riquezas da Nação.

Em 1936, na apresentação da obra “Garimpos de Mato Grosso”, o jornalista informa que aquela seria uma narrativa das suas duas primeiras viagens ao “sertão” a partir de 1930, num momento em que percebeu que era necessário o “aproveitamento das múltiplas forças” para o melhoramento do país, e para tanto “[...] precisamos “descobrir” o nosso Brasil, precisamos observar e revelar os segredos infindáveis da sua existência interior, empregando, todavia, nessa ambição a honestidade absoluta de um princípio religioso.” Seria essa uma “[...] tarefa básica compete sem dúvida aos que dedicam as suas atividades às letras, principalmente aos jornalistas e aos escritores.”¹⁵¹⁷

Ribeiro da Silva narra posteriormente as quatro viagens realizadas aos “sertões”, ressaltando que o livro “Nos sertões do Araguaia” não era resultado de “meditações de um técnico”, mas fruto de um “[...] peregrinar de distâncias

¹⁵¹³ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 05.

¹⁵¹⁴ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 09.

¹⁵¹⁵ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 10.

¹⁵¹⁶ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 10.

¹⁵¹⁷ RIBEIRO DA SILVA, 1954, p. 10.

esquecidas, foi com olhos de repórter que vi a desenrolar dos estranhos filmes do sertão”¹⁵¹⁸, destacando que escreve as “coisas reais”, sugerindo que:

Pretendo, com tal conduta, que a minha cooperação à literatura sertanista, na modéstia das narrativas, tenha o lugar de um trabalho honesto, revivendo com lealdade um punhado da existência dos nossos vastos patrimônios ainda envolvidos nas sombras das fábulas.

Se o livro merecer algum prêmio, que seja a o devotamento e o desvelo das gerações novas por esta generosa terra brasileira, infelizmente inapropriada nos seus potenciais de progresso... E que siga à frente da cruzada a mocidade intrépida de São Paulo, no determinismo imperativo da sua alma aventureira, da sua cultura adiantada, da sua economia magnífica.¹⁵¹⁹

Portanto, Ribeiro da Silva se colocava na posição de um jornalista que propunha narrar “coisas reais” e contribuir para o avanço sobre aquelas “glebas bárbaras” dentro de um ideal nacionalista e tendo o estado de São Paulo como o lugar “alma aventureira”, “cultura adiantada” e “economia magnífica”, sendo, portanto, lugar do “progresso”. Ao narrar uma das saídas da “bandeira” de dentro dos “sertões”, o jornalista indica que foi de São Paulo que partiram as “[...] bandeiras heroicas”: “Araguari, Ribeirão Preto. São Paulo! Etapas ascendentes no índice das lutas e das vitórias humanas. [...]. Foi aqui o berço da raça dos bandeirantes. Foi daqui que partiu, como tantos heroicos devassadores do Brasil, o vulto soberano de Fernão Dias...”¹⁵²⁰ Seria São Paulo, para o jornalista, o berço da ação de avanço sobre o “sertão”, sendo os “bandeirantes” os agentes históricos que levavam a “civilização” sobre aquele espaço para destruir a “barbárie”. A cidade era o espaço da “civilização” e o “sertão”, da “barbárie”, e sua experiência no “sertão” durante nove meses, na “aspereza da vida nômade e pobre”, bastou para “reabilitar as promessas da Civilização” que seria, para o autor, “fecunda, desabrochada nos sonhos.”¹⁵²¹

Além dessa argumentação inserida na narrativa, é possível identificar *representações* sobre o espaço de origem e aquele percorrido no seguinte “mapa”:

¹⁵¹⁸ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 11.

¹⁵¹⁹ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 12.

¹⁵²⁰ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 273.

¹⁵²¹ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 273.

Figura 20 - Roteiro da “Bandeira Anhanguera” no “Sertão Central” (1948)



Fonte: RIBEIRO DA SILVA (1948, p. 26).

Trata-se de uma *representação* do roteiro da “Bandeira Anhanguera” com um quadrante no qual o “Sertão Central” estava destacado e com a *representação* mais detalhada dos trajetos de rios a ele pertencentes. Nesse mapa dentro do quadrante que *representava* o espaço do “sertão central” havia somente Leopoldina e Cuiabá no canto esquerdo inferior, em contraste com as capitais¹⁵²² dos estados situadas, em sua maioria, no litoral do país. Além de indicar “ao leitor” qual era o espaço por onde a Bandeira Anhanguera passou, Ribeiro da Silva também descrevia os habitantes a partir de seu “conhecimento”, refutando a Sociologia como ciência, e indicando que poderia oferecer uma descrição mais apropriada sobre as sociedades que conheceu, como pode ser observado no seguinte trecho: “[...] julgo oportuno inserir uma breve digressão sobre a vida da nossa gens-rústica e o meio selvagem em que se plasma. Desenvolvem-se as narrativas da excursão por todo o vale do Rio Araguaia, onde habitam os mais afastados abencerragens¹⁵²³ da civilização brasileira sertaneja”¹⁵²⁴. Na sua perspectiva, portanto, era a “gens-rústica” a única capaz de suportar, tal qual os “admiráveis bandeirantes”, as “agruras da opressão do ambiente”, contando apenas com os “recursos próprios” para ir “desbravando pouco a pouco as glebas virgens”¹⁵²⁵, em meio às doenças como vermes intestinais e mal de Chagas, e graças “a eugenia da seleção natural” não se estabeleceu um “quadro patológico denegrido.”¹⁵²⁶ Desse modo:

O que se pode afirmar é que o desbravamento impõe tremendo sacrifício aos seus pioneiros. Em seguida, como se deu no nosso Estado e em tantos outros lugares do país, virão novos homens, são e mais aptos para a etapa que lhes cumprirá efetuar. Porque nisto precisamos acreditar no fatalismo dos caboclos. Desesperançosos de que alguém se aperceba das suas tragédias, repetem a frase predileta: “quem nasceu para a desgraça tem que findar assim mesmo...”¹⁵²⁷

Dessa forma, sua narrativa apresenta elementos de sua compreensão de mundo ligada ao seu *lugar de fala* como jornalista paulista, conhecedor de ideias científicas, racistas, evolucionistas e eugênicas que são utilizadas como

¹⁵²² Observa-se que Niterói era a capital do estado fluminense, ao passo que o Rio de Janeiro era a capital da federação.

¹⁵²³ Uma referência ao povo que dominou espaços de Granada antes da chegada dos reis católicos.

¹⁵²⁴ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 13.

¹⁵²⁵ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 14.

¹⁵²⁶ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 15.

¹⁵²⁷ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 15

argumentos para tipificar o “sertanejo” ou o “caboclo”. O autor dialoga com pensadores como o higienista Belizário Pena e analisa a situação dos “sertanejos” longe do litoral, afirmando que:

Este fato destaca fundamentalmente a mestiçagem dos sertões da do litoral. São formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. O contraste entre ambas ressalta à observação mais simples. O sertanejo – tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija a sua organização potente – reflete, na índole e nos costumes das raças formadoras, apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua situação social incipiente.

É um retrógado; não é um degenerado. Por isso mesmo que as condições históricas os libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma civilização de empréstimo, preparando-o pata a conquistar um dia.¹⁵²⁸

Assim sendo, o autor insere os “sertanejos” numa fase embrionária da “civilização”, e suas atividades econômicas desenvolvidas, que eram a pecuária e a agricultura “rudimentaríssima”, não requeria as “exigências da civilização”, mas alertando para a existência de agentes históricos que não possuíam gado, descritos como “párias”, “cujo nível de vida se acerca de um barbarismo desolador”.¹⁵²⁹ Para Ribeiro da Silva, não havia racionalidade nas atividades econômicas dos “sertanejos”, pois operavam dentro de uma outra lógica, ligada à “[...] faculdade de criação fantasiosa dos sertanejos, coisa que lhes é congênita. Quem se habituou a lidar com tais homens sabe que o segredo e o desconhecido exercem influência de verdadeiro delírio nos seus cérebros.”¹⁵³⁰

Apesar de ter afirmado na narrativa das primeiras viagens que os garimpeiros do Rio Garças não tinham “raciocínios profundos”¹⁵³¹, o jornalista considera que os mesmos demonstravam “[...] um índice de inteligência mais esclarecida que a dos outros sertanejos”¹⁵³², pois viajavam longas distâncias e se organizavam e confraternizavam para evitar adversidades. Nesse sentido, Ribeiro da Silva estava escalonando sua percepção sobre os estágios de racionalidade e “civildade” no qual os diferentes “sertanejos” que conheceu estavam inseridos.

¹⁵²⁸RIBEIRO DA SILVA, 1954, p. 189.

¹⁵²⁹RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 18.

¹⁵³⁰RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 267-268.

¹⁵³¹RIBEIRO DA SILVA, 1954, p. 84.

¹⁵³²RIBEIRO DA SILVA, 1954, p. 85.

Mesmo os fazendeiros – os coronéis, os mais poderosos, eram considerados como pertencentes ao passado, como os outros “sertanejos” ou “caboclos”, personificações do atraso, conforme pode ser percebido nesse trecho:

Perdura aqui o atraso patriarcal, embora o feudalismo dos “coronéis” dominadores participe como um dos motivos dos males do sertão, estes poderão ser removidos no âmbito de uma ordem mais ou menos administrativa: a imigração, o saneamento, a instrução, a justiça, as vias comunicáveis, a divisão e garantia do solo. Cumpre ao Estado realizar semelhante trabalho, da sua absoluta interferência, pois somente ele imporá a necessária unidade de ação para desenvolvimento do plano civilizador, impedindo ademais, para o futuro, ainda maios escravidão dos habitantes.¹⁵³³

Dessa forma, mesmo os mais poderosos fazendeiros do “sertão” estariam sujeitos a serem removidos por meio de ações estatais que objetivassem o avanço da “civilização”, pois para Ribeiro da Silva esses agentes históricos eram representantes do “atraso” que impediam “o futuro” de adentrar aquelas “glebas” e “sertão”. A sua argumentação amparada e construtora de *representações* sobre *o outro* como pertencente ao passado pode ser identificada em trechos de sua narrativa, tal qual o que o jornalista escreve sobre um decreto do Governo Federal que obrigava as expedições à fiscalização oficial, onde afirma que aquela iniciativa atrapalhava o avanço da “civilização”, pois:

[...] não podemos pretender o direito de enclausurar tão vasta gleba, desde que prossiga desabitada e improdutiva. Isso seria volver às idades primitivas, em uma época em que enorme parcela dos nossos semelhantes procura apenas um pedaço de chão afim de fazer face ao próprio sustento.¹⁵³⁴

Essa *representação* de que aquele espaço estaria desabitado e improdutivo fazia parte de narrativas daquelas primeiras décadas do século XX e posteriormente utilizada por parte de governos militares para justificar ações e projetos estatais. Ressalta-se quem, tanto na década de 1930, quando Ribeiro da Silva escreve, quanto nas décadas seguintes, existia o amplo conhecimento que esse espaço era habitado por povos indígenas e outros agentes históricos.

¹⁵³³RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 18.

¹⁵³⁴RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 20.

No que diz respeito à percepção e compreensão de mundo de Ribeiro da Silva sobre os povos indígenas, é possível identificar na sua narrativa a construção de uma *representação* dos mesmos como os “selvagens brasileiros”, uma vez que a ideia de incorporar os mesmos à Nação seria parte do debate coevo, e o jornalista se colocava como legítimo conhecedor da “realidade” desses povos. O jornalista relata que, entre os rios Cristalino e o Rio das Mortes estava a “maior gleba virgem do vale do Araguaia”, onde “[...] nenhum civilizado, nem mesmo o mais embrionário dos sertanejos, se resolveu a edificar a sua cabana no espaço imenso.”¹⁵³⁵ Seria aquele espaço um “enorme reino” com “clãs selvagens”, sendo que alguns estariam, segundo ele “[...] no estágio social pacífico, mas absolutamente afastados de qualquer conquista material de progresso, outro, indômitos nos esconsos impenetrados, na existência apenas exiguamente avaliada pelas tropelias que cometem.”¹⁵³⁶

Ao descrever os Karajá, considerados como “pacíficos”, Ribeiro da Silva critica sua “idolatria” em relação à água¹⁵³⁷, reclama dos excessos de oferta de produtos por mulheres que seriam “terríveis” e “[...] aparecem com os flácidos seios caídos, sobraçando dezenas de mandiocas, oferecidas a troco de fumo e rapadura. Que iremos fazer com este batalhão de mandiocas?”¹⁵³⁸ Na narrativa o jornalista indica seu estranhamento de que os Karajá “[...] não conhecem a noção de propriedade das nossas leis. Aos cristãos tiram tudo quanto podem e parecem mágicos na arte, escondendo os frutos num fechar de olhos, muita vez nas reentrâncias do corpo.”¹⁵³⁹ Apesar das reclamações, o autor afirma que supostamente tentou “[...] penetrar no íntimo convívio dos bugres e focalizar os quadros mais atraentes de sua existência rudimentar.”¹⁵⁴⁰

Contudo, as *representações* sobre os povos indígenas eram diferenciadas em relação de outros “selvagens” e “gentios” que eram ao mais “ferozes”, dentre os quais Ribeiro da Silva destaca os Xavante que viviam no “[...] primitivismo dos rudes costumes, campeiam ainda nas glebas selvagens virgens,

¹⁵³⁵RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 101.

¹⁵³⁶RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 101.

¹⁵³⁷RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 117.

¹⁵³⁸RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 118.

¹⁵³⁹RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 118.

¹⁵⁴⁰RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 124.

onde o homem civilizado não as foi alterar com a sabedoria ou a conquista.”¹⁵⁴¹ Estes dominavam, segundo o autor, cem mil quilômetros quadrados do território brasileiro e que tinham uma “inquebrantável persistência em se manter arredados dos cristãos”¹⁵⁴², agindo com violência contra os “sertanejos” e outros indígenas:

Ninguém existe que possa afirmar ter tido o mais breve contato com os xavantes e muito menos adiantar particularidades relativas às minúcias dos seus hábitos. Arredios ao extremo, fazendo da tocaia condição obrigatória de ataque, todos os outros entes humanos que os viram de perto, inclusive os caboclos e os Carajás, sofreram as consequências das cacetadas funestas.¹⁵⁴³

Apesar disso, o autor desconsidera a *representação* atribuída aos Xavante no século anterior ao indicar que esse povo indígena não era antropofágico, afirmando que certa vez teria escutado relatos de terceiros, “amostras dos crimes dos xavantes”¹⁵⁴⁴, que tratavam das formas de ataques e dos massacres que teriam sido praticados pelos indígenas, mas não havia registros da prática de canibalismo. Apesar de não serem canibais, os Xavante eram *representados* como “selvagens” e “bárbaros” sobretudo pelos atos de violência praticados ou a eles atribuídos por meio das narrativas do jornalista que possuía uma considerável circulação. Assim como Aureli, o jornalista passou a ser identificado por seus “feitos” no “sertão”, como no seguinte trecho:

De nada seria falar, aqui, na obra patriótica de Hermano. Ao seu gesto temerário, deve o Brasil o esclarecimento de muitos pontos obscuros de sua ethnographia.

Tendo penetrado até onde se desenrola a vida ignorada dos Chavantes, Hermano procurava desvendar o mysterio que pairava sobre a existência dos habitantes do âmago dos nossos sertões.

Penetrando florestas, seguindo o curso difficil dos rios, descobrindo novas distâncias, Hermano abriu, ao Brasil, mais uma róta – a maior talvez! – para a marcha da nossa civilização e para a grandeza do nosso futuro.¹⁵⁴⁵

¹⁵⁴¹ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 207.

¹⁵⁴² RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 207.

¹⁵⁴³ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 208.

¹⁵⁴⁴ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 211.

¹⁵⁴⁵ CORREIO PAULISTANO. [Notícia]. Falleceu, ante-hontem, nos sertões do Araguaya, no proprio acampamento da “Bandeira Anhanguera”, o bravo sertanista Hermano Ribeiro da Silva. 26 de novembro de 1937.

Ribeiro da Silva traz narrativas sobre os “mysterios” relacionados à “existência” dos Xavante no “âmago do sertão” acrescidas de explicações sobre o comportamento e a sua “natureza”. O jornalista compartilhava da concepção de que os povos indígenas estariam em “estágios” “primitivos” em relação aos “civilizados”, em contraste com os “sertanejos”, que seriam um “embrião” da “civilização” no “sertão do Araguaia” e nas suas “glebas bárbaras”.

Ribeiro da Silva¹⁵⁴⁶ afirma que a Ilha do Bananal ainda não havia sido pesquisada em seu “âmago” que permanecia como espaço “obscuro e desabitado por civilizados”, trazendo um breve relato sobre crônicas sobre sua “descoberta” para aqueles agentes históricos¹⁵⁴⁷, o “palmilhamento” em 1755, as penetrações ao seu interior e indicando a necessidade “negar muitos dos fascínios” de crônicas sobre tesouros em seu interior. Contudo, apesar de narrar que a ilha fluvial teria sido “descoberta”, o jornalista indica a presença de povos indígenas, mas afirma que ali havia “apenas” Karajás e Javaés.

Para além dessas *representações* sobre *o outro*, as obras de Ribeiro da Silva contribuem para a compreensão de elementos das *práticas sociais e relações de poder* que atravessavam aquele espaço percorrido pela “Bandeira Anhanguera”, *representado* pelo “roteiro de minha comitiva”¹⁵⁴⁸ nas proximidades da Ilha do Bananal, com a identificação de localidades como Santa Terezinha, Furo de Pedra e Barreira de Pedra, sem identificar Mato Verde que estava sendo instalado naquele início de década na margem esquerda do Rio Araguaia.

Ribeiro da Silva não avançou pessoalmente em direção à Ilha do Bananal, à Santa Izabel e a Mato Verde, enviando parte dos membros da “Bandeira Anhanguera” para fazer o reconhecimento do espaço, coletar materiais e realizar registros fotográficos e cinematográficos de alguns grupos indígenas que ali viviam, pois naquela expedição, o jornalista veio a falecer em 24 de novembro de 1937.

Todavia, outro membro da “Bandeira Anhanguera” narrou sua passagem pela Ilha do Bananal e por Mato Verde num diário escrito em 1937 por

¹⁵⁴⁶ *Idem*, 1948, p. 264.

¹⁵⁴⁷ É fundamental destacar que diferentes povos indígenas tinha conhecimento sobre aquele espaço.

¹⁵⁴⁸ RIBEIRO DA SILVA, 1948, p. 266.

Antonio Senatore, um fotógrafo da expedição.¹⁵⁴⁹ Montecchi¹⁵⁵⁰ afirma que o diário de Antonio Senatore¹⁵⁵¹ apresenta uma narrativa importante, uma vez que:

Em 1937, então com 37 anos, [Senatore] fora selecionado para a Bandeira Anhangüera, que iria percorrer um dos últimos espaços considerados desconhecidos e onde, no dizer da imprensa paulista, imperava a barbárie do homem primitivo: era o espaço dos *Xavantes*, que alguns homens letrados do Museu Paulista, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Universidade de São Paulo classificavam de ferozes. Porém, reconheciam haver muito por explorar e conquistar.¹⁵⁵²

Um dos primeiros elementos problematizados dessa narrativa foi sua linguagem¹⁵⁵³, pois teria sido escrito em italiano, ainda que seu autor fosse brasileiro, sendo filho de um imigrante italiano. Segundo Caprara, parece ter sido um desafio escrever naquele idioma, pois em 1938 as leis nacionalistas de Getúlio Vargas apontavam “[...] um sentimento difuso de rejeição ao número demasiadamente grande de imigrantes e à sua presença sempre mais visível em atividades culturais, executivas e econômicas relevantes”¹⁵⁵⁴ anteriores à sua publicação. Assim sendo, algumas possibilidades do motivo pelo qual o autor escreveu em italiano são colocadas e a pesquisadora não descarta a hipótese de que Senatore assim o fez para “[...] evitar a indiscrição de seus companheiros, pelas observações não sempre benévolas sobre eles”¹⁵⁵⁵, mas considera que este é apenas um elemento. Outra possibilidade seria de que o fotógrafo não dominasse bem

¹⁵⁴⁹ CAPRARA, Lorena de Stauber, Apresentação. In: SENATORE, Antonio. **Bandeira Anhangüera**: Viagem à Serra do Roncador 1937. Organizadores Acir Fonseca Montecchi; Lorena de Stauber Caprara; Olga Alejandra Mordente. Tradução de Alessandra Paola Caramori. São Paulo: Lemos Editorial, 2001, p. 07.

¹⁵⁵⁰ MONTECCHI, Acir Fonseca. Introdução. In: SENATORE, Antonio. **Bandeira Anhangüera**: Viagem à Serra do Roncador 1937. Organizadores Acir Fonseca Montecchi; Lorena de Stauber Caprara; Olga Alejandra Mordente. Tradução de Alessandra Paola Caramori. São Paulo: Lemos Editorial, 2001, p. 16.

¹⁵⁵¹ Montecchi (2001, p. 15), se deparou, em 1988, com o diário no Acervo de Antonio Senatore que é composto de fotografias, recortes de jornais e o manuscrito em italiano no Museu Histórico da cidade de Cáceres, Mato Grosso. A partir daquele ano desenvolveu um projeto de pesquisa e defendeu uma dissertação de mestrado que contém a transcrição, tradução, edição e a publicação do material documental pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMT.

¹⁵⁵² MONTECCHI, 2001, p. 16.

¹⁵⁵³ Caprara (2001, p. 07), aponta que esse foi o motivo dos professores do Curso de Língua e Literatura Italiana da Universidade de São Paulo (USP) “assumirem sua publicação”.

¹⁵⁵⁴ CAPRARA, 2001, p. 07.

¹⁵⁵⁵ CAPRARA, 2001, p. 09.

português, pois estudou alguns anos na Itália e segundo Mordente, “[...] seu português era ainda mais incorreto e não lhe era tão espontâneo”.¹⁵⁵⁶

Além disso, Caprara indica que a linguagem do diário é “[...] viva, muito coloquial, apresentando notável desleixo e frequentes incorreções: na ortografia, na sintaxe e principalmente na contínua alternância entre italiano e português...”¹⁵⁵⁷, sugerindo que possivelmente não havia “[...] desejo de aproveitá-lo para uma posterior publicação na Itália ou num dos vários jornais italianos em São Paulo”. Apesar dessa constatação, o mesmo pesquisador observa que Senatore recopiou o manuscrito uma vez que “[...] o caderno manuscrito que chegou até nós é muito limpo e apresenta uma uniformidade de grafia muito grande para ter sido escrito em momentos diferentes, nos intervalos de uma expedição ao interior do país, atravessando mata e percorrendo rios, entre mil e uma dificuldades”¹⁵⁵⁸, o que pode indicar o desejo do autor em ser lido.

Ainda segundo Caprara¹⁵⁵⁹, é preciso ponderar que o diário tenha sido escrito em italiano, pois seus escritos teriam como base uma “interlíngua” misturada com o português e seria [...] um exemplo do sucesso da integração dos descendentes dos imigrantes que rapidamente se tornaram brasileiros e compartilhavam os valores da terra.”¹⁵⁶⁰ Para além da linguagem, Caprara pondera:

[...] não consegue dar um passo a mais na direção da superação das diversidades entre os homens e considera os índios que encontra como fundamentalmente diferentes de si, crianças ingênuas ou selvícolas ferozes, não homens que nos sentimentos e nas reações mais profundas são iguais a todos os outros, querendo proteger suas terras, famílias e casa, por temerem os brancos e precisarem deles para se defender. [...] Ele que, de um certo ângulo, parecia tão livre e espontâneo, de outro, revela-se portador de preconceitos antigos e cristalizados.¹⁵⁶¹

A autora considera ainda que pela linguagem misturada, com a adoção de palavras de origem indígena, seria possível identificar que o autor estava “misturando culturas”. Porém, é preciso sair do texto e ressaltar que no universo

¹⁵⁵⁶ MONTECCHI, 2001, p. 109.

¹⁵⁵⁷ CAPRARA, 2001, p. 08.

¹⁵⁵⁸ CAPRARA, 2001, p. 08.

¹⁵⁵⁹ CAPRARA, 2001, p. 08.

¹⁵⁶⁰ CAPRARA, 2001, p. 08.

¹⁵⁶¹ CAPRARA, 2001, p. 11.

das *práticas sociais e relações de poder* em que Senatore escreveu, era comum a construção de narrativas que adotavam palavras indígenas e que mesmo assim, reproduziam ou construíram *representações* sobre *o outro*. Do mesmo modo, sua narrativa, tal como outras, era carregada da categorização dos povos indígenas como “selvagens”, “bárbaros” ou “ferozes”, como no caso os Xavante, como foi apontado por Montecchi:

O relato do fotógrafo viajante apresenta uma característica marcante do processo de construção do Brasil enquanto nação, iniciado no século XIX, traduzida nas relações do homem com a natureza, o que denota uma *visão de mundo*¹⁵⁶² carregada de valores culturais. Nesse sentido, o espaço percorrido se transforma numa *zona de contato*, pois aí se defrontam, em circunstâncias de desigualdade e subordinação, culturas tão diferentes. É quando o leitor da narrativa sofre uma disritmia frente a movimentos carregados de tensão e na expectativa do tão anunciado encontro com os “ferozes” *Xavantes*.¹⁵⁶³

Trata-se, portanto, de uma fonte documental por trazer tais *representações* e por oferecer uma descrição da última viagem da Bandeira Anhanguera, uma vez que Senatore participou de todo o trajeto da expedição e retornou para São Paulo em dezembro de 1937, por meio de trem e por um barco a motor cedido pelos padres salesianos Chovelon e Nunes. O padre Chovelon também indica em suas narrativas o contato com o grupo em outubro daquele ano de 1937, afirmando que em São Domingos teriam identificado “sinais de passagem por ali da bandeira Anhanguera”, entrando na retaguarda da mesma até o encontro no qual religiosos e “bandeirantes” teriam passado dois dias juntos “trocando nossas impressões sobre a viagem, os Xavante e a localização de suas aldeias”. A partir disso, o salesiano José Nunes Dias teria acompanhado a “Bandeira Anhanguera” até a Serra do Roncador por terra, ao passo que os outros missionários seguiram pelo rio. Nunes Dias teria acompanhado a expedição “por abnegação”, e, segundo

¹⁵⁶² A indicação do autor de uma “visão de mundo” não é incorporada a essa análise, uma vez que não se trata de uma única e homogênea perspectiva possível entre essa relação. Ressalta-se ainda, que o mesmo ocorre se tratando da “relação do homem com a natureza” que é considerada nessa narrativa como a relação dos seres humanos com a natureza, não considerando “o homem” como ser universal, e indicando que mulheres e outras categorias de gêneros são agentes históricos fundamentais dessa relação.

¹⁵⁶³ MONTECCHI, 2001, p. 17.

Senatore, já “habitado aos dias duros do sertão”, mas dentro de um ideal religioso que o levava a rezar missa para o grupo diariamente.¹⁵⁶⁴

Desde o início de sua narrativa, Senatore indica que parte dos membros da expedição desceram pelo Rio Araguaia com um barco a motor¹⁵⁶⁵ e que em setembro Ribeiro da Silva teria os encontrados quando ocorreram celebrações relacionadas ao dia da Independência do Brasil, com o hasteamento da bandeira do Brasil e de São Paulo, indicando que mesmo imersos no “sertão”, os “bandeirantes” tinham práticas que reforçavam o nacionalismo e o pertencimento a São Paulo.

Ao longo de seu diário é possível identificar que a expedição era formada por engenheiros¹⁵⁶⁶, membros do exército, garimpeiro¹⁵⁶⁷, cinematografista, botânico¹⁵⁶⁸, “práticos” que eram tanto “caboclos” como indígenas¹⁵⁶⁹, dentre outros, e referia-se a todos os membros da expedição como “bandeirantes”.¹⁵⁷⁰ Em alguns trechos da narrativa, Senatore anotava a realização de trabalhos exploratórios, como os realizados na Serra Azul onde recolheram “espécies vegetais e pássaros par o Museu de São Paulo¹⁵⁷¹”.

Entretanto, tal qual a “Bandeira Piratininga”, um dos interesses e desafios era o de se aproximar, ter contato e conseguir registros imagéticos do povo Xavante. Desde o início do diário, nos dias 25 e 26 de julho daquele ano, Senatore descreve sua perspectiva sobre a expedição ao narrar as conversas iniciais entre os membros da Bandeira Anhanguera, quando faziam “[...] prognósticos para as longas noites insones que nos esperam ao embrenhar-nos no interior do Brasil, na zona dos *Chavantes*, onde impera a barbárie do homem primitivo”.¹⁵⁷²

O temor à possibilidade de serem atacados pelos Xavante é marca de sua narrativa, que descreve detalhadamente a borduna usada pelos mesmos e seus efeitos¹⁵⁷³, e preenche parte das anotações com a descrição de vestígios,

¹⁵⁶⁴ SENATORE, 2001, p. 52.

¹⁵⁶⁵ SENATORE, 2001, p. 24.

¹⁵⁶⁶ SENATORE (2001, p. 22) registra os nomes dos engenheiros Octavio Nebias e Orion Bueno de Oliveira.

¹⁵⁶⁷ SENATORE (2001, p. 34) indica os nomes do tenente V. Malet e do garimpeiro João Bahiano.

¹⁵⁶⁸ SENATORE (2001, p. 74), aponta para os nomes do cinematografista Carlos Feltem, pelo botânico Darcy Bandeira de Mello.

¹⁵⁶⁹ SENATORE (2001, p. 28), descreve a contratação do “caboclo” Angelo Severo.

¹⁵⁷⁰ SENATORE, 2001, p. 26.

¹⁵⁷¹ SENATORE, 2001, p. 44.

¹⁵⁷² SENATORE, 2001, p. 20.

¹⁵⁷³ SENATORE, 2001, p. 32.

avistamentos e aproximações de grupos de Xavante.¹⁵⁷⁴ Em 27 de outubro, os “bandeirantes” foram até uma aldeia e o fotógrafo assim narra seu encontro:

Atravessando um riacho e subida uma pequena colina, encontramos-nos no meio do círculo central da Aldeia dos Chavantes. O pânico era geral na multidão de indígenas, gritos guturais e lamentos se elevavam na confusão da fuga; mulheres, crianças, velho, todos fugiam emitindo gritos ensurdecedores; o nosso aparecimento instaurou a desordem e o terror entre estes seres que, pela primeira vez, viam surgir gente nossa.¹⁵⁷⁵

Após a entrada dos membros da “Bandeira Anhanguera” na aldeia, os homens Xavante atiraram por duas vezes o que foi descrito por Senatore como “chuvas de flechas”, da qual, segundo sua narrativa, os “bandeirantes” teriam se escondido, pois “Hermano dera ordem para não matar e nem mesmo atirar a não ser em caso de legítima defesa”¹⁵⁷⁶. Considerando que não haveria outro modo, Ribeiro da Silva teria mandado soltar fogos de artifício, que inicialmente não assustaram os indígenas, que somente fugiram dali com o barulho. Com a aldeia abandonada, os “bandeirantes” passaram a mexer e se apropriar de objetos e utensílios dos Xavante, como panelas de ferro e instrumentos musicais, narrada como “uma coleta indispensável para o nosso museu paulista” e justificado que aquela apropriação teria sido paga por meio de “espelinhos, canivetes, colares de vidro e alguns facões”¹⁵⁷⁷ deixados ali. Senatore exaltou o “feito”:

Uma das missões mais difíceis resolveu-se sem perda de vidas de ambas as partes; estes índios, que aterrorizavam com as suas incursões os poucos habitantes e garimpeiros do Araguaya, sem contar o massacre que realizaram sobre os índios Carajás da Ilha do Bananal, os quais estão, embora ainda no **estado primitivo**, já submetidos aos civis, os indomáveis Chavantes, tinham sido finalmente visitados em um dos tantos núcleos que provavelmente possuem neste sertão.¹⁵⁷⁸

Em seguida, o fotógrafo afirma a esperança de que os Xavante compreendessem suas “intenções pacíficas”, uma vez que não tocaram em animais e “objetos valiosos” para os indígenas, apenas “artigos indispensáveis para o museu

¹⁵⁷⁴ SENATORE, 2001, p. 36-69.

¹⁵⁷⁵ SENATORE, 2001, p. 62.

¹⁵⁷⁶ SENATORE, 2001, p. 62.

¹⁵⁷⁷ SENATORE, 2001, p. 64.

¹⁵⁷⁸ SENATORE, 2001, p. 64.

de São Paulo” e que foram trocados por “quiquilharias”¹⁵⁷⁹. Senatore não parece ter problematizado que ele e os outros membros da expedição não tinham como saber quais eram os “objetos valiosos” para os Xavante, tampouco o fato de que não ocorreu uma troca de comum acordo, mas um furto de objetos da aldeia e o depósito das supostas “quiquilharias” que não foram pedidas e que não necessariamente devem ser compreendidas como sinal de *aliança e reciprocidade*. Entretanto, na própria narrativa de Senatore é possível identificar que o mesmo considera um “engano” ter acreditado que os Xavante reconheceriam aquela invasão à aldeia dentro de um “ideal pacífico”, uma vez que os membros da expedição foram surpreendidos mais tarde no acampamento por um ataque dos indígenas revidado pelo disparo de rojões que resultou na fuga dos invasores. A partir dessa situação, o fotógrafo relata que: “[...] só assim chegamos à compreensão de que estes homens primitivos, que não querem jamais se submeter ou ter contato de qualquer espécie com homens civis, eram uma raça cruel e feroz e só com muito sacrifício poderá ser catequizado.”¹⁵⁸⁰

Dessa forma, Senatore narra seu contato com os Xavante, que somados aos relatos de ataques dos mesmos contra os “habitantes e garimpeiros”, fez com que tirasse suas conclusões sobre aquele povo. Nota-se que os Xavante, tal qual outros povos indígenas, não são considerados como habitantes daquele espaço em que os expedicionários avançavam, desprezando-se assim a possibilidade de que os mesmos transformavam espaços em territórios disputados e que estavam sendo defendidos por meio das incursões e ataques dos “sertanejos”. A narrativa de Senatore, tal qual outras, considerava os Xavante como “homens primitivos” formados por uma “raça cruel e feroz” e sujeito a serem descritos com atitudes animais e que invadiam o espaço dos “sertanejos” e outros agentes históricos.

A perspectiva de Senatore sobre os povos indígenas apresentava nuances, mas era baseada na ideia de que os mesmos eram “primitivos” e pode ser observada nas suas narrativas relacionadas aos Javaés que foram contactados na Ilha do Bananal. Essa narrativa foi possível quando o fotógrafo e um grupo¹⁵⁸¹

¹⁵⁷⁹ SENATORE, 2001, p. 66.

¹⁵⁸⁰ SENATORE, 2001, p. 66.

¹⁵⁸¹ SENATORE (2001, p. 74), indica que o grupo foi constituído pelos engenheiros Orion Bueno de Oliveira, Arnaldo Octavio Nebias, pelo cinematografista Carlos Feltem, pelo botânico Darcy Bandeira de Mello.

foram enviados por Ribeiro da Silva para aquela ilha fluvial pelo Rio das Mortes no primeiro dia de novembro de 1937, enfrentando uma viagem de onze dias que os deixou exauridos e “reduzidos a esqueletos”¹⁵⁸² até que alcançaram o Rio Araguaia e uma aldeia dos “bons Carajás” onde puderam se alimentar. Como os Karajá estavam em contato com outros agentes históricos há décadas, esse encontro com *o outro* não resultou numa descrição detalhada por parte de Senatore, que tinha como objetivo realizar filmagens e fotografias junto a um povo indígena por eles considerados como em “estado bem primitivo” como estariam os Javaé.

Nas margens do Rio Araguaia, encontraram Lúcio da Luz, identificado como o “Sr. Lúcio”, de passagem numa aldeia Karajá e também em Santa Izabel, sendo que foi ele que os levou até o interior da Ilha do Bananal¹⁵⁸³ onde realizaram registros cinematográficos entre os Javaé. A partir disso, Senatore registra que:

Os Javahés vivem em um estado bem primitivo. Os homens e as crianças estão completamente nus e as mulheres usam uma faixa que cobre muito mal a secreta nudez. Os seus *ranchos* são semelhantes aos dos Carajás; vivem em comunidade, deitados no chão, ou sentados em uma promiscuidade (para nós civilizados) um tanto indecente, mas para eles sem importância.¹⁵⁸⁴

A posição entre *o nós*, “civilizados”, e *o outro*, “primitivo”, é inserida na narrativa de Senatore, do mesmo modo que sua narrativa também indica para o fato de que os indígenas também estranham e riem daquele que é, seu *outro*, que segundo o fotógrafo: “Riem por qualquer coisa e minha barba é vítima de constantes carícias; eu devo parecer, para aqueles selvagens, um animal raro”¹⁵⁸⁵. Entretanto, é a narrativa escrita do fotógrafo que registra a sua perspectiva sobre *o outro*, pois ao tentar “acariciar uma criança”, descreve que a mesma fugiu “[...] dando gritos que pareciam de um animal e muito amedrontada, refugia-se entre as pernas da mãe”¹⁵⁸⁶. Senatore deduz que os Javaé seriam “[...] pobres seres humanos, para serem compreendidos necessita-se uma paciência enorme e muita mímica, e mesmo

¹⁵⁸² SENATORE, 2001, p. 80.

¹⁵⁸³ Essa relação de Lucio da Luz com membros de “bandeiras” e outros expedicionários é melhor compreendida nos próximos capítulos, inclusive por meio de elementos da narrativa de Senatore que está sendo apresentada e parcialmente analisada nesse capítulo.

¹⁵⁸⁴ SENATORE, 2001, p. 84-86. Destaca-se que o trecho acima citado é contínuo, e a quebra da página se deve ao fato de que a página 85 apresenta o texto de Senatore em italiano.

¹⁵⁸⁵ SENATORE, 2001, p. 86.

¹⁵⁸⁶ SENATORE, 2001, p. 86.

assim perdem-se horas”¹⁵⁸⁷. A ambiguidade de descrever as ações da criança como similares às de animais e a compreensão de que são “pobres seres humanos” carrega a narrativa de um fundo de estranhamento em relação ao que não se pode categorizar dentro dos parâmetros do que seria um ser humano “civilizado”, mas também não seria adequado ser tratado como um animal. Entre estranhamentos e risadas, o grupo teria realizado seu trabalho e fez trocas, conforme pode ser observado no seguinte trecho da narrativa:

Em troca de fumo, sal e colares de vidro, presentearam-nos com flechas, arcos e vários objetos de adorno de penas. Rodamos um bom filme e tiramos fotografias à vontade, mas pelo fato de que Lucio [Pereira da Luz] tinha pressa, tivemos que nos despedir dos hospitaleiros Javahés e voltar à fazenda Mato Verde.¹⁵⁸⁸

Destaca-se que a aproximação com esse povo foi indicação de Lúcio da Luz, que conhecia os grupos que não representariam perigo ao serem visitados por outros agentes históricos. Essa experiência junto aos Javaés foi uma das poucas situações favoráveis dessa incursão descritas por Senatore, pois além do apoio logístico de Lúcio da Luz, o grupo recebeu alimentação e hospedagem em Mato Verde e pode realizar seus trabalhos sem a descrição repetitiva diária de medo de ataques dos Xavante ou de relatos de fome, como realizado anteriormente ao encontro com Lucio da Luz.

Senatore dedica parte significativa de sua narrativa para descrever a dificuldade enfrentada para se alimentarem, sendo que a escassez de comida começou a ser narrada desde 25 de agosto, quando relata que o “descontentamento é geral”¹⁵⁸⁹, com relatos de refeições à base de mel, peixes, palmitos e carne de veado que exalava uma “catinga” que a tudo impregnava. De 21 a 23 de outubro, o fotógrafo afirma que havia emagrecido “[...] assim como todos os companheiros; alguns estão magérrimos e parecem esqueletos”¹⁵⁹⁰, e no próximo dia 27 registra que comeram carne de cavalo e que no dia 30 apenas ele, Ribeiro da Silva e mais três membros da expedição se manifestaram favoráveis a continuar a expedição numa reunião realizada com todos.

¹⁵⁸⁷ SENATORE, 2001, p. 86.

¹⁵⁸⁸ SENATORE, 2001, p. 86.

¹⁵⁸⁹ SENATORE, 2001, p. 34.

¹⁵⁹⁰ SENATORE, 2001, p. 58.

Após a decisão, o grupo foi enviado para a Ilha do Bananal por Ribeiro da Silva, e essa foi a última referência ao chefe da “Bandeira Anhangüera” vivo, pois no dia 4 de dezembro, quando estavam retornando, receberam a notícia em São Pedro de que o chefe havia morrido no derradeiro dia 24. O que Senatore registra em seu diário foi elogioso ao lembrar da “figura máscula”¹⁵⁹¹ daquele que “[...] foi sempre exemplo de disciplina e bondoso com todos, mesmo com os que o traíram e obstaculizaram a sua missão...”¹⁵⁹², indicando que o mesmo teria sido “vítima dos seus próprios companheiros”¹⁵⁹³, e que desse modo a expedição estava acabada.

Em outra fonte, o salesiano Francisco Fernandes, destaca que Hermano Ribeiro da Silva era um “conhecedor do sertão e amigo dos Salesianos”, e que havia morrido no “sertão perto do Araguaia”, “[...] atacado pela malária e desgostos de não poder levar até o fim a expedição”, sendo “[...] mais uma vítima do Rio das Mortes”¹⁵⁹⁴. Além de trazer uma explicação da morte, essa narrativa indica ainda, o que havia sido relatado por Senatore: de que nos dias que antecederam a morte de Ribeiro da Silva, ele e outros membros da bandeira “[...] esperavam mantimentos de avião e este não chegando, desanimaram uma boa parte e voltaram para trás visto terem passado fome e comerem carne do cavalo matado pelos índios.”¹⁵⁹⁵

Outras narrativas destacam¹⁵⁹⁶ que, apesar da morte de Ribeiro da Silva, os resultados da “Bandeira Anhangüera” foram significativos pois foram publicados uma série de escritos¹⁵⁹⁷, dentre os quais estudos geográficos, geológicos e meteorológicos divulgados na “Revista Brasileira de Geografia”.¹⁵⁹⁸

Portanto, tanto as narrativas dos salesianos, quanto a de Senatore, reforçam a perspectiva de que aquela “bandeira” e principalmente a morte no “sertão” de seu chefe, ocorreram de forma heroica. Essa perspectiva pode ser

¹⁵⁹¹ SENATORE, 2001, p. 94.

¹⁵⁹² SENATORE, 2001, p. 90.

¹⁵⁹³ SENATORE, 2001, p. 92.

¹⁵⁹⁴ CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO, 1996, p. 61.

¹⁵⁹⁵ CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO, 1996, p. 61.

¹⁵⁹⁶ LEITE, Cassiano Ricardo. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 4 ed. Volume II. Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo. Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros, 25 A, 1970, p. 613.

¹⁵⁹⁷ Pode ser incluído como um outro escrito sobre a bandeira o livro intitulado “Na Serra do Roncador. A vanguarda da Bandeira Anhangüera” publicado em 1938 por Francisco Brasileiro, integrante da expedição liderada por Ribeiro da Silva no ano anterior. Contudo, o mesmo não adentrou o espaço no qual o Rio Araguaia forma a Ilha do Bananal e os varjões, de modo que não é analisado, por mais que sua narrativa apresente *representações* sobre o outro.

¹⁵⁹⁸ Edição de número II.

inserida dentro de um movimento que ocorria em termos de *práticas sociais e relações de poder* fomentadas pelo Governo Federal por meio da “Marcha para o Oeste”. Esse projeto governamental é analisada a seguir por ter relação direta com o avanço vindo do Sudeste do país em direção ao Rio Araguaia e que fomentou outras práticas e narrativas com *representações sobre o outro*.

3.6. Os discursos e narrativas escritas de Getúlio Vargas sobre a “Marcha para o Oeste”: outras construções de *representações sobre o outro*

Na década de 1930, enquanto Lúcio Pereira da Luz, familiares, vaqueiros e agregados instalaram Mato Verde num local situado às margens do Rio Araguaia, os padres salesianos procuravam se aproximar dos Xavante para “pacificá-los” e catequizá-los, e jovens paulistanos avançavam com “bandeiras” sobre a Ilha do Bananal e os varjões por meio do Rio Araguaia, na capital do país, no litoral, outras ideias eram debatidas com diferentes projetos de nação e que fizeram parte de narrativas escritas e discursos oficiais do presidente Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954).

Em 1933, por meio da publicação do segundo volume da obra “A nova política do Brasil”, Vargas assinava uma narrativa escrita que trazia preocupações com “o homem rude do sertão” nos seguintes termos:

No Brasil, o homem rude do sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente e, se vegeta decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência. Por vezes, o seu aspecto é miserável, mas, no corpo combalido, aninha-se a alma forte que venceu a natureza amazônica e desbravou o Acre. Em algumas regiões, vemo-lo quebrantado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e sem iniciativa, como se fosse um autômato. Daí a esse espectro falta alimentação e trabalho compensador; creia-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: - é preciso que todos os brasileiros recebam educação.¹⁵⁹⁹

¹⁵⁹⁹ VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. O ano de 1932. A revolução e o Norte. 1933. Volume II. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1933, p. 119.

Contudo, durante o governo provisório instaurado de 1930 a 1934, o projeto de Nação divulgado por Vargas para aqueles “sertanejos” estava mais ligado à uma proposta que abrangia não apenas esses agentes históricos, pois tratava do acesso à educação dos brasileiros para que pudessem ser “trabalhadores nacionais” e “cidadãos”¹⁶⁰⁰ que pudessem “rivalizar” com “os melhores homens do mundo”, indicando sua proposta nacionalista na qual “o homem” era a categoria universal e homogeneizadora da humanidade e o agente histórico capaz de realizar tais mudanças. Segundo Lenharo, teria sido no “[...] bojo da proclamação da “Marcha para o Oeste” que os trabalhadores foram convocados para conquistar o interior do país e contribuir com o seu quinhão para a edificação da nacionalidade.”¹⁶⁰¹

Para tanto, era preciso estar em movimento, uma vez que em 1937, Vargas se direcionava aos brasileiros de todas as partes do Brasil, dentre os quais os “concidadãos do mundo em marcha que é o Brasil central”.¹⁶⁰² Numa linguagem eminentemente militar, o presidente da república indica um movimento disciplinado, consciente, direcionado, patriótico e feito por brasileiros para o espaço de mudanças: o Brasil Central.¹⁶⁰³

Em 1937, no período em que o “novo bandeirantismo” era realizado na prática por meio de “bandeiras” como a Piratininga e a Anhanguera, Vargas passava a incorporar nas suas narrativas escritas e discursos elogios às bandeiras

¹⁶⁰⁰ Esse discurso de Vargas foi reproduzido durante a consolidação do Estado Novo, durante o qual outras práticas foram acionadas ou intensificadas de modo que: “Junto a dispositivos como a “proteção trabalhista”, ou a outros menos nobres como a repressão, a delação, a tortura, pretendia-se agora educar o trabalhador de modo a arrancá-lo da sua condição de classe, diluindo-a no corpo nacional, fazendo dele um trabalhador ordeiro e produtivo. O objetivo maior do poder fora pretender que o trabalhador se enroscasse na teia da própria dominação; dominado, exercitasse uma prática ampliadora do próprio emparedamento.” In: LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, SP: Papirus, 1986 a, p. 38.

¹⁶⁰¹ LENHARO, Alcir. *A Terra para quem nela não trabalha: A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 12. pp. 47-64, Mar./Ago. 1986 b, p. 50.

¹⁶⁰² VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Retorno à Terra Natal. Confraternização sul-americana. A revolução comunista. Novembro de 1934 a Julho de 1937. Volume IV. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1937, p. 217.

¹⁶⁰³ Ressalta-se, todavia, que Vargas utilizava a expressão “marcha” para tratar de outros movimentos e de “migrações internas” tratadas pelo presidente que, segundo Esterici (1972, 0. 39), seriam: 1) deslocamento da população excedente do nordeste rumo à Amazônia; 2) o envio de “levas” de imigrantes para os “vazios” do Oeste; 3) dotação de terras devolutas por parte da União. In: ESTERCI, Neide. *O mito da democracia no país das bandeiras*. (Análise simbólica dos discursos sobre migração e colonização do Estado Novo). Mestrado (Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1972.

Feitos destemerosos, lances de audácia sobrehumana — a epopéia das bandeiras, as lutas épicas pela integridade territorial, os movimentos de rebeldia emancipadora — fazem da nossa história uma lição de varonilidade e um exemplo de ação construtiva. Conquistámos a terra através de lenta e penosa adaptação, que começou com a primeira entrada de sertanistas e desbravadores do interior desconhecido e, ainda hoje, se prolonga na vigorosa resistência oferecida às hostilidades permanentes do meio físico. Os direitos de autonomia e independência, antes de proclamados, já existiam, tãcitamente impostos pelo nosso trabalho fecundo e pelo sangue generoso dos nossos mártires. Creámos, assim, a Nação e constituímos, depois, a Pátria, pelo fortalecimento da sua unidade política.¹⁶⁰⁴

A crença de que as “bandeiras” possibilitaram a “integração” e o “fortalecimento” da “unidade política” se colocava como legitimadora da *representação* dos bandeirantes como heróis e mártires em meio à ideias de que suas viagens eram “epopeias” e “épicas” e que por meio delas, a “terra” do Brasil havia sido “conquistada”. No ano seguinte, o mesmo tom elogioso foi utilizado para se referir às ações missionárias realizadas durante o período colonial, e que para Vargas se configurou como outro movimento capaz de trazer mudanças e unir o que viria a ser a Nação:

Só o espírito evangelizador e as virtudes da fé podem explicar o milagre de termos conseguido amalgamar, na sociedade colonial, os fatores dispares e primários da nossa formação - indígenas da idade da pedra, escravos africanos em diversos estágios culturais e imigrantes peninsulares - integrados - todos na civilização cristã.¹⁶⁰⁵

Dessa forma, Vargas incorporou em sua narrativa os povos indígenas, que até então não estavam colocados como agentes históricos dentro e seu projeto de nação, sendo apenas citados como potenciais “trabalhadores nacionais”¹⁶⁰⁶. Contudo essa incorporação se deu por meio da *representação* dos povos indígenas

¹⁶⁰⁴ VARGAS, 1937, p. 123.

¹⁶⁰⁵ VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. O Estado Novo. 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Volume V. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1938, p. 104.

¹⁶⁰⁶ Ao tratar da “Nacionalização do Trabalho”, Vargas afirma: “Como complemento, tornara-se, também, imprescindível reservar ao trabalhador indígena maior margem de aproveitamento na exploração das indústrias, sem forçar o desemprego dos estrangeiros já localizados no país há muitos anos, com família constituída, integrados na população nacional e interessados em nossa economia”. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. A realidade nacional em 1933. Retrospecto das realizações do Governo, em 1934. Volume III. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1934, p. 142.

como pertencentes ao passado, na “idade da pedra”, tal qual “escravos africanos” em “diversos estágios culturais”. Nota-se que o agente histórico que supostamente traria a mudança seria o “imigrante peninsular” com seu “espírito evangelizador e as virtudes da fé” que possibilitaram que o Brasil possuísse uma suposta “civilização cristã”.

A ideia de que o Brasil possuía uma “civilização” perpassava os discursos e narrativas escritas de Vargas, de modo que no trecho a seguir é possível identificar projetos de nação ligados à integração do espaço e do povo brasileiro:

A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste.¹⁶⁰⁷

Vargas atrelou os ideais de “civilização”, de “nação” e de “brasilidade” - ligada à identidade nacional - ao movimento histórico que seria capaz de concretizá-los por meio do avanço sobre aquele espaço para além do litoral e expandir “no sentido das latitudes”. Para tanto, seria necessário “galgar a montanha, transpor os planaltos”, buscar no passado o “vigor” dos “pioneiros” que chegaram e “plantaram no coração do Continente” os “marcos das fronteiras territoriais”, retomando suas “trilhas”, mas para “abrir caminhos” e “estender as fronteiras econômicas” do Brasil para buscar o futuro da nação. Na percepção do presidente, esse movimento possuía a chave para relacionar o passado ao futuro e por sua “grandeza” era comparado à uma “cruzada”, conforme pode ser observado em outro trecho de uma narrativa publicada ainda em 1938:

Ainda há pouco, vindo do interior paulista e observando a atividade das classes que labutam nas lindes do Estado, eu lhes disse que o Governo estava, precisamente, pregando uma cruzada nova, e o que eu denominava “marcha para o Oeste” nada mais era que a valorização do sertão brasileiro, daquelas vastas zonas

¹⁶⁰⁷ VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. O Estado Novo. 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Volume V. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1938, p. 124.

por vossos antepassados, há quatro séculos, conquistadas para o Brasil; que elas precisavam ser utilizadas por processos modernos, no interesse do próprio Brasil. O nosso país tem necessidade de crescer, dentro de suas fronteiras, pelo aproveitamento e pelo enriquecimento da terra. Exprimindo deste modo as idéias que me trazem até vós, digo-vos que são estes os meus desejos, são estes os esforços do meu Governo.¹⁶⁰⁸

Em 1940, o então presidente, Getúlio Vargas, fez um discurso no qual declarava novamente que a “Marcha para o Oeste” seria uma “cruzada” em busca da integralização econômica de áreas ao território dentro dos parâmetros do que seria uma nação e reforçava os argumentos utilizados anteriormente:

Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que *o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste*. Para bem esclarecer a ideia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente.¹⁶⁰⁹

A repetição da concepção de que “o verdadeiro sentido da brasilidade é o rumo a Oeste” indica a insistência de Vargas em indicar a direção na qual o povo brasileiro deveria se unir num objetivo comum que era seu “desejo” e que seria alvo de “esforços” de seu governo para alcançar o ideal de “civilização”, “nação” e “identidade nacional”. Não se tratava, contudo, de um simples esforço, mas de uma “cruzada”, como repetido em seus discursos e narrativas escritas do período. Segundo Lenharo:

A “cruzada” da Marcha para o Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, constitui um precioso exemplo dessa fabricação de imagens. Elaborada crucialmente na virada do ano de 38, pouco depois do golpe, e retrabalhada cuidadosamente nos anos seguintes a Marcha para Oeste foi calcada propositalmente na imagem da nação que caminha pelas próprias forças em busca de concretização.¹⁶¹⁰

¹⁶⁰⁸ VARGAS, 1937, p. 305.

¹⁶⁰⁹ Discurso de Getúlio Vargas. In: VELHO, 1979, p. 148.

¹⁶¹⁰ LENHARO, 1986 a, p. 55-56.

A partir disso, a concepção utilizada pelo presidente foi de que os espaços situados “rumo a Oeste” estariam “vazios” por não estarem “ocupados” com atividades agropecuárias, industriais e por cidades, sendo que tais atividades ocupariam apenas “ilhas”¹⁶¹¹ em meio a um amplo espaço. Assim sendo:

Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial.¹⁶¹²

Porém, o presidente da república tinha conhecimento que esses espaços eram territórios consolidados ou em disputa povos indígenas e que as estatísticas oficiais coevas não conseguiam incorporar as populações formadas por indígenas, ribeirinhos, garimpeiros, migrantes em deslocamento, pecuaristas e outros que se identificavam como “sertanejos” e que habitavam esses espaços. Apesar disso, essa percepção de espaço “vazio” guiou discursos, narrativas e práticas de Vargas, que divulgava sua busca pelo “Oeste” por meio de discursos como esse:

Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras.¹⁶¹³

Vargas destaca que o “imperialismo” interno estaria alicerçado na ideia de que o avanço sobre o Oeste do Brasil era uma forma de expandir as “fronteiras” econômicas, políticas e geográficas através da “criação de territórios nacionais”:

Eis a finalidade da criação dos Territórios Nacionais. A história dos povos está ligada à sua geografia. Segundo a distinção dos sociólogos, a geografia estuda a organização dos povos em sua forma estática e a geopolítica a dinâmica e sua evolução. É o

¹⁶¹¹ Como o caso de colônias de japoneses cultivando pimenta, destacadas por Velho (1979, p. 152).

¹⁶¹² Discurso de Getúlio Vargas. In: VELHO, 1979, p. 148.

¹⁶¹³ Discurso de Getúlio Vargas. In: VELHO, 1979, p. 148.

destino dos povos plasmado pela energia criadora dos homens, E a nossa “Marcha para Oeste” significa precisamente uma das formas de manifestação desse destino.¹⁶¹⁴

A expansão seria um “destino” que permitiria às futuras gerações a realização das atividades econômicas, se consolidando como um “compromisso com o futuro”, como pode ser observado em sua argumentação no seguinte trecho:

Confinados, antes, no litoral de um vasto território, vemos abrir-se, agora, à exploração sistemática um hinterland dos mais férteis e promissores, apenas desbravado e onde deverão expandir-se a energia, a perseverança e o trabalho de numerosas gerações. Essa ampliação do campo das nossas atividades representa um compromisso com o futuro e basta para imprimir rumo dinâmico à marcha de um povo jovem e audaz, como se tem revelado o nosso nas diversas fases da sua evolução social, econômica e cultural¹⁶¹⁵.

Esse “povo jovem e audaz” seria, para Vargas, capaz de realizar esse o seu programa “Rumo ao Oeste”, que estava ligado ao passado por meio do “[...] reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura.”¹⁶¹⁶ Desse modo, o discurso do presidente aponta quem seriam os agentes históricos responsáveis pela realização desse projeto expansionista dentro do território brasileiro e ainda atribui legitimidade para outros que estavam dentro daquele espaço de continuar desenvolvendo suas atividades e interesses.

Esse é o caso de integrantes de ordens religiosas em missão como a dos salesianos que avançavam sobre os varjões, o Ilha do Bananal e nas margens do Rio Araguaia e afluentes em busca de “pacificar” os Xavante. Esses agentes históricos tinham conhecimento das propostas de Vargas e sabiam que as mesmas estavam alinhadas com seus interesses, o que pode é reforçado nos relatórios de 1940 nos quais o padre Hipólito Chovelon escreve que aquela missão estava permeada pela “voz do Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas”¹⁶¹⁷ e reforçava a

¹⁶¹⁴ VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. O Brasil na Guerra. 1 de maio de 1943 a 24 de maio de 1944. Volume X. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1944, p. 271.

¹⁶¹⁵ VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Ferro, Carvão, Petróleo. 7 de agosto de 1940 a 09 de julho de 1941. Volume VIII. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1941, p. 45.

¹⁶¹⁶ Discurso de Getúlio Vargas. In: VELHO, 1979, p. 148.

¹⁶¹⁷ Relatório de 1940, escrito em 1941 do padre Chovelon a Getúlio Vargas. In: CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTO (1996, p. 36).

importância da “Marcha para o Oeste” indicando que este “[...] sertão tem reservas imensas que o Brasil deve usufruir, e sentimo-nos ufanos em prestar a nossa modesta colaboração nesta grande obra.”¹⁶¹⁸

A “voz” de Vargas ressoava em diferentes partes do Brasil desde o início de seu governo por meio do rádio que permitia que seus projetos fossem conhecidos mesmo no que ele definia como “*hinterland*”, e que foi alvo de visitas do presidente, como é abordado no capítulo seguinte, relacionado a sua viagem até Santa Izabel onde sobrevoou parte daquele espaço junto aos salesianos e conhecer Lucio da Luz. Além das narrativas e discursos, Vargas precisava conhecer, ainda que superficialmente, o espaço sobre o qual lançava seus projetos de expansão, como uma forma de legitimar seu governo, mais eficaz nas ações direcionadas aos centros urbanos litorâneos, sobretudo no Sudeste e Sul do país.

Na prática, Vargas elaborava discursos e buscava ações governamentais com o objetivo de conter alguns conflitos sociais¹⁶¹⁹, pois de acordo com Lenharo:

[...] de um lado, tinha-se em mente “resolver” os problemas particulares do nordeste através do esvaziamento dos conflitos sociais por meio da orientação de correntes migratórias para novas áreas de colonização; de outro lado tinha-se em mente regularizar o abastecimento urbano dos grandes centros, através da produção de novas áreas colonizadas e deste modo, assegurar o que seria mais premente ao Estado naquele momento: o seu programa social de política de trabalho.¹⁶²⁰

A partir dessas necessidades, Vargas tomou algumas medidas, como a criação de Colônias Agrícolas para as quais trabalhadores rurais seriam deslocados para ali formar polos de produção. Por meio do Decreto Lei n. 3059 de 14/02/1941, foram estabelecidas as diretrizes da criação das Colônias Agrícolas Nacionais de Goiás (CANG), Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso (Dourados) e vários Núcleos Coloniais¹⁶²¹ que não avançaram sobre o território em foco. Ademais, em 1934, foi criado o Instituto Nacional de Estatística que viria a ser transformado em IBGE em 1938, no mesmo ano em que a Divisão de Terras e Colonização integrada

¹⁶¹⁸ Relatório de 1940, escrito em 1941 do padre Chovelon a Getúlio Vargas. In: CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTI (1996, p. 36).

¹⁶¹⁹ De acordo com Lenharo (1986 a, p. 14), alguns conflitos vieram a tomar uma proporção maior na segunda metade do século XX, mas em “[...] muitas dessas áreas de conflito, as disputas vinham sendo fermentadas em momento anteriores”.

¹⁶²⁰ LENHARO, 1986 a, p. 14.

¹⁶²¹ ESTERCI, 1972, p. 40.

ao Ministério da Agricultura e a Divisão de Imigração e Colonização, ligada à Presidência da República, foram criadas.¹⁶²² Ressalta-se ainda, a criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG) fundado em 1937, como Conselho Brasileiro de Geografia, que de acordo com Maia, agregava geógrafos que “[...] logravam obter boas posições nas redes estaduais, muitas vezes circulando entre as muitas agências e organizando demandas entre Estado e sociedade.”¹⁶²³ O Estado Novo tinha montado um aparato burocrático de órgãos e agências com forte presença de militares e de outros “[...] *experts* nos conhecimentos e saberes tidos como fundamentais na reorganização autoritária então em curso”¹⁶²⁴

O advento do Estado Novo representou um significativo adensamento do investimento estatal e burocráticos no território. O Discurso da “Marcha para o Oeste” foi apenas o registro simbólico mais conhecido de um processo que incluiu projetos de reorganização dos limites regionais, criação de novas agências par regular imigração e povoamento e intensificação das experiências com colônias agrícolas.¹⁶²⁵

O avanço naquela direção se deu na prática por meio da criação da Fundação Brasil Central (FBC) através do Decreto n. 5878 de 4 de outubro de 1943¹⁶²⁶ que resultou em instalações de infraestrutura nas cidades de Aragarças, Goiás e Barra do Garças, Mato Grosso, divididas pelo Rio Araguaia. Na perspectiva do o ministro da Coordenação Econômica, que viria a assumir a presidência da FBC, João Alberto de Lins e Barros:

Barra do Garças que contava apenas com uma centena de casas de palha, com uma população paupérrima, distribuída nas duas margens do [Rio] Araguaia, era mais um ponto de reunião de fracassados e de enfermos que verdadeiramente uma povoação. Seus habitantes, com condições de existência extremamente precárias, viviam tão-somente de trocas eventuais com uma população flutuante de garimpeiros, a eterna pasmaceira dos moradores beira-rio do alto sertão, abandonados à própria sorte [...]. A capacidade de criação de gados destes campos representa uma riqueza latente e base sólida para a economia no Brasil Central, que deve ser considerada no devido valor, fora das

¹⁶²² MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação social: o caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012, p. 40.

¹⁶²³ MAIA, 2012, p. 40.

¹⁶²⁴ MAIA, 2012, p. 40.

¹⁶²⁵ MAIA, 2012, p. 40.

¹⁶²⁶ MAIA, 2012, p. 69.

fantasias das riquezas que tanto ferem a imaginação do homem do litoral.¹⁶²⁷

Em 1943, a Expedição Roncador Xingu (ERX) foi iniciada por 50 homens que saíram de São Paulo, com “as bênçãos das elites locais”¹⁶²⁸ em direção a Uberlândia, Minas Gerais, conhecida como a “boca do sertão”, para depois seguir para o interior de Goiás e Mato Grosso “com a missão de desbravar áreas tidas como inexploradas e selvagens”, “[...] numa inusitada aventura oficial impulsionada pelo Estado Novo que buscava expandir a autoridade pública pelos espaços do Brasil tidos como “vazios”, tal como a Amazônia e o Centro-Oeste.”¹⁶²⁹.

Maia¹⁶³⁰ pondera que existe uma relação econômica entre a “Marcha para o Oeste” e seus desdobramentos pela FBC e ERX, pois em 1943 o Brasil estava em guerra contra o eixo e que no ano anterior havia fechado os Acordos de Washington “que estabeleciam marcos do intercâmbio comercial e militar entre o país e os Estados Unidos”, uma vez que o país da América do Norte buscava o fornecimento de matéria-prima, sobretudo borracha, de modo que o Estado Novo passa a conceber o Norte como uma “área de desenvolvimento capitalista.”¹⁶³¹

O mesmo autor contraria a hipótese de que haveria uma preocupação com a segurança nacional, uma vez que “[...] uma análise na documentação disponível nas atas do Conselho de Segurança Nacional (CSN) entre 1934 e 1944 não permitiu confirmar essa hipótese”, mas que tal documentação indica que “[...] havia interesse do governo brasileiro nos recursos naturais da região, em especial na possível existência de pedras preciosas e demais minerais.”¹⁶³² Dessa maneira, é possível identificar que a busca pelo *outro* tinha relação com a apropriação do espaço e da natureza por interesses que fomentavam lendas como a do Eldorado.

“Motivada por interesses” e “mistérios”¹⁶³³, a expedição foi organizada e realizada em meio a complicações causadas por problemas de lideranças, fata de

¹⁶²⁷ Discurso de João Alberto de Lins e Barros, In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Pioneiros da Marcha para o Oeste: Memória e Identidade na Fronteira do Médio Araguaia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF, 1998, p. 24.

¹⁶²⁸ MAIA, 2012, p. 14.

¹⁶²⁹ MAIA, 2012, p. 14.

¹⁶³⁰ *Idem*, 2012, p. 61.

¹⁶³¹ MAIA, 2012, p. 62.

¹⁶³² MAIA, 2012, p. 62.

¹⁶³³ MAIA, 2012, p. 66.

recursos e infraestrutura¹⁶³⁴, mas gerou resultados, como a criação da cidade mato-grossense de Nova Xavantina¹⁶³⁵ foi sendo construída nas margens do Rio das Mortes, em meio às transformações práticas que acionavam categorias e *representações sobre o nós e o outro*:

No início [...] da instalação das bases da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central, das primeiras picadas e da preparação logística da marcha para o rio das Mortes, duas categorias se equivalem: *bandeirantes* e *pioneiro*, como condutores do estandarte da prosperidade, dos valores morais, éticos e da civilização, situadas num primeiro plano. Depois tem-se, num segundo domínio, as categorias, também equivalentes de *índio* e *sertanejo*: bárbaros e decadentes, humanidade por completar-se. E por fim, num terceiro domínio, do *garimpeiro*, tida como população flutuante de fracassados.¹⁶³⁶

Nesse sentido, *representação* e prática se mesclavam, de modo que discursos de Vargas atrelavam elementos distintos como espaço com o tempo e a história. Esterci¹⁶³⁷, ao analisar o discurso de Vargas realizado em Cuiabá, no ano de 1941, identifica que o mesmo trabalhava com os aspectos físicos e geográficos do estado de Mato Grosso - situado no Oeste, em relação à história que tencionava passado, presente e futuro a partir de elementos supostamente presente em cada uma das temporalidades:

Passado: povo forte, luta pela conquista da terra – história palpitante e recente; busca de tesouro, caça ao índio: os bandeirantes são os agentes do desbravamento.
 Passado Recente: Não há integração – há núcleos isolados, redutos de rixas partidárias.
 Presente: Nova fase, luta pela ocupação econômica do território, preocupação de unir grupos e regiões; inicia-se a cooperação entre poderes públicos e particulares, entre o interior e o litoral: o Estado Nacional é o agente.
 Futuro: Em termos programáticos a quarta fase será Progresso, Pátria sem Fronteiras, União¹⁶³⁸.

¹⁶³⁴ Para saber mais, ler Maia, 2012, p. 66-68. Ademais, Maia (2012, p. 76) afirma que “[...] a FBC sofreu desde o início com a total falta de infraestrutura adequada na região.”

¹⁶³⁵ Esse município foi criado somente em 1982, de modo que é possível identificar que a “Marcha para o Oeste” potencializou uma *aceleração do ritmo temporal* de apropriação, mas não tão intenso quanto com o avanço da segunda metade do século XX.

¹⁶³⁶ LIMA FILHO, 1998, p. 28.

¹⁶³⁷ *Idem*, 1972, p. 80-85.

¹⁶³⁸ ESTERCI, 1972, p. 84-85.

Essa história de Mato Grosso, assim como a dos demais estados situados no que Vargas considerava o “*hinterland*”, está intimamente ligada à expansão das fronteiras internas, e naquela visita à capital, o presidente afirma: “Não se pode olhar o mapa do Brasil físico sem sentir profunda atração por estas regiões que foram o El-Dorado de sertanistas e desbravadores, colocados em pleno coração do continente, [...] os rios parecem determinar-lhe o papel de zona intermediária, predestinada a ligar extremos do território brasileiro.”¹⁶³⁹

Por meio dessas narrativas escritas e discursos, Vargas construía e reproduzia *representações* sobre o *outro* espaço e natureza através das ideias que o primeiro era um “sertão”, o “*hinterland*”, o “Brasil Central”, vazio, e que precisava ser conquistado para a “civilização” e a Nação para que aquela outra natureza deixasse de ser “selvagem” e fosse revertido em matéria-prima para a indústria nacional que se expandia naquelas primeiras décadas do século XX. O presidente sinaliza que o *outro* - os povos indígenas e também os “sertanejos” – deveriam ser incorporados e se tornariam “trabalhadores nacionais” quando as atividades econômicas deixassem de ser “ilhas” isoladas em meio ao “sertão” e exigissem um maior número de trabalhadores.

Apesar de indicar a direção da “marcha” para o “Brasil Central”, o “*hinterland*”, o “sertão”, ainda era no litoral e nas cidades, onde as ideias e projetos eram inseridos em debates mais amplos sobre a expansão da “civilização” e da “nação” rumo ao oeste do Brasil, sendo o local onde os discursos, narrativas escritas e narrativas jornalísticas¹⁶⁴⁰ circulavam mais rapidamente, e naquela década de 1940, uma obra de dois volumes foi construída com uma longa narrativa que, tal qual o discurso de Vargas, trazia a ideia da “Marcha para o Oeste” e sua relação idealizada com as bandeiras do passado e do presente.

3.7. Cassiano Ricardo Leite e a narrativa da “Marcha para Oeste” legitimando o Estado Novo e as Bandeiras do passado e do seu presente por meio de *representações*

¹⁶³⁹ VARGAS, 1941, citado por Esterci (1972, p. 81).

¹⁶⁴⁰ É possível fazer referência as narrativas jornalísticas analisadas por Esterci (1972, p. 40-54) da “Revista Novas Diretrizes” cujo diretor, Azevedo Amaral, declara que “[...] o Estado Novo é expressão orgânica cuja direção única cabe e não pode deixar de caber de “Chefe da Nação”, conforme indicado por Esterci (1971, p. 40-41).

Uma das principais narrativas construída naquela década de 1940 está na obra “Marcha para Oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil¹⁶⁴¹, elaborada dentro de uma perspectiva nacionalista por seu autor, Cassiano Ricardo Leite (1894-1974), um ensaísta e jornalista paulista. Essa obra possui dois volumes e com inserções na edição de 1970, chega ao total de 681 páginas que trazem a compreensão do jornalista sobre o passado do Brasil relacionado a expansão territorial e sobre projetos futuros.

As principais ideias contidas na obra vão de encontro com algumas das principais concepções adotadas por Vargas, de modo que sua narrativa dava legitimidade às práticas e narrativas do Estado Novo e de governos posteriores da década de 1970, quando foi reeditada, uma vez que trazia uma concepção de “fronteira” alinhada aos objetivos governamentais, de modo que seu autor pode ser identificado como:

Uma figura intelectual de destaque que como Turner confirma a excelência da fronteira como matéria-prima para a elaboração de mitos, sobretudo os que dizem respeito ao estabelecimento da identidade nacional em países novos, foi Cassiano Ricardo. Sua obra principal - Marcha para Oeste - surgiu em 1940 e foi muito bem recebida pelo regime. Em 1970, quando a construção da Rodovia Transamazônica foi anunciada, veio a público a sua quarta edição brasileira.¹⁶⁴²

Velho¹⁶⁴³ compara Cassiano Ricardo ao geógrafo Frederick Jackson Turner (1861-1932), que analisou a “fronteira” do Oeste dos Estados Unidos, considerando-o, pelo apoio ao Estado Novo e aos governos militares, como um “Turner autoritário”. Todavia, o principal elemento analítico trazido por Velho sobre o jornalista tem relação com a identificação em suas narrativas de uma busca pelas origens da apropriação do território brasileiro por meio do “bandeirantismo”.

A analogia entre a bandeira e o Estado Novo é clara. São ambos autenticamente brasileiros ou “americanos” e não importados (embora, significativamente, Ricardo [Leite] os aproxime diversas vezes de experiências “romanas”). Através da “democracia hierárquica” ambos têm que enfrentar e submeter o “feudalismo” (no caso do Estado Novo o *coronelismo*) e o comunismo (o comunismo “selvagem” para a bandeira e o

¹⁶⁴¹ LEITE, 1970.

¹⁶⁴² VELHO, 1979, p. 141.

¹⁶⁴³ *Idem*, 1979, p. 141.

comunismo “russo” para o Estado Novo). E ambos têm um território a conquistar ou ocupar.¹⁶⁴⁴

Ao longo dessa obra, focada nas diferentes formas com que as “bandeiras” formaram o território e a cultura brasileira, o autor afirma que naquela primeira década do século XX, o que estava ocorrendo por meio da Marcha para Oeste seria um outro momento de “bandeirismo”, sendo que, na sua concepção:

O bandeirismo do século XX oferece os seguintes aspectos principais: 1) o das “zonas pioneiras”, nas quais sobrevive o tipo social do desbravador; b) as migrações internas inclusive o *rush* do café; c) a conquista do último Oeste; d) a posse efetiva das zonas já conquistadas pelo bandeirante histórico; e) a nova “Marcha para Oeste”, já num sentido político-cultural; f) a Fundação Brasil Central, a mudança da capital da República para o planalto goiano, g) o “Projeto Rondon”, a que se aludirá adiante.¹⁶⁴⁵

Esse “sentido político-cultural” ultrapassaria a formação territorial para Leite, pois “O bandeirismo é autor de nossa grandeza territorial, mas essa grandeza é permanente causa do bandeirismo”¹⁶⁴⁶, e nesse sentido suas ações estariam integrando esse território aos elementos políticos e culturais do país. Para o autor, “São os trilhos sociais, digamos assim, abertos pela bandeira e que, nos levarão sempre, - acredita-se – para “o sentido de brasilidade” que ela nos impôs¹⁶⁴⁷. Assim, ideologicamente, o “sentido da brasilidade” atribuído por Vargas à “Marcha para o Oeste”, estaria dentro de um escopo conceitual mais amplo, o do bandeirantismo, da qual esse movimento fazia parte. Ademais, para Leite, seria o “bandeirismo” um “[...] sinônimo de amor ao sertão, de sertanismo. O prestígio do sertão é inegável mesmo hoje, de modo a suscitar adeptos fervorosos não só entre os que sertanejam como entre os que defendem a “causa do sertão”, as populações sertanejas, e seus direitos, na comunhão brasileira.¹⁶⁴⁸

Assim sendo, a ampla argumentação do autor sobre o “sertão”, os “sertanejos” e o “bandeirantismo” estaria alinhada aos discursos do presidente Vargas e mesmo aqueles realizados décadas depois, sendo:

¹⁶⁴⁴ VELHO, 1979, p. 146.

¹⁶⁴⁵ LEITE, 1970, p. 591.

¹⁶⁴⁶ LEITE, 1970, p. 624.

¹⁶⁴⁷ LEITE, 1970, p. 624.

¹⁶⁴⁸ LEITE, 1970, p. 644.

[...] uma ponte com o movimento bandeirante e uma reencenação dele através do cultivo de um “espírito bandeirante”. Agora o território tinha que ser definitivamente ocupado. Não era mais apenas uma questão de *marcha para oeste*, mas também de marcha para o oeste. E a ênfase de C. Ricardo sobre a *pequena propriedade* como sendo característica do bandeirante estabelecido (um traço que para dizer o mínimo parece ser historicamente de pouca importância), em contraste com a grande propriedade “feudal”, também determina o tipo de ocupação que tinha em mente e que completaria o quadro.¹⁶⁴⁹

Nesse sentido, na década de 1940, o autor ressaltava as ações de diferentes “bandeirantes”, inserindo nessa categoria alguns agentes históricos que se identificavam como missionários, como no caso do padre salesiano Antônio Colbacchini que teria vivido por 30 anos nas “selvas”, entre 1906 até 1936, em missão com os “índios bororo orientais (zona do rio Araguaia)” e sendo descrito como um “[...] etnólogo e sacerdote estudou o alto e médio rio das Mortes e afluentes” que teria recebido “[...] o título de “chefe”, que no idioma bororo é “*Boe Imigera*” [...] O *Boe Imigera* também chamado “bandeirante de Cristo.”¹⁶⁵⁰ Desse modo, missionários seriam “bandeirantes de Cristo” ao passo que jornalistas paulistas como Hermano Ribeiro da Silva seriam representantes daquele suposto espírito de bandeirantes, como Leite afirma no seguinte trecho:

O costume de bandeirar que teve Hermano Riberio da Silva um legítimo representante – não deixou de interessar, ao mesmo tempo, a outros sertanistas e desbravadores. Quase que simultaneamente uma nova bandeira se organizou em São Paulo com dois objetivos principais: colocar-se em contacto com a civilização dos xavantes e atingir a Serra do Roncador [...] A 20 de agosto de 1938, o corpo de penetração da Bandeira Piratininga alcança o planalto da Serra do Roncador¹⁶⁵¹.

Leite aponta também para o que definiu como “bandeirismo estatal, político, fazendo parte de programas de organização nacional, como a “Marcha para o Oeste” do Governo Vargas...”¹⁶⁵² O jornalista indica que o “bandeirismo” tinha “apelo emocional, nacionalista”¹⁶⁵³, estando dentro de um escopo mais amplo.

¹⁶⁴⁹ VELHO, 1979, p. 146.

¹⁶⁵⁰ LEITE, 1970, p. 604-605.

¹⁶⁵¹ LEITE, 1970, p. 614.

¹⁶⁵² LEITE, 1970, p. 644.

¹⁶⁵³ LEITE, 1970, p. 645.

Tudo isso está repleto de poderosas imagens ideológicas e a ideia de que as “fronteiras políticas” estariam a frente das “fronteiras econômicas” e que essas últimas precisam alcançá-las parece representar a “não-correspondência” entre o político e o econômico em um país “atrasado”. A ênfase no movimento de *fronteira* como um meio de preencher os espaços vazios entre as “ilhas econômicas” que formavam o Brasil, também parece ser um reforço do tema autoritarista clássico da “unidade nacional”, da “integração” e de uma perspectiva nacional em oposição às visões regionais particularistas. Era também consistente com a ideia popular de que o Brasil era rico em recursos não aproveitados cuja existência lhe garantia ser “o país do futuro”.¹⁶⁵⁴

Tratava-se de uma perspectiva nacionalista e que tinha como objetivo principal a integração desse espaço e de seus “recursos” à economia do país, pois segundo o autor: “As duas palavras “bandeirismo” e “desenvolvimento” se justapõem agora com um só e idêntico conteúdo, em qualquer ponto do território nacional.”¹⁶⁵⁵ Ao tratar de um ponto sobre a “penetração do Oeste pelas vias férreas”, Leite insere uma discussão sobre os meios de transporte e inseriu o seguinte argumento:

A princípio: O índio e o gado são meio de transporte duplamente, num sentido ativo porque transportam, num sentido passivo porque eles próprios se transportam; são os que convém na infância da nossa luta contra a enormidade da terra. Mas o boi é, ainda, alimento, e nesse caso ele mesmo transporta o alimento que é o seu corpo para os lugares de abastecimento, como as minas. O sertão, por seu turno, fornece árvores corpulentas pra canoas e cascas pras ubás agilíssimas. A água transporta e o mato oferece os meios de transporte.¹⁶⁵⁶

Uma visão utilitarista estava esboçada, tanto em relação à natureza quanto aos povos indígenas, que não problematizava a prática das bandeiras que aprisionavam e levavam grupos humanos para serem utilizados como mão-de-obra em São Paulo. Leite foca sua argumentação nos elementos técnicos, destacando a supremacia da técnica daqueles que avançavam sobre o “sertão”:

Na nova marcha para Oeste, a técnica de hoje terá um grande e inconfundível papel. Basta lembrarmos o avião, que tomou o país mais presente a si mesmo.

¹⁶⁵⁴ VELHO, 1979, p. 148.

¹⁶⁵⁵ LEITE, 1970, p. 652.

¹⁶⁵⁶ LEITE, 1970, p. 631.

Sob esse aspecto, aí está um pioneiro autêntico - o Correio Aéreo Militar. [...]

Mas nenhum meio de locomoção poderá ser banido num país que contém todas as idades sociais e econômicas. Ao lado do avião, do navio, estarão o fordeco, pé-de-bode, a lancha, a canoa, a ubá, as gaiolas, as jangadas, o carro de boi, a carreta, o caminhão pra transporte dos são-pauleiros, etc...¹⁶⁵⁷

Os meios de transporte foram colocados como indicativos do grau de complexidade dos grupos humanos, indo desde aviões até ubás. Seria a tecnologia e o “espírito bandeirante” que levariam o “desenvolvimento” para os “sertões”.

Na 3ª edição de *Marcha para Oeste* sentindo emergir viva e inadiável a necessidade de enfrentar o problema da integração do Brasil como nação, perguntou-se: e como levar assistência às populações ignoradas e subnutridas dos cafundós do país?

Só por meio de “bandeiras” que levem aos brasileiros mais distantes os recursos técnicos e culturais que os habitantes da cidade grande recebem prodigamente.¹⁶⁵⁸

Para pontuar de modo mais enfático o caráter nacionalista desse movimento, Leite indica que os caminhos do “bandeirantismo” estavam abertos aqueles com interesse em trilhar, pois todos eram potenciais “bandeirantes”:

Em resumo: Todo brasileiro que abre caminhos novos é, hoje, um bandeirante. A significação da palavra é originalmente paulista, ainda hoje, como personalidade do grupo regional. Bandeirante é o mesmo que paulista (gentílico) com a ênfase e as conotações históricas que lhes são próprias. [...]. [No século XIX] será também o brasileiro de outras regiões, como sinônimo de desbravador, sertanista, pioneiro, O brasileiro que pratica atos de bandeirismo.¹⁶⁵⁹

Esses são alguns dos elementos significativos¹⁶⁶⁰ que alinham os argumentos de Leite à lógica da “Marcha para o Oeste” enquanto projeto de governo. Segundo Esterçi¹⁶⁶¹ a perspectiva do autor seria a de colocar a bandeira a

¹⁶⁵⁷ LEITE, 1970, p. 615.

¹⁶⁵⁸ LEITE, 1970, p. 634.

¹⁶⁵⁹ LEITE, 1970, p. 652.

¹⁶⁶⁰ A análise não se estenderá sobre esses e outros elementos, por não ser a problemática buscada nesse capítulo. Esse autor e essa obra foram inseridos apenas como fonte documental para contextualizar as principais ideias que estavam atreladas ao avanço sobre o espaço analisado na primeira metade do século XX.

¹⁶⁶¹ *Idem*, 1972, p. 69.

serviço do propósito de “legitimar da ordem política” estabelecida com a ascensão do Estado Novo, uma vez que

A bandeira é um operador semântico adequado, porque já faz parte da memória social do brasileiro como fenômeno meio fabuloso, [...]. Nesse sentido a narrativa associa o bandeirante ao “herói” [...].

Bandeira é um operador adequado ainda num outro sentido: remete à mobilidade espacial [...] útil, não apenas nos seus próprios termos de deslocamento no espaço [...] mas também por ser uma categoria facilmente manipulável para conotar processos de mudança ao nível da organização social.

Ao mesmo tempo, a Bandeira é um fenômeno ligado, no tempo, ao passado, e, no espaço, ao interior; é, portanto, útil para expressar a ideia de que a mudança que se opera deve ser uma volta ao passado e ao interior.¹⁶⁶²

A autora ainda esboçou o “triângulo de Lévi-Strauss” no qual dividiu a natureza da cultura de acordo com a posição que cada elemento assumia na narrativa de Leite, de modo que no mundo da “natureza” estava o “índio” e o “sertão”, em contraposição ao mundo da “cultura” no qual estava o europeu e o litoral, ambos modificados por uma “cultura transformadora” possibilitada pelo bandeirante (brasileiro) no espaço do “planalto”¹⁶⁶³. A análise de EsterCI parece coerente com a categorização do mundo elaborada por Leite por meio de *representações do outro* e de *nós*, considerando elementos do espaço, tempo, natureza e humanidade que permeiam sua narrativa histórica. Segundo a autora:

Na construção da narrativa, as categorias de espaço provem do eixo fundamental de semantização do fato político. Espaço não como noção abstrata, mas como uma série de segmentos, não homogêneos, mas heterogêneos; não neutros, mas particularizados por atributos concretos e ligados a fatos (reais ou imaginários), ocorridos na “história” e, portanto, ligados a momentos do tempo e aos fatos ocorridos nestes momentos.¹⁶⁶⁴

Dessa forma, a articulação das categorias de espaço e de tempo realizadas por Leite possuíam um alinhamento com demandas políticas daquele período em que escreveu sua obra. É fundamental destacar que suas ideias não foram necessariamente implementadas por parte do governo e nem geraram um

¹⁶⁶² ESTERCI, 1972, p. 69-70.

¹⁶⁶³ ESTERCI, 1972, p. 71.

¹⁶⁶⁴ ESTERCI, 1972, p. 74.

engajamento por parte de brasileiros desejosos de serem “novos bandeirantes”. Contudo, ocorreram recrutamentos e alistamentos de “sertanistas” dispostos a adentrar o “sertão”, o “interior” e ali estabelecer contato com povos indígenas e estabelecer relações com os mesmos, com os “sertanejos” e com a natureza, como foi o caso dos irmãos Villas-Bôas.

3.8. A Fundação Brasil Central e a Expedição Roncador Xingu: as narrativas e representações sobre o outro dos irmãos Villas-Bôas

Segundo Otávio Velho¹⁶⁶⁵, apesar da “retórica da *fronteira*”, “[...] não parece que Vargas imaginasse a “Marcha para o Oeste” como um movimento massivo que ocuparia e desenvolveria metade do país em um curto período de tempo”. E na prática, os discursos do presidente e de outros não eram considerados por muitos como realizáveis, tal como o caso narrado pelos os irmãos Villas-Bôas, numa instalação da Fundação Brasil Central:

À beira do rio, mirando as águas claras do Araguaia se confundindo e empurrando para a margem esquerda as águas turvas do Garças, o ministro [João Alberto Lins de Barros] divagava, visualizando num futuro não muito distante um Brasil Central pujante, respondendo ao movimento da *Marcha para o Oeste*. Muitos riam dos sonhos do ministro. Suas divagações eram ouvidas, mas poucos acreditavam nelas.¹⁶⁶⁶

Logo, na prática, as projeções ligadas à “Marcha para o Oeste” não se realizaram dentro dos ideais propagandeados de Vargas, considerando que o avanço sobre o espaço localizado nas proximidades da Ilha do Bananal, das margens do Rio Araguaia e seus afluentes que formam os varjões, uma vez que Mato Verde, Santa Terezinha e São Félix do Araguaia¹⁶⁶⁷ foram construídos por meio dos deslocamentos vindos do Norte e Nordeste, conforme discutido anteriormente. Todavia, esse movimento vindo do Sudeste e do Sul avançou na direção desse espaço, e narrativas dos agentes históricos que integravam esse movimento citam a

¹⁶⁶⁵ VELHO, 1979, p. 150.

¹⁶⁶⁶ VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. **A marcha para o oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. 5. ed. - São Paulo: Globo, 1994, p. 34.

¹⁶⁶⁷ BARROZO, João Carlos. Incertezas no Araguaia: a enxada enfrenta o trator. In: JOANONI NETO, Vitale. (Org.). **Política, Ambiente e Diversidade Cultural**. VI Seminário do ICHS/UFMT, Cuiabá: EdUFMT, 2007, p. 36.

presença dos povos indígenas e dos “sertanejos” ligados a Lúcio da Luz e as relações conflituosas e alianças ali construídas. Ademais, é fundamental destacar que em paralelo ao movimento do Sul e Sudeste, ocorriam outros oriundos do Norte e Nordeste que continuaram a buscar avançar além ou permanecer nas terras situadas as margens do Rio Araguaia.

Esse movimento oriundo do Sul e Sudeste possuía a especificidade de ser estimulado e financiado pelo Governo Federal que criou a Fundação Brasil Central, dentro da qual a Expedição Roncador Xingu foi incorporada.

A Fundação Brasil Central existiu desta maneira, de 1942 até 1967 e recebeu grande apoio dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

No período de sua existência, a Fundação Brasil Central construiu cidades, estradas, pontes, organizou expedições ao vale do rio Xingu e Amazônia em parceria com o Serviço de Proteção aos Índios, depois com a Fundação Nacional do Índio e Força Aérea Brasileira. A Fundação Brasil Central construiu também hospitais, um hotel de luxo na Ilha do Bananal em terras dos Karajá e patrocinou várias outras atividades relacionadas com a frente de expansão pioneira no oeste do Brasil.¹⁶⁶⁸

Dentro desse contexto, uma das principais fontes documentais elaborada sobre esse movimento são as narrativas dos irmãos Villas-Bôas que participaram ativamente das ações realizadas pela Fundação Brasil Central e da Expedição Roncador Xingu. Orlando Villas-Bôas (1914-2002), Claudio Villas-Bôas (1916-1998) e Leonardo Villas-Bôas (1918-1961), foram alvo de elogios por parte de intelectuais em relação ao trabalho realizado junto aos povos indígenas, como o caso do antropólogo Darcy Ribeiro que os apresenta do seguinte modo:

Só se compara à de Rondon a façanha desses três irmãos que se meteram Brasil adentro por matas e campos indevassados ao encontro de índios intocados pela civilização.

Usando o subterfúgio de se fazerem passar por caboclos goianos, conseguiram incorporar-se a uma expedição oficial de penetração no centro do Brasil. Tomaram conta da expedição, transcenderam dela e viveram mais de trinta anos nas matas que vão do Xingu ao Tapajós, convivendo com povos indígenas que eles souberam amar e respeitar.¹⁶⁶⁹

¹⁶⁶⁸ LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 65-87, jun. 2000, p. 67.

¹⁶⁶⁹ RIBEIRO, Darcy. Apresentação: *Os Irmãos Villas-Bôas*. In: Villas-Bôas; Villas-Bôas, 1994, p. 11.

Percebe-se o tom elogioso inserido dentro de uma perspectiva que considerava o avanço da “civilização” sobre os “índios”, e de modo semelhante, Souza¹⁶⁷⁰, teceu elogios em relação à trajetória dos irmãos¹⁶⁷¹, destacando o interesse sobre o “sertão”, analisando mapas e tendo “sonhos” relacionados ao centro do território central do Brasil, e em 1943, “[...] ficam sabendo que o governo federal acabara de criar a Expedição Roncador-Xingu, com o objetivo principal de “conhecer e desbravar as áreas que aparecem em branco nos mapas””¹⁶⁷². Se inscrevem e são recusados, pois havia uma política de recrutar apenas “sertanejos” mais resistentes que citadinos, o que fez com que os irmãos se deslocassem para uma base da FBC na cidade de Barra do Garça, onde se disseram goianos e, “disfarçados de sertanejos”, conseguiram o emprego.

Ademais, algumas realizações foram atribuídas ao desempenho desses irmãos, como o caso da consolidação do Parque Indígena do Xingu, e algumas narrativas destacam outros feitos atribuídos aos irmãos Villas-Bôas:

Essa aventura, sem paralelo na história do país e com contornos de ficção, deixou números impressionantes: 1500 quilômetros de picadas abertas, 1000 quilômetros de rios percorridos, 43 vilas e cidades nascidas no roteiro da marcha, 19 campos de pouso, sendo que quatro se tornaram bases militares e pontos de apoio de rotas aéreas internacionais, 5 mil índios contatados.¹⁶⁷³

São número impressionantes, mas, possivelmente inflados pelo desejo de ressaltar os “feitos” desses “sertanistas”, que após a aposentadoria, os dois irmãos ainda vivos¹⁶⁷⁴, realizaram palestras e escreveram mais de dez livros sobre suas experiências e perspectivas sobre sua atuação. Entretanto, dentre essas obras, o livro que terá sua narrativa analisada é “A marcha para o oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu” por conter um panorama mais amplo das ações e

¹⁶⁷⁰ SOUZA, Sergio. *Introdução: A Epopeia dos Irmãos Villas-Bôas*. In: Villas-Bôas; Villas-Bôas, 1994.

¹⁶⁷¹ Souza (1994, p. 17) indica que os irmãos eram filhos de um fazendeiro de café pai de onze filhos e que cuja morte resultou na venda da fazenda e a transferência dos filhos para a cidade de São Paulo, onde trabalham em serviços burocráticos citadinos, sendo que Orlando era “escriturário na Esso”, Cláudio entregava avisos da Prefeitura e Leonardo era funcionário de uma empresa de distribuição de gás para geladeira.

¹⁶⁷² SOUZA, 1994, p. 17.

¹⁶⁷³ Souza, 1994, p. 18.

¹⁶⁷⁴ Leonardo Villas-Bôas faleceu em 1961.

representações construídas pelos irmãos ao longo das décadas e elementos que permitem analisar esse movimento em sua prática. Segundo essa narrativa:

Para dirigir os primeiros passos na concretização da Marcha, o presidente, Getúlio Vargas, designou o ministro João Alberto Lins de Barros, da Coordenação e Mobilização Econômica – órgão criado por ocasião da Segunda Guerra. Ficaria a seu cargo, além da estruturação das duas entidades recém-criadas, providenciar os estatutos, estipular as dotações necessárias, instalar sedes, ajustar gente e tudo o mais que fosse indispensável de ambas. Havia ainda a recomendação taxativa para que fosse cauteloso nos gastos, de forma a não pesarem no erário.¹⁶⁷⁵

Teriam ocorrido doações ao movimento, destacando “[...] que São Paulo seria, como sempre foi, uma excelente praça para o movimento”¹⁶⁷⁶, puderam sair do Sudeste e adentraram os caminhos que os conduziram até o “sertão”. Os autores indicam que o interesse era mudar a capital, algo pensado desde o século XX, mas que “ganhou corpo” com a Primeira Guerra Mundial, além das vendas de terras situadas na parte central do território brasileiro. Porém, para os autores, “[...] para que a interiorização se tornasse realidade, era preciso que o movimento fosse liderado pelo governo, e foi o que aconteceu, tendo como ponto de partida a “Marcha para o Oeste””¹⁶⁷⁷, uma vez que na perspectiva dos irmãos, naquele ano de 1943, “[...] os nossos quarenta e tanto milhões de habitantes viviam praticamente na faixa litorânea. A Amazônia era um mundo remoto, e o Brasil Central, como dizia o jornalista Jorge Ferreira, parecia “mais distante que a África. A faixa-limite do conhecimento civilizado morria ali mesmo no Araguaia.”¹⁶⁷⁸ O espaço era categorizado como “sertão” e sobre o qual era preciso avançar:

O grande sertão do Brasil Central, compreendido entre o rio Araguaia e seus afluentes da esquerda, a leste, o Tapajós com seus formadores a oeste, os chapadões mato-grossenses ao sul, e uma linha correspondente aproximada ao paralelo 4 (L.S.), que corta aqueles rios na altura dos seus grandes encachoeirados, com uma área de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, até poucos anos era a região menos conhecida de todo o continente americano, talvez do mundo.¹⁶⁷⁹

¹⁶⁷⁵ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 24.

¹⁶⁷⁶ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 24.

¹⁶⁷⁷ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 23.

¹⁶⁷⁸ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 24.

¹⁶⁷⁹ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 41.

Os autores indicam uma imensa área que consideravam como “sertão”, e afirmam que sabiam que as ações da ERX não atingiram toda aquela extensão, pois seu avanço “[...] não significa que a partir desses limites começasse o Brasil demográfico” e o que havia ali era um “[...] sertão bruto, com pequenas interrupções constituídas por escassos e dispersos moradores, se estendia – como em algumas regiões ainda se estende – por centenas e centenas de quilômetros. Um verdadeiro mundo ignorado que abrangia toda a região central do território brasileiro, com uma população altamente rarefeita.”¹⁶⁸⁰ Ademais, as motivações dessa Expedição oficial também foram colocadas, em meio à concepção de que o espaço um “vazio”, ou mais precisamente, uma “vastidão deserta”, conforme pode ser observado no seguinte trecho da narrativa irmãos Villas-Bôas:

Mas não era só a vastidão deserta, aureolada de lendas e mistérios, que empolgavam a imaginação e acendia o entusiasmo de todos a iniciar-se o movimento desbravador da Expedição Roncador-Xingu.

Com mais realismo, via-se também naquilo tudo um conjunto verdadeiramente formidável de recursos e condições indispensáveis para o completo desenvolvimento futuro do país: na fecundidade das imensas glebas virgens, nas incalculáveis riquezas que deviam se acumular no solo e subsolo inexplorado, na impressionante pujança dos grandes rios centrais que, correndo de sul a norte, transformar-se-iam em novos “São Franciscos” da unidade nacional.¹⁶⁸¹

A perspectiva utilitarista da natureza estava presente nas narrativas dos irmãos como ocorreu em escritos do século anterior, contudo, não se tratava de um projeto apenas individual, e sim de um movimento patrocinado e oficial, e também entrecortado pelas particularidades decorrentes das *relações de poder* estabelecidas localmente no espaço por onde avançavam. Segundo os irmãos: “Os planos da expedição, traçados no Rio de Janeiro, falavam em Goiás Velho – antiga capital do Estado – como porta de entrada para o sertão. Dali o Araguaia seria alcançado por uma estrada precária, arenosa, que saindo da capital ia esbarrar em Leopoldina, na margem do rio”¹⁶⁸². Entretanto, o então governador de Goiás, por disputas com rivais políticos da família Caiado, propõe outra rota, de modo que o Rio Araguaia

¹⁶⁸⁰ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 41.

¹⁶⁸¹ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 41-42.

¹⁶⁸² VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 28.

“[...] seria alcançado na junção com o seu maior afluente, o rio das Garças. Ali iria se estabelecer a base da Expedição, que ficaria na margem goiana, defronte à foz do tributário”¹⁶⁸³.

Aragarças tornou-se a base efetiva da Fundação Brasil Central, com todos os serviços burocráticos já instalados e tratando de construir um hospital, uma igreja, uma escola, um espaçoso hotel, e, prioritário, o aeroporto, que se chamaria Salgado Filho e seria o primeiro da série de outros construídos no Brasil Central e entregues à Aeronáutica como bases de escala e segurança de voo na ligação Rio-Manaus.¹⁶⁸⁴

Essa base foi sendo construída na margem do Rio Araguaia e foi inicialmente chamada de Barra Goiana, tendo na outra margem, a Barra Cuiabana, que vieram a se tornar Aragarças e Barra do Garças, duas cidades “irmãs”, uma de um lado, no Mato Grosso, e outra na margem pertencente a Goiás. A instalação de um aeroporto é significativa, pois, se do Norte, havia movimentos e fluxos migratórios nas primeiras décadas do século XX, logo depois, esse movimento oriundo do Sudeste do país se fazia por meio de uma outra logística com o uso de aeronaves. Diante disso, a navegação pelo Araguaia e outros rios ocorria, mas com bases oficiais onde aeronaves tinham condições de pousar e trazer mantimentos, além de mais trabalhadores e governantes.

Nesses primeiros anos da Expedição Roncador-Xingu, algumas expedições foram realizadas pelo Rio das Mortes, avançando e se instalando numa área onde seria constituído o município de Nova Xavantina. Naquele espaço, em julho de 1945, um escalão da Expedição teve contato com um grupo de Xavante¹⁶⁸⁵, um dos povos mais temidos e que despertavam amplo interesse, e em 1945, por meio do rio Suiá Missú, entraram em contato¹⁶⁸⁶ com um povo indígena identificados como “Suiás”¹⁶⁸⁷, que estavam localizados mais ao norte e se aproximando do Rio Araguaia. Essas e outras ações resultaram em narrativas sobre o contato com povos indígenas - descrito como “atração” e que estão nesta obra.¹⁶⁸⁸

¹⁶⁸³ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 28.

¹⁶⁸⁴ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 36.

¹⁶⁸⁵ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 75-78.

¹⁶⁸⁶ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 447-452.

¹⁶⁸⁷ Esse nome foi atribuído ao povo, sendo que a autodenominação desse povo é Kisêdjê.

¹⁶⁸⁸ Para aprofundar a leitura sobre esse processo, ver: ROCHA, Leandro Mendes. **A marcha para o oeste e os índios do Xingu**. Brasília: Funai, jun. 1992.

Ademais, a expedição rumou em direção a outros rios, sendo registrado que, ao contrário da Coluna Prestes, que em 1924, seguiu o Rio Araguaia para o norte, a Expedição Roncador-Xingu seguiu para o Oeste¹⁶⁸⁹. Numa ampla extensão territorial, as ações de atração e deslocamento de alguns povos foram executadas pelos irmãos Villas-Bôas e culminou com a delimitação do Parque Indígena do Xingu situado mais a oeste do espaço que compreende o Rio Araguaia e a Ilha do Bananal não se consolidaram como foco principal de tais ações.

Destaca-se ainda, que na perspectiva dos irmãos Villas-Bôas, apenas alguns agentes históricos tinham condições de adentrar e permanecer no “sertão”, apesar dessa possibilidade despertar o “fascínio” de muitos:

Uma expedição que tem como roteiro furar sertões desconhecidos sempre exerce um fascínio irresistível em todos aqueles que possuem espírito de aventura. Mas a realidade, no mais das vezes, arrefece o impulso. O sertão cobra um tributo pesado do “intruso” que quer conhece-lo, desvendá-lo. A condição essencial do candidato é ter uma indiscutível saúde. Um ponto fraco naquele que se aventura mais dia menos dia irá traí-lo. [...] O tanto de gente que vimos chegar foi o mesmo que vimos partir.¹⁶⁹⁰

Outro ponto fundamental era o fascínio provocado pelos povos indígenas, tido como “selvagens” e despertando a curiosidade da população brasileira não indígena. Naquela primeira década do século XX, um diferencial da narrativa dos irmãos Villas-Bôas refere-se à perspectiva sobre os povos indígenas que teriam uma organização social e perspectiva mais holística, sendo que “[...] o meio que o cerca, sua cultura espiritual e material fazem parte de um todo indivisível, ajustado no tempo, um equilíbrio que os civilizados perderam há muito, num passado distante e talvez para sempre”¹⁶⁹¹. Trata-se, portanto, de uma visão idealizada dos povos indígenas como perfeitamente integrados à natureza e vivendo em harmonia até a chegada do *outro*, já corrompido pela “civilização”.

É nesse mundo do Grande Sertão que nações indígenas originárias e legítimas donas da terra por tempos imemoriais, vivem “absolutas” e felizes. A presença de invasores estranhos aos seus domínios constitui uma ameaça às suas características

¹⁶⁸⁹ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 36.

¹⁶⁹⁰ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 36-37.

¹⁶⁹¹ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 44.

culturais e o início de um processo que as levará, sem dúvida, à tragédia de uma assimilação.¹⁶⁹²

Dentro dessa mesma visão, agregou-se a ideia de que os povos indígenas seriam “assimilados” e desapareceriam. Destaca-se que um dos principais antropólogos com reconhecimento internacional, Lévi-Strauss¹⁶⁹³, se questionava no início da década de 1960¹⁶⁹⁴ se “[...] a antropologia não corre o perigo de tornar-se uma ciência sem objeto?”. Tal “objeto” seriam os povos taxados pelo autor como “primitivos”, que estavam desaparecendo pela eliminação física, citando que no Brasil foram extinguidas 100 aldeias somente entre os anos de 1900 a 1950. O autor ainda destaca outra forma do “desaparecimento” desses povos, que seria por que os mesmos “[...] dissolvem incorporando-se, de maneira mais ou menos rápida, à civilização que os cerca”¹⁶⁹⁵. Percebe-se que as ideias contidas nos escritos coevos dos irmãos Villas-Bôas não estavam afastadas dos debates inseridos na academia e na principal área do conhecimento que se debruçava sobre tais problemáticas.

Essa perspectiva compartilhada pelos irmãos Villas-Bôas se colocava como justificativa legítima para suas ações de “atração” de diferentes povos indígenas que eram deslocados de seus territórios para o Parque Indígena do Xingu, sempre com o objetivo de protegê-los de ameaças dos “civilizados”, sejam garimpeiros, sejam “fazendeiros” que avançavam sobre suas terras.

Além disso, as narrativas dos irmãos Villas-Bôas auxiliam a compreender como ocorreram as construções da *memória* e de narrativas sobre a FBC e a ERX. Depois de ser extinta, o acervo da Fundação foi incorporado à Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), sendo composto por documentos que registravam ações da entidade durante 24 anos. Após essa incorporação, ocorreu a destruição dessas fontes. Segundo os Villas-Bôas¹⁶⁹⁶:

É sabido que em 1979, nos porões da SUDECO, uma máquina picotadora, com desculpa de espaço, inutilizou tudo o que havia. Quem há que possa atinar com os motivos de tanta intolerância? Ciúme do órgão novo, a SUDECO, por se sentir ofuscada diante do pioneirismo dos seus antecessores? Será que o

¹⁶⁹² VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 44.

¹⁶⁹³ LÉVI-STRAUSS, Claude. A crise moderna da Antropologia. **Revista de Antropologia da USP**. Vol. 10, n. 1-2, 1962.

¹⁶⁹⁴ O texto original é datado de 1961 e foi publicado no *Courrier de l'Unesco*, ano XVI, n. 11.

¹⁶⁹⁵ LÉVI-STRAUSS, 1962, p. 20.

¹⁶⁹⁶ *Idem*, 1994, p. 601.

superintendente da época ignorava, ou haja alguém que ignore, que a história se faz calcada em documentos?

A vasta região do Brasil Central saiu do desconhecido para um desenvolvimento ponderável, e, em lugar de tomar o seu lugar na história, ficará restrita à memória de alguns?¹⁶⁹⁷

Trata-se de um trecho denúncia e uma provocação, onde fica nítida a *batalha pela memória* empreendida pelos autores na busca pela incorporação de fontes documentais tradicionais (documentos oficiais e fotografias) na composição de uma narrativa histórica sobre a FBC e a ERX da qual fizeram parte e se consolidaram com protagonistas do movimento da “Marcha para o Oeste”. Essa possibilidade de leitura se amplia ao identificar que os autores insinuam que a nova capital, fundada na primeira década do século XX, seria resultado das ações desse movimento das décadas anteriores:

Não teria sido também da Marcha para o Oeste, nascida em 1943, que se consolidou a ideia de Brasília em 1959? Em consequência disso, claro, nasceram as rodovias Belém-Brasília, Araguaia e Cuiabá. Além disso, deu-se a integração do Vale do Araguaia na economia do Brasil Central, com a implantação de centenas de fazendas e mais de quarenta vilas e cidades nascidas no rastro da Expedição.¹⁶⁹⁸

Dessa forma, os irmãos Villas-Bôas estavam colocando a construção da nova capital e a infraestrutura rodoviária posterior à “Marcha para o Oeste” como seus desdobramentos, inserindo o argumento de que as cidades e vilas que foram formadas estariam no “rastro” da expedição que participaram, generalizando que isso seria um fenômeno característico do “vale do Araguaia”, não especificando que cidades mais ao norte foram formadas a partir de outros movimentos e fluxos de grupos oriundos do Norte e Nordeste do país.

E no próprio texto, os autores deixam claro que Conceição do Araguaia na divisa entre Mato Grosso e Pará era uma cidade que ficava às margens do Rio Araguaia, tal qual outras abaixo, sendo que, afirmam que na extensão da Ilha do Bananal não existiu “[...] nem um único povoado. Fronteando o posto Santa Isabel, só São Félix. Dali em diante, sempre no continente, a missão Fontoura, Mato Verde, Santa Terezinha, Furo de Pedra, Lago Grande, Barreira de Santana, Barreira do

¹⁶⁹⁷ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 601.

¹⁶⁹⁸ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 602.

Campo”¹⁶⁹⁹. Apesar da ponderação de que os “povoados” mais ao norte teriam sido “formados” a partir de outros movimentos, os autores na parte “Araguaia hoje”¹⁷⁰⁰, apontam para a transformação dos mesmos em cidades e uma outra dinâmica econômica como resultado das ações da “Marcha para o Oeste”, da FBC e da ERX. Segundo os irmãos: “A predileção do ministro João Alberto estava acontecendo. Inúmeras fazendas começavam a ser instaladas na região. Com as vilas que se tornavam cidades, a navegação foi estimulada. Consolidando o progresso, linhas aéreas se estabeleciam em diversos pontos.”¹⁷⁰¹

Porém, esse “progresso”, apesar de ser bem visto pelos autores, também foi apontado como um problema no seguinte trecho:

O progresso começaria a chegar ao Araguaia, e o Araguaia começou a pagar pelo progresso. As praias antes desertas passaram a ser estivadas de couros de jacarés e ariranha. Os grandes peixes, como a piratinga e o filhote, que facilmente chegavam a cem quilos, passaram a ser afoitamente pescados. Sem falar no pirarucu, o bacalhau brasileiro, também chamado de “pirosca” na região. As enormes tartarugas não ficam para trás. Se apanhar tartaruga era um divertimento, passou a ser uma atividade altamente lucrativa. Fugindo dos rios largos essas espécies se refugiaram no afluente Tapirapé ou no braço menor da ilha do Bananal. Mesmo assim não escapavam dos mariscadores.¹⁷⁰²

Esse trecho da narrativa apresenta a percepção dos autores que conheceram aquele espaço antes e depois do *ritmo temporal* ser acelerado por outras apropriações humanas e outras atividades serem ali desenvolvidas. A descrição de que a natureza estava sendo modificada por meio da pesca e da caça às tartarugas praticadas por parte dos novos e antigos habitantes, não fazia referência ao *processo histórico* paralelo de desmatamento provocados pelo avanço das atividades pecuárias que marcaram aquela segunda metade do século XX a que se referiam os autores ao tratar de “progresso”.

Dessa maneira, é possível identificar em mais uma narrativa a oposição entre o futuro trazido pelo “progresso” e seus efeitos ambientais nefastos atribuídos

¹⁶⁹⁹ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 608.

¹⁷⁰⁰ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 609-611.

¹⁷⁰¹ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 611.

¹⁷⁰² VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 607.

às práticas como pesca e caça, consideradas como rudimentares se comparadas à expansão de fazendas dedicadas à pecuária de gado bovino.

Trata-se de uma narrativa pautada na busca pela consolidação de suas *memórias* que carrega consigo algumas considerações controversas como a questão de qual rio seria o maior, afirmando que “Resta agora que se dê ao rio a glória de chegar ao mar. Cabe ao Araguaia engolir o Tocantins e não ser engolido por um rio menor”¹⁷⁰³. Na perspectiva dos autores: “Nenhum rio do nosso interior distante foi tão explorado por expedições como o Araguaia”¹⁷⁰⁴, indicando que o conhecimento histórico estava limitado ao avanço pelos territórios brasileiros do qual fizeram parte. Nesse sentido, outra percepção histórica dos irmãos parece exagerada:

O Araguaia é o único rio brasileiro que tem sua história bem contada. Nada escapou do historiador e do geógrafo. O rio foi descrito das nascentes à foz. As vilas, cidades e as gentes foram lembradas. Os índios, donos do rio, não foram esquecidos. *O Araguaia – corpo e alma*¹⁷⁰⁵, do historiador Rosa Borges atingiu plenamente aquilo que se propôs.¹⁷⁰⁶

Destaca-se que a história do Rio Araguaia não estava acabada, e por isso, pode ser contada e recontada a partir de diferentes fontes documentais e questões levantadas. A história escrita pelo médico Durval Rosa Borges não pode ser considerada como a definitiva, pois incorporou à sua narrativa as *representações* de Riberio da Silva e Aureli, bem como de missionários salesianos, que precisam ser problematizadas quanto à sua intencionalidade e que não dão voz a outros agentes históricos como os povos indígenas e os “sertanejos” que são apenas descritos pela perspectiva desses narradores que se colocam como *o outro*.

Em todas as narrativas analisadas, foram construídas *representações* baseadas numa compreensão de mundo que distinguia *o nós* e *o outro*, por meio de outras oposições que distinguiam *o outro humano, geográfico e natural*, tal como a oposição construída entre o “sertão” e a “civilização” está inserida para se referir ao espaço no qual estão localizadas as margens do Rio Araguaia situadas nas

¹⁷⁰³ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 611.

¹⁷⁰⁴ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 606.

¹⁷⁰⁵ BORGES, Durval Rosa. **Rio Araguaia, corpo e alma**. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo: IBRASA; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

¹⁷⁰⁶ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 611.

proximidades da Ilha do Bananal onde Mato Verde foi estabelecido durante aquela metade do século XX.

Do mesmo modo, a relação entre *o nós* e *o outro* se colocaram ainda em termos da “civilização” em contraposição à “selvageria” dos povos indígenas, sendo que os moradores desse espaço, tidos como “sertanejos” são vistos ora como integrantes da “civilização”, ora como parte mais arcaica da mesma. Ademais, nesses escritos é possível identificar alguns elementos relativos às *práticas sociais e relações de poder* existentes em Mato Verde, seus habitantes e suas relações com os povos indígenas ali presentes e territorializados.

3.9. Circulação, luta por representações e outras narrativas

Não será possível nessa análise aprofundar a circulação das diferentes narrativas elaboradas por agentes históricos que avançavam sobre o espaço onde foi construído Mato Verde nas proximidades da Ilha do Bananal, uma vez que envolve uma dinâmica complexa de *práticas sociais e relações de poder* que exigem o aprofundamento de cada fonte documental. Todavia, é fundamental destacar que, além de encontros em meio aquele espaço, alguns desses autores leram e debateram com as narrativas e as *representações* sobre *o outro* que foram construídas por outros agentes históricos.

A título de exemplo, é possível considerar o frei Audrin escreveu suas narrativas três décadas depois de ter realizado seu trabalho missionário entre os “sertanejos do Araguaia”. Esse autor havia lido a narrativa de Castelnau¹⁷⁰⁷ e Couto de Magalhães¹⁷⁰⁸ que foram escritas no século XIX e outras do seu século, de modo que fez um apelo para a “exatidão e a sinceridade” com o intuito de “restabelecer a verdade, ofendida amiúde por pretensos sertanistas”¹⁷⁰⁹, destacando que os “viajantes estrangeiros” seriam “mais leais e comprometidos”¹⁷¹⁰ que muitos brasileiros, que teriam escrito livros “ricos talvez de imaginação, pobres, porém, de verdades”¹⁷¹¹. Aquele religioso destaca o caso de Willy Aureli, jornalista e chefe da

¹⁷⁰⁷ AUDRIN, 1963, p. 06

¹⁷⁰⁸ AUDRIN, 1963, p. 06.

¹⁷⁰⁹ AUDRIN, 1963, p. 07.

¹⁷¹⁰ AUDRIN, 1963, p. 07.

¹⁷¹¹ AUDRIN, 1963, p. 07.

“Bandeira Piratininga” que teria lançado uma “[...] infame calúnia proferida pelo paulista do *roncador* contra o saudoso bispo missionário do Araguaia. Poderíamos acrescentar as ridículas elucidações recentes em torno da pretensa descoberta dos restos de Fawcett.”¹⁷¹² Em contraposição, o autor elogiou outros “sertanistas” como Couto de Magalhães, Cândido Rondon e Hermano Ribeiro.

Dessa maneira é possível identificar que esses agentes históricos, eram envolvidos com diferentes movimentos de avanço sobre aquele espaço e tivessem diversos projetos individuais e coletivos que resultavam em divergências de percepção sobre *o outro*, se colocando como legítimos narradores por seu conhecimento e experiência naquele “sertão” e com aquela “gente”.

Entretanto, não eram apenas esses agentes históricos vindos de países europeus ou de cidades litorâneas que escreveram e problematizaram sobre *o outro*, pois a nível local o “problema” da presença indígena e do “sertão do Araguaia” era debatido por letrados, sobretudo de Goiás.

Zoroastro Artiaga (1891-1972) foi um letrado goiano que exerceu a profissão de jornalista, foi servidor público, professor da Faculdade de Direito na Cidade de Goiás e da Faculdade de Filosofia de Goiás, além de ser diretor entre 1946 a 1957 e entre 1964-1971 de um museu que foi batizado em sua homenagem como Museu Estadual Goiano Professor Zoroastro Artiaga.¹⁷¹³ Esse letrado foi autor de diversas obras sobretudo envolvendo geografia e história de Goiás, algumas patrocinadas pelo Departamento Estadual de Cultura, como o livro “Dos índios do Brasil Central”¹⁷¹⁴ de 1947.¹⁷¹⁵ O autor indica que em outras obras teria buscado “[...] mostrar-vos a realidade das riquezas do Oeste e auxiliar na propaganda do Estado, para que possam ser preenchidos os nossos vácuos-

¹⁷¹² AUDRIN, 1963, p. 08. Trata-se de uma referência aos restos mortais do arqueólogo e explorador Coronel Percy Harrison Fawcett que desapareceu numa expedição pelo Mato Grosso realizada em 1925 em busca de uma suposta civilização perdida.

¹⁷¹³ MEDEIROS, Enderson. *A história de Goiás segundo Zoroastro Artiaga*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO, 2016.

¹⁷¹⁴ ARTIAGA, Zoroastro. **Dos Índios do Brasil Central** Uberaba-MG: Departamento Estadual de Cultura de Goiás, 1947.

¹⁷¹⁵ Medeiros (2016, p. 60) indica que naquele mesmo ano Artiaga teve mais duas obras patrocinadas pelo Departamento de Cultura intituladas “Contribuição para a história de Goiaz” e “Riqueza vegetal: do Planalto Goiano e do Vale do Tocantins”, ainda custeando o livro “Geologia econômica de Goiás”. Outros livros foram publicados nos anos seguintes e maiores referências são encontradas na dissertação citada.

demográficos, que parece ser o maior problema do Estado.”¹⁷¹⁶ É possível identificar uma “propaganda” por parte do narrador que considerava que o “Brasil Central” teria “vácuos-demográficos” como pode ser identificado no trecho:

O homem somente virá para os altos-sertões atraído pelas possibilidades de ficar rico. [...] As riquezas estão nos altos chapadões do Brasil-Central. A ele e aos demais que aqui queiram viver, porque todos serão bem recebidos. Eles serão uteis, células-positivas e não mais negativas do país; eles também nos ajudarão a preencher esses vácuos-demográficos e a elevar o nível das rendas públicas porque serão contribuintes, construtores da nossa evolução material, social e espiritual. Nossa propaganda tem que ser feita com muitas provas e dentro da mais rigorosa verdade.¹⁷¹⁷

Além disso, Artiaga indica que o “Brasil Central” teria “sertões” com “índios” e por isso buscava “[...] a origem dos povos aborígenes de que restam poucos remanescentes por aqui...”¹⁷¹⁸, a partir “[...] da vida dos índios, isto porque existe uma lacuna a preencher, de vez que todos os que escreveram sobre os índios o fizeram baseando-se em informações apressadas; exceto aquilo que foi escrito ao tempo do primeiro Império.”¹⁷¹⁹ O autor indica que outros “[...] que escreveram sobre nossos índios e a respeito da nossa gléba eram estranhos ou viveram fóra de Goiás. Será interessante o depoimento de um nativo que viveu sempre em contacto com eles e vive aqui a vida de provinciano encanecido nos labôres do sertão.”¹⁷²⁰ Nesse sentido, o narrador se colocou como “legítimo” por ser “nativo” e poder dar um “depoimento” a partir de seu “contacto”, ou seja, a partir de sua concepção e percepção e também do preconceito reforçado por narrativas de outros como Cunha Mattos, Fritz Krause, Coudreau, Castelnau, Couto de Magalhães, dentre outros citados de forma direta.¹⁷²¹

Porém, Artiaga escreveu uma narrativa a partir da sua perspectiva sobre a história e os conflitos interétnicos que partiu da seguinte concepção sobre *o outro*:

¹⁷¹⁶ ARTIAGA, 1947, p. 07.

¹⁷¹⁷ ARTIAGA, 1947, p. 17.

¹⁷¹⁸ ARTIAGA, 1947, p. 157.

¹⁷¹⁹ ARTIAGA, 1947, p. 07. Todavia, o autor indica não ter pretensões científicas: “Este livro terá inúmeras falhas, porque não vem para engrandecer a ciência, a antropologia e a geografia; vem para fazer um pouco de luz em um ponto obscurecido com cem anos de silêncio.” (ARTIAGA, 1947, p. 13).

¹⁷²⁰ ARTIAGA, 1947, p. 14.

¹⁷²¹ ARTIAGA, 1947, p. 14-16.

Para mim é fôra de dúvida que o selvagem do Brasil estava na idade da pedra, e, diferindo essencialmente neste ponto dos do Perú, não conhecia a arte de fundir os metais e nem mesmo os distinguia das pedras, como adiante mostrarei.

Que vistas foram as da Proyincia conservando essa pobre raça em tão grande atraso e no primeiro degráu, por assim dizer, da civilização, enquanto as outras executavam essas arrojadas conquistas da ciência, que fazem o patrimônio do nosso século?¹⁷²²

Essa concepção do autor de que *o outro* estaria “na idade da pedra” está atrelada à sua interpretação da teoria evolucionista que incorporava a suposição da existência de “raças” entre os humanos e que resultava na oposição entre *o nós* “civilizados” e *o outro* “aborígene”, “bárbaro”, “selvagem” e pertencente à outra “raça” atrasada. Contudo, mesmo diante da oposição entre “civilizados” e “selvagens”, Artiaga agregou em sua narrativa a percepção de que os Karajá teriam sido “vítimas da civilização” nos seguintes termos:

Os Carajás foram as primeiras vítimas da civilização, porque com a chegada do homem branco vieram vícios, doenças e prejuízos físicos, a sífilis, o alcoolismo, trazidos pelos conquistadores, pelas bandeiras de preação e de garimpagem.

Até então tinham sua vida despreocupada, feliz e normal, sem os males que haveria de dizimar as suas aldeias e reduzir o número de seus habitantes.

Perdurou até Rondon o terrível dilema para aproveitar o selvícola e integrá-lo, de qualquer maneira: ou o índio aderiria ao progresso ou deveria ser esmagado, ainda que por processos bárbaros.¹⁷²³

Porém, Artiaga considerava que havia “exagero” nessas queixas, pois:

A história das incursões pelo sertão á procura dos índios entre o rio das Mortes e Roncador, entre a serra do Duro e a dos Xavantes, foi sempre repetida, entre nós e entre eles, pelos mais antigos.

São episódios dramáticos da vida sertaneja, horrendas cenas de sangue desenrolada no seio da faixa de floresta que se meteu no rio das Mortes e no Araguaia.

Eles exageram as atrocidades que sofreram, a fim de manterem a mística do ódio.

Pelos relatórios de todos os tempos podemos concluir que os Xavantes são crueis na luta, insidiosos, inteligentes e astuciosos. Têm organização quase militar e a seu modo.

Entre eles há seres inteligentes, talvez um chefe branco.¹⁷²⁴

¹⁷²² ARTIAGA, 1947, p. 33.

¹⁷²³ ARTIAGA, 1947, p. 74.

¹⁷²⁴ ARTIAGA, 1947, p. 108.

Na concepção do autor o fato dos Xavantes serem temidos por sua capacidade de resistência e inteligência não poderia ser atribuída aquele povo – que seria uma “raça” atrasada –, de modo que a explicação encontrada seria a de que existia “seres inteligentes” e a havia a possibilidade da presença de um “chefe branco”. Essa suposição era referenciada, segundo o autor, pelo salesiano Hipólito Chovelon que teria dado um “depoimento fidedigno” que indica ter visto em 1936 um grupo de Xavante rodeando um “indivíduo branco”¹⁷²⁵ e por Aureli num artigo ao jornal “O Globo” onde escreve que após os Xavantes armarem “uma cilada ao seu companheiro de expedição, Clóvis Pereira de Abreu”, ele teria reconhecido entre as pegadas deixadas pelo grupo, uma pegada de “pés civilizados que eram inteiramente diferentes dos pés indígenas.”¹⁷²⁶

Esse trecho da narrativa indica a circulação de ideias e *representações* sobre *o outro* entre letrados do litoral e agentes históricos inseridos naquele espaço que apresentariam relatos “fidedignos”, e foi nessa parte da obra em que Lucio da Luz foi colocado como um desses casos:

O Sr. Lúcio, fazendeiro em Mato Verde, que foi um dos expedicionários que foram procurar os corpos massacrados dos missionários salesianos, padres Fuks e Pedro Sassioli, trucidados em Novembro de 1931, no barranco de Santo Egídio, no rio das Mortes, pelos Xavantes, garantiu ao revdo. Chevelon que era uma informação exata a da existência de um chefe branco xavante.

Os Carajás informam que o branco sofreu de lepra e os Xavantes tinham feito a sua cura.

São testemunhas desta afirmativa os fazendeiros Leão de Fontoura e Severino, residentes nas fazendas Mato Verde e Lagoa Grande.¹⁷²⁷

A legitimidade do relato de Lucio da Luz se dava pelo fato de conhecer o espaço no qual os Xavante estavam presentes e territorializados, sendo ainda reforçado pelo relato de outro morador de Mato Verde.

Esse e outros trechos dessas obras apresentadas nesse capítulo trazem Lucio da Luz e outros moradores de Mato Verde como “testemunhos” e narradores

¹⁷²⁵ ARTIAGA, 1947, p. 118.

¹⁷²⁶ ARTIAGA, 1947, p. 119.

¹⁷²⁷ ARTIAGA, 1947, p. 118-119.

de episódios que foram inseridos nas narrativas que compõem tais obras. Ademais, alguns elementos relacionados às *práticas sociais e relações de poder* em Mato Verde podem ser observados nessas mesmas narrativas que incluem ainda alguns trechos controversos sobre Lucio da Luz e que são abordados no próximo capítulo.

Nesse próximo capítulo, além de narrativas escritas por agentes históricos que avançavam sobre aquele espaço ou que ouviam relatos de terceiros sobre Mato Verde, são analisadas outras narrativas escritas por moradores ou políticos com atuação regional e que agregam a possibilidade de compreensão do que se configuraria como *situação de fronteira* consolidada com a apropriação do espaço e da natureza por parte de outros agentes históricos em meio a territórios indígenas.

4. A construção da história de Mato Verde e Luciara a partir de *memórias* de moradores e a *representação* sobre a natureza, o espaço e os povos indígenas

4.1 A história de Mato Verde e de Luciara a partir de narrativas baseadas em *memória* de moradores e políticos locais

Para além das fontes documentais apresentadas, outras narrativas passaram a ser escritas nas primeiras décadas do século XX em meio à *práticas sociais e relações de poder* peculiares aos diferentes movimentos de avanço sobre o espaço onde foi construído Mato Verde. Algumas aglomerações humanas denominadas de “povoados” estavam sendo construídos e/ou se consolidavam nas margens do Araguaia, concomitantemente ao avanço de missionários religiosos que buscavam indígenas para catequizar e/ou “pacificar” num mesmo momento em que movimentos conhecidos como “novas bandeiras” percorriam caminhos por onde também transitavam membros da Expedição Roncador Xingu (ERX) e da Fundação Brasil Central (FBC) e no qual “sertanejos” se apropriavam de espaços e de sua natureza estabelecendo ali uma *situação de fronteira* específica diante do encontro, do conflito e das mediações com *o outro*.

Desse modo, para além de agentes históricos que escreveram sobre suas percepções e concepções sobre o espaço, a natureza e os moradores a partir de suas experiências em “passar por aquele lugar”, outros produziram narrativas a partir da perspectiva de quem se fixou ou conheceu quem ali morou e/ou se apropriou de espaços desde as primeiras décadas do século XX e entrevistou testemunhos da história de Mato Verde e Luciara. Como exemplos dessas outras narrativas, é possível identificar publicações de Valdon Varjão, um político de Barra do Garças, um livro da filha de Lúcio da Luz, Adauta Luz Batista, e ainda outra obra permeada de elogios ao “pioneiro”, “desbravador” e “bandeirante” escrita por um antigo empregado, Antônio Wanderley Chaves.

Todas essas narrativas foram escritas a partir de *memórias* e relatos de testemunhas dos *acontecimentos* descritos e por isso são colocadas por seus autores como “verdadeira história” construída a partir da sua autoridade enquanto testemunha ou daqueles que ouviu para escrever sobre a história de Mato Verde e Luciara em meio à disputas pela sua construção e à *luta de representações* sobre os agentes históricos nela envolvidos. Todavia, antes de problematizar elementos

específicos sobre tais *práticas sociais* e *representações*, é preciso apresentar minimamente as especificidades das narrativas indicadas e as *relações de poder* nas quais estão inseridas.

4.1.1. As narrativas do político Valdon Varjão sobre Mato Verde e Luciara: as “meditações de um historiador vivente”

Dentre as obras¹⁷²⁸ de Valdon Varjão, duas de suas narrativas contêm trechos relativos à história de Mato Verde e Luciara elaborada a partir de uma perspectiva memorialista fundamentada na seletividade de alguns moradores daquele lugar escolhidos para a relatar. Valdon Varjão (1923-2008) nasceu em Cariús, Ceará, e migrou para as margens do Rio Araguaia situada nas proximidades de Barra do Garça, onde foi garimpeiro, comerciante, agropecuarista, tabelião, contador, político¹⁷²⁹ e escritor, agregando em sua trajetória momentos de considerável poder político local e regional.

Em Barra do Garça, Varjão se tornou membro e fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), e passou a se identificar como um historiador focado em narrar “memórias e discursos próprios”, entrelaçados com outros elementos, com o objetivo de construir uma história que exaltava os “pioneiros” da “Marcha para o Oeste”, da ERX, ou ainda os garimpeiros que, como ele, procuraram diamante em Baliza, além dos “paulistas” das empresas agropecuárias e os “gaúchos” das colonizadoras.

A partir disso, Varjão constrói *representações* desses agentes históricos como um “herói anônimo”, sejam os “pioneiros desbravadores”, os “bandeirantes do século XX”¹⁷³⁰ ou ainda “sertanejos”, de modo que todos possuíam relação com as diferentes “fases” da história do município de Barra do Garça. Para o autor, a primeira fase, denominada como “garimpeira”, teria sido realizada por nordestinos e nortistas, que foi seguida pela fase influenciada pela FBC, entre 1943 a 1964,

¹⁷²⁸ As principais obras são: VARJÃO, Valdon. **Aragarças**: Portal da Marcha para o Oeste. Brasília-DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989. _____. **Barra do Garças**: migalhas de sua história. Brasília-DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985. _____. **Barra do Garças**: um pouco de sua História. Barra do Garça-MT. s/d. _____. **Barra do Garças**: do passado ao presente. Brasília-DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1992.

¹⁷²⁹ Como político ocupou cargos de vereador e prefeito de Barra do Garças, bem como deputado estadual e federal, além de senador.

¹⁷³⁰ Expressão atribuída aos irmãos Villas-Bôas por Varjão (1989, p. 143).

além da terceira fase que estaria ligada aos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a instalação de empresas agropecuárias, entre 1964 até 1973, e por fim, a fase “contemporânea” que teria ocorrido após 1973, protagonizada pelos “gaúchos” através da agricultura após a colonização.¹⁷³¹ Assim sendo, é possível identificar que sua perspectiva teleológica de “fases” tinha como base o “predomínio” de agentes históricos e de atividades econômicas sobre o espaço, pouco abordando a coexistência dos mesmos e a *situação de fronteira* envolvida, de modo a construir uma história linear e pouco conflitiva para Barra do Garças¹⁷³².

A partir dessa perspectiva, Varjão selecionou os protagonistas daquela história, indicando o migrante Antônio Cristino Côrtes como “fundador de Barra do Garça”¹⁷³³, pois teria realizado uma excursão pelo Rio das Mortes, “domínio dos terríveis Xavantes”¹⁷³⁴ e depois se instalado na área onde viria a ser constituído aquele município, “feito” digno de um “pioneiro” “destemido”. Além da nomeação dos “pioneiros” indicados pelo autor e pela indicação de que a origem do município seria resultado de virtudes de seus “pioneiros” de “desbravadores”, como pode ser identificada no trecho: “Nasceu [Barra do Garças] da pertinácia dos aventureiros bandeirantes e dos garimpeiros que numa vida de lutas e sacrifícios, alimentados pela esperança de alcançar riquezas, enfrentaram as intempéries, desbravam regiões e construíram núcleos.”¹⁷³⁵

Após a definição de quem era o “pioneiro”, a narrativa do autor busca estabelecer a linha de “administradores de Barra do Garças”¹⁷³⁶, na qual o próprio Varjão ocupa o lugar de prefeito na quarta (1959-1963) e oitava (1973-1977) legislatura, destacando suas realizações e obras. Suas narrativas são marcadas por

¹⁷³¹ VARJÃO, 1985, 1992, s/d.

¹⁷³² Outro elemento presente na obra de Varjão que pode ser identificado em narrativas do século XIX, diz respeito à discussão sobre as “raças”, considerando que a história de Barra do Garças seria marcada pela “miscigenação” da “[...] raça loira gaúcha com a raça morena mato-grossense já é denominada “matucha”.” (VARJÃO, 1992, p. 79). Suas narrativas com pretensões históricas estão permeadas pelos argumentos de que no *processo histórico* de apropriação daqueles espaços pelos “não índios” teria ocorrido a conciliação de conflitos e a miscigenação de “raças”, existindo, portanto, a harmonia social na história do “Vale do Araguaia”.

¹⁷³³ VARJÃO, 1992, p. 39.

¹⁷³⁴ VARJÃO, s/d, p. VII.

¹⁷³⁵ VARJÃO, 1992, p. 51.

¹⁷³⁶ Na mesma obra (1992, p. 208-220), está inserida a “Galeria dos governantes” de Mato Grosso.

uma concepção de história política ainda atrelada àquela dos grandes “heróis” fundadores atrelada a uma perspectiva memorialista que exalta os próprios feitos.

Varjão se coloca como um “testemunho” e indica claramente que sua pretensão é “divulgar” a história de Mato Grosso e afirma que Barra do Garça seria o município “[...] que possui a mais rica história dos que integram o Estado do Mato Grosso, perlustrado desde os bandeirantes do século XVII até os desbravadores do século XX”¹⁷³⁷, e da qual o autor fez parte, afirmando que:

Este livro resulta das meditações de um historiador vivente em uma região por mais de 70 anos, inserindo nele casos e fatos desenrolados, dos quais o rabiscador teve participação ou testemunhou.

Nossa intenção é divulgar mais esta parte de Mato Grosso, que sempre vem sendo omitida pelos grandes historiadores conterrâneos. Talvez por desconhecimento ou informações errôneas, oferecem dados imprecisos ou historiam fatos em ângulos que não representam a verdade estatisticamente.¹⁷³⁸

Assim sendo, a história narrada por Varjão apresenta a sua própria vida política, com a inserção de fotografias nas quais aparece ao lado de autoridades estaduais e federais inaugurando benfeitorias e obras, dando indícios de sua intencionalidade de autopromoção. No livro “Barra do Garças: do passado ao presente”¹⁷³⁹, Varjão insere uma lista intitulada “Preito de Gratidão: aos pioneiros da Barra Cuiabana”¹⁷⁴⁰, na qual coloca o próprio nome dentre os que “homenageamos com a medalha meritória da gratidão”, reforçando o desejo de que “[...] seus nomes não pareçam no tempo e sejam lembrados pelas novas gerações...”, destacando ainda que “[...] procuraremos resgatar uma dívida da história, nelas marcando, nominalmente, cada personagem e, por conseguinte, os seus descendentes.”¹⁷⁴¹

Narrativas como essas são comuns e buscam indicar a “verdadeira história”, a “origem” e os “heróis” que participaram da construção de um “lugar”, contudo, nem todos possuem uma circulação significativa. Porém, segundo Varjão, o livro “Barra do Garças: um pouco de sua História”, além de ter sido patrocinado

¹⁷³⁷ VARJÃO, 1992, p. 27.

¹⁷³⁸ VARJÃO, s/d, Nota “Ao leitor”. (Grifos meus).

¹⁷³⁹ VARJÃO, 1992, p. 31.

¹⁷⁴⁰ Nome dado anteriormente à Barra do Garça.

¹⁷⁴¹ VARJÃO, 1992, p. 31.

pela Prefeitura Municipal de Barra do Garças, ainda teria sido distribuído nas escolas, o que indica que possivelmente se tornou referência sobre a história de Barra do Garças e de outros municípios. Justamente por isso, essa obra e outra intitulada “Barra do Garças: Migalhas de sua história” são analisadas por trazerem trechos relativos à história de Luciara.

Nessas narrativas, Varjão busca a “origem” de Luciara a partir da indicação de que “O município de Cuiabá deu origem ao município de Araguaia (depois extinto), Araguaia deu origem a Registro do Araguaia (depois extinto), Registro do Araguaia deu origem à Araguaiana (depois extinto), Araguaiana deu origem a Barra do Garças, Barra do Garças deu origem a Luciara.”¹⁷⁴²

O texto intitulado “História de sua fundação” foi repetido integralmente nas duas obras¹⁷⁴³ que tratam do município de Luciara e teria sido escrito a partir de um “material histórico” não especificado e das “palavras do historiador José Ranulfo Luz”¹⁷⁴⁴, membro da família de Lúcio da Luz. Ademais, Varjão incorporou trechos do livro escrito por Antônio Wanderlei Chaves, por vezes, sem o uso de referências. Essas fontes documentais foram selecionadas e utilizadas sem maiores problematizações e criticidade, sendo incorporadas à narrativa de tal forma que é difícil dissociar quais são as palavras do autor.

Por fim, o principal elemento da narrativa de Varjão sobre a história de Mato Verde e Luciara é a identificação de Lúcio da Luz como o protagonista com poder e autoridade, mesmo que com posturas controversas. E justamente para “honrar a memória do pai” dessas controvérsias contidas em alguns trechos da narrativa de Varjão e de outros, que Adauta Luz Batista publicou sua “verdadeira história” a partir de seu próprio testemunho.

4.1.2. A narrativa de Adauta Luz Batista escrita para honrar a “memória do pai” e contar a “verdadeira história” de Mato Verde e Luciara

¹⁷⁴² VARJÃO, s/d, p. 79.

¹⁷⁴³ Trata-se de “Barra do Garças: Migalhas de sua história” (1985, pp. 193-201) e “Barra do Garças: um pouco de sua História” (s/d, pp. 74-79).

¹⁷⁴⁴ VARJÃO, 1985, p. 194.

Em 2003, Adauta Batista da Luz publicou o livro “Sertão de Fogo: a luta de um povo rumo ao desconhecido”¹⁷⁴⁵ no qual apresenta uma narrativa sobre a trajetória de sua família desde os deslocamentos do Nordeste até se apropriarem espaços situados nas margens do Rio Araguaia, mencionando as andanças de seu pai, Lúcio da Luz, em direção aos garimpos de Alto Garça, a escolha do “lugar” onde foi estabelecido Mato Verde, as relações entre os seus moradores e os povos indígenas. Nessa narrativa, Lúcio da Luz é colocado como figura central desde a “formação” do “povoado” de Mato Verde até a emancipação e criação do município de Luciara, destacando o poder político de sua família por meio da ocupação de cargos na Prefeitura e Câmara dos Vereadores Municipal. Dessa maneira, Luz Batista indica que a história de Luciara e Mato Verde estaria entrelaçada à *memória* de Lúcio da Luz e contá-la seria um modo de apresentar a “verdadeira história” que poderia ser escrita tão somente por quem a vivenciou. A autora afirma:

Eu, Adauta Luz Batista, na dura tarefa de resgatar a história de minha cidade e de meu povo, finalmente, depois de longos anos de espera, lanço meu primeiro livro na linguagem franca de uma mulher do povo em seus anos de lutas e sacrifícios na dura caminhada rumo ao desconhecido. [...] ¹⁷⁴⁶ A política como pano de fundo não será esquecida, no âmago do Sertão [livro], espero resgatar a verdade histórica, tão distorcida para o conhecimento de futuras gerações. ¹⁷⁴⁷

Segundo a autora, se tratava de uma: “[...] luta travada contra a infâmia e calúnia, para manter a nossa posterioridade...”¹⁷⁴⁸, pois o pai teria sido “[...] vítima de perseguições políticas daqueles que um dia foram acolhidos por ele numa época que tudo era difícil...”.¹⁷⁴⁹ Esse objetivo do livro também foi destacado na apresentação da obra escrita por Gonçalves:

“Sertão de Fogo” é, um exemplo de vida, ratificando a realização de um sonho de uma guerreira. Desde a meninice enfrentou os labores rústicos, pelo sertão ajudava seu pai tanger boiadas. Sempre acalentando o desejo de escrever um livro no qual

¹⁷⁴⁵ LUZ BATISTA, Adauta. **Sertão de Fogo: a luta de um povo rumo ao desconhecido**. Goiânia, 2003.

¹⁷⁴⁶ A autora afirma que irá lançar a obra em três volumes, o que não ocorreu, uma vez que faleceu antes de terminar a narrativa do segundo

¹⁷⁴⁷ LUZ BATISTA, 2003. Na contracapa.

¹⁷⁴⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. VI. (Grifos meus).

¹⁷⁴⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 18. (Grifos meus).

pudesse ter a oportunidade de **limpar o nome de seu pai, das difamações injustas que lhe imputaram**”.¹⁷⁵⁰

Ainda na apresentação, Gonçalves agradece a Deus e ao “arrojo de Adauta Luz Batista” pelo livro que iria “correr o mundo” e “contar a verdadeira história” do “sertanista e fundador de Luciara.”¹⁷⁵¹ Gonçalves e Luz Batista buscam ressaltar que a *memória* de Lúcio da Luz deveria ser defendida, uma vez que a mesma “[...] embora muitos não queiram, ficará para sempre registrado na história.”¹⁷⁵² Para Gonçalves, o livro seria destinado a “resgatar” “[...] para as futuras gerações, a memória do sertanista Lúcio Pereira da Luz, seu pai. No ensejo, a história de Luciara, as lutas de seu povo, a intrepidez de Lúcio Pereira da Luz, implementando o desbravamento do sertão ermo, para construir o futuro”¹⁷⁵³.

Assim sendo, desde a apresentação, o livro é marcado pela construção da *representação* de Lúcio da Luz como um “sertanejo” marcado pela “intrepidez” capaz de “desbravar” o “sertão ermo”, de modo que a sua “memória” deveria ser “resgatada” para as “futuras gerações”. Essa percepção e *representação* de Lúcio da Luz aparece ao longo da narrativa de Luz Batista que reitera que seu pai teria sido “um líder incontestado, como nenhum outro será, jamais.”¹⁷⁵⁴

Ademais, em alguns trechos da narrativa Luz Batista coloca o pai *representado* como um herói que não havia sido reconhecido, pois seria um “[...] sertanista que não alcançou o reconhecimento das suas lutas e conquistas, varando cerrados ou enfrentando as corredeiras de rios e igarapés.”¹⁷⁵⁵ Desse modo, a obra seria uma forma de dar visibilidade a Lúcio da Luz e outros “pioneiros”, conforme indica por Gonçalves:

“Sertão de Fogo” concede espaço as figuras típicas da região onde apresentam-se com simplicidade natural, revelando as suas façanhas nas páginas do tempo, o que edificaram, através do trabalho árduo, e, com isso, ajudaram a fazer de Luciara, **um local que, antes deserto**, hoje exhibe as perspectivas de maiores crescimentos políticos, econômicos e sociais.¹⁷⁵⁶

¹⁷⁵⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. IV. Apresentação de Suely Gonçalves. (Grifos meus).

¹⁷⁵¹ LUZ BATISTA, 2003, p. V. Apresentação de Suely Gonçalves.

¹⁷⁵² LUZ BATISTA, 2003, p. 17.

¹⁷⁵³ LUZ BATISTA, 2003, p. IV. Apresentação de Suely Gonçalves.

¹⁷⁵⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 18.

¹⁷⁵⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 17.

¹⁷⁵⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. IV. Apresentação de Suely Gonçalves. (Grifos meus).

Gonçalves destaca as “batalhas entre etnias”, indicando que “brancos, Carajás e Tapirapés” viviam em “sobressalto”, com medo de ataques de “Caiapós e Xavantes”, indicando, portanto, a presença de diferentes povos indígenas naquele espaço *representado* como *deserto*.

Além das relações, alianças e conflitos com povos indígenas, a narrativa de Luz Batista apresenta sua perspectiva sobre as *práticas sociais e relações de poder* entre os “sertanejos” de Mato Verde e os membros de sua família, sobretudo o pai. Gonçalves indica que alguns membros da família Luz tiveram cargos de poder, um sinal de “liderança” presente no “sangue” da família, pois:

Nas pesquisas que fiz, sobre a vida de Lúcio Pereira da Luz, constatei que ele trazia no sangue a admirável capacidade de liderança, deixando de herança para seus descendentes. Com certeza, seria lhe motivo de grande orgulho ver sua neta Noeli P. Luz, na administração do município fundado por ele. Descomunal, seria sua alegria também ao ver quantas lutas sua filha Adauta enfrentou para chegar a essa realização.¹⁷⁵⁷

Luz Batista escreve uma narrativa dedicada a família Luz, inserindo nas primeiras páginas uma dedicatória composta por uma fotografia de Lúcio da Luz “aos 40 anos” com a legenda: “À memória de Lúcio da Luz, fundador, desbravador de Sertões; às suas qualidades morais e aos seus mais exóticos caprichos, a minha homenagem de filha e grande admiradora”¹⁷⁵⁸. Mais adiante, Luz Batista também dedica o livro à “memória da mãe” que “[...] no fervor de suas orações soube resistir com heroísmo, conformando-se com todos os lances que a ironia da vida nos ofereceu”¹⁷⁵⁹. E por fim, destina a obra ao “povo sertanejo”, a Dom Pedro Casaldáliga, prestando homenagem às autoridades eclesiásticas, civis e militares.

Além de render homenagens, o livro apresenta a pretensão de trazer “[...] a história real, sentida, vivida na intimidade do sertão. É o drama que se vive na luta do dia-a-dia; é a voz que leva aos poderes constituídos o clamor daqueles que não têm voz e nem vez, sobrevivendo na penumbra de um destino incerto.”¹⁷⁶⁰ A perspectiva de que sua narrativa trazia a “história real” está presente em alguns outros trechos nos quais aponta que ter sido “testemunha” e afirma: “Eu, Adauta

¹⁷⁵⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. V. Apresentação de Suelly Gonçalves.

¹⁷⁵⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. IX.

¹⁷⁵⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 25.

¹⁷⁶⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 25.

Luz Batista, registro aqui os fatos que presenciei durante os anos de longo caminhada rumo ao desconhecido quando meu pai resolveu deixar o estado do Pará para vir começar uma nova vida nos sertões inóspitos do Estado de Mato Grosso.”¹⁷⁶¹ Assim sendo, a condição de testemunha daria a autora a legitimidade para narrar a “verdadeira história”.

A narrativa foi composta ainda pela incorporação de relatos de outras “testemunhas”, sobretudo de moradores que, para Luz Batista, seriam capazes de contar as “histórias contadas em versos e em prosas” em meio ao som dos pandeiros e violas de foliões, como teria ocorrido com Manduquinha.¹⁷⁶² Essa escolha é justificada pela autora ao indicar que Manduquinha seria um dos mais antigos moradores, que teria vindo com Lúcio da Luz para Mato Verde e por ser:

[...] um boiador, tocando berrante sempre na guia do gado nas vaquejadas das primeiras águas quando se dava partilhas das sortes para vaqueiros, amansador dos “poltros brabos” Manduquinha era mesmo uma figura popular. Aventurou-se nas zonas garimpeira do Araguaia e Alto Garças onde embalava as noitadas dos garimpeiros. Ao ser assaltado pela saudade dos tempos passados, soltava a voz em desabafo e conseguia alegrar os corações dos moradores da fazenda Mato Verde, onde veio morar ao deixar as zonas garimpeiras.¹⁷⁶³

A partir das suas “vivências” e da sua narrativa a partir de relatos de outros testemunhos, Luz Batista constrói uma história de Mato Verde e Luciara marcada pela indicação do espaço parcialmente apropriado pelos “sertanejos” como sendo um “sertão de fogo” no qual a natureza inóspita era um desafio somente menor do que a convivência com a presença de diferentes povos indígenas colocados como *o outro*, numa dinâmica aproximada àquela presente na narrativa de Antônio Wanderley Chaves.

4.1.3. A narrativa de Antônio Wanderley Chaves e a representação de Lúcio da Luz e os moradores de Mato Verde como “pioneiros”, “colonizadores” e “heróis”

¹⁷⁶¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 25.

¹⁷⁶² Batizado como Manoel Antônio dos Santos, seria esse um “improvisador” descrito como “[...] solteiro quarentão, nunca procurou casar-se, figura marcante, com os cabelos untados de gomalina, foi garimpeiro nos garimpos do Alto Garças e era sempre disputado pelas quarentonas.” (LUZ BATISTA, 2003, p. 26).

¹⁷⁶³ LUZ BATISTA, 2003, p. 26

Na década de 1980, foi publicado o livro “Madrugadas e Crepúsculos”¹⁷⁶⁴ por Antônio Wanderley Chaves (1917-?), cuja trajetória pessoal foi marcada pelo exercício de diferentes ocupações¹⁷⁶⁵, dentre as quais o de “[...] catequista, pacificador e fundador de Postos Indígenas do SPI no Javaés, na Ilha do Bananal, no Tapirapé, em Goiás e Mato Grosso; de expedicionário pioneiro dos fundamentos de São Félix do Araguaia e Jacareacanga, no Tapajós!”¹⁷⁶⁶ A partir de suas experiências, perspectivas e *memória*, Chaves elabora a narrativa procurado

[...] reduzir a escrito dramas e tragédias, perfis humanos que ficaram gravados na minha memória, desde os seringais do rio Negro, do Purus, do Solimões, dos castanhais do Madeira, do Anamã, do Xingu, do Tapajós, do Içá, do Japurá, aos sertanejos heróicos do Araguaia e Tocantins, dos garimpeiros de Marabá, do Alto Araguaia e Garças!¹⁷⁶⁷

No Prefácio do livro, Araújo Cavalcanti observa que a “[...] inteligência brasileira tem sido fecunda no que tange à elaboração de *memórias* [...] sobretudo, no vasto campo das narrações históricas ou autobiográficas”, pois “[...] depoimentos pessoais acerca dos episódios e desafios do cotidiano podem atingir dimensões de grandeza e perenidade, quando a trajetória dos protagonistas revela uma existência digna de ser relatada.”¹⁷⁶⁸ O apresentador afirma que seria “[...] difícil e temerário classificar como “memória” ou predominantemente autobiográfico”¹⁷⁶⁹, obras como a de Chaves.

Desde o prefácio da obra, fica indicada a natureza literária e memorialista da narrativa construída por Chaves, apesar de que, para Cavalcanti, a narrativa continha uma “[...] massa de informações, conceitos e pequenas análises reveladoras de um profundo conhecimento dos problemas brasileiros” e com uma

¹⁷⁶⁴ CHAVES, Antônio Wanderley. **Madrugadas e Crepúsculos**. [Brasília]: [s.n.], [198?].

¹⁷⁶⁵ De acordo com Cavalcanti, Antônio Wanderley Chaves teria sido “[...] humilde proletário em Manaus, repórter em Belém do Pará, operário em São Paulo e no Rio de Janeiro, trabalhador braçal da Expedição Roncador-Xingu; modesto empregado do escritório da Fundação Brasil Central, em Aragarças, desbravador de vastas áreas do Brasil Central; fundador e primeiro encarregado do Posto de São Félix do Araguaia; e assim sucessivamente.” (CHAVES, 198?, p. 8-9).

¹⁷⁶⁶ CHAVES, 198?, p. 13.

¹⁷⁶⁷ CHAVES, 198?, p. 13.

¹⁷⁶⁸ CAVALCANTI, Prefácio, CHAVES, 198?, p. 07. O apresentador da obra indica ainda que o “memorialismo”, enquanto gênero literário, se expandiu “[...] apesar das deformações consubstanciadas no farisaísmo, na exacerbação da vaidade, no dogmatismo moralizante e tom pedagógico de muitos autores, notadamente quando, egressos da política, se deixaram fascinar pelas ilusões do poder.” (CAVALCANTI, Prefácio, CHAVES, 198?, p. 07).

¹⁷⁶⁹ CAVALCANTI, Prefácio, CHAVES, 198?, p. 08.

“[...] complexa tessitura das memórias, ensaios sociológicos, agudas e perspicazes análises políticas e, até mesmo, uma notável monografia sobre a Expedição Roncador Xingu e a Fundação Brasil Central.”¹⁷⁷⁰

Entretanto, para além da visão idealizada de Cavalcanti, é fundamental considerar que Chaves constrói *representações* sobre o *outro* a partir das experiências vividas e pela reprodução de relatos de terceiros, pois o próprio autor indica na sua “breve explicação” da obra que teria ouvido “lendas e histórias de duendes”, dentre os quais, relatos da “[...] ferocidade das tapioras, de pés de burro e mãos de onça; de janaís vermelhos, furando crianças nas redes das barracas; de tucuxis encantados, violentando donzelas nas noites de lua cheia!”¹⁷⁷¹

A narrativa de Chaves é uma fonte documental fundamental pois permite compreender alguns elementos sobre a construção de narrativas oriundas da *memória* dos moradores ou de agentes históricos que transitavam por Mato Verde. Chaves havia morado e estabelecido relações com Lúcio da Luz e outros “sertanejos” e a partir disso escreve parte de suas “narrativas dos fatos” de sua própria trajetória pessoal dedicada à sua família¹⁷⁷² e não destinada a história de Mato Verde e Luciara. Chaves afirma que:

Este trabalho não tem veleidades literárias, nem busco com ele objetivos promocionais ou comerciais.

Trata-se de um repositório sentimental, no qual procurei recolher, com o coração e a própria alma, narrativas de acontecimentos, impregnadas de emoção e saudade, de carinho e amor, de afeição e zelo, de bênçãos e gratidão.

Nestas crônicas está todo um universo de sentimentos, bons, maus, certos, errados, que marcaram minha existência desde o alvorecer da minha meninice até o presente, quando a neve dos anos já me branqueou a cabeça!¹⁷⁷³

O livro foi publicado numa gráfica não identificada na obra, sem editora e sem informações sobre o local de publicação¹⁷⁷⁴, indicando que teria sido financiada pelo próprio autor ou familiares e amigos, e é composta por três partes

¹⁷⁷⁰ CAVALCANTI, Prefácio, CHAVES, 198?, p. 09.

¹⁷⁷¹ CHAVES, 198?, p. 13.

¹⁷⁷² CHAVES, 198?, p. 14-15. Ressalta-se ainda que Chaves apresenta na “breve explicação” de seu livro sua genealogia, a descrição poética de seu nascimento, as lembranças de sua infância e sua trajetória depois de adulto.

¹⁷⁷³ CHAVES, 198?, p. 13.

¹⁷⁷⁴ É possível identificar que foi em Brasília pelo fato do autor ter relatado estar aposentado e morando na capital, além de colocar seu endereço na “breve apresentação” do livro. (CHAVES, 198?, p. 10).

que tratam, respectivamente, de “Fatos e figuras humanas de ontem”, “Viagens e andanças” e “Bandeira e Missões”, sendo as duas últimas são focadas no espaço onde está situada a Ilha do Bananal. Chaves narra suas viagens pela Amazônia, sua ida para os garimpos do Rio Tocantins, sua atuação na FBC e na ERX, além de indicar como se tornou professor em Mato Verde, a pedido de Lúcio da Luz, e como teria sido testemunha da “formação” de São Félix do Araguaia.

Em 1941, Chaves teria sido chamado para trabalhar no SPI como Chefe da Oitava Inspetoria Regional com sede em Goiás Velho, precisando viajar constantemente e passar por aglomerações de “sertanejos” na beira do Rio Araguaia denominadas de “povoados”, dentre os quais, Mato Verde.¹⁷⁷⁵ O autor indica que:

Assim, a partir de Santa Teresinha, nossa viagem decorreu entre Goiás e Mato Grosso, cujo primeiro ponto que alcançamos foi Mato Verde, onde, Lúcio da Luz, seu irmão Mundico, Bento de Abreu, Ateneu Luz, Severiano Neves, Joaquim Rosário, Pedro Abel, vaqueiros e agregados, todos com suas famílias, ali estavam corajosamente, há algum tempo, desbravando a terra, povoando-a, abrindo lavouras, criando gado e assentando os fundamentos da atual Luciara.¹⁷⁷⁶

A narrativa apresenta alguns trechos que trazem sua perspectiva sobre a relação com Lúcio da Luz e a descrição de situações e “causos” envolvendo aquele que veio a ser seu empregador, quando construiu uma escola em Mato Verde onde Chaves lecionou por alguns meses no ano de 1944.

Segundo Chaves, Mato Verde era um “[...] lugarejo-sede da colonização rústica aventureira, sem método e sem nenhuma assistência governamental, do bravo e destemido Lúcio da Luz e seus companheiros de bandeira desbravadora...”¹⁷⁷⁷ Ao longo dessa narrativa, Lúcio da Luz é *representado* como “pioneiro”, “herói”¹⁷⁷⁸, “corajoso”¹⁷⁷⁹, “bravo e destemido”¹⁷⁸⁰,

¹⁷⁷⁵ Chaves (198?, p. 257), indica seu roteiro: “Barreira de Santana, Barreira de Campo, Barreirinha, Barreira de Pedra, Lago Grande, Furo de Pedra, Mato Verde, Fontoura, Santa Izabel, cento e dez léguas, metade do nosso roteiro até Leopoldina.”

¹⁷⁷⁶ CHAVES, 198?, p. 258.

¹⁷⁷⁷ CHAVES, 198?, p. 295.

¹⁷⁷⁸ CHAVES, 198?, p. 275.

¹⁷⁷⁹ CHAVES, 198?, p. 286.

¹⁷⁸⁰ CHAVES, 198?, p. 295.

além de “intrépido bandeirante do Araguaia, precursor dos mais nobres empreendimentos colonizadores e civilizadores daquela região”¹⁷⁸¹.

Mesmo narrando uma visita em que teria sido xingado por Lúcio da Luz, Chaves o elogia como sendo, no fundo, um “homem generoso” e “um dos meus grandes amigos”¹⁷⁸², pois depois da “rusga”, o mesmo “[...] vendeu-me fiado oito bois grandes e gordos, algumas arrobas de carne de sol, farinha, rapadura, arroz limpo, feijão...”¹⁷⁸³ Para o autor, Lúcio da Luz era parte da história de Mato Verde:

Mato Verde tinha uma história e seu herói principal era Lúcio da Luz. Os personagens que com ele empreenderam os primeiros movimentos de desbravamento e colonização daquelas até então virgens paragens mato-grossense, constituíram por muitos anos a mais autêntica força de trabalho progressista, heroica e pioneira, que já se verificara em todo o Araguaia.”¹⁷⁸⁴

Além de Lúcio da Luz, Chaves também elogia outros “sertanejos” por suas realizações, sejam os familiares, empregados ou agregados de daquele “sertanejo”. É fundamental destacar que esses agentes históricos são identificados como “protagonistas” dos “acontecimentos narrados” na história de Mato Verde, tal como o autor se coloca ao longo da narrativa de sua trajetória. Além desses “sertanejos”, Chaves indica ainda Antônio Pinto de Mattos, “o seu Nenem”, um criador de gado e dono de um “regatão”¹⁷⁸⁵ que teria sido “[...] uma das mais importantes figuras da região, apontado por todos como um dos mais prósperos comerciantes e um dos mais abastado e progressistas fazendeiros do Araguaia.”¹⁷⁸⁶ Além desses, Chaves afirma que:

Muitos anos depois, quando já não mais trafegavam no Araguaia lanchas a vapor, no início da década dos anos 30, um novo bandeirante dos tempos modernos se lançou em nova tentativa empresarial visando a navegação fluvial regular, partindo de Belém, e através dos rios Tocantins e Araguaia.

¹⁷⁸¹ CHAVES, 198?, p. 316.

¹⁷⁸² CHAVES, 198?, p. 384. Segundo o autor, Lúcio da Luz o havia insultado por conta do mesmo ter escolhido São Félix do Araguaia para ser sede das instalações de um posto do SPI, e tal reação tinha relação com o ressentimento do “sertanejo” em relação ao cunhado Severino Neves que deixou Mato Verde para se apropriar de outro espaço e natureza.

¹⁷⁸³ CHAVES, 198?, p. 284.

¹⁷⁸⁴ CHAVES, 198?, p. 275.

¹⁷⁸⁵ Trata-se da nomeação dada à uma embarcação pertencente a um comerciante e que navega rios e outros corpos d’água transportando mercadorias vendidas para moradores de aglomerações humanas, dentre as quais, aquelas categorizadas nas fontes documentais como “povoados”.

¹⁷⁸⁶ CHAVES, 198?, p. 99.

Refiro-me ao extraordinário homem de negócios, audaz e dinâmico empreendedor que bem de perto conheci e estimei, chamado Emílio Kleimam.

De nacionalidade holandesa, médico, formado no país de origem, ainda jovem, emigrou para o Brasil, radicando-se em Belém - Pará. [...] Homem de uma capacidade extraordinária de relacionamento com todos que conhecia, Emílio Kleimam se fez amigo pessoal do maior apreço da família Caiado, em Goiás Velho, particularmente, do Dr. Leão Caiado, uma das mais marcantes personalidades goianas no mundo dos negócios, da política e das atividades agrárias, como próspero e progressista fazendeiro no rio Vermelho.¹⁷⁸⁷

Ao longo da narrativa é possível identificar outros nomes de “protagonistas”, sendo majoritariamente de homens e com raras indicações de mulheres bem-sucedidas em termos econômicos e políticos, citadas como “pioneiras”. Além disso, existem trechos semelhantes como o citado, indicando nomes e mesmo genealogias de “sertanejos” bem-sucedidos e relacionados com outros com agentes históricos poder político e econômico, o que pode sugerir que Chaves valorizava essas características ou ainda que escreve tais elogios sabendo que os mesmos ou familiares poderiam ler a sua narrativa e saber de sua posição.

Chaves apontava para a coexistência de “sertanejos” que teriam se dedicado às mais variadas ocupações e que teriam se apropriado do espaço e da natureza de formas diferenciadas, como pode ser observado no seguinte trecho:

É de ver-se que, entre os inúmeros migrantes que chegaram àquelas glebas sertanejas, muitos se internaram pelo interior, povoando-o e colonizando-o, nele fixando-se definitivamente com as famílias. Outros, a despeito de também terem plantado naqueles ermos propriedades, fazendas e sítios, inclinaram-se mais pelo estabelecimento de casas comerciais nas vilas, cidades e povoados ribeirinhos, onde passaram a residir.

Dado o mais fácil contato e convivência com as comunidades e viajantes, os últimos, isto é, aqueles que se dedicaram ao - comércio lojista, se tornaram os nomes mais conhecidos, de maior repercussão e fama de abastados capitalistas.¹⁷⁸⁸

Entre “povoadores”, “colonizadores”, “fazendeiros”, “sitiantes”, “proprietários” e “comerciantes”, os “sertanejos” que chegavam nos espaços apropriados seriam, para Chaves, dignos de elogios e alguns eram categorizados

¹⁷⁸⁷ CHAVES, 198?, p. 104-105.

¹⁷⁸⁸ CHAVES, 198?, p. 119.

como “novo bandeirante dos tempos modernos” e “progressistas”, e portanto, agentes históricos que trariam a “modernidade” e o “progresso” para aquele espaço.

Nessa perspectiva, Chaves¹⁷⁸⁹ afirma que os comerciantes “mais falados e prósperos” de Barreira do Santana, Conceição do Araguaia e de Santa Maria, “do outro lado do Araguaia”, em Goiás, seriam “homens” que “foram figuras respeitáveis e legendárias nos sertões do médio Araguaia”. Porém, para o autor, os “colonizadores de maiores méritos” teriam sido os “sertanejos” que adentraram o interior e, ainda que menos conhecidos que os comerciantes, eram “[...] tão abastados quanto aqueles” e “[...] os responsáveis maiores pela ocupação da terra e pelo estabelecimento dos mais significativos alicerces da economia, do progresso e da riqueza nacional.”¹⁷⁹⁰

Para Chaves, a partir desses protagonistas, juntamente com o “heroísmo” de Aureli, Ribeiro da Silva e de outros, teria sido iniciada a “[...] grande marcha rumo ao desconhecido sertão mato-grossense, com a Expedição Roncador-Xingu”¹⁷⁹¹ na qual “[...] desvendarem-se novas fronteiras humanas e geográficas no imenso vazio do Brasil Central e Ocidental, novo ciclo se abriu na história do povoamento e desbravamento das regiões do Araguaia, Xingu e Tapajós.”¹⁷⁹² O autor utilizou tanto “sertão” quanto “fronteira” para indicar o espaço por ele percorrido nas margens do Rio Araguaia, indicando duas possibilidades de categorização espacial que foram utilizadas ao longo do século XX.

Todavia, mesmo que apresente as múltiplas “definições” de “sertão”¹⁷⁹³, Chaves foca no “heroísmo” e no “desprendimento do homem que nele habita, o sertanejo” que iria além das “muitas as acepções da palavra “sertão”.”¹⁷⁹⁴ *A representação* do espaço como sendo um “sertão” “vazio” aparece em diferentes

¹⁷⁸⁹ CHAVES, 198?, p. 119.

¹⁷⁹⁰ CHAVES, 198?, p. 119.

¹⁷⁹¹ CHAVES, 198?, p. 123.

¹⁷⁹² CHAVES, 198?, p. 124.

¹⁷⁹³ CHAVES, (198?, p. 105) indica que: “Os dicionários definem o sertão, de forma genérica, como lugar inculto e remoto, interior distante das cidades. Sertão do Nordeste, zona do interior, mais seca do que a caatinga, caracterizada pela abundância de bromeliáceas, xiquexique, cardeiro, etc. Sertão bruto, terra completamente desabitada. Sertão de gravatá, terras cobertas de gravatá. Sertão de pedra, zona que fica além do vale do Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, visto daí em diante ser terreno muito pedregoso.”

¹⁷⁹⁴ CHAVES, 198?, p. 105.

trechos da narrativa de sua narrativa e identificava onde percorreu, como os “sertões de Conceição do Araguaia”¹⁷⁹⁵ ou os “sertões do médio Araguaia”.¹⁷⁹⁶

Numa concepção e perspectiva utilitarista, a natureza aparece na narrativa de Chaves como “recurso” e “riqueza” a ser explorada, ainda que fosse um obstáculo a ser superado, como ao indicar o inconveniente do Rio Araguaia: “[...] no auge da enchente, transbordando pelos varjões, invadindo as terras baixas, alagando os campos, acuando em torrões isolados os animais silvestres, matando reses, que não foram tocadas para as terras firmes e enxutas.”¹⁷⁹⁷

Ademais, sua perspectiva sobre a necessidade de catequese e incorporação dos povos indígenas à “civilização” aparece ao longo da narrativa sem maiores problematizações sobre os métodos e as justificativas de tais ações, apesar de Chaves ter trabalhado para o SPI num posto indígena junto aos Javaés. Todavia, o autor não deixa de indicar que o espaço pertencia aos indígenas, mas que estava sendo “ocupado e povoado” por “uma legião de bravos colonizadores” em áreas como os “sertões de Conceição do Araguaia”.¹⁷⁹⁸ Segundo Chaves:

O sertão foi sendo ocupado e povoado.
Os caiapós eram os legítimos donos da terra.
A ocupação se processou com choque, não raro de consequências sangrentas correrias e os encontros se sucediam em meio à guerra e à paz.
Em alguns pontos o invasor comportou-se com ferocidade, perseguiu o índio, atacou-o, matou-o e expulsou-o. Em outros, o conquistador foi humano e amistoso, alcançando seu intento sem choques e conflitos, Para com estes, o caia pó se mostrou dócil e amigo. Quanto aos outros, transformou-se em implacável inimigo.¹⁷⁹⁹

Diferentes conflitos, mediações e alianças entre “sertanejos” e indígenas” também foram inseridas no trecho da narrativa no qual Chaves trata de elementos da história de Mato Verde.

Chaves, assim como Varjão e Luz Batista elaboraram suas respectivas narrativas com diferentes intencionalidades, dentro das quais alguns elementos de suas motivações são considerados nessa análise. Dessa maneira, após essa breve

¹⁷⁹⁵ CHAVES, 198?, p. 116.

¹⁷⁹⁶ CHAVES, 198?, p. 119.

¹⁷⁹⁷ CHAVES, 198?, p. 258.

¹⁷⁹⁸ CHAVES, 198?, p. 116.

¹⁷⁹⁹ CHAVES, 198?, p. 117.

apresentação, são problematizadas *práticas sociais e relações de poder* que perpassam *representações* sobre Lúcio da Luz, sua família e a apropriação de um espaço e sua natureza onde foi construído Mato Verde.

4.2. Outras narrativas sobre a história de Luciara baseada em *memórias* de moradores

É fundamental destacar que além das narrativas de Varjão, Luz Batista e Chaves, outros textos com pretensões de apresentar a “história de Luciara” foram baseadas em *memórias* de alguns de seus moradores. O IBGE apresenta em seu *site* informações sobre todos os municípios brasileiros e uma narrativa de sua “História”, de modo que, se tratando de Luciara, o instituto indica que o texto apresentado tem como base “informações” da Prefeitura Municipal em 2007, não mais disponíveis no seu *site* de Luciara, contendo a seguinte narrativa:

A partir do final da década de cinquenta, iniciou-se a movimentação regional em consequência de projetos colonizadores, que foram incrementados com investimentos e recursos do governo federal.

Neste período Lúcio Pereira da Luz, goiano, liderando alguns companheiros dispostos e com bom espírito de aventura, lançaram-se num batelão através do Rio Araguaia. Procuravam um ponto ideal para formação de um núcleo de povoamento.

Durante o período em que transcorreu a viagem passaram relativa abundância, devido à caça e pesca. Também ocupavam-se da cata de ovos de tartaruga, uma iguaria regional do Araguaia.

Por fim, após muita andança, arrancharam-se num lugar a que denominaram Mato Verde, que foi o primeiro nome da futura cidade de Luciara.

Neste ponto os colonizadores foram criando estrutura para estabelecimento de um povoado. Fizeram certo alarde do que o lugar oferecia. Muitas famílias ouviram, e estabeleceram-se em Mato Verde.

Com o passar dos tempos o núcleo firmou-se como povoação e Lúcio Pereira da Luz tornou-se o principal líder do lugar. As ações desenvolvidas pelos pioneiros foram tão importantes para Mato Verde que o povoado mudou de nome, passando a denominar-se Luciara, em homenagem ao goiano.¹⁸⁰⁰

É fundamental destacar primeiramente a notória ausência de indicações da presença indígena naquele espaço apropriado por Lúcio da Luz e outros

¹⁸⁰⁰ IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/luciara/historico>>. Acesso em: 17/09/2017.

“sertanejos” que marca o *silenciamento* em relação a outros agentes históricos que fazem parte da história daquela cidade. E apesar da ênfase em Lúcio da Luz, são notórios os equívocos quanto às condições de sua chegada em Mato Verde e à temporalidade, uma vez que esse e outros “sertanejos” chegaram antes dos “anos cinquenta” e a tal “movimentação” não teria origem em “projetos colonizadores”.

A categorização/*representação* indevida de Lúcio da Luz como “colonizador” se soma à de “pioneiro” que “funda” “povoados”,¹⁸⁰¹ pois apresenta a perspectiva de que seriam esses os primeiros agentes históricos a se “apropriar” do espaço e da natureza, negligenciando ação de povos indígenas presentes.

Contudo, Lúcio da Luz é identificado como “pioneiro”, “bandeirante”, “desbravador”, e “líder” em diferentes narrativas, dentre as quais, a de dois livros que abordam a história de municípios mato-grossenses. O primeiro foi escrito por Paulo Pitaluga Costa e Silva e por João Carlos Vicente Ferreira e publicado em 1994 com o título “Breve História de Mato Grosso e de seus municípios”¹⁸⁰² e o segundo, também de autoria de Vicente Ferreira, mas em parceria com José de Moura e Silva, lançado em 2008 com o nome “Cidades de Mato Grosso: Origem e Significado de seus nomes”¹⁸⁰³. Ambos os livros destacam a importância da navegação do Rio Araguaia¹⁸⁰⁴ e que o território de Luciara “[...] influência da navegação araguaiana, no entanto, sem ocupação expressiva”.¹⁸⁰⁵

Nas duas narrativas, o *ritmo temporal* de apropriação do espaço foi intensificado somente no século XX, sobretudo com os projetos de colonização públicos e privados e com o estímulo à instalação de empresas agropecuárias: “A

¹⁸⁰¹ Velho (1979, p. 150) conceitua essa *representação* como parte de uma “ideologia do pioneiro” e apresenta um trecho de entrevista de um dos homens ricos de Marabá que teria dito: “Os verdadeiros bandeirantes são os maranhenses. Fizemos tudo nessa terra, sem apoio. O pessoal do Sul, quando chega aqui, se encanta, porque pensava encontrava a mata virgem. Construíram a Transamazônica por dentro das fazendas, na maior facilidade, recebendo dinheiro por desmatamento e destocamento que não fizeram. Agora vem chegando esse pessoal do Sul para abrir negócios. Mas quem fez tudo aqui fomos nós. É claro que para o povo em geral as coisas vão melhorar, não vai haver só meia dúzia de ricos mandando aqui, o truste. Mas eu e outros como eu vamos ser prejudicados”. Esse trecho aponta para uma *luta de representações* entre diferentes agentes históricos sobre quem seria o “protagonista” da história de determinadas cidades.

¹⁸⁰² COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga e FERREIRA, João Carlos Vicente. **Breve História de Mato Grosso e de seus municípios**. Cuiabá, 1994.

¹⁸⁰³ MOURA E SILVA, José de e FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades de Mato Grosso: Origem e Significado de seus nomes**. Cuiabá: J.C.V. Ferreira, 2008.

¹⁸⁰⁴ COSTA E SILVA; FERREIRA, 1994, p. 143.

¹⁸⁰⁵ COSTA E SILVA; FERREIRA, 2008, p. 117.

partir da década de sessenta, iniciou-se certa movimentação regional em consequência de projetos com interesses colonizatórios do governo do Estado de Mato Grosso, que seria incrementada com recursos e investimentos da União”.¹⁸⁰⁶ Na obra de 2008, é possível observar argumentações sobre o “progresso” nos seguintes termos:

Somente a partir da metade deste século, quando o governo do estado de Mato Grosso incentivou a colonização através de concessões de terras a empresas que pretendessem loteá-las, é que a região nordeste mato-grossense, incluindo aí a futura Luciara, **acordou para o progresso prenunciado**.¹⁸⁰⁷

A ideia de que aquele espaço, descrito como integrante da “região nordeste mato-grossense”, estaria adormecido e que “acordou” para o “progresso prenunciado” remete à uma concepção de *aceleração do ritmo temporal* aproximada à outras do século XIX. Na obra de 1994, a ideia de que esse *ritmo temporal* seria mais “lento” também é utilizada em relação ao “desenvolvimento econômico e social”, de modo que os autores afirmam que:

Mato Verde teve comércio bastante ativo com o Estado de Goiás dado sua proximidade, para tanto bastando cruzar o Araguaia. O desenvolvimento econômico e social era **lento**, e a região sofreu grandes transformações com a chegada da BR 158, e com ela, **empreendimentos sólidos mudaram o rumo da história de Luciara**.¹⁸⁰⁸

Nas duas obras, a história de Luciara é narrada com a indicação de quem seriam os protagonistas das mudanças históricas e da *aceleração do ritmo temporal* da apropriação do espaço e da natureza entendido como “progresso” e “desenvolvimento econômico e social.

Assim como no texto apresentado pelo IBGE, a narrativa publicada em 2008 não menciona a presença de povos indígenas no espaço apropriado pelos “sertanejos” identificados como “pioneiros” de Mato Verde em meio à exaltação de Lúcio da Luz. Contudo, a outra narrativa de Costa e Silva; Ferreira indica que “[...] os primeiros exploradores da região chamavam os povos indígenas do lugar de “araés”, no entanto, o povo “Tapirapé” e “Karajá” ocupavam imemorialmente

¹⁸⁰⁶ COSTA E SILVA; FERREIRA, 1994, p. 143.

¹⁸⁰⁷ MOURA E SILVA; FERREIRA, 2008, p. 117. (Grifos meus).

¹⁸⁰⁸ COSTA E SILVA; FERREIRA, 1994, p. 144. (Grifos meus).

aquelas paragens”¹⁸⁰⁹, mas sem indicar de forma explícita sua atuação no *processo histórico*.

É possível perceber que a base das narrativas do *site* do IBGE e dos dois livros acima mencionados seria a perspectiva dos “sertanejos” sobre a suposta “origem” de Luciara e reproduzindo *representações* dos primeiros como “pioneiros”, “desbravadores” e “colonizadores”. Todavia, tais narrativas não mencionam seus autores como testemunhos como nas obras de Varjão, Luz Batista e Chaves, do mesmo modo que não apresentam seus testemunhos como ocorreu na obra “Araguaia – Leste/Oeste”¹⁸¹⁰ escrita pela professora Zelia dos Santos Diniz que declara ser “moradora de cidades do médio Araguaia” desde 1967 e que propõe narrar aquilo que conceituou como:

[...] patrimônio de tradições que veio sendo transmitido oralmente no decorrer de sua existência. Este patrimônio é milenar, considerando as raízes indígenas; ou secular, considerando-se a presença dos não índios. É o legado que os pioneiros transmitiram aos sucessores e que, lamentavelmente está desaparecendo, ou vem sendo substituído pelas novas aquisições tecnológicas.

Se considerarmos que a história é adiável, mas que o documento é urgentíssimo, faz-se necessário documentar o que for possível porque ainda se tem testemunhas vivenciais destas Barras Goiana e Cuiabana, destes povoados antigos, destas currutelas que desapareceram com a febre dos garimpos, desde a sua ocupação territorial e seus depoimentos, são os documentos que constituirão a história.¹⁸¹¹

Percebe-se que a autora faz uma confusão entre *história* e *memória*, tendo uma concepção bastante peculiar do que seria um documento histórico que não é foco dessa análise. Entretanto, chama a atenção o fato de Diniz afirmar que iria narrar “patrimônios de tradições” milenares dos povos indígenas, mas que não o faz e não apresenta nenhum relato de indígenas. Dessa forma, a obra apresenta narrativas sobre as cidades com distorções como no seguinte trecho sobre Luciara:

Com o nome inicial de Mato Verde, terra de muitas histórias e de grandes proezas, surgiu em 1971 Luciara, emancipada de Barra do Garças. Desde sua origem, Luciara teve economia agropastoril. Foi desbravada e colonizada por agropecuaristas migrados de Barreirinha, município de Conceição do

¹⁸⁰⁹ COSTA E SILVA; FERREIRA, 1994, p. 143.

¹⁸¹⁰ DINIZ, Zelia dos Santos. **Araguaia: Leste/Oeste**. Goiânia-GO; Kelps, 1999.

¹⁸¹¹ DINIZ, 1999, p. 08.

Araguaia/PA. A formação cultural do luciarense foi reflexo direto da cultura nortista.¹⁸¹²

O suposto “surgimento” de Luciara estaria ligado às proezas e à cultura nortista dos “desbravadores” e “colonizadores” vindos do Pará, de modo que Diniz¹⁸¹³ escolheu um único agente histórico para narrar a história, legitimando sua testemunha da seguinte maneira: “A história de Luciara, ou melhor, Mato Verde é contada por José Ranulfo Luz um dos pioneiros, historiador por natureza, sem cátedras nem livros publicados”.¹⁸¹⁴

Diniz insere ainda um trecho que pouco se refere à história de Luciara, mas que diz respeito à relação de seu testemunho com uma irmã, possivelmente Luz Batista, ao indicar que José Ranulfo Luz teria escrito a “um amigo” que:

*“... minha irmã esteve aqui e depenou meu álbum de fotos dizendo que ia escrever um livro e logo me mandaria um, e eu estou aqui quase um século que espero e nada de livro. Eu acho que sairá dia da São Nunca depois do almoço. Vou lhe fazer uns pequenos relatos do que eu presenciei em Mato Verde, desde minha infância até o dia que de lá sai”...*¹⁸¹⁵

E foi com esse trecho que se encerrou a narrativa de três parágrafos da autora sobre Luciara, sem maiores contribuições para aquilo que havia proposto: criar arquivos com relatos orais de “pioneiros”. A opção por apenas um testemunho não permitiu que Diniz aprofundasse nem alguns dos elementos relacionados à família Luz e sua trajetória que são abordados em outras narrativas, sobretudo de Luz Batista e Chaves.

4.3. A “origem” da família de Lúcio da Luz no “sertão”: a junção de uma “fazendeira abastada” e um filho de um “pioneiro” e uma Kayapó

Chaves, ao tratar sobre os conflitos com os Kayapó no “sertão” de Conceição do Araguaia, apresenta uma narrativa permeada de elementos míticos sobre a “origem” do que qualificou como um “mais ilustres troncos familiares”

¹⁸¹² DINIZ, 1999, p. 21

¹⁸¹² DINIZ, 1999, p. 21

¹⁸¹³ DINIZ, 1999, p. 21

¹⁸¹⁴ DINIZ, 1999, p. 21.

¹⁸¹⁵ DINIZ, 1999, p. 21.

formado por uma mulher da “abastada” família “da Luz” e por um filho de uma mulher Kayapó e um homem de uma família de “pioneiros”. Nas palavras do autor, a mulher Kayapó teria sido entregue aquela família:

De certa feita, na debandada de uma retirada, após sério combate, um grupo caiapó, dispersado e faminto, confiara ao acolhimento de uma família civilizada uma indiazinha doente.

A criança cresceu e se fez moça.

Um dia tentou regressar ao seio do seu povo. Fugiu. Seus protetores, entretanto, conseguiram recolhê-la novamente.

Um dos filhos daquela família pioneira acabou por se apaixonar pela jovem caiapó e com ela casou-se.

Vieram muitos filhos. Mas a eterna tristeza e constrangimento em que sempre viveu a desditosa caiapó, até a velhice, acabou por levá-la à morte¹⁸¹⁶.

É possível identificar que a mulher Kayapó não é nomeada e tampouco a família “civilizada” que teria a “acolhido” enquanto criança, supostamente a pedido de seu grupo familiar, sendo essa uma das características de narrativas míticas onde não existem os nomes do casal que fundaria todo um “povo” ou uma “gente”. Chaves indica que a Kayapó tentou voltar ao seu povo e nunca durante sua vida viveu feliz ao lado daquele “filho” que teria por ela se apaixonado, porém, não cogita a possibilidade de que tenha sido raptada e coagida a permanecer naquele grupo familiar, a se casar e manter relações sexuais que resultaram nos filhos do casal e na “eterna tristeza” daquela mulher. Sem maiores problematizações sobre essa “eterna tristeza” que marcou a existência daquela Kayapó, Chaves narra sua morte e afirma que:

A descendência, porém, daquele casal marca a origem de um dos mais ilustres troncos familiares da região.

Um dos filhos, que a tradição dos antigos me lembrou chamar-se Joaquim Santana da Cruz, casou-se com uma descendente da família Luz, que em vida se chamou Maria Santana da Luz.

Esta extraordinária figura de mulher que, do berço, por herança, como os inúmeros irmãos, possuía sólida fortuna, fazenda, gado e bens diversos, foi a *cellula mater* de uma geração de bravos.¹⁸¹⁷

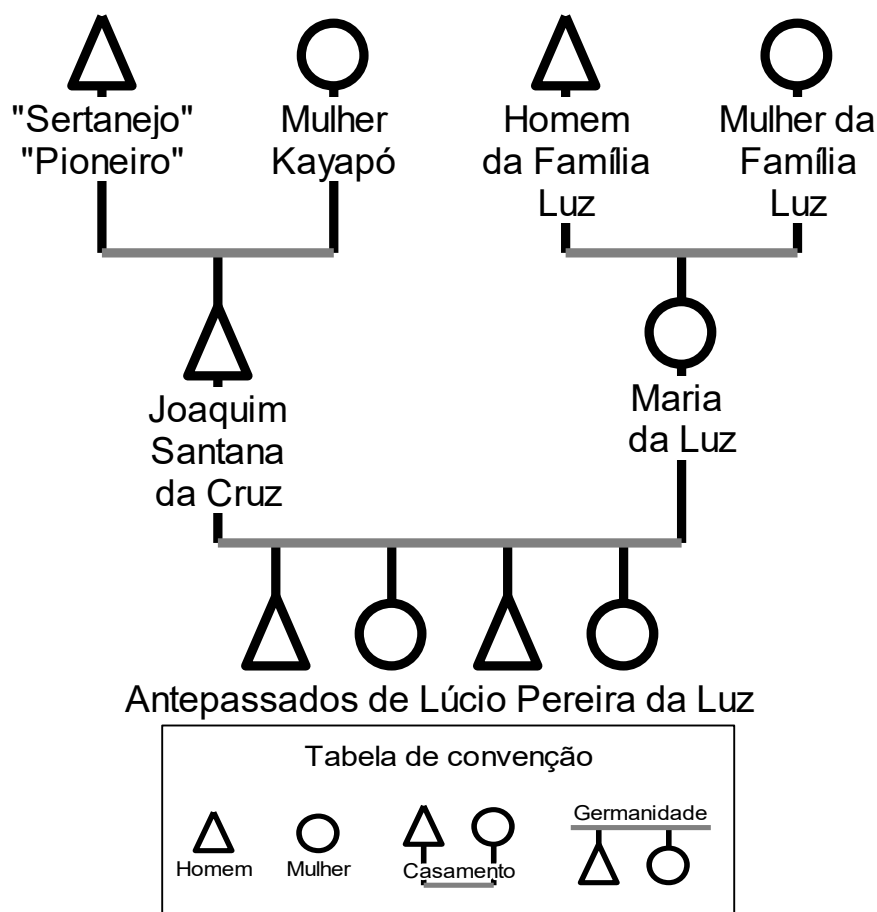
Trata-se de um possível mito de origem no qual o casamento possibilitou a união de Joaquim Santana da Cruz, “filho legítimo da índia

¹⁸¹⁶ CHAVES, 198?, p. 117.

¹⁸¹⁷ CHAVES, 198?, p. 117. (Grifo meu).

caiapó”¹⁸¹⁸ e Maria da Luz, “rica herdeira e proprietária da famosa e legendaria fazenda “São José””¹⁸¹⁹ e que “como mandava a tradição, passou, com o casamento, a chamar-se Maria Santana da Luz”.¹⁸²⁰ Essa “origem” dos antepassados de Lúcio da Luz pode ser visualizada na figura abaixo:

Figura 21 - Ilustração da “origem” do tronco familiar Santana da Luz



Fonte: Informações na obra de Chaves (198?, p. 118).¹⁸²¹

Chaves afirma ainda que foi na Fazenda São José onde “[...] o casal se estabeleceu, e de lá teve início a grande geração dos Santana da Luz, que marcou a era do maior progresso até então experimentado em toda a região.”¹⁸²²

¹⁸¹⁸ CHAVES, 198?, p. 118.

¹⁸¹⁹ CHAVES, 198?, p. 118.

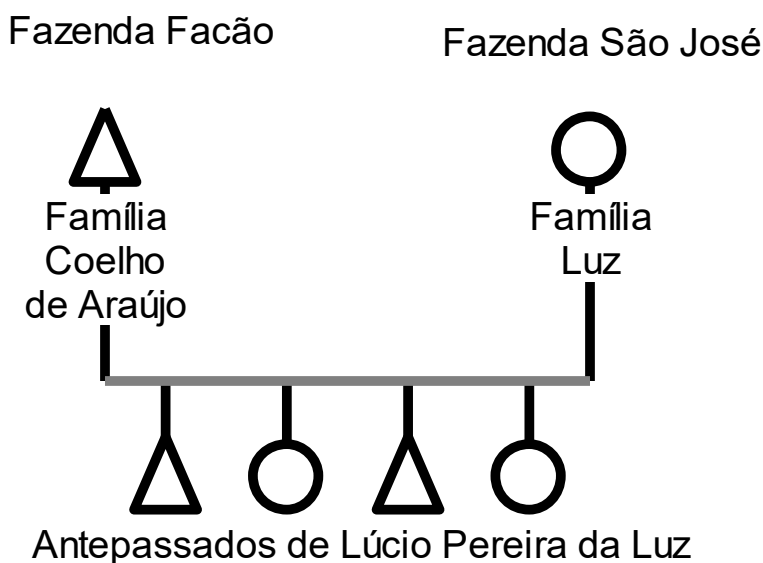
¹⁸²⁰ CHAVES, 198?, p. 118.

¹⁸²¹ Essa figura foi construída a partir de esquema inserido no programa GenoPro pela autora da tese.

¹⁸²² CHAVES, 198?, p. 118.

Além dessa “origem”, Chaves aponta para uniões matrimoniais entre herdeiros e/ou proprietários de fazendas, citando a união entre entes da família “proprietária”¹⁸²³ da Fazenda São José e da família de Clemente Coelho de Araújo, da Fazenda Facão que pode ser observada na figura a seguir:

Figura 22 - Ilustração da união matrimonial entre famílias e “fazendas”



Fonte: Informações na obra de Chaves (198?).¹⁸²⁴

A partir desses casamentos, ambas as famílias reforçavam o poder político e econômico de sua linhagem, cujos descendentes teriam ampliado o domínio espacial pela apropriação de outras áreas através de uma dinâmica identificada como “formação de povoados” nas margens do Rio Araguaia. Apesar de serem descendentes de famílias de fazendeiros abastados, alguns não possuíam rebanho e nem lugar para desenvolver a sua criação, de modo que a expansão em busca de “pastagens” dinamizou o avanço em outras áreas.

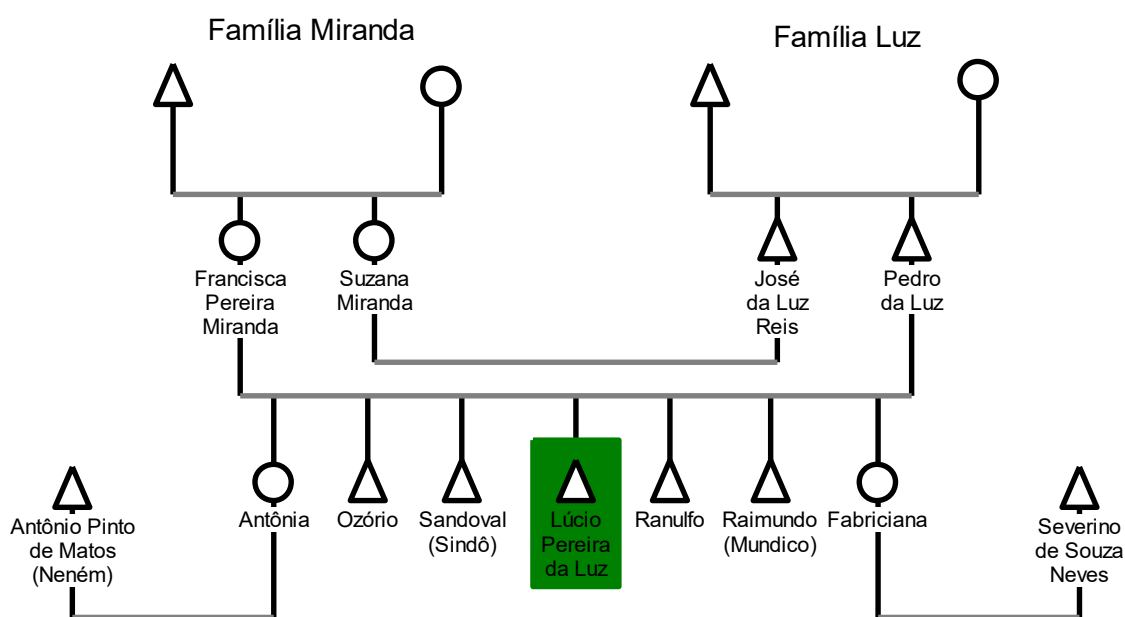
Lúcio Pereira da Luz (1894-1970) nasceu em Barreira de Santana, no Pará, filho de José da Luz Reis e Francisca Pereira de Miranda, ambos oriundos do estado do Maranhão, e que, segundo Luz Batista, possuíam pequenas lavouras e

¹⁸²³ Ressalta-se que existe a possibilidade de que tais fazendas tenham sido apropriadas como posse, cujo domínio possivelmente se dava pelo direito costumeiro e coerção, sem o título de propriedade, uma vez que se trata de terras da União.

¹⁸²⁴ Essa figura foi construída a partir de esquema inserido no programa GenoPro pela autora da tese.

eram criadores de gado bovino¹⁸²⁵. Chaves indica que o casamento dos seus pais seria mais uma união entre famílias proprietárias de fazendas e de “colonizadores” do “sertão”, pois a mãe, cujo nome de batismo é Francisca Miranda, era irmã de Suzana Miranda, apresentada como “descendente do clã dos Mirandas do Maranhão”¹⁸²⁶ e como a “[...] última representante viva de uma legião de bravos colonizadores dos sertões de Conceição do Araguaia”¹⁸²⁷. Essa tia de Lúcio da Luz se casou com Pedro da Luz “[...] irmão de Maria Santana da Luz, como ela também detentor de uma das grandes fortunas da época, na região, chamado Pedro da Luz, foi o primeiro marido de tia Suzana”, de modo que, segundo Chaves, daquele matrimônio “nasceu a bela e portentosa fazenda Pedra Branca.”¹⁸²⁸ A partir desses apontamentos, é possível indicar os pais de Lúcio da Luz, alguns de seus tios, além de suas irmãs e irmãos, como pode ser visualizado na genealogia abaixo:

Figura 23 - Ilustração da Genealogia de Lúcio da Luz



Fonte: Informações em Chaves (198?) e Luz Batista (2003, p. 39).¹⁸²⁹

¹⁸²⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 17.

¹⁸²⁶ CHAVES, 198?, p. 117.

¹⁸²⁷ CHAVES, 198?, p. 116.

¹⁸²⁸ CHAVES, (198?, p. 116), indica que a tia de nome Suzana, que conheceu em Barreira do Santana, que seria “[...] a última representante viva de uma legião de bravos colonizadores dos sertões de Conceição do Araguaia”.

¹⁸²⁹ Essa figura foi construída a partir de esquema inserido no programa GenoPro pela autora da tese.

Assim sendo, a união entre a família Miranda e a família da Luz se deu ao menos duas vezes, a sua tia por parte de mãe, Suzana Miranda, se casou com o seu tio por parte de pai, Pedro da Luz, de modo que dois irmãos da família Luz se casaram com duas irmãs da família Miranda. Segundo Chaves:

José era irmão da já conhecida Maria Santana da Luz. Casou-se com Francisca Miranda, irmã da veneranda tia Suzana. Deste casamento vieram os filhos: Antônia, primeira esposa de Antônio Pinto de Matos, seu Nenem; Lúcio, o grande sertanista e bandeirante, fundador de Mato Verde, atual Luciara; Osório; Ranulfo; Fabriciana, primeira esposa de Severiano Neves, o fundador de São Félix do Araguaia; Raimundo, chamado Mundico pelos seus íntimos.¹⁸³⁰

Lúcio da Luz é um dos descendente da família Santana da Luz e estava imerso nessa dinâmica de busca do que denominavam ser “novas pastagens” e a “formação de povoados”.

4.4. A “fundação de povoados” por membros da família de Lúcio da Luz e a mudança do espaço de *zona de contato* para *fronteira*

Nessa dinâmica familiar, é possível que tanto Francisca quanto José não terem sido detentores de tantas terras ou gado em Conceição do Araguaia, uma vez que as irmãs de ambos, Suzana Miranda e Maria Santana da Luz, foram citadas por Chaves como as herdeiras das fazendas de ambos os “clãs”, de modo que o casal vivesse numa condição menos abastada, como indicado por Luz Batista.¹⁸³¹

A narrativa de Chaves indica que o pai de Lúcio, José da Luz, juntamente “[...] com Inocência Costa, foram os fundadores de Barreira de Santana. Vale ressaltar que só muito depois de estar formado o povoado, os missionários dominicanos lá aportaram para instalar a paróquia, fato que tem confundido os estudiosos, julgando terem sido estes os fundadores legítimos.”¹⁸³² Por sua vez, Luz Batista¹⁸³³ afirma que seus antepassados tinham vindo do estado de Goiás,

¹⁸³⁰ CHAVES, 198?, p. 122.

¹⁸³¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 17.

¹⁸³² CHAVES, 198?, p. 122.

¹⁸³³ LUZ BATISTA, 2003, p. 38. Apesar das narrativas de Adauta Luz Batista serem focadas na defesa da memória do pai e da família, é fundamental considerar que a autora desenvolveu um trabalho de pesquisa sobre sua família de forma significativa ao longo da vida, e seus escritos estão permeados de elementos sobre a trajetória de seu pai que são fundamentais para a análise.

atravessando o Rio Araguaia, se instalando na sua margem esquerda, num “povoado” chamado Barreira de Santana, que havia sido fundada em 1893 próximo ao município de Conceição do Araguaia, no Pará:

De acordo com informação dada por meu tio Sandoval Sena Luz (tio Sindô), a família Luz a qual ele pertencia, deixaram o estado do Maranhão e se instalaram num lugar as margens do Rio Tocantins no lado de Goiás - hoje Estado do TO, e formaram um grande povoado que recebeu o nome de Inhumas. Porém, por ocasião das revoltas políticas surgidas entre os Pernas, os maquinistas, Padre João da Boa Visto e José Dias Abílio, o povo resolveu enfrentar as terras virgens do Pará no ano de 1893.¹⁸³⁴

Barreira de Santana, foi descrito por Luz Batista como “[...] um aglomerado de famílias que procuravam atravessar o Araguaia insinuadas pelas pregações do Padre Cícero do Juazeiro e fugindo das rivalidades entre famílias”.¹⁸³⁵

Era voz corrente entre a ingenuidade do povo, que quem não atravessasse o rio Araguaia não atravessaria mais. Diziam: - As guerras derramariam tanto sangue, que o rio Araguaia ia ficar vermelho e as águas ferveriam. Criança, ainda em Barreira de Santana, a gente ouvia estas estórias que os mais velhos estavam sempre comentando.¹⁸³⁶

Apesar de que relatos orais como o de Sandoval da Luz possuírem intencionalidades por vezes inacessíveis e terem como base *memórias* - que são seletivas, fragmentadas e marcadas por *silenciamentos* -, é a partir dele que a narrativa de Luz Batista apresenta um indicativo da trajetória de sua família que provavelmente veio do Nordeste em busca de terras para morar, plantar e criar gado, atravessando espaços do Maranhão, Goiás e Pará, e que teria alcançado aquele local nas margens do Rio Araguaia denominado Barreira do Santana. A indicação das motivações desses deslocamentos ligados à “profecia de Padre Cícero” pode ser encontrada em outros relatos e foi analisada por Martins que afirma:

Pude observar diretamente que as migrações espontâneas do Nordeste para a Amazônia, para um número muito grande de pessoas, estão motivadas por concepções milenaristas¹⁸³⁷. Em diferentes pontos de uma extensão de cerca de oitocentos

¹⁸³⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 39.

¹⁸³⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 39.

¹⁸³⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 45.

¹⁸³⁷ Martins (1996, p. 54) reitera que se trata de “[...] milenarismo medieval e europeu, como é próprio da maioria dos casos de milenarismo no Brasil”, contudo considera que agrega elementos oriundos das relações de poder peculiares ao país.

quilômetros ao longo do rio Araguaia encontrei diversos grupos de camponeses que chegaram à região inspirados pelas profecias do Padre Cícero sobre a existência de um lugar mítico depois da travessia do grande rio. E tive notícia de um grupo desgarrado, empenhado na mesma busca, que se estabelecera à beira do rio Tocantins. Esse lugar mítico é reconhecido como o lugar das Bandeiras Verdes, que ninguém sabe dizer exatamente o que é nem onde é. Mas, seria reconhecido quando fosse encontrado, por ser um lugar de refrigério, de águas abundantes, de terras livres, em contraste com o nordeste árido e latifundista.¹⁸³⁸

Esses deslocamentos como estratégia de fuga da violência praticada por detentores de poder político e econômico, conhecidos como “coronéis”, e incitados pela “promessa” de boas terras, abundantes de água e sem violência, ficaram conhecidos como parte da Bandeira Verde, que de acordo com Martins:

Os que procuram as Bandeiras Verdes andam em grupos. Geralmente são grupos de parentes e vizinhos no local de origem. Sua trajetória dos pontos de origem no Nordeste aos lugares em que se estabeleceram varia de seiscentos a oitocentos quilômetros. O deslocamento é lento, em vários casos tomando dos peregrinos muitos anos, com paradas demoradas ao longo do trajeto. O fenômeno vem ocorrendo há uns quarenta anos aproximadamente e se tornou muito intenso nos anos 70. É extremamente significativo que os peregrinos se desloquem na direção Leste-Oeste, que é a mesma direção do deslocamento da fronteira e do movimento de efetiva ocupação do território.¹⁸³⁹

Segundo Luz Batista, sua família fez parte desses deslocamentos que buscavam a direção ao Rio Araguaia, e:

[...] cada vez mais chegando gente, montados a cavalo, a pé, outros a remo, era grande a ânsia de se atravessar o Araguaia. Eles diziam que o Padre Cícero Romão, de Juazeiro, no Ceará, em suas profecias, recomendava ao povo que procurassem as Bandeiras Verdes do Pará e Mato Grosso, ambientes ainda selvagens contando com a ferocidade de tribos que ali habitavam.¹⁸⁴⁰

Nessa parte da narrativa é possível destacar que a perspectiva de que esses “sertanejos” estariam diante de “ambientes ainda selvagens” e da “ferocidade das “tribos que ali habitavam” indicando se tratar do espaço, da natureza e dos povos indígenas ali presentes. Mesmo diante da possibilidade de enfrentar

¹⁸³⁸ MARTINS, 1996, P. 53-54.

¹⁸³⁹ MARTINS, 1996, p. 54.

¹⁸⁴⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 45.

dificuldades, famílias de “sertanejos” avançavam sobre o espaço situado nas margens do Rio Araguaia, como pode ser observado no indicativo do salesiano de que na sede da missão de que em 1941 haveria 6 famílias com 20 pessoas e que “[...] contamos com mais de 30 famílias que já se encontram em movimento para o patrimônio de São Domingos, perfazendo um total de mais de 200 pessoas e que trarão consigo cerca de 2.000 cabeças de gado”.¹⁸⁴¹

O mesmo padre aponta ainda que haveria “[...] vantagens de posse da terra cedida pelo Estado de Mato Grosso a isenção de impostos por 10 anos tem muita influência para a concorrência do povo que se fixará na região.”¹⁸⁴² Seria, portanto, outra possível motivação para esses deslocamentos às margens mato-grossenses do Rio Araguaia, pois a gestão sobre as terras estava sob domínio dos estados desde a Constituição de 1892, de modo que havia possibilidades de ocupar terras “cedidas”. De acordo com Moreno:

[...] para atender à política de povoamento do governo federal, o Estado incentivou a migração com concessões gratuitas de terras, ensejando a formação de núcleos de povoamento, com a ocupação espontânea das áreas reservadas a futuras povoações. Estas concessões, no entanto, não chegaram a 1% do total das terras alienadas entre 1822 e 1929 somando pouco mais de 4.800 hectares de terras.¹⁸⁴³

Nessa dinâmica, a família Luz alcançou as margens do Rio Araguaia em território paraense, e juntamente os Costa, Coelho, Dias, Almeida, Braga, Souza e Neres, teriam sido as primeiras “[...] a povoar o núcleo de brancos instalados ao sul do Pará, onde os caucheiros acharam apoio”, de acordo com Luz Batista¹⁸⁴⁴. A partir dos relatos do “tio Sindô”, a mesma autora, afirma que “Barreira de Santana teve seus campos povoados pelos nossos parentes”, e foi nesse movimento e ali que “Francisco da Luz Reis, casado com Francisca Rodrigues Coelho” tiveram doze filhos, dentre eles, José da Luz, pai de Lúcio da Luz.¹⁸⁴⁵

¹⁸⁴¹ Relatório de 1941, escrito em 1942 do padre Chovelon a Getúlio Vargas. In: CHOVOLON, FERNANDES; SBARDELLOTTO (1996, p. 37).

¹⁸⁴² Relatório de 1941, escrito em 1942 do padre Chovelon a Getúlio Vargas. In: CHOVOLON, FERNANDES; SBARDELLOTTO (1996, p. 37).

¹⁸⁴³ MORENO, Gislaine. **Terra e poder em Mato Grosso**: política e mecanismos de Burla. (1892-1992). Cuiabá/MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007, p. 26.

¹⁸⁴⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 39.

¹⁸⁴⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 45-46. Ressalta-se que mesmo no trecho em que narra a trajetória da família, a autora afirma: “Escrevi tudo isso para servir de roteiro àqueles que sempre por um ou

Chaves indica que Barreira do Santana teria sido fundada por Inocêncio Costa e José da Luz, sendo esse último o pai de Lúcio da Luz, contudo, Luz Batista afirma que aquele espaço teria sido apropriado pelos avós, indicando que “[...] em 1893, era fundada a cidade Marco Vivo do Pioneirismo dos familiares de Francisco da Luz Reis e Inocêncio Pereira Costa”¹⁸⁴⁶, após narrar uma viagem que realizou junto com irmãos¹⁸⁴⁷ até Barreira do Santana.

A busca por pastagens para o gado bovino era um dos principais motivos dos deslocamentos e “formações de outros povoados”, somados a outros, como o fim de outra atividade econômica, como o extrativismo da borracha, como indica Ianni¹⁸⁴⁸ e que resultou numa “transição para outros extrativismos e a agropecuária”¹⁸⁴⁹. Na narrativa de Luz Batista, é possível identificar essas mudanças, pois a ocupação de alguns membros da família da Luz estaria ligada à extração da borracha. O fim dessa atividade por seus familiares de gerações anteriores teria ocorrido com a “queda do ouro branco” e a instalação em Barreira de Santana, onde “[...] esqueceram os matos das borrachas foram enfrentar outras atividades e cuidar das criações e educação dos filhos”¹⁸⁵⁰ e passaram a se dedicar mais intensamente à criação de gado bovino.

Por meio dessas narrativas não é possível situar de maneira efetiva como a família da Luz veio a se apropriar de terras, criar gado e ter a posse da Fazenda São Pedro, herdada por uma das filhas, Maria Santana da Luz, tia de Lúcio da Luz. Trata-se dos limites da *memória* pelo esquecimento, *silenciamento* ou recortes por seleção do que é relatado e transcrito em narrativas como a de Luz Batista. Contudo, para além de um maior detalhamento da trajetória da família da Luz, é possível indicar que a mesma conseguiu se fixar primeiramente em Conceição do Araguaia e Barreira do Santana sitiadas nas margens do Rio Araguaia, onde passaram a ter domínio de áreas e criar gado, ainda que cientes que

outro motivo, buscam pesquisar a nossa vida tentando desviar a história de sua verdadeira identidade”. (LUZ BATISTA, 2003, p. 45).

¹⁸⁴⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 164.

¹⁸⁴⁷ José Augusto, Daily, Dorly e Dalila.

¹⁸⁴⁸ IANNI (1979, p. 57), aponta que: “Em 1910, a borracha amazônica representava um pouco mais de 88 por cento do total da produção mundial. Apenas quatro anos depois, em 1914, ela estava reduzida a cerca de 43 por cento do total mundial. A borracha nativa da região Amazônica cedia o seu lugar à borracha cultivada na Malásia e no Ceilão”.

¹⁸⁴⁹ IANNI, 1979, p. 61.

¹⁸⁵⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 41.

aquele espaço era composto por territórios e com constante presença indígena, sobretudo dos Kayapó.

A partir das narrativas de Chaves e Luz Batista é possível perceber que membros da família da Luz foram apontados como “pioneiros” e “fundadores” tanto de Conceição do Araguaia quanto de Barreira do Santana em meio a movimentos de deslocamentos em direção ao Rio Araguaia em busca da Bandeira Verde. Porém, ao se estabelecer naqueles lugares, alguns membros da família teriam encontrado limitações de terras e de águas para o seu gado e foram se fixando em outros espaços. Segundo Chaves:

Barreirinha, onde morava Lúcio da Luz, Barreira de Pedra, Barreira de Campo, já tinham seus campos repletos de gado de diversos criadores. Por maior que fosse a paz e entendimento em que viviam todos os vizinhos, já se tornava difícil criar gado à solta, no descampado, pois em se tratando de terras devolutas não se aventuravam os criadores a delimitar, com grandes aramados ou cercas, extensas áreas que só a cada um fosse possível fechar em grandes pastos os seus rebanhos.¹⁸⁵¹

Esse apontamento de Chaves pode contribuir para o entendimento de que a criação de gado realizada por “sertanejos” como os membros da família Luz avançou sobre áreas distintas que por vezes eram denominadas de “campos” ou de “gerais”, o que indica se tratarem de terras devolutas pertencentes à União, mas que eram apropriadas por meio da posse do espaço e uso da sua natureza.

Nesses locais, diversos membros da família Luz teriam rebanhos, pois de acordo com Chaves:

Antes, Lúcio da Luz, seu irmão Mundico Luz, Severiano Neves, Bento de Abreu, Ateneu Luz, sua mãe D. Inês de Abreu e suas irmãs, Joaquim Rosário, Pedro Abel e outros tantos bravos sertanejos, moravam e criavam gado em Barreirinha, Barreira de Campos e Barreira de Santana, no Estado do Pará. Mas toda aquela área se foi tomando pequena para a quantidade de reses. Além dos campos, o cerradão alto era desaconselhável para a pecuária, dependente de pequenos capitais. Seria necessário derrubar o mato, fazer pastagens e construir cercados de arame farpado. Isto representaria um alto custo para o qual nenhum criador da região tinha condições.¹⁸⁵²

¹⁸⁵¹ CHAVES, 198?, p. 374.

¹⁸⁵² CHAVES, 198?, p. 276.

Apesar da família ter se apropriado de diferentes espaços, os “campos” estavam cheios de gado e havia necessidade de buscar outros espaços, terras, águas e pastagens para os rebanhos, pois apesar da abundância de animais, seus criadores não possuíam recursos financeiros para arcar com a construção de cercas com arame farpado e/ou não consideravam oportuna a despesa em terras da União. A partir dessa necessidade, Lúcio da Luz buscou outro espaço, estando alinhado a um movimento no qual seria o gado que conduzia¹⁸⁵³ seus criadores e familiares em direção aos locais por eles denominados de “povoados”.

Seria nessa dinâmica que Lúcio da Luz e seu rebanho teriam saído de Barreira do Santana e se estabelecido em Barreirinha, situado nas margens do Rui Araguaia no território do Pará. Segundo Luz Batista:

Barreirinha com sua meia dúzia de casas de palhas arrepiadas pelo vento, ficava ali silenciosa com seus moradores pensando no que viria depois.

Meu pai pôs a bênção em todos nós, montou sua mula de estimação, sumiu na poeira dos campos.

Talvez despediu-se para sempre dos últimos dias de felicidade que desfrutou como pioneiro, idealizador, numa época que tudo por essas bandas era **gerais**, entre um povo unido e sem maldade em sua simplicidade de vida e que se amavam.¹⁸⁵⁴

O termo “gerais” indica que Barreirinha era parte de um amplo espaço constituído por terras devolutas onde Lúcio da Luz pode criar gado até o momento que decidiu procurar outros pastos. De acordo com Chaves:

Lúcio da Luz, com seu espírito rústico e empreendedor, na época o maior criador da região, levantou ideia de partir em busca de novas paragens no Mato Grosso. Aliciando vários amigos, também criadores, seu irmão Mundico Luz, Bento de Abreu, Ateneu Luz, Pedro Abel, Joaquim Rosário e alguns outros, entre os quais se incorporou Severiano Neves, migraram com seus recursos, suas famílias, vaqueiros, agregados e peões, vindo desbravar, fundar vários núcleos de fazendas, engenhos, roças e o povoado de Mato Verde.¹⁸⁵⁵

¹⁸⁵³ Conforme observado por Henri Coudreau em suas viagens pelo Rio Araguaia e indicado por Ianni (1979).

¹⁸⁵⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 31. (Grifo meu).

¹⁸⁵⁵ CHAVES, 198?, p. 374.

Apesar da idealização contida nesse trecho, a narrativa de Chaves indica alguns dos nomes de outros “sertanejos” que figuram em outras narrativas sobre Mato Verde e Luciara, bem como de São Félix do Araguaia.

Luz Batista, apresenta uma narrativa sobre a saída de Lúcio da Luz de Barreirinha, na qual indica que tal “localidade” era pertencente ao município Conceição do Araguaia de onde teriam vindo policiais “cobrar os impostos pela saída do gado do Pará para Mato Grosso”, portando uma “piripipi”, “espécie de metralhadora da época”¹⁸⁵⁶. Naquela ocasião, segundo Luz Batista, seu pai teria ido “destemidamente” encontrar os policiais, convidando-os para entrar e tomar café, e recebeu uma carta que “certamente era apreensão do seu gado”. O detalhamento da descrição realizada por Luz Batista sobre essa situação tem relação com as acusações que Lúcio da Luz teria recebido de ter um foragido da polícia do Pará, de modo que a autora indica textualmente como teriam sido uma fala do pai direcionada aos policiais nos seguintes termos:

- Não, eu não vou pagar os impostos pela saída do gado. Muitos anos estou pedindo professor para meus filhos e os filhos de meus vaqueiros. Não me dão nenhuma assistência e ainda se julgam com o direito de me cobrarem impostos.

Aqui não vem um funcionário de Conceição do Araguaia a não ser os fiscais cobrar impostos, por isso estou decidido, vou para os ermos de Mato Grosso. Vou viver no meio dos índios, vou comer casca de pau, mas não vou aceitar tanta exploração deste canalha da Conceição do Araguaia.¹⁸⁵⁷

Do mesmo modo, Luz Batista insere uma suposta fala de um fiscal afirmando que tinham ordens de prender o gado e levar Lúcio da Luz para “arrumar-se” com as autoridades de Conceição do Araguaia. Depois dessa ameaça, Lúcio da Luz teria pedido para que Adauta Luz Batista, na ocasião ainda criança, abrisse a porteira para a boiada sair. Ao escrever a narrativa, a autora pondera que a atitude do pai teria sido para evitar “uma agressão por parte da polícia”, já que ela era uma criança e não “representava ameaça”.¹⁸⁵⁸ Sua condição de “testemunha ocular” daria legitimidade à autora para narrar a “verdadeira história” sobre a saída de Lúcio da Luz e seu rebanho de Barreirinha. Porém, é preciso considerar que, apesar do

¹⁸⁵⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 30.

¹⁸⁵⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. 30.

¹⁸⁵⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 30.

detalhamento dos diálogos, Luz Batista não ouviu o final da conversa entre o pai e os policiais, pois se afastou para abrir a porteira, deixando assim uma lacuna sobre a qual reside o mistério pelo qual aquelas autoridades deixaram Lúcio da Luz ir embora sem pagar seus impostos ou ainda sobre o fato do mesmo ser considerado, a partir daquele momento, um foragido da polícia.

Apesar das limitações da *memória* e da intencionalidade do relato trazido por Luz Batista, esse trecho de sua narrativa aponta para Lúcio da Luz como dono de um rebanho de gado bovino considerável para gerar uma movimentação dessa natureza por parte da polícia do Pará. Além de outros familiares serem criadores de gado, Lúcio da Luz teria conseguido ampliar de modo significativo seu rebanho graças aos recursos obtidos como garimpeiro¹⁸⁵⁹ no Alto Garças, na “cata dos famosos diamantes, uma espécie de febre da década de vinte”.¹⁸⁶⁰ Essa situação pode ser localizada temporalmente, pois, ao fazer uma “biografia” da irmã, Benedita Pereira Costa, Luz Batista afirma que a filha primogênita de Lúcio da Luz nasceu em 1 de novembro de 1922 nos “garimpos de diamante do Alto Garças”¹⁸⁶¹ e que em 1934 chegou em Mato Verde junto com o pai. Logo, entre as décadas de 1920 e 1930, Lúcio da Luz acumulou gado, provavelmente adquirido com capital oriundo do garimpo.

Outro elemento fundamental ao analisar a narrativa de Luz Batista sobre a saída de Lúcio da Luz e sua família de Barreirinha, é a presença de “vaqueiros” armados responsáveis pela segurança do grupo que foi justificada por Luz Batista pelas situações de violência enfrentadas:

Cada vaqueiro tinha o sua Winchester de papo amarelo calibre 44 atravessada na lua da sela. Além dela, só mesmo a complacência de Deus podia evitar as inúmeras tragédias reservadas aos aventureiros, confiantes nas bênçãos do Padre Cícero Romão do juazeiro, segundo as crenças dos nossos antepassados; seguindo suas profecias muitos nordestinos vinham em busca das bandeiras verde do Pará e Mato Grosso.¹⁸⁶²

¹⁸⁵⁹ Luz Batista (2003, p. 27) indica que: “Nos idos de 1921, meu pai em companhia do cunhado Severiano de Sousa Neves, seu primo Daniel Teixeira Luz, seus amigos Joaquim Fernandes Sousa, José Benedito, passaram subindo o Rio Araguaia em direção aos garimpas do Alto Garças em embarcação a remo”.

¹⁸⁶⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 17.

¹⁸⁶¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 135.

¹⁸⁶² LUZ BATISTA, 2003, p. 29.

Desse modo, a posse de armas dos vaqueiros durante a saída de Barreirinha foi narrada como ainda ligada ao movimento da Bandeira Verde e que seguia com aquele deslocamento no qual Lúcio da Luz seria o protagonista, juntamente com os vaqueiros e o gado assim destacados:

Pedro Abel, Pedro Pereira Nonato, José Ateneu Luz, acompanharam o gado na sua trajetória tendo o Manduquinha à frente da boiada, tocando o seu berrante naquela despedida agonizante de vacas paridas berrando à procura dos bezerros misturados.

Os touros tucuras, curraleiros e sangue puro, vão a frente urrando e cavando a terra, arrancando arvoredos com as suas pontas finas, desafiando os obstáculos de uma mudança, que o instinto lhes transmitia como um protesto ou um desafio talvez.¹⁸⁶³

Gado e gente são descritos de forma semelhante, pois seriam os principais “personagens” envolvidos naquela situação, sugerindo oportuna a observação de Henri Coudreau de que o “[...] gado busca campos e o fazendeiro segue o gado”.¹⁸⁶⁴ Dentro dessa lógica, Lúcio da Luz escolheu o espaço onde seria Mato Verde de acordo com características naturais como vegetação, relevo e regimes fluviais e buscou outras áreas para construir “retiros” em meio à áreas com “pastagens naturais”. Segundo Luz Batista, o seu pai teria visto um local seco em meio a um “cenário assustador” formado pelas “águas soberbas do Rio Araguaia” que “ultrapassavam as margens, cobriam as praias, arrastando na corredeira galhos, troncos de árvores de mureré” e ali teria “fundado” Mato Verde.¹⁸⁶⁵

Luz Batista afirma que o primeiro contato de Lúcio da Luz com aquele espaço teria ocorrido numa viagem aos garimpos do Alto Garças quando ali “três verdes piranheiras serviam de rancharia” e um grupo de Karajá “[...] que moravam numa grande praia que era a aldeia de Kré-hãwan, se aproximaram dos viajantes e pediram farinha, fumo, rapadura”¹⁸⁶⁶, sendo-lhes servido um pouco de cada coisa. Na volta, em 1923, “[...] ali naquela faixa de terra ele viu chão enxuto para fazerem a refeição depois de muitos dias viajando debaixo de chuva atormentado de pernilongos e não encontrando terreno firme para pousar”¹⁸⁶⁷. Lúcio da Luz teria

¹⁸⁶³ LUZ BATISTA, 2003, p. 31.

¹⁸⁶⁴ Frase de Henri Coudreau (1897, p. 150), citada por Ianni (1979).

¹⁸⁶⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 27.

¹⁸⁶⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 27.

¹⁸⁶⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. 27.

encontrado terra firme e “[...] uma lagoa muito bonita, a natureza com sua generosidade continha ali revoadas de marrecos e patos selvagens”¹⁸⁶⁸. Assim,

Guardou aquele pedaço de chão na memória, só muitos anos depois, atormentado pelas enchentes que castigavam a cada ano os rebanhos bovinos, a falta de pastagem, fez com que ele resolvesse enfrentar os sertões de Mato Grosso, escolhendo exatamente aquele ponto às margens do rio Araguaia bem, em frente a Ilha do Bananal.

O cenário, os pássaros, os animais, o céu com seu manto de estrelas era o mesmo de Barreirinha.

Os varjões verdejantes contados por longos buritizais onde as aves chocavam seus ovos ...¹⁸⁶⁹

Essa narrativa da filha de Lúcio da Luz indica motivações do pai na escolha do lugar onde seria construído Mato Verde que variam entre perceptivas da natureza como um “cenário” repleto de maravilhas e o espaço como apropriado para a construção de uma aglomeração humana situada em “terra firme” nas proximidades de áreas de “pastagens naturais” para o gado.

A partir dessa escolha, Lúcio da Luz teria convencido familiares e vaqueiros a se apropriarem daquele espaço e, de acordo com Luz Batista:

Liderados por Lúcio, todos aqueles seus amigos acordaram mudar-se para novas terras e campos onde encontrassem grandes extensões de pradarias, pastagens naturais, rios, matas, terras firmes inacessíveis às grandes cheias.

E assim descortinaram a região do Mato Verde. Por muitos dias, em caravana desbravadora, a cavalo, desvendaram o desconhecido, depois de cruzar o Tapirapé. Alcançaram as terras da margem direita de um afluente, a que chamaram Xavantinho. Percorreram umas duas centenas de léguas vadeando córregos e nascentes. Atravessaram cerradões e transpuseram morros. Descambaram para a margem esquerda do Araguaia, onde acamparam. No local ergueram os primeiros barracos, onde é hoje a cidade de Luciara, designação que substituiu a do antigo Mato Verde.¹⁸⁷⁰

Naquele local, Lúcio da Luz, seus familiares, vaqueiros e agregados estavam diante de outro espaço, natureza e do *outro humano*, pois construíram suas casas dentro de um território Karajá e se apropriaram de áreas situadas em território Tapirapé e amplamente percorrido por Xavante e Kayapó. A partir de então, esse

¹⁸⁶⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 27.

¹⁸⁶⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 28.

¹⁸⁷⁰ CHAVES, 198?, p. 276.

espaço deixou de ser uma *zona de contato* entre indígenas e outros agentes históricos em trânsito que não se fixavam, sendo configurada como *fronteira* marcada por *práticas sociais e relações de poder* permeadas pelo conflito, alianças e mediações que dinamizaram o *processo histórico* de apropriação do espaço e da natureza por outros agentes históricos não pertencentes a povos indígenas ali territorializados.

Diante dessa *situação de fronteira*, diferentes narrativas apresentam *representações* sobre o espaço que oscilam entre “sertão” e “fronteira”, da natureza tanto perigosa, quanto maravilhosa e potencialmente útil, e também dos agentes históricos ali existentes, desde os povos indígenas até os “sertanejos”, dentre os quais era destacado Lúcio da Luz.

4.5. A “fundação” da “fazenda” Mato Verde e o domínio de áreas dos varjões por Lúcio da Luz e outros “sertanejos”

Segundo Luz Batista¹⁸⁷¹, em 10 de maio de 1934 “[...] fora instalada a fazenda Mato Verde, ponto vivo, que a audácia de um povo plantou bem no coração de uma região completamente isolada”¹⁸⁷². No início eram poucos “colonos” que dividiam as atividades da lida com o gado, plantio de roças, enquanto outros “[...] montavam guarda às famílias que ficavam nas choupanas construídas de palha de piaçava e taipa, em chão de barro batido...”, sendo que nessas condições

Mato Verde recebeu esse nome porque no barranco do rio haviam três grandes piranheiras [tipo de árvore], existindo uma enseada entre a praia e a terra firme. Cenário inesquecível de um mundo verdejante composto por um capão de mato, localidade onde hoje está situada a cidade de Luciara.

Foi neste capão de mato que os primeiros pioneiros chegaram em 1934 e plantaram as suas roças.¹⁸⁷³

A narrativa é transpassada de trechos que enfatizam as ações daqueles identificados como “pioneiros” de Mato Verde, dentre os quais, aqueles que saíram junto com seu pai de Barreirinha são os mais elogiados e citados como notoriamente reconhecidos: “Na recordação ficou a fazenda Barreirinha de onde um dia partiram

¹⁸⁷¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 18.

¹⁸⁷² LUZ BATISTA, 2003, p. 31.

¹⁸⁷³ LUZ BATISTA, 2003, p. 32.

homens destemidos à procura de terras no estado de Mato Grosso tornando-se conhecidos por todos aqueles que passavam em viagem para o Sul do Araguaia”¹⁸⁷⁴.

Luz Batista afirma ainda

Aos ajudantes na dura tarefa de assentar as famílias e aquietar o gado que veio do Pará para Mato Grosso deixo aqui registrado os nomes dos que **foram coadjuvantes de meu pai**, no desbravar desse sertão de fogo. Insto aos seus descendentes a relembrar a história aqui registrada por mim para que seja um ponto de referência dos verdadeiros fatos ocorridos naqueles idos de 1934, quando aqueles destemidos aportaram nesta parte de Mato Grosso. [...] Como meu pai era o mais abastado fazendeiro da época foi o cabeça de todo esse movimento.¹⁸⁷⁵

Lúcio da Luz seria o “cabeça do movimento” e os outros seus “coadjuvantes”, “companheiros de aventura”¹⁸⁷⁶ que Luz Batista narra a fim de que seus descendentes soubessem das façanhas realizadas pelos antepassados. E para tanto, a autora cita nominalmente o “chefe” das primeiras famílias, relata suas trajetórias, destacando os nomes¹⁸⁷⁷ daqueles denominados de: “[...] heróis anônimos que ajudaram a construir, formando história, vivendo por esses rincões”.¹⁸⁷⁸ Um exemplo de trechos das “biografias” desses “heróis anônimos” foi o que Luz Batista descreve Pedro Pereira Nonato como “[...] um dos fundadores da LUCIARA, antiga Fazenda Mato Verde, era também vaqueiro de Lúcio da Luz. Ajudou no transporte do gado de Barreirinha para a fazenda Mato Verde”¹⁸⁷⁹, informando os nomes de sua esposa e filhos para depois indicar as relações dos mesmos com membros da família Luz.¹⁸⁸⁰

¹⁸⁷⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 97-98.

¹⁸⁷⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 91. (Grifos meus).

¹⁸⁷⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 109.

¹⁸⁷⁷ Luz Batista (2003, p. 92-94; 109) ressalta os nomes de Feliciano Dias, Severiano de Souza Neves, Francisco Gomes Luz, Pedro Antônio dos Santos, Inês Abreu Luz, Joaquim Fernandes Souza Rosário, Pedro Pereira Nonato, Ursulino Vasconcelos, Jacó Gomes, Pedro Madalena, Feliciano Dias, João Miranda, José Ateneu Luz, Domingos Abreu Luz e Pedro Antônio dos Santos Abel.

¹⁸⁷⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 133.

¹⁸⁷⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 139.

¹⁸⁸⁰ Ressalta-se que outros nomes foram destacados, dentre os quais o de Bento de Abreu Luz, indicado como um dos “pioneiros da fundação de Mato Verde” que teria atuado como “vaqueiro-chefe da Fazenda”, além de que exerceu o cargo do 1º oficial do registro civil de São Félix do Araguaia. Luz Batista afirma que o “[...] primo de Lúcio da Luz, foi seu braço direito na fundação de Mato Verde, na quietação dos gados trazidos do Pará para Mato Grosso. [...] era vaqueiro na fazenda Santo Antônio, à margem esquerda do Rio Xavantinho, onde Magalhães foi enterrado...”, conforme Luz Batista (2003, p. 141), que informa que o mesmo teria participado da exumação do cadáver de Herbert Magalhães Affer cuja morte envolveu seu pai numa acusação de assassinato.

Depois de identificar as primeiras famílias, apresentar algumas “biografias” e destacar nomes, Luz Batista insere outra lista com as “Família que chegaram a Mato Verde de Lúcio da Luz, em busca de novos horizontes”¹⁸⁸¹, entre 1934 até o final da década de 1950, informando o ano em que teriam chegado cada uma das 47 famílias citadas. O título da lista indica que Mato Verde seria de Lúcio da Luz, o que pode apontar para o entendimento de que Luz Batista considera aquele lugar como uma fazenda de seu pai que a todos recebia quando ali chegavam, desde o início até nas décadas seguintes, como pode ser observado em fotografias como a da chegada de Herculano de Souza, e seus familiares que “chegaram em Luciara em 24 de dezembro de 1964” e que teriam sido recebidos por “seu parente Lúcio da Luz”¹⁸⁸².

Luz Batista ainda indica que os primeiros moradores de Mato Verde - os “primeiros brancos” - seriam extremamente dependentes do Rio Araguaia para o fornecimento de água que “[...] todo mundo usava para lavar roupa, tomar banho, beber e cozinhar”¹⁸⁸³. A autora enfatiza as dificuldades enfrentadas no cotidiano pelos “pioneiros” como a invasão das casas por animais como queixadas e catetos e a escassez no “inverno”¹⁸⁸⁴ quando “faltava tudo”. As queixas se estendem para o “verão” com chuvas e inúmeros mosquitos que “caiam em nuvens” e muitos percevejos atraídos pelo querosene das lamparinas.¹⁸⁸⁵ De acordo com a autora, apenas uma coisa era “favorável aos moradores no tempo de chuva” que podiam então dormir e “viver sossegado”, pois: “[...] os xavantes ou os beijo de pau”¹⁸⁸⁶ não apareciam. O medo comum em tempo de verão passava, mesmo que provisório, pois havia época, que, muita gente assombrada era obrigada dormir nas praias no meio do rio.”¹⁸⁸⁷ Contudo, não havia somente o medo, pois os moradores de Mato Verde e das “fazendas” de Lúcio da Luz passaram a se adaptar à natureza, assim descrita por Luz Batista:

Chegavam as primeiras águas, assim os sertanejos identificavam as estações do ano, conforme o calendário adaptado por eles. São só duas as estações: inverno e verão.

¹⁸⁸¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 110-111.

¹⁸⁸² LUZ BATISTA, 2003, p. 158.

¹⁸⁸³ LUZ BATISTA, 2003, p. 63.

¹⁸⁸⁴ Mercado pela seca.

¹⁸⁸⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 49-50.

¹⁸⁸⁶ A referência diz respeito aos Kayapó.

¹⁸⁸⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. 50.

Das primeiras às últimas chuvas conhecem como: o inverno e a temporada da seca como: verão.

Setembro começa as primeiras chuvas. Outubro, relâmpago, trovão, faísca, tempestade. Novembro deságua as nuvens brancas, correndo embalados pelo vento, vão buscar mais águas. Dezembro, Janeiro, Fevereiro o mundo encharcava de tanta água. Os animais recanteados nos torrões por acaso enxutos, outros desnorteados enfrentavam aquele oceano de águas. O tempo passava despercebido, não havia relógio, a madrugada era anunciada pelo cantar do galo.

Mulheres sertanejas iam bater algodão para fiar e tecer redes. Com duas flechas de buritirana e um travesseiro cheio de plumas de algodão era aquele pô-rô-pô-pô desde a madrugada até o sol raiar.¹⁸⁸⁸

Tais atividades cotidianas de homens e mulheres “sertanejos” eram cessadas com a chegada de um “batelão” que trazia mercadorias para Mato Verde. Era o barco Gazita vindo pelo Rio Araguaia do Pará, cujo dono era Antônio Pinto de Matos, parente de Lúcio da Luz, conhecido como “Neném” e que trazia suprimentos alimentícios, roupas e outros itens de Belém¹⁸⁸⁹. Luz Batista o identifica como um dos “pioneiros do Araguaia”:

Antônio Pinto de Matos o querido “seu Neném” de seus filhos, netos e bisnetos de todos os seus amigos, é talvez o último sobrevivente de uma geração de bravos pioneiros do Araguaia! Seus feitos, suas histórias, seus amores, toda sua vida deu-lhe à dignidade mesma dimensão especial que se constitui em edificante exemplo de homem do sertão, simples e despido de vaidades, que sempre marcou seus atos com decisiva determinação com gestos de coragem e generosidade.¹⁸⁹⁰

Teria sido o “Seu Neném” o responsável por levar pela primeira vez um gramofone (toca discos) para Mato Verde quando foi passar as férias nas praias do Rio Araguaia, sendo apontado por Luz Batista como um pai que investia na educação de suas filhas em internatos no Pará e um comerciante rico capaz realizar festas de três dias por conta do casamento de uma das filhas com um gaúcho de Porto Alegre. Ademais, teria ele e as filhas influenciado a autora na busca pela

¹⁸⁸⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 48.

¹⁸⁸⁹ A autora elencou os seguintes itens como aqueles não produzidos na “região”: “[...] fumo de corda, tecidos, remédios, café em grãos, açúcar mascavo, sal em grãos, querosene de tradicional marca jacaré, como fósforo beija flor”. (LUZ BATISTA, 2003, p. 42).

¹⁸⁹⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 165.

educação e levado informações como a existência de micróbios para os moradores de Mato Verde que não tinham acesso à educação formal nos primeiros anos.

Esses moradores, segundo Luz Batista, “[...] comungavam dos mesmos costumes, uns ajudavam os outros, era uma comunidade sadia e porque não dizer unida. Se algum adoecia todos em volta prestavam socorro. Povo unido. Uma ressabiada, era dividida com os demais”¹⁸⁹¹, e

O leite era de graça para todo mundo. Meu pai ao assumir a responsabilidade de trazer em sua companhia as famílias do Pará para o Mato Grosso, prometeu e cumpriu durante um ano forneceu-lhes alimentação e vestuário gratuitamente.

Mesmo com os poucos recursos que dispunham, a fazenda Mato Verde conseguiu sobreviver.¹⁸⁹²

Aqueles primeiros moradores de Mato Verde vieram com Lúcio da Luz, que por sua vez, continuava convidando outros parentes e conhecidos a se fixarem naquele espaço e em outras áreas de varjões para ali consolidarem “fazendas” que posteriormente passaram a ser identificadas como “retiros”. De acordo com Chaves:

Assentados os primeiros fundamentos daquela singular colonização, Lúcio da Luz como um comandante de larga visão foi decidindo para cada um de seus companheiros a localização das respectivas futuras fazendas de criação e o tipo de lavoura principal que deveria ser praticada.

“- Hoje é 12 de junho. Este é o nome de seu recanto e sua fazenda, seu Pedro Abel. O senhor vai plantar roças de arroz, feijão, mandioca e farinha.”

E desta maneira Lúcio da Luz como planejador rude, autoritário e determinado, foi estabelecendo aos demais desbravadores, seus amigos, as linhas mestras das moradas de cada qual e suas atividades.

Joaquim Rosário, em outras bandas plantou cana, montou engenho e tornou-se o maior produtor de rapadura e cachaça.

Comandante de raros dotes de liderança, Lúcio da Luz assumiu por um ano a responsabilidade da assistência e manutenção de todos os seus companheiros, até que as condições financeiras de cada um permitissem o desejado equilíbrio com a venda de seus produtos.

De três em três dias abatia uma rês. Três quartos eram distribuídos gratuitamente entre os amigos colonizadores e apenas um quarto ficava para consumo da família, vaqueiros e agregados. Arroz, feijão, farinha, toucinho foram mantimentos que mandava comprar em outros locais para distribuir, também,

¹⁸⁹¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 49.

¹⁸⁹² LUZ BATISTA, 2003, p. 49.

gratuitamente, entre os companheiros de aventura desbravadora.¹⁸⁹³

Esse trecho da narrativa indica a possível dinâmica de apropriação de áreas dos varjões para serem “fazendas de criação” e a distribuição das atividades produtivas que seria realizada por Lúcio da Luz. A partir disso, “a notícia voou longe” espalhada pelos que “[...] vinham ou que iam, a pé, montado a cavalo ou remando uma canoa, faziam o papel dos correios que não existiam. Eram como telégrafos sem fios.”¹⁸⁹⁴

De acordo com Moura e Silva; Ferreira, o “sertanejo” Lúcio da Luz e outros teriam feito “[...] certo alarde do que o lugar oferecia. Muitas famílias acreditaram e vieram, fixando-se em *Mato Verde*. Com o passar dos anos mais e mais famílias chegaram”¹⁸⁹⁵ e sua população aumentou. Luz Batista indica porém que, apesar das “notícias”, “[...] as páginas do tempo, a vida foi passando. E a Fazenda Mato Verde resistia com poucos habitantes. Meu pai havia montado uma outra fazenda as margens do Rio Tapirapé e passava mais tempo lá dando assistência aos seus vaqueiros”¹⁸⁹⁶. Seria paulatinamente que

[...] Mato Verde crescia e muita gente ia chegando em busca de um espaço nessa terra promissora em especial para criação de gado e cultivo de lavoura.

Essa última como forma de subsistência, o comércio varejista, a pesca do pirarucu, o marisco de pele de jacaré, que eram vendidos em Belém capital do Pará e São Paulo, tudo isto impulsionava consideravelmente a economia da vila.¹⁸⁹⁷

Esse trecho indica a coexistência de diferentes atividades econômicas, mas a principal atividade era a criação de gado e seu comércio “[...] feito com diversos boiadeiros de Goiás e Barra do Garças”¹⁸⁹⁸, na qual Lúcio da Luz foi se destacando e Chaves chega a indicar que:

Todos os anos, do médio Araguaia, seiscentas ou oitocentas reses eram tangidas para os matadouros, charqueadas e frigoríficos goianos e paulistas.

¹⁸⁹³ CHAVES, 198?, p. 276.

¹⁸⁹⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 91.

¹⁸⁹⁵ MOURA E SILVA; FERREIRA, 2008, p. 118.

¹⁸⁹⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 94.

¹⁸⁹⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. 96.

¹⁸⁹⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 18.

Pela vivência e pela experiência que eu adquirira em minhas andanças pelo interior e, particularmente naquele sertão, sobrava-me autoridade para sugerir a apontar soluções para a missão que se tinha em mira executar.

Muitas vezes com vaqueiros amigos, percorri a cavalo o trecho que ia da Gariroba a Mato Verde, de Lúcio da Luz. Os carajás se encarregavam da travessia dos animais e dos arreios e, passados dois ou três dias, avisados pelos tiros que disparávamos, lá estavam eles para nos receber de volta.¹⁸⁹⁹

Lúcio da Luz não tinha domínio somente da área onde foi construído Mato Verde, mas de outras como Santa Izabel, situada nas margens do Rio Araguaia, num trecho do lado esquerdo da Ilha do Bananal, que havia sido anteriormente um posto do SPI, local onde “concentravam-se as boiadas” conforme ressalta Chaves, indicando ainda a existência de:

Corredores e “mangas” bem construídas ligavam os currais ao porto onde ancorava uma balsa montada sobre ubás, algumas vezes usadas para a travessia dos animais para a outra margem na Ilha do Bananal, onde outros tantos currais agasalhavam à boiada.

Muitas vezes, entretanto, dado que a travessia do rio não era tão larga, os animais passavam a nado, guiados e tangidos pelos carajás em suas ubás.¹⁹⁰⁰

O apontamento do envolvimento de grupos de Karajá na lida com o gado reforça a existência de relações de alianças e mediações entre Lúcio da Luz e esses indígenas, reforçando a afirmação de Luz Batista de que “[...] com permissão dos índios, meu pai havia colocado umas 300 cabeças de gado em Santa Isabel do Morro na Ilha do Bananal”¹⁹⁰¹, um lugar:

[...] provido de pastagem abundante, pastos nativos, na outra margem do rio Araguaia, o gado engordava, não tinha nenhuma doença e os índios gostavam de tomar leite, os mais jovens corriam a cavalo, ajudando os vaqueiros, tio Lourival, tio Bento primos de meu pai, eram os chefes da fazenda.

Em 1938 meu pai me deixou na aldeia, entregando-me aos cuidados do Capitão Severo, que era o chefe da aldeia e voltou a fazenda Mato Verde buscar suprimentos alimentícios.¹⁹⁰²

¹⁸⁹⁹ CHAVES, 198?, p. 373.

¹⁹⁰⁰ CHAVES, 198?, p. 372.

¹⁹⁰¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 71. A autora indica no mesmo trecho que ali teria sido “[...] outrora fora um posto indígena fechado nas escaramuças políticas de 1929, e apenas uns cinco burros embrabecidos restavam naquele posto”, reforçando o argumento de que seu pai teria encontrado o local abandonado.

¹⁹⁰² LUZ BATISTA, 2003, p. 71.

A ênfase da autora nas relações entre Lúcio da Luz, os vaqueiros e indígenas pode ser compreendida como estratégia argumentativa contra acusações de que seu pai teria expulsado indígenas de seus territórios e/ou cometido atos de violência. Na prática, o antigo posto indígena foi transformado na segunda metade da década de 1930 numa das “fazendas” de Lúcio da Luz. Antonio Senatore, membro da “Bandeira Anhanguera”, relata que em novembro de 1937:

Encontramos nesta aldeia, de passagem, o Sr. Lúcio, que possui uma fazenda no rio Araguaya denominada *Mato Verde*. Depois de ter agradecido os bons Carajás, chegamos a Sta. Izabel, onde encontramos poucos índios (Sta. Izabel era, antes que se extinguisse o posto de *proteção aos índios*, uma florescente colônia com cerca de 300 índios; agora, ao contrário, só se veem ruínas e escombros e onde encontramos novamente o Sr. Lúcio, que viaja por terra a cavalo e que nos presenteou com um almoço com arroz e uma tartaruga.¹⁹⁰³

Não fica explícito se Lúcio da Luz tinha moradia em Santa Izabel naquela ocasião, mas a narrativa de Senatore indica sua presença no local, contudo, num trecho de uma das narrativas de Aureli, da “Bandeira Piratininga” é possível identificar que aquele lugar descrito como “arrasado, carregado, furtado”, com as construções demolidas, atos de vandalismo de “aventureiros que aqui passaram”¹⁹⁰⁴, teria sido convertido em moradia:

Habita-o, como sua família diminuta, o empreiteiro Abraão, genuíno caboclo do Araguaia. No alpendre que se estende para além do atijolado, arma suas rêdes outro caboclo: Pedro o “sanfoneiro”. Tem esposa e uma menina de poucos anos, cuja vivacidade atrai logo nossas simpatias. Um rapazola e um camarada meio abobado, encarregado dos adobos que fabrica, formam com o resto, a sociedade ali representada. Tôda essa gente está tratando de formar uma fazenda para o sr. Lúcio, que se transfere de Mato Verde para esta zona, bastante beneficiada pela derrubada da mataria original desde os tempos do Pôsto.¹⁹⁰⁵

Através desses trechos de narrativas desses “novos bandeirantes”, é possível indicar que Santa Izabel foi sendo apropriada por Lúcio da Luz que ali

¹⁹⁰³ SENATORE, 2001, p. 80.

¹⁹⁰⁴ AURELI, 1962, p. 295.

¹⁹⁰⁵ AURELI, 1962, p. 295.

fixou um de seus “vaqueiros” para “formar uma fazenda” nas proximidades de uma aldeia Karajá. Essa “fazenda” seria destinada para criação de gado, de modo que na narrativa de Aureli, é possível identificar que o jornalista indica que o “sanfoneiro” Pedro estaria esperando Lúcio da Luz em Santa Izabel

[...] que vem comboiando a boiada e “traz todos os trens de famia pra si estabelece di veiz”. Trabalhou todo o dia para levantar quatro estacas. Dez minutos de trabalho e duas de descanso... Toda a fortuna do casal e da menininha está num baú de folha. Nada possuem a não ser a esperança que os ampara e a filosofia própria dos nordestinos que aceitam a vida como ela é.¹⁹⁰⁶

Essa narrativa apresenta ainda uma *representação* sobre “os nordestino” a partir das figuras de Pedro e sua mulher - cuja “magreza é quase transparente”, como pobres cuja janta constituída de duas piranhas assadas com farinha “puba” azeda e “intragável” seria um “banquete dos míseros”. Diante da “cortesia inata dos caboclos” que os convidavam para comer, Aureli teria doado parte das mercadorias que chegaram no batelão destinadas a bandeira como arroz, feijão, banha e sal. Apesar das especificidades da narrativa de Aureli, é possível indicar que o jornalista apresenta elementos que convergem para uma possível situação de falta de gêneros alimentícios básicos por parte de famílias que estavam se fixando em áreas que viriam a ser “fazendas” de Lúcio da Luz, bem como a relação de dependência com produtos vindos pelo batelão.

Do mesmo modo, é possível indicar uma relação de dependência dessas “fazendas” em relação a Mato Verde, local onde era possível adquirir mercadorias necessárias. Segundo Aureli: “O sr. Abraão oferece-se para descer até Mato Verde e adquirir lá, por nossa conta, uma carga de rapadura. Mando comprar também arroz. Forte “banzeiro” não o impede de montar sua frágil canoa e desaparecer. Araguaia abaixo, garantindo que as 12 léguas são “brincadeira””.¹⁹⁰⁷ Em troca, o jornalista teria presenteado a esposa de Abraão com “[...] uma lata de goiaba, um pato, dois saquinhos de sal e outras miudezas. Em troca, teremos café”¹⁹⁰⁸. Essa passagem pode indicar elementos das relações de *reciprocidade*¹⁹⁰⁹ envolvendo

¹⁹⁰⁶ AURELI, 1962, p. 301.

¹⁹⁰⁷ AURELI, 1962, p. 300.

¹⁹⁰⁸ AURELI, 1962, p. 301.

¹⁹⁰⁹ Tais termos tem relação com as reflexões que Marcel Mauss publicadas num texto intitulado “Ensaio sobre a dádiva: Forma e Razão da troca nas sociedades arcaicas ” no qual o autor indica a

“favores” e a troca de mercadorias entre os “viajantes” e os moradores de Mato Verde e de outras áreas sob domínio de Lúcio da Luz.

Do mesmo modo, é possível identificar outras “fazendas” como a “São Pedro” situada nas margens do Rio Tapirapé e na qual Lúcio da Luz morou. Na obra “Terra sem sombra”, Aureli indica que:

À primeira hora da tarde enveredamos por um terreno sulcado pelos rastros de gado. Isso denunciava a proximidade das terras do Lúcio, em São Pedro, terras essas que alcançávamos entrando pela “porta do quintal”, vindos do rio Araguaia. Não tardou enxergamos os primeiros ranchos que, medrosos, agrupavam-se à beira do rio Tapirapé, unindo-se pela proximidade necessária para fazer frente aos embates imprevistos do gentio. Grossos mastins vieram rosnando ao nosso encontro e logo mais a espigada e inconfundível figura de Lúcio da Luz assomava à porta de um rancho lateral, a sua moradia.¹⁹¹⁰

Os rastros do gado seriam os “sinais” de que Aureli e seus companheiros da “Bandeira Piratininga” estavam dentro das “terras do Lúcio” que conseguia ter domínio ainda que situadas entre territórios indígenas por meio de alianças, mediações e outras estratégias. Além de Lúcio da Luz, o jornalista teria encontrado outros “sertanejos” e narrado que:

Ao anoitecer alegro-me em abraçar Marco, valoroso sertanejo que já conheci em outras épocas. O mesmo sorriso amplo e bom, o mesmo nariz esborrachado de pugilista combativo, os mesmos ombros robustos. Depois vem Domingos, também homem de valor. Há pouca gente aqui com o Lúcio. Marco é o capataz. Há peões que não conheço. Gente nova. Sei que espalhados por aí outros estão às dependências do Lúcio que deseja desbravar o carnaubal que eu encontrei em 1946.¹⁹¹¹

Pela narrativa de Aureli é possível perceber que a “fazenda” São Pedro era cuidada e mantida por poucos “peões” e que havia a figura do “capataz”, responsável pela segurança diante da presença indígena. Esses “sertanejos” seriam

existência de “pessoas morais” que seriam coletividades que, por intermédio de grupos ou de chefes, “se obrigam mutuamente, trocam e contratam”, além de bens móveis e imóveis e riquezas, se trocam “amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras” envolvendo um “contrato bem mais geral e bem mais permanente” (MAUSS, 2015, p. 189). Pode-se observar, portanto, que a *reciprocidade* ocorre dentro de grupos e em relação a outros numa dinâmica que pode envolver aliados e rivais. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

¹⁹¹⁰ AURELI, 1952, p. 129.

¹⁹¹¹ AURELI, 1952, p. 132-133.

“mantidos” por Lúcio da Luz que mandava buscar mantimentos em Mato Verde e naquela ocasião da vista da “Bandeira Piratininga”, esses moradores estariam ficando sem arroz e gordura que forma fornecidos por Aureli até que chegassem,¹⁹¹² indicando novamente relações de troca e de *reciprocidade* diante da hospitalidade e de outras situações em que Lúcio da Luz prestou assistência àquela “bandeira”.

Aureli narra ainda ter visitado em 1951 outras “terras” de Lúcio, a “Fazenda Santa Rosa” que seria:

Um verdadeiro Eden, encrustado entre raças rancorosas e belicosas que se degladiam e degladiam com todos. Muito andar a agora nas terras que o Lúcio chama de “Fazenda Santa Rosa”. Habitam-na duas numerosas famílias nos dois únicos ranchos existentes pouco afastados do rio Tapirapé que, após ter descrito enorme curva, volta surgir à nossa frente.¹⁹¹³

Através dessa parte da narrativa é possível perceber que Lúcio da Luz não residia em todas as áreas que tinha domínio e que colocava vaqueiros nessas “fazendas” para lidar com o gado. No caso da “fazenda Santa Rosa”, o autor fez questão de frisar que ali seria um paraíso em meio a povos indígenas que viviam nas proximidades. Aureli categoriza os indígenas como “raças rancorosas e belicosas” nesse trecho, tal como em outros em que indica que esses agentes históricos seriam “gentios”, “selvagens” e “bárbaros”. Tais *representações* sobre o *outro* eram construídas pelo jornalista a partir de relatos contatos por terceiros, dentre os quais, os de Lúcio da Luz que contou o ataque cometido contra uma mulher da família de José Pinheiro e que foi narrada nos seguintes termos:

Os índios surgiram em pleno meio-dia e quando ninguém lhes poderia suspeitar a chegada, atacaram a pobre mulher, derrubando-a com um tacape. Mesmo ferida a senhora correu esconder-se, rastejando, sob um jirau. Não podendo alcança-la com o grosso do tacape, os índios acabaram-na com os pontões desferidos com essa clava primitiva. Depois disso, após ferirem outros, carregaram com tudo, pelando literalmente o interior dos ranchos.¹⁹¹⁴

Esse ataque e outros narrados indicam que a violência permeava as relações entre os alguns grupos indígenas, moradores de Mato Verde e das

¹⁹¹² AURELI, 1952, p. 133.

¹⁹¹³ AURELI, 1952, p. 134-135.

¹⁹¹⁴ AURELI, 1952, p. 135.

“fazendas” de Lúcio da Luz. Apesar dessas situações de conflito, esses moradores produziam e comercializavam com barqueiros e, segundo Luz Batista:

Vaqueiro, levantava indo tirar leite para fazer queijo, requeijão e vender para os viajantes dos barcos a motor que fazia o trajeto de Goiás até os portos de Belém.

Expresso Anhanguera, sobre o comando do Domingo Português e do piloto Pedro Lima, estes levavam as encomendas dos moradores de Mato Verde. Traziam óleo de mutamba, perfume Royal Briar, óleo de andiroba e castanha do Pará.

Meu pai exportava as peles de animais silvestres as quais eram vendidas em Belém de onde se comprava açúcar mascavo, café em grão, sal grosso, querosene em caixa de duas latas registrando a marca jacaré, além de outras coisas, tecido, remédios.¹⁹¹⁵

Assim, Lúcio da Luz se apropriava na natureza enquanto “recurso” fornecedora de “produtos” como a peles de animais silvestres comercializados - “produto muito procurado em Belém”¹⁹¹⁶ - para obter mercadorias produzidas industrialmente e/ou a partir de outros “recursos” naturais não disponíveis ali.

Além de Lúcio da Luz, outros “sertanejos” foram citados na narrativa de Aureli, como um homem identificado como sr. Leão que seria morador de Mato Verde que “[...] andava pelas proximidades, com uma turma de carajás, “mariscando” pirarucus”¹⁹¹⁷ e depois era “devolvido à civilização”. Esse homem teria se colocado a prontidão de levar membro daquela expedição em suas atividades, “desnudando a alma simples e generosa do caboclo”¹⁹¹⁸. Desse modo, é possível indicar que esse morador de Mato Verde se dedicou à pesca junto a um grupo de Karajá tal como outros moradores que desenvolviam atividades econômicas diversas numa luta pela sobrevivência e em busca de vender mercadorias a fim de adquirir outras.

Além de Lúcio da Luz, outros “sertanejos” foram citados na narrativa de Aureli realizando atividades como a caça de animais silvestres e a pesca, como um homem identificado como sr. Leão, morador de Mato Verde que “[...] andava pelas proximidades, com uma turma de carajás, “mariscando” pirarucus”¹⁹¹⁹ e depois era “devolvido à civilização”. Esse homem teria se colocado a prontidão de

¹⁹¹⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 48.

¹⁹¹⁶ Luz BATISTA, 2003, p. 74.

¹⁹¹⁷ AURELI, 1962 a, p. 142.

¹⁹¹⁸ AURELI, 1962 a, p. 142.

¹⁹¹⁹ AURELI, 1962 a, p. 142.

levar membro daquela expedição em suas atividades, “desnudando a alma simples e generosa do caboclo¹⁹²⁰”. Desse modo, é possível indicar que esse morador de Mato Verde se dedicou à pesca junto a um grupo de Karajá tal como outros moradores que desenvolviam atividades econômicas diversas numa luta pela sobrevivência e em busca de vender mercadorias a fim de adquirir outras.

Concomitantemente à essas outras atividades econômicas ligada à exploração da natureza, Lúcio da Luz se apropriava de áreas para seu rebanho e se torna um criador e comerciante de gado, pois segundo Chaves:

Produzindo trezentos bois anualmente, suas manadas eram conduzidas por compradores-boiadeiros de Goiás e Mato Grosso. Um pacto com seus amigos, segundo o qual as reses e os produtos destes só ele seria o exclusivo comprador e somente ele seria também o único exportador de boiadas e gêneros. [...] Por isso sua autoridade era respeitada e incontestada. Seus gestos, seus atos, certos ou errados, sua coragem pessoal, davam-lhe uma auréola de popularidade e destacavam nele a figura do patriarca. Autêntica reencarnação dos velhos bandeirantes paulistas!¹⁹²¹

Além da *representação* de inserir Lúcio da Luz *representado* como “reencarnação dos velhos bandeirantes paulistas”, Chaves aponta para o monopólio do mesmo em relação à comercialização de gado e a suposta “autoridade” “respeitada e incontestada” por conta de seu “espírito voltado ao interesse de todos e à prosperidade daquela comunidade”.

Na prática, o comércio de peles, o numeroso rebanho e o monopólio de compra e venda de gado geraram lucros que permitiram que Lúcio da Luz, apenas quatro anos depois de iniciar a construção de Mato Verde, comprasse um barco a fim de realizar o fornecimento de produtos que antes eram realizado pelo holandês Emilio Kleman e pelo “Seu Neném”. A partir disso, o “sertanejo” “[...] chegava de Belém naquela lancha trazendo mercadorias para Mato Verde”¹⁹²², segundo Luz Batista, se tratava de um “batelão” com as seguintes características:

Decorria o ano de 1938, meu pai arrumou um batelão, embarcação construída com tábuas calafetadas de breu para vedar água. E largo, tem um toldo coberto de palha de coqueiro. Tinha um leme na popa e na proa onde iam os remadores. Ali,

¹⁹²⁰ AURELI, 1962 a, p. 142.

¹⁹²¹ CHAVES, 198?, p. 277.

¹⁹²² Segundo Luz Batista (2003, p. 51), a navegação se dava através dos “[...] barcos Anhanguera, Expresso Goiano - Nova Pátria - Leão [...]”, além da lancha Cristal.

naquela casa flutuante vão as redes, as roupas de uso pessoal, a feira da viagem. Esta embarcação foi deixada em troca com outra embarcação pequena no Rio Tapirapé com tia Inês Pinheiro da Luz.¹⁹²³

Ao que tudo indica, tratava-se de um “batelão” construído com outros “recursos” na natureza, mas capaz de transportar mercadorias variadas, o que auxiliava a diversificar as atividades de Lúcio da Luz que teria “juntado”:

[...] porções de companheiros com **espírito de aventura**, e, atraídos pela força turística que o belo rio Araguaia apresenta, colocaram num “batelão” no rio. Passaram relativo tempo em abundância de pesca e caça e da cata aos ovos de tartaruga, que proliferava a região daquela parte do Araguaia.¹⁹²⁴

Tais narrativas apontam para indícios de que Lúcio da Luz, através da apropriação de partes do espaço e exploração da natureza, teria acumulado capital e garantido o domínio sobre uma área significativa.

4.6. Mato Verde como ponto estratégico para “viajantes” e Lúcio da Luz inserido em diferentes narrativas de “viajantes” nas primeiras décadas do século XX

A partir da apropriação de áreas e da natureza por Lúcio da Luz e outros “sertanejos”, e diante da *aceleração do ritmo temporal* de avanço de outros agentes históricos em direção aquele espaço, Mato Verde passou a ser um ponto de parada para a navegação comercial e local de venda de gado bovino. Segundo Luz Batista:

A navegação fluvial no itinerário dos portos de Belém à Baliza que na época tinha a influência dos diamantes levando e trazendo garimpeiros no intermediário, Mato Verde era o cartão de visita da região do médio Araguaia.

A Fazenda Mato Verde, exportava garrotes para várias partes de Goiás e Mato Grosso. Além das peles de jacarés e de outros animais que eram exportados para Belém e São Paulo.¹⁹²⁵

Apesar de certo exagero da autora em identificar Mato Verde como o “cartão de visita”, é possível identificar que o lugar se tornou ponto de referência

¹⁹²³ LUZ BATISTA, 2003, p. 73.

¹⁹²⁴ COSTA E SILVA; FERREIRA, 1994, p. 143. (Grifos meus). O mesmo trecho é repetido em quase sua totalidade em Moura e Silva; Ferreira (2008, p. 117).

¹⁹²⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 96.

estratégico citado em outras narrativas anteriormente apresentadas como aquelas escritas por salesianos, antropólogos, “novos bandeirantes” e outros. Desde 1934 é possível identificar outras fontes documentais que indicam a permanência de agentes históricos em trânsito, como é o caso do padre João Fuchs que enviou uma correspondência em 1934, destinada às irmãs de Araguaiana, emitida a partir de Mato Verde e que informava a estadia do salesiano:

Rev. das Irmãs do Colégio N S. Auxiliadora - Araguaiana. Aqui vai, se ainda não foi, a desejada Via Sacra, que pagarão com Vias Sacras em favor da mesma missão entre os Xavante e Carajás. Passamos pelo Rio das Mortes por água e por terra. Vimos muito rasto, acampamentos, aldeias. Faltam só os Xavante. **Estamos no Mato Verde, onde já temos uma casa rude, tosca**, para as Rev. das Irmãs e fazemos outra para nós. Falem com a Rev. da Madre que mande quanto antes as Rev. das Irmãs porque tem bastante a fazer. Trabalho não falta nem tão pouco falta a Via Sacra para ir em seguimento de Jesus carregando a Cruz.
Cordiais saudações do amigo em Cristo Jesus Pe. João Fuchs - Missionário Salesiano Secretário de S. Ex. c ia Rev. ma Mons. J B. Couturon DD. Administrador Apostólico da Prelatura. Mato Verde 12-9-34, Nome de Maria 14-9-34, Exaltação da Santa Cruz.¹⁹²⁶

A partir dessa correspondência, é possível identificar que o padre tinha intenções de estabelecer em Mato Verde sua residência e de irmãs para realizar trabalho missionário junto aos Karajá e Xavante, o que não se efetivou em virtude de seu assassinato por um grupo de Xavante. Luz Batista relata que logo após a “fundação” de Mato Verde, salesianos chefiados pelo padre Cobalchini teriam se instalado no alto do Morro de Areia¹⁹²⁷ onde construíram uma igrejinha e uma casa com a “[...] tão sonhada missão de pacificar os índios xavantes, na época, ainda em seu estado selvagem”.¹⁹²⁸

Dessa forma, Mato Verde estava se consolidando como ponto estratégico para missionários e também para outros agentes históricos em trânsito por aquele espaço. Na obra “Roncador”, Aureli relata que Lúcio da Luz participou

¹⁹²⁶ CHOVELON; FERNANDES; SBARDELLOTTI, 1996, p. 84. (Grifos meus).

¹⁹²⁷ Essa localidade indicada na narrativa possui o mesmo nome de um espaço que foi apropriado por moradores de Furo de Pedra situado no atual município de Santa Terezinha e localizado a aproximadamente 80 km de Mato Verde/Luciara. Contudo, não é possível indicar com precisão se a referência é a esse lugar ou a outro denominado da mesma forma.

¹⁹²⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 55.

de *acontecimentos* marcantes como a morte dos padres salesianos Fuchs e Sacilotti em 1934 pelos Xavante e a suposta “pacificação” daquele povo indígena:

O sr. Lúcio da Luz, fazendeiro em Mato Verde, no Araguaia, um dos expedicionários que se aventuraram a ir buscar os corpos dos dois mártires salesianos, se bem que diminuísse o tamanho dos índios, inclinava-se, porém, à afirmativa de serem “bem grandes e possantes”. Confirmava o sr. Lúcio o conhecimento de português pelos brônzeos habitantes dos cerrados e garantia estar o homem branco à testa das hordas bárbaras.¹⁹²⁹

Ressalta-se que o jornalista estava refletindo sobre os problemas em relação à confiabilidade de testemunhos sobre o “tipo do gentio” Xavante¹⁹³⁰, destacando anteriormente a descrição dos “matutos” que acompanhavam o missionário Chovelon¹⁹³¹, pois “[...] levados pela fantasia, emaranhavam as recordações, chegando a construir um espécime exótico”¹⁹³², além de que “[...] os membros da expedição dos padres mortos viveram um pavor que os conduzia à uma “visão completamente deturpada”¹⁹³³. Assim sendo, Lúcio da Luz seria uma testemunha mais confiável, ainda que “diminuísse o tamanho dos índios”.

Segundo Luz Batista, os salesianos passaram a navegar pelo Rio das Mortes do qual avistaram dois Xavante numa margem onde os padres João Fuchs e Pedro Sacilotti foram tentar, contato oferecendo presentes, mas foram mortos com ferimentos de bordunas em primeiro de novembro de 1934¹⁹³⁴. Seus corpos foram enterrados ali mesmo, às pressas, por outros salesianos e auxiliares, de modo que somente tempos depois foram levados para o enterro oficial em Araguaiana.

¹⁹²⁹ *Idem*, 1962, p. 125.

¹⁹³⁰ Ressalta-se que Aureli, apesar de utilizar categorias evolucionistas para descrever os Xavante, apresentava em sua narrativa uma perspectiva de busca pelo conhecimento empírico, sendo que outros membros da “bandeira Piratininga” tinham visões ainda mais negativa sobre os mesmos, como o caso do etnógrafo, que foi citado: “O etnógrafo, antes nossa desilusão, teima em querer nos convencer da realidade, chamando em seu favor a fábula de que os Xavantes são trogloditas legítimos. Aborreço-me antes a teimosia desse cavalheiro que, para gozar um largo passeio, fez-se apresentar, em São Paulo, por distinto amigo, como notável em sua especialidade.” (AURELI, 1962, p. 140). Dessa forma, é possível identificar os choques de concepções sobre o mundo entre os membros da expedição.

¹⁹³¹ Esse missionário seria um testemunho confiável, mas havia “perdido os óculos no incêndio do Tancho dos Padres” e por conta disso não poderia descrever o “gentio”, conforme AURELI (1962, p. 124).

¹⁹³² AURELI, 1962, p. 124-125.

¹⁹³³ AURELI, 1962, p. 125.

¹⁹³⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 55.

Como desdobramento daquele assassinato, “[...] a missão foi desativada. O Padre Cobalchini, doou para Mato Verde todo material escolar que seria usado pelos missionários na alfabetização dos possíveis alunos silvícolas”¹⁹³⁵ e a partir disso, em 1935,¹⁹³⁶ Lúcio da Luz teria construído uma casinha de adobe onde começou a ministrar aulas com o uso da palmatória que foi herdada por sua filha Adauta Luz Batista, que atuou como professora após um bom “desempenho na leitura da cartilha” em anos de aprendizado na missão Evangélica de Macaúba, na Ilha do Bananal, onde com a irmã Bené, teria ficado como “interna” quando a família residia em Barreirinha.

Apesar da missão salesiana não se estabelecer ali, a “fazenda Mato Verde” “[...] era um dos portos mais movimentados porque São Felix [do Araguaia], ainda não existia”¹⁹³⁷ e pela presença constante de diferentes agentes históricos com distintos interesses que eram identificados por Luz Batista como “viajantes”. Esses são *representados* em sua narrativa como *o outro*, diferentes dos moradores de Mato Verde e com comportamentos estranhos como o de “[...] um senhor de fala atrapalhada, cabelos loiros, pele branca, devia ser um gringo, como era chamado todo estrangeiro que aparecia na região.”¹⁹³⁸ Esse “gringo” teria ficado impressionado com o brilho oriundo de cupinzeiros e que apesar da explicação de Lúcio da Luz de que se tratava da luz própria dos vaga-lumes¹⁹³⁹, escavou um cupinzeiro provavelmente em busca de pedras preciosas, como era comum em expedições. Para a autora, aquele “gringo” era mais um dos que “desciam” pelo Rio Araguaia, um “caminho dos aventureiros” “[...] que com ou nenhuma missão específica, vagavam pelo interior do país, que por falta de estradas e outro meio de comunicação usavam o veio natural dos rios em canoa a remo num longo percurso de um mundo desabitado pela chamada classe branca.”¹⁹⁴⁰ Seriam esses agentes históricos *o outro* não pertencentes ao “sertão”.

¹⁹³⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 56.

¹⁹³⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 56-57.

¹⁹³⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. 136. A autora ainda relata que Emilio Kleman tentou se casar com sua irmã mais velha, Benedita, que recusou.

¹⁹³⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 52.

¹⁹³⁹ Trata-se de larvas de vaga-lume que utilizam a bioluminescência para atrair insetos para se alimentarem.

¹⁹⁴⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 54.

Era com o outro “branco” que seu pai mantinha relações de *reciprocidade* e comerciais ao hospedá-los e seria para aquele “gringo” que Luz Batista vendeu uma pele de uma “boiuna”, uma sucuri, cujo pagamento foi dividido com a irmã. Para a autora, seriam os “sertanejos”, um povo hospitaleiro:

Mato Verde era um ponto de apoio para todos que subiam e desciam o rio Araguaia. Muitos daqueles forasteiros, ninguém nunca sabia de onde vinham e menos ainda para onde iam, e tão pouco o que andavam fazendo. Isso era indiscreto perguntar. Chegavam, aportavam, alimentavam-se, dormiam, descansavam e seguiam novamente viagem!
Isso era tudo normal, o sertanejo é por demais hospitaleiro.¹⁹⁴¹

Reforçando o argumento, Luz Batista insere noutros trechos de sua narrativa que o local de acolhida desses “viajantes” seria a “[...] nossa morada em Mato Verde continuou sendo o ponto de apoio a todos aqueles que passaram pelo canal do rio em diversas missões, na maioria estrangeiros¹⁹⁴²”.

Luz Batista destaca que, em 1936, teria ocorrido a passagem por Mato Verde, “[...] em batelão vindo de Cuiabá passando por Baliza-Goiás, o filho da Princesa Isabel D. Pedro Alcântara de Orleans e Bragança em companhia de seus dois filhos Dom Pedro Gastão de Orleans e Bragança e sua irmã a Imperatriz Maria Francisca de Orleans e Bragança”¹⁹⁴³. Durante essa viagem, os descendentes da “família real” acamparam numa praia, ocasião na qual:

Meu pai convidou o povo do vilarejo para uma visita a família Imperial.
Tomamos um batelão, pois havia uma enseada entre a praia e a terra firme e fomos visitar os ilustres viajantes.
Curiosa, logo dei fé que um certo membro da comitiva não tinha uma das mãos. Ele disse o meu pai que havia perdido a mão e a metade do braço na Guerra de 1914. D. Pedro e comitiva estavam em viagem de passeio de Cuiabá a Baliza, em Goiás, com destino a Belém. Pela manhã meu pai mandou deixar leite para os viajantes que continuaram viagem.¹⁹⁴⁴

Desde a apresentação dos descendentes da “família real” portuguesa como se ainda exercessem o poder naquele ano de 1934, seguido pelas ações de Lúcio da Luz, podem ser indícios da simpatia da autora e de seu pai pela monarquia,

¹⁹⁴¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 54.

¹⁹⁴² LUZ BATISTA, 2003, p. 63.

¹⁹⁴³ LUZ BATISTA, 2003, p. 64.

¹⁹⁴⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 64.

mesmo após a Proclamação da República. Audrin indica que muitos “sertanejos” eram pouco informados sobre as “atualidades”, sendo que os mais velhos “falavam da Monarquia, como de uma era de prosperidade e vida barata” e que em Conceição do Araguaia teria presenciado os “[...] os semblantes radiantes de alguns anciões de nossa cidade sertaneja¹⁹⁴⁵, ao contemplarem o tão afável Dom Pedro de Orléans e Bragança, quando por lá passou em 1937, em companhia de seus filhos”.¹⁹⁴⁶

Apesar de não fazer referência aos moradores de Mato Verde, Audrin aponta para indícios de que os “sertanejos” poderiam nutrir admiração e simpatia pela monarquia e pode auxiliar a compreender elementos que levaram Luz Batista a inserir cartas inteiras na sua obra que teriam sido enviadas aos descendentes dos partidários do Movimento Parlamentarista Monárquico (MPM)¹⁹⁴⁷ declarando apoio à volta daquele regime, além de uma resposta recebida por Májore Bueno Seidl e que havia sido enviada em 1992, nos seguintes termos:

Quantas recordações tive em ler as suas linhas já que em 1936, com meu pai o Príncipe do Grão-Pará, minha Irmã Francisca, Duquesa de Bragança, ambos já infelizmente falecidos, descemos o Araguaia e o Tocantins desde Baniza (sic); o 1º trecho em batelões e fizemos escala em vários lugarejs, hoje cidadezinhas. São Félix não tinha mais do que 20 casas. Creio me lembrar que lá enterrados na areia do barranco, ainda se via as caldeiras do barco do General Couto Magalhães que queria remontar para trazer tropas para a Guerra do Paraguai.¹⁹⁴⁸

Nessa carta havia um agradecimento ao “sentimento a favor da monarquia” e um convite para uma visita ao Palácio Grão-Pará, no Rio de Janeiro. A inserção dessas cartas juntamente com fotografias da “família imperial” indicam a intencionalidade de Luz Batista em assumir posições políticas favoráveis à possibilidade da volta da monarquia que foi votada dez anos antes da publicação de seu livro. Contudo, a mesma autora insere trechos e fotografias em homenagem a Getúlio Vargas, e aponta Lúcio da Luz como um apoiador do então presidente, da

¹⁹⁴⁵ Provavelmente se referia à Conceição do Araguaia, sede da Prelazia.

¹⁹⁴⁶ AUDRIN, 1963, p. 172.

¹⁹⁴⁷ A autora declara que, na “[...] época do plebiscito de 1993”, que votava a forma e o sistema de governo no Brasil, ela e outros moradores de Luciara eram “simpatizantes ao movimento pró-monarquia” (LUZ BATISTA, 2003, p. 64).

¹⁹⁴⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 66.

Marcha para Oeste, bem como de movimentos como as “Bandeiras Piratinga” e “Bandeira Anhanguera”.

Luz Batista indica que seu pai havia dado assistência à essas “bandeiras” e destaca que no caso da “Bandeira Anhanguera”, após o falecimento de Ribeiro da Silva (vitimado, segundo a autora, por problemas com a ingestão de carne de cavalo malconservada em 1934, nas imediações do Rio das Mortes num sítio de Ângelo Severo), os membros sobreviventes¹⁹⁴⁹ teriam sido encontrados “famintos à espera da morte” e levados para Mato Verde na fazenda de Lúcio da Luz, onde receberam uma “alimentação a base de muito leite” e foram tratados com remédios caseiros.¹⁹⁵⁰ A narrativa da autora destaca o feito do pai, inserindo inclusive uma fotografia¹⁹⁵¹ na qual alguns dos “sobreviventes” da “Bandeira Anhanguera” são identificados¹⁹⁵² como pertencentes à “caravana dos alemães”. Um elemento importante é a presença de “índios” da aldeia “Manoel Joaquim” como o capitão do “Fontoura”, um não “reconhecido” e outros dois da “aldeia Mato Verde”, o que indica que desde a década de 1930 já estava ali um grupo aldeado. Ademais, membros da “Bandeira Anhanguera” foram identificados com o primeiro nome e algum adjetivo ligado à origem como “paulista” e “alemão”, sendo que apenas dois foram identificados com sobrenome estrangeiro.

Luz Batista indica que alguns membros da “caravana de alemães” realizaram expedições para gravar documentários e tirar fotografias enquanto outros se recuperavam em Mato Verde:

O Jorge Alemão, um dos sobreviventes da caravana de Hermano Ribeiro ao chegar, estava só o esqueleto entre as vestes. Ele foi o que mais teve dificuldades de recuperar-se. Alfredo Lomahn, chefe do grupo alemão, pediu a meu pai cavalos arreados e com

¹⁹⁴⁹ Segundo LUZ BATISTA (2003, p. 70), os sobreviventes eram: “Jorge Alemão, Alfredo Lemahn e Henrique Hemelreich eram alemães. Os excursionistas como Clovis Paulista e outro de nacionalidade brasileira foram, entre outros, os sobreviventes”.

¹⁹⁵⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 70.

¹⁹⁵¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 149.

¹⁹⁵² Segundo Luz Batista (2003, p. 149): “Da esquerda para direita: 01) Clovis Paulista da caravana dos Alemães; 02) Pedro Antônio do Santos (Pedro Abel), vaqueiro da Fazenda Mato Verde e um dos fundadores; 03) Hermenegildo Alves da Silva, filho adotivo de Severiano Neves; 04) Lúcio Pereira Luz - fundador do município de LUCIARA ;05) Rôcho; 06) João Martins da Luz - vaqueiro da fazenda Mato Verde; 07) Jorge Alemão - caravana dos Alemães; 08) José Curanim (José Novilha) índio da aldeia de Manoel Joaquim; 09) Lariuanã - índio da aldeia de Mato Verde; 10) Socoí - índio da aldeia de Mato Verde; 11) Alfredo Lemah (alemão); 12) Raimundo Pereira Luz (Mundico) Irmão de Lúcio; 13) Capitão Pereira índio do Fontoura; 14) Índio não reconhecido; 15) Henrique Himelreich – Alemão; 16) João Irineu da Silva - novo morador de Mato Verde.”¹⁹⁵²

ajuda de um irmão de meu pai, o tio Mundice, foram excursionar pelo rio Xavantinho. Tiraram muitas fotos que nos mandaram de São Paulo. Com seus barquinhos de lona eles subiram o rio Xavantinho e conseguiram um bom documentário e ao voltarem para a fazenda eles extraíram dentes das pessoas, deram remédios contra a malária e se mostraram cordiais com os sertanejos de vida e costumes diferentes dos deles.¹⁹⁵³

Dentre esses membros, estaria Antonio Senatore que narra que integrantes da “Bandeira Anhanguera”, permaneceram hospedados e alimentados por 18 dias em Mato Verde, depois de uma “passagem” por Santa Izabel, em novembro de 1937, onde

O Sr. Lucio nos acolheu alegremente, e depois de termos sorvido um saboroso café e um cálice de pinga, conversamos durante muito tempo, planejando uma viagem a cavalo através da ilha do Bananal, para atingir, assim, os aldeamentos dos índios Javahés, pertencentes porém à mesma família dos Carajá.¹⁹⁵⁴

Dessa forma, além de hospedar e oferecer alimentos ao grupo da “Bandeira Anhanguera”, Senatore indica que Lúcio da Luz “[...] manda atravessar os animais à outra margem e também nós em uma canoa chegamos à ilha, e nos colocamos em marcha. Acompanham-nos o Sr. Lucio e um Carajá, como prático”¹⁹⁵⁵. O mesmo autor destaca que o “sertanejo” era hábil nos caminhos entre Mato Verde e a Ilha do Bananal, sendo a volta realizada de forma mais rápida pelo fato do mesmo ser “prático do sertão” e “[...] chegou na fazenda em um dia e meio, enquanto que na ida levamos quase dois dias e meio”¹⁹⁵⁶. Teria sido Lúcio da Luz quem definiu o dia do retorno de membros da “Bandeira Anhanguera” após a realização de registros fotográficos e cinematográficos de grupos indígenas, pois o “sertanejo” precisava retornar às suas atividades produtivas e comerciais. Por fim, Senatore indica que Lúcio da Luz teria cedido aos membros da “bandeira” uma canoa “de dar pena” e “reabastecido” com mantimentos para a “subida do Araguaya” em 22 de novembro, com “três Carajás nos ajudam na zinga...”¹⁹⁵⁷.

Segundo Luz Batista, os membros daquela expedição:

¹⁹⁵³ LUZ BATISTA, 2003, p. 70.

¹⁹⁵⁴ SENATORE, 2001, p. 82.

¹⁹⁵⁵ SENATORE, 2001, p. 84.

¹⁹⁵⁶ SENATORE, 2001, p. 86.

¹⁹⁵⁷ SENATORE, 2001, p. 86.

Ao perguntarem a meu pai o quanto lhes seriam cobrados pela boa hospitalidade recebida, foram surpreendidos pela resposta: nada os senhores me devem. Voltem sempre que puderem! Em combinação com os demais da caravana foi dado a meu pai dois fuzis, um mosquetão que pertenceram a caravana de Hermano Ribeiro com munição que conseguiram com a caravana dos alemães.¹⁹⁵⁸

Assim, é possível identificar essas relações de *reciprocidade* tanto na narrativa de Senatore, quanto de Luz Batista¹⁹⁵⁹ que insere trechos do fotógrafo no qual se lê que seu pai os havia acolhido alegremente, de forma a exaltar a disposição e o poder de seu pai em auxiliar esses “viajantes”.

Alguns desses “viajantes” ajudavam os moradores de Mato Verde, como o que teria ocorrido em 1938, quando, depois de ter a mão dilacerada por uma mordida de jacaré, um morador local de nome Ateneu “[...] foi socorrido por um casal de estrangeiros, que estavam de passagem pela missão adventista de Fontoura e ali ele foi medicado não sendo preciso amputar a mão”¹⁹⁶⁰. Essa relação de dependência de remédios trazidos por “viajantes” pode indicar a situação de pouca abundância de medicamentos industrializados e o uso de remédios caseiros, como a pasta de café, querosene, esmalte e rapadura raspada que teria sido colocada sobre a mão de Ateneu antes do tratamento com o medicamento trazido pelo casal.

Esse ataque de jacaré se juntava a outros “causos” que tratavam dos perigos encontrados pelos “sertanejos” diante daquela natureza em meio à andanças e à práticas como a caça de animais em busca de peles para comercializar. Um desses “causos” teria sido relatado por Lúcio da Luz ao jornalista Willy Aureli que o incorporou a sua narrativa que aponta que “o famoso sertanejo”, descia o Rio Araguaia em direção às localidades de Lago Grande e Furo de Pedra, quando:

[...] sua canoa foi sacudida, debaixo para cima, por uma força imensa. Viajava, Lúcio da Luz, em companhia de uma filha de doze anos e de um apaniguado que ia na pilotagem da embarcação. Ao embocar a canoa, os três passageiros foram atirados n’água. Lúcio agarrou-se ao bico da popa, segurando, com a outra mão, a filha. O caboclo, que os acompanhava, deu as primeiras braçadas rumo à praia, quando, de súbito, foi erguido para fora d’água até à altura dos tornozelos, hirtos, duro como estátua, olhos esbugalhados, gritando desesperadamente:

¹⁹⁵⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 70.

¹⁹⁵⁹ *Idem*, 2003, p. 80.

¹⁹⁶⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 77.

- Lúcio me acuda! Boiúna [sucuri] me agarrou!
 Imediatamente, como tragado por um sorvedouro, o infeliz desapareceu. As águas fecharam - se sobre sua cabeça com um rumor de sucção.¹⁹⁶¹

Em seguida, Lúcio da Luz teria pedido a filha para rezar para Nossa Senhora os salvar, nadou até a praia e salvou a si e à filha que carregava junto à canoa. Esse mesmo episódio¹⁹⁶² é narrado por Luz Batista, de forma semelhante, destacando o medo que sentiu naquela situação vivida.¹⁹⁶³ Ressalta-se, porém, que apesar de trazer à tona o medo desses “sertanejos” em relação aos perigo naturais, a repetição desses “causos” pode ser uma estratégia argumentativa para exaltar o perfil heroico dos mesmos em paralelo à *representação* de Lúcio da Luz como um “velho desbravador” e um “amigo caríssimo e prestigioso”, como indica Aureli.¹⁹⁶⁴ Apesar de não ser o único morador de Mato Verde descrito nessas narrativas, Lúcio da Luz se destacava como o anfitrião de diferentes grupos e seus “causos” eram inseridos com mais frequência.

Entretanto, nem todos os agentes históricos que passavam por Mato Verde eram hospedados por Lúcio da Luz, pois o médico Haroldo Cândido Oliveira, contratado pelo SPI para dar assistência às aldeias no Araguaia, teria chegado com outros “companheiros” em Mato Verde e passado “a primeira noite na areia de uma praia do Araguaia” em 13 de julho de 1937¹⁹⁶⁵, tal como ocorreu na voltam quando no dia 25 daquele mês, também pernitoou numa “bela praia perto de Mato Verde”¹⁹⁶⁶. O médico não menciona Lúcio da Luz, apenas descreve Mato Verde da seguinte maneira:

Parada mais demorada em Mato Verde, “corrutela” situada umas dez ou doze léguas abaixo de Santa Izabel.
Corrutela, vocábulo que evoca imediatamente a corrupção que em quase todos campeia, indica, como se sabe, os pequenos povoados as margens do Araguaia.
 Na praia de Mato Verde encontramos uma colônia de quarenta índios karajá, homens e mulheres com diversos casos de

¹⁹⁶¹ AURELI, 1960, p. 152.

¹⁹⁶² Destaca-se ainda que Willy Aureli incorporou na sua narrativa da obra *Bandeirantes d'Oeste* (1962, p. 107-108), o mesmo episódio, mas com diálogos escritos de modo diferente, o que indica que suas narrativas não eram escritas de forma literal tal como contatas por Lúcio da Luz.

¹⁹⁶³ LUZ BATISTA, 2003, p. 80.

¹⁹⁶⁴ AURELI, 1962 b, p. 45.

¹⁹⁶⁵ OLIVEIRA, 1950, p. 40.

¹⁹⁶⁶ OLIVEIRA, 1950, p. 71.

blenorragia¹⁹⁶⁷. Atauai, uma índia de uns vinte anos, de fisionomia balofa, está tão gravemente acometida que se acha impossibilitada de andar.¹⁹⁶⁸

Essa narrativa apresenta uma perspectiva sobre a situação de saúde na qual estaria o grupo de Karajá que vivia numa aldeia nas imediações de Mato Verde e aponta para a condição de uma jovem que padecia de uma doença sexualmente transmissível que não era comum aos povos indígenas antes do contato com *o outro*. Esse apontamento fornece indícios da existência de prováveis situações de violência como o estupro ou o aliciamento de jovens Karajá para se relacionar com moradores e/ou com os “viajantes” que por lá transitavam.

Trata-se de um elemento fundamental para a análise de *práticas sociais e relações de poder* para além de *representações* construídas por moradores e outros agentes históricos sobre as “boas” relações entre os moradores de Mato Verde, os ditos “viajantes” e os Karajá. Tal elemento corrobora com o entendimento de que numa *situação de fronteira*, o encontro com *o outro* não ocorre tão somente com relações de aliança e mediações, mas diante do conflito provocado pelas mais variadas formas de violência.

4.7. As narrativas com *representações* sobre *o outro* em meio ao medo, à alianças e conflitos entre moradores de Mato Verde e povos indígenas

Santos¹⁹⁶⁹, ao se referir aos “três personagens” do “sertão” e sua hierarquia social teorizados pelo antropólogo Manuel Ferreira Lima Filho, indica que no “Vale do Araguaia” e leste de Goiás, era possível identificar o “fazendeiro” o “sertanejo” e o “índio” em posições sociais assimétricas, sendo que o primeiro ocupava o “topo” da hierarquia e

[...] se apresentavam como os moradores mais antigos do lugar. Eram os donos de imensas áreas de terras para a criação de gado a solta, sem cerca. Alguns destes fazendeiros do sertão são referências para a história oficial das cidades do Vale do Araguaia e do leste goiano, a exemplo de Mane Pio em

¹⁹⁶⁷ Blenorragia é uma DST causada pela bactéria *Neisseria gonorrhoeae*, também conhecida como gonorreia.

¹⁹⁶⁸ OLIVEIRA, 1950, p. 40.

¹⁹⁶⁹ SANTOS, Gilberto Brizzola. *Bandeirantes do século XX: trabalhadores da expedição Roncador Xingu e Fundação Brasil Central em Nova Xavantina*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2011.

Aragarças, Coronel Lúcio da Luz na cidade de Luciara e o Coronel Santana, chefe político de Aruanã. Em seguida vinham os sertanejos que viviam de roças, caça e pouco gado.¹⁹⁷⁰

E por fim, na “parte mais inferior desta hierarquia estava o índio”, conforme indica o mesmo autor. Na prática, alianças e mediações entre indígenas e “sertanejos” - sejam eles fazendeiros ou não – indicam que essa hierarquia não seria tão rígida quanto indicada por vezes em diferentes narrativas. Essa dinâmica própria de *situação de fronteira* não significa inexistência de desigualdades sociais e atos de violência cometidos contra os povos indígenas, mas os coloca par além da posição de “vítimas” e possibilita o entendimento de que os mesmos são agentes históricos com ações e protagonismos que influenciaram o *processo histórico* de apropriação de espaço e da natureza por parte de “sertanejos”.

Essa é a dinâmica que ocorreu desde quando a família da Luz se apropriou de áreas em Conceição do Araguaia, pois para tanto, foi necessário o contato e negociação com diferentes grupos indígenas que, segundo Luz Batista seriam liderados por “[...] 3 capitães da tribo dos Caiapós - Capitão Baruque, Capitão Prakanti e Ciriaco que negociaram com os chefes dos brancos um pedaço de terra as margens do Rio Araguaia...”.¹⁹⁷¹

A presença dos Kayapó em Conceição do Araguaia era notória, e a instalação da Congregação dos Dominicanos pelo Frei Gil Vilanova é indicada como um “milagre” por Luz Batista que ainda destaca um grupo de indígenas ainda “em estado selvagem” teriam atacado aquele missionário, mas “caído por terra” após o frei erguer o crucifixo. Ademais, a autora cita a presença dos Kayapó em trechos nos quais indica casos de raptos de crianças e mulheres a eles atribuídos, dentre os quais o de uma menina que teria sido resgatada por uma expedição e que narra as crueldades que havia vivido.¹⁹⁷²

Apesar do foco da narrativa de Luz Batista na violência supostamente praticada pelos Kayapó, é fundamental destacar que os “sertanejos” e outros agentes históricos de Conceição do Araguaia também se envolviam em conflitos

¹⁹⁷⁰ SANTOS, 2011, p. 103.

¹⁹⁷¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 164. A área em questão seria no atual município de Santa Maria das Barreiras onde a autora nasceu.

¹⁹⁷² LUZ BATISTA, 2003, p. 164-165.

interétnicos. Ao realizar uma pesquisa sobre a “história social da terra” por meio da análise das transformações das “formas sociais adquirida pela terra”¹⁹⁷³ em Conceição do Araguaia, Ianni identifica que:

A violência permeou tudo, desde o início, seja nas relações dos homens entre si, principalmente cristãos e índios, seja nas relações dos homens com a natureza. Houve comunhão, antagonismo e modificação nas relações de uns e outros, pessoas e coisas. Os cristãos eram principalmente os caboclos amazonenses, depois somados com os cearenses que chegavam.¹⁹⁷⁴

As fontes documentais analisadas pelo autor contribuem para a percepção de que ocorreram situações de violência contra os povos indígenas ao longo do *processo histórico* de avanço e apropriação daquele espaço, do mesmo modo que alguns grupos, sobretudo os Kayapó, praticavam atos de violência, como ocorreu em 1780, com a morte dos moradores de um presídio construído nas proximidades de Conceição do Araguaia.

Luz Batista não ressalta em seus escritos a violência enfrentada pelos povos indígenas em Conceição do Araguaia e, com base na sua perspectiva e em suas “memórias infantis”, relata os perigos e a dificuldade que ela e sua família encararam quando viviam em Barreira do Santana. A ênfase é apontar para a coragem e a disposição ao trabalho, narrando castigos por meio da palmatória, o trabalho de fabricação de utensílios, vestimentas, alimentos, dentre outros, afirma se tratar de “Tempos passados, vida difícil por esses sertões isolados, distantes, desassistidos!”.¹⁹⁷⁵ O cotidiano de “sertanejos” e seringueiros é descrito dentro dessas condições, sendo que os mesmos enfrentavam casos de malária, falta de comunicação, alimentação, além da “ameaça dos índios” “ainda em estado selvagem”¹⁹⁷⁶ que eram acusados de realizar chacinas.

O medo de “ataque de índio” era fomentado por “causos” como o contado a Luz Batista pelo tio Severino de Souza Neves que teria encontrado um “fato sinistro” numa de suas viagens em busca de extrair látex num “povoado”

¹⁹⁷³ IANNI, Otávio. **A luta pela terra**: História Social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979, p. 05.

¹⁹⁷⁴ IANNI, 1979, p. 09.

¹⁹⁷⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 40.

¹⁹⁷⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 40.

“incrustado nos ermos dos gerais”: “Os índios teriam acabado com uma escola criada ali, onde estava morto o professor e todos os alunos em estado adiantado de decomposição”¹⁹⁷⁷. Esse, dentre outros relatos sobre a “crueldade dos índios”, provavelmente causava medo e permeava o imaginário de crianças e influenciado outras narrativas por eles contatados quando adultos, como a de Luz Batista que viveu parte de sua vida em lugares cercados por povos indígenas.

Além de indicar as situações de medo e violência, Luz Batista indica em seu livro que seu pai não praticou atos de violência contra povos indígenas em Mato Verde ou em outras áreas onde tinha “fazendas” como sugeriam algumas “acusações”. A autora se coloca como testemunha que nunca viu o pai maltratar ou assassinar nenhum indígena nos seguintes termos:

Andei com meu pai do Pará para o Mato Grosso debaixo de chuva e sol e nunca vi meu pai agredindo, batendo ou matando índio ou quem quer que seja.

Era o ódio encarniçado, a mentira interesseira, a infâmia consistente de uma máfia bem organizada, tendo inveja como pano de fundo.¹⁹⁷⁸

Luz Batista indica ainda que seriam os Xavante e Kayapó os mais temidos pelos “sertanejos” e outros povos como os Tapirapé e Karajá que eram hostilizados pelos primeiros. Aureli escreve que:

Convida-nos o cel. Lúcio irmos verificar os estragos provocados pelos índios caiapós. Antes de meter-nos novamente nas selas e quando sorvíamos o café, Lúcio narra:

- Vai para um mês enviei, certa manhã, até umas terras vizinhas, um carreiro e um menino que era meu sobrinho. Chamava-se, o carreiro, Xandoca e tinha dezoito anos. Meu sobrinho era José Lauriano da Luz. Foram e não mais retornaram. Quando começou entardecer resolvi ir à cata dos dois e fui encontrar o corpo de Xandoca atravessado por vários pontações, caído junto do carro. Tinha a roupa completamente rasgada, as calças caídas notando-se que os índios tinham-no brutalizado de forma impiedosa com os cabos das bordunas!¹⁹⁷⁹

Segundo o jornalista, Lúcio da Luz teria juntado “vários homens” e seguindo as “pegadas dos “pelados””, mas que não encontraram o outro jovem¹⁹⁸⁰.

¹⁹⁷⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. 41.

¹⁹⁷⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 88.

¹⁹⁷⁹ AURELI, 1952, p. 134.

¹⁹⁸⁰ AURELI, 1952, p. 134.

Além de relatos de atos de violência como esse, Aureli narra que os Kayapó saqueavam moradias e destruíam roças, como teria ocorrido num local em que avistou “fortes cercas entrelaçadas na forma sertaneja” na condição de meros “carvões”¹⁹⁸¹ após um desses ataques.

Luz Batista, indica que os Kayapó “eram terríveis”, pois além de matarem, “ainda carregavam mulheres e crianças”¹⁹⁸², de modo que em Mato Verde era recomendado que as crianças não se afastassem. Mesmo assim, teria ocorrido situações como a morte de Raimundo Xandoca e o rapto do seu filho João em 1940. Teria sido por meio de uma negociação realizada pelos irmãos Villas-Bôas que a volta do menino aconteceu anos mais tarde, embora sua permanência em Mato Verde tenha durado apenas por 8 anos, nos quais seria vigiado por Krumaré, um Kayapó, e seguido pelo seu retorno à uma aldeia daquele povo.

A presença de grupos de Kayapó na fazenda Ponta Porã, de Luz Batista, é narrada como motivo de medo pela autora. Por duas vezes, alguns Kayapó, dentre os quais, Krumaré, se aproximaram da sede da fazenda gerando medo, conforme narra Luz Batista no seguinte trecho que trata da primeira aproximação:

Minha mãe que morava com a gente, acostumada com as façanhas das zonas do Pará, onde viveu muitos anos dizia:
 - Nenem, escuta estes cantos. Isto não é pássaro, são os índios que estão nos rondando.
 - Que nada mamãe, é jacurutu mesmo. Embora pensasse que ela estava certa. Precisava encorajar. O medo é o pior fracasso.¹⁹⁸³

Apesar do medo, o grupo de Kaiapó teria se alimentado e seguido viagem em busca de remédios no SPI em Santa Izabel. A outra aproximação teria ocorrido quando Krumaré e a mulher foram até a fazenda e se envolveram no que Luz Batista denominou de “situação embaraçosa”¹⁹⁸⁴, uma vez que a mulher Kayapó teria ido tomar banho no rio e voltado nua, causando constrangimento ao marido e precisando se vestir rapidamente. A autora indica que Krumaré não aceitava os “costumes” de seu povo e “chegou a fazer plástica no lábio deformado”,

¹⁹⁸¹ AURELI, 1952, p. 134.

¹⁹⁸² LUZ BATISTA, 2003, p. 59.

¹⁹⁸³ LUZ BATISTA, 2003, p. 61.

¹⁹⁸⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 61.

tornando-se “[...] outro homem, bem vestido e elegante. Viajando por São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras. Perdeu a sua virgindade tribal”¹⁹⁸⁵.

Assim como os Kayapó, os Xavante eram temidos em Mato Verde e Luz Batista afirma que “dormia-se pouco” quando havia ventania e as praias do Rio Araguaia surgiam no “tempo de “curuçá”¹⁹⁸⁶ pois os Xavante faziam excursões saindo das proximidades do Rio das Mortes e iam caçar mais acima. Ademais, a autora apresenta outras situações de medo provocadas por relatos de assassinatos atribuídos aos Xavante como a morte de Thiauí e o ataque contra Curissiri que ficou surdo depois de pancadas de borduna na cabeça. A narrativa ainda descreve de forma dramática a morte do “Capitão Aratuma”, do povo Karajá, que teria sido atacado com um golpe de machado na garganta, quando coletava mel, fugindo até um barco onde desfaleceu e acabou sendo arrastado pela correnteza até as proximidades da aldeia crerrauá em Mato Verde. Apesar do capitão não ter falado quem o atacou, Karajá e “sertanejos” atribuíram a fatalidade a um ataque dos Xavante, de modo que a “[...] aldeia ficou alvoroçada e os brancos recém-chegados à região viviam sobressaltados.”¹⁹⁸⁷

Luz Batista indica ainda o medo que tinha de Kayapó e Xavante ao narrar uma situação em que teria ficado sozinha num acampamento enquanto seu pai e outros caçavam ariranhas. Segundo a autora, ao ouvir barulhos suspeitos:

Deixei a rede com a arma na mão, peguei a canoa que ficava no rancho, empurrei-a pro meio do rio. Depois lembrei-me que o Xavantinho é um rio estreito e eu podia ser atravessado pelas flechas dos índios xavantes que por ventura estivessem passando por ali.

Naquele estado de quase alucinação eu ouvi uma voz – Ei “Dauta” que você tá fazendo aí?

Eram os índios karajás que andavam caçando e estavam chegando na rancharia. Suspirei aliviada. Remei a canoa e fui fazer o café.¹⁹⁸⁸

O “alívio” de Luz Batista tinha relação com as relações estabelecidas com os Karajá, que apesar diferentes formas de violências, se estabeleceram através de mediações e alianças, uma vez que aquele povo provavelmente buscava a união

¹⁹⁸⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 62.

¹⁹⁸⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 58.

¹⁹⁸⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. 59.

¹⁹⁸⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 75.

com os moradores de Mato Verde a fim de enfrentarem possíveis ataques de Xavante e Kayapó. Luz Batista relata sua percepção sobre as relações entre os “sertanejos” e os Karajá que viviam nas aldeias Santa Isabel, Butontiru e Manoel Joaquim Andori, que ficava na Ilha do Bananal. Para a autora, não havia conflito, uma vez que Lúcio da Luz “recebeu a patente de capitão dos toris”¹⁹⁸⁹ e as mulheres de Mato Verde frequentavam suas aldeias, seja aos domingos, para buscar alimentos ou em noites de lua cheia, para assistir a dança do Aruanã.¹⁹⁹⁰

Porém, é preciso destacar que, quando escreveu sua narrativa, Luz Batista respondia a apontamentos de que o pai havia se apropriado de território¹⁹⁹¹ Karajá e, diante da existência de uma aldeia situada dentro da área urbana de Luciara, indica que a mesma não existia quando da chegada de Lúcio da Luz e os outros em Mato Verde:

Ali como querem alguns não era aldeia e nem era roça dos índios. Por ocasião da chegada dos brancos e os índios moravam na praia em frente ao referido capão de mato.

Durante as cheias eles iam morar no morro de areia, situado abaixo da área onde está assentada a chácara de Francisco Kleinsmith.

Ali era também a morada do patriarca Marraú com seus filhos. A aldeia de Kré-hõwan, cujo capitão era o José Caolho Antiure, foi assim chamada por causa dos pássaros de nome Martin Pescador.

Esses pássaros moravam em grandes quantidades nos buracos que faziam na Barreira, acima de Mato Verde.¹⁹⁹²

Trata-se de uma questão importante para a autora, pois além desse trecho, de forma abrupta, quebrando a narrativa e sem inserir considerações posteriores, Luz Batista insere a cópia de uma declaração escrita à mão e assinada por Antônio Pereira de Macedo, que havia sido missionário no PI da Missão Adventista do Sétimo Dia na aldeia do Fontoura na Ilha do Bananal entre os anos de 1931 a 1936. Nessa declaração, datada de 1990, consta a seguinte afirmação: [...]

¹⁹⁸⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 32. *Tori* é a expressão utilizada pelos Karajá para se referirem aos “outros”, os “não índios”.

¹⁹⁹⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 33.

¹⁹⁹¹ Ressalta-se que um território indígena, após a Constituição Federal de 1988, é constituído não apenas pela área onde estão situadas as aldeias, mas por áreas de caça, coleta, pesca e locais que tenham relação com sua cosmologia. Nesse sentido, independente da aldeia ser ou não no ponto onde Mato Verde foi instalado, essa área poderia ser delimitada como “território tradicionalmente ocupado” caso os Karajá reivindicassem e ocorresse o processo administrativo pela FUNAI.

¹⁹⁹² LUZ BATISTA, 2003, p. 32.

conheci uma aldeia situada numa praia no meio do Araguaia, conheci também o fazendeiro Lúcio da Luz, quando veio do Pará e situou a sua fazenda num lugar que deu o nome de Mato Verde, que hoje é Luciara. Encerrando assim disse: Afirmo que onde foi assentada Mato Verde não era aldeia de índio Karajá.”¹⁹⁹³ Dessa forma, é possível identificar que a inserção de imagens de documentos como esses em sua obra foi utilizada para “provar” que sua narrativa era a “verdadeira história” legitimada por testemunhos como o do missionário.

Além disso, a narrativa de Luz Batista apresenta trechos em que aborda a relação com os Tapirapé, com destaque para sua narrativa de como Lúcio da Luz acolheu um grupo que havia fugido após um ataque dos Kayapó, trazendo “depoimentos de testemunhas”, sejam vaqueiros ou familiares que recordavam daquela situação, como um relato atribuído à Maria Claudio que indica que: “... o Sr. Lúcio, comprou as roças de mandioca plantados pelos seus vaqueiros João Braga, Sansão, Aleixo Costa, as margens esquerdas do rio Xavantinho na antiga fazenda Santo Antônio”.¹⁹⁹⁴

Seria essa a atitude de Lúcio da Luz ao ser procurado pelo grupo de Tapirapé que buscava abrigo, proteção e alimentação depois de fugir de sua aldeia atacada. Esse “fato” foi inserido em diferentes narrativas que afirmam ter ouvido a narrativa dos Tapirapé, como a de Aureli, que ouviu sobre o ataque ao “aldeamento Tampiri” numa visita a um grupo de Tapirapé que teriam relatado que os Kayapó mataram vários homens, algumas mulheres e “carregaram seis mulheres jovens”, sendo que os sobreviventes tiveram que fugir. Segundo o jornalista:

Narram-me da forma com que encontrou guarida junto ao Lúcio, o homem que jamais os abandonou. Lá estão para três anos e viveram e vivem daquilo que o generoso sertanejo lhes proporciona.

- *Terra nu boa aqui* – diz Praxuí¹⁹⁹⁵, mostrando-me o trato de solo árido e onde teima em querer plantar - *Banana nu dá... macaxeira nu dá... Mim quê terra boa... mim quê pé-pé longe, mas Lúcio num deixa, fala “Caiapó mata oxê índio” e eu medo fica.*¹⁹⁹⁶

¹⁹⁹³ LUZ BATISTA, 2003, p. 35.

¹⁹⁹⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 100.

¹⁹⁹⁵ Esse trecho da narrativa é marcado pela tentativa de transcrição da fala do indígena, de modo que as palavras com problemas ortográficos são oriundas da fonte que as inseriu intencionalmente.

¹⁹⁹⁶ AURELI, 1952, p. 131.

Apesar da inserção de uma suposta fala de um Tapirapé a fim de trazer legitimidade à narrativa de Aureli, é possível considerar que relatos dessa natureza tenham sido feitos ao jornalista, indicando que aquele grupo, apesar de ser acolhido por Lúcio da Luz, enfrentou uma situação de escassez de alimentos provocada pela não adaptação à terra longe de seu território. De acordo com Aureli, aquele grupo estaria reunido num “pequeno vilarejo” que o jornalista teria identificado mesmo à distância por conta do “cheiro azedo que parece incrustado nessa raça meiga e trabalhadora¹⁹⁹⁷” e que teve contato após Lúcio da Luz ter indicado a direção.

Entretanto, outras narrativas sobre esse episódio e que foram escritas por pesquisadores sem relações de amizade como Aureli ou de parentesco como Luz Batista, contribuem para problematizar as relações entre Lúcio da Luz e os povos indígenas. Assim sendo, as narrativas dos antropólogos Herbert Baldus e Charles Wagley são fundamentais, pois incorporaram relatos orais dos Tapirapé em relação a Lúcio da Luz e ao episódio do ataque dos Kayapó.

A narrativa de Wagley apresenta Lúcio da Luz como um “sertanejo” que “[...]desempenhou importante papel na história dos Tapirapé, quando expandiu suas atividades agropecuárias para dentro do território indígena”¹⁹⁹⁸. O antropólogo afirma que os “brancos” como Lúcio da Luz e os moradores de “povoados” como Mato Verde seriam uma ameaça para os Tapirapé, ao passo que outros como Valentim Gomes do SPI, as irmãszinhas de Jesus e o padre Francisco Jentel teriam sido os responsáveis por evitar a “exploração por parte dos sertanejos”.¹⁹⁹⁹

Mudanças a partir do contato dos Tapirapé com os “sertanejos” também foram apontadas por Baldus, pois afirma que, após a primeira visita de Charles Wagley, “[...] os contatos entre Tapirapé e “sertanejos” começaram a tornar-se cada vez mais frequentes e intensos.”²⁰⁰⁰ Após ter permanecido junto aos Tapirapé em 1947, o antropólogo elaborou um relatório dirigido ao SPI, parcialmente incorporado na obra de 1970 que apresenta uma narrativa que não deu ênfase de Baldus ao esbulho territorial, indicando que o “povoamento” e “[...] a ocupação das terras dos índios por essa gente começou há cerca de cinco anos e representa

¹⁹⁹⁷ AURELI, 1952, p. 130.

¹⁹⁹⁸ WAGLEY, 1988, p. 35.

¹⁹⁹⁹ WAGLEY, 1988, p. 65-66.

²⁰⁰⁰ BALDUS, 1970, p. 48.

aspectos característicos de processos repetidos, com certas variantes, durante a colonização do Brasil”. No caso do “povoamento” de parte do território dos Tapirapé, a presença de Lúcio de Luz foi destacada, pois:

O líder é um fazendeiro de nome Lúcio Penna²⁰⁰¹ da Luz, que mora em Mato Verde, vilarejo formado em 1934 na margem mato-grossense do Araguaia e a cerca de 15 léguas acima da foz do Tapirapé. No decorrer do tempo, tornou-se conhecido o fato de ser relativamente fácil levar gado deste rio a Mato Verde, fazendo-se a viagem por terra de Porto Velho até lá, em um dia e meio. Assim, moradores de Furo de Pedra e da Barra do Tapirapé subiram este rio para estabelecer-se na margem esquerda.²⁰⁰²

O etnólogo considerava que aquele espaço, após cessar “toda a navegação regular do meio Araguaia”, teria ficado na dependência de Lúcio da Luz, já que “a vida nos mencionados dois lugares piorou até o desespero, pois não havia mais saída para os seus produtos”, e dessa forma:

Ficava em toda a zona um único homem que os comprava: o sr. Lúcio. Ele era e é também o principal fornecedor das principais mercadorias das quais os sertanejos necessitam: sal e algum pano para se vestir. E dá fiado. Eles vendem a esse dono de um motor, de uma casa de telhas e de milhares de cabeças de gado, o pouco de arroz e farinha de mandioca que lhes sobra, e alguma rês da meia dúzia que constitui a sua fortuna. **E falam bem do homem, considerando-o o seu maior benfeitor.**²⁰⁰³

Assim sendo, teria ocorrido uma “atração mútua” que “levou o sr. Lúcio e a clientela a encontrarem-se no meio do caminho”.²⁰⁰⁴

Ele [Lúcio da Luz] instalou uma fazenda no Alto Tapirapé e a gente da barra deste rio e de Furo de Pedra estabeleceu-se mais ou menos pegado, isto é, em Porto Velho e de lá terra adentro e rio acima. Mas como sucede com a maioria dos povoados do Araguaia, as inundações anuais cercam igualmente as moradas novas do rio Tapirapé, de modo que também aqui, durante longos meses, a canoa substitui o cavalo nas visitas ao vizinho. Naturalmente, em tal ambiente o amanhã do solo continua muito restrito, o que, aliás, corresponde à índole nômade desses pequenos criadores de gado com sua tendência para o aproveitamento extensivo e não intensivo da terra.²⁰⁰⁵

²⁰⁰¹ O nome está errado no documento.

²⁰⁰² BALDUS, 1970, p. 48. (Grifos meus).

²⁰⁰³ BALDUS, 1970, p. 48. (Grifos meus).

²⁰⁰⁴ BALDUS, 1970, p. 48

²⁰⁰⁵ BALDUS, 1970, p. 48.

Dessa forma, a narrativa reforçou que as relações entre Lúcio da Luz e seus “vizinhos” teria sido marcada por trocas comerciais e pelo ritmo da natureza. Como parte de um relatório destinado ao SPI, o etnólogo destaca sua compreensão sobre esses contatos entre indígenas e os “sertanejos” da seguinte maneira:

Assim, esse tipo de sertanejo nascido à margem da nossa sociedade e formando, há séculos, **a vanguarda da nossa civilização na penetração do Brasil**, vai para a frente, sempre para a frente, deixando atrás de si os enormes **espaços vazios** tão característicos deste país. Ele chama de 'sertão bruto' a terra ainda não bem conhecida por ele e pelos seus semelhantes, e ao estabelecer-se nela, não tem escrúpulos de considerá-la sua. É o **etnocentrismo** que o impede de compreender o fato de todo o sertão não percorrido pelo branco ter dono. E este dono, isto é, o índio, não costuma passar, em geral, os limites de seu território, respeitando escrupulosamente os confinantes, se não pretende guerrear ou comerciar. Sendo o etnocentrismo a tendência muito humana de encarar todas as coisas exclusivamente sob o ponto de vista do próprio povo como se este, com os seus conceitos, fosse o centro do mundo, não é de estranhar que, amiúde, aquilo que se afigura como “bruto” para nós, não o é para homens de outra cultura. **Semelhante atitude leva pessoas com horizonte intelectual tão limitado como o dos sertanejos a ver as diferenças entre si e os índios de tal modo avultadas que estes não lhes parecem ser “gente”**. Tomando isso como premissa, agem com lógica impecável se concluem ser devoluta a terra dos aborígenes. E as autoridades que ratificam esta conclusão, não se mostram menos etnocêntricas.²⁰⁰⁶

Nesse trecho, é possível identificar a concepção ambígua do etnólogo em relação aos “sertanejos”, pois seriam a “vanguarda da civilização na penetração do Brasil” e, ao mesmo tempo, aqueles que se apropriam de territórios dos povos indígenas por conta de seu etnocentrismo e da limitação de seu “horizonte intelectual”. Baldus apresenta uma impressão positiva sobre os “sertanejos”, indicando que não deseja “[...] pintar os ocupantes do Tapirapé como invasores furibundos. **São pessoas humildes e de ingenuidade comovente**, representando o que se convencionou designar como **“gente boa”**.”²⁰⁰⁷ Ademais, os “choques” entre esses sertanejos e os Tapirapé são descritos pelo etnólogo como “moles”, se comparados com aqueles vivenciados por esse povo com os Xavante e Kayapó:

Parece que não é só pela própria inferioridade numérica que procuram ter paz com os índios tratando-os com benignidade.

²⁰⁰⁶ BALDUS, 1970, p. 48. (Grifos meus).

²⁰⁰⁷ BALDUS, 1970, p. 49. (Grifos meus).

Apesar disso, naturalmente, os choques são inevitáveis. Há os encontros em que não corre sangue. Interesses econômicos encontram-se na zona de caça e pesca dos Tapirapé e estes ficam privados de proteína. São de outra espécie os interesses que propagam a gonorreia entre os Carajá. Mas em ambos os casos trata-se de índios tão amáveis que esses encontros, apesar de suas consequências funestas para as tribos, apresentam-se aos sertanejos quando muito, como “choques moles” em comparação com os que sofreram de índios de têmpera bem diversa, a saber, dos Caiapó e Xavante.²⁰⁰⁸

A partir dessa compreensão, Baldus dedica um capítulo para tratar do contato dos Tapirapé com os “brancos” e outro sobre os contatos e conflitos entre os povos indígenas presentes nas margens do Rio Araguaia. Porém, em alguns trechos da narrativa, o etnólogo alerta sobre a baixa densidade demográfica daquele povo provocada pelo contato com doenças, além da “influência direta e indireta dos brancos em sua totalidade” que teria “empobrecido” a cultura Tapirapé²⁰⁰⁹, reforçando sua perspectiva estática de cultura.

Essa perspectiva de Baldus indica que o “[...] estado atual dos Tapirapé expondo-os a contatos contínuos e cada vez mais intensos com os brancos acelera o processo das perdas culturais”, de modo que, em 1955, “segundo me informou o padre Francisco dos religiosos franceses estabelecidos ao lado da aldeia nova, os Tapirapé já tinham copiado dos sertanejos as casas com parede de pau a pique e telhados cobertos de folhas de piaçava.”²⁰¹⁰ É fundamental destacar que aquele trabalho etnográfico tinha como objetivo principal, registrar e descrever a cultura de um povo indígena que estava fadada ao desaparecimento, sobretudo, com a alarmante situação de redução no número de Tapirapé²⁰¹¹ que o etnólogo observou diante de epidemias de doenças trazidas pelo contato com os “brancos” e outros povos indígenas já infectados.

²⁰⁰⁸ BALDUS, 1970, p. 49.

²⁰⁰⁹ BALDUS, 1970, p. 51.

²⁰¹⁰ BALDUS, 1970, p. 53.

²⁰¹¹ Baldus (1970, p. 76-77), apresenta quadros com um número de 130 indivíduos em 1938 e 59 em 1947. Citou ainda que em 1953, Wagley havia encontrado apenas 51, e dez anos depois, apenas 62. O autor citou uma estimativa de 1000 a 1500 Tapirapé que teriam sido relatados em fontes documentais. (BALDUS, 1970, p. 75).

Diante dessa abordagem fatalista, Baldus indica que os “sertanejos” seriam “gente boa” no trecho reproduzido por Soares²⁰¹² e Luz Batista, ao passo que para Wagley seria justamente o esbulho territorial provocado por esses agentes históricos o que possivelmente levaria ao desaparecimento dos Tapirapé. Apesar de ter sua narrativa negligenciada em narrativas históricas sobre Luciara²⁰¹³, Wagley escreve sobre a relação de Lúcio da Luz com os Tapirapé e afirma que o mesmo seria acusado de assassinato. Apesar disso, sua narrativa indica que Lúcio da Luz havia abrigado um grupo de Tapirapé após um ataque realizado pelos Kayapó, pois:

[...] os Kaiapó queimaram pelos menos três malocas e a casa dos homens, levando consigo algumas mulheres e meninas. Também saquearam a aldeia, carregando tudo o que pudesse ser transportado. O povo de Tampiitawa fugiu: **muitos procuraram refúgio na fazenda do Sr. Lúcio da Luz, no rio Tapirapé.** Outros caminharam para a desembocadura do Tapirapé, no rio Araguaia, onde Valentim Gomes, devido à sua experiência com esses índios, tinha sido contratado como agente do novo posto do Serviço de Proteção aos índios (SPI) ...”.²⁰¹⁴

O antropólogo ainda afirma que alguns Tapirapé voltaram para a aldeia, Chichutawa, onde três pessoas permaneceram 25 anos, até se reunirem com seus parentes no território que habitavam com as Irmãzinhas de Jesus, na década de 1970, depois de terem sido considerados mortos²⁰¹⁵. Seriam esses os sobreviventes:

Exceto por este punhado de pessoas que continuou a viver em Chichutawa, a sociedade Tapirapé não existiu de 1947 a 1950. Os habitantes de Tampiitawa [aldeia], divididos em pequenos grupos familiares, ficaram dispersos entre os brasileiros. **O Sr. Lúcio de Luz, que já havia estendido suas atividades pecuárias à região norte do rio Tapirapé, auxiliou umas poucas famílias, dando-lhes farinha de mandioca.** Outras estavam vivendo parasitariamente junto a Valentim Gomes, no Posto Indígena. As restantes foram morar com brasileiros no Furo de Pedra. Os Tapirapé se referem a esse tempo como um período de fome, quando morriam tanto crianças quanto adultos.²⁰¹⁶

²⁰¹²SOARES, Luiz Antonio Barbosa. **Trilhas e caminhos:** Povoamento não-indígena no Vale Araguaia-MT, na primeira metade do séc. XX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, 2004.

²⁰¹³ Esse é o caso da narrativa que o cita apenas trechos nos quais o antropólogo descreve o Furo de Pedra (SOARES, 2004, p. 45 e p. 81), não indicando que o autor acusa Lúcio da Luz de assassinato.

²⁰¹⁴WAGLEY, 1988, p. 62. (Grifos meus).

²⁰¹⁵WAGLEY, 1988, p. 62.

²⁰¹⁶WAGLEY, 1988, p. 64.

É possível identificar nos trechos da narrativa de Wagley que citam Lúcio da Luz, referências ambíguas quanto à postura de um homem que “auxiliou” parte dos Tapirapé e paralelamente, expandia seus domínios através do esbulho de parte de seu território por ele descrito.²⁰¹⁷ Apesar disso, sua narrativa aponta para fatos também indicados por Luz Batista, como a acolhida dos Tapirapé por Lúcio da Luz na “fazenda” São Pedro, onde o mesmo residia em 1948, e de onde foram conduzidos, três anos depois, para as dependências do PI Heloísa Torres, de modo a sobreviver e sair da “lista de tribos e ser extinta no Brasil”²⁰¹⁸. Segundo a autora:

Esta é a versão verdadeira das muitas estórias que têm sido escritas por quem não conhecem a origem dos acontecimentos e vão escrevendo, o que ouvem de quem não tem conhecimento de causa, gerando constrangimento na forma do que escreveu um antropólogo americano, Charles Wagley, em seu livro “Lágrimas de boas-vindas” em referência ao encontro dos tapirapés do grupo que tinham se dispersado nas matas quando da agressão sofrida por eles dos índios caiapós.

Charles, não escreveu que os sobreviventes encontraram naquele fazendeiro um protetor durante 3 anos.²⁰¹⁹

Percebe-se um tom combativo à narrativa de Wagley, motivada pela “acusação” de assassinato que recaía sobre Lúcio da Luz relatada pelo antropólogo em paralelo ao provável desconhecimento de seu conteúdo, uma vez que existem ao menos dois trechos que atestam que o “sertanejo” teria acolhido um grupo de Tapirapé. É possível ainda que Luz Batista optou por *silenciar* aquela narrativa em detrimento da elaborada por Baldus por ela citada, marcadamente permeada por elogios a Lúcio da Luz, nos seguintes termos:

Quem salvou os fugitivos foi o sr. Lúcio Penna da Luz, dando-lhes abrigo e comida. Em setembro de 1948, Harald Schultz, meu saudoso assistente no Museu Paulista, encontrou a maior parte deles morando em galpões da fazenda São Pedro, propriedade do sr. Lúcio, situada na margem direita do Tapirapé. Outro grupo se retirou até o posto do Serviço de Proteção aos Índios instalado próximo à foz do mesmo rio. Assim, todos os remanescentes de Tampiitaua [aldeia Tapirapé] ficaram na dependência direta de representantes da nossa civilização.²⁰²⁰

²⁰¹⁷ WAGLEY, 1988, p. 49; 52).

²⁰¹⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 99.

²⁰¹⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 100-101.

²⁰²⁰ BALDUS, 1970, p. 50.

Existem ainda outras narrativas que abordam a relação entre os “sertanejos” e povos indígenas que não são analisadas, mas que indicam como aquele espaço estaria imerso numa *situação de fronteira* na qual esses agentes históricos estavam envolvidos em dinâmicas complexas. Segundo um trecho da narrativa de Martins:

Em vários casos, a chegada dos civilizados se deu praticamente no mesmo período de confrontos devastadores entre diferentes tribos. Há pouco menos de meio século, um etnólogo relatava o estado de pânico que se apossara dos índios Tapirapé, do Mato Grosso, em relação aos seus mais perigosos inimigos, os Kayapó. A mais intensa aproximação da frente de expansão de seu território coincidia com o fato de que “os Kayapó não somente avançam em direção ao Araguaia para acabar com os sertanejos e suas casas. Marcham para o sul atacando Tampiitaua”, a aldeia tapirapé (cf. Baldus, 1970, p. 49)²⁰²¹.

O encontro, portanto, para esses grupos, se deu em momentos dramáticos, acrescentando um inimigo de certo modo inesperado aos inimigos conhecidos. Compreende-se que várias dessas tribos²⁰²² tenham aceito e até procurado a sujeição aos brancos. E tenham imediatamente se disposto a colaborar na atração e contato de tribos inimigas. Frequentes vezes, no fundo, os índios imaginaram que estavam envolvendo os civilizados em seus próprios conflitos²⁰²³.

Apesar da complexidade dessas relações e suas especificidades que não são aqui analisadas, a problematização dessas narrativas indicam elementos das complexas relações entre os “sertanejos” de Mato Verde, sobretudo Lúcio da Luz, com relação aos diferentes povos indígenas presentes e territorializados nas áreas por ele apropriadas. Paralelamente, essas narrativas constroem *representações* sobre esses povos, indicando que Karajá e Tapirapé seriam “pacíficos” e diferentes dos “terríveis” Xavante e Kayapó.

Essa mesma dinâmica pode ser observada ao considerar um espaço apropriado por parentes de Lúcio da Luz e moradores de Mato Verde em meio a um território Xavante e que veio a ser conhecido como São Félix do Araguaia.

²⁰²¹ O autor insere a seguinte informação na nota número 30: “No mesmo ano do relato de Baldus, os Tapirapé foram de fato atacados pelos Kayapó (cf. Wagley, 1977, p. 31).”.

²⁰²² Ressalta-se que apesar da citação de um pesquisador renomado, essa narrativa não adotará a concepção de “tribos” indígenas, uma vez que a noção carrega uma perspectiva evolucionista presente no campo da Antropologia do século XIX, refutada posteriormente para indicar os povos indígenas no Brasil.

²⁰²³ MARTINS, 1996, p. 39.

Segundo Chaves, alguns dos moradores de Mato Verde decidiram procurar outras áreas para se fixarem para além dos domínios de Lúcio da Luz:

Há coisa de um ano, aí por volta de 1944, alguns sertanejos criadores de gado, com as famílias, se estavam fixando na Gariroba, ocupando aquele velho ponto das tradicionais travessias de boiadas.

Liderava aquele pioneiro grupo de bravos sertanejos um singular personagem chamado Severiano Neves.²⁰²⁴

Severino Neves teria passado pelo município de Altamira, no Pará, onde trabalhou nos castanhais “[...] do Rio Fresco e fixou residência no povoado de São Félix, na embocadura daquele afluente com o Xingu”, onde “prosperou, montou comércio, amealhou economias.”²⁰²⁵ Depois, foi para Conceição do Araguaia onde se dedicou à criação de gado e se casou com Fabriciana Pereira da Luz, “irmã do intrépido pioneiro e sertanista Lúcio da Luz”.²⁰²⁶ Mesmo com a morte da esposa, esse “sertanejo” teria seguido cunhado para Mato Verde e ali permanecido até que:

O mesmo fenômeno de amplo povoamento e desenvolvimento da criação de gado que outrora provocara o êxodo de Lúcio da Luz e seus amigos e resultara no surgimento de Mato Verde, agora se repetia naqueles campos do Mato Grosso.

Desta vez era Severiano Neves o idealizador da nova mudança. Escolhera a Gariroba, quinze léguas acima de Mato Verde.²⁰²⁷

De acordo com Chaves, Lúcio da Luz não aceitou pacificamente a decisão de Severino Neves sair de Mato Verde e teria se sentido “traído” por aquela “deserção” e “quebra de um compromisso celebrado entre todos os desbravadores do primeiro instante”, de modo que:

O gesto de Severiano era, pois, uma rebeldia. Uma atitude de independência que o feria.

Por isso rompeu com Severiano.

Mas Severiano estava decidido a fundar sua própria “República”! Não temeu as zangas do cunhado e fez mais: convidou outros pioneiros de Mato Verde e acenou-lhes com a liberalidade do livre comércio.²⁰²⁸

²⁰²⁴ CHAVES, 198?, p. 373.

²⁰²⁵ CHAVES, 198?, p. 373.

²⁰²⁶ CHAVES, 198?, p. 373.

²⁰²⁷ CHAVES, 198?, p. 374.

²⁰²⁸ CHAVES, 198?, p. 374.

Longe das regras de Lúcio da Luz, os moradores construíram moradias e se apropriaram de espaços e da natureza, mesmo que cientes da presença dos Xavante que, conforme indica Chaves, tinham ali seu território:

Severiano, refletindo sobre aquela região de campos e cerrados, território xavante limitado além Mato Verde, dezesseis léguas abaixo, onde, no Araguaia, deságua na margem esquerda o Tapirapé; por este subindo cinco léguas na margem direita, até a embocadura do afluente Xavantino; por este subindo em direção sul mais de quarenta léguas, no ponto em que se situam as suas nascentes. E Araguaia acima, até entrar no Mortes, na margem esquerda e subindo-o além Xavantina, por toda tão vasta extensão, vivia, caçava e guerreava a grande nação indígena.²⁰²⁹

A partir dessa situação, o nome teria sido escolhido como uma “[...] uma homenagem e evocação ao santo da devoção de todos aqueles que moram nas vizinhanças de tribos indígenas. São Félix é o padroeiro e protetor dos sertanejos que percorrem regiões sujeitas aos ataques silvícolas.”²⁰³⁰ A nomeação daquele espaço seguia uma dinâmica assim indicada por Martins:

Várias localidades da Amazônia receberam o nome de *São Félix*, inclusive no período recente. É que São Félix, na crença católica popular, é o santo que protege o homem contra *os animais peçonhentos e os índios*. Na região, os não-índios, brancos ou não, chamam a si mesmos de *cristãos*. E classificam os índios como *caboclos*, isto é, pagãos, por oposição aos cristãos. Certa vez, em São Félix do Araguaia (no Mato Grosso), caminhando pela rua à beira do rio, ouvi quando algumas crianças começaram a ofender um índio karajá que passava. Perguntei-lhes porque faziam aquilo, pois o índio era gente como elas e elas certamente não gostariam que alguém lhes fizesse o mesmo.

Um dos meninos disse-me com espanto: “Ele não é gente como eu. Ele é caboclo e eu sou cristão!”²⁰³¹

Para além dessas *representações* sobre *o outro* e a nomeação do espaço em *relações de poder* específicas, os moradores de São Félix do Araguaia se envolveram em situações marcadas pela violência, de modo que é descrito na narrativa dos irmãos Villas-Bôas da seguinte forma:

São Félix, à margem esquerda, abaixo da foz do rio das Mortes, era um correr de casas à beira do rio e lá, na ponta da rua, um avanço de ranchos no rumo da lagoa, que, mais propriamente,

²⁰²⁹ CHAVES, 198?, p. 375.

²⁰³⁰ CHAVES, 198?, p. 373.

²⁰³¹ MARTINS, 1996, p. 35-36.

não passava de um modesto banhado. Severino da Luz²⁰³² e Bento de Abreu, os fundadores do povoado, até há pouco viviam por lá. Não foi fácil fazer com que o povoado vingasse. Como o povoado estava defronte à reserva da ilha do Bananal, o Serviço de Proteção ao Índio da época, apoiado num truculento tenente da Polícia goiana, pretendia transferir o povoado para outro lugar. Não fosse a teimosia de Severino da Luz e a ajuda dos demais moradores que ali estavam se “alicerçando”, não teriam sido frustrados os esforços do inspetor de índios e do tenente.²⁰³³

Essa narrativa apresenta um posicionamento dos irmãos Villas-Bôas favorável à permanência dos moradores em São Félix do Araguaia, considerando errônea a tentativa do SPI e reforçando as ações dos “fundadores do povoado”.

Por sua vez, Chaves se posiciona ao afirmar que os “pioneiros” de São Félix do Araguaia²⁰³⁴ não receberam nada do Governo “pelo trabalho desbravador e pioneiro”²⁰³⁵ realizado e que

[...] o Estado quando deles tomou conhecimento foi para lhes impor a organização de um distrito, depois um município, para lhes angariar votos e lhes sangrar com taxas e impostos.

Nenhum cadastramento se processou para lhes resguardar ao menos um diminuto direito à vida, à terra, aos bens e patrimônios. Em nome da necessidade de desenvolver e robustecer a economia do Estado, o Poder Público não respeitou sequer as populações indígenas e entregou a terra em porções imensas, às multinacionais e aos grandes grupos colonizadores que, no sul, se organizaram para o assalto.

Não escapou à sanha capitalista dos novos tempos nenhum daqueles pioneiros.

Aqueles que não foram despejados pela força, assassinados ou torturados, despojados de seus haveres, tratados como criminosos, tiveram que sujeitar-se ao emprego servil nas grandes propriedades que se formaram.²⁰³⁶

Sua narrativa indica situações conflitivas envolvendo os moradores de São Félix do Araguaia com relação aos Xavante e à autoridades governamentais que marcaram o *processo histórico* de apropriação do espaço e da natureza pelos primeiros em paralelo à resistência dos indígenas frente ao esbulho territorial.

²⁰³² Os autores cometeram um engano, por Severino era cunhado de Lúcio da Luz, e tinha como sobrenome “Neves”.

²⁰³³ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 610.

²⁰³⁴ O autor indica nominalmente Severiano Neves, Ateneu Luz, Bento de Abreu, João Irineu, Maria Dias, Roxo, José Lagoa, Pernambucano e os irmãos João e José Martins. (CHAVES, 198?, p. 376.

²⁰³⁵ CHAVES, 198?, p. 376.

²⁰³⁶ CHAVES, 198?, p. 376.

Todavia, esses e outros conflitos com os povos indígenas foram narrados em sua significativa maioria a partir da perspectiva dos moradores de São Félix do Araguaia, tal como os de Mato Verde.

Para além dessas relações interétnicas, é fundamental problematizar as relações existentes entre os moradores desses aglomerados humanos situados nas margens do Rio Araguaia, tendo como foco Mato Verde. Entre *práticas sociais e relações de poder* específicas, algumas narrativas trazem tanto *representações* como elementos de dinâmicas nas quais a figura de Lúcio de Luz é destacada.

4.8. Narrativas sobre Lúcio da Luz e suas *representações* como “pioneiro”, “desbravador”, “líder”, “coronel”, “autoritário”

Lúcio Pereira da Luz foi um homem dinâmico que conseguiu acompanhar as mudanças e a *aceleração do ritmo temporal* no *processo histórico* de apropriações de espaços e de natureza situados nas margens do Rio Araguaia. Assim sendo, algumas narrativas construíram *representações* sobre esse agente histórico, o categorizando “pioneiro”, “colonizador” e “desbravador dos sertões” por ter saído de Barreirinha e se instalado num local onde, com o trabalho de familiares, agregados e vaqueiros, construiu Mato Verde a partir da terceira década do século XX.

Após a instalação dos primeiros “sertanejos”, Lúcio da Luz passou a se apropriar de outras áreas onde estabeleceu “fazendas” com famílias que criavam ali parte de seu rebanho concomitantemente com outras atividades econômicas como a cata de ovos de tartaruga, caça de animais silvestres para retirar peles e além do comércio de produtos com um “batelão”. O monopólio da compra e venda de gado de outros criadores situados naquele espaço também contribuiu para que Lúcio da Luz se tornasse um dos maiores comerciantes de gado das redondezas.

Sua prosperidade econômica se alinhava com sua legitimidade em ditar as regras das atividades de outros moradores de Mato Verde e de suas “fazendas”, de modo que algumas narrativas o identificam com um “líder”, “coronel”, “autoritário” e com “excentricidades” que dinamizavam o convívio nas primeiras décadas de Mato Verde. Ademais, sua trajetória foi marcada por controvérsias sobre algumas de suas ações e por acusações de que o “coronel” teria cometido

assassinatos e/ou infringido a lei de outras formas, como a recusa em pagar impostos para o município de Conceição do Araguaia, como narra por Luz Batista.

Tais afirmações tem como base diferentes narrativas que trazem trechos sobre esses elementos da trajetória de Lúcio da Luz, sendo que algumas agregam *representações* desse agente histórico tanto como “pioneiro” e “desbravador”, quanto como “autoritário” e “excêntrico”.

Tanto Luz Batista quanto Aureli, Chaves e Diniz trazem a perspectiva de que Lúcio da Luz seria um “desbravador”, “pioneiro” e “líder”, como trechos anteriormente citados. Destaca-se ainda que a partir de sua busca pela “origem” dos municípios, Varjão coloca Lúcio da Luz como “pioneiro” e “desbravador” em alguns trechos de sua narrativa como esse:

Nas palavras do historiador José Ranulfo Luz, conforme material histórico fornecido, no dia 6 de março de 1934 saíra de Barreirinha de Aricá, no Estado do Pará, Município de Conceição do Araguaia, uma **excursão de pioneiros desbravadores**, com destino a procurar terras mais promissoras e que proporcionassem melhor pastagem para criação de gado; eram onze **desbravadores de sertões bravios**: Lúcio Pereira da Luz, Pedro Nonato, Joaquim Fernandes de Souza (Joaquim Rosário), Ananias Vasconcelos, João Silbério (Roxo), Antônio Silva Mundim, Francisco Gomes, José Xavier (Secretário), Severino Neves, Altino Pinheiro da Luz, Raimundo Vasconcelos (Branco) e João da Silva (Fogaça), que saíram resolvidos a enfrentar as intempéries e a rusticidade das brenhas sertanejas, a agressividade das feras e as hostilidades do meio.²⁰³⁷

Além de indicar que o espaço e sua natureza seriam repletos de “intempéries e a rusticidade” e pela “agressividade das feras e as hostilidades do meio”, Varjão destaca a ação dos 11 “desbravadores de sertões bravios” que naquele local²⁰³⁸ “se acamparam e designaram alguns companheiros para exploração dos arredores” e, “depois de assentados os primeiros fundadores daquela singular colonização”, “Lúcio da Luz, como um **comandante de larga visão**, foi decidido para cada um de seus companheiros a localização das respectivas fazendas de criação e o tipo de lavoura principal que deveria ser praticada...”²⁰³⁹ Nesse em outros trechos de sua narrativa, Varjão insere categorias ligadas ao militarismo

²⁰³⁷ VARJÃO, 1985, p. 194. (Grifos meus).

²⁰³⁸ Local foi assim descrito na narrativa de Varjão (1985, p. 195): ““Mato Verde”, local de uma barreira alta do rio, onde as enchentes daquele ano [1934] não teriam alcançado”.

²⁰³⁹ VARJÃO, 1985, p. 195. (Grifos meus).

como “coronel” e “comandante”, além de indicar que Lúcio da Luz seria o “chefe” de Mato Verde e das “fazendas”²⁰⁴⁰.

Sob a liderança de Lúcio da Luz, esses “pioneiros” teriam realizados “grandes feitos” no entendimento do autointitulado “historiador vivente”, como numa ocasião em que teriam matado onze onças pintadas e seis onças suçuaranas em 16 dias, assim justificada por Varjão:

Julgaram que a infestação da área de muitas onças e cobras venenosas, **além da agressividade, pela presença aos redores dos indígenas Caiapós e Xavantes**, fossem motivos de desistência. Entretanto houve a disposição do chefe de ali permanecer, orientando que: **com boas armas, muitas munições e cachorros, tudo seria evitado**, não haveria local melhor, ali existiam madeiras, palhas para a cobertura dos ranchos e casas, sendo o local rico em cocos e de bom clima.²⁰⁴¹

O que seria uma “grande feito” atribuído a esses agentes históricos pode ser identificado como uma ação de apropriação de um espaço e de impacto sobre a natureza que era “infestada” de animais nativos e foi sendo transformada com a vinda de fauna alienígena trazida pelos “sertanejos” como cães e outros animais domesticados, bem como gado bovino e outros animais criados para abate e consumo de leite, carne e outras partes de seus corpos.

Além dessa transformação ambiental decorrente da apropriação pelos “sertanejos” daquele espaço e natureza, outros elementos podem ser problematizados a partir desse trecho, pois Varjão indica que tais ações eram decorrentes da “disposição do chefe”. Seria Lúcio da Luz o responsável por um retorno à Barreirinha do qual trouxe para Mato Verde 91 pessoas de “23 famílias e 304 cabeças de gado”, além de outros animais que teriam chegado em Mato Verde em setembro de 1934²⁰⁴². De acordo com Moura e Silva; Ferreira, “[...] com o desenrolar dos fatos, o desbravador Lúcio Pereira da Luz tornou-se o **chefe social**

²⁰⁴⁰ Ressalta-se que esse local poderia ser descrito como “retiros” para a criação de gado bovino, mas que o narrador preferiu descrever como “fazenda”.

²⁰⁴¹ VARJÃO, 1985, p. 195. (Grifos meus).

²⁰⁴² VARJÃO, 1985, p. 195.

do lugar²⁰⁴³, sendo sempre consultado em todas as decisões existentes, e por isso respeitado pelos moradores do lugar”²⁰⁴⁴.

Lúcio da Luz seria um homem “corajoso, frio, destemido, era uma legenda de heroísmo, de rusticidade e de amor à terra”²⁰⁴⁵, de modo que:

Certa vez, com alguns vaqueiros, vinha das bandas do Xavantinho para Mato Verde.

No meio do caminho parou para urinar.

Apeou da montaria e procurou amarrar o cabresto numa raiz, ao rés-do-chão. Ao fazê-lo a cascavel acertou-o, picando o dedo indicador.

Num repente, Lúcio sacou o facão e decepou com dois golpes o próprio dedo e também a cabeça da cobra.

Não teve maiores complicações, apenas ficou sem o dedo.²⁰⁴⁶

Apesar dos elogios constantes, algumas narrativas também apresentam elementos destoantes como seu anúncio “profético” de que Mato Verde seria uma “grande cidade” após uma mudança de Lúcio da Luz narrada por Chaves:

Homem de pouca instrução, certa vez entusiasmou-se com os sadios preceitos e, um a um, devorou todos os livros da imensa biblioteca especializada que mandara comprar em São Paulo. Ao cabo de toda a leitura, transformou-se em pregador dos poderes mentais, quase profético e messiânico.

Assegurava que ali, naquela vila de Mato Verde, um dia surgiria uma cidade grande e próspera, que os mapas registrariam com destaque.²⁰⁴⁷

Esse “entusiasmo” é indicado por Luz Batista que ainda aponta para o “temperamento” do pai como “alegre, comunicativo, inteligente” e que o católico Lúcio da Luz teria se “filiado” ao “Círculo Esotérico da Comunhão de Pensamento”. Luz Batista afirma ainda que seu pai, “[...] com seu gênero machista, conforme o costume antigo, de forma intransigente sempre ao acabar de contar as suas estórias, procurava adaptá-las como lição de moral para mulheres, que segundo

²⁰⁴³ MOURA E SILVA; FERREIRA (2008, p. 118), repetem a mesma ideia: “Com o desenrolar dos fatos, o **desbravador e líder** Lúcio Pereira da Luz tornou-se o **chefe social do lugar**, sendo sempre consultado em todas as decisões necessária, e por isso respeitado pelos moradores do povoado de Mato Verde” (Grifos meus). A repetição do texto de 1998 ocorre também nos próximos parágrafos sobre o comércio, a escolha do nome em homenagem a Lúcio da Luz e ao processo de criação do distrito e município de Luciara.

²⁰⁴⁴ COSTA E SILVA; FERREIRA, 1994, p. 143. (Grifos meus).

²⁰⁴⁵ CHAVES, 198?, p. 277. Citado por Varjão (1985, p. 197).

²⁰⁴⁶ CHAVES, 198?, p. 277. Citado por Varjão (1985, p. 197).

²⁰⁴⁷ CHAVES, 198?, p. 277. Citado por Varjão (1985, p. 196-197).

o regime da época, deviam cultivar a forma de submissão”²⁰⁴⁸, como um caso de uma esposa ambiciosa de pescador que foi punida.

A partir dessa mudança, Lúcio da Luz realizava os “Sermões do Coronel”²⁰⁴⁹, dando conselhos e contando causos para as crianças e as mulheres.

[...] ao pé daquela mesa grande, junto a um fogareiro de barro, todo mundo se reunia para saber das novidades. Meu pai trazia folhetos das escaramuças do temido Lampião do Nordeste. Trazia também folhetos das propagandas dos remédios, anquilostomina (vermífugo), biotônico Fontoura, um estímulo ao saneamento básico que ninguém conhecia na época. Ele gostava de ler e pregar sermões para encorajar o povo a enfrentar aquela vida de dureza no âmago do **sertão ainda em estado selvagem**. O céu se confundia com um oceano de águas e **Mato Verde, era aquele ponto branco perdido na imensidão de um mundo dos verdes alagados**.²⁰⁵⁰

Além de seus “causos”, Lúcio da Luz procurava “encorajar o povo”, pois, segundo Luz Batista, o título de sua obra “Sertão de Fogo” estaria ligado ao “[...] fogo das grandes queimadas, das chamas das almas, dos labaredas dos ranchos incendiados, os foguetes naquelas madrugados de ano novo ou nas rajados de 38, na disputa pelo poder do quero e posso, dos que com ou sem motivo acabavam em contendas com saldos de muitas vítimas”²⁰⁵¹.

A violência marcou a história de Mato Verde e Luciara, do mesmo modo que a trajetória de Lúcio da Luz e foi assim narrada em 1937 por Aureli:

[...] esplêndido tipo de desbravador, **senhor feudal daquelas paragens, valente, generoso e mau ao mesmo tempo**, com tétrica fama aureolando-o. Homem que devia viver de arma em punho e dormir com um olho só encravara-se no território dos Xavantes, suportando lhes as investidas e tornando-se o protetor dos índios Carajás que, sabendo-o destemido, se agruparam em grande aldeamento, ainda hoje existente, na praia fronteira, Mato Verde, a sede da fazenda.²⁰⁵²

O jornalista afirma que Lúcio da Luz seria um “homem bom” com os Karajá que dele se aproximaram por identifica-lo como “destemido” e um aliado importante, do mesmo modo que poderia ser “mau” para “suportar as investias” dos

²⁰⁴⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 106.

²⁰⁴⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 107.

²⁰⁵⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 51. (Grifos meus).

²⁰⁵¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 26.

²⁰⁵² AURELI, 1962 b, p. 78-79. (Grifos meus).

Xavante. Sua categorização como “senhor feudal” indica um abuso da apropriação desse termo específico provavelmente para indicar o poder de Lúcio da Luz sobre as “terras” – o espaço e a natureza – e sobre os seus habitantes. Contudo, estando em “território dos Xavante”, o mesmo não detinha o poder absoluto, precisando estar alerta o tempo todo diante da possibilidade de um ataque.

Tanto nas narrativas de Aureli, quanto em outras, sobretudo a de Luz Batista, é possível identificar a justificativa para o fato de Lúcio da Luz ser “mau”, “autoritário” e assumir a postura de “coronel”, pois estaria cercado de “ferozes” indígenas e de um “sertão” ainda “selvagem” e “perigoso”. Contudo, tal postura não teria sido adotada somente em Mato Verde, pois:

Em Barreirinha permaneceram apenas os que odiavam Lúcio da Luz, e começaram a dizer que ele estava correndo da Justiça do Pará, pois sempre fora arbitrário, e que não gostava de pagar impostos e, portanto, iria fundar um vilarejo onde pudesse se tornar chefe, com sua justiça própria, e seus códigos estapafúrdios, tipo HAMURABI, ou leis à moda de Talião.²⁰⁵³

Varjão aponta para descontentamentos de moradores de Barreirinha diante de “códigos estapafúrdios” que Lúcio da Luz supostamente adotava para fazer cumprir “sua justiça própria”. Contudo, em Mato Verde não teria sido apenas o “coronel” a ditar as regras para os moradores, pois:

Sua mãe, D^a Francisca Miranda, ditava os costumes das novas terras. No dia da chegada, organizou um ritual “tipo africano”, onde as mulheres foram obrigadas a dançar com as saias arribadas, batendo as nádegas umas nas outras para, disse ela, evitar os ataques de silvícolas Xavantes, que por ironia do destino realmente não ocorreram no novo vilarejo.²⁰⁵⁴

A partir desses trechos da narrativa é possível identificar a descrição inusitada de um ritual no mínimo curioso que indica o medo existente dos Xavante entre os moradores de Mato Verde e que pode ter sido “palavras do historiador José Ranulfo Luz”²⁰⁵⁵ reproduzidas e/ou modificadas por Varjão. Esse tipo de “causo” é próprio de narrativas que foram baseadas na *memória* e oralidade de um agente histórico, que ao lembrar, além de selecionar o que quer e pode falar, ainda está

²⁰⁵³ VARJÃO, 1985, p. 195-196.

²⁰⁵⁴ VARJÃO, 1985, p. 196.

²⁰⁵⁵ VARJÃO, 1985, p. 194.

sujeito à esquecimentos e silenciamentos, dando destaque para suas próprias ações e para aquilo que mais o impressionou.

4.9. Entre acusações e prisões por assassinato: Lúcio da Luz como “coronel”

Após ter se estabelecido em Mato Verde, Lúcio da Luz se consolida como um “coronel” que, além do monopólio do comércio de gado, era mandatário em situações como a escolha de áreas que deveriam ser apropriadas por seus vaqueiros ou outros moradores, bem como das normas sociais e da justiça local. Essa afirmação é possível pela inserção de elementos em diferentes narrativas que convergem nesse sentido, ainda que estejam sujeitas à abordagem crítica e à análise de suas especificidades e ligações com *práticas sociais* e *relações de poder* distintas. Esses procedimentos são aplicados ao analisar as controvérsias que envolviam Lúcio da Luz apresentadas em narrativas como a de Varjão, Wagley, Chaves e Luz Batista, sendo a última, resultante do interesse da filha de defender a “memória do pai” e escrever o que considerava ser a “[...] versão verdadeira das muitas estórias que têm sido escritas por quem não conhecem a origem dos acontecimentos e vão escrevendo.”²⁰⁵⁶

O antropólogo Wagley, numa das expedições nas quais realizou trabalho de campo junto aos Tapirapé, escreve:

Passamos a noite na fazenda de Lúcio da Luz, homem que vivia isolado no rio Araguaia por ser procurado, tanto rio acima, em Goiás, quanto rio abaixo no Pará, por assassinato. Mas em sua fazenda, ele encarnava a lei e a ordem, pois cercara-se de um grupo bem armado de vaqueiros que o serviam como jagunços e guarda-costas. Falou-me ter ordenado a morte de um homem e uma mulher que havia fugido juntos, abandonando seus receptivos cônjuges.²⁰⁵⁷

Para Wagley, Lúcio da Luz seria a autoridade de Mato Verde, que com o apoio de “jagunços” e “guarda-costas”, dava ordens para matar moradores que contrariassem as normas sociais e que ali vivia “isolado” por ser foragido da polícia.

²⁰⁵⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 100.

²⁰⁵⁷ WAGLEY, 1988, p. 35.

Essa percepção do antropólogo foi criticada por Luz Batista que se refere a esse trecho da seguinte forma:

Charles Wagley [...] citou em seu livro que passou na fazenda Mato Verde em 1939 e que ali foi bem recebido pelo fazendeiro Lúcio da Luz, que vivia rio acima, no rio abaixo, de Goiás para Mato Grosso, por “crimes cometidos”.
Eu pergunto: Se meu pai vivia correndo, logo, não poderia estar na fazenda e dar aquele estrangeiro o tratamento amigável que ele recebeu. São formas de estrangulamentos morais que dão aqueles a quem desejam destruir. Meu pai sempre assumiu com responsabilidades todos os seus atos, certos ou errados.²⁰⁵⁸

Wagley não utiliza em sua narrativa adjetivos que indicasse que estava descrevendo um homem cruel ou violento, mas indica que Lúcio da Luz “encarnava a lei e a ordem” em Mato Verde, protegido por “jagunços”, procurado pela justiça e, mesmo assim, teria sido “[...] hospitaleiro, amigável e gentil para com seu hóspede estrangeiro”²⁰⁵⁹.

Apesar de ambas as narrativas indicarem que Lúcio da Luz ser “amigável” e ser hospitaleiro com Wagley, a principal controvérsia tem relação com o apontamento daquele “sertanejo” como procurado pela justiça. O antropólogo havia indicado que Lúcio da Luz havia reclamado que apesar do “crescimento do seu rebanho bovino”, não estava “podendo” vendê-lo “[...] devido à incompreensão por parte da autoridade externa (a polícia) e a grande distância de qualquer mercado”²⁰⁶⁰. Essa parte da narrativa que aponta para a suposta queixa de Lúcio da Luz pode ter relação com a situação da saída do rebanho de Barreirinha narrada por Luz Batista cinco anos antes, de modo que, é possível que o mesmo tivesse problemas com a justiça do Pará envolvendo a cobrança de impostos.

Contudo, Luz Batista indica que o pai teria sido acusado de assassinato, mas anos depois daquela visita relatada por Wagley a Mato Verde que teria ocorrido em 1939. A autora indica num trecho intitulado “A morte de Magalhães” que, em 1938, um suíço de cerca de 40 anos chamado Herbert Magalhães Affer também teria sido acolhido por Lúcio da Luz e participado da festa de São Pedro “numa propriedade situada nas margens direitas do rio Xavantinho”.²⁰⁶¹ O suíço teria se

²⁰⁵⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 100-101.

²⁰⁵⁹ *Idem*, 1988, p. 35.

²⁰⁶⁰ *Idem*, 1988, p. 35.

²⁰⁶¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 78.

colocado como a serviço do SPI e, após o retorno a São Paulo, voltou a Mato Verde em 1941 num momento em que Lúcio da Luz estaria envolvido com os preparos da “tropa para vaquejadas”, num “tempo de dar partilha das sortes aos vaqueiros”²⁰⁶². Segundo sua narrativa, o “sertanejo” não queria acompanhá-lo em viagem ao Rio Xavantinho, mas que por insistência do homem que queria fazer fotografias, aceitou conduzi-lo na companhia de um vaqueiro e um peão que trabalhava com peles de animais silvestres. E seria justamente por acompanhar Magalhães Affer que Lúcio da Luz acabou sendo acusado de ser o autor de seu assassinato.

Aureli, apresenta numa de suas narrativas, um “relato” sobre as expedições de Magalhães Affer, indicando que a “Bandeira Piratininga” teria encontrado, em novembro de 1939, Lúcio da Luz e alguns de “seus dependentes” numa “zona” “sumamente perigosa por ser território de índios Xavantes” e da “tribo de índios claros” quando avançavam sobre o espaço onde está situado o Rio Solidões.²⁰⁶³ Magalhães Affer foi descrito pelo jornalista como um senhor vindo de Santos, com “largas posses” e interessado em conhecer o paradeiro do Coronel Fawcett. Após ter solicitado ser incorporado à “Bandeira Piratininga” no ano anterior, teria seguido sozinho pelo Rio Araguaia, “[...] onde o encontramos de subida, em batelão tripulado por dois caboclos e alguns índios. Ao cruzar as nossas embarcações, gritou: “Vou a São Paulo arranjar lugar no cemitério para vocês! Os Xavantes vão matá-los todos!”²⁰⁶⁴ Após aquela “brincadeira de mau gosto”, Aureli indica que souberam que “[...] êle estivera na fazenda do Cel. Lúcio, em Mato Verde, com quem concertara uma penetração até o rio Xavantinho, cortando em diagonal o sertão.”²⁰⁶⁵ Seria ele:

Indiscutivelmente um homem de fibra. Não acreditava em índios Xavantes, nem em sua agressividade. Ria-se das advertências que o Cel. Lúcio, velho desbravador de sertões lhe fazia, constantemente, retrucando:

- “*Vocês sonham com tudo quanto não existe! Qual Xavante, qual nada! Isto é bom para romance!*”

E mofava também dos rudes sertanejos da companhia, ridicularizando-os quando montavam guarda, nas longas noites, em pleno sertão. A tanto levava a brincadeira, que o próprio Cel.

²⁰⁶² LUZ BATISTA, 2003, p. 79.

²⁰⁶³ AURELI, 1962 b, p. 75.

²⁰⁶⁴ AURELI, 1962 b, p. 75.

²⁰⁶⁵ AURELI, 1962 b, p. 75-76.

Lúcio aborrecendo-se chamou-o à ordem com a rudeza característica dos sertanejos:

*- Oie seu moço! Isto aqui não é Europa, onde mecê andou vivendo por muitos anos, conforme me contou. Pode ser que na Suíça, onde mecê esteve, não tenha mesmo índio Xavante e outras raças que não são para brincadeira. Mas aqui, neste mundão de Deus, o perigo está escondido atrás de cada pedra, de cada árvore, de cada arbusto! Fique-se mecê com suas arrogâncias e deixe de dar palpites! Vim para acompanhá-lo, pelo gosto que sinto em enfrentar perigos. Não sou seu apaniguado, nem nada! Isso de mofinar meus homens num dá certo, não!*²⁰⁶⁶

Esse trecho de Aureli está alinhado à indicação de Luz Batista de que Lúcio da Luz não queria acompanhar Magalhães e que o mesmo ridicularizava o medo dos Xavante compartilhado pelos “sertanejos”. Noutro trecho, Aureli insere na sua narrativa frases atribuídas a Lúcio da Luz nos seguintes termos:

*Desde então o moço mudou bastante, - narra-me o Cel. Lúcio, que encontrei na barra do Tapirapés - Eu estava com vontade de regressar. Não sabia o que ele queria por aquelas bandas. Suspeitava, porém, que andasse à procura de alguém, provavelmente desse tal de inglês, de que todos tanto falaram. Quando o inquiria, limitava-se a sorrir e virava-me as costas. Um dia eu lhe disse: - “Olhe aqui, seu Afer: se vosmecê teima em querer ficar distanciado de nós e armar a sua rede longe do acampamento, pode-lhe acontecer algo de irreparável. Inda ontem eu dei com rastros de bugres...”*²⁰⁶⁷

A narrativa continua com a indicação de que Magalhães Afer teria rido e no dia seguinte, “[...] logo após o almôço, ele armou a rede bastante distanciado, amarrando-a entre duas árvores”.²⁰⁶⁸ Diante da recusa em ouvir os conselhos de Lúcio da Luz, a postura de Magalhães Afer teria contribuído para sua morte, segundo a justificativa inserida na narrativa de Aureli.

Dessa forma, num dia tranquilo, quando os “homens foram lavar vasilha” e Lúcio da Luz estaria descansando numa rede, teria acontecido o ataque de um grupo de Xavante que teria sido relatado pelo “sertanejos” da seguinte forma:

Vieram de mansinho, camuflados com os palmitos que empunhavam. Quando alcançaram a rede coberta pelo mosquiteiro, onde Magalhães Afer repousava, trataram de matá-lo logo.

²⁰⁶⁶ AURELI, 1962 b, p. 76.

²⁰⁶⁷ AURELI, 1962 b, p. 77.

²⁰⁶⁸ AURELI, 1962 b, p. 77.

*Deferiram-lhe violento pontão, com a base da borduna pontiaguda, na boca, arrebatando-lhe o maxilar superior, a abóbada palatina e estraçalhando as amídalas! Quando ouvi o grito e agonia, virei-me bruscamente! Vi Magalhães deitando golfadas de sangue pela boca, pular da rede e procurar o revólver no chão. Nesse momento, outra barduna alcançou-o na cabeça, derrubando-o. Outra tremenda cacetada levou! Depois desta cena, muito mais demorada para contar do que a real, os índios avançaram contra meus homens. O Raimundo, apanhado de surpresa, teve apenas tempo para desviar a cabeça, recebendo o golpe de tacape num dos ombros. Os outros dois atiraram-se à água gritando. Eu estava armado e levei a carabina ao ombro, atirando contra os índios. Pararam e recuaram. Fiz mais disparos e terminaram fugindo. Contei 18. Já os meus homens se reuniam. Fomos ao local. Magalhães Afer, com o rosto completamente destroçado, ainda estremecia.*²⁰⁶⁹

Esse relato atribuído a Lúcio da Luz é parte narrativa de Aureli que indica posteriormente que Raimundo havia dito ao “patrão” que aquele teria sido um ataque de “índios claros”, com as mesmas características físicas dos Xavante, tendo cabelos longos, além de que as “[...] bordunas, deixadas junto ao cadáver, eram idênticas às daqueles índios: simples raízes de ipê, trabalhadas com fogo, uma vez que não possuem ferramenta de espécie alguma!”²⁰⁷⁰

Chaves afirma que por conta da violência dos Xavante que “[...] se constituíram no grande desafio à ação pacificadora do SPI”, teria ocorrido a morte, “[...] num instante de descanso, o estudioso pesquisador Dr. Herbert de Magalhães After, figura de destaque da sociedade paulista”.²⁰⁷¹

Luz Batista indica que, dez dias após terem saído de Mato Verde, Lúcio da Luz e os outros teriam voltado “abatidos”, pois o “amigo Magalhães havia sido vítima dos xavantes quando estavam acampados à margem direita do rio Xavantinho, nas proximidades da Serra do Roncador, hoje Serra do Magalhães”²⁰⁷². Traziam as bordunas junto do corpo de Magalhães Afer para servirem de prova das armas do crime que havia o ferido mortalmente e também utilizadas nos ataques ao peão Raimundo Secretário e ao vaqueiro Ursulino, que teria sido interrompidos apenas com os tiros dados para o alto por Lúcio da Luz, tal qual o relato inserido

²⁰⁶⁹ AURELI, 1962 b, p. 77.

²⁰⁷⁰ AURELI, 1962 b, p. 78.

²⁰⁷¹ CHAVES, 198?, p. 285

²⁰⁷² LUZ BATISTA, 2003, p. 79.

na narrativa de Aureli. Segundo Luz Batista, seu pai, após enterrar Magalhães, procurou o SPI e levou as bordunas usadas como arma do crime, que foram descritas minuciosamente e relacionadas aos ferimentos da seguinte forma:

Em uma das extremidades era bem grossa. Na outra, fina, como ponta de lança. Com aquela ponta grossa eles deram um golpe profundo na parte frontal da cabeça do Magalhães, partindo as sobrancelhas ao meio.

A ponta fina eles enfiaram na boca do mesmo, quebrando-lhe os dentes e adentrando até a altura do estômago. Duas bordunas foram deixadas junto à vítima. Os índios acreditam que as armas é que são criminosas, eles não!²⁰⁷³

Essa descrição detalhada das supostas armas do crime e dos ferimentos de Magalhães Affer é uma estratégia de Luz Batista em defender o pai das acusações de que teria assassinado “o amigo” e “[...] confeccionado armas feitas com canivetes e que jamais os índios, deixariam em cima de suas vítimas as suas armas de guerra.”²⁰⁷⁴ Diante disso:

Meu pai levou também os molhos de palha para ser examinada pelos chefes de Santa Isabel. E pediu que mandassem alguém do SPI para abrir inquérito, já que um jornal de Goiás havia lavrado uma reportagem no qual o Dr. Pimentel Barbosa, encarregado dos Serviço Indígena na região do Rio das Mortes em letras garrafais – havia escrito: Lucio Pereira, Lampião do Araguaia.
²⁰⁷⁵

Aquela acusação teria resultado na ida a Mato Verde e depois até a fazenda Santo Antônio²⁰⁷⁶, local em que foi enterrado Magalhães, de oficiais do SPI para realizar o exame do corpo que teria constatado não existir perfuração de arma de fogo ou arma branca, apenas ferimentos de “armas dos índios” e que teriam retornado à São Paulo ou Rio de Janeiro, levando os pertences de Magalhães e as armas do crime. Segundo Chaves, Lúcio da Luz seria inocente em relação àquela acusação, e que seria comum os Xavante “[...] deixarem as bordunas com que abatiam os brancos invasores sobre o cadáver massacrado.”²⁰⁷⁷

Assim foi com Herbert de Magalhães Affer, que excursionara, a seu pedido, sob a guarda e a companhia de Lúcio da Luz, Bento

²⁰⁷³ LUZ BATISTA, 2003, p. 82.

²⁰⁷⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 82-83.

²⁰⁷⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 82-83.

²⁰⁷⁶ A “fazenda” seria de Lúcio da Luz e cuidada pelo “tio Bento”. (LUZ BATISTA, 2003, p. 82-83).

²⁰⁷⁷ CHAVES, 198?, p. 285

de Abreu, Luiz Gama e outros. Tal fato gerou sérias controvérsias, quando Lúcio transmitiu a notícia do evento.

Pimentel Barbosa, na época, jornalista de um grande periódico de São Paulo, terrível acusador de Lúcio, escrevia, textualmente: “Só muita ingenuidade para crer que os xavantes abandonem suas armas prediletas à frente de seus inimigos. Donde se conclui que Lúcio da Luz assassinando miseravelmente, para roubar, Herbert de Magalhães After, conduziu algumas bordunas de xavantes, incriminando-os, para despistar o seu horrendo crime!” Um ano depois de seu trágico fim com seus companheiros de expedição, depois que passou a cheia, no outro verão, quando foi possível localizar os despojos, apenas as ossadas limpas pelas águas, acompanhando Luiz Acioli Lopes, vimos sobre seus restos, que identificamos pela fivela grande de seu largo cinturão, com suas iniciais, vinte e duas bordunas em cima do monte de ossos, quase todos fraturados.

Pobre e desventurado companheiro Pimentel Barbosa!

Não soubera que Lúcio era homem desprendido, corajoso e possuidor de apreciáveis e valiosos bens e levava às autoridades, naquela ocasião, o relógio, o revólver, carabina, binóculo, máquinas de fotografar e filmar, dinheiro, um talão de cheques do Banco do Brasil, em Goiás Velho, e todos os pertences do inditoso pesquisador.²⁰⁷⁸

Chaves menciona em sua narrativa a acusação de Pimentel Barbosa descrita por Luz Batista como “[...] uma sensacional reportagem sobre a morte de Magalhães acusando meu pai de cúmplice na morte daquele suíço”²⁰⁷⁹. Ambos os autores apontam para a morte daquele jornalista que teria sido vitimado justamente por um ataque de Xavante numa situação em que buscava ter contato com um grupo. Segundo Chaves:

A ingenuidade de Pimentel Barbosa - contaram depois os xerentes sobreviventes - teve lances de completo desconhecimento da tática usual daqueles encontros.

Depois de deixar presentes em determinado ponto e que foram recolhidos pelos índios, trancou todas as armas em uma arca e guardou consigo a chave do cadeado. Ao invés de estacionar e garantir a retaguarda para uma eventual retirada estratégica e aguardar com paciência que os índios lhe dessem sinas amistosas, foi esperá-los distante do acampamento.

Os xavantes fizeram o cerco e fecharam a retaguarda. Pimentel distanciou-se do grupo uns quarenta metros.

Os xavantes atacaram e o silêncio se fez. [...]

Os xavantes continuavam a ser os grandes guerreiros dos sertões do norte de Mato Grosso!

²⁰⁷⁸ CHAVES, 198?, p. 286.

²⁰⁷⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 84.

Antes foram os Padres salesianos Fuchs e Saciloti que pagaram com a vida, abatidos a bordunadas nas barrancas da margem esquerda do rio das Mortes, a audaz aventura missionária de invadirem as terras do grande povo.²⁰⁸⁰

Na narrativa de Luz Batista os detalhes da morte são menos explorados, mas também indica que Pimentel Barbosa teria sido negligente diante dos avisos de seus intérpretes Xerente, quando sua expedição estava nas margens do Rio das Mortes. A autora reforça que tanto ele, como chefe, como os outros expedicionários tinham o “lema de Marechal Rondon” de que “Morrer se for preciso, matar nunca”, e dessa forma, buscando a “pacificação” dos Xavante, foram “trucidados”. Segundo Luz Batista, pelos relatos que conhecia, teria ocorrido “[...] uma encarniçada luta no ataque dos xavantes à comitiva. O corpo de Pimentel Barbosa estava todo quebrado. As vítimas foram amontoadas e sobre eles deixados sete bordunas de guerra dos xavantes” e também havia “[...] vestígios de que ali houve uma luta sangüinário, sinais de violência por todo a parte”.²⁰⁸¹ Por fim, a autora indica que no local da morte, o SPI construiu um PI nomeado Pimentel Barbosa numa homenagem que, para Luz Batista, seria oportuna pelo fato do mesmo ter sido chefe daquela expedição, mas sem acrescentar nenhuma frase de solidariedade, tal como ocorria em outros trechos de sua narrativa nos quais trata de ataques e/ou mortes provocadas pelos Xavante.

Mesmo após a morte de Pimentel Barbosa, Luz Batista afirma que teria continuado uma perseguição das autoridades do SPI de Goiás a Lúcio da Luz que teriam “inveja e até ódio violento contra a pessoa de meu pai”²⁰⁸² após a visita, em 1940, do presidente Getúlio Vargas a Mato Verde e da publicação de uma reportagem intitulada “Lúcio Pereira o marco plantado no deserto”. Segundo a autora, essa “inveja e ódio” era da parte “[...] daqueles que há tempos estavam implicando com ele por ter posto o gado em Santa Isabel”²⁰⁸³. Ou seja, tinha relação com a apropriação de uma área na qual Lúcio da Luz havia colocado seu gado na década anterior, no antigo PI, que estaria abandonado.

²⁰⁸⁰ CHAVES, 198?, p. 285.

²⁰⁸¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 84.

²⁰⁸² LUZ BATISTA, 2003, p. 87.

²⁰⁸³ LUZ BATISTA, 2003, p. 87.

Contudo, nem a visita e tampouco a reportagem evitaram a prisão de Lúcio da Luz que teria sido relatada por ele a Aureli enquanto “[...] degusta um copo de vermute e depois de acender um cigarro”²⁰⁸⁴. O jornalista insere um trecho que teria sido um relato feito pelo “coronel” da seguinte forma:

Quando, após longa viagem consegui fazer chegar a notícia ao Pôsto de Proteção aos Índios, em Santa Isabel. Fui surpreendido em minhas terras, com a chegada de uma escolta de capturas, chefiada pelo tenente Djanarri, esse cão que foi morto recentemente no garimpo do Pium. Era, Djanarri, o maior fascínora que conheci. Não gostava de mim, porque minha fama correu mundo e eu não o suportava! Jamais pude tragar valentações dessa marca. Apanhou-me de surpresa, pois julguei que viesse somente para uma visita, ou, quando muito, para uma inquirição, se bem que eu esteja em Mato Grosso e ele fôsse militar goiano. O fato é que me prendeu e me levou para Santa Isabel onde, acusado de ter assassinado o santista, fiquei trancado num quarto do Pôsto, durante 52 dias, incomunicável! Quando minha inocência foi sobejamente provada, largaram-me! Mas em que condições...”²⁰⁸⁵

Após esse trecho, Aureli insere uma defesa de Lúcio da Luz e indica que agiu nesse sentido, pois:

Quando tive conhecimento de sua prisão, pelas notícias publicadas na época, escrevi longo artigo defendendo-o e achando, simplesmente, absurda a acusação. Dirigi-me também ao dr. Pedro Ludovico, então Interventor de Goiás, solicitando um inquérito a respeito. Isso foi feito e do Cel. Lúcio foi pôsto em liberdade. Sofreu os maiores vexames, a ponto de querer, o tenente Djanarri, amarrar-lhe uma lata vazia no pescoço e forçá-lo a percorrer a “rua” de sua fazenda, declarando-se culpado, sob os açoites da soldadesca!²⁰⁸⁶

Além de Aureli, a narrativa de Luz Batista apresenta um trecho no qual afirma que a o pai, em meio à uma “perseguição sistemática”, teria sido preso sob essas circunstâncias:

No início do ano de 1941 uma força da captura de Goiás tendo à frente o jovem Tenente Dianari invadiram a Fazenda Mato Verde-MT e prenderam meu pai, meu tio Mundico, José de Remos Lima e o velho Félix e o Roxo. Em frente a nossa morada foi instalada três metralhadoras e a nossa casa revirada. Na época eu era apenas uma mocinha [...]

²⁰⁸⁴ AURELI, 1962 b, p. 78.

²⁰⁸⁵ AURELI, 1962 b, p. 78.

²⁰⁸⁶ AURELI, 1962 b, p. 79.

Com certeza lembro-me daquele dia, em que as autoridades chegaram em nossa casa fazendo a investigação, gritavam comigo e o meu irmão Neton:

- *Cadê os ossos dos xavantes que seu pai matou? Digam!* E empurravam a boca do metralhadora em meus peitos. Eu tremia de medo.

Olhavam para o Neton, que estava também assustado, e com ele faziam a mesma coisa.²⁰⁸⁷

A partir daquela situação, marcada pela violência física e psicológica, Luz Batista teria decidido escrever um livro “para resgate da verdade”. Para a autora, aquela prisão era fruto da perseguição de “oficiais do SPI” contra o pai que:

[...] tentava explicar que a sua estada ali [Santa Izabel], era temporária, somente enquanto as rezes que eram trazidas do Pará pudessem acostumar na região, já que continuavam na obstinada intenção de voltar aos velhos pastos de onde vieram no Pará.

Mas os chefes do SPI achavam meu pai um homem autoritário e que não acatava as decisões impostas por eles.²⁰⁸⁸

Tais decisões tinham relação direta com a tentativa do SPI em reaver a área que havia sido apropriada por Lúcio da Luz e que estava sob cuidados de “[...] seus vaqueiros, Bento de Abreu Luz, Lourival Serra Luz e João Martins da Luz, todos meus primos”²⁰⁸⁹. Em 1941, após a prisão e soltura, Lúcio da Luz “[...] recebeu ordens para tirar o gado da Ilha do Bananal em 24 horas” e após três dias, seus parentes deixaram a “fazenda de Santa Isabel”²⁰⁹⁰.

Além da perda daquele espaço, Lúcio da Luz “[...] havia tido muito prejuízo com seu barco de nome São Félix, o referido tinha naufragado com muita carga a bordo”²⁰⁹¹, de modo que Luz Batista e seus irmãos Diná, Neton e o primo Raimundinho tiveram que retornar para Mato Verde após terem sido chamados pelo pai em 1945²⁰⁹², após terem ficado de 2 a 3 anos em internatos na missão salesiana da “zona garimpeira de Araguaiana” e estudado em Campo Grande e Cuiabá, onde a autora fez o segundo ano do ginásio. Após o retorno, Luz Batista indica que mudanças teriam ocorrido entre 1942 a 1945, afirmando que:

²⁰⁸⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. 87-88.

²⁰⁸⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 87.

²⁰⁸⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 88.

²⁰⁹⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 88.

²⁰⁹¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 88.

²⁰⁹² LUZ BATISTA, 2003, p. 89.

Voltei a Mato Verde, e ali já não tinha a mesma influência de antes, perdera parte de sua população, que haviam resolvido fundar um outro povoado a 120 km acima de Mato Verde, a que deram o nome de São Félix de Valois, Severiano de Sousa Neves, liderava aquele grupo de moradores. E com a abertura da Fundação Brasil Central em Santa Isabel do Morro, Ilha do Bananal, tornou-se ponto privilegiado, duas léguas abaixo, encontra-se a foz do rio das mortes, fato que despertou o interesse de muita gente a vir morar em São Félix. Mato Verde com a rusticidade de sertão bruto, tinha a nítida aparência de paraíso. [...] Só as pragas de mosquitos e o medo dos índios xavantes contracenavam com a beleza daquele paraíso que no dia-a-dia ia perdendo seus encantos naturais.²⁰⁹³

Esse trecho da narrativa da autora indica alguns elementos fundamentais para a problematização dos motivos de que Mato Verde não se consolida como o “centro” e uma “grande cidade”, como anunciado por Lúcio da Luz. A posição estratégica de São Félix do Araguaia diante da instalação de estruturas da FBC trouxe uma outra dinâmica e atraiu outros “sertanejos” para aquele outro espaço situado às margens do Rio Araguaia. A saída de moradores de Mato Verde liderados por Severiano de Sousa Neves também pode indicar um descontentamento dos mesmos em relação ao monopólio do comércio de gado e com as ações de Lúcio da Luz em Mato Verde, concomitantemente com uma possível redução em sua legitimidade diante das acusações e daquela prisão.

Todavia, essas transformações não significam que Lúcio da Luz perdeu seu poder naquela década de 1940, uma vez que nas décadas seguintes, o “sertanejo” e membros de sua família exerceram um considerável poder político em Mato Verde e usufruíram de uma prosperidade financeira significativa conseguida através da apropriação do espaço e da natureza para a criação de gado. Para além de discutir a veracidade dessas narrativas, é possível identificar que nelas aparecem um elemento fundamental: o poder de Lúcio da Luz.

4.10. O relativo domínio de Lúcio da Luz sobre moradores de Mato Verde e outras áreas apropriadas como “fazendas”

²⁰⁹³ LUZ BATISTA, 2003, p. 88.

Velho, ao analisar a figura do comerciante, do fazendeiro e seu poder em Marabá, nos séculos XIX e XX, aponta para um elemento analítico que pode ser observado para se pensar a atuação de Lúcio da Luz:

Numa região em que a *terra* não constitui bem escasso, não aparece a figura do latifundiário como o poderoso por excelência. O bem escasso nas regiões longínquas são o capital e os meios de comercialização. Mesmo na frente pecuarista do Brasil Central, os poderosos eram frequentemente aqueles que combinavam o papel de fazendeiro com o de comerciante. Isso se torna muito mais verdadeiro quando a atividade econômica predominante de modo praticamente absoluto só tem sentido em função do *mercado*, e de um mercado que não é o local...²⁰⁹⁴

Ao analisar diferentes narrativas sobre Lúcio da Luz é possível perceber elementos dessa combinação do “papel de fazendeiro com o de comerciante”, pois além a apropriação do espaço e da natureza em Mato Verde e outras áreas, esse “sertanejo” ainda detinha um “batelão” pelo qual trazia mercadorias e ainda detinha o monopólio sobre a comercialização do gado criado por outros “sertanejos”.

Essa combinação, somada às relações de alianças e *reciprocidade* desenvolvidas por Lúcio da Luz durante décadas, potencializou seu poder político alicerçado na legitimidade a ele conferida por outros “sertanejos” que a ele delegavam o poder comando e esperavam apoio material, como indica o trecho:

Cel. Lúcio ditava as leis ou ordens: ninguém era dono do que colhia, caçava ou pescava. Tudo era repartido na comunidade ou alçado à base de trocas. Comandante de raros dotes de liderança, Lúcio da Luz assumiu por um ano a responsabilidade da assistência e manutenção de todos os seus companheiros, até que as condições financeiras de cada um permitissem o desejado equilíbrio com a venda dos seus produtos.

De três em três dias abatia uma rês. Três quartos eram distribuídos gratuitamente entre os amigos colonizadores e apenas uma quarta ficava para o consumo da família, vaqueiros e agregados. Arroz, feijão, farinha, toucinho foram mantimentos que mandava comprar em outros locais para distribuir, também gratuitamente, entre os companheiros de aventura desbravadora.²⁰⁹⁵

Varjão aponta para uma dinâmica em que Lúcio da Luz seria uma “liderança” capaz de trazer e manter “sertanejos” para os espaços por ele

²⁰⁹⁴ VELHO, 1979, p. 41.

²⁰⁹⁵ VARJÃO, 1985, p. 196.

apropriados a fim de que os mesmos trabalhassem para a caça, pesca e coleta de produtos da natureza destinados à alimentação e permanência daqueles agentes históricos. A distribuição de alimentos vindos de outros lugares garantia a *circulação da dívida* e a *reciprocidade*²⁰⁹⁶ na forma de produção e trabalho em suas “fazendas” e em Mato Verde que pode ser considerada a base de relações entre um “fazendeiro” e seus “agregados” que foi assim descrita por Audrin:

Vastíssimas extensões permanecem, até agora, devolutas e pertencem aos primeiros ocupantes. Os mais abastados atribuem-se verdadeiros latifúndios, em que soltam seu gado e outros animais e organizam fazendas. Outros, mais humildes, contentam-se de pedir aos primeiros ocupantes, pequena área onde possa levantar a sua choupana e algumas braças de mato para as suas futuras plantações. Esses últimos chamam-se “agregados”.²⁰⁹⁷

Em narrativas sobre Mato Verde, é possível identificar que esses agentes históricos são identificados tanto como “agregados”, quanto como peões, vaqueiros e retireiros e que trabalhavam para Lúcio da Luz através acordos de partilha do rebanho que foram assim problematizados por Audrin:

Que diremos, agora, dos contratos entre patrões e empregados, fazendeiros e vaqueiros? São comumente respeitados, mas não deixam de aparecer velhacos. Velhacaria mais frequente dá-se em assunto de vaqueiragem. Mais de um fazendeiro principia prejudicando seu vaqueiro, adia, sem motivo, a partilha anual dos bezerros, ou lhe fornece mercadorias caras, exagerando em seguida as contas finais, a fim de apoderar-se, finalmente, das “sortes”, isto é das crias, bezerros ou poldros, aos quais tem direito o empregado. Imitando o perigoso exemplo, o vaqueiro, por sua vez, não hesita em lograr o patrão, esconde gados nos matos, mata alguma vaca na fazenda para comer ou vender a carne, alegando ter que compensar-se das injustiças sofridas. Não negamos ser esta a principal injustiça praticada amiúde no sertão.²⁰⁹⁸

Não existe aqui o propósito de avaliar como funcionava essa dinâmica no caso de Mato Verde, mas ressaltar a sua importância para as transformações e nas relações sociais ali estabelecidas, uma vez que a *circulação de dívidas* não ocorria tão somente pela distribuição de gêneros alimentícios, mas também pelo

²⁰⁹⁶

²⁰⁹⁷ AUDRIN, 1963. p. 44-45.

²⁰⁹⁸ AUDRIN, 1963, p. 161-162.

apoio para o melhoramento do rebanho de seus “agregados”, pois seria sua prática permitir que seus “excelentes reprodutores zebus da melhor linhagem” “enxertassem matrizes de outrem” e através do fornecimento de mercadorias a “[...] preços justos e completa ajuda material, sem juro e ambições maiores, sem exploração, não provocava ressentimentos e choques.”²⁰⁹⁹

Seria a partir dessas relações com os moradores de Mato Verde, sobretudo, seus “vaqueiros” e “agregados”, que Lúcio da Luz teria seu poder, de modo que em diferentes narrativas é possível identificar a sua *representação* como uma autoridade respeitada, tal qual o trecho presente na obra de Chaves e Varjão:

Era um espírito voltado ao interesse de todos e à prosperidade daquela comunidade. **Por isso sua autoridade era respeitada e incontestada.**

Seus gestos, seus atos, certos ou errados, sua coragem pessoal davam-lhe uma auréola de popularidade e destacavam nele a figura do patriarca. **Autêntica reencarnação dos velhos bandeirantes paulistas!**²¹⁰⁰

Lúcio da Luz também procurou fornecer educação para as crianças de Mato Verde, como indica a contratação de Antônio Wanderley Chaves²¹⁰¹ com os irmãos Álvaro e Edmundo para ministrar aulas em 1944. Segundo o autor:

Lúcio da Luz, o intrépido bandeirante do Araguaia, precursor dos mais nobres empreendimentos colonizadores e civilizadores daquela região do norte mato-grossense, convidara-me para ajudá-lo na construção de Mato Verde.

Manifestou-me ele seu interesse e sua disposição em estabelecer na localidade que fundara com vários amigos uma escola, um modesto estabelecimento de ensino, que possibilitasse proporcionar instrução primária ao grande número de menores, filhos de seus amigos colonos.²¹⁰²

Chaves indica que seu “patrão” teria “[...] construído uma boa casa para a escola, perfeitamente equipada para receber cinquenta alunos. Todo o material escolar que eu havia relacionado, inclusive livros didáticos, Lúcio mandara comprar prontamente.”²¹⁰³ Ademais:

²⁰⁹⁹ VARJÃO, 1985, p. 196. Destaca-se que o mesmo texto é parte da obra de Chaves (198?, p. 277).

²¹⁰⁰ VARJÃO, 1985, p. 196 e CHAVES, 198?, p. 277. (Grifos meus).

²¹⁰¹ Antônio Wanderley, segundo Luz Batista (2002, p. 85), “[...] o professor, contratado por meu pai, deixara o cargo indo chefiar a Fundação Brasil Central, a pedido das autoridades encarregadas da expedição Roncador-Xingu”.

²¹⁰² CHAVES, 198?, p. 316-317.

²¹⁰³ CHAVES, 198?, p. 275

Falara-me Lúcio da Luz do seu grande desejo de proporcionar a alfabetização das crianças de Mato Verde. Era um compromisso que assumira, ao qual não queria faltar. Não medira sacrifícios para concretizar tal propósito.

Mato Verde tinha, naquela época, uma população de cerca de trezentas almas, espalhadas pelos campos e na sede da fazenda. Dentre este número de habitantes, incluíam-se, calculadamente, cinquenta crianças de ambos os sexos, na faixa de sete a quinze anos.²¹⁰⁴

Todavia, o próprio autor indica que seu pagamento não era feito somente por Lúcio da Luz, pois:

Sob a inspiração desses planos, Lúcio da Luz convocou em sua casa uma reunião de todos os pais de alunos e interessados.

Ele próprio abriu a sessão, para, chamando e indagando um a um, amigos colonos, quanto aos seus interesses na instrução dos filhos sentenciar:

“Pedro Abel só tem uma filha. Pega sessenta bezerros por ano. Produz arroz, feijão e farinha. É remediado, pode pagar vinte cruzeiros por mês; seu Joaquim Rosario tem dois filhos, pode pagar vinte e cinco pelos dois. E, assim; foi procedendo ao listão e ao rateio da cada um. Ao concluir, determinou-me:

*“Professor, o que faltar para completar o que o senhor ganhava no SPI, mais cem mil réis para cada um dos seus irmãos, é por minha conta. Eu completo.”*²¹⁰⁵

Esse trecho da narrativa de Chaves pode indicar como Lúcio da Luz colocava seus “planos” aos outros moradores, estipulando as regras das divisões de despesas. Contudo, essa mesma iniciativa não teria tido resultados prolongados, pois após 1944, o ensino teria ficado sob responsabilidade de Luz Batista, que havia retornado “cheia de planos e ideias educadora, criando uma escola onde os materiais dos alunos foram doados por ela”. Porém, faltar material didático, “[...] a comunidade revoltada retirou seus filhos da escola. Para apaziguar, foi necessário Lúcio da Luz doar de seu bolso o dinheiro. Já **havia certos descontentamentos pela maneira com as questões eram resolvidas**”²¹⁰⁶.

Assim sendo, a afirmação de que a autoridade de Lúcio da Luz era “respeitada e incontestada” precisa ser problematizada, pois sua legitimidade dependia da aprovação de suas ações e da consideração de que seu domínio fosse justo atribuído pelos “agregados”, “vaqueiros” e outros moradores de Mato Verde.

²¹⁰⁴ CHAVES, 198?, p. 278.

²¹⁰⁵ CHAVES, 198?, p. 279.

²¹⁰⁶ VARJÃO, 1985, p. 197. (Grifos meus).

Trechos da narrativa de Varjão desconstroem o seu próprio argumento de uma “autoridade respeitada e incontestada”, pois um dos “causos” indica que Lúcio da Luz, diante do preço cobrado pela realização de uma missa pelos padres salesianos que teriam chegado a Mato Verde em 1939, “[...] autorizou seu vaqueiro Raimundo Canela a botar um litro de água ao leite que era vendido aos padres, até ressarcir os 3 mil réis, **fato que não fora obedecido pelo vaqueiro**, que teve de entregar uma novilha em pagamento do descumprimento da ordem.”²¹⁰⁷

Tanto Chaves quanto Varjão indicam que “Lúcio da Luz era amado e odiado”²¹⁰⁸ e apresentam um “causo” que aponta para possíveis situações em que o mesmo arbitrava sobre a vida privada de moradores de Mato Verde, pois:

Um dia, Manduca, um agregado solteiro sempre bem engomado, cabelos alisados na vaselina, conseguiu despertar, concomitantemente, o amor de duas senhoras viúvas, mães de família.

Quando o fato chegou ao conhecimento de Lúcio da Luz, Manduca foi advertido severamente.

Não tardou que as duas mulheres, encontrando-se no caminho do rio, resolvessem alterar violentamente, proferindo ameaças recíprocas. Nenhuma se conformava em perder Manduca para a outra. E a disputa chegou ao clímax quando uma, certo dia, de tocaia, jogou água fervendo na outra.

Lúcio da Luz resolveu acabar com aquela porfia.

Improvizou na rua, em frente à sua casa, um ringue. Mandou levantar um mastro onde pendurou uma nota de duzentos cruzeiros (antigos duzentos mil réis), dois cortes de seda, vidro de perfume, talco, um par de sandálias. Convocou Manduca e as duas amorosas, fazendo-as sentarem-se numa tribuna de caixotes e tamboretas, e assim lhes falou:

- Vocês querem o Manduca. Pois bem. Agora vão brigar por ele. Aquela que ganhar a luta leva o Manduca e tudo o que está aí pendurado no mastro.

Atiçadas pelas plateias, feridas no amor próprio, as duas mulheres olhavam para o Manduca e para o mastro, como cadelas no cio.

Num instante se insultaram e se engalfinharam:

Rolaram pelo chão, aos murros, dentadas e arranhões. As vestes se romperam, os corpos apareceram desnudos, até que uma delas, esganada pela outra, falou:

- *Tire esta desgraçada de cima de mim, seu Lúcio!* Estava decidida a contenda.

²¹⁰⁷ VARJÃO, 1985, p. 197. (Grifos meus).

²¹⁰⁸ Como Varjão (1985) não escreveu um texto seguindo as normas de citação, não é possível identificar se a frase é dele ou de Chaves, pois existem trechos que aparecem em ambas as narrativas sem referência, além de outras partes em que Varjão cita Chaves, abre aspas, mas não fecha, de modo q dificultar a identificação da autoria das frases ali existentes.

A vitoriosa, sob o olhar severo de Lúcio da Luz, lá se foi de braço com Manduca, capengando, chorando e carregando os troféus ganhos no combate.

No dia seguinte Manduca fugiu só.

Estes episódios, entre tantos de comportamentos desabonadores, retratam a discutida personalidade do grande bandeirante do Araguaia.²¹⁰⁹

O “causo” narrado por Chaves foi inserido na narrativa de Varjão que problematiza os agentes históricos envolvidos e ainda indica que resultou numa “revolta geral” e na debandada de parte significativa dos moradores de Mato Verde:

Entretanto nesse episódio há uma controvérsia. Enquanto Antônio Wanderlei afirma que foi Manduca o disputado, outro leitor me assegurou dizendo que esse fato ocorreu com Martins Borá do Mearim, dizendo que aquele gesto foi de revolta geral e Mato Verde que, na época, teriam 500 habitantes, foram reduzidos a menos de 50.

Versões verdadeiras ou mentiras, pouco importa: foi Lúcio da Luz o pioneiro da fundação de Mato Verde. Foi o Cel. Lúcio da Luz o criador da cidade, enfim a ele cabem os méritos e as honras de fundador do Município de Luciara, que merecidamente recebeu seu nome como justa homenagem.²¹¹⁰

Varjão aponta para outra testemunha que relata uma “revolta Geral” diante daquele “gesto”, indicando par “versões” “verdadeiras e mentirosos” que não importariam diante do “pioneirismo” de Lúcio da Luz. Todavia, Chaves defende o antigo “patrão” de “injúrias” frutos de “ingratidão”, uma vez que:

Assim era aquela extraordinária figura humana. Desprendido e filantropo, enérgico e severo, rude como a própria natureza do sertão em que nasceu e se fez homem. Generoso e bom.

Como um dia fez chegar ao Mato Verde o primeiro avião, também um dia, abrindo estrada a braço, levou de Goiânia até lá o primeiro caminhão.

Como os antigos bandeirantes, recebeu injúrias e ingratidões.

Como os velhos desbravadores, abriu caminhos, amansou sertões desconhecidos e virgens, fundou vilas e cidades. Implantou o progresso e o desenvolvimento de toda uma região. Legou exemplos de brasilidade e de civismo.²¹¹¹

²¹⁰⁹ CHAVES, 198?, p. 278. Citado por Varjão (1985, p. 198-199).

²¹¹⁰ VARJÃO, 1985, p. 199.

²¹¹¹ CHAVES, 198?, p. 279.

Chaves indica ainda o orgulho de ter sido um “[...] colaborador e um comandado do extraordinário brasileiro-sertanejo que foi Lúcio da Luz!”²¹¹², apesar dos “comportamentos desabonadores” do “grande bandeirante do Araguaia”. Assim como esse autor, Luz Batista reconhece as controvérsias resultantes do “temperamento” e das ações do pai, mas o defende de “injúrias e inverdades” que comprometiam sua “memória”. A autora justifica que em Mato Verde:

O dinheiro girava de mão em mão, as festas de 28 de agosto marcaram época, onde vinha gente de diferentes rincões, ali a bebida corria solta, as rixas e contendas foram criando um clima de animosidade, cujas notícias eram as principais manchetes dos jornais que circulavam nas capitais de Goiás e Mato Grosso. Lúcio da Luz, era um líder político, pessoa de influência na região portanto achavam fácil debitar em sua agenda pessoal, tudo o que ali acontecia. Região isolada a mais de mil km da capital do estado Cuiabá. Vivia-se a lei do mais forte, outros fatos foram acontecendo e muitos “experts” achavam por bem tirar proveito político em cima de nosso inexplicável silêncio. Com tudo, resolvi continuar escrevendo, anotando, pesquisando, ouvindo e colecionando documento, vi que muitos escritores de nossa região ao relatarem fatos ocorridos em nosso meio, desconheciam a veracidade de muitos episódios. Muitos por interesses políticos desejavam conquistar espaço, cada um a seu modo, querendo voar mais alto, deliravam! [...]

Assim inverdades foram alastrando-se, atirada aos quatro ventos, cada um querendo no contexto deste emaranhado de fatos fazer o papel de “Salvador da Pátria”. Esses sem perceber também me deram força para escrever o meu livro.²¹¹³

Ao indicar escritores da “região” com ambições políticas, é provável que Luz Batista estivesse se referindo a Varjão que publica obras após a morte de Lúcio da Luz. A autora indica que o pai não se defendeu em vida de acusações como a de que teria saqueado um avião que teria caído em 1952²¹¹⁴ e que:

Certa vez, eu falei para ele: “*Por que o senhor silencia tanta infâmia? Por que não leva a justiça tantas mentiras escritas em jornal, o seu respeito, por que o senhor aceita tudo isso?*” Respondeu-me:

- *Minha filha, enquanto eles estão jogando em minhas costas tudo quanto de ruim aconteceu aqui, nada vai acontecer. Eu sou rico, sou poderoso como eles dizem e contra os ricos e os poderosos nada acontece. O dia que jogarem nas costas destes*

²¹¹² VARJÃO, 1985, p. 199.

²¹¹³ LUZ BATISTA, 2003, p. 96-97.

²¹¹⁴ Segundo LUZ BATISTA (2003, p. 101), o avião Presidente era da Constelacion da Panair do Brasil, e fazia a rota Belém para o Rio de Janeiro, e que havia caído ao bater na serra do Tamancú, no Pará.

pobres coitados ignorantes, eles vão presos e vão morrer de tanto apanhar na cadeia!

Indaguei-lhe:

- E quando o senhor morrer isso não vai pesar sobre a sua geração?

- Para isso eu mandei lhe educar! Você foi a minha companheira de luta no desbravar deste “gerais”. Se puder defenda seu pai!²¹¹⁵

Seria a partir desse diálogo que Luz Batista se colocou como a responsável pela publicação da narrativa em defesa da “memória do pai” e de “sua geração”, uma vez que os descendentes de Lúcio da Luz enfrentariam nas décadas seguintes desafios para perpetuar o poder do pai.

4.11. O poder político de Lúcio da Luz e a “herança imaterial” para seus herdeiros

O poder econômico e político de Lúcio da Luz pode ser problematizado a partir de um *acontecimento* relacionado com o poder central: a visita de Getúlio Vargas em 1940 ao Araguaia. Wagley indica que teria pego carona com uma lancha que trouxe os responsáveis por “instalar um acampamento que servisse a uma expedição de caça do Presidente Getúlio Vargas”, não realizada “por ter sido deflagrada a II Guerra Mundial²¹¹⁶”. Chaves²¹¹⁷ afirma que Getúlio Vargas,

[...] concretizando a pregação da “Marcha para o Oeste”, buscando conscientizar a nação brasileira para a necessidade do preenchimento de nossos vazios geográficos, ali chegara em memorável evento para marcar, como fato histórico, pela primeira vez, a presença do maior dignitário da nação no quase desconhecido sertão do Araguaia.²¹¹⁸

Segundo relatório do salesiano Chovelon, teria encontrado em Leopoldina a comitiva do Capitão Flaviano de Matos Vanique em 1939 e outra vez em agosto do ano seguinte na Ilha do Bananal, onde aguardavam a chegada do presidente no dia oito. Ali, Getúlio Vargas teria ficado:

[...] muito se interessou pelos trabalhos da Missão. Pelas viagens repetidas do Missionário, o Rio das Mortes vai perdendo o terror

²¹¹⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 102.

²¹¹⁶ *Idem*, 1988, p. 41.

²¹¹⁷ *Idem*, 198?, p. 246-248.

²¹¹⁸ CHAVES, 198?, p. 246.

que causava aos civilizados. Este terror era e ainda é causado pelo medo que o civilizado tem da flecha do índio, e pelo que o índio tem da carabina do civilizado. Com um pouco de calma pode-se enfrentar o índio e sem procurar demasiada familiaridade com ele pode-se viver em paz no rio das Mortes.²¹¹⁹

Chovelon indica que realizou, juntamente com outros salesianos, um passeio de lancha pelos lagos de Santa Isabel e da Guariroba e de um sobrevoo de avião antes do retorno do presidente ao Rio de Janeiro.²¹²⁰ De acordo com Chaves, aquele voo teria sido realizado por uma comitiva rumo ao Xingu, até as faldas da Serra do Roncador, passando pelo Rio das Mortes e que teriam “desvendado” aldeias xavantes”²¹²¹. Seria um voo, a princípio “despretensioso”, mas do qual “[...] nascera o embrião de uma tomada de posição desbravadora, que haveria algum dia de se concretizar no empreendimento audaz que se chamou Expedição Roncador-Xingu e, logo mais, se transformou, ampliando-se, na Fundação Brasil Central.”²¹²²

Dando forma à ideia, como um passo simbólico do grande ideal proclamado, o Presidente Getúlio Vargas, em março de 1940, em aviões pilotados pelos então tenentes Nero Moura e Antônio Eugênio Basílio, acompanhado de brilhante comitiva integrada entre outras personalidades pelo Ministro João Alberto Lins de Barros, o Interventor Pedro Ludovico, o então capitão Flaviano Matos Vanique, visitou a ilha do Bananal no Rio Araguaia.²¹²³

Ademais, naquela ocasião da visita de Vargas, Chaves encontrou pela primeira vez Lúcio da Luz²¹²⁴, indicando que o mesmo detinha “[...] um pouco abaixo, no lado mato-grossense, estava há algum tempo situando fazenda, tinha na ilha deserta uma partida de reses sob os cuidados de seu irmão Mundico Luz, Bento de Abreu e seu sobrinho Ateneu Luz.” Naquela oportunidade, Lúcio da Luz:

Encantou a todos com a recepção oferecida, apreciados churrascos e fartas peixadas nos três dias de permanência da comitiva.

O tenente Basílio, um dos pilotos da preferência presidencial, num Fairchild monomotor, atendendo a insistente pedido de Lúcio da Luz, fez um pouso em Mato Verde, em campo improvisado, mas seguro, no varjão limpo, desobstruído dos cupins e gravetos pela população de vaqueiros e sitiantes, fato

²¹¹⁹ Relatório do ano 1940. IN: CHOVOLON; FERNANDES; SBARDELLOTTO, 1996, p. 33.

²¹²⁰ Relatório do ano 1940. IN: CHOVOLON; FERNANDES; SBARDELLOTTO, 1996, p. 34-35.

²¹²¹ CHAVES, 198?, p. 247.

²¹²² CHAVES, 198?, p. 247.

²¹²³ CHAVES, 198?, p. 320

²¹²⁴ *Idem*, 198?, p. 246-248.

que proporcionou àquela comunidade, naquela região do médio Araguaia, ter sido a primeira a conhecer o avião antes que o caminhão.²¹²⁵

Após o voo rumo ao Xingu, Chaves teria feito um “relato sucinto dos grandes problemas do Araguaia” num churrasco à noite, no qual o Presidente Getúlio Vargas estaria “risonho e comunicativo” e no qual “[...] conversou com Lúcio da Luz e todos os presentes. Fez seguidas perguntas sobre a região, suas populações, suas condições sanitárias, educacionais e sociais, sobre as potencialidades econômicas do vale do Araguaia.”²¹²⁶

Aquele visita presidencial tinha relação com as instalações da FBC em Santa Isabel do Morro estava situada às margem do Rio Araguaia e na proximidades da Ilha do Bananal, mas foi importante para Mato Verde, pois, segundo Chaves:

Chegaram até Mato Verde os ecos de uma nova fase histórica, que se estava abrindo nos sertões do Brasil Central e Ocidental. A Coordenação da Mobilização Econômica, sob a supervisão, coordenação e direção do Ministro João Alberto Lins de Barros, concretizando os velhos ideais da “Marcha para o Oeste” e dando curso à inspiração nascida quando da memorável visita do Presidente Getúlio Vargas à ilha do Bananal em 1940, assumiu a vanguarda das ações desbravadoras.²¹²⁷

A nível local, Lúcio da Luz foi colocado como “liderança” de Mato Verde alinhado com os ideais da “Marcha para o Oeste” para o presidente Vargas. De acordo com Luz Batista, aquela visita teria tido resultados positivos, pois:

Em seus dias de peregrinação em busca de melhores meios de vida, Lúcio da Luz, foi um desbravador, não conheceu fronteiras que não transpusesse. Getúlio Vargas em 1940, quando visitou Santa Isabel do Morro na Ilha do Bananal em sua sonhada marcha para o oeste, encontrando-o ali com uma invejável criação de gado usufruiu de sua hospitalidade e exclamou em uma reportagem a seguinte nota:

“Lúcio da Luz, é um marco plantado no deserto” saindo nas manchetes dos principais jornais do Rio de Janeiro quando esse ainda era capital da República e Brasília não havia surgido.²¹²⁸

²¹²⁵ CHAVES, 198?, p. 246-247. Em outro trecho Chaves “198?, p. 277” indica: “Em 1940, por ocasião da visita do Presidente Vargas à ilha do Bananal, conseguiu convencer o então Tenente Antônio Eugênio Basílio de ser o primeiro piloto a pousar em Mato Verde, façanha praticada com um Fairchild asa alta, monomotor.”

²¹²⁶ CHAVES, 198?, p. 247.

²¹²⁷ CHAVES, 198?, p. 279-280.

²¹²⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 17.

Embora Vargas tenha sido recepcionado por missionários salesianos e outros, Lúcio da Luz teria conseguido conversar com o presidente e explicado seu posicionamento diante de controvérsias relacionadas à apropriação de espaço e natureza de locais como as antigas instalações do PI Santa Izabel onde tinha 800 cabeças de gado.²¹²⁹ Ainda de acordo com Luz Batista:

Como disse antes, meu pai havia, com a permissão dos índios, colocado umas trezentas rezes na naquela ilha do Bananal. Ali fez curral, casa de vaqueiro e quando soube que o Presidente da República naquela época em que a capital do país era o Rio de Janeiro, estava de visita à região ele preparou uma recepção para receber Getúlio Vargas.

Fizeram um churrasco, também peixe assado na brasa. Depois com permissão do presidente conseguiu ir de avião, a fazenda Mato Verde, em um monomotor vermelho pilotado pelo capitão Antônio Eugênio Basílio.²¹³⁰

Lúcio da Luz teria organizado a recepção de Getúlio Vargas a Mato Verde e mandado limpar uma pista de pouso improvisada. Luz Batista indica que quando o avião se aproximou, enquanto o pai estaria “feliz da vida”, havia gente correndo na direção da pista, outros para o mato com medo de avião e crianças subindo em árvores para ver o “gafanhoto vermelho” chegar.

O presidente Vargas e sua comitiva²¹³¹ permaneceram por pouco tempo em Mato Verde, tendo seguido para Santa Isabel, onde assistiram uma dança do Aruanã, antes do retorno o Rio de Janeiro. Luz Batista afirma que:

Dias se passaram, meu pai recebeu os jornais de maior circulação do Rio onde o presidente Getúlio Vargas depois da visita feita ao interior do país escrevia: “Lúcio Pereira Luz o marco plantado no deserto”. Contou em matéria sensacional as atividades dos sertanejos com seus arranjos e ousadias, viu plantada no âmagos dos gerais uma povoação com todas as faltas de recursos numa época em que o único meio de comunicação eram os rios.²¹³²

É possível que Vargas tenha identificado em Lúcio da Luz um homem que estaria alinhado à seus ideais de governo, ainda que fosse contrário ao mandonismo local. Segundo a autora, o presidente teria enviado de presente três

²¹²⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 204.

²¹³⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 85.

²¹³¹ Segundo LUZ BATISTA (2003, p. 86): “Eram integrantes da comitiva Pedro Ludovico Teixeira, Interventor de Goiás e Dr. Acari Passos, ministro João Alberto, Presidente da Fundação Brasil Central.”

²¹³² LUZ BATISTA, 2003, p. 86.

arados que não foram utilizados uma vez que os moradores de Mato Verde desconheciam a forma de usá-los.

Além da visita e de seus desdobramentos, é possível indicar uma aproximação e apoio a Getúlio Vargas nas décadas seguintes na narrativa de Luz Batista na qual é possível identificar uma fotografia das crianças na escola em Mato Verde durante uma ação em “homenagem ao aniversário de morte de Getúlio Vargas”²¹³³ em 1955, bem como inserção do “Hino a Getúlio”²¹³⁴ e a transcrição da sua “Carta Testamento”²¹³⁵.

Para além dessa narrativa, é possível apontar em trechos de obras de Aureli elementos da relação entre o poder central e aquele de Lúcio da Luz em Mato Verde. O jornalista afirma que, em 1951, sua expedição teria chegado em São Félix do Araguaia na antevéspera das eleições presidenciais, quando um “[...] pequeno avião trouxe para essa subprefeitura, urnas e cédulas do candidato oficial. Outras urnas foram levadas para Mato Verde”²¹³⁶. Contudo, as cédulas não teriam o nome de Getúlio Vargas como um dos elegíveis ao cargo de presidente, de modo que Aureli teria escrito com máquina de escrever em trezentas cédulas destinadas aos eleitores de São Félix do Araguaia e Mato Verde.

Aureli escreve ainda que teria ocorrido um comício no qual teria “vindo dos garimpos do Marabá, um baiano meio estrambólico, com certos laivos de leituras. Pernóstico mais inofensivo enquanto não bebe.”²¹³⁷ Esse agentes histórico não nomeado pelo jornalista teria aproveitado a

[...] calada dos xavantes e os estragos que fizeram para dizer aos ouvintes:

- Essa história de índios ser tratado a pão-de-ló não é comigo. Índio malvado atravessando minha frente passo-lhe brasa. Dou-lhe um tiro que somente sobram as botinas no chão! Meto-lhe u garrucha na tampa do côco! Eis o que faço e farei! Meu povo! O dr. Getúlio Vargas vai arrumar as coisas para vocês! Não haverá necessidade de passar “a brasa” em ninguém! Ele mandará gente para melhorar a situação! A mim não interessa,

²¹³³ LUZ BATISTA, 2003, p. 152.

²¹³⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 205.

²¹³⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 203.

²¹³⁶ AURELI, 1952, p. 163.

²¹³⁷ AURELI, 1952, p. 164.

*mas interessa a vocês. Eu tou²¹³⁸ de subida e sabe Deus onde irei acabar. Mas vocês devem votar no homem que dará coisas...*²¹³⁹

Além desse comício, os “sertanejos” tinham ouvido, com o rádio teleograma, discursos de propaganda e muita promessa daquele que conhecia aquelas “bandas” desde 1940 quando esteve na Ilha do Bananal. Aureli ainda afirma que os moradores de Mato Verde e São Félix teriam apoiado Vargas e que no dia da eleição foi de festa na qual todos se mostram “civilizados”, dançando e esquecendo de que estavam rodeados de uma “horda de mais de mil xavante a breve distância”.²¹⁴⁰

Destaca-se que Aureli e outros membros da “Bandeira Piratininga” passaram a estreitar relações com os moradores de São Félix do Araguaia justamente pela localização em meio ao território Marãiwatsédé e sua busca pelos “terríveis Xavante”. Ademais, na década de 1950, parte dos moradores de Mato Verde haviam se mudado para aquele outro “povoado” que passou a ser local de apoio aos “viajantes” e próximo às instalações da FBC.

Apesar disso e das oscilações do seu domínio local, Lúcio da Luz agregou poder político ao participar da política institucional e se filiar a partidos políticos, como a União Democrática Nacional (UDN), tendo Ladislau Cristino Cortes e Antônio Bosaipo como seus “mentores políticos”²¹⁴¹. Contudo, as principais relações políticas estabelecidas se deram com políticos locais, de modo que Luz Batista²¹⁴² insere em sua obra fotografias de seu pai com “políticos de Barra do Garça” como Valdon Varjão e Antônio Matias de Carvalho para destacar o poder político de Lúcio da Luz.

Essas alianças políticas de Lúcio da Luz teriam auxiliado para a elevação de Mato Verde à condição de distrito de Barra do Garças em 12 de julho de 1961 e para sua emancipação em 11 de novembro de 1963. A Lei n. 1940, de autoria do então deputado Valdon Varjão, criava jurídica e administrativamente o município nomeado Luciara. Luz Batista indica que esse nome é formado pela

²¹³⁸ O narrador utilizou intencionalmente a palavra com erro gramatical para indicar a informalidade do discurso.

²¹³⁹ AURELI, 1952, p. 164.

²¹⁴⁰ AURELI, 1952, p. 165.

²¹⁴¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 18.

²¹⁴² LUZ BATISTA, 2003, p. 184.

junção de “luci, de Lúcio e ara, de Araguaia”²¹⁴³ e Moura e Silva; Ferreira²¹⁴⁴ afirmam que:

Etimologia Toponímica: *LUCIARA* – Termo composto, junção do nome próprio “lúcio” e do sufixo nominativo “ara”. O vocábulo “Lúcio” origina-se do latim “Luciu”, da raiz de Lux, que significa luz [...]. O sufixo “ara” provem do latim e designa abundância, aglomeração, ajuntamento, agrupamento ou coleção: gente ou povo em torno de Lucio”.

Costa e Silva; Ferreira destacam que o nome teria sido escolhido pois as ações teriam sido “[...] tão importantes para Mato Verde, que o lugar mudou a denominação para Luciara em sua homenagem.”²¹⁴⁵ No mesmo sentido, os irmãos Villas-Bôas afirmam que “Mato Verde, hoje Luciara (quatorze léguas rio abaixo), tomou esse nome em homenagem ao pioneiro fundador Lúcio da Luz, sertanejo arrojado e de grande valor.”²¹⁴⁶ Tratam-se, portanto, de narrativas que legitimam a escolha do nome da cidade exaltando a figura de Lúcio da Luz, contribuindo para as homenagens recebidas, tal qual a normatização, através da Lei n. 520/09, do feriado de aniversário do município em 10 de maio e o feriado em homenagem à datada da morte do “fundador” em 19 de novembro. Ademais, na principal praça da cidade, um monumento com o busto de Lúcio da Luz foi erguido com homenagens a seus feitos.

Além de receber homenagens, Lúcio da Luz exerceu mandatos políticos, tendo sido eleito como primeiro prefeito municipal, pela UDN, em 1964²¹⁴⁷ na mesma eleição em que o filho José Liton Luz se elegeu e assumiu coo presidente da Câmara de Vereadores.²¹⁴⁸

Luz Batista dá ênfase aos feitos do pai enquanto prefeito, destacando que após se tornar município, Luciara teve melhorias em sua infraestrutura, inserindo uma fotografia e indicando que:

Este foi o primeiro caminhão que entrou em Luciara, comprado com verbas da prefeitura em 1965, na administração do prefeito municipal Lucio Pereira Luz. [...]

²¹⁴³ LUZ BATISTA, 2003, p. 181.

²¹⁴⁴ MOURA E SILVA; FERREIRA, 2008, p. 117.

²¹⁴⁵ COSTA E SILVA; FERREIRA, 1994, p. 144.

²¹⁴⁶ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 610.

²¹⁴⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. 186. O vice-prefeito foi Raimundo Miranda.

²¹⁴⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 18.

Em novembro de 1969 inauguramos a primeira estrada de rodagem de Luciara para São Félix do Araguaia. Sempre acreditamos que o dinheiro público tem que ser aplicado em benefício do povo!²¹⁴⁹

A autora insere tais ações como realização de Lúcio da Luz e outros membros de sua família eleitos para outros cargos no legislativo e executivo municipal. A identificação dos herdeiros de Lúcio da Luz com seus cargos políticos pode ser identificada nesse trecho da narrativa de Varjão:

Casado em única núpcia com D. Silvina, com a qual tivera três filhas, Benedita, Adauta e Diná, dela se separara no final, para, seguidamente, conviver com outras companheiras, por período de cujas convivências também vieram mais filhos, dentre os quais o **bravo Liton (Prefeito José Liton Luz), José Neton e outros, os mais ilustres e arrojados herdeiros das tradições paternas**, ex prefeito de Luciara.²¹⁵⁰

Dessa forma, Varjão seleciona dois filhos homens como os “herdeiros das tradições paternas”. Contudo, Lúcio da Luz teve outros filhos e filhas que foram indicados, além de outras “companheiras”. Luz Batista indica que seu pai e sua mãe, Silvina Mendes de Souza, tiveram um filho de nome José, além dela e das irmãs Benedita e Donatília.²¹⁵¹ Após a separação, Lúcio da Luz teria como “companheira” Otilde Pereira da Costa que o acompanhou no “período de implantação da fazenda Mato Verde”,²¹⁵² além de outras que geraram outros filhos como João Neton, José Liton, Maria Daily, Dalila, Maria Dorly, José Lúcio, José César e José Augusto²¹⁵³.

Segundo Luz Batista, esses herdeiros de Lúcio da Luz seguiram trajetórias distintas, como a autora que se tornou professora, ou da irmã Benedita Pereira Costa, que foi casada com “um investigador de polícia Sebastião Vicente Silveira dono da fazenda Poço Azul, em Mato Verde nos anos 1950”²¹⁵⁴, assim

²¹⁴⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 156.

²¹⁵⁰ VARJÃO, 1985, p. 196. (Grifos meus). Chaves (198?, p. 277) apresenta o mesmo trecho.

²¹⁵¹ LUZ BATISTA (2003, p. 137), ainda faz referência à Eurenice Pereira da Costa que nasceu em Barreira de Santana, “[...] filha de Apolinária Costa e filha de criação de Lúcio da Luz” e que teria ido com o marido para Mato Verde em 1950.

²¹⁵² LUZ BATISTA, 2003, p. 153. A autora indica que aquela seria uma “Sertaneja simples” que faleceu aos 80 anos em Barra do Garças.

²¹⁵³ LUZ BATISTA, 2003, p. 18.

²¹⁵⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 136.

como outros, como José Neton Luz (1929-1996), que “exerceu o cargo de presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores”²¹⁵⁵.

Um dos herdeiros de Lúcio da Luz que teve maior projeção na política local teria sido José Liton Luz e pai de uma futura prefeita que foi identificada numa fotografia inserida por Luz Batista e assim descrita pela autora:

Decorrido o mandato de José Barros Lima de 1968 o 1970, foi feita a transmissão de cargo para o prefeito recém eleito José Liton Luz.

Presentes ao ato José Gomes do Cruz, o Secretário Executivo, Antônio Gomes de Souza, Delegado de Polícia, o prefeito eleito José Liton, esposa e filhos.

A garotinha que aparece bocejando estava sonhando com o seu futuro, onde assumiria o cargo público de prefeito municipal de Luciara, Dra. Noely Paciente Luz. [...]

A democracia passou por aqui!²¹⁵⁶

Luz Batista insere uma fotografia²¹⁵⁷ de Noely Paciente Luz e afirma que “Luciara atualmente é administrada por Noely Paciente Luz, advogada e neta do fundador, contando com a colaboração do vice, Lourenço Pereira Sales, natural de Luciara - 2001 o 2004.”²¹⁵⁸ Esse trecho da narrativa de Luz Batista indica sua posição de valorização do poder político de sua família no passado e no seu presente em que publicava sua narrativa.

Contudo, é possível identificar o poder da família Luz exercido entre os anos de 1963 a 2001, com seus membros ocupando o cargo de prefeito, a começar por Lúcio da Luz que assumiu como prefeito entre os anos de 1965 a 1967 o primeiro mandato do executivo municipal. Seu filho José Liton Luz exerceu o cargo de prefeito no terceiro mandato como prefeito entre 1970 a 1973 e também entre os anos de 1983 a 1989. Por fim, sua neta Noely Paciente Luz assumiu o décimo mandato do executivo municipal de Luciara entre 2001 e 2004.

A Câmara Municipal de Luciara também teve membros da família Luz ocupando o cargo de vereador, sendo que José Liton Luz assumiu como presidente da Câmara em 1964, na primeira legislatura, seguido por Adata Luz Batista que foi vereadora entre 1967 a 1970, além de outros vereadores com aquele sobrenome.

²¹⁵⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 145.

²¹⁵⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 190.

²¹⁵⁷ *Idem*, 2003, p. 190.

²¹⁵⁸ LUZ BATISTA, 2003, p. 191.

José Liton Luz Júnior foi vereador ainda entre os anos de 1997 a 2001 e de 2001 a 2003 em dois mandatos consecutivos.

O historiador Soares afirma em tom testemunhal que aquela “[...] relação de parentesco, ainda, é muito forte na cidade de Luciara, de acordo com que presenciamos nas ocasiões de eleições municipais cujas alianças são realizadas entre as famílias e não entre os partidos políticos.”²¹⁵⁹

Todavia, para além dessa “herança imaterial”, filhos e filhas de Lúcio da Luz se envolveram em litígios causados pela forma com que o pai havia se apropriado do espaço e da natureza.

4.12. O “legado” de litígios após a morte de Lúcio da Luz

Lúcio da Luz manteve por décadas poder político que garantiu o seu domínio sobre espaços e a natureza em áreas onde foram construídas “fazendas” sem a necessidade de registrar as mesmas como propriedade privada. Seu domínio se somava à impossibilidade de regularização fundiária de suas posses por se tratarem de terras da União, sobretudo na segunda metade do século XX, quando o governo do estado de Mato Grosso comercializou enquanto “terra” espaços e natureza que por vezes eram territórios indígenas e áreas de posse e uso de “sertanejos”, ribeirinhos e outras populações.

A partir de uma pesquisa com informações cadastrais do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Soares afirma que:

O Sr. Lúcio exercia o domínio de uma vasta área de terra, de Mato Verde aos arredores do rio Tapirapé, na fazenda São Pedro, mas como consta, não se constituiu enquanto proprietário de direito, ou seja, não fez o registro destas terras em cartório. Os primeiros títulos de terras do atual município de Luciara datam de 1956, sendo que nenhum dos primeiros proprietários residiam em Luciara na época.²¹⁶⁰

Dessa forma, Lúcio da Luz, assim como outros moradores de Mato Verde não se consolidaram como proprietários e sim como “posseiros” do ponto de

²¹⁵⁹ SOARES, 2004, p. 19.

²¹⁶⁰ SOARES, 2004, p. 83.

vista legal, ainda que nas relações cotidianas e do ponto de vista do *direito costumeiro* tivessem direito e seriam seus legítimos “donos”.

Luz Batista apresenta em sua narrativa um apontamento de que seu pai teria perdido o poder econômico que detinha nas décadas iniciais de Mato Verde e que “viveu seus últimos dias” na “pródiga reserva S. Pedro” nas margens do Rio Tapirapé.²¹⁶¹ A autora indica algumas situações em que geraram perdas, como a saída de seus homens e rebanho de Santa Izabel:

[...] a dura realidade era contínua. O gado retirado de Santa Isabel foi levado para o outro lado do rio Xavantinho, na fazenda Santo Antonio, 25 cabeços de gado fêmeas que não puderam ser trazidas para Mato Verde o SPI ficou com elas. A novilha que meu pai deu de presente a Getúlio Vargas, foi morta e dela feito churrasco para os componentes da captura que veio para prender meu pai, isso de acordo com declaração de tio Bento, ainda vivo morando em Goiânia.²¹⁶²

Outros espaços apropriados por Lúcio da Luz, seus vaqueiros e agregados foram sendo transformados, como ocorreu com a Ilha do Bananal que em 1959 se tornou reserva ambiental brasileira, tendo parte delimitada como território indígena Parque do Araguaia. Parte da ilha era utilizada por Lúcio da Luz e outros moradores de Mato Verde e Luciara para a criação de gado, pois de acordo com os irmãos Villas-Bôas:

A ilha em frente é o socorro do gado nos estios demorados. Nessas ocasiões, mais de 30 mil reses saltam o rio para as várzeas e campos gerais da ilha. Ali as terras mais baixas do que as do continente seguram o verde por mais tempo e soltam, depois do fogo de agosto, mais rápido os brotos nos campos.²¹⁶³

Apesar dessa prática continuar de forma ilegal, paulatinamente as pastagens da ilha deixaram de ser viáveis diante de possibilidades de penalidades que ocorriam com a intensificação da proteção às terras indígenas e reservas ambientais. Com exceção dos indígenas, outros agentes históricos que moravam dentro da Ilha do Bananal foram retirados, tal como Inês Pinheiro da Luz que, segundo Luz Batista, seria uma de suas tias e “[...] uma sertaneja que ali morava com seus 10 filhos, viúva, vivia da roça e da graça de Deus até que o SPI a tirou de

²¹⁶¹ LUZ BATISTA, 2003, p. 166.

²¹⁶² LUZ BATISTA, 2003, p. 98-99.

²¹⁶³ VILLAS-BÔAS; VILLAS-BÔAS, 1994, p. 610.

suas terras sem indenização para virar Reserva dos índios Tapirapé”²¹⁶⁴. Do mesmo modo, a autora continuou sua narrativa do seguinte modo:

Tia Inês cultivava roça braçalmente, com ajuda dos filhos, tinha uma bonita criação de gado, existindo na propriedade um laranjal, onde se armavam as redes no verão quem passava subindo ou descendo rio, ela era a hospedeira o quem ninguém pagava nada. Ali viveu até que em idade avançado tio Inês perdeu a visão e por medidas tomadas pelo Serviço de Proteção aos Índios, ela perdeu os direitos de posse que possuía por mais de 40 anos naquele torrão, sem indenização foi transferida para outra região onde veio a falecer em Santa Teresinha.²¹⁶⁵

Inês Pinheiro da Luz, assim como outros “sertanejos”, foi deslocada dos espaços apropriados de forma legal, uma vez que se tratavam de terras da União. Essa situação de expropriação ocorreu concomitantemente com outros problemas que resultaram na redução das áreas apropriadas por Lúcio da Luz, seus vaqueiros e agregados. Luz Batista indica um desses casos ao afirmar que “[...] na fazenda Santo Antônio a erva daninha matou mais de 100 rezes de meu pai. Todos os dias amanhecia 10 a 12 rezes acamadas. Daí meu pai resolveu procurar outra região e partiu para as margens do Rio Tapirapé onde instalou a fazenda São Pedro.”²¹⁶⁶

Luz Batista narra a trajetória do pai marcada pelo poder econômico e político e pelas perdas que o levaram a ter uma velhice marcada pela “simplicidade”. Utilizando-se de testemunhos, a autora indica que:

Conforme depoimento de Fortunato Nazir Braine Tomé, nascido em 10/10/1916 em Belém do Pará. O qual exerceu várias funções em Luciara inclusive foi o 1º Tabelião do lugar. Conheceu Lúcio da Luz em 1957 e assim disse:

... Lúcio, ajudou tanta gente, para ele não tinha esse nem aquele, ajudava a quem precisava, sem medir esforços - não o conheci como homem mau.

... era o maior fazendeiro da região na época, possuía muito gado, mas no final de sua existência encontrou-se desfalcado..., seu gado foi desaparecendo misteriosamente ...²¹⁶⁷

²¹⁶⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 73.

²¹⁶⁵ LUZ BATISTA, 2003, p. 73-74.

²¹⁶⁶ LUZ BATISTA, 2003, p. 99.

²¹⁶⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. 102.

Mesmo tendo sido o “maior fazendeiro da região”, Lúcio da Luz perdeu poder para outros que se estabeleceram na segunda metade do século XX com o apoio da SUDAM. Segundo Luz Batista:

No ano de 1973 a pose São Sebastião comprada de Pedro Pereira de Luz, conhecido como Doca foi incendiada durante o tempo em que me achava detida no quartel de Campo Grande²¹⁶⁸. Era então prefeito de Luciara, Manuel Martins Costa. Neste sítio havia casas, currais, um belo pomar com mais de trinta pés de laranja, manga, lima, mexerica. Uma casa de farinha munida de forno, cocho e demais apetrechos de farinha.

No governo de Sebastião Gomes de Souza, o sítio desta mesma fazenda foi passado machado e posteriormente queimado o laranjal. Carregados os frutos. Só um pé de bacaba foi testemunho deste crime e conseguiu sobreviver às chamas.

Tudo isto foi levado ao conhecimento da SUDAM, mas como sempre nada foi resolvido. A lei do dinheiro e do mais forte fala mais alto.²¹⁶⁹

A SUDAM agia a partir de seus objetivos de incentivo à empresas agropecuárias e proprietários, não atuando junto a outros agentes históricos que se encontravam na condição de “posseiros”, como os “sertanejos” de Luciara que, por vezes, foram expropriados por empreendimentos financiados pelo órgão e que se consolidavam como os “mais fortes” e com mais capital.

Lúcio da Luz, que havia sido um homem “rico e poderoso”²¹⁷⁰, encontrava-se ao final da vida numa situação diferente. De acordo com Chaves:

Como os velhos desbravadores, abriu caminhos, amansou sertões desconhecidos e virgens, fundou vilas e cidades. Implantou o progresso e o desenvolvimento de toda uma região, levou exemplo de brasilidade e de civismo, morreu pobre, o bordo do monomotor pilotado por seu filho Liton, quando se preparava para aterrar no campo de Luciara, vindo de uma cidade goiana (Mineiros) onde se submetera a tratamento de saúde.²¹⁷¹

²¹⁶⁸ Adauta Luz Batista foi detida em 7/07/1973, “[...] sob acusação de ser uma subversiva acusada a serviço da Guerrilha do Araguaia, fui presa por ordens do Capitão Moacir do Couto...”, sendo levada para Cuiabá, e depois liberada por conta de sua “ficha limpa e boas amizades”, demonstrando que a família e ela tinham um *capital social* significativo. Na descrição de sua prisão, porém, a autora não relata ter ido até Campo Grande, (LUZ BATISTA, 2003, p. 155).

²¹⁶⁹ LUZ BATISTA, 2003, p. 146.

²¹⁷⁰ LUZ BATISTA, 2003, p. 102.

²¹⁷¹ CHAVES, 198?, p. 278.

Luz Batista indica que, em 19 de novembro de 1970, seu pai Lúcio da Luz faleceu “com a mesma simplicidade que viveu”²¹⁷² ao se aproximar do lugar que teria sido por ele descrito como um “ponto branco perdido na imensidão de um mundo dos verdes alagados.”²¹⁷³

Após a morte de Lúcio da Luz, alguns de seus herdeiros buscaram identificar qual seria seu patrimônio, não encontrando registros de propriedades. Luz Batista reitera esse fato como “prova” da “simplicidade” e “generosidade” do pai, inserindo em seu livro uma cópia de declaração emitida pelo Cartório do 1º Ofício de Barra do Garças em 25/10/1976 que informa a “inexistência de transcrições, matrículas, ou registros imobiliários”²¹⁷⁴ em nome de seu pai.

Assim sendo, Lúcio da Luz deixou para seus herdeiros, além do poder político, um legado de litígios enfrentados diante das transformações que ocorriam naquele espaço e natureza que, num dia de 1934, havia escolhido e nomeado Mato Verde e que avistava antes de morrer em meio às águas do Araguaia.

O anúncio de que ali seria uma “grande cidade” marcada pelo “progresso” não se concretizou, mas Lúcio da Luz vivenciou a *aceleração do ritmo temporal* da apropriação daquele espaço e natureza feito por ele e outros “sertanejos” e intensificado com os outros agentes históricos que ali estabeleceram “fazendas” e “empresas agropecuárias”. Possivelmente sabia que as águas do Araguaia nunca foram as mesmas que aquelas navegadas por ele em 1934, observava e agia diante das transformações nas margens daquele rio e compreendia que “tudo passa sobre a terra”, como já dizia José Alencar.²¹⁷⁵

²¹⁷² LUZ BATISTA, 2003, p. 18.

²¹⁷³ LUZ BATISTA, 2002, p. 51.

²¹⁷⁴ LUZ BATISTA, 2003, p. 103.

²¹⁷⁵ Trata-se da última frase do romance “Iracema” de 1865.

5. A intensificação do *ritmo temporal* em Luciara: os Retireiros do Araguaia, as empresas agropecuárias e os “fazendeiros” em disputa pelos varjões e terras altas na segunda metade do século XX

*Diga você me conhece
Eu já fui boiadeiro
Conheço essas trilhas
Quilômetro, milhas
Que vem e que vão
Pelo alto sertão
Que agora se chama
Não mais de sertão
Mas de terra vendida
Civilização.*²¹⁷⁶

O trecho acima é parte da música “Peão” lançada em 1982 e composta por Almir Sater e Renato Teixeira, no qual as terras do que foi um dia “sertão” foram vendidas e se tornaram “civilização”. Nessa situação, não existiria mais o espaço para o “boiadeiro” que não teria mais a função de tocar rebanhos de gado pelas trilhas pelo “alto sertão” com a vinda do caminhão para buscar o gado através de estradas que ligavam aquele espaço a outros.

Essa letra de música pode ser entendida como composta por artistas que compartilhavam um saudosismo diante da transformação do país antes eminentemente rural para um Brasil com a maioria da população residindo em áreas urbanas. Naquela década de 1980, a ideia de “sertão” era colocada como a parte do país que havia sido “integrada” era noticiada e essa música reproduzia a *representação* do “sertão” e do “boiadeiro” como pertencentes ao passado, substituídos pela “civilização” e pelo “caminhão” que levava rebanhos de gado, o animal que, embora não fosse nativo, havia se consolidado como o principal “produto” daquele espaço.

Assim como o “boiadeiro”, na segunda metade do século XX, é possível indicar que os “sertanejos”, “agregados”, “vaqueiros”, “ribeirinhos”, “peões” e outros tantos agentes históricos que habitavam e se apropriaram de espaços, passaram a ser considerados pertencentes ao passado e não mais representantes da civilização. O espaço antes categorizado como “sertão”, “deserto” e “selvagem”

²¹⁷⁶ Trecho inicial da música “Peão” composta por Almir Sater (1956-) e Renato Teixeira de Oliveira (1945-), em 1982, incluída no lado A do disco “Doma”.

passou a ser considerado como “fronteira agrícola” e alvo de outras políticas públicas e programas governamentais para além da “Marcha para o Oeste”.

5.1. Um outro *ritmo temporal* do avanço sobre Luciara com seu enquadramento na “Amazônia Legal” e como parte da “região”

Apesar do primeiro registro de propriedade em Luciara datar de 1956,²¹⁷⁷ foi com os governos militares que o espaço e a natureza situados no território de Luciara passaram a ser alvo de outras formas de apropriação enquanto “terra” comercializada pelo estado de Mato Grosso e sujeita à políticas de incentivo governamentais e financiamento da SUDAM.

Essa outra dinâmica tinha relação com os esforços de Getúlio Vargas e de outros governantes que buscaram avançar e incorporar o espaço onde Mato Verde/Luciara estava situada. Como prosseguimento do “espírito bandeirante”²¹⁷⁸ estatal do Estado Novo e de Vargas, as ações do presidente Juscelino Kubitschek (JK), sobretudo com a construção da capital no Brasil Central e de estradas, foram fundamentais para os projetos e políticas adotadas pelos militares na década de 1960. Na quarta edição de seu livro “A Marcha para Oeste...”²¹⁷⁹, Cassiano Ricardo Leite indica que seria JK o mais “bandeirante dos governantes” que teria implementado o “bandeirismo oficial, federal” através da

[...] construção de Brasília, a Rodovia Belém-Brasília, o Projeto Rondon e a Rodovia Transamazônica. O ideólogo sensível percebia, ainda utilizando a *fronteira* como matéria-prima para as suas elaborações, o fio condutor que dava unidade ao nosso modo de desenvolvimento capitalista, mesmo numa época em que a maioria preferia acentuar as descontinuidades.²¹⁸⁰

Na segunda edição dessa obra, Leite ressalta a importância da Rodovia Belém-Brasília, que percorre o estado de Goiás, Maranhão e Pará até terminar na sua capital, num trajeto de dois mil quilômetros que atravessa o centro do território brasileiro num espaço considerado como ainda não integrado de forma definitiva.

²¹⁷⁷ SOARES, 2004, p. 83.

²¹⁷⁸ Expressão utilizada por Cassiano Ricardo Leite e indicada por Velho (1979, p. 147).

²¹⁷⁹ LEITE, Cassiano Ricardo. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 4 ed. Volume II. Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo. Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros, 25 A, 1970.

²¹⁸⁰ VELHO, 1979, p. 147.

Na contracapa daquela edição, Cassiano Ricardo Leite apresenta uma *representação* do espaço através de um mapa com o trajeto da Rodovia Belém-Brasília, conforme pode ser visualizado a seguir:

Figura 24 - Mapa com *representação* da Rodovia Belém-Brasília (1970)



Fonte: LEITE (1970, na contracapa do II volume).

Esse mapa, elaborado no início da década de 1970 por Eduardo Canavarro Barreiro, apresenta uma legenda que estipula que haveria 80 “localidades” ao longo do trajeto da Rodovia Belém-Brasília, com uma “população flutuante” de 2,5 milhões de pessoas. No entanto, não era a única rodovia considerada importante para a “expansão territorial”, pois a Cuiabá-Santarém e a Transamazônica eram constantemente indicadas por seu traçado estratégico.

Na segunda edição daquele livro na década de 1970, Leite aponta para importância de meios de integração com o “Oeste” que possibilitaria o “expansionismo interno” nos seguintes termos:

Fala-se nos traçados das ferrovias que possibilitem a avançada, mas os cursos de nossos grandes rios, como o Amazonas, o Araguaia, o S. Francisco, o Tietê e o Paraná não são deslembados no exame das possibilidades de transportes. A estrada Brasília-Belém e a Transamazônica abrem novas perspectivas para o país na posse de si mesmo. A grandeza do Brasil exige o espírito bandeirante pra sua própria conquista - dado o imperialismo brasileiro, que é nosso “expansionismo interno” - e o fenômeno bandeira não terá, portanto, deixado de existir.²¹⁸¹

O debate envolvia como o Brasil tomaria “posse de si mesmo”, adentrando seu interior, quer seja por meio de ferrovias ou de hidrovias, ainda imaginadas como a principal possibilidade diante das extensões dos principais rios. Entretanto, foram as rodovias pavimentadas ou não²¹⁸², abertas na segunda metade do século XX que dinamizaram e permitiram o avanço sobre o espaço interiorano.

Com a ascensão ao poder dos militares em 1964, ocorreu não apenas a continuidade de alguns projetos e ações que objetivavam o avanço para o interior do Brasil próprios da “Marcha para o Oeste”, mas foram efetivadas outras políticas e programas alinhados a um vocabulário militar e à outras estratégias discursivas que resultaram em outras *representações* sobre o espaço, a natureza e seus habitantes, embora muitas delas sejam reproduções de concepções anteriores, revestidas de outros argumentos, formas e categorias.

Nesse sentido, o espaço que interessava não era mais identificado como “sertão”, mas como uma “fronteira” sobre a qual era preciso “expandir” e que

²¹⁸¹ LEITE, 1970, p. 652.

²¹⁸² Ressalta-se que a BR 158 foi aberta e não pavimentada, por ser uma rota “menos importante” que Belém-Brasília, e que não cruzava a cidade de Luciara.

deveria ser integrada ao restante do território nacional. Dentro dessa “fronteira” estaria a Amazônia e o Planalto Central considerados como “vazios demográficos” e que passaram a ser os espaços citados por diferentes presidentes militares, como no discurso de Humberto de Alencar Castelo Branco, que governou entre 1964 a 1967, sobretudo no seguinte trecho:

Com uma área de cinco milhões de quilômetros quadrados e uma densidade populacional inferior a um habitante por quilômetro quadrado, a primeira preocupação do País em relação à Amazônia brasileira - nela incluídas as vastidões do Planalto Central - tem de ser a de povoá-la racionalmente. No entanto, fundamental ao interesse superior e permanente da Nação **conduzir as correntes migratórias internas, tanto a que historicamente promana do Nordeste, quanto a que tem origem no centro-sul, num sentido que assegure**, a um só tempo, a ocupação humana da Região, a conquista gradual, progressiva e planejada de seus espaços vazios. Pois daí advirá a expansão e interligação de suas ilhas econômicas internas, a vivificação das faixas de fronteiras e a definitiva ligação da Região com o resto do País.²¹⁸³

Nesse discurso oficial é manifesto o interesse pela Amazônia e pelo Planalto Central, que seriam, de acordo com os interesses do governo, uma “fronteira” dentro do território nacional para a qual o Estado deveria direcionar os movimentos migratórios que vinham do Nordeste e do Centro-Sul. Assim sendo, não havia apenas a preocupação em tentar controlar os movimentos de deslocamento de grupos do Norte e Nordeste que ocorriam há séculos, mas também de fomentar a intensificação de um fluxo vindo do Sul e Sudeste do país.

Para além do controle desses deslocamentos, os governos militares indicam a preferência pela vinda de agentes históricos capitalizados e/ou dispostos a desenvolver atividades econômicas naquele espaço. É possível identificar o convite à iniciativa privada em discursos como o seguinte:

Por certo não viestes aqui para ver a paisagem da Amazônia, como fazem os turistas à cata de quadros exóticos, homens de negócios, vitoriosos em outras partes do Brasil, estais preocupados em bem utilizar as facilidades concretas que se **oferecem à iniciativa privada**, para aqui repetir as vitórias obtidas em outras regiões através de empreendimentos agrícolas ou industriais modelares. Estais, outrossim, como brasileiros,

²¹⁸³ CASTELO BRANCO, discurso proferido em 03/12/1966, p. 241-2. (Grifos meus).

Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discursos-1/1966>> Acesso em: 07/01/2013).

motivados pelo dever de criar riquezas numa região que hoje representa para todos nós um desafio de proporções colossais.²¹⁸⁴

Um dos principais elementos desse trecho de discurso presidencial é o chamamento de agentes históricos da iniciativa privada, dos “homens de negócio” para participarem do projeto estatal, a fim de “criar riquezas” e não mais apenas explorar o exótico daquele espaço e natureza. Seria um “desafio de proporções colossais” a apropriação do espaço como “terra” supostamente regulamentada enquanto propriedade privada através de sua comercialização pelos estados, bem como da utilização de sua natureza entendida como “recurso”, “matéria-prima” e “meio” de obtenção de capital e lucro.

Apesar de apelar para a iniciativa privada, foi o Estado, governado por militares, que fomentou a *aceleração do ritmo temporal* das transformações históricas provocadas pelo avanço sobre aqueles espaços. Com uma linguagem eminentemente militar, foi criada a “Operação Amazônia” e seu aparato com uma série de leis, decretos e medidas práticas que instrumentalizaram as políticas a serem implementadas na Amazônia e que tinha objetivos ligados ao fomento do “progresso econômico” e à garantia da soberania e Segurança Nacional.

Por meio de outro trecho de um discurso de Castelo Branco, é possível identificar que as ações governamentais estavam alinhadas a ideais nacionalistas:

O sadio nacionalismo, que convém aos empresários, que convém ao Governo, que convém ao país, é aquele que busca a racionalidade e eficácia dos investimentos, quer internos, quer externos, na convicção de que a verdadeira independência provém da energia dos que realizam o programa nacional, e não dos demagogos que promovera a desunião dos patriotas e buscam descarregar sobre outrem a culpa de nossas naturais deficiências.²¹⁸⁵

Com um apelo explícito ao nacionalismo, o discurso do general presidente indica ainda a existência de inimigos da Nação que supostamente fomentavam a desunião, ao passo que caberia combatê-los por meio da “racionalidade e eficácia” de investimentos nacionais e estrangeiros que

²¹⁸⁴ CASTELO BRANCO, discurso proferido em 03/12/1966, p. 243. (Grifos meus).

²¹⁸⁵ CASTELO BRANCO, discurso pronunciado em 03/12/1966, p. 248.

permitissem a integração nacional. Esse mesmo apelo pode ser identificado numa mensagem presidencial de 1969, lida pelo então Ministro do Interior e que indica:

A integração social, que o Governo está firmemente disposto a promover em relação às populações do território amazônico, não é, porém, encargo de que ele possa desincumbir-se sozinho, exclusivamente através de investimentos públicos. À **iniciativa privada, mediante os estímulos que lhe estão sendo oferecidos, toca igualmente papel decisivo no cumprimento desse programa.**²¹⁸⁶

Artur Costa e Silva, então Ministro do Interior, iria assumir a presidência entre os anos de 1967 a 1969, dando continuidade às principais propostas de Castelo Branco, do mesmo modo que Emílio Garrastazu Médice, que governou entre 1969 a 1974 e fomentou incentivos à iniciativa privada em meio a discursos nacionalistas e com o *slogan* de que o projeto de avançar sobre a “Amazônia Legal” estaria inserido na lógica de equilibrar a sentença de “Terra sem homens para homens sem-terra”, se referindo à ideia de que naquele espaço haveria um “vazio demográfico” e, portanto, seria ideal para “homens” que estavam sem terra em outros espaços do território nacional, indicando que o ideal de “colonização”²¹⁸⁷ seria supostamente empreendida por homens.

Em 1966, no Amapá, o presidente Castelo Branco discursou sobre a importância atribuída à “Operação Amazônia”, destacando que:

Daí estar colocado no primeiro plano das preocupações do Governo o desenvolvimento econômico da região, a sua ocupação racional, o fortalecimento das suas áreas de fronteira e a integração do espaço amazônico no todo nacional. Com esse propósito, estuda-se completa reformulação da política nacional até agora seguida, e que deverá ser mudada de acordo com a experiência dolorosamente acumulada. Aliás, aos que acompanham a ação do Governo tornou-se tão evidente o propósito de impulsionar-se com segurança e determinação o progresso da região que, para envolver as várias medidas a serem adotadas, já criaram até a expressão “Operação Amazônia”.²¹⁸⁸

²¹⁸⁶COSTA E SILVA, Arthur. Mensagem Presidencial em 28/11/1969, p. 61-62. (Grifos meus). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/costa-silva/discursos-1/1969>>. Acesso em: 07/01/2013.

²¹⁸⁷ Os governos militares indicam a possibilidade de uma Reforma Agrária via “colonização” e que está presente inclusive no nome do órgão destinado a esse fim, o INCRA.

²¹⁸⁸ CASTELO BRANCO, discurso proferido em 01/10/1966.

Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discursos-1/1966/34.pdf/download>>. Acesso em: 07/01/2013.

Cardoso e Müller realizaram uma ampla pesquisa sobre os aspectos jurídicos e institucionais que fomentaram a execução da “Operação Amazônia” e concluíram que o Estado utilizou as “[...] estruturas jurídico-administrativas dos principais órgãos e mecanismos estatais”²¹⁸⁹ para buscar efetivar objetivos de expansão sobre a Amazônia. A partir desse entendimento, é possível compreender elementos de outro discurso do presidente no qual indica que:

Aí estão as leis aprovadas e regulamentadas. Aí estão os organismos federais, especialmente a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e o Banco da Amazônia, com estrutura, recursos e propósitos, esperando a iniciativa que agora já é mais vossa do que da administração pública. [...] Da sua parte está o Governo preparado para assegurar investimentos maciços, especialmente nos setores ligados à infraestrutura, energia, saneamento básico, aperfeiçoamento dos recursos humanos e levantamento sistemático dos recursos minerais.²¹⁹⁰

A “Operação Amazônia” foi tratada como prioridade e diante das facilidades de trâmites políticos que marcam governos autoritários, foram criados órgãos, programas, planos e superintendências como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR), o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o Plano de Integração Nacional (PIN), a Superintendência de desenvolvimento de Centro Oeste (SUDECO), o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE), dentre outros que atuaram diretamente sobre os espaços que desejavam transformar economicamente.

Dentre essas superintendências e demais órgãos, a SUDAM e o BASA passaram a ter uma importância significativa, como indicado pelo próprio presidente num de seus discursos ao afirmar que:

Creio que seria supérfluo, tanto já são do vosso conhecimento os meios escolhidos pelo Governo para efetivar a integração da Amazônia no desenvolvimento nacional, vir a vos falar da

²¹⁸⁹ Cardoso; Müller, 1977, p. 109.

²¹⁹⁰ CASTELO BRANCO, discurso proferido em 03/12/1966, p. 243.

orientação básica do plano ora em plena execução, dos incentivos incluídos na legislação, ou dos organismos e recursos existentes para assegurar ao País que a chamada “Operação Amazônia” dispõe hoje de condições para prosseguir rápida e vigorosamente na consecução dos seus grandes e patrióticos objetivos. A SUDAM, o BASA, o FIDAM, deixaram de ser meras siglas ou mananciais de empreguismo, como ocorria com os órgãos anteriormente existentes, para serem instrumentos ativos e eficientes a serviço do desenvolvimento da Amazônia, e a cuja disposição o Governo colocou recursos realmente vultosos.²¹⁹¹

Tais projetos e ações foram realizadas com base em argumentos sustentados na ideia de que era preciso garantir a integração do território e a segurança nacional por meio da “ocupação racional” da Amazônia, considera como um “vazio demográfico” por desconsiderar os povos indígenas e as populações de “ribeirinhos”, “extrativistas”, “sertanejos”, dentre outros que haviam se apropriado de espaços e da natureza anteriormente.

A partir de um dispositivo legal,²¹⁹² “[...] a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de “Amazônia Legal”, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico”²¹⁹³. Segundo o segundo artigo da referida lei:

A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16°, a do Estado de Goiás a norte do paralelo 13° e do Maranhão a oeste do meridiano de 44.²¹⁹⁴

A partir dessa lei, o “imperativo geográfico” anterior foi desconsiderado para que estados anteriormente inseridos pelo IBGE em outras “regiões” pudessem ser unidos àquela delimitação com base no “conceito político” ligado às intenções dos governos militares de incorporar e utilizar aquele espaço e natureza. Dessa forma, a “Amazônia Legal” passou a ser considerada mais uma “região”, de modo que para essa abordagem analítica, se consolida como tal por ser

²¹⁹¹ CASTELO BRANCO, discurso proferido em 03/12/1966, p. 243.

²¹⁹² Lei n. 1.806 de 06/01/1953

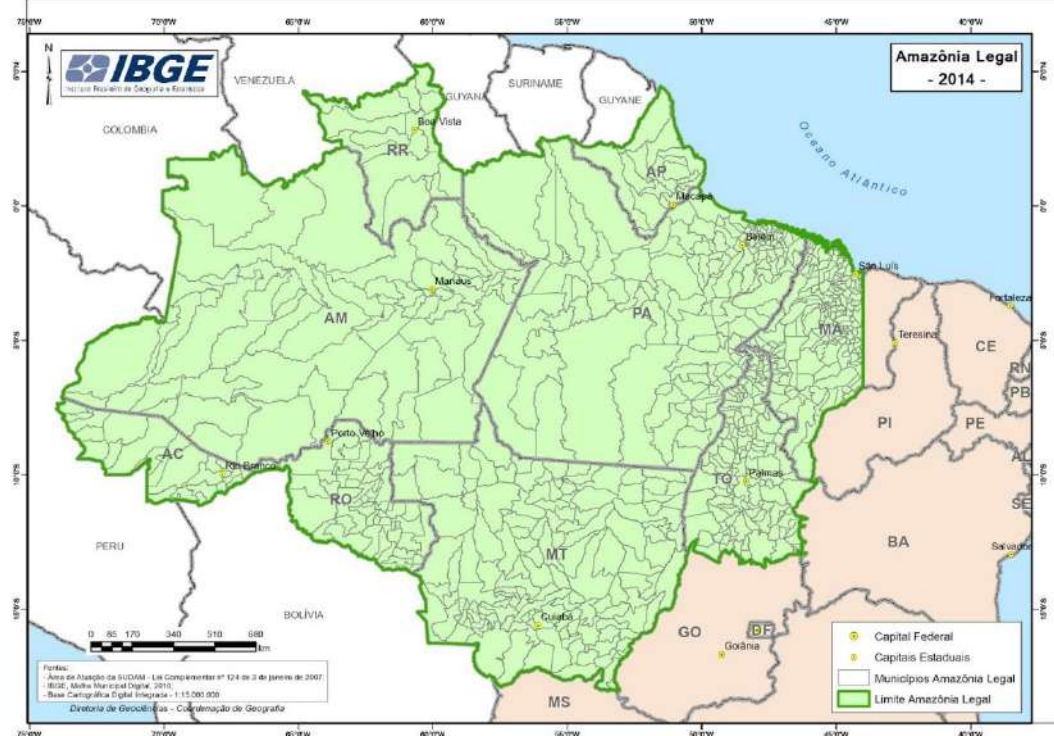
²¹⁹³ BRASIL. SUDAM. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal>>. Acesso em: 13/05/2013.

²¹⁹⁴ BRASIL. Lei n. 1.806 de 06/01/1953. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=1806&tipo_norma=LEI&data=19530106&link=s>. Acesso em: 13/05/2013.

um “produto de um ato jurídico de delimitação”²¹⁹⁵, pois não existe naturalmente e é fruto das *relações de poder* existentes no momento de sua criação, delimitação e nomeação, como indica Bourdieu.

Portanto, diferentes espaços passaram a ser enquadrados dentro da “Amazônia Legal”, dentre os quais o Mato Grosso, pois haveria vantagens que supostamente compensaria a perda de parte de seu território com a divisão e criação do Mato Grosso do Sul. Esse enquadramento pode ser visualizado através dessa *representação* inserida a seguir:

Figura 25 - Mapa com *representação* dos limites da “Amazônia Legal” (2014)



Fonte: IBGE (2014).

O enquadramento de diferentes estados fez com que a dimensão da “Amazônia Legal” em relação ao restante do território nacional fosse significativa, de modo que Oliveira²¹⁹⁶ chamou a atenção para o fato de que essa delimitação

²¹⁹⁵ BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007, p. 115.

²¹⁹⁶ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflito**. 4. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1993, p. 11-12.

abrangeu 4.978.247 km² do território nacional e, portanto, equivalente a 58,4% da sua área total.

Diferentemente de governos anteriores, que teriam fomentado poucas ações práticas na Amazônia, os governos militares realizaram uma organização burocrática que extinguiu²¹⁹⁷ a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) criada pelo governo Vargas e criou a SUDAM em 1966. Segundo Cardoso e Müller, essa superintendência tinha como função “[...] coordenar a ação federal na Amazônia, sendo a principal encarregada da elaboração e execução do Plano, diretamente ou mediante convênios com entidades públicas e privadas.”²¹⁹⁸ A SUDAM ficou assim instituída da responsabilidade de fornecer incentivos fiscais e créditos subsidiados através do BASA, com o intuito de atrair investimentos de empresas e pessoas físicas interessadas em desenvolver negócios dentro do espaço delimitado como “Amazônia Legal”. Dessa forma, a SUDAM teve uma maior autonomia do que teve a SPVEA, tendo relações diretas com o Ministério do Interior. Esse seria o ministério responsável pela coordenação e fiscalização das ações do Plano de Desenvolvimento da Amazônia.²¹⁹⁹

Todos os órgãos de planejamento regional, no Brasil, encontram-se subordinados ao Ministério do Interior (MINTER), que propõe as diretrizes gerais a serem seguidas pelos diversos planos de desenvolvimento. [...] A meta principal seria a homogeneização de todas as regiões do Brasil, procurando cobrir as diferenças apresentadas por cada setor em relação ao mínimo estabelecido pelo governo.²²⁰⁰

Dessa forma, as ações desenvolvidas pela SUDAM têm relação direta com os projetos dos governos militares,²²⁰¹ alinhados com a compreensão estatal de que existia um “vazio demográfico” que precisava ser integrado ao território

²¹⁹⁷ Através da Lei nº 5.173.

²¹⁹⁸ CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977, p. 115.

²¹⁹⁹ BRASIL, Lei nº 5.173. Art. 9º, em seus incisos I e II. Ainda de acordo com o artigo 19: “O Superintendente da SUDAM articular-se-á com o Ministro de Estado a que estiver vinculado, em todas as etapas relativas à elaboração do Plano de Valorização e suas revisões anuais, para o fim de compatibilização com a política geral do Governo no respectivo setor”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm>. Acesso em: 25/05/2013.

²²⁰⁰ CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 129.

²²⁰¹ Ressalta-se que, em 2007, a SUDAM foi retomada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, depois de ser extinta após os desgastes envolvendo denúncias de corrupção e ineficiência fiscalizatória de projetos.

nacional, de modo que o critério de prioridade de incentivos tinha como base três objetivos atrelados: a “ocupação” territorial; utilização de matéria-prima; e aproveitamento de mão-de-obra “regional”.

Os incentivos fiscais e recursos destinados a financiamentos de projetos tanto de empresas agropecuárias quanto de “colonização” para a construção de cidades dentro da “Amazônia Legal” eram destinados aqueles que tivessem capital e/ou garantias. A Lei n. 5.174 de 27 de outubro de 1966 tratava da “concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica²²⁰²” e estabeleceu no seu primeiro artigo, critérios de deduções tributárias:

Na forma da legislação fiscal aplicável, gozarão as pessoas jurídicas, até o exercício de 1982, inclusive, de isenção do imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e por esta, considerados de interesse para o desenvolvimento da Região Amazônica, conforme normas regulamentares a serem baixadas por decreto do Poder Executivo.²²⁰³

Se enquadrando dentro dessa legislação e apresentando projetos de empreendimentos considerados de interesse para aquela “região”, diversos beneficiários dessas políticas governamentais tiveram isenção de 50% do imposto de renda até 1982, sendo que o percentual chegou a 100% para empreendimentos com a instalação e funcionamento comprovado até o final do ano de 1971.²²⁰⁴ Segundo Cardoso e Müller²²⁰⁵, por meio da SUDAM, tanto uma “pessoa física” quanto “pessoa jurídica” poderiam ter acesso a recursos destinados a projetos e a incentivos fiscais, desde que investissem na compra de terras dentro do espaço delimitado como “Amazônia Legal”, apresentassem projetos de atividades econômicas com custos competitivos e rentabilidade comprovada e que indicassem existir um mercado regional ou extra regional para as mercadorias a serem produzidos. A partir dessas diretrizes, projetos de empresas agropecuárias passaram a ser financiados pela SUDAM que

²²⁰² BRASIL. Lei 5.174. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/110772/lei-5174-66>>. Acesso em 07/01/2014.

²²⁰³ BRASIL. Lei 5.174.

²²⁰⁴ Prazo foi prolongado até fins de 1974 (Decreto- Lei n. 756/69, art. 23).

²²⁰⁵ *Idem*, 1977, p. 118.

[...] passou a não aceitar mais projetos com menos de 25.000 ha, mínimo necessário para garantir a rentabilidade nas condições de exploração extensivas de gado nas terras amazônicas e para “preservar o equilíbrio ecológico” (convém dizer que a SUDAM obriga guardar reservas de 50% da superfície dos projetos aprovados).²²⁰⁶

O resultado desses critérios foi fundamental para a estrutura fundiária existente no espaço enquadrado como “Amazônia Legal” pois resultou numa considerável concentração fundiária e selecionou os agentes históricos, uma vez que seria necessário um capital significativo para a aquisição de mais de 25 mil hectares e no investimento inicial necessário para a elaboração por parte de técnicos e juristas de projeto de financiamento pela SUDAM de atividades econômicas ou que solicitassem redução ou isenção fiscal.

Portanto, seriam os critérios estabelecidos pela SUDAM que contribuíram para a concentração fundiária e a seleção de um perfil de agentes históricos considerados como ideais para trazer o “crescimento econômico”, o “progresso” e fomentar o futuro daquele espaço delimitado como “Amazônia Legal”. A *representação* de que esses agentes históricos seriam “bandeirantes do século XX”²²⁰⁷ e “colonizadores” se consolidou por meio de diferentes narrativas e discursos políticos nos quais fazendeiros e empresários que investissem ou conseguissem recursos da SUDAM seriam agentes do “progresso” e do “futuro”.

Para além das *representações*, na prática, “[...] entre novembro de 1966 e janeiro de 1985, 590 projetos agropecuários foram aprovados para a implantação em 134 municípios da Amazônia Legal, [...]. Do total de investimentos, mais de 60% correspondem a incentivos fiscais”, segundo Becker²²⁰⁸. A predominância numérica em termos de atividades foi de empresas agropecuárias que fizeram projetos e/ou desenvolveram a pecuária bovina, como reflexo de um direcionamento da própria SUDAM, uma vez que em 1973, o então superintendente, Coronel Câmara Sena, afirma para numa entrevista publicada pelo

²²⁰⁶ CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 161-162.

²²⁰⁷ Expressão utilizada para identificar Ariosto da Riva, sendo utilizada pelo próprio empresário que desenvolveu projetos de colonização no Sul, além do que resultou na criação da cidade de Alta Floresta e na instalação da Agropecuária Suiá Missú em Mato Grosso.

²²⁰⁸ BECKER, Bertha K. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora UnB, 1990 a., p. 30.

jornal “O Estado de São Paulo” que: “A Amazônia é uma região feita para a pecuária, com excelentes pastagens naturais e espaço amplo pra expansão do setor e por isso mesmo terá na pecuária a linha mestra de sua integração econômica”.²²⁰⁹

Mas não eram apenas pecuaristas vindos de outras partes do Brasil que adquiriam terras e buscaram financiamentos e incentivos fiscais por parte do Governo Federal, pois um número significativo de empresários ligados às outras atividades produtivas e comerciais, bem como profissionais autônomos e liberais adquiriram terras e submeteram projetos a serem estabelecidos dentro do espaço delimitado como “Amazônia Legal”, recebendo redução e/ou isenção fiscal de todas as suas atividades e ainda podendo ter acesso a financiamentos. Desse modo:

Os “incentivos fiscais” foram tão generosos e até certo ponto eficazes (para a acumulação) que aqueles objetivos [patrióticos], em poucos anos, tornaram-se menores frente à ação dinamizadora das grandes empresas. Ao lado de Jari S.A., da Suiá Missú (hoje com 678.000 ha), da Codeara (600.000 ha), surgiram projetos novos como o do Vale do Cristalino (Volkswagen) com 140.000 ha, no King’s Ranch, em Paragominas, com mais de 100.000 ha, e outros mais de empresas estrangeiras (Bruynzeel, 500.000 ha, Georgia Pacific, 500.000 ha, Robin Mac Gloim, 400.000 ha – de americanos -, Toyomenka, de 300.000 ha, japonesa. Muitos grandes grupos industriais e financeiros passaram a abrir fazendas no nordeste de Mato Grosso, norte de Goiás e sul do Pará: Anderson Clayton, Goodyear, Nestlé, Mitsubishi, Liquifarm, Bordon, Swift Armour, Camargo Correa, Bradesco, Mappin, Eletrobrás, etc. Além de grandes fazendeiros tradicionais do Sul que juntaram seu espírito empresarial aos cofres do Estado.²²¹⁰

A “Amazônia Legal” atraiu os interesses de empresários dos mais variados setores da economia nacional e internacional de modo que mesmo corporações altamente tecnológicas como a montadora de veículos Volkswagen e bancos como Bradesco envolvidos com o capital financeiro, adquiriram terras e desenvolveram projetos de criação de gado bovino, recebendo incentivos fiscais significativos. Das empresas agropecuárias citadas acima por Cardoso e Müller, é identificar que a Suiá-Missú, Codeara, Liquifarm e Bordon investiram e receberam financiamento para suas atividades após terem adquirido, através da compra e da

²²⁰⁹ SENA, Câmara. In: O Estado de São Paulo, 15/04/1973.

²²¹⁰ CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 161. Ressalta-se que a extensão das áreas citadas pelos autores não confere com números encontrados em outras bibliografias e fontes, conforme Rosa (2015).

apropriação de outras áreas, extensões significativas do espaço localizado nas proximidades da Ilha do Bananal onde estão os municípios de Luciara, São Félix do Araguaia, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Santa Terezinha, dentre outros. Todo aquele espaço havia sido enquadrado dentro dos limites da “Amazônia Legal” e por isso passa a ser considerado uma “fronteira agrícola” à espera do “progresso” e “crescimento econômico” supostamente levado por tais empresas.

Todavia, por não ser um avanço sobre um “vazio demográfico”, a chegada de outros agentes históricos *intensificou o ritmo temporal* da apropriação do espaço em Luciara através do esbulho de territórios indígenas e da expropriação de “sertanejos” e “posseiros”, potencializando conflitos interétnicos e socioambientais existente naquela *situação de fronteira* estabelecida na terceira década daquele século XX.

5.2. A presença e resistência dos povos indígenas, “sertanejos”, “posseiros” e outros agentes históricos envolvidos em conflitos fundiários e socioambientais

A *representação* do espaço da “Amazônia legal” como “vazio demográfico” havia sido construída como forma de legitimar as ações governamentais e sua apropriação por parte outros agentes históricos diante do conhecimento da presença e territorialização de diferentes povos indígenas e de “sertanejos” e/ou “posseiros” ali estabelecidos.

Se até então eram os povos indígenas os indicados como pertencentes ao passado e responsáveis pelo “atraso” daquele espaço e os “sertanejos” numa posição ambígua, mas ainda assim “agentes da civilização” em meio à “selvageria”, com a chegada desses outros agentes históricos, ocorreram transformações tanto nessas *representações* quanto nas *práticas sociais e relações de poder*. Os “sertanejos” passaram a serem colocados como representantes do passado e do “atraso” daquele espaço e os empresários, fazendeiros e seus funcionários de altas patentes passam a se colocar como os “agentes do progresso” e representantes do futuro por meio do “crescimento econômico” e do “progresso” que supostamente trariam para o espaço delimitado como “Amazônia Legal” por meio da exploração da natureza entendida como “recurso”, “meio” e “matéria-prima”.

Além dessa dinâmica que marca a *luta de representações* sobre aquele espaço, a natureza e seus habitantes, havia situações de conflitos fundiários e socioambientais decorrentes da chegada de outros agentes históricos na *fronteira*. Ianni²²¹¹ indica que as relações capitalistas de produção estavam se estabelecendo na “Amazônia Legal”, e a terra estava sendo “[...] transformada em mercadoria, e monopolizada por latifúndios e empresas, aparece separada, independente, do trabalhador rural, caboclo, sitiante, posseiro, índio”²²¹². Para Cardoso e Müller:

A penetração geográfica na Amazônia e a história da região devem ser vistas, portanto em relação com o processo de expansão do capitalismo, em função da forma, ritmo e volume da acumulação ocorrida nas demais regiões brasileiras. Como, entretanto, o capital nada mais é do que uma relação social, a expansão do capitalismo na Amazônia depende da forma concreta que aquela relação social assume. Para sua análise são relevantes tanto o pioneirismo típico da Amazônia – a rudeza da relação direta terra-homem e a violência da relação entre os homens – como o contexto político em que ocorre a ocupação da área.²²¹³

Tais autores convergiam em apontar o avanço do capital sobre aquele espaço e seus efeitos nefastos como a sua “limpeza” dos agentes históricos que não possuíam a propriedade da terra e a transformação dos mesmos em trabalhadores como teria ocorrido no *processo histórico* que resultou no *cercamento* de terras comunais na Inglaterra analisado por Marx²²¹⁴ marcado pela expulsão, violência e que deixou camponeses “livres como pássaros” para migrarem e se tornarem proletários. Essa análise pode ser parcialmente tencionada diante de outras

²²¹¹ *Idem*, 1979.

²²¹² IANNI, 1979, p. 245. Ressalta-se que, apesar de ser referência, as categorias utilizadas pelo autor não são as mesmas utilizadas nessa narrativa.

²²¹³ CARDOSO e MÜLLER, 1977, p. 07.

²²¹⁴ Para o autor, o *processo histórico* de *cercamento* resultou na expropriação de camponeses de *terras comunais* e da Igreja, que foram parceladas, cercadas para a consolidação de pastagens e criação de ovelhas, gerando assim a “acumulação primitiva”, marcada pela violência, uma vez que “[...] a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”, segundo Marx (1996, p. 341). Além do uso da violência na expulsão e eliminação desses camponeses, tal *processo histórico* teria impacto direto na legislação, que inicialmente “aterrorizou-se com esse revolucionamento”, mas que, de acordo com Marx (1996, p. 344), acabou por moldar-se de acordo com outra concepção sobre a terra e suas relações sociais. Ressalta-se que a análise do autor parte de casos empíricos, como da duquesa de Sutherland que, entre os anos de 1814 a 1820, expropriou e exterminou cerca de 15 mil moradores num procedimento conhecido como “*Clearing of States*” que seria uma expressão para indicar a limpeza das terras (então propriedades) de seres humanos. (MARX, 1996, 352-355). In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Organização: Paul Singer; Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

pesquisas que indicam que, apesar da violência e de *relações de poder* desiguais, ocorreram resistências²²¹⁵ por parte dos camponeses ingleses em sair das terras comunais. Para Thompson, ainda que a terra estivesse sendo transformada juridicamente em mercadoria, havia a resistência pelo “costume”²²¹⁶ que permeava tanto a “cultura popular” e quanto o direito costumeiro,²²¹⁷ de modo que seria a base da legitimidade social para o enfrentamento do direito positivo, inclusive em relação à normas cuja punição era a pena capital.²²¹⁸

De modo aproximado, é fundamental considerar que as relações do capital avançaram sobre o espaço delimitado como “Amazônia Legal”, com o esbulho de terras indígenas, a expropriação de “sertanejos”, “posseiros”, dentre outros e com o uso da violência sobre os mesmos. Todavia, em termos analíticos esses agentes históricos não podem ser considerados apenas “vítimas” do *processo histórico* e/ou fadados ao desaparecimento, sob risco de repetir *representações* de que seriam pertencentes ao passado ou ainda que teriam sido eliminados ou “assimilados” pela sociedade urbana na condição de trabalhadores.

Assim sendo, é fundamental considerar que parte significativa desses agentes históricos, embora provavelmente tenham enfrentado toda sorte de violência, resistiram e permaneceram em seus respectivos territórios ou posses como ocorreu com em Luciara e municípios próximos com relação aos Karajá, Tapirapé, Xavante e com os “sertanejos” em seus “retiros” e varjões. Ainda que diante do esbulho, da expropriação e da violência, esses agentes históricos não desapareceram e desenvolveram ao longo do *processo histórico* diferentes

²²¹⁵ Obras referenciais: THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia de Letras, 1998; e THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²²¹⁶ Thompson (1998), indica que entre os camponeses da Inglaterra o “costume” seria a cultura do povo, “retórica de legitimação e arena de conflito”, sobretudo no século XVIII, de modo que “[...] temos uma cultura costumeira que não está sujeita, em seu funcionamento cotidiano, ao domínio ideológico dos governantes”, (THOMPSON, 1998, p. 19).

²²¹⁷ Para Thompson (1998, p. 15): “Se, de um lado, o “costume” incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à cultura, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse deriva dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei.”

²²¹⁸ Thompson na obra “Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra”, analisou as lutas sobre a propriedade e poder entre agricultores/habitantes da floresta e burocratas na Floresta de Windsor Inglaterra, indicando que mesmo sujeitos à morte, alguns agentes históricos infringiam a lei que os proibia de retirar lenha dos bosques, além de derrubarem cercas construídas.

estratégias de enfrentamento, embora, na maior parte das situações, estivessem em desvantagem diante das *relações de poder* existentes.

Ademais, diferentemente do que previa a música de Almir Sater e Renato Teixeira indicada no início do capítulo, tanto “boiadeiros” quanto suas boiadas não deixaram de existir pois mesmo com a compra de “terras” por empresas agropecuárias, a necessidade de trabalhadores para a lida com o gado atraiu “boiadeiros”, “vaqueiros” e “peões” concomitantemente com a persistência de outros que continuaram criando seu gado nos varjões e em “terras de uso comum”.

A existência desses diferentes agentes históricos era garantida pela resistência ao *processo histórico* de apropriação do espaço e da natureza por fazendeiros e empresários. E para tanto, diferentes estratégias de enfrentamento foram utilizadas no enfrentamento às diferentes forma de violência existentes naquela *situação de fronteira*, desde a violência física e psicológica, até a patrimonial que se dava em meio a ataques a grupos humanos a fim de concretizar o esbulho territorial e/ou a expropriação de áreas de “posses” que foram vendidas pelo estado a terceiros que, por vezes, contratavam jagunços e/ou pistoleiros para garantir sua propriedade.

Contudo, a violência não era realizada tão somente por jagunços e pistoleiros contratados por fazendeiros e empresários que adquiriam legalmente terras, pois os conflitos fundiários e socioambientais em diferentes espaços na “Amazônia Legal” tem outros agentes históricos que os marcaram: os grileiros. Isso se deve ao fato de que, sem o amparo legal, esses grileiros geralmente precisavam garantir os espaços e a natureza por eles apropriados por meio da violência, uma vez que detinham títulos de terra falsificados ou não possuíam nenhum registro de propriedade, ainda que se colocassem como “donos” em situações de expropriação e esbulho territorial. Segundo Oliveira:

Esse processo de acesso à terra, conforme demonstramos através do Relatório Velloso, sempre esteve atravessado por grilagens, emissões de títulos duvidosos, falsos [...] consequentemente, na origem, a grande maioria desses títulos é falsa na emissão, pois nunca se informou aos órgãos competentes de que nessas terras havia índios e posseiros. O processo de ocupação vai, portanto, estar marcado pelo confronto entre estes personagens na luta pela demarcação de seus territórios²²¹⁹. [...]

²²¹⁹ OLIVEIRA, 1993, p. 67.

Tanto assim que a ocorrência da ocupação da Amazônia, ao longo dos anos 1964-78 registra inúmeros casos de conflitos nos quais lutam índios, posseiros, grileiros, jagunços, pistoleiros, soldados e outros; [...]. Em praticamente todos os casos, as vítimas dos conflitos de terra são índios e posseiros, ao passo que os beneficiários são grileiros, latifundiários e empresários.²²²⁰

Destaca-se ainda que alguns dos fazendeiros e empresários que se apropriaram legalmente de terras, optaram em expandir sua apropriação por áreas não enquadradas em seus títulos e escrituras de terras, de modo que passam a ser tanto “proprietários” quanto “grileiros”.

Paralelamente às ações de expropriação e esbulho territorial realizadas pela iniciativa privada, ocorreram casos em que a intervenção estatal foi realizada em defesa de empresários, fazendeiros e até grileiros, gerando uma dinâmica categorizada por Martins²²²¹ como “militarização” dos conflitos, dentro da qual seria possível localizar “três violências distintas, combinadas e progressivas”: a violência física praticada pelo policial, e/ou o pistoleiro ou jagunço; a violência da justiça ao se omitir ou julgar erroneamente em muitos casos; e, por fim, a violência oriunda da interferência direta do Poder Executivo, através da ação militar e policial, sobretudo diante de governos militares.²²²² Dessa forma, ocorreram uma série de expropriações, pois muitas fazendas e empresas agropecuárias “[...] passaram a apropriar-se das terras dos posseiros, por meio da grilagem e da violência privada, quando não combinando a violência privada com a estatal.”²²²³

Ademais, segundo Alfredo Wagner Berno de Almeida:

Permanece neste período uma representação oficial algo tecnográfico dos conflitos e, particularmente, da violência considerados como fatores inerentes à modernização da agricultura e ao desenvolvimento das forças produtivas numa região de fronteira agrícola. Interpreta-se de maneira naturalizada o acirramento das tensões sociais e dos confrontos num endosso tácito à concentração fundiária sob o ditame da força bruta e da coerção.²²²⁴

²²²⁰ OLIVEIRA, 1993, p. 143.

²²²¹ MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

²²²² MARTINS, 1984, p. 59.

²²²³ MARTINS, 1984, p. 145.

²²²⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo DA Transição. O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. (1965-1988). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras**. Rio de Janeiro: PETI, Museu Nacional, 1990. (Antropologia e Indigenismo, n. 1). p. 117.

Apesar disso, o aumento dos conflitos fundiários, sobretudo na década de 1970, acabou tendo repercussões nacionais e internacionais, de modo que a partir da década seguinte o governo do general Figueiredo tomou algumas medidas objetivando uma “agilização das questões fundiárias pendentes”, por meio da criação do “[...] GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Decreto Lei n. 1767 de 1º de fevereiro de 1980), o GEBAM – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas...”²²²⁵. Entretanto, tais medidas não tiveram desdobramentos significativos, uma vez que a expropriação causada por empresas agropecuárias continuou paralelamente àquelas relacionadas à “grilagem” de terra.

Apesar disso, a própria constituição desses grupos indica que no espaço situado entre o Araguaia e o Tocantins, ocorreram conflitos e problemas de regulação fundiária consideráveis, que intensificaram o clima de tensão característico da *situação de fronteira* e que marcava aquela segunda metade do século em Luciara. Elementos dessas transformações podem ser considerados a partir da narrativa de Wagley, que nos trabalhos de campo realizados entre as décadas de 1950 à 1970, teria percebido que daquela apropriação iniciada na década de 1930, ocorreu mudanças realizadas por Lúcio da Luz, seus “vaqueiros” e outros moradores de Mato Verde, de modo que na década de 1960:

A fazenda do Sr. Lúcio da Luz, em Mato Verde, transformou-se numa cidade com mais de 1500 habitantes. Chama-se Luciara e é a sede de imenso município do mesmo nome. Em 1965, O Sr. Lúcio, antigo prefeito de Luciara, possuía milhares de cabeças de gado na savana que se estende desde a sede da fazenda até o norte do rio Tapirapé. A cada ano ele vendia mais de 1000 bezerros a compradores de gado que os levavam para o mercado de Goiás. Ao longo do rio Tapirapé, havia mais de 70 famílias de brasileiros ali estabelecidas em 1965. Alguns eram vaqueiros que criavam gado em sociedade com o Sr. Lúcio; outros eram coletores de cera em carnaubais, descobertos nas cabeceiras do rio Tapirapé. Todos esses colonos tocavam também lavouras de subsistência, plantadas numa estreita faixa de floresta de galeria ao longo do rio.²²²⁶

Apesar do número significativo do rebanho, as atividades dos moradores de Luciara ainda estavam ligadas à “lavouras de subsistência”, à coleta

²²²⁵ ALMEIDA, 1990, p. 121.

²²²⁶ WAGLEY, 1988, p. 68.

de itens da natureza e a criação de gado “a meia” com Lúcio da Luz. Ademais, os “vaqueiros” de Lúcio da Luz e outros agentes históricos haviam adentrado outros espaços não só nas margens do Rio Araguaia. Para Wagley, a situação fundiária “continua em plena desordem legal”²²²⁷, tendo os Tapirapé conseguido um território com título legal, e restando a ameaça sobre os “posseiros” que seriam os mesmos “sertanejos” “[...] que vêm migrado, principalmente o nordeste do Brasil, estão se estabelecendo com suas famílias ao longo do Araguaia”²²²⁸.

Ao tratar da década de 1970, Wagley destaca o crescimento da população de “não índios” e o avanço sobre o território dos Tapirapé por parte de empresas agropecuárias como a Companhia Imobiliária Vale do Araguaia, a Companhia Colonizadora Tapiraguaia e a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara). Os agentes históricos ligados a essas empresas agropécuaras trouxeram uma dinâmica social marcada pela *intensificação do ritmo temporal* das transformações do espaço e da natureza, bem como dos conflitos fundiários e socioambientais.

Todavia, havia outros agentes históricos que reagiram aos conflitos e àquela *situação de conflito*, assumindo posições e denunciando o esbulho territorial e a expropriação de “sertanejos” e “posseiros” que ocorria tanto em Luciara, como em outros municípios do espaço que passou a ser conhecido como “Araguaia”.

5.3. Uma importante narrativa sobre os conflitos fundiários no Araguaia: a Carta Pastoral do bispo Dom Pedro Casaldáliga

Em 1971, três anos após chegar à Prelazia de São Félix do Araguaia, o bispo Pedro Casaldáliga escreveu uma carta pastoral intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”²²²⁹ onde situava aquela prelazia “no coração do Brasil”, destacando que seus 150.000 km²:

Cruzam o território duas estradas “de terra”, de empreendimento da SUDECO, (a BR-158, Barra do Garças- Xavantina- São Félix,

²²²⁷ WAGLEY, 1988, p. 67.

²²²⁸ WAGLEY, 1988, p. 68.

²²²⁹ CASALDÁLIGA, Pedro. [Carta] Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. 1971.
Disponível em: < <http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>>. Acesso em: 08/08/2014.

e a BR-80, em construção, Araguaia-Xingu - Cachimbo-Cuiabá/Santarém).

A Prelazia compreende todo o município de BARRA DO GARÇAS. Além da Ilha do Bananal, formada pelos dois braços do rio Araguaia.

SÃO FÉLIX, a sede da Prelazia, é só distrito e pertence à Prefeitura de Barra do Garças, a uma distância de quase 700 Km². Dentro da área do município de Barra do Garças, além da sede da Prelazia, com uns 1.800 habitantes, situam-se os povoados de Pontinópolis, Campos Limpos/ Cascalheira, Santo Antônio, Serra Nova, Garapu, barreira Amarela... O município de Luciara²²³⁰ inclui a sede da Prefeitura e os lugarejos de Santa Terezinha (com o antigo núcleo fundacional de Furo das Pedras), Cedrolândia/ Porto Alegre, Lago Grande, “2 de Junho”, São Sebastião”, ... Dentro da Ilha do Bananal está Santa Isabel do Morro – “a capital”, com aeroporto oficial da FAB -, São João do Javaé e Barreira de Pedra.

Exista na área da Prelazia as aldeias indígenas da metade leste do Parque Nacional do Xingu, à margem direita do rio, e as aldeias de São Domingos, Santa Isabel, Fontoura, Macaúba, Tapirapé, Canuanã, Cachoeirinha, Areões, Barra do Tapirapé e Luciara.

Localizam-se na região a maior parte dos empreendimentos agropecuários - Fazendas ou companhias - aprovados pela SUDAM.

Entre eles, a Suiá-Missu, Codeara, Reunidas, Frenova, Bordon, Guanabara, Elagro, Tamakavy, etc. (cf. Documentação, nº I).²²³¹

A descrição do espaço onde a prelazia atuava consiste na indicação dos “povoados” e distritos situados dentro dos territórios dos municípios de Barra do Garça e Luciara, além da existência de empresas agropecuárias e fazendas que desenvolviam ou não os projetos de empreendimentos agropecuários com recursos da SUDAM. A partir desse panorama espacial, o bispo apresenta a população que vivia naquele espaço:

Os dados do IBGE para todo o município de Barra do Garças, no recenseamento de 1970, apontam uma cifra de 28.403. Entretanto a estimativa da população total, segundo os “Dados estatísticos do município de Barra do Garças, MT” (Secretaria municipal de Educação e Saúde, 23 de março de 1971), é de 52.000. Para o município de Luciara, o Censo de 1970, do mesmo IBGE, assinala o número de 5.332 habitantes...

A estimativa aproximada de toda a população flutuante ao lado da população relativamente fixa. (Pode-se considerar tônica de

²²³⁰ Casaldáliga (1971, p. 02) indica que: “Luciara foi fundada em 1934 pelo lendário Lúcio da Luz, vindo do Pará. Chamada inicialmente de “Mato Verde” passou a tomar definitivamente os nomes do fundador Lúcio e do Rio Araguaia em cuja margem está assentada.”

²²³¹ CASALDÁLIGA, 1971, p. 02-03.

todo o setor humano da região, excluído o indígena, a instabilidade habitacional.)

A Maior parte do elemento humano é sertanejo: camponeses nordestinos, vindos diretamente do Maranhão, do Pará, do Ceará, do Piauí..., ou passando por Goiás. Desbravadores da região, “posseiros”. Povo simples e duro, retirante como por destino numa forçada e desorientada migração anterior, com a rede de dormir nas costas, os muitos filhos, algum cavalo magro, e os quatro “trens” de cozinha carregados numa sacola.²²³²

Desse modo, Casaldáliga afirma que os “sertanejos”, que seriam os “desbravadores” da “região”:

Os primeiros desbravadores da região são os hoje chamados posseiros. Localizados aqui há 5, 10, 15, 20 e alguns até 40 anos. Cultivando o solo pelos métodos mais primitivos, plantando arroz, milho, mandioca. Lavoura de pura subsistência. Criando gado. Sem a menor assistência sanitária e higiênica, sem nenhum amparo legal, sem meios técnicos à disposição. Aglomerados em pequenos vilarejos, chamados Patrimônios (que foram vendidos pelo Estado como terras virgens - Santa Terezinha, Porto Alegre/Cedrolândia, Pontinópolis) ou dispersos pelo sertão afora a uma distância de 12 a 20 Km uns dos outros.²²³³

Esses agentes históricos são assim *representados* como “desbravadores”, mas que, na prática, eram considerados “posseiros” e estavam sujeitos à expropriação diante do avanço das empresas agropecuárias com seus títulos de propriedade de terra. Assim sendo, os “sertanejos” seriam “vítimas”, tal qual aponta um “depoimento” de Adata Luz Batista, filha de Lúcio da Luz, identificada como “filha da região e protagonista da história local”, e incorporado no seguinte trecho da Carta Pastoral:

*“Acostumados com a aspereza da vida agreste, desprezados pela esfera dos altos poderes, ludibriados na sua boa-fé de gente simples, eles vêem os seus dias, à semelhança das nuvens negras, sempre anunciando um mau tempo. Ele (o sertanejo) é a vítima da ganância alheia, da inconsciência dos patrões, da exploração dos trêfegos políticos que na região aparecem de eleição em eleição para pedir voto e mais que tudo isto, da sua própria ignorância. É o homem que comete muitas das vezes um crime, porque embargando-se-lhes o direito, só lhe resta a violência. Esse infeliz, sobejo das pragas e da verminose, vive na penumbra de um futuro incerto.”*²²³⁴

²²³² CASALDÁLIGA, 1971, p. 04.

²²³³ CASALDÁLIGA, 1971, p. 11.

²²³⁴ CASALDÁLIGA, 1971, p. 04.

Além do “depoimento” dessa “filha da região”, Casaldáliga incorpora a posição sobre os “sertanejos” de Hélio de Souza Reis que realizou uma pesquisa sociológica no ano de 1970 em São Félix do Araguaia e que teria afirmado:

*“Indiferentemente a tudo, eles vão ganhando o pão de cada dia, pois para eles só existem dois direitos: o de nascer e o de morrer. O produto de seus esforços somado ao de seus sacrifícios, vai aparecendo lentamente nos grandes armazéns das vilas, ou numa cabeça de gado a mais nas fazendas circunvizinhas. Uma doença, uma boda, uma viagem, podem acabar com toda uma vida dolorosas poupanças. O sertanejo nunca conheceu a lei do protesto, das greves, do direito ou do uso da razão. Todo o seu cabedal histórico está dentro das quatro paredes de um mísero rancho e na prole que aparece descontroladamente. Desfaz as suas profundas mágoas entre um e outro copo de cachaça, ou num cigarro de palha, cujas baforadas se encarregam de levar bem longe a infelicidade que ele tem bem perto”.*²²³⁵

Ademais, ao analisar a narrativa contida nessa fonte documental, é possível identificar um apreço de Dom Pedro Casaldáliga em relação aos “sertanejos” e “posseiros”, tidos como portadores de “virtudes”, dentre as quais a “coragem” de enfrentar os perigos gerados pela situação que os vitimava, mas também indicando que os considerava como agentes histórico e não apenas como sujeitos passivos do seguinte modo:

É um povo de admiráveis virtudes básicas: a hospitalidade universal, espontânea, sem preço: levando mesmo à filiação adotiva. Uma hospitalidade que se sente e se pratica como dever natural. A Abnegação. “O sertanejo é antes de tudo um forte”, disse Euclides da Cunha. É um forte de espírito. A resignação, quando não for fatalismo e passividade. Uma resignação de última instância que a gente adivinha como sendo um abstrato de esperança teologal. O sentido religioso da vida, do universo. A maleabilidade, a capacidade de admirar, de escutar, de aprender. Uma profunda vida interior: de experiência, de silêncios, de reflexão - mesmo - elementar, de saudável astúcia. A simplicidade: uma pureza de espírito que se revela entre nos “pecados” e “crimes”. A coragem frente a natureza brava, contra o “destino” e a injustiça permanente, no total abandono social. (Um posseiro - moço novo - ameaçado de morte pelos poderes do latifúndio e com a perspectiva de deixar órfãos 7 filhos, crianças, expressava-se assim: “Confio em mim; e confio em Deus. A vida que eu tenho, eles têm. Eles têm o medo que eu

²²³⁵ CASALDÁLIGA, 1971, p. 04.

tenho... Deus quando dá filhos confia nele mais do que no pai...
Eu não vi pai na minha casa!”²²³⁶

Todavia, para o bispo, os “perigos” eram muitos e diversos, e na terceira parte da Carta, Casaldálga aponta que o responsável pela violência seria o “latifúndio” formado a partir de empreendimentos financiados pela SUDAM que “até o momento mostrou-se exclusivamente a serviço do latifundiário”.²²³⁷ O bispo indica que todo espaço considerado como “território” de atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia estava dentro da área delimitada como “Amazônia Legal” e na qual a SUDAM atuava, estando ali situados “a maior parte dos empreendimentos agropecuários criados com os incentivos deste órgão.”²²³⁸

As terras todas compradas - ou requeridas - ao Governo do Mato Grosso por pessoas interessadas, não os moradores, a preço irrisório, foram depois vendidas a grandes comerciantes de terras, que posteriormente as vendem a outros. Abelardo Vilela e Ariosto da Riva, dois destes comerciantes, tidos como pioneiros e desbravadores da Amazônia, segundo afirmações suas, já venderam mais de um milhão de alqueires (Jornal da Tarde, 21/7/71).

Até fins de 1970, tinham sido aprovados para os municípios de Barra do Garças e Luciara, 66 (sessenta e seis) projetos. De lá para cá muitos outros novos já foram criados, como a BORDON S/A, dos Frigoríficos Bordon, NACIONAL S/A, do Banco Nacional de Minas Gerais, cujo presidente é o ex-ministro das relações Exteriores, Magalhães Pinto, UIRAPURU S/A, do jornalista-latifundiário, David Nasser, etc. [...]

As áreas de alguns destes empreendimentos, em território da Prelazia, são absurdas. Destacando-se entre todas a AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSU S/A com 695.843 ha e 351 m², que corresponde aproximadamente a 300.00 alqueires, área 5 vezes maior que o Estado da Canabrava²²³⁹ e maior também que o Distrito Federal, de propriedades de uma única família paulista: a família Ometto. Destacam-se também a CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ARAGUAIA – “CODEARA”, com área de 196.497,19 ha, AGROPASA, com 48.165 ha, URUPIANGA, com 50.468 ha, PORTO VELHO, com 49.994,32 ha e assim por diante.²²⁴⁰

²²³⁶ CASALDÁLGA, 1971, p. 05.

²²³⁷ CASALDÁLGA, 1971, p. 29. Nota de rodapé n. 09.

²²³⁸ CASALDÁLGA, 1971, p. 09.

²²³⁹ A referência ao Estado da Canabrava consta na fonte documental, sem indicação de sua localização.

²²⁴⁰ CASALDÁLGA, 1971, p. 09.

Além do apontamento dos nomes e extensões apropriadas pelas empresas agropecuárias situadas naquele espaço, o bispo afirma que a atuação da SUDAM seria desigual, pois estimularia apenas o “capital particular” em detrimento da população “desbravadora da região” no seguinte trecho:

Isto significa estímulo ao capital particular, inclusive estrangeiro, com dinheiro do povo, que deixa de ser recolhido aos cofres públicos, e consequentemente deixa de ser investido a benefício do povo, para enriquecimento ainda maior do investidor. Do valor total do projeto aprovado a SUDAM financia 75%. Encontramos empresas que se dedicam aos mais diferentes tipos de atividades, que agora se lançam à agropecuária, como é o caso de Bancos (Bradesco, Nacional de Minas Gerais, Crédito Nacional, Brasul), de casa comerciais (Eleto-Radiodobraz), Indústrias, etc. É a absorção dos bens todos por alguns pequenos grupos poderosos.

O total de incentivos empregados nos municípios de Barra do Garças e Luciara até fins de 1970 era da ordem de Cr\$ 299.110.010,53. Só a CODEARA, empreendimentos ligados ao Banco de Crédito Nacional recebeu a importância de Cr\$ 16.066.900,96 (cf. Documentação, nº I).

Enquanto isto, a população, primeira desbravadora da região, se há no esquecimento mais completo, ocupando áreas das quais freqüentemente é expulsa, pois na hora menos pensada aparece o assim chamado "tubarão", dono das terras, que quer fazer valer o seu título de propriedade, como veremos detalhadamente mais adiante. Todas as terras deste imenso Nordeste Mato-grossense já estão vendidas. Mesmo as que pertencem ao Parque Nacional do Xingu. Por isto a esperança do povo por um pedaço de terra é quase nula, tendo em vista que o mesmo decreto presidencial declarado “indispensáveis à segurança e desenvolvimento nacionais” faixas de 100 quilômetros de cada lado das vias Amazônicas (entre as quais estão citadas a BR-80 -Trecho Araguaia-Cachimbo, e a BR-158 - Trecho Barra do Garças- S. Félix) (cf. O Estado de São Paulo 30/3/71) se refere unicamente a terras devolutas, o que na região não existe.²²⁴¹

Casaldáliga critica a postura de integrantes do governo que estava alinhada à uma “publicidade” na qual os “sertanejos” eram desconsiderados e que “faz dos fazendeiros os bandeirantes da região”, além de que o então ministro da Agricultura, Cirne Lima, teria afirmando “aos técnicos reunidos pela “Semana do Veterinário”, em Brasília” que “[...] “o boi deverá ser o grande bandeirante da década...” (cf. O Estado de São Paulo - 15/9/71).”²²⁴² Ao trazer essas referências à

²²⁴¹ CASALDÁLIGA, 1971, p. 10.

²²⁴² CASALDÁLIGA, 1971, p. 11. Nota de rodapé n. 05.

“fazendeiros” e “bois” como “bandeirantes”, o bispo indica para uma construção de *representação* em que diferentes agentes históricos são colocados como “protagonistas” diante do *silenciamento* em relação a outros, como os “sertanejos”.

Além de fazendeiros e do “grande bandeirante” – o gado -, a dinâmica na qual estavam inseridas as empresas agropecuárias exigiam a atuação de “[...] gerentes e pessoal administrativo das fazendas latifundiárias, QUASE SEMPRE SULISTAS DISTANTES, como estrangeiros de espírito, um pouco super-homens, exploradores da terra, do homem, e da política.”²²⁴³ Com eles, vinham outras formas de categorizar *o outro*, na prática e por meio de *representações*.

É interessante reconhecer aqui um trecho da apreciação que faz sobre o racismo na região a citada “Pesquisa sociológica” [de Hélió de Souza Reis]: “Há uma série de degraus na consideração racistas das pessoas: Sulista-sertanejo (nordestino); Branco-Preto; “Cristão”- Índio. O Sulista fala em “essa gente”, “esse povo”, “aqui nunca viram, não sabem nem...”, “são índios mesmo”, etc... O índio não é considerado gente pelo sertanejo. Ninguém confia em índio. Expressões sintomáticas: “O governo nos trata como carajá”. Quando um índio atua, reage, se comporta “normalmente”, o comentário é: “... que nem gente”, “feito gente”... “Fulano tem cabelo bom”, “sicrano tem cabelo ruim”: o branco é considerado superior e tem cabelo liso, logo o cabelo liso é bom, superior; e o cabelo pixaim é ruim, inferior, por ser negro, considerado raça inferior...”²²⁴⁴

O bispo Casaldáliga indica a partir dessa citação os agentes históricos eram categorizados e categorizavam *o outro* a partir de características físicas como a cor da pele e o tipo de cabelo, a partir da qual estariam todos situados a partir de critérios racistas utilizados por sulistas e também pelos “sertanejos” em relação aos indígenas. Nesse sentido, “sertanejos” que se colocavam como superiores aos indígenas, estariam sendo considerados como inferiores aos “brancos”.

Na narrativa da Carta Pastoral, Casaldáliga também cria *representações* sobre os povos indígenas que possuíam territórios ou que estavam presentes no espaço onde a Prelazia atuava, como pode ser identificado no seguinte trecho:

Os indígenas constituem uma pequena parte dos moradores. Os Xavante: caçadores, fortes, bravos ainda faz poucos anos quando semeavam o terror por estas paragens. Receosos. Bastante nobres. Os Carajá: pescadores, comunicativos, fáceis à amizade, festeiros, artesãos do barro, das penas dos pássaros e da palha das

²²⁴³ CASALDÁLIGA, 1971, p. 05.

²²⁴⁴ CASALDÁLIGA, 1971, p. 05.

palmas; moles e adoentados, particularmente agredidos pelos contatos prematuros desonestos com a chamada Civilização, por meio do funcionalismo, do turismo e do comércio: com a bebida, o fumo, a prostituição e as doenças importadas. Os Tapirapé: lavradores, mansos e sensíveis; mui comunitários e de uma delicada hospitalidade.²²⁴⁵

Apesar dessa categorização dos povos indígenas a partir de critérios como sua belicosidade, essa narrativa de Casaldáliga se diferencia de outras na medida em que apresenta críticas e denuncia situações de violência e esbulho territorial enfrentadas por esses agentes históricos, afirmando que: “Se a problemática causada pelo latifúndio com relação ao posseiro é grave, não menos grave foi a situação criada com o índio e suas terras.”²²⁴⁶

Casaldáliga cita o conflito decorrente da instalação da fazenda Suiá Missú e o deslocamento dos Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé com o apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) e a situação dos Tapirapé “cujo território havia sido vendido para a companhia Tapiraguaia S/A”²²⁴⁷. Do mesmo modo, o bispo apresenta a problemática abertura de uma estrada cortando o Parque Indígena Xingu (PIX), e que “[...] apesar da oposição feita pelos irmãos Villas-Boas, responsáveis pelo Parque, e por certas áreas bem esclarecidas do cenário nacional (cf. O Estado de São Paulo - 13/5/71). A Estrada veio beneficiar diretamente só ao latifúndio.”²²⁴⁸

Para Casaldáliga, a “problemática indígena ultrapassa uma simples questão de terras”²²⁴⁹ e estaria ligada à “aculturação agressiva” e que supostamente estaria ocorrendo com os Xavante da aldeia Areões e na “aldeia de Santa Isabel, a mais próxima de S. Félix, de índios Carajá” que seria “[...] um exemplo da aculturação violenta a que foram submetidos. Facilmente encontra-se índios bêbados. Frequentam as casas de prostituição. Há entre eles 29 tuberculosos.”²²⁵⁰

Nessa narrativa, o bispo apresenta a problemática situação de “peões”, pois os mesmos seriam “[...] trabalhadores braçais contratados pelas fazendas agropecuárias, em regime de empreitada. Trazidos diretamente de Goiás ou do

²²⁴⁵ CASALDÁLIGA, 1971, p. 04

²²⁴⁶ CASALDÁLIGA, 1971, p. 16.

²²⁴⁷ CASALDÁLIGA, 1971, p. 16.

²²⁴⁸ CASALDÁLIGA, 1971, p. 17.

²²⁴⁹ CASALDÁLIGA, 1971, p. 17.

²²⁵⁰ CASALDÁLIGA, 1971, p. 17.

Nordeste, ou vindos de todo canto do país; mais raramente moradores da região, que neste caso são comumente rapazes.”²²⁵¹

Um sério problema com que se defrontam as empresas Agropecuárias da região é o da mão-de-obra. Não conseguem entre os elementos locais esta mão-de-obra desejada que, além de ser escassa, já conhece os métodos de tratamento das companhias.

Vêm-se obrigadas então a procurá-la fora. E os lugares preferidos são o sul de Goiás, inclusive Goiânia, e o Nordeste. O método de recrutamento é através de promessas de bons salários, excelentes condições de trabalho, assistência médica gratuita, transporte gratuito, etc.

Quem faz este trabalho, são, geralmente, empreiteiros, muitos deles pistoleiros, jagunços e aventureiros que recebem determinada importância para executar tal tarefa. Os peões, aliciados fora, são transportados em avião, barco ou pau-de-arara para o local da derrubada. Ao chegar, a maioria recebe a comunicação de que terão que pagar os gastos de viagem, inclusive transporte. E já de início têm que fazer suprimento de alimentos e ferramentas nos armazéns da fazenda, a preços muito elevados. (Na Tamakavy S/A, por exemplo, em junho de 1971, um quilo de cebola custava Cr\$- 8,00; um saco de arroz de 3.^a qualidade, Cr\$- 75,00 a 78,00; um machado, Cr\$- 16,00; foice, Cr\$- 15,00). (Documentação, nº IV, 4. C).

Para os peões não há moradia. Logo que chegam, são levados para a mata, para a zona da derrubada onde tem que construir, como puderem, um barracão para se agasalhar, tendo que providenciar sua própria alimentação. As condições de trabalho são as mais precárias possíveis. Na Codeara, por exemplo, muitos tiveram que trabalhar com água pela cintura. A incidência de malária é espantosa, sobretudo em algumas companhias, de onde poucos saem sem tê-las contraído. Codeara, Brasil Novo, Tamakavy são bem conhecidas quanto a isso. Os medicamentos quase sempre são insuficientes e em muitas, pagos, inclusive amostra grátis.²²⁵²

A ênfase às péssimas condições de trabalho e de vida oferecidas por diferentes empresas agropecuárias aos “peões” é parte das denúncias de ações realizadas por empreendimentos dessa natureza. Casaldáliga cita o nome de fazendas e de empresas agropecuárias ao tratar de conflitos como o que ocorreu no “patrimônio” de Serra Nova que “defronta-se no presente com um grave problema com a “BORDON S/A AGROPECUÁRIA DA AMAZÔNIA”²²⁵³ que buscava

²²⁵¹ CASALDÁLIGA, 1971, p. 05.

²²⁵² CASALDÁLIGA, 1971, p. 19.

²²⁵³ CASALDÁLIGA, 1971, p. 14.

expropriar os “posseiros”. O mesmo ocorre em relação a Pontinópolis, que na “[...] época da criação da Agropecuária Suiá-Missu, então de propriedade do Sr. Ariosto da Riva. Foi feita a demarcação da atual Suiá-Missu e alguns dos moradores da redondeza foram empregados como mãos-de-obra para este empreendimento”.²²⁵⁴

Para o bispo:

Além dos casos citados há muitos outros ainda. São posseiros localizados à margem da estrada ou pelo sertão afora, que constantemente são importunados pelos novos proprietários, ou seus propostos, para que abandonem as posses, oferecendo-se-lhes ridículas indenizações, conforme pode-se ver pela carta enviada ao Sr. Domingos Marques, um dos proprietários (Documentação, nº II, 4).

Em situação idêntica encontra-se, há vários anos, os moradores - camponeses ou pequenos criadores de gado - da Ilha do Bananal, por causa da indefinição do destino da mesma Ilha e das ordens e contraordens que se vem dando a estes sertanejos.²²⁵⁵

Duas situações de conflitos com empresas agropecuárias indicados por Casaldáliga estavam situados dentro dos limites territoriais do município de Luciara. O primeiro caso foi o de Santa Terezinha²²⁵⁶ que

[...] foi um dos lugares mais prejudicados da região devido à presença da CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ARAGUAIA – “CODEARA”, de propriedade dos Srs. Armando Conde, Carlos Alves Seixas e Luiz Gonzaga Murat, que lá se estabeleceu em 1966, (cf. Documentação, nº II, 1. e VIII) com o título de propriedade de toda aquela área, inclusive a urbana, numa extensão de 196.497,19 ha. A presença da Companhia veio trazer para os pacíficos moradores em número superior a 80 famílias, a intranquilidade e a insegurança, por causa das atitudes tomadas pela companhia que os vinha prejudicar diretamente.²²⁵⁷

Além de Santa Terezinha, os moradores de Porto Alegre do Norte²²⁵⁸ enfrentaram uma situação de conflito a partir de 1970, quando “[...] os proprietários

²²⁵⁴ CASALDÁLIGA, 1971, p. 14.

²²⁵⁵ CASALDÁLIGA, 1971, p. 15.

²²⁵⁶ Segundo Casaldáliga (1971, p. 11): “O povoado de Santa Terezinha acham-se situado às margens do Araguaia, em frente a Ilha do Bananal, a 140 Km ao Norte de São Félix, não muito distante da divisa com o Estado do Pará.”

²²⁵⁷ CASALDÁLIGA, 1971, p. 11.

²²⁵⁸ Segundo Casaldáliga (1971, p. 12): “Porto Alegre (com Cedrolândia) é um povoado situado entre os rios Xavantinho e Tapirapé, no município de Luciara, distando mais de 200 Km da sede. [...] Porto Alegre possuía em sua sede 35 famílias e 180 na zona rural. Funcionava Escola com frequência de 120 alunos.” Esse seria mais tarde emancipado como município de Porto Alegre do Norte.

da AGROPECUÁRIA NOVA AMAZÔNIA S/A - FRENOVA, fixaram residência no povoado dizendo pertencer toda a área sede do patrimônio, bem como sua zona rural, à companhia”²²⁵⁹. A partir de então, teria ocorrido “[...] a pressão dos proprietários, contra os posseiros, muitos dos quais estabelecidos há mais de 20 anos (Documentação, nº II, 2. A). Queria-se a retirada dos mesmos. Que vendesse suas benfeitorias e abandonassem suas pobres posses.”²²⁶⁰ Segundo Casaldáliga, nesse conflito houve a interferência da administração municipal de Luciara, pois:

O Sr. Prefeito Municipal, José Liton da Luz, acompanhado do mesmo advogado Olímpio Jaime, reuniu o povo de Porto Alegre em 30/7/70 e se dispôs a “defendê-lo”, dizendo ser necessário que cada um colaborasse, dentro de suas possibilidades, para pagar o advogado que iria advogar sua causa. Os posseiros presentes à reunião entregaram mais de 170 animais, entre reses e cavalos, e grande soma em dinheiro ao prefeito (Documentação nº II, 2. A). Prefeito e advogado apoderaram-se das doações dos posseiros e nenhuma providência tomaram na defesa dos mesmos. A 17/9/70, em sessão extraordinária da Câmara Municipal, foi aprovada a desapropriação de uma gleba de 4.500 ha., onde se encontra o povoado. (Documentação II, 2.

B). Apesar disso, os posseiros estão recebendo ordens do próprio Sr. Prefeito de abandonarem suas posses, entregando-as à FRENOVA. E mais. O Prefeito autorizou a fazenda a se apropriar do material escolar de Porto Alegre, transferindo-o para a companhia. O que realmente aconteceu. Os funcionários da FRENOVA, após terem apanhado o material escolar, derrubaram a escola do povoado.²²⁶¹

O filho de Lúcio da Luz, na condição de prefeito, teria assim tomado partido da empresa agropecuária Frenova no conflito de Porto Alegre do Norte, de modo que estaria inserido dentro do que Casaldáliga identifica como “cobertura da injustiça” comum na “política local” que seria uma “política d interior” “[...] característica em muitas regiões do Brasil: coronelismo, poder hereditário, oligarquias locais (fazendeiros, políticos, comércio, polícia) perfeitamente entrosados no interesse e no domínio absoluto.”²²⁶² Segundo o bispo:

A prefeitura de Luciara foi criada em 1966. A fraude e o terror mais notório vêm dominando a Administração Municipal. O primeiro prefeito foi o “velho Lúcio da Luz”, fundador da cidade, e o segundo, Leonardo Barros, está ainda foragido, depois de

²²⁵⁹ CASALDÁLIGA, 1971, p. 12.

²²⁶⁰ CASALDÁLIGA, 1971, p. 12.

²²⁶¹ CASALDÁLIGA, 1971, p. 13.

²²⁶² CASALDÁLIGA, 1971, p. 21.

subtrair a importância de Cr\$- 80.000,00. Com respeito ao atual prefeito, Sr. José Liton da Luz citar um caso mais diretamente vinculado com o problema latifúndio, veja-se o que escrevemos sobre Porto Alegre (Documentação, II, 2). Nas duas prefeituras, [Barra do Garça e Luciara] a escolha de professores, a remoção e pagamentos, estiveram normalmente ao capricho dos políticos locais. E nos dois municípios, a Prelazia entrou em conflito, neste ramo, por tentar defender sua política de ensino, livre e desinteressada...²²⁶³

A publicação da Carta Pastoral de 1971 ainda indica que a Prelazia de São Félix do Araguaia estaria envolvida nos conflitos com as empresas agropecuárias financiada pela SUDAM²²⁶⁴, pois Casaldáliga indica que naquele ano:

[...] estourou o conflito aberto entre a Prelazia - Igreja, devemos dizer - e as fazendas latifundiárias, que se materializou, no mês de setembro, com o relatório “Feudalismo e Escravidão no Norte do Mato Grosso” (cf. Documentação, nº IV, 1). Não era possível ir às fazendas sem coonestar exteriormente a conduta dos donos, gerentes e capatazes. Nem era possível agir com liberdade.²²⁶⁵

O bispo acusa fazendeiros e agentes históricos ligados ao “latifúndio” de pagarem jornais²²⁶⁶ para esconder os conflitos, a “verdade dos fatos” e a “realidade”, indicando que estaria sofrendo ameaças e que tentavam prejudicar sua trajetória religiosa da seguinte forma:

Depois de vários meses de boatos e calúnias, de ameaças de prisão, de morte, de “descida” da polícia federal e do exército, com prognósticos sucessivamente datados depois de várias tentativas de convencer-nos ou de intimidar-nos por meio de mensageiros pessoais, na primeira semana do mês de setembro último, o Sr. Ariosto da Riva - pai e mentor de latifundiários -

²²⁶³ CASALDÁLIGA, 1971, p. 21.

²²⁶⁴ Casaldáliga (1971, p. 27) indica que: “Com o povo enfrentando-se os problemas e os riscos - às vezes graves - dos direitos dos posseiros frente ao latifúndio (cf. Documentação, nº II, 3. A, B). E tenta-se assentar a vida dos patrimônios numa organização popular básica, humana. Criam-se ou os “Conselhos de Vizinhança” – autoridade popular de uma equipe livremente eleita (que em Pontinópolis, junto com o povo, elaborou a “Lei do Posseiro”) (Documentação nº VI) - ou os “Grupos de Liderança”. Finalmente organiza-se a “Oração Comunitária dos Domingos”, que um grupo do próprio povo dirigirá toda semana, com a sistemática mensal de algum membro da equipe da Campanha. (Futuramente, nasceriam aí uma “comunidade de base” e umas diaconias locais e, talvez, um sacerdote “indígena...”.)”

²²⁶⁵ CASALDÁLIGA, 1971, p. 25.

²²⁶⁶ Casaldáliga (1971, p. 28) afirma: “É fácil, com muito dinheiro, encobrir com páginas inteiras de jornais, a verdade dos fatos, a realidade. Deus vê. E o povo sabe cada dia mais o que sofre, e não esquece.”

acompanhado de um sacerdote religioso, se apresentou ao Senhor Núncio, no Rio, para tentar impedir a minha sagração...²²⁶⁷

Aquela situação teria ligação com a postura do bispo e de outros religiosos que estaria alinhada à “simplicidade do evangelho” e que teria resultado na denúncia de “fatos vividos e documentados”, ainda que os mesmos não desejassem “banciar heróis”.²²⁶⁸ Casaldáliga pondera no mesmo documento que:

Somos os primeiros a reconhecer a necessidade das estradas, do desenvolvimento da Amazônia, e da verdadeira integração do índio. Sabemos, também, valorizar, em termos nacionais e internacionais, a pecuária. O que não podemos admitir é a inversão dos valores.

Não deixamos de ver o que é belo na natureza ou no progresso da Amazônia, nem subestimamos o que o Governo do Brasil ou os particulares fazem de bom nesta região infinita.

Há poesia publicidade em abundância para cantar tudo isso. O que nesta nossa Amazônia é trágico, o que nela se faz erradamente, ou se omite, o que já não se pode mais tolerar, isso é que nós - por dever pastorear e por solidariedade humana - devíamos publicar. Dizer a verdade é um serviço. E o propósito de dizer a verdade nos faz livres.²²⁶⁹

Assim sendo, Casaldáliga ressalta que não era contrário ao “progresso da Amazônia, incorporando assim tal noção juntamente com a perspectiva de que era preciso estradas naquele espaço e realizar a “verdadeira integração do índio”. Apesar desse alinhamento com ideais de avanço do “progresso” sobre o espaço e de “integração” dos povos indígenas, Casaldáliga se coloca como contrário à violência e os conflitos decorrentes de esbulhos territoriais e expropriações causada pelas ações do “latifúndio” apoiados pela SUDAM.

E é justamente por esse posicionamento que essa Carta Pastoral ganha notoriedade. Além dessa, outras fontes documentais foram produzidas pela Prelazia de São Félix do Araguaia e apresentam elementos importantes para a problematização de conflitos fundiários e socioambientais e que se somam à outras que abordam tais conflitos produzidas sobretudo a partir da década de 1970.

Todavia, existem conflitos anteriores envolvendo povos indígenas e “sertanejos”, bem como de ambos em relação a empreendimentos que chegaram

²²⁶⁷ CASALDÁLIGA, 1971, p. 27.

²²⁶⁸ CASALDÁLIGA, 1971, p. 28.

²²⁶⁹ CASALDÁLIGA, 1971, p. 30

antes, como ocorreu com a instalação, em 1955, da Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia (CIVA) em Santa Terezinha, nas proximidades de Mato Verde. Tal companhia imobiliária foi se especializando em obter procurações e atuava tanto em Cuiabá quanto em São Paulo, acumulando títulos de 1.300.000 hectares através da aquisição de terras do Mato Grosso. Conforme Oliveira²²⁷⁰, essas compras de terras devolutas ocorreram entre os anos de 1956 a 1961, durante o mandato do governador João Ponce de Arruda, que como tal, teria sido o vendedor de terras e ao mesmo tempo seu comprador, pois era um dos acionistas da CIVA.

Contudo, foram os conflitos posteriores que passaram a ser mais divulgados, sobretudo pela atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia que desenvolveu estratégias como a publicação do “Jornal Alvorada”²²⁷¹ e participou da elaboração de relatórios para o lançamento anual pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) do “Caderno de Conflitos no Campo”²²⁷².

Consequentemente, essas publicações e atuação da CPT e da Prelazia de São Félix do Araguaia ganharam maior projeção, influenciando a realização de pesquisas²²⁷³ que abordam conflitos fundiários e socioambientais que foram desenvolvidas na UFMT pelo Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU), bem como de pesquisas relacionadas à problemática do trabalho análogo ao escravo²²⁷⁴ realizadas no Núcleo de Pesquisa em História e que resultaram em publicações de

²²⁷⁰ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Fronteira Amazônica Mato-grossense: Grilagem, Corrupção e Violência*. Tese (Livres docência), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo -SP, 1997, p. 313.

²²⁷¹ O “Jornal Alvorada” começou a circular em 1970. Para saber mais sobre o jornal ler a seguinte referência: SCALOPPE, Marluce. *Jornal Alvorada: registro e história das lutas do povo do Araguaia em tempos de ditadura. Encontro Nacional de História da Mídia*, Outro Preto-MG, 2013.

²²⁷² A CPT foi criada em 1975, durante o Encontro dos Bispos e Prelados da Amazônia que havia sido convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

²²⁷³ Dentre essas pesquisas, é possível indicar a seguinte dissertação: ROSA, Juliana Cristina. *A Luta pela Terra Marãiwatsédé: Povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, Posseiros e Grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, 2015.

²²⁷⁴ Para alguns pesquisadores da problemática: “A condescendência com a prática do trabalho escravo contemporâneo no Brasil foi quebrada com a Carta Pastoral de Dom Pedro Casaldáliga...”. In: CASTRAVECHI, Luciene e JOANONI NETO, Vitale. O exílio da vida nas margens do mundo: violência contra trabalhadores escravos em Mato Grosso (1970-1989). In: REZENDE FIGUEIRA, Ricardo; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria. **A universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017, p. 76.

dissertações²²⁷⁵ que tiveram como base a volumosa documentação do Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia.

Contudo, pesquisas sobre conflitos fundiários e socioambientais foram realizadas em outras universidades, tal qual a tese de doutorado que aborda um conflito envolvendo os moradores de Santa Terezinha e a CODEARA pesquisado por Neide Esterci. Sua narrativa possibilita compreender alguns elementos presentes nas dinâmicas de resistência dos moradores a partir da “briga do ambulatório” que ocorreu no local onde o padre Francisco Jentel havia liderado a construção de um ambulatório e que foi contestada pela CODEARA. A partir de uma luta armada entre moradores contra membros da força policial e empregados da empresa, foram feridos 7 dos empregados e policiais.²²⁷⁶

Anos mais tarde, as pesquisas de uma moradora do então município, Maria Aparecida Martins Souza, resultou numa dissertação de mestrado²²⁷⁷ e outras publicações²²⁷⁸ nas quais aborda elementos daquele conflito e o que denomina ser “escravidão contemporânea” nas agropecuárias do Araguaia, além de indicar elementos das *relações de poder* ali existentes. Souza é parte de uma geração de historiadores formados em Luciara pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) que, assim como outros geógrafos, passaram a escrever narrativas sobre o espaço, a natureza, os povos indígenas, os “sertanejos” e outros agentes históricos sem desconsiderar os conflitos existentes.

5.4. Uma outra perspectiva sobre a históricas de Luciara na narrativa do historiador Luiz Antônio Barbosa Soares

²²⁷⁵ CASTRAVECHI, Luciene. *Correntes do Araguaia*. A exploração de trabalhadores migrantes no Nordeste do Mato Grosso durante a década de 1970. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá-MT, 2012; e:

VIEIRA, Marciano Max Rodrigues. *Denúncias de “trabalho escravo” em Mato Grosso*: história, memória e deslocamentos humanos. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá-MT, 2010.

²²⁷⁶ ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia*. Peões e posseiros contra a grande empresa. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1985, p. 01.

²²⁷⁷ SOUZA, Maria Aparecida Martins. *Retalhos de vidas*: escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia (1970-2005). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá-MT, 2009.

²²⁷⁸ SOUZA, Maria Aparecida Martins. Escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia (1970-2005). In: BARROZO, João Carlos (Org.). *Araguaia*: o (des)encontro de diferentes agentes sociais. Cuiabá: EdUFMT, 2016, pp. 69-102.

Dentre essas narrativas é possível destacar uma dissertação²²⁷⁹ de 2004 do historiador também formado pela UNEMAT, Luiz Antonio Barbosa Soares, na qual analisa “[...] as reconfigurações territoriais do Vale do Araguaia na primeira metade do séc. XX, oferecendo elementos em particular, para a compreensão da constituição do povoado Mato Verde, atual cidade de Luciara-MT”²²⁸⁰. Soares afirma que teria buscado sair de “perspectivas totalizantes”, considerando os deslocamentos populacionais como resultados de “múltiplos contextos” através de uma “micronarrativa” sobre “[...] os caminhos, as trilhas, o cotidiano dessas viagens, captar não só os elementos de ordem econômica mas também simbólica que “impulsionaram” esses deslocamentos, com o intuito de “romper com o anonimato que o termo migrante impõe.”²²⁸¹

Apesar de incorporar em sua narrativa categorias das fontes documentais sem maiores problematizações, tal como “povoado”, Soares apresenta uma crítica à exaltação do “fundador” como “bandeirante desbravador”, indicando que essa “ideia” “[...] é construída ao longo do tempo nestes povoados e edificada através dos monumentos: busto, nome de praça, de ruas, avenidas, entre outros”²²⁸². Seria, portanto, uma construção de algo descrito por Soares como uma “imagem” ou ainda uma “representação”²²⁸³ e que teria resultado numa “[...] imagem difundida pela família dos “fundadores” e também pela historiografia tradicional ligada aos antigos membros do instituto Histórico de Mato Grosso),

²²⁷⁹ SOARES, Luiz Antonio Barbosa. **Trilhas e caminhos**: Povoamento não-indígena no Vale Araguaia-MT, na primeira metade do séc. XX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, 2004. É importante ressaltar que a paginação citada segue aquela do arquivo disponível na plataforma do Programa de PPGHis da UFMT, ainda que tal versão comece com a capa como página 7. Disponível em: <<http://ppghis.com/ppghis/biblioteca-virtual-2/dissertacoes/download/5-dissertacoes/130-trilhas-e-caminhos-povoamento-nao-indigena-no-vale-do-araguaia-mt-na-primeira-metade-do-sec-xx.html>>. Acesso em: 01/03/2018.

²²⁸⁰ SOARES, 2004, p. 18.

²²⁸¹ SOARES, 2004, p. 18. O autor refere-se à uma conclusão de sua orientadora. In: GUIMARAES NETO, Regina Beatriz. *Grupiaras e Monchões: garimpos e cidades do povoamento de leste de Mato Grosso – primeira metade do séc. XX*. Tese de Doutorado. 1996, p. 109-110.

²²⁸² SOARES, 2004, p. 19.

²²⁸³ Soares (2004, p. 17), apresenta na introdução uma breve discussão sobre “[...] conflitos com base nas “diferentes práticas e representações sobre a terra”, mas nosso interesse se deu sobre a coexistência dessas diferentes práticas e representações culturais que são concorrentes”, mas sem aprofundar o conceito de “representação” ou citar autores para indicar ao leitor qual sua perspectiva teórica sobre esse aspecto. Ressalta-se que essa dissertação não apresenta reflexões teóricas aprofundadas, uma vez que teve como foco apresentar relatos orais e outros elementos empíricos aos quais o autor teve acesso facilitado por ser um morador de Luciara.

especificamente os livros do ex-senador e Valdon Varjão”.²²⁸⁴ Apesar de citar as narrativas de Varjão, o historiador optou em não fazer a crítica documental e possíveis comparações com os relatos orais de outros testemunhos.

Dessa maneira, focando em relatos orais e algumas outras fontes documentais, Soares propõe a “construção de um outro horizonte historiográfico” e recomenda que “[...] devemos dar visibilidade às ações, projetos e mesmo as utopias não realizadas, e fazê-las emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo”.²²⁸⁵ Sua proposta seria uma “contestação” do “triunfalismo” daquela “ideia” de “fundador bandeirante”, considerando ainda outros testemunhos, suas *memórias* e sua oralidade que permitiriam a construção de uma narrativa histórica sobre Luciara diferenciada daquela que o autor denominou de “historiografia tradicional”.

A partir desse objetivo, Soares realizou uma entrevista com Adata Luz Batista e inserir seus relatos orais como sendo aquilo que conceituou como “memórias de poder”. Contudo, o historiador não cruzou tais relatos com a narrativa escrita de Luz Batista publicada em 2003 no seu livro “Sertão de Fogo: a luta de um povo rumo ao desconhecido”, o que indica uma seleção anterior à sua escolha de trechos dos relatos orais inseridos na dissertação.

Do mesmo modo, Soares incorpora trechos pontuais de obras de Valdon Varjão, Henri Coudreau, Willy Aureli, Charles Wagley e Herbert Baldus, sem uma maior problematização sobre a intencionalidade e as *relações de poder* que as influenciavam. Destaca-se a seleção de trechos dessas narrativas em detrimento de outros que seriam fundamentais para sua análise, uma vez que Wagley foi citado para indicar uma descrição da localidade Furo de Pedra, mas não para trazer elementos para sua proposta de “contestação” do “triunfalismo” que poderia ser feito com a citação do trecho em que o antropólogo acusa Lúcio da Luz de ser procurado pela polícia por assassinato. A importância dessa acusação é fundamental para tencionar aquilo que chamou “memória de poder”, uma vez que Luz Batista o cita em sua obra e combate aquela acusação a fim de “honrar a memória do pai”.

²²⁸⁴ SOARES, 2004, p. 84-85.

²²⁸⁵ SOARES, 2004, p. 20.

Uma justificativa possível para sua abordagem em relação às fontes documentais diz respeito à uma opção por relatos orais, ainda que seja possível e desejado um cruzamento de tais fontes com outras, como indica algumas das reflexões teóricas e metodológicas da História Oral.²²⁸⁶

Soares afirma que realizou “várias entrevistas” “[...] com pessoas que fizeram essas viagens, onde relataram-me suas experiências de deslocamentos, imagens e lembranças deste tempo vivido.”²²⁸⁷ Contudo, sua narrativa apresenta trechos dos relatos orais de Nedina, Adauta, Valdeniza e Odília, sem fazer maiores considerações das motivações da seleção dessas quatro mulheres deixando margem para críticas de que foi tão seletivo na escolha de seus “testemunhos” quanto Valdon Varjão e outros autores daquilo que denominou “historiografia tradicional”. Uma das possibilidades de tal escolha poderia estar ligada a busca por outros testemunhos e da busca por apresentar *memórias* e oralidade de mulheres, uma vez que parte significativa dos testemunhos inseridos nas narrativas histórias anteriores eram de homens, de modo a quebrar a ideia de que a construção Mato Verde teria sido feita somente por homens.

Ademais, Soares insere em sua narrativa trechos de entrevistas com Zé Rodrigues, João Lima e Domingos Peleja. O primeiro é citado na indicação sobre o medo dos moradores de “povoados” de alguns povos indígenas e sobre o despejo de posseiros de áreas cercadas como fazendas, citando a Suiá Missú²²⁸⁸. Domingos Peleja e Zé Rodrigues são colocados como narradores de um conflito por terra em Santo Antônio do Rio das Mortes, destacando o apoio de agentes pastorais e do bispo Dom Pedro Casaldáliga da Prelazia de São Félix do Araguaia.²²⁸⁹ Nem todos esses entrevistados eram moradores de Luciara e a incorporação de seus relatos orais constituídos a partir de entrevistas realizados por terceiros também indica uma seleção de alguns agentes históricos em detrimento de outros que também vivenciaram tais situações.

Assim sendo, é possível indicar que a narrativa de Soares, assim como outras indicadas por ele como “memorialistas”, tem como base a seleção de agentes

²²⁸⁶ FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

²²⁸⁷ SOARES, 2004, p. 40.

²²⁸⁸ SOARES, 2004, p. 113.

²²⁸⁹ SOARES, 2004, p. 110.

históricos como testemunhos e o uso de suas *memórias* e oralidade. Apesar disso e da dissertação incorporar um número diminuto de testemunhos, Soares apresenta outras *memórias* e oralidades sobre a história de Luciara, além de tencionar narrativas escritas a partir de relatos orais de testemunhas majoritariamente masculinas e dos “pioneiros” ligados à família de Lúcio da Luz. Sua narrativa teve um diferencial ao apresentar as “trilhas e caminhos” e as relações entre povos indígenas e os moradores de Mato Verde pela perspectiva de outros agentes históricos, destacando elementos do cotidiano, das relações sociais e de outros aspectos da vida que não tinham Lúcio da Luz como o principal agentes histórico da história de Luciara.

Destaca-se que a formação acadêmica de Soares o inseriu em amplos debates sobre as disputas pela *memória* e pela história, do mesmo modo que permitiu o acesso à uma outra dinâmica de luta por direitos à terra, ou seja, ao espaço e à natureza que havia sido intensificada após a publicação da “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”²²⁹⁰ (CF/88) e que influenciou na divulgação de narrativas dos povos indígenas que buscavam garantias do direito da demarcação ou ampliação de seus territórios.

5.5. As *memória subterrâneas* e narrativas dos povos indígenas em Luciara após a publicação da Constituição Federal

Com fim da Ditadura Militar, foi aprovada a “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988” (CF/88) na qual seu vigésimo artigo, inciso X, normatiza o que seriam “terras da União” e “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”, além de apresentar o oitavo capítulo intitulado “Dos Índios”, que estabelece, através dos artigos 231 e 232, as garantias de direitos dos povos indígenas, a saber:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas

²²⁹⁰ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27/03/2018.

atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.²²⁹¹

De acordo com o jurista José Afonso da Silva, o trecho do referido artigo 231 da CF/88 dá garantias e reconhece “[...] sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.²²⁹² Porém, tal normativa se ampara em legislações anteriores que estabeleciam direito dos povos indígenas, de modo “[...] a Constituição de 1988 é o último elo do reconhecimento jurídico constitucional dessa continuidade histórica dos direitos originários dos índios sobre suas terras [...]”, indicando que “[...] o documento que deu início e marcou o tratamento jurídico dos direitos dos índios sobre suas terras foi a Carta Regia de 30 de julho de 1611, [...]”²²⁹³. Ademais tais direitos foram estabelecidos nas constituições anteriores, como o caso do artigo 129 da “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil” de 1934²²⁹⁴ e o artigo 216 da “Constituição dos Estados Unidos do Brasil” de 1946.²²⁹⁵

²²⁹¹ O artigo contém outros incisos: “§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. § 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. § 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. § 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. § 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.”. Alpm disso, a CF/88 estabeleceu em seguida o seguinte: “Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.”

²²⁹² SILVA, José Afonso da. [Parecer] Parecer sobre a situação do direito indígena à terra. 2016, p. 09.

²²⁹³ SILVA, 2016, p. 09.

²²⁹⁴ O artigo estabeleceu: “Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizado, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”.

²²⁹⁵ O artigo estabeleceu: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem”.

Entretanto, a CF/88 dinamizou as possibilidades para que povos indígenas pudessem regulamentar seus territórios como Terras Indígenas (TI), o que ocorreu no município de Luciara onde uma TI foi assim declarada e duas homologadas. Os Karajá possuem a TI São Domingos homologada²²⁹⁶ com uma extensão de 5.705 hectares (ha), e a TI Cacique Fontoura declarada com 32.069 mil ha²²⁹⁷, sendo que compartilham com os Tapirapé o domínio sobre 66.166 ha, da TI Tapirapé/Karajá²²⁹⁸ que havia sido homologada em 1983.

Esses territórios se sobrepõem e extrapolam os limites do território municipal de Luciara e suas existências geraram, sobretudo ao longo de suas delimitações, debates sobre serem supostamente “improdutivos” e acerca das narrativas construídas a partir de *memória* dos povos indígenas e incorporadas aos laudos elaborados por antropólogos. Tais laudos são peças jurídicas do processo administrativo de demarcação conduzido pela FUNAI e normatizado pelo Decreto n. 1775 nos seguintes termos:

Art. 2º A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios será fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazo fixado na portaria de nomeação baixada pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, estudo antropológico de identificação.

§ 1º O órgão federal de assistência ao índio designará grupo técnico especializado, composto preferencialmente por servidores do próprio quadro funcional, coordenado por antropólogo, com a finalidade de realizar estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação.

§ 2º O levantamento fundiário de que trata o parágrafo anterior, será realizado, quando necessário, conjuntamente com o órgão federal ou estadual específico, cujos técnicos serão designados no prazo de vinte dias contados da data do recebimento da solicitação do órgão federal de assistência ao índio.

§ 3º O grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas as suas fases.²²⁹⁹

²²⁹⁶ TI homologada. Decreto 383 de 24/12/1991.

²²⁹⁷ TI declarada. Portaria 1.389 de 15/08/2007.

²²⁹⁸ TI homologada. Decreto 88.194 de 23/03/1983.

²²⁹⁹ BRASIL. Presidência da República. [Decreto] **Decreto n. 1.775**, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm >. Acesso em: 27/03/2018.

A partir desse procedimento normativo, a União busca fazer cumprir o que havia sido estabelecido no artigo segundo da CF/88 no sentido de demarcar as terras indígenas, estabelecendo o estudo antropológico como base do processo de delimitação, no qual, as fontes documentais escritas são cruzadas com as narrativas elaboradas pelo grupo.

Além desses aspectos normativos, é preciso considerar que dentro da Antropologia Social existe uma perspectiva de “[...] é a ‘visão nativa’ que estabelece, orienta e propicia o diálogo com os documentos históricos”²³⁰⁰. Logo,

A etnografia praticada os laudos valoriza em geral as narrativas dos moradores, no sentido de Bourdieu (1973), quando enfatiza a fala como expressão das condições de existência. Para ele, a palavra é um símbolo de comunicação por excelência, porque representa o pensamento. É uma reveladora das condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e tem a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas.²³⁰¹

Essa narrativa aciona elementos da organização social, da cosmologia e da história, o que remete à uma ampla problematização sobre a *memória*, sobretudo ao se tratar de povos ou grupos ágrafos. Segundo Woortmann, o primeiro elemento a ser considerado é o fato de que aquilo se ouve não são exatamente as *memórias* daquele que narra:

[...] o que o pesquisador ouve não são memórias, mas narrativas, e narrativas são sempre estruturadas. [...]. Sendo a memória do grupo constituída de narrativas, temos então nessas, uma negociação de subjetividades com o pano de fundo estruturado. Colocando em outros termos, a memória opera dentro de um *habitus*, ao mesmo tempo em que atua na sua conformação: nesse sentido, o “trabalho da memória” é uma prática.²³⁰²

Entre a *memória* e a narrativa existe uma relação que se dá na prática, por meio do *trabalho da memória*, uma vez que existe um movimento no qual a mesma possibilitaria dar “presença ao passado para dar significado ao presente” e

²³⁰⁰ LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testemunho**: a Comunidade de Casca em perícia. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002, p. 35.

²³⁰¹ LEITE, 2002, p. 35.

²³⁰² WOORTMAN, Ellen F. Homens de hoje, mulheres de ontem: Gênero e memória no seringa. In: BRITO DE FREITAS, Cornélia (Org.) **Memórias: Anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da Universidade Católica de Goiás**. Goiânia: Ed. UCG. 1998, p. 90.

trabalharia o presente.²³⁰³ A partir dessa indicação de Woortmann, é possível agregar a compreensão de Chartier²³⁰⁴ de que essa dinâmica resulta numa *representação* sobre o que está ausente (passado) por meio da narrativa.

Todavia, a *representação* construída está diretamente ligada com a prática, e nesse sentido, é construída a partir de interesses do presente de quem narra, pois, a *memória* “[...] trabalha, pois, o presente. Toda memória é construída (e não existe memória desinteressada) justamente porque ela constrói o presente, tão subjetivo quanto o passado.”²³⁰⁵ Nesse sentido, as narrativas dos povos indígenas em processos de demarcação de TI são repletas de *representações* sobre o *outro*²³⁰⁶, os limites entre o grupo e o *outro humano*, o espaço e a natureza, operando dentro de uma compreensão de mundo e de intencionalidades tal qual ocorre com narrativas escritas. Ademais, essas narrativas que constituem o conteúdo principal do Laudo Antropológico se consolidam como um instrumento jurídico para o domínio formal de territórios que, por vezes, foram apropriados por outros agentes históricos como ocorreu em Luciara.

Nesse sentido, essas narrativas dão margem para que *memórias* antes não consideradas em narrativas históricas ascendessem e foram categorizadas por Pollack como *memórias subterrâneas* de grupos que não detiveram poder de serem ouvidos anteriormente. O autor indica que:

Para certas vítimas de uma forma limite da classificação social, aquela que quis reduzi-las à condição de “sub-homens”, o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de “memória enquadrada” que, por princípio, não escapa ao trabalho de definição de fronteiras sociais.²³⁰⁷

Essa perspectiva parece oportuna para a problematização necessária sobre o *trabalho da memória* por meio de narrativas de laudos antropológicos, uma vez que elementos da história dos povos indígenas, que não são considerados em

²³⁰³ WOORTMAN, 1998, p. 90.

²³⁰⁴ CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2 ed., Lisboa: Difel, 2002a.

²³⁰⁵ WOORTMAN, 1998, p. 90.

²³⁰⁶ As narrativas dos Laudos antropológicos não são analisadas de modo mais aprofundado, deixando margem para pesquisas futuras.

²³⁰⁷ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 14

narrativas históricas anteriores passam a ser considerados. A *memória* dos primeiros moradores constituiu a maior parte dos elementos presentes nas narrativas escritas da história sobre Luciara, e com a elaboração dos laudos antropológicos, a *memória* dos povos indígenas ali presentes passa a ser considerada com base para as narrativas antropológicas e para a prática das definições dos limites do território a ser delimitado e homologado como TI.

Nesse sentido, tanto essas narrativas indígenas, outras pesquisas históricas a partir da *memória* como a de Soares, como os escritos de Luz Batista, Varjão, Chaves, Aureli, Ribeiro da Silva, Senatore e outros autores, compartilham de uma problemática envolvendo os limites da *memória*, pois a mesma “é seletiva” e “Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa.”²³⁰⁸

[...] essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. [...]. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.²³⁰⁹

Tais *memórias* concorrentes se colocam em Luciara na disputa pela narrativa da “verdadeira história” e de elementos que “provem” o direito à natureza e a terra por meio da delimitação de TI ou da posse por meio de propriedades privadas. Contudo, em meio às disputas de *memórias* e *luta de representações* por meio de diferentes narrativas, parte dos moradores de Luciara se viram na condição de também terem suas *memórias subterrâneas* inseridas em narrativas, mas, não por meio de Laudos Antropológicos, mas de outros relatórios escritos por geógrafos

²³⁰⁸ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992, 203-204.

²³⁰⁹ POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 04.

indicando possibilidades daqueles vaqueiros de Lúcio da Luz conseguirem permanecer na terras e nos varjões a partir de outras formas legais de domínio sobre o espaço e a natureza para além de TI e propriedades privadas.

5.6. Narrativas de geógrafos sobre os Retireiros do Araguaia em meio a conflitos e propostas de outros planos governamentais

Segundo Becker, após os governos militares e depois de uma década de retração, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), através do Ministério de Planejamento e do Orçamento, lançou um dos principais planos de governo desenvolvidos no Brasil batizado de “Programa Brasil em Ação”. O planejamento econômico e territorial do país pretendia desenvolver ações para acelerar a circulação interna por meio de “corredores de desenvolvimento”, seguido pelo Programa Avança Brasil (PAB) que teria “deslanchado” “[...] no período de 2000 a 2003, e a ser complementado em 2007.”²³¹⁰

Dentro desses programas, Luciara, pensada como localidade situada no nordeste do Mato Grosso, estava inserida nos planos do governo de FHC através dos Planos Plurianuais de desenvolvimento, e assim, passou a ser alvo de projetos de desenvolvimento dentre os quais a proposta de construção de uma hidrovía no Tocantins-Araguaia. Silva indica que:

O Projeto Hidrovía Tocantins-Araguaia, um projeto de conexão regional destinado ao escoamento de *commodities*, sobretudo da soja que avança em várias regiões do estado, começa a se voltar para a região nordeste de Mato Grosso. Destaque-se que a partir de 1996, as grandes empresas do agronegócio (Bunge, Cargill, ADM, Dreyfuss, Maggi e Caramuru), se instalam na área de influência da BR-158. Trata-se de um projeto para viabilizar o escoamento da produção agropecuária, principalmente soja, da região Centro-Oeste para os portos exportadores do Pará e Maranhão. A obra integra o Corredor Multimodal Centro-Oeste abrangendo os rios Tocantins, Araguaia e das Mortes, em Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão e Pará.²³¹¹

A possibilidade dessa construção causou entusiasmo por parte da população de Luciara, ainda que existisse um movimento contrário à sua

²³¹⁰ BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 132.

²³¹¹ SILVA, 2012, p. 66.

concretização que gerou debates amplamente discutidos por Silva²³¹². Para não se afastar dos objetivos analíticos da análise, é preciso indicar que nesse projeto alguns dos elementos se aproximavam à argumentação utilizada por José Couto de Magalhães no século XIX relativa à suposta necessidade de estabelecer a navegação comercial através do Rio Araguaia para trazer o “progresso” e o “futuro” para o “sertão”, ainda que com outras categorias como “desenvolvimento econômico” para aquela “região”.

Diante da possibilidade de efetivação desse e de outros projetos “desenvolvimentistas”, da problemática estrutura fundiária e dos conflitos socioambientais e fundiários existentes em Luciara, alguns geógrafos que foram contratados pelo Projeto Parceladas da UNEMAT para ministrarem aulas no curso de licenciatura que ocorria numa instalação Luciara, passaram a debater tais problemáticas com os estudantes e ainda com o restante da população.

Ademais, nos trabalhos de campo e outras pesquisas desenvolvidas nas licenciaturas de geografia e história, essa problemática passou a ser abordada pelos agentes históricos envolvidos, sejam eles indígenas, “sertanejos”, posseiros ou ainda vaqueiros e/ou outros criadores de gado que no cotidiano de Luciara eram reconhecidos e se autoidentificavam como Retireiros do Araguaia. Para Silva:

Além de contribuir no debate sobre as questões socioambientais regionais, a universidade trouxe ao debate, pela primeira vez, a inclusão dos Retireiros enquanto categoria social e proporcionou maior visibilidade enquanto protagonistas detentores de saberes e práticas espaciais de coexistência “com a natureza e não contra a natureza”, conforme Porto-Gonçalves... [...]

Nesse contexto, muitos alunos da universidade passaram a se considerar retireiros e souberam articular a Associação dos Geógrafos Brasileiros através da Seção Luciara para requerer esclarecimentos junto ao INCRA a respeito da questão situação fundiária do município, particularmente da Gleba Santo Antonio sob ameaça de usurpação por parte de agentes locais com participação, inclusive, de um funcionário do INCRA conhecido na região como Polaco.²³¹³

É fundamental destacar primeiramente que a articulação e/ou mediação da UNEMAT nesses debates foi acionada por seus críticos para indicar que seriam esse geógrafos e outros “intelectuais de outros lugares” que estariam “inventando”

²³¹² Idem, 2012.

²³¹³ SILVA, 2012, p. 95.

argumentos e identidades como a dos Retireiros do Araguaia. Ademais, apesar da ênfase dada por Silva, não seria tão somente a ação da UNEMAT que possibilitava a ampliação de debates e a inserção de diferentes agentes históricos, pois a atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia era anterior e convergia para o enfrentamento de conflitos.

Assim sendo, Silva²³¹⁴ com o apoio recebido da UNEMAT e de outros “mediadores” foi possível a consolidação de um “[...] movimento social do Retireiros do Araguaia, representados naquele momento pela Associação dos Produtores Rurais Mato Verdinho – APRUMAV”²³¹⁵, de modo que:

Deste modo, os Retireiros passaram, com frequência, a dar suporte e apoio aos cursos da universidade, principalmente das disciplinas nas áreas de Ecologia e Meio Ambiente; Geografia Agrária e História Oral. Logo, a cultura e o território da comunidade de Retireiros se fariam presentes no campo de preocupações dos professores e alunos dos três cursos do Projeto Parceladas em Luciara. Entre eles inicialmente destacaram-se trabalhos de conclusão de curso de Geografia e História, respectivamente. Fausto Azambuja, partiu da memória dos moradores de Luciara e revela os Retireiros enquanto “sujeito histórico inaugurado pelas práticas socioculturais, específicas das comunidades daquela região”, e Gilberto Pereira Almeida, um Retireiro que dedicou-se aos “Retireiros e o uso comum nos varjões” no município de Luciara.²³¹⁶

Apesar de não ser possível um maior aprofundamento sobre as *práticas sociais* e as *relações de poder* envolvidas nesse “movimento”, é possível considerar que não apenas os Retireiros do Araguaia passam a se colocar como agentes históricos diferenciados pela lida com o gado e com a natureza, como também indicam que os varjões seriam o espaço privilegiado do ponto de vista geográfico, biológico e social. Seria através da apropriação de terras altas para a construção de retiros e do compartilhamento das “pastagens naturais” tidas como de “uso comum” que aqueles retireiros desenvolveram técnicas específicas para a lida com o gado em meio a natureza marcada pelo ciclo de chuvas e enchentes dos rios Araguaia, Xavantinho, Tapirapé, além de outros corpos d’água como o Lago dos Veados.

²³¹⁴ *Idem*, 2012, p. 95-96.

²³¹⁵ SILVA, 2012, p. 96.

²³¹⁶ SILVA, 2012, p. 96-97.

As duas monografias citadas acima por Silva foram elaboradas por moradores de Luciara e apresentam outros olhares sobre a história de Mato Verde/Luciara ao incorporar em suas análises relatos orais de Retireiros do Araguaia e de indígenas. Trata-se, portanto, de uma outra perspectiva que se afastava do que Soares denominou ser uma “historiografia tradicional” escrita com base na “memória do poder” da família de Lúcio da Luz.²³¹⁷

Além dessas pesquisas monográficas, dois professores do curso de geografia, não residentes em Luciara, passaram a pesquisar e refletir sobre as formas com que os Retireiros do Araguaia se relacionavam com a “terra” (espaço e natureza) na lida com o gado nos varjões, problematizando sobre a territorialidade construída historicamente e a possibilidade de demarcação de um território para regulamentar o uso dos varjões. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor da Universidade de São Paulo (USP) e Carlos Walter Porto-Gonçalves da Universidade Federal Fluminense (UFF) não apenas ministraram aulas, orientaram trabalhos monográficos, como também publicaram artigos e elaboraram relatórios e laudos sobre o território e as práticas culturais dos Retireiros do Araguaia.

Ambos os geógrafos possuem narrativas marcadas pelo engajamento político e pela crítica à estrutura fundiária marcada pela concentração e pela existência de títulos falsificados não apenas em Luciara, mas no país e na América Latina, como Porto-Gonçalves deixa manifesto numa reunião realizada em 2006 na Argentina pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO):

Agregue-se que, na América Latina e no Caribe, há um componente étnico e racial conformando as classes sociais (Aníbal Quijano), que tem na monopolização das terras por brancos e seus descendentes *crioulos* sua base e, assim, entre nós a estrutura de classes é etnizada. A questão agrária emerge hoje não só em suas dimensões social e política, mas também epistêmica, impulsionada por movimentos que explicitam suas reivindicações territoriais, sejam eles afrodescendentes, indígenas e povos originários, além de outros como os seringueiros, geraizeiros, retireiros (Rio Araguaia).²³¹⁸

²³¹⁷ SOARES, 2004, p. 84-85.

²³¹⁸ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006 C. p. 166.

Na ocasião, o geógrafo reiterou a necessidade de união entre aqueles que acreditavam e buscavam que a “invenção de territorialidades” pudesse superar a estrutura fundiária concentradora de terras e de “bens” da natureza. O autor traz seu manifesto nesse sentido:

Busquemos, pois, a união que prescindia de laços externos! Mais do que o imperativo ‘*proletários de todo o mundo, uni-vos*’, talvez devêssemos dizer *unamo-nos* a todas e todos aquelas e aqueles que estão, aqui e agora, preocupados com o futuro da humanidade, com a prole. Talvez seja isso que esteja sendo engendrado no Fórum Social Mundial, sobretudo, por aqueles movimentos que, no fundo, querem um outro governo das gentes, das coisas e do mundo pelas (e não para) as gentes, como parecem indicar de diferentes maneiras o zapatismo, o MST, o Pachakutick, a Via Campesina, a COICA, a CONAIE, entre tantos outros, e parece estar entre as mulheres quebradeiras de coco babaçu, entre os piqueteros, entre os povos originários – os mapuche, os quíchua, os aymara, os tzotzil, os zapoteca, os kunas, os yanomami, os U’Wa, e outros tantos -, entre os afrodescendentes em seus *palenques* e quilombos, entre os seringueiros da Amazônia, entre os cocaleros bolivianos, entre os retireiros do Araguaia, entre os geraizeiros dos cerrados brasileiros, entre a insurgência colombiana, no protagonismo do povo venezuelano, entre os *rappers*, ...²³¹⁹

Em 2006 foram publicados dois laudos técnicos, um Biológico e outro Socioeconômico, ambos intitulados como “Diagnóstico Preliminar para Criação da Reserva Extrativista – Reserva Retireira de Biodiversidade do Médio Araguaia”²³²⁰ e direcionados para o Ministério do Meio Ambiente por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Esses laudos foram coordenados pelo professor Porto-Gonçalves e estavam alinhados à sua perspectiva política e teórica, mas também às suas pesquisas realizadas com “populações tradicionais” e suas territorialidades, tal qual sua tese de doutorado.²³²¹

A partir desses laudos, seria possível aos Retireiros do Araguaia pleitearem a demarcação de uma Reserva Extrativista (RESEX) diante de uma

²³¹⁹ PORTO-GONÇALVES, 2006 C, p. 189.

²³²⁰ PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (Coord.). [Lauda Socioeconômico]. *Diagnóstico Preliminar da Reserva Extrativista dos Retireiros de Luciara-MT*, Ministério do Meio Ambiente, 2006 A.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (Coord.). [Lauda Biológico]. *Diagnóstico Preliminar da Reserva Extrativista dos Retireiros de Luciara-MT*, Ministério do Meio Ambiente, 2006 B.

²³²¹ PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Nos varadouros do mundo: da territorialidade seringueira à territorialidade seringueira*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 1998.

legislação que possibilitava esse tipo de reivindicação e que ocorreu em um dos governos federais do PT em que a ministra do Meio Ambiente era Marina Silva, conhecida por sua atuação junto à “populações tradicionais”. Entretanto, essa tentativa de encaixar os retireiros como extrativistas não teve êxito, pois por mais que os mesmos possuíssem uma relação com a “terra” e a natureza aproximadas, sua principal atividade era a criação do gado bovino, uma espécie não nativa daquele espaço.²³²²

Além do coordenador, esses laudos foram elaborados por uma equipe formada por outros geógrafos e também por biólogos, formados e/ou docentes da UNEMAT. Os professores de geografia da UNEMAT Alexandre Regio da Silva e Flávio Luis Paula de Almeida contaram com a participação de Gilberto Pereira de Almeida, professor de geografia da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) e do graduando de geografia da UNEMAT, Alex Ferreira Da Cruz, para a realização da pesquisa e escrita. Na área de biologia, Herena Naoco Chisali Isobe, Nelson Antunes de Moura, Regisnei Aparecido de Oliveira e Fernando Hiroschi Aburaya da UNEMAT foram os responsáveis em apresentar os elementos do laudo referente à sua área de atuação. Por fim, Antonio Marcos da Rosa, geógrafo da UNEMAT, Luíz Antonio Barbosa Soares, historiador da mesma instituição e o presidente da APRUMAV, Rubem Taverny Sales²³²³ são listados como colaboradores.

Essa equipe formada por biólogos e geógrafos da UNEMAT, contava apenas com a colaboração de um único historiador, o que não impediu que, principalmente o laudo socioeconômico apresentasse uma narrativa histórica a partir de relatos orais e *memórias* dos Retireiros do Araguaia. Apesar de Soares não ter incorporado em sua dissertação essa categoria identitária, optando pelo uso de “vaqueiros” e “sertanejos”, nessa outra fonte documental a narrativa histórica remete aos Retireiros do Araguaia” e é composta por trechos de relatos orais de alguns desses, considerados como testemunhos, e, portanto, com outras *memórias* para além daquelas de membros da família Luz.

²³²² A discussão sobre a tentativa de enquadramento de um território como reserva extrativista é retomada mais à frente, quando forem apresentadas outras fontes documentais nas quais os *retireiros* enviam uma carta à Marina Silva.

²³²³ O nome dessa liderança dos retireiros aparece de formas distintas em diferentes narrativas, mas a grafia correta é a acima citada.

O mesmo ocorre com relação à narrativa apresentada pelo geógrafo e professor da USP, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, numa outra peça jurídica para outra demanda dos Retireiros do Araguaia publicada em 2009 com o nome “Relatório final de levantamento e da caracterização da situação fundiária em Luciara-MT”²³²⁴. Esse relatório apresenta relatos orais de retireiros para legitimar o uso dos varjões e uma ampla pesquisa documental realizada em cartórios, situado através de mapas e croquis, a localização de fazendas “legais” e de outras consideradas “ilegais” por terem títulos falsificados na origem. Esse relatório foi marcado por críticas à forma com que essas áreas foram sendo apropriadas por “fazendeiros” através de um “breve histórico” no qual é destacado a presença indígena e suas reivindicações de demarcação de territórios.

Além desses escritos, Oliveira e Porto-Gonçalves também influenciaram outras narrativas de professores como a tese em geografia defendida em 2012 por Alexandre Regio da Silva na Universidade Federal Fluminense (UFF) e orientada por Porto-Gonçalves.

5.7. A narrativa de Alexandre Regio da Silva sobre os conflitos em Luciara e a suposta “invenção” da *identidade retireira*

Alexandre Regio da Silva escreveu sua tese de doutorado²³²⁵ intitulada “Espaço e conflito: tensões territoriais no Médio Araguaia e a emergência/invenção da identidade retireira (1958-2011)”, na qual o geógrafo apresenta sua perspectiva sobre a relação entre a abertura de um *campi* universitário da UNEMAT e a “invenção” da *identidade retireira*²³²⁶ por parte de aliados e criadores de gado que passaram a se autoidentificar Retireiros do Araguaia. Na argumentação do autor, a *identidade retireira* estaria desde os primeiros debates realizados na UNEMAT atrelada à uma territorialidade construída historicamente nas últimas décadas, inserida num conflito fundiário e socioambiental com relação aos posseiros,

²³²⁴ OLIVEIRA, 2009.

²³²⁵ SILVA, 2012.

²³²⁶ Ressalta-se que, apesar de Silva atrelar essa suposta “invenção” da *identidade retireira* às ações da UNEMAT, é possível problematizar essa afirmação partindo da averiguação que um egresso da mesma instituição de ensino defendeu uma dissertação em História na qual não insere essa “invenção” e tampouco utiliza a categoria retireiros para se referir aos criadores de gado de Luciara. Trata-se da narrativa de Soares (2004) e aponta para o fato de que nem todos os daquela instituição de ensino dos cursos de história e geografia convergem para a “invenção” da *identidade retireira*.

proprietários, grileiros e moradores da área citadina de Luciara, bem como com relação à possibilidade de “conquistar” um território. Assim sendo, é possível indicar um geógrafo escrevendo histórica e colocando a natureza e o espaço como centrais, afirmando que seria a busca pelo “território” o dinamizados das *práticas sociais e relações de poder* em Luciara.

Diferente da narrativa de Luz Batista²³²⁷, que foca nas relações e atividades cotidianas de mulheres e homens “sertanejos” relacionadas às mudanças de estações, Silva indica que as mudanças climáticas teriam relação direta com o relevo, a altitude e outras características peculiares, formando as áreas de varjão. Dessa forma, a seguinte imagem foi inserida por Silva no início de sua narrativa:

Figura 26 - Imagem do relevo de Luciara-MT (2009)²³²⁸



Fonte: CASTRO DE OLIVEIRA, Emiliano (Org.) *apud*. OLIVEIRA, 2009, p. 76.
In: SILVA (2012, p. 19).

Através dessa figura, o espaço de Luciara é *representado* a partir de seu relevo, com ênfase no ponto mais alto, a Serra do Zeca Barros, e as nas áreas inundáveis pelos enchentes que forma os varjões. Silva afirma que a áreas “[...] está

²³²⁷ LUZ BATISTA, 2003, p. 48.

²³²⁸ O título inserido por Silva (2012, p. 19) é “Modelo digital de relevo, realçando a área de inundação (em azul) das principais cheias dos últimos 25 anos (180m a.n)”.

conformada pela planície do Rio Araguaia, a segunda maior área inundável sazonalmente do planeta, com cerca de 2.000.000 hectares.”²³²⁹

Após a apresentação do espaço, o geógrafo passa a analisar como o mesmo foi alvo de conflitos socioambientais. Silva indica que os retireiros seriam os antigos vaqueiros de Lúcio da Luz, e que teriam permanecido na “terra” após o “primeiro contexto conflitivo” que teria ocorrido entre 1958 até 1998 e foi marcado pelo “coronelismo” e depois pelos *cercamentos*. O geógrafo não hesitou em sua narrativa histórica em buscar a origem da apropriação do espaço por esses agentes históricos e tampouco em estabelecer um marco temporal a partir dos relatos orais de entrevistados que teriam testemunhado esse *processo histórico*. Segundo Silva²³³⁰: “Desde 1999, quando surgiram as primeiras informações sobre o uso comum dos recursos naturais em Luciara, a data de 1958 tem sido indicada pelos Retireiros como sendo o primeiro momento de apropriação efetiva dos varjões através da instalação de retiros”. Segundo o autor:

Desde finais dos anos cinquenta e inícios de 1960 **se instaurou na região um novo padrão de ocupação** que pôs em contato **diferentes territorialidades em condições politicamente desiguais para se afirmarem**. De um lado, as **territorialidades daqueles que mais viram seus territórios invadidos**, as populações originárias da região representadas pelos Karajá, Tapirapé e Xavantes; além dos camponeses, ribeirinhos e trabalhadores/criadores de gado. De outro lado, a **territorialidade capitalista** representada por investidores do centro-sul do país e seus grandes latifúndios empresariais ligados ao complexo financeiro-industrial-tecnológico que exerce pressão para aquisição/apropriação de terras na região, seja para cultivo de produtos agrícolas e/ou criação de gado para exportação, seja para reserva de valor onde mesmo não-produzindo nada materialmente servem como aval para captar fundos públicos, hoje, ainda acrescido da investida de criminosos – de todos os matizes – também envolvidos nas negociatas de grilagem de terra no vale do Araguaia, conforme veremos ao longo desta tese.²³³¹

Na narrativa do geógrafo, o “novo padrão de ocupação” “se instalou na região”, de modo que teriam entrado em contato “diferentes territorialidades em condições politicamente desiguais”, ou seja, haveria um encontro entre as

²³²⁹ SILVA, 2012, p. 18.

²³³⁰ *Idem*, 2012, p. 38.

²³³¹ SILVA, 2012, p. 02. (Grifos meus).

territorialidades “daqueles que tem seus territórios invadidos” e a “territorialidade capitalista”. Assim sendo, é possível indicar que como geógrafo, Silva considera “territorialidades” como os protagonistas das ações históricas, desconsiderando que as mesmas são construções humana e não entes naturais. Como alertado por Febvre²³³² sobre o erro em considerar *fronteiras* como “naturais” sendo as mesmas “humanas”, é possível indicar que tanto “territórios” quanto “territorialidades” são construções humanas e não podem ser considerados “naturais” e tampouco como capazes de transformar o *processo histórico*. Podem ser considerado como personagens, mas não agentes históricos capazes de fomentar “encontros”, pois esses são frutos da ação humana.

Silva tem como tese central a relação entre território e a *identidade retireira* possível a partir do conflito, pois: “1– como o contexto conflitivo se coloca como condição de possibilidade de uma identidade Retireira e; 2– como a identidade Retireira se afirmou a partir desse contexto conflitivo”.²³³³ O autor segue sua narrativa afirmando que o que “forjou” a “emergência/invenção” da *identidade retireira* teriam sido dois “grandes contextos conflitivos”, e a partir dessa convicção elabora uma divisão existente entre esses contextos: o primeiro foi datado a partir de 1958 até 1999 e o segundo de 1999 a 2011.

O primeiro “grande contexto conflitivo” foi dividido pelo autor em “subperíodos” que teria início em 1958 “[...] quando as terras de várzeas entre os Rios Tapirapé e Araguaia, que até então eram de uso múltiplo, passam a ser objeto de uma política deliberada de venda de glebas feita pelo governo do estado de Mato Grosso”²³³⁴. Silva destaca que:

Nas terras altas, livre das inundações, fazendeiros, a maior parte vindos do sul, sobretudo do Paraná, começam a cercar as terras e, nas terras baixas, nos varjões, os vaqueiros/retireiros/criadores de gado continuam com as práticas de uso comum da terra juntamente com os “coronéis” tradicionais. Novas relações são estabelecidas com os novos personagens e, pela primeira vez, esses vaqueiros/retireiros/criadores de gado se organizam em grupo de forma autônoma, criando o primeiro retiro na ilha do Lago dos Veados. Deste modo múltiplas relações se estabelecem onde uns permanecem autônomos, alguns cuidam de gado alheio e outros se tornam vaqueiros que com a “quarta” formam seus

²³³² FEBVRE, 2000, p. 07.

²³³³ SILVA, 2012, p. 02 e 03.

²³³⁴ SILVA, 2012, p. 03.

pequenos rebanhos mantendo o uso comum dos recursos naturais.²³³⁵

Depois desse “subperíodo”, entre 1960 a 1980, com a chegada das “empresas S/A”, seriam as empresas agropecuárias com “sociedades anônimas operando através de seus gerentes e capatazes”²³³⁶ que teria ocorrido a expropriação dos “vaqueiros/retireiros/criadores de gado”. Por fim, o “subperíodo” que ia de 1981 a 1999 seria marcado pela expulsão desses agentes históricos da Ilha do Bananal por conta da criação do Parque Nacional do Araguaia e “novamente expropriados das áreas de terras altas em Luciara em razão da criação da Terra Indígena dos índios Karajá”²³³⁷, se colocando como “produtores rurais” para terem acesso à programas governamentais, assistência e crédito rural.

Por fim, o outro “grande contexto conflitivo” teria ocorrido e partir disso, teria ocorrido a “[...] emergência/invenção da identidade retireira mediada territorialmente e que é desencadeada a partir de um megaprojeto governamental denominado Programa Avança Brasil, sobretudo pelo projeto de construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins”²³³⁸.

Apesar de existirem indicações da existência dessas dinâmicas, *práticas sociais, relações de poder* presentes na apropriação do espaço e da natureza em Luciara, a periodização e a construção de “contextos conflitivos” situados no *tempo político*, desconsidera o *processo histórico* no qual os “sertanejos” estabeleceram uma *situação de fronteira* a partir do contato e esbulho territorial em áreas por eles apropriadas tanto em Mato Verde, quanto nas “fazendas” de Lúcio da Luz, quanto em outras partes dos varjões utilizadas por varjões nas décadas seguintes.

Ao desconsiderar o *processo histórico*, Silva seleciona o que seria um “grande contexto conflitivo”, considerando um projeto governamental de seu presente como tão importante quanto as dinâmicas da *situação de fronteira* e capaz de desencadear “a emergência/invenção da identidade retireira”. Assim sendo, um *acontecimento* possível – a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins – teria sido

²³³⁵ SILVA, 2012, p. 03.

²³³⁶ SILVA, 2012, p. 03.

²³³⁷ SILVA, 2012, p. 04. Destaca-se que nem mesmo uma nota de rodapé foi criada para problematizar a expropriação pela demarcação de uma TI Karajá.

²³³⁸ SILVA, 2012, p. 04.

capaz de “desencadear” a “invenção” da *identidade retireira* “mediada territorialmente”. Nesse sentido, além de desconsiderar um *processo histórico* marcado por conflitos, o autor indica que o projeto governamental ao qual era contrário, seria capaz de “desencadear” aquela suposta “invenção”, negligenciando outras motivações dos Retireiros do Araguaia em *acionar* aquela identidade e a construção da mesma ao longo de décadas.

Para Silva, existir um “ponto” em que teria ocorrido a “invenção” da *identidade retireira*, como indica no seguinte trechos: “[...] as comunidades de vaqueiros/ retireiros/criadores de gado, desde 1999, vêm se constituindo como sujeito político.”²³³⁹ Dessa maneira, o autor apresenta em sua narrativa histórica a indicação de que aqueles agentes históricos teriam se “constituído” como “sujeitos políticos” em 1999, abordando de forma limitada o aspecto político presente em diferentes ações humanas para além de reivindicações territoriais por vias legais e em meio a debates, sobretudo aqueles acadêmicos organizados pela sua instituição empregadora e pelo próprio autor na condição de docente e militante.

Nesse sentido, é fundamental para uma análise histórica considerar os Retireiros do Araguaia como agentes históricos que participaram ativamente do *processo histórico* de apropriação do espaço e da natureza em Luciara e não como “sujeitos políticos” assim “constituídos” a partir de 1999.

Essa problematização a nível teórico em relação à narrativa elaborada por Silva é justificável diante do fato da mesma estar inserida numa tese de doutorado e sujeita a debates acadêmicos e ter objetivos aproximados dessa análise. Ressalta-se a importância da busca realizada por Silva de registros fotográficos, elaboração de mapas com *representações* do espaço, realização de entrevistas, participação em debates e elaboração de outras fontes documentais. Todavia, alguns elementos de sua análise podem ser tensionados, tais como em relação à aspectos de sua narrativa histórica acima indicados, bem como em relação à sua análise sobre a *identidade retireira* através de referenciais historiográficos e antropológicos.

Silva²³⁴⁰ afirma que os Retireiros do Araguaia teriam “forjado” e/ou “inventado” uma “identidade territorialmente mediada” em meio a “contextos” de

²³³⁹ SILVA, 2012, p. 16.

²³⁴⁰ SILVA, 2012.

“conflito”. O foco na territorialidade para problematizar o conceito de identidade contradiz a argumentação de Milton Santos²³⁴¹ de que existe a necessidade de se pensar o espaço em sua “totalidade” e que foi citada na narrativa de Silva.

Após uma breve discussão teórica²³⁴², Silva afirma que:

Por fim, veremos como os **contextos se constituem em condições de possibilidade para a emergência/invenção identitária**. É que a ideia de emergência pode sugerir que há algo subjacente que emerge e, assim, deixar a pista para que se interprete como se uma determinada essência emergisse. Por outro lado, **a ideia de invenção pode sugerir que a identidade seja uma criação indeterminada**. Por isso, o par emergência/invenção haja vista que afirmamos a tese de que a identidade emerge/é inventada tal e como um jogo de cartas em que cada qual joga de acordo com as cartas que dispões e de acordo com a jogada de cada jogador e, assim, deve ser criativo na interpretação do contexto. **Todavia, só se pode jogar com o patrimônio que se tem em mãos, o que pressupõe a história/geografia dos homens e mulheres concretos, seu patrimônio/memória que, cada qual, conformou ao longo de suas vidas, o que é fundamental para que se posicione criativamente em cada contexto.**

As cartas estão lançadas.²³⁴³

Apesar da importante ponderação relativa ao risco de que “a ideia de invenção pode sugerir que a identidade seja uma criação indeterminada”, Silva incorpora em diferentes trechos de sua narrativa a categoria de “invenção” da *identidade retireira* que pode conduzir o leitor a considerar que a mesma seria fruto de “contextos conflitivos” relacionados ao território e não a outros aspectos culturais, dentre os quais, a lida com o gado, os varjões e o restante da natureza indicada por seu orientador,²³⁴⁴ e que teria sido “forjada”, como na seguinte frase: “Trata-se, aqui, do estudo sobre a **emergência/invenção de um grupo social que se forja com base em suas territorialidades**, que incorpora critérios ecológicos,

²³⁴¹ *Idem*, 2012, p. 24. O geógrafo afirma: “[...] conforme Milton Santos em seu livro *Por Uma Geografia Nova*. O espaço geográfico passa a ser visto como parte de uma totalidade econômica, social, jurídico-política e ideológica quando os geógrafos críticos passam a incorporar a dimensão espacial a essa totalidade”.

²³⁴² O conceito de identidade é discutido pelo geógrafo num item intitulado “Da invenção da identidade” que ocupa quatro páginas de sua narrativa, nas quais cita o sociólogo português Manuel Castells e os antropólogos Stuart Hall, Clifford Geertz, Roberto Cardoso de Oliveira para discutir identidade. Ademais, o geógrafo Rogério Haesbaert é citado para indicar a relação entre territorialidade e identidade.

²³⁴³ SILVA, 2012, p. 16. (Grifos meus).

²³⁴⁴ PORTO GONÇALVES, 2013 A; 2013 B.

culturais e políticos em sua auto representação coletiva e nos processos de territorialização que lhes são correspondentes”.²³⁴⁵ Silva parte de uma hipótese central do que denomina como “contextos conflitivos” e

“[...] observados no universo social pesquisado e historicamente configurados nos últimos 50 anos, as comunidades constituídas em torno de trabalhadores que manejavam o gado para terceiros **forjaram uma nova identidade**, a de retireiros, sobretudo a partir de finais dos anos 1990”.²³⁴⁶

No “jogo jogado”, a ponderação do autor no trecho citado não impede que, em diferentes trechos da narrativa, o substantivo “invenção” e o verbo “forjar” tenham sido utilizados de modo a possibilitar ambiguidades em seu significado. O verbo “forjar” possui os seguintes significados num conceituado dicionário:

Forjar v.1 t.d. trabalhar (metal) na forja; fraguar [f. o ferro] 2t.d. modelar, fabricar (algo) na forja [f. uma ferradura] [f. uma espada] 2.1 t.d. fig. **Inventar, criar** [f. uma nova palavra] 2.2 t.d. fig. **Elaborar artificialmente; fabricar de modo mentiroso** [f. um pretexto um álibi] 2.3 t.d. p. metf. Formar, enrijecer (o caráter, o espírito, etc.; temperar, modelar...

Dentre seus significados usuais²³⁴⁷, esse verbo pode ser entendido como relativo à uma invenção ou criação, mas também à possibilidade de referenciar ações de “elaborar artificialmente; fabricar de modo mentiroso”, de modo a conferir a ambiguidade a seu significado. Assim sendo, sua utilização numa narrativa possibilita a compreensão de que a tal “emergência/invenção identitária” dos Retireiros do Araguaia seria algo “artificial” ou “mentiroso”, sobretudo pelo fato do autor indicar que a mesma “emergiu/foi inventada” num “contexto conflitivo” e “territorialmente mediada”.

Essa interpretação pode levar a considerar que aquela identidade teria sido criada a partir da necessidade de regularização fundiária, ou seja, somente ligada ao “território” – espaço e natureza – desconsiderando que a sua construção ocorreu ao longo do *processo histórico* de apropriação do espaço e uso da natureza por parte dos Retireiros do Araguaia que assim se autoidentificam em relação a

²³⁴⁵ SILVA, 2012, p. 01. (Grifos meus).

²³⁴⁶ SILVA, 2012, p. 02.

²³⁴⁷ Ressalta-se ainda que o termo é utilizado largamente pela linguagem jurídica atrelado à ideia de “forjar provas” ou “álíbis”, de modo que está relacionado com a ideia de mentira, e seu uso é problemático.

outros grupos humanos, ou seja: a identidade é construída em meio à dinâmicas, *práticas sociais e relações de poder social* e historicamente construídas.

Apesar de narrativas como a de Varjão, Chaves, Luz Batista e Soares não indicarem a *identidade retireira*, apresentam referências constantes à vinda de vaqueiros de Lúcio da Luz e a chegada de outros criadores de gado nas décadas seguintes e que, nos varjões e em terras altas, desenvolveram técnicas diferenciadas de lida com o gado e retiros. Silva aponta para os conflitos e para a expropriação desses espaços por fazendeiros, grileiros e empresas agropecuárias como motivos dessa *identidade retireira* emergir, uma vez que os mesmos eram conhecidos como retireiros em Luciara, ainda que, segundo o próprio autor, essa “denominação tardiamente reconhecida”.²³⁴⁸

Porém, não se trata de “forjar” ou “inventar” uma identidade, e sim de *acionar a identidade* historicamente construída em meio às relações sociais naquela *situação de fronteira* e num espaço e natureza peculiares que resultaram numa territorialidade específica. Essa suposta emergência/invenção da *identidade retireira* não é fruto de situações contextuais, mas de um *processo histórico* que envolve outras questões como trabalho, relação com a terra, relações de parentesco, modos de fazer, elementos culturais e religiosos, e não pode ser tomada somente a partir da ideia de territorialização.

Nesse sentido, identidade e territorialidade foram construídas através dessas relações eminentemente humanas, nas quais a alteridade e o pertencimento são estabelecidas através da categorização de quem está fora e de quem está dentro, seja do território, seja do grupo. Não é a territorialidade, mas sim a cultura que entrelaça tais relações humanas, dando significados às *representações*, aos símbolos dos grupos, os ritualizado e potencializando os traços diferenciadores. Esses elementos estão presentes numa carta enviada pelos Retireiros do Araguaia em 2001 para a então senadora Marina Silva analisada à frente na qual é possível identificar que a *identidade retireira* foi *acionada* depois de ser historicamente construída a partir da relações com outros grupos, com o espaço e com a natureza.

Os Retireiros do Araguaia não “inventaram” sua identidade de forma pontual e estratégica com uma finalidade definida em relação à luta por um

²³⁴⁸ SILVA, 2012, p. 01.

território, mas sim, a *acionaram* diante da *intensificação* do *ritmo temporal* do processo de expropriação efetuada pelo *outro*, seja ele “fazendeiro”, “grileiro”, “proprietário” ou empresário.

Entretanto, antes de avançar para a análise dessa fonte documental, é importante destacar que Silva apresenta uma narrativa diferenciada daquelas escritas anteriormente ao inserir outro cenário para os conflitos - os varjões - e nomear os agentes históricos a partir de sua identidade que se diferencia da categoria generalizadora “sertanejos” largamente utilizada em narrativas históricas sobre Mato Verde/Luciara. Ademais, tal narrativa se distancia da opção de incorporação de relatos orais restritos aqueles fornecidos de membros da família de Lúcio Luz, sendo esse *representado* como um “coronel” autoritário e não como um “pioneiro” e/o “desbravador” e protagonista da história de Luciara. Dessa forma, a narrativa de Silva, apesar de também selecionar os agentes históricos ao incorporar relatos orais dos Retireiros do Araguaia, pode ser considerada como parte de narrativas que apresentam outras *memórias* e oralidades.

5.8. As *memórias subterrâneas* dos Retireiros do Araguaia e a relação com o espaço e a natureza na construção da identidade e estratégias de permanência nos varjões e terras altas

Assim como ocorreu em relação à narrativas de diferentes povos indígenas que *acionam* sua identidade e *memórias* para embasar laudos antropológicos em processos administrativos de demarcação de terras indígenas, os Retireiros do Araguaia passaram a construir estratégias de busca pela permanência em áreas apropriadas ou de retorno após a expropriação através de diferentes possibilidade de regulamentação de sua posse e uso.

A diferença fundamental entre as *memórias subterrâneas* dos povos indígenas e a dos Retireiros do Araguaia, é que as primeiras emergiram, fomentaram a narrativa dos laudos antropológicos e encontraram respaldo da legislação após a CF/88 que garantia o seu “direito originário” ao seu “território tradicionalmente ocupado”, ou seja, à sua “ocupação histórica”, ao passo que os retireiros buscavam outras possibilidades legais que permitissem a regularização de sua “posse” de áreas e uso da natureza que era inferior a um século.

Portanto, seria necessário *acionar* outros elementos para além do tempo de “posse” daquele espaço e da natureza, mas que indicassem a diferenciação social e cultural do grupo que resultou na construção da *identidade retireira*. Assim sendo, os Retireiros do Araguaia passaram a *acionar* sua identidade através de *memórias subterrâneas* que não haviam sido incorporadas à narrativas históricas de Mato Verde e Luciara para apresentar a peculiaridade das sua relação com o espaço e a natureza²³⁴⁹ na lida com o gado nos varjões dependente das enchentes dos rios Xavantinho, Tapirapé, Araguaia e de outros corpos d’água.

Apesar de ter sido *acionada* na década de 1990, a *identidade retireira* foi historicamente construída em meio a um *processo histórico* marcado por conflitos característicos da *situação de fronteira* que é parte da história de Mato Verde e Luciara. Contudo, a categoria social “sertanejo” englobou os retireiros em diferentes narrativas históricas até que a autoidentificação Retireiros do Araguaia passou a ser utilizada pelos mesmos e por seus aliados.

Para além dessa categorizações e *representações*, na prática, os Retireiros do Araguaia desenvolveram diferentes estratégias de enfrentamento às ameaças de expropriação e a possíveis situações de escassez de capital para investimentos em suas atividades produtivas. Em 1995 foi criada a Associação dos Produtores Rurais Mato Verdinho (APRUMAV), documentada por meio da “Ata da Assembleia Geral da constituição realizada no dia 01 de fevereiro de 1995”²³⁵⁰, relativa àquela primeira reunião realizada na Prefeitura Municipal após um edital de convocação ter sido divulgado. A ata indica que naquela ocasião foi realizada a leitura e debate acerca do anteprojeto do Estatuto Social daquela associação que veio a ser aprovada por unanimidade pelos associados fundadores, além de ter ocorrido as votações para eleição da primeira diretoria da associação e do conselho fiscal, seguida da posse dos eleitos e declaração da constituição da APRUMAV. A diretoria foi composta por Eduardo Ferreira Dorta eleito presidente, Orlando Alves de Melo como vice-presidente, Carlos Roberto Pereira Araújo como secretário e Rubem Taverny Sales como tesoureiro.

²³⁴⁹ Ressalta-se que os povos indígenas também possuem uma relação diferenciada com a natureza e o espaço, e que está atrelada à sua identidade, à organização social, à cosmologia e outros elementos que relacionam esses agentes históricos a um território historicamente ocupado e/ou disputado em contraposição ao *outro*.

²³⁵⁰ APRUMAV. [Ata]. Ata da assembleia geral da constituição realizada no dia 01/02/1995.

A ata é lavrada e assinada por dez integrantes da diretoria e conselho fiscal, além de dezessete associados fundadores, e contém o objetivo da associação: “[...] a prestação que quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das explorações agropecuárias e para melhorar as condições de vida dos associados”²³⁵¹. Trata-se de um objetivo que não apresenta referências à busca pela regularização fundiária e tampouco faz uso da categoria identitária Retireiros do Araguaia. Um trecho de um relato oral de Rubem Taverny Sales pode reforçar essa observação:

“A associação começou em 1995, aconteceu naqueles primeiros projetos pra gente com intenção de pegar algum recurso do governo federal através da associação. Era recurso pra dividir entre os Retireiros, entre os pequenos produtores, porque era conhecido como pequeno produtor. Assim começou a APRUMAV”. (Rubem Sales, então Presidente da Associação).²³⁵²

Contudo, em 01 de maio de 2001, Rubem Taverny Sales assina uma carta dirigida à Marina Silva, então Senadora da República, como presidente de outra associação que inseria desde o nome a categoria identitária, denominada Associação dos Retireiros do Araguaia (ARA). Nessa carta está escrito que:

Nós, Retireiros, tal como os seringueiros, Senadora, **somos uma população que construímos nossa cultura em íntima relação com a natureza. O nome pelo qual nos identificamos, e pelo qual lutamos para sermos reconhecidos, vem dos Retiros que construímos para cuidarmos do gado, que se constitui na atividade central com a qual ganhamos a vida.** O Retiro é uma pequena construção de madeira, muito parecida com as colocações dos seringueiros na sua arquitetura, onde passamos o período de “verão”, isto é, quando o rio baixa e retiramos o nosso gado para os “varjões”, nome que damos às amplas planícies inundáveis do rio Araguaia. O “verão” dos retireiros vai, normalmente, de maio a dezembro (oito meses). Quando chega o “inverno”, janeiro a abril, e com ele as alagações, retiramos o gado para o “firme” ocupando as pastagens dos cerrados vizinhos aos “varjões”. Assim, quando a chuva se intensifica e o gado é retirado para as partes altas, nós nos vemos restringidos pois ali se encontram localizadas muitas propriedades privadas com pastagem artificial, obrigando boa parte dos retireiros a alugarem pasto até que o nível do rio torne a baixar. Existem, ainda, na região alguns retireiros que passam todo o “inverno” nos “varjões” mesmo alagados, em virtude da carência financeira dos

²³⁵¹ APRUMAV. [Ata]. 1995, p. 03.

²³⁵² SILVA, 2012, p. 62.

mesmos. Esta mobilidade na região obedece uma singular cooperação entre estas pessoas, conforme veremos mais adiante.²³⁵³

Nesse documento, além da utilização da categoria identitária Retireiros do Araguaia, foi indicada a relação da lida com o gado bovino nos varjões em meio à condições ambientais específicas que resulta numa “íntima relação com a natureza” e numa “singular cooperação entre estas pessoas.” Ademais:

Nossa cultura, tal como a dos seringueiros, Senadora, se baseia num conhecimento cuidadoso da natureza de que dependemos, da natureza e do nosso conhecimento sobre ela para viver. Aqui, as cheias e vazantes do Araguaia são conhecidas com detalhes para que possamos manejar nosso gado ao sabor dessas águas e das pastagens que nos são propiciadas pela natureza.

Cada desnível no terreno, cada “monchão”, como denominamos as partes um pouco mais elevadas dessas imensas planícies, é fundamental para nós e para o nosso gado. Esses imensos “varjões” que, em todo o Araguaia chega ao montante de 2.000,00 de hectares, abriga lagos, pequenos e grandes, onde se reproduzem peixes, ensejando que o Araguaia se constitua num dos rios mais piscosos do Brasil.²³⁵⁴

Dessa forma, a importância do Rio Araguaia e dos varjões para a alimentação e o lazer é destacada, apresentando a caça e pesca como atividades realizadas “somente para nossa alimentação, garantindo, assim, a reprodução biológica das espécies”²³⁵⁵, dando ênfase, portanto, à uma suposta relação não predatória com os animais. Além dessa relação “harmônica”, a carta afirma que os Retireiros do Araguaia são conhecedores de diferentes espécies e que:

Ainda recentemente o Ecólogo e Professor Doutor César Melo, da Unemat, e o Geógrafo e Professor Doutor Carlos Walter Porto Gonçalves da UFF, puderam constatar todo esse enorme acervo de conhecimentos como, por exemplo, num diagnóstico rápido, ainda incompleto, pode-se fazer o registro de mais de 78 (setenta e oito) espécies de peixes relacionados por um retireiro.²³⁵⁶

Aquele “acervo de conhecimentos” extrapolava a lida com o gado e aponta outras relações com a fauna e a coleta e extrativismo de plantas diversas,

²³⁵³ ARA. [Carta]. Carta dos Retireiros do Araguaia para a senadora Marina Silva, 2001, p. 01. (Grifos meus).

²³⁵⁴ ARA, 2001, p. 02.

²³⁵⁵ ARA, 2001, p. 02.

²³⁵⁶ ARA, 2001, p. 08.

como num trecho em que é indicado que dos varjões “[...] **extraímos**, também, uma quantidade enorme de frutas”,²³⁵⁷ além de informar como eram utilizados 11 “tipos de frutas locais”, além da indicação de 22 plantas usadas “medicinalmente” no tratamento de doenças, indisposições, cuidados corporais e uma abortiva.²³⁵⁸ Também foram descritos mais de 60 tipos de madeiras utilizadas na construção de moradias, retiros e móveis²³⁵⁹. Com o mesmo nível de detalhamento foram descritas mais de 33 espécies de animais a partir de seus nomes locais, destacando 8 tipos de cobras e 8 espécies de animais aquáticos como o jacaré, lontra, tartaruga, dentre outros, além de 65 “tipos” de aves.²³⁶⁰

Esse detalhamento na descrição da fauna e flora local pode ser considerado como parte da estratégia dos Retireiros do Araguaia em inserir na carta elementos que comprovassem a relação específica com a natureza desenvolvida pelo grupo concomitantemente com argumentações de que seriam uma das “populações tradicionais” ou “comunidades tradicionais” do Brasil. Para isso, a narrativa daquela carta indica as especificidades das relações de parentesco, pois cada retiro “[...] via de regra, abriga mais de uma família convencional (pai, mãe e filhos). Aqui, o mais comum é que cada retiro reúna vários membros, quase sempre, mas não exclusivamente, de uma mesma família ampliada (tios-avôs, primos, cunhados e agregados)...”²³⁶¹ Seria uma “prática relativamente generalizada” os pais deixarem o gado bovino de herança para as filhas mulheres, “[...] consoante a crença de que, assim, a criação dos seus netos e demais descendentes estará melhor assegurada. A mulher tem, portanto, entre nós um papel importante na reprodução de nosso modo de vida.”²³⁶²

²³⁵⁷ ARA, 2001, p. 02. A carta menciona os seguintes frutos: “Abacate, Abacaxi, Araça, Azedinha, Babão, Babaçu (coco), Bacaba, Bacubari, Bacupari, Baru, Buriti, Buritirana, Cabelo de Cutia, Cagaita, Cajá, Caju, Cajuí, Catolé, Pati, Piaçaba, Marajá, Fava Danta, Farinha seca, Ganabum, Goiabinha da Beira D’água, Grão de Galo, Ingá, Inharé, Jatobá, Jenipapo, Laranjinha, Mangaba, Manga, Maracujá, Maracujá de Capoeira, Maracujá Peróba, Macujazão, Marmelada Espinhosa, Marmelada Lisa, Mama cachorra, Massaranduba, Mata fome, Mirindiba, Murici de Curica, Murici, Muricizão do Cerrado, Oiti, Olho-de-boi, Ouricuri, (coco), Pequi, Peróba, Pitomba de leite, Piaçaba (Coco), Pati (coco), Puçá preto, Puçá amarelo, Tucum, Tucum rasteiro, entre outras.”

²³⁵⁸ ARA, 2001, p. 03-04.

²³⁵⁹ ARA, 2001, p. 05.

²³⁶⁰ ARA, 2001, p. 05.

²³⁶¹ ARA, 2001, p. 01-02.

²³⁶² ARA, 2001, p. 02.

Além da relação com a natureza e de parentesco, a narrativa dos Retireiros do Araguaia apontava para a relação com a terra nos seguintes termos:

Em virtude de nossa atividade se desenvolver de acordo com o balanço das águas do Araguaia e nosso gado se movimentar livremente por essas amplas planícies, não conhecemos propriedade privada da terra. Ao contrário, fazemos uso comum dos recursos naturais, do que muitos nos orgulhamos, por acreditarmos ser essa uma forma de apropriação adequada à dinâmica da própria natureza da nossa região. **A nossa cultura já incorporou de tal forma o princípio do uso comum das pastagens que é prática comum entre nós o gado ficar tudo misturado e cada um cuidar do gado que se encontre perto do seu retiro.** Também desenvolvemos atividades em comum, quando se trata de arrebanhar o gado anda à larga. É prática comum entre nós a vacinação do gado e também cuidar do gado que está doente, seja de quem quer que for, desde que esteja dentro do seu retiro. **Os retireiros desconhecem cercas, a não ser aquela que construímos bem juntinho de cada retiro**, exatamente usada para apartar o gado na lida diária mais imediata. As marcas entre nós são só aquelas com que cada um marca o seu gado e de seus parentes.²³⁶³

Alguns elementos importantes estão inseridos na narrativa, dentre os quais, a ideia de que os Retireiros do Araguaia não conheciam propriedade privada, utilizando-a a partir do “princípio do uso comum das pastagens” ou do “uso comum dos recursos naturais”, ressaltando que essa relação com a “terra” - os varjões e partes altas - já teria sido incorporada pela sua cultura. A carta aponta ainda que:

O fato de não termos propriedade privada da terra leva muitos a acreditarem que essas **terras sejam terras de ninguém**. No entanto, temos como provar pelas denominações de cada recanto, de cada fenômeno da natureza, pelos meios comunicativos que nós utilizamos, **(quem sabe o que é uma empuca?, por exemplo, a não ser que conviva entre nós, seja de nossa cultura construída nesse nosso espaço de vida)**, essas terras já estão desde de muito tempo sob nossos cuidados e, **por terem nomes próprios**, são por isso mesmo apropriadas por nossa comunidade retireira.²³⁶⁴

Aquela “terra” estaria sob os cuidados da comunidade retireira que atribuiu seus “nomes próprios” e não era “terra de ninguém” e, portanto, sujeita a apropriação por terceiros, aqueles que não pertenciam nem aquele espaço e tempo

²³⁶³ ARA, 2001, p. 06. (Grifos meus).

²³⁶⁴ ARA, 2001, p. 06. (Grifos meus).

ao grupo de Retireiros do Araguaia. Segundo a argumentação desse trecho, seriam esses os agentes históricos com legitimidade de permanecer naqueles espaços, pois conheciam sua natureza e nomearam “coisas” como a empulca com signos e nomes que somente são conhecidos por aqueles que pertencem ao grupo.

A oposição em relação ao *outro* não é dada somente com aqueles que pertencem ou não ao espaço, conhecem ou não a natureza, mas a partir da diferenciação em relação a outros grupos humanos ali presentes. Esse é o caso de outros agentes históricos categorizados como “coronéis-fazendeiros” em trechos da carta que indicam a “origem” do grupo como o seguinte:

A origem dos retireiros nessa região, Senadora, remota nos anos 30, pelo menos no município de Luciara, quando aqui chegaram alguns coronéis, grandes criadores de gado, provenientes dos sertões nordestinos, e que aqui construíram suas fazendas com gado, também, criado à solta. Nós retireiros somos, na quase totalidade, descendentes não dos coronéis fazendeiros, mas dos seus vaqueiros, que trabalhavam sob o regime de sorte, ou seja, somos descendentes daqueles que ganhavam uma parte dos novilhos que nasciam por ano, sendo a partilha mais comum a da “quarta”. Assim constituímos nosso pequeno criatório, maior ou menor, dependendo do tempo a que cada um está na atividade, do número de membros e da coesão de cada família. Todos aqui vivem do seu próprio trabalho, seja na lida direta com o gado, ou, ainda, de fontes de renda de outros membros da família (aposentadorias e emprego público, quase sempre). A quase totalidade de nossa comunidade retireira descende, portanto, de nordestinos e, muitos de nós, descende, ainda, de casamentos entre os nordestinos e a população indígena, os habitantes da região desde tempos imemoriais.²³⁶⁵

E é justamente na busca pela “origem” dos Retireiros do Araguaia que outro elemento identitário é *acionado* para indicar uma história comum e específica do grupo. Seriam esses agentes históricos “descendentes dos vaqueiros” que trabalhavam para os “coronéis-fazendeiros” e alguns teriam sido gerados da união entre vaqueiros e indígenas. A narrativa reforça a argumentação de que haveria uma boa convivência tanto entre os vaqueiros no passado quanto dos retireiros no seu presente com relação aos “vizinhos”, sobretudo os Karajá e os Tapirapé, atribuindo aos *outros* problemas com os povos indígenas:

²³⁶⁵ ARA, 2001, p. 06. (Grifos meus).

Destaque-se que os grandes coronéis-fazendeiros que por aqui chegaram só se preocupavam em montar as sedes das fazendas. Sedes essas geralmente bem cercadas, onde deixavam o gado solto e armavam os seus prepostos para garantir sua ocupação sendo grande o massacre das populações indígenas.²³⁶⁶

Apesar de não citar o nome de Lúcio Pereira da Luz, essa narrativa indica que seriam “os grandes coronéis-fazendeiros”, ou seja, *os outros*, os responsáveis pelo “grande o massacre das populações indígenas”. Ressalta-se, contudo, que por serem “descendentes dos vaqueiros” empregados por Lúcio da Luz, alguns Retireiros do Araguaia são descendentes daquele “coronel-fazendeiro” que tinha entre seus agregados e vaqueiros alguns membros de sua família extensa aos quais era confiado a instalação das sedes de suas “fazendas”. Ademais, ainda que vaqueiros não tivessem laços de parentesco, estavam imersos na *situação de fronteira* configurada a partir da apropriação de espaços e da natureza, seja para Lúcio da Luz, ou ainda individualmente.

Essa problematização é necessária pela existência ainda de casamentos entre vaqueiros/Retireiros do Araguaia com membros da família Luz, gerando uma complexa dinâmica na qual existe uma dificuldade na identificação de quem pertence ao grupo por descender de vaqueiros e de quem não pertence por ser descendente de “coronéis-fazendeiros”. Nesse sentido, é possível identificar que a identidade dos Retireiros do Araguaia a partir de sua “origem” é um dos elementos complicadores da ideia de que aquele seria um grupo homogêneo de descendentes de “vaqueiros” e em oposição aos herdeiros de Lúcio da Luz.

Portanto, existem agentes históricos que se autoidentificam como Retireiros do Araguaia e também como indígenas como apresentado à frente, do mesmo modo que outros retireiros conseguiram a regularização fundiária e não se identificam como tal identidade e se consideram como “pequenos produtores” ou pecuaristas. Essa complexidade envolvendo a *identidade retireira* é identificada em *práticas sociais e relações de poder* presentes nas décadas iniciais do século XXI ao longo do *processo histórico* e que remetem a elementos presentes num conflito pontal em Luciara que ocorreu em 2013.

²³⁶⁶ ARA, 2001, p. 06.

Contudo, antes disso, é importante destacar que a narrativa da carta remetida em 2001 coloca, para além dos “coronéis-fazendeiros”, *outros* agentes históricos responsáveis pela expropriação de Retireiros do Araguaia, além de outros envolvidos num projeto que seria uma “ameaça regional”:

A região, mais recentemente ainda, vem sendo palco de novos interesses, sendo o mais notório deles a famigerada tentativa de perenização da navegabilidade dos rios Tocantins e Araguaia e seu principal afluente o rio das Mortes, mais conhecida como Hidrovia do Araguaia-Tocantins. Grande tem sido a preocupação das populações de nossa região com o referido projeto. Uma audiência popular realizada no dia 1 de maio de 2000, contando somente com o apoio de entidades da sociedade civil e da Prelazia de São Felix do Araguaia, reuniu mais de 1000 pessoas na cidade de São Felix do Araguaia, sem nenhum apoio oficial.²³⁶⁷

Dessa forma, os Retireiros do Araguaia se posicionam contrários à construção da hidrovia em alinhamento com seus aliados, sobretudo aqueles da Associação dos Geógrafos Brasileiros que havia comandado estudos sobre os impactos ambientais provocados pelo empreendimento, com destaque para Carlos Walter Porto-Gonçalves, e que foram citados na carta.²³⁶⁸ Esse alinhamento pode ser um indicativo de que a carta tenha sido escrita com o auxílio de geógrafos que atuavam contrários àquela proposta.

Além daquela ameaça, a carta indica que:

Desde o final dos anos 60, com a abertura de rodovias no nordeste de Mato Grosso, que a região vem sofrendo com a presença de muito grileiros e pecuaristas, a maior parte deles sem nenhum compromisso com a região. Numa imagem de satélite podemos observar que o avião é o meio de transporte mais usado por esses grandes fazendeiros na medida que a maior parte de suas fazendas dispõem de pistas de pouso para aviões. Eles, sequer, passam pela sede dos municípios para o quais inclusive, pouco ou nenhum imposto recolhem. O cartório de Barra do Garças, que durante muito tempo ficou responsável pelo registro das propriedades da nossa região, é conhecido como um dos cartórios onde maior é a presença de títulos de terras falsos (grilados).

Nossa área, constantemente, é objeto da ação de pessoas inescrupulosas que, durante o verão, aproveitando-se do desconhecimento que se tem sobre a região, vendem as terras para os incautos, quando tudo está seco.²³⁶⁹

²³⁶⁷ ARA, 2001, p. 07.

²³⁶⁸ ARA, 2001, p. 07.

²³⁶⁹ ARA, 2001, p. 07. (Grifos meus).

Assim sendo, os “grileiros” seriam *o outro*, bem como os “fazendeiro” e “pecuaristas” descomprometidos com a “região” que nem passavam pela sede dos municípios onde suas “fazendas” estão localizadas. Ademais, desde o início da narrativa, foi apresentado o problema da permanência na “terra”, como o caso do litígio envolvendo a Imobiliária Ytapuã S/C Ltda em relação ao domínio de uma área de varjões. No início da carta é possível identificar o agradecimento do apoio da senadora Marina Silva para a resolução daquele conflito local:

Dirigimo-nos à Senhora, antes de mais nada, para **agradecer o apoio que nos deu o ano passado quando nos vimos sob a ameaça de um grileiro de terras que àquela altura nos importunava com a convivência de um técnico do INCRA**. Sabemos o quanto foi importante aquele apoio, porque muitos não acreditavam que hoje, nós, os que nunca tivemos nossos direitos reconhecidos, temos **representantes políticos** a quem recorrer e que sabem das agruras que sofremos, até porque as sofreu.²³⁷⁰

Logo, a destinatária da carta teria dado apoio naquele litígio e colocada como “representante política”, legitimada por sua trajetória como militante, professora e reitora no Acre. Esse vínculo foi utilizado como estratégia quando os Retireiros do Araguaia se comparam com os seringueiros no seguintes trecho: “*Nós, Retireiros, tal como os seringueiros, Senadora, somos uma população que construímos nossa cultura em íntima relação com a natureza*”²³⁷¹. A mesma argumentação pode ser identificada na frase: “*Nossa cultura, tal como a dos seringueiros, Senadora, se baseia num conhecimento cuidadoso da natureza de que dependemos, da natureza e do nosso conhecimento sobre ela para viver*”²³⁷².

Porém, a carta não havia sido escrita apenas para agradecer, e reforça que a “ameaça local” existia, “[...] haja vista desdobramentos que se colocam como necessários em decorrência da vitória parcial obtida com o recuo daqueles que pretendiam usurpar terras que historicamente nos pertencem”²³⁷³. Após trechos como esses, os Retireiros do Araguaia solicitaram providências no seguinte trecho:

²³⁷⁰ ARA, 2001, p. 01. (Grifos meus).

²³⁷¹ ARA, 2001, p. 01.

²³⁷² ARA, 2001, p. 02.

²³⁷³ ARA, 2001, p. 01.

Senadora, por tudo que foi até aqui exposto, **pedimos vossa ajuda no sentido de transformamos essa área numa Reserva Retireira de Biodiversidade do Médio Araguaia, como uma Reserva Extrativista, figura jurídica perfeitamente adequada às nossas práticas culturais**, conforme pode ser verificado pelo que até aqui expusemos. Para isso solicitamos, respeitosamente, à Senadora: 1. Que interceda junto à Presidência do IBAMA e ao CNPT (Conselho Nacional de Populações Tradicionais) para que nos seja concedida uma audiência para que o mais breve possível iniciemos os procedimentos necessários no sentido de criarmos a Reserva Retireira de Biodiversidade, como uma Reserva Extrativista; 2. Que a Senhora solicite ao Senhor Raul Jungman, Ministro da Reforma Agrária, para que coloque a Vossa disposição o registro das terras devolutas que cabe ao Estado arrecadar, pelo fato de os proprietários não terem conseguido comprovar a legalidade da sua titularidade, mesmo após o prazo, aliás larguíssimo, oferecido pelo governo para que o fizessem. Com certeza estas terras poderão estar em boas mãos se destinadas a populações que, como nós, queiram fazer um desenvolvimento com, e não contra, a natureza. De modo mais direto, para nós esse registro muito nos poderá ser útil na formulação de nossa proposta de uma Reserva Extrativista.²³⁷⁴

Ao final da carta, após o pedido de apoio, é feito um convite para que a senadora fosse “conhecer e constatar, de corpo presente” o que havia sido narrado²³⁷⁵ naquela solicitação de criação de uma “Reserva Retireira de Biodiversidade do Médio Araguaia”. Apesar daquela possibilidade ter apoio de geógrafos e outros profissionais, sobretudo de docentes e egressos da UNEMAT, os Retireiros do Araguaia são colocados como protagonistas das ações e estratégias direcionadas à regularização fundiária de áreas dos varjões, como no trecho a seguir:

Nós retireiros criamos a Associação do Mato Verdinho para fazemos dela nosso porta-voz. A área diretamente ocupada pelos retireiros ligado à nossa associação ocupa uma extensão de aproximadamente 140.000 hectares. Sabemos que é possível que mais famílias possam viver com dignidade nesta região sem colocar em risco toda a riqueza estética dessas paisagens e a enorme biodiversidade nela reinante, riqueza essa que, para nós, está, em grande parte, registrada na nossa comida, nos nossos remédios, nas nossas crenças e costumes. Queremos apurar e melhorar nosso padrão de vida tendo a natureza como a nossa maior aliada. Estamos já providenciando um levantamento de pequenos vaqueiros que vivem na região e

²³⁷⁴ ARA, 2001, p. 08. (Grifos meus).

²³⁷⁵ ARA, 2001, p. 09.

que são obrigados a pagar a terceiros pelo aluguel de pasto para seu gado.²³⁷⁶

Apesar dessas ações, os Retireiros do Araguaia acionaram um dispositivo jurídico que não os contemplava, tal como o Usucapião²³⁷⁷, uma vez que as principais atividades do grupo estavam ligadas com a lida com o gado e não ao extrativismo. Diante dessas limitações, e diante de outras possibilidades jurídicas, os Retireiros do Araguaia e seus aliados adotaram outra estratégia com a busca pela demarcação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e que atenderia outras demandas de ampliação de territórios indígenas e na demarcação de outras como a dos Kanela do Araguaia.

5.9. Outras narrativas históricas dos Kanela do Araguaia e sua luta pelo reconhecimento étnico e territorial

Em 2009, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) publicou uma cartilha intitulada “Nova Cartografia Social da Amazônia. Povo Indígena Kanela do Araguaia”²³⁷⁸ que havia sido elaborada a partir da parceria com a Associação do Povo Indígena Kanela do Araguaia, sediada em Luciara. A publicação foi resultado de uma “Oficina de Mapas” realizada no município de Canabrava do Norte e um texto que apresenta trechos de relatos orais de Kanela do Araguaia que participaram daquela atividade.

Dessa forma, a narrativa foi constituída a partir desses relatos orais, sem trechos escritos por pesquisadores ou outros autores, conforme o objetivo do PNCSA²³⁷⁹ de “[...] dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia” e de “[...]materializar a manifestação da auto-cartografia

²³⁷⁶ ARA, 2001, p. 08

²³⁷⁷ **Usucapião** é o termo jurídico para o direito de posse garantido após um período ininterrupto em que um posseiro e sua família ocupa de maneira mansa e pacífica a terra/propriedade de outrem. Um detalhe importante é que não se aplica essa normativa quando se trata de terras devolutas, que em tese, são do Estado e não propriedade privada. Vide o §3º do art. 183 e o parágrafo único do art. 191, tudo da Constituição Federal, o art. 102 do Código Civil e a Súmula nº 340 do Supremo Tribunal Federal (STF).

²³⁷⁸ PNCSA. [Cartilha]. Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil central. Fascículo 01. **Povo Indígena Kanela do Araguaia**. Manaus: 2009.

Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/download/01-povo-indigena-kanela-do-araguaia/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

²³⁷⁹ PNCSA. Apresentação. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

dos povos e comunidades nos fascículos que publica, que não só pretendem fortalecer os movimentos, mas o fazem mediante a transparência de suas expressões culturais diversas.”²³⁸⁰ Essa “nova cartografia” seria um “[...] instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem. Tais movimentos sociais consistem em manifestações de identidades coletivas, referidas a situações sociais peculiares e territorializadas.”²³⁸¹ A equipe de pesquisa foi integrada por Antônio João Castrillon Fernández e Elieyd Sousa de Menezes, componentes do PNCSA coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida e teria sido a responsável pela organização da oficina, juntamente com outros parceiros, e pela elaboração da cartilha.

Apesar de ser resultado de seleções de trechos de relatos orais, essa dinâmica resultou numa publicação de uma cartilha construída a partir de narrativas dos Kanela do Araguaia que participaram daquela oficina. Apesar da fragmentação desses relatos, é possível identificar que alguns dos participantes indicam o interesse pelo reconhecimento étnico enquanto povo indígena Kanela do Araguaia, como o trecho em que se lê: “*“Eu moro em Canabrava há 31 anos, criei a minha família em Cana Brava e somos Kanela, estamos aqui para fazer a nossa Nova Cartografia, para espalhar aí para o Brasil inteiro, para nós ser mais reconhecidos do que já somos”* (Dona Joana, Oficina de Mapas)”²³⁸²

Em outros trechos é identificado outros relatos orais que apresentam *memórias subterrâneas* sobre a trajetória de famílias que antes eram conhecidas como de “sertanejos”, como o seguinte:

“Moro a 40 anos em Luciara ... hoje estou aqui junto com os meus irmãos, meus sobrinhos e toda família, com muito orgulho, resgatando a nossa etnia, junto com o pessoal, com fé em deus, a gente já está autodenominando de índio kanela ... Já estou imaginando outra pessoa, lá longe, distante, olhando um fascículo desse, vendo o pessoal de Luciara, de Santa Terezinha, daqui da região do Araguaia” (João da Vitalina, Oficina de Mapas).

“Para mim é um sonho, é um orgulho cada vez que se reúne para essa questão em relação ao nosso reconhecimento, em relação à nossa etnia, o resgate cultural... como aconteceu com a gente, com os nossos antepassados. Então é esse o nosso desejo de

²³⁸⁰ PNCSA. Apresentação.

²³⁸¹ PNCSA. Apresentação.

²³⁸² PNCSA, 2009, p. 03.

divulgar e ser reconhecido, que o Brasil conheça a nossa história” (Lenimar, Oficina de Mapas).²³⁸³

Naquela oficina, *memórias subterrâneas* emergiram em diferentes relatos orais que trazem elementos sobre a identidade do grupo e sua história, sobretudo aqueles inseridos na cartilha no trecho intitulado “Quem somos”, como:

“Nós somos índios do Maranhão, nós mudamos do Maranhão em 1948. Saímos de lá por causa do massacre, o pessoal queria matar os índios - os fazendeiros -, meus pais correram mais meus avós. Nós morávamos no Morro do Chapéu onde é a aldeia dos índios Canela. De lá passamos para Goiás... fomos criados no estado de Goiás e aí mudamos para o estado de Mato Grosso, na beira do Araguaia. Então agora nós resolvemos se reunir para nós ficar juntos de novo” (Joaquim Pereira dos Santos-vice cacique, Oficina de Mapas).

Os Kanela do Araguaia são parte de famílias que participaram de deslocamentos que ocorreram na primeira metade do século XX em direção ao Rio Araguaia após fugirem de conflitos no sul do Maranhão onde se localiza a aldeia Porquinhos e o restante do território dos Kanela. Essa situação foi indicada no seguinte relato: “*Os kanelas do Araguaia vieram do Maranhão, que é os Apaniekrá e hoje nós estamos no Mato Grosso, dá-se o nome Kanela do Araguaia porque sempre os kanelas viveram na beira do Araguaia e ainda hoje vivem no Araguaia. Mas, nós somos kanela Apaniekrá do Maranhão*” (Dona Joana, Oficina de Mapas).

Com medo de enfrentar outras situações de conflito, diferentes grupos familiares saíram do Maranhão e percorreram diferentes espaços nos estados de Goiás e Tocantins até chegarem no Rio Araguaia e se apropriarem de áreas ou trabalharem para Lúcio da Luz. Nesse processo de esbulho territorial, esses Kanela não se identificavam como pertencentes a um povo indígena com medo de outras violências, conforme indica Delgado e Rosa.²³⁸⁴

A história do trajeto das famílias Kanela do Maranhão para as margens do Rio Araguaia é narrada pela cartilha que também apresenta uma *representação* do percurso das famílias por meio de um croqui elaborado pelos participantes da oficina, mas que resultou numa imagem inserida na cartilha com baixa resolução,

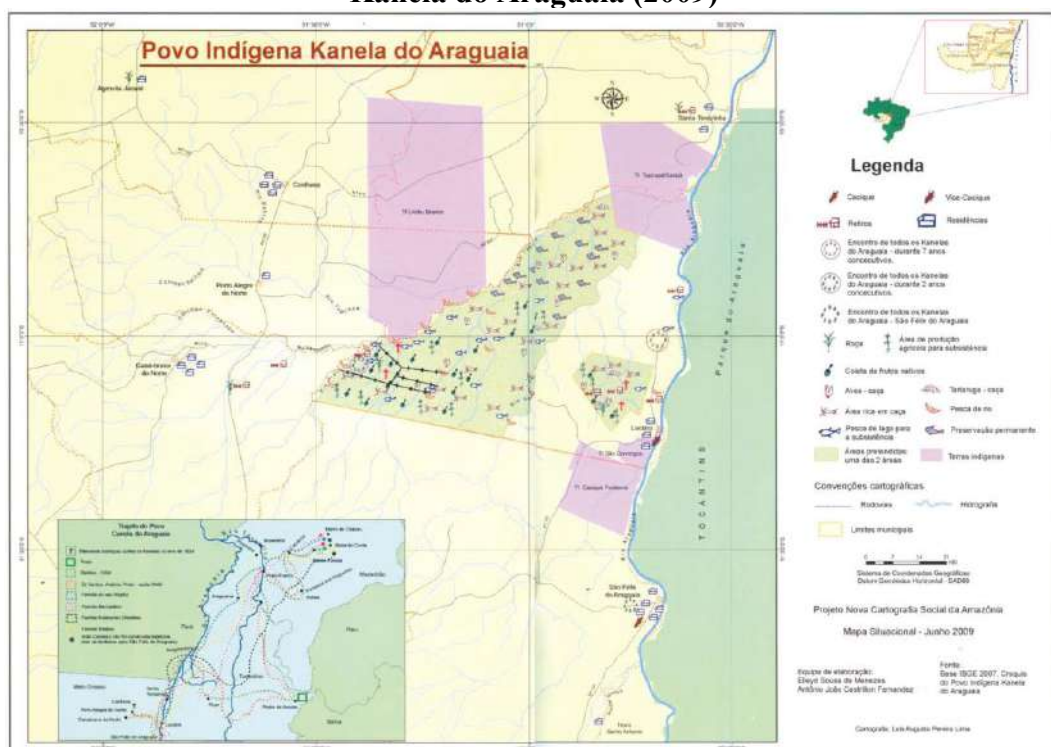
²³⁸³ PNCSA, 2009, p. 03.

²³⁸⁴ DELGADO; ROSA, 2019.

por Barrozo ao indicar “fluxos migratórios” em direção aos “varjões do Araguaia”, dentre os quais, aqueles relativos aos grupos familiares de Kanela.²³⁸⁶

A partir desse croqui, o cartógrafo Luiz Augusto Pereira Lima elaborou outra *representação* a partir de indicações dos participantes da oficina de mapa através do seguinte um mapa da localização do Povo Kanela do Araguaia:

Figura 28 - Mapa Situacional *representando a apropriação do espaço pelos Kanela do Araguaia* (2009)



Fonte: PNCSA 2009, p. 06 e 07.²³⁸⁷

O mapa destacada os territórios indígenas na cor roxa, bem como locais onde existem retiros, além de *representar* o espaço e elementos da natureza utilizados pelos Kanela do Araguaia e os locais onde as famílias teriam organizado encontros, onde cultivam roças e pontos de pesca. A ênfase na natureza, nos locais de roça, de caça e pesca divergem da situação das famílias que estariam residindo nas áreas urbanas de municípios como Luciara, São Félix do Araguaia, Canabrava do Norte e Santa Terezinha. Segundo um trecho de um relato inserido na cartilha:

²³⁸⁶ BARROZO, 2019, p. 30.

²³⁸⁷ Essa figura foi inserida para permitir a visualização das áreas apropriadas pelos Kanela do Araguaia, ainda que a sua adaptação de tamanho tenha impossibilitado a leitura de suas legendas.

“O Brasil tem uma dívida conosco. O Brasil tem uma dívida com a gente, porque nós não pedimos para estarmos nessa situação... Quando nós olhamos, vamos para Santa Terezinha, nós vemos lá kanela sobrevivendo num barracãozinho de qualquer jeito, urbano, eles são urbanizados? Não é urbanizado, eu acho o tipo favelado, ou isso, que a grande maioria vive assim, que não vê dignidade realmente, está lá na cidade, mas não vive dignamente, muitos deles não vivem dignamente. Claro que não passam fome porque ainda tem muito peixe no Araguaia, mas não é só isso que nós queremos, nós queremos a terra para plantar, para colher da forma nossa, nós queremos preservar a natureza, as árvores nativas, as frutas, as frutas do cerrado que tanto tem... Então é isso que nós reivindicamos, o nosso território, porque não existe o povo indígena sem o território, nós temos que ter o nosso território para ter mais força e para resgatar a nossa cultura, ficar junto do nosso povo, porque nós sentimos saudades de ficar juntos dos nossos tios, nossos primos, com os kanelas, de resgatar a cultura, dançar, cantar, porque o índio é um povo alegre, índio gosta de estar em comunidade, povo que gosta de rir, é feliz, índio é isso... Ter o nosso alimento, ter a nossa saúde, ter a nossa dignidade, ter a nossa moradia, isso que os índio kanelas do Araguaia querem” (Lenimar, Oficina de Mapas).²³⁸⁸

As condições materiais e a relação com a natureza estavam alinhadas à busca por um território pleiteado para conseguirem sair de situações de pauperização no ambiente urbano, como os descritos em Santa Terezinha.²³⁸⁹ Além desse, outros trechos de relatos foram incorporados para descrever “Como vivem os Kanela atualmente”, como o seguinte:

“Nós aqui passamos muita necessidade. Às vezes eu tenho um pedacinho de terra, mas tem alguém da minha família, a maioria, que nem terra para morar não tem, não tem uma boa casa, às vezes fica na periferia dessas pequenas cidades por aí... Tem muitos kanelas que vivem no Araguaia, aqueles que tiveram a oportunidade de alcançar um emprego público estão vivendo de um emprego público; outros, lá na sua chácara, trabalhando, mexendo com a terra para tirar o sustento; e outros, passando necessidades nas periferias das pequenas cidades, dessas pequenas cidades que têm por aí, porque não tem condições, quem tem um barraco não vai dizer que tem uma casa; os que

²³⁸⁸ PNCSA, 2009, p. 08.

²³⁸⁹ A situação narrada em 2009 em Santa Terezinha teve um desdobramento com saída da área urbana de integrantes da família extensa de Joventina Pereira dos Santos de Jesus e a apropriação de uma área por meio da construção da Aldeia Tapiraca e que pode ser conhecida através da seguinte narrativa: DELGADO, Paulo Sergio; ROSA, Juliana Cristina da. O processo de esbulho territorial, silenciamento e a luta pelo reconhecimento étnico e territorial dos Kanela do Araguaia: a aldeia Tapiraka em Santa Terezinha, Mato Grosso. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Norte Araguaia: territórios e conflitos**. Belém/PA: NAEA, 2019, pp. 51-72.

não têm um emprego; outros trabalhando em propriedades alheias. Então, uns trabalham com roça, outros com leite, que têm umas pequenas vacas, outros têm um emprego público, como eu já falei; e outros que não têm nada. Por isso que o meu desejo é que a gente possa requerer um território para que todo esse povo possa trabalhar, ter a condição de viver e ter uma vida digna, porque somos mais do que sofredor, somos mais do que sofredor. A gente como trabalhador rural, a gente já sofremos muito aqui nessa Cana Brava, sofremos demais... Acabou a nossa cultura, a pouca cultura que nós pegamos, acabou, e estamos vivendo nessa vida de hoje, nessa sociedade que está nos oferecendo hoje.” [...] (Dona Joana, Oficina de Mapas).²³⁹⁰

As queixas constates nos trechos das relatos orais publicados têm relação com as condições de vida de membros dessas famílias de Kanela que foram se estabelecendo em diferentes lugares, se casando com outros moradores e exercendo atividades para o seu sustento. Uma das principais atividades desenvolvidas foi a criação de gado em varjões a partir de parcerias e casamentos com retireiros, conforme é aponta o seguinte trecho:

“O povo do Araguaia hoje é isso, é a mistura do mato-grossense, é o povo ribeirinho, nós estamos impregnados com os ribeirinhos da nossa região, nós estamos impregnados com os retireiros da nossa região, nós estamos impregnados com os posseiros da nossa região, porque tem filho de kanela casado com posseiro, filho de kanela casado com ribeirinho, filho de kanela casado com retireiro. Então, hoje os kanelas vivem integrados a essas comunidades da região do Araguaia: uns kanelas são retireiros, outros são posseiros, alguns estão na vida urbana, sendo funcionário da prefeitura, sendo de várias áreas” (Lenimar, Oficina de Mapas).²³⁹¹

Dessa forma, essas famílias não seriam mais Kanela de Porquinhos ou de outras aldeias do povo que ficou no Maranhão, pois como parte do “povo do Araguaia”, teriam construído a identidade específica como Kanela do Araguaia. As uniões matrimoniais com outros agentes históricos categorizados no trecho acima como ribeirinhos, posseiros e retireiros fez com que esse pertencimento étnico seja complexo, de modo que alguns Kanela do Araguaia também se identifiquem como Retireiros do Araguaia, como de Joaquim Pereira dos Santos, então vice cacique em Luciara que foi citado como exemplo no seguinte relato:

²³⁹⁰ PNCSA, 2009, p. 09.

²³⁹¹ PNCSA, 2009, p. 03.

“O tio Joaquim, ele também tem retiro, retiro dos lagos dos Veados, eles têm o retiro. Tem o tio Joaquim, tio Amadeus, tio Domingos, todos eles têm o retiro deles, cada um tem um pouco de gado. O que é que nós chamamos de retiro aqui na região? Pessoas que têm um rebanho, retireiro são aqueles povo que tem pouco gado, tem um pouquinho de gado e tem onde retirar. No verão eles tiram aquele gado e levam pra lá. Aquela área lá é alagadiça, no inverno, na época da cheia enche tudo, e aí eles tiram o gado e levam para o enxuto, onde não tem água. Quando é no verão, seca aquele lugar e fica muito bonito, tem lago, praia, igual o lago dos veados, então aqueles retireiros ajuntam todos, levam o seu gado para aquele retiro... Como é baixo, no verão aquilo lá nasce um capim bonito, quando seca é úmido, no verão mantém aquele pasto, então eles levam o gado de volta, depois trás o gado de volta, aí fica. Isso que nós chama de retireiro. Igual no meu caso, eu retiro na Ilha do Bananal, então eu sou retireiro lá da ilha do Bananal” (Lenimar, Oficina de Mapas).

Esses seriam Retireiros do Araguaia por sua relação com o espaço e a natureza através da lida com o gado e também Kanela do Araguaia por seu pertencimento étnico, sendo que Joaquim, Amadeus, Domingos e Juventina²³⁹² são irmãos e são testemunhos do esbulho territorial, deslocamento, silenciamento quanto ao pertencimento étnico e também atuantes na busca dos Kanela do Araguaia pelo reconhecimento étnico e territorial.

Diferentemente de outros povos indígenas, os Kanela do Araguaia não possuem um “território tradicionalmente ocupado” e buscam diferentes estratégias de se apropriar de áreas específicas das quais se apropriaram ou fazem uso na segunda metade do século XX. Além da ocupação de “terras brancas”, ou seja, sem título de propriedade, os Kanela do Araguaia participaram como grupo interessado na delimitação e criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mato Verdinho, dentro da qual poderiam permanecer em seus retiros ou construir aldeias.

5.10. A proposta de demarcação da RDS Mato Verdinho e a problemática estrutura fundiária de Luciara

Porto-Gonçalves²³⁹³ afirma que acompanhou o *processo histórico* de expropriação enfrentado pelo Retireiros do Araguaia e a consequente “luta pela

²³⁹² Trechos dos relatos orais dessa irmã foram inseridos em Delgado e Rosa (2019).

²³⁹³ PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. [Artigo] **Retireiros do Araguaia**: Terra para vida, Terra para a Paz. 2013 B, s/p.

terra” através da qual “[...] os retireiros pleiteavam a criação de uma Reserva Extrativista inspirados nessa unidade territorial que havia sido uma unidade jurídica.”²³⁹⁴ Com o objetivo de conseguir legalizar a apropriação do espaço e da natureza, os retireiros se organizaram e com o auxílio de geógrafos e outros docentes e egressos da UNEMAT, conseguiram viabilizar a elaboração de dois laudos publicados em 2006. Apesar da possibilidade de uma demarcação de Reserva Extrativista ser descartada diante da lida do gado ser a principal atividade dos Retireiros do Araguaia (RESEX), aqueles laudos foram acatados em 2010 pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio)²³⁹⁵, que indicou a necessidade da criação de uma RDS e não de uma RESEX.

Ressalta-se que uma RDS se constitui juridicamente como uma área “sustentável” pela presença de “populações tradicionais” que mantem relações não degradantes com a natureza. O ICMBio considera que “populações tradicionais” têm uma existência que “[...] baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos por gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”.²³⁹⁶

A partir desses princípios e dispositivos legais, foi constituída a proposta de criação da RDS denominada de Mato Verdinho, em alusão a Mato Verde, tendo como referência a Portaria nº 9/2007 do Ministério do Meio Ambiente, a qual estabelece a área alagável do Rio Araguaia como “áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade”.

A proposta da criação da RDS Mato Verdinho foi conduzida pelo ICMBio que realizou outros estudos e tramitou o processo administrativo para a Secretaria do Patrimônio da União (SPU)²³⁹⁷ que, em novembro de 2014, publicou

²³⁹⁴ PORTO GONÇALVES, 2013 B, p. 108.

²³⁹⁵ Segundo o ICMBio: “As unidades de conservação federais são geridas pelo Instituto Chico Mendes, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada no ano de 2007, através da Lei federal 11.516, de 28 de agosto de 2007...”. In: BRASIL. [Cartilha] Instituto Chico Mendes do Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha “Dúvidas e Esclarecimentos sobre a Proposta de Criação da RDS do Mato Verdinho/MT”**. Brasília – DF, 2013.

²³⁹⁶ *Idem*, 2013, p. 05.

²³⁹⁷ Essa secretaria estava diretamente ligada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

a Portaria n. 294²³⁹⁸ que tratava da RDS Mato Verdinho. Seu texto estipula que as várzeas do Rio Araguaia que atravessavam alguns municípios do Mato Grosso e Tocantins seriam consideradas de interesse da União, conforme seu primeiro artigo:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União, caracterizado como várzea do Rio Araguaia, localizado nos municípios de Luciara-MT, Canabrava do Norte-MT, Novo Santo Antônio -MT, Porto Alegre do Norte-MT, Santa Terezinha-MT, São Félix do Araguaia - MT, Formoso do Araguaia - TO, Lagoa da Confusão - TO e Pium - TO, com área de 1.627.686,4495 ha (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e seis hectares, quarenta e quatro ares e noventa e cinco centiares).

A mesma portaria estipula que aquele perímetro “constitui área indubitável da União por se tratar de terrenos sujeitos a inundações periódicas do Rio Araguaia”.²³⁹⁹ Além disso:

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público na medida em que será destinado à regularização fundiária de interesse social e reconhecimento do território de comunidades tradicionais, que ocupam o local para fins de moradia, reprodução sociocultural e uso sustentável dos recursos naturais. Parágrafo Único As comunidades tradicionais são povos formadores da sociedade brasileira e a regularização fundiária da área que ocupam tradicionalmente contribui para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso - SPU/MT, procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral, a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.²⁴⁰⁰

A partir da publicação da Portaria n. 294 do SPU, essa proposta ganhou notoriedade e gerou diversos debates, dentre os quais questionamentos sobre quais seriam os agentes históricos que teriam direito de permanecer dentro de seus limites, uma vez que havia a sobreposição de sua área em relação a territórios municipais, como ocorre em relação a Luciara. A dimensão dessa proposta pode ser

²³⁹⁸ BRASIL. Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº294/2014, de 27 de novembro de 2014**. Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável a RDS Mato Verdinho. Brasília, DF, nov. 2014

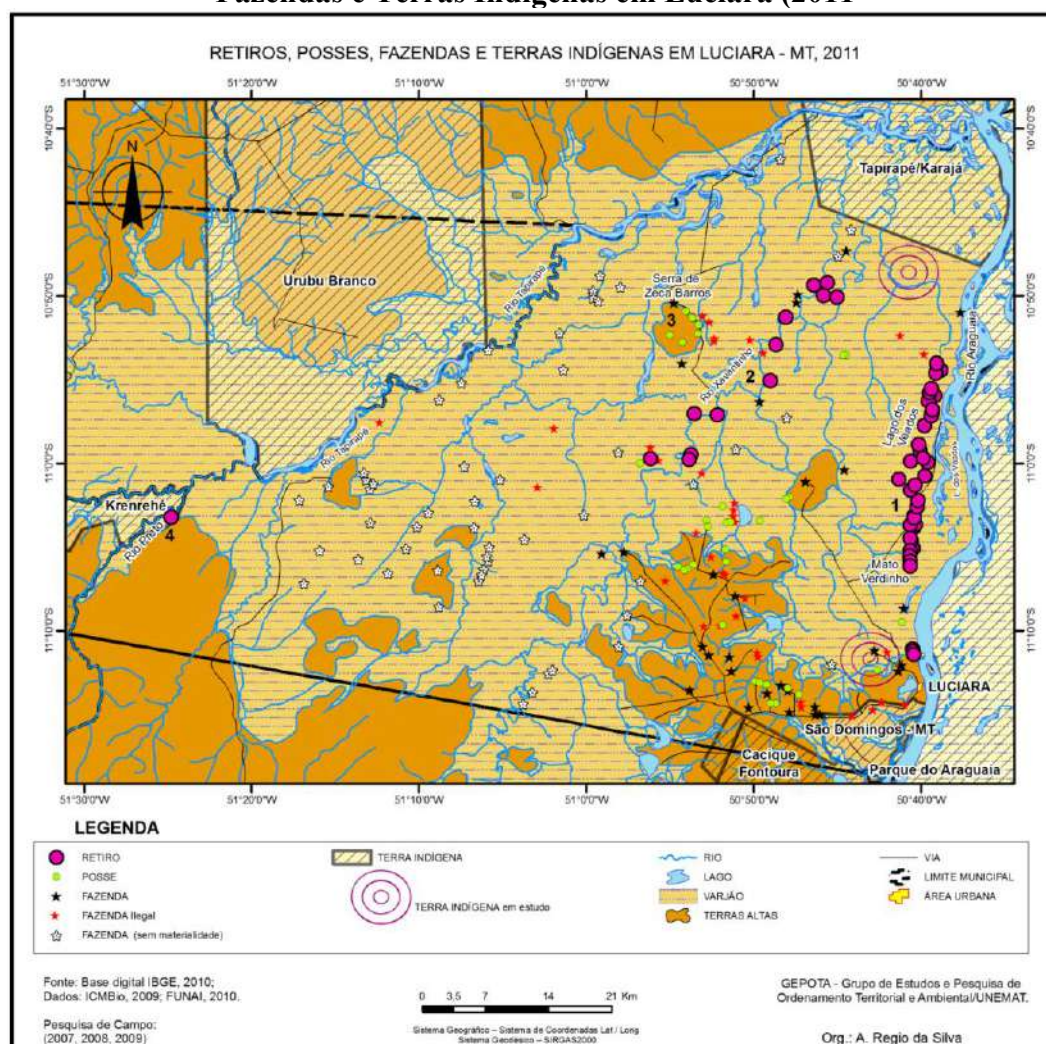
²³⁹⁹ BRASIL. SPU do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº294/2014, de 27 de novembro de 2014**.

²⁴⁰⁰ BRASIL. SPU do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº294/2014, de 27 de novembro de 2014**.

56 “fazendas que tinham o título, mas que não existiam de fato em sua materialidade”²⁴⁰³, o que aponta para a irregularidade que marcou parte da comercialização de títulos de terras em Luciara.

A partir disso, Silva elabora outra *representação* sobre esse espaço que pode ser visualizada abaixo:

Figura 30 - Mapa com *representação* da localização de Retiros, Posses, Fazendas e Terras Indígenas em Luciara (2011)



Fonte: SILVA (2012, p. 22).

Esse mapa apresenta a existência de “fazenda legais” e “ilegais” situadas no território municipal de Luciara que também é indicadas por Oliveira. O geógrafo aborda a problemática estrutura fundiária do município de Luciara

²⁴⁰³ OLIVEIRA, 2009, p. 524-526.

caracterizada pela irregularidade de títulos de terra resultante da comercialização de terras pelo estado de Mato Grosso e que teria resultado num:

[...] grande número de títulos cujos seus proprietários nunca se instalaram no município de Luciara, e que demonstra cabalmente, que o objetivo do acesso aos mesmo não se inscreve no processo produtivo da agropecuária, revelando sua condição de improdutividade. E mais, revela que os mesmos são utilizados apenas como reserva patrimonial para ser usado no sistema financeiro e no acesso a créditos nos programas governamentais.²⁴⁰⁴

Todavia, a proposta de criação da RDS Mato Verdinho não tinha como objetivo apenas a regularização fundiária de parte das “terras” do município, mas possibilitar a apropriação do espaço e o uso da natureza por “populações tradicionais” de forma “sustentável”. Não seria incorporado apenas a “terra”, mas os varjões e as terras altas envolvidas nas atividades da lida com o gado realizadas pelos Retireiros do Araguaia, bem como áreas utilizadas para a aplicação de territórios indígenas ou a sua delimitação.

5.11. De “sertanejos” a Retireiros do Araguaia e Kanela do Araguaia

Nessa proposta, as “populações tradicionais” não são colocadas como “sertanejos” e sim como Retireiros de Araguaia, Kanela do Araguaia, dentre outros, o que indica uma perspectiva alinhada aos direitos desses povos e populações de se autodenominarem e autoidentificarem.

Apesar de diferentes narrativas elaboradas ao longo do século XX²⁴⁰⁵ indicarem os “sertanejos” se apropriado de espaços e da natureza nas margens do Rio Araguaia, é possível indicar que essa denominação é uma categoria generalizante que englobou diferentes agentes históricos desde indígenas, até ribeirinhos, extrativistas e outras categorias identitária que passaram a ser reconhecidas juridicamente, sobretudo após a CF/88. Através da emergência de *memórias subterrâneas* e da oralidade de outros agentes históricos em diferentes narrativas e processos jurídicos, foi possível perceber a existência de grupos que

²⁴⁰⁴ *Idem*, 2009, p. 113.

²⁴⁰⁵ Destacam-se as de Valdon Varjão, Willy Aureli, Hermano Ribeiro da Silva, além daquelas escritas por moradores de Mato Verde/Luciara, como a de Luz Batista (2003), Chaves (198?) e Soares (2004).

reivindicam reconhecimento étnico e/ou identitário e territorial como os Kanela do Araguaia e Retireiros do Araguaia.

Os Kanela do Araguaia pertencem a um povo indígena cujos “territórios tradicionalmente ocupados” estão no Maranhão, de onde alguns grupos familiares fugiram diante de situações de conflitos e violência que marcaram o processo de esbulho renitente. Temendo outras situações de violência, esses grupos *silenciaram* seu pertencimento étnico e acabaram sendo conhecidos como “sertanejos” e/ou “posseiros”. Por sua vez, os Retireiros do Araguaia não foram inseridos como tal em narrativas históricas como a de Luz Batista²⁴⁰⁶, Chaves²⁴⁰⁷ e Soares²⁴⁰⁸ que tiveram como base a *memória* de poucos testemunhos, dentre os quais existe um predomínio de membros da família de Lúcio do Luz e que reforçam a *representação* de que seriam esses agentes históricos “sertanejos”, “desbravadores” e “pioneiros”.

Nessa *luta de representações*, nas *práticas sociais e relações de poder*, é fundamental indicar que esses agentes históricos construíram e *acionaram* sua identidade na relação com *o outro* e com o espaço e natureza, como indicado anteriormente. Todavia, é preciso destacar que essa construção ocorreu de forma significativamente ligada ao espaço e à natureza, uma vez que em ambas as categorias identitária foi inserida a referência ao pertencimento ao Araguaia. Tanto Retireiros quanto Kanela pertencem ao Araguaia e isso o distingue de outros retireiros do Pantanal e dos Kanela territorializados no Maranhão.

Além dessas identidades *acionadas* é possível considerar que outros “sertanejos” assim se autodenominam ou ainda são conhecidos como “vaqueiros”, “peões” ou “boiadeiros” por conta da lida com o gado. Diferentemente da música “Peão” que abre esse capítulo, o “peão” “boiadeiro” continua a ser um dos agentes históricos atuando em Luciara e em municípios próximos, percorrendo com o gado as “trilhas” para além das estradas por onde passam caminhões, apensar de parte significativa dos espaços e da natureza terem sido apropriados como “terra vendida”. Sua existência tem como base a resistência diante de *práticas sociais e relações de poder* estabelecidas ao longo do século XX quando, na prática, ocorreu a apropriação do espaço e da natureza, numa dinâmica que caracteriza a *situação*

²⁴⁰⁶ *Idem* (2004).

²⁴⁰⁷ *Idem* (198?).

²⁴⁰⁸ *Idem* (2003). Ressalta-se que esse autor problematiza essa *representação*.

de fronteira, dentro da qual coexistem diferentes agentes históricos com distintas forma de apropriação e uso da terra e o restante da natureza.

Em 2019, João Carlos Barrozo organizou um livro intitulado “Araguaia: o (des)encontro de diferentes agentes históricos” que aborda conflitos e indica a coexistência desses agentes históricos, cuja capa foi composta por fotografias que registraram o espaço e a natureza apropriados pelo agronegócio com suas plantações de soja e silo de armazenamento, sendo que em uma dessas fontes documentais é possível identificar justamente uma boiada tocada por boiadeiros numa estrada não pavimentada e que pode ser visualizada abaixo:

Figura 31 - Fotografia de passagem de uma boiada pela BR 158 (2019)



Fonte: Paulo Sergio Delgado. In: Barrozo (2019).²⁴⁰⁹

O silo de armazenamento, a lavoura com a placa de uma empresa de sementes na beira da estrada indicam a que aquele espaço e natureza foram

²⁴⁰⁹ Essa fotografia foi registrada durante um dos trabalhos de campo do Projeto de Pesquisa “Impactos econômicos, ambientais, sociais e culturais do avanço da agricultura moderna no norte Araguaia mato-grossense” desenvolvido por pesquisadores do Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos (NERU) da UFMT.

apropriados em parte pela produção daquele *commodity* com tecnologia “moderna” concomitantemente com a passagem de uma boiada vinda de um espaço e indo para outro. Apesar da fotografia ser um recorte, é possível identificar um condutor à frente e de uma “linha” com “peões” e/ou “boiadeiros” próxima aos animais.

O gado bovino tem sido criado Retireiros do Araguaia e também por “fazendeiros” de forma extensiva, mas ainda, em confinamentos por alguns de “grupos econômicos” inseridos na cadeia produtiva carne-grãos, por vezes, de forma integrada com a produção de soja e milho.

Dessa forma, outras dinâmicas se estabeleceram e intensificaram não apenas o *ritmo temporal* da apropriação do espaço e da natureza, mas também os conflitos fundiários e/ou socioambientais como o que ocorreu em 2013 no município de Luciara envolvendo a proposta de criação da RDS Mato Verdinho.

6. Um conflito em Luciara: Outras narrativas sobre o espaço e seus habitantes no século XXI

*Hoje o tempo voa nas asas de um avião.
Sobrevoa os campos da destruição.
É um mensageiro das almas dos que virão ao mundo...
Depois de nós.*²⁴¹⁰

6.1. A intensificação do ritmo temporal no tempo político em Luciara e a relação entre *processo histórico* e *acontecimento*

Antes de tratar sobre o conflito que envolveu parte significativa da população de Luciara em 2013, é preciso realizar uma problematização acerca da relação entre *acontecimento* e *processo histórico*. Um dos autores referenciais dentro da historiografia a discutir essa relação²⁴¹¹ é Braudel, pois apresenta uma concepção de *estrutura* que seria “[...] uma realidade que o tempo demora a desgastar e a transportar”²⁴¹², estando imersa na *longa duração* e exercendo influência na *média e curta duração* no *tempo conjuntural e político*.

Todavia, apesar de conceber *tempos múltiplos*, Braudel²⁴¹³ se posiciona ao indicar que o tempo breve seria a “mais enganosa das durações”, utilizando a metáfora que coloca o *acontecimento* como as espumas de uma onda na praia, efêmeras diante do Oceano que seria a *longa duração*. A partir disso, outros pesquisadores passaram a problematizar tal relação e indicar críticas ao posicionamento do historiador, como o fez Sahlins²⁴¹⁴ no seguinte trecho:

Os volteios metafóricos de Braudel são bem conhecidos. Os eventos são meras perturbações superficiais, espumas nas grandes ondas da história. Reluzem como pirilampos, cujo brilho tênue continua a deixar na escuridão o mundo a seu redor, ou

²⁴¹⁰ Música “Depois de Nós”, composta por Carlos Maltz (1962-), em 1996, quando foi gravada no álbum “A irmandade interplanetária” e depois regravada pelo baterista de sua antiga banda, Engenheiro do Hawaii, no álbum “Acústico MTV” de 2005.

²⁴¹¹ Ressalta-se que a antinomia entre evento e estrutura remonta o ano de 1903, com o artigo do sociólogo François Simiand “*Método histórico e Ciências Sociais*” que influenciou os historiadores da primeira geração dos *Annales* através de sua crítica às biografias e à história factual, um amplo debate que não é o foco analítico desse trabalho.

²⁴¹² BRAUDEL, 1990, p. 14.

²⁴¹³ *Idem*, 1990.

²⁴¹⁴ SAHLINS, Marshall. O Retorno do Evento, outra vez: com reflexões sobre os primórdios da Grande Guerra fijiana de 1843-1855 entre os reinos de Bau e Rewa. In: _____. **Cultura na Prática**. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Coleção Etnologia). p. 316-376, p. 318.

como chamas que mal podem ser percebidas, mas cuja “fumaça enganadora” enche a mente dos espectadores.

Sahlins²⁴¹⁵, se posiciona contrário à perspectiva de Braudel de que os *acontecimentos* estariam sujeitos à “fumaça enganadora” que impediria a sua análise, do mesmo modo que em relação à “uma certa antropologia” se referindo à antropologia estrutural de Lévi-Strauss:

[...] nas versões antropológicas, os eventos contingentes eram as marés crescentes da história, que deixavam os destroços desmontados dos esquemas culturais antes coerentes flutuando na esteira do tempo [...]. O mais importante é que, para uma certa antropologia, assim como para uma certa história, parecia que o “evento” e a “estrutura” não podiam ocupar o mesmo espaço epistemológico. O evento era concebido como antiestrutural e a estrutura, como anuladora do evento²⁴¹⁶.

Contrariando essas perspectivas historiográficas e antropológicas, Sahlins²⁴¹⁷ propõe executar um projeto de síntese entre “estrutura e evento”, criticando Braudel ainda por não conseguir relacionar níveis estruturais e fenômenos duradouros com eventos de mudanças rápidas e impactantes, pois ambos os elementos seriam dissociados e mesmo excludentes na obra “O Mediterrâneo...”²⁴¹⁸.

A crítica desse autor parte do entendimento de que, dentro de um *processo histórico*, alguns *acontecimentos* têm importância para a análise, pois manifestam alguns elementos significativos, podendo “desdobrar-se como uma conjugação de diferentes planos estruturais, respectivamente marcados por fenômenos de ordem diversa”.²⁴¹⁹ O *acontecimento* acarreta um “diálogo entre as relações e forças maiores” que constituem o objeto histórico e as “interações locais através das quais essa história segue seu curso”. E é justamente desses “processos complementares de mediações” que se espera uma síntese com a “transposição de forças globais para os termos da ação local, e, inversamente, a expansão das ações

²⁴¹⁵ Idem, 2007.

²⁴¹⁶ SAHLINS, 2007, p. 319.

²⁴¹⁷ Idem, 2007.

²⁴¹⁸ SAHLINS (2007, p. 320), teceu a seguinte crítica a alguns historiadores da *Annales*: “Na verdade, a tabela de oposições que poderia ser construída a partir dos textos dos *Annales* seria quase digna dos dualismos cosmológicos de alguns povos da Amazônia”.

²⁴¹⁹ SAHLINS, 2007, p. 366.

locais para um plano de significância global.”²⁴²⁰ Ademais Sahlins alerta que “[...] as estruturas locais podem coibir, intensificar, orientar e direcionar de outras maneiras o desenvolvimento de forças históricas maiores”²⁴²¹.

Dosse²⁴²², ao fazer uma revisão historiográfica aponta o “renascimento do acontecimento” para a historiografia²⁴²³ e afirma que esse movimento tem convergido para a concepção de que “[...] não existe antinomia entre acontecimento e estrutura, mas indissociabilidade”²⁴²⁴. Nesse sentido, está alinhado com a indicação de Sahlins de que seria necessária uma síntese entre ambas²⁴²⁵, pois:

A estrutura está para o evento assim como o social está para o individual, o essencial para o acidental, o recorrente para o idiossincrático, o invisível para o visível, o regido por lei para o aleatório, o cotidiano para o extraordinário, o silencioso para o audível, o anônimo para o autoral, o normal para o traumático, o comparável para o singular e assim por diante.²⁴²⁶

Sua concepção está alinhada às problematizações indicadas por Duby²⁴²⁷, que também problematiza metáfora de Braudel, afirmando que os *acontecimentos* “[...] são como espumas da história, bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância”. Por consequência, Duby faz uma defesa à análise de *acontecimentos* como forma de problematizar elementos que poderiam ficar obscuros ou desconsiderados numa análise estritamente estrutural, e afirma:

Pelo próprio fato de ser excepcional, o acontecimento faz emergir, no afluxo de palavras que ele libera, vestígios que, se não nos detivéssemos nele, permaneceriam nas trevas,

²⁴²⁰ SAHLINS, 2007, p. 366.

²⁴²¹ SAHLINS, 2007, p. 368.

²⁴²² DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

²⁴²³ Trata-se de uma perspectiva alinhada com a de Sahlins, pois segundo Dosse (2013, p. 01): “Assistimos ao “retorno” do *acontecimento* por toda a parte. [...] As noções de estrutura, de invariante, de longa duração, de história imóvel estão sendo substituídas pelas de caos organizador, de fractal, de teoria das catástrofes, de emergências, de enação, de mutação, de ruptura”

²⁴²⁴ DOSSE, 2013, p. 264.

²⁴²⁵ SAHLINS (2007, p. 317-318), pondera que a antítese estrutura e evento não é praticada por todos os historiadores, mas aponta que: “Essa antítese tem-se prolongado em demasia. É provável que já seja vestigial na prática dos eruditos, embora, no discurso abstrato, ainda pareça ser voz corrente. E ainda existe um problema com a prática”.

²⁴²⁶ SAHLINS, 2007, p. 320.

²⁴²⁷ DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Tradução Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 a, p. 14.

despercebidos, os traços mais banais de que raramente se fala no cotidiano da vida e sobre os quais nunca se escreve.²⁴²⁸

A importância atribuída por Duby aos *acontecimentos* “excepcionais” e “sensacionais” é manifesta pelo historiador que indica terem esses “inestimável valor” por aquilo que “bruscamente” esclarece e por “[...] seus efeitos de ressonância, por tudo aquilo cuja explosão provoca a ascensão desde as profundezas do não-dito, pelo que ele revela ao historiador das latências”²⁴²⁹.

Tal como Duby, Sahlins²⁴³⁰ igualmente reforça a importância do *acontecimento* como forma de se perceber “vestígios”, além de que:

Os incidentes evocam relações históricas – “estruturas vestigiais” [...] que se tornam fatores dinâmicos na situação. Tanto assim que, essas relações históricas são colocadas em jogo no que acontece. Um breve presente transforma-se na resolução de um longo passado. Mas esse presente não é, simples ou necessariamente, a continuação de uma dada trajetória histórica. Sujeitas às contingências e à outras estruturas do evento, as antigas relações tomam um novo rumo.

Assim sendo, o *acontecimento* do presente tem relação com o passado e devem ser identificados como uma “construção social” na qual a “[...] a fabricação de sua grandeza social, logo histórica, passa pela tentativa de redução da indeterminação do que ocorreu e ao qual tenta-se conferir uma determinada importância em função de um sistema de valores”²⁴³¹. Nesse sentido, é possível inserir o *acontecimento* na análise para problematizar tanto as *práticas sociais* e as *relações de poder* envolvidas, como as formas com que foi narrado e *representado*, sendo que para Dosse: “O que conta não é tanto o acontecimento como tal na sua factualidade, mas o acontecimento contado, captado na sua narrativa”²⁴³².

São, portanto, as narrativas posteriores e anteriores ao *acontecimento* que dão a ele importância e significado. Dosse afirma que seria o *acontecimento* um “indício ou vestígio signifiante”, e por isso deve ser “[...] compreendido duplamente, como sugere sua etimologia, como resultado e como começo, como

²⁴²⁸ DUBY, 1993 a, p. 11.

²⁴²⁹ DUBY, 1993 a, p. 09.

²⁴³⁰ *Idem*, 2007, p. 362-363.

²⁴³¹ DOSSE, 2013, p. 338.

²⁴³² DOSSE, 2013, p. 336.

desfecho e como abertura de possíveis²⁴³³”. Seria, portanto, misterioso e por isso “esfinge”, ao passo que

[...] é igualmente Fênix que na realidade nunca desaparece. Deixando os múltiplos vestígios, ele volta constantemente, com sua presença espectral. Para brincar com os acontecimentos subsequentes provocando configurações sempre inéditas. Nesse sentido, poucos são os acontecimentos sobre os quais podemos afirmar que terminaram porque estão ainda suscetíveis de novas atuações.²⁴³⁴

Sendo assim, alguns elementos de um *acontecimento* não se acabam na sua factualidade, podendo permanecer para além do seu presente e ainda ter a capacidade de estar presente em outros *acontecimentos* e ainda trazer elementos significativos do *processo histórico*, como indicam Duby, Dosse e Sahlins. Tais reflexões são fundamentais para problematizar a relação entre o conflito que ocorreu em 2013 com o *processo histórico* de *longa duração* que foi marcado no *tempo social* pela disputa da apropriação do espaço e da natureza, bem como pela construção e/ou reprodução de *representações* sobre o *outro*.

6.2. Um *acontecimento monstro* no Araguaia mato-grossense: a desintrusão da TI Marãiwatsédé em 2012 e suas ressonâncias em Luciara

Dosse²⁴³⁵ indica que existem alguns *acontecimentos* que atingem o cerne de toda a comunidade em sua factualidade e em suas ressonâncias e que são *acontecimentos monstros* pela importância a eles atribuída social e historicamente. Rosa²⁴³⁶ analisou um *acontecimento monstro* que afetou diferentes agentes históricos em municípios próximos a Luciara e que ocorreu nos últimos dias de dezembro de 2012, quando os moradores do distrito Posto da Mata, do município de Alto Boa Vista, juntamente com fazendeiros e posseiros, foram desintrusados de dentro dos limites da TI Marãiwatsédé dos Xavante. Naquela ocasião, centenas de pessoas foram retiradas de moradias e de posses, sobretudo do Distrito Posto da

²⁴³³ DOSSE, 2013, p. 02.

²⁴³⁴ DOSSE, 2013, p. 07.

²⁴³⁵ *Idem*, 2013.

²⁴³⁶ ROSA, Juliana Cristina. *A Luta pela Terra Marãiwatsédé: Povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, Posseiros e Grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, 2015.

Mata, gerando comoção com narrativas jornalísticas focadas em relatos emocionados de posseiros gravados antes, durante e após a desintrusão.

A ligação desse *acontecimento monstro* com o conflito que ocorreu no ano seguinte em Luciara não é somente um constructo analítico que liga *acontecimentos* entre si, mas está presente em diferentes narrativas, sobretudo aquelas elaboradas por agentes históricos contrários à proposta de demarcação da RDS Mato Verdinho que utilizaram a desintrusão como referência ao que poderia vir a ocorrer com a população de Luciara, caso a reserva fosse consolidada.

Ao analisar o conflito de 2013 em Luciara, Porto-Gonçalves afirma que a desintrusão dos “não índios” de dentro da TI Marãiwatsédé seria um “[...] caso emblemático das crescentes tensões no Brasil entre índios e fazendeiros, que têm explorado outras áreas na esperança de lucrar com a crescente produção de milho, soja e outras *commodities* nos últimos anos”²⁴³⁷. Além de posseiros e moradores do Posto da Mata, a área remanescente da Agropecuária Suiá Missú, havia sido apropriada por “fazendeiros” que, mesmo sem o registro das terras, produziam tais *commodities* e/ou criavam gado bovino. E foi em apoio a esses agentes históricos categorizados como “produtores” que a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO) se posicionou naquela ocasião, tal qual ocorreu com relação à proposta da RDS Mato Verdinho e ao conflito de 2013 em Luciara, pois existiam “produtores” que seriam atingidos com aquela possível demarcação.

Após o conflito de 2013, a FAMATO reiterou sua posição contrária àquela proposta, articulando a realização de Audiências Públicas e publicando narrativas jornalísticas que incorporam as justificativas dadas por Rui Prado, então presidente da entidade. Numa dessas narrativas, o presidente indica que o conflito em Luciara teria sido motivado pela “apreensão” dos moradores e que:

“A Famato decidiu acompanhar este processo após se sensibilizar com a luta desta cidade. É preciso entender que a apreensão destes moradores se justifica em função do que viram acontecer com os vizinhos do Posto da Mata, retirados da Gleba Suiá-Missú, em Alto da Boa Vista, em dezembro do ano passado. De acordo com os relatos dos representantes de Luciara, identificamos semelhanças no modo de agir do ICMBio e da

²⁴³⁷ PORTO GONÇALVES, 2013 B, s/p.

*Funai, ou seja, sem ouvir a população e os verdadeiros interessados", afirma o presidente da Famato, Rui Prado.*²⁴³⁸

Noutra reportagem datada em dia 25 de setembro, a entidade reforça, através de sua assessoria de comunicação, a narrativa de que: “Os moradores de Luciara temem que aconteça com eles o mesmo que ocorreu com os vizinhos do Posto da Mata, retirados da Gleba Suiá-Missú, em Alto da Boa Vista, em dezembro do ano passado”.²⁴³⁹

Outras fontes documentais de natureza jornalística permitem acessar partes de narrativas escritas e discursos de políticos contrários à proposta de criação da RDS Mato Verdinho, como a reportagem na qual o deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT) assim se posiciona e atrela o caso à desintrusão de 2012. O político, que havia desempenhado um significativo papel na tentativa de evitar a desintrusão dos “não índios” de dentro da TI Marãiwatsédé, afirma:

*“Já vimos episódios como este, como o de Suiá Missú, em que o governo deixa centenas de trabalhadores sem as mínimas condições de vida. É importante debater para que se ouça as autoridades responsáveis pela criação da reserva. Queremos um entendimento para estabelecermos um acordo que possa tranquilizar a população da região.”*²⁴⁴⁰

Além de Nilson Leitão, outro político mato-grossense ligado ao agronegócio e que atuou em defesa dos que foram desintrusados em 2012, foi o deputado estadual Baiano Filho, que também fez um pronunciamento no qual se posiciona contrário à RDS Mato Verdinho. Ainda que reconhecendo desconhecer a natureza da demarcação, o então deputado entendia que se tratava de uma terra indígena, afirmando que: “[...] agora somos novamente tomados pela perplexidade ao ver o SPU sem estudo e sem debate, travar o desenvolvimento da região, inibindo investidores que estavam preparados para aplicar recursos (sic) e gerar

²⁴³⁸ FAMATO. [Reportagem]. *Audiência Pública em Luciara ouvirá os moradores sobre criação de reserva ambiental*. 21/09/2013. Disponível em: http://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=234759. Acesso em: 04/02/2017.

²⁴³⁹ FAMATO. [Reportagem]. *LUCIARA: Maioria da população de Luciara é contrária a criação de reserva na região*. 25/09/2013. Disponível em: http://www.sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=234769. Acesso em: 04/02/2017.

²⁴⁴⁰ OLHAR DIRETO. [Reportagem]. *Câmara faz mesa redonda em Luciara para evitar despejo em reserva extrativista*. 23/09/2013. Disponível em: http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?noticia=Camara_faz_mesa_redonda_em_Luciara_para_evitar_despejo_em_reserva_extrativista&id=10259. Acesso em: 04/02/2017.

emprego”²⁴⁴¹, se referindo à desintrusão da TI Marãiwatsédé.

Uma reportagem de setembro de 2013, publicada no *site* de notícias “Olhar Direto”, a relação entre a TI Marãiwatsédé e a RDS Mato Verdinho é estreitada na narrativa jornalística desde seu título “Cidade sitiada, moradores presos e uma reserva à vista: Luciara repete Suiá-Missú”²⁴⁴². O repórter Jardel P. Arruda da redação em Cuiabá e Ronaldo Couto de Barra do Garça afirmam que “[...] a cidade de Luciara repete a história de Alto Boa Vista, onde a terra indígena Marãiwatsédé substituiu os resquícios da Suiá Missú, antiga fazenda que já teve a fama de ser a maior do mundo e pertencer ao papa”²⁴⁴³. O fato de terem ocorrido prisões em ambas as situações também se consolida como fio relacional entre os conflitos, indicando a prisão de “moradores sob a mesma acusação”²⁴⁴⁴. A narrativa dessa reportagem está baseada na comparação entre as duas situações, com passagens que afirmam que a única diferença entre ambas seria em termos de envolvidos, pois “[...] em Luciara, ao invés de índios, os beneficiados pela RDS seria um grupo de pioneiros da região, filiados à Associação de Retireiros do Araguaia, que trabalham com atividades extrativistas.”²⁴⁴⁵

Essa e outras narrativas jornalísticas compartilham da argumentação de que o conflito fundiário e socioambiental que ocorreu em Luciara naquele ano de 2013 foi resultado do sentimento de “medo”, “pânico” ou “receio” que teria acometido os moradores do município em relação à ameaça de serem desintrusados como ocorreu em 2012 em municípios vizinhos, seguindo a justificativa dos agentes históricos contrários à proposta da RDS e seus apoiadores.

Já outras fontes documentais, apresentam na narrativa jornalística, através de trechos de relatos de entrevistados, o argumento de que essa comparação a TI e a RDS seria uma ação estratégica daqueles contrários àquela proposta. Na

²⁴⁴¹ Esse pronunciamento feito à reportagem do Jornal **O Interior** publicado em 20/08/2015.

²⁴⁴² OLHAR DIRETO. [Reportagem]. *Cidade sitiada, moradores presos e uma reserva à vista: Luciara repete Suiá-Missú*. 24/09/2013. Disponível em: http://olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Cidade_sitiada_moradores_presos_e_uma_reserva_a_vista_Luciara_repete_Suia-Missu&id=340818>. Acesso em: 04/02/2017.

²⁴⁴³ OLHAR DIRETO. [Reportagem]. 24/09/2013.

²⁴⁴⁴ OLHAR DIRETO. [Reportagem]. 24/09/2013.

²⁴⁴⁵ OLHAR DIRETO. [Reportagem]. 24/09/2013. Destaca-se que essa narrativa coloca esses agentes históricos em oposição à “cidade de Luciara” e em alguns trechos os moradores são colocados como passivos diante da ação governamental e os fazendeiros são inseridos como protagonistas, desconsiderando a atuação de outros agentes históricos como políticos locais.

reportagem do “Repórter Brasil” de 27 de setembro de 2013, a narrativa incorporou a seguinte parte da fala do procurador federal Lucas Aguilar Sette:

*“Os fazendeiros e políticos locais cooptaram pessoas promovendo um churrasco de três dias e passando informações equivocadas para a população. As pessoas bebiam, iam fazer ameaças e voltavam para a festa”, explica o procurador, que diz que, para provocar pânico, os agitadores utilizaram o exemplo de Posto da Mata, vilarejo irregular construído dentro da Terra Indígena Marãiwatsédé e desocupado no ano passado.*²⁴⁴⁶

Um apoiador dos Retireiros do Araguaia que foi uma das vítimas de atos de violência no conflito de 2013, relata que:

*“Fazendeiros e grileiros mentiram dizendo que a cidade seria evacuada e que viraria uma reserva. Enganam o povo e fazem ameaças. Falam como se fosse igual, mas Luciara é um município constituído e Posto da Mata era uma vila em uma Terra Indígena. Pedro Casaldáliga sempre disse para não erguermos igrejas em Posto da Mata porque a cidade estava em Terra Indígena. Precisamos que órgãos governamentais mostrem ao cidadão comum a realidade”, diz José Raimundo Ribeiro da Silva, o Zecão, como é conhecido o professor e diácono que teve sua casa atingida por um disparo. “Estamos sendo vítimas do “agrobandidismo”. Sou a favor da criação da reserva, da preservação da margem do rio Araguaia, de que o avanço da soja não suje a água de veneno. Tenho recebido ameaças e temo pela minha vida”, completa.*²⁴⁴⁷

Ressalta-se que a observação de todo o trecho da reportagem permite elucidar o claro posicionamento desse agente histórico como defensor da criação da RDS Mato Verdinho. Essa reportagem não insere relatos de agentes históricos contrários à proposta de criação da RDS e foca na abordagem das situações de violência que marcaram o conflito de 2013 em Luciara, dando margem para a percepção de que sua narrativa adota uma posição de apoio aos Retireiros do Araguaia e seus aliados. Todavia, essa reportagem apresenta uma narrativa que trata da relação entre os conflitos envolvendo a TI Marãiwatsédé e a RDS Mato Verdinho de forma diferenciada que a reportagem da FAMATO e do “Olhar Direto”

²⁴⁴⁶REPÓRTER BRASIL. SANTINI, Daniel. [Reportagem]. *Contra Reserva de Desenvolvimento Sustentável, ruralistas sitiaram cidade de Luciara, MT*. 27/09/2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/09/contra-reserva-de-desenvolvimento-sustentavel-ruralistas-sitiam-cidade-no-mato-grosso/>>. Acesso em: 15/02/2017.

²⁴⁴⁷REPÓRTER BRASIL. [Reportagem]. 27/09/2013.

e indica outra abordagem²⁴⁴⁸ explicativa para a relação entre ambos os acontecimentos²⁴⁴⁹.

Contudo, para além da ressonância da desintrusão dos “não índios” em 2012 e que atingiu os moradores de Luciara em 2013, é preciso indicar alguns elementos relativos à *práticas sociais e relações de poder* que estavam envolvidas naquele conflito motivado pela possibilidade da criação de uma RDS que abrangeria parte do território daquele e de outros municípios.

6.3. O conflito de 2013 em Luciara e a resistência local à criação da RDS Mato Verdinho e

Assim como George Duby²⁴⁵⁰, ao analisar a batalha de Bouvines, é possível afirmar “com efeito asseverador” que, entre os dias 20 a 22 de setembro de 2013, o município de Luciara foi palco de um conflito fundiário e socioambiental que envolveu parte de seus moradores significativamente divididos entre apoiadores e opositores à proposta de criação da RDS Mato Verdinho dentro de parte do território municipal. O “efeito asseverador” se dá na medida em que existem diversas e distintas fontes documentais que registram situações de violência e formas de manifestação que ocorreram em Luciara. Naqueles dois dias, lideranças e familiares de Retireiros do Araguaia sofreram ameaças, incêndios em duas casas de retireiros foram provocados, além de tiros serem disparados contra outra casa

²⁴⁴⁸ Essas diferenças de abordagens nas diversas narrativas sobre o conflito em Luciara podem ocorrer diante de situações em que poucos agentes históricos são ouvidos ou nas quais apenas “um lado” é incorporado, além de que diferentes meios de comunicação possuem linhas editoriais, posições políticas pré-definidas, dentre outras possibilidades, como abordado à frente.

²⁴⁴⁹ Destaca-se que outras narrativas jornalísticas sobre o conflito em 2013 em Luciara não mencionam a relação entre o conflito envolvendo a proposta de criação da RDS Mato Verdinho e a desintrusão dos “não índios” da TI Marãiwatsédé. Essa ausência é observável nas reportagens de jornais de circulação nacional que noticiaram o conflito em setembro de 2013 como “O Estado de São Paulo”, em reportagem de 23/09/2013, o jornal “O Globo” em 22/09/2013, e mesmo a revista “Carta Capital” de 26/09/2013, que não publicaram uma linha sequer nesse sentido. O mesmo ocorreu em relação aos jornais estaduais “A Gazeta” com a reportagem de 23/09/2013, o “Diário de Cuiabá” em 24/09/2013, e o “G1 MT” com as quatro reportagens veiculadas entre os dias 22 a 24/09/2013. Essa ausência do debate nessas reportagens não significa, entretanto que, por sua maior abrangência, tais meios de comunicação detinham o conhecimento sobre a “realidade” do conflito e de suas motivações, pois se basearam em relatos de alguns dos envolvidos e quase nenhum conhecimento empírico sobre o *processo histórico* de apropriação da terra e da natureza marcado por conflitos fundiários e socioambientais. Por outro lado, o conhecimento empírico não garantiu aos meios de comunicação locais uma análise aprofundada.

²⁴⁵⁰ *Idem*, 1993 a, p. 59.

onde residia a família de um dos apoiadores da RDS ligado à Prelazia de São Félix do Araguaia. Concomitantemente, moradias do município tiveram suas fachadas ou muros inscritos com frases como “Não à reserva” que foi registrada na fotografia:

Figura 32 - Fotografia da parede de residência em Luciara (2017)



Fonte: Juliana Cristina da Rosa.

Além desse, outros muros e paredes foram marcados com essa frase e algumas variações que convergiam na mesma direção de um posicionamento contrário à criação da RDS Mato Verdinho.

Apesar de não ser possível identificar o que ocorreu em todo o município de Luciara, é plausível indicar que naqueles dias aconteceu uma movimentação diferente nas ruas da cidade que se tornaram palco de ações ordenadas e também dispersas, concretizadas por diferentes agentes históricos envolvidos. Alguns manifestantes caminharam com cartazes em punho protestando contra a criação da RDS, outros foram mais ousados e bloquearam as duas entradas da cidade de tal modo que ninguém pudesse colocar os pés nas terras do município através da rodovia poeirenta pela seca daquele período do ano ou conseguisse desembarcar nas suas areias pelo Rio Araguaia. Outros ainda se esforçaram na organização e patrocínio de um churrasco oferecido para todos os luciarenses e

durante o qual foram realizadas articulações e ações de enfrentamento à possibilidade de criação da RDS. E por fim, alguns outros agentes históricos envolvidos optaram em agir dentro do que é considerado crime pela legislação vigente: ameaçaram de morte e impediram o trânsito de lideranças retireiras; incendiaram e atiraram em casas; obstruíram o acesso à cidade para pesquisadores, ameaçando professores e alunos da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) dentro de um ônibus; e ainda escoltando outros pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)²⁴⁵¹ e que teriam sido supostamente confundidos com funcionários do ICMBio que ali estariam para demarcar a RDS.

Certamente foram dois dias nos quais o cotidiano relativamente pacato dessa cidade de pouco mais de dois mil habitantes foi drasticamente alterado. Um tempo breve, mas preenchido por uma série de ações humanas de uma forma intensa que possivelmente *acelerou o ritmo temporal* na percepção de alguns de seus moradores que assistiram perplexos, partes de um todo amarrado de ações que compuseram o conflito.

As especificidades de todas ações e fatos não puderam ser compreendidas por um testemunho ocular que seria incapaz de estar onipresente em todas as frentes do conflito. Duby adverte que participantes de uma batalha não tem uma visão global, e assim como em Bouvines em 1214, possivelmente os agentes históricos em Luciara em 2013 “[...] só veem uma multidão confusa; ninguém nunca percebeu, nem perceberá em sua verdade total, esse turbilhão de mil atos emaranhados que, [...] se mesclaram inextrincavelmente naquele dia”²⁴⁵². Consequentemente, é fundamental indicar que existem ações e fatos que não são conhecidos plenamente, de modo que existem mistérios que dão o caráter de “esfinge”, como aponta Dosse, e que podem ser identificados nesse *acontecimento*.

Apesar dessa limitação, assim como em qualquer batalha, existem testemunhos e narradores “de fora” que o explicam, relatam e constroem *representações* a partir de sua percepção, compreensão de mundo, posição social,

²⁴⁵¹ O PNCSA “[...] tem como objetivo dar ensejo à auto cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia”. Mais informações podem ser encontradas em: <<http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/>>. Acesso em: 08/08/2018.

²⁴⁵² *Idem*, 1993 b, p. 19-20.

e sua participação ou não do *acontecimento*, mas com interesses específicos. Alguns desses narradores imaginaram e contaram causos, outros se lembraram de alguns fatos isolados e os articularam ao todo, ao passo que outros tantos entrevistaram testemunhos e recortaram o que interessava narrar, e por fim, outros inventaram narrativas que englobassem as ações, motivações e justificativas para tudo o que ocorreu naqueles dias intensos de conflito a partir de seus interesses. É preciso se afastar de uma abordagem que coloque os olhares dispersos das testemunhas como simples percepções dos “fatos” e colocá-los como fornecedores de elementos factuais, mas, sobretudo, como fomentadores de narrativas sobre esses fatos.

Seria essa dinâmica que fomenta a *ressonância* de um *acontecimento*, como a “fênix” indicada enquanto metáfora por Dosse para indicar um movimento pelo qual esse *acontecimento* ultrapassa a sua factualidade e ganha vida através de narrativas e outras formas de propagação com influência sobre *práticas sociais* e inserida em *relações de poder* específicas.

Entretanto, Dosse indica que tanto a “esfinge” que representa o mistério no presente do *acontecimento*, quanto a “fênix” que o leva para além de sua factualidade em direção ao seu futuro, estão envolvidas com a dimensão anterior a sua ocorrência e que fomentam a sua construção. Isto posto, é preciso ponderar que a análise do *tempo político* que engloba esse *acontecimento* está fortemente ligada ao *tempo social* que marca o *processo histórico* de apropriação do espaço e da natureza que ocorre antes e depois desse conflito de 2013 em Luciara.

Como *ressonância* desse conflito, existe uma disputa pela narrativa e *memória* desse *acontecimento* que se deu em diferentes meios de comunicação e em outras instâncias de poder.

6.4. Narrativas jornalísticas sobre conflito de 2013 em Luciara: entre categorizações generalizadoras e equívocos

Após o conflito em Luciara de 2013, notícias e reportagens começaram a ser vinculadas em diferentes meios de comunicação com narrativas que traziam elementos sobre o *acontecimento*, os envolvidos e o que estava sendo disputado, sendo que parte significativa dos textos jornalísticos tem como base entrevistados que apresentam um posicionamento em favor dos Retireiros do Araguaia ou dos

opositores à criação da RDS e que constroem *representações* sobre o outro que, por vezes, são incorporados pela narrativa. Alguns dos textos que circularam em meio de comunicação nacionais ouviram poucos dos agentes históricos envolvidos e, por desconhecer o *processo histórico* de apropriação da terra e do restante da natureza em Luciara, acabaram por reproduzir relatos e incorporar a descrição do conflito de forma pouco aprofundada. Concomitantemente, os meios de comunicação regionais optaram, em larga medida, por desconsiderar a narrativa histórica desse *processo histórico* e focar tão somente no conflito em si, trazendo relatos de moradores e inserindo o drama envolvido pela violência e medo.

Tais narrativas foram marcadas em larga medida pela utilização de categorias generalizadoras para identificar os envolvidos na situação conflitiva de 2013 em Luciara, pela adoção de relatos de entrevistados ligados, por vezes, apenas aos Retireiros do Araguaia e seus apoiadores ou ainda aos contrários à proposta de criação da RDS Mato Verdinho, de modo que alguns textos jornalísticos acabam incorporando perspectivas parciais e cometendo equívocos de diferentes formas, como apresentado a seguir.

6.5. Os agentes históricos categorizados de forma generalizadora e outros equívocos inseridos em diferentes narrativas jornalísticas

Quatro dias após o conflito dos dias 20 a 21 de setembro de 2013, a revista e seu *site* de circulação nacional “Carta Capital” publicam uma reportagem intitulada “Conflito entre grileiros e retireiros “fecha” a cidade de Luciara, MT”²⁴⁵³. A partir do próprio título é possível identificar que os opositores à proposta de criação da RDS Mato Verdinho foram colocados como “grileiros”, desconsiderando que moradores da área urbana da cidade, alguns Retireiros do Araguaia e fazendeiros com títulos legais participaram das manifestações e do conflito delas decorrente. Além dessa categorização/*representação*, a reportagem indica que as manifestações teriam sido organizadas pela associação de produtores, juntamente com a maioria dos vereadores do município, conforme o seguinte trecho:

A ação foi coordenada pela Associação dos Produtores da região e tem a participação de quase todos os vereadores da cidade.

²⁴⁵³ CARTA CAPITAL. CANUTO, Antônio; PASSOS, Cristiane. [Reportagem]. *Conflito entre grileiros e retireiros “fecha” a cidade de Luciara, MT*. 26/09/2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/conflito-entre-grileiros-e-retireiros-201cfecha201d-a-cidade-de-luciara-mt-985.html>>. Acesso em: 25/04/2017.

Os proprietários de terras, com medo de que fosse realizada uma Consulta Pública para transformar a área reivindicada pelos retireiros em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, barraram, no dia 19, dois geógrafos que iam realizar um trabalho de cartografia social dos retireiros. Dois homens grisalhos, armados, fizeram com que eles entrassem em seu carro e os escoltaram até o entroncamento com a BR 158, onde era o Posto da Mata, a 100 km de Luciara, onde estavam.²⁴⁵⁴

Assim sendo, foram indicados os responsáveis pelas manifestações e pelos atos de violência que ganharam destaque, como ao indicar que: “Na madrugada desta segunda-feira, 23, dois tiros foram disparados contra a casa do diácono José Raimundo Ribeiro da Silva (Zecão), agente da Prelazia de São Félix do Araguaia, em Luciara, região Norte Araguaia, no Mato Grosso”.²⁴⁵⁵

Dessa forma, é possível apontar que essa narrativa jornalística indica que o conflito de 2013 teria sido fomentado a partir da polarização entre retireiros *versus* grileiros, ainda que considere a existência de seus respectivos aliados. Ademais, essa reportagem parte do conhecimento desse e de outros agentes históricos vítimas de atos de violência como o referido diácono Zecão e lideranças dos retireiros favoráveis à criação da RDS, Rubem Taverny Sales, Jossiney Evangelista Silva e Lidianie Taverny Sales. Tal conhecimento se deve ao fato de que seus autores, Antônio Canuto e Cristiane Passos, eram integrantes da CPT, sendo o primeiro ligado à Prelazia de São Félix do Araguaia desde a década de 1970, conhecedor dos conflitos existentes e que partilha de um “vocabulário” institucional que, por vezes, apresenta uma categorização generalizadora de que os agentes históricos com domínio sobre áreas de terra que não são indígenas, retireiros, “pobres” e peões, seriam “latifundiários” e “grileiros”, como deixa manifesto em seu livro “Resistência e Luta conquistas território no Araguaia Mato-Grossense”²⁴⁵⁶. Seu conhecimento empírico sobre o *processo histórico* de apropriação da natureza é considerável e enriquece sua narrativa, ainda que a mesma esteja sujeita à adoção dessas *representações* por vezes generalizantes dos envolvidos nos conflitos socioambientais que perpassam esse amplo *processo histórico*.

Assim sendo, é possível identificar que tal narrativa apresenta um posicionamento favorável à criação da RDS Mato Verdinho e um “tom” de denúncia à violência enfrentada por

²⁴⁵⁴ CARTA CAPITAL. CANUTO; PASSOS. [Reportagem]. 26/09/2013.

²⁴⁵⁵ CARTA CAPITAL. CANUTO; PASSOS. [Reportagem]. 26/09/2013.

²⁴⁵⁶ CANUTO, 2019.

Retireiros do Araguaia e seus apoiadores, dentre eles, agentes da CPT ligados à Prelazia de São Félix do Araguaia. A própria reportagem destaca que, durante as manifestações de 2013, teriam sido expostas faixas como os dizeres “Rubem e Zecão, diácono agente da Prelazia, mentem para o povo de Luciara” e “A Prelazia é o câncer dos trabalhadores Rurais do Araguaia”.²⁴⁵⁷ Trata-se de um ataque direto à liderança dos Retireiros do Araguaia e aos apoiadores ligados à Prelazia que marca de forma violenta outra categoria generalizadora que engloba os distintos agentes históricos que se opunham à criação da RDS Mato Verdinho como sendo “trabalhadores rurais” e desconsiderando a população dedicada às atividades citadinas e aqueles que se apropriaram da terra e do restante da natureza, mas que não são trabalhadores rurais, e que participaram das manifestações. Ainda que se tratasse de uma faixa com dizeres que remetessem à uma categoria social, é preciso ponderar que os Retireiros do Araguaia podem ser considerados como integrantes de tal categoria, sendo os seus maiores representantes em termos numéricos no município de Luciara. Por consequência, essa categorização é generalizadora e busca colocar dois polos em oposição: Retireiros e Prelazia *versus* “trabalhadores rurais do Araguaia”.

À vista disso, é possível averiguar o uso de *representações* por meio da *prática social* de indicar os agentes históricos envolvidos no conflito em polos opostos com o emprego de categorias generalizadoras sobre *o outro*, ou seja, aqueles que estão em oposição à perspectiva dos entrevistados e/ou dos autores das narrativas em meio à *luta de representações*.

Essa mesma dinâmica pode ser observada numa reportagem publicada três anos depois, em 16 de junho de 2016, pelo “Jornal Estadão”²⁴⁵⁸, dentro da reportagem especial intitulada “Terra Bruta”, na qual a parte “Curral Clandestino” possui um texto que apresenta uma narrativa denominada “A luta dos caboclos retireiros que criam gado na Amazônia” que indica os agentes históricos e as situações conflitivas nos seguintes termos:

Por pressão de entidades sociais e sindicatos de trabalhadores, o governo decidiu criar, em 2013, uma reserva de desenvolvimento sustentável com o propósito de preservar o modo de vida dos retireiros e a área utilizada pelas famílias. A reação foi imediata. Os invasores começaram a insuflar parte da população contra a criação da reserva, dizendo que as pessoas perderiam suas casas,

²⁴⁵⁷ CARTA CAPITAL. CANUTO; PASSOS. [Reportagem]. 26/09/2013.

²⁴⁵⁸ O ESTADO DE SÃO PAULO. BORGES, André; NOSSA, Leonencio. [Reportagem] *Terra Bruta. Curral Clandestino. A luta dos caboclos retireiros que criam gado na Amazônia*. São Paulo, 16/06/2016. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/politica/terra-bruta/curral-clandestino>>. Acesso em: 15/08/2016.

seus pastos naturais, seus direitos básicos e seriam expulsas da área. Uma série de protestos e ameaças, principalmente contra lideranças religiosas, tomou conta da cidade. Na rua principal de Luciara, os grileiros penduraram uma faixa: “A prelazia de São Félix do Araguaia é o câncer dos trabalhadores rurais”. O plano era jogar a população contra a entidade que vinha combatendo a presença de grileiros e fazendeiros na região.²⁴⁵⁹

Nessa reportagem, os Retireiros do Araguaia são identificados como “caboclos” da “Amazônia” e os opositores generalizados como “invasores”, indicando o desconhecimento sobre as especificidades do *processo histórico* de apropriação do espaço e da natureza em Luciara, sendo acionadas categorias imprecisas sobre os agentes históricos e sobre o espaço. Essa narrativa jornalística foi escrita a partir da perspectiva dos envolvidos e aliados à luta pela criação da RDS, indicando que a Prelazia seria a entidade que combatia “grileiros e fazendeiros”, utilizando-se de categorias generalizadoras. Na mesma reportagem, é possível identificar que a sua base seria uma entrevista realizada com o diácono Zecão, que relata sobre as ameaças recebidas, conforme pode ser observado no seguinte trecho:

Zecão e a mulher, Rita de Cássia, nunca mais voltaram a pisar em sua casa em Luciara. Quando retornaram à região do Araguaia, seguiram direto para São Félix, a cerca de 100 quilômetros de onde viviam. “*Não pudemos voltar nem mesmo para buscar nossas roupas. Amigos tiveram que fazer nossa mudança*”, diz Zecão, que desde então foi incluído, com a esposa, no programa de proteção a pessoas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Rubem Salles e Jossiney Evangelista Silva também entraram para a lista dos jurados de morte.

As ameaças não cessaram. Zecão e Rita tiveram de se mudar mais uma vez. Foram viver numa casa no centro de São Félix. No ano passado, um aparelho transmissor de dados foi encontrado em sua linha telefônica. Uma semana antes de conversar com a equipe de reportagem, o diácono teve a casa invadida enquanto estava fora. Cerca de 2 mil livros foram jogados no chão. Não roubaram nenhum objeto. “Foi mais uma ameaça, como fizeram em 2013, ao atirarem em minha casa. Dessa vez, queimaram alguns palitos de fósforo sobre papéis, mostrando que podiam ter queimado tudo”, diz. “*Mas vou continuar aqui, só saio daqui morto. Aconteça o que acontecer, não vou embora.*”²⁴⁶⁰

Numa reportagem do “Diário de Cuiabá”, é possível identificar que a narrativa utilizou a categorização presente na narrativa do delegado Waner dos

²⁴⁵⁹ O ESTADO DE SÃO PAULO. BORGES; NOSSA. [Reportagem]. 16/06/2016.

²⁴⁶⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. BORGES; NOSSA. [Reportagem]. 16/06/2016.

Santos Neves para indicar quais eram os agentes históricos envolvidos no conflito e a dinâmica conflitiva, conforme pode ser observado no seguinte trecho:

Ele disse que a situação está complicada já que todos os grupos rivais estão de forma irregular na área, pois se apropriaram de terras da União.

Neves explica que várias famílias ocuparam do espaço e uma parcela delas formou a Associação dos Retireiros do Araguaia. Os associados passaram a ser chamados de “retireiros” e os que não se associaram continuaram com a denominação de posseiros.²⁴⁶¹

Apesar dessa explicação do delegado entrevistado, o repórter abriu a narrativa afirmando que um grupo de “proprietários de terras” seria o responsável pelo fechamento do acesso à cidade e uma “série de atentados foi registrada pela polícia da região”, mas indicando que “muitos fazendeiros não estão com as áreas regularizadas, eles também temem a expulsão das propriedades”. É fundamental destacar que esse “grupo” não era constituído exclusivamente de “proprietários”, justamente por incorporar agentes históricos que não possuíam títulos de propriedade, sendo tão somente posseiros ou ainda outros que apresentavam títulos falsos na origem, ou seja, tinham domínio sobre áreas apropriadas através da grilagem. Assim sendo, nessa narrativa jornalística e em outras, é possível verificar o uso indevido da categoria “proprietários de terras”, por vezes naturalizada e incorporada, ainda que diante de explicações de autoridades, como a do delegado Waner dos Santos Neves.

Já outras reportagens apresentam uma narrativa alicerçada em categorias generalizadoras como “fazendeiros”, sem considerar o fato de que parte deles são posseiros, sem título legal das terras ou ainda proprietários de áreas relativamente pequenas para serem considerados como tal. Diante dessa complexidade de situações, o uso da categoria “grileiros” também é generalizadora e insuficiente para conceber quem foram os responsáveis pelos fatos ocorridos em setembro de 2013 em Luciara. Ressalta-se que, ainda que portadores de títulos falsificados por grileiros, alguns de seus portadores desconheciam sua procedência e se apropriaram de áreas por meio da compra registrada em cartório, ao passo que

²⁴⁶¹ DIÁRIO DE CUIABÁ. NASCIMENTO, Gustavo. [Reportagem]. *3 atentados em 5 dias*. Cuiabá, 24/09/2013. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=439084>>. Acesso em: 25/03/2016.

outros tinham conhecimento do “problema” da titulação e adquiriram com preços menores que em relação à áreas regularizadas.

No entanto, algumas narrativas jornalísticas incorporaram categorias utilizadas pelos seus entrevistados, como foi o caso da reportagem “Criação de reserva sustentável provoca “badernaço” no MT” do jornal “O Estado de São Paulo” que apresenta o conflito em Luciara da seguinte maneira:

A cobiça pelas terras férteis da União nas margens do Rio Araguaia, no nordeste de Mato Grosso, divisa com Goiás, resultou em incêndios de casas, tiros, ameaças de morte e fechamento de uma cidade. **Um grupo de grileiros e fazendeiros** provocou um badernaço neste fim de semana em Luciara, cidade de 2 mil habitantes, a 1.161 quilômetros de Cuiabá, para protestar contra um projeto do governo federal de criar uma reserva de desenvolvimento sustentável na região.²⁴⁶²

Percebe-se que a narrativa identifica os responsáveis pelas ocorrências como “grileiros e fazendeiros” e no parágrafo seguinte ainda indica que “[...] os grileiros bloquearam a rodovia MT-100, única via de acesso à cidade, com pneus e pedras e fizeram uma série de ameaças a ambientalistas e defensores da proposta da reserva”. Como a reportagem ouviu o vereador Jossiney Evangelista Silva e a liderança dos Retireiros do Araguaia, Rubem Taverny Sales, sua narrativa contém a denúncia das violências por eles enfrentadas através de trechos de seus relatos que incorporam a categoria de “grileiros”, como pode ser observado no seguinte trecho: “*“Os grileiros estão fazendo uma arruaça na cidade”*”, afirma Rubem Salles (sic), o Rubão, que hoje preside a ARA. “*Eles inventaram que a criação da reserva vai atingir todo o município e obrigar fazendeiros de outras regiões de Luciara a irem embora*”, completa²⁴⁶³.

Nessa mesma reportagem, foi indicado que o motivo do conflito a partir da explicação de Rubem Taverny Sales, da seguinte forma: “Rubão observa que as terras das margens do rio são cobiçadas pelos pecuaristas por causa da qualidade do pasto natural, que ganha reforço com os sedimentos trazidos pelas águas do Araguaia em tempo de cheia.” A partir desse interesse, ocorreu o “comércio ilegal

²⁴⁶² ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSA, Leonencio. [Reportagem]. *Criação de reserva sustentável provoca 'badernaço' no MT*. 23/09/2013. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,criacao-de-reserva-sustentavel-provoca-badernaco-no-mt,1077974>>. Acesso em: 25/03/2016.

²⁴⁶³ ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSA. [Reportagem], 23/09/2013.

de venda de terras da União funciona em Luciara” e “*Os grileiros do Sul do Brasil correram para cá*”, constata o líder da associação.”

A utilização das categorias “fazendeiros” e “grileiros” foi utilizada na reportagem da “Carta Capital” que os colocava como “proprietários de terras” e responsáveis pelos atos de violência que ocorreram em 2013, não citando o apoio de comerciantes, funcionários públicos e da população citadina:

Os proprietários de terras, com medo de que fosse realizada uma Consulta Pública para transformar a área reivindicada pelos retireiros em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, barraram, no dia 19, dois geógrafos que iam realizar um trabalho de cartografia social dos retireiros.²⁴⁶⁴

A narrativa também não considera que além dos “proprietários de terras”, parte da população da cidade compartilhava o temor de perder suas casas e comércio caso a RDS fosse demarcada. Ademais, não se percebe na narrativa a possibilidade de que as ações violentas pudessem ter sido cometidas por outros agentes históricos que não fossem “proprietários rurais” e/ou “grileiros”, pois afirma: “Os proprietários (na realidade, grileiros) queriam revistar o ônibus, ameaçaram incendiá-lo e proibiram que fossem tiradas fotografias. Também impediram que o grupo seguisse até São Félix do Araguaia.”²⁴⁶⁵

Outra categoria utilizada para identificar os agentes históricos contrários à proposta de criação da RDS Mato Verdinho é de “ruralistas”, como pode ser observado na reportagem intitulada “Contra Reserva de Desenvolvimento Sustentável, ruralistas sitiaram cidade de Luciara, MT” escrita por Daniel Santini do “Repórter Brasil” e publicada em 27 de setembro de 2013²⁴⁶⁶ que emprega as categorias “camponeses” e “ruralistas” para identificar os envolvidos naquela situação conflitiva.

O mesmo ocorre em relação à categoria “latifundiários” e “latifúndio” utilizada no *blog* “Da Redação” por Antônio Martins na reportagem de 29 de setembro de 2013 intitulada “Em Luciara, latifúndio sem máscara”, onde seus autores indicam que dias antes a PF havia cumprido “[...] a prisão temporária de dois homens, indiciados pelos crimes de constrangimento ilegal, dano, incêndios e

²⁴⁶⁴ CARTA CAPITAL. CANUTO; PASSOS. [Reportagem]. 26/09/2013.

²⁴⁶⁵ CARTA CAPITAL. CANUTO; PASSOS. [Reportagem]. 26/09/2013.

²⁴⁶⁶ REPÓRTER BRASIL. SANTINI. [Reportagem]. 27/09/2013..

formação de quadrilha. A situação segue tensa em Luciara. Lá, o latifúndio expôs suas garras – mas encontrou resistência.”²⁴⁶⁷ A categoria “latifúndio” é utilizada somente nas frases de impacto do título e no trecho acima citado, sendo que no restante da narrativa aparece “grandes proprietários rurais”, como no seguinte trecho: “Entre 20 e 22 de setembro, a pequena cidade de Luciara [...] viveu de forma concentrada a violência que os grandes proprietários rurais praticam há séculos contra os que resistem a seu poder no campo.”²⁴⁶⁸

Apesar do significativo uso dessas categorias em diferentes narrativas jornalísticas que resultaram em equívocos sobre os agentes históricos envolvidos, outras reportagens reconhecem que não eram apenas “fazendeiros” e “grileiros” que estavam se colocando contra a proposta de criação da RDS. A AXA informa a existência de retireiros que não concordavam com a delimitação, indicando que:

Ultimamente até mesmo alguns retireiros se declaram contra a RDS. “No princípio todo mundo apoiava, os fazendeiros conseguiram semear a discórdia entre os retireiros dizendo que a União tomaria de conta e a terra não seria deles porque terra da União é usufruto e só pode passar de geração para geração, ninguém pode vender, porque é vazante do rio” explica o professor.²⁴⁶⁹

Essa divergência entre retireiros também foi abordada pela reportagem do G1 MT, de 08 de agosto de 2015, que incorpora um trecho da entrevista de Orlando Alves de Melo, presidente da ARA naquela ocasião, e afirma que:

Nem todos os retireiros, entretanto, concordam com o pedido feito ao MPF quanto à criação de uma reserva para o grupo. O presidente da Associação dos Retireiros do Araguaia, Orlando Alves de Melo, afirma que o pedido da demarcação de terras não foi discutido com os associados e que as assinaturas foram forjadas por pessoas que não são retireiros. “A maioria dos associados discorda, porque não foi um pedido estudado com os retireiros que realmente moram ali naquela área. Se a União quisesse ajudar o povo do Araguaia, que fizesse o usucapião a todos ali naquela área”, comenta.

²⁴⁶⁷ BLOG DA REDAÇÃO. MARTINS, Antônio. [Reportagem] *Em Luciara, latifúndio sem máscara*. 29/09/2013. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/blog/2013/09/29/em-luciara-latifundio-sem-mascaras/>>. Acesso em: 25/04/2017.

²⁴⁶⁸ BLOG DA REDAÇÃO. MARTINS. [Reportagem] 29/09/2013.

²⁴⁶⁹ AXA. AGUIAR, Telma. [Reportagem]. *Portaria 294 assegura terras da união em Mato Grosso e Tocantins trazendo à tona questões agrárias*. 2015. Disponível em: <<http://axa.org.br/2015/01/portaria-294-assegura-terras-da-uniao-em-mato-grosso-e-tocantins-trazendo-a-tona-questoes-agrarias/>>. Acesso em: 16/05/2017.

Segundo o presidente, a comunidade ali vivia em harmonia e a discórdia sobre as terras começou após o pedido ao MPF. *“Esperamos que as autoridades reconheçam os povos tradicionais como verdadeiros donos do Araguaia e que permaneça a vivência deles daquela forma”*, pontua Melo²⁴⁷⁰.

Apesar dessas reportagens, parte significativa das narrativas jornalísticas ainda utilizava categorias generalizadoras que colocavam os Retireiros do Araguaia em oposição a “fazendeiros”. Reportagens do “G1” da Globo de Mato Grosso também reproduzem essa ideia de oposição simples, como a publicada em 22 de setembro de 2013, na qual a jornalista Pollyana Araújo aponta que:

Duas casas de moradores de comunidades localizadas em terras da União, em Luciara, a 1.180 quilômetros de Cuiabá, foram queimadas durante **um conflito envolvendo retireiros e fazendeiros**. [...]. De um lado, **os sitiantes** defendem a criação de uma reserva florestal e, de outro, **outros proprietários de terras** temem ser expulsos do local [...].²⁴⁷¹

Seria, portanto um conflito travado entre “fazendeiros” e “sitiantes” que envolveria ainda “outros proprietários de terra”, o que indica o desconhecimento sobre a estrutura fundiária do município e sobre o *processo histórico* de apropriação da natureza dinamizada por agentes históricos que não podem ser englobados tão somente nessas categorias generalizadoras.

Todavia, é preciso ressaltar que a mesma jornalista escreveu uma reportagem no dia seguinte utilizando a categoria de “produtores rurais”, incorporando uma perspectiva que pode ser ligada aos agentes históricos contrários à criação da RDS e suavizando o tom conflitivo que marcou a narrativa anterior por meio da retirada das palavras conflito e tensão. Essa mudança na narrativa jornalística pode ser resultado do fato de que a jornalista entrevistou outros envolvidos no conflito, de modo que a seguinte parte do relato de Noely Paciente Luz foi incorporado:

²⁴⁷⁰ G1/MT. SAMPAIO, Amanda. [Reportagem]. *Retireiros e União disputam 1,6 milhão de hectares de terra entre MT e TO*. 18/08/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/08/uniao-analisa-posse-de-16-milhao-de-hectares-entre-mt-e.html>>. Acesso em: 25/04/2017.

²⁴⁷¹ G1. ARAÚJO, Pollyana. [Reportagem]. *Cidade é fechada em MT e casas são queimadas em conflito de terras*. 22/09/2013. (Grifos meus). Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/09/casas-de-retireiros-sao-queimadas-em-area-de-conflito-de-terras-em-mt.html>>. Acesso em: 25/04/2017.

A advogada da Associação de Produtores Rurais, Noely Paciente Luz, no entanto, alegou se tratar de uma manifestação pacífica contra a criação dessa reserva. *“Está se tentando criar uma reserva, mas a maioria das pessoas que está lá nessa área são retireiros e posseiros. Até mesmo os retireiros são contra essa unidade de conservação, pois, no processo, diz que essas pessoas serão desapropriadas”*, disse, ao reclamar que poucos moradores estão sendo ouvidos nesse processo de criação da reserva. *“Estão ouvindo só a família do presidente da Associação de Retireiros e ninguém sabe quem terá direito às terras”*, pontuou.²⁴⁷²

Noely Paciente da Luz, como neta de Lucio da Luz, tem conhecimento sobre o *processo histórico* de apropriação da natureza em Luciara e a sua problemática estrutura fundiária, de modo que se colocava como representante dos “produtores rurais” daquele município utilizando-se de uma categoria que os afastava da condição de serem ou não “proprietários”. Essa pode ser uma estratégia utilizada por diferentes agentes históricos que colocam a situação de “produtores rurais” como identidade que os distancia de debates sobre a legitimidade da apropriação da natureza que exploram através da terra e das águas e os coloca num patamar em que são importantes para o “desenvolvimento” econômico de um dado espaço justamente por serem “produtores”.

Antes de avançar sobre o uso dessa categoria, é fundamental destacar que a mesma foi utilizada para identificar os agentes históricos envolvidos na situação de conflito que ocorreu em 2013 na narrativa do *site* “Gazeta Digital” de 23 de setembro de 2013 nos seguintes termos:

O conflito iniciado na semana passada já incendiou duas casas, entre elas do presidente da Associação dos Retireiros do Araguaia, Rubem Taverny Sales, além de causar bloqueios nas estradas que dão acesso ao município, **por parte da Associação de Produtores Rurais da Região.**

Segundo o representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em Mato Grosso, Fernando Francisco Xavier, o confronto envolve **grupos de produtores rurais**, que são contra a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na região, e os retireiros, que são à favor²⁴⁷³.

²⁴⁷² G1. ARAÚJO, Pollyana. [Reportagem]. *Produtores que temem expulsão de área liberam acesso a cidade de MT.* 23/09/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/09/produtores-que-temem-expulsao-de-area-liberam-acesso-cidade-de-mt.html>>. Acesso em: 25/04/2017.

²⁴⁷³ GAZETA DIGITAL. [Reportagem]. *Casa de diácono é baleada em conflito de terras em Luciara.* 23/09/2013. (Grifos meus).

A categoria “produtores rurais” foi amplamente utilizada por narrativas sobre a situação conflitiva de 2013 em Luciara publicadas pela FAMATO e pode ser entendida como uma estratégia utilizada na *luta de representações* na qual seriam esses os agentes históricos os protagonistas do “desenvolvimento econômico” e que eram apoiados pela “maioria da população de Luciara”, conforme indica Noely Paciente Luz em reportagem da federação datada em 21 de setembro de 2013.²⁴⁷⁴

Além, desse tipo de categorização generalizadora, é possível identificar outros equívocos relacionados à situação conflitiva de 2013 que tem relação com os agentes históricos e com o espaço envolvido. Em 26 de setembro daquele ano, foi noticiada pela “Gazeta Digital” a realização de uma mesa redonda promovida pela Câmara Municipal de Luciara que teria como objetivo “[...] discutir a situação das 200 famílias extrativistas ameaçadas de despejo de uma área de 100 mil hectares no município”. A mesma reportagem, indica que: “O deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) apresentou um requerimento que foi aprovado pela Comissão de Agricultura da Câmara nesta quarta-feira (25.9). Ele critica a ação truculenta da Polícia Federal para desobstruir rodovias que dão acesso ao assentamento.”²⁴⁷⁵. Tratam-se de dois equívocos pontuais, o primeiro ligado à identificação dos Retireiros do Araguaia como “extrativistas” e o outro ao apontamento de um “assentamento” para indicar o município de Luciara.

Essa reportagem teve como base os relatos do então deputado federal Nilson Leitão que não possuía um conhecimento aprofundado sobre o *processo histórico* de apropriação da natureza e se posicionava de forma manifesta em

Disponível em: <<https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/casa-de-diacono-e-baleada-em-conflito-de-terras-em-luciara/396317>>. Acesso em: 25/04/2017.

²⁴⁷⁴ Destaca-se que esse tipo de generalização praticada pela FAMATO e outras agência de apoio aos agentes históricos contrários à proposta de criação da RDS Mato Verdinho são apresentados nessa tese no item que trata sobre a atuação das mesmas e de órgãos públicos. In: FAMATO. [Reportagem]. *Audiência Pública em Luciara ouvirá os moradores sobre criação de reserva ambiental*. 21/09/2013. Disponível em:

<http://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=234759>. Acesso em: 04/02/2017.

²⁴⁷⁵ OLHAR DIRETO. [Reportagem]. *Câmara faz mesa redonda em Luciara para evitar despejo em reserva extrativista*. 23/09/2013. Disponível em:

<http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?noticia=Camara_faz_mesa_redonda_em_Luciara_para_evitar_despejo_em_reserva_extrativista&id=10259>. Acesso em: 04/02/2017.

alinhamento com os agentes históricos contrários à criação da RDS. Esse mesmo alinhamento pode ser observado em publicações da assessoria de gabinete do deputado estadual Dilmar Dal’ Bosco (DEM) e que apresenta algumas referências incorretas como a de que o conflito tinha relação com a possibilidade de demarcação de uma “Reserva Extrativista”, como pode ser lido no seguinte trecho:

Com quatro reservas indígenas localizadas em seu território e oito Unidades de Conservação Municipal, Luciara enfrenta dois processos de demarcação, que podem inviabilizar a economia local. O primeiro e mais emergente deles tratasse da criação da Reserva Extrativista, onde a área passaria a ser utilizada apenas para a agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.

A RDS deve ocupar cerca de 200 mil hectares e sua implantação é iminente, dependendo apenas do parecer do Instituto Chico Mendes que visitou o local no final de 2012²⁴⁷⁶.

A dimensão da área da RDS varia em diferentes narrativas, dentre as quais algumas como uma reportagem do *site* G1 MT²⁴⁷⁷ que apresentam distorções da proposta com a incorporação de uma *representação* do espaço no formato de mapa confeccionado pela FAMATO. Essa mesma reportagem indica que o conflito tinha de um lado a União com o objetivo de “incorporar as terras a seu patrimônio” e do outro os “ocupantes e produtores rurais” que “alegam possuir os títulos das áreas e temem um estado de insegurança jurídica”, utilizando-se de argumentos e categorias presentes nas narrativas daquela federação.

Contudo, ainda que essa análise não tenha como foco discutir todos os equívocos inseridos nas narrativas, é fundamental destacar que distorções em *representações* do espaço não devem ser entendidas tão somente como imprecisões, mas como possíveis instrumentos inseridos em *práticas sociais e relações de poder* relacionados à *luta de representações* que pode legitimar a apropriação desse mesmo espaço por diferentes grupos e/ou agentes históricos envolvidos.

6.6. Os relatos sobre as diferentes formas de violência inseridos em narrativas jornalísticas

Para além das *representações* sobre o *outro* e a seleção da perspectiva dos

²⁴⁷⁶ DILMAR DAL’BOSCO. Assessoria Raphaella Padilha. [Reportagem]. *Dilmar afirma que moradores de Luciara ameaçam abandonar a cidade*. 30/09/2013.

Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/detalhes38819>>. Acesso em: 23/11/2016.

²⁴⁷⁷ G1. SAMPAIO. [Reportagem]. 18/08/2015.

apoiadores à criação da RDS Mato Verdinho que estão presentes nessa narrativa, é preciso destacar que, na prática, parte dos Retireiros do Araguaia e apoiadores locais receberam ameaças e enfrentaram diferentes formas de violência, de modo que as lideranças Rubem Taverny Sales e Jossiney Evangelista Silva foram incluídos no programa de proteção a pessoas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E essa situação de violência foi narrada nessa mesma reportagem:

O clima na cidade de pouco mais de dois mil habitantes é tenso desde a semana passada, quando na quarta-feira 18 a casa no retiro do líder dos retireiros, Ruben Eterny Sales, (sic) foi queimada.

Na noite de sábado para domingo mais uma liderança, Jossiney Evangelista, teve a casa de seu retiro incendiada. Jossiney é índio Kanela, retireiro e vereador da cidade. Ao tentar voltar do seu retiro para sua casa na cidade foi impedido de entrar. Um policial que estava no local, ao ser inquirido por não reagir, disse não poder fazer nada.

A bióloga Lidiane, irmã de Ruben, recebeu ameaças de ser queimada viva em cima de sua moto.²⁴⁷⁸

Dessa forma, a violência física, patrimonial, emocional e psicológica foi utilizada durante e após os dias de conflito em 2013, de modo que é possível identificar diferentes narrativas jornalísticas que denunciavam tais práticas a partir do relato dos agentes históricos que as enfrentaram, como o então vereador de Luciara, Jossiney Evangelista Silva, que se identificava como indígena Kanela e também como retireiro.

Na reportagem “Terra em disputa: Os retireiros do Araguaia” da Articulação Araguaia Xingu (AXA)²⁴⁷⁹, é perceptível, ainda que sua narrativa seja parcialmente publicada, o medo de Jossiney Evangelista Silva diante da situação:

Jossiney era o proprietário de uma das casas queimadas. Dois anos após o crime, ele ainda não superou os momentos de horror. *“Até hoje eu lembro do pessoal querendo me linchar, foi muito violento. Eu sou representante do povo, sou vereador, mas muitas vezes eu deixo de ir em algum lugar para resguardar minha vida. Agora que eu estou voltando ao meu retiro normalmente, agora que eu estou conseguindo refazer a casa”,* desabafa.

Para ele, a situação permanece tensa, ainda que as ameaças sejam veladas. *“Não tem ameaças diretas, mas a posição de quem é*

²⁴⁷⁸ CARTA CAPITAL. CANUTO; PASSOS. [Reportagem]. 26/09/2013.

²⁴⁷⁹ AXA. BRANDT, Lilian. *Terra em disputa: Os retireiros do Araguaia*. [Reportagem]. 2015. Disponível em: <<http://www.axa.org.br/2015/09/terra-em-disputa-os-retireiros-do-araguaia/>>. Acesso em: 29/03/2016.

contra continua sendo a mesma. O silencio é pior, porque você não sabe quem é a pessoa que vai fazer alguma coisa ruim”, afirma. Ele defende que a criação da RDS é a única saída para os retireiros. “Todo mundo tem o direito de ser contra ou a favor, mas qual é a proposta que eles tem? É só ser contra e pronto? Se houvesse outra alternativa para a gente manter nosso modo de vida, eu iria abraçar a causa”, afirma o vereador.²⁴⁸⁰

O vereador Jossiney Evangelista Silva também relata à reportagem do jornal de circulação nacional “O Estado de São Paulo” que estava sendo ameaçado por estar defendendo a criação da RDS e ao passar “[...] por um bloqueio na rodovia em companhia de quatro policiais militares, ele foi alvo de ataques verbais de um grupo de grileiros”, chegando a afirmar que: “*Sofri agressões. Eles partiram para cima, fiquei com medo*”; e que “*Não sei quem pôs fogo na minha casa. Só sei que a polícia deveria ser mais ágil nessa questão*”²⁴⁸¹.

Esse temor também foi relatado no jornal mato-grossense “Diário de Cuiabá” publicada em 24 de setembro de 2013, no qual Jossiney Evangelista Silva indica que “*Eu temi pela a minha vida, eles tiraram a chave da minha moto e tentaram pegar a máquina fotográfica da minha prima. Como estavam bêbados, achei que nem com a presença da PM a situação se resolveria*”²⁴⁸². Numa reportagem do “Repórter Brasil”, o vereador informou que “*Fiquei apavorado, tive medo que eles me torturassem*” e que temia pela própria vida e a da prima Lidianie Taverny Sales, pois “*As pessoas estavam exaltadas, um grupo me cercou, tirou a chave da ignição da moto e tentou agredir minha prima Lidianie, tentando tomar a máquina fotográfica da mão dela*”.²⁴⁸³ Mesmo com o passar dos anos, o vereador ainda relatava a situação do temor e na reportagem do AXA de 2015 indica que temia o futuro: “*A gente só tem uma vida. Quem vivencia uma cena de terror, mesmo depois de algum tempo, as imagens não se apagam da mente. A gente pode se acostumar, mas não quer mais vivenciar aquilo.*”²⁴⁸⁴

²⁴⁸⁰ AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015.

²⁴⁸¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. NOSSA, Leonencio. [Reportagem] *Criação de reserva Sustentável provoca “badernaço” no MT*, São Paulo, 23/09/2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral/criacao-de-reserva-sustentavel-provoca-badernaco-no-mt,1077974>>. Acesso em: 15/07/2015.

²⁴⁸² DIÁRIO DE CUIABÁ. NASCIMENTO. [Reportagem]. 24/09/2013.

²⁴⁸³ REPÓRTER BRASIL. SANTINI. 27/09/2013.

²⁴⁸⁴ AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015.

Os ataques com o uso de violência física, patrimonial, emocional e psicológica direcionados aos agentes históricos ligados à Prelazia e às lideranças dos Retireiros do Araguaia que buscavam a criação da RDS, ocorreu paralelamente ao bloqueio da MT 100 e do acesso pelo Rio Araguaia e pelo aeroporto, onde máquinas teriam sido deixadas na pista de pouso, de modo que a cidade de Luciara ficou inacessível com a justificativa de que seria uma forma de impedir que a equipe do ICMBio adentrasse o território municipal. Todavia, não era uma equipe do ICMBio que estava se direcionado à Luciara e sim outra do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) que, sob a coordenação de Antônio João Castrillon, iriam realizar uma “Oficina de Cartografia Social” junto os retireiros.

Diante daquela situação de conflito, no dia 19 de setembro de 2013, a equipe com dois geógrafos foi barrada na estrada que dá acesso à Luciara, sendo impedidos de efetuar a oficina, conforme planejado. O seu coordenador teve parte de seu relato sobre o ocorrido inserido na reportagem do “Repórter Brasil”, indicando que: *“A violência que atinge as pessoas pelo constrangimento, intimidação e destruição, visa também enfraquecer e desestruturar a identidade coletiva do grupo, que está fortemente ligada ao processo de territorialização específica das áreas de retiro”*.²⁴⁸⁵

O PNCSA publicou uma narrativa na qual aquela situação de violência foi colocada nos seguintes termos:

A equipe foi abordada por dois homens que estavam à frente do bloqueio. Após inquirirem sobre os motivos da viagem, afirmaram que a presença dos pesquisadores já estava sendo esperada e que não iriam permitir a entrada no município para a realização dos trabalhos. Recomendaram, sob ameaças, a volta da equipe, e que seria melhor para a preservação das nossas vidas não mais retornar ao município. O carro utilizado pela equipe foi seguido, a certa distância, por uma caminhonete, até a localidade denominada Alto da Boa Vista.²⁴⁸⁶

O PNCSA publicou um posicionamento dos seus pesquisadores, afirmando que a equipe do núcleo Mato Grosso, “[...] compreende que o

²⁴⁸⁵ REPÓRTER BRASIL. SANTINI. [Reportagem]. 27/09/2013.

²⁴⁸⁶ NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. [Notícia]. *Violência impede realização de Oficina de Mapas com os Retireiros do Araguaia-MT*. 23/09/2013. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/violencia-impede-realizacao-de-oficina-de-mapas-com-os-retireiros-do-araguaia-mt/>>. Acesso em: 25/04/2017.

impedimento de realização da Oficina de Mapas é uma forma de fazer calar os protagonistas de conhecimentos tradicionais, neste caso, os Retireiros do Araguaia. Se toda relação de conhecimento é uma relação social, ela se estendeu ao limite e emudeceu os seus atores.”²⁴⁸⁷

Além das publicações do PNCSA sobre essas formas de violência contra alguns de seus pesquisadores e os retireiros, a reportagem da “Carta Capital” também indica que teria informações de que dois homens “[...] grisalhos, armados, fizeram com que eles entrassem em seu carro e os escoltaram até o entroncamento com a BR 158, onde era o Posto da Mata, a 100 km de Luciara, onde estavam.”²⁴⁸⁸

O jornal “O Globo” aponta que seria a presença dessa equipe “o estopim para que o município fosse fechado”, uma vez que, equivocadamente, envolvidos nas manifestações em Luciara consideraram que os pesquisadores do PNCSA seriam do ICMBio e realizariam procedimentos administrativos relacionados à criação da RDS. A partir disso, a reportagem indica a situação de violência relativa ao impedimento de adentrar em Luciara tendo como base os relatos de Castrillon:

Na quinta-feira, o pesquisador Antonio João Castrillon, doutor em sociologia e integrante do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, foi expulso ao chegar na cidade. Ele estava acompanhado por Antonio Canela, um dos líderes comunitários da região.

- “Quando chegamos, a estrada estava bloqueada por tratores e caminhonetes e dois homens nos abordaram. Disseram que era melhor para nós que fôssemos embora. Um deles afirmou que foi sorte minha não ter entrado antes, porque se tivesse entrado não sairia mais. Voltamos com o carro e fomos seguidos por uma caminhonete por cerca de 100 quilômetros” - conta Castrillon, cujo trabalho é associado às pesquisas do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, que trabalha na identificação de comunidades tradicionais do Brasil, no Projeto Cartografia Social.

Castrillon afirmou que os homens não estavam encapuzados, mas sugeriram estar armados e estavam com volumes sob as blusas.

- “Fomos expulsos e nos ameaçaram. Disseram que seria melhor para nós não retornar nunca mais à cidade” - afirmou Castrillon, que iria fazer uma oficina com a comunidade local²⁴⁸⁹.

²⁴⁸⁷ NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. [Notícia]. 23/09/2013

²⁴⁸⁸ CARTA CAPITAL. CANUTO; PASSOS. [Reportagem]. 26/09/2013.

²⁴⁸⁹ O GLOBO. CARVALHO, Neide. [Reportagem]. *Fazendeiros e Grileiros fecham acessos de Luciara (MT)*. 22/09/2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/fazendeiros-grileiros-fecham-acessos-de-luciara-mt-10088801>>. Acesso em: 16/05/2017.

Numa reportagem de circulação nacional do “G1” intitulada “Cidade é fechada em MT e casas são queimadas em conflito por terra”, publicada em meio ao conflito, o pesquisador e servidor do ICMBio Fernando Francisco Xavier foi ouvido e indica que aquela situação de violência enfrentada por pesquisadores do PNCSA também ocorreu com um grupo da UFMT:

Na avaliação do representa do ICMBio [de Mato Grosso, Fernando Francisco Xavier], houve equívoco por parte dos fazendeiros, já que nem o pesquisador, nem o grupo da UFMT, iriam realizar consulta pública. *“Tem algumas pessoas, com interesses contrários, disseminando informações erradas de que esses fazendeiros seriam retirados da área. O processo ainda não está pronto, mas precisamos aprofundar esse debate. Nós estamos preocupados porque tem pessoas sendo ameaças lá e hoje queimaram outra casa”,* pontuou²⁴⁹⁰.

Trata-se de um grupo de pesquisadores e estudantes de Geografia da UFMT que realizaria um trabalho de campo em Luciara e que foi impedido de entrar na cidade por um grupo de homens armados. Segundo reportagem da “Carta Capital”: “Os proprietários (na realidade, grileiros)²⁴⁹¹ queriam revistar o ônibus, ameaçaram incendiá-lo e proibiram que fossem tiradas fotografias. Também impediram que o grupo seguisse até São Félix do Araguaia”.²⁴⁹² O professor Cornélio Silvano Vilarinho Neto coordenava o grupo e foi ouvido pela reportagem do G1 de 22 de setembro de 2013, e teve parte de seu relato inserido no seguinte trecho:

“Eles avançaram no ônibus, andamos um pouco e, depois que paramos, conversei com eles, disse que iríamos para São Félix do Araguaia e eles disseram que tínhamos que voltar para Cuiabá, se não iriam atear fogo no ônibus. Fomos parados duas vezes e monitorados até que chegássemos em Alto Boa Vista, por homens que estavam em uma caminhonete. Notamos que eles não estavam brincando com a gente”, relatou. [...]

O professor contou que a viagem era para conhecer a região, mas eles foram confundidos com pesquisados do Instituto Chico Mendes. *“Iríamos fazer um trabalho para conhecer a região, claro que iríamos conversar com os retireiros, conheço esses retireiros, mas nunca imaginei que tivesse esse conflito”,* disse.

²⁴⁹⁰ G1. ARAÚJO, Pollyana. [Reportagem]. *Cidade é fechada em MT e casas são queimadas em conflito por terra*. 22/09/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2013/09/casas-de-retireiros-sao-queimadas-em-area-de-conflito-de-terras-em-mt.html>>. Acesso em: 25/04/2017.

²⁴⁹¹ Ressalta-se mais uma vez que essa reportagem categoriza como “grileiros” os agentes históricos envolvidos.

²⁴⁹² CARTA CAPITAL. CANUTO; PASSOS. [Reportagem]. 26/09/2013.

Segundo ele, com a criação dessa associação de retireiros, os pequenos pecuaristas, que estão no local há muitos anos, descobriram que essas terras são devolutas da União, e daí pediram que fosse transformada em unidade de conservação, porém, “os fazendeiros que estão no local demonstraram resistência e, por isso, estão fazendo ameaças”. Outro pesquisador já havia sido impedido de permanecer na cidade nessa mesma semana.²⁴⁹³

Os Retireiros do Araguaia foram colocados pelo entrevistado como “pequenos pecuaristas” ameaçados por “fazendeiros”, seguindo a mesma dinâmica de polarização e generalização descrita anteriormente. Contudo, o foco do relato é a situação de conflito que atingiu aquele grupo, tal como em outra reportagem do jornal “O Globo”, datada de 22 de setembro de 2013, na qual se lê que “O professor teria tentado dialogar com o grupo, mas o ônibus em que viajavam foi alvo de pedras e chutes. Os manifestantes ameaçaram queimar o veículo”, além de que “[...] a equipe foi alvo de outras ameaças. O ônibus foi seguido, outra vez parado e eles foram ameaçados e impedidos de ir para São Felix do Araguaia (MT).”²⁴⁹⁴

6.7. Indicações dos agentes históricos envolvidos, das causas da situação de conflito em Luciara em diferentes narrativas

Diante desses relatos de envolvidos em meios de comunicação com circulação nacional, um efetivo da Polícia Militar (PM) foi enviado para Luciara e com mais dez policiais federais que chegaram no dia 24 de setembro à cidade, onde realizaram prisões de alguns envolvidos que foram encaminhados para São Félix do Araguaia para prestar depoimento e em seguida conduzidos para a cadeia municipal. A ação rápida foi resultado da atuação do Ministério Público Federal (MPF) que havia emitido três mandados de prisão temporária expedidos pela 8ª Vara Federal de Cuiabá e que indicam os crimes de associação criminosa, sequestro, cárcere privado e ameaças à vida de retireiros, agentes da Prelazia, pesquisadores do PNCSA, além dos estudantes e professores da UFMT.

O então procurador do MPF, Wilson Rocha de Assis, apontava que seria

²⁴⁹³ G1. ARAÚJO, Pollyana. [Reportagem]. 22/09/2013.

²⁴⁹⁴ O GLOBO. CARVALHO, Neide. [Reportagem]. *Fazendeiros e Grileiros fecham acessos de Luciara (MT)*. 22/09/2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/fazendeiros-grileiros-fecham-acessos-de-luciara-mt-10088801>>. Acesso em: 16/05/2017

um “grupo” de moradores de Luciara o responsável pela organização da manifestação e pela realização do churrasco oferecido à população municipal e que alguns desses manifestantes praticaram atos de violência, conforme pode ser visualizado no trecho da reportagem abaixo:

De acordo com o Procurador Wilson Rocha de Assis, o grupo usava a desinformação e controle político para tentar colocar a população da cidade contra os retireiros. *“Esses setores têm afirmado que é um ato de desapropriação, que o poder público vai tomar as áreas e vai expulsar as pessoas que residem na região, o que não é verdade, especialmente considerando que é uma região que tem uma ocupação antiga. A boa fé dessas pessoas tem que ser contemplada na medida que a lei autorize”, afirmou.*²⁴⁹⁵

O MPF realizou o pedido de prisão provisória de quatro suspeitos durante os dias do conflito e o poder judiciário foi acionado pelos repórteres para indicar quais seriam os procedimentos legais que estavam adotando diante de tal situação. Em reportagem do “Repórter Brasil”²⁴⁹⁶, o também procurador federal do MPF, Lucas Aguilar Sette - que teria visitado a cidade “para reunir provas e identificar os responsáveis pelo que classifica como uma explosão de violência”, afirma que *“Os fazendeiros e políticos locais cooptaram pessoas promovendo um churrasco de três dias e passando informações equivocadas para a população. As pessoas bebiam, iam fazer ameaças e voltavam para a festa”*. Os responsáveis pela organização das manifestações teriam provocado o pânico entre moradores, pois *“os agitadores utilizaram o exemplo de Posto da Mata, vilarejo irregular construído dentro da Terra Indígena Marãiwatsédé e desocupado no ano passado”*. Conforme essa mesma narrativa jornalística, o MPF investigava ainda o apoio às manifestações por parte de órgãos e servidores públicos, indicando que o procurador geral Lucas Aguilar Sette teria afirmado que: *“Além das prisões, estamos investigando o motivo de os órgãos públicos da cidade não terem funcionado na sexta-feira. A menos que estejam apoiando, não faz sentido repartições fecharem as portas”*²⁴⁹⁷.

²⁴⁹⁵ AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015.

²⁴⁹⁶ REPÓRTER BRASIL. SANTINI. [Reportagem]. 27/09/2013.

²⁴⁹⁷ REPÓRTER BRASIL. SANTINI. [Reportagem]. 27/09/2013.

Além de servidores de órgão públicos, também os comerciantes foram indicados como protagonistas da situação de conflito de 2013 por parte de uma narrativa da Articulação Araguaia Xingu (AXA) na qual são apontados “fazendeiros e comerciantes da cidade” como os que estariam “à frente das ações que tem ocorrido recentemente”. Reportagem ressalta que o “conflito destes com os Retireiros do Araguaia em Luciara é antiga, porém nestes últimos dias, Luciara vive uma onda de terror e perseguição sem precedentes”, dentro da qual esses agentes históricos estariam usando “a desinformação e controle político para tentar colocar a população da cidade contra os retireiros.”²⁴⁹⁸

Ademais, registros fotográficos e audiovisuais corroboravam com o fato de que parte significativa da população de Luciara participou das manifestações de 2013, mas o que se buscava era identificar os responsáveis pelo conflito e os atos de violência, bem como as explicações sobre a “causa” daquela situação conflitiva. De modo geral, as narrativas jornalísticas convergem para a indicação de que a causa seria a proposta de criação da RDS Mato Verdinho e se distanciam quanto aos argumentos e à seleção de entrevistados realizadas pelos seus autores/editores.

Embora alguns Retireiros do Araguaia e seus apoiadores tenham sido ouvidos e tenham trechos de seus relatos inseridos em narrativas jornalísticas tanto de meio de comunicação nacionais, como estaduais, é possível identificar uma tendência de que meios de comunicação e/ou jornalista contrários à proposta da criação da RDS e/ou alinhados aos apoiadores do agronegócio buscassem relatos de políticos e entidades ligadas aos agentes históricos avessos à demarcação, como pode ser observado nos trechos de narrativas jornalísticas acima citados. Também é possível apontar a tendência de outros meios de comunicação e/ou jornalistas favoráveis à luta pelo reconhecimento da RDS Mato Verdinho incorporam relatos de pesquisadores e técnicos de órgãos públicos envolvidos na formulação daquela proposta, além de indicar a problemática estrutura fundiária e o *processo histórico* de apropriação da natureza em Luciara.

²⁴⁹⁸ AXA. [Reportagem]. *Casa de líder dos Retireiros do Araguaia é queimada e aumenta tensão em Luciara/MT.* s/d. Disponível em: <<http://axa.org.br/2013/09/incendiada-casa-de-mais-um-retireiro-em-luciaramt/>>. Acesso em: 25/04/2017.

Apesar das especificidades de cada narrativa jornalística e de oscilações de abordagens por parte do mesmo meio de comunicação e/ou jornalista²⁴⁹⁹, é possível identificar que organizações como a AXA que publicou uma reportagem assinada por Telma Aguiar na qual é incorporado relatos do Superintendente do SPU-MT, Wilmar Schrader, sobre as possibilidades de titulação nos seguintes termos: Uma seria o Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS que está sendo mais cogitada para as famílias da Mato Verdinho, e a outra seria a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)”, mas seriam dispositivos jurídicos que garantiriam a regularização fundiária gratuita a “pequenos agricultores sem outras propriedades, com renda de até cinco salários mínimos” e “onerosa se o ocupante não se enquadrar nestes critérios”.²⁵⁰⁰ Na mesma reportagem, o superintendente esclarece que:

“Será feito um levantamento sobre quem tem ou não perfil para permanecer na área e no caso de haver alguém que não possa permanecer, essa pessoa será sim notificada”, disse o superintendente reconhecendo o que chamou de “hábito de grilagem”.

Ele disse também que há pessoas que têm títulos de compra e venda “voadores” que podem se regularizar dentro de um ou outro perfil. *“Se uma pessoa ocupa uma área de três mil hectares, e que tenha título que não foi expedido nem pelo estado, nem pela União, que são nulos desde agora, poderá ser regularizada com área menor. Dificilmente ela poderá receber título de uma área que supostamente venha a ser comprovada oriunda de grilagem”* exemplificou Schrader.

“Quem tem perfil para permanecer, permanecerá de uma forma autorizada pela União. Tiraríamos todo mundo da área para quê? Na verdade, essa área é para ser usada desde que de forma racional e sustentável, o que não pode é a margem do Rio Araguaia, que é pública, ser cercada e não deixar mais ninguém entrar” afirmou Vilmar Schrader.²⁵⁰¹

Seria proveniente dessa situação proposta a insatisfação dos agentes históricos contrários à demarcação da RDS. Para a AXA:

De fato, os fazendeiros da região seriam os mais prejudicados pela Portaria revogada. Aqueles que grilaram estas terras para formar latifúndios teriam suas fazendas passíveis de desapropriação [...].

²⁴⁹⁹ Essa dinâmica pode ser observada nas reportagens dos dias 22 e 23 de setembro de 2013 escritas por Pollyana Araújo e publicadas pelo G1 que foram citadas anteriormente e que refletem a busca pelas diferentes perspectivas por parte da jornalista.

²⁵⁰⁰ AXA. AGUIAR [Reportagem]. 2015.

²⁵⁰¹ AXA. AGUIAR. [Reportagem]. 2015.

Já os produtores de soja que “chiaram” muito, estariam interessados em adquirir quotas de Reserva Legal (RL) a preços módicos já que o novo Código Florestal permite que sejam compradas reservas fora da propriedade na qual ocorre o desmatamento, desde que seja no mesmo bioma. Ou seja, a área sendo da União não poderia mais ser comprada para reserva, nem poderia ser especulada²⁵⁰².

A indicação do interesse de produtores de soja em adquirir áreas dos varjões para serem transformadas em reserva legal seria uma explicação para o empenho da FAMATO e de políticos ligados ao Agronegócio” - como Nilson Leitão - de se empenharem para a suspensão da portaria de criação da RDS Mato Verdinho. Contudo, não eram apenas esses os interesses que influenciaram a situação de conflito e o *processo histórico* de apropriação da natureza em Luciara.

Assim sendo, outras narrativas jornalísticas indicam tais elementos, como pode ser observado no seguinte trecho de uma reportagem do G1:

Segundo Rubens Sales, retireiro do município de Luciara, o grupo, que utiliza as margens do rio para criar gado e fazer pequenas plantações, quer que o governo regularize as terras. “*Vivemos um conflito terrível, não sabemos se quando tirarmos o gado da margem, se voltaremos de novo no mês de abril. Não temos área demarcada e a grilagem lá é todo dia, todo dia tem uma cerca nova em nossas terras, estamos sendo recuados*”.²⁵⁰³

Essa reportagem de 2015 foi divulgada após o debate ser intensificado outra vez com a publicação de uma portaria que revogava a anterior na qual o SPU indica a extensão da área da RDS Mato Verdinho.

A reportagem “A luta dos caboclos retireiros que criam gado no Araguaia” do Jornal “Estado de São Paulo”, aponta o *processo histórico* marcado pela expropriação resultante do avanço das empresas agropecuárias a partir de meados de 1960, indicando que a partir da década de 1990 “[...] pecuaristas e grileiros do Sul do País começaram a chegar à região para ocupar as terras férteis que pertencem legalmente à União. Eles fecharam acessos a lagoas e

²⁵⁰² AXA. [Reportagem]. *SPU cede a pressões e revoga a portaria 294*. 02/02/2015. Disponível em: <<http://www.axa.org.br/2015/02/spu-cede-a-pressoes-e-revoga-portaria-294-que-declarava-terras-de-interesse-publico-no-araguaia/>>. Acesso em: 18/05/2017.

²⁵⁰³ G1. SAMPAIO. [Reportagem]. 18/08/2015.

praias, alterando a vida da comunidade.”²⁵⁰⁴ Na mesma reportagem, um trecho do relato de Rubem Taverny Sales foi incorporado:

As famílias de retireiros possuem hoje perto de 3 mil cabeças de gado. Nos currais dos fazendeiros, os números ultrapassam 90 mil cabeças. Rubem Salles, líder dos retireiros que teve a casa queimada, diz que grileiros continuam a exercer forte pressão. “*É uma situação difícil demais. Enquanto a reserva não sair, vamos ficar desse jeito. Eles estão jogando as cercas cada vez mais para cima das terras, expulsando as pessoas*”, diz Rubem. “*Nosso gado está pastando dentro da água, porque não temos mais onde colocar. Os animais comem dentro da água, depois caçam algum lugar para dormir, no seco*”²⁵⁰⁵.

Na reportagem assinada por Lilian Brandt e intitulada “Terra em disputa: Os retireiros do Araguaia” da AXA, se encontra o indicativo de que a “grilagem” é parte do problema em relação à estrutura fundiária não apenas de Luciara, mas de outros municípios próximos, uma vez que a “grilagem de terras geralmente é feita para a aquisição de financiamentos bancários dando a terra como garantia.”²⁵⁰⁶. Nesse sentido, a RDS Mato Verdinho seria uma forma de “regularização fundiária”, na qual os “grileiros”, ou seja, “aqueles que se apropriaram ilegalmente de grandes áreas de terras devolutas através de documentos falsos”, “teriam suas fazendas passíveis de desapropriação”. Ademais, a jornalista indica as ações realizadas pelos “fazendeiros”:

Enquanto agem nas esferas de decisões políticas, os fazendeiros também intervêm na área reivindicada pelos retireiros. O procurador [Wilson Rocha de Assis] afirma que o Ministério Público tem recebido diversos relatos sobre novas cercas e atos de invasão de terras públicas. “*Estamos tomando todas as providências para que esses atos sejam processados e punidos na forma da lei.*”, garante.²⁵⁰⁷

Ademais, nessas narrativas jornalísticas alguns elementos das complexas *relações de poder* local foram incorporadas por meio das narrativas dos entrevistados, como ocorre com Noely Paciente Luz que, enquanto advogada de uma associação de “produtores rurais”, indica supostas irregularidades no processo

²⁵⁰⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. BORGES, André; NOSSA, Leonencio. [Reportagem]. 16/06/2016.

²⁵⁰⁵ O ESTADO DE SÃO PAULO. BORGES, André; NOSSA, Leonencio. [Reportagem]. 16/06/2016

²⁵⁰⁶ AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015.

²⁵⁰⁷ AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015.

administrativo de demarcação da RDS Mato Verdinho numa reportagem publicada pela FAMATO²⁵⁰⁸ em 2013, uma vez que “[...] o instituto não deu vistas ao processo e não aceitou os protocolos apresentado pela associação que argumentavam os motivos para a suspensão da criação da reserva.” Além dessa acusação, a advogada argumental que seria a família de Rubem Taverny Sales quem era a maior interessada na efetivação da demarcação, pois: “A família que sugeri a criação da reserva não possui terra na parte alta do município, então ela está requerendo a reserva para desapropriar as áreas produtivas.”²⁵⁰⁹ Essa reportagem da Assessoria de Comunicação da FAMATO reforça essa argumentação no trecho:

A criação da RDS foi pleiteada por um pequeno grupo de retireiros formado por uma família de aproximadamente 20 pessoas. “*Essa família fez esse pedido ao Instituto Chico Mendes. O instituto aceitou o processo sem considerar a vontade da maioria da população do município, que é contrária à criação desta reserva. Nessa audiência, queremos que as autoridades nos escutem, porque nós, e a maioria da população de Luciara, somos contra a criação desta reserva*”, informa a advogada da Associação dos Produtores e Retireiros do Araguaia, Noely Paciente Luz.²⁵¹⁰

Em meio ao conflito, são apresentadas as antigas disputas pelos varjões e terras altas de Luciara entre os descendentes da família de Lúcio de Luz, outros moradores, sobretudo os retireiros, além de proprietários, grileiros e outros posseiros que chegaram na segunda metade do século XX. Noely Paciente da Luz traz uma narrativa com categorias jurídicas e com argumentos que a colocam não somente como representante da associação de Retireiros do Araguaia e produtores, mas também como defensora de toda a população do município.

Desse modo, a demanda pela RDS Mato Verdinho tem relação direta com as *relações de poder* locais, a estrutura fundiária do município, características dos varjões, atividades realizadas pelos Retireiros do Araguaia e com *processo histórico* de apropriação da natureza que dinamizou a *situação de fronteira* existente em Luciara e que refletiram no conflito de 2013.

²⁵⁰⁸ FAMATO. [Reportagem]. *Audiência Pública em Luciara ouvirá os moradores sobre criação de reserva ambiental*. 21/09/2013. Disponível em: <http://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=234759>. Acesso em: 04/02/2017

²⁵⁰⁹ FAMATO. [Reportagem]. 21/09/2013.

²⁵¹⁰ FAMATO. [Reportagem]. 21/09/2013.

6.8. Narrativas de aliados na defesa da criação da RDS Mato Verdinho

Após a situação de conflito em Luciara em 2013, Retireiros do Araguaia e aliados passaram a publicar narrativas que buscavam dar legitimidade à luta pela criação da RDS Mato Verdinho em *sites* como o da AXA, bem como serem inseridos em reportagens de meios de comunicação de circulação nacional enquanto estratégia de divulgar aquela demanda e ampliar a visibilidade do conflito que ocorreu em 2013 e que ressoava nos anos seguintes através de uma situação de tensão constante enfrentada pelos defensores daquela proposta.

Assim sendo, a complexa dinâmica social que atravessa o *processo histórico* de apropriação da natureza é retomada por Retireiros do Araguaia e apoiadores, como se lê no trecho da reportagem da AXA:

O professor e diácono da Prelazia de São Félix do Araguaia, José Raimundo Ribeiro da Silva, mais conhecido como Zecão, residente há 31 anos em Luciara, apoiador dos retireiros, explica como nasceu a Mato Verdinho: *“eram vaqueiros do coronel Lúcio da Luz que ganhavam gado na sorte, de cada quatro bezerros nascidos na fazenda, o vaqueiro ficava com um, o coronel dizia “te dou o bezerro e você solta no varjão”, que era terra de ninguém, e nisso vários vaqueiros foram soltando gado e se juntando. Criaram uma comunidade tradicional, um cuidava do gado do outro, como não tinha cerca era uma propriedade comunal. Eles desenvolveram saberes e aprenderam a se relacionar com o rio, com a natureza, conhecendo o nome de todos os peixes, ervas e tudo”*. [...]

“O retireiro precisa da terra baixa e alta, a baixa porque quando a vazante do rio recolhe vem um pasto nutritivo fabuloso e aí a criação do gado quase a custo zero. Mas quando vem a cheia ele precisa retirar o gado para a terra alta, aí os fazendeiros começaram a explorá-los cobrando um aluguel muito caro, até para forçá-los a vender os retiros” conta Zecão²⁵¹¹.

Noutra reportagem da AXA, a narrativa incorpora explicações sobre o que era um retiro que seriam dirigidas para “quem não é da região”, indicando ser “[...] uma casinha simples, bem longe da cidade, nas proximidades do rio Araguaia ou de um lago que a ele se conecta” e que tem como instalações um “[...] piquete para tratar de uma vaquinha leiteira, curral e cisterna. Alguns poucos ainda têm galinhas, uma roça e até uma horta”, utilizados pelos “[...] “retireiros” os criadores

²⁵¹¹ AXA. AGUIAR. [Reportagem]. 2015.

de gado que usam as áreas de várzea do rio Araguaia durante as secas e, quando o rio sobe, retiram os animais para terras mais elevadas.”²⁵¹²

Segundo reportagem da “Carta Capital”, os retiros e a lida com o gado seriam “práticas tradicionais”, e

A identidade retireira tem relação com os ocupantes não indígenas da região do Vale do Araguaia. São pequenos criadores que criam à solta seu gado nas pastagens naturais do cerrado e varjões da região, numa dinâmica de agroextrativismo do capim nativo. É uma prática tradicional, adequada às características ecológicas e sociais locais que se mantêm desde a década de 1930, data da presença dos primeiros sertanejos na região de Luciara.²⁵¹³

Nesse sentido, a “identidade retireira” é acionada a partir de sua ligação com o passado de apropriação das áreas de varjões antes de outros agentes históricos e da adaptação dos vaqueiros pela prática da lida com o gado num ambiente específico. Esse passado se reafirma no presente através das práticas cotidianas que reproduzem as técnicas e saberes que permitem a lida com o gado, o uso coletivo diferenciado da “terra” e a relação com a natureza. Essa abordagem é reforçada no seguinte trecho da mesma narrativa jornalística:

O gado é criado de forma extensiva em terras comuns com pouca alteração da paisagem natural. Nestas áreas há o espaço do retiro, local de moradia e manejo do gado, organizado individualmente ou em grupo. Nos retiros são construídas casas, piquetes para manejo de gado, currais e cisternas. Varjões, lagos, rios, matas não inundáveis e toda a paisagem é de uso comum.²⁵¹⁴

Essa mesma argumentação utilizada nessa narrativa por Antônio Canuto e Cristiane Passos, também pode ser identificada num trecho do relato do diácono da Prelazia de São Félix do Araguaia publicado em 27 de setembro de 2013 pelo “Repórter Brasil”, indicando que:

“Temos de preservar uma comunidade que há mais de 60 anos lida com gado no “varjão” do Araguaia. Esse gado se sustenta ali e fica quatro, cinco meses na área de várzea. Depois, o retireiro retira e vai para o lugar alto, onde constrói sua casa, tem uma horta. Ele tira o leite e espera a água baixar para voltar com o gado para lá. Nessa labuta, [os retireiros] construíram saberes sobre a biodiversidade, a fauna e flora, o

²⁵¹² AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015.

²⁵¹³ CARTA CAPITAL. CANUTO; PASSOS. [Reportagem]. 26/09/2013.

²⁵¹⁴ CARTA CAPITAL. [Reportagem]. Antônio Canuto e Cristiane Passos. 26/09/2013.

*relacionamento com o rio. Eles conhecem a natureza como poucos”, diz Zecão.*²⁵¹⁵

Em outra reportagem, a AXA indica que a dinâmica de uso das terras e dos varjões, afirmando que os retiros “[...] se constituem numa forma de regime de propriedade privada, enquanto que a grande matriz de cerrado – incluindo os varjões, lagos, rios, matas não inundáveis e toda a paisagem – está submetida a um regime de propriedade comum entre os retireiros.”²⁵¹⁶ Lilian Brandt, da AXA, aponta como seria a rotina e cotidiano dos Retireiros do Araguaia:

No Araguaia a sazonalidade é bem marcada. Tem o tempo da seca, quando o rio forma praias, e tem o tempo das chuvas, quando o rio fica cheio. Estamos todos nos relacionando diariamente com a natureza. A mudança do clima é sentida no corpo, na rotina e na alimentação. Cada mês é um tipo de peixe diferente, uma técnica de pesca específica. Cada mês se planta ou se colhe determinada coisa. Cada época tem seu lazer: acampar nas praias, acampar nos lagos, ir para esse ou aquele retiro. Aqui, quem não tem um retiro, vai passar o final de semana no retiro do amigo.²⁵¹⁷

Ao analisar essas reportagens com narrativas produzidas por aliados ou que incorporaram parte de narrativas de entusiastas da criação da RDS Mato Verdinho, é perceptível a argumentação de que os Retireiros do Araguaia possuem uma relação diferenciada com a natureza através de sua lida com o gado em áreas dos varjões de uso comum. Todavia, essa estratégia foi complementada com o uso de argumentações legais baseadas em distintos dispositivos jurídicos que possibilitam o entendimento de que a criação da RDS é tanto legítima, quanto legal.

Numa reportagem da AXA, Lilian Brandt aponta que as áreas alagáveis de um rio são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP) e que, de acordo com o Código Florestal (Lei nº 12.651/12), “[...] são áreas naturais intocáveis, com rígidos limites de exploração. As APPs se destinam a conservar solos e, principalmente, as matas ciliares, protegendo os rios e reservatórios de

²⁵¹⁵ REPÓRTER BRASIL. SANTINI. [Reportagem]. 27/09/2013.

²⁵¹⁶ AXA. [Reportagem]. Casa de líder dos Retireiros do Araguaia é queimada e aumenta tensão em Luciara/MT. s/d. Disponível em: < <http://axa.org.br/2013/09/avancos-na-implantacao-da-reserva-dos-retireiros-araguaia-deflagra-conflito-clima-de-tensao-em-luciaramt/>>. Acesso em: 16/05/2017.

²⁵¹⁷ AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015.

assoreamentos, garantindo a preservação da vida aquática.”²⁵¹⁸ E o uso dos varjões pelos Retireiros do Araguaia seria uma exceção que órgãos ambientais poderiam autorizar uma vez que “[...] o Estado reconhece que seu modo de vida é sustentável. Em 26 de novembro de 2014 foi publicada a Portaria nº 294 da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), declarando as áreas de várzea do rio Araguaia como terras de interesse público da União.”²⁵¹⁹ Por fim, a mesma reportagem apresenta outras argumentações favoráveis à permanência dos retireiros nos varjões para a manutenção da biodiversidade:

Até um tempo atrás se pensava que para conservar um ambiente natural era preciso tirar todas as pessoas que viviam nele. Esquecia-se que todo o território brasileiro era antes habitado pelos indígenas e que a natureza não era “intocada”, muito pelo contrário, a natureza sempre foi manejada. Percebeu-se então que, não só os índios, mas também muitas populações tradicionais desempenham um papel fundamental na proteção da natureza, bem como na manutenção da diversidade biológica. A partir dessa percepção, se criou no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) a categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que tem como principal característica a integração de pessoas com a conservação do ambiente. É o reconhecimento do Estado de que as pessoas que viveram em determinado território desenvolveram, ao longo de gerações, uma série de conhecimentos para utilizar os recursos naturais sem esgotá-los, ou seja, de modo sustentável. Os territórios das RDS são de domínio público, entendendo, portanto, que aquela população desempenha um papel importante para toda a nação, e por isso, tem por direito viver daquela terra. A população deve ser a responsável pela gestão da área, participando das atividades de manejo dos recursos naturais e fazendo a vigilância da reserva²⁵²⁰.

Dessa forma, a AXA uma posição política através de suas narrativas jornalísticas após os conflitos de 2013, acompanhando os desdobramentos do conflito, assim como outras associações, ONGs, órgãos públicos e entidades da sociedade civil que se alinharam à demanda dos Retireiros do Araguaia. Concomitantemente, outros agentes históricos tomaram posição contrária à proposta de criação da RDS e assumiram seus postos na *luta de representações* e adotando *práticas sociais* específicas.

²⁵¹⁸ AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015.

²⁵¹⁹ AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015.

²⁵²⁰ AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015.

6.9. O ICMBio, SPU, MPF, CNA e FAMATO entram em cena com outras narrativas e ações

Após o conflito de 2013 em Luciara, e respondendo à acusação de que a proposta de criação da RDS ocorreu sem o diálogo com os moradores, o ICMBio elaborou e distribuiu a cartilha “Dúvidas e Esclarecimentos sobre a Proposta de Criação da RDS do Mato Verdinho/MT”. Nessa cartilha o instituto informa que a criação de uma Unidade de Conservação (UC) do tipo RDS teria como “[...] objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas”²⁵²¹. Ademais, apresenta como estão normatizadas as UC, sua gestão e traz a explicação do que seria uma RDS nos seguintes termos:

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável pertence ao grupo de UC de **uso sustentável** e é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.²⁵²²

A tentativa de esclarecimentos foi tardia, pois a divulgação da possibilidade da criação de uma RDS em Luciara causou estranhamento e revolta entre parte de sua população, intensificada pelo argumento de que a mesma havia sido concebida “[...] de cima pra baixo, por vontade unilateral de autoridades do Governo Federal” e “[...] planos de manejo inventados por intelectuais estranhos que estariam ditando regra sobre o modo de vida dos retireiros”, conforme observa Porto-Gonçalves.²⁵²³ Essa acusação tinha como alvo esse mesmo geógrafo que foi um dos principais envolvidos nessa polêmica, uma vez que na condição de professor da UNEMAT, vindo do Rio de Janeiro, foi apontado como um desse “intelectuais estranhos” que teriam auxiliado a “inventar” os planos de manejo.

Naquele mesmo ano, noutra reportagem do ICMBio intitulada “RDS no Mato Grosso trará benefícios à população local”, é divulgado que:

²⁵²¹ ICMBio [Cartilha] **Cartilha “Dúvidas e Esclarecimentos sobre a Proposta de Criação da RDS do Mato Verdinho/MT”**. Brasília – DF, 2013, p. 02.

²⁵²² ICMBio, [Cartilha], 2013, p. 04.

²⁵²³ PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 109.

A RDS terá como objetivo a manutenção do sistema de vida tradicional dos Retireiros do Araguaia, que consiste no pastoreio de gado com a utilização de pastagens nativas. E tais atividades são adequadas à condição ambiental da região, e com importância para a economia local e continuarão sendo exercidas de forma sustentável dentro da RDS proposta.

Em uma RDS pode-se - segundo o artigo 20 da Lei do SNUC²⁵²⁴: incentivar a visitação pública, a exemplo do turismo nos lagos, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área; a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.²⁵²⁵

Logo, os “benefícios” da criação de um RDS em Luciara estariam direcionados aos Retireiros do Araguaia e poderiam se estender a outros moradores através do turismo e outras atividades econômicas, desde de que adaptadas às normativas. Entretanto, ao especificar “quem sai ganhando”, o ICMBio enfatiza que a criação de uma RDS “[...] visa conservar a diversidade biológica e os recursos naturais utilizados pelos beneficiários da unidade de conservação – no caso as comunidades tradicionais” e que, além do direito de uso da terra, ainda possibilitaria o acesso ao apoio técnico para planos de manejo e formação de conselho, “[...] permitindo que esses beneficiários sejam incluídos nos programas federais, tais como Bolsa Verde, Luz para Todos, entre outros...”.²⁵²⁶

Na prática, diversos agentes históricos contrários à RDS utilizavam o argumento de que a sua demarcação beneficiaria tão somente as famílias dos Retireiros do Araguaia em detrimento aos interesses dos “moradores da cidade” e dos “produtores rurais”, utilizando-se dessas e outras categorias generalizadoras. Esse foi um dos principais argumentos do pedido feito pelo então deputado Nilson Leitão de uma Audiência Pública realizada em Luciara na qual o presidente do ICMBio, Roberto Ricardo Vizentin, recebeu em 09 de outubro de 2013

²⁵²⁴ Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

²⁵²⁵ ICMBio. TAVARES, Sandra. [Reportagem] *RDS no Mato Grosso trará benefícios à população local*. 27/09/2013. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4348-caso-rds-seja-criada-em-luciara-o-maior-beneficiario-sera-a-populacao-local>>. Acesso em: 27/03/2017.

²⁵²⁶ ICMBio. TAVARES. [Reportagem] 27/09/2013.

representantes dos retireiros e de “produtores”, conforme indica uma reportagem da autarquia do dia seguinte²⁵²⁷, além de outros participantes apontados, a saber:

Também participaram da reunião o coordenador-geral de Movimentos do Campo e Territórios, da Secretaria Geral da Presidência da República, Nilton Tubino; Letícia Abadia, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA); o deputado federal Valtenir Pereira (PROS-MT); o deputado estadual Dilmar Dal Bosco (DEM); o prefeito do município de Luciara, Fausto Azambuja Filho (PSB) e o presidente da Câmara Municipal de Luciara, vereador Celso dos Anjos Feitoza.²⁵²⁸

Essa listagem de participantes é apresentada na reportagem vinculada pelo próprio ICMBio no mesmo dia da Audiência Pública, intitulada “Vizentin debate a criação da RDS do Mato Verdinho”, na qual é possível observar que o presidente do instituto precisou responder à posições de insatisfação de parte dos presentes, como pode ser lido no seguinte trecho:

Segundo o relato dos participantes do encontro, boa parte da população do município não foi consultada sobre o processo de criação da unidade de conservação (UC), iniciado em 2003. Roberto Vizentin explicou aos presentes como é realizado o processo de criação de uma unidade de conservação e destacou a importância do diálogo com os vários setores envolvidos. *“Não existe a possibilidade de ser criada uma reserva sem a participação da população, do poder público e sem a realização de consultas públicas. Vamos constituir um grupo técnico e reconstruir todo o processo, para colocar tudo às claras para a sociedade. Além disso, vamos até o município de Luciara para conversar com a população, ouvir os anseios e buscar um encaminhamento concreto”*, frisou Vizentin.²⁵²⁹

Na ocasião, a reportagem destaca os esclarecimentos sobre a controvérsia envolvendo a falta de informações de consulta aos moradores de Luciara, reforçando ainda que:

No momento, a proposta de criação da UC está com os estudos finalizados, pronta para entrar na fase de realização das consultas públicas, abertas à sociedade. A Lei 9.985/00, que institui o

²⁵²⁷ ICMBio. [Reportagem]. *Mato Verdinho vira Unidade de Conservação*. 10/10/2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2013/10/mato-verdinho-vira-unidade-de-conservacao>>. Acesso em: 16/05/2017.

²⁵²⁸ ICMBio. Rodrigo Rueda. [Reportagem]. *ICMBio irá realizar consulta pública com a população de Luciara (MT)*. 09/10/2013. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/4395-vizentin-debate-a-criacao-da-rds-do-mato-verdinho>>. Acesso em: 27/03/2017.

²⁵²⁹ ICMBio. Rodrigo Rueda. [Reportagem]. 09/10/2013.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) prevê a divulgação ampla dos dias, horários e locais onde a consulta pública será realizada, visando garantir a participação ampla e democrática de todos os cidadãos.

Durante o período de consulta, a proposta será apresentada de forma clara, ouvindo todos os lados envolvidos. A maior área da proposta de criação da RDS do Mato Verdinho é composta por planícies alagáveis da bacia do Rio Araguaia, sendo inclusive, um dos pontos a serem tratados na consulta pública.²⁵³⁰

Apesar dessas ponderações e esclarecimentos, o conflito do mês anterior abalou o andamento da proposta da criação da RDS, pois expôs a insatisfação de parte significativa da população de Luciara e o poder político de aliados aos agentes históricos contrários. Mesmo antes da realização dessa Audiência Pública, ocorreu um movimento de recuo diante dessa proposta, primeiramente em 22 de setembro daquele ano, quando o presidente do ICMBio declara ao “Jornal O Globo” que a criação da RDS Mato Verdinho não poderia ser justificativa para conflitos e que havia previsão de Audiências Públicas:

“O projeto está em estudo e não justifica de forma alguma uma ação deste tipo, que cria um estado de anomia, de ausência de normas e leis. Querem resolver na carabina. Existe sim viabilidade para criação da reserva, pois a maior parte das terras é da União, mas ela não será criada sem uma discussão com a sociedade, por meio de audiências públicas que sequer foram marcadas” afirmou Vizentim.²⁵³¹

Uma semana depois, é possível identificar que a autarquia recuava na proposta de delimitação com a argumentação de que buscava evitar assim outros possíveis conflitos e atos de violência, de modo que Fernando Francisco Xavier, servidor do ICMBio e coordenador dos estudos que basearam a proposta inicial da RDS, informa ao “Repórter Brasil” uma redução da área proposta:

Para minimizar a tensão fundiária, porém, o ICMBio passou a trabalhar com 110 mil hectares. *“Vimos a necessidade de diminuir para uma área menor em função dos conflitos existentes. Decidimos delimitar o espaço de uso da comunidade, ainda que em prejuízo dos retireiros para viabilizar a reserva. Isso mesmo considerando que muitas terras não têm atividade*

²⁵³⁰ ICMBio. Rodrigo Rueda. [Reportagem]. 09/10/2013.

²⁵³¹ O GLOBO. Neide Carvalho. [Reportagem]. *Fazendeiros e Grileiros fecham acessos de Luciara (MT)*. 22/09/2013.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/fazendeiros-grileiros-fecham-acessos-de-luciara-mt-10088801>>. Acesso em: 16/05/2017.

agrícola”, explica Fernando Francisco Xavier, o coordenador do ICMBio.²⁵³²

Diante da situação de conflito de 2013, não apenas o ICMBio adotou *práticas sociais* e narrativas que buscassem apaziguar o clima de tensão em Luciara e justificar a finalidade da criação da RDS Mato Verdinho. A fim de contrapor o argumento de que a RDS seria somente de interesse de famílias de Retireiros do Araguaia, o MPF/MT indica em narrativas jornalísticas da assessoria institucional que a área contemplaria a ampliação de terras indígenas dos povos indígenas Tapirapé e Karajá, possibilitaria a consolidação de outras, como a dos Kanela do Araguaia e Xerente Agapito, além de permitir a consolidação de uma Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ). Algumas dessas demandas são colocadas uma reportagem de 2015 no seguinte trecho:

O documento do MPF recomenda ainda que a SPU outorgue Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para as áreas objeto de ocupação tradicional pela comunidade dos Retireiros do Araguaia e pela etnia Kanela do Araguaia, no município de Luciara (MT).

Povos tradicionais - Na região nordeste do Vale do Araguaia, quatro etnias reivindicam territórios. Para tratar desses pleitos, o MPF recomenda que a Funai faça a designação de grupos de trabalho para iniciar os estudos necessários para a delimitação do território reivindicado pelos índios Kanela do Araguaia e Xerente Agapito. A Funai também deve dar andamento aos procedimentos necessários para concluir a demarcação das Terras Indígenas São Domingos e Tapirapé-Karajá.²⁵³³

Nesse sentido, a área pertencia a diferentes territórios de povos e “populações tradicionais”, demarcados conforme suas especificidades legais, sendo uma estratégia de atender aos diferentes agentes históricos e seus pleitos de luta pela terra, que o MPF/MT, sobretudo através do procurador Wilson Rocha Assis, frisava como forma de reduzir os conflitos fundiários e socioambientais historicamente consolidados tanto em Luciara, quanto em municípios próximos.

A SPU não publicou os TAUS, mas diante das pressões do MPF e

²⁵³² REPÓRTER BRASIL. SANTINI. [Reportagem]. 27/09/2013.

²⁵³³ MPF/MT. [Reportagem]. *MPF/MT expedite recomendação sobre regularização fundiária no Vale do Araguaia*. 05/05/2015. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mt/mpf-expedite-recomendacao-sobre-regularizacao-fundiaria-no-vale-do-araguaia>. Acesso em: 27/03/2017.

outros órgãos e entidades, lançou a Portaria 294 em novembro de 2014. Além de cobrar o andamento da proposta da criação da RDS, o MPF realizou uma série de ações no sentido de apurar e penalizar os envolvidos com o conflito do ano anterior em Luciara e que podem ser identificadas em outras narrativas jornalísticas institucionais, como a de 18 de junho de 2014, intitulada “MPF denuncia oito por crimes contra comunidade Retireiros do Araguaia”, na qual se lê:

Oito integrantes da Associação dos Produtores Rurais (Aprorurais), do município de Luciara (MT), foram denunciados pelo Ministério Público Federal de Barra do Garças (MPF/MT) pelos crimes de associação criminosa, sequestro e cárcere privado e ameaça contra a comunidade tradicional Retireiros do Araguaia, professores e estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso, por conta de uma disputa fundiária na região.

De acordo com a denúncia oferecida no dia dois de maio, a investigação conduzida pela polícia e pelo Ministério Público Federal possui elementos que comprovam que as manifestações contra a comunidade tradicional da região do rio Araguaia não decorreram da manifestação espontânea e de pessoas insatisfeitas com a proposta de constituição da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mato Verdinho, destinada a assegurar o modo de vida retireiro.

“As manifestações e os crimes delas decorrentes foram efetivamente orquestrados, coordenados, financiados e estimulados pela associação criminosa da qual fazem parte todos os denunciados”, afirma o procurador da República Wilson Rocha Assis, na denúncia.²⁵³⁴

Nessa reportagem é possível identificar como o procurador interpretou parte das ações que ocorreram no conflito de 2013 em Luciara, considerando que não foram resultado do acaso, mas de planejamento e organização por parte de um grupo que havia as patrocinado, o que pode ser averiguado pela realização de um churrasco durante as manifestações. Um tom combativo aos atos de violência que ocorreram em Luciara é marca dos pronunciamentos de Wilson Rocha Assis, e na mesma reportagem, é possível identificar que o procurador federal encaminhou recomendações para a SPU agir diante do ocorrido com agilidade a fim de resolver os conflitos existentes, nos seguintes termos:

O Ministério Público Federal em Barra do Garças (MPF/MT) encaminhou uma recomendação à Superintendência do

²⁵³⁴ MPF. [Reportagem]. *MPF denuncia oito por crimes contra comunidade Retireiros do Araguaia*. 18/06/2014.

Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-denuncia-oito-por-crimes-contra-comunidade-retireiros-do-araguaia-em-mato-grosso>>. Acesso em: 27/03/2017.

Patrimônio da União em Mato Grosso para que faça a regularização da área tradicionalmente ocupada pela comunidade de Retireiros do Araguaia, no município de Luciara, MT.

O procurador da República Wilson Rocha Assis estabeleceu prazo de 30 dias para que a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) se manifeste sobre o acatamento da recomendação, ou, em caso de não atendimento, as razões que justificam a decisão. Caso a recomendação não seja cumprida, o MPF poderá adotar medidas judiciais para garantir a adequada proteção da comunidade tradicional dos Retireiros do Araguaia.

A recomendação do MPF é para que se proceda à identificação das áreas de propriedade da União ocupadas tradicionalmente pela comunidade, com a consequente criação do Registro de Imóvel Patrimonial (RIP), a ser registrado no sistema próprio do governo federal (Sistema Integrado de Administração Patrimonial - SIAPA), conforme previsto na Portaria SPU nº 89/2010, que disciplina a utilização e o aproveitamento de imóveis da União em favor de comunidades tradicionais com o objetivo de possibilitar o uso racional e sustentável dos recursos naturais voltados à subsistência dessa população.

Após o registro, o MPF recomenda que a União faça a outorga do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) da gleba de terras em favor da Associação dos Retireiros do Araguaia, entidade que representa a Comunidade Tradicional dos Retireiros do Araguaia junto à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

A área que o MPF busca a regularização fundiária e a garantia do direito de uso pela comunidade de retireiros fica no município de Luciara, na região do vale do rio Araguaia, na fronteira leste de Mato Grosso, divisa com o estado do Tocantins. A comunidade dos retireiros possui uma estreita ligação com as áreas inundáveis do rio, onde praticam uma pecuária de subsistência.²⁵³⁵

Diante dessa recomendação e de outras, somadas à pressões legais e políticas, o SPU publicou a Portaria n. 294 no final de 2014, a partir de quando passou a enfrentar outras pressões políticas por parte dos que se colocavam contrários à criação da RDS. Em 2015, a SPU e o MPF/MT divulgaram uma “Nota de Esclarecimento” sobre os efeitos da Portaria n. 294 informando que:

A SPU, portanto, intenciona realizar o ordenamento territorial e fundiário da região com vistas a mitigar os conflitos existentes. Ela assegura que a Secretaria do Patrimônio da União não tem interesse em deslocar a população que está na área de influência da Portaria. O objetivo é trazer maior segurança jurídica a quem ocupa e utiliza áreas da União.

- Na verdade, no processo de ordenamento territorial, por meio da Portaria nº 294/2014, “o poder público federal inicia um amplo, importante e fundamental processo de diálogo com os

²⁵³⁵ MPF. [Reportagem]. 18/06/2014.

governos estaduais, prefeituras e com a sociedade em geral, a respeito da ordenação fundiária da região, objetivando garantir a segurança jurídica no campo, por meio do respeito aos direitos humanos e ao patrimônio da União”.²⁵³⁶

Além da argumentação de que a RDS traria uma maior “segurança jurídica” para aqueles agentes históricos que se apropriaram de terras da União, foi retomado a afirmativa de que os outros moradores de Luciara não seriam expulsos com a delimitação da RDS Mato Verdinho, como pode ser identificado numa parte da reportagem da assessoria do MPF/MT publicada em 08 de janeiro de 2015:

A nota destina-se a esclarecer que os boatos que circulam na região, segundo os quais toda a área será entregue aos “povos originários” com expulsão de famílias camponesas e o esvaziamento de cidades, não possuem nenhum fundamento. Eles têm apenas o objetivo de difundir a insegurança e o medo em prol de interesses escusos.²⁵³⁷

A “Nota de Esclarecimento” indica claramente que os procedimentos administrativos ligados à criação da RDS “[...] encontram-se paralisados por pressão política de grupos equivocadamente contrários ao reconhecimento de direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.”²⁵³⁸ Paralelamente, o mesmo documento traz um enfrentamento à posição do governo do estado de Mato Grosso que questionava a validade da decisão do SPU da criação da RDS, afirmando que seria de responsabilidade desse mesmo estado a comercialização da área e a emissão de títulos expedidos sobretudo na metade do século XX. O apontamento da problemática situação fundiária foi realizado no seguinte trecho publicado pela nota do MPF/MT e SPU:

O estado de Mato Grosso e a União têm responsabilidade pelos títulos de propriedade que expedem, sendo de interesse de toda a sociedade que o façam com estrita observância da lei e da Constituição. Títulos de propriedade concedidos e transferidos em desrespeito ao ordenamento jurídico são a causa da insegurança jurídica vivenciada em diversas regiões do país, inclusive no Vale do Araguaia. Enfrentar essas situações

²⁵³⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF/MT) e SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU). [Nota] **Nota de Esclarecimento**. 2015.

²⁵³⁷ MPF. [Reportagem]. *MPF/MT e SPU divulgam esclarecimentos sobre portaria que delimita área da União no Vale do Araguaia*. 08/01/2015. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mt/mpf-e-spu-divulgam-esclarecimentos-sobre-portaria-que-delimita-area-da-uniao-no-vale-do-araguaia-1>>. Acesso em: 27/03/2017.

²⁵³⁸ MPF/MT e SPU. [Nota]. 05/02/2015.

interessa a toda a sociedade, especialmente aos supostos proprietários de terra nessa região, uma vez que os títulos irregulares estão sujeitos a questionamento pelo Ministério Público ou por qualquer interessado, a qualquer momento.²⁵³⁹

Dessa forma, o órgão assume uma postura combativa às irregularidades ocorridas nas expedições de títulos de terra pelo estado de Mato Grosso, que além de comercializar áreas inundáveis da União, também vendeu títulos sobrepostos gerando uma série de litígios entre proprietários, posseiros e grileiros, além de potencializar o esbulho territorial de povos indígenas que detinham direitos jurídicos e/ou costumeiros ignorados quando ocorreu a venda de seus territórios e posses enquanto propriedades privadas.

Esses problemas fundiários envolvem um imbróglio jurídico do qual o procurador federal Wilson Rocha Assis tinha dimensão e relata numa reportagem de agosto de 2015, como pode ser observado no trecho:

O procurador da República, Willian Rocha Assis, que participou da audiência pública representando o Ministério Público Federal, explica que a solicitação da comunidade tradicional de retireiros foi feita ao Ministério Público Federal em Barra do Garças, onde ele atua. *“Há décadas essas áreas eram usadas em uma pecuária extensiva que se provou ser ambientalmente sustentável. No momento em que essa reivindicação chegou ao MPF, percebi que as áreas eram públicas e solicitei por meio de uma recomendação que a SPU as delimitasse no Vale do Araguaia, nas áreas reivindicadas pelos retireiros, o que era patrimônio público”. [...]* *“Constatada a existência de propriedades privadas, a própria SPU propôs que, além da regularização dos territórios tradicionais, fosse feito no processo a regularização fundiária dessas propriedades dentro do que a lei permite”.*²⁵⁴⁰

O entendimento do procurador federal sobre o *processo histórico* de apropriação da natureza fomentava sua defesa quanto à proposta de demarcação da RDS Mato Verdinho, considerando uma “forma legítima” de solucionar os conflitos fundiários e socioambientais, como expôs numa reportagem da AXA:

Ele afirma que *“não se trata de desapropriação de terras particulares, de tomada de terra de ninguém, mas tão somente da formalização e da delimitação de uma área que por lei pertence à União e que vinha sendo ocupada de uma forma irregular, através da grilagem de terras, e invariavelmente*

²⁵³⁹ MPF/MT e SPU. [Nota]. 05/02/2015.

²⁵⁴⁰ G1. SAMPAIO. [Reportagem]. 18/08/2015.

expulsando populações que já estavam nessa região há décadas ou séculos”.²⁵⁴¹

Na mesma reportagem acima citada, ainda se pode ler que a recomendação do MPF era de que se regularizassem os territórios de povos indígenas e das “comunidades tradicionais” a partir das normativas legais sobre a Amazônia Legal e para além de “interesse ideológico”, de modo que Wilson Rocha Assis afirma que “[...] *eu não posso ser avesso à propriedade privada ou ao agronegócio, mas o que a gente defende é que seja observada essa ordem, primeiro a garantia dos territórios tradicionais e depois as propriedades privadas*”.²⁵⁴²

A Nota de Esclarecimento publicada pelo MPF e SPU aborda ainda a revogação da Portaria n. 294 pelo primeiro artigo da Portaria n. 10 publicada pela SPU em janeiro de 2015²⁵⁴³, e indica que aquela revogação “[...] não muda a realidade dos fatos. Ou seja, por força da lei e da Constituição, os terrenos de várzea do rio Araguaia pertencem de pleno direito à União, único ente com capacidade jurídica para transferir essas áreas a particulares, nos casos e na forma que a lei permitir”.²⁵⁴⁴ Sobre esse assunto, o MPF esclarece:

O artigo 20, inciso III, da Constituição Federal, estabelece que os terrenos marginais de rios que banhem mais de um estado da federação constituem propriedade da União. Desde 1934, o Código de Águas considera terrenos reservados os que, banhados pelas correntes navegáveis, vão até a distância de 15 metros para a parte de terra, contados desde o ponto médio das enchentes ordinárias. O Decreto-lei nº 9.760, de 1946, atribuiu expressamente a propriedade dessas áreas à União. Portanto, as planícies de inundação dos rios federais pertencem à União, cabendo ao Ministério Público Federal exigir do poder público, em todas as suas esferas, e de particulares o respeito ao patrimônio público.²⁵⁴⁵

²⁵⁴¹ AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015.

²⁵⁴² AXA. BRANDT. [Reportagem]. 2015. Ressalta-se que, apesar de demonstrar ter conhecimento sobre a situação fundiária e indicar ter a intenção de atender às diferentes demandas, esse procurador federal passou a ser duramente criticado e, diferente dos superintendentes do ICMBio e SPU, passou a ser alvo de ataques com difamações pessoais por parte de meios de comunicação que assumiram posições contrárias à criação da RDS e/ou alinhados a setores do agronegócio e de “produtores”.

²⁵⁴³ BRASIL. Secretaria de Patrimônio da União do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 10/2015**, de 30 de janeiro de 2015. Revoga a Portaria 294/2015 e institui GT. Brasília, DF, jan. 2015.

²⁵⁴⁴ MPF/MT e SPU. [Nota]. 05/02/2015.

²⁵⁴⁵ MPF/MT e SPU. [Nota]. 05/02/2015.

O que estava sendo colocado não era uma simples jurisdição, mas uma posição legal do órgão diante do questionamento feito pelo estado de Mato Grosso de que a gestão sobre as terras era papel dos estados desde a Constituição de 1891, indicando que a área requisitada pela SPU na Portaria n. 294 seria alvo de litígio entre Mato Grosso e a União, e mostrando seu alinhamento com os agentes históricos contrários à RDS.

Diante de pressões políticas locais de diferentes origens, em pouco mais de dois meses, a SPU reconsiderava a delimitação da área da RDS e estipulava a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) “[...] com a finalidade de promover estudos técnicos sobre a situação fundiária nas áreas sujeitas a inundações periódicas do Rio Araguaia”.²⁵⁴⁶ Porém, tal GT não foi juntado dentro do prazo previsto, fato que passou a ser apontado como uma estratégia utilizada para tornar moroso o processo jurídico e a adiar a delimitação da área.

Outra possibilidade era de que a exigência de um novo GT seria resultado de pressões políticas locais, como indica um trecho da narrativa publicada pela AXA: “Após a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) se reunir com nove prefeitos da região do Araguaia, senadores e deputados de Mato Grosso, na terça-feira, 28, o órgão voltou atrás e emitiu uma nova Portaria (nº 10 de 30 de janeiro de 2015) revogando a primeira.”²⁵⁴⁷ Daquela reunião com prefeitos, surge a indicação de que os municípios e as “entidades representativas locais” deveriam participar das atividades fomentada pelo GT e estabelecidas na Portaria n. 10, que indica a necessidade do mesmo “promover e fomentar a interlocução” municipal e também com os estados de Mato Grosso e Tocantins. Nesse sentido, essa portaria exigia maior participação de diferentes entes da federação, dos estados, municípios e “entidades representativas” locais, indicando uma vitória da pauta defendida por moradores de Luciara contrários à criação da RDS Mato Verdinho.

²⁵⁴⁶ BRASIL. SPU. Portaria nº 10/2015, de 30 de janeiro de 2015. Artigo 2. A Portaria indica ainda que: “§ 1º O Grupo de Trabalho previsto no *caput* deverá ser instalado em até trinta dias contados da publicação desta Portaria. § 2º O Grupo de Trabalho previsto no *caput* deverá promover e fomentar a interlocução com os Estados de Mato Grosso e Tocantins, com os municípios referidos neste artigo e com as entidades representativas locais. § 3º O Grupo de Trabalho previsto no *caput* poderá officiar órgãos públicos e entidades públicas ou privadas, no exercício de representação da Secretaria do Patrimônio da União, com a finalidade de obter dados e informações pertinentes à situação fundiária da região. Art. 3º Dê-se ciência aos Cartórios de Registro de Imóveis com jurisdição nos Municípios referidos no art. 2º.”.

²⁵⁴⁷ AXA. [Reportagem]. 02/02/2015.

Ademais, foram assinalados outros agentes históricos contrários à RDS como membros do judiciários que teriam feito pressão pela anulação da Portaria n. 294, como ocorreu numa reportagem do AXA na qual se lê que: “Na região, antes mesmo da publicação da Portaria nº 294 já se ouvia rumores de que um juiz, dono de terras em Porto Alegre do Norte e com bastante influência política, estaria articulando para derrubar a Portaria”²⁵⁴⁸. Para além das esferas de poder governamental, a AXA aponta ainda que: “A sucessão de fatos relativos a esta Portaria mostra uma disputa de forças entre o agronegócio com sua bancada ruralista, e o interesse público e das comunidades tradicionais. Com a revogação da Portaria, o agronegócio ganha tempo e poder de barganha nesta disputa”²⁵⁴⁹.

Nesse mesmo sentido, uma declaração de Wilson Schrader foi apresentada em parte na reportagem do Instituto Socioambiental (ISA), na qual o então superintendente do SPU-MT afirma que a decisão judicial não partiu de critérios técnicos e sim políticos: “[...] A classe política e fazendeira da região apregoava que aquilo tudo viraria terra de índio. E pra eles, índio bom é índio morto”²⁵⁵⁰. Na mesma reportagem, que trata da situação dos Kanela do Araguaia que ficariam dentro da área da RDS Mato Verdinho, o superintendente indica que a “morosidade do GT” tinha relação com questões orçamentárias e com a influência de “fazendeiros da região” que “[...] *são muito influentes. Nós acabamos tendo pouco apoio local, pois corre o boato que com a regularização fundiária tudo vai virar “terra de índio”.*”²⁵⁵¹

Todavia, tais “boatos” foram utilizados por diferentes agentes históricos como argumentos para fomentar o apoio da população de Luciara e de outros municípios em que parte de seus territórios seriam incorporados à área da RDS Mato Verdinho. Parte desses agentes históricos faziam parte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a FAMATO, organizações alinhadas aos interesses econômicos e políticos de produtores rurais, sobretudo aqueles ligados a

²⁵⁴⁸ AXA. [Reportagem]. 02/02/2015.

²⁵⁴⁹ AXA. [Reportagem]. 02/02/2015.

²⁵⁵⁰ ISA. [Reportagem]. *Após despejo, Kanela do Araguaia lutam pelo reconhecimento de seu território*. 21/07/2015. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/apos-despejo-kanela-do-araguaia-lutam-pelo-reconhecimento-de-seu-territorio>>.

Acesso em: 25/05/2017.

²⁵⁵¹ ISA. [Reportagem]. 21/07/2015.

setores do agronegócio como a cadeia carne-grãos. Tais organizações se posicionaram contrários à demarcação da RDS Mato Verdinho através de declarações pautadas em diferentes argumentos, dentre os quais, de que os estudos realizados pelo GT deveriam envolver diferentes entidades da sociedade civil e outros órgãos governamentais, como observado numa reportagem do G1 MT:

Segundo a assessora jurídica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Alda Carvalho, os estudos do Grupo de Trabalho ainda não tiveram início, mas defende que deveriam ser feitos também por representantes da sociedade que serão atingidos pela decisão da União.

*“Ninguém está aqui para desrespeitar a Constituição Federal, reconhecemos, mas que precisa ser feito com diálogo, estudos técnicos previamente levantados, avaliados. Todos os impactos terão que ser avaliados em conjunto com as pessoas, com os produtores, sindicatos, prefeitos dos municípios atingidos. Inicialmente, não foi feito nada disso”.*²⁵⁵²

O mesmo tipo de questionamento sobre os estudos realizados pela SPU pode ser identificado num de seus pronunciamentos inseridos em parte numa reportagem do G1 MT feito nos seguintes termos:

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO), Rui Prado, acredita que os estudos a área estão equivocados e que a área de influência nas margens do Rio Araguaia é menor que os 900 mil hectares em Mato Grosso. *“Existem produtores rurais nessa área, o Incra já georreferenciou 460 mil hectares nessa área, portanto é área altamente produtiva que não faz a mínima possibilidade de se transformar em áreas improdutivas”*, comenta.²⁵⁵³

A indicação de que a área que havia sido delimitada pela proposta de RDS seria “altamente produtiva” pelo fato da “existência” de “produtores rurais” indica uma argumentação de que seriam esses os agentes históricos capazes de fomentar o “desenvolvimento” ou “crescimento” econômico recorrente ao longo da segunda metade do século XX e que avançou nas primeiras décadas do XXI.

Desde o conflito em Luciara em 2013, a FAMATO se posicionava através de reportagens e declarações, sendo que no dia 10 de outubro de 2013 divulgou uma notícia indicando que o ICMBio “decidiu suspender temporariamente o processo

²⁵⁵² G1/MT. SAMPAIO. [Reportagem]. 18/08/2015.

²⁵⁵³ G1/MT. SAMPAIO. [Reportagem]. 18/08/2015.

de criação” da RDS pois “irá avaliar as irregularidades do processo”, como pode ser observado na seguinte parte:

Segundo o analista de Assuntos Fundiários da Famato, Lino Lopes Amorim, o presidente do ICMBio, Roberto Vizontin, decidiu encaminhar o processo para o órgão que fica em Brasília e não mais mantê-lo na Coordenadoria Regional (CR-10), sediada em Chapada dos Guimaraes, em Mato Grosso. Por enquanto, o processo ficará parado para o instituto fazer uma análise e apurar todas as irregularidades. Após corrigidas, o ICMBio vai avaliar se dará continuidade ao processo de criação da reserva, explicou Amorim.²⁵⁵⁴

Contudo, a FAMATO não se posicionou contrária à criação da RDS Mato Verdinho somente após a revogação da Portaria n. 294, pois foi uma das organizações mais atuantes e que pressionaram a SPU e outros órgãos governamentais a publicar a Portaria n. 10 que indica a constituição de outro GT. Rui Prado, enquanto representante da federação, fez pronunciamentos imediatos após ao conflito em Luciara, sendo que em outubro de 2013 participou de uma Audiência Pública realizada no município. Além dessas ações, a FAMATO passou a publicar reportagens através de sua assessoria de imprensa com a perspectiva da federação, como pode ser identificado no trecho a seguir:

Solidário ao problema da região, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), Rui Prado, participou da audiência e ficou impressionado com as declarações da população. *“Vim para me solidarizar aos retireiros de Luciara. São trabalhadores que dependem do sustento da terra. Considero importante a iniciativa do Ministério Público em abrir o diálogo para a população que teve a oportunidade de se manifestar. Mas o mais importante agora é que prevaleça o interesse da maioria. O Ministério Público, defensor da legalidade, tem todo o respaldo para fazer com que a vontade da maioria desse povo seja atendida”*, opinou Prado.²⁵⁵⁵

²⁵⁵⁴ FAMATO. [Reportagem]. *Instituto Chico Mendes suspende criação de reserva em Luciara*. 10/10/2013. Disponível em: http://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=234659>. Acesso em: 17/05/2017.

²⁵⁵⁵ FAMATO. [Reportagem]. *Maioria da população de Luciara é contrária a criação de reserva na região*. 25/11/2013. Disponível em: http://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=234769>. Acesso em: 17/05/2017.

Após a participação na Audiência Pública, o presidente Rui Prado publicou, em dezembro daquele mesmo ano, o artigo intitulado *Luciara e o desejo da maioria*²⁵⁵⁶, no qual apresenta sua perspectiva sobre a situação envolvendo o conflito:

Na audiência ficou claro que todo o processo está sendo conduzido por apenas uma família que é a favor da reserva e que está na atual diretoria da Associação dos Retireiros do Araguaia (ARA). [...]

Vi uma cidade pequena e tranquila viver hoje em conflito por que outras pessoas querem ditar o que é bom para todos. O poder público precisa agir democraticamente para impedir que interesses externos e ideológicos prevaleçam. Mais do que isso, precisa atuar para garantir o desenvolvimento social e econômico desta região conhecida como “Vale dos Esquecidos”.²⁵⁵⁷

Um dos argumentos principais era o de que a proposta de criação da RDS Mato Verdinho não era de interesse da “maioria” e por isso deveria ser revista e desconsiderada. Todavia, é fundamental destacar que essa é justamente a armadilha da “vontade coletiva” da maioria que pode anular direitos de minorias que não possuem representação nas instâncias de poder. Essa armadilha tem sido combatida em sistemas democráticos de direito e no caso brasileiro, tem como instância de poder o Supremo Tribunal Federal (STF) e alguns setores do MPF que, por normativos da CF/88, são encarregados de garantir os direitos de minorias como os povos indígena e populações tradicionais, ainda que processos administrativos de demarcação de TI e UC, RDS e outras, abarquem, o “direito ao contraditório”.

Apesar dessa ressalva, o entendimento de Rui Prado de que a criação da RDS não seria “desejo da maioria” em Luciara se alinha ao medo da população de serem expulsos de suas casas e espaços como ocorreu com a desintrusão dos “não índios” da TI Marãiwatsédé utilizada como exemplo pelo presidente da FAMATO em nota datada de 21 de novembro de 2013.²⁵⁵⁸

Dessa forma, desde 2013, a FAMATO estava presente nos debates sobre a proposta de demarcação da RDS Mato Verdinho e quando a Portaria n. 294 foi

²⁵⁵⁶ PRADO, Rui. [Artigo]. *Luciara e o desejo da maioria*. 06/12/2013. Disponível em: <http://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=234795>. Acesso em: 05/06/2016.

²⁵⁵⁷ PRADO, 06/12/2013.

²⁵⁵⁸ FAMATO. [Reportagem]. 10/10/2013.

publicada no final de 2014, a federação tinha não apenas argumentos consolidados, mas havia realizado estudos técnicos que eram publicados em trechos como o seguinte:

O analista de Assuntos Fundiários da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), Lino Amorim explica que com a decisão a exploração da área sofrerá restrições quanto ao tipo de atividades a serem praticadas e essa política de exploração ficará a cargo do governo federal. *"Os cartórios de registros de imóveis averbarão nas matrículas dos títulos das propriedades que compõem a área que o imóvel está inserido em área de propriedade da União. As áreas ocupadas que abrangerem parte ou a totalidade poderão ser regularizadas mediante outorga de título de concessão de direito real de uso"*, afirma Amorim.²⁵⁵⁹

Ao final da reportagem, a FAMATO orienta “[...] aos produtores que possuem propriedades na região e que desejam saber se estão ocupando um bem imóvel da União para procurarem a Secretaria do Patrimônio da União (SPU)”, através da Superintendência Regional de Cuiabá. Assim sendo, a FAMATO atuou defendendo os interesses dos produtores rurais de forma técnica e políticas, pois está imersa em *relações de poder* nas quais interesses políticos e econômicos de diferentes agentes históricos, grupos e setores estão envolvidos, participando ativamente da *luta de representações* através de declarações e publicações.

A FAMATO estava realizando estudos e um trabalho de georreferenciamento em Luciara e em municípios próximos, entrando assim numa disputa técnica com os órgãos governamentais competentes que teriam realizado estudos anteriores. Segundo Rui Prado, esse procedimento estava dentro da busca pela legalidade:

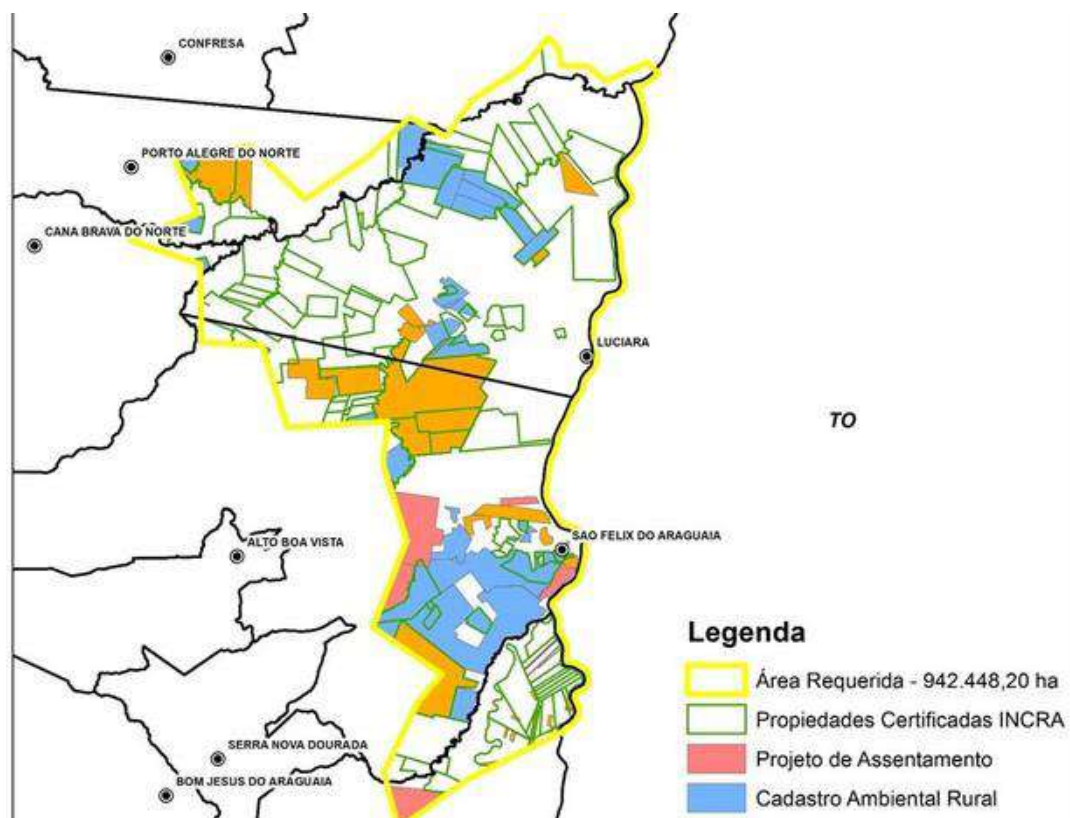
“O brasileiro é ordeiro e o produtor quer produzir na legalidade. Temos 110 propriedades já georreferenciadas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Regularização Agrária), ou seja, com título dentro da legalidade, perfazendo um total de 435 mil hectares na região. Também temos 106 propriedades que já tem a LAU (Licença Ambiental Única), o documento que comprova que a propriedade está regularizada ambientalmente. Elas perfazem 260 mil hectares. Já estamos chegando perto do total de áreas que a SPU diz que são da União”, ponderou Prado, lembrando, também, os cinco assentamentos rurais existentes, com títulos fornecidos pelo Incra, sob área de 28 mil hectares.²⁵⁶⁰

²⁵⁵⁹ FAMATO. [Reportagem]. 19/12/2014.

²⁵⁶⁰ FAMATO. [Reportagem]. 18/08/2015.

Após a publicação da Portaria n. 294 do SPU, a atuação da FAMATO contrária à proposta da RDS Mato Verdinho se manteve com a realização de estudos e a publicação de uma *representação* do espaço em disputa através do seguinte mapa:

Figura 33 - Mapa com *representação* da área delimitada Portaria n. 294 da SPU, elaborado pela FAMATO (2015)



Fonte: FAMATO. Divulgada pelo G1/MT²⁵⁶¹.

O erro ortográfico presente na descrição “propriedades certificadas INCRA” pode sugerir que o mapa foi elaborado de forma apressada para atender as necessidades de posicionamento da FAMATO diante da divulgação da revogação da Portaria n. 294 na reportagem em seu *site* intitulada “SPU declara área no Araguaia como de interesse público”.²⁵⁶²

²⁵⁶¹ In: G1/MT. SAMPAIO [Reportagem]. 18/08/2015. O mapa possui parte inferior cortada, tal como publicado nessa reportagem.

²⁵⁶² FAMATO. [Reportagem]. SPU declara área no Araguaia como de interesse público. 19/12/2014. Disponível em: <http://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=235667>. Acesso em: 16/05/2017.

Para além dessa ressalva, é fundamental destacar que esse mapa apresenta de forma menos pormenorizada as áreas dos territórios municipais que seriam atingidos pela delimitação proposta da RDS Mato Verdinho e foi utilizado em meio aos argumentos de que a proposta teria consequências negativas para a economia desses municípios e que a sua área seria “improdutiva”. Com argumentos pautados na necessidade de produção econômica, destacando os produtores rurais e inserindo os assentamentos rurais, o então presidente da FAMATO se posicionava contrário às conclusões dos estudos realizados anteriormente por outros órgãos, chegando a questionar os mesmos nos seguintes termos:

Outra ponderação apresentada pela Famato, subsidiada inclusive pela assessora jurídica da Confederação Nacional da Agropecuária (CNA), Alda de Carvalho, presente na audiência, é que parte das áreas defendidas pela SPU como da União estão sob a influência de rios estaduais, o Tapirapé e o Xavantinho, o que reduziria significativamente a extensão. *"Aqui tem um vício de origem, esse é um estudo equivocado. Temos que rever esse estudo. E tem que começar por aí esse trabalho. Não temos que acreditar piamente num estudo da SPU e achar que está tudo certo"*, comentou o representante dos produtores rurais de Mato Grosso.²⁵⁶³

Além de declarações e a publicação de narrativas institucionais, a FAMATO, através da atuação do então presidente, Rui Prado, e de outros agentes históricos envolvidos, participou de Audiências Públicas e articulou com políticos do estado apoio contrário à proposta de demarcação da RDS Mato Verdinho. Uma das principais alianças políticas foi a estabelecida com o deputado Nilson Leitão que afirma ser um absurdo o que estava em jogo com a Portaria n. 294:

[...] durante uma mesa redonda [19/12/2014] promovida pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso que discutiu Reforma Agrária, situação dos Assentamentos, títulos fundiários e a Operação Terra Prometida da Polícia Federal, com a presença de autoridades estaduais, declarou que a Portaria 294 é mais um absurdo: *“quando não é o Instituto Chico Mendes, a Funai, agora é a Secretaria de Patrimônio da União que requer uma área como esta sem querer fazer um debate”*, disse ele.

O deputado disse também que por não ter feito audiências públicas, o governo trata a questão como se estivesse requerendo terra do Paraguai: *“mas quando tem brasileiro não pode ser tratado desse jeito. Mesmo que tenha legalidade e autonomia para isso, tem que ter o bom senso e entender que em cima dessa terra não há só planta, só bicho, tem pessoas, essa é uma*

²⁵⁶³ FAMATO. [Reportagem]. 18/08/2015.

*demonstração clara de descompromisso com a sociedade brasileira”, declarou.*²⁵⁶⁴

Por meio dos trechos dessa reportagem, é possível identificar que Nilson Leitão estava alinhado com os agentes históricos e setores contrários à demarcação da área proposta pela Portaria n. 294, e como representante político na Câmara dos Deputados, argumenta que tal portaria poderia ser “derrubada” com a vontade política, pois “[...] o governador poderia já ter feito algo contra isso, Portaria é Portaria e pode ser derrubada. Nós vamos entrar com o instrumento PLC [Projeto de Lei da Câmara dos Deputados] para derrubar, vamos contrapor ela no Congresso Nacional assim que acabar o recesso”.

Com esse objetivo, articulações políticas foram realizadas entre a FAMATO e o deputado federal que representava a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), conforme foi divulgado pela assessoria da federação:

Nesta quarta-feira (20/01) o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato), Rui Prado, recebeu o deputado federal e vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) Nilson Leitão e solicitou apoio para verificar a situação da região do Vale do Araguaia.²⁵⁶⁵

Ademais, houve uma pressão para que representantes da FAMATO participassem do GT formado por técnicos do STI e outros órgãos do Governo Federal, que estudava a situação fundiária do espaço em conflito e nomeados após a publicação da Portaria n. 10 de janeiro de 2015. Durante a Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, realizada no dia 17 de agosto daquele mesmo ano, o presidente Rui Prado solicitou que o estudo fundiário fosse realizado no âmbito estadual, conduzido pela casa legislativa e com a participação de entidades representantes dos “produtores rurais da região” em análise, como parte da reportagem publicada pela assessoria de comunicação em 18 de agosto de 2015:

“A Famato pediu para fazer parte desse estudo, mas foi negado. Vou fazer uma sugestão, deputado Mauro Sávi, e gostaria que o senhor acatasse. Chame aqui para Assembleia a realização desse estudo. Se nós, produtores rurais, não pudermos entrar no

²⁵⁶⁴ AXA. AGUIAR. [Reportagem]. 2015

²⁵⁶⁵ FAMATO. [Reportagem]. Famato discute com o deputado Nilson Leitão situação do Vale do Araguaia. 21/01/2015. Disponível em: http://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=2356961>. Acesso em: 16/05/2017.

grupo da SPU, vamos aqui fazer um grupo de trabalho paralelo para que a gente possa realizar esses estudos com muita responsabilidade, com muita tranquilidade e mostrarmos que estamos produzindo de uma maneira correta e de uma maneira que o Brasil precisa, principalmente neste momento”, reiterou Prado o pedido ao presidente da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Regularização Fundiária da AL-MT, deputado Mauro Sávi.²⁵⁶⁶

Porém, não eram apenas os políticos aliados à CNA e à FAMATO que exerceram seu poder político para pressionar pela anulação da Portaria n. 294, pois outras organizações e agentes históricos entraram em cena e dinamizaram a *luta de representações* através de narrativas jornalísticas e de ações específicas.

6.10. Outros agentes históricos entram em cena

É fundamental destacar que após a publicação da Portaria n. 264 do SPU, o então governador do estado de Mato Grosso, Pedro Taques (PSDB), também autorizou medidas que indicaram claramente sua oposição à demarcação da área. Uma reportagem de 2015 da AXA ressalta que:

O governador do estado de Mato Grosso, Pedro Taques, determinou que fossem encaminhados no último dia 30 ofícios a SPU questionando a finalidade da Portaria 294 e se a SPU não estaria, sob o pretexto de tornar a área de interesse da União, dando um “jeitinho” de burlar as condicionantes do caso Raposa-Serra do Sol, em Roraima, nas quais o Supremo Tribunal Federal impede, desde então, que Terras Indígenas já existentes tenham a área expandida.²⁵⁶⁷

Dessa forma, o estado de Mato Grosso, se colocou como um ente da federação disposto a entrar em litígio com a União pela área proposta através da Portaria n. 294 da SPU. A menção ao caso da Raposa-Serra do Sol foi utilizada para sinalizar casos em que o STF se posicionou diante do pedido de ampliação de TI no qual o estado de Roraima havia se colocado contra a FUNAI, tal como o estado de Mato Grosso faria em relação ao SPU.

²⁵⁶⁶ FAMATO. [Reportagem]. *Famato quer estudo feito em MT sobre terras da região*. 18/08/2015. Disponível em: http://sistemafamato.org.br/portal/famato/noticia_completa.php?codNoticia=236156. Acesso em: 16/05/2017.

²⁵⁶⁷ AXA. [Reportagem]. 02/02/2015.

Ademais, alguns deputados estaduais se contrapunham a proposta de criação da RDS Mato Verdinho desde 2013 quando ocorreu o conflito em Luciara, dentre os quais Dilmar Dal' Bosco, do Democratas (DEM), cuja assessoria publicou um texto intitulado “Dilmar afirma que moradores de Luciara ameaçam abandonar a cidade”, no qual a narrativa omite as ações de violência resultante das manifestações dos moradores contrários à criação da RDS e foca na demarcação:

A demarcação foi tema de uma audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa em junho deste ano, onde cerca de 500, dos dois mil habitantes locais, manifestaram-se contrários a RDS. Para tentar barrar a demarcação, os moradores criaram um movimento popular que nos dias 21 e 23 de setembro fechou o acesso ao município.

O manifesto culminou com a prisão de duas pessoas, aumentando o clima de tensão entre os moradores.²⁵⁶⁸

Dessa maneira, o conflito foi colocado como um “movimento popular” sem mencionar sequer os motivos da prisão das duas pessoas citadas. E para corroborar com o argumento central, a reportagem ouviu um agente histórico contrário à demarcação que indica que os crimes cometidos não tinham relação com as manifestações:

A advogada da Associação de Produtores Rurais e Retireiros do Araguaia, Noeli Paciente Luz, afirmou que os “incidentes” ocorridos durante o manifesto, como a queima de duas casas, não tem nenhuma relação com o movimento orquestrado pelos ocupantes das áreas.

*“Até mesmo parte dos retireiros são contra essa unidade de conservação, pois, no processo, diz que essas pessoas serão desapropriadas”, disse ela, ao reclamar que poucos moradores estão sendo ouvidos para criação da reserva. “Procuraram apenas a família do presidente da Associação de Retireiros e ninguém sabe quem terá direito às terras”, pontuou.*²⁵⁶⁹

As ações violentas como o incêndio de duas casas, as ameaças, o bloqueio das vias de acesso e o cerceamento do direito de ir e vir foi reduzido a um “incidente” sem relação com o movimento. E no decorrer do texto, é possível indicar que a narrativa foi pautada na opinião do deputado, como pode ser observado no seguinte trecho:

“Sem indústrias ou comércio, a economia de Luciara, que já foi uma das maiores cidades da região Araguaia, entrou em colapso nos últimos anos, dependendo apenas da atividade agropecuária. A

²⁵⁶⁸ DILMAR DAL'BOSCO. Assessoria Raphaella Padilha. [Reportagem]. *Dilmar afirma que moradores de Luciara ameaçam abandonar a cidade*. 30/09/2013. (Grifos meus). Disponível em: <<http://www.al.mt.gov.br/detalhes38819>>. Acesso em: 23/11/2016.

²⁵⁶⁹ DILMAR DAL'BOSCO. Assessoria Raphaella Padilha. [Reportagem]. 30/09/2013.

criação da RDS engessará de vez a sobrevivência dessas pessoas, que já falam em abandonar o município”, denunciou Dilmar. [...]

“Eles não são contrários à criação de uma Reserva Extrativista, reivindicam apenas que o projeto se limite a área tradicionalmente ocupada pelos retireiros, já que o aumento da reserva significa a expulsão dos produtores”, afirmou o deputado. [...]

Dilmar disse que existem distorções nas informações divulgadas pela imprensa de Mato Grosso quanto aos manifestantes de Luciara. *“Não se trata de grandes fazendeiros, mas de pequenos agricultores e de uma parte dos próprios retireiros que moram na terra há mais de 20 anos e discordam da ampliação da reserva indígena”, afirmou o parlamentar.*²⁵⁷⁰

Outro texto da assessoria de gabinete do deputado, do dia 10 de outubro de 2013, informa no título que “Reunião em Brasília tranquiliza moradores de Luciara”, pois o projeto de demarcação da RDS Mato Verdinho seria revisto, com um outro GT e que todo o processo teria ampla “participação popular”, trazendo outra vez o posicionamento do parlamentar:

O deputado estadual Dilmar Dal’Bosco (DEM) cobrou a inclusão da Assembleia Legislativa no grupo de estudo. Ele afirmou que esteve em Luciara por duas vezes este ano, onde constatou que, pelo menos 80% das residências estão com suas paredes e muros pichados em protesto contra a implantação da RDS. O receio, segundo Dilmar, é que os moradores locais, que já dispuseram de suas áreas para implantação de cinco reservas ecológicas municipais e três reservas indígenas, sejam expropriados pelo processo de criação da RDS.

*“Mesmo ocupando a terra há mais de 80 anos, a maioria desses pequenos agricultores de Luciara são posseiros, ou seja, não possuem título de propriedade e, por esse motivo, não poderão pertencer a RDS, sequer receberão indenização do Governo Federal”, pontuou.*²⁵⁷¹

O único deputado estadual que se manifestou favorável à proposta da Portaria n. 294 da SPU foi Alexandre César, do Partido dos Trabalhadores (PT), ou seja, do mesmo partido do Governo Federal e alinhado à demandas de luta pela terra. O deputado se declara contrário à violência de 2013, afirmando que:

²⁵⁷⁰ DILMAR DAL’ BOSCO. Assessoria Raphaella Padilha. 30/09/2013.

²⁵⁷¹ DILMAR DAL’ BOSCO. Assessoria Raphaella Padilha. [Reportagem]. *Reunião em Brasília tranquiliza moradores de Luciara*. 10/11/2013. Disponível em: <https://al-mt.jusbrasil.com.br/noticias/100707998/reuniao-em-brasilia-tranquiliza-moradores-de-luciara>. Acesso em: 16/05/2017.

“Aqueles que estão apoiando, estimulando e realizando a barbárie em Luciara podem ter certeza de que não vai se deixar de criar reserva por este tipo de prática, não vai se deixar de proteger esses povos tradicionais por este tipo de ação. O tempo de se resolver na ameaça, na destruição de patrimônio e na bala, em Mato Grosso, eu espero e continuo acreditando que acabou”, afirmou o parlamentar durante sessão”.²⁵⁷²

Alexandre César, sendo jurista, destaca ainda a necessidade da realização de Audiência Pública e de ações que garantissem que direitos humanos não fossem violados: *“As opiniões devem ser ouvidas, mas devem ser respeitadas, agora é inadmissível que os direitos humanos sejam violados de forma tão escancarada como aconteceu nos últimos dias em Luciara. Esperamos que este tipo de coisa seja coibida e não mais se repita*”.²⁵⁷³

Entretanto, a perspectiva legalista de Alexandre César não era a mesma que a maioria dos políticos mato-grossenses, pois existiam interesses políticos e econômicos locais que se contrapunham à proposta da demarcação da área da RDS Mato Verdinho. Os prefeitos dos municípios atingidos pela proposta se manifestaram, dentre os quais o prefeito de Luciara, Fausto Azambuja Filho, que teve parte de seu pronunciamento publicado num texto do *blog* “Questão Indígena”: *“Todos nós estamos muito apreensivos com tudo isso, as máquinas estão paradas, os agricultores de mãos atadas e a economia do nosso município depende das atividades agrícolas*”.²⁵⁷⁴

Numa reportagem do G1 MT, o mesmo argumento de que a demarcação resultaria em perdas econômicas foi utilizado pelo prefeito de São Félix do Araguaia:

O prefeito de São Félix do Araguaia, José Antonio de Almeida, destaca que o prejuízo em seu município, um dos que estão nas margens do Rio Araguaia, já aconteceu e a população está apreensiva. Ele acredita que cerca de 400 mil hectares do território do município podem ser convertidos em patrimônio da União. *“As terras que estavam melhorando de preço, de repente paralisaram os negócios, as pessoas não compram e não*

²⁵⁷² ALEXANDRE CÉSAR. Assessoria Aline Marques. [Reportagem]. *Deputado repudia atos de violência em Luciara e busca apoio de autoridades*. 26/09/2013. Disponível em: <<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/deputado-repudia-atos-de-violencia-em-luciara-e-busca-apoio-de-autoridades/visualizar>>. Acesso em: 30/04/2017.

²⁵⁷³ ALEXANDRE CÉSAR. Assessoria Aline Marques. [Reportagem]. 26/09/2013.

²⁵⁷⁴ BLOG QUESTÃO INDÍGENA e Blog Brasil Livre e soberano. [Reportagem] *Portaria da SPU causa pânico no Mato Grosso*. 2015. Disponível em: <<http://brasilsoberanoelivre.blogspot.com.br/2015/01/portaria-da-spu-causa-panico-no-mato.html>> Acesso em: 04/02/2017.

*vendem. Isso já causa um prejuízo, principalmente nesse momento histórico pelo qual está passando o Araguaia, que é a última fronteira agrícola de Mato Grosso”, comenta.*²⁵⁷⁵

Mesmo diante da possibilidade de que os proprietários sejam indenizados por parte da União, José Antonio de Almeida questionava: “*Quantos anos vai durar um processo desse? Dez anos, vinte anos? Quem vai conseguir comprar uma fazenda ali, fazer investimentos, se lá na frente a união pode tomar de nós?*”²⁵⁷⁶. E, na prática, processos jurídicos dessa natureza são demorados e não são facilmente resolvidos, de modo que proprietários teriam prejuízos de ordem financeira e outros problemas relacionados à possibilidade de serem deslocados. Ademais, outros agentes históricos com título de terra válido, não seriam indenizados e estariam sujeitos a precisarem se retirar das áreas por eles apropriadas.

Além de organizações e políticos, foram os moradores de Luciara que se colocaram contrários à demarcação da RDS Mato Verdinho que deram legitimidade para as ações e reações dos primeiros. Nesse sentido, além do conflito de 2013, no qual manifestações se avolumaram, a estratégia adotada por parte de alguns retireiros de se opor à demarcação chamou a atenção. Orlando Alves de Melo, então presidente da Associação dos Retireiros do Araguaia, manifestou-se em diferentes meios de comunicação, deixando claro sua posição, como ocorreu por meio de uma reportagem do G1/MT citada anteriormente no qual indica que “*A maioria dos associados discorda, porque não foi um pedido estudado com os retireiros que realmente moram ali naquela área.*”²⁵⁷⁷

Ademais, outros agentes históricos se manifestaram contrários à proposta de criação da RDS Mato Verdinho mesmos não sendo moradores ou se identificando, como ocorreu em relação às publicações do *blog* denominado “Questão Indígena”. Diferentes narrativas publicadas nesse *blog* eram produzidas com equívocos, difamação e categorizações de agentes históricos envolvidos no conflito socioambiental de Luciara, tal qual havia ocorrido com relação à desintrusão dos “não índios” da TI Marãiwatsédé. Antes de ser desativado, o *blog* divulgou um texto sobre uma suposta demarcação de mais uma terra indígena no Mato Grosso com

²⁵⁷⁵ G1/MT. SAMPAIO. [Reportagem]. 18/08/2015.

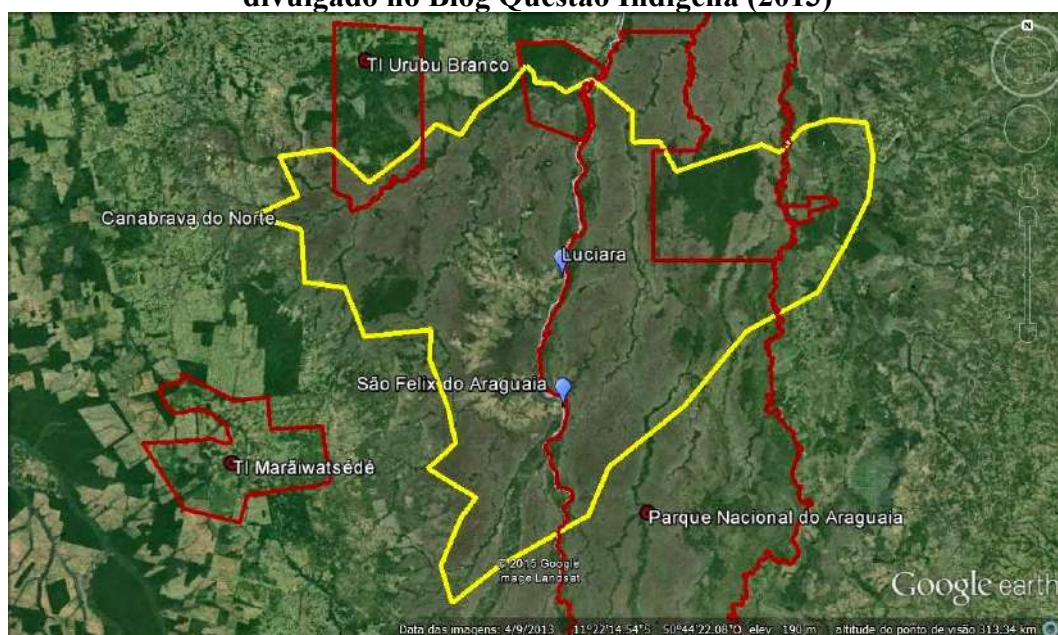
²⁵⁷⁶ G1/MT. SAMPAIO. [Reportagem]. 18/08/2015.

²⁵⁷⁷ G1/MT. SAMPAIO. [Reportagem]. 18/08/2015..

mais de um milhão de hectares após a publicação da Portaria n. 294 em 2014, um equívoco que foi reconhecido nas reportagens posteriores. A posição contrária à demarcação de TI, o repúdio à FUNAI e ao governo do PT foi redimensionada para tratar da proposta de demarcação da RDS, com a desqualificação de outros órgãos governamentais como a SPU e o MPF, além de outros agentes históricos tidos como aliados dos Retireiros do Araguaia, em especial o promotor federal do MPF Wilson Assis Rocha identificado como “procurador de confusão” e “inventor da contragrilagem” numa das reportagens²⁵⁷⁸ de 2015.

O blog “Brasil soberano e livre” manteve a referida reportagem após o “Questão indígena” ser desativado e apresenta a seguinte imagem:

Figura 34 - Imagem com representação dos limites RDS Mato Verdinho divulgado no Blog Questão Indígena (2013)



Fonte: Blog “Questão Indígena”, reprodução no blog “Brasil Livre e Soberano”²⁵⁷⁹.

Essa imagem conduzia o leitor a observar as delimitações de terras indígenas que tem seus territórios contornados com traços vermelhos e a proposta

²⁵⁷⁸ *BLOG QUESTÃO INDÍGENA*. [Texto]. *Esclarecido o mistério da Portaria SPU 294: Não é uma terra indígena é uma RDS, mas o resultado pode ser o mesmo*. 01/01/2015. Disponível em: <<http://www.questaoindigena.org/2015/01/esclarecido-o-misterio-da-portaria-spu.html#sthash.PwLAV4Od.dpuf>> Acesso em: 17/08/2016.

²⁵⁷⁹ *BLOG QUESTÃO INDÍGENA* e *Blog Brasil Livre e soberano*. [Texto] *Portaria da SPU causa pânico no Mato Grosso*. 2015. Disponível em: <<http://www.questaoindigena.org/2015/01/portaria-da-spu-causa-panico-no-mato.html>>. Acesso em: 17/08/2016.

da RDS com traçado amarelo, e foi também utilizada para “demonstrar” que municípios como Luciara, São Félix do Araguaia e Canabrava do Norte teriam parte significativa de seus territórios englobados em áreas demarcadas. Ademais, o mapa destaca Marãiwatsédé e outras Tis, além do Parque Nacional do Araguaia, que somados, representam um percentual significativo do espaço *representado*.

Desse modo, partindo de sua clara posição contrária à proposta de demarcação da RDS Mato Verdinho, o *blog* “Questão indígena” veiculou reportagens que afirmam existir um “pânico” decorrente da Portaria 294 que “[...] deu origem a uma onda boatos na região segundo os quais o Governo estaria demarcando sumariamente a área como Terra Indígena e expulsaria os ocupantes ilegais a exemplo do que fez na área da antiga Fazenda Suiá-Missú”²⁵⁸⁰. Ademais, o texto reforça o argumento que:

A notícia da publicação do (sic) Portaria, dada em primeira mão pelo Portal Agência da Notícia (veja aqui), correu como um rastilho de pólvora na região. A população que assistiu o governo expulsar milhares de agricultores da área da antiga Fazenda Suiá-Missú, demarcada como Terra Indígena Marãiwatsédé inclusive demolindo um povoado inteiro, quase entrou em pânico. Os termos "reconhecimento do território de comunidades tradicionais" e "notificação administrativa dos ocupantes irregulares que não tenham direito à permanência no local", explícitos na portaria, geraram o temor de que o governo do PT, Funai, MPF e agora a SPU estivessem tramando uma grande demarcação sumária na região.²⁵⁸¹

Assim sendo, em 2015 a comparação com a desintrusão dos “não índios” da TI Marãiwatsédé estava sendo utilizada tanto por esses meios de comunicação quanto por outros como o jornal local “Agência de Notícias” que reforçava as queixas de que a proposta de demarcação da RDS Mato Verdinho estava sendo realizada sem consultar a população local nos seguintes termos:

A falta de diálogo entre a SPU e os estados envolvidos culminou numa avalanche de incertezas. A insegurança jurídica causada por temores de uma possível demarcação sumária em área indígena²⁵⁸² (sic), não só repeliu o interesse financeiro de grandes investidores na região Araguaia, como causou pânico entre as famílias e pequenos produtores, que forçosamente lembraram

²⁵⁸⁰ *BLOG QUESTÃO INDÍGENA*. [Texto] *Portaria da SPU causa pânico no Mato Grosso*. 2015.

²⁵⁸¹ *BLOG QUESTÃO INDÍGENA*. [Texto] *Portaria da SPU causa pânico no Mato Grosso*. 2015.

²⁵⁸² Na fonte documental e em alguns debates e discursos de políticos se coloca erroneamente a RDS como terra indígena.

a expulsão de centenas de famílias no trágico processo de desintrusão da reserva Marãiwatsédé, em 2012.²⁵⁸³

A mesma reportagem insere um trecho de um pronunciamento do deputado estadual Baiano Filho que declara:

*“Nós podemos errar com o Araguaia como erramos com a Suiá Missú, tivemos a oportunidade da permuta com pela área do Parque Estadual do Araguaia, se tivéssemos agido com menos intransigência teríamos evitado aquela barbárie; agora somos novamente tomados pela perplexidade ao ver a SPU sem estudo e sem debate travar o desenvolvimento da região [...]”.*²⁵⁸⁴

Além de utilizar como principais argumentos os mesmos de 2013, como a suposta falta de diálogo com a população local e o temor de ocorrer a desintrusão da área proposta, algumas das narrativas de 2015 incorporaram o ataque direcionado a alguns agentes históricos envolvidos na disputa. O meio de comunicação que mais fez ataques foi o *blog* “Questão Indígena”, que rechaçou a atuação do MPF, investindo acusações e adjetivações pejorativas contra o procurador Wilson Rocha de Assis. Num dos textos é possível identificar a acusação de que o “nível de irresponsabilidade de alguns agentes do Ministério Público Federal não tem limites”, considerando que a área proposta seria “[...] ocupada por centenas de produtores rurais nos dois estados, muitos têm títulos legítimos de propriedade das terras”²⁵⁸⁵. Segundo o mesmo texto:

O MPF argumenta que a zona de alagamento do Rio Araguaia é parte do leito do Rio, e, portanto, área pública. Baseado nesse argumento o Ministério Público Federal pretende anular com uma canetada todos os títulos de propriedade existente na área e forçar a criação de uma Unidade de Conservação contra a vontade da população local. É a grilagem do bem.²⁵⁸⁶

O texto tem como base ataques diretos às ações do MPF e reivindica a judicialização da Portaria n. 294 e o “[...] embargo do processo de criação da Unidade de Conservação que está sendo conduzido de forma ilegal pelo Ministério

²⁵⁸³ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. [Reportagem]. *União nega falta de diálogo: Autoridades exigem participação no GT*. 19/08/2015. Disponível em: <http://www.agenciadanoticia.com.br/xingu/noticias/exibir.asp?id=22613&noticia=uniao_nega_falta_de_dialogo_autoridades_exigem_participacao_no_gt> Acesso em: 17/08/2016.

²⁵⁸⁴ AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. [Reportagem]. 19/08/2015.

²⁵⁸⁵ BLOG QUESTÃO INDÍGENA. [Reportagem]. 01/01/2015.

²⁵⁸⁶ BLOG QUESTÃO INDÍGENA. [Reportagem]. 01/01/2015.

Público”²⁵⁸⁷. Logo, ao falar de “ilegalidade”, os autores do texto atacam frontalmente o MPF, que é, antes de mais nada, uma instituição jurídica, que é alvo de críticas como no trecho a seguir:

Depois de espalhar o pânico na região, o Ministério Público Federal divulgou na última quinta-feira (8) uma nota oficial que não esclarece absolutamente nada além do que já se sabe. [...] A própria Nota do MPF, que não traz nenhum esclarecimento objetivo, é indício de que há interesses indizíveis por trás dessa portaria.²⁵⁸⁸

Desse modo, por meio da utilização desse tipo de meio de comunicação, da realização de estudos para contrapor aqueles realizados por órgãos estatais, estabelecendo alianças e outras estratégias de ação, os contrários ao que estava estabelecido na Portaria n. 294 do SPU conseguiram que a Portaria n. 10 anulasse a anterior e colocasse a possibilidade de um outro GT, o que tornou lento e travou o processo jurídico em questão.

Ademais, os contrários à criação da RDS Mato Verdinho conseguiram que audiências públicas fossem realizadas, tanto em Luciara, quanto na Assembleia Legislativa de Mato Grosso como no Congresso Nacional. Nessas ocasiões, uma série de discursos foram proferidos por diferentes agentes históricos, constituindo um importante *corpus* documental que pode ser analisado como forma de compreender como o espaço continuava a ser considerado como pertencente ao passado e à espera do futuro, denominado como “Vale dos Esquecidos”.

Concomitantemente, os Retireiros do Araguaia e aliados desenvolveram ações e estratégias, dentre as quais a pesquisa e publicação de Lidianie Taverny Sales.

6.11. A retireira Lidianie Taverny Sales e sua narrativa engajada sobre a identidade retireira acionada em meios aos conflitos

Em 2018, Lidianie Taverny Sales defendeu uma dissertação em Desenvolvimento Sustentável, tendo como área de concentração “Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais” da Universidade de Brasília (UNB). Sales é

²⁵⁸⁷ *BLOG QUESTÃO INDÍGENA*. [Reportagem]. 01/01/2015.

²⁵⁸⁸ *BLOG QUESTÃO INDÍGENA*. [Reportagem]. Portaria da SPU causa pânico no Mato Grosso. 2015.

da família de Rubem Taverny Sales, uma das principais lideranças dos Retireiros do Araguaia e possuía uma relação direta com sua pesquisa e com a narrativa intitulada “Território Retireiro em Disputa: cerca que divide e a perda do território de uso comunal dos Retireiros e Retireiras do Araguaia no Mato Grosso.”²⁵⁸⁹

Tal como Adata Luz Batista, a autora também se coloca na defesa de sua família contra “calúnias” que se somaram à outras formas de violência como a física, psicológica e patrimonial enfrentada por membros de sua família em setembro de 2013 durante os conflitos em Luciara. Esse elemento marca a narrativa desde a “apresentação” na qual a autora reforça:

Tratar desse assunto, a cada linha escrita, é relembrar as injúrias, calúnias e difamações: os retiros queimados; os tiros e as intimidações; as passeatas contra a luta e resistência retireira. Desarticulação da luta coletiva. Luciara sitiada! Acionar a escrita deste trabalho é também tomar consciência da perda acelerada do território para as cercas da propriedade privada.²⁵⁹⁰

Sales indica que, além de “informar a comunidade científica”, seria sua intenção “[...] primordial deste trabalho é servir como instrumento de denúncia dos conflitos desencadeados no território retireiro, dos processos de espoliação e subalternização; mais um *carreiro* ou *triero* seguido e acionado coletivamente na luta por garantia do direito de permanecer no território de uso comunal”.²⁵⁹¹ A narrativa e pesquisa com elementos subjetivos é justificada teoricamente com base em autores como Orlando Fals Borda indicado por meio dos escritos de Moraes.²⁵⁹² Assim sendo, Sales se refere à uma “ciência rebelde” e “desobediência epistêmica” a partir de uma “inflexão decolonial”²⁵⁹³.

Ademais, valendo-se das reflexões de Barbier²⁵⁹⁴, Sales aponta que:

A proposta metodológica também segue os pressupostos da pesquisa-ação, sugerida por Barbier (2007), sobre a proposta de ação para transformação. É possível pensar com e a partir dos sujeitos sociais e dos lugares subalternizado pelo mundo

²⁵⁸⁹ SALES, Lidiane Taverny. *Território retireiro em disputa: cerca que divide e a perda do território de uso comunal dos Retireiros e Retireiras do Araguaia no Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade Nacional de Brasília (UnB). Brasília-DF, 2018.

²⁵⁹⁰ SALES, 2018, p. 12.

²⁵⁹¹ SALES, 2018, p. 12.

²⁵⁹² Referência da autora: MORAES, A. M. **Ciência rebelde e desobediência epistêmica: um breve “encontro” com Orlando Fals Borda**. In: MORAES, A. M. *et al.* Pensamento descolonial e práticas acadêmicas dissidentes. Cadernos IHU. Ano 11, nº 44. Rio Grande do Sul. 2013.

²⁵⁹³ SALES, 2018, p. 15.

²⁵⁹⁴ Referencial da autora: BARBIER, R. A pesquisa-ação. Brasília. Liber Livro Editora. 2007.

moderno e buscar respostas na resolução dos problemas sociais coletivos. Para Barbier (2007), a pesquisa-ação permite trilhar caminhos e adotar práticas que sirvam de instrumentos de mudança social. É proposta através do conhecimento prático, contrapondo-se ao conhecimento simplesmente teórico.²⁵⁹⁵

Do mesmo modo, expondo claramente seu “lugar social” e partindo da concepção de Nancy Magalhães²⁵⁹⁶ de que a “[...] lembrança ou rememoração desempenha papel fundamental na reconstrução libertadora”, Sales indica que utilizaria das *memórias* do Rio Araguaia e da sua própria infância para alicerçar o primeiro capítulo, afirmando que:

A vida retireira pode ser contextualizada já na infância. Uma infância desde muito cedo marcada por processos simbólicos de construção e formação do ser retireiro e retireira do Araguaia. Esta identidade fortalecia-se constantemente nas brincadeiras infantis. Minha infância, bem como das demais crianças retireiras, foi marcada pela forte ligação com o ambiente natural, em especial com o Rio Araguaia e por brincadeiras muito peculiares como filha de retireiros. [...] Brincadeiras hoje esquecidas e tão necessárias para continuidade do ser. Práticas que compuseram o cenário e trajetória enquanto retireira, filha e irmã de retireiros.²⁵⁹⁷

Para a autora, “brincar de gado” era a brincadeira preferida, mas que não se tornou atividade da vida adulta, pois a lida com o gado seria uma prática majoritariamente masculina. A partir desse elemento da narrativa, Sales aborda o que indica na apresentação: seu “[...] o lugar de fala, ou seja, reflexões a partir de ativações das memórias da infância, empoderamento e compreensão dos vários processos que afetavam diretamente a vida dos que resistem à investida do famigerado progresso.”²⁵⁹⁸

Nos embates e disputas, decorrente do processo conflitivo territorial, questionam a identidade retireira. A identidade das mulheres retireiras é mais suscetível a questionamentos, uma vez que estas, por não estarem diretamente ligada à lida do gado e o lugar geográfico, onde se desenvolve com mais intensidade a lida Retireira, está constantemente marcado pela presença masculina.

²⁵⁹⁵ SALES, 2018, p. 29.

²⁵⁹⁶ Referencial da autora: MAGALHÃES, N. A. **Narradores: vozes e poderes de diferentes pensadores. Contar história, fazer história.** Brasília: Paralelo, v. 15, 2001; _____. **Terra: memória, imagem e raízes da vida. Dossiê: História Atlântica.** Textos de História: Revista da Pós-Graduação em História da UnB. Brasília: UnB, v. 12, n. 1/2, 2004, p. 196.

²⁵⁹⁷ SALES, 2018, p. 17.

²⁵⁹⁸ SALES, 2018, p. 14.

Nós, mulheres retireiras, somos condicionadas e delegadas ao status de filha, mãe, irmã e mulher de retireiro; porém nunca a condição de retireira. Processo que vem se modificando, pois, o ataque à comunidade e ao território, provocou muitas mulheres retireiras; mulheres que passam a se empoderar e somar-se a luta e resistência dos retireiros.²⁵⁹⁹

O “empoderamento” indicado pela autora teria, portanto, relação com o fato de ser mulher e precisar reivindicar lugar e respeito ao acionar uma identidade ligada à uma atividade reconhecida socialmente como prática de homens. Sales indica que esse empoderamento se deu a partir do “fortalecimento identitário”:

Influenciada pelo discurso e imposição da modernidade, as práticas outrora realizadas na infância e juventude, de construção e fortalecimento identitário, são relegadas ao esquecimento. O modo de ser e viver da comunidade são constantemente atacados, principalmente por este modo de ser está ligado a tradicionalidade e ancestralidade.²⁶⁰⁰

Sales indica ainda que esse “empoderamento” se deu na prática da “inserção crítica” e na “trajetória política” a partir dos “sábios conselhos” do bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga que a levaram a compartilhar de uma “esperança indignada” e partir para a luta pelo território retireiro.²⁶⁰¹ Assim sendo, partindo de uma perspectiva de luta, Sales retoma elementos da “tradicionalidade” e “ancestralidade” através das *memórias* do avô, Benoir Pereira Sales, que narra ter chego em 1944 em Mato Verde, junto com o pai Juvenal P. Sales:

Juvenal, diante dos convites do coronel Lucio P. Luz, decide seguir com a família em uma canoa a remo pelas águas do Araguaia até o povoado do coronel. Após a vinda para Mato Verde, o Sr. Juvenal P. Sales inicia a lida de peão juntamente com seu filho Benoir P. Sales (na época com 10 anos), a fim de cuidar do grande rebanho de Lucio da Luz. Narra o Sr. Benoir que seu pai permanece na lida como peão de Lucio da Luz apenas por um ano, deixando a lida e se dedicando à profissão de carpinteiro. Já ele segue a dedicar-se a vida a ser peão/vaqueiro do coronel.²⁶⁰²

²⁵⁹⁹ SALES, 2018, p. 16-17.

²⁶⁰⁰ SALES, 2018, p. 17.

²⁶⁰¹ SALES, 2018, p. 19-20.

²⁶⁰² SALES, 2018, p. 31.

Todavia, o foco da autora não é o de agregar à sua narrativa as *memórias* do avô, nem tampouco, buscar outros “testemunhos” para dar legitimidades à apropriação dos varjões e das terras altas de Mato Verde/Luciara. Não existe um interesse em colocar a sua família como “pioneira” ou “desbravadora”, pois, a partir dessa relação indicada pelo avô, Sales indica que Lucio da Luz e mais oito famílias foram os primeiros “não índios” a chegar naquele espaço, ressaltando que em Mato Verde havia os “povos originários”, os “vaqueiros” e o “coronel”. Segundo Sales:

É neste contexto de exploração e apropriação das áreas valorizadas pelo capital e das terras altas e produtivas, que surge um novo grupo social nas áreas consideradas sem valor, alagadas e improdutivas, no município de Luciara. Estes aparecem no cotidiano Luciarense por meio da submissão, exploração e exclusão. Foram, a princípio, os vaqueiros ou peões do coronel Lucio P. Luz, que ocuparam as áreas alagadas, excluídas e descartáveis pelo poder econômico: os *Varjões* do Rio Araguaia. Surgem então, neste cenário, os Retireiros e Retireiras do Araguaia. *Começo a vida de vaqueiro do coronel Lucio da Luz aos dez anos, junto com meu pai Juvenal. Só conheço a vida de vaqueiro, trabalhei para Lucio até o final de sua vida. Minha casa, muitas vezes, foi o relento, o Araguaia meu quintal e meu sustento* (Benoir Pereira Sales, 81 anos – Retireiro do Araguaia).²⁶⁰³

Portanto, o foco argumentativo não está no reconhecimento de que os Retireiros do Araguaia seriam “pioneiros” como ocorre em relação a outras narrativas, sobretudo as de Chaves²⁶⁰⁴ e Luz Batista.²⁶⁰⁵ Apesar do “contexto de exploração”, para Sales, a *identidade retireira* foi construída na relação direta com a natureza e a lida com o gado que necessitava de instalações específicas para acompanhar os ritmos das cheias dos varjões e a transposição do gado para terras altas. Para a autora:

No território coletivo, o que está em domínio particular das famílias são somente as casas cobertas de palha, a cisterna, o curral e um piquete. O cercado serve para deixar o cavalo e animal que precisa de cuidado mais atento; outras vezes, para o plantio de roça. A esse conjunto simbólico, componentes da identidade retireira, chamamos de “Retiro”, responsável pela derivação do nome retireiros e retireiras do Araguaia. Além da identidade, está relacionada ao movimento sazonal das cheias do rio Araguaia, o modo como lidam com o gado também faz parte

²⁶⁰³ SALES, 2018, p. 37.

²⁶⁰⁴ *Idem*, 198?.

²⁶⁰⁵ *Idem*, 2004.

desta construção identitária e representa grande significados para as vidas retireiras.

Não se autodenominam Retireiros e Retireiras do Araguaia apenas por possuir uma ligação com o gado, mas por estabelecer intrinsecamente uma relação permeada de respeito e entendimento ao movimento natural das águas do rio com o território.²⁶⁰⁶

Portanto, na narrativa de Sales fica indicada que a atividade da lida do gado e a relação com a natureza é que amparou a construção da “identidade coletiva”, que para a autora seria “[...] tecida pelo movimento das águas do rio Araguaia, fortalecidas a cada ameaça externa de apoderamento do território de uso comunal”²⁶⁰⁷, indicando um alinhamento à perspectiva de Porto-Gonçalves de que o aspecto da “tradição” desses grupos tem relação com o “manejar a natureza” e uma “cultura prática” decorrente das atividades desenvolvidas.

Sales cita o Decreto n. 6.040 de 2007 no qual é normatizado que “os povos e as comunidades tradicionais” seriam “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais”, “[...] que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”²⁶⁰⁸

A partir desses referenciais e perspectiva, Sales apresenta em sua narrativa a descrição dos varjões, das terras altas, do manejo do gado, das instalações dos retiros e de outros elementos que contribuem para a legitimidade da *identidade retireira* alinhada à “respeitosa” relação com a natureza. Dessa forma, sua narrativa está alinhada aos argumentos utilizados por outros Retireiros do Araguaia e seus aliados, como da ARA, de que os Retireiros do Araguaia detém o direito de permanência e uso dos varjões e de terras altas por sua forma específica de relação com a natureza que seria “sustentável”. Ademais, a demarcação da RDS Mato Verdinho colaboraria com a regularização fundiária e o decréscimo dos conflitos fundiários e/ou socioambientais e que é foco de outra narrativa elaborada por um aliado ligado à CPT e à Prelazia de São Félix do Araguaia.

²⁶⁰⁶ SALES, 2018, p. 42

²⁶⁰⁷ SALES, 2018, p. 13.

²⁶⁰⁸ SALES, 2018, p. 46.

6.12. A narrativa de Antônio Canuto da CPT e da Prelazia de São Félix do Araguaia sobre os conflitos no Araguaia

Em 2019, Antônio Canuto publicou um livro intitulado “Resistência e Luta conquistam território no Araguaia Mato-Grossense”²⁶⁰⁹ no qual apresenta narrativas sobre situações conflitivas anteriormente incorporadas à sessão “Retalhos de nossa história” do “Jornal Alvorada” a partir de 1991.²⁶¹⁰ Essas narrativas são da “microrregião Norte Araguaia”²⁶¹¹, Ilha do Bananal e do município de Querência, pois:

[...] elas fazem parte do território de atuação da prelazia de São Félix do Araguaia. Esta acompanhou, passo a passo, o que foi acontecendo na região. O arquivo da prelazia e o *Alvorada* acabaram se tornando a fonte principal e, em muitos casos, a única, dos fatos que marcaram essa história. De certa forma, a história da região e da prelazia se fundem. [...] Não se trata de um trabalho acadêmico, mas de uma tentativa de oferecer ao povo da região, ao estado de Mato Grosso e ao Brasil, elementos consistentes para o conhecimento da história desse espaço geográfico.²⁶¹²

Essas situações foram categorizadas como “histórias” e seriam conhecidas por Canuto que foi integrado enquanto padre à equipe pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia coordenada por Pedro Casaldáliga em 1971. No ano seguinte, substituiu o padre Francisco Jentel em Santa Terezinha quando o mesmo foi expulso do Brasil por suposto crime contra a segurança nacional por responsabilizado pelo conflito entre posseiros e a CODEARA e depois de 13 anos naquele município, desenvolveu atividades em outras cidades durante um total de 26 anos.²⁶¹³ Na “apresentação” da obra, Luiz Augusto Passos indica que:

O testemunho seu, escrito, Canuto, é impulso de evocar a fortaleza do martírio das mulheres e homens – retirantes, sem-terra, sem-teto, indígenas, negras e negros – com todas as suas criações, animais, plantio e suores, para incorporar seus nomes, antes olvidados, e reconhecer seus rostos que, explodindo a bitola

²⁶⁰⁹ CANUTO, Antônio. **Resistência e Luta conquistam território no Araguaia Mato-Grossense**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

²⁶¹⁰ CANUTO, 2019. Orelha do Livro.

²⁶¹¹ Ressaltando que essa microrregião foi delimitada pelo IBGE e é formada pelos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, São José do Xingu, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Serra Nova Dourada e Vila Rica.

²⁶¹² CANUTO, 2019, p. 15.

²⁶¹³ CANUTO, 2019. Orelha do Livro.

do tempo, recebem o nome que ainda não constava entre nós; e entram na história como Igrejas vivas em comunhão com nosso próprio corpo.²⁶¹⁴

Na prática, o autor se coloca como uma testemunha, pois afirma que participou de “muitos momentos dessa rica história”, de modo que “o trabalho não é fruto só de pesquisa” mas “um relato do que vivi durante 26 anos de minha permanência na região”.²⁶¹⁵

Ao tratar sobre o “processo de ocupação” da microrregião Norte Araguaia, Canuto indica que até o início do século XX aquele espaço seria de “[...] indígenas ali presentes desde tempo imemoriais” como os “Xavante, Kayapó, Tapirapé, Karajá, Javaé”²⁶¹⁶, até a chegada de “famílias sertanejas” que se apropriaram de lugares como o Furo de Pedra, Santa Terezinha e Lago Grande às margens do Rio Araguaia, além de que:

Em 1934. Foi ocupada por sertanejos, sob a liderança de Lúcio da Luz, uma área que se denominou Mato Verde, também às margens do Araguaia, rio acima rumo ao sul. Ali se constituiu um vilarejo que, ao se emancipar, passou a se chamar Luciara, uma composição dos nomes Lúcio e Araguaia, em homenagem ao pioneiro Lúcio da Luz.

Desavenças internas no grupo que se situou em Mato Verde levaram famílias a ocupar, rio acima, a área que recebeu o nome de São Félix, onde se localiza a sede do município de São Félix do Araguaia. Isso em 1941.²⁶¹⁷

Canuto narra como “famílias foram se estabelecendo Sertão adentro” e “ocupando” outros lugares às margens do Rio Tapirapé²⁶¹⁸ e Rio das Mortes²⁶¹⁹, bem como as divisões e emancipações dos municípios. O uso da categoria “sertão” para indicar o espaço e de “sertanejo” e “pioneiros”²⁶²⁰ para se referir aos “não indígenas” que chegaram nas primeiras décadas do século XX é uma constante,

²⁶¹⁴ CANUTO, 2019, p. 10. Apresentação de Luiz Augusto Passos.

²⁶¹⁵ CANUTO, 2019, p. 15.

²⁶¹⁶ CANUTO, 2019, p. 18.

²⁶¹⁷ CANUTO, 2019, p. 19.

²⁶¹⁸ Onde foi construído Porto Alegre do Norte.

²⁶¹⁹ Onde foi construído Novo Santo Antônio.

²⁶²⁰ Outra categoria política utilizada é “camponês”, que em termos historiográficos seria pertinente ao universo rural europeu, mas que foi incorporado como autodenominação de agentes históricos e movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além da CPT e outras.

uma vez que se constituíram como categorias utilizadas por membros da Prelazia de São Félix do Araguaia, CPT e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Ao narrar seria “a região em 1932”, Canuto incorpora a narrativa de Ribeiro da Silva, indicando que o espaço seria uma “imensidão virgem”²⁶²¹, indicando que na viagem de 1932, os “paulistas” teriam visitado o posto do SPI em Santa Izabel e também Santa Terezinha e acompanhado a inauguração da igreja. Os trechos de Ribeiro da Silva são apresentados como elementos para uma história factual, apontando que o “[...] livro retrata a região como era naqueles anos e vem assim satisfazer nossa curiosidade”²⁶²², sem uma problematização em relação às categorias utilizadas pelo autor como “civilizado” e “bárbaro”. Ressalta-se, contudo, que essa exigência diverge da posição do autor de que sua narrativa não possui fins acadêmicos e indica que se trata de uma obra direcionada a “contar” a “história” vivenciada por Canuto e apresentada em fontes documentais anteriores.

É possível perceber que, apesar de indicar o processo de apropriação do espaço por parte de “sertanejos” e “pioneiros”, Canuto foca nos conflitos posteriores, indicando que a partir de 1950 o governo do estado de Mato Grosso vendeu terras num movimento que “[...] não respeitou as determinações legais de sua efetiva localização no solo”²⁶²³ além de não ter considerado “[...] a existência de povos indígenas e nem de povoados sertanejos”.²⁶²⁴ A partir disso, o autor passa a narrar os conflitos provocados pelo avanço das empresas agropecuárias e colonizadoras sobre aquele espaço, seguindo elementos presentes na narrativa da Carta Pastoral escrita pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga.

Contudo, ao abordar “a história” dos Karajá da TI São Domingos situada em Luciara, Canuto retoma as relações com Lúcio da Luz, indicando que quando esse “sertanejo” “[...] e seus companheiros chegaram a Mato Verde, o local já era habitado pelos Karajá. Havia registros de sua existência realizados por viajantes e etnógrafos.”²⁶²⁵ Desse modo, os “sertanejos” foram “ocupando” as terras dos Karajá e:

²⁶²¹ CANUTO, 2019, p. 109.

²⁶²² CANUTO, 2019, p. 109.

²⁶²³ CANUTO, 2019, p. 21.

²⁶²⁴ CANUTO, 2019, p. 21.

²⁶²⁵ CANUTO, 2019, p. 178.

Segundo relatório de André Toral²⁶²⁶, depois dos contatos que fez com os Karajá, em 1980 e 1981, “Ré-hawá (esse é nome da aldeia de Luciara) é uma aldeia atualmente com 65 habitantes. É resultado da fusão de suas aldeias existentes antes da chegada de Lúcio da Luz, o fundador de Luciara”. Essa aldeia se localiza no mesmo local da cidade de Luciara; “deveria se dizer na verdade que a aldeia está localizada ao lado da cidade e não junto ou dentro da cidade”. A primeira aldeia se situava rio acima próximo a uma elevação junto ao Araguaia que se chamava Rá-hawá, nome Karajá do pássaro Martin Pescador, que existe em grande quantidade no local. Nessa aldeia se situava o cemitério das duas aldeias. A segunda aldeia é no local de Mato Verde.

Segunde ele, de acordo com informações que lhe passaram alguns Karajá, o chefe Karaja Handori teria concordado com Lúcio da Luz em trocar p local aonde viviam, Mato Verde, por São Domingos, 12 km subindo o rio a partir de Ré-hawá. No início da década de 1980, os Karajá mantinham suas roças em São Domingos.

Mas como terra de índio era considerada terra de ninguém. Todos os espaços que os Karajá ocupavam foram sendo ocupados pelos “regionais”, como o relatório qualifica os não índios.²⁶²⁷

Canuto afirma que o morro de Ré-hawá onde está situado um cemitério Karajá foi apropriado por Flávio Batista que ali construiu uma casa e depois vendida para a Colonizadora Canarana e Coopercana e que foi “doada” aos Karajá por Norberto Schwants, mas que mesmo assim, teria sido loteada para parte da população de Luciara, gerando conflito.²⁶²⁸

Canuto também narra outra “situação que gerou conflitos em Luciara pela ocupação da terra” relacionada aos Retireiros do Araguaia, destacando a criação da ARA, a atuação de docentes e discentes da UNEMAT e as estratégias de solicitação de demarcação de reserva extrativista e da RDS, apontando que:

O ICMBio, em parecer do ano de 2010, faz constar que “entre os principais conflitos e ameaças ao ambiente e à cultura local dos retireiros do Araguaia, situam-se a grilagem de terra, que historicamente tem contribuído para o aumento da pressão sobre as áreas de retireiros e posseiros locais”.

A consulta pública, porém, não se realizou, e a criação desta reserva passou a sofrer oposição cada vez mais forte de grupos interessados em se apropriar da terra.²⁶²⁹

²⁶²⁶ Trata-se da seguinte obra: TORAL, André Amaral de. Os grupos Karajá não assistidos pela Fundação Nacional do Índio. 1980. In: **Dossiê Karajá**. São Paulo: CEDI, 1980-1981.

²⁶²⁷ CANUTO, 2019, p. 179.

²⁶²⁸ CANUTO, 2019, p. 179-180.

²⁶²⁹ CANUTO, 2019, p. 184.

Portanto, apesar de destacar em sua narrativa os conflitos motivados pelas colonizadoras e empresas agropecuárias, Canuto também indica os conflitos existentes entre povos indígenas e “não índios”, além da problemática estrutura fundiária que dificultava os “sertanejos”, “posseiros” e Retireiros do Araguaia em regularizar as áreas apropriadas.

Uma das partes que se destacam na narrativa de Canuto diz respeito à incorporação das histórias dos povos indígenas Tapirapé, Karajá, Xavante, Kayapó, dentre outros presentes e com territórios naquele espaço. Mesmo ao descrever a consolidação de cidades, o autor indica a presença e o domínio de territórios dos povos indígenas, como no caso de São Félix do Araguaia, que teria sido construído “em pleno território Xavante”, pois ainda que existisse ali um cemitério Karajá, “o lado mato-grossense do rio era domínio dos Xavante”.²⁶³⁰ Essa presença e territorialidade indígena é inserida na narrativa ainda que o autor tenha utilizado parte de narrativas diversas, dentre as quais a de Ribeiro da Silva e Aureli.

Outro elemento diferenciador é que a narrativa de Canuto não utiliza categorizações desses povos como inferiores aos “sertanejos” e outros agentes históricos, além de ter incorporado relatos de povos indígenas como os dos Kanela do Araguaia, cuja “história” é narrada como no seguinte trecho:

Os mais antigos da região lembram-se de algumas famílias que viviam como posseiros em diversas localidades e que, aos poucos, foram se identificando como indígenas, como índios Kanela. Isso provocou certa estranheza em alguns e desconfiança em outros.

Mas, desde 1997, tem se realizado o “Encontro de Famílias Kanela”, que viviam nos municípios de Luciara, Santa Terezinha, Confresa e Canabrava do Norte e na aldeia Porto Velho, às margens do rio Tapirapé, no qual se discutem aspectos da organização, das reivindicações e se retoma a cultura tradicional. Esse grupo luta pelo reconhecimento de uma área que seja a terra indígena Kanela do Araguaia.²⁶³¹

Segundo Canuto, “com o paulatino reconhecimento dos direitos indígenas” inserido na CF/88, “[...] os remanescentes desse grupo que veio se refugiar no Araguaia e seus descendentes forma assumindo e afirmando sua identidade indígena. Sua identidade Kanela. E passaram a se denominar Kanela do

²⁶³⁰ CANUTO, 2019, p. 187.

²⁶³¹ CANUTO, 2019, p. 99.

Araguaia.”²⁶³² O autor afirma que, a partir da década de 1940 ou 1950, algumas famílias Kanela se instalaram às margens do Rio Tapirapé num local que se chamava Porto Velho e que foi local de uma fazenda de Lúcio da Luz, onde esses indígenas cultivavam roças e criaram gado até serem expulsos e terem que “atuar como vaqueiros nas fazendas vizinhas”.²⁶³³ Nas primeiras décadas do século XXI, os Kanela do Araguaia voltaram a ocupar Porto Velho e fizeram o pedido de reconhecimento étnico e territorial junto à FUNAI, mas em meio a um litígio, um juiz deu ganho de causa para o grupo Businessincorp Empreendimentos e Participações Ltda. e os Kanela do Araguaia foram expulsos e retirados da área com uso da violência, sendo transportados em caminhões de carregar gado.²⁶³⁴ Em 2016, os Kanela do Araguaia voltaram à área, e, segundo Canuto:

[...] passaram a sofrer ameaças de expulsão por uma neta de Lúcio da Luz que havia entrado com um pedido de reconhecimento da área no Programa Terra Legal. Ela queria que quando a fiscalização chegasse para verificar a solidez de seu pedido não encontrasse indígenas lá. Na verdade, a gleba São Pedro era uma área da União e quando, em 1934, Lúcio da Luz chegou em Mato Verde, hoje Luciara, lá instalou uma fazenda. Mas, há uns 30 anos, a família Luz havia deixado de ocupar essas terras.

Como em outros lugares neste país, não é difícil se encontrar uma escritura para se proclamar proprietário de uma área; por isso, o litígio entre diversos portadores de escritura.²⁶³⁵

Canuto indica a existência de outros conflitos fundiários e socioambientais travados em Luciara, tendo Noely Paciente Luz como uma das agentes históricas envolvidas, uma vez que a mesma procurava regularizar a área apropriada pelo avô Lúcio da Luz, mas que estava diante de litígio com outros portadores de escrituras e também com a demanda de uma demarcação de uma TI dos Kanela do Araguaia ou ainda da RDS Mato Verdinho.

A narrativa de Canuto, além de indicar que membros da Prelazia de São Félix do Araguaia continuavam com ações focadas na luta contra empresas agropecuárias e colonizadoras identificadas como latifúndio, ainda permite

²⁶³² CANUTO, 2019, p. 100.

²⁶³³ CANUTO, 2019, p. 100.

²⁶³⁴ CANUTO, 2019, p. 101.

²⁶³⁵ CANUTO, 2019, p. 102.

identificar a intensificação dos conflitos socioambientais presentes em Luciara nas primeiras décadas do século XXI.

Além de membros da Prelazia de São Félix do Araguaia, havia outros aliados dos Kanela do Araguaia e dos Retireiros do Araguaia desenvolvendo ações como a atividade que resultou na publicação da cartilha do Povo Kanela do Araguaia pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). O mesmo projeto, após o adiamento diante da situação conflitiva em Luciara em 2013, disponibilizou outra cartilha, dessa vez dos Retireiros do Araguaia.

6.13. Uma outra narrativa sobre a luta, o território e a identidade dos Retireiros e Retireiras do Araguaia na cartilha do PNCSA

Após a realização da Oficina de Mapas e a publicação da Cartilha do Povo Kanela do Araguaia, a equipe do PNCSA se dirigiu até Luciara em 2013 para realizar junto aos Retireiros do Araguaia uma Oficina de Mapas, mas foi impedida de adentrar o município e escoltada para fora dos limites municipais de forma violenta por um grupo de moradores contrários à criação da RDS Mato Verdinho.

Cinco anos mais tarde, a oficina ocorreu e resultou numa outra publicação do PNCSA de 2019 intitulada “Retireiros e Retireiras do Araguaia: lutas, território e identidade. Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central).²⁶³⁶ Essa cartilha foi resultado da pesquisa coordenada pelos professores da UNEMAT Antônio João Castrillon Fernández, João Ivo Puhl e Solange Ikeda Castrillon, além da retireira Lidiane Taverny Sales, que possivelmente teve influência na escolha do título, uma vez que em sua dissertação de mestrado também indica a necessidades das mulheres retireiras serem inseridas na luta pelo território e reconhecimento identitário.²⁶³⁷

A cartilha possui a mesma forma que a dos Kanela do Araguaia, com um texto construído a partir de recortes de trechos de relatos de Retireiros do Araguaia que se identificam na “Apresentação” e que compõem o conteúdo dos

²⁶³⁶ PNCSA. **Retireiros e Retireiras do Araguaia:** lutas, território e identidade. Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central. Coordenação de Pesquisa: Antônio João Castrillon Fernández, João Ivo Puhl, Lidiane Taverny Sales e Solange Ikeda Castrillon. Manaus/AM: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

²⁶³⁷ SALES, 2018, p. 16-17.

subtítulos “Retiros: Prática Coletiva muito antiga”, “Cercamento dos Varjões”, “Cercamento dos lagos”, “Cercamento de passagem”, “Avanço do agronegócio e cercamento de terras”, “Conflitos, violência e ameaças nos retiros” e “Reivindicando nossos direitos”.

A partir dessa primeira aproximação é possível identificar a narrativa não foca na trajetória das famílias retireiras até os varjões de Luciara, como aquela dos Kanela do Araguaia, mas no modo de vida, na relação com a natureza e, sobretudo, do *processo histórico* de cercamento das terras altas, dos varjões e de outros ambientes nos quais os Retireiros do Araguaia realizam a lida com o gado.

Além das especificidades identitária e históricas, a mudança de perspectiva em relação à cartilha dos Kanela do Araguaia se deu também a nível de pesquisa, uma vez que aquela cartilha de 2009 era parte do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e focava na identificação dos territórios de povos da Amazônia, ao passo que a cartilha dos retireiros e retireiras do Araguaia foi elaborada dentro do “Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central” que incorporou as especificidades do espaço do “Brasil Central” e agrupou a delimitação de um território atrelado às narrativas do histórico de conflito e a compreensão de que existiria uma possibilidade daquele espaço ser utilizado dentro de relações sustentáveis em relação à natureza.

Não se tratava, contudo, de uma mudança teórica, mas de uma adaptação à elementos empíricos, uma vez que, durante o *processo histórico* de apropriação da terra e do restante da natureza, ocorreu situações de violência de toda ordem em Luciara. Segundo parte de uma narrativa inserida na cartilha:

“A pressão é direta. A gente vive em um município como esse e acha que todo mundo conhece todo mundo, acha né, porque ninguém conhece ninguém... Já sofri ameaças direta e indireta também, mesmo depois daquela ação de queimarem a minha casa lá. Eu morava lá, porque na época, quando entrava o verão eu entrava para lá, eu fechei um quarto, a outra área era aberta, que era a casa dos pais, fiz um quarto de tijolo, só para colocar uma cama, ter mais segurança onde dormir. Ai você sabe que dentro dessa ação, teve ação conjunta com as próprias pessoas que também vivem da mesma forma que a gente. [...] Existe essa pressão política também. Numa cidade pequena como essa aqui a política se torna forte. Essa pressão existe, e existe direto. Esse encontro mesmo aqui, ainda bem que é só dois dias, porque se fosse mais eu acho que não era segurança para nós que estamos aqui, porque também não abrangemos mais gente, para convidar

mais, da outra vez nós fizemos convite, falamos do que se tratava a reunião, conseguiram fazer a cabeça da população contra uma coisa que nós estamos fazendo agora que é muito importante para a gente. Pressão muito sim” (Jossiney Evangelista da Silva).²⁶³⁸

As violências enfrentadas por esse agente histórico resultaram numa condição de permanente vigilância e na mudança de seu cotidiano com o objetivo de evitar possíveis atentados a sua vida e de seus familiares por parte de algum morador de Luciara conhecido apoiado por “pessoas que também vivem da mesma forma que a gente”, se referindo a outros Retireiros do Araguaia que seriam contrários à proposta da RDS. Segundo outra liderança:

“Eles trabalham a cabeça do próprio retireiros para botar contra eles mesmos. Muitos companheiros já decidiram que não quer, na passeata foram para o lado deles, estão sentindo na pele que estamos sendo encurralados, já vieram falar para mim. Vieram me chamar e eu disse “me deixa eu quieto aqui, na época o que eu queria para nós vocês não quiseram, agora não estamos mais em condições...”. Quer dizer, fazer uma pressão em cima deles para eles sentir quantos eles são enganados pelo agronegócio, deram churrasco aí para os caras, cerveja, tudo” (Rubens Taverny Sales).²⁶³⁹

Essas estratégias de cooptação e pressão sobre Retireiros do Araguaia teriam resultado na fragmentação da “comunidade” e a incidência de disputas políticas dentro da ARA e entre associações de produtores em Luciara quebrando a possibilidade de uma homogeneidade política e de objetivos compartilhada por todos esses agentes históricos.

Apesar disso, a ideia de pertencimento identitário não deixa de ser mencionada em diferentes trechos de relatos de Retireiros do Araguaia durante a oficina realizada pelo PNCSA. A ênfase adotada é a relação dos mesmos com a natureza e o espaço, de modo que mesmo a autodenominação seria resultado dessa dinâmica, como é colocado em dois relatos orais:

“Retiro é porque no inverno alaga tudo, aí tem que levar o gado para um lugar alto. No verão fica muito seco o pasto, aí é o lugar onde vai colocar o gado porque o capim é nativo, ali é da natureza e quando acaba a água fica um lugar onde o gado pode

²⁶³⁸ PNCSA, 2019, p. 13.

²⁶³⁹ PNCSA, 2019, p. 13. Destaca-se que o nome dessa liderança é Rubem Taverny Sales, mas é inserido conforme narrativa da fonte documental em tela.

ficar sem precisar alugar um pasto. É voluntária a área, não era cercada porque agora tem muita cerca, os retireiros só tinha uma mangueira para colocar as vacas, para parir os bezerros, ali tinha aquelas mangueiras para não morrer os bezerros, onde elas param e já soltavam. Eles estavam voluntários ali. O retiro é um lugar voluntário que não é cercado que não tem cerca, é um pasto manso, pasto nativo” (Valdeniza Marla Sales Carvalho).²⁶⁴⁰

“O nome retireiro dá-se pelo fato dessa ida e vinda, na época da cheia e da seca: à medida que vai secando, a água vai baixando, a criação do gado vai sendo nesses varjões mais baixos: à medida que vai enchendo, o retireiro vaqueiro, esse povo se junta tudo e vai retirando daquelas ilhas que pode ficar inundado, e trazer de volta. Não tinha esse negócio de aluguel naquele tempo porque a área era nossa, todo mundo chegava e usava. Ai foi chegando os “donos”. Essas áreas mais altas de cerrado, de mata, foram instalando os “donos” ai, cercando tudo, hoje sobra esses varjões alagados para os retireiros” (Luiz Bezerra).²⁶⁴¹

Na lida com o gado, a relação dos Retireiros do Araguaia com a natureza é marcada pela dependência das secas e cheias do Rio Araguaia, Xavantinho, Tapirapé e outros corpos d’água que condicionam suas atividades. A dependência maior é em relação ao “pasto nativo”, pois de acordo com esse trecho de um relato de uma retireira:

“Nós não temos a terra, nós retireiros, temos só o retiro, que é um território comum para colocar o gado. Por isso que se fala em retiro. Quando está chovendo, está alagado, ai retira o gado, paga pasto. Retirar o gado de lá para colocar no retiro, nos varjão, que é pasto nativo. Então isso que é retiro. Retireiro é aquele que cuida do gado ali naquele retiro” (Marla Docy).²⁶⁴²

Baseado nessas relações com a natureza, a lida com o gado resultava numa relação específica com o espaço na qual a terra não era propriedade privada, de modo que o retiro seria considerado um “território” de uso comum. Outro Retireiro do Araguaia, indica que esse espaço seria marcado pelo uso coletivo:

“Nós fizemos o primeiro retiro [curral coletivo] aqui na gaivota, numa lagoa grande que tinha aqui, lá era de todo mundo. Era de todo mundo, vaqueiro era junto, como nós estamos aqui nós não ficamos desse jeito aqui... Lá todo mundo era dono. Nós todos que tinha gado fechava o gado lá. Cada qual tirava o seu, trazia para fazendinha aqui, trazia dois curral. Nós fizemos um lá no

²⁶⁴⁰ PNCSA, 2019, p. 02.

²⁶⁴¹ PNCSA, 2019, p. 02.

²⁶⁴² PNCSA, 2019, p. 02.

lado do Jatobá e a cerca ia até no Araguaia. Aí fizemos mais embaixo, no lago do Chico Rocha, aí nós viemos para o Lago dos Veados para o lado de cá, aí que nós mudamos para dentro da Luciara” (Benoi Pereira Sales).²⁶⁴³

Nessa dinâmica de relação com o espaço e a natureza, a lida com o gado se fazia por meio de atividades coletiva e do compartilhamento de espaços de uso comum, sendo que os limites eram estabelecidos entre os “vaqueiros”, pois: “*A cerca era do Xavantinho ao Araguaia e o arame era o vaqueiro e o poste era o cavalo. Antigamente saia de cavalo e ia dois, três dias campeando, hoje não*”.²⁶⁴⁴

Segundo alguns dos Retireiros do Araguaia mais idosos, como era o caso de Benoi Pereira Sales, essa dinâmica ocorreu desde os primeiros anos de apropriação do espaço e natureza em Mato Verde.

“Essa atividade de retiro é muito antiga, desde 15 anos que eu trabalho em retiro, que sou retireiro, estou com 82 anos. Eu cheguei aqui em 1942, em 1945 foi o primeiro retiro que trabalhei, era o Lucio Pereira da Luz. Não tinha retiro não, fazia curral, eu fiz 9 currais aqui, nós todos fomos cridos aqui dentro da Luciara, na Lagoa Gaivota, aqui no Jatobá, no Chico Rosa, na beira do Lago dos Veados (...) Fazia muitos anos que eu trabalho aqui só de retireiro, eu sou analfabeto eu não aprendi porque fui mexer com gado na época da escola. Eu vim aqui do fundo das Pedras (sic),²⁶⁴⁵ nasci aqui no norte de Mato Grosso, para baixo de Santa Terezinha, seis quilômetros, primeira cidade. Meu pai veio para trabalhar com seu Lúcio, veio para fazer umas casas para ele, em 42, me trouxe. Em 44 mudamos para cá. O pai desse seu Zé mudou de Conceição para Barra do Garças remando, nós viemos de barco, eu não estou lembrando quando eu tive meu primeiro retiro. Nessa época retiro era de todo mundo. Lá na Gaivota foi 1950, 1949, antes dessa aqui nascer²⁶⁴⁶” (Benoi Pereira Sales).²⁶⁴⁷

Lúcio da Luz foi indicado como o que primeiro trouxe gado e vaqueiros e agregados, e que depois teria buscado mais moradores e trabalhadores. Diante da

²⁶⁴³ PNCSA, 2019, p. 06. Destaca-se que a indicação “curral coletivo” é da própria cartilha.

²⁶⁴⁴ PNCSA, 2019, p. 05.

²⁶⁴⁵ O narrador se refere à localidade Furo de Pedra.

²⁶⁴⁶ Essa referência “antes dessa aqui nascer” indica o apontamento do entrevistado a uma filha que teria nascido naquele ano e é uma indicação comum em relatos orais que precisam datar acontecimentos e que os relacionam a ocasiões importantes da vida pessoal do narrador. Trata-se de uma situação de acionamento de “marcos sociais da memória” conforme: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

²⁶⁴⁷ PNCSA, 2019, p. 03-04.

natureza e do espaço, aquele criador de gado e seus vaqueiros passaram a construir retiros para o gado.

As *memórias subterrâneas* dos vaqueiros emergem para narrar o processo de apropriação de espaços e uso da natureza a partir de suas categorias e *representações*, destacando que a terra não possuía valor enquanto mercadoria, sendo as “pastagens naturais” o que mais interessava aos criadores de gados que criavam seus rebanhos soltos. Naquelas condições, o gado voltava sozinho para as áreas mais altas numa época do ano, conforme apontado no relato abaixo:

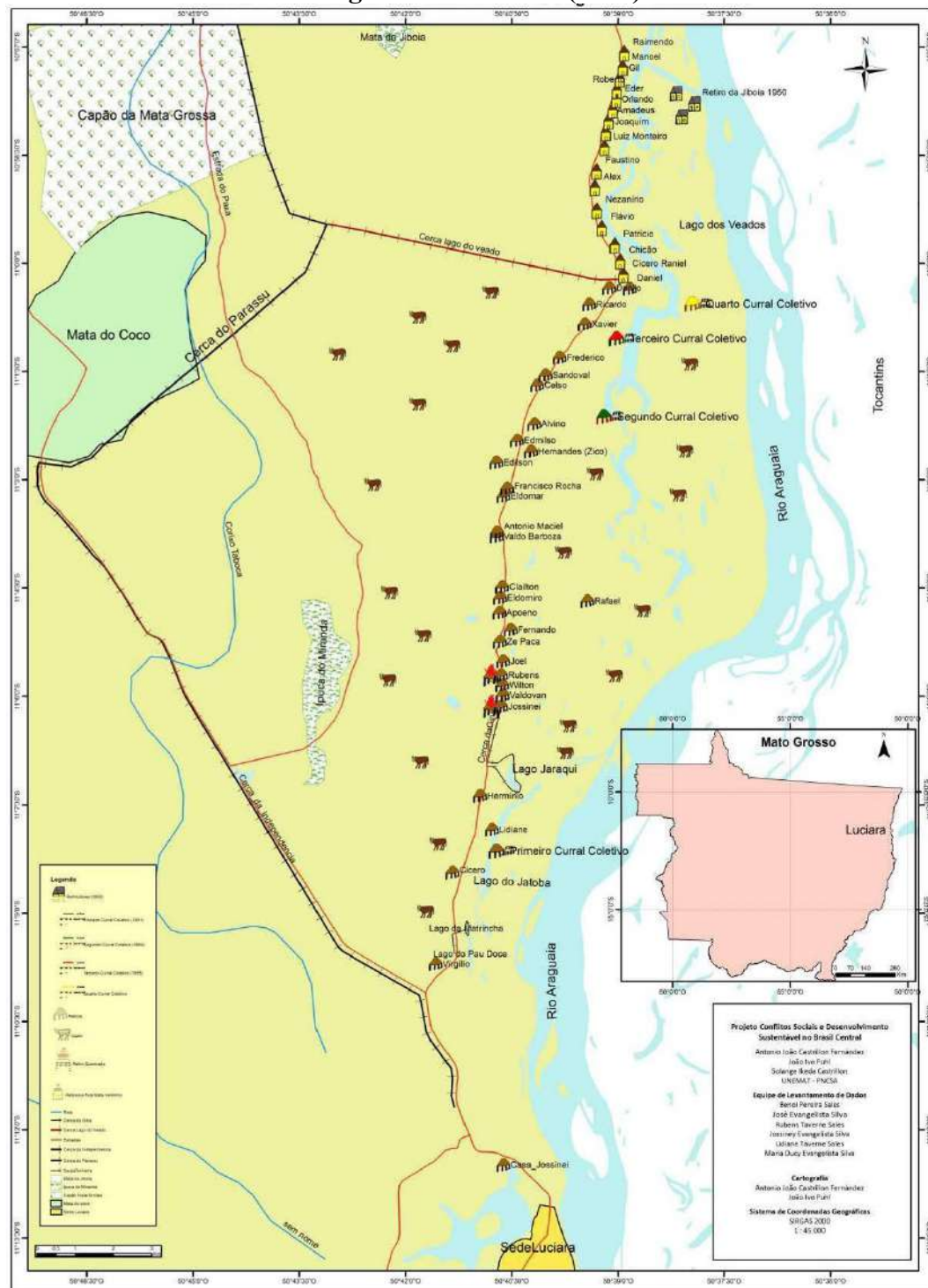
“Ali [entrada de Luciara] que era o berço do retiro. Dali mais ou menos uns 15 quilômetros é a Lagoa do Torques, que eles falavam, Varjão do Torques, onde tinha uns capões de ervas, quem vem de lá para cá na direita, também na beira do Araguaia, um lugar alto de pedra, que os retireiros moravam lá, que lá também o gado ficava muito no inverno. Quando ventava, que falava vento geral, o gado vinha sozinho embora, ficava muito pouco. Só ficava para lá o gado que virava brabeza, no tempo do coronel Lúcio, o gado dele tinha tanto que virou brabeza.” (Rubens Taverny Sales).²⁶⁴⁸

É fundamental destacar que ainda que essa liderança tenha elaborado suas narrativas dentro da dinâmica de um ação de um projeto que busca contribuir para propostas de construção de mapas e reivindicações de territórios, seus relatos orais apresentam elementos de uma dinâmica específica que foi estabelecida nos primeiros anos de Mato Verde. Além da terra não possuir valor enquanto mercadoria e os “pastos naturais” serem de interesse desses criadores, o próprio gado era abundante e por vezes escapava do domínio de seu dono ficando em estado de “brabeza”. E é justamente diante dessa possibilidade que os vaqueiros com suas famílias se tornaram fundamentais para a criação de gado mais controlada em áreas específicas e de acordo com as condições ambientais dos varjões e das terras altas.

Depois desses anos iniciais marcados pela apropriação de espaços por Lúcio da Luz, outros agentes históricos também se apropriaram de outras áreas e alguns de seus vaqueiros conseguiram juntar seus próprios rebanhos e se instalar em diferentes lugares nas margens de rios e lagos. Essa outra dinâmica de apropriação de espaços influenciou outra configuração e pode ser visualizada através do mapa “Território e Identidade dos Retireiros do Araguaia – Luciara -

²⁶⁴⁸ PNCSA, 2019, p. 11.

Figura 35 - Mapa *representando* o espaço apropriado pelos Retireiros do Araguaia em Luciara (2019)



Fonte: PNCSA 2019, p. 10.

Apesar do mapa possuir legendas que não podem ser lidas em virtude de seu tamanho, sai incorporação permite visualizar locais de retiros espalhados no território municipal de Luciara, além de limites impostos pelas cercas do Lago do Veado e de duas fazendas, Independência e Parassu.

Os *cercamentos* foram colocados como um impedimento das práticas de criação de gado da forma extensiva em terras de uso comum. De acordo com um retireiro antigo: “*Depois dos 65 anos para cá eu larguei de andar, não conheço mais a região que eu andava, é só arame, é cerca, é cancela para li e cancela para lá, não tinha cerca, a cerca era a sela do cavalo que ia cercar o gado e o peão em cima dele* (José Evangelista Filho).”²⁶⁴⁹ E segundo uma liderança:

“O Varjão não aguenta cerca, se cercar o capim baixa rápido. Porque o gado é assim, o gado come um pasto hoje aqui, amanhã ali, o próprio gado já sabe comer de região por região para aproveitar melhor o pasto. Então, tudo isso faz parte da coletividade, o próprio gado sabe segurar o pasto para comer na hora certa, não fica em um lugar, só comendo, comendo até acabar”. (Rubens Taverny Sales).²⁶⁵⁰

Segundo a argumentação de alguns retireiros, o *cercamento* faz com que o gado paste toda a vegetação nativa sem a possibilidade de renovação que ocorria anteriormente quando os animais podiam andar livremente. Na situação de *cercamento* dos antigos espaços de uso comum, nem mesmo os Retireiros do Araguaia podem andar livremente, uma vez que as cercas impedem a circulação e “*reduz o espaço coletivo todinho*” e “[...] *aqui onde ele andava não passa mais, por aqui tinha acesso ao Lago dos Veados não passa mais. No resumo, diminuiu o espaço coletivo da criação. Então, a cerca nos prejudica de toda forma. A cerca fecha a passagem do gado e prejudica o manejo* (Joel P. de Souza)”.²⁶⁵¹

Diante do *cercamento* e da expropriação das terras altas, os Retireiros do Araguaia se organizaram desde a última década do século XX para conseguirem o reconhecimento de um território no qual possam retomar ou criar outras dinâmicas da lida com o gado. Segundo uma das lideranças:

“Nós somos retireiros do Araguaia desde 1934, aqui no município de Luciara, reivindicamos urgentemente que seja demarcada a nossa área, porque hoje nós estamos sendo

²⁶⁴⁹ PNCSA, 2019, p. 05.

²⁶⁵⁰ PNCSA, 2019, p. 05.

²⁶⁵¹ PNCSA, 2019, p. 05.

invadido por não retireiros, fazendeiros, está cheio de acampamento de não retireiro e hoje o nosso gado está com dificuldade de beber água, estamos perdendo gado atolado em lugar impróprio, porque a beira do lago está tudo cheio de gente. Nós estamos dependendo muito da regularização da nossa área, isso para nós é muito importante, para continuarmos sendo retireiros na beira do Araguaia. Nós estamos resistindo para existir” (Rubens Taverny Sales).²⁶⁵²

A Cartilha “Retireiros e Retireiras do Araguaia: lutas, território e identidade. Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central” apresenta uma narrativa construída a partir de relatos orais e de *memórias subterrâneas* desses agentes históricos que reforçam a *identidade retireira* e a argumentação de que a proposta de criação da RDS Mato Verdinho possibilitaria a continuidade do uso comum do espaço e da relação “sustentável” com a natureza. Contudo, indica desde seu título que essa luta é permeada de conflitos envolvendo o espaço e a natureza.

Conforme apresentado no início desse capítulo, os Retireiros do Araguaia estão imersos numa situação de conflito com outros moradores de Luciara contrários à criação da RDS Mato Verdinho que resultou num *acontecimento* pontual relacionado a um *processo histórico* que segue através de múltiplas possibilidades.

6.14. O tempo presente em aberto e repleto de incertezas, mas convergindo elementos presentes na longa duração

Como anteriormente indicado, o conflito de 2013 e suas posteriores narrativas e construções de *representação* são analisadas a partir da compreensão que um *acontecimento* tem relação com o *processo histórico* no qual está inserido. Em termos de *ritmos temporais*, alguns desses eventos possuem a capacidade de *acelerar*, ainda que de forma breve, transformações e construções de *representações* presentes na *longa duração*. Para Braudel:

O presente e o passado esclarecem-se mutuamente, com uma luz recíproca. E, se a observação se limita à estrita actualidade, a atenção dirige-se para o que se move rapidamente, para o que sobressai com ou sem razão, para o que acaba de mudar, faz ruído

²⁶⁵² PNCSA, 2019, p. 15.

ou se manifesta de um modo imediato. Uma monótona sucessão de factos e de acontecimentos. [...] O social é uma lebre muito mais esquiva.²⁶⁵³

Ainda que tenha tecidos críticas à ênfase dada à *acontecimentos*, Braudel indica que o mesmo não deve ser desconsiderado, tal qual o *tempo político*, e reforça a necessidade de considerar sua relação com o *tempo social e estrutural*, não para localizar o “mito das origens”, mas para compreender as permanências e rupturas e os diferentes *ritmos temporais* que fazem parte da *longa duração*. Somente pela *longa duração* é possível identificar elementos e *representações* que permeiam o *processo histórico* e que resulta em *acontecimentos* que, por vezes, são vistos descolados de suas relações com outras do passado.

Contudo, a lição de Braudel mais difundida tem relação com sua proposta de afastamento do *acontecimento* e do *tempo político*. Para Henry Rousso (1954-), a proposta de Braudel “[...] nega o caráter trágico do seu tempo para sobreviver e continuar a exercer a sua criatividade em um universo em que o presente mortífero apagou o passado e obscureceu o futuro”,²⁶⁵⁴ de forma diferente à compreensão da catástrofe da grande guerra que levou Walter Benjamin ao suicídio. O autor retoma escritos de Braudel no cativeiro nos quais o historiador indica que o recuo para além do “tempo dos acontecimentos” seria uma forma de “colocar-se à margem, ao abrigo, para olhá-lo um pouco de longe, julgá-lo melhor e não acreditar demais”.²⁶⁵⁵

Além dessa percepção sobre o posicionamento teórico de Braudel, Rousso²⁶⁵⁶ indica ser necessário um afastamento, mas não do *tempo presente*, mas do *presentismo* e das exigências do imediato pela relação entre o *acontecimento* e outros elementos nos seguintes termos:

Há certamente em nossas sociedades uma grande demanda de imediatividade, de “análises” tão rapidamente esquecidas quanto enunciadas [...]. Nossa época já não suporta nem o vazio, nem a incerteza, nem a espera, nem a lentidão. Por isso, o historiador do tempo presente deve, por definição, posicionar-se fora dessa

²⁶⁵³ BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais: a longa duração**, 6. ed., Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 21.

²⁶⁵⁴ ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**. A história, o presente, o contemporâneo. Tradução de Fernando Coelho, Fabrício Coelho, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 172.

²⁶⁵⁵ ROUSSO, 2016, p. 172. O texto citado foi “L’Histoire, mesure du monde”.

²⁶⁵⁶ *Idem*, 2016, p. 236.

temporalidade, que pertence a uma lógica diferente da do conhecimento.²⁶⁵⁷

Para o autor, não existe outra forma de “posicionar-se” fora do *tempo presente* senão por meio de um mergulho ou, no mínimo, um sobrevoo no *tempo social* e *tempo estrutural/geográfico*, ainda que não utilizando todas as concepções de Braudel. Rousso afirma:

Querer escrever no calor da hora a história de um acontecimento prenhe de consequências possíveis, *a fortiori* a de uma catástrofe que se desenvolve sob nossos olhos, não significa reduzi-las apenas a seus contornos presentes [...] é, ao contrário, postular que o presente possui uma espessura, uma profundidade, que ele não se reduz a uma soma de instabilidades que se compreenderá repentinamente. Como toda boa história, trata-se de restituir uma genealogia, de inserir o acontecimento em uma duração, de propor uma ordem de inteligibilidade que tenta escapar à emoção do instante...²⁶⁵⁸

Vale ressaltar, que realizar esse recuo como um procedimento metodológico não significa que a análise resulte numa narrativa definitiva sobre o *acontecimento* e seus desdobramentos no *tempo presente*. E essa dinâmica é parte da narrativa dessa tese, pois nem o *acontecimento* e tampouco o *processo histórico* estão encerrados e suficientemente problematizados.

²⁶⁵⁷ ROUSO, 2016, p. 236.

²⁶⁵⁸ ROUSO, 2016, p. 236-237.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Sei, antecipadamente, que as conclusões a que cheguei serão analisadas, discutidas, substituídas por outras. Sei, e desejo-o. Porque é assim que progride, e deve progredir, a história.*²⁶⁵⁹

Para equilibrar a *aceleração do ritmo temporal do tempo presente* da análise e narrativa histórica em relação ao *tempo político* das práticas e construções de *representações* analisadas nos dois últimos capítulos, se fez necessário recuar para o *tempo social* marcado pela presença de povos indígenas contemporâneos e de grupos humanos dos quais é possível acessar apenas vestígios arqueológicos, além de realizar um sobrevoo sobre o *tempo geográfico* do Rio Araguaia através da *longa duração*. Por meio desse procedimento é possível perceber algumas permanências e rupturas em termos de *práticas sociais*, bem como convergências em relação à construção de *representações* sobre o *outro* e as intencionalidades e *relações de poder* envolvidas num amplo *processo histórico* de apropriação do espaço e da natureza por certos agentes históricos em desfavor de outros.

Na prática, espaços foram apropriados por meio da expropriação dos territórios indígenas, alguns por meio da posse, outros por propriedades privadas e ainda através da burla da lei como a falsificação de títulos que caracterizam a “grilagem” de terras. A renda da terra, a sua concessão gratuita ou ainda os incentivos e financiamentos estimularam em diferentes momentos, o avanço sobre o espaço onde foi construído Mato Verde, emancipado como município de Luciara. Contudo, o espaço não possuía apenas terra, mas também uma natureza formada de fauna, flora, ar, águas e minérios que foram cobiçados ou descartados, de modo que os grupos humanos selecionaram espécies para a alimentação, extração de pele, extrativismo e outras formas de uso e domínio sobre a vida de animais e plantas, além da retirada do solo de minerais considerados valiosos.

O interesse nessa apropriação esteve presente em diferentes narrativas que construíram *representações* sobre essa natureza, dividida entre aquilo que era “belo”, “maravilhoso”, “imenso” e ligado à “riqueza”, com o que era considerado “selvagem”, “perigoso”, “difícil” e “impenetrável”. Trata-se de uma *outra* natureza,

²⁶⁵⁹ BRAUDEL, 1983, p. 2, no *Prefácio à primeira edição*, escrito em 1946.

pois embora a humanidade tenha criado instituições, civilizações e culturas que a afastassem do meio ambiente natural, o ser humano é, antes de tudo, um ser biológico, como pode ser observado no enfrentamento da espécie²⁶⁶⁰ em relação ao vírus SARS-CoV-2 causador da COVID-19. A “civilização” e a “cultura” foi sendo colocada como o oposto à “natureza” e aos espaços onde a fauna, flora, minerais, relevo, hidrografia e outros elementos são diferenciados do ambiente citadino.

No caso do espaço em análise, esse *outro* também se consolidou pela oposição ao litoral colonizado e conhecido, de modo que o interior das terras do que viria a ser o Brasil foi sendo *representado* como o “sertão”, espaço desconhecido, perigoso, repletos de povos indígenas e de possibilidades de riquezas a serem exploradas. Esse espaço e sua natureza foi sendo explorado, nomeado, delimitado, *representado* em narrativas, mapas e cartas elaborados por diferentes agentes históricos nos primeiros séculos de colonização em meio à *práticas sociais e relações de poder* específicas e se consolidou como uma *zona de contato* com os povos indígenas ali presentes e territorializados.

Presentes naquele espaço, anteriormente transformado em seus territórios, os povos indígenas foram *os outros* humanos que foram constantemente inseridos como pertencentes à natureza por meio das *representações* de “selvagens”, “bárbaros” e “pagãos” em contraposição aos “civilizados” e “cristãos” que avançavam sobre seus domínios. Na prática, interesses por suas almas, mão-de-obra, conhecimento, terras, minérios, fauna, flora e terra impulsionavam agentes históricos para tentar esbulhar seus territórios, escravizá-los, eliminá-los fisicamente ou catequizá-los durante o *processo histórico* de avanço sobre esse espaço que marcou o *tempo social*.

Esse mesmo *tempo social* foi *acelerado* pelo avanço de movimentos formados por deslocamentos humanos que não apenas avançaram, mas se apropriaram de áreas dentro daquele espaço situado nas margens do Rio Araguaia

²⁶⁶⁰ O enfrentamento da espécie ocorreu de formas diferenciadas nos países do planeta, pois suas instituições e a capacidade de organização dependem de variáveis ligadas à sua organização social, práticas de saúde coletiva, cultura, política, condições econômicas, grau de intervenção estatal e outros elementos para além do mundo natural. Dentro dos países, as condições econômicas, possibilidade de realizar isolamento social, locais de moradia, acesso às instalações, equipamentos, remédios e tratamento médico também se consolidam como variáveis de diferenciação social entre os agentes históricos que independem do biológico, ligadas às *práticas sociais e relações de poder* estabelecidas.

nas proximidades da Ilha do Bananal nas primeiras décadas do século XX e que foi nomeado Mato Verde. Lúcio da Luz, juntamente com familiares, vaqueiros e agregados, construíram suas moradias ali e também se apropriaram de outras áreas como as suas “fazendas” e outros locais onde foram construídos retiros para a criação do seu rebanho e de outros moradores nas “pastagens naturais” dos varjões nas margens dos rios Araguaia, Tapirapé, Xavantinho e outros corpos d’água.

A construção de Mato Verde foi feita dentro de um “território tradicionalmente ocupado” pelos Karajá e as áreas de domínios subsequentes tidas como “fazendas” de Lúcio da Luz, estavam dentro e/ou nos limites do território dos Tapirapé, de modo que esse agente histórico realizou alianças, mediações e negociações com esses grupos, além de entrar em conflito com Xavante e Kayapó que por ali transitavam, numa dinâmica própria da *situação de fronteira* estabelecida com a chegada desses agentes históricos tidos como “sertanejos”.

No século XX, diferentes narrativas históricas sobre Mato Verde são permeadas de *representações* desses povos indígenas como sendo “selvagens”, mesmo que catequizados e aliados àqueles que colocavam suas *memórias* como a “verdadeira história”. *O outro* era *representado* como pertencente ao passado e os “sertanejos” colocados como os “pioneiros”, “bandeirantes”, “heróis”, e, portanto, agentes da “civilização” em meio ao “sertão” e “à espera” do “progresso” imaginado por Lúcio da Luz e prometido em discursos da “Marcha para Oeste”.

Sobretudo a partir dos governos militares, ocorreu uma *aceleração* no *ritmo temporal* no *processo histórico* de apropriação do espaço e da natureza em que estavam povos indígenas e “sertanejos”, com a chegada de outros agentes históricos como empresários, fazendeiros, colonizadores, proprietários ou grileiros, trabalhares, dentre outros. Alguns desses, se apropriam do espaço por meio da compra de áreas comercializadas pelo estado de Mato Grosso ou pela falsificação de títulos de terra, resultando tanto no esbulho de territórios indígenas, quanto na expropriação das posses de “sertanejos” em meio a litígios e conflitos.

Foi estabelecido um alinhamento das atividades desenvolvidas por esses agentes históricos que chegavam com os projetos dos governos militares, de modo que as *relações de poder* mudaram e o poder de domínio sobre os espaços da família da Luz foi enfraquecido, ainda que alguns de seus membros participassem

ativamente do poder local com mandatos na prefeitura e parlamento municipal. Na condição de “posseiros”, os vaqueiros de Lúcio da Luz, outros retireiros e mesmo familiares do antigo mandatário de Mato Verde foram sendo expropriados por aqueles que chegavam com os títulos de terra legais ou falsos e realizaram o *cercamento* de áreas de terras altas e de varjões de uso comum utilizados na lida com o gado há décadas.

Ocorreu uma *aceleração* das transformações e a intensificação dos conflitos existentes na *situação de fronteira* que configurava aquele espaço. A violência praticada pela expropriação, pelas ameaças, tortura e mortes realizadas sobretudo durante dos governos militares por parte de pistoleiros e jagunços de empresas agropecuárias e fazendas, marcou na *prática social* a mudança das *relações de poder*. Não apenas os povos indígenas, mas os posseiros e os peões das fazendas eram colocados como *representantes* do “atraso” em oposição daqueles que traziam o “progresso”, o “crescimento” e o “desenvolvimento” para aquele espaço por meio de suas atividades econômicas. Esses agentes históricos passam a serem colocados como *o outro* que atrapalha, por meio da sua existência e resistências, as promessas de um futuro próspero para aquele espaço.

A intensificação dos conflitos e da violência da segunda metade do século XX que pode ser considerado como característica do *tempo político* desse amplo *processo histórico*, num *tempo presente* em que testemunhas vivas ainda trazem relatos orais com suas *memórias* e reivindicações de justiça contra a violência e a expropriação de que enfrentaram, ainda que algumas, tenham se apropriado de área em territórios indígenas. Outras narrativas e *representações* passaram a serem construídas, sobretudo após a redemocratização e a publicação da CF/88 que garantia os direitos originários aos territórios dos povos indígenas e outras formas de organização capazes de fomentar outras dinâmicas de “luta pela terra” anteriormente criminalizadas nos governos militares.

Na Europa, as últimas décadas do século XX eram marcadas pela “catástrofe” das duas grandes guerras, e onde “[...] o lugar da história em geral mudou de natureza. As noções de memória ou de patrimônio invadiram o espaço público e científico. O testemunho tomou o aspecto de um imperativo social e

moral.”²⁶⁶¹ No Brasil, os debates sobre a Ditadura Militar e os crimes de tortura e assassinato de opositores se ampliava, de modo que as narrativas da testemunhas passaram a dinamizar as discussões sobre a possibilidade de julgamentos de militares responsáveis, ainda que a anistia tenha resultado num *silenciamento* ou não reconhecimento sobre os crimes, mas que passam a ser analisados pela Comissão da Verdade. Nas primeiras décadas do século XXI, mesmo com testemunhos de crimes como tortura narrados e divulgados por meios de comunicação, o que Rousso denominou como “imperativo social e moral” ficou à mercê da polarização política e de narrativas contrárias que questionam a “narrativa dos livros didáticos” sobre a Ditadura Militar e colocam o historiador diante de testemunhas que viveram e consideram as narrativas de tortura e violência enganosas, pois nunca presenciaram ou ouviram falar nada a respeito, evidenciando os conflitos de narrativas de testemunhos e os limites de uma história escrita a partir da *memória* de testemunhos.

Uma dinâmica semelhante ocorreu em Luciara, pois nas últimas décadas do século XX outras narrativas históricas passaram a ser escritas a partir de outros testemunhos e *memórias* marcadas pela violência e conflitos que foram citados pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga em sua Carta Pastoral de 1971. Os povos indígenas, posseiros, Retireiros do Araguaia e outros agentes históricos que foram expropriados, agredidos, violentados ou tiveram familiares mortos, são colocados como as vítimas com legitimidade de serem testemunhas da história e do conflito.

Utilizando a perspectiva de Rousso, esses agentes históricos seriam as vítimas da “grande catástrofe” que ocorreu naquela *situação de fronteira* marcada pela violência existente na expropriação da terra e na seletividade de quem tem acesso à renda da terra e aos lucros da exploração da natureza mediada, em significativa medida, pelo Estado, sobretudo durante os governos militares. Seria essa a “grande catástrofe” que permeou o *processo histórico* e se dinamizou e *acelerou* os conflitos que vitimaram diferentes agentes históricos, dentre eles, aqueles que ainda estão vivos para testemunhar suas lutas e sofrimentos. Essa outra perspectiva pode ser identificada nos escritos de Martins que influenciou as bases teóricas de historiadores e outros narradores da história de Luciara, pois indica que

²⁶⁶¹ ROUSO, 2016.

“[...] a figura central e metodologicamente explicativa é a *vítima*. É na categoria e na condição de vítima que podem ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano, suas fragilidades e dificuldades...”²⁶⁶²

Apesar dessas indicações, essa tese coloca essas “vítimas” não apenas como tal, mas como agentes históricos que enfrentaram situações de violência de diferentes formas, a partir de estratégias e ações. Dentre essas ações, é fundamental indicar como alguns desse agentes históricos conseguiram relatar e ter suas *memórias*, antes *subterrâneas*, inserida em outras narrativas jornalísticas, acadêmicas e de peças jurídicas. Há de se considerar que as narrativas sobre a história de Luciara dos últimos trinta anos foram escritas majoritariamente por agentes históricos de outros campos do conhecimento para além da História, com destaque para geógrafos e antropólogos atuando como “peritos” ou “especialistas” sobre os conflitos fundiários e socioambientais históricos que atravessam os processos jurídicos e administrativos de demarcação de territórios de TI e RDS. Nesse sentido, é possível identificar que parte desses intelectuais engajados e as testemunhas passaram a assumir uma perspectiva histórica na qual o passado “[...] tornou-se assim uma matéria sobre a qual se pode, ou mesmo se deve, constantemente agir para adaptá-lo às necessidades do presente. Ele é doravante um campo de ação pública”, como aponta Rouso.²⁶⁶³

A partir disso, em Luciara, alguns agentes históricos do *tempo presente* passaram a abordar o “passado” por meio de outras *representações* e narrativas, justamente quando os “sertanejos” são colocados como “vítimas” das injustiças contra a “memória de Lúcio da Luz”, e à falta de reconhecimento jurídico e social do domínio do espaço que detinham no passado e também nas narrativas que passaram a desconsiderá-los como “pioneiros” e “heróis” da “civilização”. Assim como os povos indígenas, esses agentes históricos foram *representados* como “rústicos” e pertencentes ao “atraso”.

Concomitantemente, alguns agentes históricos antes identificados pela categoria generalizante “sertanejos” passaram a utilizar a autoidentificação de Retireiros do Araguaia e Kanela do Araguaia e reivindicar a demarcação de

²⁶⁶² MARTINS, 2009, p. 10.

²⁶⁶³ ROUSO, 2016, p. 30.

territórios que garantissem sua permanência nas áreas de terras altas e varjões apropriados. Todos se converteram em testemunhos para narrativas históricas que os colocava como legítimos detentores da natureza e do espaço que reivindicavam seja como propriedade privada pelos descendentes de Lúcio da Luz, como terra indígena pelos povos indígenas ou ainda, como Reserva de Desenvolvimento Sustentável destinada aos retireiros e outras “população tradicionais”.

No século XXI, outras *relações de poder e práticas sociais* dinamizaram a jurisdição e as ações do executivo de diferentes Governos Federais, resultando em mudanças implementadas por políticas públicas desenvolvidas em órgãos governamentais como FUNAI, INCRA e ICMBio, além da publicação de portarias e decretos que mudam os rumos ou o ritmo dos processos administrativos de demarcação de Terra Indígenas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Unidade de Conservação e Comunidades Remanescentes de Quilombo, e outras formas jurídicas de domínio do espaço e da natureza.

Paralelamente, outros políticos, agências e intuições se articulavam no sentido de interromper tais políticas públicas e propostas de demarcação de territórios como o da RDS Mato Verdinho que havia sido elaborado para atender Retireiros e Kanela do Araguaia, além de outras “populações tradicionais” e que enfrentou resistência de parte significativa da população de Luciara e que resultou numa indefinição dos rumos do *processo histórico* de apropriação do espaço e da natureza naquele município.

A polarização e radicalismo no *tempo presente* que marcam os debates públicos em todas as esferas, sobretudo nas redes sociais, tem perpassado o *tempo político* desse amplo *processo histórico*, de modo que Retireiros do Araguaia, Kanela do Araguaia e outros povos indígenas, além de seus apoiadores, imaginam um futuro no qual os seus direitos de permanência nos varjões serão garantidos e no qual a “sustentabilidade” fomentará uma relação com a natureza específica. Por outro lado, outros agentes históricos buscam pela garantia ao direito da propriedade privada da terra e por condições de produzirem em larga escala para o lucro individual e supostamente trazerem “crescimento” para a “região”.

São outras *relações de poder* estabelecidas que trazem possibilidades de dinamização desse *processo histórico* que para alguns, se direciona para a

efetivação de direitos à outras formas de relação com o espaço e a natureza e que convergem práticas sustentáveis que garantiriam um futuro para a humanidade. Contudo, para outros, existem possibilidades de que o “domínio” do espaço e da natureza para a exploração predatória do meio ambiente se expanda ainda mais para outros espaços e que refletem nos índices recordes de desmatamento das últimas décadas. Nesse cenário possível, o lucro da produção continuaria a ser privatizado e os danos ambientais socializados, sem maiores preocupações com as gerações futuras ou com os limites da exploração da natureza tida como “recurso”.

Essas possibilidades oferecem apenas as incertezas do *tempo presente* dessa narrativa e que não podem ser analisadas historicamente de forma satisfatória e definitiva. Busca-se não cair na armadilha do *presentismo* e se construir uma análise que seja um “antídoto”²⁶⁶⁴ a esse regime de historicidade, ciente de estar diante de duas frentes: “[...] a da história e a da *memória*, a de um presente que não se quer ver passar, a de um passado que volta para assombrar o presente, sendo a distinção entre as duas por vezes inalcançável.”²⁶⁶⁵

E assim, a história continua, entre práticas marcadas por conflitos e resistências, construindo *representações* envolvidas em diferentes *relações de poder* que seguem em meio às incertezas e à instabilidade. E nesse sentido, é preciso destacar o caráter “em suspenso” dessa análise que é apontado por René Rémond (1918-2007)²⁶⁶⁶ num artigo intitulado “Defesa de uma história abandonada. O fim da Terceira República” publicado concomitantemente ao de Braudel sobre a *longa duração*, em 1958, e divulgado numa revista de Ciências Políticas. Esse historiador ressalta a possibilidade de uma história do presente em movimento, que deve prestar reconhecimento ao caráter inacabado e provisório de “interpretações em suspenso”²⁶⁶⁷, tal qual ocorre em relação à análise e narrativa dessa tese, pois assim considera e aceita o complexo *tempo presente* inacabado e em movimento, mas inquestionavelmente parte da história.

²⁶⁶⁴ ROUSSO, 2016, p. 231.

²⁶⁶⁵ *Idem*, 2016, p. 289.

²⁶⁶⁶ Esse autor foi um dos principais nomes da Nova História Política, que pode ser conhecida por meio da seguinte obra: RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

²⁶⁶⁷ ROUSSO, 2016, p. 178-188.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O intransitivo da Transição. O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia.* (1965-1988). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras.** Rio de Janeiro: PETI, Museu Nacional, 1990. (Antropologia e Indigenismo, n. 1). p. 117-138.

AMOROSO, Marta Rosa. Mudança de Hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos Capuchinhos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 37, jun. 1998.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins – Projeto Atito.* Tese (Doutorado em Linguística), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, 2006.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. **A escrita da história: a natureza da representação histórica.** Tradução Jonatham Menezes [et al.]. Londrina-PR: EdUEL, 2012.

AQUINO, Samia; LATRUBESSE, Edgardo M.; SOUZA FILHO, Edvard Elias de. Caracterização Hidrológica e Geomorfológica dos afluentes da bacia do rio Araguaia. In: **Revista Brasileira de Geomorfologia**. v. 10, n. 01, 2009.

ARAÚJO, Ordalia Cristina Gonçalves. *Os Javaé e o protestantismo: salvação e resistência (1896-1937).* Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO, 2019.

ARRUDA, Gilmar. Memórias e paisagens soterradas na transformação da natureza em terra. **Revista Trilhas da História.** Três Lagoas, v.6, n. 11, p.4-13, jul-dez, 2016.

ARRUDA, Gilmar. (Org.). **A natureza dos rios: História, Memória e Territórios.** Curitiba: Editora UFPR, 2008.

_____. (Org.). **Natureza, Fronteiras e Territórios.** Imagens e Narrativas. Londrina: EdUEL, 2005.

ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). **Documenta Indígena do Brasil Central.** Goiânia-GO: Ed. Da UCG, 2001.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. *Brasil, um país tropical: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889).* Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, 2011.

_____. Trópicos imaginados: As geografias imaginativas sobre o Brasil na Revue des Deux Mondes. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH,** Natal-RN, 2013.

BARROZO, João Carlos. **Fronteiras de Mato Grosso: em busca do Eldorado e da Terra Prometida**. Cuiabá/MT: EdUFMT, 2017.

_____. Incertezas no Araguaia: a enxada enfrenta o trator. In: JOANONI NETO, Vitale. (Org.). **Política, Ambiente e Diversidade Cultural**. VI Seminário do ICHS/UFMT, Cuiabá: EdUFMT, 2007.

_____. Percurso do gado: do Vale do São Francisco ao Vale do Araguaia. In: COY, Martin; BARROZO, João Carlos; SOUZA, Edison Antônio de (Org.) **Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa**. Brasília: Editora IABS, 2020.

BARROZO, João Carlos (Org.). **Norte Araguaia: territórios e conflitos**. Belém/PA: NAEA, 2019.

BATISTA, Alcelides. *Entre corredeiras, remansos e meandros: os desafios na conquista do Araguaia*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente), Universidade Federal do Tocantins (UFTO), Palmas-TO, 2015.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990 b.

_____. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora UnB, 1990 a.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O Ofício do Historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Escritos sobre a história**. Tradução J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Debates; 131 / dirigida por J. Guinsburg).

_____. **Gramática das civilizações**. Tradução Antonio de Pádua Danese. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção O homem e a história).

_____. **História e Ciências Sociais: a longa duração**, 6. ed., Lisboa: Editorial Presença, 1990.

_____. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. 1. ed., Lisboa: Martins Fontes, 1983.

CAIXETA, Vera Lúcia. Médicos e frades pelos caminhos de goiás (1883-1912). **Revista Desafios**, v.1, n. 1, p. 25-42. jul.-dez. 2014.

CAMPOS, Márcia. *As mulheres indígenas no imaginário dos viajantes: Mato Grosso, Século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso; VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. **Fronteiras e Conquistas pelos Araguaia – Século XIX**. 2.ed. Goiânia-GO: Kelps, 2010.

_____. **Nas águas do Araguaia: a navegação e a hibridez cultural**. Goiânia-GO: Kelps, 2009.

CASAS MENDOZA, Carlos Alberto. *Nos olhos do outro: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940-1970)*. Tese de Doutorado (Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP, 2005.

CASTRAVECHI, Luciene; JOANONI NETO, Vitale. O exílio da vida nas margens do mundo: violência contra trabalhadores escravos em Mato Grosso (1970-1989). In: REZENDE FIGUEIRA, Ricardo; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria. **A universidade discute a escravidão contemporânea: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

CAVALCANTI-SCHIEL, Helena Moreira. *O vermelho, o negro e o branco*. Modos de classificação entre os Karajá do Brasil Central. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, 2005.

CHAIM, Marivone Matos. **Aldeamentos Indígenas**. Goiás 1749-1811. 2. ed. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, 2002 b.

_____. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. 2 ed., Lisboa: Difel, 2002 a.

_____. **Cultura Escrita, Literatura e História**. Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antônio Saborit. Tradução Ernani Rosa, Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CINTRA, Jorge Pimentel. As capitânias hereditárias no mapa de Luiz Teixeira. In: **Anais do Museu Paulista**, v. 23, n. 2, p. 11-42, jul.-dez. 2015.

CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda. A ocupação da terra nas narrativas de Carmo Bernardes e José Maria Audrin: sertão dos vales dos rios Araguaia e Tocantins (1900-1950). In: **Outros tempos**, v. 12, n. 20, p. 29-55, 2015.

COSTA, Antônio Gilberto. Do "Roteiro de todos os sinais da costa" até a "Carta Geral": Os mapas de síntese para o território da América portuguesa e do Brasil Império. In: **Revista Brasileira de Cartografia**, n. 67/4, p. 887-903, jul./ago. 2015.

COSTA, Maria de Fátima. A paisagem do Brasil representada por Francis de Castelnau. In: NAXARA, Marcia; CAMILOTTI, Virgínia (Org.). **Conceitos e linguagens: Construções identitárias**. 1ed. São Paulo-SP: Intermeios, 2013, p. 72-95.

COSTA, Maria de Fátima; DIENER, Pablo. Incertezas sobre cidades e mapas. In: **Mouseion**, Canoas, n. 20, pp.95-104, abri. 2015.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. *A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel: de sua tese O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II até o artigo História e Ciências Sociais: a longa duração (1949-1958)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis-SP, 2009.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição Oral e História Oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 151.

CUNHA, Maria Manuela da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura//Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manoela Carneiro. Introdução à uma longa história indígena. In: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 09-24.

CUNHA, Manoela Carneiro. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp. 133-154.

DELGADO, Paulo Sergio; ROSA, Juliana Cristina da. *O processo de esbulho territorial, silenciamento e a luta pelo reconhecimento étnico e territorial dos Kanela do Araguaia: a aldeia Tapiraka em Santa Terezinha, Mato Grosso*. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Norte Araguaia: territórios e conflitos**. Belém/PA: NAEA, 2019, pp. 51-72.

DOLES, Dalísia Elisabeth Martins. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia-GO: Editora Oriente, 1973.

DOSSE, François. **História em migalhas**. Dos Annales à Nova História. Tradução Dulce A. Silva Ramos. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1994.

_____. **Renascimento do acontecimento. Um desafio para o historiador:** entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DUBY, Georges. **A história continua**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993 b.

_____. **O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Tradução Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993 a.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Insubmissos e desertores: os barqueiros do Araguaia e a divisão do trabalho na navegação interprovincial (Goiás-Pará – século XIX). **Revista Litteris**, n. 14, pp. 46-69, set. 2014.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; ZAGALLO, Ana Daisy Araújo; RAMOS JUNIOR, Dernival Venâncio. A invenção do sertão: viajantes e barqueiros navegando pelo Araguaia. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n. 1, pp. 42-59, jan.-jun., 2018.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Arahguaia*. Peões e posseiros contra a grande empresa. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1985.

_____. *O mito da democracia no país das Bandeiras*. Análise simbólica dos discursos sobre migração e colonização do Estado Novo. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro-RJ, 1972.

FABIAN, Johannes. **O Tempo e o Outro:** como a antropologia estabelece seu objeto. Tradução de Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2013.

FEBVRE, Lucien. **O Reno:** história, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. O mito indígena da lagoa dourada e as bandeiras do Brasil Central. In: Câmara Legislativa do Distrito Federal, **Letras DF**, Suplemento Cultural. Brasília, 28 de fevereiro de 1994.

_____. **As bandeiras do Paraupava**. São Paulo: Prefeitura Municipal, 1977.

_____. **O Mistério do Ouro dos Martírios**. Desvendando o grande segredo das bandeiras paulistas. São Paulo: Biblios, 1960.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII), **Revista Tempo**, v.22, n.40, pp. 367-399, mai.-ago. 2016.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil**: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.

GANDARA, Gercinair Silvério; PEREIRA, Roberta Cristina Monteiro. Às margens do Rio Araguaia... O Presídio Militar de Santa Leopoldina (Província de Goyaz, 1850-1959). **Labor e Engenho**, Campinas, São Paulo, v.11, n.2, p.146-164, abr./jun. 2017.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____. **Relações de força**. História, retórica, prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GIRALDIN, Odair. Catequese e Civilização: Os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e do Tocantins. In: **Boletim do Museu do Pará Emílio Goeldi**. v. 18, n. 2, pp. 1-16. 2002.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Olhares estrangeiros sobre Goiás: **Caminhos**, v. 13, n. 1, pp. 66-83, jan./jun. 2015.

GOMES, Abigail Ribeiro. *Olhos de viajante*: olhares cruzados entre Leite Moraes e Macunaíma. Dissertação (Mestrado em Ciências), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2008.

GOODY, Jack. **O roubo da História**. Como os europeus se apropriaram das ideias e inovações do Oriente. Tradução Luiz Sérgio Duarte da Silva. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. In: **Confins – Revista franco-brasileira de geografia**, n. 5, pp. 01-27, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra**: História Social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

JENKINS, Keith. **História repensada**. Tradução Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

KARASCH, Mary. Catequeze e cativo. Política indigenista em Goiás: 1780-1889. Tradução de Beatriz Perrone-Moises In: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp. 397-412.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Mass, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 4.ed. Campinas –SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEAL, Samuel. *Cinemas Xavantes*: Alteridade e identidade sob o risco do cinema. Tese (Doutorado em Comunicação), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testemunho**: a Comunidade de Casca em perícia. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, SP: Papyrus, 1986 a.

_____. *A Terra para quem nela não trabalha: A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n. 12. pp. 47-64, Mar./Ago. 1986 b.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Entre Árvores e Esquecimentos**: história social nos sertões do Brasil. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.

_____. **Os historiadores e os rios**. Natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15, Editora UnB, 1999.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 65-87, jun. 2000.

_____. *Pioneiros da Marcha para o Oeste*: Memória e Identidade na Fronteira do Médio Araguaia. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília (UnB), Brasília-DF, 1998.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Camus, 2007. pp.155-173.

LUCIDIO, João Antônio Botelho. *'A Ocidente do imenso Brasil': As conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. Tese (Doutorado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal, 2013.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **A terra como invenção**. O espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2008.

_____. **Estado, território e imaginação social: o caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

_____. Governadores de ruínas: os relatos de viagem de Couto de Magalhães e Leite Moraes. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 3-23, jul.-dez. 2007.

MAYBURY-LEWIS, David. **A Sociedade Xavante**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

_____. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 8, n. 1, pp. 25-70, maio de 1996.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Organização: Paul Singer; Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MEDEIROS, Enderson. *A história de Goiás segundo Zoroastro Artiaga*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO, 2016.

MELO, Jonas Israel de Souza. *O Rio Araguaia: povoamento e mudanças na paisagem (1513-1967)*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia-GO, 2000.

MÉSZÁROS, István. **A crise do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORENO, Gislaine. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de Burla**. (1892-1992). Cuiabá/MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. Caíndo por terra: Um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. In: **Lutas & Resistências**, Londrina: v. 01, pp. 42-59, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. Tese (Doutorado em Geografia) -- USP, 1997.

_____. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflito**. 4. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

_____. *A Fronteira Amazônica Mato-grossense: Grilagem, Corrupção e Violência*. Tese (Livre docência), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco e. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro-RJ: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, Lucas Zelesco de. *A emergência do “índio brasileiro” no século XVI: uma análise comparada*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, 2013.

PACE, Richard. O legado de Charles Wagley: uma introdução. In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum, Belém, v. 9, n. 3, p. 597-615, 2014.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livre e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

PETSCHLIES, Erik. *As redes da etnografia alemã no Brasil (1884-1929)*. Antropologia Social. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2019.

PINTO, Luciana de Queiroz. *A Representação do indígena na Cartografia portuguesa do século XVI*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), São Gonçalo, RJ, 2017.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

_____. *Memória, esquecimento, silêncio*. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORRO, Antonio. Índios e brancos do rio Amazonas em 1847: páginas de Castelnau inéditas em português, transcritas e anotadas. In: **Rev. Inst. Estudos Brasileiros**, n. 56, pp. 281-208, 2013.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagens e transculturação. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. São Paulo, EDUSC. 1999.

ROCHA, Leandro Mendes (Org.). **Atlas Geográfico**: Goiás pré-colonial e colonial. Goiânia: Editora da CECAB, 2001.

ROCHA, Leandro Mendes. **O Estado e os índios**: 1850-1889. Goiânia: Editora da UFG (Universidade Federal de Goiás), 1998.

ROSA, Juliana Cristina. *A Luta pela Terra Marãiwatsédé*: Povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, Posseiros e Grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, 2015.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**. A história, o presente, o contemporâneo. Tradução de Fernando Coelho, Fabrício Coelho, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SAHLINS, Marshall. O Retorno do Evento, outra vez: com reflexões sobre os primórdios da Grande Guerra fijiana de 1843-1855 entre os reinos de Bau e Rewa. In: _____. **Cultura na Prática**. Tradução Vera Ribeiro. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Coleção Etnologia). p. 316-376.

SALES, Lidiane Taverny. *Território retireiro em disputa*: cerca que divide e a perda do território de uso comunal dos Retireiros e Retireiras do Araguaia no Mato Grosso. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais), Universidade Nacional de Brasília (UnB). Brasília-DF, 2018.

SANTOS, Carcius Azevedo dos. *Araguaia-natureza, Araguaia-projeto*: paisagens socioambientais em Couto De Magalhães, século XIX. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Nacional de Brasília (UnB). Brasília-DF, 2007.

SANTOS, Gilberto Brizzola. *Bandeirantes do século XX*: trabalhadores da expedição Roncador Xingu e Fundação Brasil Central em Nova Xavantina. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2011.

SANTOS, Edivaldo Antonio dos. *Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930). Fundação e consolidação da Missão Dominicana no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) Universidade Federal de Goiás (UFG). Goiânia-GO, 1996.

SANTOS, Rodrigo Martins dos. Os índios na cartografia histórica de Goyaz. In: SILVA, Elias Manoel da; VIEIRA JUNIOR, Wilson. (Org.). **Guia de Cartografia Histórica**. Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília-DF, 2018, p.152-185.

SCALOPPE, Marluce. Jornal Alvorada: registro e história das lutas do povo do Araguaia em tempos de ditadura. **Encontro Nacional de História da Mídia**, Outro Preto-MG, 2013.

SCOTTON, Giovanni Colossi. *O Brasil na cartografia quinhentista*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis-SC, 2017.

SCHADEN, Egon. A obra científica de Paul Ehrenreich. In: **Revista de Antropologia**, v. 12, n. 1-2, p. 83-86, 1964.

SCHUMANN, Leonor; HARTMANN, Tkekla. Coleções etnográficas brasileiras em Stuttgart: histórico e composição. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 2, p. 125-132, 1992.

SILVA, Aracy Lopes d. Dois séculos e meio de história xavante. In: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, pp. 357-378, 1992.

SILVA, Alexandre Regio da. *Espaço e conflito: tensões territoriais no Médio Araguaia e a emergência/invenção da identidade retireira (1958-2011)*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2012.

SILVA, Cleube Alves da. *Confrontando mundos: Os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal (UFGD). Dourados-MS, 2006.

SILVA, Elias Manoel da; VIEIRA JUNIOR, Wilson. (Org.). **Guia de Cartografia Histórica**. Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília-DF, 2018.

SILVA, Elias Manoel da. Introdução. Ensaio sobre a cartografia dos “sertões”. In: SILVA, Elias Manoel da; VIEIRA JUNIOR, Wilson. (Org.). **Guia de Cartografia Histórica**. Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília-DF, 2018, pp. 11-31

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um grande inventário da Natureza: políticas da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVII. In: GESTEIRA, HELOÍSA Meireles; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro. **Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX**. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014, pp. 47-70.

SILVA. Zélia Lopes da. As percepções das Elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a Natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso. In: ARRUDA,

Gilmar. (Org.). **Natureza, Fronteiras e Territórios**. Imagens e Narrativas. Londrina: EdUEL, 2005, pp. 177-216.

SOARES, Luiz Antônio Barbosa. Trilhas e caminhos: povoamento não indígena no Vale do Araguaia, parte nordeste do Estado de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010. pp. 255-289.

_____. **Trilhas e caminhos: Povoamento não-indígena no Vale Araguaia-MT**, na primeira metade do séc. XX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, 2004.

SOUZA, Maria Aparecida Martins. Escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia (1970-2005). In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Araguaia: o (des)encontro de diferentes agentes sociais**. Cuiabá: EdUFMT, 2016, pp. 69-102.

_____. *Retalhos de vidas: escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia (1970-2005)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá-MT, 2009.

SOUZA FILHO, Durval de. *Os retratos dos Coudreau: Índios, Civilização e Miscigenação através das lentes de um casal de visionários que percorreu a Amazônia em busca do “Bom Selvagem”*. (1884-1899). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém-PA, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia de Letras, 1998.

_____. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. **A expansão do Povoamento em Goiás – Século XIX**. Goiânia: 1991.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TURIN, Rodrigo. O “selvagem” entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, pp. 781-803: jul./dez. 2012.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. IN: CUNHA, Manoela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp. 311-338.

VELHO, Octavio Guilherme. Os primórdios. In: Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 11-16. ISBN: 978-85-9966-291-5.

_____. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.** Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Coleção Agricultura e Sociedade, 1981.

_____. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel Difusão Editorial S.A. Coleção Corpo e Alma do Brasil, 1979.

VIDAL, Laurent; GANDARA, Gercinair Silvério. Cidades, rios e patrimônio. In: **Confins** – Revista franco-brasileira de geografia, n. 31, Dossiê Araguaia, 2017.

VIEIRA, Marciano Max Rodrigues. *Denúncias de “trabalho escravo” em Mato Grosso: história, memória e deslocamentos humanos.* Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá-MT, 2010.

WHITE, Hayden. **A meta-história.** A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Trópicos do discurso.** Ensaios sobre a crítica da cultura. Tradução Alípio Correa de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

WOORTMAN, Ellen F. Homens de hoje, mulheres de ontem: Gênero e memória no seringal. In: BRITO DE FREITAS, Cornélia (Org.) **Memórias: Anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da Universidade Católica de Goiás.** Goiânia: Ed. UCG. 1998.

FONTES DOCUMENTAIS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. [Reportagem]. *União nega falta de diálogo: Autoridades exigem participação no GT*. 19/08/2015.

ALENCASTRE. José Martins Pereira de. **Annaes da província de Goyaz** [1863]. Reedição do Governo de Goiás com parceria com a SUDECO. Brasília-DF: Editora Gráfica Ipiranga, 1979.

ALEXANDRE CÉSAR. Assessoria Aline Marques. [Reportagem]. *Deputado repudia atos de violência em Luciara e busca apoio de autoridades*. 26/09/2013.

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Revisão e Notas Luiz Carlos Figueiredo; Prefácio Paulo Pitaluga Costa e Silva, Cuiabá-MT: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006. – (Coleção documentos preciosos).

APRUMAV. Associação dos Produtores Rurais Mato Verdinho. [Ata]. Ata da assembleia geral da constituição realizada no dia 01 de fevereiro de 1995. 1995.

ARA. Associação dos Retireiros do Araguaia. [Carta]. Carta dos Retireiros do Araguaia para a senadora Marina Silva, 2001.

ARTIAGA, Zoroastro. **Dos Índios do Brasil Central** Uberaba-MG: Departamento Estadual de Cultura de Goiás, 1947.

AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**: o bispo-missionário Dom Domingos Carrérot. Rio de Janeiro: Edições Pugil Limitada. Livraria Agit Editora, 1946.

_____. **Os Sertanejos que eu conheci**. Prefácio de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros 117, 1963.

AURELI, Willy. [Documento datilografado]. Sinopse dos trabalhos realizados pela “Bandeira Piratininga” nos sertões brasílicos da bacia Pre-Amazonica - No Vale do Araguaia e Rios das Mortes e Tapirapé, desde o ano de 1937 até o ano de 1963. 1966. Arquivo do Instituto Socioambiental (ISA), Código 0QD00078.

AURELI, Willy. **Bandeirantes d'Oeste**. 2. ed., São Paulo Edições Leia, 1962b.

_____. **Bugres no rio das Mortes**: Poranduba – Notícias do Sertão. Notas explicativas de Brunilde Aureli Brito. São Paulo: Clube do Livro, 1973.

_____. **Esplendor selvagem**. Nota explicativa de Judas Isgorogota. São Paulo: Clube do Livro, 1960.

_____. **Léguas sem fim**. 2. ed. São Paulo: Edições Leia, 1963.

_____. **O rio da solidão**. Nota explicativa de Afonso Schmidt. São Paulo: Clube do Livro, 1957.

_____. **Roncador**. 3.ed. São Paulo: Edições Leia, 1962 a.

_____. **Sertões bravios**. 2. ed. São Paulo: Edições Leia, 1961.

_____. **Sumaúma**: Roteiro Indianista. Nota explicativa de Fernandes Soares. São Paulo: Clube do Livro, 1966.

_____. **Terra sem sombra**. São Paulo: Editora Saraiva, Coleção Saraiva 53, 1952.

AXA. AGUIAR, Telma. [Reportagem]. *Portaria 294 assegura terras da união em Mato Grosso e Tocantins trazendo à tona questões agrárias*. s/d.

_____. BRANDT, Lilian. [Reportagem]. *Terra em disputa: Os retireiros do Araguaia*. Setembro de 2015.

_____. [Reportagem]. SPU cede a pressões e revoga a portaria 294. Janeiro 2015.

_____. [Reportagem]. *Casa de líder dos Retireiros do Araguaia é queimada e aumenta tensão em Luciara/MT*. s/d.

BALDUS, Herbert. **Tapirapé**: Tribo tupí no Brasil Central. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

BLOG DA REDAÇÃO. MARTINS, Antônio. [Reportagem] *Em Luciara, latifúndio sem máscara*. 29/09/2013.

BLOG QUESTÃO INDÍGENA e Blog Brasil Livre e soberano. [Reportagem] *Portaria da SPU causa pânico no Mato Grosso*. 2015.

BLOG QUESTÃO INDÍGENA. [Reportagem]. *Esclarecido o mistério da Portaria SPU 294: Não é uma terra indígena é uma RDS, mas o resultado pode ser o mesmo*. 2015.

BORGES, Durval Rosa. **Rio Araguaia, corpo e alma**. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo: IBRASA; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. **Estatuto da Terra**. Lei nº 4.504. 30 de novembro de 1964. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 dez. 1964.

BRASIL. **Decreto 6.040**. 07 de fevereiro de 2007.

BRASIL. IBGE. [Mapa] Mapa Político Administrativo do Brasil. 2004.

BRASIL. IBGE. [Mapa] **Mapa Amazônia Legal**. 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Portaria nº 09/2007, de 23 de janeiro de 2007**. Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira as áreas que menciona. Brasília, DF, jan. 2007.

BRASIL. Secretaria de Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 294/2014, de 27 de novembro de 2014**. Reconhece como áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável a RDS Mato Verdinho. Brasília, DF, nov. 2014

BRASIL. Secretaria de Patrimônio da União do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 10/2015, de 30 de janeiro de 2015**. Revoga a Portaria 294/2015 e institui GT. Brasília, DF, jan. 2015.

BRASIL. MMA. Secretaria de Recursos Hídricos. [Relatório] **Caderno da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia**. Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. – Brasília: MMA, 2006.

BURITY, Toncá. [Reportagem] Comissão da Verdade debate situação dos Retireiros do Araguaia. **Portal de Notícias Senado Federal**. 06 nov. 2013.

CANUTO, Antônio. **Resistência e Luta conquistas território no Araguaia Mato-Grossense**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

CARTA CAPITAL. [Reportagem]. *Antônio Canuto e Cristiane Passos. Conflito entre grileiros e retireiros “fecha” a cidade de Luciara, MT*. 26/09/2013

CASALDÁLIGA, Pedro. [Carta] **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. 1971.

CASTELNAU, Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. Tradução Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. Tomo 1.

CAPRARA, Lorena de Stauber. Apresentação. In: SENATORE, Antonio. **Bandeira Anhangüera: Viagem à Serra do Roncador 1937**. Organizadores Acir Fonseca Montecchi; Lorena de Stauber Caprara; Olga Alejandra Mordente. Tradução de Alessandra Paola Caramori. São Paulo: Lemos Editorial, 2001.

CHAVES, Antônio Wanderley. **Madrugadas e Crepúsculos**. [Brasília]: [s.n.], [198?].

CHOVELON, Hipólito; FERNANDES, Francisco; SBARDELLOTTO, Pedro. **Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas**. Campo Grande: Missão Salesiana, 1996.

CLARK, Raymond Brooke. **Bananal ou Among Pagan Indians in Brasil**. São Paulo: Imprensa Methodista, 1923.

COOK, William Azel. **By horse, canoe and float**: through the wildernesses of Brazil. Ohio, EUA, The Werner Company, 1909.

COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga e FERREIRA, João Carlos Vicente. **Breve História de Mato Grosso e de seus municípios**. Cuiabá, 1994.

COUDREAU, Henri. **Vouyage au Tocantins-Araguaia**: 31 décembre 1896 - 23 mai 1897. Paris: Imprimeur-Editeur, 1897.

CUNHA MATOS, Raimundo José da. **Itinerario do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiaz. Seguido de uma descrição chorographica de Goiaz, e de roteiros desta Provincia ás de Mato Grosso e S. Paulo**. Tomo I. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C^a. 1836.

DIÁRIO DE CUIABÁ. NASCIMENTO, Gustavo. [Reportagem]. *3 atentados em 5 dias*. Cuiabá, 24/09/2013.

DILMAR DAL'BOSCO. Assessoria Raphaella Padilha. [Reportagem]. *Dilmar afirma que moradores de Luciara ameaçam abandonar a cidade*. 30/09/2013.

DILMAR DAL'BOSCO. Assessoria Raphaella Padilha. [Reportagem]. *Reunião em Brasília tranquiliza moradores de Luciara*. 10/11/2013.

DINIZ, Zelia dos Santos. **Araguaia**: Leste/Oeste. Goiânia-GO; Kelps, 1999.

EHRENREICH, Paul. Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos. Tradução de Capistrano de Abreu. In: **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Tomo VIII, 1^o. Boletim, p. 3-55. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1892.

_____. Beiträge zur Geographie Central-Brasiliens. In: **Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin**. Berlin: W. H. Kühl, p.167-192, 1892.

_____. Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens: II. Die Sprache der Cayapo (Goyaz). In: **Zeitschrift für Ethnologie**. Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschicht, p. 115-137. 1894.

_____. Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens: I. Die Sprache der Caraya (Goyaz). In: **Zeitschrift für Ethnologie**. Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschicht, p. 20-60. 1894.

_____. Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens: III. Die Sprache der Akuã oder Chavantes und Cherentes (Goyaz). In: **Zeitschrift für Ethnologie**. Organ der

Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte, p. 149-162. 1895.

_____. A ethnographia da America do Sul ao começar o século XX. Tradução de Capistrano de Abreu. **Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo**, vol. XI, p. 280-305, 1906.

_____. Contribuições para a etnologia do Brasil. Tradução de Egon Schaden. Introdução e notas de Herbert Baldus. In: **Revista do Museu Paulista**, N. S., vol. 2. pp. 7-135, 1948.

FAMATO. [Reportagem]. *Audiência Pública em Luciara ouvirá os moradores sobre criação de reserva ambiental*. 21/09/2013.

_____. [Reportagem]. Famato discute com o deputado Nilson Leitão situação do Vale do Araguaia. 21/01/2015. Disponível em:

_____. [Reportagem]. Famato quer estudo feito em MT sobre terras da região. 18/08/2015. Disponível em:

_____. [Reportagem]. *Instituto Chico Mendes suspende criação de reserva em Luciara*. 10/10/2013.

_____. [Reportagem]. *LUCIARA: Maioria da população de Luciara é contrária a criação de reserva na região*. 25/09/2013.

_____. [Reportagem]. Maioria da população de Luciara é contrária a criação de reserva na região. 25/11/2013.

_____. [Reportagem]. SPU declara área no Araguaia como de interesse público. 19/12/2014.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **O mistério do ouro dos Martírios**. Desvendando o grande segredo das bandeiras paulistas. São Paulo: Editora Gráfica Biblos Ltda., 1960.

FONSECA, Sylvio da. **Frente a frente com os Xavante**. Rio De Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1948.

GAZETA DIGITAL. [Reportagem]. *Casa de diácono é baleada em conflito de terras em Luciara*. 23/09/2013.

_____. ARAÚJO, Pollyana. [Reportagem]. Cidade é fechada em MT e casas são queimadas em conflito por terra. 22/09/2013.

_____. ARAÚJO, Pollyana. [Reportagem]. Produtores que temem expulsão de área liberam acesso a cidade de MT. 23/09/2013.

G1/MT. SAMPAIO, Amanda. [Reportagem]. Retireiros e União disputam 1,6 milhão de hectares de terra entre MT e TO. 18/08/2015

GALLAIS, Estevão M. **O Apóstolo do Araguaia**: Frei Gil missionário dominicano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

_____. **Uma catechese entre os índios do Araguaya**. Tradução de Octaviano Esselin. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1903.

GLASS, Frederick Charles. **Through Brazilian jungles with the book**. Londres, Pickering & Inglis, s/d.

_____. **A thousand miles in a dug-out**; being the narrative of a journey of investigation among thered-skin Indians of central Brazil. Londres: South American Evangelical Mission, 1911.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1371.

IBGE. [Texto] Histórico. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>. Acesso em: 24/04/2017.

_____. [Texto] Geociências. Divisões Regionais do Brasil. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>. Acesso em: 24/04/2017.

_____. [Artigo]. BARBOSA, Rodolpho Pinto. A cartografia do mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. Fundação Nacional Pró-Memória. IBGE. Rio de Janeiro, 1981.

ICMBio. [Cartilha] **Dúvidas e Esclarecimentos sobre a Proposta de Criação da RDS do Mato Verdinho/MT**. Brasília – DF, 2013.

_____. [Reportagem]. *Mato Verdinho vira Unidade de Conservação*. 10/10/2013.

_____. Rodrigo Rueda. [Reportagem]. *ICMBio irá realizar consulta pública com a população de Luciara (MT)*. 09/10/2013.

_____. Sandra Tavares. [Reportagem] *RDS no Mato Grosso trará benefícios à população local*. 27/09/2013.

JARDIM, Joaquim Rodrigues de Moraes. **O Rio Araguaya. Relatório de sua exploração**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880.

JARDIM, Jerônimo Rodrigues de Moraes. **Um resumo histórico sobre sua navegação**. In: JARDIM, Joaquim Rodrigues de Moraes. **O Rio Araguaya. Relatório de sua exploração**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880.

KISSENBERTH, Wilhelm. Über die hauptsächlichsten Ergebnisse der Araguaya-Reise. In: **Zeitschrift für Ethnologie** Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschicht. p. 36-59, Berlin, 1912.

KOENIGSWALD, Gustave von. Die Carajá-Indianer. In: **Globus**: Illustrierte Zeitschrift für Länder- und Völkerkunde, XCIV, n. 14, Braunschweig, p. 217-238, 1908.

KRAUSE, Fritz. **In den Wildnissen Brasiliens**: Bericht und Ergebnisse der Leipziger Araguaya-Expedition 1908. Leipzig: R. Voigtländer's Verlag, 1911.

_____. Tanzmaskennachbildungen vom mittleren Araguaya (Zentralbrasilien). In: **Jahrbuch des Städtischen Museums für Völkerkunde zu Leipzig**, Band. 3, Leipzig: R. Voigtländer's Verlag, p. 97-122. 1910.

_____. Nos sertões do Brasil. In: **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Arquivo Municipal, Tomo 73-4, p. 274-5, 1940-1943.

LEITE, Cassiano Ricardo. **Marcha para Oeste**. A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. 4 ed. Volume II. Rio de Janeiro, Editora da Universidade de São Paulo. Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros, 25 A, 1970.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A crise moderna da Antropologia. **Revista de Antropologia da USP**. Vol. 10, n. 1-2, 1962.

LIPKIND, Willian. The Carajá. In: STEWARD, Julian H. (ed.). **Handbook of South American Indians**. V. 03. The tropical forest tribes, p. 179-19, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, Washington: Government Publishing Office, 1948.

LUZ BATISTA, Adauta. **Sertão de Fogo**: a luta de um povo rumo ao desconhecido. Goiânia: Gráfica e Editora Talento, 2003.

MACHADO, Antônio Cândido da Cruz. **Memoria relativa ao projecto de uma nova divisão administrativa do Imperio do Brasil. 1873**. Rio de Janeiro RJ: [s.n.], [1873]. 21 p., 22 cm.

MACHADO, Othon Xavier de Brito. **Os Carajás (Inan-son-werá)**. Contribuição ao estudo dos indígenas brasileiros. Ministério da Agricultura. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

MAGALHÃES, Couto de. **Viagem ao Araguaya**. Goyaz: Typographia Provincial de Goyaz, 1863.

_____. **Viagem ao Araguaia**. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1975. (Brasiliana, v. 28).

_____. **O selvagem**. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

_____. **O selvagem**. Edição comemorativa do centenário da 1ª edição. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

MARTINS, Kelly. [Reportagem] **Policiais federais chegam a cidade de MT para conter conflitos de terra**. Cuiabá-MT, 29 set. 2013.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil**. Tradução de Selena Benevides Viana; Prefácio de Márcio Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

MIGUEZ, José Mario Guedes. **Araguaia**: de Rondon ao dispoporto (Histórias de um pescador), Barra do Garças-MT, 1996.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. [Reportagem] **MPF denuncia oito por crime contra comunidade Retireiros do Araguaia**. 18 jun. 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF/MT) e SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU). [Nota] 2015. **Nota de Esclarecimento**.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF/MT). [Reportagem]. *MPF/MT expede recomendação sobre regularização fundiária no Vale do Araguaia*. 05/05/2015.

MISSÕES DOMINICANAS. **Gorotirés**. Prelazia de Conceição do Araguaya. Rio de Janeiro: Imprimatur, 1936.

MONTECCHI, Acir Fonseca. Introdução. In: SENATORE, Antonio. **Bandeira Anhangüera**: Viagem à Serra do Roncador 1937. Organizadores Acir Fonseca Montecchi; Lorena de Stauber Caprara; Olga Alejandra Mordente. Tradução de Alessandra Paola Caramori. São Paulo: Lemos Editorial, 2001.

MORAES, Joaquim de Almeida Leite. **Apontamentos de viagem**. Introdução, cronologia e notas Antônio Cândido. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORAES, Joaquim de Almeida Leite. **Apontamentos de viagem**. De S. Paulo á capital de Goyaz, desta & dú Pará, pelos rios Araguaya e Tocantins, e do Pará á Corte. Considerações administrativas e políticas. 1882.

MORDENTE, Olga Alejandra. Reflexões sobre os artigos da imprensa paulista. In: SENATORE, Antonio. **Bandeira Anhangüera**: Viagem à Serra do Roncador 1937. Organizadores Acir Fonseca Montecchi; Lorena de Stauber Caprara; Olga Alejandra Mordente. Tradução de Alessandra Paola Caramori. São Paulo: Lemos Editorial, 2001.

MOURA E SILVA, José de e FERREIRA, João Carlos Vicente. **Cidades de Mato Grosso**: Origem e Significado de seus nomes. Cuiabá: J.C.V. Ferreira, 2008.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. [Notícia]. *Violência impede realização de Oficinal de Mapas com os Retireiros do Araguaia-MT*. 23/09/2013.

OBERG, Kalervo. **Indian Tribes of Northern Mato Grosso, Brazil**. Publication n. 15. Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, United States Government Printing Office, Washington, 1953.

O ESTADO DE SÃO PAULO. BORGES, André; NOSSA, Leonencio. [Reportagem] *Terra Bruta. Curral Clandestino. A luta dos caboclos retireiros que criam gado na Amazônia*. São Paulo, 16/06/2016.

_____. NOSSA, Leonencio. [Reportagem] *Criação de reserva Sustentável provoca “badernaço” no MT*, São Paulo, 23/09/2013.

O GLOBO. CARVALHO, Neide. [Reportagem]. *Fazendeiros e Grileiros fecham acessos de Luciara (MT)*. 22/09/2013.

O INTERIOR. MARTINS, Naiara. [Reportagem] *Demarcações no Araguaia: Políticos foram a Brasília discutir a portaria 294/2014*. Porto Alegre do Norte-MT, ano 28, n.192, p.5, 20 ago. a 15 set. 2015.

OLHAR DIRETO. [Reportagem]. Cidade sitiada, moradores presos e uma reserva à vista: Luciara repete Suiá-Missú. 24/09/2013.

OLHAR DIRETO. [Reportagem]. Câmara faz mesa redonda em Luciara para evitar despejo em reserva extrativista. 23/09/2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. [Laudo Fundiário] *Relatório final de levantamento e da caracterização da situação fundiária em Luciara-MT*. 2009.

OLIVEIRA, Haroldo Cândido de. **Índios e Sertanejos do Araguaia**: Diário de Viagem. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1950.

PADBERG-DRENKPOL, Jorge Henrique Augusto. Situação histórico-cultural dos Karayás. In: **Boletim do Museu Nacional**, ano II, n. 6, Rio de Janeiro: Museu Nacional, p. 71-82, 1926.

PALHA, Luiz. **Ensaio de gramática e vocabulário da língua karajá falada pelos índios remeiros do rio ‘Araguaia’**, Rio de Janeiro, 1942.

PNCSA. [Cartilha]. Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil central. Fascículo 01. **Povo Indígena Kanela do Araguaia**. Manaus: 2009.

PNCSA. **Retireiros e Retireiras do Araguaia**: lutas, território e identidade. Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central. Coordenação de Pesquisa: Antônio João Castrillon Fernández, João Ivo Puhl, Lidianne Taverny Sales e Solange Ikeda Castrillon. Manaus/AM: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. [Artigo] **Retireiros do Araguaia**: Terra para vida, Terra para a Paz. 2013 b.

_____. [Apresentação]. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006c. pp. 151-197.

_____. (Coord.). [Laudo Socioeconômico]. *Diagnóstico Preliminar da Reserva Extrativista dos Retireiros de Luciara-MT*, Ministério do Meio Ambiente, 2006a.

_____. (Coord.). [Laudo Biológico]. *Diagnóstico Preliminar da Reserva Extrativista dos Retireiros de Luciara-MT*, Ministério do Meio Ambiente, 2006b.

_____. [Relatório] **Verdades e Mentiras sobre a Reserva Mato Verdinho, Luciara-MT**. In: WERNER, Inácio; SATO, Michele; ROSSI, Roberto. **Relatório de Direitos Humanos - MT**. 2013.

PRADO, Rui. [Artigo]. **Luciara e o desejo da maioria**. 06/12/2013.

PROPHETA, Benedicto. **O indígena brasileiro**: Expedição entre as tribus selvagens da Ilha do Bananal e norte de Matto Grosso. Bahia: A Nova Graphica, 1926. Acervo da Biblioteca Curt Nimuendajú.

REPÓRTER BRASIL. Daniel Santini. [Reportagem]. *Contra Reserva de Desenvolvimento Sustentável, ruralistas sitiam cidade no Mato Grosso*. 27/09/2013.

RIBEIRO DA SILVA, Hermano. **Garimpos do Mato Grosso**: Viagens ao Sul do Estado e ao lendário rio das Garças. São Paulo: Editora Saraiva. Coleção Saraiva 78, 1954.

_____. **Nos Sertões do Araguaia**: Narrativas da Expedição às Glebas Bárbaras do Brasil Central. São Paulo: Editora Saraiva, Coleção Saraiva 3, 1948.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Apresentação de Mário Guimarães Ferri. Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1975.

SEGURADO. Rufino Theotonio. **Viagem de Goyas ao Pará em 1846 e 1847. Roteiro do dr. Rufino Theotonio Segurado**. In: Revista IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Tomo X. V.X, Rio de Janeiro, 1848, pp. 178-212.

SEKELJ, Tibor. Excursión a los indios del Araguaia (Brasil). **Runa**: Archivo para las Ciencias del Hombre, Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas. p. 97-110, 1948.

SENADO. [Ata]. Ata da 4ª Reunião da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. 06/11/2013.

SENATORE, Antonio. **Bandeira Anhangüera: Viagem à Serra do Roncador 1937**. Organizadores Acir Fonseca Montecchi; Lorena de Stauber Caprara; Olga Alejandra Mordente. Tradução de Alessandra Paola Caramori. São Paulo: Lemos Editorial, 2001.

SILVA, José Afonso da. [Parecer] **Parecer sobre a situação do direito indígena à terra**. 2016, p. 2-25.

SILVARES, José Ribeiro da Fonseca. **Província do Araguaya segundo o projecto de nova divisão do Império pelo deputado Cruz Machado ...** Rio de Janeiro, RJ: Lith. Arch. Militar, 1875.

SCHMIDT, Afonso. [Reportagem]. **Willy Aureli descobre o Rio da Solidão**. Jornal A Gazeta. 26 de julho de 1957.

SOUZA COUTINHO, Francisco de. **Viagem de Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho**. In: Revista IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), n. 11, (Tomo Quarto), Rio de Janeiro, 1848, pp. 401-405.

SPINOLA, Aristides de Souza. **Um estudo sobre os índios que habitam suas margens**. In: JARDIM, Joaquim Rodrigues de Moraes. **O Rio Araguaya. Relatório de sua exploração**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880.

VARGAS, Getulio. **A nova política do Brasil**. O ano de 1932. A revolução e o Norte. 1933. Volume II. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1933.

_____. **A nova política do Brasil**. A realidade nacional em 1933. Retrospecto das realizações do Governo, em 1934. Volume III. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1934.

_____. **A nova política do Brasil**. Retorno à Terra Natal. Confraternização sul-americana. A revolução comunista. Novembro de 1934 a Julho de 1937. Volume IV. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1937.

_____. **A nova política do Brasil**. O Estado Novo. 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938. Volume V. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1938.

_____. **A nova política do Brasil**. Ferro, Carvão, Petróleo. 7 de agosto de 1940 a 09 de julho de 1941. Volume VIII. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1941.

_____. **A nova política do Brasil**. O Brasil na Guerra. 1 de maio de 1943 a 24 de maio de 1944. Volume X. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1944.

VARJÃO, Valdon. **Aragarças: Portal da Marcha para o Oeste**. Brasília-DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1989.

_____. **Barra do Garças: migalhas de sua história**. Brasília-DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1985.

_____. **Barra do Garças: um pouco de sua História**. Barra do Garça-MT. s/d.

_____. **Barra do Garças: do passado ao presente**. Brasília-DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1992.

VILLA REAL, Thomaz de Souza. **Diário de navegação que fez Thomaz de Souza Villa Real pelos rios Tocantins, Araguaya, Vermelho, desde Villa Boa, capital de Goyases, até a cidade do Pará**, 1848.

VILLAS-BÔAS, Orlando; VILLAS-BÔAS, Cláudio. **A marcha para o oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. 5. ed. - São Paulo: Globo, 1994.

WAGLEY, Charles. **Lágrimas de Boas Vindas: Os índios Tapirapé do Brasil Central**. Tradução de Elizabeth Mafra Cabral Nasser. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.